



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2224

Segunda-feira - 03 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Ibicare.....	571	Planalto Alegre.....	824
Anchieta.....	4	Imarui.....	572	Pomerode.....	836
Antônio Carlos.....	5	Imbituba.....	576	Ponte Serrada.....	838
Ascurra.....	8	Indaial.....	582	Porto Belo.....	840
Atalanta.....	9	Ipumirim.....	584	Porto União.....	841
Balneário Rincão.....	11	Iraceminha.....	587	Pouso Redondo.....	850
Barra Bonita.....	12	Irineópolis.....	598	Presidente Castello Branco.....	852
Barra Velha.....	15	Itá.....	620	Presidente Nereu.....	853
Bela Vista do Toldo.....	17	Itaiópolis.....	622	Princesa.....	854
Biguaçu.....	19	Itapema.....	623	Rio das Antas.....	855
Blumenau.....	25	Itapiranga.....	624	Rio do Sul.....	857
Bom Retiro.....	31	Itapoá.....	628	Romelândia.....	882
Botuvera.....	44	Ituporanga.....	631	Santa Cecília.....	883
Braço do Trombudo.....	45	Jacinto Machado.....	633	Santa Terezinha do Progresso.....	884
Brusque.....	130	Jaraguá do Sul.....	634	Santiago do Sul.....	885
Caçador.....	134	Joaçaba.....	641	São Bento do Sul.....	894
Camboriú.....	156	José Boiteux.....	645	São Bonifácio.....	928
Campo Alegre.....	160	Lages.....	646	São Carlos.....	931
Campo Erê.....	164	Laguna.....	648	São Domingos.....	932
Campos Novos.....	166	Lauro Muller.....	650	São João Batista.....	934
Canelinha.....	169	Lebon Regis.....	656	São João do Oeste.....	936
Canoinhas.....	170	Leoberto Leal.....	657	São João do Sul.....	937
Capinzal.....	179	Lindóia do Sul.....	660	São Joaquim.....	939
Catanduvas.....	186	Lontras.....	661	São José.....	942
Celso Ramos.....	200	Luzerna.....	662	São José do Cedro.....	992
Chapadão do Lageado.....	201	Mafra.....	664	São Lourenço do Oeste.....	995
Cocal do Sul.....	203	Maracajá.....	668	São Miguel da Boa Vista.....	998
Concórdia.....	204	Maravilha.....	673	São Miguel do Oeste.....	999
Cordilheira Alta.....	208	Marema.....	674	Schroeder.....	1002
Coronel Freitas.....	209	Massaranduba.....	699	Seara.....	1025
Coronel Martins.....	211	Meleiro.....	712	Serra Alta.....	1028
Correia Pinto.....	214	Modelo.....	716	Sul Brasil.....	1037
Corupá.....	215	Mondaí.....	718	Tangará.....	1041
Cunhataí.....	216	Morro da Fumaça.....	720	Tigrinhos.....	1042
Curitibanos.....	217	Navegantes.....	721	Tijucas.....	1045
Dionísio Cerqueira.....	218	Nova Itaberaba.....	726	Timbé do Sul.....	1046
Doutor Pedrinho.....	219	Nova Trento.....	727	Timbó.....	1047
Ermo.....	223	Novo Horizonte.....	729	Treze Tilias.....	1048
Erval Velho.....	226	Orleans.....	731	Trombudo Central.....	1049
Flor do Sertão.....	238	Otacílio Costa.....	739	Tunápolis.....	1050
Forquilha.....	244	Ouro.....	740	Turvo.....	1057
Fraiburgo.....	246	Paial.....	742	União do Oeste.....	1058
Garopaba.....	506	Palhoça.....	743	Urussanga.....	1060
Garuva.....	527	Passos Maia.....	790	Vargeão.....	1061
Gaspar.....	528	Paulo Lopes.....	818	Vidal Ramos.....	1063
Governador Celso Ramos.....	551	Penha.....	819	Videira.....	1064
Grão Pará.....	557	Peritiba.....	821	Vitor Meireles.....	1073
Guaraciaba.....	558	Petrolândia.....	822	Xanxerê.....	1090
Herval d'Oeste.....	568	Pinheiro Preto.....	823	Xavantina.....	1092

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 2224

Segunda-feira - 03 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Associações

AMURC..... 1104

Consórcios

ARIS 1106

CIGA 1110

CIS Nordeste - Consórcio Intermunicipal de
Saúde do Nordeste de Santa Catarina..... 1111

CIS/AMFRI..... 1111

CIS/AMMVI..... 1112

CIS/AMURES..... 1113

CISAM..... 1163

CITMAR..... 1165

CIGAMERIOS 1166

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 26/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 26/2017

PREGÃO PRESENCIAL 21/2017

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 26/2017, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 21/2017", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado a eventual aquisição de madeira de eucalipto serrada de alta densidade, o qual será processado e julgado no dia 17 de abril de 2017 às 08h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 31 de março de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 041/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 041/2017 DL 007/2017

OBJETO: Contratação de empresa jornalística para aquisição de 07 (sete) assinaturas anuais de jornal, com fornecimento de exemplares semanais de circulação regional às terças-feiras, quintas-feiras e sábado, com abrangência em Anchieta e região, para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Leitura do mundo, leitura da palavra", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, pelo período de 12 meses. Conforme Orçamento, Projeto de Leitura e Lei nº 12.773, datado de 01/12/2003.

VALOR TOTAL R\$: 1.260,00

CONTRATADO: COMUNICAÇÕES KOLLENBERG LTDA - ME.

ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: SÉRGIO DELMAR KOLLENBERG Anchieta, 29 de março de 2017.

CONTRATO Nº 044/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 044/2017 DL 007/2017

OBJETO: Contratação de empresa jornalística para aquisição de 10 (dez) assinaturas anual de jornal, com fornecimento de exemplares semanais de circulação regional às quintas-feiras, com abrangência em Anchieta e região, para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Leitura do mundo, leitura da palavra", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, pelo período de 12 meses. Conforme Orçamento, Projeto de Leitura e Lei nº 12.773, datado de 01/12/2003.

VALOR TOTAL R\$: 2.000,00

CONTRATADO: RCO COMUNICAÇÕES – EIRELI - ME.

ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: LUIZ CARLOS VERONEZE. Anchieta, 29 de março de 2017.

CONTRATO Nº 042/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 042/2017 DL 007/2017

OBJETO: Contratação de empresa jornalística para aquisição de 20 (vinte) assinaturas anuais de jornal, com fornecimento de exemplares semanais de circulação regional às quintas-feiras, com abrangência em Anchieta e região, para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Leitura do mundo, leitura da palavra", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, pelo período de 12 meses. Conforme Orçamento, Projeto de Leitura e Lei nº 12.773, datado de 01/12/2003.

VALOR TOTAL R\$: 3.200,00

CONTRATADO: EDITORA SENTINELA DO OESTE LTDA - ME.

ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: IGOR VISSOTTO Anchieta, 29 de março de 2017.

CONTRATO Nº 043/2017 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 043/2017 DL 007/2017

OBJETO: Contratação de empresa jornalística para aquisição de 07 (sete) assinaturas anuais de jornal, com fornecimento de exemplares semanais de circulação regional às sextas-feiras, com abrangência em Anchieta e região, para diversificar a leitura diante do Projeto de Leitura: "Leitura do mundo, leitura da palavra", para destinação as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para uso de material didático, fonte de leitura, informação e realização de pesquisa de alunos e professores, pelo período de 12 meses. Conforme Orçamento, Projeto de Leitura e Lei nº 12.773, datado de 01/12/2003.

VALOR TOTAL R\$: 1.344,00

CONTRATADO: NOVA ERA COMUNICAÇÃO EIRELI - ME.

ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: MARCELO JOSÉ BOTH Anchieta, 29 de março de 2017.

Antônio Carlos

PREFEITURA

109º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

109º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 03/04/2017 a 02/05/2017 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 31 de março de 2017.
Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 30H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
26º	MADELAINE GUERRA KOCH	1540
27º	KARINA KILIPPER	1343

AVISO DE MODIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2017

AVISO DE MODIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna pública a MODIFICAÇÃO, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório 041/2017 – modalidade Pregão Presencial nº. 028/2017, que possui como objeto “contratação de empresa especializada, para fornecimento de outsourcing de impressão (aluguel de impressoras) e cópias, com fornecimento de papel, com equipamentos novos, para a Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, e demais Secretarias da Prefeitura de Antonio Carlos, com fornecimento de software de bilhetagem com emissão de relatórios diversos para gestão da solução descritas de acordo com as especificações constantes do Anexo I deste edital”.

CONSIDERANDO, que As alterações do edital de licitação, mesmo as mais singelas, que não impliquem em nova divulgação, estão disciplinadas no § 4º do artigo 21 da Lei 8.666/1993, da seguinte forma: § 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

CONSIDERANDO, que a Administração, após a publicação do aviso de licitação, se obriga a promover alterações no instrumento convocatório. Tais alterações podem ocorrer por conveniência do órgão licitador para uma melhor adequação, por exemplo, do objeto do certame às suas reais necessidades, como também em razão de provocações de terceiros, através da figura jurídica da impugnação ao instrumento convocatório. Dessa forma, trazemos o posicionamento do Prof. Marçal Justen Filho, que registra o seguinte ensinamento: "A Administração tem total liberdade para alterar as condições inseridas no instrumento convocatório (respeitada a lei, é claro)." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 3. ed. Aide, 1994. p.252.). Na mesma linha de pensamento, o Prof. Jessé Torres Pereira Junior escreve: "As regras do edital não são imutáveis; sobrevivendo motivo de interesse público, deve e pode a Administração modificá-las, na medida em que bastar para atender ao interesse público, desde, é curial, que o faça antes de iniciada a competição." (Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1994. p. 129.)

CONSIDERANDO, a provocação recebida pela Municipalidade, quanto a evolução da tecnologia laser para tecnologia LED (sendo que a tecnologia Laser utiliza o sistema Bi level, conceito em que se utiliza apenas 2 tons de cores por ponto impresso, e na tecnologia LED utiliza o sistema Multi0level, conceito em que se utiliza 32 tons de cores por ponto impresso. Conforme parecer do IPT (relatório Técnico Nº 90853 – 205), deverá ser permitida durante a execução do contrato a apresentação de equipamentos com tecnologia Laser/LED.

CONSIDERANDO, a provocação recebida pela Municipalidade, quanto a indicação do Sistema Operacional para Windows XP. Verificando que a Microsoft descontinuou o driver dos Windows XP, de modo que o driver foi removido dos equipamentos novos e lançamentos dos fabricantes, entende-se pela retirada da exigência do Windows XP.

CONSIDERANDO, a provocação recebida pela Municipalidade, quanto a velocidade de digitalização igual a impressão e cópia. Verificando que o padrão de medição para digitalização é IPM (Imagem por minuto), e não PPM (página por minuto), entende-se pela retirada do padrão de velocidade para digitalização, sendo mantida a função digitalização/scanner.

Desse modo, restou consolidada a Especificação Mínima dos Equipamentos por tipo, como segue:

ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DOS EQUIPAMENTOS POR TIPO:

MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA	
CARACTERÍSTICAS	Especificação
Funções	Impressora/Copiadora/Scanner
Tecnologia	Laser ou LED
Cor	Monocromática (preto e branco)
Recursos	Impressão e cópia, monocromática e scanner coloridos
Velocidade de impressão/cópia	35 ppm
Tempo para primeira página	8 segundos
Capacidade de entrada	300 folhas
Alimentador automático de documentos	RADF de 50 folhas dúplex
Capacidade de saída	150 folhas
Tamanho do papel	A4, Ofício e Carta

Interface de rede	Fast-Ethernet 10/100/1000 interna/embutida – USB
Ciclo mensal	30.000 páginas
Memória RAM	512MB
Processador principal	600 MHZ
Ampliação/Redução	25% a 400%
Linguagem de impressão	PCL5 e PCL6 e Post Script 3
Duplex para impressão frente e verso	Automático para impressão
Resolução de impressão	1200 x 1200 dpi
Resolução de cópia	600 x 600 dpi
Resolução de digitalização	600 dpi
Sistema Operacional	Windows 2000, Windows Vista, Windows 7 e 8, Windows Server 2003 e 2008 e Linux
Consumo de energia	O equipamento está em conformidade com o padrão Energy Star
Alimentação elétrica	220 volts com transformador
Obs: A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO PARA ESTE EQUIPAMENTO É DE NO MÍNIMO 20 E NO MÁXIMO 30	

MULTIFUNCIONAL POLICROMÁTICA	
CARACTERÍSTICAS	Especificação
Funções	Impressora/Copiadora/Scanner
Tecnologia	Laser ou LED
Cor	Policromática (colorida)
Recursos	Impressão e cópia, monocromática e scanner coloridos
Velocidade de impressão/cópia	30 ppm
Tempo para primeira página	20 segundos
Capacidade de entrada	300 folhas
Capacidade de saída	100 folhas
Tamanho do papel	A4, Ofício e Carta
Interface de rede	Fast-Ethernet 10/100/1000 interna/embutida – USB
Ciclo mensal	40.000 páginas
Memória RAM	512MB
Processador principal	600 MHZ
Gramatura	Mínimo de 220 gramas
Linguagem de impressão	PCL5 e PCL6 e Post Script 3
Duplex para impressão frente e verso	Automático para impressão
Resolução de impressão	1200 x 1200 dpi
Resolução de cópia	600 x 600 dpi
Resolução de digitalização	600 dpi
Sistema Operacional	Windows 2000, Windows Vista, Windows 7 e 8, Windows Server 2003 e 2008 e Linux
Consumo de energia	O equipamento está em conformidade com o padrão Energy Star
Alimentação elétrica	220 volts com transformador
Obs: A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO PARA ESTE EQUIPAMENTO É DE NO MÍNIMO 6 E NO MÁXIMO 10	

MULTIFUNCIONAL POLICROMÁTICA	
CARACTERÍSTICAS	Especificação
Funções	Impressora/Copiadora/Scanner
Tecnologia	Laser ou LED
Cor	Policromática (colorida)
Recursos	Impressão e cópia, monocromática e scanner coloridos; painel touchscreen
Velocidade de impressão/cópia	25 ppm
Tempo para primeira página	18 segundos
Capacidade de entrada	250 folhas
Capacidade de saída	100 folhas
Tamanho do papel	A3, A4, Ofício e Carta

Interface de rede	Fast-Ethernet 10/100/1000 interna/embutida – USB
Ciclo mensal	26.000 páginas
Memória RAM	1 GB
Processador principal	1 GHz
Gramatura	Mínimo de 256 gramas
Linguagem de impressão	PCL5 e PCL6 e Post Script 3
Duplex para impressão frente e verso	Automático para impressão
Resolução de impressão	1200 x 1200 dpi
Resolução de cópia	600 x 600 dpi
Resolução de digitalização	600 dpi
Sistema Operacional	Windows 2000, Windows Vista, Windows 7 e 8, Windows Server 2003 e 2008 e Linux
Consumo de energia	O equipamento está em conformidade com o padrão Energy Star
Alimentação elétrica	220 volts com transformador
Obs: A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO PARA ESTE EQUIPAMENTO É DE NO MÍNIMO 1 E NO MÁXIMO 3	

Fica mantida a data do presente certame para o dia 05/04/2017.

Antônio Carlos, 31 de março de 2017.

Fernanda Alves Guesser Koch

Pregoeira

PORTARIA N 183/2017

PORTARIA Nº 183/2017

Admite ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, EDNA CRISTOFOLINI RODE, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, a partir de 03 de abril de 2017, em substituição a servidora efetiva NILZETE DECKER KOCH.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de março de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de abril de 2017.

PORTARIA N 184/2017

PORTARIA Nº 184/2017

Cessa portaria.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar portaria nº 176/2017, publicada no DOM no dia 24 de março de 2017, edição nº 2218, pg. 16, no dia 31 de março de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de março de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de março de 2017.

PORTARIA N 185/2017

PORTARIA Nº 185/2017
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora MARCIA CRISTINA WEBER, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, relativo ao período aquisitivo de 30/06/2015 a 29/06/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de março de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de abril de 2017.

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N. 10/2017 - ALCIDES FISTAROL

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato da chamada pública 10/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratado: Alcides Fistarol

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da empreendedores rural e empreendedores familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas e creches municipais através de chamada pública

Valor: total de R\$ 6.772,00

Vigência: até 31/12/2017

Ascurra, 3 de abril de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N. 10/2017 - MILITINO CARLOS POFFO

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato da chamada pública 10/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratado: Militino Carlos Poffo

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da empreendedores rural e empreendedores familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas e creches municipais através de chamada pública

Valor: total de R\$ 5.284,00

Vigência: até 31/12/2017

Ascurra, 3 de abril de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N. 10/2017 - JOÃO MARIO LAMIN

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato da chamada pública 10/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratado: João Mario Lamin

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da empreendedores rural e empreendedores familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas e creches municipais através de chamada pública

Valor: total de R\$ 15.729,50

Vigência: até 31/12/2017

Ascurra, 3 de abril de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N. 10/2017 - PAULO BERLANDA

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato da chamada pública 10/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratado: Paulo Berlanda

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da empreendedores rural e empreendedores familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas e creches municipais através de chamada pública

Valor: total de R\$ 19.986,00

Vigência: até 31/12/2017

Ascurra, 3 de abril de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N. 10/2017 - MAURO ROWEDER

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato da chamada pública 10/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratado: Mauro Roweder

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da empreendedores rural e empreendedores familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas e creches municipais através de chamada pública.

Valor: total de R\$ 10.560,00

Vigência: até 31/12/2017.

Ascurra, 3 de abril de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO 9/2017

DECRETO Nº. 009/2017

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa, Projeto Atividade, no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências"

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1494 de 17 de março de 2017:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.90.00.00.00.00.00.0080; Projeto Atividade 2.050 – Pagamento de Precatórios; no Programa 0013 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0007.2.003 – Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 3.3.90.00.00.00.00.00.0080; Projeto Atividade 2.050 – Pagamento de Precatórios; no Programa 0013 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, na Lei Municipal nº. 1.481/2016 de 20.10.2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2017 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Órgão: 03.00 Secretaria da Administração e Finanças
Unidade: 03.01 Secretaria da Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-Função: 123 – Administração Financeira
Programa: 0013 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Projeto Atividade 2.050 – Pagamento de Precatórios
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 29 de março de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 008/2017

DECRETO Nº 008/2017

"Institui a Comissão Municipal do Processo Seletivo nº 01/2017"

Prefeito Municipal do município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo nº 01/2017.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro deste Decreto, fica assim composta:

Presidente: Elisandra Steinheuser Jochem

Secretário: Greicy Carine Mannrich Justen

Membro: Wagner Bechtold

§ 1º - A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º - A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo compete promover a realização das provas escritas, práticas e de títulos, exarar decisões em recursos e deliberar sobre os casos omissos.

§ 1º - Compete também à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo adotar todas as medidas necessárias ao bom andamento do processo de concurso, incluindo a exclusão de candidatos por infringência dos termos do edital.

§ 2º - Compete ainda à Comissão avaliar e submeter à homologação do Chefe do Poder Executivo o resultado do Processo Seletivo.

§ 3º - Poderá, a juízo da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo e com a anuência do Chefe do Poder Executivo, ser contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, em cuja hipótese caberá à Comissão Coordenadora, a fiscalização da aplicação das provas.

Art. 4º - As decisões da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo nº 01/2017 serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º - Compete ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo nº 01/2017 presidir as reuniões.

Art. 6º - Compete ao Secretário da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo:

I - lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

II - coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;

III - propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

IV - elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros;

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, 29 de março de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 009/2017

DECRETO Nº. 009/2017

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa, Projeto Atividade, no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências"

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1494 de 17 de março de 2017:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.90.00.00.00.00.0080; Projeto Atividade 2.050 – Pagamento de Precatórios; no Programa 0013 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0007.2.003 – Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 3.3.90.00.00.00.00.0080; Projeto Atividade 2.050 – Pagamento de Precatórios; no Programa 0013 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, na Lei Municipal nº. 1.481/2016 de 20.10.2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2017 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Órgão: 03.00 Secretaria da Administração e Finanças
Unidade: 03.01 Secretaria da Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-Função: 123 – Administração Financeira
Programa: 0013 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Projeto Atividade 2.050 – Pagamento de Precatórios
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 29 de março de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 010/2017

DECRETO Nº. 010/2017

"Nomeia Membros do Conselho Municipal de Saúde e seus Respetivos Suplentes".

Tarcísio Polastri, Prefeito Municipal de Atalanta, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, de acordo com a Lei nº 1017 de 11 de outubro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Saúde (CMS), do Município de

Atalanta, conforme determina a Lei Municipal nº. 1017, de 11 de outubro de 2007, serão compostos pelos membros relacionados adiante, os quais ficam nomeados na forma que segue:

I - Do Governo Municipal e Prestadores de Serviços Privados Conveniados:

a) Representante do Departamento de Saúde Pública

Membro Efetivo: Osni Walzburger

Suplente: Silvia Maria Maciel

b) Representante do Departamento de Assistência Social

Membro Efetivo: Nádia Eliane Antunes Chiquett

Suplente: Lilian Sebold Maciel

c) Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

Membro Efetivo: Marize Boing

Suplente: Raquel Rodrigues Bertelli

d) Representante do Laboratório de Análises Clínicas

Membro Efetivo: Marceli Barth Kirschner

Suplente: Daiani Paula Kurth

II - Dos Trabalhadores da Área da Saúde

a) Representante da Classe Médica

Membro Efetivo: Marcos Antônio Padilha Neto

Suplente: Takashi Yamaoka

b) Representante da Classe Odontológica

Membro Efetivo: Ricardo Augusto Klettenberg

Suplente: Cátia Regina da Luz

c) Representante dos Trabalhadores de Enfermagem

Membro Efetivo: Lara Fernanda Kersbaumer

Suplente: Jaqueline Graciela Marian

d) Representante dos Trabalhadores de Psicologia

Membro Efetivo: Gigliola Vanessa Mohr

Suplente: Daiana Esser

III - Dos Usuários:

a) Representante dos Grupos de Mulheres

Membro Efetivo: Salete Alves Delajustina

Suplente: Helenice Maria Pezenti Demarchi

b) Representante das Associações de Pais e Professores

Membro Efetivo: Kátia Raquel Testoni Longen

Suplente: Elisandra Steinhauser Jochem

c) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Membro Efetivo: Leandro Souza

Suplente: Jaqueline Kuntz de Souza

d) Representante da Associação de Preservação do Meio Ambiente

Membro Efetivo: Sidnei Prochnow

Suplente: Edinho Pedro Schaffer

e) Representante dos Grupos da Terceira Idade

Membro Efetivo: Maria da Cruz

Suplente: Marlene Demarchi Bilck

f) Representante do CDL - Clube de Diretores Lojistas

Membro Efetivo: Sandra Aparecida Cardoso Fernandes Schmoegel

Suplente: Rita Sebold Fronza

g) Representante das Organizações Religiosas

Membro Efetivo: Ioni Valdete Feldhaus Hoepers

Suplente: Elenice Cristina Neckel Lima

h) Representante dos Grupos de Jovens

Membro Efetivo: Rafael Kurtz

Suplente: Rafaela Hoepers

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº. 010/2015, de 03 de março de 2015 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 31 de março de 2016.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

SEGUNDO AVISO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SEGUNDO AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/FMS/2017

Considerando a imperiosa necessidade de aquisição pelo Município do medicamento estipulado na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;

Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/FMS/2017, cujo objeto é a Registro de Preços de Medicamentos para aquisições futuras, no atendimento do Processo Judicial Nº. 0302263-77.2015.8.24.0028 do Município de Balneário Rincão/SC, com abertura programada para o dia 31/03/2017, às 14h00min, SERÁ REABERTA NO DIA 17/04/2017 as 14h00min, com protocolo até às 13h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 31 de Março de 2017.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 922/2017 DE SUPLEMENTAÇÃO 9222017 SUPERAVIT

DECRETO MUNICIPAL Nº 922/2017

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar até a importância de R\$. 739.292,46 (Setecentos e Trinta e Nove Mil, Duzentos e Noventa e Dois Reais e Quarenta e Seis Centavos), com recursos oriundos do superávit financeiro apurado no balanço anual do exercício de 2016 e da outras providências.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Municipal nº. 780/2016 de 14 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 93.563,96 (Noventa e Três Mil, Quinhentos e Sessenta e Três Reais e Noventa e Seis Centavos), em conformidade com os prescritos da Lei Municipal nº. 780/2016, no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social nos projetos e atividades abaixo:

ÓRGÃO: 10.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNID/ORÇ: 10.001 – ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ/ATIV: 008.244.0006.2102– Manut. das Ativ. e Programas de Assistência Social.

CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 35200 – Outras Transf. Rec.Fundo de Assist. Social R\$. 17.500,00

CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 35200 – Outras Transf. Rec.Fundo de Assist. Social R\$. 49.353,40

FONTE/REC: 32400 – Transf. de Convênios Outros ... R\$. 16.510,51

CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 32400 – Transf. de Convênios Outros R\$. 430,84

FONTE/REC: 35200 – Outras Transf. Rec.Fundo de Assist. Social R\$. 9.769,21

Total R\$. 93.563,96

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2016, do Fundo Municipal de Assistência Social, mais precisamente nas fontes abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 10.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNID/ORÇ: 10.001 – ASSISTENCIA SOCIAL

FONTE/REC: 35200 – Outras Transf. Rec.Fundo de Assist. Social R\$. 76.622,61

FONTE/REC: 32400 – Transf. de Convênios Outros ... R\$. 16.941,35

Total R\$. 93.563,96

Art. 3º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 556.125,06 (Quinhentos e Cinquenta e Seis Mil, Cento e Vinte e Cinco Reais e Seis Centavos), em conformidade com os prescritos da Lei Municipal nº. 780/2016, no orçamento do Fundo Municipal de Saúde nos projetos e atividades abaixo:

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2302 – Manut.das Ativid. de Assist. Médica e Sanitária

CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 32300 - Transferência de Convênios - Saúde R\$. 110.000,00

FONTE/REC: 37000 - Gestão do SUSR\$. 16.858,02

FONTE/REC: 36400 - Piso de Atenção Básica em Saúde - PAB R\$. 110.000,00

CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 32300 - Transferência de Convênios - Saúde R\$. 58.286,25

FONTE/REC: 36400 - Piso de Atenção Básica em Saúde - PAB R\$. 22.515,04

FONTE/REC: 36500 - Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos R\$. 28.124,69

FONTE/REC: 36700 - Assistência Farmacêutica Básica R\$. 8.787,07

CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 30200 - S.F.Rec. de Imp. e Transf. Impostos - Saude R\$. 140.000,00

FONTE/REC: 32300 - Transferência de Convênios - Saúde R\$. 31.720,87

PROJ/ATIV: 010.304.0025.2303–Manut. Dos Serviços de Vigilância Sanitária

CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 036600 - Vigilância Sanitária R\$. 29.833,12

Total R\$. 556.125,06

Art. 4º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2016 nas fontes abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA BONITA

UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE/REC: 03000 – S.F.Rec. de Imp. e Transf. Impostos – Saúde R\$. 140.000,00

FONTE/REC: 32300 - Transferência de Convênios - Saúde R\$. 200.007,12

FONTE/REC: 36400 - Piso de Atenção Básica em Saúde - PAB R\$. 132.515,04

FONTE/REC: 36500 - Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hos R\$. 28.124,69

FONTE/REC: 36600 - Vigilância Sanitária R\$. 29.833,12

FONTE/REC: 36700 - Assistência Farmacêutica Básica R\$. 8.787,07

FONTE/REC: 37000 - Gestão do SUSR\$. 16.858,02

Total R\$. 556.125,06

Art. 5º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 89.603,44 (Oitenta e Nove Mil, Seiscentos e Três Reais e Quarenta e Quatro Centavos), em conformidade com os prescritos da Lei Municipal nº. 780/2016, no orçamento da Prefeitura Municipal de Barra Bonita, nos projetos e atividades abaixo:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP. TURISMO
UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO: 012.361.0010.2009 – Manut. Desenv. do Ensino Fundamental e Val. Magist.
CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos
FONTE/REC: 31800 – Transf. Do FundebR\$. 17.025,83
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 35800 – Transf. Salário Educação R\$. 4.344,47

PROJ/ATIV: 012.361.0010.2010 – Manutenção dos serviços de Transporte Escolar
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 36100 – Transf. Referente ao PNATE R\$. 8.355,87
FONTE/REC: 32200 – Transf. Referente Conv.Educação R\$. 13.073,08
PROJ/ATIV: 12.365.0014.2011 – MAN.COORD.ATIV.ENSINO INFANTIL
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 03580 – Salário Educação R\$. 5.000,00
FONTE/REC: 03620 – Outros Rec. Do Fundo Nac. Desenv. Educação R\$. 1.391,67
PROJ/ATIV: 012.306.0017.2025 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 36000 – S.F. Programa Nacional de Alimentação Escolar R\$. 1.601,44

ÓRGÃO: 07.000 – SECRET. MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS
UNID/ORÇ: 07.001 - UNIDADE DE VIAÇÃO E OBRAS

PROJ/ATIV: 26.782.0031.2017 – Manutenção das Atividades da Unid.de Viação e Obras
CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos
FONTE/REC:32400 – Transf. de Convênios Outros R\$. 9.513,76
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC:34500 – S.F.Outras Transf. Dec. Comp. Financ.E.Rec. Nat R\$. 54,73
FONTE/REC:31600 – S.F.Contrib.de Intervenção do Domínio Econômico....R\$. 107,45
FONTE/REC:32400 – Transf. de Convênios Outros R\$. 9.727,54

UNID/ORÇ: 07.002 - UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV: 015.452.0019.1005 – Construção e Ampliação de Vias Urbanas
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 032400 – Transf. de Convênios Outros ... R\$. 1.670,49

ÓRGÃO : 08.000 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
UNID/ORÇ : 08.001 - ENCARGOS GERAIS

PROJ/ATIV/ : 06.181.0005.2021 – Manut. dos Serv. de Segurança Pública – P.Militar
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 030000 – Recursos Ordinários R\$. 12.584,95
CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas – Investimentos

FONTE/REC: 030000 – Recursos Ordinários R\$. 2.000,00
PROJ/ATIV/ : 06.181.0005.2027 – Manut. dos Serv. de Segurança Pública – P.Civil
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 030000 – Recursos Ordinários R\$. 3.106,54

ÓRGÃO: 15.000 – FUNDO MUN. PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA
UNID/ORÇ: 15.001 - CRIANÇA E ADOLESCENTE

PROJETO: 008.243.0006.2.104 – Manut. das Ativ.de Assost.a Criança e Adolescente
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 32400 – Transf. de Convênios Outros R\$. 45.62
Total R\$. 89.603,44

Art. 6º Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte de recurso

o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2016 nas fontes abaixo discriminadas:

FONTE/REC: 30000 – Recursos Ordinário R\$. 17.691,49
FONTE/REC: 36000 – S.F. Programa Nacional de Alimentação Escolar R\$. 1.601,44
FONTE/REC: 36100 – Transf. Referente ao PNATE R\$. 8.355,87
FONTE/REC: 31800 – Transf. Do Fundeb R\$. 17.025,83
FONTE/REC: 35800 – Transf. Salário Educação R\$. 9.344,47
FONTE/REC: 32400 – Transf. de Convênios Outros R\$. 20.957,41
FONTE/REC: 32200 – Transf. Referente Conv.Educação R\$. 13.073,08
FONTE/REC: 34500 – S.F.Outras Transf. Dec. Comp. Financ.E.Rec. Nat...R\$. 54,73
FONTE/REC: 31600 – S.F.Contrib.de Intervenção do Domínio Econômico.R\$. 107,45
FONTE/REC: 03620 – Outros Rec. Do Fundo Nac. Desenv. Educação R\$. 1.391,67
Total R\$. 89.603,44

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revoga-se as disposições em contrário.

GABINETE PREFEITO DE BARRA BONITA, SC em 01 de fevereiro de 2017.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO Nº13/2017 FMS

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2017
EDITAL DE PREGÃO PARA REGISRO DE PREÇO Nº 13/2017

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a Aquisição de medicamentos destinados a Farmácia Básica do Município. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 13 de abril de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 31 de março de 2017.

NILVA BAU BOSS
Gestora FMS

LEI Nº787/2017

Lei Nº787/2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER REPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos I , III do art.73º e, art.147º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

FAÇO SABER, a toda a população do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder a reposição salarial anual aos servidores públicos municipal, nos termos do art. 37, X, e art. 39, § 4º, ambos da Constituição Federal,

Art. 2º. O percentual de reposição será de 4,69% (quatro vírgula sessenta e nove por cento), correspondente à inflação registrada pelo índice do INPC durante o período de março de 2016 a fevereiro de 2017, incidente sobre o vencimento base do mês de março de 2017.

Art. 3º. Fica autorizado o aumento real de 0,31% (zero vírgula trinta e um por cento) sobre o vencimento base dos servidores públicos municipais.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 1º de março de 2017, revogando as disposições em contrário.

Barra Bonita, 31 de março de 2017.
MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

LEI Nº788/2017

LEI Nº 788/2017

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E AUMENTO REAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos I , III do art.73º e, art.147º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

FAÇO SABER, a toda a população do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder a reposição salarial anual aos seus servidores e agentes políticos, nos termos do artigo 37, X, e artigo 39, parágrafo 4º, ambos da Constituição Federal.

Art. 2º. O percentual de reposição será de 4,69% (quatro vírgula sessenta e nove por cento), para servidores do Poder Legislativo, correspondente a inflação registrada pelo índice do INPC durante o período de março de 2016 à fevereiro de 2017, incidentes sobre o

vencimento base do mês de março de 2017.

Art. 3º. Fica concedido Aumento Real na ordem de 0,31% (zero vírgula trinta e um por cento), incidente sobre o vencimento base do mês de março de 2017, aplicável apenas aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 1º março de 2017.

Barra Bonita/SC, 30 de março de 2017.
MOACIR PIROCA
Prefeito

LEI Nº789/2017

LEI Nº 789/2017

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E APOIO AOS PORTADORES DAS DOENÇAS DE ALZHEIMER E PARKINSON NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos I , III do art.73º e, art.147º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

FAÇO SABER, a toda a população do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal de Conscientização e Apoio aos Portadores das Doenças de Alzheimer e Parkinson no âmbito do Município de Barra Bonita, a ser realizada anualmente, na semana que compreender o dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde.

Parágrafo único. Durante a Semana que se refere o caput deste artigo o Executivo Municipal poderá promover seminários, campanhas e palestras educativas, objetivando a conscientização da população da importância do apoio aos portadores das doenças de Alzheimer e Parkinson, a troca de experiências e informações quanto às causas e seus tratamentos, buscando um diagnóstico precoce dessas enfermidades.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC 30 de março de 2017.
MOACIR PIROCA
Prefeito

Barra Velha

PREFEITURA

DECRETO Nº 1139 – DE 28 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 1139 – DE 28 DE MARÇO DE 2017

DELEGA ATRIBUIÇÕES E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas com base no inciso VII, do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que o artigo 82 da Lei Orgânica do Município estabelece que:

“Art. 82 – Os secretários ou cargos equivalentes são responsáveis, solidariamente com o Prefeito, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.”

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas de Santa Catarina, através do seu Prejulgado 1533, exarado pelo Conselheiro Luiz Roberto Herbst, entende que:

“(…)”

3 - Em função dos requisitos de admissibilidade, a delegação administrativa deverá obedecer forma escrita com a indicação dos agentes delegando e delegado e a discriminação da matéria.

4 - Também em face dos pressupostos de admissibilidade, a autoridade deve ser legítima e deter a competência a ser transferida, o que implica que sejam verificados os limites de tal competência, de conformidade com os atos normativos que regulem o funcionamento das entidades.

5 - A função administrativa é, por si, matéria de natureza delegável pelo que, em princípio, não se vislumbra impossibilidade jurídica a que o ordenador de despesa originário delegue atribuições inerentes à administração financeira, contábil, operacional e patrimonial da entidade pela qual responda ou órgão a ela subordinado.

6 - Ao ato de delegação deverá ser dada publicidade para que possa a autoridade delegada, a partir daí, exercer as atribuições que lhe são transferidas.

7 - No que concerne à responsabilidade administrativa, o ordenador de despesa original, assim definido em lei, responde pelos atos e fatos praticados em sua gestão.

“(…)”

CONSIDERANDO a necessidade de descentralização administrativa, com objetivo de assegurar rapidez às decisões e tornar-se mais célere o atendimento a comunidade;

CONSIDERANDO que o volume de documentos gerados recomenda a delegação de atribuições para assiná-los;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir publicidade ao ato de delegação de atribuição relativo à realização da despesa pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada, nos termos da Lei Orgânica Municipal, atribuições e funções administrativas aos Secretários Municipais, na forma e condições a seguir descritas:

I – respeitada a legislação pertinente, cometer tarefas funcionais executivas, aos servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

II – ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas, cujas matérias

se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

III – receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e prover as correções exigidas, cujas matérias se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

IV – resolver, mediante despacho exarado em processo, sobre os requerimentos, reclamações ou representações que forem dirigidas ao Executivo Municipal, cujas matérias se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

V – autorizar previamente compras e serviços de terceiros, relativas a área de competência das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem.

§ 1º – As autorizações de compras e serviços de terceiros, bem como das autorizações de diárias dos servidores municipais, deverão ser obrigatoriamente referendadas pelo titular da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para posterior emissão do empenho, sendo que nos casos de eventuais faltas, ausências ou impedimentos do titular desta Secretaria, este será substituído pelo titular do cargo de Gerente Fazendário.

§ 2º – Nos casos de eventuais faltas, ausências ou impedimentos dos titulares das respectivas Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais, estes serão substituídos pelo titular da Secretaria Municipal de Finanças especificamente na ordenação das despesas de que trata o inciso III deste artigo.

Art. 2º Fica delegada competência ao titular da Secretaria Municipal de Administração para expedir os atos referentes a situação funcional dos servidores públicos municipais, administração direta, nos termos da lei, exceto:

I – nomeação e exoneração;

II – aplicação de penas administrativas e disciplinares, inclusive de demissão de servidores estáveis.

Parágrafo único – Os atos administrativos bilaterais de que trata o artigo deverão ser obrigatoriamente assinados pelo titular da Secretaria Municipal da respectiva área de competência.

Art. 3º Fica delegado competência ao titular da Secretaria Municipal de finanças, para assinatura, sempre conjunta com o Prefeito Municipal, de cheques, bem como para a utilização de meio eletrônico destinado à movimentação financeira junto às agências bancárias, para pagamento de qualquer despesa do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 4º A movimentação financeira por meio eletrônico, para fins deste Decreto, abrange todas as transações bancárias necessárias à realização da despesa e receitas públicas, inclusive transferência de recursos, transmissão e recepção de arquivos eletrônicos, via provedor disponibilizado por instituições bancárias oficiais e via internet.

§ 1º – Deverão ser realizados contratos específicos com as instituições bancárias oficiais detentoras das contas por meio das quais são movimentados os recursos públicos, regulando-se, de forma

detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

§ 2º – As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e da Administração Pública Municipal deverão ser criptografadas ou protegidas por outra forma que garanta a segurança dos dados.

Art. 5º As transações serão realizadas pelos agentes públicos responsáveis pela movimentação dos recursos públicos, de acordo com as respectivas competências e atribuições, na forma do presente Decreto, por meio de senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único - A senha eletrônica equipara-se, para os efeitos deste Decreto, à assinatura de próprio punho do agente público.

Art. 6º É de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal:

I - as operações de crédito, empréstimos e financiamentos, que deverão ser firmados pelo Prefeito Municipal;

II - Os instrumentos de alienação, cessão ou concessão de bem patrimonial mobiliário ou imobiliário, os instrumentos de aquisição de bem patrimonial imobiliário e instrumentos de cessão de pessoal.

§ 1º As competências delegadas neste Decreto, poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito.

§ 2º Entende-se como Ordenador de Despesa a autoridade investida do poder de realizar despesa que compreenda os atos de empenhar, liquidar e ordenar o pagamento, adiantamento ou dispêndio de recurso pelos quais responda.

I - O Ordenador de despesas responderá administrativa, civil e penalmente pelos atos de sua gestão.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogado o Decreto nº 1037, de 19 de junho de 2015.

Barra Velha, 28 de março de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

PREFEITO MUNICIPAL

PP 020/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 027/2017 - Pregão Presencial nº 020/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para aquisição de merenda escolar para município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 18/04/2016 às 08:45 horas. Data da Sessão Pública: 18/04/2016 às 08:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 31 de março de 2016. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

TP 001/2017 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 008/2017

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2017

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para reforma do Posto de Saúde do Bairro São Cristóvão, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 19/04/2017. Data/horário recebimento envelopes: 25/04/2017 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 25/04/2017 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 31 de março de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito

TP 003/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 028/2017

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2017

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para ampliação da Escola Prefeito Bernardo Aguiar, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 19/04/2017. Data/horário recebimento envelopes: 25/04/2017 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 25/04/2017 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 31 de março de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017 - MULTIENTIDADE

Aviso de Licitações
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 013/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE POR MEIO DE RECARGA E VASILHAMES DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, destinados às Secretarias Municipais, Fundos Municipais, Escolas da Rede Municipal de Ensino e Centros de Educação Infantil do município, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 14h00min do dia 20/04/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 20/04/2017 às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 03 de Abril de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017 - MULTIENTIDADE

Aviso de Licitações
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 015/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preço do tipo maior desconto peça catalogo. O objeto é a contratação de o registro de preços para a possível prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios e para a manutenção da frota municipal de veículos conforme maior percentual de desconto por lote sobre a tabela do fabricante.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 14h00min do dia 19/04/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 19/04/2017 às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no setor de licitações do Município de Bela Vista do Toldo/SC. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 03 de Abril de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

AVISO DE TOMADA DE PREÇO - Nº 001-2017 - PREF

Aviso de Licitações
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 016/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Tomada de Preço do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, onde o objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA, TORNO E MECÂNICA, PARA VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 20/04/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 20/04/2017 às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 03 de Abril de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 001 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Resolução do CMAS nº 01/2017, 23 de fevereiro de 2017
Dispõe sobre a avaliação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social do ano de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Bela Vista do Toldo – CMAS, no uso de suas atribuições legais resolve:

Artigo 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social, exercício 2016, conforme relatório apresentado pela Secretaria de Administração e Fazenda de Bela Vista do Toldo.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo, 23 de fevereiro de 2017.

Maria Janete Machado de Souza

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO 001 CMI

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Resolução do CMI nº 01/2017, 01 de março de 2017

Dispõe sobre a avaliação da prestação de contas do Fundo Municipal do Idoso do ano de 2016.

O Conselho Municipal do Idoso do Município de Bela Vista do Toldo
– CMI, no uso de suas atribuições legais resolve:

Artigo 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal do Idoso, exercício 2016, conforme relatório apresentado pela Secretaria de Administração e Fazenda de Bela Vista do Toldo.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo, 01 de março de 2017.

Rosita Maria Pereira Schimboski
Presidente do CMI

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 45-2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COMUNICADO REFERENTE AO PP 45/2017- PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 45/2017 PMB, que tem como objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA, SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO", informamos a reabertura do processo licitatório para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 15:45 horas, do dia 17/04/2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 16:00 horas, do dia 17/04/2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 31 de março de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 64-2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PP 64/2017 PMB

Comunicamos as empresas interessadas no PP 64/2017 PMB, que tem como objeto "Contratação de empresa e/ou de profissional especializado em dança, para atuar com os grupos de idosos no Centro de Convivência dos Idosos – CCI", que fica retificado as especificações constantes do anexo I e Termo de Referência, que integram o presente Edital, ficando a descrição a seguinte:

PROFESSOR (A) INSTRUTOR (A) DE DANÇA – com Licenciatura Plena em Educação Física com Certificação em Dança na Educação Física: Expressão, Corporeidade e Desenvolvimento Comportamental Humano e Pós-Graduação em práticas Pedagógicas Interdisciplinares no Ensino da Educação Física, que comprove já ter atuado com idosos nesta área, com no mínimo 2.000 horas de experiência, para ministrar aula no Centro de Convivência dos Idosos – CCI.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 18 de abril de 2017 até 13:45 h.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 18 de abril de 2017 até 14:00h

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 31 de março de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 65-2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COMUNICADO REFERENTE AO PP 65/2017- PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 65/2017 PMB, que tem como objeto "Contratação de empresa especializada em fornecimento de prestação de serviços de locação de câmeras, equipamentos, instalação e manutenção corretiva e preventiva do sistema de vídeo monitoramento englobando um total de 96 (noventa e seis) câmeras, NVR para armazenamento com capacidade mínima de 07 dia de armazenagem, software para visualização monitoramento e extração de imagens, link de dados via fibra óptica para instalação na região urbana e rural da cidade de Biguaçu conforme especificação dos locais (anexo II), abrangendo movimentações de câmeras para áreas de maior interesse, incluindo o treinamento de todo material necessário para o perfeito funcionamento do sistema do parque de câmeras de monitoramento desta prefeitura", informamos a reabertura do processo licitatório para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 17/04/2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 17/04/2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu

, 31 de março de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

COMUNICADO I PP70-2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
COMUNICADO DO PP 70/2017 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 70/2017 PMB, que tem como objeto "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza pública do Município de Biguaçu", que devido ao erro de digitação no DOCUMENTOS REFERENTES À CAPACIDADE TÉCNICA ,no subitem 7.1.1.2 na parte da observação e no subitem 7.1.1.3 onde se lê "b" leia-se "7.1.1.2" passando a ter a seguinte redação:

OBS: Todos os atestados deverão se referir a serviços concluídos e executados nos prazos previstos contratualmente, com no mínimo as especificações constantes no subitem 7.1.1.2. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado da concedente, datado e assinado.

7.1.1.3-Capacitação Técnica Profissional: A Licitante deverá comprovar possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, Engenheiro detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviços, comprovado através de Acervo Técnico emitido CREA, com características semelhantes

às especificadas mencionadas no subitem 7.1.1.2, equivalente ou superior às especificadas.

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 31 de março de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 057/2017

DECRETO Nº 057/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Fundo Municipal de Saúde para 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 3.681/2016 □ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, que o recurso da fonte 0.1.02.000000 alocado na ação de governo de nº 2041 □ Serviços de Atendimento Móvel às Urgências está acima das necessidades para o exercício de 2017; Considerando, a necessidade de recursos dessa fonte na ação de governo de nº 2032 □ Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu para atender despesas com vigilância do Hospital; Considerando, que esses remanejamentos de dotações se darão dentro da própria unidade orçamentária Fundo Municipal de Saúde e, sem prejuízo das ações programadas para a área da Saúde em 2017 e envolvendo ações relacionadas ao Hospital de Biguaçu.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 3.696/2016:

18. Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	
1801.10.302.0004.2041	Serviços de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	20.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
1801.10.301.0004.2032	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	20.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de março de 2017.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 058/2017

DECRETO Nº 058/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

PRORROGA A DATA FINAL PARA REQUERER A ADESAO AO PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS - REFIS MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º Nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 107/2016, fica prorrogada para o dia 30/04/2017 (trinta de abril de dois mil e dezessete) a data final para requerer a adesão ao REFIS Municipal.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de março de 2017.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 059/2017

DECRETO Nº 059/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público da servidora SILVANA BAIXO, a partir de 01/04/2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, à servidora SILVANA BAIXO, detentora da matrícula funcional nº 450-01, portadora do CPF nº 005.280.889-04, inscrita no PASEP nº 1703311934-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 20h - Educação Infantil, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% de sua última remuneração, perfazendo a importância R\$ 8.712,40 (oito mil setecentos e doze reais e quarenta centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos aplicam-se a partir de 01/04/2017, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de março de 2017.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DL88/2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 88/2017-PMB

OBJETO: Contratação de instituição sem fins lucrativos incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, para planejamento, elaboração, divulgação, execução e realização de avaliação escrita objetiva e avaliação de títulos dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Público junto ao Município de Biguaçu.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL-FAEPESUL

A CONTRATAÇÃO SERÁ SEM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO, SENDO QUE A CONTRATADA RECEBERÁ O VALOR DAS INSCRIÇÕES PAGAS PELOS CANDIDATOS.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2017.

JUSTIFICATIVA: A contratação se dá em razão da necessidade de contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento das vagas do Quadro de Funcionários da PMB. Optou-se por processo de Dispensa de licitação com fundamento no Art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94:

XIII- na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94).

DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO PREÇO:

A Empresa contratada atende o que determina o item XIII do art. 24 da Lei 8.666/93 apresentando todos os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade.

Biguaçu, 29 de março de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SALA, PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 75/2015, PARA O CARGO EFETIVO DE TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA E ALTERA OS ARTIGOS 2º E 7º DO PLANO DE CARGOS, REMUNERAÇÃO E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Os detentores do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, vinculados ao Quadro dos Profissionais do Magistério através da Lei Complementar nº 75/2015, ficam alterados para cargos efetivos de Técnico em Magistério Auxiliar de Sala, previstos na Lei Complementar nº 51/2012.

Parágrafo único: Fica substituído a nomenclatura do cargo de Auxiliar de Sala por Técnico em Magistério Auxiliar de Sala.

Art. 2º - A alteração que trata o Art. 1º desta Lei, deve observar as atribuições, remuneração, requisito para investidura, grau de

escolaridade e habilitação, que devem ser iguais ou semelhantes aos substituídos de auxiliar de sala, ficando excluído o recebimento de hora atividade e regência de classe.

Parágrafo único: Para fins de remuneração utilizar-se-á a readequação dos quadros de remuneração deste cargo com base ao piso nacional do magistério e para benefícios do nível de promoção manter-se-á os já utilizados pelo substituído cargo de auxiliar de sala.

Art. 3º - Fica alterado o caput Art. 2º da Lei Complementar n. 51/2012, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º O Plano de Cargos, Remuneração e Carreira constitui-se no conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura dos cargos, vencimento, remuneração e desenvolvimento da Carreira dos profissionais do magistério do Município de Biguaçu, vinculados à Administração Direta, e estrutura-se em um Quadro Geral de Cargos da Educação, segregado em Modalidades, composto pelos cargos de Professor I, Professor II, Professor III, Especialista em Assuntos Educacionais, Técnico em Educação e Técnico em Magistério Auxiliar de Sala, nos termos desta Lei.”

Art. 4º - Acrescenta o inciso VI no Art. 7º da Lei Complementar n. 51/2012, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 7º [...] VI – Técnico em Magistério Auxiliar de Sala.”

Art. 5º - Esta Lei Complementar entra vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de março de 2017.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 115/2017, de 31/03/2017
Sancionada em 31/03/2017
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 938/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 938 de 30 de março de 2017.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) CRISTINA GORETE DOS SANTOS, detentor(a) da matrícula 8115-1 e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) CRISTINA GORETE DOS SANTOS, detentor(a) da matrícula 8115-1 e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00055/16-5, da qual se extraiu o período de 13 (treze) anos, 08 (oito) meses e 10 (dez) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de março de 2017.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 939/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 939 de 30 de março de 2017.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) OSVALDO SILVA, detentor(a) da matrícula 121-1 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) OSVALDO SILVA, detentor(a) da matrícula 121-1 e do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA GERAL, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00025/06-1, da qual se extraiu o período de 07 (sete) anos, 03 (três) meses e 18 (dezoito) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de março de 2017.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 940/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 940 de 30 de março de 2017.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) NINA ROSA ALBINO RODRIGUES, detentor(a) da matrícula 7282-8 e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SALA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) NINA ROSA ALBINO RODRIGUES, detentor(a) da matrícula 7282-8 e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SALA, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001090.1.00051/06-0, da qual se extraiu o período de 09 (nove) anos, 01 (um) mês e 0 (zero) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de março de 2017.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 942/2017

PORTARIA Nº 942 de 31 de março de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, MARCELO EDSON SOARES, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de março de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 943/2017

PORTARIA Nº 943 de 31 de março de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, LUCIANA DANUZA ROSA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO ESPECIAL), com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de março de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 944/2017

PORTARIA Nº 944 de 31 de março de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, FELIPE TEOFILO KINDERMANN, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de FISCAL DO MEIO AMBIENTE, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de março de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PP87/2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 87/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO EM ESPORTES, PARA ATUAR NA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 17:45 horas, do dia 17 de abril, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 18:00 horas, do dia 17 de abril, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 31 de março de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 007/2017

RESOLUÇÃO Nº 007/2017

"CRIA A ESCOLA DO LEGISLATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTORES: Mesa Diretora e Vereador Salmir Da Silva

Seção I**Das Disposições Gerais**

Art. 1º. Fica criada a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Biguaçu subordinada à Presidência, com o objetivo de oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa às atividades do Poder Legislativo biguaçuense e promover projetos, estudos e atividades de caráter educativo com a sociedade civil.

Art. 2º. Para a consecução dos seus objetivos institucionais, a Escola do Legislativo será assistida pelas demais unidades administrativas da Câmara Municipal de Biguaçu, atuando diretamente junto a estas no limite das respectivas atribuições legais.

Art. 3º. Compete à Escola do Legislativo planejar, dirigir, controlar, coordenar, orientar e executar ações educacionais, em especial:

I - Desenvolver atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento cultural, político e profissional dos vereadores, servidores públicos e outros segmentos da sociedade;

II - Implementar programas de ensino, cursos, palestras, seminários, ciclos de filmes e debates objetivando o aprofundamento da educação para a cidadania, sobretudo, uma maior aproximação entre sociedade civil e Legislativo;

III - Dar suporte ao desenvolvimento de projetos, estudos e atividades de pesquisa e produção técnico-científicas, voltados à Câmara Municipal de Biguaçu, em parceria com outras Casas Legislativas, instituições de ensino e órgãos públicos;

IV - Organizar cursos e atividades educativas objetivando a formação e a qualificação político-social de lideranças comunitárias e estudantis;

V - Integrar o Programa Interlegis do Senado Federal ou outro que venha a substituí-lo, propiciando a participação de parlamentares, servidores e agentes políticos em videoconferências e treinamentos à distância;

VI - Promover a celebração de convênios com instituições credenciadas

para ministrar cursos, no todo ou em parte, ou para efetuar pesquisas e outros projetos e eventos de interesse da Câmara Municipal, bem como da sociedade civil de forma geral;

VII - Desenvolver atividades previstas em projeto pedagógico da rede de ensino do Município, aprovadas pelo Conselho Deliberativo;

VIII - Organizar grupos de estudo e pesquisa a respeito de assuntos relevantes para o Município e a Câmara Municipal de Biguaçu sob a orientação de profissional devidamente habilitado, com a aprovação do Conselho Deliberativo;

IX - Promover periodicamente congressos com a finalidade de avaliar, discutir, refletir e apresentar propostas sobre o papel das Escolas Legislativas.

Seção II**Da Direção e Administração**

Art. 4º. A Escola do Legislativo tem a seguinte estrutura organizacional, vinculada à Presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Biguaçu:

- I – 01 (um) Presidente diretor;
- II – 01 (um) Coordenador Executivo;
- II – 02 (dois) auxiliares; e
- IV – Conselho Deliberativo.

§1º. O cargo de Presidente Diretor será ocupado por um Vereador designado pela Presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Biguaçu, e seu mandato terá duração de 2 (dois) anos.

§2º. As funções de Coordenador Executivo e auxiliares da Escola do Legislativo serão ocupadas por servidores da Câmara de Vereadores de Biguaçu, designados pela Presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Art. 5º. O Conselho Deliberativo da Escola do Legislativo será constituído pelas seguintes membros:

- I – Presidente Diretor da Escola do Legislativo;
- II – Coordenador Executivo da Escola do Legislativo;
- III - 02 (dois) Vereadores, indicados pela Presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Biguaçu;
- IV – 02 (dois) servidores efetivos, indicados pelo Presidente Diretor da Escola do Legislativo, aprovados pela Presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

§1º. Compete ao Conselho Deliberativo aprovar as diretrizes de ação da Escola do Legislativo e acompanhar a execução de seus trabalhos.

§2º. A presidência do Conselho Deliberativo será exercida por um servidor indicado pelo Presidente da Escola do Legislativo, referendado pela Presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

§3º. O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§4º. Ao Presidente Diretor da Escola do Legislativo compete:

I - Representar a Escola Legislativa junto à Administração da Câmara Municipal e às entidades e instituições externas;

II - Dirigir as atividades da Escola Legislativa e tomar as providências necessárias à sua regularidade de funcionamento, podendo, para tanto, solicitar a lotação de servidores;

III - Elaborar relatório anual de atividades a ser submetido à Mesa Diretora;

IV - Orientar os serviços de secretaria da Escola Legislativa;

V - Assinar certificados, em conjunto com o Presidente da Câmara e Coordenador Executivo, documentos escolares e a correspondência oficial da Escola do Legislativo;

VI - Propor à Mesa:

a) a celebração de protocolos, convênios, intercâmbios e contratos com entidades e instituições de ensino;

b) o recrutamento temporário de professores, instrutores, monitores, palestrantes e conferencistas.

§5º. Ao Coordenador Executivo da Escola do Legislativo compete:

I - Substituir o Presidente Diretor na sua ausência, para os fins do disposto no §4º;

II - Atuar em conjunto com o Presidente Diretor nos casos em que for necessário em decorrência da natureza do ato;

III - Propor convênios, termos de parceria e outras iniciativas que visem ao aprimoramento institucional e funcional da Escola do Parlamento;

III - Implementar e operacionalizar as deliberações tomadas pelo Diretor;

IV - Coordenar os trabalhos gerais da Escola Legislativa, sem prejuízo das atribuições da administração;

V - Promover a revisão periódica do projeto pedagógico;

VI - Outras incumbências que vierem a ser atribuídas por deliberação da Diretoria ou designadas em Regimento Interno.

Seção III

Do Corpo Docente

Art. 6º. O corpo docente da Escola Legislativa será integrado por professores permanentes e/ou professores visitantes, integrantes ou não do quadro de pessoal do Legislativo, com habitação acadêmica ou profissional, preferencialmente com capacitação docente,

assim como capacidade técnica e didática suficientes para as atividades propostas no âmbito da Escola e de seus objetivos.

§ 1º São professores permanentes os que exerçam atividades regulares na Escola Legislativa em caráter continuado;

§ 2º São professores visitantes os convidados pela Escola Legislativa para colaborar nas atividades didáticas, científicas ou de pesquisa em caráter extraordinário.

Art. 7º. As atividades docentes serão remuneradas ou desempenhadas a título de colaboração, respeitadas as normas legais aplicáveis à espécie, com anuência da Presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Biguaçu;

Art. 8º. A contratação do corpo docente respeitará as normas legais pertinentes, e a sua seleção ao disposto no Regimento Interno da Escola do Legislativo.

Seção IV

Das Disposições Finais

Art. 9º. Será destinado recinto próprio para a Escola Legislativa no prédio da sede da Câmara Municipal ou em local destinado para esse fim;

Art. 10º. A Mesa da Câmara Municipal editará os atos complementares que forem necessários ao desenvolvimento das atividades da Escola Legislativa e a sua filiação à Associação Brasileira de Escolas do Legislativo – ABEL.

Art. 11. As despesas decorrentes da presente Resolução ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 12. O Conselho deliberativo deverá apresentar o regimento interno da Escola do Legislativo no prazo máximo de 180 dias após a composição de todos os seus respectivos membros.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 27 de março de 2017.

Vereador Ângelo Ramos Vieira

Presidente

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.159/2016

DECRETO Nº 11.159, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE DOS VALORES CONSOLIDADOS DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento nos artigos 8º e 13º da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 11º da Lei Municipal nº 8.303, de 04/07/2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam estipulados os valores constantes do Anexo I deste Decreto, como Metas Bimestrais de Arrecadação do Município de Blumenau, para o exercício financeiro de 2017.

Parágrafo Único – Fica estabelecido que, se ao final de um bimestre o comportamento da receita poderá vir a afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, o Poder Executivo, de forma proporcional as suas dotações orçamentárias, adotará mecanismo de limitação de empenho no montante necessário para as despesas constantes do art. 22º, incisos I e IV, da Lei nº 8.303/16, e nos termos do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

Os anexos se encontram disponíveis no site <http://www.leismunicipais.com.br>

DECRETO Nº 11.235/2017

DECRETO Nº 11.235, DE 29 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DAS PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 59, na forma prevista na alínea "a" do inciso I do art. 75, ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO a necessidade da adoção, em caráter temporário, até a edição de regulamento próprio do Município, de procedimentos técnicos, jurídicos e de gestão para o fiel cumprimento, no âmbito do Município de Blumenau, dos preceitos contidos na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com vistas a disciplinar a celebração de parcerias firmadas entre os órgãos e entidades que compõem o Poder Executivo e organizações da sociedade civil,

DECRETA:

Art. 1º O regime jurídico aplicável para a celebração de parcerias entre os órgãos e entidades do Poder Executivo e as organizações

da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, no âmbito do Município de Blumenau, obedecerá, em caráter temporário, no que couber, as regras e procedimentos previstos:

I – no Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015, que "dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública";

II – no Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que "regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil".

Art. 2º Qualquer proposta de parceria a ser celebrada entre órgãos ou entidades públicas do Poder Executivo e organizações da sociedade civil envolvendo transferências de recursos que não se enquadrem no art. 31, II, da Lei nº 13.019/2014, precedentemente ao seu processamento na forma do que estabelecem os Decretos Federais relacionados no art. 1º, devem ser obrigatoriamente submetidas à apreciação e aprovação do Comitê Gestor de Governo, instituído pelo Decreto nº 11.175, de 05 de janeiro de 2017.

Art. 3º O disposto neste Decreto não se aplica nos casos previstos nos arts. 3º e 84, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014, devendo-se observar, todavia, o disposto no art. 84-A, da Lei nº 13.019/2014.

Art. 4º Fica criado Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar proposta de regulamento próprio do Município em relação à Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias contados da publicação deste Decreto.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho será composto por no mínimo 04 (quatro) membros, designados por ato do Prefeito Municipal, representantes dos seguintes órgãos:

I – Gabinete do Prefeito (GAPREF);

II – Procuradoria Geral do Município (PROGEM);

III – Secretaria Municipal de Administração (SEDEAD).

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de março de 2017.
NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.665/2017

PORTARIA Nº 20.665, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

INDICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PATRICIA MORASTONI SASSE PARA EXERCER AS ATRIBUIÇÕES DE GESTOR DO FUNDO DE RECURSO MUNICIPAL PARA AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – FREMAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 27, §2º, da

Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, e atendendo ao Memorando GAB/SEMUDES nº 031/2017, de 15/03/2017, resolve:

INDICAR

PATRICIA MORASTONI SASSE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora Geral da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeada pela Portaria nº 20.503, de 02 de março de 2017, para exercer as atribuições de Gestor do Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas – FREMAD, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 856/2012, em substituição a ROMEU HORST FRITZKE, indicado pela Portaria nº 19.620, de 14 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de março de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.670/2017

PORTARIA Nº 20.670, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA LENIR TEREZINHA GUERREIRO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR OPERACIONAL DE APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

LENIR TEREZINHA GUERREIRO, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Apoio a Educação Especial, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no dia 1º de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de março de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.671/2017

PORTARIA Nº 20.671, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

DISPENSA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e Memorandos SEGT nº 39/2017 e nº 40/2017, e o Memorando SEMED nº 131/2017, resolve:

DISPENSAR os servidores públicos municipais abaixo indicados, do

exercício das funções gratificadas de confiança:

ANDREI PRESA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Informática, lotado na Secretaria Municipal de Gestão e Transparência - SEGT, da função gratificada de confiança de Assessor de Atendimento Técnico - FGC-20%, concedida pela Portaria nº 20.478, de 01/03/2017, a contar de 20 de março de 2017;

MÔNICA LETÍCIA DESCHAMPS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Pessoal da Educação Infantil - FGC-90%, concedida pela Portaria nº 20.478, de 01/03/2017, a contar de 28 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de março de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.672/2017

PORTARIA Nº 20.672, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo indicados, para o exercício de funções gratificadas de confiança:

ANDREI PRESA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Informática, lotado na Secretaria Municipal de Gestão e Transparência - SEGT, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Implantação - FGC 60%, a contar de 21 de março de 2017;

CAIO ALVES FIGUEIREDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, lotado na Secretaria Municipal de Gestão e Transparência - SEGT, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Atendimento Técnico - FGC 20%, a contar de 21 de março de 2017;

MÔNICA LETÍCIA DESCHAMPS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Educação Fiscal - FGC 40%, a contar de 28 de março de 2017;

CLEITON BRUNO HASKEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Atendimento da Praça do Cidadão - FGC 80%, a contar de 20 de março de 2017;

SILVIA VERÔNICA PEIXER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador da Praça do Cidadão Externa - FGC 60%, a contar de 20 de março de 2017;

ANA CRISTINA MASERA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Fazendário, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Financeira - SEGEFI, para o exercício da função gratificada de

confiança de Coordenador de Serviços Bancários - FGC 50%, a contar de 01 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de março de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.673/2017

PORTARIA Nº 20.673, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MOACIR LUIS BOECK DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e Memorando SEDUR/GAD nº 031/2017, de 28 de março de 2017, resolve:

DISPENSAR, no dia 31 de março de 2017, o servidor público municipal MOACIR LUIS BOECK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Análise de Projetos de Parcelamentos Especiais - FGC 70%, na SEDUR, concedida pela Portaria nº 20.478, de 01/03/2017;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de março de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.674/2017

PORTARIA Nº 20.674, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RICARDO MICHEL GRIPA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DE COORDENADOR DE ANÁLISE DE PROJETOS DE PARCELAMENTOS ESPECIAIS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e Memorando SEDUR/GAD nº 032/2017, de 28/03/2017, resolve:

DESIGNAR, no dia 1º de abril de 2017, o servidor público municipal RICARDO MICHEL GRIPA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Análise de Projetos de Parcelamentos Especiais - FGC 70%, na SEDUR, constante do Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de março de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.675/2017

PORTARIA Nº 20.675, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALEXANDRE AGAMENON DE SOUZA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor público municipal ALEXANDRE AGAMENON DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 07 de março de 2017, conforme Processo Administrativo nº 2087/03/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de março de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.677/2017

PORTARIA Nº 20.677, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 23, inciso III, combinado com o art. 32 da Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 0194/2017, de 24/03/2017, resolve:

CONCEDER, gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, pelo atendimento aos usuários do SUS, às servidoras públicas municipais:

DENISE BEATRIZ SADA, matrícula nº 231383, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 09 de março de 2017;

WANEISSA DA SILVA PAMPLONA SOARES, matrícula nº 231380, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 17 de março de 2017;

JANETE TERESINHA GADONSKI, matrícula nº 231388, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 23 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de março de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.678/2017

PORTARIA Nº 20.678, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA MORIS CLEBER KOHL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - CMDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o parágrafo único do art. 4º, da Lei Complementar nº 179, de 20/08/98, combinado com o Decreto nº 6.892, de 06/08/2001, e atendendo ao Memorando – SEDEC nº 003/2017, de 27/03/2017, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998, para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – CMDES, juntamente com os demais membros:

MORIS CLEBER KOHL, representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, em substituição a MARCOS INÁCIO RUEDIGER, nomeado pela Portaria nº 19.013, de 11 de agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de março de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA SEDEAD Nº 31.246/2017

PORTARIA SEDEAD Nº 31.246/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Processo	Período	
			Início	Fim
22825-8	KARINA FURTADO MEYER	2017/130	08/02/2017	03/03/2017
13932-7	ROSEMERI TOMIO	2017/131	24/02/2017	10/03/2017
20502-8	NEUSA MORAES ANTUNES	2017/132	24/02/2017	14/03/2017
17522-6	DENISE GIMENES PILLMANN RAMOS	2017/137	20/02/2017	03/03/2017
23036-4	MARY ELIANE DE OLIVEIRA DA SILVA	2017/138	01/03/2017	07/03/2017
20374-2	DORLI DA SILVA	2017/143	07/03/2017	05/05/2017
21939-8	CLAUDIA DE CASSIA COPETTI DIDONET BEDUSCHI	2017/144	01/03/2017	08/03/2017
23078-6	JERLEAN JANETE LACERDA	2017/150	06/03/2017	13/03/2017
22802-8	ANDREA RENATE SOBOTTKA DUWE	2017/153	13/03/2017	19/03/2017
78	ELOISA HELENA GONÇALVES GOULART	2017/78	05/03/2017	12/03/2017
21372-1	ELAINE GRAZIELA BRUHMULLER	2017/156	08/03/2017	14/03/2017
22876-3	TATIANA FURLAN SALA BIANCHINI	2017/163	16/03/2017	23/03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de março de 2017.
ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 31.247/2017

PORTARIA SEDEAD Nº 31.247/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

PROCESSO DISPENSA Nº 08-034/17; PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE NºS 09-13/17 E 09-16/16

Processo de Dispensa: 08-34/17

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SEFAZ

Artigo: Inciso 24; XXVI da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL- CIGA. (CNPJ: 09.427.503/0001-12).

VALOR: R\$ 13.050,00

Processo de Inexigibilidade : 09-13/17

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/SUPORTE TÉCNICO DE SOFTWARE - PROCON

Artigo: Inciso 25 CAPUT da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC. (CNPJ: 82.895.327/0001-33).

VALOR: R\$ 22.811,40

Processo de Inexigibilidade : 09-16/17

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA P/CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO PARA SERVIDORES PÚBLICOS - SEDEAD

Artigo: Inciso 25; CAPUT da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: SANTINVEST S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.(CNPJ:00.122.327/0001-36)

Cadastro	Nome	Processo	Período	
			Início	Fim
22877-1	GRAZIELA PEREIRA	2017/83	13/02/2017	26/02/2017
21018-8	DANIELA WOICIECHOWSKI BUETTGEN	2017/179	17/03/2017	15/05/2017
17931-0	ROSANA CRISTINA DOS SANTOS FIALHO REBELLATO	2017/180	08/03/2017	19/03/2017
22886-9	MARCELO DA SILVA	2017/184	13/03/2017	20/03/2017
22920-3	HINGRIDI CARDOSO	2017/186	21/03/2017	04/04/2017
22954-1	TATIANA UHLMANN RIBEIRO	2017/161	12/03/2017	17/03/2017
23020-6	TAFFAREL PEREIRA HOSTINS	2017/164	11/03/2017	31/03/2017
23076-8	SIMONE DOS SANTOS COSTA	2017/165	15/03/2017	22/03/2017
20777-2	CLAUDIO MAFEZOLI	2017/177	06/03/2017	17/03/2017
21371-3	ROSELENE APARECIDA GONÇALVES	2017/185	02/03/2017	08/03/2017
21372-1	ELAINE GRAZIELA BRUHMULLER	2017/189	15/03/2017	29/03/2017
22566-5	MARISE DA SILVA	2017/190	23/03/2017	20/05/2017
23067-2	GEYSA GEORG SOMMERFELD	2017/191	09/03/2017	01/04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de março de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 31.250/2017

PORTARIA SEDEAD Nº 31.250/2017

REMOVE DE OFÍCIO O(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL ATAIR CORREIA DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ENFERMEIRO.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e conforme Formulário de Remoção de Ofício, datado de 13 de fevereiro de 2017, resolve:

REMOVER DE OFÍCIO

ATAIR CORREIA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, com a vaga para o Centro POP, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, com efeitos a contar de 01 de abril de 2017. Conforme Processo Administrativo nº. 2017/03/002020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de março de 2017.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 07/2017

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 07/2017

APROVA A PROPOSTA DE METAS FÍSICAS PRIORIZADAS PARA 2018 PARA COMPOR A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, RELATIVAS AO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações; no Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº. 7.556, de 24 de novembro de 2003; no Decreto Nº. 9.823, de 11 de Outubro de 2012, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA; e de acordo com a Plenária Ordinária realizada em 30 de março de 2017, conforme consta na Ata CMDCA Nº. 02/2017 e;

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, que dispõe Sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar;
- a correspondência eletrônica da Gestora do FIA, informando o prazo para envio do parecer do Conselho ao Tribunal de Contas do Estado;
- a apreciação e aprovação pela Comissão Permanente de Finanças e Captação – CFC do CMDCA em 23 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de metas físicas priorizadas para 2018 para compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no âmbito do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA para o exercício de 2018, sendo: Atividades de Incentivo a Guarda de Crianças/Adolescentes - R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais); Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – R\$ 791.000,00 (setecentos e noventa e um mil reais); Manutenção das atividades do Fundo da Criança/Adolescente – R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); totalizando o valor de R\$ 977.000,00 (novecentos e setenta e sete mil reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 30 de março de 2017.

Dalva Rodrigues da Silva

Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO INXIGIBILIDADE Nº 09-2206/17 E PROCESSO DISPENSA Nº 08-2209/17 - SAMAE**TERMOS DE HOMOLOGAÇÕES**

Processo de INEXIGIBILIDADE nº 09-2206/2017 SAMAE – Prestação do curso "Seminário Nacional: Os Contratos Administrativos na Visão do TCU, do TCE/SC e dos Tribunais Superiores", para as servidoras Karla Kaestner e Cinthia R. Gomes, no período de 05 a 07/04/2017.

Contratada: ZENITE INFORMAÇÃO & CONSULTORIA S.A. (86.781.069/0001-15)

Valor total: R\$ 7.504,80

Base legal: Artigos 25, II e 13 VI da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Data da homologação: 31/03/2017

Processo de DISPENSA nº 08-2209/2017 SAMAE – Locação de terreno na Rua Johann G. H. Hadlich, bairro Passo Manso, onde está implantado um booster para distribuição de água tratada para a localidade.

Contratada: DIOCESE DE BLUMENAU (03.925.280/0001-37)

Valor total: R\$ 5.911,32

Base legal: Artigo 24, X, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Data da homologação: 31/03/2017

CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial.

TIPO: Menor preço global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em telecomunicações para a prestação de serviços comum e continuado de telefonia na modalidade SMP (Serviço Móvel Pessoal).

DATA DE ABERTURA: 13/04/2017

HORÁRIO: 10 horas.

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau - Rua XV de novembro, 55, centro, Blumenau/SC.

O Edital e/ou esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 13 às 19 horas, de 2ª a 6ª feira ou no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br/processos-licitatorios-2017/>

Blumenau, 03 de abril de 2017.

Marcos da Rosa

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Bom Retiro

PREFEITURA

339.03.17 - P. REMANEJAMENTO ROZANA AP. DIAS PICKLER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 339/17 de 29.03.17

Remaneja Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Remanejar a servidora Rozana Aparecida Dias Pickler ocupante do cargo de Servente, Padrão 1 – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Saúde – Posto de Saúde Centro a contar do dia 01 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

340.03.17 - P. INSALUBRIDADE PLAUTO L. NEDEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 340/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor PLAUTO LUIZ NEDEL, matrícula 850-8, Odontólogo, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

341.03.17 - P. INSALUBRIDADE LEONARDO W. B. JUNIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 341/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor LEONARDO WALDONI BOELL JUNIOR, matrícula 7167-6, Odontólogo, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

342.03.17 - P. INSALUBRIDADE VANESSA BIANCHI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 342/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo

Município a Servidora VANESSA BIANCHI, matrícula 8482-4, Odontólogo, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

343.03.17 - P. INSALUBRIDADE JOSÉ A. MELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 343/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor JOSÉ ANTONIO DE MELO, matrícula 3400-2, Médico, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

344.03.17 - P. INSALUBRIDADE PAULO E. C. MONTEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 344/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor PAULO EUGÊNIO CARNEIRO MONTEIRO, matrícula 2770-7, Médico, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

345.03.17 - P. INSALUBRIDADE WAGNER WESTPHAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 345/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor WAGNER WESTPHAL, matrícula 12708-6, Médico, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

346.03.17 - P. INSALUBRIDADE PATRICIA I. FLORIANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 346/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores

Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora PATRÍCIA IRACEMA FLORIANI, matrícula 8045-4, Fisioterapeuta, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

347.03.17 - P. INSALUBRIDADE BERENICE SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 347/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora BERENICE SCHLEMPER, matrícula 5593-0, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

348.03.17 - P. INSALUBRIDADE IVONETE H. GARCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 348/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora IVONETE HINCKEL GARCIA, matrícula 5593-0, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

349.03.17 - P. INSALUBRIDADE MARIA F. A. KULL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 349/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora MARIA DE FÁTIMA ANTUNES KULL, matrícula 5458-5, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

350.03.17 - P. INSALUBRIDADE MARIA V. S. GERBER
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 350/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora MARIA VERÔNICA DA SILVA GERBER, matrícula 3671-4, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

351.03.17 - P. INSALUBRIDADE MARLENE H. ALMEIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 351/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora MARLENE HINCKEL ALMEIDA, matrícula 6595-1,

Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

352.03.17 - P. INSALUBRIDADE ROSELI ALVES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 352/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora ROSELI ALVES, matrícula 4301-0, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

353.03.17 - P. INSALUBRIDADE SONIA M. S. PERES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 353/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora SÔNIA MARIA DA SILVA PERES, matrícula 11033-7, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

354.03.17 - P. INSALUBRIDADE ZITA S. LOCH
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 354/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora ZITA SIMIANO LOCH, matrícula 5666-9, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

355.03.17 - P. INSALUBRIDADE CLAUDETE AP. R. CUSTÓDIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 355/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º

01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora CLAUDETE APARECIDA RIBEIRO CUSTÓDIO, matrícula 12838-4, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

356.03.17 - P. INSALUBRIDADE ERICLEIA AP. ALEXANDRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 356/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora ERICLEIA APARECIDA ALEXANDRE, matrícula 380-8, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

357.03.17 - P. INSALUBRIDADE MARIA M. S. GORGES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 357/17 de 29.03.17

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora MARIA MARGARETE DA SILVA GORGES, matrícula 785-4, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

358.03.17 - P. INSALUBRIDADE ELIANE C. PEREIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 358/17 de 29.03.17

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora ELIANE CAPISTRANO PEREIRA matrícula 977-6, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

359.03.17 - P. INSALUBRIDADE ELIANE L. SILVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 359/17 de 29.03.17

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora ELIANE LEANDRO DA SILVA, matrícula 9546-0, Técnico Enfermagem Socorrista, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

360.03.17 - P. INSALUBRIDADE ANTONIO J. ZANELATTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 360/17 de 29.03.17

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor ANTÔNIO JUNIOR ZANELATTO, matrícula

9545-1, Técnico Enfermagem Socorrista, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

361.03.17 - P. INSALUBRIDADE JOÃO D. CORREIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 361/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor JOÃO DANIEL CORREIA, matrícula 12118-5, Técnico Enfermagem Socorrista, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

362.03.17 - P. INSALUBRIDADE CARLOS L. SCHULLER
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 362/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor CARLOS LEONARDO SCHULLER, matrícula 12114-2, Técnico Enfermagem Socorrista, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

363.03.17 - P. INSALUBRIDADE DANIELA MATEUS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 363/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora DANIELA MATEUS, matrícula 7281-8, Profissional de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

364.03.17 - P. INSALUBRIDADE FRANCIELLI C. SCHUTZ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 364/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº

62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora FRANCIELLI DA CRUZ SCHUTZ, matrícula 7280-0, Profissional de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

365.03.17 - P. INSALUBRIDADE SANDRA AP. C. SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 365/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar n.º 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora SANDRA APARECIDA COELHO DE SOUZA, matrícula 9287-8, Profissional de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

366.03.17 - P. INSALUBRIDADE TEREZINHA CHINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 366/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar n.º 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora TEREZINHA CHINI, matrícula 7062-9, Profissional de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

367.03.17 - P. INSALUBRIDADE ANA P. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 367/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar n.º 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora ANA PAULA DA SILVA, matrícula 6111-5, Atendente Consultório Dentário, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

368.03.17 - P. INSALUBRIDADE ANA P. SCHNEIDER
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 368/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora ANA PAULA SCHNEIDER, matrícula 8632-0, Atendente Consultório Dentário, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

369.03.17 - P. INSALUBRIDADE FABIANA ROSSI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 369/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo

Município a Servidora FABIANA ROSSI, matrícula 8635-5, Atendente Consultório Dentário, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

370.03.17 - P. INSALUBRIDADE ALEX J. EGER
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 370/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor ALEX JULIANO EGER, matrícula 9549-4, Motorista Socorrista, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

371.03.17 - P. INSALUBRIDADE FERNANDA PEREIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 371/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de

Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor FERNANDO PEREIRA, matrícula 8669-0, Motorista Socorrista, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

372.03.17 - P. INSALUBRIDADE GILMAR L. M. JESUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 372/17 de 29.03.17

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor GILMAR LUIZ MATOS DE JESUS, matrícula 5970-6, Motorista Socorrista, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

373.03.17 - P. INSALUBRIDADE ZOLI F. COELHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 373/17 de 29.03.17

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº

62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor ZOLI FABIANO COELHO, matrícula 12373-0, Motorista Socorrista, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

374.03.17 - P. INSALUBRIDADE ANTONIA D. R. ALBUQUERQUE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 374/17 de 29.03.17

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora ANTÔNIA DEJANIR RABELO ALBUQUERQUE, matrícula 7255-9, Servente, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

375.03.17 - P. INSALUBRIDADE ANA L. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 375/17 de 29.03.17

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora ANA LÚCIA DA SILVA, matrícula 11359-0, Servente, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

376.03.17 - P. INSALUBRIDADE CLAUDINEI CUSTÓDIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 376/17 de 29.03.17

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor CLAUDINEI CUSTÓDIO, matrícula 6095-0, Agente Municipal de Defesa e Salvamento, lotado no Funrebom, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

377.03.17 - P. INSALUBRIDADE CRISTIANO MENEGAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 377/17 de 29.03.17

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor CRISTIANO MENEGAZ, matrícula 9682-2, Agente Municipal de Defesa e Salvamento, lotado no Funrebom, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

378.03.17 - P. INSALUBRIDADE ACACIO BRANGER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 378/17 de 29.03.17

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria

e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor ACÁCIO BRANGER, matrícula 9548-6, Motorista de Ambulância, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

379.03.17 - P. INSALUBRIDADE VALDIR W. HINCKEL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 379/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município ao Servidor VALDIR WALTER HINCKEL, matrícula 1105-3, Motorista de Ambulância, lotado na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

380.03.17 - P. INSALUBRIDADE ROZANA AP. D. PICKLER
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 380/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de

Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora ROZANA APARECIDA DIAS PICKLER, matrícula 5698-7, Servente, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

381.03.17 - P. INSALUBRIDADE MARINELI DA CRUZ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 381/17 de 29.03.17
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora MARINELI DA CRUZ, matrícula 10691-7, Servente, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 01.03.2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de março de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

382.03.17 - P. FÉRIAS ERICLEIA F. MOTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 382/17 de 30.03.17
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º

01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a 2017 (Dois Mil e Dezesete) a funcionária Ercileia Faustino da Mota ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia, conforme requerimento n.º 026/2017 de 30 de março de 2017, e os 20 (vinte) dias restantes para gozá-las a contar do dia 09 de abril com término no dia 28 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de março de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2014/2017 SUPERÁVIT**

D E C R E T O Nº 2.014/2017

"Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2017"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 22.880,37(Vinte e dois mil oitocentos e oitenta reais e trinta e sete centavos), conforme abaixo especificado:

06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-125-2.35	Man.e Restauração Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.64(518)	Superávit R\$ 22.880,37

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 31 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 31 de março de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PL17/2017-PP13/2017-SRP-CONCRETO USINADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017 - SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição parcelada de CONCRETO USINADO. Recebimento da documentação e propostas: 13/04/2017, Até as 14:30 Horas. Abertura da sessão na mesma data e horário. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br.

Botuverá-SC, 03 de Abril de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016 PMBT

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2016

Número do Registro de Preços: 16/2016		Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados a eventos escolares da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado 500gr. Fresco, mado, sem sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado a quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (10290)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	4,9154	1
2	Pão de forma tipo pullmann (fatiado), fresco, mado, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado a quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (14420)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	4,9965	1
3	Cuca caseira sabores variados 1/2 cuca de uma inteira. Fresco, mado, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13475)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	9,9929	1
4	Orelha de Gato, doces polvilhados no açúcar e canela, mado, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13476)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	17,6575	1
5	Bolacha tipo caseira, nos sabores de polvilho e coco. Sendo fresco e feito de forma artesanal utilizar produtos naturais, sem conservantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13477)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	21,9845	1
6	Rosca de polvilho redonda, peso aproximado de 400gr a 500gr. Fresco, mado, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13478)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	5,4961	1
7	Bolo de bolacha tipo wafer, polvilhado no açúcar e canela. Fresco, mado, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (13479)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	2,1485	1
8	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande no sabor de chocolate ou laranja. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13480)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	14,9894	1

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2016

Número do Registro de Preços: 16/2016			Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados a eventos escolares da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Pão francês, unidade de 50gr. Sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13481)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	9,7131	1
10	Pão de queijo, tamanho médio. Sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13482)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	20,9852	1
11	Sanduíche com pão francês (50gr), queijo e presunto. Feitos no dia da entrega, sem presença de sujidades. (13484)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	4,1671	1
12	Sanduíche com 2 fatias de pão pullmann, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega, sem presença de sujidades (10298)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	4,5768	1
13	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100gr à 120gr, frito no dia da entrega, macio, polvilhado no açúcar e canela e sem presença de sujidade. (13486)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	3,3277	1
14	Massinha com recheio peso aproximado de 100gr, sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve se embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13489)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	1,7488	1
15	Bienega ou pão de cachorro quente pequeno, sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13491)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki sabor	0	0,4797	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 16/2016		Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados a eventos escolares da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Pão integral fatiado, sendo fresco, miúdo, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13571)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6689)	Ki sabor	0	6,2456	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2016

Número do Registro de Preços: 16/2016		Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados a eventos escolares da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016
PROCESSO Nº 31/2016
(6669) - PANIFICADORA KI SABOR

Braço do Trombudo, 30 de Junho de 2016.

Página: 1/81

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Agenda telefone tam 21 x 15 cm (17409)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SÃO DOMING	0	41,6300	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	FRAMA	0	41,0000	2
2	Apontador de lápis pequeno em plástico, com um furo, sem estojo, em cores variadas. (3290)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	0,8325	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	0,8300	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	LEO E LEO	0	0,8500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo e leo	0	0,8500	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO E LEO	0	0,8500	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	JOCAR	0	0,8500	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	0,8600	7
3	Bandeja plástica 30x20, com bordas mais altas e em cores claras. (4759)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NOVACRIL	0	21,0000	1
4	Balão colorido (pct c/ 50 unid) nr 7 (17410)	PCT	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RIBERBALL	0	9,3604	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW BALL	0	9,3660	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BALLONTECH-	0	9,4500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new ball	0	9,7500	4

Página: 2/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Balião cor de rosa claro (pct c/ 50 unid) (17411)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	IBB	0	9,7500	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOY	0	9,7700	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RIBERBALL	0	9,1974	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW BALL	0	9,2060	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BALLONTECH	0	9,4500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	IBB	0	9,5500	4
6	Balião cor de rosa escuro (pct c/ 50 unid) (17412)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new ball	0	9,5800	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOY	0	9,6000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RIBERBALL	0	9,1974	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW BALL	0	9,2060	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BALLONTECH	0	9,4500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	IBB	0	9,5500	4
5			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new ball	0	9,5800	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOY	0	9,6000	6

Página: 3/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Balão azul marinho (pct c/ 50 unid) (17413)	PCT	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RIBERBALL	0	9,1974	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW BALL	0	9,2060	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BALLONTECH	0	9,4500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	IBB	0	9,5500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new ball	0	9,5800	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOY	0	9,6000	6
8	Balão azul claro (pct c/ 50 unid) (17414)	PCT	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RIBERBALL	0	9,1974	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW BALL	0	9,2060	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BALLONTECH	0	9,4500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	IBB	0	9,5500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new ball	0	9,5800	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOY	0	9,6000	6
9	Balão branco (pct c/ 50 unid) (17415)	PCT	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RIBERBALL	0	9,1974	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW BALL	0	9,2060	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 4/81

Número do Registro de Preços: 5/2016		Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BALLONTECH	0	9,4500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	IBB	0	9,5500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new ball	0	9,5800	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOY	0	9,6000	6
10	Barbante, 8 fios, 100% algodão, com 300 m, na cor cru (17416)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	piratininga	0	21,6667	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EURORAMA	0	22,0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOKA	0	23,7000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	KOREA	0	23,7500	4
11	Bloco p/ recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados a fim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 76mmx76mm, com no mínimo 400 a 500 folhas cada bloco, blocos com 5 cores. (4748)	BL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ADELBRAS	0	11,5483	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	JOCAR	0	11,5000	2
12	Bloco p/ recado em papel 90g/m² PAUTADO com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados a fim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 101mmx101mm, com no mínimo 90 a 100 folhas. (4749)	BL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ADELBRAS	0	11,1023	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	JOCAR	0	11,0000	2

Página: 5/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Bloco p/ recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados a fim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 50mmx50mm, com no mínimo 250 folhas, blocos com 5 cores. (4750)	BL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ADELBRAS	0	12,8370	1
14	Bloco p/ recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados a fim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 38mmx50mm, com no mínimo 100 folhas cada bloco, pacote contendo 4 blocos em cores variadas. (3283)	BL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ADELBRAS	0	10,5075	1
15	Bobina saco plástico 20x30 cm picotado, bobina com aproximadamente 700 sacos. (4752)	bobin	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	EMBRAS	0	78,6667	1
16	Borracha branca escolar nº 20 (4753)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	REDBOR	0	0,8414	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	RED BOR	0	0,8400	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RED BOR	0	0,8500	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO E LEO	0	0,8500	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	JOCAR	0	0,8500	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo e leo	0	0,8600	6

Página: 6/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Caderno brochura capa dura 48 fls. Capa azul (17417)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	REDBOR	0	0,8600	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JANDAIA	0	4,0779	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PANAMERICA	0	4,0836	2
			CELJA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	credeal	0	4,1278	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	TLIBRA	0	4,2800	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PANAMERICA	0	4,3000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	PANAMERICA	0	4,3000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PANAMERICA	0	4,3200	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JANDAIA	0	5,8256	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PANAMERICA	0	5,9327	2
			CELJA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	credeal	0	5,9805	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	TLIBRA	0	6,1900	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	PANAMERICA	0	6,2000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PANAMERICA	0	6,2000	6
18	Caderno brochura capa dura 96 fls. Capa azul (17418)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	REDBOR	0	0,8600	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JANDAIA	0	4,0779	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PANAMERICA	0	4,0836	2
			CELJA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	credeal	0	4,1278	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	TLIBRA	0	4,2800	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PANAMERICA	0	4,3000	5

Página: 7/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Caderno universitário 10 matérias 200fts capa dura. Capa colorida. (4761)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PANAMERICA	0	6,2500	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JANDAIA	0	13,5830	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PANAMERICA	0	13,4475	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	credeal	0	13,5834	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	TILIBRA	0	14,1000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	PANAMERICA	0	14,1500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PANAMERICA	0	14,1500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PANAMERICA	0	14,1700	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SIEDSCHLAG	0	3,8000	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	BRAGAGNOLI	0	3,8450	2
20	Caixa de arquivo morto. (3301)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SC	0	3,9000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	DELCRIS	0	4,0000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	SC	0	4,0500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ALAPLAST	0	4,0600	6

Página: 8/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frana	0	4,0700	7
21	Calculadora 12 dígitos, visor grande, tamanho aproximadamente 17,5 x 12,5 cm, alimentação bateria visor solar e bateria AA. (17419)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CLASSE	0	38,1530	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	37,9000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ZETA	0	38,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	MJ	0	38,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PROCALC	0	38,9500	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	zeta	0	38,9500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MASTER	0	38,9500	7
22	Caneta esferográfica BPS GRIP 1.00 mm azul (17420)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	5,5821	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	PILOT	0	5,5886	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PILLOT	0	5,6100	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	PITOT	0	5,6436	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	PILOT	0	5,8000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pilot	0	5,8300	6

Página: 9/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Caneta esférica BPS GRIP 1,00 mm preta (17421)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PILOT	0	5,8500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	5,5821	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	PILOT	0	5,5886	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PILLOT	0	5,6100	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	PITOT	0	5,6436	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	PILOT	0	5,8000	5
24	Caneta esférica BPS GRIP 1,00 mm vermelha (17422)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pilot	0	5,8300	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PILOT	0	5,8500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	5,5821	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	PILOT	0	5,5886	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PILLOT	0	5,6100	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	PITOT	0	5,6436	4
25	Caneta esférica BPS GRIP 1,00 mm preta (17421)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	PILOT	0	5,8000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pilot	0	5,8300	6

Página: 10/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PILOT	0	5,8500	7
25	Caneta esférica cristal na cor AZUL ponta média de 1 mm largura da linha 0,4 mm, tampa e plug da mesma cor da tinta, tampa ventilada em conformidade com padrão ISO, bola de tungstênio, estera perfeitada e muito resistente, corpo hexagonal que assegura o conforto na escrita e transparente para visualização da tinta, tinta de alta qualidade, que seca rapidamente evitando borrões na escrita, escrita macia, caixa c/ 50 unid. (17423)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BIC	0	62,4393	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BIC	0	61,7416	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	INJEX PEN	0	62,5200	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	COMPACTOR	0	62,6308	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	CARIMBRAS	0	65,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bic	0	65,1000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	COMPACTOR	0	65,1300	7
26	Caneta esférica cristal na cor PRETA ponta média de 1 mm largura da linha 0,4 mm, tampa e plug da mesma cor da tinta, tampa ventilada em conformidade com padrão ISO, bola de tungstênio, estera perfeitada e muito resistente, corpo hexagonal que assegura o conforto na escrita e transparente para visualização da tinta, tinta de alta qualidade, que seca rapidamente evitando borrões na escrita, escrita macia, caixa c/ 50 unid. (17424)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BIC	0	62,4393	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BIC	0	61,7416	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	INJEX PEN	0	62,5200	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	COMPACTOR	0	62,6308	4

Página: 11/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Caneta esferográfica cristal na cor VERMELHA ponta média de 1mm largura da linha 0.4 mm, tampa e plug da mesma cor da tinta, tampa ventilada em conformidade com padrão ISO, bola de tungstênio, esfera perfeita e muito resistente, corpo hexagonal que assegura o conforto na escrita e transparente para visualização da tinta, tinta de alta qualidade, que seca rapidamente evitando borrões na escrita, escrita mada, caixa 0 50 unid. (17425)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	CARIMBRAS	0	65,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bic	0	65,1000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	COMPACTOR	0	65,1300	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BIC	0	62,4393	1
28	Caneta marca texto, amarela fluorescente, papel, fax e cópias, traço 4 mm. Caixa com 12 unidades. (3312)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BIC	0	61,7416	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	INJEX PEN	0	62,5200	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	COMPACTOR	0	62,6308	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	CARIMBRAS	0	65,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bic	0	65,1000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	COMPACTOR	0	65,1300	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	20,2856	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MASTER	0	20,1625	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	20,3200	3

Página: 12/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MASTER	0	20,3309	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	JOCAR	0	21,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	21,1500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRW	0	21,1700	7
29	Carbono filme manual formato A4 21x29,7cm c/100 fls azul (4782)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	53,3306	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	INFORMS	0	53,7500	2
30	Cartão ponto kraft 66x180mm (4783)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SAO DOMING	0	0,2550	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TLIBRA	0	0,2560	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SD	0	0,2700	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	SD	0	0,2700	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SÃO DOMING	0	0,2800	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	S.D	0	0,2800	6
31	Cartolina branca tam 48x66 cm, cor branca 240 gramas. (17426)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipal	0	1,8623	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PILLAR	0	1,8700	2

Página: 13/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Clips nº0 (cx c/ 500gr) (4786)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JANDAIA	0	1,9000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	ALLFORM	0	1,9200	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	IMV	0	1,9300	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JANDAIA	0	1,9500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BIGNARD	0	1,9500	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NEW	0	11,4400	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new	0	11,2920	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	11,4500	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	NEW	0	11,8000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	11,9000	5
33	Clips nº4/0 (cx c/ 500gr) (4786)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	WIRE	0	11,9000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	NEW	0	11,9300	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NEW	0	11,4383	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new	0	11,2908	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JANDAIA	0	1,9000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	ALLFORM	0	1,9200	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	IMV	0	1,9300	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JANDAIA	0	1,9500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BIGNARD	0	1,9500	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NEW	0	11,4400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 14/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	11,4500	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	NEW	0	11,8000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	11,9000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	WIRE	0	11,9000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	NEW	0	11,9300	7
		CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NEW	0	11,4383	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NEW	0	11,2908	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	11,4500	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	NEW	0	11,8000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	WIRE	0	11,9000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	11,9000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	NEW	0	11,9300	7
		CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NEW	0	11,4383	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NEW	0	11,2908	2

Página: 15/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Cola branca lavável, não tóxica 90gramas, à base de PVA e água. (4789)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	11,4500	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	NEW	0	11,8000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	WIRE	0	11,9000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	11,9000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	NEW	0	11,9300	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	2,8615	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	2,8478	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo e leo	0	2,8630	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	3,0000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	PIRATININGA	0	3,0000	5
37	Cola Bastão, não tóxica, lavável, aprovado pelo Inmetro (40 gr). (17427)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	KOALA	0	3,0500	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PIRATININGA	0	3,0500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	5,0831	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	LEO E LEO	0	5,0882	2

Página: 16/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Cola Locfile líquida, tubo 3 gramas, sper forte e resistant. (17428)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo e leo	0	5,1167	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MARIPEL	0	5,2000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	JOCAR	0	5,4200	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	LEO E LEO	0	5,4500	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	5,4500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	HENCKEL	0	9,9710	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TEKBOND	0	10,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	super bonder	0	10,0456	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUPER BOND	0	10,1364	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BIC	0	10,6600	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	HENKEL	0	10,7000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TEK BOND	0	10,7000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	8,2519	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	8,2250	2
39	Cola para EVA (4791)	UND					

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 17/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	radex	0	8,3088	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	RADEX	0	8,5000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	PIRATININGA	0	8,7700	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	PIRATININGA	0	8,8500	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	RADEX	0	8,8500	7
40	Estilete grande tam grande (17429)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRW	0	5,5109	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	5,4000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MASTER	0	5,5000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MASTER	0	5,6000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	OFFICE	0	5,6000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	5,6000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	5,6000	7
41	EVA Plusch cores variadas 45x60 2 cm (17430)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	8,3035	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	8,2800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 18/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	EVA amarelo 45x60 2 cm. (17431)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	KREATEVA	0	8,5000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MILU 40X60	0	8,6000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	KREATEVA	0	8,6000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAKE+	0	8,6000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MILU	0	8,6300	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	2,8869	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	2,8800	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EDUART	0	2,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MILU	0	2,9800	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	KREATEVA	0	3,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DUBIFLEX	0	3,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAKE+	0	3,0000	7
43	EVA verde bandeira 45x60 2 cm. (17432)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	2,8869	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	2,8800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 19/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	EVA azul 45x60 2 cm. (17433)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EDUART	0	2,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MILU	0	2,9800	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	KREATEVA	0	3,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DUBFLEX	0	3,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAKE+	0	3,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	2,8869	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	2,8800	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EDUART	0	2,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MILU	0	2,9800	4
45	EVA bege 45x60 2 cm. (17434)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DUBFLEX	0	3,0000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	KREATEVA	0	3,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAKE+	0	3,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	2,8869	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	2,8800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 20/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	EVA branco 45x60 2 cm. (17435)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EDUART	0	2,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MILU	0	2,9800	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DUBFLEX	0	3,0000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	KREATEVA	0	3,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAKE+	0	3,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	2,8869	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	2,8800	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EDUART	0	2,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MILU	0	2,9800	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DUBFLEX	0	3,0000	5
47	EVA laranja 45x 60 2 cm. (17436)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	KREATEVA	0	3,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAKE+	0	3,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	2,8869	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	2,8800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 21/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	EVA preto 45x60 2 cm (17437)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EDUART	0	2,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MILU	0	2,9800	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DUBFLEX	0	3,0000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	KREATEVA	0	3,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAKE+	0	3,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	2,8869	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	2,8800	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EDUART	0	2,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MILU	0	2,9800	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DUBFLEX	0	3,0000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	KREATEVA	0	3,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAKE+	0	3,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	2,8869	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	2,8800	2
49	EVA verde 45x60 2 cm (17438)	UND					

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 22/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	EVA vermelho 45x60 2cm. (17439)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EDUART	0	2,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MILU	0	2,9800	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DUBFLEX	0	3,0000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	KREATEVA	0	3,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAKE+	0	3,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	2,8869	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	2,8800	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EDUART	0	2,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MILU	0	2,9800	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DUBFLEX	0	3,0000	5
51	Envelope branco 12x16 (4805)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	KREATEVA	0	3,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAKE+	0	3,0000	7
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	FORONI	0	0,2857	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	foroni	0	0,2877	2

Página: 23/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	Envelope kraft 250x353, cx 0250envelopes. (4806)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	REPEL	0	0,2574	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FORONI	0	0,3000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CELUCAT	0	0,3200	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SCRITY	0	0,3200	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	IPECOL	0	60,1792	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	REPEL	0	60,2320	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	foroni	0	60,6040	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FORONI	0	63,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SCRITY	0	63,2000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CELUCAT	0	63,2200	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	11,9712	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	LEO E LEO	0	11,7500	2
53	Estojo de canetinha hidrocolor estijo com 12 unidades, aprovado pelo INMETRO. (17440)	es	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO E LEO	0	12,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	LEONORA	0	12,2000	4

Página: 24/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	Extrator de grampos tipo espátula. Aço inox. (3350)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	LEO E LEO	0	12,2000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	COMPACTOR	0	12,2000	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo e leo	0	12,2000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	J.STAMP	0	3,5728	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NEW	0	3,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	GENMES	0	3,5000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	masterprint	0	3,6000	4
55	Fita adesiva polipropileno transparente 45x50. (17441)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	CARBRINK	0	3,6000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	JAPAN	0	3,6000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CAVIA	0	3,6500	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EMBALANDO	0	7,9415	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	FSP	0	8,4500	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	FLAX	0	8,7500	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	FSP	0	8,7800	4

Página: 25/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016		Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

56	Fita adesiva papel kraft pl embalagem 50x50. (17442)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	celifix	0	8,7800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	EMBALANDO	0	8,8000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	T.TAPE	0	8,8000	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EMBALANDO	0	24,8178	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	FITASA	0	24,4000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	EUROCEL	0	25,2500	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	EUROCELL	0	25,3000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	EMBALANDO	0	25,3000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	celifix	0	25,3000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	EUROCEL	0	25,3300	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EMBALANDO	0	5,9563	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	FSP	0	5,9400	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	EUROCEL	0	6,1200	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	FLAX	0	6,1500	4

57 Fita adesiva transparente, 25x50 (17443)

Página: 26/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016		Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

58	Fita adesiva dupla face 12x30mm (4812)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	EMBALANDO	0	6,1500	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	delix	0	6,1500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	T.TAPE	0	6,1700	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EMBALANDO	0	11,9125	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	FITASA	0	12,0600	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	EMBALANDO	0	12,5000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	EUROCEL	0	12,5000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	EUROCELL	0	12,5000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	delix	0	12,5300	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	EPA	0	12,5500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MERCUR	0	11,7461	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	RADEX	0	11,9000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MERCUR	0	11,9500	3

59 Fita Corretiva 12m, Indicado para correções em textos, impressos, fax, fotocópias e escrita à mão, fita com boa aderência, cobertura e correção instantânea, design ergonômico, largura de 4,2mm, com tampa. (4813)

Página: 27/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Fita Durex grande (4814)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	cis	0	11,9700	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	12,0000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	GRAMPLINE	0	12,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	12,5500	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EMBALANDO	0	5,7577	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	FSP	0	5,6000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	EUROCEL	0	5,7800	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	FLAX	0	5,8000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	delix	0	5,8000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	EMBALANDO	0	5,8000	6
61	Grampeador grande de mesa 26/6 - Grampos: 26/6 - Grampeador para papéis em estrutura metálica-trava de segurança, dimensões: comprimento: 20 cm largura: 5 cm e altura: 8,5cm (4829)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	39,3033	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	JOCAR	0	39,9500	2

Página: 28/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Grampeador pistola. Contendo trava de segurança. Utiliza grampo 106/6-8. (3360)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	CAVIA	0	39,9500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	39,9700	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	40,0000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ADECK	0	40,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	130,1959	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ADECK	0	130,0000	2
63	Grampo para grampeador 106/6/8. (4830)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	CIS	0	132,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	132,0000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	CIS	0	132,4500	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	rocama	0	132,4700	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BACCHI	0	23,6318	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BACCHI	0	24,0000	2
63	Grampo para grampeador 106/6/8. (4830)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	24,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SERTIC	0	24,0000	4

Página: 29/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Grampo para grampeador 26x6 cx c/5000). (4831)	CX	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	BACCHI	0	24,0500	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	24,0600	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RAFA	0	7,4187	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	RAFFA	0	7,5000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RAFA	0	7,5000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NEW	0	7,5000	4
65	Grampo trilho 80 mm (pct c/50 unid) plástico. (3363)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	7,5000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	7,5300	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NEW	0	11,9356	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	DELLO	0	11,8000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bacchi	0	12,1448	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	WALEU	0	12,3000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	DELLO	0	12,8000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	DELLO	0	12,8000	6

Página: 30/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	Lápis de escrever, madeira 100% reflorestada, madeira macia que garante excelente apontabilidade, formato redondo, exclusivas esferas antidolizantes, maior conforto e firmeza no traço nº 2, (17444)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	IARA	0	12,8200	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FABER	0	1,0804	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MULTICOLOR	0	1,0600	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	BIC	0	1,0800	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	labra	0	1,1000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	LABRA	0	1,1000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	FABER	0	1,1000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	1,1100	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SERELEPE	0	13,6440	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	LABRA	0	13,6900	2
67	Lápis de cor (cx c/12 cores) grande. (3368)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO E LEO	0	14,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MULTICOLOR	0	14,2000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	LABRA	0	14,2000	5

Página: 31/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Lápis de cor aquarelável grande cx c/24unid. (3369)	CX	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	LEO E LEO	0	14,2500	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	labra	0	14,2500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FABER	0	47,4809	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	LABRA	0	47,6800	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CIS	0	49,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	FABER	0	49,6000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAPED	0	49,6000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	faber castell	0	49,6500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	FABER	0	49,6500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	10,0680	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	10,1000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CIS	0	10,2000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	KIT	0	10,5000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	10,5000	5
69	Lapiseira 0,5 mm cor preta (tipo super grip 0,5). (3370)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	10,0680	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	10,1000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CIS	0	10,2000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	KIT	0	10,5000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	10,5000	5

Página: 32/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Lapiseira 0,7 mm cor preta (tipo super grip 0,7). (3371)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	10,5000	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	GOLLER	0	10,5000	7
		UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	10,0880	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	10,1000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CIS	0	10,2000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	ADECK	0	10,5000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	GOLLER	0	10,5000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	10,5000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	10,5000	7
		UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SAO JOSE	0	6,9400	1
71	Lastex natural rolo c/ 10 mts. (3372)		IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	COATS	0	7,0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	LASTEX	0	7,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	MAMUTH	0	7,0000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	ZANOTTI	0	7,0500	5

Página: 33/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016		Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

72	Livro Ata vertical, formato 205 x 297 mm, capa dura, 50 folhas, numerado tipograficamente. (3373)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SÃO JOSÉ	0	7,0500	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	coates corrente	0	7,0700	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	P.B	0	13,4571	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PAG BRASIL	0	13,7000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SD	0	14,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SD	0	14,0000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	PAG BRASIL	0	14,1000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	tambó	0	14,1000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TAMBOIO	0	14,1000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	P.B	0	22,5429	1
73	Livro Ata vertical, formato 205 x 297 mm, capa dura, 200 folhas, numerado tipograficamente. (3374)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PAG BRASIL	0	22,8000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SD	0	23,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SD	0	23,5000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	tambó	0	23,6500	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 34/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	Papel de seda cores variadas. (3375)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TAMOIO	0	23,6500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	PAG BRASIL	0	23,6500	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,1297	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,1000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,1300	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,1500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,1500	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,1700	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,1800	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5255	1
75	Papel crepom amarelo (3376)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5300	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5800	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 35/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Papel crepom vermelho. (3377)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,6000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,6000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5255	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5300	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5800	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,6000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,6000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5255	1
77	Papel crepom branco. (3378)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5300	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5800	5

Página: 36/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	Papel crepom azul. (3379)		RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,6000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,6000	7
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5255	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5300	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5800	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,6000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,6000	7
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5255	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5300	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5800	5

79 Papel crepom verde. (3380)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 37/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Papel camuça 40x60 cm cores variadas. (17445)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,6000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,6000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5062	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5100	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,5500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5700	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,5800	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5062	1
81	Papel camuça 40x60 cm na cor vermelha (17446)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5100	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,5500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5700	5

Página: 38/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	Papel camuça 40x60 cm na cor branca. (17447)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,5800	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5062	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5100	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,5500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5700	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,5800	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5062	1
83	Papel camuça 40x60 cm na cor azul escuro (17448)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5100	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,5500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 39/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	Papel camuça 40x60 cm na cor amarelo (17449)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,5800	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5062	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5100	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,5500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5700	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,5800	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5062	1
85	Papel camuça 40x60 cm na cor verde grama (17450)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5100	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,5500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5700	5

Página: 40/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
86	Papel camuça 40x60 cm na cor preta (17451)		RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,5800	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	7
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5062	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5100	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,5500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5700	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,5800	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	7
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5062	1
87	Papel camuça 40x60 cm na cor rosa escuro. (17452)		IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,5100	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,5500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,5700	5
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	1,5062	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 41/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	Papel contact transparente (45 cm x 25m) (17453)	RL	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,5800	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,5800	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	88,0852	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	INFORMS	0	87,6000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	INFORTAC	0	89,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	POLIFIX	0	90,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	INFORMS	0	91,2000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	INFORMS	0	91,2400	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PLAVITEC	0	91,2500	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipcl	0	1,6897	1
89	Papel duplex vermelho 48x66cm (17454)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,7000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,7500	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,7500	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 42/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	Papel duplex verde 48x66cm (17455)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,7500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,7700	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipcl	0	1,6897	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,7000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,7500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,7500	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,7500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,7700	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipcl	0	1,6897	1
91	Papel duplex azul marinho 48x66cm (17456)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,7000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,7500	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,7500	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 43/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	Papel duplex preto 48x66cm (17457)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,7500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,7700	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipcl	0	1,6897	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,7000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,7500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,7500	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,7500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,7700	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipcl	0	1,6897	1
93	Papel duplex amarelo 48x66cm (17458)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,7000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,7500	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,7500	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 44/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	Papel duplex lilás 48x66cm (17459)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,7500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,7700	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipcl	0	1,6897	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,7000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,7500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,7500	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,7500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,7700	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipcl	0	1,6897	1
95	Papel duplex rosa 48x66cm (17460)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,7000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,7500	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,7500	5

Página: 45/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	Pasta catálogo c/50 envelopes (4836)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,7500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,7700	7
			CHIES		0	28,3060	1
			acp		0	28,3532	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ACP	0	28,4264	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	DAC	0	29,4000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	DAC	0	29,4500	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DAC	0	29,5000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	DAC	0	29,5000	7
			COLLORPRE		0	4,5331	1
97	Pasta c/abas e elástico, (papel 23x33cm) (4837)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ACP	0	4,5091	2
			alaplant		0	4,5301	3
			FRAMA		0	4,7000	4
			IOL		0	4,7000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 46/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	Pasta plástica polimida c/abas elásticas 335x250x35mm, na cor grafite, (3398)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	COLLORPRE	0	4,7000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ICL	0	4,7300	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	ALAPLAST	0	7,4287	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ALAPLAST	0	7,3518	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	polinas	0	7,4348	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACP	0	7,7000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	ALAPLAST	0	7,7000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	ALAPLAST	0	7,7200	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ALAPLAST	0	7,7500	7
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SD	0	0,2169	1
99	Papel almaço pautado, (8402)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	PANAMERICA	0	0,2000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CREDEAL	0	0,2000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PANAMERICA	0	0,2200	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	credeal	0	0,2200	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 47/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
100	Papel cartão (azul claro) 50x70 cm. (17461)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CREDEAL	0	0,2300	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PANAMERICA	0	0,2300	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipel	0	1,6897	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,7000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,7500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,7500	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,7500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,7700	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipel	0	1,6897	1
101	Papel cartão vermelho 50x70 cm. (17462)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,7000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,7500	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,7500	5

Página: 48/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	Papel cartão (azul escuro) 50x70 cm (17463)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,7500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,7700	7
			reipel		0	1,6897	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)		0	1,7000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,7000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,7500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,7500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,7500	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)		0	1,7700	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,6897	1
103	Papel cartão (cores variadas) 50x70 cm. (17464)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipel	0	1,7000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,7000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,7500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	1,7500	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	1,7500	

Página: 49/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
104	Papel celofane (cores variadas). (17465)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,7500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	1,7700	7
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	cronus	0	2,1724	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	2,1000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	2,1800	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	VMP	0	2,2200	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	VMP	0	2,2500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	2,2500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	2,2700	7
			RESM BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BOREAL	0	20,5886	1
105	Papel ofício A4 - 210x297 (75g/m²) resma C/ 500 FLS (4840)		JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NOBILY	0	20,6000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	RINO	0	21,0000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	INTERNACION	0	21,3000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	COPIMAX	0	21,3000	5

Página: 50/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	Bobina papel pardo 120 cm largura, aproximadamente 400m. (17466)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nobily	0	21,3100	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ECOQUALITY	0	21,3300	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NSL	0	412,5000	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PILLAR	0	414,5000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	entelatreto	0	415,5000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TRENT0	0	429,3000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	SAMPA	0	429,3000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	TRENT0	0	429,3300	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRW	0	4,5810	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	4,4900	2
107	Percevejo cx c/100 unid. (3412)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JOCAR	0	4,5000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	JOCAR	0	4,6000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PRAYON	0	4,6500	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	BRW	0	4,6500	6

Página: 51/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	Pen drive 8 Gb. (3414)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	41,6600	7
		UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MULTILASER	0	41,0000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MULTILASER	0	41,2500	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SANDISK	0	41,7000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SANDISK	0	43,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANDISK	0	43,2500	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	san disk	0	43,2500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SANDISKK	0	43,2700	7
109	Perfurador de papel de dois furos, estrutura de metal, escala para ajuste de formato de papel, trava de segurança, tamanho aproximado 15 cm comprimento e 12 cm de largura, 20 Folhas. (3415)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	41,2696	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ADECK	0	41,0000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	CAVIA	0	41,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	BRW	0	41,9500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	41,9800	5

Página: 52/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016		Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017					
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.									
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

110	Perfurador de papel de dois furos, estrutura de metal, capacidade ate 30 folhas. (4842)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	42,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	53,0315	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CAVIA	0	53,0000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	CAVIA	0	53,9000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	53,9000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	53,9500	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	JOCAR	0	53,9500	6
111	Perfurador de papel grande de dois furos, estrutura de metal, capacidade ate 100 folhas. (4843)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CAVIA	0	221,0873	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CAVIA	0	220,0000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	CAVIA	0	224,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	CAVIA	0	224,8000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	cavia	0	224,9700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CAVIA	0	225,0000	6

Página: 53/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
112	Prancheta acrílica ofício. Prancheta cristal, em plástico poliestireno injetado. Presilha em aço galvanizado, formato:380x240mm. (3429)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ACRIAL	0	14,8979	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	WALEU	0	14,6100	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NOVACRIL	0	15,0000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	NOVACRIL	0	15,2000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	WALEU	0	15,2000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	waleu	0	15,2000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	WALEU	0	15,2000	7
113	Pasta AZ, revestida interna e externamente com polipropileno, altamente resistente e durável, com o mais alto padrão de qualidade. Possui etiqueta dupla-face na lombada, medidas 31,5 x 28,5 x 7,3 cm, tombo largo (LL) na cor VERMELHA. (17467)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHIES	0	18,6217	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	18,6247	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	18,6591	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHIES	0	19,4000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	FRAMA GLOB	0	19,4000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	FRAMA	0	19,4000	6

Página: 54/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2017** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FRAMA	0	19,4300	7
114	Pasta AZ, revestida interna e externamente com polipropileno, altamente resistente e durável, com o mais alto padrão de qualidade. Possui etiqueta dupla-face na lombada, medidas 31,5 x 28,5 x 7,3 cm, lombro largo (LL) na cor AZUL. (17468)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHIES	0	18,6217	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	18,6247	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	18,6591	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHIES	0	19,4000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	FRAMA GLOB	0	19,4000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	FRAMA	0	19,4000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FRAMA	0	19,4300	7
115	Pasta AZ, revestida interna e externamente com polipropileno, altamente resistente e durável, com o mais alto padrão de qualidade. Possui etiqueta dupla-face na lombada, medidas 31,5 x 28,5 x 7,3 cm, lombro largo (LL) na cor AMARELA. (17469)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHIES	0	18,6217	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	18,6247	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	18,6591	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHIES	0	19,4000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	FRAMA GLOB	0	19,4000	5

Página: 55/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	Pasta AZ, revestida interna e externamente com polipropileno, altamente resistente e durável, com o mais alto padrão de qualidade. Possui etiqueta dupla-face na lombada, medidas 31,5 x 28,5 x 7,3 cm, lombro largo (LL) na cor PRETA. (17470)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	FRAMA	0	19,4000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FRAMA	0	19,4300	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHIES	0	18,6217	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	18,6247	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	18,6591	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHIES	0	19,4000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	FRAMA GLOB	0	19,4000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	MARCARI	0	19,4000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FRAMA	0	19,4300	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHIES	0	18,6217	1
117	Pasta AZ, revestida interna e externamente com polipropileno, altamente resistente e durável, com o mais alto padrão de qualidade. Possui etiqueta dupla-face na lombada, medidas 31,5 x 28,5 x 7,3 cm, lombro largo (LL) na cor VERDE. (17471)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	18,6247	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	18,6591	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHIES	0	19,4000	4

Página: 56/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	Régua plástica transparente 30 cm (8437)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	FRAMA GLOB	0	19,4000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	FRAMA	0	19,4000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FRAMA	0	19,4300	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	WALEU	0	1,7325	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	WALEU	0	1,6000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	WALEU	0	1,7000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	WALEU	0	1,7000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	WALEU	0	1,7500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	WALEU	0	1,7500	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	waleu	0	1,7500	7
119	Silicone pipistida de cola quente pequena. (3438)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RENDICOLA	0	1,3196	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	RENDICOLLA	0	1,3000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	1,3129	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	1,3144	4

Página: 57/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Tesoura profissional com lâmina em aço inox 8", cabo em polipropileno na cor preta. Medidas 275mm de comprimento, 105mm largura e 16m altura. (3439)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	RENDICOLA	0	1,4000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	RENDICOLLA	0	1,4000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RENDICOLA	0	1,4000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DESART	0	38,6641	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	LEO E LEO	0	37,9400	2
121	Tesoura de picotar (4856)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	BRW	0	39,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MASTER	0	39,0000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	JOCAR	0	39,4000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	39,4800	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	39,5000	7
122	Tesoura de picotar (4856)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CLASSE	0	72,7276	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	LEO E LEO	0	71,5000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MASTER	0	73,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	74,0000	4

Página: 58/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
122	Tinta spray amarelo 200 ml. (17472)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	JOCAR	0	74,2500	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	MASTER	0	74,2500	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	masterpaper	0	74,2800	7
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TEKBOND	0	39,7260	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RADEX	0	39,8200	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHEMICOLOF	0	42,6000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	42,9500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RADEX	0	42,9500	5
123	Tinta spray azul 200 ml. (17473)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TEKBOND	0	39,7273	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RADEX	0	39,8182	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHEMICOLOF	0	42,6000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	42,9500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RADEX	0	42,9500	5
124	Tinta spray dourado 200 ml. (17474)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TEKBOND	0	39,7273	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 59/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	Tinta spray prata 200 ml. (17475)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RADEX	0	39,8182	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHEMICOLOF	0	42,6000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	42,9500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RADEX	0	42,9500	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TEKBOND	0	39,7273	1
126	Tinta spray preto 200 ml. (17476)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RADEX	0	39,8182	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHEMICOLOF	0	42,6000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	42,9500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RADEX	0	42,9500	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TEKBOND	0	39,7273	1
127	Tinta spray preto 200 ml. (17476)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RADEX	0	39,8182	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHEMICOLOF	0	42,6000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	42,9500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RADEX	0	42,9500	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TEKBOND	0	39,7273	1

Página: 60/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
127	Tinta spray verde 200 ml. (17477)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TEKBOND	0	39,7273	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RADEX	0	39,8182	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHEMICOLOF	0	42,6000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	42,9500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RADEX	0	42,9500	5
128	Tinta spray vermelha 200 ml. (17478)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TEKBOND	0	39,7273	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RADEX	0	39,8182	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHEMICOLOF	0	42,6000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	42,9500	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RADEX	0	42,9500	5
129	Tinta spray marrom 200 ml. (17479)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TEKBOND	0	39,7273	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	RADEX	0	14,2500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RADEX	0	39,8182	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CHEMICOLOF	0	42,6000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 61/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
130	TNT amarelo (50mx1,40m) (4866)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	42,9500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SB	0	98,7500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	99,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	100,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SANTA FE	0	102,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	102,6200	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	SB	0	102,6500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SUL BRASIL	0	102,6700	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SB	0	98,7500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	99,0000	2
131	TNT azul escuro (50mx1,40m) (17480)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	100,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SANTA FE	0	102,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	102,6200	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	SB	0	102,6500	6

Página: 62/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
132	TNT branco (50mx1,40m) (4868)	RL	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SUL BRASIL	0	102,6700	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SB	0	98,7500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	99,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	100,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SANTA FE	0	102,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	102,6200	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	SB	0	102,6500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SUL BRASIL	0	102,6700	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SB	0	98,7500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	99,0000	2
133	TNT preto (50mx1,40m) (4869)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	100,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SANTA FE	0	102,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	102,6200	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	SB	0	102,6500	6

Página: 63/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
134	TNT verde (50mx1,40m) (4870)	RL	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SUL BRASIL	0	102,6700	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SB	0	98,7500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	99,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	100,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SANTA FE	0	102,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	102,6200	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	SB	0	102,6500	6
135	TNT azul claro (50mx1,40m) (17481)	RL	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SUL BRASIL	0	102,6700	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SB	0	98,7500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	99,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	100,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SANTA FE	0	102,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	102,6200	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	SB	0	102,6500	6

Página: 64/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
136	TNT rosa 50m x1,40m (17482)	RL	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SUL BRASIL	0	102,6700	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SB	0	98,7500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	99,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	100,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SANTA FE	0	102,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	102,6200	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	SB	0	102,6500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SUL BRASIL	0	102,6700	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SB	0	98,7500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	99,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	100,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SANTA FE	0	102,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	102,6200	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	SB	0	102,6500	6
137	TNT vermelho (50mx1,40m) (4871)	RL	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SUL BRASIL	0	102,6700	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SB	0	98,7500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	99,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	100,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	SANTA FE	0	102,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	102,6200	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	SB	0	102,6500	6

Página: 65/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
138	Tinta para almofada de carimbo 40 ml na cor preta (4872)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SUL BRASIL	0	102,6700	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	J.STAMP	0	7,0770	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	RADEX	0	6,9500	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	RADEX	0	7,0000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	JAPAN	0	7,2000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	carbink	0	7,2000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CARBRINK	0	7,2000	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	STAR	0	7,2000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	TRIS	0	2,6102	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TRIS	0	2,6000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	2,6200	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo e leo	0	2,7000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SERTIC	0	2,7000	5
139	Grafite para uso em lapiseiras 0,5mm 2B extra macio, máxima resistência (4873)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	TRIS	0	2,6102	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TRIS	0	2,6000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	2,6200	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo e leo	0	2,7000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SERTIC	0	2,7000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	GOLLER	0	2,7000	6

Página: 66/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
140	Grafite para uso em lapiseiras 0,7mm 2B extra macio, máxima resistência. (4874)	UND	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	CIS	0	2,7000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	TRIS	0	2,6102	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TRIS	0	2,6000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	2,6200	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo e leo	0	2,7000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SERTIC	0	2,7000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	CIS	0	2,7000	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	GOLLER	0	2,7000	7
			RESM BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BOREAL	0	7,7827	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHAMEQUINH	0	7,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	REPORT	0	7,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	REPORT	0	7,9500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	seninha	0	7,9800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SENINHA	0	8,0000	6
141	Papel A4 colorido 75 gr/m² pct c/ 100 folhas cor rosa (17483)						

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 67/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
142	Papel A4 colorido 75 gr/m² pct c/ 100 folhas cor azul. (17484)		RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHAMEX	0	8,0000	7
			RESM BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BOREAL	0	7,7827	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHAMEQUINH	0	7,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	REPORT	0	7,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	REPORT	0	7,9500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	seninha	0	7,9800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SENINHA	0	8,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHAMEX	0	8,0000	7
			RESM BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BOREAL	0	7,7827	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHAMEQUINH	0	7,7000	2
143	Papel A4 colorido 75 gr/m² pct c/ 100 folhas amarelo (17485)		IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	REPORT	0	7,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	REPORT	0	7,9500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	seninha	0	7,9800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SENINHA	0	8,0000	6

Página: 68/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	Papel A4 colorido 75 gr/m² pct c/ 100 folhas salmão. (17486)		RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHAMEX	0	8,0000	7
			RESM BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BOREAL	0	7,7827	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHAMEQUINH	0	7,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	REPORT	0	7,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	CHAMEX	0	7,9500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	seninha	0	7,9800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SENINHA	0	8,0000	6
145	Papel A4 colorido 75 gr/m² pct c/ 100 folhas verde. (17487)		RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHAMEX	0	8,0000	7
			RESM BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BOREAL	0	7,7827	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHAMEQUINH	0	7,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	REPORT	0	7,9000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	REPORT	0	7,9500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	seninha	0	7,9800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SENINHA	0	8,0000	6

Página: 69/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016		Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHAMEX	0	8,0000	7
146	Helanca tecido 100% poliéster, cor branca (17488)	MT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	casa dos tecid	0	24,3716	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JLM	0	24,3852	2
147	Helanca tecido 100% poliéster, cor verde (17489)	MT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	casa dos tecid	0	24,3714	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JLM	0	24,3857	2
148	Helanca tecido 100% poliéster, cor vermelha (17490)	MT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	casa dos tecid	0	24,3714	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JLM	0	24,3857	2
149	Helanca tecido 100% poliéster, cor amarela (17491)	MT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	casa dos tecid	0	24,3714	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JLM	0	24,3857	2
150	Helanca tecido 100% poliéster, cor marrom (17492)	MT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	casa dos tecid	0	24,3714	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JLM	0	24,3857	2
151	Helanca tecido 100% poliéster, cor preta (17493)	MT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	casa dos tecid	0	24,3714	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JLM	0	24,3857	2

Página: 70/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
152	Helanca tecido 100% poliéster, cor azul marinho (17494)	MT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	casa dos tecid	0	24,3714	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JLM	0	24,3857	2
153	Pasta suspensa kraft (cx com 50 und), (17495)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	COLLORPRE	0	68,1764	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	67,6369	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	67,6922	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	FRAMA	0	69,9000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TIMEP	0	70,0000	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	FRAMA	0	70,3500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FRAMA	0	70,4000	7
154	Porta canetas, borracha, clips (17496)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	WALEU	0	16,1508	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	WALEU	0	15,8500	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NOVACRIL	0	16,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	WALEU	0	16,4000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	NOVACRIL	0	16,4500	5

Página: 71/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016								Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

155	Prendedor de papel tipo Binder clip com 15 mm, produzido em aço de alta qualidade na cor preta caixa com 12 und. (17497)	CX	CELIA REGINA WAMBONMEL ME (6593)	waleu	0	16,4800	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	WALEU	0	16,5000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRW	0	10,6987	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	DESART	0	10,0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	GENMES	0	10,5500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	10,9000	4
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (6593)	bacchi	0	10,9000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	10,9000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	BRW	0	10,9000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRW	0	11,6775	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	DESART	0	11,0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	GENMES	0	11,5000	3
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (6593)	bacchi	0	11,9000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	11,9000	5

156	Prendedor de papel tipo Binder clip com 19 mm, produzido em aço de alta qualidade na cor preta caixa com 12 und. (17498)	CX	CELIA REGINA WAMBONMEL ME (6593)	waleu	0	16,4800	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	WALEU	0	16,5000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRW	0	10,6987	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	DESART	0	10,0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	GENMES	0	10,5500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	10,9000	4
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (6593)	bacchi	0	10,9000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	10,9000	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	BRW	0	10,9000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRW	0	11,6775	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	DESART	0	11,0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	GENMES	0	11,5000	3
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (6593)	bacchi	0	11,9000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	11,9000	5

Página: 72/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016								Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

157	Prendedor de papel tipo Binder clip com 25 mm, produzido em aço de alta qualidade na cor preta caixa com 12 und. (17499)	CX	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	BRW	0	11,9000	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	11,9000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRW	0	15,5635	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	DESART	0	15,0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	GENMES	0	15,4000	3
158	Prendedor de papel tipo Binder clip com 32 mm, produzido em aço de alta qualidade na cor preta caixa com 12 und. (17500)	CX	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	15,8000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bacchi	0	15,8800	5
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	BRW	0	15,8900	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	15,9000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRW	0	19,3516	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	DESART	0	19,0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	GENMES	0	19,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	19,7000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bacchi	0	19,7400	5

Página: 73/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016								Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

159	Prendedor de papel tipo Binder clip com 41 mm, produzido em aço de alta qualidade na cor preta caixa com 12 und. (17501)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	19,7500	6
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	BRW	0	19,7500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRW	0	24,6178	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	GENMES	0	24,5000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	DESART	0	25,0000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	BRW	0	25,1000	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	25,1000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bacchi	0	25,1300	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	25,1500	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRW	0	33,0064	1
160	Prendedor de papel tipo Binder clip com 51 mm, produzido em aço de alta qualidade na cor preta caixa com 12 und. (17502)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	GENMES	0	32,5000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	DESART	0	33,0000	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	33,6000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	BRW	0	33,7000	5

Página: 74/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
161	Alfinete de cabeça de uso para mapas nº1 caixa com 50und cor preta (17503)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bacchi	0	33,7000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	33,7000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	IARA	0	5,3836	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	5,3000	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	5,4000	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	HELOWAX	0	5,4500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	5,4800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BACCHI	0	5,5000	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BACCHI	0	5,5000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	IARA	0	4,7278	1
162	Alfinete de cabeça de uso para mapas nº1 caixa com 50und cor vermelha. (17504)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	4,6300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	4,8000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BACCHI	0	4,8000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BACCHI	0	4,8000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	IARA	0	4,7278	1

Página: 75/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
163	Alfinete de cabeça de uso para mapas nº1 caixa com 50und cor amarelo (17505)	CX	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	HELOWAX	0	4,8000	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	4,8000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	IARA	0	4,7278	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	4,6300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	4,8000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BACCHI	0	4,8000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	HELOWAX	0	4,8000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BACCHI	0	4,8000	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	4,8000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	IARA	0	4,7278	1
164	Alfinete de cabeça de uso para mapas nº1 caixa com 50und cor azul (17506)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	4,6300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	4,8000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BACCHI	0	4,8000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BACCHI	0	4,8000	5

Página: 76/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
165	Alfinete de cabeça de uso para mapas nº1 caixa com 50und cor verde. (17507)	CX	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	HELOWAX	0	4,8000	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	4,8000	7
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	IARA	0	4,7278	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	4,6300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	4,8000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BACCHI	0	4,8000	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	HELOWAX	0	4,8000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BACCHI	0	4,8000	6
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	BACCHI	0	4,8000	7
			CART INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	ELGIN	0	7,4560	1
166	Pilha alcalina pilito AAA 1,5 v, cantela com 2 und (17508)		IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ELGIN	0	7,4853	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	alfacell	0	7,4888	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	ELGIN	0	7,5000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ELGIN	0	7,6500	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 77/81

Número do Registro de Preços: 5/2016 **Data do Registro: 30/06/2016** **Válido até: 30/06/2017**
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
167	Pilha alcalina pilito AA 1,5 v. cartela com 4 und. (17509)		BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	ELGIN	0	7,6600	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ELGIN	0	7,7000	7
			CART INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	ELGIN	0	11,6957	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	ELGIN	0	11,7000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	alfacell	0	11,7305	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ELGIN	0	11,9764	4
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	ELGIN	0	12,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ELGIN	0	12,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ELGIN	0	12,0500	7
			CART INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	ELGIN	0	15,8379	1
168	Bateria alcalina 9 v. cartela com 1 und. (17510)		IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ELGIN	0	15,4666	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	alfacell	0	15,8454	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAXPRINT	0	16,2000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ELGIN	0	16,2000	5

Página: 78/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016 Data do Registro: 30/06/2016 Válido até: 30/06/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	Pasta sanfonada com divisórias para arquivos e documentos 12 divisórias tamanho papel A4, fechamento com elástico, acompanha mini etiquetas em papel cartão para identificação das divisórias, cor transparente. (17511)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	ELGIN	0	16,2000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ELGIN	0	16,2800	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	ACP	0	44,0930	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ACP	0	44,1111	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	acp	0	44,2240	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	POLIBRAS	0	45,8800	4
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	DAC	0	45,9500	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DAC	0	46,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACP	0	46,0000	7
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	ACP	0	68,3861	1
170	Pasta sanfonada com divisórias para arquivos e documentos 31 divisórias tamanho papel A4, fechamento com elástico, acompanha mini etiquetas em papel cartão para identificação das divisórias, cor transparente. (17512)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	acp	0	68,3174	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ACP	0	68,6172	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (6716)	DAC	0	71,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 79/81

Número do Registro de Preços: 5/2016		Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
171	Agenda mesa diária dimensões aproximadas (A4xLP) 2,1 x 15 x 21 cm, na cor preta, categoria executiva, 1 página por dia com data, com aproximadamente 384 páginas, capa dura/almoçada, com calendários, espaço para anotações pessoais, índice de telefone, marcador de páginas, ano 2017. (17513)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACP	0	71,0000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	POLIBRAS	0	71,0000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DAC	0	71,0500	7
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	47,5812	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Página: 80/81

Número do Registro de Preços: 5/2016		Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (6832)	FRAMA	0	47 9000	2

Página: 81/81

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2016

Número do Registro de Preços: 5/2016		Data do Registro: 30/06/2016		Válido até: 30/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2016
PROCESSO Nº 10/2016

- (6593) - CELIA REGINA WAMBOMMIEL ME
- (6709) - JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME
- (6713) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (6716) - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
- (6787) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
- (6807) - RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
- (6832) - BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA

Braço do Trombudo, 30 de Junho de 2016.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO NOVO 006/2017 - SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 006/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 006/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para Registro de Preços, para Aquisição de pneus e câmaras para os veículos do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 18 de abril de 2017, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

PORTARIA N.º 11.893/2017

PORTARIA N.º 11.893, 31 DE MARÇO DE 2017.
Exonera Procurador-Geral do Município.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Ordinária Municipal n.º 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Mário Wilson da Cruz Mesquita do cargo de Agente Político, Símbolo AP, Procurador-Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA Nº 942/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 942/2017
Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a João Daniel Fischer

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013, e com fundamento nos artigos 1º, §2º, 33, I, d, 37, e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, no artigo 40, §1º, III, b, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela

Emenda Constitucional nº. 20, de 15/12/1998.
RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 384/2016, benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade a JOÃO DANIEL FISCHER CPF 570.321.578-15.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/04/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
RECURSOS HUMANOS
Diretora

PORTARIA Nº 943/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 943/2017
Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a José Germano Montibeller

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, c, 62 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005.

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 034/2017, benefício de Aposentadoria Voluntária a JOSÉ GERMANO MONTIBELLER, CPF 072.804.409-91.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2017.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
RECURSOS HUMANOS
Diretora

PORTARIA Nº 944/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 944/2017

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a
Edson Luiz Bechtold

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013, e com fundamento nos artigos 1º, §2º, 33, I, c, 61, e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003.

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 069/2017, benefício de Aposentadoria Voluntária a EDSON LUIZ BECHTOLD, CPF 711.823.069-34.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/04/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

RECURSOS HUMANOS

Diretora

PORTARIA Nº 966/2017

PORTARIA Nº 966/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal e, Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora SILVANA LIMA DO NASCIMENTO DA ROSA, matrícula nº 676535, nomeado pela Portaria nº 8.865/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

PORTARIA Nº 967/2017

PORTARIA Nº 967/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal e, Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ANDREZA CRISTINA KRIEGER, matrícula nº 537039, nomeada pela Portaria nº 8.865/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

PORTARIA Nº 968/2017

PORTARIA Nº 968/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal e, Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARIA EDUARDA MULLER, matrícula nº 519472, nomeada pela Portaria nº 8.865/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

PORTARIA Nº 969/2017

PORTARIA Nº 969/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal e, Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ALICE PIRES DE SOUZA, matrícula nº 1058754, nomeada pela Portaria nº 8.865/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

PORTARIA Nº 970/2017

PORTARIA Nº 970/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal e, Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora RAFAELA MAURIZIO GROH, matrícula nº 674435, nomeada pela Portaria nº 8.865/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

PORTARIA Nº 971/2017

PORTARIA Nº 971/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal e, Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora PAULA DEICHMANN DIETRICH, matrícula nº 677655, nomeada pela Portaria nº 8.865/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

PORTARIA Nº 972/2017

PORTARIA Nº 972/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal e, Artigo 50 e 51 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora CLÁUDIA CRISTIANE NEVES DOS SANTOS, matrícula nº 513563, nomeada pela Portaria nº 8.865/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de março de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

PROCESSO ADMINISTRATIVO 001-2017 SAMAE

DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2017/CPRD

Tendo em vista a regularidade do processo administrativo 001/2017/CPRD e as considerações do Parecer Jurídico 014/2017, HOMOLOGO o parecer conclusivo emitido pela comissão processante e INDEFIRO o pedido de ressarcimento de danos realizado por ADRIANA WIEMES, vez que não comprovada a responsabilidade do SAMAE no evento danoso, devendo-se dar ciência à requerente.

Após, não havendo manifestação quanto ao teor da referida decisão, archive-se os autos.

Brusque/SC, 22 de março de 2017.

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 002-2017 SAMAE

DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2017/CPRD

Tendo em vista a regularidade do processo administrativo 002/2017/CPRD, bem como a existência de dotação orçamentária, e as considerações do Parecer Jurídico 015/2017, HOMOLOGO o parecer conclusivo emitido pela comissão processante e determino o pagamento da importância de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) em favor de TATIANE RODRIGUES, devendo-se dar ciência à requerente do teor da presente decisão.

Caso esteja de acordo com o apurado, expeça-se ofício a Procuradoria do Município para elaboração de Projeto de Lei a ser aprovado pela Câmara Municipal, no intuito de autorizar o pagamento.

Brusque/SC, 22 de março de 2017.

Juliano Montibeller
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N° 003/2017

PREGÃO n° 002/2017

Processo Licitatório n° 003/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de pneus e câmaras de ar, para atender a Administração Municipal. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 17/04/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 31/03/2017

RENATO DE BORBA

Secretario da Obras e Serviços Públicos

Caçador

PREFEITURA

1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016

1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016 - RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE GENÉRIOS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENTIDADES FILANTRÓPICAS. A empresa MARCOS BULLE DA COSTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.489.682/0001-36, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pelo Sr. MARCOS BULLE DA COSTA, brasileiro, solteiro, gerente administrativo, inscrito no CPF sob nº 938.606.179-15 residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O presente Aditivo tem por objeto a Recomposição aos valores inicialmente previstos, com relação ao item 61, 83, 84 e 117, constantes na Ata Principal. O preço certo e ajustado para o Item 61 – MACARRÃO COM OVOS (TIPO PARAFUSO) 500G, passa a ser R\$ 5,44 (cinco reais e quarenta e quatro centavos); Item 83 – BISCOITO DOCE (TIPO MARIA) 400G, passa a ser R\$ 6,56 (seis reais e cinquenta e seis centavos); Item 84 – BISCOITO DOCE (TIPO ROSQUINHA DE CHOCOLATE) 400G, passa a ser R\$ 7,05 (sete reais e cinco centavos) e Item 117 - COCO RALADO DESIDRATADO, 100G passa a ser R\$ 2,23 (dois reais e vinte e três centavos) por kg, correspondente à recomposição de 10,6%, aplicando-se sobre o saldo remanescente. A vigência dos valores será contada a partir da publicação da presente ata. Os preços dos demais itens constantes da Ata Principal nº 51/2016 permanecem inalterados.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET VIA RÁDIO, ACESSO ADSL, HOSPEDAGEM, E-MAIL, ANTIVÍRUS, ANTISPAN, CONTROLE DE ANEXOS E ACESSO FTP DESTINADO AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. CONTRATADA: CONECT INFORMÁTICA LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.889.882/0001-52, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pelo Sr. VALTAIR JOSÉ CARDOSO DE VARGAS, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 489.784.699-49, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 105.498,96 (cento e cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. O presente aditivo tem prazo de vigência a partir do dia 20 de março de 2017 e findando dia 20 de março de 2018, podendo ser renovado havendo interesse das partes nos termos na Lei 8.666/93.

ITEM:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LNK DE 10 MB FULL PARA PRÉDIO PREFEITURA	2.244,20	26.930,40
2	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SECRETARIA DA AGRICULTURA	282,24	3.386,88
3	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SETOR DE TRÂNSITO	282,24	3.386,88
4	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 1000X2000 PARA GUARDA MUNICIPAL	524,30	6.291,60
5	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 1000X500 PARA GABINETE DO PREFEITO	219,52	2.634,24
6	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 1000X500 PARA AEROPORTO MUNICIPAL	219,52	2.634,24
7	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 1000X500 PARA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE	219,52	2.634,24
8	12	MÊS	MENSALIDADE DE 4 LINK DE 1000X500 PARA INSTALAÇÃO NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, PONTOS AINDA A SER DEFINIDOS	878,08	10.536,96
9	12	MÊS	MENSALIDADE DE 5 LINK DE 1000X500 PONTOS AINDA A SER DEFINIDOS	1.097,60	13.171,20
14	12	MÊS	HOSPEDAGEM DO SITE, E-MAIL, ANTIVÍRUS E ANTISPAN, COM CONTROLE DE ANEXOS E QUE TENHA ACESSO VIA FTP PARA ATUALIZAÇÃO	409,64	4.915,68
15	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	282,24	3.386,88
16	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	282,24	3.386,88
17	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO CREAS	282,24	3.386,88
18	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO CRAS-MARTELLO	282,24	3.386,88
19	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO CRAS-GIOPPO	282,24	3.386,88
21	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 2000X1000 PARA SEDE CASA LAR	250,88	3.010,56
22	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 2000X1000 PARAPLANTÃO BOLSA FAMÍLIA – TAQUARA VERDE	250,88	3.010,56
23	12	MÊS	MENSALIDADE DE 02 LINK DE 2000X1000 PARA PONTOS AINDA A SER DEFINIDOS	501,76	6.021,12
TOTAL GERAL R\$					105.498,96

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2014 –PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2014 □PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ACESSO A INTERNET PARA UNIDADES ESCOLARES, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA E TELECENTROS. CONTRATADA: CONECT INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.889.882/0001-52 com sede na Rua Nereu Ramos, nº 320, nesta cidade de Caçador/SC, neste ato representado pelo Sr. VALTAIR JOSE CARDOSO DE VARGAS, brasileiro, sócio-gerente, inscrito no CPF sob nº 489.784.699-49, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 246.636,00 (duzentos e quarenta e seis mil e seiscentos e trinta e seis reais), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 17 de março de 2017 e findando em 17 de março de 2018 ou até que seja realizado outro processo licitatório.

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016- CONCORRÊNCIA Nº 01/2016

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016- CONCORRÊNCIA Nº 01/2016. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DAS RUAS ALBINO PHELIPE POTRICH E GUILHERME LAURO RUPP, LOCALIZADAS NO BAIRRO MARTELLO - PRORROGA 90 DIAS PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA. CONTRATADA: QUALIDADE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.820.854/0001-14, neste ato representado pelo Sr. HUGO SEBASTIÃO MALAGOLI, brasileiro, solteiro empresário, inscrito no CPF sob o nº 021.453.219-42, residente e domiciliado na cidade de Palhoça/SC. O prazo de vigência do presente aditivo, inicia em 28 de março de 2017 e finda em 28 de junho de 2017, podendo ser prorrogado ainda no caso de interesse público devidamente justificado nos termos da Lei.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015 – CONCORRÊNCIA Nº 04/2015

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015 – CONCORRÊNCIA Nº 04/2015 - CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CRECHE PERTENCENTE AO PROGRAMA FEDERAL PROINFÂNCIA, BAIRRO ALTO BONITO - PRORROGA PRAZO POR 120 DIAS. CONTRATADA: ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.637.604/0001-31, com sede na Rua Cabo João M. T. Palhano, nº 722, centro, na cidade de Santa Cecília – SC, neste ato representado por seu representante legal, Sr. ASSIS ALI MOHAMAD, brasileiro, engenheiro, inscrito no CPF sob nº 538.404.379-20, residente e domiciliado no município de Santa Cecília/SC. O prazo de vigência do presente aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 120 (cento e vinte) dias, ou seja, do dia 02 de março de 2017 e findando no dia 02 de julho de 2017, podendo ser prorrogado conforme a Lei 8.666/93.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/ 2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº17/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/ 2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº17/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2017 - REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, NECESARIAS A REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DOS 83 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADM. DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR. FORNECEDOR SIEG EVENTOS EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.664.599/0001-60, com sede na cidade de Curitiba, PR, neste ato representado pelo Sr. FABIANO CARLON DA SILVA, brasileiro, solteiro, representante legal, inscrito no CPF sob nº 022.769.539-93, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, PR. O prazo de validade do registro de preços será de 60 (sessenta) dias oficiais, contados da assinatura da presente ata.

ITEM:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
4	7	24535 - LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE LANCHONETES. LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE LANCHONETES, TAMANHO 5X4M EM DIVISÓRIAS DE OCTANORIM OU SIMILAR, BALCÃO FRONTAL, PISO DE MADEIRA E PIA COM TORNEIRAS. A SER INSTALADAS EM TENDAS 10X10M, PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	UN	10	1.156,96	11.569,60

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/ 2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº17/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/ 2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº17/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2017 - REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, NECESARIAS A REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DOS 83 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADM. DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR. FORNECEDOR BANXAP – BANHEIROS MÓVEIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.341.479/0001-79, com sede na cidade de Chapecó, SC, neste ato representado pelo Sr. AMAURI FERNANDO BEAL, brasileiro, casado, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 465.091.199-00, residente e domiciliado na cidade de Chapecó, SC. O prazo de validade do registro de preços será de 60 (sessenta) dias oficiais, contados da assinatura da presente ata.

ITENS:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
5	8	38219 - LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUIMICO INDIVIDUAL PORTÁTIL LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUIMICO INDIVIDUAL PORTÁTIL, COM MONTAGEM, MANUTENÇÃO DIÁRIA E DESMONTAGEM, EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLUCIDO, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,16M DE FRENTE X 1,22M DE FUNDO X 2,10M DE ALTURA, COMPOSTO DE CAIXA DE DEJETO, PORTA PAPEL HIGIENICO, FECHAMENTO INTERNO COM IDENTIFICAÇÃO DE OCUPADO, PARA USO DO PUBLICO GERAL. Obs - A destinação final do resíduo coletado será de responsabilidade da empresa contratada.	DI	30	197,38	5.921,40
5	9	63606 - LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, INDIVIDUAL PORTÁTIL, PARA USUÁRIOS DE CADEIRAS DE RODAS, COM MONTAGEM, MANUTENÇÃO DIÁRIA E DESMONTAGEM, EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLUCIDO, DIMENSÕES PADRÕES, QUE PERMITAM A MOVIMENTAÇÃO DA CADEIRA DE RODAS DO USUARIO NO INTERIOR DO BANHEIRO, COMPOSTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA QUE ATENDAM AS EXIGENCIAS PREVISTAS EM NORMAS TÉCNICAS APROVADAS PELOS ÓRGÃOS OFICIAIS COMPETENTES. Obs - A destinação final do resíduo coletado será de responsabilidade da empresa contratada.	UN	10	236,86	2.368,60
TOTAL						8.290,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/ 2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº17/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/ 2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº17/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2017 - REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, NECESARIAS A REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DOS 83 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADM. DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR. FORNECEDOR HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.448.705/0001-34, com sede na cidade de Gaspar, SC, neste ato representado pelo Sr. Mário Balland Júnior, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 920.979.529-680, residente e domiciliado na cidade de Gaspar, SC. O prazo de validade do registro de preços será de 60 (sessenta) dias oficiais, contados da assinatura da presente ata.

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	35861 - PALCO COM ESTRUTURA METALICA NAS DIMENSÕES DE 10X08 COBERTO, ESCADA DE ACESSO, COM NO MINIMO 2(DOIS) METROS DE ALTURA DO SOLO, FUNDO FECHADO COM MATERIAL RESISTENTE, HAUSE MIX COBERTO COM NO MINIMO AS SEGUINTE DIMENSÕES 3X3M. ACOMPANHA O PALCO OS DOCUMENTOS DE ART PROJETO, ART DE MONTAGEM, E DEMAIS NORMAS TECNICAS APLICAVEIS	UN	2	5.284,80	10.569,60
1	2	64037 - EQUIPAMENTOS DE SOM COMPATIVEL AO LOCAL, MONTADOS EM TRELIÇAS , CONTENDO 12 LINES 12 GRAVES E RESPECTIVOS AMPLIFICADORES , CUBOS, CONTRABAIXO E GUITARRA, CORPO DE BATERIA, RETORNOS, 02 MICROFONES SEM FIO E 10 MICROFONES COM FIO, 02 MESAS DIGITAIS (PALCO E FRENTE), (Obs. técnico disponível durante todo o período de apresentações)	UN	2	3.523,20	7.046,40
1	3	64038 - ILUMINAÇÃO - INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE 10UN MOOVING BEAN, 16 UN PAR LEDS E 02 MINI BRUTS.(Obs. técnico disponível durante todo o período de apresentações)	UN	2	2.642,00	5.284,00
2	4	64039 - EQUIPAMENTO DE SOM CONTENDO: 04 CX POTENCIA MINIMA 500 RMS ATIVAS, INSTALADAS EM PEDESTAIS, 01 MICROFONE SEM FIO, 02 MICROFONES DE LAPELA, 02 MICROFONES COM FIO, 01 MESA DE SOM COM DEZ CANAIS.(Obs. técnico disponível durante todo o período de apresentações)	UN	1	2.489,00	2.489,00
TOTAL						25.389,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/ 2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº17/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/ 2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº17/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2017 - REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, NECESARIAS A REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DOS 83 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADM. DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR FORNECEDOR ALO EVENTOS EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.293.359/0001-20, com sede na cidade de Curitiba, PR, neste ato representado pelo Sr. Susan Renée, brasileira, Diretora, inscrito no CPF sob nº 642.824.069-68, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, PR. O prazo de validade do registro de preços será de 60 (sessenta) dias oficiais, contados da assinatura da presente ata.

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
3	5	40738 - TENDAS TIPO PIRÂMIDES CHAPÉU DE BRUXA - LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE TENDA PIRAMIDAL FECHADA, TAMANHO 10X10m COM COBERTURA EM LONA BRANCA BLACKOUT ESTILO PIRAMIDAL, COM BASE EM ESTRUTURA METÁLICA CONSTITUÍDA E COMPOSTA DE CALHAS INTEIRIÇAS LATERAIS PARA CAPTAÇÃO E ESCOAMENTO DE ÁGUA E ABERTURA SUPERIOR COM PROTETOR TRIANGULAR TIPO CHAPÉU PARA EVASÃO DE AR QUENTE. ALTURA REGULÁVEL ATÉ 5m DE ALTURA. PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO.	UN	10	664,64	6.646,40
3	6	35863 - TENDAS TIPO PIRÂMIDE/CHAPEU DE BRUXA, LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA, TAMANHO 05X05M, COM COBERTURA EM LONA BRANCA BLACKOUT ESTILO PIRAMIDAL /CHAPEU DE BRUXA, COM BASE EM ESTRUTURA METALICA, ALTURA REGULAVEL ATÉ 3M DE ALTURA.	UN	10	332,32	3.323,20
TOTAL						9.969,60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 14-2017- INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 14-2017- INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS DE VALES TRANSPORTE DESTINADOS AOS ACOMPANHANTES DOS ALUNOS DA APAE, APAS E ADVB - CONTRATADA: A AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC - O preço total da aquisição é de R\$ 17.700,00 (dezesete mil e setecentos reais), inclusive taxas, impostos e outros encargos que vierem existir, sendo o preço unitário assim estabelecido: - Vale transporte - R\$ 1,475 cada de acordo com Decreto Municipal nº 6.976 de 14 de dezembro de 2016. O presente contrato tem prazo de vigência para o exercício de 2017, iniciando com a assinatura e findando em 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado ou prorrogado, conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017 - DISPENSA Nº 08/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017 - DISPENSA Nº 08/2017. OBJETO: LOCAÇÃO DE PARTE DE TERRENO RURAL LOCALIZADO NO MORRO DAS ANTENAS. CONTRATADO/LOCADOR: IEDA MARIA RASADOR NORA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 037.742.379-30, casada com ADELAR NORA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 518.067.629-00, residentes e domiciliados neste Município de Caçador/SC; CANDIDO BRAZ ANDREUZZI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 619.893.399-72, casado com SALETE SCHAITEI ANDREUZZI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 705.635.519-68, residentes e domiciliados neste Município de Caçador/SC; JOSÉ ARI ANDREUZZI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 464.398.209-82, residente e domiciliado neste Município de Caçador, SC; SILVINA ANDREUZZI MAROSTICA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 021.975.289-39, residente e domiciliada neste Município de Caçador, SC; todos representados por LUCIANA RASADOR, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 022.209.009-08, residente e domiciliada no Município de Rio das Antas/SC. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 4.524,07 (quatro mil quinhentos e vinte e quatro reais e sete centavos) para totalidade do presente contrato, ou seja, R\$ 377,00 (trezentos e setenta e sete reais) ao mês pela locação do imóvel acima descrito. O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 20/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 20/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2017. O presente contrato tem por objeto a aquisição de 135.000 (cento e trinta e cinco mil) créditos para cartão de vales transporte destinados aos servidores municipais, que necessitem de transporte para se deslocarem ao trabalho, com distribuição de créditos de conformidade com o sistema de bilhetagem eletrônica, mediante autorização e controle do Setor de Recursos Humanos. CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC. O preço total da aquisição é de R\$ 369.900,00 (trezentos e sessenta e nove mil e novecentos reais), inclusive taxas, impostos e outros encargos que vierem existir, sendo o preço unitário assim estabelecido:

- Vale transporte - R\$ 2,74 (dois reais e setenta e quatro centavos) cada de acordo com Decreto Municipal nº 6.976 de 14 de dezembro de 2016. O presente contrato tem prazo de vigência a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado ou prorrogado, conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017 CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017 CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS. CONTRATADA: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.800.103/0001-09, com sede na rua Altamiro Guimarães nº 543, bairro Reunidas, nesta cidade de Caçador, SC, neste ato representado pela Sra. NEIDE MARIA DRIESSEN BAÚ, brasileira, viúva, presidente, inscrita no CPF sob nº 831.489.499-00, residente e domiciliada na cidade de Caçador, SC. O prazo de vigência do presente Contrato é 12 (doze) meses, iniciando nesta data e findado dia 03 de março de 2018, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, limitado a 60 (sessenta) meses.

CONTRATO N.º 13/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23034.009370/2014-24 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2015.

CONTRATO N.º 13/2017 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23034.009370/2014-24 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2015. O objeto do presente Contrato é a aquisição de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), para compor a frota da Prefeitura do Município de Caçador/SC. CONTRATADA a empresa MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ nº 59.104.273/0001-29 e Inscrição Estadual nº 4871955960040, estabelecida na Avenida Alfred Jurzykowski, 562 - Bairro Vila Pauleia, CEP 09.680-100, no Município de São Bernardo do Campo - SP, neste ato representada por seu REPRESENTANTE LEGAL, Sr. GUSTAVO ROSSI NOGUEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 16.246.461, expedida pela SSP/SP, CPF nº 062.189.378-10, tendo em vista o que consta no Processo nº 23034.009370/2014-24, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO FNDE nº 042/2015, para Registro de Preços. O valor do presente Contrato é de R\$ 968.400,00 (novecentos e sessenta e oito mil e quatrocentos reais). O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Discriminação do objeto:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
07	Ônibus Rural Escolar – ORE 3 com comprimento máximo de 11.000mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 4.000kg, e com eixo traseiro com diferencial equipado com dispositivo de bloqueio, e com plataforma elevatória veicular e até 2 (dois) boxes para cadeira de rodas.	4	Unidade	242.100,00	968.400,00

CONTRATO Nº 28/17 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 07/2017

CONTRATO Nº 28/17 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 07/2017. CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO CLÍNICO para realização de serviços laboratoriais e serviços auxiliares em diagnose compreendendo coleta de material, realização de exames e emissão de laudos. CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS MADALOZZO CAMATI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.756.167/0001-87, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pelo Sr. CLAUDEMIR HUBNER, brasileiro, casado, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 680.955.709-15, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 70.000,00 (setenta mil). O presente Contrato será válido pelo período de 12 meses, podendo ser renovado ou prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
29/03/2017	1	63983 - contratação de laboratórios clínicos para serviços laboratoriais e serviços auxiliares em diagnose contratação de laboratórios clínicos para serviços laboratoriais e serviços auxiliares em diagnose compreendendo coleta de material, realização de exames e emissão de laudos.	R\$	70.000	1,00	70.000,00
Total						70.000,00

CONTRATO Nº 29/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017

CONTRATO Nº 29/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017. CONTRATAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA. CONTRATADO: CLINICA RADIOLOGICA SCIENTIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.628.155/0001-16, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pelo Sr. ELIECE JOSE DE LIMA, brasileiro, solteiro, Sócio diretor, inscrito no CPF sob nº 031.316.866-00, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). O presente Contrato terá seu prazo de validade para o período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste, findando em 15 de março de 2018, podendo ser renovado ou prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

ITEM 02 e 07

ÍTEM	UNIDADE	R\$ EXAME
02	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia ginecológico e obstétrico, a serem realizados no Materno Infantil da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender no mínimo 2 (duas) vezes por semana, com atendimento de no mínimo 24 (vinte e quatro) ultrassonografias por semana.	R\$ 55,61
07	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia, a serem realizados no ambulatório Jonas Ramos da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender 5 (cinco) vezes por semana, no período da tarde ou pela manhã, respeitando o horário de atendimento do Centro de Especialidade Médicas (07:00 às 19:00hs).	R\$ 55,61

CONTRATO Nº 30/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 – INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017

CONTRATO Nº 30/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 – INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017. CONTRATAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRRAFIA. CONTRATADO: RAPHAEL SALGADO PEDROSO, pessoa física inscrita no CPF sob o nº 947.545.001-72, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Videira, SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). O presente Contrato terá seu prazo de validade para o período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste, findando em 15 de março de 2018, podendo ser renovado ou prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

ITEM 03 e 08

ÍTEM	UNIDADE	R\$ EXAME
03	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia ginecológico e obstétrico, a serem realizados no Materno Infantil da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender no mínimo 2 (duas) vezes por semana, com atendimento de no mínimo 24 (vinte e quatro) ultrassonografias por semana.	R\$ 55,61
08	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia, a serem realizados no ambulatório Jonas Ramos da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender 5 (cinco) vezes por semana, no período da tarde ou pela manhã, respeitando o horário de atendimento do Centro de Especialidade Médicas (07:00 às 19:00hs).	R\$ 55,61

CONTRATO Nº 31/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 – INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017

CONTRATO Nº 31/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 – INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017. CONTRATAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRRAFIA. CONTRATADO: THIAGO DE OLIVEIRA FERRÃO, pessoa física inscrita no CPF sob o nº 945.319.945-15, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). O presente Contrato terá seu prazo de validade para o período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste, findando em 15 de março de 2018, podendo ser renovado ou prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

ITEM 04 e 10

ÍTEM	UNIDADE	R\$ EXAME
04	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia ginecológico e obstétrico, a serem realizados no Materno Infantil da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender no mínimo 2 (duas) vezes por semana, com atendimento de no mínimo 24 (vinte e quatro) ultrassonografias por semana.	R\$ 55,61
10	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia, a serem realizados no ambulatório Jonas Ramos da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender 5 (cinco) vezes por semana, no período da tarde ou pela manhã, respeitando o horário de atendimento do Centro de Especialidade Médicas (07:00 às 19:00hs).	R\$ 55,61

CONTRATO Nº 32/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 – INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017

CONTRATO Nº 32/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 – INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017. CONTRATAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRRAFIA. CONTRATADO: WILLIAM GOMES FAVARETO, pessoa física inscrita no CPF sob o nº 058.130.057-22, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). O presente Contrato terá seu prazo de validade para o período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste, findando em 15 de março de 2018, podendo ser renovado ou prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

ITEM 05 e 11

ÍTEM	UNIDADE	R\$ EXAME
05	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia ginecológico e obstétrico, a serem realizados no Materno Infantil da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender no mínimo 2 (duas) vezes por semana, com atendimento de no mínimo 24 (vinte e quatro) ultrassonografias por semana.	R\$ 55,61
11	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia, a serem realizados no ambulatório Jonas Ramos da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender 5 (cinco) vezes por semana, no período da tarde ou pela manhã, respeitando o horário de atendimento do Centro de Especialidade Médicas (07:00 às 19:00hs).	R\$ 55,61

CONTRATO Nº 33/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017

CONTRATO Nº 33/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017. CONTRATAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA. CONTRATADO: FLAVIO LUIZ DE FARIA MARSICO, pessoa física inscrita no CPF sob o nº 311.849.158-22, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). O presente Contrato terá seu prazo de validade para o período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste, findando em 15 de março de 2018, podendo ser renovado ou prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

ÍTEM	UNIDADE	R\$ EXAME
06	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia ginecológico e obstétrico, a serem realizados no Materno Infantil da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender no mínimo 2 (duas) vezes por semana, com atendimento de no mínimo 24 (vinte e quatro) ultrassonografias por semana.	R\$ 55,61
12	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia, a serem realizados no ambulatório Jonas Ramos da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender 5 (cinco) vezes por semana, no período da tarde ou pela manhã, respeitando o horário de atendimento do Centro de Especialidade Médicas (07:00 às 19:00hs).	R\$ 55,61

CONTRATO Nº 34/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017

CONTRATO Nº 34/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017. CONTRATAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA. CONTRATADO: DIAGMAX JOACABA CLINICA MEDICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.562.927/0001-92, com sede na cidade de Joaçaba, SC, neste ato representado pelo Sr. RODOLPHO LUIZ DE FARIA MARSICO, brasileiro, casado, Sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 304.309.528-64, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). O presente Contrato terá seu prazo de validade para o período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste, findando em 15 de março de 2018, podendo ser renovado ou prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

ITEM 09 e 13

ÍTEM	UNIDADE	R\$ EXAME
09	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia, a serem realizados no ambulatório Jonas Ramos da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender 5 (cinco) vezes por semana, no período da tarde ou pela manhã, respeitando o horário de atendimento do Centro de Especialidade Médicas (07:00 às 19:00hs).	R\$ 55,61
13	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia ginecológico e obstétrico, a serem realizados no Materno Infantil da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender no mínimo 2 (duas) vezes por semana, com atendimento de no mínimo 24 (vinte e quatro) ultrassonografias por semana.	R\$ 55,61

CONTRATO Nº 35/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017

CONTRATO Nº 35/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017. CONTRATAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA. CONTRATADO: ECOCLINICA PELIZZARO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.758.365/0001-78, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pelo Sr. MOACIR PELIZZARO, brasileiro, casado, Sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 477.277.729-68, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). O presente Contrato terá seu prazo de validade para o período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste, findando em 15 de março de 2018, podendo ser renovado ou prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

ITEM 01

ÍTEM	UNIDADE	R\$ EXAME
01	Serviços profissionais especializados para realização de exames de ultrassonografia ginecológico e obstétrico, a serem realizados no Materno Infantil da Secretaria Municipal de Saúde. O profissional deverá atender no mínimo 2 (duas) vezes por semana, com atendimento de no mínimo 24 (vinte e quatro) ultrassonografias por semana.	R\$ 55,61

CONTRATO Nº 36/17 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 07/2017

CONTRATO Nº 37/17 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO CLÍNICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 07/2017

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Pinheiro Machado, nº 184, bairro Vila Paraíso, nesta cidade de Caçador, SC, inscrita no CNPJ sob nº 11.583.495/0001-45, neste ato representado pelo Secretário de Saúde de Caçador, Sr. ADEMAR SCHMITZ, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 099.014.349-04, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC;

CONTRATADA: LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.891.173/0001-62, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pela Sra. MARCIA REGIA MOSTIACK SOUZA VIEIRA, brasileira, casada, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 637.906.109-68, residente e domiciliada na cidade de Caçador, SC.

As partes acima identificadas, nos termos do Credenciamento nº 07/2017, bem como das normas da Lei 8.666/93, firmam o presente Contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO CLÍNICO para realização de serviços laboratoriais e serviços auxiliares em diagnose compreendendo coleta de material, realização de exames e emissão de laudos.

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
29/03/2017	3	63983 - contratação de laboratórios clínicos para serviços laboratoriais e serviços auxiliares em diagnose contratação de laboratórios clínicos para serviços laboratoriais e serviços auxiliares em diagnose compreendendo coleta de material, realização de exames e emissão de laudos.	R\$	70.000	1,00	70.000,00
Total						70.000,00

§ 1º. Os serviços, conforme o constante no credenciamento, serão os de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde de acordo com os princípios e normas gerais do Ministério da Saúde que deles necessitem, dentro dos limites fixados pela SECRETARIA/FMS, que serão distribuídos por níveis de complexidade e de acordo com as normas do SUS e da OMS (Organização Mundial da Saúde).

§ 2º. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício do FMS perante o contratado e seus subordinados, sendo de sua responsabilidade todas as despesas para realização dos exames, bem como, deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais que prestarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E MÉTODO DE TRABALHO

A CONTRATADA desempenhará os serviços através de seus profissionais em seu próprio estabelecimento, atendendo a todos os municípios que lhes forem encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º. Fica a encargo da CONTRATADA manter toda a estrutura necessária à prestação dos serviços, tais como: espaço físico, equipamentos, comunicação e pessoal técnico de apoio.

§ 2º. A CONTRATADA prestará serviços com qualidade, resolutividade e de forma humanizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 70.000,00 (setenta mil). A CONTRATANTE pagará mensalmente até dia 15 (quinze) do mês subsequente a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de serviços realizados durante o mês, por atendimento, sem caracterização de vínculo empregatício, pelos valores constantes na Tabela do Sistema de Informação Ambulatorial – SIA do Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 1º. Os pagamentos serão efetuados mensalmente até dia 15 (quinze) do mês subsequente a efetiva prestação de serviços e mediante apresentação da Nota Fiscal no Setor de Compras do município de Caçador, localizado Av. Santa Catarina, 195, centro, devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento dos serviços. Anexo a Nota Fiscal a CONTRATADA deverá apresentar relatório de produção acompanhado da UBS e autorização emitida pelo Fundo Municipal de Saúde, sendo que a CONTRATANTE, através do seu poder de fiscalização, somente pagará os serviços efetivamente prestados, sendo pré-requisito a passagem pelo SUS.

§ 2º. Antes da emissão da Nota Fiscal a CONTRATADA deverá apresentar relatório de produção acompanhado da UBS e autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo que a CONTRATANTE, através do seu poder de fiscalização, somente pagará os serviços efetivamente prestados.

§ 3º. Após aprovação do relatório de produção pela Secretaria Municipal de Saúde a CONTRATADA deverá encaminhar Nota Fiscal dos serviços prestados a ser entregue no Departamento de compras da Secretaria.

§ 4º. Os valores estipulados, na tabela SIA/SUS, serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde – SIA/ SUS.

§ 5º. Os reajustes independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

§ 6º. Os exames solicitados, não constantes na Tabela SIA/SUS, serão pagos pela SECRETARIA/FMS através dos códigos similares que serão informados pela Divisão de Controle e Avaliação.

§ 7º. No preço estão inclusos: mão-de-obra e materiais necessários para a realização dos serviços e obras, ferramentas e combustíveis, taxas, seguros, impostos, encargos e obrigações vinculadas à Legislação Tributária, Trabalhista e Previdenciária que incidirem sobre a contratação, todas as despesas com uniformes, equipamentos de proteção, deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços.

§ 8º. A CONTRATADA deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Contrato será válido pelo período de 12 meses, podendo ser renovado ou prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, suprimido ou acrescido de até 25% (vinte e cinco por cento) nos termos do artigo 65, § 10, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste Contrato correrão por conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/ Fundo Municipal de Saúde, a seguir discriminado:

SECRETARIA: 5 – Fundo Municipal de Saúde

PROGRAMA: 8 – Saúde Básica

AÇÃO: 2.185 – BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMB. HOSPITALAR

DESPESA: 197

ELEMENTO: 3.3.90.00.00

RECURSOS: 138 – Transferência do SUS - União

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

Das Obrigações da CONTRATANTE:

- pagar as despesas decorrentes da publicação do instrumento contratual;
- efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos neste contrato;
- fiscalizar a correta execução e cumprimento do Contrato.

Das Obrigações da CONTRATADA:

- Manter, durante toda a execução deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente instrumento;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões de até 25%;
- Arcar com eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução desta Ata;
- Possuir laboratório dentro do perímetro urbano do Município de Caçador, com atendimento de segunda a sexta-feira em horário comercial, nos períodos matutino e vespertino e aos sábados no período matutino, conforme autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Os exames e emissão de laudos serão realizados na sede da proponente com materiais e equipamentos próprios do laboratório,
- Emitir laudo de cada exame coletado e realizado, e entregar os referidos laudos diretamente ao paciente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da data de realização do(s) exame(s);
- Realizar os exames considerados de urgência/emergência em no máximo 48 (quarenta e oito) horas após emissão da autorização, e entregar o laudo ao paciente no prazo máximo de também 48 (quarenta e oito) horas;
- Coletar o material, realizar os exames e emitir laudos conforme código e especificações constantes na Tabela SIA/SUS;
- Realizar TODOS os exames constantes na Tabela SIA/SUS, sem exceção;
- As coletas deverão ser realizadas pela ordem de chegada, sem diferenciação dos pacientes SUS e particular;
- Aceitar o agendamento dos exames através de telefonema realizado pela equipe do Laboratório Municipal, com realização dos exames no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de agendamento;
- Aceitar o material coletado pelo Laboratório Municipal;
- Realizar coleta domiciliar em caso de necessidade;
- Desempenhar os serviços, de acordo com a ética médica, sendo de sua responsabilidade e ônus, todos os materiais, equipamentos, contrastes e medicamentos necessários para a realização dos serviços profissionais ora contratados, em sua própria sede, com disponibilidade de ambiente adequado;
- Não cobrar nenhuma taxa, contribuição ou encargos dos pacientes encaminhados pela Secretaria, não podendo os mesmos sofrer qualquer tipo de constrangimento;
- Providenciar que o profissional que realizará os exames e assinará os laudos possua qualificação e experiência necessárias, além de estar devidamente registrando no Conselho Regional de Farmácia;
- Possuir em seu quadro de funcionários no mínimo 01 (um) profissional farmacêutico bioquímico e no mínimo 01 (um) auxiliar, possuir ainda estrutura física adaptada para pacientes em cadeira de rodas, todos aparelhos e materiais necessários para realização dos exames ora contratados;
- Responsabilizar-se sobre os serviços executados e prestar garantia sobre os mesmos, devendo refazê-los no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas no caso de má execução dos mesmos;
- Em caso de equipamento com problemas ou falta de material o laboratório não será isento da realização da coleta, devendo se responsabilizar pelo encaminhamento do exame por outros meios.
- Providenciar que os componentes do quadro societário da empresa e/ou farmacêutico bioquímico responsável, não seja servidor do Município.
- Aceitar a fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde;
- Reconhecer a prerrogativa de controle e autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS decorrente da Lei Orgânica da Saúde;
- Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o arquivo;
- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- Atender os pacientes com dignidade, respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade nos serviços;
- Justificar ao paciente ou a seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste Contrato;
- Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes de pagamentos dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor;
- Utilizar o sistema de informações WIN Saúde ou outro que porventura venha a ser adotado pela Secretaria Municipal de Saúde, inclusive para disponibilizar os resultados dos exames realizados (será realizada orientação quanto ao uso do sistema pelo setor de TI da Secretaria de Saúde).
- Nos casos de urgência e emergência, encaminhar os pacientes para uma unidade hospitalar que disponha de condições físico-funcionais para tal tipo de atendimento, obedecendo as normatizações de encaminhamento da unidade hospitalar;
- Responder pelos vícios dos serviços que se compromete a prestar, e por quaisquer danos que venham a causar inclusive perante terceiros, ficando a contratante isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da execução dos serviços, objeto do presente contrato.
- Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- Notificar a CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão

da Junta Comercial ou do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

- Apresentar a documentação exigida pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria desta Secretaria Municipal de Saúde;
- Possuir área física adaptada para pacientes com necessidades especiais (deficiência física permanente e/ou temporária),

CLAUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou propostos, ficando assegurado a CONTRATADA o direito de regresso.

§ 1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não inclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

§ 2º - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeito relativos a prestação de serviços nos estritos termos do Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA OITAVA - CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

A execução do presente Contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria Municipal e pelos órgãos competentes do sistema Nacional e/ou Estadual de Controle e Avaliação do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º. Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

§ 2º. A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do Contrato.

§ 3º. A CONTRATADA facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

§ 4º. Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

- modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada;
- rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- fiscalizar-lhe a execução;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução parcial das obrigações contidas neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita a:

1. Advertência;
2. Pagamento de uma multa diária, enquanto perdurar a situação de infringência, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta cláusula, até o prazo de 20 (vinte) dias, findo o qual o Contrato poderá ser rescindido.

§ 1º. As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.

§ 2º. O valor total das multas não poderá ultrapassar de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, limite que permitirá sua rescisão, não cabendo, neste caso, a multa prevista na Cláusula Décima Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO poderá declarar rescindido o presente Contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

§ 1º - O descumprimento total das obrigações contidas neste instrumento, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do presente Contrato, além de rescisão do mesmo.

§ 2º - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Caçador, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Caçador (SC), 29 de março de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR	LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA LTDA
CONTRATANTE	CONTRATADO
Testemunhas:	
Ana Paula Cardoso de Lima CPF: 059.750.569-18	Lucas Filipini Chaves CPF: 076.092.899-14

CONTRATO Nº 37/17 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 07/2017

CONTRATO Nº 37/17 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 07/2017. CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO CLÍNICO. CONTRATADA: LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.891.173/0001-62, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pela Sra. MARCIA REGIA MOSTIACK SOUZA VIEIRA, brasileira, casada, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 637.906.109-68, residente e domiciliada na cidade de Caçador, SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 70.000,00 (setenta mil). O presente Contrato será válido pelo período de 12 meses, podendo ser renovado ou prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
29/03/2017	3	63983 - contratação de laboratórios clínicos para serviços laboratoriais e serviços auxiliares em diagnose contratação de laboratórios clínicos para serviços laboratoriais e serviços auxiliares em diagnose compreendendo coleta de material, realização de exames e emissão de laudos.	R\$	70.000	1,00	70.000,00
Total						70.000,00

CONTRATO Nº 38/17 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 07/2017

CONTRATO Nº 38/17 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 07/2017. CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO CLÍNICO. CONTRATADA: NUCLEO ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.679.814/0001-33, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pela Sra. MARIA SALETE WERLANG LEBELEIN, brasileira, casada, sócia administradora, inscrita no CPF sob nº 142.888.260-04, residente e domiciliada na cidade de Caçador, SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 70.000,00 (setenta mil). O presente Contrato será válido pelo período de 12 meses, podendo ser renovado ou prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
29/03/2017	4	63983 - contratação de laboratórios clínicos para serviços laboratoriais e serviços auxiliares em diagnose contratação de laboratórios clínicos para serviços laboratoriais e serviços auxiliares em diagnose compreendendo coleta de material, realização de exames e emissão de laudos.	R\$	70.000	1,00	70.000,00
Total						70.000,00

DECRETO Nº 7.080

DECRETO Nº 7.080, de 29 de março de 2017.

Reabre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2017, em favor do Gabinete do Prefeito.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017.

DECRETA :

Art. 1º Fica reaberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 20.067,66 (vinte mil, sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos), conforme segue:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.2 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

4.4.90.00.01.34 – Aplicações Diretas R\$ 20.067,66

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros recebidos referente ao Convênio nº 2015TR001813, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o município de Caçador, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda – Diretoria de Gestão de Fundos DIGF.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 10/2017 PROCESSO 23/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICA Nº 10 - 2017 – PREFEITURA - O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICA Nº 10/2017, Objeto – Serviço de Atendimento de Urgência e Emergência nas Áreas de Pré-hospitalar, de Combate a Incêndios, de Resgate Veicular, de Mergulho, Resgate em Altura, de Resgate em Matas e Defesa Civil. – Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAÇADOR, inscrito no CNPJ – sob o nº 82.798.653/0001-22, com sede no Município de Caçador - SC, O valor total do contrato será de R\$ 855.432,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais). O termo de colaboração é vigente para o ano de 2017. A justificativa na íntegra pode ser encontrada no site da prefeitura através do endereço: www.cacador.sc.gov.br - Caçador, 31 de março de 2017.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

PARECER 01/2017 - COMED

Interessado: Secretaria Municipal de Educação		UF: SC
Assunto: Plano de Aplicação do Salário Educação 2017		
Relator: Teresinha Anciutti		
Processo: 02/2017		
Parecer nº 01/2017	Comissão Comissão de Análise e Finanças	Aprovado em: 09/03/2017

I. Histórico:

O Conselho Municipal de Educação recebeu da Secretaria Municipal de Educação através Ofício GAB.SEC.EDUC nº 30/2017 datado de 22 de fevereiro, o Planejamento de Ações para o ano de 2017 com base nos recursos do Salário Educação do corrente ano.

A Secretária enfatiza o fato dos valores serem uma previsão, uma vez que o valor não consta em caixa e depende das transferências federais para concretização das ações.

A Comissão reuniu-se em 06/03/2017 e no dia 08/03/2017 para análise dos projetos conforme consta na análise.

II. Análise:

Na análise, a comissão destaca a importância de cumprimento das ações previstas em sua totalidade, evitando alteração nos projetos, cumprindo os prazos e aplicações propostas;

Solicita-se que as prestações sejam encaminhadas trimestralmente, bem como tenham a participação do contador e do responsável pela pasta da Secretaria Municipal de Educação, com intuito de agilizar o processo final do ano-base;

Após análise, de acordo com os procedimentos, considerou que todos os projetos estão em consonância com as necessidades e a legislação vigente. (Segue para publicação oficial)

Previsão Salário Educação: R\$ 3.267.275,00

PLANEJAMENTO DE AÇÕES PARA 2017

ITEM	PROJETOS	%	VERBA	1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI	TOTAL
1	Curso de aperfeiçoamento para profissionais da Educação, pagamento palestrante, diária para professores, passagens, hospedagem, aquisição de materiais referentes aos cursos e Bolsas de Estudos.	3,086	Diária de deslocamento temporário para: hospedagem, alimentação, transporte.	X	X	X	X	R\$ 100 000,00
			Cursos de capacitação.	X		X	X	
2	Equipar as bibliotecas com livros de literatura infanto-juvenil, com assinatura de jornais e revistas.		Assinatura de revista e jornais para as Unidades Escolares.	X	X	X	X	R\$ 100 000,00
		3,086	Readequação das bibliotecas			X	X	
			Aquisição de livros para as bibliotecas, após levantamento técnico.			X		
			Aquisição de dicionários		X			
3	Reforma de escolas, construção, conforme cronograma da Secretaria Municipal de Educação.		Reforma do telhado EMEB Castelhana (R\$ 1000 00,00).				X	
			Reforma telhado EMEB Irmão Venâncio José (R\$ 150 000,00).	X				

			Reforma do telhado EMEB Morada do Sol (R\$ 180 000,00).			X		
		36,112	Ampliação da EMEB Vereda dos Trevos (50% Salário Ed. E 50% Recursos Próprios)(R\$ 80 000,00 – containers).		X			
			Ampliação EMEB Rodolfo Nickel (50% Salário Ed. E 50% Recursos Próprios)(R\$ 50 000,00)				X	R\$ 1 170 000,00
			Telhado e iluminação EMEB H.J.Berger (R\$ 300 000,00).		X			
			Melhoria de quadras (R\$ 100 000,00).			X	X	
			Aterro e ampliação EMEB Pierina S.P. (R\$ 150 000,00)			X		
			Pavimentação e fossa EMEB Santa Clara (R\$ 60 000,00).	X				
4	Aquisições de móveis destinados as escolas municipais.	2,315	Móveis escolares para escolas municipais; conjunto de mesa e cadeira de Professor; armários para sala de aula; mesa de refeitório para Educação Infantil.		X	X		R\$ 75 000,00
5	Aquisição de materiais e serviços destinados as escolas municipais		Material de expediente; materiais diversos (administrativo das escolas e educação infantil).	X		X		
			Material escolar; materiais diversos para uso dos alunos e professores das escolas e centros de educação infantil.	X		X		
			Material de limpeza e higiene para as escolas e centros de educação infantil.	X		X		
		35,185	Materiais de manutenção, para utilização do setor de manutenção em adequações do espaço físico das unidades escolares conforme necessidade.		X	X	X	R\$ 1 140 000,00
			Materiais para marcenaria, para utilização na reforma e confecção de moveis para unidades escolares conforme.		X			
			Pagamentos de serviços e manutenções em geral: Patrimonial (segurança), limpezas diversas; pagamento de empresa de limpeza; dedetização; desratização; extintores e consertos diversos.	X	X	X	X	
6	Aquisição de material esportivo para as escolas municipais.	1,543	Material esportivo para as aulas de Educação Física e projetos esportivos.		X			R\$ 50 000,00
7	Aquisição e manutenção de equipamentos de informática.	4,630	Manutenção e equipamentos; materiais e peças; serviços; pagamento internet dos laboratórios e secretarias escolares municipais.	X	X	X	X	R\$ 177 275,00
8	Programa de Apoio as Associações de Pais e Professores – PAAPP.	14,043	Repasse mensalmente de recursos para associações de pais e professores.	X	X	X	X	R\$ 455 000,00
	TOTAL	100						R\$ 3 267 275,00

OBSERVAÇÃO: Os valores destinados a cada projeto são "estimativas", de acordo com a LOA – Lei Orçamentária Anual – 2017, aprovada em 2016.

III. Voto do Relator

Diante do acima exposto o relator vota pela aprovação da Proposta para o Plano de Aplicação do Salário Educação 2017.

IV. Decisão do Plenário

Nos termos da Análise, o plenário deliberou por unanimidade, em 9 de março de 2017, PARECER FAVORÁVEL, ao voto do relator.

Caçador, 9 de março de 2017.

PORTARIA Nº 27.793

PORTARIA Nº 27.793, de 21 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o pedido de encaminhamento para aposentadoria do Servidor Alcedir Ferlin, matrícula 160, ocupante do cargo efetivo de Chefe do Serviço de Expediente e lotado na Secretaria do Gabinete do Prefeito,

CONSIDERANDO a análise da vida funcional e das fichas financeiras no que se refere à licença prêmio correspondente ao período aquisitivo de 05/10/1998 a 05/10/2003,

CONSIDERANDO ter sido constatada a conversão de 2/3 da referida licença, efetuada através das Portarias nº 21.643, de 10 de maio de 2012 e nº 26.154 de 06 de novembro de 2016; bem como a fruição de 02 (dois) meses, de acordo com as Portarias nº 26.693, de 24 de março de 2016 e nº 27.499, de 02 de dezembro de 2016,

CONSIDERANDO os equívocos no que se refere às informações lançadas e repassadas para confecção dos atos e a necessidade de regularizar a situação funcional do Servidor,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a devolução integral do valor recebido a maior a título de gozo de 01 mês de licença prêmio, previsto na Portaria nº 27.499, de 02 de dezembro de 2016 e referente ao período aquisitivo de 05/10/2003 a 05/10/2008, o qual será retido pela municipalidade na folha mensal de pagamento do Servidor do mês de março de 2017.

Art. 2º Em virtude do disposto no artigo 1º desta Portaria, ficam RETIFICADOS os períodos aquisitivos e de fruição da licença prêmio do Servidor concedida pela Portaria nº 27.499, de 02 de dezembro de 2016, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

Código	Nome	Cargo	Secretaria/Órgão	Período de Aquisição	Período de gozo
160	Alcedir Ferlin	Chefe do Serviço de Expediente	001	05/10/2003 a 05/10/2008	23/12/2016 a 21/01/2017
160	Alcedir Ferlin	Chefe do Serviço de Expediente	001	05/10/2008 a 05/10/2013	22/01/2017 a 22/03/2017

Leia-se :

Código	Nome	Cargo	Secretaria/Órgão	Período de Aquisição	Período de gozo
160	Alcedir Ferlin	Chefe do Serviço de Expediente	001	05/10/2008 a 05/10/2013	23/12/2016 a 22/02/2017

Art. 3º CONCEDER férias regulamentares acrescida do adicional de férias, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período Gozo
160	Alcedir Ferlin	Chefe do Serviço de Expediente	03/12/2011 a 02/12/2012	23/02/2017 a 24/03/2017

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2017 - CONTRATO Nº 27/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2017 - CONTRATO Nº 27/2017 – FMS - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 05/2017 – Contratação de serviços médicos especializados em CIRURGIA VASCULAR, OFTALMOLOGIA, UROLOGIA E CARDIOLOGIA, conforme autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento da demanda. CONTRATADA: MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI, brasileira, oftalmologista, portador do RG nº 8.82.931 SSP-SC, inscrito no CPF sob o nº 728.182.809-82, residente e domiciliado na cidade de Caçador/SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais). A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de consultas realizados durante o mês, sendo que o valor a ser pago por consulta será de R\$ 60,00 (sessenta reais). O presente Contrato será válido para o período de 12 (doze) meses iniciando nesta data e findando dia 16 de março de 2018, podendo ser renovado ou prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

ITEM 1

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
01	1.080	Consultas	Contratação de consultas na especialidade de OFTALMOLOGIA a serem realizadas no consultório do próprio profissional que deverá manter toda a infraestrutura necessária à prestação de serviços, tais como: espaço físico, equipamentos, comunicação e pessoal técnico de apoio, de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Na consulta deverá estar incluso retorno no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da consulta ou nos termos da Resolução CFM nº 1.958/210, sem custo adicional ao Fundo Municipal de Saúde.

RESOLUÇÃO Nº 06/2017 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, em Reunião Plenária, realizada no dia 28 de março de 2017, no uso da competência que lhe foi conferida pelo inciso I do artigo 28 da Lei n.º 3.331, de 23 de novembro de 2016 – Lei Orgânica da Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social, na forma do anexo que integra esta Resolução.

Art. 2º Fica revogado o Regimento Interno anteriormente aprovado e publicado em Diário Oficial no dia 09 de setembro de 2013, Edição nº 1320, e demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lucas Alan Burlin
Presidente do CMAS

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA**

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município de Caçador, criado pela Lei 1.068, de 12 de novembro de 1996, e alterado pelas Leis 2.869, de 22 de dezembro de 2011 e pela 3.331, de 23 de novembro de 2016, é órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SMASH, tendo seu funcionamento regulado pelas disposições legais pertinentes e por este Regimento Interno.

**CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E MANDATO**

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é composto por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, dentre representantes paritários das entidades governamentais e da sociedade civil, de acordo com os seguintes critérios:

I - 06 (seis) representantes governamentais, assim distribuídos:

- a) 03 (três) da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
- b) 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação;
- c) 01 (um) da Secretaria Municipal da Saúde;
- d) 01 (um) da Secretaria Municipal da Fazenda.

II - 06 (seis) representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público, assim distribuído:

- a) 02 (dois) representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social;
- b) 02 (dois) representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;
- c) 02 (dois) representantes de entidades de trabalhadores do setor.

§ 1º Todos os representantes das Entidades não governamentais, devidamente inscritos no CMAS, deverão ser escolhidos em foro único, através de Assembleia convocada por edital publicado em jornal de circulação local ou meio eletrônico de divulgação oficial do município.

§ 2º Os conselheiros que exercem cargos e/ou funções nos setores Públicos Municipal, não poderão atuar como conselheiro representante da Sociedade Civil.

§ 3º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos e a convivência social e comunitária, reconhecendo-se como legítimos os movimentos sociais, as associações, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

§ 4º Os conselheiros titulares terão mandato de dois anos, permitida uma recondução consecutiva.

**CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS****Seção I - do Conselho**

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

- I - elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;
- II - convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;
- III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das Conferências de assistência social;
- IV - apreciar e aprovar anualmente a proposta orçamentária elaborada pelo executivo que trata da Assistência Social e Habitação, em consonância com as diretrizes das Conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social, emitindo Resolução que deverá acompanhar a documentação a ser apreciada pelo Poder Legislativo;
- V - aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;
- VI - aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;
- VII - acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;
- VIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família - PBF;
- IX - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;
- X - apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação inseridas nos sistemas nacional e estadual de informação referente ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;
- XI - apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacional e estadual de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de Assistência Social;
- XII - alimentar os sistemas nacional e estadual de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;
- XIII - zelar pela efetivação do SUAS no Município;
- XIV - zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;
- XV - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;
- XVI - estabelecer anualmente critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;
- XVII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;
- XVIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;
- XIX - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD-M, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD-SUAS;
- XX - planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-M e IGD-SUAS destinados à atividades de apoio técnico e operacional

ao CMAS;

XXI - participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à Assistência Social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos próprios, os oriundos do Estado e da União, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

XXII - aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXIII - orientar e fiscalizar o FMAS;

XXIV - divulgar, no órgão de imprensa oficial municipal, bem como em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções e deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos;

XXV - receber, apurar e dar o devido prosseguimento às denúncias;

XXVI - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS no âmbito do município;

XXVII - estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos;

XXVIII - realizar a inscrição das entidades e organizações de assistência social;

XXIX - notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;

XXX - fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;

XXXI - estabelecer anualmente critérios e prazos para o pagamento dos acolhimentos em Família Acolhedora;

XXXII - emitir resolução quanto às suas deliberações;

XXXIII - registrar em ata as reuniões;

XXXIV - instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários para atuar e/ou assessorar as demandas do conselho;

XXXV - regular e zelar pela boa execução dos recursos repassados pelo FMAS executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange à prestação de contas;

XXXVI - avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município, dando publicidade ao mesmo.

Seção II - Dos Conselheiros

Art. 4º As funções dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado como serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou participação em diligências.

Art. 5º O ressarcimento de despesas, adiantamentos ou pagamentos de diárias aos membros do CMAS, aos servidores a seu serviço e delegados eleitos em Conferências Municipais, processam-se nas condições e valores estabelecidos pelas normas usadas pelo Município em atos idênticos ou semelhantes.

Parágrafo único. As despesas, adiantamentos ou diárias dos representantes governamentais serão efetuadas pelas respectivas Secretarias Municipais e dos representantes das Entidades não governamentais serão efetuados pelo órgão da administração pública municipal responsável pela Política Municipal de Assistência Social.

Art. 6º Ao membro do Conselho Municipal de Assistência Social compete:

I - comparecer às Reuniões Plenárias, justificando as faltas por escrito quando ocorrerem;

II - assinar no livro próprio sua presença na reunião a que comparecer;

III - solicitar à Diretoria do CMAS a inclusão, na pauta dos trabalhos, de assuntos que deseja discutir;

IV - propor convocação de sessões extraordinárias;

V - proferir declaração de voto, quando assim o desejar;

VI - pedir vistas de processos em discussão, apresentando parecer e devolvendo-os no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou requerer adiantamento de votação;

VII - solicitar ao Presidente, quando julgar necessário, a presença

em sessão do postulante ou de titular de qualquer órgão informante, para as entrevistas que se fizerem indispensáveis;

VIII - propor emenda ou reforma no Regimento Interno do CMAS;

IX - votar e ser votado para cargos do Conselho;

X - requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;

XI - fornecer à Secretaria Executiva do Conselho todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem nas respectivas áreas de sua competência, sempre que o julgar importante para as deliberações do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;

XII - requerer votação de matéria em regime de urgência;

XIII - apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos de interesse da Assistência Social;

XIV - manifestar-se sobre propostas, pareceres e recomendações emitidas pelas Comissões ou Conselheiros;

XV - propor a criação de Comissões, indicar nomes para as mesmas e delas participar;

XVI - exercer atribuições no âmbito de sua competência, ou outras funções designadas

pela Plenária;

XVII - participar em eventos de capacitação e aperfeiçoamento na área da Assistência

Social, mantendo-se atualizado.

Sessão III – Das Substituições

Art. 7º Em caso de vacância do Conselheiro Titular, o Conselheiro Suplente será nomeado para completar o mandato do substituído.

Art. 8º O Conselheiro Titular que vier a se ausentar ou faltar, deverá comunicar o fato a seu suplente, bem como ao Presidente do CMAS.

Parágrafo único. Nos termos do caput, tratando-se de servidor público representante governamental, a ausência injustificada poderá ser entendida como conduta antiprofissional, podendo o seu superior hierárquico aplicar as penalidades nos termos do estatuto do servidor público deste município.

Art. 9º Independentemente da presença do Titular, os Suplentes deverão ser convidados a participar das Reuniões.

Art. 10 Perde o mandato, vedada a recondução para o mesmo período, o Conselheiro que, no exercício das suas funções, faltar 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, salvo justificação escrita e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo único - Na perda do mandato, a Entidade Governamental deverá indicar novo representante, acompanhado do seu suplente e a Entidade representativa da sociedade civil deve ser substituída por outra, observada a ordem numérica de suplência, estabelecida no fórum eleitoral.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 11 O Colegiado do CMAS tem a seguinte estrutura de funcionamento:

I - Plenário;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva.

Seção IV – Do Plenário

Art. 12 O Plenário é o órgão deliberativo do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, constituindo-se pela reunião ordinária ou extraordinária dos seus membros.

Art. 13 O Conselho Municipal de Assistência Social reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, conforme calendário; ou extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou de 1/3 (um terço) de seus membros, observado, no caso de extraordinária,

prazo mínimo de 05 (cinco) dias para a realização da reunião.

Parágrafo único. Mediante justificativa, e para atender ao interesse público, o prazo assinalado no caput poderá ser dispensado pelo presidente.

Art. 14 Compete ao Plenário:

I - apreciar e deliberar sobre os assuntos e matérias de competência do CMAS nos termos do art. 28 da Lei 3.331, de 23 de novembro de 2016;

II - aprovar a criação e dissolução das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho, suas respectivas competências, sua composição, procedimentos e prazo de duração;

III - eleger a Mesa Diretora do CMAS e os membros das Comissões Permanentes.

§ 1º As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros e, em segunda convocação, após 15 (quinze) minutos, com a presença de qualquer número, salvo quando se tratar de matéria relacionada ao Regimento Interno, à eleição dos componentes da Mesa Diretora e Comissões Permanentes e a Fundo e Orçamento, quando o quórum mínimo será de 2/ 3 (dois terços) de seus membros.

§ 2º A matéria em pauta não deliberada permanecerá nas pautas das reuniões subsequentes até a sua deliberação;

§ 3º O plenário será presidido pelo presidente do CMAS que, em sua falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente, ou secretário, nesta ordem;

§ 4º As deliberações serão tomadas por maioria simples, salvo nos casos dispostos no § 1º em que serão tomadas por maioria qualificada;

§ 5º A votação será aberta e cada membro titular terá direito a um voto;

§ 6º Os votos divergentes poderão ser expressos na ata da reunião, a pedido do membro que o proferiu;

§ 7º As reuniões do CMAS serão públicas.

Art. 15 As manifestações do CMAS se darão mediante resoluções, deliberações ou recomendações.

Art. 16 Os trabalhos do Plenário e as matérias sujeitas a votação obedecerão a seguinte ordem:

I - verificação de quórum para a instalação dos trabalhos;

II - leitura, apreciação e votação da ata da Reunião Plenária anterior;

III - leitura e discussão da pauta da reunião;

IV - momento das Comissões e da Mesa Diretora (avisos, comunicações, registros de fatos, apresentação de proposições, correspondências e outros documentos de interesse da Plenária);

V - deliberação das matérias sujeitas à votação;

VI - apreciação dos assuntos em pauta;

VII - pauta livre para, a critério do Plenário, serem debatidos ou levados ao conhecimento referente a assuntos de interesse geral;

VIII - encaminhamentos;

IX - Encerramento.

Art. 17 A pauta da reunião deverá ser repassada aos conselheiros e respectivos suplentes com antecedência mínima de 5 (cinco) dias para reuniões ordinárias e 48 (quarenta e oito) horas para extraordinárias.

§ 1º Em caso de urgência ou relevância, a Plenária do CMAS, por voto da maioria simples, poderá alterar a pauta.

§ 2º Os itens constantes da pauta deverão ter afinidade com as competências do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 18 O conselheiro que não se julgar suficientemente esclarecido poderá pedir vistas da matéria.

Parágrafo único. O prazo de vistas será até a data da reunião subsequente, mesmo que mais de um conselheiro o solicite, podendo, a juízo do Plenário ser prorrogado por mais de uma reunião.

Art. 19 A cada reunião será lavrada uma ata com a exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações a qual deverá ser assinada pelo presidente, secretário e, todos os demais membros presentes. Posteriormente, arquivada na Secretaria Executiva do CMAS.

Parágrafo único. As assinaturas de todos os Conselheiros do CMAS

presentes na reunião, deverão ainda constar de livro próprio.

Art. 20 As datas de realização das reuniões ordinárias do CMAS serão estabelecidas em cronograma e sua duração será a julgada necessária, podendo ser interrompida para prosseguimento em data e hora a serem estabelecidas pelos presentes.

Art. 21 É facultado a qualquer interessado, o pedido de reexame, por parte do Plenário, de qualquer resolução normativa exarada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade, incorreção e inadequação técnico-administrativa-financeira.

Seção II – Da Mesa Diretora

Art. 22 A Mesa Diretora, eleita pela maioria absoluta dos votos da Plenária para mandato de 01 (um) ano, será composta pelos seguintes cargos, permitida uma recondução:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário.

§ 1º A recondução de que trata o “caput” refere-se ao mesmo cargo;

§ 2º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e não governamental.

Art. 23 A apresentação de chapas para a composição da Mesa Diretora é procedimento não obrigatório, podendo ocorrer outra forma de escolha a critério da Assembleia.

Parágrafo único. Havendo formação de chapas, as mesmas deverão ser entregues na Secretaria Executiva do CMAS, até 24 (vinte e quatro) horas antes da instalação da Plenária que realizará o processo eleitoral.

Art. 24 A Mesa Diretora, na função de coordenadora das ações político-administrativas do Conselho Municipal de Assistência Social, compete:

I - dispor sobre as normas e atos relativos ao funcionamento administrativo do CMAS;

II - observar o quórum regimental para instalação e deliberação da Plenária, bem como das decisões;

III - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Art. 25 Ao Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social compete:

I - representar judicialmente e extrajudicialmente o Conselho;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

III - submeter a pauta à aprovação do Plenário do Conselho;

IV - baixar os atos necessários ao exercício das tarefas administrativas, assim como as que resultem de deliberação do Plenário do Conselho;

V - assinar as resoluções do Conselho;

VI - homologar os nomes dos integrantes de Comissões;

VII - delegar competências desde que previamente submetidas à aprovação do Plenário;

VIII - submeter à aprovação do Conselho a requisição justificada ou o recebimento por cessão de servidores públicos para comporem a Secretaria Executiva do mesmo;

IX - submeter à apreciação do Plenário a programação orçamentária e a execução físico-financeira do Conselho;

X - submeter ao Plenário ou Mesa Diretora os convites para representar o Conselho Municipal de Assistência Social em eventos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, e apresentar formalmente o nome do conselheiro escolhido;

XI - divulgar assuntos deliberados dentro do Conselho;

XII - propiciar as articulações necessárias para o cumprimento das atividades do Conselho.

Parágrafo único. O presidente do CMAS, no desempenho de suas atribuições, deverá dar cumprimento integral ao contido neste artigo, sobre pena de descumprimento de lei.

Art. 26 Ao vice-presidente compete:

I - substituir o presidente em seus impedimentos ou ausências;

II - auxiliar o presidente no cumprimento de suas atribuições;

III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Plenário.

Parágrafo único. O vice-presidente completará o mandato do presidente em caso de vacância.

Art. 27 Compete ao Secretário:

- I - Secretariar as reuniões do Conselho;
- II - Responsabilizar-se pelas atas das sessões e proceder a sua leitura;
- III - Substituir o vice-presidente nos seus impedimentos e o presidente na falta de ambos, ou em caso de vacância até que o Conselho eleja novos titulares;
- IV - Encaminhar junto à Secretaria Executiva, a execução das medidas aprovadas pelo Plenário;
- V - Examinar os processos a serem apreciados em Plenário dando cumprimento aos despachos proferidos;
- VI - Prestar, em Plenário, as informações que lhe forem solicitadas pelo presidente e pelos conselheiros;
- VII - Elaborar, em conjunto com a Secretaria Executiva, e submeter à Mesa Diretora a pauta das reuniões plenárias;
- VIII - Orientar os trabalhos da Secretaria Executiva.

Seção III – Das Comissões

Art. 28 As comissões serão criadas por Resoluções, aprovadas pelo Plenário, conforme a necessidade da demanda, integradas por no mínimo 03 (três) conselheiros e poderão participar como colaboradores, os representantes de entidades, representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

- I - de Inscrição;
- II - de Finanças;
- III - de Fiscalização, Instância de Controle Social, Monitoramento e Avaliação;
- IV - de Legislação.

Art. 29 As Comissões serão dirigidas por coordenador, escolhido entre seus membros, cujas competências são:

- I - convocar e coordenar a reunião da Comissão;
- II - assinar conjuntamente com os demais membros as atas das reuniões, proposta, pareceres e recomendações elaboradas pela Comissão encaminhadas a Secretaria Executiva do Conselho;
- III - solicitar à Secretaria Executiva do Conselho o apoio necessário ao funcionamento da respectiva Comissão.

Art. 30 O CMAS poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos para colaborarem em estudos e/ou participarem de Comissões instituídas no âmbito do próprio Conselho.

Art. 31 Consideram-se colaboradores do CMAS, entre outros:

- I - as instituições de ensino, pesquisa e cultura;
- II - as organizações Não-Governamentais;
- III - especialistas e profissionais da administração pública e privada;
- IV - Prestadores e usuários da Assistência Social.

Art. 32 As Comissões poderão ser convocadas para assessoramento nas reuniões Plenárias, da Mesa Diretora, e a se pronunciarem quando solicitadas pelo presidente do Conselho.

Parágrafo único. Poderão ser criadas comissões especiais para auxiliar ou presidir os fóruns municipais, Conferências e outros eventos que exijam maior dedicação e tenham relevância para a assistência social como um todo.

Subseção III.I – Das atribuições das Comissões

Art. 33 Compete à Comissão de Inscrição:

- I - elaborar pareceres para subsidiar as análises dos processos administrativos das entidades que solicitarem inscrição no CMAS;
- II - analisar o processo de inscrição e renovação de inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social junto ao CMAS e emitir parecer para apreciação do Plenário;
- III - propor normas para ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;
- IV - fixar normas para a concessão de certificados de inscrição de

entidades no CMAS, analisando os pedidos de inscrição;

V - elaborar minuta de Resolução para estabelecer procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no CMAS;

VI - elaborar propostas de minutas de resoluções que regulamenta procedimentos para o CMAS;

VII - realizar a inscrição das entidades e organizações de assistência social;

VIII - notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição.

Art. 34 Compete à Comissão de Finanças:

I - propor alterações, quando necessárias, na proposta orçamentária do FMAS apresentada ao Plenário;

II - designar representantes desta Comissão para acompanhar a tramitação e aprovação da proposta orçamentária na Câmara Municipal;

III - analisar, bimestralmente, a execução orçamentária do FMAS e apresentar parecer ao Plenário;

IV - analisar, anualmente, a prestação de contas do FMAS e apresentar parecer ao Plenário;

V - manifestar-se a respeito dos assuntos relacionados ao aspecto da execução financeira e orçamentária da Política de Assistência Social e do FMAS.;

VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

VII - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-M, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD-SUAS.

Art. 35 Compete à Comissão de Fiscalização, Instância de Controle Social, Monitoramento e Avaliação:

I - desenvolver a avaliação e o monitoramento das deliberações das Conferências da Assistência Social;

II - recomendar ao CMAS orientações e instrumental de monitoramento e avaliação das deliberações das Conferências de Assistência Social;

III - monitorar e avaliar as metas do Plano Decenal à luz das deliberações;

IV - desempenhar outras atividades que lhe sejam designadas pela Plenária do CMAS;

V - acompanhar e monitorar a atualização dos dados das Entidades e Organizações inscritas no CMAS.

VI - acompanhar e monitorar a tramitação de projetos de lei e demais normativas referentes à Assistência Social;

VII - acompanhar e monitorar, através dos Diários Oficiais, publicações do interesse do CMAS;

VIII - solicitar parecer de equipe técnica para visitas, avaliações e fiscalizações in loco das entidades que solicitarem inscrição no CMAS;

IX - convocar, quando necessário, a presença de dirigentes e técnicos da entidade ou organizações de assistência social às oitivas para esclarecimentos diversos;

X - assessorar e articular com as demais Comissões;

XI - analisar os Planos de Ações e relatórios de Atividades das entidades.

XII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão e execução do Programa Bolsa família;

XIII - acompanhar a oferta dos serviços necessários para a realização das condicionalidades do Programa Bolsa Família;

XIV - apoiar iniciativas para a instituição de políticas públicas visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Art. 36 Compete à Comissão de Legislação:

I - manifestar-se sobre matérias relacionadas à constitucionalidade e legalidade dos atos normativos expedidos no âmbito do SUAS;

II - manifestar-se quanto à efetivação dos direitos assegurados aos destinatários da Política de Assistência Social;

III - relacionar-se com os Órgãos Públicos e Privados, Conselhos e Entidades e Organizações de Assistência Social;

IV - realizar a revisão do Regimento Interno e demais documentos do CMAS, face às alterações promovidas por leis vigentes.

Seção IV – Da Secretaria Executiva

Art. 37 À Secretaria Executiva, órgão de apoio administrativo do CMAS, composta no mínimo por 1 (um) servidor efetivo estável, do quadro funcional da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nomeado por ato do executivo municipal para o assessoramento do CMAS, compete:

I - manter cadastro atualizado das entidades e organizações de assistência social do município;

II - preparar e coordenar eventos promovidos pelo CMAS, relacionados à capacitação e atualização de recursos humanos envolvidos na prestação dos serviços de assistência social;

III - fornecer elementos técnico-políticos para a análise do Plano Municipal de Assistência Social e da Proposta Orçamentária;

IV - sugerir o estabelecimento de mecanismo de acompanhamento e controle da execução da política de assistência social;

V - acompanhar e divulgar os pareceres das Comissões;

VI - oferecer suporte técnico e administrativo nas comissões e grupos de trabalho; e

VII - acompanhar a execução das deliberações do Conselho e servir de apoio administrativo às suas atividades.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS

Seção I – Do Processo Deliberativo

Art. 38 A deliberação sobre políticas de Assistência Social terá por diretriz o estabelecido na legislação federal, estadual e na Lei Municipal 3.331/2016, e nas normas gerais estabelecidas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Assistência Social, neste último caso, naquilo em que for compatível com as disposições legais.

Art. 39 As Comissões do CMAS, no que for pertinente, interagirão com Comissões de outros Conselhos, visando uniformizar e definir áreas de competência comum ou específica, para formulação de políticas ou normatização de ações de atendimento.

Art. 40 As matérias a serem apreciadas pelo Plenário, deverão, quando necessário, serem instruídas pela Secretaria Executiva e possuir apreciação da Comissão do CMAS.

§ 1º A apreciação deverá conter:

a) histórico do fato;

b) o objetivo pretendido;

c) as interfaces com outras políticas;

d) a legislação pertinente;

e) análise e seus elementos;

f) conclusão.

§ 2º - Excepcionalmente, a Mesa Diretora poderá apreciar matéria em caráter de urgência, a seu critério.

Art. 41 A votação será aberta e cada membro titular terá direito a um voto, com a faculdade de declaração de seu voto.

Parágrafo único. Havendo empate entre posições divergentes, caberá ao presidente o voto de decisão.

Art. 42 O CMAS, visando subsidiar a proposta orçamentária da Assistência Social, incluso as previstas pelos diversos setores das políticas públicas, poderá proporcionar estudos e articulações interinstitucionais.

Art. 43 O CMAS manterá permanente estudo de critérios sobre os recursos financeiros destinados ao custeio do pagamento de auxílio natalidade e funeral, bem como de outros benefícios implantados em parceria com os governos estadual e federal, emitindo resolução municipal quanto ao valor de repasse ao usuário.

Seção II – Do Controle das Ações de Atendimento

Art. 44 As ações de atendimento na área de Assistência Social,

serão controladas pelo CMAS, com a colaboração de órgãos governamentais e não governamentais.

Art. 45 Técnicos especializados poderão ser solicitados ou convidados pelo CMAS para assessoramento em matérias especializadas, obedecidos os critérios previamente estabelecidos.

§ 1º A solicitação ou convite será homologado pela Mesa Diretora, a pedido das Comissões ou Plenário.

§ 2º A formalização de convite poderá se dar a técnicos de entidades privadas, da administração direta e/ou indireta, sem ônus para o CMAS.

Seção III – Da Articulação Interinstitucional

Art. 46 As despesas das ações efetuadas pelo CMAS deverão ser previamente apreciadas pelo órgão executor da Assistência Social do Município antes de submetidas à apreciação do Plenário.

Art. 47 A Mesa Diretora poderá requerer apoio administrativo às entidades que compõem o CMAS, visando a operacionalização de suas atividades.

Seção IV – do FMAS

Art. 48 O Fundo Municipal de Assistência Social, regido pelo disposto na Lei 3.331/2016 e por este regimento, constitui unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados ao desenvolvimento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais públicos de Assistência Social coordenadas e executadas, direta ou indiretamente, pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, sob a orientação e fiscalização do CMAS.

Art. 49 A deliberação dos recursos do FMAS pelo CMAS deverá basear-se em processo com análise técnica contendo os seguintes conteúdos:

I - características do programa, projeto, serviços, benefícios e outros;

II - metas e resolutividade;

III - per capita (se houver);

IV - cronograma de desembolso financeiro;

V - parecer técnico-financeiro.

Art. 50 Os processos que impliquem em liberação de recursos deverão possuir análise técnico-financeira por parte do órgão executor da política municipal de Assistência Social, antes de submetida à apreciação do Plenário.

CAPÍTULO VI

DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 51 A eleição da sociedade civil ocorrerá em fórum próprio, a cada dois anos, convocado pelo presidente do Conselho mediante Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 52 A escolha dos Conselheiros não governamentais para o CMAS dar-se-á mediante convocação do presidente do CMAS, através de Edital de Convocação, que será publicado em jornal de grande circulação no Município ou meio eletrônico.

Art. 53 No Edital constarão as normas para inscrição de candidatos e credenciamento de delegados, que participarão do processo de escolha dos Conselheiros não governamentais conforme este Regimento.

Parágrafo único. Cada entidade não governamental poderá inscrever, para o processo de escolha, somente um candidato.

Art. 54 O processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral composta exclusivamente por conselheiros municipais representantes da sociedade civil, observada, sempre que possível, a representatividade dos segmentos que compõem o Conselho.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade de composição da Comissão Eleitoral por Conselheiros do CMAS serão convidados a compor a comissão outros Conselheiros Não governamentais em exercício, integrantes dos Conselhos assessorados pelo órgão gestor vinculados à Política de Assistência Social.

Art. 55 Poderão habilitar-se como votante no processo eleitoral

os representantes de organizações de usuários dos Serviços de Assistência Social, os representantes de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS, os representantes de entidades e organizações de assistência social, habilitados a designarem candidatos, juntamente com a respectiva pessoa física designada.

§ 1º As entidades e organizações deverão indicar o segmento a que pertencem, observado seu estatuto, obedecendo às legislações e normas que regulamentam cada segmento.

§ 2º A entidade e organização que estiver inscrita no CMAS em dois segmentos deverá optar por qual deles quer se candidatar.

Art. 56 Cada representante de organizações de usuários dos Serviços de Assistência Social, representantes de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS, representante de entidades e organizações de assistência social, habilitado pela Comissão Eleitoral para designar candidato, votará tantas vezes quantas forem o número de vagas de seu segmento.

Art. 57 Serão considerados eleitos como conselheiros titulares os representantes das organizações ou entidades que obtiverem o maior número de votos, na ordem de classificação por segmento, e como suplentes os candidatos representantes das organizações ou entidades subsequentes aos titulares na ordem de classificação por segmento.

Art. 58 Caso a representação de algum setor da sociedade civil não preencha a respectiva vaga, será substituída pela entidade ou organização mais votada.

Art. 59 Na hipótese de afastamento ou substituição de entidade ou organização, não havendo suplentes, a escolha das organizações ou entidades substitutas, que completarão o mandato, será efetuada através de fórum próprio.

Art. 60 Visando garantir a participação popular, o Conselho deverá divulgar amplamente o processo de eleição, através dos meios de comunicação locais disponíveis.

Art. 61 O Ministério Público será informado do processo de eleição para, querendo, acompanhar seu desenvolvimento.

Art. 62 Os Delegados não poderão ser candidatos ao CMAS, no processo eleitoral em que servirem.

§ 1º Cada entidade não-governamental somente poderá credenciar, para o processo de escolha, um Delegado e um suplente.

§ 2º Cada Delegado ou suplente somente poderá representar uma única Entidade.

Art. 63 Dentro do prazo fixado no Edital de Convocação, as entidades não-governamentais deverão apresentar seus candidatos a Conselheiros, bem como todos os documentos exigidos, sob pena de indeferimento da inscrição.

Art. 64 O processo de escolha dos conselheiros não governamentais deverá, obrigatoriamente, estar concluído até o término do mandato da gestão em vigor.

Parágrafo único. O Presidente do CMAS convocará com antecedência de no máximo 60 dias e no mínimo 30 dias, antes do término do mandato dos Conselheiros, a eleição dos representantes da Sociedade Civil.

Art. 65 Será empossado como Conselheiro do CMAS o candidato que obtiver mais votos dentro da categoria representativa, e como suplentes, os candidatos, subsequentes, mais votado.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 66 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente regimento serão dirimidos na forma da Lei ou pela Plenária do CMAS.

Art. 67 O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação e poderá ser alterado por proposta de 1/3 (um terço) dos membros do CMAS, mediante a aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros.

Art. 68 O órgão gestor responsável pela Política de Assistência Social, mediante disponibilidade financeira, arcará com as diárias e passagens dos Conselheiros quando forem convocados para

participação em eventos fora do município, desde que esta despesa esteja devidamente em consonância com o orçamento da assistência social.

Parágrafo único. O ressarcimento de despesas, adiantamentos ou pagamento de diárias e ajudas de custos necessário aos deslocamentos dos membros do Conselho processam-se nas condições e valores estabelecidos pelas normas usadas pelo Município em atos idênticos ou semelhantes.

Art. 69 O presente Regimento interno poderá ser submetido à revisão após 06 (seis) meses de sua aprovação, para correção de possíveis inadequações.

Art. 70 As alterações referente a composição do CMAS passarão a vigorar a partir da próxima eleição.

RESOLUÇÃO Nº 07/2017 - CMAS

Resolução 07/2017, de 28 de março de 2017.

Dispõe sobre o subsídio da manutenção das crianças e adolescentes em Família Acolhedora

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal do SUAS nº 3.331, de 23 de novembro de 2016, em seu artigo 28 determina: "Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social, inciso IX: normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social no âmbito local; inciso XXXIV: regular e zelar pela boa execução dos recursos repassados pelo FMAS executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange a prestação de contas".

CONSIDERANDO a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

CONSIDERANDO o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovado pela Resolução Conjunta nº 01, de 18 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução nº 15, de 5 de setembro de 2013, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, que pactuou os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do reordenamento de serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos Municípios e Distrito Federal;

CONSIDERANDO a Resolução nº 23, de 27 de setembro de 2013, do CNAS, que aprovou os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até vinte e um anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal;

CONSIDERANDO o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, aprovado pela Resolução Conjunta nº 1, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS, e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA;

CONSIDERANDO as Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança, aprovada pelo Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas em 15 de junho de 2009;

CONSIDERANDO Nota Técnica 02/2016 da Federação Catarinense dos Municípios- FECAM que trata especificamente do Fundo da

Infância e Adolescência – FIA e a utilização dos recursos;

CONSIDERANDO Nota Técnica revisada pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, 2012 e Prejudicados TCE/SC nos 1262, 1896 e 2005, (Processo CON-02/04992990);

CONSIDERANDO o Termo de Colaboração nº 02/2017 entre Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social-ACEIAS e Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação publicado em Diário Oficial dos Municípios, no dia 01 de março de 2017, Edição 2201, nos termos da Lei 13.019/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 13, inciso III, da Lei Municipal do SUAS 3.331, de 23 de novembro de 2016 e o artigo 98 desta Lei: “Os recursos financiados pelo Fundo da Infância e Adolescência- FIA para manutenção das crianças e adolescentes, vinculadas ao Serviço de Acolhimento na Modalidade de Família Acolhedora, passarão a responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social, cujos parâmetros serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e ratificados por ato do Executivo Municipal. Parágrafo Único: Os recursos a serem repassados à manutenção das crianças e adolescentes referentes aos meses de novembro e dezembro do presente ano ficarão sob a responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social e observarão os valores praticados até então.”

CONSIDERANDO as deliberações tomadas na Reunião Ordinária de 28 de março de 2017, Ata nº 279.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar como subsídio da manutenção das crianças e adolescentes em Família Acolhedora a destinação de um salário mínimo nacional mensal, com vigência de 01/04/2017 a 31/03/2018, que deverá ser pago durante o período de acolhimento de cada criança ou adolescente em medida de acolhimento provisório em Família Acolhedora.

§1º O subsídio financeiro será repassado à entidade ACEIAS pelo Fundo Municipal de Assistência Social através da natureza de despesa nº 3.3.50 (transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos), que se obrigará a repassar para as Famílias Acolhedoras e prestar contas dos recursos.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 28 de março de 2017.

Lucas Alan Burlin

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 08/2017 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

RESOLUÇÃO Nº08, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social no município de Caçador – SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, em Reunião Plenária, realizada no dia 28 de março de 2017, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 3.331, de 23 de novembro de 2016 – Lei Orgânica da Assistência Social, e

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução CNAS nº145/2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica - NOB aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO que os benefícios eventuais da assistência social, previstos no artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social, integram o conjunto de proteções da política de assistência social e, neste sentido, inserem-se no processo de reordenamento de modo a garantir o acesso à proteção social ampliando e qualificando as ações protetivas;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 6.307/2007 dispõe sobre os benefícios eventuais e define em seu artigo 9º que as “provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social”;

CONSIDERANDO a necessidade de apoiar o reordenamento da prestação dos benefícios eventuais à luz das diretrizes nacionais sobre os benefícios eventuais - LOAS/1993, PNAS/2004, NOB/2012, Resolução CNAS nº 212/2006, Decreto nº 6307/2007 e outras normativas;

CONSIDERANDO as disposições da Lei 3.331/2016, que, dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Caçador, e atribui competência regulamentar ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

Resolve:

Art. 1º Afirmar que não são provisões da política de assistência social os itens referentes à órteses e próteses, tais como: aparelhos ortopédicos, dentaduras, cadeiras de rodas, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistida ou ajudas técnicas, medicamentos, pagamentos de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transportes de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas geriátricas.

Art. 2º Revogar a Resolução nº 010 de 06 de abril de 2011 que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social no município de Caçador.

Art. 3º Regularizar os benefícios eventuais como provisões suplementares e provisórias, prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, àqueles que comprovarem, no momento da solicitação, renda per capita familiar declarada no Cadastro Único atualizado inferior ou igual ¼ (um quarto) do salário mínimo nacional vigente.

Parágrafo único. Mediante estudo social e/ou parecer socioeconômico, o técnico poderá dispensar o parâmetro disposto no caput.

Art. 4º O benefício eventual na forma de auxílio natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, ofertado na forma de pecúnia, fixado no valor de ¼ (um quarto) do salário mínimo nacional vigente, que será concedido aos legitimados indicados no art. 52 da Lei 3.331/2016, para reduzir a vulnerabilidade provocada pelo nascimento de um novo membro da família.

§ 1º O requerimento do benefício natalidade poderá ser solicitado a partir do 7º (sétimo) mês de gestação até 90 (noventa) dias após o nascimento.

§ 2º O auxílio natalidade deverá ser pago até 30 (trinta) dias após o requerimento, na forma de uma única parcela.

§ 3º A morte da criança não inabilitará aos legitimados indicados no art. 52 da Lei 3.331/2016 a receber o benefício natalidade.

Art. 5º O benefício eventual na forma de auxílio funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, fixado no valor de ¼ (um quarto) do salário mínimo nacional vigente e/ou bens materiais na forma de urna funerária, e pago em parcela única, para reduzir a vulnerabilidade provocada por morte de um membro da família, aos legitimados previstos no art. 58 da Lei 3.331/2016.

§ 1º O benefício deverá ser requerido ao Serviço de Sobreaviso ou nas Unidades de Atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

§ 2º O auxílio funeral em pecúnia deverá ser solicitado em até 10 (dez) dias úteis a partir do óbito, podendo o pedido ser realizado

por familiares ou representante legal.

Art. 6º Os benefícios natalidade e funeral serão devidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Parágrafo único. Os benefícios dispostos no caput, quando em pecúnia, serão devidos a partir do orçamento vigente de 2018.

Art. 7º O benefício eventual em situação de vulnerabilidade temporária, destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrente de contingências sociais, dar-se-á nas seguintes modalidades:

I – auxílio alimentação;

II – auxílio documentação;

III – auxílio viagem; e

IV – auxílio emergência.

Art. 8º O auxílio alimentação constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, em forma de gêneros alimentícios, para reduzir vulnerabilidade provocada pela falta de condições econômicas, que será prestada na forma de “Cesta básica” e/ou “Kit alimentação”, ofertados nos termos e quantidades dispostos nesta resolução.

I – Cesta básica – será destinada às famílias constituídas por mais de duas pessoas em situação de vulnerabilidade social, sendo composta por quatorze itens:

a) 05 kg açúcar

b) 05 kg farinha de trigo

c) 05 kg de arroz

d) 02 kg de feijão

e) 01 kg de farinha de milho

f) 01 kg de sal

g) 02 kg de massa sêmola c/ ovos

h) 01 lata de óleo de soja

i) 01 pacote café de 500g

j) 01 unidade de bolacha sortida – 800g

k) 800 g de leite em pó

l) 01 creme dental (90g)

m) 01 barra de sabão

n) 01 sabonete

II – Kit alimentação – será destinado a famílias de até duas pessoas, cidadãos que residam sozinhos ou em situação de rua, sendo composto por treze itens:

a) 02 kg de açúcar

b) 02 kg arroz parboilizado tipo 1

c) 01 kg de feijão

d) 01 kg de farinha de milho

e) 01 kg de sal

f) 01 kg de massa sêmola com ovos

g) 01 lata de óleo de soja

h) 01 pacote de café 250 g

i) 01 pacote de bolachas 800 g

j) 400 g de leite em pó

k) 01 creme dental 90g

l) 01 unidade de sabão em barra

m) 01 sabonete com 90g

Art. 9º O auxílio documentação constitui-se em prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, na forma de concessão de 6 (seis) fotos 3X4, exclusivamente para emissão de documentos.

Art. 10 O auxílio viagem, benefício eventual em forma de passagem, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, através do fornecimento de passagens rodoviárias a outras cidades, com o objetivo de garantir aos cidadãos e às famílias, condições dignas de retorno à cidade de origem, ou visita de extrema urgência a parentes em situação de doença ou morte, mediante estudo e parecer social.

§ 1º Aqueles que forem beneficiados com o auxílio viagem sob o fundamento de retorno à cidade de origem e destino, não farão jus ao mesmo benefício pelo prazo de 6 (seis meses).

Art. 11 O auxílio emergência constitui-se em apoio na forma de bens de consumos como o objetivo de restabelecer as condições mínimas de sobrevivência através da reposição de bens móveis

básicos, a ser concedido aos cidadãos e às famílias que comprovadamente se encontrem em situação de risco social, pessoal ou emergência.

§ 1º Os bens de consumo ofertados na forma de auxílio emergência são colchões, cobertores e travesseiros. Eventualmente, e mediante disponibilidade, poder-se-á disponibilizar outros bens móveis, conforme termo de entrega.

§ 2º Quando o evento emergencial se der em razão de calamidade pública, a intervenção se dará na forma do artigo 67 da Lei 3.331/2016 em conjunto com a Defesa Civil das três esferas e em observância aos protocolos adotados.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador-SC, 28 de março de 2017.

Lucas Alan Burlin

Presidente CMAS

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79/2016

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL referente ao contrato administrativo nº 79/2016 (CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO PARA CRECHE NO BAIRRO Rancho Fundo), firmado pelo MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, doravante denominado CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Santa Catarina, 195, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 83074302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Saulo Sperotto, residente e domiciliado nesta cidade, e ENGEMO CONSTRUÇÃO LTDA., doravante denominado CONTRATADO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 03637604/0001-31, estabelecida à Rua Cabo João M. T. Palhano, nº 722, centro, na cidade de Santa Cecília – SC. As pessoas acima especificadas resolvem celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL, sendo que a conveniência da rescisão decorre das condições do terreno que possui uma declividade acentuada, em uma rua com acesso único e a área aproveitável sem intervenção é reduzida, sendo necessário grandes obras de infraestrutura (muros de contenção) para viabilizar a execução da edificação, valendo-se de um custo muito elevado, o que onera demasiadamente o CONTRATANTE.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2013

Termo de rescisão do Contrato administrativo nº 64/2013 para LOCAÇÃO DE UM TERRENO RURAL COM ÁREA DE 193.600M2 LOCALIZADO NA LINHA SÃO FRANCISCO DE PROPRIEDADE DO SENHOR VALDECIR CESAR LAZARI PARA RETIRADA DE CASCALHO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO. O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador, SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SAULO SPEROTTO, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 561.293.009-72, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC; e VALDECIR CESAR LAZARI, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC, celebram o presente Termo de Rescisão Amigável do Contrato Administrativo Nº 64/2013, Processo Licitatório nº 72/2013, Dispensa nº 08/2013, de comum acordo, em face de fatores supervenientes que inviabilizam a manutenção do mesmo sem indenização ou multa, seja a que título for, a qualquer das partes.

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO PR 24/17 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº 029/2017 cujo objeto é: "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTA E MATERIAL DE PINTURA, DESTINADOS AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, COMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA SOBRE VIAS PÚBLICAS COM PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTAS E PARALELEPÍPEDOS, BEM COMO, PINTURA DE MEIO-FIOS, POSTES CABECEIRAS DE PONTES, MURETAS DE ROTÚLAS E DE CANTEIROS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ"
RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 31 de Março de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 814/2017

PORTARIA N.º 814/2017
Anula a Portaria n.º 623, de 20 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº 79, inciso V da Lei Orgânica do Município e;
CONSIDERANDO que a administração pública pode rever e declarar a nulidade dos seus próprios atos quando eivados de vícios, em conformidade com as Súmulas n.º 346 e n.º 473 do STF;

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulada a Portaria n.º 623, de 20 de fevereiro de 2017.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC
Em, 1º de março de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

RESUMO DE CONTRATO 24 A 31

RESUMO DE CONTRATO
FMS

Contrato nº 002/2017
Processo: Edital de Chamada Pública nº001/2017
Contratado: MAIS SAUDE CLINICA MEDICA LTDA – ME
Data: 22/03/2017
Prazo: 12 (doze) meses
Valor: R\$ 220.668,00 (Duzentos e vinte mil seiscentos e sessenta e oito reais).

Objeto: Seleção e possível contratação de entidades privadas, pessoas físicas ou jurídicas, prestadoras de serviços de saúde para os procedimentos descritos nos Anexos I, cuja discriminação foi baseada na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPME), disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico:<http://sigtap.datasus.gov.br>.

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN.	QUANT.	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	Ultrassonografia de articulação (inclui Consulta) Código SUS 0205020062	-----	EXAM	1.200,000	34,2000	41.040,00
2	Ultrassonografia de tireoide (inclui Consulta) Código SUS 0205020127	-----	EXAM	250,000	34,2000	8.550,00
3	Ultrassonografia obstétrica (inclui Consulta) Código SUS 0205020143	-----	EXAM	500,000	34,2000	17.100,00
4	Ultrassonografia pélvica (ginecológica) (inclui Consulta)Código SUS 0205020160	-----	EXAM	240,000	34,2000	8.208,00
5	Ultrassonografia transvaginal (inclui consulta) Código SUS 0205020186	-----	EXAM	500,000	34,2000	17.100,00
6	Ultrassonografia abdômen superior (inclui consulta) Código SUS 0205020038	-----	EXAM	240,000	34,2000	8.208,00
7	Ultrassonografia bolsa escrotal (inclui CONSULTA) Código SUS 0205020070	-----	EXAM	240,000	34,2000	8.208,00
8	Ultrassonografia mamária bilateral (inclui consulta) Código SUS 0205020097	-----	EXAM	240,000	34,2000	8.208,00
9	Ultrassonografia próstata abdominal (inclui consulta) Código SUS 0205020100	-----	EXAM	240,000	34,2000	8.208,00
10	Ultrassonografia aparelho urinário (inclui consulta)Código SUS 0205020054	-----	EXAM	240,000	34,2000	8.208,00
TOTAL						R\$ 133.038,00

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN.	QUANT.	PREÇO UNIT.	TOTAL
11	Ultrassonografia de abdômen total (inclui Consulta) Código SUS 0205020046	-----	EXAM	1.000,00	47,95	47.950,00
TOTAL						R\$ 47.950,00

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN.	QUANT.	PREÇO UNIT.	TOTAL
15	Ultrassonografia com doppler colorido (inclui 0301010072) Código SUS 0205010040	-----	EXAM	800,00	49,60	39.680,00
TOTAL						R\$ 39.680,00

Contrato nº 003/2017

Processo: Edital de Chamada Pública nº001/2017

Contratado: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA

Data: 22/03/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais).

Objeto: Seleção e possível contratação de entidades privadas, pessoas físicas ou jurídicas, prestadoras de serviços de saúde para os procedimentos descritos nos Anexos I, cuja discriminação foi baseada na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPME), disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico:<http://sigtap.datasus.gov.br>.

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN.	QUANT.	PREÇO UNIT.	TOTAL
14	Anátomo Patológico para Congelamento/Parafina/Por peça Cirúrgica/ou por Biópsia (exceto colo uterino e mama) Código SUS 020302003-0	-----	EXAM	700,00	24,00	16.800,00
TOTAL						R\$ 16.800,00

Contrato nº 004/2017

Processo: Edital de Chamada Pública nº001/2017

Contratado: CIP - CENTRO INTEGRADO DE PATOLOGIA LTDA

Data: 22/03/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais).

Objeto: Seleção e possível contratação de entidades privadas, pessoas físicas ou jurídicas, prestadoras de serviços de saúde para os procedimentos descritos nos Anexos I, cuja discriminação foi baseada na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPME), disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico:<http://sigtap.datasus.gov.br>.

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN.	QUANT.	PREÇO UNIT.	TOTAL
14	Anátomo Patológico para Congelamento/Parafina/Por peça Cirúrgica/ou por Biópsia (exceto colo uterino e mama) Código SUS 020302003-0	-----	EXAM	700,00	24,00	16.800,00
TOTAL						R\$ 16.800,00

Contrato nº 005/2017

Processo: Edital de Chamada Pública nº001/2017

Contratado: CLINICA RADIOLOGICA DA CIDADE DE PASSO FUNDO LTDA

Data: 22/03/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 348.300,00 (Trezentos e quarenta e oito mil e trezentos reais).

Objeto: Seleção e possível contratação de entidades privadas, pessoas físicas ou jurídicas, prestadoras de serviços de saúde para os procedimentos descritos nos Anexos I, cuja discriminação foi baseada na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPME), disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>.

LOTE 14

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN.	QUANT.	PREÇO UNIT.	TOTAL
30	RNM articulação temporo-mandibular (bilateral) Código SUS 0207010021	-----	EXAM	144,00	268,75	38.700,00
31	RNM coluna cervical/pescoço Código SUS 0207010030	-----	EXAM	144,00	268,75	38.700,00
32	RNM coluna lombo-sacra Código SUS 0207010048	-----	EXAM	144,00	268,75	38.700,00
33	RNM coluna torácica Código SUS 0207010056	-----	EXAM	144,00	268,75	38.700,00
34	RNM crânio Código SUS 0207010064	-----	EXAM	144,00	268,75	38.700,00
35	RNM sela túrcica Código SUS 0207010072	-----	EXAM	144,00	268,75	38.700,00
36	RNM tórax Código SUS 0207020035	-----	EXAM	144,00	268,75	38.700,00
37	RNM Abdômen superior Código SUS 0207030014	-----	EXAM	144,00	268,75	38.700,00
38	RNM Bacia/pelve/abdômen inferior Código SUS 0207030022	-----	EXAM	144,00	268,75	38.700,00
TOTAL						R\$ 348.300,00

Contrato nº 006/2017

Processo: Edital de Chamamento Público de Credenciamento nº002/2017

Contratado: CLINICA RADIOLOGICA DA CIDADE DE PASSO FUNDO LTDA

Data: 23/03/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 52.800,00 (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais).

Objeto: Credenciamento e possível contratação de entidades privadas, pessoas jurídicas, prestadoras de serviços de saúde, com ou sem fins lucrativos, de acordo com os Grupos da Tabela do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, no Grupo 03 – Procedimentos Clínicos – Sub Grupo 01 – Consultas/ Atendimentos/Acompanhamentos – Forma de Organização – Consultas Médicas/Outros Profissionais de Nível Superior – Consultas Médicas em Atenção Especializada e no Grupo 04- Procedimentos cirúrgicos, todos de caráter ambulatorial, constantes no Anexo I deste edital.

LOTE 18

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN.	QUANT.	PREÇO UNIT.	TOTAL
26	RADIOLOGISTA - EMISSÃO DE LAUDOS DE RX	-----	UN	9.600,00	5,50	52.800,00
TOTAL						R\$ 52.800,00

PMC

Contrato nº 016/2017 a ata de registro de preços nº 31/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 015/2017

Contratado: SETA CONSTRUTORA CIVIL LTDA - EPP

Data: 29/03/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 148.273,00 (Cento e quarenta e oito mil duzentos e setenta e três reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

ADITIVOS

CAMBORIÚ PREV

Terceiro termo aditivo

Contrato: 002/2014

Processo: Carta Convite Nº001/2014

Contratado: FAHM CONSULTORIA FINCEIRA LTDA EPP

Data: 03/03/2017

Fundamento: artigo 57, II da Lei nº 8666/93

Objeto do contrato: O presente tem por objeto a contratação de empresa especializada para realizar o diagnóstico, mapeamento, proposição de melhorias, desenho e implantação de novos serviços financeiros, voltados à realização de Consultoria para aplicação de reservas técnicas, seguindo a regulamentação da Resolução 3922/10, conforme termo de referência em anexo, no tipo MENOR PREÇO GLOBAL com todas as

despesas de transporte até o local destinado, conforme proposta

Objeto do aditivo: DO PRAZO E DO VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o prazo contratual em 02 meses, vigorando de 05 de março de 2017 até 04 de maio de 2017 e o valor contratual em R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais), devido a contratação de empresa especializada para realizar o diagnóstico, mapeamento, proposição de melhorias, desenho e implantação de novos serviços financeiros, voltados à realização de Consultoria para aplicação de reservas técnicas, seguindo a regulamentação da Resolução 3922/10, conforme solicitação do Instituto.

FUNDESB

Oitavo termo aditivo

Contrato: 024/2010

Processo: Concorrência Pública nº. 002/2010

Contratado: ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Data: 23/03/2017

Fundamento: artigo 65, II, "b" da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA A CONSTRUÇÃO DO PARQUE LINEAR COM BACIA DE DETENÇÃO DO RIO CAMBORIÚ

Objeto do aditivo: PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual e de execução da obra por mais 12 (doze) meses, vigorando até 24 de março de 2017 até 23 de março de 2018, tendo em vista a liberação da continuidade das obras, por motivos elencados nas correspondências: CE IEO 155/2014, notificação datada de 03/12/2016, contra notificação datada de 03/02/2016, CE IEO 138/2016 e no termo de homologação datado de 12/09/2016; pendências de pagamento de serviços executados e, pendências da liberação do aditivo de enronçamento – relatado na CE IEO 138/2016, conforme justificativa da empresa e solicitação da Secretaria.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.436 DE 31 DE MARÇO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.436 DE 31 DE MARÇO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.			
11.01 -	Coordenadoria de Cultura			
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		R\$ 200,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social			
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais			
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339030.00.896 -	Material de Consumo		R\$ 200,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 31 de março de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.437 DE 31 DE MARÇO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.437 DE 31 DE MARÇO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentos reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.			
11.01 -	Coordenadoria de Cultura			
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		R\$ 1.500,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistencia Social			
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais			
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339031.00.896 -	Premiações Culturais, Artísticas Científicas, Desportivas e Outras		R\$ 1.500,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 31 de março de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.438 DE 31 DE MARÇO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 10.438 DE 03 DE ABRIL DE 2017
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, e suas alterações; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. RICARDO GOMES MARTINS, Matrícula Funcional nº 000900, Registro no Sistema sob nº 955705, ao Cargo Público de Médico II, para exercer a Função de Médico II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Categoria Funcional Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006 é o Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 7.393,08 (sete mil, trezentos e noventa e três reais, oito centavos) mensais, além de 50% (cincoenta por cento) a título de Gratificação Especial Médica sobre o valor atribuído.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. RICARDO GOMES MARTINS, aprovado em 5º lugar no Concurso Público Municipal nº 005/2015, homologado pelo Decreto nº 9.531 em data de 17 de novembro de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 03 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.288 DE 31 DE MARÇO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.288 DE 31 DE MARÇO DE 2017

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; ReSOLVE:

Art.1º) Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal, VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN, Matrícula Funcional nº 000540, Registro no Sistema Sob nº 954646, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração, por motivo de doença, pelo período 01 de abril de 2017 a 30 de julho de 2017.

Parágrafo único: A Licença prorrogada que trata o caput do Art. 1º desta Portaria será custeada pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de março de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.289 DE 31 DE MARÇO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.289 DE 31 DE MARÇO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; ReSOLVE:

Art.1º) Conceder 11 (onze) dias de férias a Servidora Pública Municipal LETÍCIA DE ASSIS PETERS PAES, Matrícula Funcional nº 000780, Registro no Sistema sob nº 955402, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 03 de abril de 2017 a 13 de abril de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de março de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.290 DE 31 DE MARÇO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.290 DE 31 DE MARÇO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; ReSOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal CARLA ANDRÉA VEIGA, Matrícula Funcional nº 000685, Registro no Sistema sob nº 955125, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 03 de abril de 2017 a 12 de abril de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de março de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO Nº 5/2017 FMAS**ATA CIRCUNSTANCIADA**

(Processo Licitatório nº 5/2017)

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Patrick Onghero membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 5/2017 do Fundo Municipal de Assistência Social, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Registro de preços para eventual Locação de brinquedos, acompanhado de monitor, para as confraternizações dos alunos do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família -PAIF e eventos realizados pelo Centro de Referência em Assistência Social - CRAS (CRAS no seu bairro) do Município de Campo Alegre. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Mara Buss – MEI - CNPJ: 26.341.251/0001-23, Veridiana Czizeck – MEI - CNPJ: 20.634.995/0001-50 e Anthony Kiem – MEI CNPJ: 23.196.646/0001-91. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, a licitante Mara Buss MEI credenciou como representante na sessão a Sra. Mara Buss, a licitante Veridiana Czizeck Chapieski MEI credenciou como representante na sessão a Sra. Veridiana Czizeck Chapieski, a licitante Anthony Kiem ME credenciou como representante na sessão o Sr. Anthony Kiem. Todos os licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial, O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR UNITÁRIO. Passou-se a fase de lances ficando definido conforme tabela.

Item 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Anthony Kiem	250,00	205,00	1ª	HABILITADA
Mara Buss	220,00	210,00	---	-----
Veridiana Czizeck Chapieski	320,00	320,00	---	-----

Item 02

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Anthony Kiem	120,00	94,00	1ª	HABILITADA
Mara Buss	100,00	95,00	---	-----
Veridiana Czizeck Chapieski	220,00	220,00	---	-----

Item 03

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Anthony Kiem	100,00	79,00	1ª	HABILITADA
Mara Buss	80,00	80,00	---	-----
Veridiana Czizeck Chapieski	200,00	200,00	---	-----

Item 04

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Anthony Kiem	100,00	77,00	1ª	HABILITADA
Mara Buss	80,00	78,00	---	-----
Veridiana Czizeck Chapieski	200,00	200,00	---	-----

Item 05

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Mara	450,00	450,00	1ª	HABILITADA
Veridiana	490,00	490,00	---	-----
Anthony	650,00	650,00	---	-----

Item 06

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Mara	250,00	250,00	1ª	HABILITADA
Veridiana	350,00	350,00	---	-----
Anthony	350,00	350,00	---	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos das licitantes primeiras classificadas estando de acordo com o exigido no edital, o licitante Anthony Kiem MEI foi declarado vencedor dos itens 01, 02, 03 e 04 com o valor unitário conforme a tabela acima, e a licitante Mara Buss MEI foi declarada vencedora dos itens 05 e 06 conforme os valores da tabela. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campo Erê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PL 272/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº272/2017, na modalidade Pregão de nº 12/2017 tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGEM, para a manutenção das diversas atividades das Secretarias Municipais, conforme descrito no objeto do presente Edital.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
F.M. PNEUS LTDA	1	25	40,00	329,0000	13.160,0000
F.M. PNEUS LTDA	1	26	80,00	316,0000	25.280,0000
F.M. PNEUS LTDA	1	27	74,00	351,0000	25.974,0000
F.M. PNEUS LTDA	1	29	10,00	397,0000	3.970,0000
F.M. PNEUS LTDA	1	31	40,00	300,0000	12.000,0000
F.M. PNEUS LTDA	1	32	50,00	235,0000	11.750,0000
F.M. PNEUS LTDA	1	33	16,00	231,0000	3.696,0000
F.M. PNEUS LTDA	1	38	12,00	216,0000	2.592,0000
F.M. PNEUS LTDA	1	42	2,00	740,0000	1.480,0000
RECAPADORA P PNEUS LTDA	1	43	2,00	1.050,0000	2.100,0000
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	1	28	10,00	370,0000	3.700,0000
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	1	30	42,00	225,0000	9.450,0000
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	1	35	6,00	1.795,0000	10.770,0000
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	1	37	2,00	990,0000	1.980,0000
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	1	41	2,00	587,0000	1.174,0000
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	1	44	2,00	1.030,0000	2.060,0000
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA	1	45	8,00	769,0000	6.152,0000
ANDERSON PALU SARTURI ME	1	7	40,00	1.499,0000	59.960,0000
ANDERSON PALU SARTURI ME	1	9	16,00	167,0000	2.672,0000
ANDERSON PALU SARTURI ME	1	15	10,00	843,0000	8.430,0000
ANDERSON PALU SARTURI ME	1	36	14,00	344,0000	4.816,0000
ANDERSON PALU SARTURI ME	1	40	40,00	89,9000	3.596,0000
A. R. PNEUS	1	34	10,00	209,0000	2.090,0000
PNEU BOM LTDA	1	1	8,00	4.500,0000	36.000,0000
PNEU BOM LTDA	1	4	8,00	990,0000	7.920,0000
PNEU BOM LTDA	1	22	12,00	159,0000	1.908,0000
PNEU BOM LTDA	1	39	12,00	175,0000	2.100,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	2	20,00	990,0000	19.800,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	3	6,00	900,0000	5.400,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	5	6,00	1.975,0000	11.850,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	6	8,00	620,0000	4.960,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	8	48,00	1.220,0000	58.560,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	10	10,00	470,0000	4.700,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	11	42,00	160,0000	6.720,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	12	40,00	435,0000	17.400,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	13	12,00	250,0000	3.000,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	14	20,00	790,0000	15.800,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	16	26,00	690,0000	17.940,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	17	18,00	470,0000	8.460,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	18	15,00	25,0000	375,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	19	18,00	50,0000	900,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	20	20,00	79,0000	1.580,0000
GL COMERCIAL EIRELI ME	1	21	50,00	24,0000	1.200,0000

GL COMERCIAL EIRELI ME	1	23	40,00	79,0000	3.160,0000
Total dos Proponentes					
Nome da Proponente					Total
A. R. PNEUS					2.090,00
ANDERSON PALU SARTURI ME					79.474,00
F.M. PNEUS LTDA					99.902,00
GL COMERCIAL EIRELI ME					181.805,00
PNEU BOM LTDA					47.928,00
RECAPADORA P PNEUS LTDA					2.100,00
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA					35.286,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quinta-Feira, 31 de março de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 20/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 650/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08horas do dia 12 de abril de 2017, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório n. 650/2017 na modalidade de Pregão Presencial Nº 20/2017 do tipo Menor Preço Global para a contratação de pessoa física ou jurídica para locação de 01 (um) imóvel de caráter residencial, na localidade do CENTRO do município de Campo Erê, que atenda aos requisitos mínimos, conforme especificado nesse Edital, Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 31 de março de 2017. – ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE INEXIGIBILIDADE 05/2017

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 31/2017
INEXIGIBILIDADE Nº 05/2017

Levamos ao conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO da INEXIGIBILIDADE Nº 05/2017 que tinha como objeto CONTRATAÇÃO DE RÁDIO AM PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS E FATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE INTERESSES DOS MUNICÍPIOS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Maiores informações através do telefone (049) 3541 6200.

Campos Novos, 31 de março de 2017.
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.707/2017 DE 24/03/2017 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO - CMDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.707/2017 DE 24/03/2017
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO – CMDI - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Direitos do Idoso – CMDI:

I – ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS – Entidades Públicas:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Luana Aparecida Ribeiro Teixeira

Suplente: Diandra Maria Mazo Ribeiro

b) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Mayara da Silva Antunes Serena

Suplente: Daiana Garcia Baggio Hatano

c) Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Marli Becker

Suplente: Francieli Correa Miguel

d) Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:

Titular: Rafael Queiroz de Carvalho

Suplente: Edson Ricardo Maximiliano

e) Delegacia de Proteção a Criança, Adolescente, a Mulher e Idoso – DPCAMI:

Titular: Bárbara Redante

Suplente: Aline de Souza Santana

II - ÓRGÃOS NÃO - GOVERNAMENTAIS – Sociedade Civil

a) Associação de Aposentados e/ou Sindicato:

Titular: Neiva Maria Scarabotto

Suplente: Terezinha Aparecida Antunes Ribeiro

b) Organização de Grupo de Usuários e/ou Movimento do Idoso, devidamente legalizada e em atividade:

Titular: Elisabete Lopes (Rede Feminina Câncer - RFCC);

Suplente: Lourdes Oliveira Luvison (Clube Anos Dourados);

c) Organização de Profissionais com trabalhos de assessoramento, defesa, atendimento e proteção aos direitos do idoso e/ou Associações que comprovem possuir políticas relativas ao idoso:

Titular: Gisele Aparecida Alves Pereira (OAB- subseção Campos Novos);

Suplente: Vilmar de Matos (UNICAMPO/Associação de Agentes Ambientais Cidade Limpa);

d) Outras Entidades que desenvolvam trabalhos em defesa a saúde e valorização do idoso, que comprovem possuir políticas explícitas permanentes de atendimento e promoção do idoso:

Titular: Rita de Cássia Stefanos Silvestrin Zoldan (ANG/SC); Suplente: Ana Carla Wolff Lopes (Comunidade Servos da Pobreza);

e) Entidades de Classe e Serviços e/ou Universidades:

Titular: Vilma Padilha Semin (Rotary – Casa Amizade);

Suplente: Fernando Ferrari (UNOESC- Campos Novos)

Art. 2º. O mandato dos membros nomeados será pelo período de dois anos, ou seja, de 24/03/2017 a 24/03/2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 24 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.709/2017 DE 28/03/2017 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.709/17 de 28/03/2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 22 – DEPARTAMENTO DE TURISMO

PROJETO/ATIVIDADE: 1.019 – Realização da festa do município

Elementos de despesa: 139- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.00 0000– Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Elementos de despesa: 140- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0080.00 0000– Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do superávit financeiro de exercícios anteriores – Outras fontes de recursos – R\$ 10.000,00; e de Excesso de arrecadação- Outras fontes de recursos- R\$ 10.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 28 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.710/2017 DE 28/03/2017 NOMEIA CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

DECRETO Nº 7.710/17 DE 28/03/2017
NOMEIA CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Diretor da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio:

I - Representante do Executivo Municipal
Sandra Maria Rosar Bresola

II - Representante da Classe Médica:
Dr. Darcy Crispin Correa

III - Representante da ACIRCAN:
Titular: Eduardo Ernesto Zortéa
Suplente: Marcos Nardino

IV - Representante da OAB:
Titular: Eduardo Martins Antunes

V - Representante da Câmara de Vereadores:
Titular : Ana Carla Wolff Lopes
Suplente: Arianne Cristina Carminatti

Art. 2º - Os representantes das classes constantes dos incisos II a V terão mandato de 2 (dois) anos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 7.242/17 de 09/03/2015.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 28 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.711/2017 DE 28/03/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.711/17 de 28/03/2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento

do Município, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 09 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.019 – Reequipamento do Ensino Fundamental
Elementos de despesa: 142- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0062.00 0000– Aplicações diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação – termo de compromisso PAR 2016.00213.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 28 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.712/2017 DE 28/03/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.712/17 de 28/03/2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 70.699,98 (Setenta mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 32 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
UNIDADE: 01 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
PROJETO/ATIVIDADE: 1.023 – Reequipamento do Fundo Agropecuário
Elementos de despesa: 3- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0000 00– Aplicações diretas R\$ 70.699,98

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de excesso de arrecadação de recursos de Convênio Federal nº. 1.033.020-73/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 28 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.713/2017 DE 28/03/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.713/17 de 28/03/2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 01 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 3- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.0000 00– Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do seguinte projeto/atividade:

ÓRGÃO: 01 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 4- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 00– Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 28 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

REPUBLICA DECRETO Nº. 7.700/17 DE 08/03/2017 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

REPUBLICA

DECRETO Nº 7.700/17 DE 08 /03 /2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Simone Favaro Oneda

Suplente: Maria Eliane de Moraes Lima

Secretaria de Educação e Cultura

Titular: Solange Andrade

Suplente: Deize Roveda

Secretaria da Saúde

Titular: Marcilene Guimarães Delfino Titon

Suplente: Mayara da Silva Antunes Serena

Secretaria de Administração e Fazenda

Titular Mauro Cesar Gonçalves

Suplente Marcia Eliza Canali Kaiper

Instituto de Seguridade Social - INSS

Titular: Terry Yeme Martins Vargas

Suplente: Jorge Luiz Infeld

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

I - Representantes dos Usuários ou de Organizações de Usuários da Assistência Social

Representante dos Usuários

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

Titular: Ângela Aparecida Garipuna

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Suplente: Cristiana de Oliveira Guedes

II - Representantes das Entidades e Organizações de Assistência Social

Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Campos Novos

1º Titular: Sérgio Ney Jurek;

AMA – Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos

2º Titular: Luciana Aparecida Pizzato da Cruz

Instituto Guga Kuerten

3º Titular: Leticia Sueni Kato

Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Campos Novos – APAE

1º Suplente: Zilma Pereira Menegazzo

Associação Camponovense de Apoio aos Deficientes Auditivos e Visuais – ACADAV

2º Suplente: Rosana de Fátima Bom Bernabé

III - Representantes dos Trabalhadores na Área de Assistência Social

Representante do Núcleo de Psicologia - NUPSY

Titular: Flavia Darold

Suplente: Daniela Reis Dadalto

MESA DIRETORA

Presidente – Mauro Cesar Gonçalves

Vice-Presidente – Sergio Ney Jurek

1ª Secretária – Maria Eliane de Moraes Lima

2ª Secretária – Marcilene Guimarães Delfino Titon

Art. 2º O mandato dos membros nomeados será pelo período de dois anos, de fevereiro de 2017 a fevereiro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura de Campos Novos, 28 de março de 2017

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 035/PMC/2016

OBJETO: aquisição de bandeiras para o paço, do município de Canelinha SC.

CONTRATADA: CANAA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.950,00 (Três mil novecentos e cinquenta reais),

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 31 de março de 2017.

MOACIR MONTIBELER - Prefeito do Município

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 036/PMC/2016

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assessoria e consultoria tributaria e fiscal, do município de Canelinha, conforme especificações.

CONTRATADA: JORGE LUIZ AMARAL DE CAMPOS CAPACITAÇÃO - ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais),

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 31 de março de 2017.

MOACIR MONTIBELER - Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

LEI Nº 5.990/2017

LEI Nº 5.990/2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER O COMODATO DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a efetuar o comodato de bens móveis, através do acordo de cooperação, às organizações da sociedade civil, em consonância com a Lei Federal nº 13.019/2014, os quais foram adquiridos com recursos estaduais do Convênio nº. 2016TR000645 e seguem arrolados abaixo:

Inciso I – 5 (cinco) Conchas Traseiras, no valor de R\$ 1.630,00 (mil seiscentos e trinta reais) cada, totalizando o valor de R\$ 8.150,00 (oito mil cento e cinquenta reais).

Inciso II - 5 (cinco) Distribuidores de Calcário, no valor de R\$ 13.360,00 (treze mil trezentos e sessenta reais) cada, totalizando o valor de R\$ 66.800,00 (sessenta e seis mil e oitocentos reais).

Inciso III – 1 (uma) Grade Aradora, no valor de R\$ 13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta reais).

Inciso IV – 5 (cinco) Plainas Agrícola Traseira Reversíveis, no valor de R\$ 2.580,60 (dois mil quinhentos e oitenta reais e sessenta centavos) cada, totalizando o valor de R\$ 12.903,00 (doze mil novecentos e três reais).

Art. 2º - O comodato dos bens descritos nos incisos I ao IV do artigo anterior destina-se única e exclusivamente para uso da(s) Organização(es) da Sociedade(s) Civil(is) selecionada(s), pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º - Fica expressamente vedada à alienação dos bens descritos nos incisos descritos no artigo 1º, objetos do comodato de que trata esta lei, a qualquer título, bem como fica proibida a alteração da destinação prevista no artigo anterior.

Art. 4º - A seleção da(s) Organização(es) da Sociedade(s) Civil(is), ocorrerá nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, sendo observadas as demais disposições desta.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de março de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/03/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 5.995/2017

LEI Nº 5.995/2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Proj./Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.100.000,00

Recursos 30200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde - Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar até o valor R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2016, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30200	Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde - Superávit	1.100.000,00
TOTAL		1.100.000,00

Fonte: SMAFO/2017

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada

4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 350.000,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários - Superávit

Art. 4º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar até o valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2016, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 2 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos Ordinários - Superávit	350.000,00
TOTAL		350.000,00

Fonte: SMAFO/2017

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 359.000,00 (trezentos e cinquenta e nove mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Proj./Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 359.000,00

Recursos 30200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde - Superávit

Art. 6º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 5º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar até o valor de R\$ 359.000,00 (trezentos e cinquenta e nove mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2016, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 3 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30200	Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde - Superávit	359.000,00
TOTAL		359.000,00

Fonte: SMAFO/2017

Art. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR até o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 846: Outros Encargos Especiais

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj./Ativ. 0.003 – Precatórios e Sentenças Judiciais

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 800.000,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários - Superávit

Art. 8º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 7º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar até o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2016, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 4 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos Ordinários - Superávit	800.000,00
TOTAL		800.000,00

Fonte: SMAFO/2017

Art. 9º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições contrárias

Canoinhas/SC, 31 de Março de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/03/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 294/2017

PORTARIA Nº. 294/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, CRISTINA MARIA WAGNER, efetiva no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, FERNANDA CARDOSO LISCOSKY NADROVSKI, efetiva no cargo de Pedagogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 3º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, GISELE APARECIDA SCHINDLER, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 4º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, JEAN PAULO BARBOSA, que exerce o cargo de provimento em comissão Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 5º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, JESSICA DE JESUS VIEIRA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 6º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, JOANA SCHEFFER DE CASTILHO DOS SANTOS efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 7º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, JOVANA MARIA MARIN GONÇALVES efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 8º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, LEILA CRISTINA SIEMS DOS SANTOS, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 9º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, PRESCILA FRIEDRICH DE ALMEIDA, efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 10 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, TANIA MARA BOEING RAMOS, que exerce o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor,

junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 11 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, VILCEIA REGINA TAVARES, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 12 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, VIVIANA WACHTEL SELEME UBA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 13 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, DANIELA CRISTINA DA SILVA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 14 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, EDSON LUIZ BUDANT, efetivo no cargo de Fiscal I, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 15 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, ELAINE CRISTINA DA SILVA, efetiva no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 16 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, EVERTON RAMTHUN, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 17 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, JOSÉ CARLOS HERBST, efetivo no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 18 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, PAULA CRISTINA DA SILVA, efetiva no cargo de Fiscal II, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 19 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, RILDO DO NASCIMENTO, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 20 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, SAUL DAVID VAILATE, efetivo no cargo de Fiscal I, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 21 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, VINICIUS ELIAS DE OLIVEIRA, que exerce o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 22 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, CHARLES JOÃO COCHEN, que exerce o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 23 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, ANTONIO IRINEU CORDEIRO, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 24 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, ARI CARLOS FERREIRA DOS SANTOS, efetivo no cargo de Jardineiro, junto à Secretaria

Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 25 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, CELIO KRIZINSKI, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 26 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, CIDONIO REINALDO KLUCZKOVSKI, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 27 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, EDENILSON DE CASTRO DE OLIVEIRA, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 28 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, JOÃO ORLEY CORDEIRO, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 29 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, LUIS SERGIO MACHADO, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 30 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, MARCIO CORDEIRO, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 31 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, MAYRA MARCIA MARTINHUK, exerce o cargo de provimento em comissão de Encarregado, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 32 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, OTONIEL VICENTE DE LIMA, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 33 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, OZIEL TRINDADE, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 34 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, RUBENS SCHPANSKI, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 35 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, SEBASTIÃO DOS SANTOS FAGUNDES, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 36 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, VALDIR RIBEIRO DE OLIVEIRA, exerce o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 37 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, LUIS OSNI DOS SANTOS PIECHONKOSKI, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 38 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, ELIANE CRISTINA KRULL,

efetiva no cargo de Professor/Diretor Geral de Educação, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 39 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, ELISABETH SCHUPPEL FERREIRA DOS SANTOS, efetiva no cargo de Professor/Diretor de Recursos Humanos, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 40 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, FABIA CHAGAS ANTUNES DE SOUSA, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 41 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, ISABELE LUANA NEIZER DOS SANTOS, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 42 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA, efetiva no cargo de Assistente Técnico Pedagógico, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 43 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, MARIO FERREIRA DE LIMA, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 44 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, MAURO EDSON JUNGLE, efetivo no cargo de Professor/Diretor Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 45 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, PAULO LEOMAR MIRESKI, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 46 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, RENATO HATSCHBACH, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 47 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, RONALDO HATSCHBACH, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 48 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, ROSEMERI SCHIESSL DOS PASSOS, efetivo no cargo de Professor/Diretor Pedagógico, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 49 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, SERGIO MURILO MIGUEL, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 50 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, SIOMARA APARECIDA KICHELESKI CORREA, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 51 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, TELMA APARECIDA PEIXER, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 52 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, ALVACIR ANTONIO MARCONDES, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 53 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, CARLA ADRIANA FLENIK RIBEIRO DA SILVA, efetiva no cargo de Enfermeira, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 54 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a

partir de março de 2017, à servidora, CELIZE MARIA WEINERT, efetiva no cargo de Médico Ginecologista/Obstetra, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 55 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, DANIELE ALINE GROSSKLAUS VIEIRA, exerce o cargo de provimento em comissão Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 56 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, DIRAZELI DO PRADO, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 57 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, FLAVIA RAFAELA LUDKA, efetiva no cargo de Farmacêutico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 58 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, FRANCINE MERLIN RAMÃO, efetiva no cargo de Odontólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 59 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, GISELLE KLUPPEL LIMA, efetiva no cargo de Médico Clínico Geral, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 60 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, INEZ APARECIDA SCHERMACH, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 61 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, JAMILLE HENRIQUE, exerce o cargo de provimento em comissão Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 62 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, JANETE APARECIDA CORREA GRESCZESCHEN, efetiva no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 63 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, JANICE DE FATIMA STEM-PINHAK, efetiva no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 64 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, JEAN CARLO HORMANN, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 65 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, JOÃO RAMÃO, efetivo no cargo de Médico Auditor, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 66 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, MARCELO CAETANO GARCIA LUFIEGO, efetivo no cargo de Médico Clínico Geral, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 67 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, MARIA CLAUDETE CORREIA LEITE, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 68 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, MARILENE TEREZINHA PAULO ARTNER, efetiva no cargo de Datilógrafo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 69 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, MARILIN ROSANA MUNHOZ DA SILVA WERKA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 70 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a

partir de março de 2017, à servidora, PASCALE PATRICIA FERNANDES VICENTE DE SOUZA, efetiva no cargo de Bioquímico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 71 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidora, RENATA CARLON, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 72 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, à servidor, THALITA CRISTINA POKRYVIECKI, efetiva no cargo de Médico Generalista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 73 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, ILANDIR FREITAS, exerce o cargo de provimento em comissão Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 74 - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2017, ao servidor, FABRICIO JOSNEI PEREIRA, efetivo no cargo de Instrutor de Informática, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna 130/DP/2017.

Art. 75 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 76- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de março de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/03/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 18/2017 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/17

HOMOLOGAÇÃO: 31/03/17

CONTRATADO: RETIFICA MOTOCAR LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS MECÂNICOS DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS E AMBULÂNCIAS, MAQUINAS PESADAS COM PNEUS E COM SISTEMA RODANTE COM ESTEIRAS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 158.500,00 (cento e cinquenta e oito mil e quinhentos reais)

DATA: 31/03/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 21/2017 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/17

HOMOLOGAÇÃO: 31/03/17

CONTRATADO: RETIFICA MOTOCAR LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS NA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 ANO 2007 Nº 37 E NA MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B Nº 107 ANO 2009, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais)

DATA: 31/03/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 18/2017 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Total dos Itens Vencedores: 158.500,00

Processo / Ano: 29/2017 Processo Administrativo:

Licitação.....: 18/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS MECÂNICOS DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS E AMBULÂNCIAS, MÁQUINAS PESADAS COM PNEUS E COM SISTEMA RODANTE COM ESTEIRAS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 411048348	- SERVIÇOS MECÂNICOS MÁQUINAS PESADAS, COM PNEUS E RODANTES	- Unidade: hrs					
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1.000,000	0,0000	71,0000	71.000,00	Venceu	1 *****
10890	TRUCK STAR SERVIÇOS E ACESS. P/ VEÍCULOS LTDA.		1.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2	- 311044785	- SERVIÇOS MECÂNICOS CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICROÔNIBUS	- Unidade: hrs					
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1.000,000	0,0000	50,0000	50.000,00	Venceu	1 *****
10890	TRUCK STAR SERVIÇOS E ACESS. P/ VEÍCULOS LTDA.		1.000,000	0,0000	54,5000	54.500,00	Perdeu	2
Item.....: 3	- 311044786	- SERVIÇOS MECÂNICOS VANS E CAMINHONETES	- Unidade: hrs					
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		625,000	0,0000	60,0000	37.500,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		Processo Administrativo:		158.500,00				
Licitação.....:	18/2017 - PR							
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS MECÂNICOS DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS E AMBULÂNCIAS, MAQUINAS PESADAS COM PNEUS E COM SISTEMA RODANTE COM ESTEIRAS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 3 - 311044786 - **SERVICOS MECANICOS VANS E CAMINHONETES** - Unidade: hrs

10890	TRUCK STAR SERVIÇOS E ACESS. P/ VEÍCULOS LTDA.		625.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
-------	--	--	---------	--------	--------	------	-----------	---

Canoinhas, Em	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHEK -	SUPLENTE PREGOEIRO
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	EQUIPE DE APOIO
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -	SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
MARINA HAAG -	25.933/SC

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 21/2017 (PRESENCIAL)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 33/2017
Licitação.....: 21/2017 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS NA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 ANO 2007 Nº 37 E NA MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B Nº 107 ANO 2009, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo:

Total dos Itens Vencedores: 56.400,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 411048245	- PEÇAS PARA REPAROS MECÂNICOS NA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND - Unidade: C.J						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	18.030,0836	18.030,08	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 411048246	- MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS NA RETROESCAVADEIRA NEW H - Unidade: SER						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	9.869,9164	9.869,92	Venceu	1 *****
Item.....: 3	- 411048247	- PEÇAS PARA REPARO MECÂNICO MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140 - Unidade: C.J						
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	19.537,7358	19.537,74	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 33/2017		Processo Administrativo:		56.400,00				
Licitação.....: 21/2017 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECANICOS NA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 ANO 2007 Nº 37 E NA MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B Nº 107 ANO 2009, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 4	- 411048248 - MÃO DE OBRA PARA REPARO MECÂNICO MOTONIVELADORA NEW HOLLAND - Unidade: SER							
6236	RETIFICA MOTOCAR LTDA		1,000	0,0000	8.962,2642	8.962,26	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE PREGOEIRO
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	EQUIPE DE APOIO
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -	SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
MARINA HAAG -	25.933/SC

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0001/2017 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: CAPINZAL CENTER LTDA Valor : 4.324,00 (quatro mil trezentos e vinte e quatro reais) Vigência : Início: 30/03/2017 Término: 30/03/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017 Processo Licitatório....: 0001 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos para compor o Benefício Eventual de cestas de alimentos destinados as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com Recursos Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 31 de Março de 2017		
KAMILLE SARTORI BEAL		

FMAS CONTRATO 0003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0003/2017 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Valor : 5.405,00 (cinco mil quatrocentos e cinco reais) Vigência : Início: 30/03/2017 Término: 30/03/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017 Processo Licitatório....: 0001 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos para compor o Benefício Eventual de cestas de alimentos destinados as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com Recursos Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 31 de Março de 2017		
KAMILLE SARTORI BEAL		

FMAS CONTRATO 0002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0002/2017 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: MERCADO MUNARI LTDA - ME Valor : 4.879,68 (quatro mil oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) Vigência : Início: 30/03/2017 Término: 30/03/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2017 Processo Licitatório....: 0001 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos para compor o Benefício Eventual de cestas de alimentos destinados as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com Recursos Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 31 de Março de 2017		
KAMILLE SARTORI BEAL		

FMAS CONTRATO 0080/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0080/2017 M Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada.: AUTO MECANICA D&D LTDA - ME Valor : 6.060,00 (seis mil e sessenta reais) Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo Licitatório....: 0038 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 31 de Março de 2017		
KAMILLE SARTORI BEAL		

FMAS CONTRATO 0082/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0082/2017 M</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: DANIEL AUGUSTO DE COL - ME</p> <p>Valor : 12.202,00 (doze mil duzentos e dois reais)</p> <p>Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Processo Licitatório....: 0038 / 2017</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>	
Capinzal, 31 de Março de 2017	
KAMILLE SARTORI BEAL	

FMAS CONTRATO 0085/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0085/2017 M</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: MECANICA DAMTIZA LTDA - ME</p> <p>Valor : 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)</p> <p>Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 0038 / 2017</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>	
Capinzal, 31 de Março de 2017	
KAMILLE SARTORI BEAL	

FMS CONTRATO 0026/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0026/2017</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: BICHOMANIA PET SHOP LTDA ME</p> <p>Valor : 51.000,00 (cinquenta e um mil reais)</p> <p>Vigência : Início: 30/03/2017 Término: 31/12/2017</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0002/2017</p> <p>Processo Licitatório....: 0009 / 2017</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Contratação de empresa especializada para procedimentos de castração de cães e gatos no município de Capinzal, a fim de reduzir a superpopulação, a falta de lar e a incidência de doenças nestes animais. Recursos Próprios</p>	
Capinzal, 31 de Março de 2017	

FMS CONTRATO 0081/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0081/2017 M</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: AUTO MECÂNICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME</p> <p>Valor : 13.850,00 (treze mil oitocentos e cinquenta reais)</p> <p>Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Processo Licitatório....: 0038 / 2017</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>	
Capinzal, 31 de Março de 2017	

FMS CONTRATO 0084/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0084/2017 M</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: EDEMILSO RAIZER ME</p> <p>Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)</p> <p>Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Processo Licitatório....: 0038 / 2017</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>	
Capinzal, 31 de Março de 2017	

FMS CONTRATO 0085/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0085/2017 M</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: MECANICA DAMTIZA LTDA - ME</p> <p>Valor : 10.310,00 (dez mil trezentos e dez reais)</p> <p>Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Processo Licitatório....: 0038 / 2017</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>	
Capinzal, 31 de Março de 2017	

FMS CONTRTAO 0080/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0080/2017 M

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada....: AUTO MECANICA D&D LTDA - ME

Valor : 17.088,00 (dezesete mil e oitenta e oito reais)

Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Processo Licitatório....: 0038 / 2017

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais

Capinzal, 31 de Março de 2017

FUMREBOM CONTRATO 0083/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0083/2017 M

Contratante.: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL

Contratada....: DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME

Valor : 14.936,00 (quatorze mil novecentos e trinta e seis reais)

Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Processo Licitatório....: 0038 / 2017

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais

Capinzal, 31 de Março de 2017

FUMREBOM CONTRATO 0079/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0079/2017 M

Contratante.: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL

Contratada....: AUTO MECANICA CAPINZAL LTDA EPP

Valor : 8.560,00 (oito mil quinhentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Processo Licitatório....: 0038 / 2017

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais

Capinzal, 31 de Março de 2017

FUMREBOM CONTRATO 0084/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0084/2017 M

Contratante.: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL

Contratada....: EDEMILSO RAIZER ME

Valor : 8.064,00 (oito mil e sessenta e quatro reais)

Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Processo Licitatório....: 0038 / 2017

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais

Capinzal, 31 de Março de 2017

FUMREBOM CONTRATO 0085/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRA-
TUAL

Contrato Nº.: 0085/2017 M
Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL
Contratada...: MECANICA DAMTIZA LTDA - ME
Valor : 7.440,00 (sete mil quatrocentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Processo Licitatório....: 0038 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 31 de Março de 2017

Contrato Nº.: 0081/2017 M
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: AUTO MECÂNICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME
Valor : 14.437,00 (quatorze mil quatrocentos e trinta e sete reais)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017
Processo Licitatório....: 0038 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 31 de Março de 2017

PMC CONTRATO 0079/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0079/2017 M
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: AUTO MECANICA CAPINZAL LTDA EPP
Valor : 3.213,00 (três mil duzentos e treze reais)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017
Processo Licitatório....: 0038 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 31 de Março de 2017

PMC CONTRATO 0082/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0082/2017 M
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: DANIEL AUGUSTO DE COL - ME
Valor : 14.506,00 (quatorze mil quinhentos e seis reais)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017
Processo Licitatório....: 0038 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 31 de Março de 2017

PMC CONTRATO 0080/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0080/2017 M
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: AUTO MECANICA D&D LTDA - ME
Valor : 18.040,00 (dezoito mil quarenta reais)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017
Processo Licitatório....: 0038 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 31 de Março de 2017

PMC CONTRATO 0083/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0083/2017 M
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME
Valor : 11.106,00 (onze mil cento e seis reais)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017
Processo Licitatório....: 0038 / 2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 31 de Março de 2017

PMC CONTRATO 0081/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

PMC CONTRATO 0084/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0084/2017 M	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: EDEMILSO RAIZER ME	
Valor : 13.122,00 (treze mil cento e vinte e dois reais)	
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017	
Processo Licitatório....: 0038 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 31 de Março de 2017	

PMC CONTRATO 0086/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0086/2017 M	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: OZAMIR PEDRINHO DO AMARAL & CIA LTDA - ME	
Valor : 12.830,00 (doze mil oitocentos e trinta reais)	
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/03/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0029/2017	
Processo Licitatório....: 0038 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 31 de Março de 2017	

PMC CONTRATO 0087/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0087/2017	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: TERRA FERTIL COMERCIO E REPRESENTACOES AGRICOLAS L	
Valor : 23.100,00 (vinte e três mil e cem reais)	
Vigência : Início: 30/03/2017 Término: 30/03/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0033/2017	
Processo Licitatório....: 0043 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de sementes de Aveia Preta Fiscalizada para distribuição de forma subsidiada aos produtores de leite do Município de Capinzal, conforme Capítulo V - Incentivo a Implantação e Melhoria de Pastagens para produção de leite, da Lei nº 3.128 do Programa "Viva Bem Capinzal no Campo". Com Recursos Próprios	
Capinzal, 31 de Março de 2017	

PMC CONTRATO 0088/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0088/2017	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: AGRO LIDER LTDA	
Valor : 46.397,00 (quarenta e seis mil trezentos e noventa e sete reais)	
Vigência : Início: 30/03/2017 Término: 30/03/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0030/2017	
Processo Licitatório....: 0039 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Larvicida Biológico para manutenção das atividades de controle ao Mosquito Bor-rachudo, realizado pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, com Recursos Próprios	
Capinzal, 31 de Março de 2017	

PMC CONTRATO 0089/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0089/2017	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: IRMAOS TONINI LTDA - ME	
Valor : 6.299,30 (seis mil duzentos e noventa e nove reais e trinta centavos)	
Vigência : Início: 30/03/2017 Término: 30/03/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0021/2017	
Processo Licitatório....: 0029 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Discos Cônica-vos para Grade Aradora e Grade Niveladora, para uso dos equipamentos agrícolas na execução das atividades do Programa de Patrulha Agrícola, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Com Recursos Próprios	
Capinzal, 31 de Março de 2017	

PMC CONTRATO 0090/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0090/2017	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: OUROMAQ IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA - EPP	
Valor : 15.200,00 (quinze mil duzentos reais)	
Vigência : Início: 30/03/2017 Término: 30/03/2018	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 00 21/2017	
Processo Licitatório....: 0029 / 2017	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Discos Cônica-vos para Grade Aradora e Grade Niveladora, para uso dos equipamentos agrícolas na execução das atividades do Programa de Patrulha Agrícola, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Com Recursos Próprios	
Capinzal, 31 de Março de 2017	

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE AGRICULTURA AO PROJETO DE LEI Nº 003/2017**

Comissão de Agricultura, Serviços Públicos, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo

Voto/Parecer

Projeto de Lei nº 003/2017

Ementa: autoriza a efetuar despesas com a Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP).

Relator: Vereador Kelvis Borges-PP

1 - Relatório.

O Projeto de Lei veio para análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, o qual é de origem do Poder Executivo Municipal, foi protocolado nesta Casa em 20/02/2017, sob o nº 3816 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 21/02/2017.

2. Análise.

O Projeto de Lei ora apreciado no mérito apresenta as condições favoráveis a sua tramitação, segundo informações, existe a previsão no orçamento da Prefeitura e o convênio com a entidade já vem sendo realizado há vários anos, no auxílio do pagamento do transporte dos acadêmicos do Município que tem que se locomover para outros centros para estudarem.

A competência para iniciar o Projeto é do Poder Executivo, pelo qual o Prefeito requer autorização desta Casa Legislativa visando prestar auxílio financeiro a Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP), no valor de R\$ 122.062,50 (cento e vinte e dois mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos) no exercício de 2017.

3. Do Voto do Relator.

Pelo exposto, este relator opina favoravelmente pela tramitação do Projeto de Lei nº 003/2017, estando apto o mesmo para a tramitação regimental.

Sala das Comissões, em 14 de março de 2017.

Vereador Kelvis Borges-PP

Relator.

4. Do Parecer da Comissão.

Os Membros desta CCJ, após análise, acolhem integralmente o voto do Relator, e por unanimidade exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 003/2017, devendo o mesmo ter o seu seguimento regimental para a Comissão de Orçamento.

Sala das Comissões, em 14 de março de 2017.

Comissão de Agricultura, Serviços Públicos, Obras, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo

Vereador Kelvis Borges-PP

Presidente e Relator

Vereador Renato Marcelo Markus-PR

Membro

Vereador Valmor de Vargas-PPS

Membro

PARECER DE REDAÇÃO FINAL SOBRE O PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 002, DE 2017

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Parecer de Redação Final sobre o Projeto de Lei Legislativo nº 002, de 2017.

O Projeto de Lei Legislativo nº 002, de 2017, de autoria do Vereador Rafael Edgar Tonial, que isenta as taxas de inscrição em concursos públicos e processos seletivos aos eleitores convocados e nomeados para servirem à justiça eleitoral por ocasião dos pleitos eleitorais, e dá outras providências, após aprovado conclusivamente nesta Comissão, a ela retorna para elaboração da Redação Final.

Para adequar o texto do Projeto aos requisitos da técnica legislativa, foram promovidas correções de linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto, a esta Comissão, o parecer de Redação Final do Projeto de Lei Legislativo nº 002, de 2017, com a emenda modificativa nº 001/2017.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 002, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

Isenta as taxas de inscrição em concursos públicos e processos seletivos aos eleitores convocados e nomeados para servirem à justiça eleitoral por ocasião dos pleitos eleitorais, e dá outras providências.

Art. 1º Os eleitores convocados pela 37ª Zona Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, domiciliados no Município de Capinzal, para prestar serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais, os doadores de medula óssea e os doadores regulares de sangue, ficam isentos do pagamento de taxas de inscrição nos concursos públicos e demais processos seletivos realizados pela administração pública direta, no âmbito do Poder Executivo e do Legislativo, autarquias, fundações públicas e entidades mantidas pelo poder público Municipal de Capinzal.

§ 1º Somente os eleitores domiciliados no Município de Capinzal farão jus ao benefício ora concedido.

§ 2º Para ter direito à isenção, o eleitor convocado terá que comprovar o serviço prestado à justiça eleitoral por, no mínimo, uma eleição.

§ 3º A comprovação do serviço prestado será efetuada através da apresentação de certificação ou equivalente, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição, documento este que deverá ser juntado no ato da inscrição.

§ 4º Considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços à Justiça Eleitoral como componente de mesa receptora de voto ou de justificativa, na condição de presidente de mesa, primeiro ou segundo mesário ou secretário, membro ou escrutinador de Junta Eleitoral, supervisor de local de votação, também denominado de administrador de prédio, e os designados para auxiliar os seus trabalhos, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem de votação.

§ 5º Entenda-se como período da eleição, para fins desta Lei, a véspera e o dia do pleito.

§ 6º Na hipótese de ocorrer segundo turno no pleito eleitoral, considera-se cada turno uma eleição.

§ 7º Considera-se doador regular de sangue aquele que realize, no mínimo, três doações por ano, atestadas por órgão oficial ou entidade credenciada pelo poder público.

§ 8º Os órgãos e as entidades que integram a administração pública ficam obrigados a incluir a isenção prevista nesta Lei nos editais de concursos públicos e processos seletivos.

§ 9º O beneficiário para exercer o direito previsto nesta Lei fica obrigado a apresentar a comprovante de sua condição no ato da inscrição no concurso público e no processo seletivo.

Art. 2º Após a comprovação de participação em eleição, o eleitor convocado terá direito ao benefício por um período de 04 (quatro) anos contados a partir da data em que fez jus ao prêmio.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores, 28 de março de 2017.
Vereadores

ALCIDIR AFONSO CORONETTI
Relator

Os membros acompanham o voto do Relator

RENATO MARCELO MARKUS
Presidente

CARLOS ADRIANO ZOCOLI
Membro

PORTARIA Nº 006, DE 30 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 006, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

Designa os Membros da Comissão Permanente de Licitação.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal - SC, no uso de suas atribuições legais, decide e edita a seguinte:

PORTARIA:

Art. 1º A Comissão de Licitação deverá ser composta por 4 (quatro) membros, sendo 3 (três) titulares e 1 (um) suplente.

Art. 2º Ficam designados os seguintes membros para compor a Comissão Permanente de Licitação, até 31 de dezembro de 2017, na forma das Leis nº 8.666, de 1993 e Lei Complementar nº 103, de 2007:

I – Presidente efetivo:

a) Diogo Pecinato;

II – Membros efetivos:

a) João Batista Martins Piazer;

b) Vlademir Antonio Molin.

III – Membro suplente:

a) - Eduardo Augusto Coeli

Art. 3º O Presidente da Comissão de Licitação atuará também como Pregoeiro e os demais componentes como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão.

Art. 4º Ficam atribuídos, inclusive, poderes ao Presidente da Comissão para expedir e assinar Editais e demais documentos necessários à realização dos Processos Licitatórios.

Art. 5º A Comissão Permanente de Licitações, reunir-se-á sempre que houver procedimentos licitatórios, salvo quando designada Comissão Especial.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir do dia 1º de abril de 2017.

Art. 7º Revoga a Portaria nº 04 de 2 de janeiro de 2017.

Câmara de Vereadores de Capinzal, 30 de março de 2017.

Vereador Gilmar Junior da Silveira

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vereador Gilmar Junior da Silveira

Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/21/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/21/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: SG TERRAPLENAGEM LTDA EPP

CNPJ DO CONTRATADO: 04.873.624/0001-74

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/14/2017, PARA SUPRESSÃO DO VALOR A SER PAGO REFERENTE AOS SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, CARGA E DESCARGA, DEMOLIÇÃO E RETIRADA DE ESTRUTURAS EM ALVENARIA, JUNTO À CASA DE BOMBAS CB10.

VALOR: R\$ 35.276,24 (TRINTA E CINCO MIL DUZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS)

DATA DA ASSINATURA: 29/03/2017

VIGÊNCIA: 17/04/2017

Catanduvras

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2017 - PREGÃO Nº 0033/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2017

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de passagens para transporte individual de pacientes, usuários fora de domicílio e pessoas em trânsito, visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Saúde e ações do Fundo Municipal de Assistência Social.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 18 de abril de 2017.

Dotação Orçamentária:

14.3390399900000 - saúde

16.33903049000000- assistência

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 31 de março de 2017, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvras.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvras – SC, 31 de março de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0042/2017 - PREGÃO Nº 0034/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0042/2017

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇO Nº 0034/2017

Objeto: Contratação de serviços de horas máquinas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, visando o melhor atendimento aos produtores rurais do município e ao programa de incentivo a instalação de empresas, bem como auxiliando junto a desastres naturais.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 19 de abril de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 31 de março de 2017, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvras.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvras – SC, 31 de março de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.143 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7143/17, de 03.02.2017,

"Admite temporariamente,

ALINE NERIS DA CRUZ ANTUNES"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvras, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ALINE NERIS DA CRUZ ANTUNES, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG -513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 03 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvras, 03 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6679/16.

PORTARIA Nº 7.144 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/7144/17 de 03.02.2017

"Nomeia por concurso,

FRANCIELI PATRICIA DOS SANTOS"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvras, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da lei Complementar Municipal nº 19/02, Edital 003/2016 e Decreto nº 2.144, de 21 de março de 2016

RESOLVE

NOMEAR, por concurso FRANCIELI PATRICIA DOS SANTOS, para o Cargo de Fiscal de Tributos, Nível CE-41A 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 003/2016 e Decreto 2.144/2016, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passou a exercer essas funções.

Catanduvras, 03 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 7.145 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7145/17, de 03.02.2017,
"Admite temporariamente,
VANUSA FOCHESTATTO ZIMERMANN"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, VANUSA FOCHESTATTO ZIMERMANN, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 03 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 03 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6664/16

PORTARIA Nº 7.146 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7146/17, de 03.02.2017,
"Admite temporariamente,
ELIANE MARIA DE SA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ELIANE MARIA DE SA, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 03 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 03 de fevereiro 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6670/16.

PORTARIA Nº 7.147 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7147/17, de 03.02.2017,
"Admite temporariamente,
ALINE DA SILVA ROZA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ALINE DA SILVA ROZA, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 03 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 03 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6674/16.

PORTARIA Nº 7.148 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7148/1, de 05.02.2017,
"Admite temporariamente,
MARIA IZABEL HACK DE ANDRADE ARAUJO"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MARIA IZABEL HACK DE ANDRADE ARAUJO, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 03 de fevereiro de 2017 a 03 de março de 2017.

Catanduvas, 03 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 7.163 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/7163/17, de 03.02.2017

"Concede Função Gratificada a
SUSANA BERGAMO CASAGRANDE"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 19, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001 e Lei Complementar nº 122/16 de 25 de abril de 2016.

RESOLVE :

CONCEDER, atendendo interesse público municipal, Função Gratificada ao funcionário (a) SUSANA BERGAMO CASAGRANDE, com Estabilidade no Cargo de Professora, MAG-522C, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para desempenhar cumulativamente as atribuições de Assessor Técnico Pedagógico, Nível FG-02, com 20 horas semanais, aos vencimentos do cargo efetivo.

O presente ato tem seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2017, quando a Servidora passou exercer essas funções.

Catanduvas, 03 de fevereiro de 2017
Dorival Ribeiro dos Santos,
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6744/16.

PORTARIA Nº 7.164 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/7164/17, de 03.02.2017

"Concede Função Gratificada a
ELONI SALETE MAGNABOSCO"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 19, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001 e Lei Complementar nº 122/16 de 25 de abril de 2016.

RESOLVE :

CONCEDER, atendendo interesse público municipal, Função Gratificada ao funcionário (a) ELONI SALETE MAGNABOSCO, com Estabilidade no Cargo de Professora, MAG-520-E, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para desempenhar cumulativamente as atribuições de Assessor Técnico Administrativo, Nível FG-03, com 20 horas semanais, aos vencimentos do cargo efetivo.

O presente ato tem seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2017, quando a Servidora passou exercer essas funções.

Catanduvas, 03 de fevereiro de 2017
Dorival Ribeiro dos Santos,
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 7142/17.

PORTARIA Nº 7.165 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7165/17, de 02.02.2017,

"Admite temporariamente,
JANETE TACIANA DE MARQUIAS"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JANETE TACIANA DE MARQUIAS, para o Cargo de Professor(a) de Educação de Séries Iniciais, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/4553/08

PORTARIA Nº 7.166 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7166/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
LIAMARA TONIELO"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LIAMARA TONIELO, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6659/16

PORTARIA Nº 7.167 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7167/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
Rosangela Aparecida de Lima Paganini"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Rosangela Aparecida de Lima Paganini, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6880/16.

PORTARIA Nº 7.168 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/7168/17, 06.02.2017.

"Admite temporariamente,
Karoline Lopes Sacchet Coratto"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016.

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Karoline Lopes Sacchet Coratto, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6660/16.

PORTARIA Nº 7.169 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7169/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
DALCIRA ARTIFON LAUBER"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, DALCIRA ARTIFON LAUBER, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 6661/16.

PORTARIA Nº 7.170 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7170/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
ALESSANDRA FISCHER"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ALESSANDRA FISCHER, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6680/16.

PORTARIA Nº 7.171 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7171/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
ADRIANA PAULA LOUZADA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ADRIANA PAULA LOUZADA, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6753/16.

PORTARIA Nº 7.172 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7172/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
MARILU SALETE GABRIELLI ZAMPIERON"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MARILU SALETE GABRIELLI ZAMPIERON, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6662/16.

PORTARIA Nº 7.173 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7173/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
MARILIA PAGANINI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MARILIA PAGANINI, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6663/16.

PORTARIA Nº 7.174 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7174/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
MONICA SIMONE GABRIELLI BRESSANELLI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MONICA SIMONE GABRIELLI BRESSANELLI, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6970/16.

PORTARIA Nº 7.175 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7175/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
TAMARA CRISTINA CASTANHA DETOFENO"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, TAMARA CRISTINA CASTANHA DETOFENO, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6757/16.

PORTARIA Nº 7.176 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7176/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
SUZANA NEIS FERRARI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SUZANA NEIS FERRARI, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6666/16.

PORTARIA Nº 7.177 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7177/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
DANIELA AMALCABURIO VARISA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, DANIELA AMALCABURIO VARISA, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6667/16.

PORTARIA Nº 7.178 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7178/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
TEREZINHA ADELAIDE CHINATO BAZZI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, TEREZINHA ADELAIDE CHINATO BAZZI, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6669/16.

PORTARIA Nº 7.179 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7179/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
LUCIANA DEPINE"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LUCIANA DEPINE, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6682/16.

PORTARIA Nº 7.180 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7180/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
CARLA REGINA DAS NEVES MENEGAT"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CARLA REGINA DAS NEVES MENEGAT, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6683/16.

PORTARIA Nº 7.181 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7181/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
DILVETE LUVISON TONIELLO"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, DILVETE LUVISON TONIELLO, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6686/16.

PORTARIA Nº 7.182 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7182/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
SARA CARDOSO FEYH "

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SARA CARDOSO FEYH, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6671/16.

PORTARIA Nº 7.183 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7183/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
CELSON LUIZ ALBERTI JUNIOR"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CELSON LUIZ ALBERTI JUNIOR, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6687/16.

PORTARIA Nº 7.184 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7184/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
FRANCIELY AMARO FERREIRA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, FRANCIELY AMARO FERREIRA, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6676/16.

PORTARIA Nº 7.185 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/7185/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
NÁYADA ZUCCHETTI BONGIOVANI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, NÁYADA ZUCCHETTI BONGIOVANI, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6755/16.

PORTARIA Nº 7.186 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7186/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
DEBORA MARINA DOS SANTOS"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, DEBORA MARINA DOS SANTOS, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6770/16.

PORTARIA Nº 7.187 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7187/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
SOELI TEREZINHA BEBER DALACOSTA "

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SOELI TEREZINHA BEBER DALACOSTA, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG-513, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6837/16.

PORTARIA Nº 7.188 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7188/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
CAROLINI DE LIMA FERNANDES "

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, CAROLINI DE LIMA FERNANDES, para o Cargo de Professor (a) de Educação Infantil, Nível MG-513, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 7.189 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7189/17, de 06.02.2017,

"Admite temporariamente,
ALINE DUPCZAK PEREIRA "

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ALINE DUPCZAK PEREIRA, para o Cargo de Professor (a) de Educação Infantil, Nível MG-513, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 06 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 7.190 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7190/17, de 07.02.2017.

"Nomeia para Cargo em Comissão,
IDELCE MEDEIROS"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001 e Lei Complementar nº 120, de 17 de novembro de 2015.

RESOLVE:

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, IDELCE MEDEIROS, para as funções do Cargo em Comissão de Gerente de Programas Sociais, Nível CC-05, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir d a presente data, quando o(a) nomeado(a) Servidor(a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 07 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 4355/08.

PORTARIA Nº 7.191 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7191/17 de 07.02.2017

"Nomeia por concurso,
VANUZA APARECIDA LOPES"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da lei Complementar Municipal nº 19/02, Edital 003/2016 e Decreto nº 2.144, de 21 de março de 2016
RESOLVE

NOMEAR, por concurso VANUZA APARECIDA LOPES, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A 25horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 003/2016 e Decreto 2.144/2016, com efeitos a partir de 07 de fevereiro de 2017, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 07 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 7.192 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/7192/17, de 07.02.2017

"Demite, antes do termo final de contratação temporária,
CRISTIANE BERNARDINI CHINATO"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) CRISTIANE BERNARDINI CHINATO, ocupante do Cargo Agente Operacional, Nível CE-06-A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/7091/17.

Catanduvas, 07 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7091/17.

PORTARIA Nº 7.193 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7193/17, de 08.02.2017.

"Admite temporariamente,
DANIELLE BRESSANELLI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.144, de 21 de março de 2016.

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, DANIELLE BRESSANELLI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 08 de fevereiro de 2017 a 15 de dezembro de 2017.

Catanduvas, 08 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6729/16.

PORTARIA Nº 7.194 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7194/17, de 08.02.2017,

"Admite temporariamente,
JESSICA CAROLINE CLAUDIO SANTOS"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JESSICA CAROLINE CLAUDIO SANTOS, para o Cargo de Merendeiro, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 08 de fevereiro de 2017 a 31 de julho de 2017.

Catanduvas, 08 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6930/16.

PORTARIA Nº 7.195 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7195/17, de 08.02.2017.

"Admite temporariamente,
RAFAELA ABATTI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.144, de 21 de março de 2016.

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, RAFAELA ABATTI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 08 de fevereiro de 2017 a 15 de dezembro de 2017.

Catanduvas, 08 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 7.196 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7196/17, de 08.02.2017.

"Admite temporariamente,
ELINSANDRA RONSONI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.144, de 21 de março de 2016.

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ELINSANDRA RONSONI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 08 de fevereiro de 2017 a 15 de dezembro de 2017.

Catanduvas, 08 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 7.197 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7197/17, de 08.02.2017.

"Admite temporariamente,
ROSANGELA HACKBART"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ROSANGELA HACKBART, para o Cargo de Professor (a) de Inglês, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 08 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 08 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6688/16.

PORTARIA Nº 7.198 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7198/17, de 09.02.2017.

"Admite temporariamente,
IVANDRA SALETE ALVES DA SILVA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.144, de 21 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, IVANDRA SALETE ALVES DA SILVA, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 09 de fevereiro de 2017 a 07 de junho de 2017.

Catanduvas, 09 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6646/16.

PORTARIA Nº 7.199 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7199/17, de 09.02.2017,

"Admite temporariamente,
SOILI GROSS FELIPPE"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, SOILI GROSS FELIPPE, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 09 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 09 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6898/16.

PORTARIA Nº 7.200 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/7200/17 de 09.02.2017

"Admite temporariamente,
ELIANE BORGES"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016.

RESOLVE :

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ELIANE BORGES, para o Cargo de Professor (a) de Educação Infantil, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 09 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 09 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6876/16.

PORTARIA Nº 7.201 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7201/17, de 09.02.2017,

"Admite temporariamente,
ELIANE HETKOWSKI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ELIANE HETKOWSKI, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG-513 (Segundo Professor), 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 09 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 09 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6791/16.

PORTARIA Nº 7.202 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7202/17, de 09.02.2017,

"Admite temporariamente,
DANIELA GARBIN"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, DANIELA GARBIN, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 09 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 09 de fevereiro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6919/16.

PORTARIA Nº 7.203 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7203/17, de 10.02.2017,

"Admite temporariamente,
Cleiton Junior Branco de Camargo"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Cleiton Junior Branco de Camargo, para o Cargo de Professor (a) de Educação Física, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 10 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 10 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6696/16.

PORTARIA Nº 7.204 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7204/17, de 16.02.2017.

"Admite temporariamente,
LORENI SALETE PEREIRA MECABÔ"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LORENI SALETE PEREIRA MECABÔ, para o Cargo de Professor (a) de Ensino Fundamental, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 16 de fevereiro de 2017 a 31 de março de 2017.

Catanduvas, 16 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6856/16.

PORTARIA Nº 7.205 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7205/17, de 16.02.2017,

"Admite temporariamente,
VALDEMIR BOGONI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 002/2016 e Decreto nº 2.142, de 10 de março de 2016,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, VALDEMIR BOGONI, para o Cargo de Professor (a) de Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Nível MG-513 (Segundo Professor), 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 06 de fevereiro de 2017 a 06 de março de 2017.

Catanduvas, 16 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6906/16.

PORTARIA Nº 7.206 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7206/17, de 16.02.2017,

"Admite temporariamente,
IZANE MOREIRA LEITE"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, IZANE MOREIRA LEITE, para o Cargo de Professor (a) de Artes, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 16 de fevereiro de 2017 a 15 de dezembro de 2017.

Catanduvas, 16 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

PORTARIA Nº 7.207 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

PORTARIA P/ 7207/17, de 16.02.2017.

"Admite temporariamente,
ELISANGELA NIED"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ELISANGELA NIED, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 16 de fevereiro de 2017 a 31 de julho de 2017.

Catanduvas, 16 de fevereiro de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHIL.

PORTARIA Nº 7.218 DE 13 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA P/7218/17 de 13.03.2017.

"Exonera a pedido,
CAROLINE JOANA LESNIESKI JOHANN"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), CAROLINE JOANA LESNIESKI JOHANN, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível CE-45F, 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Este ato atende pedido do(a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 13 de março de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7060/16.

PORTARIA Nº 7.219 DE 15 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA P/7219/17 de 15.03.2017.

"Exonera a pedido,
CLECIANE DOS SANTOS LIMA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02

RESOLVE

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), CLECIANE DOS

SANTOS LIMA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-01A, 25 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Este ato atende pedido do(a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 15 de março de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6788/16.

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO PMC Nº 0021/2017

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO PMC Nº 0021/2017

TERMO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO CATANDUVAS – SC E A EMPRESA TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME, VENCEDORA DO PRELÂTIMO Nº 0003/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Dorival Ribeiro dos Santos, doravante denominado CONTRATANTE e,

CONTRATADA: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.235.235/0001-70, com sede à Rua Prefeito Elio de Gregori, nº 125, Bairro Nossa Senhora Aparecida, em Irani - SC, CEP 89.680-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 19 de janeiro de 2017.

CONSIDERANDO o previsto no Decreto nº 2.245, de 27 de março de 2017;
CONSIDERANDO a necessidade de rescindir o Contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica rescindido o Termo de Contrato PMC Nº 0021/2017, por mútuo acordo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo de Rescisão tem validade a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

CLÁUSULA TERCEIRA – Com a presente rescisão, não há que se falar em indenização à empresa Contratada, já que deu causa a presente rescisão, bem como flagrante o fato de que ela não experimentou nenhum prejuízo.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente Termo de Rescisão tem amparo legal nos artigos nº 58, II, 78 I e II e 79, I da Lei 8.666/93.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 30 de março de 2017.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
CONTRATANTE

Celso Ramos

PREFEITURA

ERRATA EDITAL 23/2017

ERRATA - EDITAL DE LICITAÇÃO 23/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Celso Ramos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município RETIFICA o Edital do Pregão em epígrafe nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

ITEM 42 – ROUTER BOARD 1100G/MICROTIK

LEIA-SE:

ITEM 42 – ROUTER BOARD 1100 AH/MICROTIK

Celso Ramos 31 de março de 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

VIDROS 37/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 25/2017

PROCESSO: 37/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 25/2017, tipo MENOR PREÇO objetivando a: AQUISIÇÃO DE PORTAS E JANELAS DE VIDRO TEMPERADO SOB MEDIDA, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE CELSO RAMOS/SC.

Entrega da documentação e proposta até as 09 horas do dia 24/04/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 03 de abril de 17.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 016 DE 31.03.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº. 016 DE 31.03.2017

Homologa Resolução nº 001/2017, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado - SC.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 001/2017, de 28 de março de 2017, do Conselho Municipal Saúde, que aprova o Relatório Anual de Gestão 2016, do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 31 de março de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

CONSIDERANDO, as prerrogativas e as atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012;

CONSIDERANDO, o inciso IV, do art. 4º, da Lei Federal n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3º, os Municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;

CONSIDERANDO, o parágrafo 4º do art. 33, da Lei Federal n. 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde; e

CONSIDERANDO, os Relatórios Físicos e Financeiros apresentados pelo Contador do Fundo Municipal de Saúde, Sr. Joelsio Machado;

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas competências regimentais que lhe confere a Lei Municipal n. 0590/2013, Portaria n. 145/2016 e de conformidade com a deliberação ocorrida na reunião ordinária realizada no dia 28 de março do corrente ano, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório Anual de Gestão 2016 do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado-SC, 28 de março de 2017.

CLEIDE JOANITA MACHADO FRANZEN

Presidente

PORTARIANº 186/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIANº 186/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII, do art. 50 e inciso II do art. 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso III e incluir o inciso IV ao art. 1º da Portaria nº 141/2017, de 31.03.2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

III – MARILICE BONETH, ocupante do Cargo Efetivo de Nutricionista - 40 horas, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes e da Secretaria Municipal da Saúde, para atuar por 20 (vinte) horas, junto ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, a partir desta data.

IV – JAKUES ERNANI BEZERRA, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário – 40 horas, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, para atuar por 20 (vinte) horas, junto ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 31 de março de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PORTARIANº 185/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 185/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar NEUSA FRANCISCO LUCKMANN, ocupante do cargo efetivo de Administradora, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 40% (quarenta por cento), FG-3, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 29 de março de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.º06-2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº06/2017 de 31/03/2017.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER, Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, § 3º da Lei Complementar Nº008, de 23.12.99:

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder férias a servidora Elaine Aparecida Franz da Silveira, ocupante do cargo de Contadora de DEZ DIAS, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, sendo que serão gozados os dez dias no período de 03/04/2017 a 12/04/2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado 31 de março de 2017.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/PMCS/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: DISTRIMEL – MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de material para manutenção de bens imóveis (material elétrico e afins), para uso no município de Cocal do Sul – SC.

Assinatura: 24/03/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 10.220,75 (dez mil e duzentos e vinte reais e setenta e cinco centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/PMCS/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2017.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de material para manutenção de bens imóveis (material elétrico e afins), para uso no município de Cocal do Sul – SC..

Assinatura: 24/03/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 24.499,20 (vinte e quatro mil e quatrocentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/PMCS/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA – ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de cortinas, no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 31/03/2017

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 44.980,00 (quarenta e quatro mil e novecentos e oitenta reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO DO CONTRATO 25/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 25/2017.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: ANDREA MARIA DE SOUZA – ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 75/PMCS/2016
CONCORRÊNCIA Nº: 03/PMCS/2016.

Objeto: O objeto do presente contrato é a concessão de direito real de uso, de 01 (um) terreno.

Assinatura: 15/03/2017.

Vigência: Início: 15/03/2017 Término: 13/03/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 06/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 62/2016.
ADITIVO Nº: 06/2017.
TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – ACRÉSCIMO.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 63/PMCS/2016.
PREGÃO PRESENCIAL: 41/PMCS/2016.

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para cobertura de seguro RC transportador regional (DETER) de veículos diversos da frota oficial do município de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo ao valor do contrato, para inclusão na apólice de 01 (um) veículo de placa QIQ-9851.

Assinatura: 09/03/2017.

Vigência: Início: 09/03/2017 Término: 05/10/2017

Valor: R\$.2.005,57 (dois mil e cinco reais e cinquenta e sete reais).

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016-FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2017 – FMAS

Objeto: Contratação de empresa visando ministrar oficinas socio-educativas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e nos Centros de Convivência do Município, com recursos próprios e federais (PSB, PSE-MC, IGDSUAS e IGDPBF), estaduais (Básica Custeio e CREAS Custeio) e suas respectivas reprogramações conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 17/04/2017

Início da Sessão: dia 17/04/2017, às 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 31 de março de 2017.

DENISE JUSTI LOPES

Gestora do FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017 – FMS
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema Informatizado WEB de Gestão de Saúde, incluindo sua licença para uso, provimento de DataCenter (próprio ou locado), solução de mobilidade, serviços de treinamento, implantação, conversão de dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, com capacitação das diretorias e Unidades assistenciais de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 17/04/2017.

Abertura: dia 17/04/2017, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 31 de março de 2017.

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT

Gestor do FMS

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 117/2016 - PMC

Contrato Nº : 117/2016

Aditivo Nº : 2TA ctr 117/2016/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CAPACIT ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

Licitação : Pregão Presencial 31/2016

Objeto : Contratação de pessoa jurídica para prestação de forma contínua, de serviços técnicos especializados de Cuidador, visando atender a demanda de família em situação de vulnerabilidade temporária, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 28/03/2017 Término: 27/03/2018

Assinatura : 24/03/2017

Valor R\$: 129.371,40 (Cento e Vinte e Nove Mil, Trezentos e Setenta e Um Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903401000000.01000001

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 5/2015 - FMEC

Contrato Nº : 5/2015

Aditivo Nº : 2TA Ctr 5/2015/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : ELEVADORES OTIS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 1/2015

Objeto : Prestação de serviço de manutenção (preventiva e corretiva) por completa do ELEVADOR e PLATAFORMA ELEVATÓRIA existentes no Parque de Exposições.

Vigência : Início: 01/04/2017 Término: 31/03/2018

Assinatura : 27/03/2017

Valor R\$: 5.160,48 (Cinco Mil, Cento e Sessenta Reais e Quarenta e Oito Centavos)

Dotação : 311 - 17.001.2454.333903916000000.01000001

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 7/2015 - FMAS

Contrato Nº : 7/2015

Aditivo Nº : 2TA Ctr 7/2015/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : DETECTOR MONITORAMENTO LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de monitoramento eletrônico, no CRAS I, CRAS II, CREAS, Centros de Convivência dos Bairros Itaíba, Vista Alegre, Estados e Frei Lency, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e seu Almoxarifado, com recursos oriundos dos repasses Fundo a Fundo (Governo Federal), FNAS, PAIF, IGD/SUAS, IGD/PBF (Governo do Estado), FEAS/CREAS (Custeio) e próprios.

Vigência : Início: 01/04/2017 Término: 31/03/2018

Assinatura : 29/03/2017

Valor R\$: 26.456,64 (Vinte e Seis Mil, Quatrocentos e Cinquenta e

Seis Reais e Sessenta e Quatro Centavos)

Dotação : 251 - 15.001.2202.333903977000000.01000001
Dotação : 261 - 15.001.2203.333903977000000.01000001
Dotação : 243 - 15.001.2201.333903977000000.01000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 148/2014 - PMC

Contrato Nº : 148/2014
Aditivo Nº : 3TA Ctr 148/2014/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : IACC PRÉ-MOLDADOS LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 17/2014
Objeto : Locação de imóvel para abrigar as instalações da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Núcleo Tecnológico Municipal - NTM e Clínica do Aprendizado, neste Município.
Vigência : Início: 01/04/2017 Término: 31/03/2018
Assinatura : 28/03/2017
Valor R\$: 154.562,88 (Cento e Cinquenta e Quatro Mil, Quinhentos e Sessenta e Dois Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Dotação : 38 - 06.001.2012.333903910000000.01010000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 148/2016 - PMC

Contrato Nº : 148/2016
Aditivo Nº : 3TA Ctr 148/2016/2017
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GEOVIAS ENGENHARIA LTDA
Licitação : Pregão Presencial 56/2016
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos, para loteamento de área para fins industriais, no município de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos "C" e "D" do edital.
Execução : Início: 28/03/2017 Término: 17/05/2017
Vigência : Início: 24/06/2017 Término: 21/11/2017
Assinatura : 24/03/2017

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 106/2013 - PMC

Contrato Nº : 106/2013
Aditivo Nº : 4TA Ctr 106/2013/2017
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SUPERLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 12/2013
Objeto : Contratação de empresa para aquisição de link de internet 1 Mbps full, com 3 Ip's válidos e fixos com garantia de banda de 99,5% de banda.
Vigência : Início: 01/04/2017 Término: 31/01/2018
Assinatura : 29/03/2017
Valor R\$: 1.420,00 (Um Mil e Quatrocentos e Vinte Reais)

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903997000000.01000001

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 246/2016 - PMC

Contrato Nº : 246/2016
Aditivo Nº : 6TA Ctr 246/2016/2017
Tipo Aditivo : Supressão
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 13/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua Antônio Perusin (trecho 1 e 2) e Rua José Albiero (trecho 2), neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 27/09/2016 Término: 14/09/2017
Assinatura : 24/03/2017
Valor R\$: 3.510,00 (Três Mil e Quinhentos e Dez Reais)

Dotação : 105 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 110 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2017 - PMC

Contrato Nº : 29/2017
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : INTERNET SERVIÇOS LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 5/2017
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de internet banda larga para o Centro Administrativo Municipal, PROCON, Terminal Rodoviário Municipal, Secretaria Municipal de Transportes, Fundação Municipal de Cultura e Centro Cultural, conforme descrições constantes dos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 20/03/2017 Término: 20/03/2018
Assinatura : 20/03/2017
Valor R\$: 4.320,00 (Quatro Mil e Trezentos e Vinte Reais)

Dotação : 21 - 04.001.2007.333903997000000.01000001

Dotação : 173 - 11.001.2040.333903997000000.01000001

Dotação : 286 - 16.001.2401.333903997000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/2017 - FMEC

Contrato Nº : 03/2017
Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Contratada : ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DE CONCÓRDIA - A.D.A.C.
Licitação : Pregão Presencial 1/2017
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, súmulas e julgamento dos jogos, do Campeonato Municipal do Interior de Futebol Amador, 8ª Olimpíada da Terceira Idade, Jogos Estudantis e Campeonato de Futebol Escolar (Moleque Bom de Bola), todos em suas edições 2017.
Vigência : Início: 27/03/2017 Término: 31/12/2017
Assinatura : 27/03/2017
Valor R\$: 27.500,00 (Vinte e Sete Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 306 - 17.001.2453.333903979000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2017 - PMC

Contrato Nº : 30/2017
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : COSTA & CIA LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 9/2017
Objeto : Contratação de serviços de conserto com aquisição de peças para o comando final e lateral do truck da roda motriz dos tratores de esteira modelos Fiat Allis 14CT ano 1996, código patrimonial PMC 249 e Fiat Allis FD170 ano 2001 código patrimonial

PMC 121, e para o sistema de giro da lança e esteiras da escavadeira hidráulica modelo New Holland E135BSR ano 2010, código patrimonial PMC 641, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 24/03/2017 Término: 24/09/2017

Assinatura : 24/03/2017

Valor R\$: 60.570,85 (Sessenta Mil, Quinhentos e Setenta Reais e Oitenta e Cinco Centavos)

Dotação : 94 - 07.001.2026.333903039000000.01000001

Dotação : 94 - 07.001.2026.333903919000000.01000001

Dotação : 175 - 11.001.2041.333903039000000.01000001

Dotação : 175 - 11.001.2041.333903919000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2017 - PMC

Contrato Nº : 31/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERV. LTDA

Licitação : Pregão Presencial 9/2017

Objeto : Contratação de serviços de conserto com aquisição de peças para o comando final e lateral do truck da roda motriz dos tratores de esteira modelos Fiat Allis 14CT ano 1996, código patrimonial PMC 249 e Fiat Allis FD170 ano 2001 código patrimonial PMC 121, e para o sistema de giro da lança e esteiras da escavadeira hidráulica modelo New Holland E135BSR ano 2010, código patrimonial PMC 641, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 24/03/2017 Término: 24/09/2017

Assinatura : 24/03/2017

Valor R\$: 41.800,00 (Quarenta e Um Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 94 - 07.001.2026.333903039000000.01000001

Dotação : 94 - 07.001.2026.333903919000000.01000001

Dotação : 175 - 11.001.2041.333903039000000.01000001

Dotação : 175 - 11.001.2041.333903919000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2017 - PMC

Contrato Nº : 32/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SEGURMED SEGUR. MEDICINA DO TRAB.SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Pregão Presencial 11/2017

Objeto : Contratação de empresa visando a prestação de serviço de consultas médicas aos idosos participantes dos Grupos de Convivência sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 27/03/2017 Término: 31/07/2017

Assinatura : 27/03/2017

Valor R\$: 24.745,50 (Vinte e Quatro Mil, Setecentos e Quarenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 135 - 09.001.2033.333903950000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2017 - PMC

Contrato Nº : 33/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NC COMUNICAÇÕES S/A

Licitação : Pregão Presencial 8/2017

Objeto : Contratação de empresa do ramo editorial jornalístico, para prestação de serviço de publicações legais, em jornal de circulação diária com abrangência estadual. Pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 27/03/2017

Valor R\$: 104.922,00 (Cento e Quatro Mil e Novecentos e Vinte e Dois Reais)

Dotação : 21 - 04.001.2007.333903990000000.01000001

Dotação : 38 - 06.001.2012.333903990000000.01010000

Dotação : 46 - 06.002.2013.333903990000000.01010000

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903990000000.01000001

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903990000000.01000001

Dotação : 133 - 09.001.2032.333903990000000.01000001

Dotação : 151 - 10.001.2036.333903990000000.01000001

Dotação : 173 - 11.001.2040.333903990000000.01000001

Dotação : 201 - 13.001.2101.333903990000000.01020000

Dotação : 243 - 15.001.2201.333903990000000.01000001

Dotação : 286 - 16.001.2401.333903990000000.01000001

Dotação : 301 - 17.001.2451.333903990000000.01000001

Dotação : 318 - 18.001.2501.333903990000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2017 - PMC

Contrato Nº : 34/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DE MARCO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 12/2017

Objeto : Aquisição de veículo novo, tipo furgão, cor branca original de fábrica, para posterior conversão em ambulância, para o Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia, a ser adquirido com recursos oriundos do convênio nº 2016TR2383 - FUNDOSOCIAL (Transferência 2016006174), celebrado com o Governo do Estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 29/04/2018

Assinatura : 29/03/2017

Valor R\$: 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais)

Dotação : 346 - 04.001.1002.344905252000000.01640001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2017 - PMC

Contrato Nº : 35/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MARCOS JOVANI DE ALMEIDA ME

Licitação : Pregão Presencial 12/2017

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de

limpeza (material e mão de obra) nas dependências internas do 20º Batalhão de Polícia Militar, com recursos oriundos do convênio Rádio Patrulha 055/2016 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/04/2017 Término: 01/04/2018

Assinatura : 30/03/2017

Valor R\$: 29.400,00 (Vinte e Nove Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 186 - 12.001.2043.333903978000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2017 - FMEC

Contrato Nº : 04/2017

Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : LIGA DESPORTIVA CONCORDIENSE

Licitação : Pregão Presencial 1/2017

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, súmulas e julgamento dos jogos, do Campeonato Municipal do Interior de Futebol Amador, 8ª Olimpíada da Terceira Idade, Jogos Estudantis e Campeonato de Futebol Escolar (Moleque Bom de Bola), todos em suas edições 2017.

Vigência : Início: 27/03/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 27/03/2017

Valor R\$: 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais)

Dotação : 306 - 17.001.2453.333903979000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/2017 - FMEC

Contrato Nº : 05/2017

Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : NEUSA DA SILVA FANTIN ME

Licitação : Pregão Presencial 1/2017

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, súmulas e julgamento dos jogos, do Campeonato Municipal do Interior de Futebol Amador, 8ª Olimpíada da Terceira Idade, Jogos Estudantis e Campeonato de Futebol Escolar (Moleque Bom de Bola), todos em suas edições 2017.

Vigência : Início: 27/03/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 27/03/2017

Valor R\$: 42.860,00 (Quarenta e Dois Mil e Oitocentos e Sessenta Reais)

Dotação : 306 - 17.001.2453.333903979000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 8/2017 - FMAS

Contrato Nº : 08/2017

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : CAPACIT ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

Licitação : Pregão Presencial 1/2017

Objeto : Contratação de pessoa jurídica para a prestação, de forma contínua, de serviços técnico-especializados de Cuidador e Psicólogo, visando o atendimento, auxílio e orientação de crianças e adolescentes acolhidos do Abrigo Provisório Anjo Gabriel, com recursos do PSE-AC, Abrigo Custeio, próprios e suas reprogramações, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 05/04/2017 Término: 04/04/2018

Assinatura : 23/03/2017

Valor R\$: 238.800,00 (Duzentos e Trinta e Oito Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 270 - 15.001.2204.333903401000000.01000001

Dotação : 271 - 15.001.2204.333903401000000.01350008

Dotação : 272 - 15.001.2204.333903401000000.01610004

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 319/2017

DECRETO Nº319/2017, DE 31 DE MARÇO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. ROSILEI FATIMA GIACOMINI, ocupante do cargo de Professor do Ensino Fundamental , 20 h (vinte) semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 29/03/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de março de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 320/2017

DECRETO Nº320/2017, DE 31 DE MARÇO DE 2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Conceder a servidora Pública Sra. SILVANI KOLLETT , ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais , lotada na Secretaria Municipal de Educação. 02 (dois) dias de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviço no Processo de Eleição do Conselho Tutelar em 27/09/2014, que serão usufruídos dias 04/04/2017 e 06/06/2017.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 31 de Março de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 66/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 18/2017 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS DE PASSEIO NOVOS, ANO MODELO 2017 OU SUPERIOR

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 66/2017

Pregão Presencial n. 18/2017

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS DE PASSEIO NOVOS, ANO MODELO 2017 OU SUPERIOR, conforme especificações constantes no anexo “A” deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 19/04/2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 19/04/2017.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 31 de março de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2017

Objeto: O REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO COM AMPLITUDE MODULADA (AM), COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, SENDO ESTES PRODUZIDOS PELA ACESSORIA DE IMPRENSA, TOTALIZANDO ATÉ 450 MINUTOS MENSAIS, SENDO QUE DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA SERÁ DISPONIBILIZADO O HORÁRIO DAS 12:00 ÀS 12:10 HRS PARA A DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA INFORMATIVO MUNICIPAL E OS DEMAIS MINUTOS SERÃO UTILIZADOS PARA COBERTURA JORNALÍSTICA DOS EVENTOS E INAUGURAÇÕES OFICIAIS DE ACORDO COM O AGENDAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 06/2017

Empresa com preços registrados: Sociedade Rádio Continental LTDA

CNPJ: 83.684.498/0001-86

Item: 01

Total: R\$85.560,00 (oitenta e cinco mil quinhentos e sessenta reais)

Coronel Freitas (SC), 29 de março de 2017

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 22/2017

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº22/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO DE RATEIO Nº22/2017

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA

Objeto: O objeto do presente Instrumento de contrato é estruturar o Sistema de Inspeção Municipal do município de Coronel Freitas vinculado ao Programa do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - PROSUASA, integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC

Vigência: 31/12/2017.

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 09/2017.

Contratado: FERROTELLI DESING LTDA-ME.

Valor total: R\$ 7.950,00

Vigência: 31/12/2017.

Objeto: Aquisição de um ovo (decoração) com estrutura aramada em ferro com 200 cm de diâmetro e 300 cm de altura com duas aberturas (portas) revestido com tecidos, formas aleatórias em madeira recortada, laços e 20 coelhos em tamanhos variados entre 20 cm e 100 cm de altura. Sobre a porta frontal peça de madeira recortada, laços e 20 coelhos em tamanhos variados entre 20 cm e 100 cm de altura. Sobre a porta frontal peça em madeira escrita "Feliz Páscoa". Peça fixa no chão por 4 chapas de ferro interna com parafusos nas laterais do "ovo", 2 floreiras em madeira com chapa naval de 30cmx60cmx50cm altura contendo flores de época coloridas.

Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Coronel Freitas (SC) 31 de Março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 11/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 11/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 09h00min do dia 19/04/2017.

Abertura dos envelopes: na sequência às 09h00min do dia 19/04/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo telefone (49) 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 31 de março de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

RESCISÃO CONTRATUAL Nº 03/2017

RESCISÃO CONTRATUAL Nº 03/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.021.824/0001-75, com sede à Av. Santa Catarina, 1022, Centro, CEP 89.840-000, na cidade de Coronel Freitas - SC, neste ato representada pelo Prefeito Senhor IZEU JONAS TOZETTO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 435.815.950.-87, portador da Cédula de Identidade/RG nº 1.499.196 SSP-SC, residente e domiciliado à rua Guaporé, nº 50, Centro, Coronel Freitas – SC, diante da solicitação de rescisão de CONTRATO ADMINISTRATIVO, requerido pelo contratado, Sr. MARCO ANTONIO KLASSMANN 04735192913, inscrito no CNPJ sob nº 15.612.915/0001-25, com sede na Avenida Santa Catarina s/nº, Centro, Coronel Freitas – SC, CEP: 89840-000, neste ato representado pelo Sr. MARCO ANTONIO KLASSMANN, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Maranhão nº 39, no município de Coronel Freitas – SC, CEP: 89840-000, inscrito no CPF sob nº 047.351.929-13., vem de comum acordo rescindir o CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2012, firmado. A presente rescisão contratual não traz ônus a nenhuma das partes, não havendo nada a cobrar entre ambas a partir do dia 17 de março de 2017. Assim pelo exposto, dá-se por rescindindo o contrato administrativo 127/2012.

Coronel Freitas, 17 de março de 2017.

IZEU JONAS TOZETTO

Prefeito Municipal

Contratante

MARCO ANTONIO KLASSMANN

Contratado

Testemunhas:

TERMO ADITIVO Nº 17/2017

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº17/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 17/2017 AO CONTRATO Nº12/2017

Contratado: ADEMAR RITTER

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA do Contrato de Locação nº 12/2017 "DO PRAZO DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA", prorrogando-se o termo final de vigência para mais 2 (um) mês.

Vigência: 31/05/2017.

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 101/2017

DECRETO Nº 101, DE 29 DE MARÇO DE 2016.

SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 24 e 28 da Lei Complementar nº 040, de 29 de abril de 2014, e pela Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando o pedido feito pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. Clarice Francisconi Mores e Sra. Franciane Craco Bugoni, em substituição ao Sr. Josuel de Oliveira e a Sra. Lucineia Biazin, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, como Titular e Suplente dos Representantes da Associação de Pais e Professores - APP do Município. Conforme Conselho nomeado sobre Decreto nº 069 de 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 29 de março de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

DECRETO Nº 102/2017

DECRETO Nº. 102 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

EXONERADO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Belonir dos Santos, ocupante de cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Parágrafo único. Em decorrência da exoneração do cargo de provimento em comissão, o Servidor retornará para o cargo de provimento efetivo de Técnico em agropecuária.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 31 de março de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 103/2017

DECRETO Nº 103 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Itamar de Souza, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral de Serviços Rurais Urbanos, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 31 de março de 2017.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

LEI Nº 687/2017

LEI Nº 687, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional especial e a destinação de recurso ao município de Galvão e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do exercício de 2017 do Município de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, junto ao Fundo Municipal da Saúde - FUNSAU, Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais), na seguinte programação:

10.01 – Fundo Municipal da Saúde - FUNSAU		
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição

10.301.0051	2.014	Manutenção Das Atividades da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33400000	Transf. a Municípios	01.0002 - 00	72.000,00
Total			72.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do crédito especial citado no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Fundo Municipal da Saúde – FUNSAU.

10.01 – Fundo Municipal da Saúde - FUNSAU			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.0051	2.014	Manutenção Das Atividades da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	01.0002 – 00	72.000,00
Total			72.000,00

Art. 3º - Fica o chefe do poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros da ordem de até R\$: 8.000,00 (oito mil reais), a contar do crédito adicional especial autorizado pela presente lei, ao Município de Galvão, SC, entidade pública sem fins lucrativos denominada Município, com sede na Av. 7 de Setembro, 548 – Centro, CEP: 89.838-000, CNPJ: 83.009.902/0001-16 na cidade de Galvão, SC, destinados a prestação de serviços ambulatoriais de urgência e emergência no pronto socorro, com disponibilidade de equipe técnica especializada compatível com o serviço habilitado junto ao sistema de único de saúde SUS, para a população própria e referenciada do município de Coronel Martins, SC, de acordo com a organização da rede de urgência e emergência entre municípios, cujo o repasse será precedido de convênio ou termo de colaboração a ser firmado oportunamente. Setembro, 548 - Centro

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 28 de março de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 022/2017

PORTARIA Nº. 022, DE 29 DE MARÇO DE 2017.
CONCEDE FÉRIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionada, no período e referência que especifica:
01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/04/2017 à 02/05/2017.

Nome Cargo Referência
Edilso Garbin Mecânico 01/08/2015 à 31/07/2016

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 29 de março de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 023/2017

PORTARIA Nº. 023, DE 29 DE MARÇO DE 2017.
CONCEDE FÉRIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionada, no período e referência que especifica:
01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/04/2017 à 02/05/2017.

Nome Cargo Referência
Claudimar Antônio Mores Operador de Maquina 01/09/2014 à 31/08/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 29 de março de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PROCESSO DE LICITAÇÃO FUNSAU Nº 005/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS – SC

PROCESSO LICITATÓRIO FUNSAU N. 007/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL FUNSAU Nº 005/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando contratação de empresa especializada para disponibilização de médico clínico geral, que integrará a equipe de estratégia de saúde da família do Município de Coronel Martins/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, das 07:45 as 11:45 horas e das 13:00 as 17:00 horas, atendimento de consultas em livre demanda, sendo que ficará responsável além de seus deveres profissionais, verificar e atestar óbitos, pequenos procedimentos, realizar palestras educativas a serem definidas no calendário da Secretaria de Saúde conforme escala determinada pela Secretaria Municipal da Saúde. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 13 de abril de 2017, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, 31 de março de 2017.

Ademir Madella

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 011/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 011/2017.

MÊS/ANO: JUNHO/2014. NÚMERO CONTRATO: 022/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/06/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 30 de Junho de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Marlo Dallorsoletta OAB/SC n. 35.118

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 83.506.030/0007-97

CONTRATADA: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO BERNARDO

TERMO ADITIVO Nº 012/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 012/2017.

MÊS/ANO: JANEIRO/2017. NÚMERO CONTRATO: 005/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/01/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 30 de abril de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Marlo Dallorsoletta OAB/SC n. 35.118

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 23.844.941/0001-07

CONTRATADA: MGB SERVIÇOS DE SAUDE LTDA

Correia Pinto

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 20/2017 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 20/2017 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Tipo: Menor Preço por Lote. Abertura dos envelopes: 13/04/2017 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 03 de abril de 2017.

CELSO ROGERIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1286/17

DECRETO Nº 1286/17

EXONERA A PEDIDO A SRA. VALQUIRIA MICHALAK, DO CARGO DE GERENTE DE PLANEJAMENTO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a Sra. VALQUIRIA MICHALAK, do cargo de GERENTE DE PLANEJAMENTO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
03 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1287/17

DECRETO Nº 1287/17

EXONERA A PEDIDO A SRA. VALERIA ASSIS DE OLIVEIRA, DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE TURISMO E LAZER.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a Sra. VALERIA ASSIS DE OLIVEIRA, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE TURISMO E LAZER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
03 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4255/17

PORTARIA Nº 4255/17

LICENCIA A SRA. VALQUIRIA MICHALAK, DO CARGO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com o Art. 95-D da Lei Complementar nº 039/2013, de 13 de março de 2013.

Considerando o pedido de afastamento para atender interesses particulares.

Considerando que o servidor é estável em razão da aprovação em estágio probatório;

Considerando que a Lei Complementar nº 039/2013 ampara o pedido formulado pela servidora, em seu artigo 95-D.

Considerando que o artigo 95-D da Lei Complementar nº 039/2013, assim determina: A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença, sem vencimento, para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até (02) dois anos consecutivos, sem remuneração, não prorrogável.

§ 1º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço público.

§ 2º - O servidor aguardará em serviço a concessão da licença.

§ 2º - Não se concederá nova licença ao servidor nomeado, antes de completar dois anos do término ou interrupção da anterior.

§ 3º - O servidor deverá aguardar o deferimento ou não da licença, no exercício do cargo.

§ 4º - O período que perdurar a licença de que trata o caput deste artigo, não será considerada para qualquer efeito de vantagem pessoal, e, nem contagem para efeito de triênio ou aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciada na forma do Art. 95-D, da Lei Complementar Municipal 039/2013, para AFASTAMENTO para tratar de interesses particulares, a SRA. VALQUIRIA MICHALAK, do cargo de Auxiliar De Controle Interno.

Art. 2º- A licença concedida será sem remuneração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
03 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Cunhataí

PREFEITURA

0865

LEI MUNICIPAL N.º 865/2017 DE 27 DE MARÇO DE 2017
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-
GENTE DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-
CIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faz Saber, que enca-
minha a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizada abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLE-
MENTAR no orçamento da Entidade n.º 03 – CAMARA MUNICIPAL
DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 52.000,00 (Cinquenta e Dois Mil
Reais), nas seguintes dotações:

Órgão 01: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade orçamentária: 01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEEA-
DORES

Atividade: 01.031.0000.1.046 – Aquisição de Veículo, Equipamen-
tos e Material Permanente

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(1) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários
..... R\$ 25.000,00

Órgão 01: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade orçamentária: 01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEEA-
DORES

Atividade: 01.031.0000.2.075 – Manutenção das Atividades Legis-
lativas

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(3) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários
..... R\$ 27.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de
que trata o artigo 1º fica reduzida a dotação orçamentária, no valor
de R\$ 52.000,00 (Cinquenta e Dois Mil Reais), conforme segue:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Unidade orçamentária: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
-PREFEITO

Atividade: 04.122.0002.1.005 – Aquisição de Móveis e Equipamen-
tos

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(1) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários
.....R\$ 52.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e
revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Cunhataí – SC, em 27 de março de 2017.
LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

0866

LEI MUNICIPAL Nº 866, DE 29 DE MARÇO DE 2017
AUTORIZA A CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL AO FUN-
CIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faz Saber, que a câma-
ra de vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Art. 1º. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipais autori-
zados a conceder revisão geral anual aos vencimentos dos servido-
res públicos municipais ativos, dos servidores do magistério público
municipal, dos estagiários e dos admitidos em caráter temporário,
na ordem de 6,50% (seis vírgula cinquenta por cento), incidente
sobre os respectivos vencimentos.

§ 1º. Do percentual de revisão previsto no caput, 5,48 % (cinco vír-
gula quarenta e oito por cento) correspondem à inflação registrada
pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, durante o
período de Fevereiro de 2016 a Janeiro de 2017; e os outros 1,02
% (um vírgula zero dois por cento), são referentes ao ganho real
sobre o vencimento.

§ 2º. O percentual de revisão será aplicado a partir do mês de
março do corrente ano, sobre as referências e níveis das tabelas de
vencimentos, salários, proventos,

funções gratificadas e cargos em comissão dos servidores públicos
municipais ativos do Quadro de Pessoal do respectivo Poder.

Art. 2º - A revisão geral de que trata o artigo 1º, não se estende
aos Agentes Políticos dos Poderes Executivo e Legislativo, confor-
me previsão do Artigo 8º da Lei Municipal 853/2016.

Art. 3º. Os Conselheiros Tutelares também não fazem jus ao rea-
juste, uma vez que a Lei Municipal nº 735/2012, trata especifica-
mente da questão salarial destes servidores.

Art. 4º. Fica fixado em R\$ 2.274,45 (dois mil duzentos e setenta e
quatro reais e quarenta e cinco centavos) o piso salarial dos profis-
sionais ocupantes do cargo de Professor com habilitação em Nível
Médio e com jornada de 40 horas semanais.

Parágrafo único. Para os profissionais com carga horária inferior
à estabelecida no caput deste artigo, o pagamento respeitará a
respectiva proporcionalidade.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei cor-
rerão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com
efeitos retroativos a 1º de março de 2017.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, SC, em 29 de março de 2017.
Luciano Franz
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa SUPERAUTO DISTRIBUIDORA LTDA - CURITIBANOS, com o valor de R\$ 1.830,34 (mil oitocentos e trinta e trinta e quatro centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO FUSION PLACA OKE 1015 DE USO DO GABINETE, E DO VEICULO FORD RANGER PLACA QHF 2437, DE USO DO 2º BBM, TENDO EM VISTA ESTAR EM GARANTIA, CONFORME ARTIGO 24 INCISO XVII DA LEI 8.666/93, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO..

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XVII – “para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 30 de março de 2017.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Daniele Cristina Pozzo da Silva
Membro
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 30 de março de 2017.

Herlon Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 30 de março de 2017.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Dionisio Cerqueira**PREFEITURA****EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO 12-2017**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2017

PROCESSO Nº 12/2017 HOMOLOGAÇÃO: 31/03/2017

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO

CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS

ESPECIALIZADOS EM REGIME DE URGÊNCIA PARA O HOSPITAL

MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.

-----CONTRATADO: RODRIGO MATANA SERAFINI & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: CLINICA GONZALES ACOSTA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos
reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: JAKYMIU & SILVA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.800,00 (onze mil oitocentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: ANTONIO JAIR SCHREINER MARAN - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: RENATO MOCELINI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos
reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: JULIANA CRISTINA DEOLA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: RICARDO ANTONIO SALVON E CIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 37.250,00 (trinta e sete mil duzentos e
cinquenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: CLINICA FURUKITA - EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: MARCOS MASSAO OKAMURA - EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 30.850,00 (trinta mil oitocentos e
cinquenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

Dionísio Cerqueira, 31/03/2017

MARIA CRISTINA WAGNER SCHIRMBECH - Coordenadora De Dep.

Responsável Pelo Hmdc

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 013/2017

DECRETO nº 013 de 27 de março de 2017.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

SIMONI MERCIA MESCH NONES, Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Aristides Buzzi CPF: 146.759.439-34 e Ersilia Buzzi CPF: 004.160.119-00; contendo uma área de 355.462,70 m² (trezentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e dois metros e setenta décimos quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provém terreno urbano com área de 355.462,70 m² (trezentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e dois metros e setenta décimos quadrados), matrícula nº 5.865, Livro nº2, 2º Ofício da Comarca de Timbó SC; localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, distando pelo seu lado direito 1.518,72 metros da esquina com o lado par da Rua Blumenau, Centro, município de Doutor Pedrinho/SC.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados nove lotes e restando uma área remanescente abaixo descrito.

I - Lote nº01: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC., distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.583,51 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 713,37m² (setecentos e treze metros e trinta e sete décimos quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 82º40'52", e distância de 37,00 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 98º18'02", e distância de 17,13 metros, confrontando com o lote nº02 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 88º39'40", e distância de 37,00 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 90º21'26", e distância de 21,60 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 112,73 metros.

II - Lote nº02: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC., distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.620,51 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 490,00m² (quatrocentos e noventa metros quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 86º13'48", e distância de 25,62 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 108º57'37", e distância

de 13,98 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P3, defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 112º02'55", e distância de 8,31 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo à esquerda, segue com ângulo interno de 138º30'48", e distância de 4,71 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P5, defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 175º34'17", e distância de 18,12 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P6, defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 98º40'35", e distância de 17,13 metros, confrontando com o lote nº01 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 87,87 metros.

III - Lote nº03: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC; distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.676,06 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 585,59m² (quinhentos e oitenta e cinco metros e cinquenta e nove décimos quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 90º43'52", e distância de 16,58 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 90º05'15", e distância de 34,80 metros, sendo: 29,72 metros confrontando com o lote nº04 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, e 5,08 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 89º53'02", e distância de 17,08 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 89º17'51", e distância de 34,80 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 103,26 metros.

IV - Lote nº04: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC., distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.692,64 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 474,42m² (quatrocentos e setenta e quatro metros e quarenta e dois décimos quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 89º54'45", e distância de 15,00 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 92º45'32", e distância de 30,73 metros, sendo: 26,91 metros confrontando com o lote nº05 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, e 3,82 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 83º50'58", e distância de 16,46 metros, confrontando com a

área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 93°28'45", e distância de 29,72 metros, confrontando com o lote nº03 à desmembrar, constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 91,91 metros.

V - Lote nº05: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC., distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.707,64 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 527,85m² (quinhentos e vinte e sete metros e oitenta e cinco decímetros quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 87°14'28", e distância de 19,96 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 87°34'54", e distância de 29,68 metros, confrontando com o lote nº06 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 83°21'23", e distância de 17,61 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 101°49'15", e distância de 26,91 metros, confrontando com o lote nº04 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 94,16 metros.

VI - Lote nº06: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC; distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.727,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 486,27m² (quatrocentos e oitenta e seis metros e vinte e sete decímetros quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 89°45'10", e distância de 17,43 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 84°42'09", e distância de 31,43 metros, confrontando com o lote nº07 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 88°54'04", e distância de 14,50 metros, confrontando com o lote nº08 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 96°38'37", e distância de 29,68 metros, confrontando com o lote nº05 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 93,04 metros.

VII - Lote nº07: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC; distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.745,03 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 469,25m² (quatrocentos e sessenta e nove metros e vinte e cinco decímetros quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 84°17'16", e distância de 15,55 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 94°46'15", e distância de 30,18 metros, confrontando com o lote nº08 à desmembrar, constante da matrícula

nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 89°50'34", e distância de 14,97 metros, confrontando com o lote nº08 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 91°05'56", e distância de 31,43 metros, confrontando com o lote nº06 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 92,13 metros.

VIII - Lote nº08: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC., distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.760,58 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 4.077,17m² (quatro mil, setenta e sete metros e dezessete decímetros quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 87°58'39", e distância de 29,80 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 93°05'12", e distância de 82,58 metros, confrontando com o lote nº09 à desmembrar, constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P3, defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 89°07'25", e distância de 59,20 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo à esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 91°29'44", e distância de 53,74 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P5, defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 88°09'34", e distância de 29,47 metros, sendo: 14,50 metros, confrontando com o lote nº06 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, e 14,97 metros, confrontando com o lote nº07 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P6, defletindo a direita, segue, com ângulo interno de 270°09'26", e distância de 30,18 metros, confrontando com o lote nº07 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 284,97 metros.

IX - Lote nº09: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC., distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.790,38 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 1.567,38m² (um mil, quinhentos e sessenta e sete metros e trinta e oito decímetros quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 93°31'45", e distância de 14,68 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 92°09'27", e distância de 84,25 metros, confrontando com terras de Claércio Fronza (matrícula nº5.482), até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 83°26'13", e distância de 23,00 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 90°52'35", e distância de 82,58 metros, confrontando com o lote nº08 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 204,51 metros.

X - Área Remanescente: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC., distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o

lado direito do imóvel, 1.518,72 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 346.071,40m² (trezentos e quarenta e seis mil, setenta e um metros e quarenta décimos quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 80°48'24", e distância de 64,79 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 95°33'29", e distância de 21,60 metros, confrontando com o lote nº01 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 269°38'34", e distância de 37,00 metros, confrontando com o lote nº01 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P4); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 172°39'45", e distância de 18,12 metros, confrontando com o lote nº02 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P5); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 184°25'43", e distância de 4,71 metros, confrontando com o lote nº02 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P6); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 221°29'12", e distância de 8,31 metros, confrontando com o lote nº02 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P7); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 247°57'05", e distância de 13,98 metros, confrontando com o lote nº02 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P8); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 78°18'21", e distância de 29,93 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P9); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 93°43'22", e distância de 34,80 metros, confrontando com o lote nº03 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P10); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 270°42'09", e distância de 17,08 metros, confrontando com o lote nº03 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P11); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 270°06'58", e distância de 5,08 metros, confrontando com o lote nº03 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P12); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 86°31'15", e distância de 16,46 metros, confrontando com o lote nº04 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P13); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 276°09'02", e distância de 3,82 metros, confrontando com o lote nº04 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P14); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 78°10'45", e distância de 17,61 metros, confrontando com o lote nº05 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P15); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 91°50'26", e distância

de 53,74 metros, confrontando com o lote nº08 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P16); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 268°30'16", e distância de 82,20 metros, sendo: 59,20 metros confrontando com o lote nº08 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, e 23,00 metros, confrontando com o lote nº09 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P17); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 96°33'47", e distância de 952,24 metros, sendo: 401,23 metros, confrontando com terras de propriedade de Claércio Fronza (matrícula nº5.482), 373,77 metros, confrontando com terras de propriedade de Paulo Rode Filho (matrícula nº5.485), e 261,49 metros, confrontando com terras de propriedade de Construcon Materiais de Construção Ltda. (matrícula nº4.734), até o vértice (P18); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 59°10'22", e distância de 552,39 metros, sendo: 303,42 metros, confrontando com terras de Olivio Weinfurter (matrícula nº1.189), e 248,97 metros confrontando com terras de Vilson Max Klitzke (matrícula nº4.533), até o vértice (P19); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 117°26'40", e distância de 364,57 metros, confrontando com terras de propriedade de Wilson Max Klitzke (matrícula nº3.307), até o vértice (P20); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 101°35'47", e distância de 149,06 metros, confrontando com terras de propriedade de Aristides Buzzi (matrícula nº6.782), até o vértice (P21); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 258°38'38", e distância de 402,52 metros, confrontando com terras de propriedade de Aristides Buzzi (matrícula nº6.7827), até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 2.850,01 metros.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o decreto 024 de 20 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 27 de março de 2017;
29º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

SIMONI MERCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado de forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, 27 de março de 2017.

TASSIANA OURIQUES BECKER
Agente Administrativo II

CÂMARA MUNICIPAL

PAUTA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DO PRIMEIRO PERÍODO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
- 04 DE ABRIL DE 2017 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II - Pequeno Expediente:

- Discussão da Ata da Sessão anterior;

- Leitura do Expediente;
- Apresentação, Justificativa de Indicação.

III – Grande Expediente:
- Tema Livre;

IV – Comunicação de Lideranças:
- Palavra aos Líderes;

V – Ordem do Dia:

- Sem preposições pautadas;

VI – Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VII – Encerramento, com convocação da próxima Sessão.

Sala das Sessões, em 03 de Abril de 2017.

TONY TADEU NONES

Presidente da Câmara

GECIMARI CORDEIRO

Assessoria Legislativa (FG)

Ermo

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO PUBLICO 01/2017 - HOMOLOGAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE ERMO-SC, torna pública a Homologação do Resultado final do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO para candidatos inscritos e classificados, conforme anexo, realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos temporários por excepcional interesse público, no quadro de pessoal da Administração Municipal., objeto do Edital 01/2017 de 03 de Fevereiro de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ermo – SC, 31 de Março de 2017.

ALDOIR CADORIN

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 060510 FELIPE GUSTAVO DA ROSA
002 038299 PATRICK BARBOSA DOS SANTOS
003 063088 NICOLE FRANCISCO MAURICIO
004 065334 EDUARDO LEONARDO MANENTI
005 034486 SUSI DA SILVA BELLETTINI
006 041759 PAMELA MANOEL FREITAS
007 065156 EDUARDO QUADROS EMIDIO
008 065194 ANDRALIZA VIEIRA MACHADO AMARO
009 034162 CINTHIA SAVIATTO TONETTO
010 040140 LAISIANI MARTINS DOS SANTOS
011 040055 YURI EMERIM TEIXEIRA
012 065064 NAZIANE LUMMERTZ MARQUES
013 062619 DENISE AGUIAR
014 065169 RANIELLI ZILLI SOUZA
015 040428 BIANCA BATISTA LODETTI
016 062863 ELENI SEBASTIAO FERNANDES
017 034392 CAMILA VIONE BIRCK
018 065197 EDUARDO MINATTO TONETTO
019 001552 JOSIANE PEREIRA MATHEUS DA ROSA
020 060457 AMANDA VEZARO PEREIRA
021 065065 TAYNA TOMAZZI

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE (PSF)
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065284 CLEMAR BORBA
002 065087 PRISCILA ISABEL ALVES DA SILVA
003 065124 SILVANA VOTRI FAGUNDES
004 036867 MARIA EDUARDA FERREIRA
005 065182 SANTINA RODRIGUES LEOPOLD
006 065303 ELENIR QUADROS
007 065106 FERNANDA DO CANTO

Cargo: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065304 MAURICIO DE OLIVEIRA FERREIRA

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 061851 DESIREE DE OLIVEIRA CORREA

002 065347 ELISANDRA DA SILVA CARDOSO
003 034154 SAMARINA COSTA DA ROCHA
004 065170 NEIVA ALBANO DA SILVA
005 063429 SIDNEI ROSA CRISTIANO
006 064502 ANA MARIA BACK MACHADO
007 065063 LUZIA VIEIRA PEROTTONI

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 042459 SILEZIA ALEXANDRA PERUCH ZAMPOLLI
002 065377 CRISTIANE ROCHA DE SOUZA
003 065342 EDUARDO SIMAO LEONARDO
004 065341 IVAN REINEHR
005 063334 JANAINA DA SILVA ZEFERINO
006 039808 ARLETE DA ROCHA
007 063728 ALINE ZATTERA BIASUZ DEBONI
008 065219 BIANCA FAGUNDES RODRIGUES
009 065037 JESSICA BORDIGNON DAMINELLI
010 065227 JEAN GUILHERME BERTO PACHECO
011 065236 CAROLINE MERENCIO BORGES
012 065222 LUCAS JESUINO CAMPOS
013 065094 CARLA DA ROSA CAETANO
014 034113 RAFAEL MACIEL MOTA
015 065329 JOSE FACUNDES DA COSTA MORAES

Cargo: AUXILIAR DE CONSULTORIO ODONTOLOGICO (PSF)
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065109 ELIZABETE SILVA GUIMARAES

Cargo: AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCACAO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065047 THALYTA DAMINELLI CANELLA
002 041362 SIMONE MICHALISCHEN MAYER
003 065195 DAIANA LOPES PEREIRA
004 065057 JULIANA TEIXEIRA DA SILVA
005 040618 PRISICILA PEREIRA IGNESE
006 065371 JOSINEIA MARIA DA CUNHA MARTINS
007 039379 LORIZETE ANTONIO
008 065376 LIDIANE CRISTIANE INACIO
009 065054 DIANA ALBINO MORGEROT
010 065043 CRISTIANE MACHADO SILVEIRA

Cargo: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS I
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065322 MARCIA REJANE NAZARI PIASSOLLI
002 065102 JESUANA APARECIDA LOPES
003 065256 JULIANA NANDI
004 065165 MARILSA COELHO FERNANDES
005 065344 LUZIA MARIA GUESSER DE ALMEIDA
006 065163 CLEONICE BORBA
007 065238 ISABETE DA SILVA

Cargo: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS II
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065360 EMERSON DAMINELLI
002 065116 WILLIAN DA SILVA MOTA
003 065391 ELIESER NAGEL

Cargo: ENFERMEIRO (PSF)
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065330 LUIS GUMERCINDO RAMOS
002 065199 JOHNY CARNEIRO MARTINS

003 065145 RENATA DANDOLINI
004 063813 GRAZIELA DE OLIVEIRA SOUZA
005 024256 DAIANE DONATO
006 065097 MELLANI DUMKE
007 062383 ANA CAROLINA SARETTO DA SILVA
008 001279 JUANITA PANATTO DAROS
009 065281 TALITA DE SOUZA FERREIRA

Cargo: FARMACEUTICO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065085 CASSIA SARTOR CECONI
002 065208 DAIANIZE DE OLIVEIRA PIRES PATRICIO

Cargo: MECANICO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065267 RODRIGO MARCELINO GOMES

Cargo: MEDICO CLINICO GERAL (PSF)
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065294 FERNANDO WEISS GUERRA
002 065292 FRANCIELE PEREIRA MADEIRA
003 065193 FLAVIA GOMES SCHEIDEMANDEL
004 065313 VANESSA NOLA MARCON
005 061921 VITOR LEONARDO NANDI

Cargo: MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065363 MAYCON BATISTA MATEUS

Cargo: MOTORISTA I
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065058 SAMUEL DE VARGAS MACHADO
002 062563 SERGIO LUIS DE MOURA
003 061551 ALAOR TEIXEIRA DA CUNHA
004 065288 CASSIO GROSS
005 022831 MARCOS SCREMIN FELIPE
006 065306 GABRIEL LIVIO CARDOSO KRUGER
007 065177 ANTONIO PAULO SILVEIRA
008 064975 DIEGO AMERICO DE SOUZA
009 065115 LILIANE INACIO BORGES

Cargo: MOTORISTA II
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 061474 ARMANDO RICARDO GROSS
002 065384 CRISTIANO MARTINS
003 061592 DANIEL CORREIA DE BRITO
004 065335 JOSE FERNANDO LOPES CARDOSO
005 040199 TIAGO RAMOS FRANCISCO
006 065081 SUELLEN BORGES DE SOUZA
007 065141 EVERSON ROCHA RODECZE
008 065353 ODIRLEI COSTA DAL PONT
009 065062 DIEGO BORGES BORBA

Cargo: ODONTOLOGO (PSF)
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035830 FERNANDA NASCIMENTO DAGOSTIN
002 065120 GIORGIA FONTANA NETTO
003 062797 JULIANO BARBOSA DA COSTA
004 065328 ISABELLE ALVES BARBOSA CARVALHO
005 035826 LETICIA TAVARES LEMOS
006 058460 GABRIELA BAMPI
007 035835 MARIANI BRISTOT MACIEL
008 022654 DEBORA CASAGRANDE DE OLIVEIRA

Cargo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS II
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065357 RODINEI DOS SANTOS HENRIQUE
002 034227 ROGERIO SILVA DOS SANTOS

Cargo: PROFESSOR ARTES
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065103 FABRICIA GIASI FURLANETTO DE VARGAS

Cargo: PROFESSOR DANCA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065280 RENATA TRISTAO POSSAMAI

Cargo: PROFESSOR EDUCACAO INFANTIL
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 039362 DENISE FRANCISCO DA SILVA
002 065307 NOELI NOLA MARCON
004 040296 SANDRA MARIA LOPES GOMES FRAGA
005 036183 DANIELA SANTOS DE OLIVEIRA
007 065137 ELIGIANE MATIAS

Cargo: PROFESSOR GEOGRAFIA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065209 ELVIS CAMPAGNOLLO

Cargo: PROFESSOR INGLES
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065312 CINTIA REGINA GABRIEL

Cargo: PROFESSOR MATEMATICA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065336 MARIA TEREZINHA LEONARDO MANENTI
002 065320 CLARISSA DE AZEVEDO NADALON

Cargo: PROFESSOR PORTUGUES
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065092 ROSALBA REGINA INACIO DA SILVA
002 065393 GLORIA SEVERINO SARTOR

Cargo: PROFESSOR RELIGIAO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065348 CLEITON EVANDRO FRIEDRICH

Cargo: RECEPCIONISTA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065059 MARI STELLA TRICHES
002 065264 ALEXANDRA PIVA DE SOUZA
003 065392 PATRICIA DAL TOE FERREIRA
004 065207 TAYNARA GOULARTE SEZINO
005 065042 JANINE DA SILVA CUSTODIO
006 064554 JERUSA BERNARDO DE SOUZA
007 065132 REJANE COSTA
008 065247 ALINE URBANO PIECATOSKI
009 038049 JANAINA ROSA PEREIRA
010 065287 BEATRIZ BORBA SCARPARI
011 065167 ERIKA RAMOS DE SOUZA
012 065351 DOMINIQUE PIAZZOLI
013 065162 FRANCIELE SEVERINO MATEUS JORDAO
014 065315 SIMONE TROMBINI DA SILVA
015 065261 SUSANA ANDRE RODRIGUES SUKENSKI
016 065134 NATALIA DA SILVA PAULINO

Cargo: TECNICO AGRICOLA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065266 AURELIO DE MACEDO INACIO
002 036321 MATHEUS CRISTIANO

Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 001701 STELA SANTOS DE SOUSA
002 065076 IRENE BATISTA
003 065273 MARIA APARECIDA MARTINS MENDES

Cargo: TECNICO EM INFORMATICA
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 065354 MARIO GOULART JUNIOR
002 065084 CHARLES JERONIMO PEROTTONI

Cargo: VETERINARIO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 063058 BRUNA DIAS ESPINDOLA

002 064632 GABRIELA FERREIRA CLEZAR

003 060401 LUCAS JOSE MARTINS

004 061571 MARCEL CITADINI ZANETTE

Cargo: VIGIA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 036510 IBSEN SALIB PRESA

002 040298 EWERTON DISSANI SILVA

003 065319 MARIA VALDIRENE RAMOS DE SOUZA

004 037143 LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA

Erval Velho

PREFEITURA

CONTRATO CÂMARA DE VEREADORES 003/2017

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0003/2017

TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL, POR MEIO DE IMPRENSA ESCRITA, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERVAL VELHO - SC E A EMPRESA LUCIANO JUSTI ME.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERVAL VELHO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Coronel Honorato Vieira nº 1111, Erval Velho - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 24.734.770/0001-26, neste ato representado pelo seu Presidente, Vereador Acyr da Silva, brasileiro, viúvo, inscrito na Cédula Identidade n. 2.144.922 e no CPF sob o nº 645.948.409-06, residente e domiciliado na Rua João Andre Dadalt s/n no Município de Erval Velho -SC.

CONTRATADA: LUCIANO JUSTI ME, pessoa jurídica de direito Privado, com sede na Rua Nereu Ramos nº 388 no município de Herval D'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 10.445.564/0001-91, neste ato representado por seu administrador, Sr Luciano Justi, brasileiro, inscrito no CPF sob n. 693.182.209-87, residente e domiciliado em Herval D'Oeste - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A CONTRATADA prestará serviços de divulgação de atos oficiais e administrativos da Câmara Municipal, por meio de imprensa escrita, em jornal de circulação local e regional, em periódico semanal, conforme segue:

Item	Quant.	Un.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	1	mês	Contratação de empresa para realizar a divulgação de atos oficiais e administrativos da Câmara Municipal, por meio de imprensa escrita, em jornal de circulação local e regional em periódico semanal.	400,00	4.000,00

1.2 O objeto ora contratado poderá ser alterado para mais ou para menos, de acordo com a necessidade de atendimento da demanda durante a vigência do contrato, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93.

1.3 Todas as despesas para correta execução destes serviços deverão estar inclusas no preço.

CLÁUSULA II - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

2.1 Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a prestação dos serviços descritos no objeto do presente contrato com validade, qualidade e sem qualquer custo direto ou indireto adicional relativo a transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações ou qualquer outro que for necessário ao cumprimento do objeto ora contratado.

2.2 Responder por quaisquer danos que possam ocorrer oriundos da execução do fornecimento dos produtos ora contratados, independentemente se em face do CONTRATANTE ou de terceiros eventualmente envolvidos.

2.3 Os serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos no objeto, sendo que aqueles considerados inadequados não serão aceitos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do CONTRATANTE, poderá ser renovado, sem prejuízo da aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

2.4 Entende-se por serviço inadequado aquele que apresentar-se com inferior qualidade, fora das especificações exigidas, e diferentes do exigido e ofertado.

2.5 Poderão ocorrer análises, desde que haja suspeita de defeitos ou inexecução parcial, acarretando o cancelamento do contrato, sem prejuízo nas penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA III - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E/OU DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1 Os serviços objeto deste Contrato serão prestados conforme solicitação do CONTRATANTE e dependendo dos atos apresentados para divulgação.

3.2 O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato serão realizados pela Câmara Municipal de Vereadores.

3.3 A CONTRATADA fica desde já ciente de que ocorrendo eventual inadimplência por parte da Município de Erval Velho - Câmara de Vereadores, deverá manter a prestação dos serviços por período de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data avençada para o último pagamento pendente. Destarte, o presente item tem fundamento na teoria das cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos.

CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 DA CONTRATADA

4.1.1 A CONTRATADA obriga-se a atender, na vigência deste contrato, as seguintes condições:

a) Entrega conforme solicitado pela Câmara de Vereadores de Erval Velho (SC);

b) Entrega de acordo com o contratado e dentro dos prazos solicitados.

4.1.2 Todas as condições elencadas no item anterior ficam sujeitas à fiscalização do CONTRATANTE durante a execução do presente contrato. E o não atendimento de qualquer uma delas será motivo para a rescisão do contrato.

4.1.3 A CONTRATADA tem sob sua responsabilidade todas as despesas funcionais e operacionais necessárias ao cumprimento do objeto ora contratado.

4.1.4 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato, com fulcro no art. 71 da Lei 8.666/93.

4.1.5 A CONTRATADA fica obrigada a executar o objeto do presente contrato diretamente, não podendo sub-contratar em hipótese alguma, sem anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão do presente contrato a qualquer tempo.

4.1.6 Com fulcro na Teoria das Cláusulas Exorbitantes, em caso de eventual inadimplemento por parte do CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a manter a execução dos serviços por um período mínimo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de vencimento do último pagamento pendente.

4.1.7 A CONTRATADA se obriga a suportar, exclusivamente, os danos que porventura sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante a execução do contrato, por dolo ou culpa.

4.1.8 Em relação ao disposto neste item 4.1.7, nos casos em que for apurada a responsabilidade objetiva da administração, a CONTRATADA fica ciente do direito de regresso que a que faz jus o CONTRATANTE.

4.2 DO CONTRATANTE

4.2.1 O CONTRATANTE se compromete a fornecer todas as informações necessárias para a correta entrega do objeto deste contrato.

4.2.2 O CONTRATANTE se obriga a fazer o acompanhamento do objeto executado pela CONTRATADA

4.2.3 Realizar o pagamento dos produtos conforme previsto.

CLÁUSULA V - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1 O valor do presente contrato corresponde à importância de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

5.2 Os pagamentos e a prestação dos serviços deverão obedecer ao seguinte:

5.2.1 A Câmara Municipal de Vereadores - SC efetuará o pagamento a partir do 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, quando for o caso, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da Lei n.º 8.666/93.

5.2.2 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERVAL VELHO, RUA CORONEL HONORATO VIEIRA 1111, CENTRO, ERVAL VELHO - SC, CNPJ N.º 73.240.236/0001-79.

5.2.3 Nos termos do art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.3 Os preços não serão reajustados, exceto no caso de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas já existentes e/ou nas demais situações, com fulcro no art. 65, II, $\square d \square$, da Lei 8666/93, em que a revisão contratual pode ser intentada a qualquer tempo, independentemente de previsão expressamente pactuada, visto que são situações inusitadas que, dada a sua imprevisibilidade, não foram cogitadas pelas partes, isto baseado na teoria da imprevisão, ou se previsto, porém, de consequências incalculáveis, que implicou no desequilíbrio econômico do contrato, quebrando a primitiva equação econômico-financeira, reduzindo os preços de mercado, devidamente comprovados. Nesses casos os preços serão reajustados com base no IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado).

5.3.1 Em casos de reajustes a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade fiscal apresentando:

- a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
- b) Certidão Negativa de Débitos - CND (emitida pela Previdência Social);
- c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

5.3.2 Possíveis reajustes serão comprovados mediante comunicação expressa e assinada pelo proponente, com apresentação de justificativas comprovadas por meio de planilhas de custos de insumos, salários e serviços necessários à execução do objeto, que demonstrem o custo do período atual e anterior à ocorrência do aumento.

5.3.3 O reajuste de preço, quando admitido, somente será aplicado após a celebração de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

5.3.4 É facultado ao CONTRATANTE aplicar percentual de aumento inferior ao verificado através do cálculo das planilhas de custo.

5.3.5 É obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4 As notas fiscais deverão ser emitidas no mês em que ocorrer o fornecimento, pelo preço conforme constar na proposta e no consequente termo de contrato.

5.5 Não cabe a CONTRATADA qualquer direito de caráter indenizatório pelas quantidades não adquiridas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA VI - QUANTO À CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas para cobertura e empenhamento dos serviços ora contratados correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Erval Velho - SC para o exercício de 2017, através da seguinte rubrica contábil:

Orgão / Unidade: Câmara de Vereadores

Projeto: 2.001 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA VII - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 A inexecução total ou parcial enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, de acordo com o art. 77, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

7.2 O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, amigavelmente ou judicialmente nos termos dos artigos 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, suas alterações posteriores, e conforme previsto no edital de licitação.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1 Pelos motivos e condições previstos nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, as penalidades em que a CONTRATADA estará sujeita, são as seguintes:

8.1.2 Advertência, para descumprimentos contratuais previstos no edital e neste contrato, ambos de natureza leve ou não reincidentes, a juízo da entidade CONTRATANTE;

8.1.3 Multa diária, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do fornecimento do ☐PEDIDO☐ em caso de atraso na entrega, ainda que por razões de não aceitação ou cumprimento parcial, até o limite de atraso de 10 (dez) dias corridos, quando acarretará a rescisão automática, salvo se o CONTRATANTE, por interesse administrativo, decidir por concessão de novo prazo, sem prejuízo nas penalidades contratuais;

8.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor total dos serviços contemplados à CONTRATADA, constantes do Contrato, no caso de rescisão sem justo motivo, nas hipóteses previstas nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993;

8.1.5 Multas variáveis entre 0,01% (um centésimo por cento) a 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do fornecimento do pedido ou termo contratual equivalente caso a CONTRATADA:

a) Entregar os serviços fora das especificações exigidas e das normas legais;

b) Desrespeitar quaisquer das demais obrigações contratuais, previstas nesta contratação e no edital licitatório de origem.

8.1.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação pela recusa da CONTRATADA em assinar o Termo de Contrato, quando cabível, ou retirar a autorização de fornecimento, dentro do prazo estabelecido;

8.1.6.1 Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a CONTRATADA que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a autorização de fornecimento pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados, solicitados, deste contrato.

8.1.7 Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do serviço a ser entregue, pela entrega em desconformidade com as condições desta contratação independentemente da obrigação de repô-lo.

8.2 A cobrança de multas será feita, mediante desconto do pagamento da(s) fatura(s), se for (em) apresentada(s) após a sua aplicação, ou ainda, cobrada diretamente da CONTRATADA, se a fatura for insuficiente.

8.3 No caso de cobrança de multa diretamente da CONTRATADA, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da correspondente notificação, garantida prévia defesa.

8.4 A incidência de multa poderá ser acumulada a outras penalidades e sua aplicação não impedirá que a entidade contratante, adote as medidas judiciais cabíveis.

8.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Vereadores e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e seus órgãos da administração direta e

indireta, poderão ser aplicadas à licitantes ou contratadas, juntamente com as de multa prevista no contrato.

8.5.1 A aplicação de quaisquer destas sanções, será publicada no Diário oficial do Município.

8.6 A CONTRATADA poderá, ainda, sujeitar-se às sanções deste contrato caso:

8.6.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer dos tributos.

8.6.2 Tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

8.6.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados.

8.7. Poderá a CONTRATADA, a juízo do CONTRATANTE, responder por perdas e danos, independentemente das multas previstas no presente documento.

8.8 No caso de rescisão contratual, cessarão automaticamente todas as atividades relativas à CONTRATADA.

8.9 Caso a Câmara Municipal não utilize a prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

8.10 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

CLÁUSULA IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando suspensa à mesma, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA X - DA PUBLICIDADE

10.1 O extrato do presente contrato será publicado na Imprensa Oficial da Câmara de Vereadores de Erval Velho - SC e no mural municipal de divulgações junto à Câmara Municipal de Vereadores.

CLÁUSULA XI - DOS PRAZOS

11.1 Este Contrato tem vigência a partir de 01 de março de 2017 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através do termo aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA XIII - DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Herval D'Oeste - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Fica a CONTRATADA ciente que a assinatura deste termo de contrato implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta contratação e de seu edital de origem.

14.2 E assim, por estarem ambas as partes justas e contratadas, dando tudo por bom e valioso, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que de todo conhecimento tiveram, sendo uma das vias arquivada na Câmara Municipal de Vereadores de Erval Velho - SC, conforme dispõe o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Erval Velho - SC, 01 de março de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ACYR DA SILVA

Contratante

LUCIANO JUSTI ME

Luciano Justi

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Visto do Advogado da Unidade Gestora

DECRETO 2183/2017

DECRETO 2183, de 20 de março de 2017.

INSTAURA SINDICÂNCIA E DESIGNA COMISSÃO QUE ESPECIFICA

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento do Vereador Douglas Luis Davoglio, protocolado neste mês de março de 2017 – no qual demanda que se preste ao Edil informação sobre as habilitações dos motoristas do quadro de servidores do Poder Executivo. Tendo em vista que em decorrência de tal requerimento foi levantado dúvida sobre a correta habilitação, dos motoristas, para conduzir veículos e máquinas, e a fim de preservar a segurança jurídica em favor do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar – na modalidade de SINDICÂNCIA – com fundamento no artigo 16 inciso I da Lei Complementar 039 de 14 de janeiro de 2013 na qual sindicância devem ser intimados a prestarem informações todos os agentes públicos que por atribuição do cargo que ocupa deva ser habilitado para dirigir e operar veículos automotores e máquinas em vias públicas.

Artigo 2º - Designar os servidores públicos municipais a seguir relacionados para compor a Comissão de Processo Administrativo para a finalidade do artigo 1º, sendo respectivamente:

- A - Jackson Luiz Nunes, Professor de Educação Física, matrícula nº 868, Presidente;
- B – Roberto Bazzi, Operador de Máquinas, matrícula nº 816, Secretário;
- C – Nilmar Bilibio, Motorista, matrícula nº 592, Membro.

Artigo 3º - Estabelecer o prazo de 60 dias, prorrogáveis por igual prazo mediante justificativa fundamentada, para conclusão da presente Sindicância Administrativa, com apresentação de relatório circunstanciado sobre o apurado.

Artigo 4º - Os trabalhos deverão iniciar-se no prazo de três dias a contar da publicação do presente decreto e deverão obedecer rigorosamente as disposições aplicáveis da Lei Complementar nº 039 de 14 de janeiro de 2013, formulando lista composta por nome do servidor, cargo efetivo que ocupa, categoria da habilitação e prazo de validade desta.

Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 20 de março de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 20 de março de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2184/2017

DECRETO 2184, de 20 de março de 2017.

Nomeia Comissão de Avaliação de Desempenho, para efeito de Estágio Probatório dos Servidores Municipais nomeados em virtude de Concurso Público e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o

inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica do Município, de acordo com § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 007, de 28 de dezembro de 2001, combinado com Decreto Municipal n. 1231 de 28 de julho de 2008, em conformidade ao dispositivo do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão para Avaliação dos Servidores Públicos Municipais em estágio probatório nas seguintes Secretarias: Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria de Saúde, Secretária de Assistência Social e Habitação, Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental e Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a qual fica integrada pelos seguintes membros:

- I - Cristiane Bordin Camaroto – Presidente;
- II - Tânia M. Antunes Alberti – Membro;
- III – Daniela Foiatto – Membro;
- IV – Silvia Letícia Corrêa – Membro;
- V) – Deonir Ferrari – Membro.

Parágrafo único – Os trabalhos da Comissão de Avaliação têm preponderância sobre quaisquer outras atribuições do cargo, sem solução de continuidade das avaliações.

Art. 2º. A avaliação de desempenho de cada servidor em estágio probatório será processada nos termos do artigo 18 e seguintes da Lei Complementar nº 007, de 28 de dezembro de 2001, e realizar-se-á no cargo que o servidor foi nomeado em virtude do concurso público.

Parágrafo único – Fica assegurado, após cada avaliação, o exercício do contraditório administrativo, sob a responsabilidade do avaliado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 20 de março de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 20 de março de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2185/2017

DECRETO 2185, de 20 de março de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, inciso I da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 285.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRA E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV – 1.016 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

102 - 4.4.90.00.00.00.01.0034 – Aplicações Diretas

..... R\$ 260.000,00
ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL
UNIDADE 01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL
PROJ/ATIV – 1.019 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS – SEC.AGRICULTURA
184 - 4.4.90.00.00.00.01.0034 – Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0034 Transferências de Convênios da União – Outros, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 20 de março de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2186/2017

DECRETO 2186, de 23 de março de 2017.

Altera Integrantes do Conselho Municipal de Política Agrícola – CMPA e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei nº 1193 de 19 de junho de 2009, Considerando a substituição de representantes da Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental, da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, e da Câmara Municipal de Vereadores;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Política Agrícola – CMPA de Erval Velho:

Representante da Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental

Cezar Basílio Bulla - Titular

Gelson Camilo Dalmedico - Suplente

Representante da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Ivo Jandir Alberti – Titular

Ozair Marcon - Suplente

Representante da EPAGRI – Escritório Local

Engº Darci Severino Gálio – Titular

Roseli Parissenti Castaldelo - Suplente

Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Erval Velho

Antonio Carlos Parissenti – Titular

Celso Andolfatto - Suplente

Representante da Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia – Copórdia Unidade de Erval Velho

Lenoir Dorini – Titular

Emerson Masson - Suplente

Representante da Associação dos Pecuaristas de Erval Velho - APEV

Roberto Nicolau Bulla – Titular

Jose Angelo Bordin - Suplente

Representante da Câmara Municipal de Vereadores de Erval Velho
Ver. Miguel Tessari – Titular
Ver. Saulo Daniel Marin - Suplente
Representante da Associação das Mulheres Agricultoras de Erval Velho
Marilene Peliciolli – Titular
Odete Gemelli - Suplente
Representante do Programa SC - Rural
Med. Veterinária – Aline de Oliveira – Titular
Darcy Bilibio – Suplente
Representante da Secretaria de Saúde
Silvano Rodrigo Pratto - Titular
Jussara Martini - Suplente

Art. 2º. O mandato dos conselheiros será até o término da vigência do Decreto 2061, ou seja 11 de março de 2018, permitida uma recondução podendo ser substituído a qualquer tempo a critério dos órgãos e entidades representadas.

Art. 3º. A função dos membros do Conselho será considerada como "serviço relevante prestado ao Município de Erval Velho e será exercido de forma gratuita".

Parágrafo único – As atribuições dos conselheiros se servidores públicos municipais, terão prioridade sobre quaisquer outros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 23 de março de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 23 de março de 2017.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 2187/2017

DECRETO 2187, de 23 de março de 2017.

Nomeia Integrantes do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei nº 1183, de 14 de maio de 2009.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Saúde do Município de Erval Velho: REPRESENTANTES DO GOVERNO

Secretaria de Saúde

Titular: Ronei Dalla Costa

Suplente: Mariangela Casanova de Oliveira

Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

Titular: Jackson Luiz Nunes

Suplente: Francine Assmann Trombetta

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

Hospital Rural Nossa Senhora de Fátima

Titular: Eva Muczinski

Suplente: Ana Pastore

Farmácias

Titular: Wilmar Parissenti

Suplente: Taís Regina da Silva

REPRESENTANTES DE USUÁRIOS DA SAÚDE

CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas

Titular: Marcos Antonio Parmagnani

Suplente: Catia Pirovano

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Erval Velho

Titular: Caroline Surdi
Suplente: Vanessa Talita Parissenti
APP – Da Escola Básica Municipal César Avelino Bragagnolo
Titular: Sandra Masson
Suplente: Sandra Fattori Bess
Grupo de Idosos
Titular: Marli Wasen
Suplente: Edir Vettori

Art. 2º. O mandato dos membros do conselho nomeado por este Decreto é de 02 (dois) anos e será considerado como "serviço relevante prestado ao Município de Erval Velho" e será efetuado de forma gratuita.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 23 de março de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 23 de março de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Edital de Chamamento Público nº 002/2017

O Município de Erval Velho, SC, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Walter Kleber Kucher Junior, torna público que estão abertos as inscrições para o credenciamento de organizações da sociedade civil (OSC), visando a seleção de entidades sem fins lucrativos para firmar parceria por meio de Termo de Colaboração, nos termos da lei 13.019/2014.

Data: O recebimento da documentação fica aberto aos interessados a partir do dia 03/04/2017 até 02/05/2017

Local: Secretaria de Educação, junto a Escola Básica Municipal "César Avelino Bragagnolo", sito a Rua Coronel Honorato Vieira, 1073, centro de Erval Velho –SC, CEP; 89613-000

O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: educacao@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 021/2017
Edital de Dispensa de Licitação nº 004/2017

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de Serviços de Audiometria Ocupacional
Contratado: ADOLFO FELIX MARCA - ME
Valor do Contrato: R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 020/2017
Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2017

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Inexigibilidade Processada e Julgada em conformidade com Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de Apresentações Artísticas para o Festival da Canção Município de Erval Velho.

Contratado: CONJUNTO MUSICAL OS INVENCIVEIS LTDA
Valor do Contrato: R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).
Substrato Jurídico: Artigo 25, III da Lei Federal nº 8.666/93.
O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 022/2017
Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2017

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Inexigibilidade Processada e Julgada em conformidade com Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de Apresentações Artísticas para as comemorações do Aniversário do Município de Erval Velho.

Contratado: Gabriel Antônio Zanela 01023629984
Valor do Contrato: R\$ 11.500,00 (Onze mil e quinhentos reais).
Substrato Jurídico: Artigo 25, III da Lei Federal nº 8.666/93.
O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

LEI 1436/2017

Lei nº 1436, de 20 de março de 2017.
Revoga Lei n. 1406, de 10 de novembro de 2015 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim

sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica revogada a Lei nº 1406, de 10 de novembro de 2015 que autorizou Doar ao Estado de Santa Catarina um terreno com área de 400,00m2 (Quatrocentos metros quadrados) que faz parte da área maior do imóvel matrícula nº 4966, do Registro de Imóveis da Comarca de Herval D' Oeste, SC, localizado á Rua São Pedro, no Loteamento Vô Waldomiro, Bairro Bela Vista, Erval Velho – SC.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da corrente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 20 de março de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 20 de março de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI 1437/2017

Lei n. 1437, de 20 de março de 2017.

Concede Revisão Geral Anual aos Servidores Municipais Ativos, Inativos e Pensionistas, aos Cargos de Provimento em Comissão, Funções Gratificadas e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido a Revisão Geral Anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1988, aos Servidores Públicos Municipais ativos, inativos e pensionistas, de Programas de Saúde e Assistenciais, aos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas.

Art. 2º. O percentual de recomposição será de 5,04% (cinco vírgula zero quatro) por cento, o que corresponde à média aritmética da inflação registrada pelos índices do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e IGP-M/ FGV(Índice Geral de Preços de Mercado), durante o período de março de 2016 até fevereiro de 2017, conforme estabelece o artigo 1º da Lei 1264 de 24 de março de 2011, sendo que este índice deverá ser aplicado sobre a remuneração dos servidores do mês de março de 2017.

Art.3º. Caso após a aplicação do percentual correspondente à revisão de que trata o artigo 2º da presente Lei, seja constatado vencimentos que não atinjam o valor do Salário Mínimo Nacional que é o Piso Salarial do Município, aplicar-se-á, o disposto no inciso IV, do artigo 7º, mais o § 3º, do artigo 39, ambos da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998, tudo presente a determinação contida no §1º, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 20 de março de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 20 de março de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 072/2017

Lei Complementar nº 072, de 20 de março de 2017.

Autoriza Firmar Termo de Concessão de Uso Real de Imóvel e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar com o Governo do Estado de Santa Catarina por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação Termo de Concessão Real de Uso de bem imóvel objetivando a construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Erval Velho.

Art. 2º - O imóvel que trata o artigo anterior tem a área de 465,13m2 (Quatrocentos e sessenta cinco metros e treze centímetros quadrados) encontra-se localizado na Rua São Pedro, no Loteamento Residencial Vô Waldomiro Galhotto, mat. nº 4.966 do Registro de Imóveis da Comarca de Herval d' Oeste – SC.

Art. 3º - Todas as demais condições estão estabelecidas no termo minuta anexo que passa fazer parte integrante da presente lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 5º- Fica revogada a Lei Complementar n. 045, de 24 de outubro de 2013.

Art. 6º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 20 de março de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 20 de março de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3308/2017

PORTARIA 3308, de 07 de março de 2017.

Exonera Servidor e Declara Vacância do Cargo e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1o. Exonerar a pedido a Senhora Terezinha Aparecida Borin Varela, do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais II, nível 01-A, matrícula n.1099, nomeada pela Portaria n. 3114, de 07 de julho de 2015, lotada no Quadro de Pessoal do Município, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 07 de março de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3309/2017

PORTARIA 3309, de 07 de março de 2017.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso VII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 002/2015, originado pelo Edital n. 002/2015, de 17 de março de 2015,

Considerando a necessidade de suprir o aumento de demanda do serviço público municipal;

Resolve:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, o Senhor ODAIR JOSÉ DE MORAIS, para ocupar temporariamente o cargo de Agente de Serviços Gerais I, nível 01-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, limitando-se até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 07 de março de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3310/2017

PORTARIA 3310, de 08 de março de 2017.

Exonera Servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido o Senhor Henry Ubial Pereira, do cargo

temporário de Professor de Inglês, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, no qual foi nomeado pela Portaria nº 3296, de 22 de fevereiro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 08 de março de 2017.
Walter kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3311/2017

PORTARIA 3311, de 09 de março de 2017.

Exonera Servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido o Senhor Juliano de Oliveira do cargo temporário de Professor de Educação Musical, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeado pela Portaria nº 3255, de 01 de novembro de 2016 e prorrogado pela Portaria n. 3267, de 30 de dezembro de 2016.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 09 de março de 2017.
Walter kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3312/2017

PORTARIA 3312, de 09 de março de 2017.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso VII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 002/2015, originado pelo Edital n. 002/2015, de 17 de março de 2015,

Considerando a necessidade de suprir o aumento de demanda do serviço público municipal;

Resolve:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, o Senhor IVONEI RECALCATTI, para ocupar temporariamente o cargo de Operador de Máquinas, nível 04-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, limitando-se até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por interesse

público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Concede ao servidor Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, em grau médio, de acordo com Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, por exercer suas atividades junto a Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 09 de março de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal
Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3313/2017

PORTARIA 3313, de 13 de março de 2017.

Contrata servidor por tempo determinado para o preenchimento de vagas do Quadro do Magistério Público Municipal.

Walter kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, de acordo com o artigo 2º, da Lei Municipal n. 0937/2001 e Alterações Posteriores, com a Lei Complementar n. 021/2009, em consonância com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, e conforme Edital de Processo Seletivo n. 005/2016, de 13 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora JULIANA KLEIN, no cargo temporário de Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais, não habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, inclusive regência de classe, de acordo com o § 3º do artigo 7º, da Lei Complementar n.021/2009, até o término do ano letivo, limitando-se a 31 de dezembro de 2017, ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 13 de março de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3314/2017

PORTARIA 3314, de 17 de março de 2017.

Designa Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2017 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados sob a presidência

do primeiro, para integrarem a Comissão Especial do Processo Seletivo nº 001/2017 para acompanhamento dos atos relacionados ao referido Processo Seletivo, de Provas de Títulos a ser executada pela própria Administração.

Titulares:

1. Eliane Piccoli Ferreira Lopes
2. Laura Taíza Vettori
3. Rejane Maria Provensi Barcaro

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 17 de março de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3315/2017

PORTARIA 3315, de 20 de março de 2017.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear o Senhor LEONILDO CIARNOSKI, brasileiro, solteiro, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Saneamento, nível CC-2, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC,
em 20 de março de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3316/2017

PORTARIA 3316, de 20 de março de 2017.

Contrata servidor por tempo determinado para o preenchimento de vagas do Quadro do Magistério Público Municipal e Designa servidor para funções que específica.

Walter kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, de acordo com o artigo 2º, da Lei Municipal n. 0937/2001 e Alterações Posteriores, com a Lei Complementar n. 021/2009, Lei Complementar n. 043, de 29 de agosto de 2013, em consonância com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, e conforme Edital de Processo Seletivo n. 005/2016, de 13 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora ANA PAULA

DOS ANJOS, no cargo temporário de Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais, não habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, até o término do ano letivo, limitando-se a 31 de dezembro de 2017, ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Designa a servidora para exercer atividades junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. A servidora receberá o adicional de regência de classe, conforme parágrafo 2º art. 2º da Lei Complementar. 047, de 12 de dezembro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 20 de março de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal
Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3317/2017

PORTARIA 3317, de 20 de março de 2017.

Designa servidor para funções que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições e especialmente aquelas contidas no Inciso XXVI do Art. 85 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 043, de 29 de agosto de 2013, e de acordo com a Lei Complementar n. 047, de 12 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora JULIANA KLEIN, contratada temporariamente no cargo de Professor, não habilitado, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, para exercer atividades junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, limitando-se até 31 de dezembro de 2017.

Art.2º. A servidora designada receberá o adicional de regência de classe, conforme parágrafo 2º art. 2º da Lei Complementar. 047.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 20 de março de 2017
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 3318/2017

PORTARIA 3318, de 20 de março de 2017.

Concede Progressão Funcional a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Progressão Funcional no percentual de 4%(quatro

por cento) sobre o salário base a servidora Marli Ferreira da Silva, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais II, passando do nível 01-B para 01-C.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 20 de março de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3319/2017

PORTARIA 3319, de 20 de março de 2017.

Designa servidor para responder por atos de publicação e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art.1º. Designar a servidora NEIDY DAYANA DE ALMEIDA FILIPPIN DA SILVA, ocupante do cargo de provimento comissionado de Gerente de Material, Patrimônio e Serviços Gerais, para responder pelo Registro e Publicação dos Atos do Município, na ausência do Secretário de Administração e Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 20 de março de 2017.
Walter Kleber kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3320/2017

PORTARIA 3320, de 28 de março de 2017.

Exonera servidor e declara vacância do cargo em virtude de aposentadoria e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a concessão, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor Mario Lourenço de Almeida, conforme benefício n. 175.938.699-2 datado de 07 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1o. Exonerar o servidor MARIO LOURENÇO DE ALMEIDA, do cargo efetivo de Agente de Serviços Externos, nível 02--C, matrícula n.36, nomeado pela Portaria n. 0253/91, de 02 de maio de 1991, e Termo de Adesão, de 01 de março de 2002, lotado no Quadro de Pessoal do Município, em virtude de ter sido aposentado pelo

Instituto Nacional do Seguro Social, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 28 de março de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3321/2017

PORTARIA 3321, de 28 de março de 2017.
Exonera Servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido o Senhor ANDERSON PIOVESAN, do cargo comissionado de Assessor de Desenvolvimento Econômico, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeado pela Portaria nº 3240, de 12 de julho de 2016.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 28 de março de 2017.

Walter kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 580/2017

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 580/2017

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº. 15/2017

As 09:30 horas do dia 31 de março de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 059/2017, para realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço e realizar a habilitação dos proponentes interessados em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados: GENUTRI COMERCIO DE SÊMEN LTDA – EPP e VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA.

Iniciada a sessão com a presença dos interessados, sendo que somente uma empresa EPP compareceu ao certame, com isso, a empresa VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA. foi classificada para a rodada de lances, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento das propostas apresentadas pelas proponentes interessadas, onde notou – se que empresa VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA apresentou os prospectos em inglês e em desacordo com os itens 2 e 05, sendo assim, o pregoeiro concedeu o prazo de 05 dias para apresentação dos prospectos traduzidos, sob pena de desclassificação. Após a rodada de lances do Processo Licitatório foi adjudicado as seguintes proponentes, conforme itens abaixo:

ITENS	QUANT.	UNID.	VENCEDORA	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	200,00	DOSE	VANELLI	SÊMEN BOVINO DA RAÇA GIR LEITEIRO APROVADO COM PROVAS PELA ABCZ REFERENTE AO ANO DE 2016, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PTA LEITE IGUAL OU MAIOR DE 327,00kg POSITIVO, PTA PICO IGUAL OU MAIOR DE 0,65 POSITIVO, PTA LEITE DO PAI IGUAL OU MAIOR DE 456,00kg POSITIVO, PTA LEITE DO AVO IGUAL OU MAIOR DE 450kg POSITIVO. NOME PRODUTOR: DINAMICO	R\$ 19,47
2	100,00	DOSE	VANELLI	SÊMEN BOVINO DA RAÇA NELORE COM PROVAS PELA ABCZ REFERENTE AO ANO DE 2016 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PM-EM IGUAL OU MAIOR DE + 0,65, PD-ED IGUAL OU MAIOR DE + 4,40, TMD IGUAL OU MAIOR DE + 2,90, PS-ED IGUAL OU MAIOR DE + 10,70, GPD IGUAL OU MAIOR DE + 31,30, IPP IGUAL OU MENOR DE -20,00, PA-ED IGUAL O MAIOR DE +8,90. NOME PRODUTOR: MIZUNO	R\$ 19,38
3	700,00	DOSE	VANELLI	SÊMEN BOVINO DA RAÇA JERSEY COM PROVAS ATUALIZADAS PELO USDA OU DAIRY BULLS REFERENTE A DEZEMBRO DE 2016, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PTA LEITE IGUAL OU SUPERIOR A 950 LBS POSITIVO, PTA TIPO IGUAL OU SUPERIOR A 0.50 POSITIVO, JPI IGUAL OU SUPERIOR A 190 POSITIVO, CONTAGEM CÉLULAS SOMÁTICAS IGUAL OU MENOR A 2.80, VIDA PRODUTIVA IGUAL OU SUPERIOR A 5.50 POSITIVA, PTA % PROTEÍNA MAIOR OU IGUAL A 0,04 POSITIVO, ÚBERE ANTERIOR IGUAL OU SUPERIOR A 0,40 POSITIVO, ALTURA DE ÚBERE POSTERIOR IGUAL OU SUPERIOR IGUAL OU SUPERIOR A 1.20 POSITIVO, PROFUNDIDADE DE ÚBERE IGUAL OU SUPERIOR A 0.90 POSITIVO, ÂNGULO DE GARUPA IGUAL, OU SUPERIOR A 1.00 POSITIVO, ÂNGULO DE PÉS IGUAL OU SUPERIOR POSITIVO, CONFIANÇA NA PROVA DE PRODUÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 96%. NOME PRODUTOR: VIGILANCE	R\$ 21,74
4	400,00	DOSE	VANELLI	SÊMEN BOVINO DA RAÇA HOLANDÊS, COM PROVAS ATUALIZADAS PELO USDA OU DAIRY BULLS, REFERENTE A DEZEMBRO DE 2016, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PTA LEITE IGUAL OU SUPERIOR A 1460 POSITIVO, PTA TIPO IGUAL OU SUPERIOR A 0.50 POSITIVO, PTA % GORDURA MAIOR OU IGUAL A 0,05 POSITIVO, PTA % PROTEÍNA MAIOR OU IGUAL A 0,05 POSITIVO, COMPOSTO DE ÚBERE IGUAL OU SUPERIOR A 0,30 POSITIVO, COMPOSTO DE PERNAS E PÉS IGUAL OU SUPERIOR A 0,30 POSITIVO, DIFICULDADE DE PARTO IGUAL OU MENOR DE 6,5%, CONFIANÇA NA PROVA DE PRODUÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 94%, SUPORTE CENTRAL DO ÚBERE IGUAL OU SUPERIOR A 1.90 POSITIVO, ALTURA DE ÚBERE IGUAL OU SUPERIOR A 1.20 POSITIVO, LARGURA DE ÚBERE IGUAL OU SUPERIOR A 1,10 POSITIVO, FORMA LEITEIRA IGUAL OU SUPERIOR A 1,50 POSITIVO, VIDA PRODUTIVA IGUAL OU SUPERIOR A 5,0 POSITIVO. NOME PRODUTOR: ZUMA	R\$ 22,11
5	450,00	DOSE	VANELLI	SÊMEN BOVINO DA RAÇA RED ANGUS COM PROVAS PELA ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE RED ANGUS REFERENTE A PRIMAVERA DE 2016, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: FACILIDADE DE PARDO (CED) IGUAL OU MAIOR DE + 15, PESO AO NASCER (BW) IGUAL OU MENOR DE – 4,2, PESO DESMAMA (WW) IGUAL OU MAIOR DE + 47, PESO ANO ANO (YW) IGUAL OU MAIOR DE + 98, LEITE (MILK) IGUAL OU MAIOR DE + 26, CARCAÇA MARMOREIO (MARB) IGUAL OU MAIOR DE + 0,50. NOME PRODUTOR: ULTIMATE	R\$ 21,18

6	100,00	DOSE	VANELLI	SÊMEN BOVINO DA RAÇA PARDO SUÍÇO COM PROVA ATUALIZADA PELO USDA OU DAIRY BULLS REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2016 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PTA LEITE IGUAL OU SUPERIOR A: 700LBS POSITIVO, PTA TIPO IGUAL OU SUPERIOR A 0.80 POSITIVO, DIFICULDADE DE PARTO IGUAL OU MENOR A 5,5%, VIDA PRODUTIVA IGUAL OU SUPERIOR A 4.0 POSITIVO, PTA % GORDURA MAIOR OU IGUAL A 0,5 POSITIVO, PTA % PROTEÍNA MAIOR OU IGUAL A 0,04 POSITIVO, FORMA LEITEIRA IGUAL OU MAIOR A 1,20 POSITIVO, LARGURA DE ÚBERE IGUAL OU MAIOR A 0,90. NOME PRODUTOR: CARRIER	R\$ 26,70
7	400,00	DOSE	GENUTRI	SÊMEN BOVINO DA RAÇA HOLANDESA, ORIUNDO DE CENTRAL CADASTRADA NO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, COM PROVA GENÔMICA QUE APRESENTE AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: GTPI (I.D) IGUAL OU MAIOR DE 1.850; PRODUÇÃO DE LEITE IGUAL OU MAIOR A 630; QUANTIDADE DE GORDURA IGUAL OU MAIOR A 5; QUANTIDADE PROTEÍNA IGUAL OU MAIOR A 16; % GORDURA IGUAL OU MAIOR 0,05; % PROTEÍNA POSITIVO; MÉRITO LIQUIDO IGUAL OU MAIOR 185; VIDA PRODUTIVA IGUAL OU MAIOR 1.5; COMPOSTO DE PERNAS E PÉS IGUAL OU MAIOR 0.5; COMPOSTO CORPORAL IGUAL OU MAIOR 0.35; ESTATURA IGUAL OU MAIOR 0.25; FORÇA IGUAL OU MAIOR 0.75; PROFUNDIDADE CORPORAL IGUAL OU MAIOR 0.4; PERNAS VISTA LATERAL IGUAL OU MAIOR A 0.6 ; INSERÇÃO DE ÚBERE ANTERIOR IGUAL OU MAIOR 0.1; ALTURA DE ÚBERE POSTERIOR IGUAL OU MAIOR 0.2; LARGURA DE ÚBERE IGUAL OU MAIOR A 0.16; COMPRIMENTO DOS TETOS IGUAL OU MAIOR A 0.26; CÉLULAS SOMÁTICAS IGUAL OU MENOR A 2.9; MÉRITO VOLUME IGUAL OU MAIOR A 180; MÉRITO QUEIJO IGUAL OU MAIOR 185; CONSANGÜINIDADE INDIVIDUAL IGUAL OU MENOR 4.7. NOME PRODUTOR: PALERMO	R\$ 27,80
8	700,00	DOSE	GENUTRI	SÊMEN BOVINO DA RAÇA JERSEY, ORIUNDO DE CENTRAL CADASTRADA NO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, COM PROVA GENÔMICA QUE APRESENTE AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ÍNDICE DE DESEMPENHO IGUAL OU MAIOR 80; PRODUÇÃO DE LEITE IGUAL OU MAIOR 300; QUANTIDADE DE GORDURA NO LEITE IGUAL OU MAIOR A 37; QUANTIDADE DE PROTEÍNA NO LEITE IGUAL OU MAIOR 10; % GORDURA IGUAL OU MAIOR 0,1; MÉRITO LIQUIDO IGUAL OU MAIOR 225; MÉRITO VOLUME IGUAL OU MAIOR 220; MÉRITO QUEIJO IGUAL OU MAIOR 230; CLASSIFICAÇÃO FINAL TIPO IGUAL OU MAIOR 0,5; COMPOSTO DO ÚBERE IGUAL OU MAIOR 1,5; ESTATURA IGUAL OU MAIOR A1,2; LARGURA DA GARUPA IGUAL OU MAIOR 0,9; ÂNGULO DOS CASCOS IGUAL OU MAIOR 1,0; INSERÇÃO ANTERIOR DO ÚBERE IGUAL OU MAIOR 1,8; ALTURA DO ÚBERE POSTERIOR IGUAL OU MAIOR 1,3; LARGURA DO ÚBERE IGUAL OU MAIOR A1,0; PROFUNDIDADE DO ÚBERE IGUAL OU MAIOR 1,0; PROFUNDIDADE DO ÚBERE IGUAL OU MAIOR 2,3; COLOCAÇÃO DOS TETOS ANTERIORES IGUAL OU MAIOR 0,4; VIDA PRODUTIVA IGUAL O MAIOR 0,5; CÉLULAS SOMÁTICAS IGUAL OU MENOR A 3.1; COMPRIMENTO DOS TETOS IGUAL OU MAIOR A 1. NOME PRODUTOR: IATOLA	R\$ 26,30

Sendo um valor total de R\$ 71.625,00

Encerada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto os envelopes e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou as proponentes.

Findos os trabalhos de classificação das propostas e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dezessete.

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM	ROSMARI ZANELLA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

ERRATA DE LICITAÇÃO Nº. 439/2017

ERRATA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 439/2017

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 02/2017

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Técnica e Preço

1 - A presente Errata tem como objetivo alterar a data de abertura da sessão do processo Licitatório nº. 439/2017 na modalidade de Tomada de Preços nº. 02/2017 que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTÍNUA NOS SETORES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA EXECUTAR UM CONJUNTO DE ATIVIDADES REALIZADAS INTEGRADAMENTE QUE TENHAM POR OBJETIVO O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIACÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO E VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A VENDA DE BENS OU SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, DIFUNDIR IDEIAS OU INFORMAR O PÚBLICO EM GERAL. COMO ATIVIDADES COMPLEMENTARES, OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PERTINENTES AO PLANEJAMENTO E À EXECUÇÃO DE PESQUISAS E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E DE GERAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O MERCADO, O PÚBLICO-ALVO, OS MEIOS DE DIVULGAÇÃO NOS QUAIS SERÃO DIFUNDIDAS AS PEÇAS E

AÇÕES PUBLICITÁRIAS OU SOBRE OS RESULTADOS DAS CAMPANHAS REALIZADAS; À PRODUÇÃO E À EXECUÇÃO TÉCNICA DAS PEÇAS E PROJETOS PUBLICITÁRIOS CRIADOS; À CRIAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DE FORMAS INOVADORAS DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA, EM CONSONÂNCIA COM NOVAS TECNOLOGIAS, VISANDO À EXPANSÃO DOS EFEITOS DAS MENSAGENS E DAS AÇÕES PUBLICITÁRIAS NO ASSESSORAMENTO E APOIO NO DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO EM AÇÕES DE COMUNICAÇÃO, conforme abaixo:

1.1 - Alteração da Data de Abertura da Sessão:

Onde se lê:

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 06 de abril de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:30 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

Leia-se:

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 17 de abril de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:30 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

Flor do Sertão – SC, aos 31 dias do mês de março de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PRESIDENTE DA COMISSÃO

ERRATA DO EDITAL Nº. 611/2017

ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 611/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 17/2017

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

1 - A presente Errata tem como objetivo alterar cláusulas do edital do processo Licitatório nº. 611/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº. 17/2017 que tem por objeto a RENOVAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONTADOS A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DAS PROPOSTAS JUNTO À SEGURADORA POR UM PERÍODO DE UM ANO, conforme abaixo:

1.1 - Alteração do Subitem 1.2 e 1.3 do Edital:

Onde se lê:

1.2 - A documentação para o Credenciamento e os envelopes contendo as propostas de preço e os documentos para a habilitação deverão ser entregues na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 03 de abril de 2017.

1.3 - A abertura da sessão para a realização do certame será as 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

Leia-se:

1.2 - A documentação para o Credenciamento e os envelopes contendo as propostas de preço e os documentos para a habilitação deverão ser entregues na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 13 de abril de 2017.

1.3 - A abertura da sessão para a realização do certame será as 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

1.2 - Alteração do Subitem 2.2 do Edital:

Onde se lê:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COBERTURA	VALOR UNIT. MAXIMO
3	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO VEICULO ÔNIBUS AGRAL/MASCARELLO GRAN MIDI URBANO PLACA MMF 9303 ANO 2012, 48 PASSAGEIROS, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS.	RCF	475,90
4	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO MARCOPOLLO VOLARE ONIBUS A8 PLACA MCS 0696 ANO 2001 COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS	RCF	491,71

11	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO DUCATO MINIBUS VAN TD PLACA MHH 9816 ANO 2010 E MODELO 2011 COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS	RCF	257,53
13	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO MINIBUS VOLARE PLACA MHW 1845 ANO E MODELO 2010 COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS	COMPREENSIVA	1.916,62
20	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO RENAULT MASTER 2.3 DCI EXECUTIVE 16 LONGO, ANO/MODELO 2015/2015, PLACA MFU 5286, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	COMPREENSIVA	5.000,00
21	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO ONIBUS M BENZ 1519, ANO/MODELO 2015 PLACA OKG-9436, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS.	COMPREENSIVA	4.500,00
22	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O EQUIPAMENTO, ESCAVADEIRA DOSSAN MODELO DX 140LC SERIE/CHASI- DHKLEBAASB0005824 ANO 2012 COBERTURA 1-BASICA DE R\$ 243.458,00 2-DANOS ELÉTRICOS R\$ 50.000,00 3-DESPESA E SALVAMENTO R\$ 24.345,80 4-PERDA/PAGAMENTO DE ALUGUEL R\$ 50.000,00 5-RESPONSABILIDADE CIVIL DM/DC R\$ 100.000,00;FRANQUIAS DE P.O.S 10% DOS PREJUÍZOS COM MÍNIMA DE 1,5 % DO VALOR DO EQUIPAMENTO PARA COBERTURA 1, 2 E 4; COBERTURA 3 FRANQUIA DE 5 DIAS; COBERTURA 5 POS 10% DOS PREJUÍZOS INDENIZÁVEIS COM MÍNIMO DE R\$ 1.000,00.	COMPREENSIVA	3.200,00

Leia-se:

ITEN	QTD	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COBERTURA	VALOR UNIT. MAXIMO
3	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO VEICULO ÔNIBUS AGRAL/MASCARELLO GRAN MIDI URBANO PLACA MMF 9303 ANO 2012, 48 PASSAGEIROS, COBERTURA DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 DE DANOS MORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS.	RCF	475,90
4	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO MARCOPOLO VOLARE ONIBUS A8 PLACA MCS 0696, ANO 2001, COBERTURA DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 DE DANOS MORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS	RCF	491,71
11	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO DUCATO MINIBUS VAN TD PLACA MHH 9816 ANO 2010 E MODELO 2011, COBERTURA DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 DE DANOS MORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS.	RCF	257,53
13	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO MINIBUS VOLARE PLACA MHW 1845 ANO E MODELO 2010, COBERTURA DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 DE DANOS MORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS	COMPREENSIVA	1.916,62
20	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO RENAULT MASTER 2.3 DCI EXECUTIVE 16 LONGO, ANO/MODELO 2015/2015, PLACA MFU 5286, COBERTURA DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 DE DANOS MORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.	COMPREENSIVA	5.000,00
21	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO ONIBUS M BENZ 1519, ANO/MODELO 2015 PLACA OKG-9436, COBERTURA DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 DE DANOS MORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS.	COMPREENSIVA	4.500,00
22	1,00	SV	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O EQUIPAMENTO, ESCAVADEIRA DOSSAN MODELO DX 140LC SERIE/CHASI- DHKLEBAASB0005824 ANO 2012 COBERTURA 1-BASICA DE R\$ 243.458,00, 2-DANOS ELÉTRICOS R\$ 50.000,00, 3-PERDA/PAGAMENTO DE ALUGUEL R\$ 50.000,00, 4-RESPONSABILIDADE CIVIL DM/DC R\$ 100.000,00; FRANQUIAS DE POS 10% DOS PREJUÍZOS COM MÍNIMA DE 1,5 % DO VALOR DO EQUIPAMENTO PARA COBERTURA 1, 2; COBERTURA 3 FRANQUIA DE 5 DIAS; COBERTURA 4 POS 10% DOS PREJUÍZOS INDENIZÁVEIS COM MÍNIMO DE R\$ 1.000,00.	COMPREENSIVA	3.200,00

2 - As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Flor do Sertão – SC, aos 31 dias do mês de março de 2017.

	DIOGO DE BEM
	PREGOEIRO

PORTARIA Nº 135/2017

	PORTARIA Nº 135/2017
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal PATRICIA R. BORTOLINI BEGNINI, ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 03/04/2017 a 02/05/2017, relativo ao período aquisitivo 08/15 a 08/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 dias do mês de Abril de 2017.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 136/2017

	PORTARIA Nº 136/2017
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal GILBERTO DALL AGNOL, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 03/04/2017 a 02/05/2017, relativo ao período aquisitivo 12/15 a 12/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 dias do mês de Abril de 2017.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 137/2017

	PORTARIA Nº 137/2017
DISPÕE SOBRE EFETIVAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria, EFETIVADO nesta data, como Servidor Público Concursado, por cumprimento do período de estágio probatório, percebendo vencimento em conformidade com o quadro próprio, o seguinte servidor:

NOME	CARGO
ROGÉRIO PERIN	TÉCNICO EM AGROPECUARIA

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 dias do mês de Abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 138/2017

	PORTARIA Nº 138/2017
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei.	

RESOLVE

Art. 1º Fica pela presente Portaria CONCEDIDO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO relativo ao período aquisitivo 04/14 a 04/17 ao servidor municipal FLÁVIO VEIVERBERG ROHRIG, na ordem de 3%, conforme o que dispõe na Lei Municipal 629/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 dias do mês de Abril de 2017.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário da Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 139/2017

	PORTARIA Nº 139/2017
EXONERA FUNCIONARIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria EXONERADO o Funcionário Municipal FÁBIO DJONI EINSWEILER, ocupante do cargo de Operador de Máquinas com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 dias do mês de Abril de 2017.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 140/2017

	PORTARIA Nº 140/2017
CONTRATA FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária Municipal ELIZETE ROGGIA, CPF nº 029.301.489-26 em caráter temporário e de excepcional interesse publico, na função de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - A devida contratação será para substituir a vaga da servidora Rosangela Bergonsi que se encontra de Licença por Motivo de Doença, conforme Portaria nº 235/2016.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 dias do mês de Abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 068, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº. 068, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE EVENTOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e conformidade com o art. 51 incisos XI e XXII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

ART. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal de Eventos como membros: Daniel Pereira Michels, Adilson José Martinelo, Isabela Niehues dos Santos, Carlos Alberto Arns Filho, Diego Passarela, Rosimeri de Luca Minatto, Ivonei Córneo, Carla Machado Giassi, Muriel Zanetti, Andressa Westrup Werneck, Fábio Roberto Pirola Pereira, Anderson Luiz Wernke, Tatiane Gonçalves, Paula Pasini Formigoni, Hérlon Camargo de Arruda, Lilian Arns, Sonia Regina Silveira Gonçalves, Evander Tomazi, Idelci Rampinelli, Wilian Acorde Pizzetti, Peterson Bressan, Eduardo Alexandre de Oliveira, Douglas Gonçalves Bortolzzi, Miriam Beckauser da Silva, Darci Gomes Ferreira, Diego Alexandre Frassão, Maciel da Soler, Laênio da Rosa, Raulino Pires Da Silva, Ademir Brandieli Pedro, Felipe Dordeti de Abreu, Daiane Vitali, Maria Sônia Pacheco Tiscoski, Valdecir Tiscoski, Kend Bernardo Trombim Rampinelli, Tainara Silveira Redivo, Érika de Luca Tiscoski Back, Morgana Tomazi da Silva, Sidnei Martinelo, José Paulo Panchera Zuchinali, Éder Ferreira Silva, Jadna Colombo Pereira, Fabiana Rosa, Silvana Goulart Padoim.

Parágrafo único. A Comissão Municipal de Eventos será presidida por Carlos Alberto Arns Filho, secretariada por Felipe Dordete de Abreu.

Art. 2º Os gastos realizados pela Comissão Organizadora para execução de festejos correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º O trabalho realizado pelos membros da referida Comissão é considerado serviço público relevante, sem ônus para o Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, principalmente os Decretos nº 46/2003, 89/2005 e 45/2011.

Forquilha/SC, de 13 de março de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no Mural e registrado em 13 de março de 2017

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças**EXTRATO DE CONTRATO FMS 17/2017**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 17/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO – aquisição de material médico cirúrgico e material odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 4.306,92 (quatro mil trezentos e seis reais e noventa e dois centavos).

VIGÊNCIA – 31/07/2017

DOTAÇÃO – 1701.2050 fonte de recurso 3390.73; 1701.2050 fonte de recurso 3390.696; 1701.2052 fonte de recurso 3390.740; 1701.2057 fonte de recurso 3390.742; 1701.2058 fonte de recurso 3390.740; 1701.2062 fonte de recurso 3390.696; 1701.2062 fonte de recurso 3390.745.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 02/FMS/2017

DATA DA ASSINATURA – 16 de fevereiro de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal**EXTRATO DE CONTRATO PMF 19/2017**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 19/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – OEDING ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA EPP

OBJETO – Prestação de serviços de assessoria técnica especializada nas áreas contábil, administrativa e financeira da Prefeitura Municipal, com execução de carga horária variável de acordo com a necessidade da contratante.

VALOR – Valor por hora trabalhada R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) perfazendo um valor global de R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA – 31/12/2017

DOTAÇÃO – 401.2010 fonte de recurso 3390 (80).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 33/PMF/2017.

DATA DA ASSINATURA – 17 de março de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal**EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 02/2017**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 02/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 33/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

DO OBJETO – credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde por meio de consultas de especialidades. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 33/FMS/2016 de 31/03/2017 para 31/05/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 17 de março de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 18/2017

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 18/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 45/2015
CONCEDENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONCESSIONÁRIO – COOPERNOVA - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA NOVA FORÇA

DO OBJETO – fornecimento à Concessionária de diversas máquinas e equipamentos listados na Cláusula Primeira do termo contratual, para fomento da produção leiteira.

DA ALTERAÇÃO – A partir da presente data, reintegra-se a posse dos seguintes equipamentos e máquinas ao Cedente: 01 (um) ancinho enleirador, marca Luma; 01 (uma) mini enfardadeira, marca Finardi; 01 (uma) mini empacotadeira para pré-secado, marca Finardi; 01 (uma) segadeira condicionadora, marca BCS; e 01 (um) trator 4x4, marca Mahindra.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Artigos 58 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 15 de março de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.225, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 2.225, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPOSITIVOS VETADOS PELO PREFEITO MUNICIPAL E MANTIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, DO PROJETO QUE SE TRANSFORMOU NA 2.225, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, MANTEVE, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, PROMULGO os seguintes dispositivos da Lei nº 2.225, de 29 de dezembro de 2016:

Art. 10.
§ 3º Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a alterar por ato próprio o orçamento da Câmara, no mesmo programa orçamentário.

Art. 11. Os valores previstos para cada projeto e atividade, representam uma previsão de custo que a administração municipal pretende executar ao longo do exercício, respeitando os limites fixados por elementos da despesa em cada unidade orçamentária, podendo ser utilizados os seus saldos orçamentários ou não, dentro de cada projeto e atividade ou operações especiais às dotações de um elemento de despesa para outro, mediante autorização legislativa.

Art. 13.

.....

II – Utilizar os recursos da Reserva de Contingência, de conformidade com o disposto no Anexo de Riscos Fiscais da LDO, no que se refere ao atendimento de passivos contingentes e outros eventos fiscais imprevistos, inclusive a suplementares elementos de despesas/modalidades de aplicação orçadas a menor.

III – Corrigir os saldos dos Orçamentos pelo IGPM da Fundação Getulio Vargas (FGV), através de Decreto do Executivo.

IV – Efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados nas atividades e/ou projetos pertencentes ao mesmo Órgão ou Secretaria Municipal, até o limite de seu saldo.

V – Utilizar os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações.

VI – Celebrar Convênio com o Governo Federal e Estadual, por intermédio de seus órgãos da administração direta e indireta, objetivando a realização de obras e serviços de interesse do Município.

VII – Realizar Operações de Créditos para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 14. As Destinações de Recursos poderão ser alteradas somente mediante autorização legislativa.

Art. 15. Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, mediante autorização legislativa.

Art. 17. Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.902/2013 de 25 de Setembro de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 - Lei Municipal nº. 2.203/2016 de 25 de Agosto de 2016 e nos Anexos da Lei Orçamentária/2017, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei, mediante autorização legislativa.

Forquilha/SC, 20 de março de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de março de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

1º ADITIVO DE EDITAL DE ACT Nº 0002-2017

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0002, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERAÇÃO DO VENCIMENTO DAS FUNÇÕES DE CÓDIGO 01 E 2

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Que encontra-se alterado no Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário – ACT, n. 0002, de 17 de janeiro de 2017, no quadro geral e especial de inscrição o valor de vencimento da função de código 1 e 2 (Professor de Filosofia e Teologia quadro geral e especial respectivamente), tendo em vista a revisão geral anual estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 192 de 21 de fevereiro de 2017. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio “www.fraiburgo.sc.gov.br”. Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 30 de março de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

1º ADITIVO DE EDITAL DE ACT Nº 0003-2017

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0003, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERAÇÃO DO VENCIMENTO DA FUNÇÃO DE CÓDIGO 01

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Que encontra-se alterado no Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário – ACT, n. 0003, de 30 de janeiro de 2017, no quadro de inscrição o valor de vencimento da função de código 1 (Auxiliar Educacional – Educação Infantil), tendo em vista a revisão geral anual estabelecida pela Lei Municipal 2352 de 21 de fevereiro de 2017. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio “www.fraiburgo.sc.gov.br”. Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 30 de março de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

1º ADITIVO DE EDITAL DE ACT Nº 0004-2017

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0004, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERAÇÃO DO VENCIMENTO DA FUNÇÃO DE CÓDIGO 01

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Que encontra-se alterado no Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário – ACT, n. 0004, de 30 de janeiro de 2017, no quadro geral de inscrição o valor de vencimento da função de código 1 (Professor de Educação Infantil), tendo em vista a revisão geral anual estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 192 de 21 de fevereiro de 2017. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio “www.fraiburgo.sc.gov.br”. Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 30 de março de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

1º ADITIVO DE EDITAL DE ACT Nº 0005-2017

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0005, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERAÇÃO DO VENCIMENTO DAS FUNÇÕES DE CÓDIGO 01 E 2

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Que encontra-se alterado no Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário – ACT, n. 0005, de 30 de janeiro de 2017, no quadro geral de inscrição o valor de vencimento da função de código 1 (Agente de Serviços Gerais – Feminino Dez de Novembro) e código 2 (Auxiliar de Alimentação e Nutrição – Lau Mello), tendo em vista a revisão geral anual estabelecida pela Lei Municipal 2352 de 21 de fevereiro de 2017. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio “www.fraiburgo.sc.gov.br”. Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone

(49) 3256-3043.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 30 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

1º ADITIVO DE EDITAL DE ACT Nº 0006-2017

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0006, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERAÇÃO DO VENCIMENTO DAS FUNÇÕES DE CÓDIGO 01 E 2

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Que encontra-se alterado no Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário – ACT, n. 0006, de 30 de janeiro de 2017, no quadro geral e especial de inscrição o valor de vencimento das funções de código 1 e 2 (Professor de Língua Inglesa quadro geral e especial respectivamente), tendo em vista a revisão geral anual estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 192 de 21 de fevereiro de 2017. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio “www.fraiburgo.sc.gov.br”. Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 30 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

1º ADITIVO DE EDITAL DE ACT Nº 0007-2017

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0007, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017.

ALTERAÇÃO DO VENCIMENTO DAS FUNÇÕES DE CÓDIGO 01 E 2

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Que encontra-se alterado no Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário – ACT, n. 0007, de 08 de fevereiro de 2017, no quadro geral e especial de inscrição o valor de vencimento das funções de código 1 e 2 (Professor – Atendimento Educacional Especializado quadro geral e especial respectivamente), tendo em vista a revisão geral anual estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 192 de 21 de fevereiro de 2017. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado

na íntegra na internet no sítio “www.fraiburgo.sc.gov.br”. Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 30 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

2º ADITIVO DE EDITAL DE ACT Nº 0006-2017

2º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0006, DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERA A REDAÇÃO DO ITEM 1.3.1 E 1.4

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Fica alterada a redação do item 1.3.1 e 1.4 do Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário – ACT, n. 0006, de 30 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: “1.3.1 - Ao inscrever-se para o quadro geral de inscrições de que trata o item 1.3, deste edital, o candidato deverá atender os requisitos da área de atuação, disciplina e nível de escolaridade exigidos para a habilitação que deseja realizar sua inscrição, quais sejam: Obrigatório Formação Superior com Licenciatura em Língua Inglesa ou Letras com Habilitação em Língua Inglesa e/ou Pós-Graduação em Língua Inglesa 1.4 – Ao inscrever-se para o quadro especial- Obrigatório Formação Superior Completa e/ou Licenciatura Plena em Pedagogia com no mínimo 200 (duzentas) horas de curso de Inglês - ou Pós Graduação Latu Sensu cursando em Língua Inglesa e/ ou com declaração de tempo de serviço na área de Língua Inglesa.” Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio “www.fraiburgo.sc.gov.br”. Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 30 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

2º ADITIVO DE EDITAL DE ACT Nº 0008-2017

2º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0008, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

ALTERAÇÃO DO VENCIMENTO DAS FUNÇÕES DE CÓDIGO 01 E 2

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Que encontra-se alterado no Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário – ACT, n. 0008, de 14 de fevereiro de 2017, no quadro geral de inscrição o valor de vencimento das funções de código 1 (Agente de Serviços Gerais – Feminino Dez de Novembro) e código 2 (Auxiliar de Alimentação e Nutrição – Lau Mello), tendo em vista a revisão geral anual estabelecida pela Lei Municipal 2352 de 21 de fevereiro de 2017. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio “www.fraiburgo.sc.gov.br”. Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 30 de março de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

AT17PMF39

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF39

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: MACÇÃ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DESIDRATADOS LTDA EP

Valor : R\$6.707,40 (seis mil setecentos e sete reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 20/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA, DE MAÇÃ INTEGRAL FATIAS, PARA CONSUMO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (FMS).

Fraiburgo, 31 de Março de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

AT17PMF40

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF40

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: AVAJ PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA

Valor : R\$34.347,95 (trinta e quatro mil trezentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos)

Vigência : Início: 23/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TENDAS, GRADES DE PROTEÇÃO E BANHEIROS QUÍMICOS, PARA USO NAS FESTIVIDADES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME, DURANTE O PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

AT17PMF41

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF41

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: BANXAP BANHEIROS MÓVEIS LTDA ME

Valor : R\$57.636,00 (cinquenta e sete mil seiscentos e trinta e seis reais)

Vigência : Início: 23/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TENDAS, GRADES DE PROTEÇÃO E BANHEIROS QUÍMICOS, PARA USO NAS FESTIVIDADES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME, DURANTE O PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

AT17PMF42

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF42

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: BELLOS EVENTOS LTDA EPP

Valor : R\$382.388,00 (trezentos e oitenta e dois mil trezentos e oitenta e oito reais)

Vigência : Início: 23/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TENDAS, GRADES DE PROTEÇÃO E BANHEIROS QUÍMICOS, PARA USO NAS FESTIVIDADES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME, DURANTE O PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

AT17PMF43

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF43

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: BRITAGEM GASPAR LTDA

Valor : R\$1.028.800,00 (um milhão vinte e oito mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 24/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PEDRA BRITA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

AT17PMF44
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF44
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FRAYGAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP
Valor : R\$126.055,00 (cento e vinte e seis mil e cinquenta e cinco reais)
Vigência : Início: 27/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG, CILINDRO DE GÁS P45 E BOTIJÃO VAZIO DE 13 KG, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI E FMS), DURANTE OS MESES DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

AT17PMF45
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF45
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: COMPANHIA ULTRAGÁZ S.A
Valor : R\$2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 27/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG, CILINDRO DE GÁS P45 E BOTIJÃO VAZIO DE 13 KG, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI E FMS), DURANTE OS MESES DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

AT17PMF46
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF46
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME
Valor : R\$78.335,30 (setenta e oito mil trezentos e trinta e cinco reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

AT17PMF47
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF47
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP
Valor : R\$13.097,00 (treze mil e noventa e sete reais)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

AT17PMF48
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF48
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LTDA
Valor : R\$180.424,50 (cento e oitenta mil quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

AT17PMF49
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF49
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP
Valor : R\$63.773,96 (sessenta e três mil setecentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

AT17PMF50
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF50
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : R\$57.339,99 (cinquenta e sete mil trezentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos)
Vigência : Início: 30/03/2017 Término: 30/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL (CRAS, CREAS, GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE, FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E EQUOTERAPIA), DURANTE OS MESES DE MARÇO A AGOSTO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0004-2017 DOM
AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 0004/2017 – PMF
Processo Administrativo Licitatório nº 0082/2017 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares na Rua Guido Brandt – Trecho 03, no Bairro São Miguel, nesta cidade, com extensão de 101,50 metros, com área a pavimentar de 1.034,36 metros quadrados, com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo. Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Global; Julgamento: Menor Preço GLOBAL. RECURSOS: Próprios. Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 20.04.2017, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até às 14:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 14:15 horas do mesmo dia. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: www.fraiburgo.sc.gov.br sem ônus.
Fraiburgo(SC), 31 de março de 2017.
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0021-2017-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0081/2017 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0021/2017
Objeto: Dispensa de Licitação com base no Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93, para locação de um imóvel para fins educacionais (SENAI), sendo uma edificação em alvenaria com dois pavimentos, coberta com chapas de fibrocimento, medindo 1.700,00 m² sobre os Lotes nºs 0004 e 0012, e lotes 03 e 13 sem benfeitorias, de uso exclusivo para estacionamento, todo cercado, ambos da quadra 597, localizados nas Ruas José Francisco dos Santos e Carlos Alberto Schweitzer no Bairro Portal, nesta cidade de Fraiburgo/SC. Empresa Contratada: INCORPORADORA DE IMÓVEIS BOM FUTURO LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.245.270/0001-89. Valor Total do Contrato: R\$ 186.333,30 (cento e oitenta e seis mil trezentos e trinta e três reais e trinta centavos) e será pago em 10 (dez)

parcelas mensais de R\$ 18.633,33 (dezoito mil seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).
Fraiburgo(SC), 31 de março de 2017.
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE FRACASSO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019_2017-PMF RP 0017 - DOM

AVISO DE FRACASSO
Pregão Presencial nº 0019/2017 – PMF
Registro de Preços Nº 0017/2017 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Prefeita de Fraiburgo torna público que a licitação com numeração mencionada acima, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de grama sintética, para uso nos parques infantis do Município e outras áreas escolares, restou FRACASSADA pelas seguintes razões: a licitante MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA ME pediu sua desclassificação e não participou da fase de disputa de lances alegando ter cotado valor menor que o seu custo; em seguida a primeira classificada: ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA foi inabilitada por não ter apresentado documentos exigidos no item 6.2.1 “a” (prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)); ainda no mesmo ato a segunda classificada: TOTAL SPORTS LTDA foi inabilitada por não ter apresentado documentos exigidos no item 6.2.1 “a” (prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)); em seguida a terceira classificada: VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME foi inabilitada por não ter apresentado documentos exigidos no item 6.2.2 “g” (Declaração emitida pela empresa atestando que não possui em seu quadro societário servidor público ou da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista)”. Contudo, após a habilitação da quarta empresa classificada, seja esta a L.A. CN INFORMÁTICA LTDA ME, sua amostra foi reprovada pelos motivos especificados no Laudo de Aceitabilidade anexo ao Processo.

Fraiburgo (SC), 30 de março de 2017.
Claudete Gheller Mathias – Prefeita

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0025_2017-PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0025/2017 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0080/2017 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
Objeto: Inscrição para o curso de capacitação Nº 10 – Segurança em Instalações e Serviços com eletricidade básico do servidor Leandro de Jesus da Silva, matrícula Nº. 9332, com carga horária de 40 horas, com início para dia 01/04/2017 e término dia 31/05/2017. Contratada: SERVIÇO NACIONAL DE APREDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI), inscrito no CNPJ de nº 03.774.688/0042-23. Valor Total: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais). Fundamento legal: Artigo 25, II, C/C art.13, da Lei 8.666/93
Fraiburgo(SC), 31 de março de 2017.
Claudete Gheller Mathias – Prefeita

CT17PMF42
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF42
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: EMP. PESQ. AGROP. E EXT. RURAL DE STA CAT.

EPAGRI

Valor : R\$35.486,10 (trinta e cinco mil quatrocentos e oitenta e seis reais e dez centavos)

Vigência : Início: 23/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 23/2017

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA CONTRATADA A CONTRATANTE, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO (PAT), BEM COMO DISPONIBILIZAR UM PROFISSIONAL, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, COM ATUAÇÃO DIRETA NO PROGRAMA PISA DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

CT17PMF43**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF43

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP

Valor : R\$49.308,36 (quarenta e nove mil trezentos e oito reais e trinta e seis centavos)

Vigência : Início: 27/03/2017 Término: 25/06/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONSTRUÇÃO DE MURO EM ALVENARIA NA PARTE EXTERNA DA OBRA, FECHAMENTO COM CERCAS DE FERRO, E REFORMA DAS INSTALAÇÕES INTERNAS DA ACADEMIA DE SAÚDE, LOCALIZADA NA AVENIDA MICHELLE SIMONETTI Nº 510, NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NESTE MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL).

Fraiburgo, 31 de Março de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

DECRETO Nº 097-2017

DECRETO Nº 097, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

ALTERA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO DE FRAIBURGO – ORTFRAI.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, CLAUDETE GHELLER MATHIAS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n.º 1524, de 30 de agosto de 2000, alterada e consolidada pela Lei n.º 2053, de 30 de março de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros titulares para o Órgão Executivo de Trânsito no Município de Fraiburgo:

I - Órgão Superior:

a) Georges dos Reis Santos – representante do Poder Executivo Municipal;

Moisés Amadeu Patrício – representante suplente do Poder Executivo Municipal;

b) João Carlos Padilha – representante da Procuradoria-Geral;
João Rudinei Belotto – representante suplente da Procuradoria-Geral;

c) Denilson Dalagnol – representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Roalves Polese – representante suplente da Secretária de Educação,

Cultura e Esportes;

d) Sebastião Olívio Ferreira Leal – representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Giovani Diego Girardi - representante suplente da Secretaria Municipal de Saúde;

e) Gelson Donizete de Souza – representante da Secretária de Infraestrutura Urbana;

Ricardo Schirmer - representante suplente da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

f) Tiago Ziolkowski – representante da ACIAF;

Sidnei Rezzadori – representante suplente da ACIAF;

g) Adilson José Dias – representante da Câmara Municipal de Vereadores de Fraiburgo;

José Darcy Soares França - representante suplente da Câmara Municipal de Vereadores de Fraiburgo;

h) Mariá Aparecida Lázzari – representante da Polícia Civil;

Caroline Zeni Ribeiro – representante suplente da Polícia Civil;

i) Cleiton Frigotto – representante da Polícia Militar;

Izaías Lemos de Oliveira – representante suplente da Polícia Militar;

j) Denise Zago Gugel – representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fraiburgo - CDL;

Gian Carlo Meister Burda – representante suplente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fraiburgo - CDL.

k) Elias Boçois - representante da Associação dos Engenheiros e Agrônomos de Fraiburgo – ASSEAF;

Paulo Henrique Steinwandter - representante suplente da Associação dos Engenheiros e Agrônomos de Fraiburgo – ASSEAF.

II – Órgão Executor:

a) Jessé da Cruz – diretor administrativo;

b) Gilmar Silva – diretor técnico.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, 31 DE MARÇO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DELIBERAÇÃO CMS 004

DELIBERAÇÃO 004/CMS/2017

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião extraordinária realizada no dia 29 de março de 2017, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU por unanimidade, as contas do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo referente o exercício 2016, conforme ATA Nº 004/2017.

Fraiburgo (SC), 29 de março de 2017.

Idione Fantinel

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DELIBERAÇÃO CMS 005

DELIBERAÇÃO 005/CMS/2017

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião extraordinária realizada no dia 29 de março de 2017, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU por unanimidade, o Relatório Anual de Gestão – RAG 2016,

conforme ATA Nº 004/2017.

Fraiburgo (SC), 29 de março de 2017.

Idione Fantinel

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DELIBERAÇÃO CMS 006

DELIBERAÇÃO 006/CMS/2017

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião extraordinária realizada no dia 29 de março de 2017, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU por unanimidade, a Pactuação Interfederativa para o ano 2017, conforme ATA Nº 004/2017.

Fraiburgo (SC), 29 de março de 2017.

Idione Fantinel

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DELIBERAÇÃO CMS 007

DELIBERAÇÃO 007/CMS/2017

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião extraordinária realizada no dia 29 de março de 2017, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU por unanimidade, a Tabela de Exames Laboratoriais 2017 e o valor fixo para coleta na UPA em regime de sobreaviso nas 12 horas diárias (das 10:00 às 22:00) todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês, conforme ATA Nº 004/2017.

Fraiburgo (SC), 29 de março de 2017.

Idione Fantinel

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DELIBERAÇÃO CMS 008

DELIBERAÇÃO 008/CMS/2017

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião extraordinária realizada no dia 29 de março de 2017, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU por unanimidade, a contratação de serviços médicos ambulatoriais para atendimento dos pacientes do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS com consultas médicas na especialidade de Neurologia, sendo prioritariamente para crianças e adolescentes encaminhados pelas escolas do Município, com valor fixado em R\$ 100,00 (cem reais) por consulta médica, ficando ressaltado que os serviços deverão ser prestados nas instalações do CAPS de Fraiburgo, conforme ATA Nº 004/2017.

Fraiburgo (SC), 29 de março de 2017.

Idione Fantinel

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

EDITAL RERRATIFICAÇÃO IPTU 2017 - 2

EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 0001/2017

O Edital de Notificação de Lançamento nº 0001/2017, relativo ao IPTU de 2017, fica retificado em seu item V, passando a vigorar com a seguinte redação: V - Impugnações: os tributos acima mencionados poderão ser objeto de impugnação até a data de 07/04/2017, obedecido o disposto nos artigos 609 e seguintes do Código Tributário Municipal. Os demais itens do Edital ficam ratificados.

Fraiburgo, 31 de março de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 1264/2017

PORTARIA Nº 1264, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0921/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ANA CLAUDIA GANSALA DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 552.078.129-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, no período de 03 de abril de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1265/2017

PORTARIA Nº 1265, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0922/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ROSE DORINI RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.465.509-94, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, no período de 03 de abril de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12662017

PORTARIA Nº 1266, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0923/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ROSELI DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.338.319-22, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, no período de 03 de abril de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12672017

PORTARIA Nº 1267, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0915/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 8 horas semanais a professora Fabiana das Graças de Oliveira, que se encontra em Licença Maternidade;

Considerando que está substituindo por 5 horas a professora Sulamara Iachtzki, a qual assumiu as aulas de Língua Portuguesa na EM José de Anchieta;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 22 (vinte e duas) para 36 (trinta e seis) horas semanais, da servidora JÉSSICA CAMPOLIM DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.225.259-22, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR

– ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA, no período de 03 de abril de 2017 até 04 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12682017

PORTARIA Nº 1268, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0916/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 17 horas semanais a professora Sirley Antunes Moreira Fantinel, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 37 (trinta e sete) horas semanais, do servidor ANTONIO LAÉRCIO CARVALHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 023.169.159-90, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA, no período de 03 de abril de 2017 até 03 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12692017

PORTARIA Nº. 1269, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0917/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional – Educação Infantil para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NOELI DE FATIMA

GONÇALVES CORREA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 987.836.029-68, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12702017

PORTARIA Nº. 1270, DE 31 DE MARÇO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0918/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 16 horas semanais a professora Roseli Alves de Souza Gemo, que se encontra em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DIEGO ZORNITTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 054.380.029-67, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 17 horas semanais, no período de 03 de abril de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12712017

PORTARIA Nº. 1271, DE 31 DE MARÇO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0029 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0920/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a

professora Marcia Aparecida Schwenter Machado, que se encontra afastada dos exercícios da função, conforme a portaria 1233/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIÉLE PADILHA DA SILVA PONTES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 009.786.789-66, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2017 até 15 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12722017

PORTARIA Nº. 1272, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 014/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FABIANO GATTI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 019.938.479-79, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12732017

PORTARIA Nº. 1273, DE 31 DE MARÇO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0022 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 019/2017, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando a necessidade dos serviços de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALESSON ALEXANDRE BOAVENTURA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 064.453.769-83, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12742017

PORTARIA Nº. 1274, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 014/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FABIANO GATTI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 019.938.479-79, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de março de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT17PMF32-32A-32B**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº: TA.AT17PMF32-32A-32B- Contrato Nº: AT16PMF137
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Vigência : Início: 22/03/2017 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 146/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA EM COMUM ACORDO E EM DECORRÊNCIA DA VARIAÇÃO DO PREÇO DO LEITE NO MERCADO, RESOLVEM REDUZIR O VALOR DO LITRO A PARTIR DO DIA 23.03.2017, PASSANDO DE R\$ 3,00 (TRÊS REAIS) PARA R\$ 2,85 (DOIS REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, PARA ATÉ A DATA DE 30/04/2017.
RESOLVEM ADITIVAR EM 25% A QUANTIDADE DO ITEM 01.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA.AT17PMF33-33A-33B**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº...: CT17PMF43
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Valor : R\$49.308,36 (quarenta e nove mil trezentos e oito reais e trinta e seis centavos)
Vigência : Início: 27/03/2017 Término: 25/06/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONSTRUÇÃO DE MURO EM ALVENARIA NA PARTE EXTERNA DA OBRA, FECHAMENTO COM CERCAS DE FERRO, E REFORMA DAS INSTALAÇÕES INTERNAS DA ACADEMIA DE SAÚDE, LOCALIZADA NA AVENIDA MICHELLE SIMONETTI Nº 510, NO BAIRRO SÃO MIGUEL, NESTE MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL).

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA.AT17PMF34**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT17PMF34 - Contrato Nº: AT16PMF131
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME
Vigência : Início: 23/03/2017 Término: 31/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31/05/2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA.AT17PMF35-35A**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT17PMF35-35A - Contrato Nº: AT16PMF132
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME
Valor : R\$8.601,13 (oito mil seiscentos e um reais e treze centavos)
Vigência : Início: 23/03/2017 Término: 31/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31/05/2017. AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DOS ITENS 14,15,16,E 17.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA17PMF25**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA17PMF25 - Contrato Nº: CT14PMF108
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: A.R.G INDUSTRIAL LTDA
Vigência : Início: 17/03/2017 Término: 18/05/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 9/2014
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ANDRÉ CARLOS CHELLI, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 18 DE MAIO DE 2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA17PMF26**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA17PMF26 - Contrato Nº: CT14PMF145
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME
Vigência : Início: 18/03/2017 Término: 19/05/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 17/2014
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. ANDRÉ CARLOS CHELLI, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 19.05.2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA17PMF27**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA17PMF27 - Contrato Nº: CT16PMF30
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Vigência : Início: 21/03/2017 Término: 25/05/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2016
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. ANDRÉ LUIZ CHELLI, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.1) DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 25.05.2017.

Fraiburgo, 30 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA17PMF28**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA17PMF28 - Contrato Nº: CT16PMF125
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FEMAKS - CONSTRUTORA E INCORPORADORA

LTDA EPP

Vigência : Início: 22/03/2017 Término: 27/04/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 23/2016
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. ANDRÉ CARLOS CHELLI, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 27.04.2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA17PMF29**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA17PMF29 - Contrato Nº: CT15PMF115
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Valor : R\$30.898,07 (trinta mil oitocentos e noventa e oito reais e sete centavos)
Vigência : Início: 22/03/2017 Término: 30/03/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 18/2015
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA DECRÉSCIMO NO VALOR R\$ 30.898,07 (TRINTA MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETE CENTAVOS) DETALHADAS NA PLANILHA DE ADITIVO CONTRATUAL AUTORIZADA E JUSTIFICATIVA DO FISCAL DA OBRA SR. FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA (ANEXO AO PROCESSO).

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

TA17PMF30**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA17PMF30 - Contrato Nº: CT15PMF115
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 30/04/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 18/2015
Objeto : FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO, CONFORME SOLICITAÇÃO, PARA ATÉ A DATA DE 30.04.2017.

Fraiburgo, 31 de Março de 2017
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

BALANÇO CONSOLIDADO 2016**SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	92.856.576,35	DESPESAS CORRENTES	84.372.934,84
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.645.187,52	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.314.500,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.493.471,39	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	92.353,40
RECEITA PATRIMONIAL	1.620.574,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.966.080,46
RECEITA DE SERVIÇOS	5.984.202,84		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	66.588.728,81		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.524.411,79		
		SUPERAVIT	8.483.641,51
TOTAL	92.856.576,35	TOTAL	92.856.576,35
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	8.483.641,51		
RECEITAS DE CAPITAL	5.489.995,25	DESPESAS DE CAPITAL	9.594.817,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.588.063,61	INVESTIMENTOS	9.011.748,61
ALIENAÇÃO DE BENS	181.527,06	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	583.069,24
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.720.404,58		
		SUPERAVIT	4.378.818,91
TOTAL	98.346.571,60	TOTAL	98.346.571,60

Resumo

RECEITAS CORRENTES	92.856.576,35	DESPESAS CORRENTES	84.372.934,84
RECEITAS DE CAPITAL	5.489.995,25	DESPESAS DE CAPITAL	9.594.817,85
		SUPERAVIT	4.378.818,91
TOTAL	98.346.571,60	TOTAL	98.346.571,60

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZOLLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.711.564,83
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.516.106,78
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.516.106,78	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	37.824,40		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	37.824,40		
3.1.90.05.00.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	4.796,71		
3.1.90.05.55.00.00.00	Salário Maternidade	4.796,71		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.187.107,01		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	860.530,44		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	4.554,75		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	59.990,57		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	51.844,87		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	88.836,59		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	4.622,82		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	98.619,70		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	18.107,27		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	284.141,47		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	284.141,47		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	2.237,19		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	29,29		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	2.207,90		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			195.458,05
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		195.458,05	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	21.734,08		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	21.734,08		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	17.042,40		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	12.245,05		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	251,92		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	138,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	8,33		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	10,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	4.384,10		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	5,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.976,60		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	1.976,60		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	55.555,88		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	958,90		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	1.815,00		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	1.950,00		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	33.963,03		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	440,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	497,10		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	3.604,50		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	11.144,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.183,35		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	64.605,68		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	64.605,68		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	34.543,41		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	34.543,41		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			689,96
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			689,96
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		689,96	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	689,96		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	689,96		
Total da Unidade:				1.712.254,79

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		0,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0,00		
Total da Unidade:				0,00

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 03 - Cultura

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			933.943,15
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			490.766,40
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		490.766,40	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	124.473,89		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	124.473,89		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	280.056,20		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	199.210,37		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	4.975,96		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	3.840,91		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	22.757,11		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	27.173,71		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	1.695,48		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	18.564,32		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	1.838,34		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	82.271,69		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	82.271,69		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	3.964,62		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	3.333,33		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	631,29		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			443.176,75
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		33.500,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	33.500,00		
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	33.500,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		409.676,75	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	4.816,90		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	4.816,90		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	129.709,47		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	2.934,03		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	658,00		
3.3.90.30.05.00.00.00	Explosivos e Munições	341,00		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	23.141,32		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.044,21		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	596,94		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	319,10		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	2.930,52		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	2.260,06		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	53.406,58		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	764,84		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	115,20		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	1.128,98		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	846,83		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	9.042,16		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	30.179,70		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	450,00		
3.3.90.31.01.00.00.00	Premiações Culturais	450,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	2.280,00		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	2.280,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	242.107,30		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	600,00		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	27.574,74		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	767,50		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	6.588,25		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	220,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	42.165,01		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 03 - Cultura

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	900,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	1.007,76		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	5.681,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	320,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	108,04		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	3.504,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	2.623,00		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	7.155,70		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	142.892,30		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	30.313,08		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	30.313,08		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			6.200,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			6.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.200,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	6.200,00		
4.4.90.52.26.00.00.00	Instrumentos Musicais e Artísticos	2.970,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	150,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	290,00		
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	2.790,00		

Total da Unidade: 940.143,15

Total do Órgão: 2.652.397,94

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 03 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Unidade Orçamentária: 01 - Procuradoria Geral do Município

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			816.767,74
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			749.896,68
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		749.896,68	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	626.960,02		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	410.947,87		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	35.508,46		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	53.005,10		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	27.763,33		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	46.204,41		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	5.564,69		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	33.797,54		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	14.168,62		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	122.936,66		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	122.936,66		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			66.871,06
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		66.871,06	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	6.725,12		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	6.725,12		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	684,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	684,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	48.340,06		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	750,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	4.083,10		
3.3.90.39.66.00.00.00	Serviços Judiciários	43.404,80		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	102,16		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	11.121,88		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	11.121,88		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			270,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			270,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		270,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	270,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	270,00		
Total da Unidade:				817.037,74
Total do Órgão:				817.037,74

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 7

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 04 - CONTROLADORIA INTERNA

Unidade Orçamentária: 01 - Controladoria Interna

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			176.081,22
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			170.394,86
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		170.394,86	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	142.519,47		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	113.701,75		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	16.988,54		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	9.556,06		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	2.273,12		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	27.875,39		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	27.875,39		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.686,36
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.686,36	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	3.089,62		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	3.089,62		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	668,10		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	370,00		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	68,10		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	230,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	1.928,64		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	1.928,64		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			6.450,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			6.450,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.450,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	6.450,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	3.100,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	3.350,00		
Total da Unidade:				182.531,22
Total do Órgão:				182.531,22

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 8

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração e Planejamento

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.465.854,80
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.975.598,78
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		40.716,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	40.716,00		
3.1.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	40.716,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.934.882,78	
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	11.110,37		
3.1.90.01.01.00.00.00	Proventos - Pessoal Civil	11.110,37		
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	184.536,96		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	184.536,96		
3.1.90.05.00.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	11.551,61		
3.1.90.05.55.00.00.00	Salário Maternidade	11.551,61		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.384.449,67		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	903.250,40		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	73.073,47		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	50.681,84		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	100.936,75		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	112.108,95		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	3.487,49		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	107.132,02		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	33.778,75		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	332.852,76		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	332.852,76		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	10.381,41		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	4.139,12		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	6.242,29		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.490.256,02
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		126.685,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	126.685,00		
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	126.685,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		12.876,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	12.876,00		
3.3.71.70.01.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	12.876,00		
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		23.000,00	
3.3.72.39.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	23.000,00		
3.3.72.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	23.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.254.046,62	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	12.713,63		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	12.713,63		
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	88.102,82		
3.3.90.18.99.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Estudantes	88.102,82		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	163.657,92		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	19.651,54		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	1.037,50		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	9.008,31		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	17.864,42		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	28.897,41		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	2.520,64		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	11.201,58		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	36.913,07		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	9.559,11		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	803,59		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	7.884,86		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	225,00		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 9

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração e Planejamento

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	11.138,76		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	6.952,13		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	267,84		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	267,84		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	749,00		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	600,00		
3.3.90.36.18.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equipamentos	149,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	824.402,47		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	5.000,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	3.087,55		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	26.492,98		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	246.000,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	117.058,63		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	1.940,10		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	13.321,34		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.758,68		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	3.984,98		
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	1.220,00		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	65,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	63.808,09		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	8.827,70		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	5.800,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	20.958,84		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	3.489,30		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	513,26		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	7.067,40		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	1.600,42		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	1.279,74		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	30.860,20		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	71.157,11		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	20.513,52		
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	875,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Servicos de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	7.181,99		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	126.008,57		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	34.532,07		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	163.555,64		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	163.555,64		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	120,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Servicos de Terc - PF	120,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	477,30		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	477,30		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		73.648,40	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	73.648,40		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	73.648,40		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			48.310,50
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			48.310,50
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		2.088,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	2.088,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	2.088,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		46.222,50	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	46.222,50		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.076,90		
4.4.90.52.24.00.00.00	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	556,62		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 10

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração e Planejamento

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	7.200,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	6.460,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	20.393,98		
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.788,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	8.747,00		

Total da Unidade: 3.514.165,30

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 11

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			11.840,85
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			11.840,85
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		11.840,85	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	433,50		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	433,50		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	2.500,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.500,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	8.407,35		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	148,74		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	4.250,61		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.008,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	500,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	500,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			407.932,92
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			407.932,92
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		407.932,92	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	407.932,92		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	1.510,92		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	391.572,00		
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	14.850,00		

Total da Unidade: 419.773,77

Total do Órgão: 3.933.939,07

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 12

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Finanças

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.600.642,28
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.495.355,72
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.495.355,72	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	93.995,61		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	93.995,61		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.140.545,56		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	769.683,63		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	63.833,08		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	43.932,46		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	78.271,63		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	87.674,40		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	78.169,88		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	18.980,48		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	257.450,19		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	257.450,19		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	3.364,36		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	2,73		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	3.361,63		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.105.286,56
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.105.286,56	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	17.164,99		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	17.164,99		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	32.956,97		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	9.901,78		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	7.020,34		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	11.701,25		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	80,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	4.218,60		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	35,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	Servicos de Consultoria	66.000,00		
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	66.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	10.328,00		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	10.328,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	155.025,77		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	3.917,76		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	77.881,03		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	1.516,40		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	260,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	2.342,50		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	4.377,07		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	4.220,00		
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	1.909,39		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	960,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	7.426,00		
3.3.90.39.66.00.00.00	Serviços Judiciários	6.778,89		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	595,73		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	1.880,40		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	204,30		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	28.116,50		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	513,50		
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	300,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	1.000,00		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	6.758,55		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.067,75		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 13

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Finanças

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	53.816,40		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	53.816,40		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	760.173,47		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	758.283,87		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	1.889,60		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercicios Anteriores	5.750,72		
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.750,72		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	4.070,24		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	4.070,24		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.987,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.987,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.987,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.987,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	145,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	1.842,00		
Total da Unidade:				2.602.629,28

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 14

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 02 - Encargos Gerais

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			594.137,23
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			92.353,40
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		92.353,40	
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos sobre a Divida por Contrato	92.353,40		
3.2.90.22.99.00.00.00	Outros Encargos da Dívida Contratada	92.353,40		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			501.783,83
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		501.783,83	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	3.319,58		
3.3.90.39.66.00.00.00	Serviços Judiciários	3.319,58		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	498.464,25		
3.3.90.91.02.00.00.00	Precatórios Incluídos na Lei de Orçamento	476.459,65		
3.3.90.91.15.00.00.00	Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	22.004,60		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			583.069,24
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA			583.069,24
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		583.069,24	
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Divida Contratual Resgatado	583.069,24		
4.6.90.71.99.00.00.00	Outras Amortizações da Dívida Contratada	583.069,24		
Total da Unidade:				1.177.206,47
Total do Órgão:				3.779.835,75

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 15

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 - Educação Geral

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			35.280.288,91
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			25.150.431,15
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		25.150.431,15	
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	25.455,07		
3.1.90.01.01.00.00.00	Proventos - Pessoal Civil	25.455,07		
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	5.858.234,06		
3.1.90.04.01.00.00.00	Professores Substitutos	5.858.234,06		
3.1.90.05.00.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	85.088,87		
3.1.90.05.55.00.00.00	Salário Maternidade	85.088,87		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	14.531.686,11		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	7.685.165,41		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	337.756,47		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	858.144,75		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	276.857,34		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	1.078.620,63		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	413.201,29		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	1.296.073,74		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	2.585.866,48		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	4.575.675,96		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	4.575.675,96		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	74.291,08		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	45.107,72		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	29.183,36		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.129.857,76
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		4.500,00	
3.3.72.39.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	4.500,00		
3.3.72.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	4.500,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.125.357,76	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	5.224,04		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	5.224,04		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	3.529.192,31		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	104.875,48		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	170.251,90		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	2.125.709,53		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	66.503,43		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	45.306,85		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	88.055,16		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	56,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	15.642,20		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	382.580,73		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	10.684,94		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	317.387,19		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	4.211,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	69.676,17		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	24.488,44		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	2.261,70		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	39.975,80		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	47,00		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	600,00		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	11.779,77		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	49.099,02		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	497.765,29		
3.3.90.32.01.00.00.00	Livros Didáticos	202.289,76		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	295.475,53		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 16

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 - Educação Geral

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	0,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	4.841.826,76		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	1.350,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	6.515,68		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	2.184,31		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	167.457,70		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	53.968,32		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	7.046,20		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	166.818,11		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	2.903,46		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	19.503,69		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	2.200,00		
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	3.100,00		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	1.200,00		
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	1.781.598,83		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	421.591,52		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	2.812,08		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	246.748,00		
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	539,34		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	17.355,65		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	3.227,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	10.445,50		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	3.787,88		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	113.097,00		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	289,43		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	22.177,57		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	3.324,45		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	1.000,00		
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	3.640,36		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	12.653,99		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	61.729,11		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.701.561,58		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	1.251.349,36		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	1.251.349,36		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.091.143,45
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.091.143,45
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.091.143,45	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	809.696,62		
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	41.715,35		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	205.721,17		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	562.260,10		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	277.540,29		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	20.732,26		
4.4.90.52.10.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	12.040,48		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10.261,60		
4.4.90.52.24.00.00.00	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	114,82		
4.4.90.52.26.00.00.00	Instrumentos Musicais e Artísticos	12.783,71		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.200,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	20.049,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	128.632,48		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	225,00		
4.4.90.52.39.00.00.00	Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos	1.282,50		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	68.970,44		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 17

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 - Educação Geral

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	1.248,00		
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	3.906,54		
4.4.90.93.02.00.00.00	Restituições	3.906,54		
Total da Unidade:				36.371.432,36
Total do Órgão:				36.371.432,36

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 18

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 09 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.224.686,10
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			473.485,36
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		17.400,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	17.400,00		
3.1.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	17.400,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		456.085,36	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	34.502,76		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	34.502,76		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	336.678,91		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	237.924,70		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	92,85		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	5.946,41		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	21.148,10		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	24.470,62		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	42.727,68		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	4.368,55		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	79.201,94		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	79.201,94		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	5.701,75		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.936,00		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	3.765,75		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			751.200,74
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		7.308,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	7.308,00		
3.3.71.70.01.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	7.308,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		743.892,74	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	3.257,10		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	3.257,10		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	465.658,82		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	114.611,99		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	9.074,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	552,71		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	221.438,86		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	983,00		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.919,75		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário	8.271,50		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	252,72		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	1.345,69		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	7.720,24		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	6.213,31		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	376,10		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	624,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	37.973,67		
3.3.90.30.40.00.00.00	Material Biológico	32.877,00		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	75,96		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	18.403,66		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	2.265,65		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	679,01		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	699,41		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	699,41		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	250.763,65		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	37.121,38		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	401,80		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	3.742,50		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 19

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 09 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	12.849,58		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	4.633,20		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	5.037,88		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	1.519,17		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	8.760,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	756,31		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	1.549,20		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	3.076,59		
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	430,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	1.284,41		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	7.753,23		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	161.848,40		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	23.513,76		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	23.513,76		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			783.963,77
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			783.963,77
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.740,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	1.740,00		
4.4.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	1.740,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		782.223,77	
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	74,37		
4.4.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	74,37		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	236.886,58		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	236.886,58		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	533.140,89		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	99,90		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	64,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	531.035,01		
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	1.941,98		
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	12.121,93		
4.4.90.93.02.00.00.00	Restituições	12.121,93		
Total da Unidade:				2.008.649,87
Total do Órgão:				2.008.649,87

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 20

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 10 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Infraestrutura

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			6.084.382,34
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.558.146,56
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.558.146,56	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	315.307,44		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	315.307,44		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.708.612,08		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	1.078.114,26		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	44.319,36		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	133.873,93		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	129.823,87		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	141.181,48		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	5.743,41		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	141.057,90		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	34.497,87		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	440.254,65		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	440.254,65		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	93.972,39		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	54.464,21		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	39.508,18		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.526.235,78
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		290.000,00	
3.3.72.70.00.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	290.000,00		
3.3.72.70.01.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	290.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.236.235,78	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	950.113,83		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	284.188,76		
3.3.90.30.03.00.00.00	Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades	801,00		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	8.940,78		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.109,16		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	748,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.895,86		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	3.232,52		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	458,63		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	10.238,74		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	5.366,65		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	4.991,23		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	3.876,55		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	13.358,12		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	4.504,44		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	21.275,50		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	209.026,95		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	3.609,91		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	7.378,05		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	329.432,19		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	12.336,85		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	23.343,94		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	390,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	390,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	8.178,00		
3.3.90.36.21.00.00.00	Manutenção e Conserv de Bens Móveis de Outras Nat	6.828,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.350,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	2.123.268,35		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	13.620,31		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	356,16		

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 21

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 10 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Infraestrutura

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	667,85		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	449,30		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	54.684,41		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	2.914,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	66.335,78		
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	1.087,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	57.672,20		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	1.067.994,56		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	2.037,50		
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	179,78		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	5.088,03		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	1.608,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	2.622,46		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	43.458,30		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	102,15		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	415.404,88		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	4.000,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	2.538,47		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	24.138,87		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	356.308,34		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	152.650,00		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	152.650,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	1.635,60		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	1.635,60		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.499.777,07
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			4.499.777,07
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.499.777,07	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	2.938.137,12		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	263.127,93		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	2.112.059,71		
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	562.949,48		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.493.380,00		
4.4.90.52.24.00.00.00	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	460,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	185,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	376,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	859.900,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	630.460,00		
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	1.999,00		
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	68.259,95		
4.4.90.93.02.00.00.00	Restituições	68.259,95		
Total da Unidade:				10.584.159,41

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 22

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 10 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 02 - Segurança Pública

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			861.416,21
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			861.416,21
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal		50.000,00	
3.3.30.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	50.000,00		
3.3.30.93.02.00.00.00	Restituições	50.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		811.416,21	
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	47.109,82		
3.3.90.18.99.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Estudantes	47.109,82		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	349.621,89		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	52.625,79		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	910,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	48.343,77		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	6.193,63		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	6.832,98		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	43,20		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	682,09		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	7.177,39		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	4.065,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	95.380,97		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	973,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	4.505,13		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	16.745,03		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	2.553,53		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	14.799,91		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	59.944,54		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	326,61		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	5.466,40		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	914,00		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	7.505,74		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	2.540,28		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	11.092,90		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	71.430,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	71.430,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	24.862,33		
3.3.90.36.18.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equipamentos	4.385,92		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	20.476,41		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	306.227,80		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	5.912,45		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	12.419,55		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	7.630,75		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	27.184,40		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	1.596,00		
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	2.135,00		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	600,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	2.664,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	16.974,33		
3.3.90.39.46.00.00.00	Serviços Domésticos	100,00		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	39.501,60		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	2.800,00		
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	305,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	1.504,27		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	4.025,10		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.082,46		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	605,34		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 23

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 10 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 02 - Segurança Pública

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	11.757,46		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	525,00		
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	1.162,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	2.001,75		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	10.434,30		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	153.307,04		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	7.815,32		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	7.815,32		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	4.095,21		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	4.095,21		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	253,84		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	253,84		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			425.301,46
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			425.301,46
4.4.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal		13.151,28	
4.4.30.41.00.00.00.00	Contribuicoes	13.151,28		
4.4.30.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	13.151,28		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		412.150,18	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	64.902,56		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	64.902,56		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	347.247,62		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	4.504,65		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	9.531,72		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.932,40		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	590,00		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	22.743,10		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	25.687,75		
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	13.000,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	20.958,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	248.300,00		
Total da Unidade:				1.286.717,67
Total do Órgão:				11.870.877,08

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 24

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 11 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.971.703,87
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.020.947,99
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.020.947,99	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	197.934,62		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	197.934,62		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	644.632,57		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	418.849,78		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	6.750,02		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	48.259,05		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	22.156,48		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	56.101,24		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	2.854,97		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	61.383,40		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	28.277,63		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	177.337,97		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	177.337,97		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	1.042,83		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	1.042,83		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			950.755,88
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		300.299,81	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	300.299,81		
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	300.299,81		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		650.456,07	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	6.352,91		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	6.352,91		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	234.079,52		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	19.211,40		
3.3.90.30.03.00.00.00	Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades	45,16		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	7.106,20		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	108.061,29		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	2.792,72		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	11.657,44		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	6.032,39		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	24.763,56		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	14.006,90		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	4.598,38		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	4.874,44		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	3.452,05		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	27.477,59		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	138.718,23		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	50.112,63		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	88.605,60		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	3.182,06		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	3.182,06		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	205.863,15		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	140,00		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	743,70		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	6.000,00		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	1.313,70		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	30.822,20		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	1.803,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	1.029,20		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	15.468,18		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	300,00		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 25

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 11 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	4.520,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	5.072,88		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	17.000,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	311,50		
3.3.90.39.67.00.00.00	Serviços Funerários	52.458,40		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	648,24		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	4.710,60		
3.3.90.39.74.00.00.00	Fretes e Transportes de Encomendas	6.449,40		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	102,16		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	1.095,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	891,45		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	3.450,81		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	12.159,81		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	39.372,92		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	62.260,20		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	62.260,20		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			119.402,55
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			119.402,55
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		119.402,55	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	98.389,91		
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	67.938,34		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	30.451,57		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	21.012,64		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	8.612,89		
4.4.90.52.24.00.00.00	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	3.686,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	110,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	4.976,75		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	2.610,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	1.017,00		
Total da Unidade:				2.091.106,42

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 26

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 11 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			6.792,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			6.792,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.792,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	6.792,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	5.881,45		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	868,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	42,55		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.351,48
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.351,48
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.351,48	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.351,48		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	4.096,30		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	656,18		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	599,00		
Total da Unidade:				12.143,48
Total do Órgão:				2.103.249,90

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 27

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 12 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			417.575,29
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			91.319,84
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		91.319,84	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	77.631,22		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	55.782,59		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	17.027,40		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	4.821,23		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	13.688,62		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	13.688,62		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			326.255,45
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		326.255,45	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	897,80		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	897,80		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	10.954,33		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	121,78		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	321,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	33,68		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	9.598,87		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	879,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30.000,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	275.971,16		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	5.800,00		
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	715,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	440,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	6,73		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	2.410,40		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	1.175,00		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	6.758,55		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	258.665,48		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	2.432,16		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	2.432,16		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	6.000,00		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	6.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			15.932,67
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			15.932,67
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		15.932,67	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	15.932,67		
4.4.90.51.93.00.00.00	Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	15.932,67		

Total da Unidade: 433.507,96

Total do Órgão: 433.507,96

Total da Entidade: 64.153.458,89

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 28

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão: 08 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			18.382.140,59
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			8.801.278,97
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		15.000,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	15.000,00		
3.1.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	15.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.786.278,97	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	2.150.145,08		
3.1.90.04.02.00.00.00	Serviços Temporários de Agentes de Saúde	210.658,49		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	1.939.486,59		
3.1.90.05.00.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	39.940,42		
3.1.90.05.55.00.00.00	Salário Maternidade	39.940,42		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.886.002,84		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	3.213.378,56		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	123.871,92		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	168.809,93		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	91.526,40		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	459.051,43		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	19.135,64		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	651.875,46		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	158.353,50		
3.1.90.12.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	1.580.553,28		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	1.580.553,28		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	129.637,35		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	86.550,29		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	43.087,06		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			9.580.861,62
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		4.498.689,87	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	4.498.689,87		
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	4.498.689,87		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		3.600,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.600,00		
3.3.71.70.01.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.600,00		
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos		376.000,00	
3.3.72.39.00.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	376.000,00		
3.3.72.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor.	370.000,00		
3.3.72.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	6.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.702.571,75	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	84.513,48		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	84.513,48		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	820.995,10		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	233.115,26		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	13.100,38		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	47.865,81		
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	40,00		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	20.401,81		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	536,98		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	19.922,62		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	20.349,93		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	300,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	3.286,91		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	49.633,94		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	14.046,60		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	29.442,46		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 29

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão: 08 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	18.909,76		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	9.796,20		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	7.317,76		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	297,86		
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	78.126,17		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	109.510,52		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	71.675,74		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	780,00		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	31.234,16		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	41.304,23		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	666.337,78		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	621.539,52		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	19.202,74		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	25.595,52		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	5.447,08		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	957,64		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	4.489,44		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	43.819,02		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	43.819,02		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	2.590.176,35		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	6.372,39		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	42.094,80		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	9.613,54		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	17.965,70		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	67.856,41		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	27.835,53		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	19.237,24		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	4.879,00		
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	1.524,00		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	730,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	59.981,87		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	29.511,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	90.689,67		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	13.000,00		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	3.600,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	2.940,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	1.103.289,17		
3.3.90.39.53.00.00.00	Serviços de Assistência Social	163.503,22		
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	314,78		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	21.628,78		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	28.526,60		
3.3.90.39.66.00.00.00	Serviços Judiciários	19.291,80		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	5.745,10		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	43.449,90		
3.3.90.39.74.00.00.00	Frete e Transportes de Encomendas	1.700,00		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	2.553,80		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	3.592,97		
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	175,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	37.838,36		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	38.646,71		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	722.089,01		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	409.369,49		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	409.369,49		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	71.033,30		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 30

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão: 08 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	71.033,30		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	10.880,15		
3.3.90.48.01.00.00.00	Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas	10.880,15		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			738.301,75
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			738.301,75
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		738.301,75	
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	600,00		
4.4.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	600,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	199.883,29		
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	6.967,42		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	125.490,82		
4.4.90.51.91.00.00.01	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA			
4.4.90.51.91.00.00.02	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - BAIRRO DAS NAÇÕES			
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	67.425,05		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	537.818,46		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10.912,66		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	93.327,38		
4.4.90.52.10.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	53.488,88		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	45.401,66		
4.4.90.52.24.00.00.00	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	905,00		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	587,65		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	9.967,30		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	185,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	30.097,99		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	104.954,94		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	187.890,00		
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	100,00		
Total da Unidade:				19.120.442,34
Total do Órgão:				19.120.442,34
Total da Entidade:				19.120.442,34

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 31

Entidade : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão: 13 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME

Unidade Orçamentária: 01 - Fundção Municipal de Esportes e Lazer - FME

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.116.011,67
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			502.263,58
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		502.263,58	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	422.137,58		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	320.329,99		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	284,90		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	57.184,12		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	28.494,39		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	4.419,80		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	11.424,38		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	79.493,82		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	79.493,82		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	632,18		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	632,18		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			613.748,09
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		1.500,00	
3.3.72.39.00.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	1.500,00		
3.3.72.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	1.500,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		612.248,09	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	8.876,01		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	8.876,01		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	144.317,99		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	19.054,85		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	3.797,15		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	31.609,10		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.325,50		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.420,26		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	1.141,52		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	14.791,15		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	2.121,99		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	18.964,32		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	6.940,91		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	9.524,26		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	33.626,98		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	18.636,24		
3.3.90.31.04.00.00.00	Premiações Desportivas	18.636,24		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.985,70		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	1.985,70		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	407.539,29		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	1.729,77		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	13.221,29		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	1.500,00		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	1.063,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	4.100,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	660,00		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	695,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	99.211,97		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	380,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	2.457,52		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	802,98		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	2.662,80		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	578,88		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	911,43		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	9.762,30		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 32

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Órgão: 13 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	37.746,71		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	21.841,70		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	208.213,94		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	26.345,36		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	26.345,36		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	4.177,05		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	4.177,05		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	370,45		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	370,45		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			55.971,23
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			55.971,23
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		55.971,23	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	54.764,63		
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	14.224,00		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	35.958,65		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	4.581,98		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.206,60		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	841,60		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	365,00		
Total da Unidade:				1.171.982,90
Total do Órgão:				1.171.982,90
Total da Entidade:				1.171.982,90

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 33

Entidade : AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Órgão: 14 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO

Unidade Orçamentária: 01 - SANEFRAI

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			6.444.005,30
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.553.057,20
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		42.468,68	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	42.468,68		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.510.588,52	
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	5.802,37		
3.1.90.01.01.00.00.00	Proventos - Pessoal Civil	5.802,37		
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	313.328,79		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	313.328,79		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	915.281,94		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	647.473,49		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	22.093,89		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	7.285,53		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	93.901,14		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	80.787,97		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	1.978,26		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	46.213,15		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	15.548,51		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	247.694,85		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	247.694,85		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	28.480,57		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	16.471,91		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	12.008,66		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.890.948,10
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		34.637,58	
3.3.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	34.637,58		
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos		1.550,00	
3.3.72.39.00.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	1.550,00		
3.3.72.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	1.550,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.854.760,52	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	2.627,87		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	2.627,87		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	711.982,97		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	123.947,88		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	116,50		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.820,38		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	157.372,46		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	2.275,20		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	3.538,21		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	1.158,65		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	3.627,00		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	5.080,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	38.665,66		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	7.238,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	6.699,51		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	11.764,25		
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	2.012,11		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	63.150,73		
3.3.90.30.40.00.00.00	Material Biológico	5.320,00		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	1.542,85		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	203.627,15		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	17.899,33		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	55.127,10		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	387,06		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 34

Entidade : AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Órgão: 14 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO

Unidade Orçamentária: 01 - SANEFRAI

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	387,06		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	55.823,62		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	55.823,62		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.932.753,73		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	795,90		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	3.971,08		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	25.657,24		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	3.588,20		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	17.126,86		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	15.057,83		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	14.978,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	5.255,78		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	39.217,04		
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	750,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	2.029.320,01		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	14.746,40		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	1.112.565,87		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	7.667,69		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	385,00		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	75.461,38		
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	8.100,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	4.564,55		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	9.940,00		
3.3.90.39.66.00.00.00	Serviços Judiciários	175,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	2.737,90		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	6.819,90		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	68,10		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	7.104,00		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	81.670,24		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	113.149,39		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	12.116,00		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	21.874,10		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	297.890,27		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	78.579,92		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	78.579,92		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	69.707,06		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	69.707,06		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	2.898,29		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	2.898,29		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			747.964,17
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			747.964,17
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		26.439,73	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	26.439,73		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		721.524,44	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	572.306,74		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	128.589,27		
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	443.717,47		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	149.217,70		
4.4.90.52.04.00.00.00	Aparelhos de Medição e Orientação	28.818,00		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.997,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	224,70		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	5.000,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	1.400,00		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 35

Entidade : AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Órgão: 14 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO

Unidade Orçamentária: 01 - SANEFRAI

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	4.100,00		
4.4.90.52.39.00.00.00	Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos	95.028,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	790,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	160,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	10.700,00		

Total da Unidade: 7.191.969,47

Total do Órgão: 7.191.969,47

Total da Entidade: 7.191.969,47

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 36

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.273.100,46
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.765.451,11
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.765.451,11	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.451.099,64		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	1.366.454,91		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	84.644,73		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	314.351,47		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	1.495,75		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	312.855,72		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			507.649,35
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		507.649,35	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	99.090,50		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	99.090,50		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	62.209,83		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	4.556,19		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	120,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.820,69		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	6.870,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	9.408,70		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	4.088,20		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	875,55		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	3.378,46		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	13.336,99		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	747,43		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	4.500,49		
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Áudio, Vídeo e Foto	3.009,50		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	3.062,75		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	278,00		
3.3.90.30.48.00.00.00	Bens Móveis não Ativáveis	1.044,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	1.455,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	3.657,88		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	2.714,70		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	2.614,70		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	100,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	5.673,55		
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	5.600,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	73,55		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	283.545,80		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	2.395,90		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	28.967,75		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	25.769,64		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	4.389,46		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	420,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	32.380,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	2.677,34		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	1.227,70		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	7.540,00		
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	4.110,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	200,00		
3.3.90.39.38.00.00.00	Encargos Financeiros Dedutíveis	66,03		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	17.463,66		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	707,07		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	35.149,00		
3.3.90.39.49.00.00.00	Produções Jornalísticas	39.150,00		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 37

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	15.478,00		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	7.870,73		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	2.681,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	3.511,85		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	2.971,84		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	194,40		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	7.500,00		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	5.400,00		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	15.600,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	217,43		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	16.254,00		
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	80,00		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	1.000,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.173,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	52.423,52		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	52.423,52		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	1.991,45		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	179,45		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	1.812,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			56.798,63
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			56.798,63
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		56.798,63	
4.4.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	6.260,00		
4.4.90.36.22.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	6.260,00		
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	17.564,60		
4.4.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	17.564,60		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	32.974,03		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	3.474,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	15.370,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	14.130,03		
Total da Unidade:				2.329.899,09
Total do Órgão:				2.329.899,09
Total da Entidade:				2.329.899,09
TOTAL GERAL:				93.967.752,69

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZOLLO
 Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
 Contador CRC/SC N° 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
 Controlador Interno

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			92.856.576,35
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		12.645.187,52	
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		9.367.776,54	
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	5.379.530,98		
1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.235.212,08		
1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60	1.192.003,88		
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU 60%	-253.881,61		
1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25	851.431,63		
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU 25%	-180.682,75		
1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15	794.669,50		
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU 15%	-168.328,57		
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.661.460,48		
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	1.629.322,69		
1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60%	684.315,37		
1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25%	488.796,94		
1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15%	456.210,38		
1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	32.137,79		
1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos 60%	13.502,99		
1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos 25%	9.645,13		
1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos 15%	8.989,67		
1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.482.858,42		
1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 60%	626.726,39		
9.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Deduções de Receita do ITBI 60%	-3.925,77		
1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 25%	447.661,67		
9.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Deduções de Receita do ITBI 25%	-2.804,12		
1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 15%	417.817,43		
9.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Deduções de Receita do ITBI 15%	-2.617,18		
1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.988.245,56		
1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.988.245,56		
1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.988.245,56		
1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60%	1.688.749,47		
9.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	-13.989,28		
1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25%	1.206.249,98		
9.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	-9.473,44		
1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15%	1.125.833,17		
9.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	-9.124,34		
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		3.066.182,43	
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.201.184,35		
1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	181.233,84		
9.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Deduções Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitá	-1.183,69		
1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	34.417,50		
1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	811.406,99		
9.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Deduções Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/F	-30.898,26		
1.1.2.1.26.00.00.00.00	Taxa de Publicidade Comercial	2.155,00		
1.1.2.1.27.00.00.00.00	Taxa de Apreensão e Depósito	258,32		
1.1.2.1.28.00.00.00.00	Taxa de Funcionamento de Estab.em Horário Especia	80,00		
1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	99.182,36		
1.1.2.1.31.00.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	25.700,33		
9.1.1.2.1.31.00.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	-480,00		
1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	25.750,46		
1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	57.561,50		
9.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia (-4.000,00		
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.864.998,08		
1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	61.929,12		
1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	1.704.936,23		
1.1.2.2.90.01.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	1.708.138,42		
9.1.1.2.2.90.01.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	-3.202,19		
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	98.132,73		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.1.2.2.99.01.00.00.00	Taxa de Expediente	66.061,12		
9.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Deduções Taxa de Expediente	-124,59		
1.1.2.2.99.02.00.00.00	Taxa de Embarque	4.991,27		
1.1.2.2.99.03.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	27.241,20		
9.1.1.2.2.99.03.00.00.00	Deduções Outras Taxas de Prestação de Serviço	-36,27		
1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		211.228,55	
1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	216.809,26		
9.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	-5.580,71		
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.493.471,39	
1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO P		1.502.315,51	
9.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO P		-8.844,12	
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.620.574,00	
1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		27.050,06	
1.3.1.5.00.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	27.050,06		
1.3.1.5.30.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	27.050,06		
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.574.083,62	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.574.083,62		
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	667.346,60		
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinculado	205.056,41		
1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FUNDEB	122.218,01		
1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FUNDEB	82.838,40		
1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Sau	156.732,32		
1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	30.151,68		
1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. Uniãc	19.453,42		
1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PSF	1.387,10		
1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PACS	1.254,17		
1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia	5.597,01		
1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. San. Uniãc	271,17		
1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S. Bucal	333,57		
1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. Estad	1.228,62		
1.3.2.5.01.03.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	5.602,73		
1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	35.168,38		
1.3.2.5.01.03.22.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	5.994,10		
1.3.2.5.01.03.26.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	1.576,80		
1.3.2.5.01.03.35.00.00	Rec. Remun. Recursos SUS - UPA	123,45		
1.3.2.5.01.03.36.00.00	Rec. de Remun. Recursos SUS - Rede Cegonha	29,72		
1.3.2.5.01.03.37.00.00	Rec. de Remun. Recursos SUS - PMAQ	5.379,76		
1.3.2.5.01.03.40.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. FMS	16.558,91		
1.3.2.5.01.03.42.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. SUS - UBS S José	29,25		
1.3.2.5.01.03.43.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. SUS - UBS Nações	1.861,43		
1.3.2.5.01.03.46.00.00	Rec. Remun. Recursos do SUS - MAC Estado	6.424,17		
1.3.2.5.01.03.48.00.00	Rec. Remun. Recursos do SUS - DST/AIDS HEP	1.385,30		
1.3.2.5.01.03.49.00.00	Rec. Remun. Recursos do SUS - Comissão Interg	1.060,61		
1.3.2.5.01.03.51.00.00	Convênio Estado Aquisição Veículo TR 000073	6.711,36		
9.1.3.2.5.01.03.51.00.00	Convênio Estado Aquisição Veículo TR 000073	-6.711,36		
1.3.2.5.01.03.52.00.00	Convênio Estado Equipamentos UPA TR 000072	6.960,39		
9.1.3.2.5.01.03.52.00.00	Convênio Estado Equipamentos UPA TR 000072	-6.960,39		
1.3.2.5.01.03.53.00.00	Transf. Recursos do SUS União Equipamentos	13.820,22		
1.3.2.5.01.03.54.00.00	Convênio Estado TR 604 - Academia de Saúde	2.150,96		
9.1.3.2.5.01.03.54.00.00	Convênio Estado TR 604 - Academia de Saúde	-2.150,96		
1.3.2.5.01.03.55.00.00	Transf. Recursos do SUS Estrit. Serv. Atenção Bás	2.040,75		
1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE	160.227,61		
1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	103.112,54		
1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundarr	13.854,48		
1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Funda	3.980,32		
1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PEJA	50,62		
1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAP	167,62		
1.3.2.5.01.05.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Creche	170,27		
1.3.2.5.01.05.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Infantil	54,19		

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.3.2.5.01.05.09.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Médio	97,24		
1.3.2.5.01.05.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Transp Esc Es	21.023,04		
1.3.2.5.01.05.20.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. MDE - Apoio a Creches	9,17		
1.3.2.5.01.05.21.00.00	Rec. Conv União PAC208342/14 Cobert. Quadra	812,86		
1.3.2.5.01.05.23.00.00	Rec. Conv União PAC208662/14 Cobert. Quadra	10.506,73		
1.3.2.5.01.05.24.00.00	Rec. Convênio Estado TR 1341 Sede Sec. Educaç	279,30		
9.1.3.2.5.01.05.24.00.00	Rec. Convênio Estado TR 1341 Sede Sec. Educaç	-279,30		
1.3.2.5.01.05.26.00.00	Rec. Conv. Estado TR 2825 Ginásio Eurico Pinz	5.646,65		
1.3.2.5.01.05.27.00.00	Rec. Conv União FNDE PAR Equip CEI Nações	741,88		
1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	2.647,47		
1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS	20.921,03		
1.3.2.5.01.10.01.00.00	Tranf. de Recursos FNAS - PFMC	3.165,56		
1.3.2.5.01.10.04.00.00	Tranf. de Recursos do FNAS - PTMC	81,77		
1.3.2.5.01.10.06.00.00	Transferências de Recursos FNAS - IGDBF	3.094,02		
1.3.2.5.01.10.07.00.00	Tranf. de Recursos FNAS - PBFI	5.890,03		
1.3.2.5.01.10.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS - PBVII	0,97		
1.3.2.5.01.10.11.00.00	Tranf. de Recursos FEAS - Abrigo Alta Investiment	766,24		
1.3.2.5.01.10.12.00.00	Transf. Recursos FEAS Benefícios Eventuais	530,09		
1.3.2.5.01.10.13.00.00	Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUAS	242,48		
1.3.2.5.01.10.14.00.00	Tranf. de Recursos FEAS - CRAS Básica Custeio	39,36		
1.3.2.5.01.10.15.00.00	Rec. de Remun Dep Banc FNAS - ACESSUAS	89,20		
1.3.2.5.01.10.16.00.00	Transf. de Recursos FNAS - SCFV	479,33		
1.3.2.5.01.10.18.00.00	Transf. de Recursos FNAS - Abrigo	1.207,62		
1.3.2.5.01.10.21.00.00	Transf. de Recursos FEAS - CREAS Média Investi	628,77		
1.3.2.5.01.10.22.00.00	Transf. de Recursos FEAS - Abrigo Custeio	2.926,06		
1.3.2.5.01.10.23.00.00	Transf. de Recursos FEAS - CRAS Investimentos	1.779,53		
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	121.761,76		
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. -	21.739,97		
1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. ORTFRAI	1.054,76		
1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Polícia Civil	5.871,37		
1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Polícia Militar	4.921,71		
1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FUNREBOM	47.668,78		
1.3.2.5.01.99.68.00.00	Rec Conv União Reforma Macieirão	3.176,64		
9.1.3.2.5.01.99.68.00.00	Conv Estado TR 01197 FUNDAM	-13.685,62		
1.3.2.5.01.99.69.00.00	Rec Conv Estado Reforma Ginásio Jardim Améric	1,74		
9.1.3.2.5.01.99.69.00.00	Rec Conv Estado Reforma Ginásio Jardim Améric	-1,74		
1.3.2.5.01.99.75.00.00	Convênio Estado TR 1525 Estradas Vicinais	810,00		
9.1.3.2.5.01.99.75.00.00	Convênio Estado TR 1525 Estradas Vicinais	-810,00		
1.3.2.5.01.99.76.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. FMDCA	972,95		
1.3.2.5.01.99.78.00.00	Convênio Estado TR 2439 Estradas Vicinais	320,86		
9.1.3.2.5.01.99.78.00.00	Convênio Estado TR 2439 Estradas Vicinais	-320,86		
1.3.2.5.01.99.79.00.00	Conv União Ctr 804205/14 - Pavim B. São Luiz	5.593,49		
1.3.2.5.01.99.80.00.00	Conv União Ctr 805768/14 Equip. Agric.	833,09		
9.1.3.2.5.01.99.80.00.00	Conv União Ctr 805768/14 Equip. Agric.	-833,09		
1.3.2.5.01.99.81.00.00	Conv União Ctr 809601/14 - Pavim B. NS Aparecic	6.275,06		
9.1.3.2.5.01.99.81.00.00	Conv União Ctr 809601/14 - Pavim B. NS Aparecic	-6.275,06		
1.3.2.5.01.99.83.00.00	Rec. Rend. Operações de Crédito Pró-Transporte	386,79		
1.3.2.5.01.99.84.00.00	Rec. Rend. Recursos Interesses Difusos	2.650,74		
1.3.2.5.01.99.85.00.00	Convênio Estado TR 1748 Antigranizo	409,76		
9.1.3.2.5.01.99.85.00.00	Convênio Estado TR 1748 Antigranizo	-409,77		
1.3.2.5.01.99.86.00.00	Convênio Estado INCRA/SC 813068/2014	24.516,95		
1.3.2.5.01.99.87.00.00	Conv União Ctr 823016/2015 Pavim. Av. Parana e	3.592,46		
9.1.3.2.5.01.99.87.00.00	Conv União Ctr 823016/2015 Pavim. Av. Parana e	-3.592,46		
1.3.2.5.01.99.88.00.00	Conv União Ctr 825511/2015 Maq. Equip Agric.	5.783,02		
9.1.3.2.5.01.99.88.00.00	Conv União Ctr 825511/2015 Maq. Equip Agric.	-5.783,02		
1.3.2.5.01.99.89.00.00	Convênio Estado TR 511 Recuperação de Estrada	3.053,32		
1.3.2.5.01.99.90.00.00	Convênio Estado TR 603 - Trator Agrícola	2.430,65		
9.1.3.2.5.01.99.90.00.00	Convênio Estado TR 603 - Trator Agrícola	-2.430,65		
1.3.2.5.01.99.91.00.00	Convênio Estado TR 749 - EXPOACIAF 2016	41,39		

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
9.1.3.2.5.01.99.91.00.00	Convênio Estado TR 749 - EXPOACIAF 2016	-41,39		
1.3.2.5.01.99.92.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	749,49		
1.3.2.5.01.99.94.00.00	Convênio Estado TR 2419 Antigraiz	14,07		
9.1.3.2.5.01.99.94.00.00	Convênio Estado TR 2419 Antigraiz	-14,07		
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc	906.737,02		
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	906.737,02		
1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. PMF	778.153,34		
1.3.2.5.02.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Jovens e A	381,49		
1.3.2.5.02.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Creche Em	2.187,80		
1.3.2.5.02.99.07.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vinculado - FME	2.492,57		
1.3.2.5.02.99.08.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vinc. SF	111.885,89		
1.3.2.5.02.99.11.00.00	Rec. Concessão Transporte Coletivo	2.487,03		
1.3.2.5.02.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Alienação de Bens	9.148,90		
1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		19.440,32	
1.3.3.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões	19.440,32		
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		5.984.202,84	
1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	279.201,55		
1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	279.209,66		
9.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	-8,11		
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	653.174,20		
1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	47.400,00		
1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	579.770,77		
1.6.0.0.13.07.00.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	1.953,56		
1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	24.049,87		
1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	15.315,72		
9.1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	-0,58		
1.6.0.0.13.99.02.00.00	Outros Serviços Administrativos - SF	8.734,73		
1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	4.921.933,40		
1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destín Final do Esgoto	47.954,04		
1.6.0.0.43.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resíd Sólido	68,68		
1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	14.495,41		
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	67.375,56		
1.6.0.0.99.02.00.00.00	Outros Serviços - PMF Cargas de Terra	192,00		
1.6.0.0.99.04.00.00.00	Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	624,94		
1.6.0.0.99.06.00.00.00	Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	19.451,12		
1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outros Serviços - SF	47.107,50		
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		66.588.728,81	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		66.354.995,73	
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	26.145.445,98		
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	15.700.228,32		
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.386.291,13		
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do F.P.M.	14.386.291,13		
1.7.2.1.01.02.01.01.00	Cota-Parte do F.P.M.	11.149.375,41		
9.1.7.2.1.01.02.01.01.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FP	-2.229.874,91		
1.7.2.1.01.02.01.02.00	Cota-Parte do F.P.M. - Educação	1.798.286,36		
9.1.7.2.1.01.02.01.02.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FP	-359.657,25		
1.7.2.1.01.02.01.03.00	Cota-Parte do F.P.M.- Saúde	5.035.201,80		
9.1.7.2.1.01.02.01.03.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FP	-1.007.040,28		
1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Dezembro	746.261,69		
1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Dezembro	522.383,18		
1.7.2.1.01.03.02.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Dezembro Educação	223.878,51		
1.7.2.1.01.04.00.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Julho	530.345,12		
1.7.2.1.01.04.01.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Julho	371.241,58		
1.7.2.1.01.04.02.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Julho Educação	159.103,54		
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	37.330,38		
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 6	28.930,95		
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IT	-5.786,09		
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 2	4.666,27		
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IT	-933,23		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 1	13.065,57		
9.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IT	-2.613,09		
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	155.119,68		
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerai	4.310,18		
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	150.809,50		
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	6.741.106,38		
1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PAB	980.087,29		
1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	201.491,29		
1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PSF	795.175,00		
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PACS	780.780,00		
1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Epidemiologica	164.389,83		
1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Sanitaria	26.944,56		
1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Saude Bucal	86.970,00		
1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC União	1.578.628,10		
1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - CAPS	331.974,56		
1.7.2.1.33.16.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - SAMU	284.947,00		
1.7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PMAQ	662.500,00		
1.7.2.1.33.22.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VI	37.500,00		
1.7.2.1.33.24.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - Programa Academia de	45.000,00		
1.7.2.1.33.25.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - NASF	183.000,00		
1.7.2.1.33.26.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - Quartos Retaguarda Hos	581.718,75		
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	341.127,20		
1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PTMC	10.410,96		
1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transferências de Recursos FNAS - IGDBF	48.909,31		
1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	16.800,00		
1.7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - PFMC	78.300,00		
1.7.2.1.34.11.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUAS	7.092,39		
1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - SCFV	124.614,54		
1.7.2.1.34.14.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - Abrigo	55.000,00		
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDE	3.039.127,48		
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	2.292.886,70		
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE	585.200,00		
1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	273.900,00		
1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAP	110.800,00		
1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAC	180.200,00		
1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAEJA	7.500,00		
1.7.2.1.35.03.07.00.00	Transf. Diretas do FNDE - AEE	12.800,00		
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	161.040,78		
1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Fundamental	106.478,45		
1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Infantil	8.316,66		
1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Médio	46.245,67		
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	56.287,56		
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 60%	43.622,88		
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87	-8.724,59		
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 25%	7.035,96		
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87	-1.407,24		
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 15%	19.700,65		
9.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87	-3.940,10		
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	112.449,36		
1.7.2.1.99.01.00.00.00	Demais Transf. da União - FEX	112.449,36		
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	17.649.591,97		
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	16.701.120,90		
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.111.746,84		
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 60%	10.936.602,90		
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-2.187.319,83		
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25%	1.763.968,35		
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-352.793,68		
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 15%	4.939.111,09		
9.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-987.821,99		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.332.537,69		
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 60%	1.807.715,84		
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB -	-361.542,45		
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25%	291.567,11		
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB -	-58.313,34		
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 15%	816.387,80		
9.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB -	-163.277,27		
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	201.632,88		
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60%	156.265,41		
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-31.253,02		
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25%	25.204,10		
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-5.040,83		
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15%	70.571,47		
9.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-14.114,25		
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	55.203,49		
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	426.101,52		
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	191.462,32		
1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf de Recursos do Estado Atenção Básica	221.600,00		
1.7.2.2.33.09.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC	5.179,20		
1.7.2.2.33.11.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - Proteses Estado	7.860,00		
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	522.369,55		
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Transp Escolar	522.369,55		
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	22.559.957,78		
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	22.559.957,78		
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	15.792.490,93		
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	6.767.466,85		
1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		108.225,68	
1.7.3.0.03.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas (Jovens e Adultos	4.407,00		
1.7.3.0.04.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Creches	103.818,68		
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		125.507,40	
1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	39.906,12		
1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	39.906,12		
1.7.6.1.02.00.01.00.00	Rec Conv. União - PAR - Termo 201406899	19.968,56		
1.7.6.1.02.00.02.00.00	Rec Conv. União - PAR - Termo 201406898	19.937,56		
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	85.601,28		
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	85.601,28		
1.7.6.2.99.00.01.00.00	Convênio Estado TR 749 - EXPOACIAF 2016	25.000,00		
1.7.6.2.99.00.02.00.00	Convênio Estado TR 1107 - Estradas Vicinais	40.193,12		
1.7.6.2.99.00.03.00.00	Convênio Estado TR 2419 Antigranizo	20.408,16		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		4.524.411,79	
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		837.678,34	
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	177.870,50		
1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.576,95		
9.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	-0,14		
1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	24.674,20		
1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU 60%	10.406,53		
9.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora IPTU 60%	-43,49		
1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU 25%	7.433,53		
9.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora IPTU 25%	-31,14		
1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU 15%	6.937,86		
9.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora IPTU 15%	-29,09		
1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	53.961,98		
1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS 60%	22.670,64		
9.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora ISS 60%	-6,73		
1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS 25%	16.193,58		
9.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora ISS 25%	-4,80		
1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS 15%	15.113,77		
9.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora ISS 15%	-4,48		
1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	35.658,78		

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 7

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
9.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	-1.906,11		
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	63.904,84		
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	63.907,98		
9.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	-3,14		
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	261.671,96		
1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	100.312,35		
1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU 60%	43.734,90		
9.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IPTU 60%	-1.605,55		
1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU 25%	31.239,29		
9.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IPTU 25%	-1.146,94		
1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU 15%	29.156,52		
9.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IPTU 15%	-1.065,87		
1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	46.561,38		
1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS 60%	20.116,12		
9.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS 60%	-560,34		
1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS 25%	14.368,66		
9.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS 25%	-400,22		
1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS 15%	13.410,71		
9.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS 15%	-373,55		
1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	92.986,24		
9.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	-21.646,79		
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	44.172,35		
9.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	-713,57		
1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	11.074,91		
1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	11.074,91		
1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	11.074,91		
1.9.1.5.99.01.01.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Receitas Não	4.656,69		
9.1.9.1.5.99.01.01.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Receitas Não	-459,11		
1.9.1.5.99.01.02.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - FUNREI	21,46		
9.1.9.1.5.99.01.02.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - FUNREI	-0,16		
1.9.1.5.99.01.03.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Alienação	6.918,37		
9.1.9.1.5.99.01.03.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Alienação	-62,34		
1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	7.813,90		
1.9.1.8.05.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bens Imóveis	4.619,41		
1.9.1.8.05.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação de Bens	4.723,05		
9.1.9.1.8.05.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação de Bens	-103,64		
1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	3.194,49		
1.9.1.8.99.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	3.235,28		
9.1.9.1.8.99.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	-40,79		
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	379.247,07		
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	272.104,26		
1.9.1.9.15.00.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	157.031,48		
1.9.1.9.15.00.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	293,25		
1.9.1.9.15.00.03.00.00	Multas Previstas na Legisl. de Trânsito - ORTFRAI	46.135,77		
1.9.1.9.15.00.04.00.00	Multas Previstas Legisl. de Trânsito - Pol. Civil	34.321,88		
1.9.1.9.15.00.05.00.00	Multas Previstas Legisl. de Trânsito - Pol.Militar	34.321,88		
1.9.1.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legisl Defesa Direitos Difusos	16.739,26		
1.9.1.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos Outros	16.739,26		
1.9.1.9.26.02.05.00.00	Multas Relativas ao Interesse do Consumidor	6.739,26		
1.9.1.9.26.02.06.00.00	Multas Relativo a Outros Interesses Difusos	10.000,00		
1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	90.403,55		
1.9.1.9.99.02.00.00.00	Outras Multas - SF	90.403,55		
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.040.058,05	
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	3.040.058,05		
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	3.040.058,05		
1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituicoes - PMF	97.642,36		
9.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições - PMF	-26,31		
1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras Restituições - SF	5.826,13		
1.9.2.2.99.03.00.00.00	Outras Restituicoes - FMS 1400	19.655,89		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 8

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.9.2.2.99.04.00.00.00	Outras Restituições - FME	559,98		
1.9.2.2.99.09.00.00.00	Outras Restituições - PMF - INSS 2016	2.916.400,00		
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		497.400,27	
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	440.342,85		
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	154.365,04		
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60%	64.848,71		
9.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Receita Dívida Ativa IPTU 60%	-15,50		
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 25%	46.320,66		
9.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Receita Dívida Ativa IPTU 25%	-11,05		
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15%	43.232,54		
9.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Receita Dívida Ativa IPTU 15%	-10,32		
1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	81.538,61		
1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS 60%	34.249,63		
9.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Receita Dívida Ativa ISS 60%	-3,46		
1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS 25%	24.464,10		
9.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Receita Dívida Ativa ISS 25%	-2,47		
1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS 15%	22.833,12		
9.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Receita Dívida Ativa ISS 15%	-2,31		
1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib. de Melhoria	110.638,59		
9.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. da Contribuição de Melhoria	-108,53		
1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	93.909,14		
1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	93.922,81		
9.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	-13,67		
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	57.057,42		
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	57.057,42		
1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Rec - Princ	57.057,42		
1.9.3.2.99.01.01.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	54,41		
9.1.9.3.2.99.01.01.00.00	Rec. Div. Ativa Não Tributária FUNREBOM	-0,55		
1.9.3.2.99.01.02.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Rec - Alienaç	46.359,14		
9.1.9.3.2.99.01.02.00.00	Rec. Div. Ativa Não Tributária Alienação de Bens	-4,97		
1.9.3.2.99.01.03.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	10.650,67		
9.1.9.3.2.99.01.03.00.00	Rec. Div. Ativa Não Tributária de Outras Receitas	-1,28		
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		149.275,13	
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	149.275,13		
1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMF	34.583,19		
1.9.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMDCA	4.629,38		
1.9.9.0.99.03.00.00.00	Outras Receitas - FMDCA Tribunal Justiça	16.810,63		
1.9.9.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - Vendas de Sucatas	216,00		
1.9.9.0.99.09.00.00.00	Outras Receitas - Trib. Justiça - Defesa Civil	60.100,77		
9.1.9.9.0.99.09.00.00.00	Outras Receitas - Trib. Justiça - Defesa Civil	-100,77		
1.9.9.0.99.10.00.00.00	Outras Receitas - SF	33.035,93		
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			5.489.995,25
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2.588.063,61	
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		2.588.063,61	
2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	2.588.063,61		
2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	2.588.063,61		
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		181.527,06	
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		131.950,00	
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	131.950,00		
2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	63.750,00		
2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Saúde	44.700,00		
2.2.1.9.04.00.00.00.00	Alienação de Bens - FUNREBOM	21.000,00		
2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		49.577,06	
2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	49.577,06		
2.2.2.5.01.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	38.585,97		
9.2.2.2.5.01.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	-146,23		
2.2.2.5.02.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	11.164,54		
9.2.2.2.5.02.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	-27,22		
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2.720.404,58	

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 9

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		563.333,47	
2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	541.400,00		
2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	541.400,00		
2.4.2.1.01.05.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - UPA	140.000,00		
2.4.2.1.01.07.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - UBS Nações	102.400,00		
2.4.2.1.01.08.00.00.00	Transf. Recursos do SUS Estrut. Serv. Atenção Básic	200.000,00		
2.4.2.1.01.09.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - Aquisição Equipamentos	99.000,00		
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	21.933,47		
2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	21.933,47		
2.4.2.2.99.03.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - CRAS Investimentos	21.933,47		
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		2.157.071,11	
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	1.318.128,48		
2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	223.475,04		
2.4.7.1.02.06.00.00.00	Rec. Conv União PAC208342/14 Cobert. Quadra S.	79.476,47		
2.4.7.1.02.10.00.00.00	Rec Conv. União - PAR - Termo 201404438/2014	143.998,57		
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	1.094.653,44		
2.4.7.1.99.41.00.00.00	Rec Conv União Reforma Macieirão	121.875,00		
9.2.4.7.1.99.41.00.00.00	Rec. Conv. união Reforma Macieirão	-247,18		
2.4.7.1.99.43.00.00.00	Conv União Ctr 809601/14 - Pavim B. NS Aparecida	127.870,00		
9.2.4.7.1.99.43.00.00.00	Conv União Ctr 809601/14 - Pavim B. NS Aparecida	-40.844,25		
2.4.7.1.99.45.00.00.00	Conv União Ctr 823016/2015 Pavim. Av. Parana e C	245.850,00		
9.2.4.7.1.99.45.00.00.00	Conv União Ctr 823016/2015 Pavim. Av. Parana e C	-22.122,35		
2.4.7.1.99.46.00.00.00	Conv União Ctr 825511/2015 Maq. Equip Agric.	195.000,00		
9.2.4.7.1.99.46.00.00.00	Conv União Ctr 825511/2015 Maq. Equip Agric.	-2.407,78		
2.4.7.1.99.47.00.00.00	Conv União Ctr 832795 Patrulha Mecanizada	273.000,00		
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	838.942,63		
2.4.7.2.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	223.302,31		
2.4.7.2.01.02.00.00.00	Convênio Estado Aquisição Veículo TR 000073	99.996,05		
9.2.4.7.2.01.02.00.00.00	Convênio Estado Aquisição Veículo TR 000073	-400,00		
2.4.7.2.01.03.00.00.00	Convênio Estado Equipamentos UPA TR 000072	99.989,44		
9.2.4.7.2.01.03.00.00.00	Convênio Estado Equipamentos UPA TR 000072	-26.283,18		
2.4.7.2.01.04.00.00.00	Convênio Estado TR 604 - Academia de Saúde	50.000,00		
2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educaçã	25.000,00		
2.4.7.2.02.04.00.00.00	Rec. Conv. Estado TR 2825 Ginásio Eurico Pinz	25.000,00		
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	590.640,32		
2.4.7.2.99.07.00.00.00	Convênio Estado TR 511 Recuperação de Estradas	500.000,00		
9.2.4.7.2.99.07.00.00.00	Convênio Estado TR 511 Recuperação de Estradas	-3.056,24		
2.4.7.2.99.08.00.00.00	Convênio Estado TR 603 - Trator Agrícola	104.996,56		
9.2.4.7.2.99.08.00.00.00	Convênio Estado TR 603 - Trator Agrícola	-11.300,00		

Total: 98.346.571,60

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZOLLO
Prefeito MunicipalMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			84.372.934,84
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			48.314.500,98
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		115.584,68	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	115.584,68		
3.1.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	73.116,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		48.198.916,30	
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	42.367,81		
3.1.90.01.01.00.00.00	Proventos - Pessoal Civil	42.367,81		
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	9.310.283,61		
3.1.90.04.01.00.00.00	Professores Substitutos	5.858.234,06		
3.1.90.04.02.00.00.00	Serviços Temporários de Agentes de Saúde	210.658,49		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	3.241.391,06		
3.1.90.05.00.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	141.377,61		
3.1.90.05.55.00.00.00	Salário Maternidade	141.377,61		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	29.735.400,82		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	18.280.798,15		
3.1.90.11.33.00.00.00	gratificação por exercício de funções	716.830,23		
3.1.90.11.37.00.00.00	gratificação por tempo de serviço	1.434.055,38		
3.1.90.11.42.00.00.00	férias indenizadas	1.008.187,08		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	2.329.727,84		
3.1.90.11.45.00.00.00	férias - abono constitucional	462.703,85		
3.1.90.11.46.00.00.00	férias - pagamento antecipado	2.587.039,17		
3.1.90.11.99.00.00.00	outras despesas fixas - pessoal civil	2.916.059,12		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	8.615.780,72		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	1.495,75		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	8.614.284,97		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	353.705,73		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	212.034,60		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	141.671,13		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			92.353,40
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		92.353,40	
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	92.353,40		
3.2.90.22.99.00.00.00	Outros Encargos da Dívida Contratada	92.353,40		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			35.966.080,46
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal		50.000,00	
3.3.30.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	50.000,00		
3.3.30.93.02.00.00.00	Restituições	50.000,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		4.959.174,68	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	4.959.174,68		
3.3.50.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	4.959.174,68		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		58.421,58	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	58.421,58		
3.3.71.70.01.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	23.784,00		
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos		696.550,00	
3.3.72.39.00.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	379.050,00		
3.3.72.39.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	27.500,00		
3.3.72.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor.	370.000,00		
3.3.72.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	36.550,00		
3.3.72.70.00.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	290.000,00		
3.3.72.70.01.00.00.00	Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	290.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		30.128.285,80	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	277.084,05		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	277.084,05		
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	135.212,64		
3.3.90.18.99.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Estudantes	135.212,64		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	7.623.610,85		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.000.920,00		
3.3.90.30.03.00.00.00	Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades	846,16		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	211.315,26		
3.3.90.30.05.00.00.00	Explosivos e Munições	341,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	2.348.088,80		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	40,00		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	20.401,81		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	380.096,30		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	98.112,53		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	30.011,32		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	116.406,75		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	182.749,05		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário	8.271,50		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	99,20		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	300,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	32.450,40		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	511.677,09		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	39.243,19		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	562.260,44		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	42.179,05		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	205.038,98		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	67.012,35		
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Áudio, Vídeo e Foto	3.009,50		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	2.851,39		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	26.715,15		
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	80.138,28		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	124.310,43		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	511.457,32		
3.3.90.30.40.00.00.00	Material Biológico	38.197,00		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	6.449,16		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	32.853,11		
3.3.90.30.48.00.00.00	Bens Móveis não Ativáveis	1.044,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	2.369,00		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	550.089,34		
3.3.90.30.96.00.00.00	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	136.194,99		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	250.071,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais, Artist. Cientif. Despor. e Out	19.086,24		
3.3.90.31.01.00.00.00	Premiações Culturais	450,00		
3.3.90.31.04.00.00.00	Premiações Desportivas	18.636,24		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	1.376.921,30		
3.3.90.32.01.00.00.00	Livros Didáticos	202.289,76		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	621.539,52		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	71.595,37		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	481.496,65		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	16.660,45		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	6.516,19		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	10.144,26		
3.3.90.35.00.00.00.00	Servicos de Consultoria	66.000,00		
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	66.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	181.933,52		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	600,00		
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	5.600,00		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	99.642,64		
3.3.90.36.18.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equipamentos	4.534,92		
3.3.90.36.21.00.00.00	Manutenção e Conserv de Bens Móveis de Outras Nat	6.828,00		
3.3.90.36.45.00.00.00	Jetons a Conselheiros	30.804,41		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	33.923,55		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	16.562.554,55		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	10.431,80		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	102.878,35		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	100.703,25		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	444.620,64		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	321.307,16		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	5.889,46		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	54.812,88		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	409.768,27		

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	54.978,04		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	196.380,91		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	18.860,00		
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	4.110,00		
3.3.90.39.24.00.00.00	Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins	10.531,00		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	2.595,00		
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	1.781.598,83		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	2.089.501,88		
3.3.90.39.38.00.00.00	Encargos Financeiros Dedutíveis	66,03		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	110.256,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	2.963.102,80		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	13.000,00		
3.3.90.39.46.00.00.00	Serviços Domésticos	100,00		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	101.756,24		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	309.175,10		
3.3.90.39.49.00.00.00	Produções Jornalísticas	39.150,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	1.103.289,17		
3.3.90.39.51.00.00.00	Serviços de Análises e Pesquisas Científicas	77.498,88		
3.3.90.39.53.00.00.00	Serviços de Assistência Social	163.503,22		
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	26.826,29		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	89.034,91		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	26.868,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	80.811,40		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	3.511,85		
3.3.90.39.66.00.00.00	Serviços Judiciários	72.970,07		
3.3.90.39.67.00.00.00	Serviços Funerários	52.458,40		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	22.869,30		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	231.998,40		
3.3.90.39.74.00.00.00	Frete e Transportes de Encomendas	8.149,40		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	5.669,50		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	15.699,00		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	109.247,81		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	432.889,96		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	192.863,83		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	109.355,91		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	28.590,11		
3.3.90.39.95.00.00.00	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	6.662,36		
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	122.610,49		
3.3.90.39.97.00.00.00	Despesas de Teleprocessamento	345.259,20		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.088.343,45		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	2.392.080,41		
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	2.392.080,41		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	919.433,14		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	179,45		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	903.201,28		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	16.052,41		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	10.880,15		
3.3.90.48.01.00.00.00	Auxilio Financeiro a Pessoas Fisicas	10.880,15		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	498.464,25		
3.3.90.91.02.00.00.00	Precatórios Incluídos na Lei de Orçamento	476.459,65		
3.3.90.91.15.00.00.00	Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	22.004,60		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercicios Anteriores	5.750,72		
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.750,72		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	42.613,53		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	34.543,41		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	8.070,12		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		73.648,40	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	73.648,40		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	73.648,40		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			9.594.817,85
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			9.011.748,61

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal		13.151,28	
4.4.30.41.00.00.00.00	Contribuicoes	13.151,28		
4.4.30.41.99.00.00.00	Outras Contribuições	13.151,28		
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		30.267,73	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	30.267,73		
4.4.71.70.01.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	3.828,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.968.329,60	
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	600,00		
4.4.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	600,00		
4.4.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	6.260,00		
4.4.90.36.22.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	6.260,00		
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	17.638,97		
4.4.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	74,37		
4.4.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	17.564,60		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	5.398.833,04		
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	130.845,11		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	696.712,05		
4.4.90.51.91.00.00.01	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	57.406,21		
4.4.90.51.91.00.00.02	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - BAIRRO DAS NAÇÕES	68.084,61		
4.4.90.51.93.00.00.00	Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	15.932,67		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	3.533.826,26		
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	1.021.516,95		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	3.460.709,17		
4.4.90.52.04.00.00.00	Aparelhos de Medição e Orientação	28.818,00		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	39.836,53		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	93.327,38		
4.4.90.52.10.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	65.529,36		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	80.147,27		
4.4.90.52.24.00.00.00	Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	5.722,44		
4.4.90.52.26.00.00.00	Instrumentos Musicais e Artísticos	15.753,71		
4.4.90.52.30.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	11.510,05		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	42.813,23		
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	35.054,10		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	229.448,20		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	225,00		
4.4.90.52.38.00.00.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	21.678,00		
4.4.90.52.39.00.00.00	Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos	96.310,50		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	1.391.725,01		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	220.171,41		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	1.077.350,00		
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	5.288,98		
4.4.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	84.288,42		
4.4.90.93.02.00.00.00	Restituições	84.288,42		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA			583.069,24
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		583.069,24	
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Divida Contratual Resgatado	583.069,24		
4.6.90.71.99.00.00.00	Outras Amortizações da Dívida Contratada	583.069,24		
			Total:	93.967.752,69

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZOLLO
 Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
 Contador CRC/SC N° 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
 Controlador Interno



Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 01 - Gabinete do Prefeito

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			1.712.254,79	1.712.254,79
04.122	Administração Geral			1.712.254,79	1.712.254,79
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1.712.254,79	1.712.254,79
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			1.712.254,79	1.712.254,79

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração				0.00
04.122	Administração Geral				0.00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL				0.00
04.122.0002.2.003	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS				0.00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 3

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 03 - Cultura

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			940.143,15	940.143,15
13.392	Difusão Cultural			940.143,15	940.143,15
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL			940.143,15	940.143,15
13.392.0008.2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS			697.392,46	697.392,46
13.392.0008.2.005	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO			242.750,69	242.750,69
Total:					2.652.397,94

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 4

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 03 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade Orçamentária: 01 - Procuradoria Geral do Município

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			817.037,74	817.037,74
04.122	Administração Geral			817.037,74	817.037,74
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL			817.037,74	817.037,74
04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL			817.037,74	817.037,74
Total:					817.037,74

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 5

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 04 - CONTROLADORIA INTERNA
Unidade Orçamentária: 01 - Controladoria Interna

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			182.531,22	182.531,22
04.124	Controle Interno			182.531,22	182.531,22
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL			182.531,22	182.531,22
04.124.0002.2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL			182.531,22	182.531,22
Total:					182.531,22

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 6

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Administração e Planejamento

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			3.514.165,30	3.514.165,30
04.122	Administração Geral			3.514.165,30	3.514.165,30
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL			3.514.165,30	3.514.165,30
04.122.0002.2.008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			3.514.165,30	3.514.165,30

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 8

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Finanças

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			2.602.629,28	2.602.629,28
04.123	Administração Financeira			2.602.629,28	2.602.629,28
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA			2.602.629,28	2.602.629,28
04.123.0004.2.011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS			2.602.629,28	2.602.629,28

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 9

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Órgão: 06 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 02 - Encargos Gerais

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais	1.177.206,47			1.177.206,47
28.843	Serviço da Dívida Interna	675.422,64			675.422,64
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	675.422,64			675.422,64
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	675.422,64			675.422,64
28.846	Outros Encargos Especiais	501.783,83			501.783,83
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	501.783,83			501.783,83
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	501.783,83			501.783,83
Total:		1.177.206,47		2.602.629,28	3.779.835,75

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 10

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária: 01 - Educação Geral

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação		1.010.043,02	35.361.389,34	36.371.432,36
12.306	Alimentação e Nutrição			2.123.606,18	2.123.606,18
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA			2.123.606,18	2.123.606,18
12.306.0005.2.014	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL			908.212,25	908.212,25
12.306.0005.2.016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL			1.196.486,63	1.196.486,63
12.306.0005.2.019	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS			18.907,30	18.907,30
12.361	Ensino Fundamental		432.308,49	20.376.718,79	20.809.027,28
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		432.308,49	20.376.718,79	20.809.027,28
12.361.0005.1.011	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL			0,00	0,00
12.361.0005.1.012	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS CENTROS		359.579,80	359.579,80	359.579,80
12.361.0005.1.013	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/OU GINÁS		72.728,69	72.728,69	72.728,69
12.361.0005.2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			18.341.032,57	18.341.032,57
12.361.0005.2.017	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA			2.035.686,22	2.035.686,22
12.362	Ensino Médio			437.057,08	437.057,08
12.362.0006	ENSINO MÉDIO			437.057,08	437.057,08
12.362.0006.2.020	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO			437.057,08	437.057,08
12.364	Ensino Superior			904.338,84	904.338,84
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR			904.338,84	904.338,84
12.364.0007.2.021	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR			904.338,84	904.338,84
12.365	Educação Infantil			11.517.700,14	12.095.434,67
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		577.734,53	11.517.700,14	12.095.434,67
12.365.0005.1.009	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS CEI		577.734,53	11.517.700,14	577.734,53
12.365.0005.2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			1.968,31	1.968,31
12.366	Educação de Jovens e Adultos			1.968,31	1.968,31
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA			1.968,31	1.968,31
12.366.0005.2.018	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			1.968,31	1.968,31
Total:					36.371.432,36

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 11

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 09 - SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	Gestão Ambiental			26.448,00	26.448,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental			26.448,00	26.448,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL			26.448,00	26.448,00
18.541.0016.2.037	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS			26.448,00	26.448,00
20	Agricultura		542.053,50	1.440.148,37	1.982.201,87
20.606	Extensão Rural		542.053,50	1.440.148,37	1.982.201,87
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL		542.053,50	1.440.148,37	1.982.201,87
20.606.0015.1.018	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIO:			972.788,55	542.053,50
20.606.0015.2.034	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE			401.799,64	972.788,55
20.606.0015.2.035	PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIA			65.560,18	401.799,64
20.606.0015.2.036	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA			0,00	65.560,18
20.606.0015.2.038	INCENTIVOS A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS				0,00
Total:				542.053,50	2.008.649,87

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 12

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 10 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Infraestrutura

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo		3.741.070,85	5.372.500,40	9.113.571,25
15.451	Infra-Estrutura Urbana		2.196.068,87	4.030.484,55	6.226.553,42
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS		2.196.068,87	4.030.484,55	6.226.553,42
15.451.0017.1.020	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS F		2.196.068,87	4.030.484,55	6.226.553,42
15.451.0017.2.040	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		2.196.068,87	4.030.484,55	6.226.553,42
15.452	Serviços Urbanos		1.490.360,00	1.342.015,85	2.832.375,85
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS		1.490.360,00	1.342.015,85	2.832.375,85
15.452.0017.1.023	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRU		1.490.360,00	1.342.015,85	2.832.375,85
15.452.0017.2.042	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.490.360,00	1.342.015,85	2.832.375,85
15.453	Transportes Coletivos Urbanos		54.641,98	54.641,98	109.283,96
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS		54.641,98	54.641,98	109.283,96
15.453.0017.1.019	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS		54.641,98	54.641,98	109.283,96
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário			1.470.588,16	2.941.176,32
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS			1.470.588,16	2.941.176,32
26.782.0018.2.041	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL			1.470.588,16	2.941.176,32

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 13

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 10 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária: 02 - Segurança Pública

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública			1.286.717,67	1.286.717,67
06.181	Policimento			428.075,21	428.075,21
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA			428.075,21	428.075,21
06.181.0019.2.043	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA			418.815,19	418.815,19
06.181.0019.2.045	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETR			9.260,02	9.260,02
06.182	Defesa Civil			858.642,46	858.642,46
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA			858.642,46	858.642,46
06.182.0019.2.044	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM			607.265,47	607.265,47
06.182.0019.2.057	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC			251.376,99	251.376,99
			3.741.070,85	8.129.806,23	11.870.877,08

Total:

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 14

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 11 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			2.091.106,42	2.091.106,42
08.244	Assistência Comunitária			2.091.106,42	2.091.106,42
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.458.239,22	1.458.239,22
08.244.0020.2.046	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.458.239,22	1.458.239,22
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS			363.605,00	363.605,00
08.244.0021.2.047	MANUTENÇÃO DO CRAS			363.605,00	363.605,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA			269.262,20	269.262,20
08.244.0022.2.048	MANUTENÇÃO DO CREAS			269.262,20	269.262,20

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 15

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Órgão: 11 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			12.143,48	12.143,48
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			12.143,48	12.143,48
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			12.143,48	12.143,48
08.243.0023.2.049	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO AC			12.143,48	12.143,48
Total:				2.103.249,90	2.103.249,90

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 16

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 12 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			170.433,14	170.433,14
04.122	Administração Geral			170.433,14	170.433,14
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			170.433,14	170.433,14
04.122.0024.2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			170.433,14	170.433,14
22	Indústria			38.671,22	38.671,22
22.661	Promoção Industrial			38.671,22	38.671,22
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			38.671,22	38.671,22
22.661.0024.2.051	PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			36.691,22	36.691,22
22.661.0024.2.058	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - FMDESENFRA			1.980,00	1.980,00
23	Comércio e Serviços			224.403,60	224.403,60
23.695	Turismo			224.403,60	224.403,60
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			0,00	0,00
23.695.0024.1.029	OBRAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E TURISMO			0,00	0,00
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO			224.403,60	224.403,60
23.695.0025.2.052	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO			60.000,00	60.000,00
23.695.0025.2.053	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS			164.403,60	164.403,60
Total:				433.507,96	433.507,96

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 17

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Unidade Orçamentária: 99 - Reserva de Contingência

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.0028.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
Total:					0,00
Total da Entidade:					64.153.458,89

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 18

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Órgão: 08 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde		157.617,72	18.962.824,62	19.120.442,34
10.301	Atenção Básica		157.617,72	14.298.031,21	14.455.648,93
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA			14.282.818,24	14.282.818,24
10.301.0009.2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			8.488.376,51	8.488.376,51
10.301.0009.2.023	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA			3.920.163,03	3.920.163,03
10.301.0009.2.024	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF			1.005.355,77	1.005.355,77
10.301.0009.2.025	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS			760.627,24	760.627,24
10.301.0009.2.026	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB			108.295,69	108.295,69
10.301.0012	GESTÃO DO SUS			15.212,97	15.212,97
10.301.0012.2.031	GESTÃO DO SUS			15.212,97	15.212,97
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE		157.617,72		157.617,72
10.301.0014.1.015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE		11.717,72		11.717,72
10.301.0014.1.016	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE		145.900,00		145.900,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			3.627.149,83	3.627.149,83
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			3.627.149,83	3.627.149,83
10.302.0010.2.027	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL			2.874.022,06	2.874.022,06
10.302.0010.2.028	MANUTENÇÃO DO SAMU			340.895,65	340.895,65
10.302.0010.2.029	MANUTENÇÃO DO CAPS			412.232,12	412.232,12
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico			618.128,73	618.128,73
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA			618.128,73	618.128,73
10.303.0011.2.030	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA			126.616,58	126.616,58
10.304	Vigilância Sanitária			126.616,58	126.616,58
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE			126.616,58	126.616,58
10.304.0013.2.032	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA			292.898,27	292.898,27
10.305	Vigilância Epidemiológica			292.898,27	292.898,27
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE			292.898,27	292.898,27
10.305.0013.2.033	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				
Total:					19.120.442,34
Total da Entidade:					19.120.442,34

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 19

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME
Órgão: 13 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer		24.581,98	1.147.400,92	1.171.982,90
27.812	Desporto Comunitário		24.581,98	1.147.400,92	1.171.982,90
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE		24.581,98	1.147.400,92	1.171.982,90
27.812.0026.1.030	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME		24.581,98		24.581,98
27.812.0026.1.031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME				0,00
27.812.0026.2.054	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME			1.147.400,92	1.147.400,92
Total:			24.581,98	1.147.400,92	1.171.982,90
Total da Entidade:			24.581,98	1.147.400,92	1.171.982,90

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 20

Entidade :AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI
Órgão: 14 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO
Unidade Orçamentária: 01 - SANEFRAI

[illegible]

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 21

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa		32.974,03	2.296.925,06	2.329.899,09
01.031	Ação Legislativa		32.974,03	2.296.925,06	2.329.899,09
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		32.974,03	2.296.925,06	2.329.899,09
01.031.0001.1.001	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA O LEGISLATIVO			0,00	0,00
01.031.0001.1.002	AQUISIÇÃO DE MOVEIS, UTENSILIOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA		32.974,03	32.974,03	32.974,03
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			2.296.925,06	2.296.925,06
Total:					2.329.899,09
Total da Entidade:					2.329.899,09
TOTAL GERAL:					93.967.752,69
					6.320.799,13
					1.177.206,47
					86.469.747,09

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZZOLLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUIS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa				
01.031	Ação Legislativa		32.974,03	2.296.925,06	2.329.899,09
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		32.974,03	2.296.925,06	2.329.899,09
01.031.0001.1.001	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O LEGISLATIVO		32.974,03	2.296.925,06	2.329.899,09
01.031.0001.1.002	AQUISIÇÃO DE MOVEIS, UTENSÍLIOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O LEI			0,00	0,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		32.974,03	2.296.925,06	2.296.925,06
04	Administração				
04.122	Administração Geral			8.999.051,47	8.999.051,47
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL			6.213.890,97	6.213.890,97
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			6.043.457,83	6.043.457,83
04.122.0002.2.003	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FN			1.712.254,79	1.712.254,79
04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL			0,00	0,00
04.122.0002.2.008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			817.037,74	817.037,74
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			3.514.165,30	3.514.165,30
04.122.0024.2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			170.433,14	170.433,14
04.123	Administração Financeira			170.433,14	170.433,14
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA			2.602.629,28	2.602.629,28
04.123.0004.2.011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS			2.602.629,28	2.602.629,28
04.124	Controle Interno			182.531,22	182.531,22
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL			182.531,22	182.531,22
04.124.0002.2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL			182.531,22	182.531,22
06	Segurança Pública				
06.181	Policimento			1.286.717,67	1.286.717,67
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA			428.075,21	428.075,21
06.181.0019.2.043	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA			428.075,21	428.075,21
06.181.0019.2.045	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA			418.815,19	418.815,19
06.182	Defesa Civil			9.260,02	9.260,02
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA			858.642,46	858.642,46
06.182.0019.2.044	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM			858.642,46	858.642,46
06.182.0019.2.057	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC			607.265,47	607.265,47
08	Assistência Social			251.376,99	251.376,99
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			2.103.249,90	2.103.249,90
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			12.143,48	12.143,48
08.243.0023.2.049	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLE			12.143,48	12.143,48

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			2.103.249,90	2.103.249,90
08.244	Assistência Comunitária			2.091.106,42	2.091.106,42
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.458.239,22	1.458.239,22
08.244.0020.2.046	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.458.239,22	1.458.239,22
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS			363.605,00	363.605,00
08.244.0021.2.047	MANUTENÇÃO DO CRAS			363.605,00	363.605,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA			269.262,20	269.262,20
08.244.0022.2.048	MANUTENÇÃO DO CREAS			269.262,20	269.262,20
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		157.617,72	18.962.824,62	19.120.442,34
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		157.617,72	14.298.031,21	14.455.648,93
10.301.0009.2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			14.282.818,24	14.282.818,24
10.301.0009.2.023	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA			8.488.376,51	8.488.376,51
10.301.0009.2.024	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF			3.920.163,03	3.920.163,03
10.301.0009.2.025	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS			1.005.355,77	1.005.355,77
10.301.0009.2.026	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB			760.627,24	760.627,24
10.301.0012	GESTÃO DO SUS			108.295,69	108.295,69
10.301.0012.2.031	GESTÃO DO SUS			15.212,97	15.212,97
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE			15.212,97	15.212,97
10.301.0014.1.015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE		157.617,72	157.617,72	157.617,72
10.301.0014.1.016	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE		145.900,00	145.900,00	145.900,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			3.627.149,83	3.627.149,83
10.302.0010.2.027	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL			3.627.149,83	3.627.149,83
10.302.0010.2.028	MANUTENÇÃO DO SAMU			2.874.022,06	2.874.022,06
10.302.0010.2.029	MANUTENÇÃO DO CAPS			340.895,65	340.895,65
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico			412.232,12	412.232,12
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			618.128,73	618.128,73
10.303.0011.2.030	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			618.128,73	618.128,73
10.304	Vigilância Sanitária			126.616,58	126.616,58
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE			126.616,58	126.616,58
10.304.0013.2.032	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA			126.616,58	126.616,58
10.305	Vigilância Epidemiológica			292.898,27	292.898,27
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE			292.898,27	292.898,27
10.305.0013.2.033	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			292.898,27	292.898,27

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação		1.010.043,02	35.361.389,34	36.371.432,36
12.306	Alimentação e Nutrição			2.123.606,18	2.123.606,18
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA			2.123.606,18	2.123.606,18
12.306.0005.2.014	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL			908.212,25	908.212,25
12.306.0005.2.016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL			1.196.486,63	1.196.486,63
12.306.0005.2.019	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS			18.907,30	18.907,30
12.361	Ensino Fundamental		432.308,49	20.376.718,79	20.809.027,28
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		432.308,49	20.376.718,79	20.809.027,28
12.361.0005.1.011	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL				0,00
12.361.0005.1.012	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS CENTROS DE				359.579,80
12.361.0005.1.013	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/OU GINÁSIOS I		72.728,69		72.728,69
12.361.0005.2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				18.341.032,57
12.361.0005.2.017	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA				2.035.686,22
12.362	Ensino Médio				437.057,08
12.362.0006	ENSINO MÉDIO				437.057,08
12.362.0006.2.020	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO				437.057,08
12.364	Ensino Superior				904.338,84
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR				904.338,84
12.364.0007.2.021	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR				904.338,84
12.365	Educação Infantil		577.734,53	11.517.700,14	12.095.434,67
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		577.734,53	11.517.700,14	12.095.434,67
12.365.0005.1.009	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS CEI				577.734,53
12.365.0005.2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL				11.517.700,14
12.366	Educação de Jovens e Adultos				1.968,31
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA				1.968,31
12.366.0005.2.018	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				1.968,31
13	Cultura				940.143,15
13.392	Difusão Cultural				940.143,15
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL				940.143,15
13.392.0008.2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS				697.392,46
13.392.0008.2.005	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO				242.750,69
15	Urbanismo				9.113.571,25
15.451	Infra-Estrutura Urbana		3.741.070,85	5.372.500,40	9.113.571,25
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS		2.196.068,87	4.030.484,55	6.226.553,42
15.451.0017.1.020	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS PÚBLI		2.196.068,87	4.030.484,55	6.226.553,42
15.451.0017.2.040	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			4.030.484,55	4.030.484,55

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 4

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo		3.741.070,85	5.372.500,40	9.113.571,25
15.452	Serviços Urbanos		1.490.360,00	1.342.015,85	2.832.375,85
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS		1.490.360,00	1.342.015,85	2.832.375,85
15.452.0017.1.023	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUTURA				
15.452.0017.2.042	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.490.360,00		1.490.360,00
15.453	Transportes Coletivos Urbanos			1.342.015,85	1.342.015,85
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS		54.641,98		54.641,98
15.453.0017.1.019	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS		54.641,98		54.641,98
16	Habitação		135.422,00	284.351,77	419.773,77
16.481	Habitação Rural				0,00
16.481.0003	HABITAÇÃO POPULAR				0,00
16.481.0003.1.006	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAL				0,00
16.482	Habitação Urbana		135.422,00	284.351,77	419.773,77
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR		135.422,00	284.351,77	419.773,77
16.482.0003.1.007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANA		135.422,00		135.422,00
16.482.0003.2.009	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO			284.351,77	284.351,77
16.482.0003.2.010	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E LOTEAMENTOS				0,00
17	Saneamento		677.036,03	6.514.933,44	7.191.969,47
17.512	Saneamento Básico Urbano		677.036,03	6.514.933,44	7.191.969,47
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO		677.036,03	6.514.933,44	7.191.969,47
17.512.0027.1.032	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO		537.928,33		537.928,33
17.512.0027.1.033	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE SANEAMENTO		139.107,70		139.107,70
17.512.0027.2.055	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO			4.414.933,44	4.414.933,44
17.512.0027.2.056	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS			2.100.000,00	2.100.000,00
18	Gestão Ambiental				
18.541	Preservação e Conservação Ambiental				
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL				
18.541.0016.2.037	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS				
20	Agricultura		542.053,50	1.440.148,37	1.982.201,87
20.606	Extensão Rural		542.053,50	1.440.148,37	1.982.201,87
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL		542.053,50	1.440.148,37	1.982.201,87
20.606.0015.1.018	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS				542.053,50
20.606.0015.2.034	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE			972.788,55	972.788,55
20.606.0015.2.035	PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIAS HI			401.799,64	401.799,64

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	Agricultura		542.053,50	1.440.148,37	1.982.201,87
20.606	Extensão Rural		542.053,50	1.440.148,37	1.982.201,87
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL		542.053,50	1.440.148,37	1.982.201,87
20.606.0015.2.036	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA			65.560,18	65.560,18
20.606.0015.2.038	INCENTIVOS A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS			0,00	0,00
22	Indústria				
22.661	Promoção Industrial			38.671,22	38.671,22
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			38.671,22	38.671,22
22.661.0024.2.051	PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			36.691,22	36.691,22
22.661.0024.2.058	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - FMDESENFRAI			1.980,00	1.980,00
23	Comércio e Serviços				
23.695	Turismo				
23.695.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			224.403,60	224.403,60
23.695.0024.1.029	OBRAS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E TURISMO			224.403,60	224.403,60
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO			0,00	0,00
23.695.0025.2.052	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO			224.403,60	224.403,60
23.695.0025.2.053	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS			60.000,00	60.000,00
				164.403,60	164.403,60
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário			1.470.588,16	1.470.588,16
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS			1.470.588,16	1.470.588,16
26.782.0018.2.041	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL			1.470.588,16	1.470.588,16
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário			1.147.400,92	1.147.400,92
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE			1.147.400,92	1.147.400,92
27.812.0026.1.030	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME			1.147.400,92	1.147.400,92
27.812.0026.1.030	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE OBRAS PARA PRÁTICAS DESPOR			24.581,98	24.581,98
27.812.0026.1.031	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZ			4.581,98	4.581,98
27.812.0026.2.054	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME			20.000,00	20.000,00
				1.147.400,92	1.147.400,92
28	Encargos Especiais				
28.843	Serviço da Dívida Interna				
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS				
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA				
		1.177.206,47			1.177.206,47
		675.422,64			675.422,64
		675.422,64			675.422,64
		675.422,64			675.422,64

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 6

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais	1.177.206,47			1.177.206,47
28.846	Outros Encargos Especiais	501.783,83			501.783,83
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	501.783,83			501.783,83
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	501.783,83			501.783,83
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0028	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.0028.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
Total:		1.177.206,47	6.320.799,13	86.469.747,09	93.967.752,69

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZOLLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUIS MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	--	---

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos
Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	2.329.899,09		2.329.899,09
01.031	Ação Legislativa	2.329.899,09		2.329.899,09
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.329.899,09		2.329.899,09
01.031.0001.1.002	AQUISIÇÃO DE MOVEIS, UTENSILIOS, MAQUINAS E EC	32.974,03		32.974,03
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADOI	2.296.925,06		2.296.925,06
4	Administração	8.953.023,97	46.027,50	8.999.051,47
04.122	Administração Geral	6.167.863,47	46.027,50	6.213.890,97
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.997.430,33	46.027,50	6.043.457,83
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	1.712.254,79		1.712.254,79
04.122.0002.2.003	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO			0,00
04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	817.037,74		817.037,74
04.122.0002.2.008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO I	3.468.137,80	46.027,50	3.514.165,30
04.122.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	170.433,14		170.433,14
04.122.0024.2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMEN	170.433,14		170.433,14
04.123	Administração Financeira	2.602.629,28		2.602.629,28
04.123.0004	GESTÃO FINANCEIRA	2.602.629,28		2.602.629,28
04.123.0004.2.011	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	2.602.629,28		2.602.629,28
04.124	Controle Interno	182.531,22		182.531,22
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO GERAL	182.531,22		182.531,22
04.124.0002.2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL	182.531,22		182.531,22
6	Segurança Pública	294.782,54	991.935,13	1.286.717,67
06.181	Policiamento	103.405,55	324.669,66	428.075,21
06.181.0019	SEGURANÇA PÚBLICA	103.405,55	324.669,66	428.075,21
06.181.0019.2.043	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	94.145,53	324.669,66	418.815,19
06.181.0019.2.045	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS E	9.260,02		9.260,02
06.182	Defesa Civil	191.376,99	667.265,47	858.642,46
06.182.0019	SEGURANÇA PÚBLICA	191.376,99	667.265,47	858.642,46
06.182.0019.2.044	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM		607.265,47	607.265,47
06.182.0019.2.057	COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFE	191.376,99	60.000,00	251.376,99
8	Assistência Social	1.645.314,98	457.934,92	2.103.249,90
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	5.881,45	6.262,03	12.143,48
08.243.0023	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	5.881,45	6.262,03	12.143,48
08.243.0023.2.049	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS	5.881,45	6.262,03	12.143,48
08.244	Assistência Comunitária	1.639.433,53	451.672,89	2.091.106,42
08.244.0020	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.356.059,36	102.179,86	1.458.239,22
08.244.0020.2.046	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNC	1.356.059,36	102.179,86	1.458.239,22
08.244.0021	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	162.474,13	201.130,87	363.605,00
08.244.0021.2.047	MANUTENÇÃO DO CRAS	162.474,13	201.130,87	363.605,00
08.244.0022	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCI	120.900,04	148.362,16	269.262,20
08.244.0022.2.048	MANUTENÇÃO DO CREAS	120.900,04	148.362,16	269.262,20
10	Saúde		19.120.442,34	19.120.442,34
10.301	Atenção Básica		14.455.648,93	14.455.648,93
10.301.0009	ATENÇÃO BÁSICA		14.282.818,24	14.282.818,24
10.301.0009.2.022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		8.488.376,51	8.488.376,51
10.301.0009.2.023	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA		3.920.163,03	3.920.163,03
10.301.0009.2.024	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF		1.005.355,77	1.005.355,77
10.301.0009.2.025	ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE		760.627,24	760.627,24
10.301.0009.2.026	ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB		108.295,69	108.295,69
10.301.0012	GESTÃO DO SUS		15.212,97	15.212,97
10.301.0012.2.031	GESTÃO DO SUS		15.212,97	15.212,97
10.301.0014	INVESTIMENTOS EM SAÚDE		157.617,72	157.617,72
10.301.0014.1.015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDAE		11.717,72	11.717,72
10.301.0014.1.016	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SA		145.900,00	145.900,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		3.627.149,83	3.627.149,83
10.302.0010	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		3.627.149,83	3.627.149,83
10.302.0010.2.027	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULA		2.874.022,06	2.874.022,06
10.302.0010.2.028	MANUTENÇÃO DO SAMU		340.895,65	340.895,65
10.302.0010.2.029	MANUTENÇÃO DO CAPS		412.232,12	412.232,12
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		618.128,73	618.128,73
10.303.0011	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA		618.128,73	618.128,73
10.303.0011.2.030	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA		618.128,73	618.128,73

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos
Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde		19.120.442,34	19.120.442,34
10.304	Vigilância Sanitária		126.616,58	126.616,58
10.304.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		126.616,58	126.616,58
10.304.0013.2.032	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		126.616,58	126.616,58
10.305	Vigilância Epidemiológica		292.898,27	292.898,27
10.305.0013	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		292.898,27	292.898,27
10.305.0013.2.033	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		292.898,27	292.898,27
12	Educação	2.895.580,86	33.475.851,50	36.371.432,36
12.306	Alimentação e Nutrição	1.587.297,34	536.308,84	2.123.606,18
12.306.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.587.297,34	536.308,84	2.123.606,18
12.306.0005.2.014	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	675.357,31	232.854,94	908.212,25
12.306.0005.2.016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	904.990,00	291.496,63	1.196.486,63
12.306.0005.2.019	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS	6.950,03	11.957,27	18.907,30
12.361	Ensino Fundamental		20.809.027,28	20.809.027,28
12.361.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		20.809.027,28	20.809.027,28
12.361.0005.1.012	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAME		359.579,80	359.579,80
12.361.0005.1.013	CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS Q		72.728,69	72.728,69
12.361.0005.2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		18.341.032,57	18.341.032,57
12.361.0005.2.017	TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA		2.035.686,22	2.035.686,22
12.362	Ensino Médio	403.391,14	33.665,94	437.057,08
12.362.0006	ENSINO MÉDIO	403.391,14	33.665,94	437.057,08
12.362.0006.2.020	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	403.391,14	33.665,94	437.057,08
12.364	Ensino Superior	904.338,84		904.338,84
12.364.0007	ENSINO SUPERIOR	904.338,84		904.338,84
12.364.0007.2.021	TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR	904.338,84		904.338,84
12.365	Educação Infantil		12.095.434,67	12.095.434,67
12.365.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA		12.095.434,67	12.095.434,67
12.365.0005.1.009	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMEN		577.734,53	577.734,53
12.365.0005.2.013	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		11.517.700,14	11.517.700,14
12.366	Educação de Jovens e Adultos	553,54	1.414,77	1.968,31
12.366.0005	EDUCAÇÃO BÁSICA	553,54	1.414,77	1.968,31
12.366.0005.2.018	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO:	553,54	1.414,77	1.968,31
13	Cultura	940.143,15		940.143,15
13.392	Difusão Cultural	940.143,15		940.143,15
13.392.0008	DESENVOLVIMENTO CULTURAL	940.143,15		940.143,15
13.392.0008.2.004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	697.392,46		697.392,46
13.392.0008.2.005	MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICIPIO	242.750,69		242.750,69
15	Urbanismo	4.606.238,86	4.507.332,39	9.113.571,25
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.213.524,88	2.013.028,54	6.226.553,42
15.451.0017	SERVIÇOS URBANOS	4.213.524,88	2.013.028,54	6.226.553,42
15.451.0017.1.020	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS	183.040,33	2.013.028,54	2.196.068,87
15.451.0017.2.040	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA/	4.030.484,55		4.030.484,55
15.452	Serviços Urbanos	338.072,00	2.494.303,85	2.832.375,85
15.452.0017	SERVIÇOS URBANOS	338.072,00	2.494.303,85	2.832.375,85
15.452.0017.1.023	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENT	298.072,00	1.192.288,00	1.490.360,00
15.452.0017.2.042	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	40.000,00	1.302.015,85	1.342.015,85
15.453	Transportes Coletivos Urbanos	54.641,98		54.641,98
15.453.0017	SERVIÇOS URBANOS	54.641,98		54.641,98
15.453.0017.1.019	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS	54.641,98		54.641,98
16	Habitação	365.054,22	54.719,55	419.773,77
16.482	Habitação Urbana	365.054,22	54.719,55	419.773,77
16.482.0003	HABITAÇÃO POPULAR	365.054,22	54.719,55	419.773,77
16.482.0003.1.007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIO	80.702,45	54.719,55	135.422,00
16.482.0003.2.009	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO	284.351,77		284.351,77
17	Saneamento	7.162.759,07	29.210,40	7.191.969,47
17.512	Saneamento Básico Urbano	7.162.759,07	29.210,40	7.191.969,47
17.512.0027	SANEAMENTO BÁSICO	7.162.759,07	29.210,40	7.191.969,47
17.512.0027.1.032	OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	537.928,33		537.928,33
17.512.0027.1.033	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENT	139.107,70		139.107,70
17.512.0027.2.055	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	4.385.723,04	29.210,40	4.414.933,44
17.512.0027.2.056	COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	2.100.000,00		2.100.000,00

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Página 3

Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
18	Gestão Ambiental	26.448,00		26.448,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	26.448,00		26.448,00
18.541.0016	GESTÃO AMBIENTAL	26.448,00		26.448,00
18.541.0016.2.037	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRA	26.448,00		26.448,00
20	Agricultura	1.159.849,65	822.352,22	1.982.201,87
20.606	Extensão Rural	1.159.849,65	822.352,22	1.982.201,87
20.606.0015	EXTENSÃO RURAL	1.159.849,65	822.352,22	1.982.201,87
20.606.0015.1.018	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENT	466,06	541.587,44	542.053,50
20.606.0015.2.034	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E ME	692.023,77	280.764,78	972.788,55
20.606.0015.2.035	PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁF	401.799,64		401.799,64
20.606.0015.2.036	MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA	65.560,18		65.560,18
22	Indústria	38.671,22		38.671,22
22.661	Promoção Industrial	38.671,22		38.671,22
22.661.0024	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	38.671,22		38.671,22
22.661.0024.2.051	PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E	36.691,22		36.691,22
22.661.0024.2.058	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIB	1.980,00		1.980,00
23	Comércio e Serviços	199.403,60	25.000,00	224.403,60
23.695	Turismo	199.403,60	25.000,00	224.403,60
23.695.0025	INCENTIVOS AO TURISMO	199.403,60	25.000,00	224.403,60
23.695.0025.2.052	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO	60.000,00		60.000,00
23.695.0025.2.053	INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍ	139.403,60	25.000,00	164.403,60
26	Transporte	866.257,59	604.330,57	1.470.588,16
26.782	Transporte Rodoviário	866.257,59	604.330,57	1.470.588,16
26.782.0018	ESTRADAS VICINAIS	866.257,59	604.330,57	1.470.588,16
26.782.0018.2.041	MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	866.257,59	604.330,57	1.470.588,16
27	Desporto e Lazer	1.167.030,47	4.952,43	1.171.982,90
27.812	Desporto Comunitário	1.167.030,47	4.952,43	1.171.982,90
27.812.0026	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	1.167.030,47	4.952,43	1.171.982,90
27.812.0026.1.030	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE OBRAS	20.000,00	4.581,98	24.581,98
27.812.0026.2.054	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORT	1.147.030,47	370,45	1.147.400,92
28	Encargos Especiais	1.177.206,47		1.177.206,47
28.843	Serviço da Dívida Interna	675.422,64		675.422,64
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	675.422,64		675.422,64
28.843.0000.0.100	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	675.422,64		675.422,64
28.846	Outros Encargos Especiais	501.783,83		501.783,83
28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS	501.783,83		501.783,83
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	501.783,83		501.783,83
Total:		33.827.663,74	60.140.088,95	93.967.752,69

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZZOLLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

ÓRGÃOS	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.329.899,09			1.712.254,79		
2 GABINETE DO PREFEITO				817.037,74		
3 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				182.531,22		
4 CONTROLADORIA INTERNA				3.514.165,30		
5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJA				2.602.629,28		
6 SECRETARIA DE FINANÇAS						1.286.717,67
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA				170.433,14		
12 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔ				8.999.051,47		1.286.717,67
Total :	2.329.899,09					
ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
7 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO						36.371.432,36
8 SECRETARIA DE SAÚDE				19.120.442,34		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		2.103.249,90				
Total :		2.103.249,90		19.120.442,34		36.371.432,36
ÓRGÃOS	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL
2 GABINETE DO PREFEITO	940.143,15					
5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJA				419.773,77		26.448,00
9 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AME			9.113.571,25			
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					7.191.969,47	
14 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE			9.113.571,25	419.773,77	7.191.969,47	26.448,00
Total :	940.143,15					

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

ÓRGÃOS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
9 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AME		1.982.201,87				
12 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔ				38.671,22	224.403,60	
Total :		1.982.201,87		38.671,22	224.403,60	

ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						2.329.899,09
2 GABINETE DO PREFEITO						2.652.397,94
3 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO						817.037,74
4 CONTROLADORIA INTERNA						182.531,22
5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJA				1.177.206,47		3.933.939,07
6 SECRETARIA DE FINANÇAS						3.779.835,75
7 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO						36.371.432,36
8 SECRETARIA DE SAÚDE						19.120.442,34
9 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AME						2.008.649,87
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			1.470.588,16			11.870.877,08
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL						2.103.249,90
12 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔ						433.507,96
13 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME				1.171.982,90		1.171.982,90
14 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE						7.191.969,47
Total :		1.470.588,16		1.171.982,90		93.967.752,69

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 3

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZOLLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUÍS MACHADO Contador CRC/SC N° 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	--	---

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	80.000.000,00	98.346.571,60	20.684.139,77	2.337.568,17
RECEITAS CORRENTES	76.934.900,00	92.856.576,35	17.889.458,64	1.967.782,29
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.706.300,00	12.645.187,52	2.177.278,10	238.390,58
IMPOSTOS	7.530.000,00	9.367.776,54	1.837.776,54	0,00
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	4.030.000,00	5.379.530,98	1.349.530,98	0,00
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.000.000,00	2.235.212,08	235.212,08	0,00
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60%	840.000,00	1.192.003,88	352.003,88	0,00
Deduções de Receita do IPTU 60%	0,00	-253.881,61	-253.881,61	0,00
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25%	600.000,00	851.431,63	251.431,63	0,00
Deduções de Receita do IPTU 25%	0,00	-180.682,75	-180.682,75	0,00
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15%	560.000,00	794.669,50	234.669,50	0,00
Deduções de Receita do IPTU 15%	0,00	-168.328,57	-168.328,57	0,00
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.230.000,00	1.661.460,48	431.460,48	0,00
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	1.200.000,00	1.629.322,69	429.322,69	0,00
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60%	504.000,00	684.315,37	180.315,37	0,00
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25%	360.000,00	488.796,94	128.796,94	0,00
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15%	336.000,00	456.210,38	120.210,38	0,00
IRRF s/ Outros Rendimentos	30.000,00	32.137,79	2.137,79	0,00
IRRF s/ Outros Rendimentos 60%	12.600,00	13.502,99	902,99	0,00
IRRF s/ Outros Rendimentos 25%	9.000,00	9.645,13	645,13	0,00
IRRF s/ Outros Rendimentos 15%	8.400,00	8.989,67	589,67	0,00
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	800.000,00	1.482.858,42	682.858,42	0,00
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 60%	336.000,00	626.726,39	290.726,39	0,00
Deduções de Receita do ITBI 60%	0,00	-3.925,77	-3.925,77	0,00
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 25%	240.000,00	447.661,67	207.661,67	0,00
Deduções de Receita do ITBI 25%	0,00	-2.804,12	-2.804,12	0,00
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 15%	224.000,00	417.817,43	193.817,43	0,00
Deduções de Receita do ITBI 15%	0,00	-2.617,18	-2.617,18	0,00
Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.500.000,00	3.988.245,56	488.245,56	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.500.000,00	3.988.245,56	488.245,56	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.500.000,00	3.988.245,56	488.245,56	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60%	1.470.000,00	1.688.749,47	218.749,47	0,00
Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação 60%	0,00	-13.989,28	-13.989,28	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25%	1.050.000,00	1.206.249,98	156.249,98	0,00
Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação 25%	0,00	-9.473,44	-9.473,44	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15%	980.000,00	1.125.833,17	145.833,17	0,00
Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	0,00	-9.124,34	-9.124,34	0,00
TAXAS	2.776.300,00	3.066.182,43	345.082,27	55.199,84
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.161.300,00	1.201.184,35	53.242,85	13.358,50
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	160.000,00	181.233,84	21.233,84	0,00
Deduções Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	-1.183,69	-1.183,69	0,00
Taxa de Serviços Administrativos	30.000,00	34.417,50	14.417,50	10.000,00
Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	800.000,00	811.406,99	11.406,99	0,00
Deduções Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	0,00	-30.898,26	-30.898,26	0,00
Taxa de Publicidade Comercial	100,00	2.155,00	2.055,00	0,00
Taxa de Apreensão e Depósito	200,00	258,32	58,32	0,00
Taxa de Funcionamento de Estab.em Horário Especial	1.000,00	80,00	0,00	920,00
Taxa de Licença para Execução de Obras	85.000,00	99.182,36	14.182,36	0,00
Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	5.000,00	25.700,33	20.700,33	0,00
Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	0,00	-480,00	-480,00	0,00
Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	20.000,00	25.750,46	5.750,46	0,00
Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	60.000,00	57.561,50	0,00	2.438,50
Outras Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia (Desconto)	0,00	-4.000,00	-4.000,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	1.615.000,00	1.864.998,08	291.839,42	41.841,34
Taxa de Cemitérios	60.000,00	61.929,12	1.929,12	0,00
Taxa de Limpeza Pública	1.430.000,00	1.704.936,23	282.829,96	7.893,73
Taxa de Coleta de Lixo	1.430.000,00	1.708.138,42	286.032,15	7.893,73
Taxa de Coleta de Lixo	0,00	-3.202,19	-3.202,19	0,00
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	125.000,00	98.132,73	7.080,34	33.947,61
Taxa de Expediente	100.000,00	66.061,12	0,00	33.938,88
Deduções Taxa de Expediente	0,00	-124,59	-124,59	0,00
Taxa de Embarque	5.000,00	4.991,27	0,00	8,73
Outras Taxas de Prestação de Serviços	20.000,00	27.241,20	7.241,20	0,00
Deduções Outras Taxas de Prestação de Serviço	0,00	-36,27	-36,27	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	400.000,00	211.228,55	-5.580,71	183.190,74
Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	400.000,00	216.809,26	0,00	183.190,74

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0,00	-5.580,71	-5.580,71	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	1.493.471,39	593.471,39	0,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	900.000,00	1.502.315,51	602.315,51	0,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	-8.844,12	-8.844,12	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	672.100,00	1.620.574,00	965.124,44	16.650,44
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	35.000,00	27.050,06	0,00	7.949,94
Taxa de Ocupação de Imóveis	35.000,00	27.050,06	0,00	7.949,94
Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	35.000,00	27.050,06	0,00	7.949,94
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	629.100,00	1.574.083,62	953.684,12	8.700,50
Remuneração de Depósitos Bancários	629.100,00	1.574.083,62	953.684,12	8.700,50
Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinculado	265.400,00	667.346,60	410.647,10	8.700,50
Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinculado	150.000,00	205.056,41	55.056,41	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FUNDEB 60%	105.000,00	122.218,01	17.218,01	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FUNDEB 40%	45.000,00	82.838,40	37.838,40	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	35.400,00	156.732,32	125.947,02	4.614,70
Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PAB	8.000,00	30.151,68	22.151,68	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. União	1.000,00	19.453,42	18.453,42	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PSF	1.000,00	1.387,10	387,10	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - PACS	1.000,00	1.254,17	254,17	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Epidemiologia	4.000,00	5.597,01	1.597,01	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Vig. San. União	200,00	271,17	71,17	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S. Bucal	200,00	333,57	133,57	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - Farm. B. Estado	1.000,00	1.228,62	228,62	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - AB Estado	1.000,00	5.602,73	4.602,73	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - MAC	3.000,00	35.168,38	32.168,38	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - CAPS	1.000,00	5.994,10	4.994,10	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - SAMU	1.000,00	1.576,80	576,80	0,00
Rec. Remun. Recursos SUS - UPA	0,00	123,45	123,45	0,00
Rec. de Remun. Recursos SUS - Rede Cegonha	0,00	29,72	29,72	0,00
Rec. de Remun. Recursos SUS - PMAQ	1.000,00	5.379,76	4.379,76	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. FMS	5.000,00	16.558,91	11.558,91	0,00
Rec. Remun. Rec. Estado CIES	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Rec. Remun. Dep. Banc. SUS - UBS S José	0,00	29,25	29,25	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc. SUS - UBS Nações	0,00	1.861,43	1.861,43	0,00
Rec. Remun. Recursos do SUS - MAC Estado	1.000,00	6.424,17	5.424,17	0,00
Rec. Remun. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIRAL	5.000,00	1.385,30	0,00	3.614,70
Rec. Remun. Recursos do SUS - Comissão Intergestores	0,00	1.060,61	1.060,61	0,00
Convênio Estado Aquisição Veículo TR 000073	0,00	6.711,36	6.711,36	0,00
Convênio Estado Aquisição Veículo TR 000073	0,00	-6.711,36	-6.711,36	0,00
Convênio Estado Equipamentos UPA TR 000072	0,00	6.960,39	6.960,39	0,00
Convênio Estado Equipamentos UPA TR 000072	0,00	-6.960,39	-6.960,39	0,00
Transf. Recursos do SUS União Equipamentos	0,00	13.820,22	13.820,22	0,00
Convênio Estado TR 604 - Academia de Saúde	0,00	2.150,96	2.150,96	0,00
Convênio Estado TR 604 - Academia de Saúde	0,00	-2.150,96	-2.150,96	0,00
Transf. Recursos do SUS Estrut. Serv. Atenção Básica	0,00	2.040,75	2.040,75	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE	36.300,00	160.227,61	124.678,50	750,89
Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - S. Educação	30.000,00	103.112,54	73.112,54	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAE Fundamental	3.000,00	13.854,48	10.854,48	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Fundamental	1.000,00	3.980,32	2.980,32	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PEJA	200,00	50,62	0,00	149,38
Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNAP	200,00	167,62	0,00	32,38
Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Creche	200,00	170,27	0,00	29,73
Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - AEE	200,00	0,00	0,00	200,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Infantil	200,00	54,19	0,00	145,81
Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - PNATE Médio	200,00	97,24	0,00	102,76
Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - Transp Esc Est Fun	1.000,00	21.023,04	20.023,04	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc. MDE - Apoio a Creches	100,00	9,17	0,00	90,83
Rec. Conv União PAC208342/14 Cobert. Quadra	0,00	812,86	812,86	0,00
Rec. Conv União PAC208662/14 Cobert. Quadra Nações	0,00	10.506,73	10.506,73	0,00
Rec. Convênio Estado TR 1341 Sede Sec. Educação	0,00	279,30	279,30	0,00
Rec. Convênio Estado TR 1341 Sede Sec. Educação	0,00	-279,30	-279,30	0,00
Rec. Conv. Estado TR 2825 Ginásio Eurico Pinz	0,00	5.646,65	5.646,65	0,00
Rec. Conv União FNDE PAR Equip CEI Nações	0,00	741,88	741,88	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	100,00	2.647,47	2.547,47	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS	4.100,00	20.921,03	18.210,70	1.389,67
Transf. de Recursos FNAS - PPMC	500,00	3.165,56	2.665,56	0,00
Transf. de Recursos do FNAS - PTMC	500,00	81,77	0,00	418,23

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transferências de Recursos FNAS - IGDBF	500,00	3.094,02	2.594,02	0,00
Tranf. de Recursos FNAS - PBF	1.000,00	5.890,03	4.890,03	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS - PBVII	0,00	0,97	0,97	0,00
Tranf. de Recursos FEAS - Abrigo Alta Investimentos	100,00	766,24	666,24	0,00
Transf. Recursos FEAS Benefícios Eventuais	100,00	530,09	430,09	0,00
Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUAS	200,00	242,48	42,48	0,00
Tranf. de Recursos FEAS - CRAS Básica Custeio	100,00	39,36	0,00	60,64
Rec. de Remun. Dep. Banc. FNAS - ACESSUAS	1.000,00	89,20	0,00	910,80
Transf. de Recursos FNAS - SCFV	100,00	479,33	379,33	0,00
Transf. de Recursos FNAS - Abrigo	0,00	1.207,62	1.207,62	0,00
Transf. de Recursos FEAS - CREAS Média Investimentos	0,00	628,77	628,77	0,00
Transf. de Recursos FEAS - Abrigo Custeio	0,00	2.926,06	2.926,06	0,00
Transf. de Recursos FEAS - CRAS Investimentos	0,00	1.779,53	1.779,53	0,00
Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	39.500,00	121.761,76	84.207,00	1.945,24
Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - COSIP	10.000,00	21.739,97	11.739,97	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. ORTFRAI	3.000,00	1.054,76	0,00	1.945,24
Rec. de Remun. Dep. Banc. Polícia Civil	3.000,00	5.871,37	2.871,37	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. Polícia Militar	3.000,00	4.921,71	1.921,71	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. FUNREBOM	20.000,00	47.668,78	27.668,78	0,00
Rec. Conv. União Reforma Macieirão	0,00	16.862,26	16.862,26	0,00
Rec. Conv. União Reforma Macieirão	0,00	-16.366,88	-16.366,88	0,00
Rec. Dep. Banc. - Recursos FNAS - FORUM	0,00	2.087,81	2.087,81	0,00
Rec. Conv. Estado Reforma Ginásio Jardim América TR 1031	0,00	-1,74	-1,74	0,00
Convênio Estado TR 1525 Estradas Vicinais	0,00	810,00	810,00	0,00
Convênio Estado TR 1525 Estradas Vicinais	0,00	-810,00	-810,00	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc. FMDCA	500,00	972,95	472,95	0,00
Convênio Estado TR 2439 Estradas Vicinais	0,00	320,86	320,86	0,00
Convênio Estado TR 2439 Estradas Vicinais	0,00	-320,86	-320,86	0,00
Conv. União Ctr 804205/14 - Pavim B. São Luiz	0,00	5.593,49	5.593,49	0,00
Conv. União Ctr 805768/14 Equip. Agric.	0,00	833,09	833,09	0,00
Conv. União Ctr 805768/14 Equip. Agric.	0,00	-833,09	-833,09	0,00
Conv. União Ctr 809601/14 - Pavim B. NS Aparecida	0,00	6.275,06	6.275,06	0,00
Conv. União Ctr 809601/14 - Pavim B. NS Aparecida	0,00	-6.275,06	-6.275,06	0,00
Rec. Rend. Operações de Crédito Pró-Transporte	0,00	386,79	386,79	0,00
Rec. Rend. Recursos Interesses Difusos	0,00	2.650,74	2.650,74	0,00
Convênio Estado TR 1748 Antigranizo	0,00	409,76	409,76	0,00
Convênio Estado TR 1748 Antigranizo	0,00	-409,77	-409,77	0,00
Convênio Estado INCRA/SC 813068/2014	0,00	24.516,95	24.516,95	0,00
Conv. União Ctr 823016/2015 Pavim. Av. Parana e Outras	0,00	3.592,46	3.592,46	0,00
Conv. União Ctr 823016/2015 Pavim. Av. Parana e Outras	0,00	-3.592,46	-3.592,46	0,00
Conv. União Ctr 825511/2015 Maq. Equip. Agric.	0,00	5.783,02	5.783,02	0,00
Conv. União Ctr 825511/2015 Maq. Equip. Agric.	0,00	-5.783,02	-5.783,02	0,00
Convênio Estado TR 511 Recuperação de Estradas	0,00	3.053,32	3.053,32	0,00
Convênio Estado TR 603 - Trator Agrícola	0,00	2.430,65	2.430,65	0,00
Convênio Estado TR 603 - Trator Agrícola	0,00	-2.430,65	-2.430,65	0,00
Convênio Estado TR 749 - EXPOACIAF 2016	0,00	41,39	41,39	0,00
Convênio Estado TR 749 - EXPOACIAF 2016	0,00	-41,39	-41,39	0,00
Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	749,49	749,49	0,00
Convênio Estado TR 2419 Antigranizo	0,00	14,07	14,07	0,00
Convênio Estado TR 2419 Antigranizo	0,00	-14,07	-14,07	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc.	363.700,00	906.737,02	543.037,02	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc.	363.700,00	906.737,02	543.037,02	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. PMF	300.000,00	778.153,34	478.153,34	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Jovens e Adult	200,00	381,49	181,49	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc. Creche Empresa	1.000,00	2.187,80	1.187,80	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vinculado - FME	1.000,00	2.492,57	1.492,57	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vinc. SF	60.000,00	111.885,89	51.885,89	0,00
Rec. Concessão Transporte Coletivo	500,00	2.487,03	1.987,03	0,00
Rec. de Remun. Dep. Banc. Alienação de Bens	1.000,00	9.148,90	8.148,90	0,00
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.000,00	19.440,32	11.440,32	0,00
Outras Receitas de Concessões e Permissões	8.000,00	19.440,32	11.440,32	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.675.700,00	5.984.202,84	1.326.474,99	17.972,15
Serviços de Transporte	220.000,00	279.201,55	59.201,55	0,00
Serviços de Transporte Rodoviário	220.000,00	279.209,66	59.209,66	0,00
Serviços de Transporte Rodoviário	0,00	-8,11	-8,11	0,00
Serviços Administrativos	327.000,00	653.174,20	328.439,47	2.265,27
Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	0,00	47.400,00	47.400,00	0,00
Serviços de Venda de Editais	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Serviços Especiais PM/Bombeiro	300.000,00	579.770,77	279.770,77	0,00
Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	1.000,00	1.953,56	953,56	0,00
Outros Serviços Administrativos	25.000,00	24.049,87	315,14	1.265,27
Outros Serv. Administrativos - PMF	15.000,00	15.315,72	315,72	0,00
Outros Serv. Administrativos - PMF	0,00	-0,58	-0,58	0,00
Outros Serviços Administrativos - SF	10.000,00	8.734,73	0,00	1.265,27
Serviços de Fornecimento de Água	4.000.000,00	4.921.933,40	921.933,40	0,00
Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	40.000,00	47.954,04	7.954,04	0,00
Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resíd Sólido	1.000,00	68,68	0,00	931,32
Serviços de Religamento de Água	10.000,00	14.495,41	4.495,41	0,00
Outros Serviços	77.700,00	67.375,56	4.451,12	14.775,56
Outros Serviços - PMF Cargas de Terra	1.000,00	192,00	0,00	808,00
Outros Serviços PMF - Recolhimento de Entulhos	1.500,00	624,94	0,00	875,06
Outros Serviços PMF - Inseminação Artificial	200,00	0,00	0,00	200,00
Outros Serviços PMF - Horas Máquinas	15.000,00	19.451,12	4.451,12	0,00
Outros Serviços - SF	60.000,00	47.107,50	0,00	12.892,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	58.756.000,00	66.588.728,81	9.334.713,78	1.501.984,97
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	58.587.000,00	66.354.995,73	9.207.799,38	1.439.803,65
Transferências da União	21.709.000,00	26.145.445,98	5.709.428,83	1.272.982,85
Participação na Receita da União	13.432.000,00	15.700.228,32	3.268.228,32	1.000.000,00
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	13.400.000,00	14.386.291,13	1.986.291,13	1.000.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	12.400.000,00	14.386.291,13	1.986.291,13	0,00
Cota-Parte do F.P.M.	9.610.000,00	11.149.375,41	1.539.375,41	0,00
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-1.922.000,00	-2.229.874,91	-307.874,91	0,00
Cota-Parte do F.P.M. - Educação	1.550.000,00	1.798.286,36	248.286,36	0,00
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM Educaç	-310.000,00	-359.657,25	-49.657,25	0,00
Cota-Parte do F.P.M.- Saúde	4.340.000,00	5.035.201,80	695.201,80	0,00
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM Saúde	-868.000,00	-1.007.040,28	-139.040,28	0,00
Cota-Parte do F.P.M. 2%	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Cota-Parte do F.P.M. 2%	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Cota-Parte do F.P.M. 2% - Educação	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Cota-Parte do FPM 1% Dezembro	0,00	746.261,69	746.261,69	0,00
Cota-Parte do FPM 1% Dezembro	0,00	522.383,18	522.383,18	0,00
Cota-Parte do FPM 1% Dezembro Educação	0,00	223.878,51	223.878,51	0,00
Cota-Parte do FPM 1% Julho	0,00	530.345,12	530.345,12	0,00
Cota-Parte do FPM 1% Julho	0,00	371.241,58	371.241,58	0,00
Cota-Parte do FPM 1% Julho Educação	0,00	159.103,54	159.103,54	0,00
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	32.000,00	37.330,38	5.330,38	0,00
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 60%	24.800,00	28.930,95	4.130,95	0,00
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-4.960,00	-5.786,09	-826,09	0,00
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 25%	4.000,00	4.666,27	666,27	0,00
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-800,00	-933,23	-133,23	0,00
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 15%	11.200,00	13.065,57	1.865,57	0,00
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-2.240,00	-2.613,09	-373,09	0,00
Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	178.000,00	155.119,68	0,00	22.880,32
Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	8.000,00	4.310,18	0,00	3.689,82
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	170.000,00	150.809,50	0,00	19.190,50
Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	5.065.500,00	6.741.106,38	1.701.012,26	25.405,88
Transf. de Recursos do SUS - PAB	905.000,00	980.087,29	75.087,29	0,00
Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	186.000,00	201.491,29	15.491,29	0,00
Trasnf. de Recursos do SUS - PSF	796.000,00	795.175,00	0,00	825,00
Transf. de Recursos do SUS - PACS	725.000,00	780.780,00	55.780,00	0,00
Transf. de Recursos do SUS - Vig. Epidemiologica	56.000,00	164.389,83	108.389,83	0,00
Transf. de Recursos do SUS - Vig. Sanitaria	30.000,00	26.944,56	0,00	3.055,44
Transf. de Recursos do SUS - Saude Bucal	80.000,00	86.970,00	6.970,00	0,00
Transf. de Recursos do SUS - MAC União	1.220.000,00	1.578.628,10	358.628,10	0,00
Transf. de Recursos do SUS - CAPS	340.000,00	331.974,56	0,00	8.025,44
Transf. de Recursos do SUS - SAMU	263.000,00	284.947,00	21.947,00	0,00
Transf. de Recursos do SUS - PMAQ	421.000,00	662.500,00	241.500,00	0,00
Transf. de Recursos do SUS - Rede Cegonha	13.500,00	0,00	0,00	13.500,00
Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIRALIS	30.000,00	37.500,00	7.500,00	0,00
Transf. Recursos do SUS - Programa Academia de Saúde	0,00	45.000,00	45.000,00	0,00
Transf. Recursos do SUS - NASF	0,00	183.000,00	183.000,00	0,00
Transf. Recursos do SUS - Quartos Retaguarda Hospital	0,00	581.718,75	581.718,75	0,00
Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	281.400,00	341.127,20	178.923,85	119.196,65
Trasnf. de Recursos do FNAS - PTMC	21.000,00	10.410,96	0,00	10.589,04
Transferências de Recursos FNAS - IGDBF	45.000,00	48.909,31	3.909,31	0,00
Transf. de Recursos do FNAS - PBF	100.000,00	16.800,00	0,00	83.200,00

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transf. de Recursos FNAS - PFMC	78.000,00	78.300,00	300,00	0,00
Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUAS	7.500,00	7.092,39	0,00	407,61
Transf. de Recursos FNAS - ACESSUAS	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
Transf. de Recursos do FNAS - SCFV	4.900,00	124.614,54	119.714,54	0,00
Transf. de Recursos FNAS - Abrigo	0,00	55.000,00	55.000,00	0,00
Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.636.100,00	3.039.127,48	503.527,48	100.500,00
Transferências do Salário-Educação	1.955.600,00	2.292.886,70	337.286,70	0,00
Transferências Diretas do FNDE	453.000,00	585.200,00	132.700,00	500,00
Transf Diretas do FNDE - PNAE Fundamental	210.000,00	273.900,00	63.900,00	0,00
Transf Diretas do FNDE - PNAP	85.000,00	110.800,00	25.800,00	0,00
Transf Diretas do FNDE - PNAC	140.000,00	180.200,00	40.200,00	0,00
Transf. Diretas do FNDE - PNAEJA	8.000,00	7.500,00	0,00	500,00
Transf. Diretas do FNDE - AEE	10.000,00	12.800,00	2.800,00	0,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	127.500,00	161.040,78	33.540,78	0,00
Transf. Diretas do FNDE - PNATE Fundamental	96.000,00	106.478,45	10.478,45	0,00
Transf. Diretas do FNDE - PNATE Infantil	4.500,00	8.316,66	3.816,66	0,00
Transf. Diretas do FNDE - PNATE Médio	27.000,00	46.245,67	19.245,67	0,00
Outras Transferências Diretas do FNDE	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Transferências Recursos FNDE - Apoio a Creches	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	56.000,00	56.287,56	287,56	0,00
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 60%	43.400,00	43.622,88	222,88	0,00
Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-8.680,00	-8.724,59	-44,59	0,00
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 25%	7.000,00	7.035,96	35,96	0,00
Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-1.400,00	-1.407,24	-7,24	0,00
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 15%	19.600,00	19.700,65	100,65	0,00
Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-3.920,00	-3.940,10	-20,10	0,00
Outras Transferências da União	60.000,00	112.449,36	57.449,36	5.000,00
Demais Transf. da União - FEX	55.000,00	112.449,36	57.449,36	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Transferências dos Estados	15.878.000,00	17.649.591,97	1.938.412,77	166.820,80
Participação na Receita dos Estados	15.001.000,00	16.701.120,90	1.700.120,90	0,00
Cota-Parte do ICMS	12.800.000,00	14.111.746,84	1.311.746,84	0,00
Cota-Parte do ICMS 60%	9.920.000,00	10.936.602,90	1.016.602,90	0,00
Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.984.000,00	-2.187.319,83	-203.319,83	0,00
Cota-Parte do ICMS 25%	1.600.000,00	1.763.968,35	163.968,35	0,00
Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-320.000,00	-352.793,68	-32.793,68	0,00
Cota-Parte do ICMS 15%	4.480.000,00	4.939.111,09	459.111,09	0,00
Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-896.000,00	-987.821,99	-91.821,99	0,00
Cota-Parte do IPVA	2.000.000,00	2.332.537,69	332.537,69	0,00
Cota-Parte do IPVA 60%	1.550.000,00	1.807.715,84	257.715,84	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-310.000,00	-361.542,45	-51.542,45	0,00
Cota-Parte do IPVA 25%	250.000,00	291.567,11	41.567,11	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-50.000,00	-58.313,34	-8.313,34	0,00
Cota-Parte do IPVA 15%	700.000,00	816.387,80	116.387,80	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-140.000,00	-163.277,27	-23.277,27	0,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	200.000,00	201.632,88	1.632,88	0,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60%	155.000,00	156.265,41	1.265,41	0,00
Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-31.000,00	-31.253,02	-253,02	0,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25%	25.000,00	25.204,10	204,10	0,00
Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-5.000,00	-5.040,83	-40,83	0,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15%	70.000,00	70.571,47	571,47	0,00
Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-14.000,00	-14.114,25	-114,25	0,00
Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	1.000,00	55.203,49	54.203,49	0,00
Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	447.000,00	426.101,52	115.922,32	136.820,80
Transf. de Recursos do SUS - Farmacia Basica	156.000,00	191.462,32	35.462,32	0,00
Transf de Recursos do Estado Atenção Básica	149.000,00	221.600,00	72.600,00	0,00
Transf. de Recursos do SUS - Diabetes	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00
Transf. de Recursos do SUS - MAC	125.000,00	5.179,20	0,00	119.820,80
Transf. Recursos do SUS - Proteses Estado	0,00	7.860,00	7.860,00	0,00
Outras Transferências dos Estados	430.000,00	522.369,55	122.369,55	30.000,00
Outras Transf. do Estado - Transp Escolar	400.000,00	522.369,55	122.369,55	0,00
Transf. de Recursos FEAS - Benefícios Eventuais	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Transf. de Recursos FEAS - CRAS Básica Custeio	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	21.000.000,00	22.559.957,78	1.559.957,78	0,00
Transf. de Recursos do FUNDEB	21.000.000,00	22.559.957,78	1.559.957,78	0,00
Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	14.700.000,00	15.792.490,93	1.092.490,93	0,00
Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	6.300.000,00	6.767.466,85	467.466,85	0,00
Transferências de Instituições Privadas	144.000,00	108.225,68	1.407,00	37.181,32

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transf. de Instituições Privadas - (FMDCA)	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Transf. de Instituições Privadas (Jovens e Adultos)	3.000,00	4.407,00	1.407,00	0,00
Transf. de Instituições Privadas - Creches	140.000,00	103.818,68	0,00	36.181,32
Transf. de Pessoas	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
Transf. de Conv.	0,00	125.507,40	125.507,40	0,00
Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	0,00	39.906,12	39.906,12	0,00
Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	0,00	39.906,12	39.906,12	0,00
Rec Conv. União - PAR - Termo 201406899	0,00	19.968,56	19.968,56	0,00
Rec Conv. União - PAR - Termo 201406898	0,00	19.937,56	19.937,56	0,00
Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	0,00	85.601,28	85.601,28	0,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	85.601,28	85.601,28	0,00
Convênio Estado TR 749 - EXPOACIAF 2016	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00
Convênio Estado TR 1107 - Estradas Vicinais	0,00	40.193,12	40.193,12	0,00
Convênio Estado TR 2419 Antigranizo	0,00	20.408,16	20.408,16	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.224.800,00	4.524.411,79	3.492.395,94	192.784,15
Multas e Juros de Mora	688.800,00	837.678,34	319.136,66	170.258,32
Multas/Juros de Mora dos Tributos	90.000,00	177.870,50	87.870,50	0,00
Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.000,00	1.576,95	576,95	0,00
Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	0,00	-0,14	-0,14	0,00
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	4.000,00	24.674,20	20.674,20	0,00
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU 60%	1.680,00	10.406,53	8.726,53	0,00
Multas e Juros de Mora IPTU 60%	0,00	-43,49	-43,49	0,00
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU 25%	1.200,00	7.433,53	6.233,53	0,00
Multas e Juros de Mora IPTU 25%	0,00	-31,14	-31,14	0,00
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU 15%	1.120,00	6.937,86	5.817,86	0,00
Multas e Juros de Mora IPTU 15%	0,00	-29,09	-29,09	0,00
Multas/Juros de Mora s/ o ISS	30.000,00	53.961,98	23.961,98	0,00
Multas/Juros de Mora s/ o ISS 60%	12.600,00	22.670,64	10.070,64	0,00
Multas e Juros de Mora ISS 60%	0,00	-6,73	-6,73	0,00
Multas/Juros de Mora s/ o ISS 25%	9.000,00	16.193,58	7.193,58	0,00
Multas e Juros de Mora ISS 25%	0,00	-4,80	-4,80	0,00
Multas/Juros de Mora s/ o ISS 15%	8.400,00	15.113,77	6.713,77	0,00
Multas e Juros de Mora ISS 15%	0,00	-4,48	-4,48	0,00
Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	35.000,00	35.658,78	658,78	0,00
Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	0,00	-1.906,11	-1.906,11	0,00
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	20.000,00	63.904,84	43.904,84	0,00
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	20.000,00	63.907,98	43.907,98	0,00
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	-3,14	-3,14	0,00
Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	200.000,00	261.671,96	63.776,47	2.104,51
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	60.000,00	100.312,35	40.312,35	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU 60%	25.200,00	43.734,90	18.534,90	0,00
Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IPTU 60%	0,00	-1.605,55	-1.605,55	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU 25%	18.000,00	31.239,29	13.239,29	0,00
Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IPTU 25%	0,00	-1.146,94	-1.146,94	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU 15%	16.800,00	29.156,52	12.356,52	0,00
Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IPTU 15%	0,00	-1.065,87	-1.065,87	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	50.000,00	46.561,38	-1.334,11	2.104,51
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS 60%	21.000,00	20.116,12	0,00	883,88
Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS 60%	0,00	-560,34	-560,34	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS 25%	15.000,00	14.368,66	0,00	631,34
Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS 25%	0,00	-400,22	-400,22	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS 15%	14.000,00	13.410,71	0,00	589,29
Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS 15%	0,00	-373,55	-373,55	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	70.000,00	92.986,24	22.986,24	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	0,00	-21.646,79	-21.646,79	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	20.000,00	44.172,35	24.172,35	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	0,00	-713,57	-713,57	0,00
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	2.200,00	11.074,91	9.053,45	178,54
Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	2.200,00	11.074,91	9.053,45	178,54
Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	2.200,00	11.074,91	9.053,45	178,54
Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Receitas Não tributárias	1.000,00	4.656,69	3.656,69	0,00
Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Receitas Não Tributárias	0,00	-459,11	-459,11	0,00
Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - FUNREBOM	200,00	21,46	0,00	178,54
Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - FUNREBOM	0,00	-0,16	-0,16	0,00
Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Alienação de Bens	1.000,00	6.918,37	5.918,37	0,00
Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Alienação de Bens	0,00	-62,34	-62,34	0,00
Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.600,00	7.813,90	6.513,90	300,00

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

 Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 7

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bens Imóveis	1.000,00	4.619,41	3.619,41	0,00
Multas/Juros de Mora Alienação de Bens	1.000,00	4.723,05	3.723,05	0,00
Multas/Juros de Mora Alienação de Bens	0,00	-103,64	-103,64	0,00
Outras Multas e Juros de Mora	600,00	3.194,49	2.894,49	300,00
Multas e Juros de Mora - FUNREBOM	300,00	0,00	0,00	300,00
Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	300,00	3.235,28	2.935,28	0,00
Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	0,00	-40,79	-40,79	0,00
Multas de Outras Origens	395.000,00	379.247,07	151.922,34	167.675,27
Multas Previstas na Legislação de Trânsito	305.000,00	272.104,26	114.779,53	147.675,27
Multas Previstas na Legislação de Trânsito	300.000,00	157.031,48	0,00	142.968,52
Multas Previstas na Legislação de Trânsito	5.000,00	293,25	0,00	4.706,75
Multas Previstas na Legis. de Trânsito - ORTFRAI	0,00	46.135,77	46.135,77	0,00
Multas Previstas Legis. de Trânsito - Pol. Civil	0,00	34.321,88	34.321,88	0,00
Multas Previstas Legis. de Trânsito - Pol.Militar	0,00	34.321,88	34.321,88	0,00
Multas Previstas na Legis. Defesa Direitos Difusos	30.000,00	16.739,26	6.739,26	20.000,00
M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos Outros	30.000,00	16.739,26	6.739,26	20.000,00
Multas Relativas ao Meio Ambiente	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Multas Relativas ao Patrimônio Cultural e Histórico	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Multas Relativo a Defesa de Portadores de Deficien	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Multas Relativas Interesse de Habitação e Urbanism	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Multas Relativas ao Interesse do Consumidor	5.000,00	6.739,26	1.739,26	0,00
Multas Relativo a Outros Interesses Difusos	5.000,00	10.000,00	5.000,00	0,00
Outras Multas	60.000,00	90.403,55	30.403,55	0,00
Outras Multas - SF	60.000,00	90.403,55	30.403,55	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	120.500,00	3.040.058,05	2.923.915,69	4.357,64
RESTITUIÇÕES	120.500,00	3.040.058,05	2.923.915,69	4.357,64
Outras Restituições	120.500,00	3.040.058,05	2.923.915,69	4.357,64
Outras Restituições - PMF	100.000,00	97.642,36	0,00	2.357,64
Outras Restituições - PMF	0,00	-26,31	-26,31	0,00
Outras Restituições - SF	3.000,00	5.826,13	2.826,13	0,00
Outras Restituições - FMS 1400	15.000,00	19.655,89	4.655,89	0,00
Outras Restituições - FME	500,00	559,98	59,98	0,00
Outras Restituições - FUNREBOM	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras Restituições - PMF 1300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras Restituições - PMF - INSS 2016	0,00	2.916.400,00	2.916.400,00	0,00
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	411.000,00	497.400,27	102.284,46	15.884,19
Receita da Dívida Ativa Tributária	400.000,00	440.342,85	55.781,45	15.438,60
Rec. Div. Ativ. do IPTU	120.000,00	154.365,04	34.365,04	0,00
Rec. Div. Ativ. do IPTU 60%	50.400,00	64.848,71	14.448,71	0,00
Receita Dívida Ativa IPTU 60%	0,00	-15,50	-15,50	0,00
Rec. Div. Ativ. do IPTU 25%	36.000,00	46.320,66	10.320,66	0,00
Receita Dívida Ativa IPTU 25%	0,00	-11,05	-11,05	0,00
Rec. Div. Ativ. do IPTU 15%	33.600,00	43.232,54	9.632,54	0,00
Receita Dívida Ativa IPTU 15%	0,00	-10,32	-10,32	0,00
Rec. Div. Ativ. do ISS	60.000,00	81.538,61	21.538,61	0,00
Rec. Div. Ativ. do ISS 60%	25.200,00	34.249,63	9.049,63	0,00
Receita Dívida Ativa ISS 60%	0,00	-3,46	-3,46	0,00
Rec. Div. Ativ. do ISS 25%	18.000,00	24.464,10	6.464,10	0,00
Receita Dívida Ativa ISS 25%	0,00	-2,47	-2,47	0,00
Rec. Div. Ativ. do ISS 15%	16.800,00	22.833,12	6.033,12	0,00
Receita Dívida Ativa ISS 15%	0,00	-2,31	-2,31	0,00
Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	120.000,00	110.638,59	0,00	9.361,41
Rec. Div. Ativ. da Contribuição de Melhoria	0,00	-108,53	-108,53	0,00
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	100.000,00	93.909,14	-13,67	6.077,19
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	100.000,00	93.922,81	0,00	6.077,19
Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	0,00	-13,67	-13,67	0,00
Receita da Dívida Ativa não tributária	11.000,00	57.057,42	46.503,01	445,59
Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	11.000,00	57.057,42	46.503,01	445,59
Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	11.000,00	57.057,42	46.503,01	445,59
Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNREBOM	500,00	54,41	0,00	445,59
Rec. Div. Ativa Não Tributária FUNREBOM	0,00	-0,55	-0,55	0,00
Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Alienação	10.000,00	46.359,14	36.359,14	0,00
Rec. Div. Ativa Não Tributária Alienação de Bens	0,00	-4,97	-4,97	0,00
Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	500,00	10.650,67	10.150,67	0,00
Rec. Div. Ativa Não Tributária de Outras Receitas	0,00	-1,28	-1,28	0,00
RECEITAS DIVERSAS	4.500,00	149.275,13	147.059,13	2.284,00
Outras Receitas	4.500,00	149.275,13	147.059,13	2.284,00

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 8

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Outras Receitas - PMF	1.000,00	34.583,19	33.583,19	0,00
Outras Receitas - FMDCA	500,00	4.629,38	4.129,38	0,00
Outras Receitas - FMDCA Tribunal Justiça	0,00	16.810,63	16.810,63	0,00
Outras Receitas - Vendas de Sucatas	1.000,00	216,00	0,00	784,00
Outras Receitas - FMS	500,00	0,00	0,00	500,00
Outras Receitas - FMAS - FORUM	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras Receitas - Trib. Justiça - Defesa Civil	0,00	60.100,77	60.100,77	0,00
Outras Receitas - Trib. Justiça - Defesa Civil	0,00	-100,77	-100,77	0,00
Outras Receitas - SF	500,00	33.035,93	32.535,93	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.065.100,00	5.489.995,25	2.794.681,13	369.785,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.940.100,00	2.588.063,61	0,00	352.036,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.940.100,00	2.588.063,61	0,00	352.036,39
Operações de Crédito Internas - Contratuais	2.940.100,00	2.588.063,61	0,00	352.036,39
Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	2.940.100,00	2.588.063,61	0,00	352.036,39
ALIENAÇÃO DE BENS	120.000,00	181.527,06	74.276,55	12.749,49
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	65.000,00	131.950,00	74.450,00	7.500,00
Alienação de Outros Bens Móveis	65.000,00	131.950,00	74.450,00	7.500,00
Alien. de Outros Bens Móveis	50.000,00	63.750,00	13.750,00	0,00
Alien. de Outros Bens Móveis - Saúde	5.000,00	44.700,00	39.700,00	0,00
Alien. de Outros Bens Móveis - Educação	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Alienação de Bens - FUNREBOM	5.000,00	23.500,00	21.000,00	2.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	55.000,00	49.577,06	-173,45	5.249,49
Alienação de Imóveis Urbanos	55.000,00	49.577,06	-173,45	5.249,49
Alien. de Imóveis Urbanos	40.000,00	38.585,97	0,00	1.414,03
Alien. de Imóveis Urbanos	0,00	-146,23	-146,23	0,00
Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	15.000,00	11.164,54	0,00	3.835,46
Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	0,00	-27,22	-27,22	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00	2.720.404,58	2.720.404,58	5.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.000,00	563.333,47	563.333,47	5.000,00
Transferências da União	0,00	541.400,00	541.400,00	0,00
Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	0,00	541.400,00	541.400,00	0,00
Transf. de Recursos do SUS - UPA	0,00	140.000,00	140.000,00	0,00
Transf. Recursos do SUS - UBS Nações	0,00	102.400,00	102.400,00	0,00
Transf. Recursos do SUS Estrut. Serv. Atenção Básica	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00
Transf. Recursos do SUS - Aquisição Equipamentos	0,00	99.000,00	99.000,00	0,00
Transferências dos Estados	5.000,00	21.933,47	21.933,47	5.000,00
Outras Transferências dos Estados	5.000,00	21.933,47	21.933,47	5.000,00
Transf. de Recursos FEAS - Abrigo Alta Investimentos	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Transf. de Recursos FEAS - CRAS Investimentos	0,00	21.933,47	21.933,47	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	2.157.071,11	2.157.071,11	0,00
Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	1.318.128,48	1.318.128,48	0,00
Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	0,00	223.475,04	223.475,04	0,00
Rec. Conv União PAC208342/14 Cobert. Quadra S. Miguel	0,00	79.476,47	79.476,47	0,00
Rec Conv. União - PAR - Termo 201404438/2014	0,00	143.998,57	143.998,57	0,00
Outras Transferências de Convênios da União	0,00	1.094.653,44	1.094.653,44	0,00
Rec Conv União Reforma Macieirão	0,00	318.555,00	318.555,00	0,00
Rec. Conv. união Reforma Macieirão	0,00	-247,18	-247,18	0,00
Conv União Ctr 809601/14 - Pavim B. NS Aparecida	0,00	127.870,00	127.870,00	0,00
Conv União Ctr 809601/14 - Pavim B. NS Aparecida	0,00	-40.844,25	-40.844,25	0,00
Conv União Ctr 823016/2015 Pavim. Av. Parana e Outras	0,00	245.850,00	245.850,00	0,00
Conv União Ctr 823016/2015 Pavim. Av. Parana e Outras	0,00	-22.122,35	-22.122,35	0,00
Conv União Ctr 825511/2015 Maq. Equip Agric.	0,00	195.000,00	195.000,00	0,00
Conv União Ctr 825511/2015 Maq. Equip Agric.	0,00	-2.407,78	-2.407,78	0,00
Conv União Ctr 832795 Patrulha Mecanizada	0,00	273.000,00	273.000,00	0,00
Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	0,00	838.942,63	838.942,63	0,00
Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	223.302,31	223.302,31	0,00
Convênio Estado Aquisição Veículo TR 000073	0,00	99.996,05	99.996,05	0,00
Convênio Estado Aquisição Veículo TR 000073	0,00	-400,00	-400,00	0,00
Convênio Estado Equipamentos UPA TR 000072	0,00	99.989,44	99.989,44	0,00
Convênio Estado Equipamentos UPA TR 000072	0,00	-26.283,18	-26.283,18	0,00
Convênio Estado TR 604 - Academia de Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00
Rec. Conv. Estado TR 2825 Ginásio Eurico Pinz	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	590.640,32	590.640,32	0,00
Convênio Estado TR 511 Recuperação de Estradas	0,00	500.000,00	500.000,00	0,00

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOComparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 9

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Convênio Estado TR 511 Recuperação de Estradas	0,00	-3.056,24	-3.056,24	0,00
Convênio Estado TR 603 - Trator Agrícola	0,00	104.996,56	104.996,56	0,00
Convênio Estado TR 603 - Trator Agrícola	0,00	-11.300,00	-11.300,00	0,00
Totais:	80.000.000,00	98.346.571,60	20.684.139,77	2.337.568,17

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZOLLO
Prefeito Municipal_____
MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0_____
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 1

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 GABINETE DO PREFEITO	2.862.142,80	0,00	2.862.142,80	209.744,86
02.01 Gabinete do Prefeito	1.845.000,00	0,00	1.845.000,00	132.745,21
0201.04 Administração	1.845.000,00	0,00	1.845.000,00	132.745,21
0201.04.122 Administração Geral	1.845.000,00	0,00	1.845.000,00	132.745,21
02.01.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.845.000,00	0,00	1.845.000,00	132.745,21
02.01.04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	1.845.000,00	0,00	1.845.000,00	132.745,21
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00	83.893,22
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0200 Contratacao por Tempo Determinado			37.824,40	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços Temporários			37.824,40	
3.1.90.05.00.00.00.00.01.0200 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			4.796,71	
3.1.90.05.55.00.00.00.01.0200 Salário Maternidade			4.796,71	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			1.187.107,01	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0200 vencimentos e salários			860.530,44	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0200 gratificação por exercício de funções			4.554,75	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0200 gratificação por tempo de serviço			59.990,57	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0200 férias indenizadas			51.844,87	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0200 13º salário			88.836,59	
3.1.90.11.45.00.00.00.01.0200 férias - abono constitucional			4.622,82	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0200 férias - pagamento antecipado			98.619,70	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0200 outras despesas fixas - pessoal civil			18.107,27	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0200 Obrigações Patronais			284.141,47	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0200 Contribuições Previdenciárias - INSS			284.141,47	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			2.237,19	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			29,29	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0200 Serviços Extraordinários			2.207,90	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	224.310,04	0,00	224.310,04	48.203,39
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	648,60
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0200 Diárias - Civil			12.036,89	
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0200 Diárias - Civil			9.697,19	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0200 Diárias no País - Civil			12.036,89	
3.3.90.14.14.00.00.00.03.0200 Diárias no País - Civil			9.697,19	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo			13.533,05	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0200 Material de Consumo			3.509,35	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 2

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 GABINETE DO PREFEITO	2.862.142,80	0,00	2.862.142,80	209.744,86
02.01 Gabinete do Prefeito	1.845.000,00	0,00	1.845.000,00	132.745,21
0201.04 Administração	1.845.000,00	0,00	1.845.000,00	132.745,21
0201.04.122 Administração Geral	1.845.000,00	0,00	1.845.000,00	132.745,21
02.01.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.845.000,00	0,00	1.845.000,00	132.745,21
02.01.04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	1.845.000,00	0,00	1.845.000,00	132.745,21
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			11.825,05	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.03.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			420,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.00.03.0200 Material de Expediente			251,92	
3.3.90.30.17.00.00.00.00.03.0200 Material de Processamento de Dados			138,00	
3.3.90.30.22.00.00.00.00.03.0200 Material de Limpeza e Produção de Higienização			8,33	
3.3.90.30.25.00.00.00.00.03.0200 Material para Manutenção de Bens Móveis			10,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Veículos			1.708,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.00.03.0200 Material para Manutenção de Veículos			2.676,10	
3.3.90.30.99.00.00.00.00.03.0200 Outros Materiais de Consumo			5,00	
3.3.90.33.00.00.00.00.00.01.0200 Passagens e Despesas com Locomocao			957,64	
3.3.90.33.00.00.00.00.00.03.0200 Passagens e Despesas com Locomocao			1.018,96	
3.3.90.33.01.00.00.00.00.01.0200 Passagens Para o País			957,64	
3.3.90.33.01.00.00.00.00.03.0200 Passagens Para o País			1.018,96	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			50.429,98	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			5.125,90	
3.3.90.39.15.00.00.00.00.01.0200 Limpeza de Veículos			446,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.00.03.0200 Limpeza de Veículos			512,90	
3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Veículos			445,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.00.03.0200 Manutenção e Conservação de Veículos			1.370,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.00.03.0200 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur			1.950,00	
3.3.90.39.47.00.00.00.00.01.0200 Serviços de Comunicação em Geral			33.963,03	
3.3.90.39.48.00.00.00.00.01.0200 Serviços de Seleção e Treinamento			440,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.00.03.0200 seguros em Geral			497,10	
3.3.90.39.72.00.00.00.00.01.0200 Vale-Transporte			3.604,50	
3.3.90.39.88.00.00.00.00.01.0200 Serviços de Publicidade e Propaganda			11.144,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			387,45	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			795,90	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 3

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
		Total		
02 GABINETE DO PREFEITO	2.862.142,80	0,00	2.862.142,80	209.744,86
02.01 Gabinete do Prefeito	1.845.000,00	0,00	1.712.254,79	132.745,21
0201.04 Administração	1.845.000,00	0,00	1.712.254,79	132.745,21
0201.04.122 Administração Geral	1.845.000,00	0,00	1.712.254,79	132.745,21
02.01.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.845.000,00	0,00	1.712.254,79	132.745,21
02.01.04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	1.845.000,00	0,00	1.712.254,79	132.745,21
3.3.90.46.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação			64.605,68	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			64.605,68	
3.3.90.93.00.00.00.01.0200 Indenizações e Restituições			34.543,41	
3.3.90.93.01.00.00.00.01.0200 Indenizações			34.543,41	
4.4.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	689,96	0,00	689,96	0,00
4.4.90.52.00.00.00.01.0200 Equipamentos e Material Permanente			689,96	
4.4.90.52.06.00.00.01.0200 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação			689,96	
02.02 Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD	52.142,80	0,00	52.142,80	52.142,80
0202.04 Administração				
0202.04.122 Administração Geral	52.142,80	0,00	52.142,80	52.142,80
02.02.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	52.142,80	0,00	52.142,80	52.142,80
02.02.04.122.0002.2.003 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	52.142,80	0,00	52.142,80	52.142,80
3.3.90.00.00.00.00.01.0209 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0210 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0211 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0212 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0213 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0214 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0213 Aplicacoes Diretas	19.027,24	0,00	19.027,24	19.027,24
3.3.90.00.00.00.00.03.0214 Aplicacoes Diretas	3.115,56	0,00	3.115,56	3.115,56

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 4

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 GABINETE DO PREFEITO	2.862.142,80	0,00	2.862.142,80	2.652.397,94	209.744,86
02.03 Cultura	965.000,00	0,00	965.000,00	940.143,15	24.856,85
0203.13 Cultura	965.000,00	0,00	965.000,00	940.143,15	24.856,85
0203.13.392 Difusão Cultural	965.000,00	0,00	965.000,00	940.143,15	24.856,85
02.03.13.392.0008 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	965.000,00	0,00	965.000,00	940.143,15	24.856,85
02.03.13.392.0008.2.004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	715.000,00	0,00	715.000,00	697.392,46	17.607,54
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	500.000,00	0,00	500.000,00	490.766,40	9.233,60
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0200 Contratacao por Tempo Determinado				124.473,89	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços Temporários				124.473,89	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				280.056,20	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0200 vencimentos e salários				199.210,37	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0200 gratificação por exercício de funções				4.975,96	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0200 gratificação por tempo de serviço				3.840,91	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0200 férias indenizadas				22.757,11	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0200 13º salário				27.173,71	
3.1.90.11.45.00.00.00.01.0200 férias - abono constitucional				1.695,48	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0200 férias - pagamento antecipado				18.564,32	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0200 outras despesas fixas - pessoal civil				1.838,34	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0200 Obrigacoes Patronais				82.271,69	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0200 Contribuições Previdenciárias - INSS				82.271,69	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				3.964,62	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				3.333,33	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0200 Serviços Extraordinários				631,29	
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0200 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	33.500,00	0,00	33.500,00	33.500,00	0,00
3.3.50.41.00.00.00.00.01.0200 Contribuicoes				33.500,00	
3.3.50.41.99.00.00.00.01.0200 Outras Contribuições				33.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	175.270,00	0,00	175.270,00	166.926,06	8.343,94
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0200 Diarias - Civil				4.816,90	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0200 Diárias no País - Civil				4.816,90	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				31.804,25	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				2.934,03	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0200 Gás Engarrafado				341,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0200 Material de Expediente				1.044,21	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 5

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 GABINETE DO PREFEITO	2.862.142,80	0,00	2.862.142,80	209.744,86
02.03 Cultura	965.000,00	0,00	965.000,00	24.856,85
0203.13 Cultura	965.000,00	0,00	965.000,00	24.856,85
0203.13.392 Difusão Cultural	965.000,00	0,00	965.000,00	24.856,85
02.03.13.392.0008 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	965.000,00	0,00	965.000,00	24.856,85
02.03.13.392.0008.2.004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	715.000,00	0,00	715.000,00	17.607,54
3.3.90.30.17.00.00.00.00.01.0200 Material de Processamento de Dados		596,94		
3.3.90.30.21.00.00.00.00.01.0200 Material de Copa e Cozinha		319,10		
3.3.90.30.22.00.00.00.00.01.0200 Material de Limpeza e Produção de Higieneização		2.930,52		
3.3.90.30.24.00.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Bens Imóveis		2.260,06		
3.3.90.30.26.00.00.00.00.01.0200 Material Elétrico e Eletrônico		6.693,08		
3.3.90.30.28.00.00.00.00.01.0200 Material de Proteção e Segurança		764,84		
3.3.90.30.31.00.00.00.00.01.0200 Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos		115,20		
3.3.90.30.39.00.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Veículos		429,98		
3.3.90.30.42.00.00.00.00.01.0200 Ferramentas		389,55		
3.3.90.30.96.00.00.00.00.01.0200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado		9.042,16		
3.3.90.30.99.00.00.00.00.01.0200 Outros Materiais de Consumo		3.943,58		
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		99.991,83		
3.3.90.39.05.00.00.00.00.01.0200 Serviços Técnicos Profissionais		600,00		
3.3.90.39.10.00.00.00.00.01.0200 Locação de Imóveis		27.574,74		
3.3.90.39.15.00.00.00.00.01.0200 Limpeza de Veículos		767,50		
3.3.90.39.16.00.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis		6.588,25		
3.3.90.39.43.00.00.00.00.01.0200 Serviços de Energia Elétrica		40.775,70		
3.3.90.39.48.00.00.00.00.01.0200 Serviços de Seleção e Treinamento		900,00		
3.3.90.39.58.00.00.00.00.01.0200 Serviços de Telecomunicações		1.007,76		
3.3.90.39.69.00.00.00.00.01.0200 seguros em Geral		108,04		
3.3.90.39.72.00.00.00.00.01.0200 Vale-Transporte		3.504,00		
3.3.90.39.96.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec		2.623,00		
3.3.90.39.97.00.00.00.00.01.0200 Despesas de Teleprocessamento		7.155,70		
3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		8.387,14		
3.3.90.46.00.00.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentacao		30.313,08		
3.3.90.46.01.00.00.00.00.01.0200 Auxilio-Alimentação em Pecúnia		30.313,08		
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	6.230,00	0,00	6.230,00	30,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 6

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 GABINETE DO PREFEITO	2.862.142,80	0,00	2.862.142,80	209.744,86
02.03 Cultura	965.000,00	0,00	965.000,00	24.856,85
0203.13 Cultura	965.000,00	0,00	965.000,00	24.856,85
0203.13.392 Difusão Cultural	965.000,00	0,00	965.000,00	24.856,85
02.03.13.392.0008 DESENVOLVIMENTO CULTURAL	965.000,00	0,00	965.000,00	24.856,85
02.03.13.392.0008.2.004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	715.000,00	0,00	715.000,00	17.607,54
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0200 Equipamentos e Material Permanente			6.200,00	
4.4.90.52.26.00.00.00.01.0200 Instrumentos Musicais e Artísticos			2.970,00	
4.4.90.52.30.00.00.00.01.0200 Máquinas e Equipamentos Energéticos			150,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.01.0200 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos			290,00	
4.4.90.52.38.00.00.00.01.0200 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina			2.790,00	
02.03.13.392.0008.2.005 MANUTENÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO	250.000,00	0,00	250.000,00	7.249,31
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicações Diretas	250.000,00	0,00	250.000,00	7.249,31
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo			97.905,22	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0200 Gás Engarrafado			317,00	
3.3.90.30.05.00.00.00.01.0200 Explosivos e Munições			341,00	
3.3.90.30.15.00.00.00.01.0200 Material para Festividades e Homenagens			23.141,32	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0200 Material Elétrico e Eletrônico			46.713,50	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Veículos			699,00	
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0200 Ferramentas			457,28	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0200 Outros Materiais de Consumo			26.236,12	
3.3.90.31.00.00.00.00.01.0200 Premiações Culturais, Artist Científ.Despor. e Out			450,00	
3.3.90.31.01.00.00.00.01.0200 Premiações Culturais			450,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0200 Material de Distribuição Gratuita			2.280,00	
3.3.90.32.03.00.00.00.01.0200 Gêneros Alimentícios			2.280,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			142.115,47	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Veículos			220,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0200 Serviços de Energia Elétrica			1.389,31	
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0200 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto			5.681,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0200 Serviços Gráficos e Editoriais			320,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			134.505,16	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 7

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	825.000,00	0,00	825.000,00	817.037,74	7.962,26
03.01 Procuradoria Geral do Município	825.000,00	0,00	825.000,00	817.037,74	7.962,26
0301.04 Administração	825.000,00	0,00	825.000,00	817.037,74	7.962,26
0301.04.122 Administração Geral	825.000,00	0,00	825.000,00	817.037,74	7.962,26
03.01.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	825.000,00	0,00	825.000,00	817.037,74	7.962,26
03.01.04.122.0002.2.006 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	825.000,00	0,00	825.000,00	817.037,74	7.962,26
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	750.000,00	0,00	750.000,00	749.896,68	103,32
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				626.960,02	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0200 Vencimentos e salários				410.947,87	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0200 gratificação por exercício de funções				35.508,46	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0200 gratificação por tempo de serviço				53.005,10	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0200 férias indenizadas				27.763,33	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0200 13º salário				46.204,41	
3.1.90.11.45.00.00.00.01.0200 férias - abono constitucional				5.564,69	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0200 férias - pagamento antecipado				33.797,54	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0200 outras despesas fixas - pessoal civil				14.168,62	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0200 Obrigacoes Patronais				122.936,66	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0200 Contribuições Previdenciárias - INSS				122.936,66	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	44.730,00	0,00	44.730,00	39.380,73	5.349,27
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	27.490,33	2.509,67
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0200 Diarias - Civil				6.725,12	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0200 Diárias no País - Civil				6.725,12	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				684,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0200 Outros Materiais de Consumo				684,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				20.849,73	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0200 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				27.490,33	
3.3.90.39.01.00.00.00.01.0200 Assinatura de Periódicos e Anuidades				750,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0200 Serviços de Seleção e Treinamento				4.083,10	
3.3.90.39.66.00.00.00.01.0200 Serviços Judiciários				15.914,47	
3.3.90.39.66.00.00.00.03.0200 Serviços Judiciários				27.490,33	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0200 Multas e Infrações de Trânsito				102,16	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0200 Auxilio-Alimentacao				11.121,88	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0200 Auxilio-Alimentação em Pecúnia				11.121,88	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 8

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	825.000,00	0,00	825.000,00	817.037,74	7.962,26
03.01 Procuradoria Geral do Município	825.000,00	0,00	825.000,00	817.037,74	7.962,26
0301.04 Administração	825.000,00	0,00	825.000,00	817.037,74	7.962,26
0301.04.122 Administração Geral	825.000,00	0,00	825.000,00	817.037,74	7.962,26
03.01.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	825.000,00	0,00	825.000,00	817.037,74	7.962,26
03.01.04.122.0002.2.006 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	825.000,00	0,00	825.000,00	817.037,74	7.962,26
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	270,00	0,00	270,00	270,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0200 Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0200 Mobiliário em Geral					
04 CONTROLADORIA INTERNA	195.000,00	0,00	195.000,00	182.531,22	12.468,78
04.01 Controladoria Interna	195.000,00	0,00	195.000,00	182.531,22	12.468,78
0401.04 Administração	195.000,00	0,00	195.000,00	182.531,22	12.468,78
0401.04.124 Controle Interno	195.000,00	0,00	195.000,00	182.531,22	12.468,78
04.01.04.124.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	195.000,00	0,00	195.000,00	182.531,22	12.468,78
04.01.04.124.0002.2.007 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL	195.000,00	0,00	195.000,00	182.531,22	12.468,78
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	135.000,00	0,00	135.000,00	130.394,86	4.605,14
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
3.1.90.11.00.00.00.00.03.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0200 Vencimentos e salários					
3.1.90.11.01.00.00.00.03.0200 vencimentos e salários					
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0200 férias indenizadas					
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0200 13º salário					
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0200 outras despesas fixas - pessoal civil					
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0200 Obrigações Patronais					
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0200 Contribuições Previdenciárias - INSS					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0200 Diárias - Civil					
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0200 Diárias no País - Civil					
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0200 Serviços de Seleção e Treinamento					
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0200 Multas e Infrações de Trânsito					
	13.000,00	0,00	13.000,00	5.686,36	7.313,64
				3.089,62	
				3.089,62	
				668,10	
				370,00	
				68,10	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 9

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 CONTROLADORIA INTERNA	195.000,00	0,00	195.000,00	12.468,78
04.01 Controladoria Interna	195.000,00	0,00	195.000,00	12.468,78
0401.04 Administração	195.000,00	0,00	195.000,00	12.468,78
0401.04.124 Controle Interno	195.000,00	0,00	195.000,00	12.468,78
04.01.04.124.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	195.000,00	0,00	195.000,00	12.468,78
04.01.04.124.0002.2.007 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL	195.000,00	0,00	195.000,00	12.468,78
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			230,00	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação			1.928,64	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			1.928,64	
4.4.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	7.000,00	0,00	7.000,00	550,00
4.4.90.52.00.00.00.01.0200 Equipamentos e Material Permanente			6.450,00	
4.4.90.52.33.00.00.01.0200 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			6.450,00	
4.4.90.52.35.00.00.01.0200 Equipamentos de Processamento de Dados			3.100,00	
05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	4.315.141,03	24.000,00	4.339.141,03	405.201,96
05.01 Secretaria de Administração e Planejamento	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	360.901,18
0501.04 Administração	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	360.901,18
0501.04.122 Administração Geral	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	360.901,18
05.01.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	360.901,18
05.01.04.122.0002.2.008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	360.901,18
3.1.71.00.00.00.00.00.01.0200 Transf. a Consórcios Públicos	27.144,00	0,00	27.144,00	0,00
3.1.71.00.00.00.00.03.0200 Transf. a Consórcios Públicos	13.572,00	0,00	13.572,00	0,00
3.1.71.70.00.00.00.00.01.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público			27.144,00	
3.1.71.70.00.00.00.03.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público			13.572,00	
3.1.71.70.01.00.00.00.01.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público			27.144,00	
3.1.71.70.01.00.00.03.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público			13.572,00	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	2.033.199,00	0,00	2.033.199,00	98.316,22
3.1.90.01.00.00.00.01.0200 Aposentadorias e Reformas			11.110,37	
3.1.90.01.01.00.00.00.01.0200 Proventos - Pessoal Civil			11.110,37	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0200 Contratacao por Tempo Determinado			184.536,96	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços Temporários			184.536,96	
3.1.90.05.00.00.00.00.01.0200 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			11.551,61	
3.1.90.05.55.00.00.00.01.0200 Salário Maternidade			11.551,61	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 10

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	4.315.141,03	24.000,00	4.339.141,03	3.933.939,07	405.201,96
05.01 Secretaria de Administração e Planejamento	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
0501.04 Administração	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
0501.04.122 Administração Geral	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
05.01.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
05.01.04.122.0002.2.008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.384.449,67	
3.1.90.11.01.00.00.00.00.01.0200 vencimentos e salários				903.250,40	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0200 gratificação por exercício de funções				73.073,47	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0200 gratificação por tempo de serviço				50.681,84	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0200 férias indenizadas				100.936,75	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0200 13º salário				112.108,95	
3.1.90.11.45.00.00.00.01.0200 férias - abono constitucional				3.487,49	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0200 férias - pagamento antecipado				107.132,02	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0200 outras despesas fixas - pessoal civil				33.778,75	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0200 Obrigações Patronais				332.852,76	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0200 Contribuições Previdenciárias - INSS				332.852,76	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				10.381,41	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				4.139,12	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0200 Serviços Extraordinários				6.242,29	
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0200 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	135.000,00	0,00	135.000,00	126.685,00	8.315,00
3.3.50.41.00.00.00.00.01.0200 Contribuições				126.685,00	
3.3.50.41.99.00.00.00.01.0200 Outras Contribuições				126.685,00	
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0200 Transferências a Consórcios Públicos	9.657,00	0,00	9.657,00	9.657,00	0,00
3.3.71.00.00.00.00.00.03.0200 Transferências a Consórcios Públicos	3.219,00	0,00	3.219,00	3.219,00	0,00
3.3.71.70.00.00.00.00.01.0200 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				9.657,00	
3.3.71.70.00.00.00.00.03.0200 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				3.219,00	
3.3.71.70.01.00.00.00.01.0200 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				9.657,00	
3.3.71.70.01.00.00.00.03.0200 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				3.219,00	
3.3.72.00.00.00.00.00.03.0200 Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	0,00	24.000,00	24.000,00	23.000,00	1.000,00
3.3.72.39.00.00.00.00.03.0200 Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos				23.000,00	
3.3.72.39.64.00.00.00.03.0200 Telefonia Móvel				23.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	1.351.676,60	0,00	1.351.676,60	1.184.255,25	167.421,35

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 11

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	4.315.141,03	24.000,00	4.339.141,03	3.933.939,07	405.201,96
05.01 Secretaria de Administração e Planejamento	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
0501.04 Administração					
0501.04.122 Administração Geral	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
05.01.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
05.01.04.122.0002.2.008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0200 Aplicações Diretas				69.791,37	208,63
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0200 Diárias - Civil				10.585,55	
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0200 Diárias - Civil				2.128,08	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0200 Diárias no País - Civil				10.585,55	
3.3.90.14.14.00.00.00.03.0200 Diárias no País - Civil				2.128,08	
3.3.90.18.00.00.00.00.01.0200 Auxílio Financeiro a Estudantes				88.102,82	
3.3.90.18.99.00.00.00.01.0200 Outros Auxílios Financeiros a Estudantes				88.102,82	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				128.991,38	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0200 Material de Consumo				34.666,54	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				4.651,54	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				15.000,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0200 Gás Engarrafado				983,50	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0200 Gás Engarrafado				54,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0200 Gêneros de Alimentação				8.055,16	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0200 Gêneros de Alimentação				953,15	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0200 Material de Expediente				14.556,54	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0200 Material de Expediente				3.307,88	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0200 Material de Processamento de Dados				24.339,50	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0200 Material de Processamento de Dados				4.557,91	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0200 Material de Copa e Cozinha				1.915,37	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0200 Material de Copa e Cozinha				605,27	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0200 Material de Limpeza e Produção de Higienização				9.426,28	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0200 Material de Limpeza e Produção de Higienização				1.775,30	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Bens Imóveis				36.763,07	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0200 Material para Manutenção de Bens Imóveis				150,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0200 Material Elétrico e Eletrônico				5.941,78	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0200 Material Elétrico e Eletrônico				3.617,33	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 12

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	4.315.141,03	24.000,00	4.339.141,03	3.933.939,07
05.01 Secretaria de Administração e Planejamento	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30
0501.04 Administração	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30
0501.04.122 Administração Geral	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30
05.01.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30
05.01.04.122.0002.2.008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0200 Material de Proteção e Segurança			803,59	405.201,96
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Veículos			5.738,78	360.901,18
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0200 Material para Manutenção de Veículos			2.146,08	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0200 Material de Sinalização Visual e Afins			225,00	
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			8.639,14	360.901,18
3.3.90.30.96.00.00.00.03.0200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			2.499,62	360.901,18
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0200 Outros Materiais de Consumo			6.952,13	360.901,18
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0200 Passagens e Despesas com Locomocao			267,84	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0200 Passagens Para o Pais			267,84	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			749,00	
3.3.90.36.06.00.00.00.01.0200 Serviços Técnicos Profissionais			600,00	
3.3.90.36.18.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Equipamentos			149,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			791.405,72	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			32.996,75	
3.3.90.39.01.00.00.00.01.0200 Assinatura de Periódicos e Anuidades			5.000,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0200 Serviços Técnicos Profissionais			3.087,55	
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0200 Manutenção de Software			26.492,98	
3.3.90.39.10.00.00.00.01.0200 Locação de Imóveis			246.000,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0200 Locação de Veículos			117.058,63	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0200 Limpeza de Veículos			1.940,10	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			13.321,34	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			1.758,68	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Veículos			3.281,98	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0200 Manutenção e Conservação de Veículos			703,00	
3.3.90.39.24.00.00.00.01.0200 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins			1.220,00	
3.3.90.39.25.00.00.00.01.0200 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins			65,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0200 Serviços de Energia Elétrica			63.808,09	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 13

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	4.315.141,03	24.000,00	4.339.141,03	3.933.939,07	405.201,96
05.01 Secretaria de Administração e Planejamento	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
0501.04 Administração					
0501.04.122 Administração Geral	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
05.01.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
05.01.04.122.0002.2.008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
3.390.39.47.00.00.00.01.0200 Serviços de Comunicação em Geral				5.959,30	
3.390.39.47.00.00.00.03.0200 Serviços de Comunicação em Geral				2.868,40	
3.390.39.48.00.00.00.01.0200 Serviços de Seleção e Treinamento				4.900,00	
3.390.39.48.00.00.00.03.0200 Serviços de Seleção e Treinamento				900,00	
3.390.39.58.00.00.00.01.0200 Serviços de Telecomunicações				20.358,84	
3.390.39.58.00.00.00.03.0200 Serviços de Telecomunicações				600,00	
3.390.39.63.00.00.00.01.0200 Serviços Gráficos e Editoriais				2.909,20	
3.390.39.63.00.00.00.03.0200 Serviços Gráficos e Editoriais				580,10	
3.390.39.69.00.00.00.01.0200 seguros em Geral				513,26	
3.390.39.72.00.00.00.01.0200 Vale- Transporte				7.067,40	
3.390.39.75.00.00.00.01.0200 Multas e Infrações de Trânsito				1.600,42	
3.390.39.79.00.00.00.01.0200 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac				1.279,74	
3.390.39.81.00.00.00.01.0200 Serviços Bancários				25.360,20	
3.390.39.81.00.00.00.03.0200 Serviços Bancários				5.500,00	
3.390.39.88.00.00.00.01.0200 Serviços de Publicidade e Propaganda				61.157,11	
3.390.39.88.00.00.00.03.0200 Serviços de Publicidade e Propaganda				10.000,00	
3.390.39.90.00.00.00.01.0200 Serviços de Publicidade Legal				20.513,52	
3.390.39.95.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				875,00	
3.390.39.96.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				5.579,42	
3.390.39.96.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				1.602,57	
3.390.39.97.00.00.00.01.0200 Despesas de Teleprocessamento				125.714,92	
3.390.39.97.00.00.00.03.0200 Despesas de Teleprocessamento				293,65	
3.390.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				24.583,04	
3.390.39.99.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.949,03	
3.390.46.00.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentacao				163.555,64	
3.390.46.01.00.00.00.01.0200 Auxilio-Alimentação em Pecúnia				163.555,64	
3.390.47.00.00.00.00.01.0200 Obrigacoes Tributarias e Contributivas				120,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 14

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	4.315.141,03	24.000,00	4.339.141,03	3.933.939,07	405.201,96
05.01 Secretaria de Administração e Planejamento	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
0501.04 Administração	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
0501.04.122 Administração Geral	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
05.01.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
05.01.04.122.0002.2.008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	3.514.165,30	360.901,18
3.3.90.47.18.00.00.00.00.01.0200 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				120,00	
3.3.90.93.00.00.00.00.01.0200 Indenizações e Restituições				477,30	
3.3.90.93.02.00.00.00.01.0200 Restituições				477,30	
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	63.728,40	0,00	63.728,40	63.728,40	0,00
3.3.93.00.00.00.00.03.0200 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	9.920,00	0,00	9.920,00	9.920,00	0,00
3.3.93.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				63.728,40	
3.3.93.39.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.920,00	
3.3.93.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				63.728,40	
3.3.93.39.99.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.920,00	
4.4.71.00.00.00.00.00.01.0200 Transferências a Consórcios Públicos	2.000,00	0,00	2.000,00	1.914,00	86,00
4.4.71.00.00.00.00.03.0200 Transferências a Consórcios Públicos	174,00	0,00	174,00	174,00	0,00
4.4.71.70.00.00.00.00.01.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público				1.914,00	
4.4.71.70.00.00.00.03.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público				174,00	
4.4.71.70.01.00.00.00.01.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público				1.914,00	
4.4.71.70.01.00.00.03.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público				174,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas				174,00	
4.4.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	195,00	0,00	195,00	195,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.03.0292 Aplicacoes Diretas	90.000,00	0,00	90.000,00	5.910,00	84.090,00
4.4.90.00.00.00.00.03.0292 Aplicacoes Diretas	41.581,48	0,00	41.581,48	40.117,50	1.463,98
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0200 Equipamentos e Material Permanente				195,00	
4.4.90.52.00.00.00.01.0200 Equipamentos e Material Permanente				5.910,00	
4.4.90.52.00.00.00.03.0292 Equipamentos e Material Permanente				40.117,50	
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0292 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.076,90	
4.4.90.52.24.00.00.00.03.0292 Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro				556,62	
4.4.90.52.30.00.00.00.03.0292 Máquinas e Equipamentos Energéticos				7.200,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.01.0292 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				2.560,00	
4.4.90.52.34.00.00.03.0292 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				3.900,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0200 Equipamentos de Processamento de Dados				195,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 15

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	4.315.141,03	24.000,00	4.339.141,03	405.201,96
05.01 Secretaria de Administração e Planejamento	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	360.901,18
0501.04 Administração	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	360.901,18
0501.04.122 Administração Geral	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	360.901,18
05.01.04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	360.901,18
05.01.04.122.0002.2.008 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	3.851.066,48	24.000,00	3.875.066,48	360.901,18
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0292 Equipamentos de Processamento de Dados		3.350,00	3.350,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0292 Equipamentos de Processamento de Dados		16.848,98	16.848,98	
4.4.90.52.38.00.00.00.03.0292 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina		1.788,00	1.788,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.03.0292 Mobiliário em Geral		8.747,00	8.747,00	
05.02 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	464.074,55	0,00	464.074,55	44.300,78
0502.16 Habitação	464.074,55	0,00	464.074,55	44.300,78
0502.16.481 Habitação Rural	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
05.02.16.481.0003 HABITAÇÃO POPULAR	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
05.02.16.481.0003.1.006 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAL	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
0502.16.482 Habitação Urbana	463.074,55	0,00	463.074,55	43.300,78
05.02.16.482.0003 HABITAÇÃO POPULAR	463.074,55	0,00	463.074,55	43.300,78
05.02.16.482.0003.1.007 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANA	177.074,55	0,00	177.074,55	41.652,55
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	115.000,00	0,00	115.000,00	34.297,55
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0289 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	7.355,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0289 Aplicacoes Diretas	47.074,55	0,00	47.074,55	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0200 Obras e Instalacoes			80.702,45	
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0289 Obras e Instalacoes			7.645,00	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0289 Obras e Instalacoes			47.074,55	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0200 Obras Contratadas			80.702,45	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0289 Obras Contratadas			7.645,00	
4.4.90.51.98.00.00.00.03.0289 Obras Contratadas			32.224,55	
4.4.90.51.99.00.00.00.03.0289 Outras Obras e Instalações			14.850,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 16

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	4.315.141,03	24.000,00	4.339.141,03	405.201,96
05.02 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	464.074,55	0,00	464.074,55	44.300,78
0502.16 Habitação				
0502.16.482 Habitação Urbana	464.074,55	0,00	464.074,55	44.300,78
05.02.16.482.0003 HABITAÇÃO POPULAR	463.074,55	0,00	463.074,55	43.300,78
	463.074,55	0,00	463.074,55	43.300,78
05.02.16.482.0003.2.009 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO	286.000,00	0,00	286.000,00	1.648,23
3.3.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	1.185,89
3.3.90.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	7.486,80	0,00	7.486,80	460,06
3.3.90.30.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				
3.3.90.30.99.00.00.01.0200 Outros Materiais de Consumo				
3.3.90.36.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				
3.3.90.36.99.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				
3.3.90.39.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.05.00.00.03.0200 Serviços Técnicos Profissionais				
3.3.90.39.43.00.00.01.0200 Serviços de Energia Elétrica				
3.3.90.39.99.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.99.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.47.00.00.00.03.0200 Obrigacoes Tributarias e Contributivas				
3.3.90.47.18.00.00.00.03.0200 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				
4.4.90.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	272.513,20	0,00	272.513,20	2,28
4.4.90.51.00.00.00.03.0200 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.91.00.00.00.03.0200 Obras em Andamento				
4.4.90.51.98.00.00.00.03.0200 Obras Contratadas				
06 SECRETARIA DE FINANÇAS	4.450.000,00	0,00	4.450.000,00	670.164,25
06.01 Secretaria de Finanças	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	177.370,72
0601.04 Administração				
0601.04.123 Administração Financeira				
06.01.04.123.0004 GESTÃO FINANCEIRA	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	177.370,72
	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	177.370,72
06.01.04.123.0004.2.011 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	177.370,72
3.1.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	1.620.000,00	0,00	1.620.000,00	124.644,28
3.1.90.04.00.00.00.01.0200 Contratacao por Tempo Determinado				93.995,61

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 17

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE FINANÇAS	4.450.000,00	0,00	4.450.000,00	3.779.835,75	670.164,25
06.01 Secretaria de Finanças	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
0601.04 Administração	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
0601.04.123 Administração Financeira	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
06.01.04.123.0004 GESTÃO FINANCEIRA	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
06.01.04.123.0004.2.011 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços Temporários				93.995,61	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.140.545,56	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0200 Vencimentos e salários				769.683,63	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0200 gratificação por exercício de funções				63.833,08	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0200 gratificação por tempo de serviço				43.932,46	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0200 férias indenizadas				78.271,63	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0200 13º salário				87.674,40	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0200 férias - pagamento antecipado				78.169,88	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0200 outras despesas fixas - pessoal civil				18.980,48	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0200 Obrigações Patronais				257.450,19	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0200 Contribuições Previdenciárias - INSS				257.450,19	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				3.364,36	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				2,73	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0200 Serviços Extraordinários				3.361,63	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	1.128.013,00	0,00	1.128.013,00	1.075.286,56	52.726,44
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0200 Diarias - Civil				17.164,99	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0200 Diárias no País - Civil				17.164,99	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				32.956,97	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				9.901,78	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0200 Material de Expediente				7.020,34	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0200 Material de Processamento de Dados				11.701,25	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0200 Material de Copa e Cozinha				80,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Veículos				4.218,60	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0200 Outros Materiais de Consumo				35,00	
3.3.90.35.00.00.00.00.01.0200 Serviços de Consultoria				66.000,00	
3.3.90.35.01.00.00.00.01.0200 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica				66.000,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 18

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE FINANÇAS	4.450.000,00	0,00	4.450.000,00	3.779.835,75	670.164,25
06.01 Secretaria de Finanças	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
0601.04 Administração	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
0601.04.123 Administração Financeira	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
06.01.04.123.0004 GESTÃO FINANCEIRA	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
06.01.04.123.0004.2.011 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				10.328,00	
3.3.90.36.45.00.00.00.01.0200 Jetons a Conselheiros				10.328,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				125.025,77	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				30.000,00	
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0200 Manutenção de Software				3.917,76	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0200 Locação de Softwares				47.881,03	
3.3.90.39.11.00.00.00.03.0200 Locação de Softwares				30.000,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0200 Limpeza de Veículos				1.516,40	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				260,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Veículos				2.342,50	
3.3.90.39.47.00.00.00.01.0200 Serviços de Comunicação em Geral				4.377,07	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0200 Serviços de Seleção e Treinamento				4.220,00	
3.3.90.39.57.00.00.00.01.0200 Serviços de Processamento de Dados				1.909,39	
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0200 Serviços de Audio, Video e Foto				960,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0200 Serviços Gráficos e Editoriais				7.426,00	
3.3.90.39.66.00.00.00.01.0200 Serviços Judiciários				6.778,89	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0200 seguros em Geral				595,73	
3.3.90.39.72.00.00.00.01.0200 Vale-Transporte				1.880,40	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0200 Multas e Infrações de Trânsito				204,30	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0200 Serviços Bancários				28.116,50	
3.3.90.39.88.00.00.00.01.0200 Serviços de Publicidade e Propaganda				513,50	
3.3.90.39.95.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				300,00	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				1.000,00	
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0200 Despesas de Teleprocessamento				6.758,55	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.067,75	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0200 Auxilio-Alimentacao				53.816,40	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0200 Auxilio-Alimentação em Pecúnia				53.816,40	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 19

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE FINANÇAS	4.450.000,00	0,00	4.450.000,00	3.779.835,75	670.164,25
06.01 Secretaria de Finanças	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
0601.04 Administração	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
0601.04.123 Administração Financeira	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
06.01.04.123.0004 GESTÃO FINANCEIRA	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
06.01.04.123.0004.2.011 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	2.780.000,00	0,00	2.780.000,00	2.602.629,28	177.370,72
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0200 Obrigações Tributárias e Contributivas				760.173,47	
3.3.90.47.12.00.00.00.01.0200 Contribuição Para o PIS/PASEP				758.283,87	
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0200 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				1.889,60	
3.3.90.92.00.00.00.00.01.0200 Despesas de Exercícios Anteriores				5.750,72	
3.3.90.92.39.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.750,72	
3.3.90.93.00.00.00.00.01.0200 Indenizações e Restituições				4.070,24	
3.3.90.93.02.00.00.00.01.0200 Restituições				4.070,24	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	1.987,00	0,00	1.987,00	1.987,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0200 Equipamentos e Material Permanente				1.987,00	
4.4.90.52.30.00.00.00.01.0200 Máquinas e Equipamentos Energéticos				145,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0200 Equipamentos de Processamento de Dados				1.842,00	
06.02 Encargos Gerais	1.670.000,00	0,00	1.670.000,00	1.177.206,47	492.793,53
0602.28 Encargos Especiais	1.670.000,00	0,00	1.670.000,00	1.177.206,47	492.793,53
0602.28.843 Serviço da Dívida Interna	1.120.000,00	0,00	1.120.000,00	675.422,64	444.577,36
06.02.28.843.0000 ENCARGOS ESPECIAIS	1.120.000,00	0,00	1.120.000,00	675.422,64	444.577,36
06.02.28.843.0000.0.100 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	1.120.000,00	0,00	1.120.000,00	675.422,64	444.577,36
3.2.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	500.000,00	0,00	500.000,00	92.353,40	407.646,60
3.2.90.22.00.00.00.00.01.0200 Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato				92.353,40	
3.2.90.22.99.00.00.00.01.0200 Outros Encargos da Dívida Contratada				92.353,40	
4.6.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	620.000,00	0,00	620.000,00	583.069,24	36.930,76
4.6.90.71.00.00.00.00.01.0200 Principal da Dívida Contratual Resgatado				583.069,24	
4.6.90.71.99.00.00.00.01.0200 Outras Amortizações da Dívida Contratada				583.069,24	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 20

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE FINANÇAS	4.450.000,00	0,00	4.450.000,00	3.779.835,75	670.164,25
06.02 Encargos Gerais	1.670.000,00	0,00	1.670.000,00	1.177.206,47	492.793,53
0602.28 Encargos Especiais	1.670.000,00	0,00	1.670.000,00	1.177.206,47	492.793,53
0602.28.846 Outros Encargos Especiais	550.000,00	0,00	550.000,00	501.783,83	48.216,17
06.02.28.846.0000 ENCARGOS ESPECIAIS	550.000,00	0,00	550.000,00	501.783,83	48.216,17
06.02.28.846.0000.0.200 PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	550.000,00	0,00	550.000,00	501.783,83	48.216,17
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	550.000,00	0,00	550.000,00	501.783,83	48.216,17
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				3.319,58	
3.3.90.39.66.00.00.00.01.0200 Servicos Judiciários				3.319,58	
3.3.90.91.00.00.00.00.01.0200 Sentencas Judiciais				498.464,25	
3.3.90.91.02.00.00.00.01.0200 Precatórios Incluidos na Lei de Orçamento				476.459,65	
3.3.90.91.15.00.00.00.01.0200 Sentenças Judiciais de Pequeno Valor				22.004,60	
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.306 Alimentação e Nutrição	2.236.078,63	0,00	2.236.078,63	2.123.606,18	112.472,45
07.01.12.306.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	2.236.078,63	0,00	2.236.078,63	2.123.606,18	112.472,45
07.01.12.306.0005.2.014 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.014.506,36	0,00	1.014.506,36	908.212,25	106.294,11
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	610.000,00	0,00	610.000,00	596.056,15	13.943,85
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0306 Aplicacoes Diretas	85.200,00	0,00	85.200,00	82.200,98	2.999,02
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0307 Aplicacoes Diretas	140.200,00	0,00	140.200,00	122.261,88	17.938,12
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0308 Aplicacoes Diretas	141.000,00	0,00	141.000,00	75.398,27	65.601,73
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0306 Aplicacoes Diretas	8.442,44	0,00	8.442,44	7.165,33	1.277,11
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0307 Aplicacoes Diretas	22.237,13	0,00	22.237,13	21.226,75	1.010,38
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0308 Aplicacoes Diretas	7.426,79	0,00	7.426,79	3.902,89	3.523,90
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				596.056,15	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0306 Material de Consumo				82.200,98	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0307 Material de Consumo				122.261,88	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0308 Material de Consumo				75.398,27	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0306 Material de Consumo				7.165,33	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0307 Material de Consumo				21.226,75	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0308 Material de Consumo				3.887,19	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 21

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.306 Alimentação e Nutrição	2.236.078,63	0,00	2.236.078,63	2.123.606,18	112.472,45
07.01.12.306.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	2.236.078,63	0,00	2.236.078,63	2.123.606,18	112.472,45
07.01.12.306.0005.2.014 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.014.506,36	0,00	1.014.506,36	908.212,25	106.294,11
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0200 Gêneros de Alimentação				596.056,15	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0306 Gêneros de Alimentação				82.200,98	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0307 Gêneros de Alimentação				122.261,88	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0308 Gêneros de Alimentação				75.398,27	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0306 Gêneros de Alimentação				7.165,33	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0307 Gêneros de Alimentação				21.226,75	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0308 Gêneros de Alimentação				3.887,19	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0308 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				15,70	
3.3.90.39.81.00.00.00.03.0308 Serviços Bancários				15,70	
07.01.12.306.0005.2.016 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.201.981,33	0,00	1.201.981,33	1.196.486,63	5.494,70
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	910.000,00	0,00	910.000,00	904.990,00	5.010,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0302 Aplicacoes Diretas	273.000,00	0,00	273.000,00	272.864,65	135,35
3.3.90.00.00.00.00.01.0317 Aplicacoes Diretas	10.200,00	0,00	10.200,00	10.199,93	0,07
3.3.90.00.00.00.00.03.0302 Aplicacoes Diretas	5.127,94	0,00	5.127,94	5.127,87	0,07
3.3.90.00.00.00.00.03.0317 Aplicacoes Diretas	3.653,39	0,00	3.653,39	3.304,18	349,21
3.3.90.30.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				904.990,00	
3.3.90.30.00.00.00.01.0302 Material de Consumo				272.864,65	
3.3.90.30.00.00.00.01.0317 Material de Consumo				10.199,93	
3.3.90.30.00.00.00.03.0302 Material de Consumo				5.127,87	
3.3.90.30.00.00.00.03.0317 Material de Consumo				3.304,18	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0200 Gêneros de Alimentação				904.990,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0302 Gêneros de Alimentação				272.864,65	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0317 Gêneros de Alimentação				10.199,93	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0302 Gêneros de Alimentação				5.127,87	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0317 Gêneros de Alimentação				3.304,18	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 22

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	1.566.532,97
0701.12.306 Alimentação e Nutrição	2.236.078,63	0,00	2.236.078,63	112.472,45
07.01.12.306.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	2.236.078,63	0,00	2.236.078,63	112.472,45
07.01.12.306.0005.2.019 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS	19.590,94	0,00	19.590,94	683,64
3.3.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	35,26
3.3.90.00.00.00.00.01.0304 Aplicacoes Diretas	8.200,00	0,00	8.200,00	554,28
3.3.90.00.00.00.00.01.0305 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	14,71
3.3.90.00.00.00.00.03.0304 Aplicacoes Diretas	4.390,94	0,00	4.390,94	79,39
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0304 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0305 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0304 Material de Consumo				
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0200 Gêneros de Alimentação				
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0304 Gêneros de Alimentação				
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0305 Gêneros de Alimentação				
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0304 Gêneros de Alimentação				
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0304 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0304 Serviços Bancários				
0701.12.361 Ensino Fundamental	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	1.080.112,34
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.1.012 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS CENTROS	902.206,54	0,00	902.206,54	542.626,74
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0300 Aplicacoes Diretas	696.500,00	0,00	696.500,00	539.066,95
4.4.90.00.00.00.00.01.0301 Aplicacoes Diretas	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0323 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	3.559,79
4.4.90.00.00.00.00.03.9314 Aplicacoes Diretas	5.706,54	0,00	5.706,54	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0300 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0301 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0323 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.00.00.00.00.03.9314 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.07.00.00.00.01.0323 Reforma				
4.4.90.51.07.00.00.00.03.9314 Reforma				

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 23

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação					
0701.12.361 Ensino Fundamental	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.1.012 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DOS CENTROS	902.206,54	0,00	902.206,54	359.579,80	542.626,74
4.4.90.51.91.00.00.00.00.01.0300 Obras em Andamento				39.824,72	
4.4.90.51.98.00.00.00.00.01.0300 Obras Contratadas				84.696,45	
4.4.90.51.98.00.00.00.00.01.0301 Obras Contratadas				77.450,00	
4.4.90.51.98.00.00.00.00.01.0323 Obras Contratadas				13.661,89	
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0300 Equipamentos e Material Permanente				32.911,88	
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0301 Equipamentos e Material Permanente				72.550,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0323 Equipamentos e Material Permanente				25.216,53	
4.4.90.52.06.00.00.00.00.01.0300 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				210,00	
4.4.90.52.06.00.00.00.00.01.0323 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				12.126,79	
4.4.90.52.10.00.00.00.00.01.0300 Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões				2.051,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.00.01.0300 Aparelhos e Utensílios Domésticos				2.100,00	
4.4.90.52.26.00.00.00.00.01.0300 Instrumentos Musicais e Artísticos				12.783,71	
4.4.90.52.33.00.00.00.00.01.0300 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				4.890,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.00.01.0323 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				11.688,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.00.01.0300 Equipamentos de Processamento de Dados				7.904,92	
4.4.90.52.35.00.00.00.00.01.0301 Equipamentos de Processamento de Dados				72.550,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.00.01.0323 Equipamentos de Processamento de Dados				1.401,74	
4.4.90.93.00.00.00.00.00.01.0300 Mobiliário em Geral				2.972,25	
4.4.90.93.00.00.00.00.00.03.9314 Indenizações e Restituições				3.906,54	
4.4.90.93.02.00.00.00.00.03.9314 Restituições				3.906,54	
07.01.12.361.0005.1.013 CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/OU GINÁSIS	145.900,37	0,00	145.900,37	72.728,69	73.171,68
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0300 Aplicacoes Diretas	17.647,06	0,00	17.647,06	17.647,06	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0301 Aplicacoes Diretas	45.600,00	0,00	45.600,00	22.728,07	22.871,93
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0323 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.9316 Aplicacoes Diretas	55.000,00	0,00	55.000,00	32.353,56	22.646,44
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.9313 Aplicacoes Diretas	17.653,31	0,00	17.653,31	0,00	17.653,31

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 24

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.361 Ensino Fundamental	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.1.013 CONSTRUÇÃO, REFORMAS E EQUIPAMENTOS DAS QUADRAS E/OU GINÁSI	145.900,37	0,00	145.900,37	72.728,69	73.171,68
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0300 Obras e Instalações				17.647,06	
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0301 Obras e Instalações				22.728,07	
4.4.90.51.00.00.00.00.01.9316 Obras e Instalações				32.353,56	
4.4.90.51.07.00.00.00.01.9316 Reforma				32.353,56	
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0300 Obras em Andamento				10.222,82	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0300 Obras Contratadas				7.424,24	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0301 Obras Contratadas				22.728,07	
07.01.12.361.0005.2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	18.547.365,08	12.000,00	18.559.365,08	18.341.032,57	218.332,51
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0300 Aplicacoes Diretas	3.485.000,00	0,00	3.485.000,00	3.379.239,01	105.760,99
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0301 Aplicacoes Diretas	180.000,00	0,00	180.000,00	179.355,39	644,61
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0322 Aplicacoes Diretas	8.805.000,00	0,00	8.805.000,00	8.805.000,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0323 Aplicacoes Diretas	2.685.000,00	0,00	2.685.000,00	2.684.053,51	946,49
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0323 Aplicacoes Diretas	155.365,08	0,00	155.365,08	155.365,08	0,00
3.1.90.01.00.00.00.00.01.0300 Aposentadorias e Reformas				23.315,70	
3.1.90.01.00.00.00.00.01.0301 Aposentadorias e Reformas				2.139,37	
3.1.90.01.01.00.00.00.01.0300 Proventos - Pessoal Civil				23.315,70	
3.1.90.01.01.00.00.00.01.0301 Proventos - Pessoal Civil				2.139,37	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0300 Contratacao por Tempo Determinado				265.365,19	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0301 Contratacao por Tempo Determinado				7.417,13	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0322 Contratacao por Tempo Determinado				1.250.249,79	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0323 Contratacao por Tempo Determinado				1.639.411,48	
3.1.90.04.00.00.00.00.03.0323 Contratacao por Tempo Determinado				89.114,30	
3.1.90.04.01.00.00.00.01.0300 Professores Substitutos				265.365,19	
3.1.90.04.01.00.00.00.01.0301 Professores Substitutos				7.417,13	
3.1.90.04.01.00.00.00.01.0322 Professores Substitutos				1.250.249,79	
3.1.90.04.01.00.00.00.01.0323 Professores Substitutos				1.639.411,48	

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.361 Ensino Fundamental	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	18.547.365,08	12.000,00	18.559.365,08	18.341.032,57	218.332,51
3.1.90.04.01.00.00.00.03.0323 Professores Substitutos				89.114,30	
3.1.90.05.00.00.00.01.0300 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS				18.533,17	
3.1.90.05.00.00.00.01.0301 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS				150,75	
3.1.90.05.00.00.00.01.0322 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS				35.333,13	
3.1.90.05.00.00.00.01.0323 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS				2.644,19	
3.1.90.05.00.00.00.03.0323 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS				933,77	
3.1.90.05.55.00.00.01.0300 Salário Maternidade				18.533,17	
3.1.90.05.55.00.00.01.0301 Salário Maternidade				150,75	
3.1.90.05.55.00.00.01.0322 Salário Maternidade				35.333,13	
3.1.90.05.55.00.00.01.0323 Salário Maternidade				2.644,19	
3.1.90.05.55.00.00.03.0323 Salário Maternidade				933,77	
3.1.90.11.00.00.00.01.0300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.518.235,49	
3.1.90.11.00.00.00.01.0301 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				148.538,56	
3.1.90.11.00.00.00.01.0322 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				5.846.013,14	
3.1.90.11.00.00.00.01.0323 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				628.920,27	
3.1.90.11.00.00.00.03.0323 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				36.344,36	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0300 vencimentos e salários				1.032.443,11	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0301 vencimentos e salários				128.645,54	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0322 vencimentos e salários				3.428.571,91	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0323 vencimentos e salários				304.576,79	
3.1.90.11.01.00.00.03.0323 vencimentos e salários				29.444,52	
3.1.90.11.33.00.00.01.0300 gratificação por exercício de funções				138.175,14	
3.1.90.11.33.00.00.01.0301 gratificação por exercício de funções				9.796,46	
3.1.90.11.33.00.00.01.0322 gratificação por exercício de funções				134.252,65	
3.1.90.11.37.00.00.01.0300 gratificação por tempo de serviço				137.002,91	
3.1.90.11.37.00.00.01.0301 gratificação por tempo de serviço				5.082,89	
3.1.90.11.37.00.00.01.0322 gratificação por tempo de serviço				410.187,18	

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.361 Ensino Fundamental	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	18.547.365,08	12.000,00	18.559.365,08	18.341.032,57	218.332,51
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0323 gratificação por tempo de serviço				38.507,71	
3.1.90.11.37.00.00.00.03.0323 gratificação por tempo de serviço				3.624,46	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0300 férias indenizadas				87.467,74	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0322 férias indenizadas				57.553,85	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0323 férias indenizadas				37.715,09	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0323 férias indenizadas				3.041,49	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0300 13º salário				105.154,92	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0322 13º salário				511.773,90	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0323 13º salário				75.344,31	
3.1.90.11.43.00.00.00.03.0323 13º salário				92,40	
3.1.90.11.45.00.00.00.01.0300 férias - abono constitucional				182.139,16	
3.1.90.11.45.00.00.00.01.0323 férias - abono constitucional				111.218,29	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0300 férias - pagamento antecipado				520.045,81	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0322 férias - pagamento antecipado				193.452,14	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0323 férias - pagamento antecipado				52.175,45	
3.1.90.11.46.00.00.00.03.0323 férias - pagamento antecipado				118,74	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0300 outras despesas fixas - pessoal civil				315.806,70	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0301 outras despesas fixas - pessoal civil				5.013,67	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0322 outras despesas fixas - pessoal civil				1.110.221,51	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0323 outras despesas fixas - pessoal civil				9.382,63	
3.1.90.11.99.00.00.00.03.0323 outras despesas fixas - pessoal civil				22,75	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0300 Obrigações Patronais				543.325,02	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0301 Obrigações Patronais				20.074,63	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0322 Obrigações Patronais				1.672.528,11	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0323 Obrigações Patronais				369.820,98	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0300 Contribuições Previdenciárias - INSS				24.637,22	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0300 Contribuições Previdenciárias - INSS				543.325,02	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 27

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.361 Ensino Fundamental	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	18.547.365,08	12.000,00	18.559.365,08	18.341.032,57	218.332,51
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0301 Contribuições Previdenciárias - INSS				20.074,63	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0322 Contribuições Previdenciárias - INSS				1.672.528,11	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0323 Contribuições Previdenciárias - INSS				369.820,98	
3.1.90.13.02.00.00.00.03.0323 Contribuições Previdenciárias - INSS				24.637,22	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0300 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				10.464,44	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0301 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.034,95	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0322 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				875,83	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0323 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				43.256,59	
3.1.90.16.00.00.00.00.03.0323 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				4.335,43	
3.1.90.16.01.00.00.00.00.01.0300 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				156,86	
3.1.90.16.01.00.00.00.00.01.0322 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				875,83	
3.1.90.16.01.00.00.00.00.01.0323 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				29.899,14	
3.1.90.16.01.00.00.00.00.03.0323 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				2.870,38	
3.1.90.16.44.00.00.00.00.01.0300 Serviços Extraordinários				10.307,58	
3.1.90.16.44.00.00.00.00.01.0301 Serviços Extraordinários				1.034,95	
3.1.90.16.44.00.00.00.00.01.0323 Serviços Extraordinários				13.357,45	
3.3.72.00.00.00.00.00.03.0300 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				1.465,05	
3.3.72.39.00.00.00.00.03.0300 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	0,00	12.000,00	12.000,00	4.500,00	7.500,00
3.3.72.39.64.00.00.00.03.0300 Telefonia Móvel				4.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0300 Aplicacoes Diretas	1.388.263,00	0,00	1.388.263,00	1.335.261,58	53.001,42
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0301 Aplicacoes Diretas	756.200,82	0,00	756.200,82	720.811,23	35.389,59
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0323 Aplicacoes Diretas	824.527,52	0,00	824.527,52	816.773,92	7.753,60
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0301 Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	200.000,00	199.200,19	799,81
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0300 Diárias - Civil				5.224,04	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0300 Diárias no País - Civil				5.224,04	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0300 Material de Consumo				335.324,56	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 28

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação					
0701.12.361 Ensino Fundamental	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	18.547.365,08	12.000,00	18.559.365,08	18.341.032,57	218.332,51
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0301 Material de Consumo				384.031,71	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0323 Material de Consumo				150.527,48	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0301 Material de Consumo				148.678,93	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0300 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				2.248,49	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0301 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				101.588,77	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0323 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				1.038,22	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0300 Gás Engarrafado				47.544,50	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0301 Gás Engarrafado				29.866,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0301 Gás Engarrafado				24.442,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0300 Gêneros de Alimentação				2.134,75	
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0301 Material Educativo e Esportivo				405,00	
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0323 Material Educativo e Esportivo				39.339,75	
3.3.90.30.14.00.00.00.03.0301 Material Educativo e Esportivo				21.991,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0300 Material de Expediente				34.688,52	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0301 Material de Expediente				2.060,87	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0300 Material de Processamento de Dados				21.398,76	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0301 Material de Processamento de Dados				29.630,31	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0323 Material de Processamento de Dados				380,00	
3.3.90.30.19.00.00.00.03.0301 Material de Acondicionamento e Embalagem				22.562,51	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0300 Material de Copa e Cozinha				56,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0301 Material de Copa e Cozinha				1.550,91	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0301 Material de Copa e Cozinha				1.397,45	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0323 Material de Copa e Cozinha				3.674,00	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0300 Material de Limpeza e Produção de Higienização				90.906,93	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0301 Material de Limpeza e Produção de Higienização				44.036,95	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0323 Material de Limpeza e Produção de Higienização				79.425,28	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0300 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				6.169,10	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 29

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.361 Ensino Fundamental	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	18.547.365,08	12.000,00	18.559.365,08	18.341.032,57	218.332,51
3.3.90.30.23.00.00.00.03.0301 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				1.777,50	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0300 Material para Manutenção de Bens Imóveis				73.090,51	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0301 Material para Manutenção de Bens Imóveis				104.497,83	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0323 Material para Manutenção de Bens Imóveis				18.030,43	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0301 Material para Manutenção de Bens Imóveis				42.158,31	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0300 Material para Manutenção de Bens Móveis				735,00	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0323 Material para Manutenção de Bens Móveis				195,00	
3.3.90.30.25.00.00.00.03.0301 Material para Manutenção de Bens Móveis				245,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0300 Material Elétrico e Eletrônico				13.851,91	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0301 Material Elétrico e Eletrônico				31.438,15	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0301 Material Elétrico e Eletrônico				3.741,86	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0300 Material de Proteção e Segurança				7.038,49	
3.3.90.30.31.00.00.00.01.0301 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos				1.797,32	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0300 Material para Manutenção de Veículos				9.696,08	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0301 Material para Manutenção de Veículos				697,50	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0323 Material para Manutenção de Veículos				7.029,93	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0301 Material para Manutenção de Veículos				11.923,76	
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0323 Ferramentas				4.370,94	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0300 Material de Sinalização Visual e Afins				16.651,17	
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0300 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				47,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0300 Outros Materiais de Consumo				600,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0301 Outros Materiais de Consumo				11.779,77	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0323 Outros Materiais de Consumo				19.798,16	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0300 Material de Distribuição Gratuita				28.549,99	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0323 Material de Distribuição Gratuita				285,00	
				1.150,00	
				204.318,70	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 30

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação					
0701.12.361 Ensino Fundamental	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	18.547.365,08	12.000,00	18.559.365,08	18.341.032,57	218.332,51
3.3.90.32.00.00.00.00.03.0301 Material de Distribuição Gratuita				27.829,08	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0300 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				1.150,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0323 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				204.318,70	
3.3.90.32.99.00.00.00.03.0301 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				27.829,08	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				538.538,14	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0301 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				280.285,44	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0323 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				281.927,74	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0301 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				22.692,18	
3.3.90.39.01.00.00.00.01.0300 Assinatura de Periódicos e Anuidades				1.350,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0300 Serviços Técnicos Profissionais				5.539,66	
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0300 Manutenção de Software				2.184,31	
3.3.90.39.10.00.00.00.01.0300 Locação de Imóveis				18.176,00	
3.3.90.39.10.00.00.00.01.0301 Locação de Imóveis				136.533,60	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0300 Locação de Softwares				43.709,05	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0323 Locação de Softwares				6.800,73	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0300 Limpeza de Veículos				1.352,20	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0301 Limpeza de Veículos				5.055,27	
3.3.90.39.15.00.00.00.03.0301 Limpeza de Veículos				638,73	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0300 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				102.275,80	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0301 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				25.230,55	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0323 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				794,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0301 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				12.295,51	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0300 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				165,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0301 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				1.113,68	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0323 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				120,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0300 Manutenção e Conservação de Veículos				10.147,50	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0301 Manutenção e Conservação de Veículos				6.456,19	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 31

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação					
0701.12.361 Ensino Fundamental	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	18.547.365,08	12.000,00	18.559.365,08	18.341.032,57	218.332,51
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0323 Manutenção e Conservação de Veículos				470,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0301 Manutenção e Conservação de Veículos				2.430,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0300 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				2.200,00	
3.3.90.39.24.00.00.00.01.0300 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins				1.700,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0300 Serviços de Energia Elétrica				108.486,34	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0323 Serviços de Energia Elétrica				250.000,00	
3.3.90.39.47.00.00.00.01.0300 Serviços de Comunicação em Geral				2.812,08	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0300 Serviços de Seleção e Treinamento				63.098,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0301 Serviços de Seleção e Treinamento				60.006,00	
3.3.90.39.57.00.00.00.03.0301 Serviços de Processamento de Dados				179,78	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0300 Serviços de Telecomunicações				6.474,57	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0323 Serviços de Telecomunicações				5.989,40	
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0300 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto				1.657,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0300 Serviços Gráficos e Editoriais				1.320,50	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0301 Serviços Gráficos e Editoriais				6.211,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0301 seguros em Geral				3.787,88	
3.3.90.39.72.00.00.00.01.0300 Vale-Transporte				31.464,00	
3.3.90.39.72.00.00.00.01.0301 Vale-Transporte				17.402,40	
3.3.90.39.72.00.00.00.01.0323 Vale-Transporte				5.436,60	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0300 Multas e Infrações de Trânsito				289,43	
3.3.90.39.78.00.00.00.01.0300 Limpeza e Conservação				11.884,18	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0300 Serviços Bancários				2.134,80	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0301 Serviços Bancários				752,85	
3.3.90.39.81.00.00.00.03.0301 Serviços Bancários				405,40	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0300 Serviços de Publicidade Legal				1.000,00	
3.3.90.39.95.00.00.00.01.0300 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				1.030,00	
3.3.90.39.95.00.00.00.01.0301 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				265,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 32

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.361 Ensino Fundamental	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	18.547.365,08	12.000,00	18.559.365,08	18.341.032,57	218.332,51
3.3.90.39.95.00.00.00.03.0301 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				792,08	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0300 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				12.653,99	
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0300 Despesas de Teleprocessamento				38.255,32	
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0323 Despesas de Teleprocessamento				7.996,88	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				67.178,41	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0301 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				17.471,02	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0323 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.320,13	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0301 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.950,68	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0300 Auxílio-Alimentacao				455.024,84	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0301 Auxílio-Alimentacao				56.494,08	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0323 Auxílio-Alimentacao				180.000,00	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0300 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				455.024,84	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0301 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				56.494,08	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0323 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				180.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0300 Aplicacoes Diretas	53.737,00	0,00	53.737,00	52.950,02	786,98
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0301 Aplicacoes Diretas	3.799,18	0,00	3.799,18	3.050,16	749,02
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0323 Aplicacoes Diretas	5.472,48	0,00	5.472,48	5.472,48	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0387 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0300 Equipamentos e Material Permanente				52.950,02	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0301 Equipamentos e Material Permanente				3.050,16	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0323 Equipamentos e Material Permanente				5.472,48	
4.4.90.52.10.00.00.00.01.0323 Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões				1.559,48	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0300 Aparelhos e Utensílios Domésticos				871,60	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0301 Aparelhos e Utensílios Domésticos				735,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0323 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.500,00	
4.4.90.52.24.00.00.00.01.0300 Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro				114,82	
4.4.90.52.30.00.00.00.01.0300 Máquinas e Equipamentos Energéticos				200,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 33

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.361 Ensino Fundamental	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	21.889.139,62	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	18.547.365,08	12.000,00	18.559.365,08	18.341.032,57	218.332,51
4.4.90.52.30.00.00.00.01.0301 Máquinas e Equipamentos Energéticos				700,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0300 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				895,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0323 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				760,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0300 Equipamentos de Processamento de Dados				40.988,60	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0301 Equipamentos de Processamento de Dados				1.031,22	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0323 Equipamentos de Processamento de Dados				405,00	
4.4.90.52.36.00.00.00.01.0300 Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório				225,00	
4.4.90.52.39.00.00.00.01.0300 Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos				1.282,50	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0300 Mobiliário em Geral				8.372,50	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0301 Mobiliário em Geral				583,94	
4.4.90.52.99.00.00.00.01.0323 Outros Equipamentos e Material Permanente				1.248,00	
07.01.12.361.0005.2.017 TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.281.667,63	0,00	2.281.667,63	2.035.686,22	245.981,41
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0300 Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	200.000,00	170.819,98	29.180,02
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0301 Aplicacoes Diretas	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	983.198,61	216.801,39
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0303 Aplicacoes Diretas	97.000,00	0,00	97.000,00	97.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0310 Aplicacoes Diretas	401.000,00	0,00	401.000,00	401.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0313 Aplicacoes Diretas	4.700,00	0,00	4.700,00	4.700,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0323 Aplicacoes Diretas	250.000,00	0,00	250.000,00	250.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0301 Aplicacoes Diretas	87.053,24	0,00	87.053,24	87.053,24	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0303 Aplicacoes Diretas	20.042,27	0,00	20.042,27	20.042,27	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0310 Aplicacoes Diretas	17.213,53	0,00	17.213,53	17.213,53	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0313 Aplicacoes Diretas	4.658,59	0,00	4.658,59	4.658,59	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0300 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica				170.819,98	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0301 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica				983.198,61	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0303 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica				97.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0310 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica				401.000,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 34

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	1.566.532,97
0701.12.361 Ensino Fundamental	21.877.139,62	12.000,00	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	21.877.139,62	12.000,00	20.809.027,28	1.080.112,34
07.01.12.361.0005.2.017 TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.281.667,63	0,00	2.281.667,63	245.981,41
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0313 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			4.700,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0323 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			250.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0301 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			87.053,24	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0303 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			20.042,27	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0310 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			17.213,53	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0313 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			4.658,59	
3.3.90.39.26.00.00.00.01.0300 Serviços de Transporte Escolar			11.450,76	
3.3.90.39.26.00.00.00.01.0301 Serviços de Transporte Escolar			810.779,41	
3.3.90.39.26.00.00.00.01.0303 Serviços de Transporte Escolar			97.000,00	
3.3.90.39.26.00.00.00.01.0310 Serviços de Transporte Escolar			401.000,00	
3.3.90.39.26.00.00.00.01.0313 Serviços de Transporte Escolar			4.700,00	
3.3.90.39.26.00.00.00.01.0323 Serviços de Transporte Escolar			150.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			159.369,22	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0301 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			172.419,20	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0323 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			100.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0301 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			87.053,24	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0303 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			20.042,27	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0310 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			17.213,53	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0313 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			4.658,59	
0701.12.362 Ensino Médio	445.665,94	0,00	445.665,94	8.608,86
07.01.12.362.0006 ENSINO MÉDIO	445.665,94	0,00	445.665,94	8.608,86
07.01.12.362.0006.2.020 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO	445.665,94	0,00	445.665,94	8.608,86
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	412.000,00	0,00	412.000,00	8.608,86
3.3.90.00.00.00.00.01.0312 Aplicacoes Diretas	27.200,00	0,00	27.200,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0312 Aplicacoes Diretas	6.465,94	0,00	6.465,94	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			403.391,14	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0312 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			27.200,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 35

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação					
0701.12.362 Ensino Médio	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01.12.362.0006 ENSINO MÉDIO	445.665,94	0,00	445.665,94	437.057,08	8.608,86
	445.665,94	0,00	445.665,94	437.057,08	8.608,86
07.01.12.362.0006.2.020 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO					
3.3.90.39.00.00.00.00.03.03.12 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				437.057,08	8.608,86
3.3.90.39.26.00.00.00.01.0200 Serviços de Transporte Escolar				437.057,08	8.608,86
3.3.90.39.26.00.00.00.01.0312 Serviços de Transporte Escolar				437.057,08	8.608,86
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				437.057,08	8.608,86
3.3.90.39.99.00.00.00.03.03.12 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				437.057,08	8.608,86
0701.12.364 Ensino Superior					
07.01.12.364.0007 ENSINO SUPERIOR	932.000,00	0,00	932.000,00	904.338,84	27.661,16
	932.000,00	0,00	932.000,00	904.338,84	27.661,16
07.01.12.364.0007.2.021 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SUPERIOR					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicações Diretas				904.338,84	27.661,16
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				904.338,84	27.661,16
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				904.338,84	27.661,16
0701.12.365 Educação Infantil					
07.01.12.365.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	12.095.434,67	330.645,00
	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	12.095.434,67	330.645,00
07.01.12.365.0005.1.009 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS CEI					
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0300 Aplicações Diretas	699.807,54	0,00	699.807,54	577.734,53	122.073,01
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0301 Aplicações Diretas	312.000,00	0,00	312.000,00	197.933,02	114.066,98
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0301 Aplicações Diretas	180.000,00	0,00	180.000,00	179.801,51	198,49
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0301 Aplicações Diretas	200.000,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.9317 Aplicações Diretas	7.807,54	0,00	7.807,54	0,00	7.807,54
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0300 Obras e Instalações				189.503,02	
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0301 Obras e Instalações				179.801,51	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0301 Obras e Instalações				141.484,53	
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0300 Obras em Andamento				134.688,10	
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0301 Obras em Andamento				19.801,51	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0300 Obras Contratadas				54.814,92	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0301 Obras Contratadas				160.000,00	
4.4.90.51.98.00.00.00.03.0301 Obras Contratadas				141.484,53	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 36

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.365 Educação Infantil	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	12.095.434,67	330.645,00
07.01.12.365.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	12.095.434,67	330.645,00
07.01.12.365.0005.1.009 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS DOS CEI	699.807,54	0,00	699.807,54	577.734,53	122.073,01
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0300 Equipamentos e Material Permanente				8.430,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0301 Equipamentos e Material Permanente				58.515,47	
4.4.90.52.06.00.00.00.03.0301 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				8.395,47	
4.4.90.52.10.00.00.00.01.0300 Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões				8.430,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.03.0301 Mobiliário em Geral				50.120,00	
07.01.12.365.0005.2.013 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	11.726.272,13	0,00	11.726.272,13	11.517.700,14	208.571,99
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0300 Aplicacoes Diretas	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	963.552,44	36.447,56
3.1.90.00.00.00.00.01.0316 Aplicacoes Diretas	80.100,00	0,00	80.100,00	9,17	80.090,83
3.1.90.00.00.00.00.01.0322 Aplicacoes Diretas	6.500.000,00	0,00	6.500.000,00	6.500.000,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.01.0323 Aplicacoes Diretas	2.300.000,00	0,00	2.300.000,00	2.283.684,42	16.315,58
3.1.90.00.00.00.00.03.0316 Aplicacoes Diretas	172,13	0,00	172,13	172,13	0,00
3.1.90.00.00.00.00.03.0323 Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0300 Contratacao por Tempo Determinado				540.035,81	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0322 Contratacao por Tempo Determinado				522.245,06	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0323 Contratacao por Tempo Determinado				1.412.244,39	
3.1.90.04.01.00.00.00.01.0300 Professores Substitutos				132.150,91	
3.1.90.04.01.00.00.00.01.0322 Professores Substitutos				540.035,81	
3.1.90.04.01.00.00.00.01.0323 Professores Substitutos				522.245,06	
3.1.90.04.01.00.00.00.03.0323 Professores Substitutos				1.412.244,39	
3.1.90.05.00.00.00.00.01.0322 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS				132.150,91	
3.1.90.05.55.00.00.00.01.0322 Salário Maternidade				27.493,86	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0300 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				27.493,86	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0322 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				133.046,74	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0323 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				4.787.443,59	
3.1.90.11.00.00.00.00.03.0323 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				410.158,26	
				22.985,70	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 37

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.365 Educação Infantil	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	12.095.434,67	330.645,00
07.01.12.365.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	12.095.434,67	330.645,00
07.01.12.365.0005.2.013 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	11.726.272,13	0,00	11.726.272,13	11.517.700,14	208.571,99
3.1.90.11.01.00.00.00.00.01.0300 vencimentos e salários				16.709,11	
3.1.90.11.01.00.00.00.00.01.0322 vencimentos e salários				2.560.939,09	
3.1.90.11.01.00.00.00.00.01.0323 vencimentos e salários				164.524,40	
3.1.90.11.01.00.00.00.00.03.0323 vencimentos e salários				19.310,94	
3.1.90.11.33.00.00.00.00.01.0300 gratificação por exercício de funções				904,72	
3.1.90.11.33.00.00.00.00.01.0322 gratificação por exercício de funções				49.621,40	
3.1.90.11.33.00.00.00.00.01.0323 gratificação por exercício de funções				5.006,10	
3.1.90.11.37.00.00.00.00.01.0300 gratificação por tempo de serviço				1.395,56	
3.1.90.11.37.00.00.00.00.01.0322 gratificação por tempo de serviço				246.872,63	
3.1.90.11.37.00.00.00.00.01.0323 gratificação por tempo de serviço				13.843,70	
3.1.90.11.37.00.00.00.00.01.0323 gratificação por tempo de serviço				1.627,71	
3.1.90.11.37.00.00.00.00.03.0323 gratificação por tempo de serviço				87.521,82	
3.1.90.11.42.00.00.00.00.01.0322 férias indenizadas				2.432,51	
3.1.90.11.42.00.00.00.00.01.0323 férias indenizadas				1.124,84	
3.1.90.11.42.00.00.00.00.03.0323 férias indenizadas				347.103,47	
3.1.90.11.43.00.00.00.00.01.0322 13º salário				39.057,90	
3.1.90.11.43.00.00.00.00.01.0323 13º salário				93,73	
3.1.90.11.43.00.00.00.00.03.0323 13º salário				119.843,84	
3.1.90.11.45.00.00.00.00.01.0323 férias - abono constitucional				113.208,87	
3.1.90.11.46.00.00.00.00.01.0300 férias - pagamento antecipado				365.144,31	
3.1.90.11.46.00.00.00.00.01.0322 férias - pagamento antecipado				51.928,42	
3.1.90.11.46.00.00.00.00.01.0323 férias - pagamento antecipado				828,48	
3.1.90.11.99.00.00.00.00.01.0300 outras despesas fixas - pessoal civil				1.130.240,87	
3.1.90.11.99.00.00.00.00.01.0322 outras despesas fixas - pessoal civil				13.521,39	
3.1.90.11.99.00.00.00.00.01.0323 outras despesas fixas - pessoal civil				828,48	
3.1.90.11.99.00.00.00.00.03.0323 outras despesas fixas - pessoal civil				289.215,38	
3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0300 Obrigações Patronais				1.162.162,75	
3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0322 Obrigações Patronais					

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 38

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	1.566.532,97
	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	1.566.532,97
0701.12 Educação				
0701.12.365 Educação Infantil	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	1.566.532,97
07.01.12.365.0005 EDUCAÇÃO BASICA	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	330.645,00
	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	330.645,00
07.01.12.365.0005.2.013 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	11.726.272,13	0,00	11.726.272,13	208.571,99
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0323 Obrigacoes Patronais			11.517.700,14	450.242,76
3.1.90.13.00.00.00.00.03.0323 Obrigacoes Patronais			43.669,11	289.215,38
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0300 Contribuições Previdenciárias - INSS			1.162.162,75	450.242,76
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0322 Contribuições Previdenciárias - INSS			43.669,11	1.254,51
3.1.90.13.02.00.00.00.03.0323 Contribuições Previdenciárias - INSS			9,17	654,74
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0300 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			11.039,01	172,13
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0316 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			1.194,28	1.023,41
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0322 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			31,26	9.094,52
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0323 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			172,13	984,19
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0322 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			231,10	9,17
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0323 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			623,48	1.944,49
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0300 Serviços Extraordinários			210,09	496.000,00
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0316 Serviços Extraordinários			467.687,46	187.419,73
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0322 Serviços Extraordinários			0,00	20.000,00
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0323 Serviços Extraordinários			0,00	507.636,63
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0300 Aplicacoes Diretas	496.000,00	0,00	496.000,00	387.910,39
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0301 Aplicacoes Diretas	190.000,00	0,00	190.000,00	28.312,54
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0316 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	2.580,27
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0323 Aplicacoes Diretas	520.000,00	0,00	520.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0301 Aplicacoes Diretas	400.000,00	0,00	400.000,00	12.363,37

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 39

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação					
0701.12.365 Educação Infantil	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01.12.365.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	12.095.434,67	330.645,00
	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	12.095.434,67	330.645,00
07.01.12.365.0005.2.013 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	11.726.272,13	0,00	11.726.272,13	11.517.700,14	208.571,99
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0300 Material de Consumo				81.165,43	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0301 Material de Consumo				74.456,27	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0323 Material de Consumo				22.255,88	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0301 Material de Consumo				208.623,73	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0300 Gás Engarrafado				29.610,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0301 Gás Engarrafado				16.550,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0301 Gás Engarrafado				22.239,40	
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0323 Material Educativo e Esportivo				3.442,68	
3.3.90.30.14.00.00.00.03.0301 Material Educativo e Esportivo				1.325,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0301 Material de Expediente				8.557,46	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0300 Material de Processamento de Dados				6.231,30	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0301 Material de Processamento de Dados				1.358,29	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0323 Material de Processamento de Dados				5.038,70	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0301 Material de Processamento de Dados				1.455,29	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0300 Material de Copa e Cozinha				1.436,79	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0301 Material de Copa e Cozinha				7.583,05	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0300 Material de Limpeza e Produção de Higienização				14.515,53	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0301 Material de Limpeza e Produção de Higienização				47.577,01	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0323 Material de Limpeza e Produção de Higienização				1.236,43	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0301 Material de Limpeza e Produção de Higienização				104.882,60	
3.3.90.30.23.00.00.00.03.0301 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				2.738,34	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0300 Material para Manutenção de Bens Imóveis				25.205,32	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0301 Material para Manutenção de Bens Imóveis				8.970,97	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0323 Material para Manutenção de Bens Imóveis				9.218,44	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0301 Material para Manutenção de Bens Imóveis				36.215,38	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0300 Material para Manutenção de Bens Móveis				2.250,00	
3.3.90.30.25.00.00.00.03.0301 Material para Manutenção de Bens Móveis				786,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 40

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.365 Educação Infantil	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	12.095.434,67	330.645,00
07.01.12.365.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	12.095.434,67	330.645,00
07.01.12.365.0005.2.013 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	11.726.272,13	0,00	11.726.272,13	11.517.700,14	208.571,99
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0300 Material Elétrico e Eletrônico				802,29	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0323 Material Elétrico e Eletrônico				3.319,63	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0301 Material Elétrico e Eletrônico				8.930,30	
3.3.90.30.28.00.00.00.03.0301 Material de Proteção e Segurança				12.995,04	
3.3.90.30.31.00.00.00.01.0300 Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos				1.114,20	
3.3.90.30.31.00.00.00.03.0301 Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos				450,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0301 Outros Materiais de Consumo				465,87	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0301 Material de Distribuição Gratuita				89.573,22	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0323 Material de Distribuição Gratuita				146.966,18	
3.3.90.32.00.00.00.03.0301 Material de Distribuição Gratuita				27.928,11	
3.3.90.32.01.00.00.00.01.0301 Livros Didáticos				89.573,22	
3.3.90.32.01.00.00.00.01.0323 Livros Didáticos				103.287,78	
3.3.90.32.01.00.00.00.03.0301 Livros Didáticos				9.428,76	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0323 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				43.678,40	
3.3.90.32.99.00.00.00.03.0301 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				18.499,35	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				129.727,75	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0301 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				23.390,24	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0323 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				118.414,57	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0301 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				68.322,39	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0300 Serviços Técnicos Profissionais				976,02	
3.3.90.39.10.00.00.00.01.0301 Locação de Imóveis				12.748,10	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0323 Locação de Softwares				3.458,54	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0300 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				3.009,54	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0323 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				1.515,24	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0301 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				21.697,47	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0300 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				715,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0323 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				179,78	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 41

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	36.371.432,36	1.566.532,97
0701.12.365 Educação Infantil	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	12.095.434,67	330.645,00
07.01.12.365.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	12.095.434,67	330.645,00
07.01.12.365.0005.2.013 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	11.726.272,13	0,00	11.726.272,13	11.517.700,14	208.571,99
3.3.90.39.17.00.00.00.00.03.0301 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				610,00	
3.3.90.39.24.00.00.00.00.01.0300 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins				1.200,00	
3.3.90.39.25.00.00.00.00.01.0300 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins				1.200,00	
3.3.90.39.26.00.00.00.00.01.0323 Serviços de Transporte Escolar				334,81	
3.3.90.39.43.00.00.00.00.01.0323 Serviços de Energia Elétrica				63.105,18	
3.3.90.39.48.00.00.00.00.01.0300 Serviços de Seleção e Treinamento				59.375,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.00.01.0301 Serviços de Seleção e Treinamento				9.952,58	
3.3.90.39.48.00.00.00.00.01.0323 Serviços de Seleção e Treinamento				11.476,42	
3.3.90.39.48.00.00.00.00.03.0301 Serviços de Seleção e Treinamento				42.840,00	
3.3.90.39.57.00.00.00.00.01.0301 Serviços de Processamento de Dados				359,56	
3.3.90.39.58.00.00.00.00.01.0323 Serviços de Telecomunicações				4.120,97	
3.3.90.39.59.00.00.00.00.01.0300 Serviços de Audio, Vídeo e Foto				1.570,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.00.01.0323 Serviços Gráficos e Editoriais				2.462,50	
3.3.90.39.63.00.00.00.00.03.0301 Serviços Gráficos e Editoriais				451,50	
3.3.90.39.72.00.00.00.00.01.0300 Vale-Transporte				46.622,10	
3.3.90.39.72.00.00.00.00.01.0323 Vale-Transporte				12.171,90	
3.3.90.39.78.00.00.00.00.01.0300 Limpeza e Conservação				7.955,80	
3.3.90.39.78.00.00.00.00.01.0323 Limpeza e Conservação				2.337,59	
3.3.90.39.95.00.00.00.00.01.0300 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				380,00	
3.3.90.39.95.00.00.00.00.01.0301 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				330,00	
3.3.90.39.95.00.00.00.00.01.0323 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				201,20	
3.3.90.39.95.00.00.00.00.03.0301 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				642,08	
3.3.90.39.97.00.00.00.00.01.0323 Despesas de Teleprocessamento				15.476,91	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				6.724,29	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0323 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.573,53	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.03.0301 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.081,34	
3.3.90.46.00.00.00.00.00.01.0300 Auxílio-Alimentacao				256.794,28	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 42

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	1.566.532,97
07.01 Educação Geral	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	1.566.532,97
0701.12 Educação	37.925.965,33	12.000,00	37.937.965,33	1.566.532,97
0701.12.365 Educação Infantil	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	330.645,00
07.01.12.365.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	12.426.079,67	0,00	12.426.079,67	330.645,00
07.01.12.365.0005.2.013 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	11.726.272,13	0,00	11.726.272,13	208.571,99
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0323 Auxílio-Alimentacao			220.000,00	
3.3.90.46.00.00.00.00.03.0301 Auxílio-Alimentacao			83.036,16	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0300 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			256.794,28	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0323 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			220.000,00	
3.3.90.46.01.00.00.00.03.0301 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			83.036,16	
4.4.90.00.00.00.00.03.0301 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	19.627,77	372,23
4.4.90.51.00.00.00.03.0301 Obras e Instalacoes			1.184,02	
4.4.90.51.91.00.00.00.03.0301 Obras em Andamento			1.184,02	
4.4.90.52.00.00.00.03.0301 Equipamentos e Material Permanente			18.443,75	
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0301 Aparelhos e Utensílios Domésticos			5.055,00	
4.4.90.52.30.00.00.00.03.0301 Máquinas e Equipamentos Energéticos			300,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.03.0301 Equipamentos Para Audio, Video e Foto			1.816,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0301 Equipamentos de Processamento de Dados			4.351,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.03.0301 Mobiliário em Geral			6.921,75	
0701.12.366 Educação de Jovens e Adultos	9.001,47	0,00	9.001,47	7.033,16
07.01.12.366.0005 EDUCAÇÃO BÁSICA	9.001,47	0,00	9.001,47	7.033,16
07.01.12.366.0005.2.018 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	9.001,47	0,00	9.001,47	7.033,16
3.3.90.00.00.00.00.01.0300 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	1.414,77	3.585,23
3.3.90.00.00.00.00.01.0305 Aplicacoes Diretas	1.200,00	0,00	0,00	1.200,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0305 Aplicacoes Diretas	2.801,47	0,00	2.801,47	2.247,93
3.3.90.30.00.00.00.03.0305 Material de Consumo			553,54	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0305 Material Elétrico e Eletrônico			553,54	
3.3.90.39.00.00.00.01.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.414,77	
3.3.90.39.24.00.00.01.0300 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins			200,00	
3.3.90.39.58.00.00.01.0300 Serviços de Telecomunicações			770,71	
3.3.90.39.99.00.00.01.0300 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			444,06	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 43

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	2.223.324,31	0,00	2.223.324,31	2.008.649,87	214.674,44
09.01 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	2.223.324,31	0,00	2.223.324,31	2.008.649,87	214.674,44
0901.18 Gestão Ambiental	31.448,00	0,00	31.448,00	26.448,00	5.000,00
0901.18.541 Preservação e Conservação Ambiental	31.448,00	0,00	31.448,00	26.448,00	5.000,00
09.01.18.541.0016 GESTÃO AMBIENTAL	31.448,00	0,00	31.448,00	26.448,00	5.000,00
09.01.18.541.0016.2.037 PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS	31.448,00	0,00	31.448,00	26.448,00	5.000,00
3.1.71.00.00.00.00.00.01.0200 Transf. a Consórcios Públicos	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
3.1.71.00.00.00.00.00.03.0200 Transf. a Consórcios Públicos	16.400,00	0,00	16.400,00	16.400,00	0,00
3.1.71.70.00.00.00.00.01.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público					
3.1.71.70.00.00.00.00.03.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público					
3.1.71.70.01.00.00.00.00.01.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público					
3.1.71.70.01.00.00.00.03.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público					
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0200 Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
3.3.71.00.00.00.00.00.03.0200 Transferências a Consórcios Públicos	6.308,00	0,00	6.308,00	6.308,00	0,00
3.3.71.70.00.00.00.00.01.0200 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO					
3.3.71.70.00.00.00.00.03.0200 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO					
3.3.71.70.01.00.00.00.00.01.0200 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO					
3.3.71.70.01.00.00.00.03.0200 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00.01.0200 Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
4.4.71.00.00.00.00.00.03.0200 Transferências a Consórcios Públicos	740,00	0,00	740,00	740,00	0,00
4.4.71.70.00.00.00.00.01.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público					
4.4.71.70.00.00.00.00.03.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público					
4.4.71.70.01.00.00.00.00.01.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público					
4.4.71.70.01.00.00.00.03.0200 Rateio pela Participação em Consórcio Público					
0901.20 Agricultura	2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	1.982.201,87	209.674,44
0901.20.606 Extensão Rural	2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	1.982.201,87	209.674,44
09.01.20.606.0015 EXTENSÃO RURAL	2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	1.982.201,87	209.674,44
09.01.20.606.0015.1.018 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	630.893,49	0,00	630.893,49	542.053,50	88.839,99
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.9273 Aplicacoes Diretas	195.000,00	0,00	195.000,00	192.592,22	2.407,78
4.4.90.00.00.00.00.00.01.9275 Aplicacoes Diretas	104.996,56	0,00	104.996,56	93.696,56	11.300,00

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 44

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
09 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	2.223.324,31	0,00	2.223.324,31	214.674,44
09.01 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	2.223.324,31	0,00	2.223.324,31	214.674,44
0901.20 Agricultura				
0901.20.606 Extensão Rural	2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	209.674,44
09.01.20.606.0015 EXTENSÃO RURAL	2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	209.674,44
09.01.20.606.0015.1.018 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	630.893,49	0,00	630.893,49	88.839,99
4.4.90.00.00.00.00.00.01.9278 Aplicacoes Diretas	281.775,00	0,00	281.775,00	38.598,27
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	27.000,00	0,00	27.000,00	26.533,94
4.4.90.00.00.00.00.00.03.9267 Aplicacoes Diretas	12.121,93	0,00	12.121,93	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.9273 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.00.01.9275 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.00.01.9278 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0200 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.00.01.9273 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				
4.4.90.52.00.00.00.00.01.9275 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				
4.4.90.52.00.00.00.00.01.9278 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0200 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				
4.4.90.93.00.00.00.00.03.9267 Indenizacoes e Restituiçoes				
4.4.90.93.02.00.00.00.03.9267 Restituições				
09.01.20.606.0015.2.034 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	1.055.982,82	0,00	1.055.982,82	83.194,27
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	500.000,00	0,00	500.000,00	43.914,64
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0200 Contratacao por Tempo Determinado				
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços Temporários				
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0200 Vencimentos e salários				
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0200 gratificação por exercício de funções				
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0200 gratificação por tempo de serviço				
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0200 férias indenizadas				
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0200 13º salário				
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0200 férias - pagamento antecipado				
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0200 outras despesas fixas - pessoal civil				
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0200 Obrigacoes Patronais				

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 45

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	2.223.324,31	0,00	2.223.324,31	2.008.649,87	214.674,44
09.01 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	2.223.324,31	0,00	2.223.324,31	2.008.649,87	214.674,44
0901.20 Agricultura					
0901.20.606 Extensão Rural	2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	1.982.201,87	209.674,44
09.01.20.606.0015 EXTENSÃO RURAL	2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	1.982.201,87	209.674,44
09.01.20.606.0015.2.034 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	1.055.982,82	0,00	1.055.982,82	972.788,55	83.194,27
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0200 Contribuições Previdenciárias - INSS				79.201,94	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				5.701,75	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.936,00	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0200 Serviços Extraordinários				3.765,75	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	230.000,00	0,00	230.000,00	219.960,28	10.039,72
3.3.90.00.00.00.00.00.01.9279 Aplicacoes Diretas	20.500,00	0,00	20.500,00	20.408,16	91,84
3.3.90.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	12.280,00	0,00	12.280,00	9.898,69	2.381,31
3.3.90.00.00.00.00.03.9270 Aplicacoes Diretas	28.207,78	0,00	28.207,78	28.207,77	0,01
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0200 Diarias - Civil				3.257,10	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0200 Diárias no País - Civil				3.257,10	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				134.740,30	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.9279 Material de Consumo				20.408,16	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0200 Material de Consumo				4.022,79	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.9270 Material de Consumo				28.207,77	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				67.986,39	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0200 Gás Engarrafado				2.054,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0200 Gás Engarrafado				2.370,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0200 Gêneros de Alimentação				441,84	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0200 Gêneros de Alimentação				110,87	
3.3.90.30.11.00.00.00.01.0200 Material Químico				524,85	
3.3.90.30.11.00.00.00.01.9279 Material Químico				20.408,16	
3.3.90.30.11.00.00.00.03.9270 Material Químico				28.207,77	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0200 Material de Expediente				983,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0200 Material de Processamento de Dados				1.919,75	
3.3.90.30.18.00.00.00.01.0200 Materiais e Medicamentos p/Use Veterinário				4.868,04	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0200 Material de Copa e Cozinha				252,72	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0200 Material de Limpeza e Produção de Higienização				1.092,57	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 46

Títulos		Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
		Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
09 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		2.223.324,31	0,00	2.223.324,31	214.674,44
09.01 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		2.223.324,31	0,00	2.223.324,31	214.674,44
0901.20 Agricultura					
0901.20.606 Extensão Rural		2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	209.674,44
09.01.20.606.0015 EXTENSÃO RURAL		2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	209.674,44
09.01.20.606.0015.2.034 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		1.055.982,82	0,00	1.055.982,82	83.194,27
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Bens Imóveis				5.932,34	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0200 Material Elétrico e Eletrônico				376,10	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0200 Material de Proteção e Segurança				624,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Veículos				22.119,38	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0200 Material para Manutenção de Veículos				1.541,92	
3.3.90.30.40.00.00.00.01.0200 Material Biológico				4.217,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0200 Material de Sinalização Visual e Afins				18.403,66	
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				2.265,65	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0200 Outros Materiais de Consumo				679,01	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0200 Passagens e Despesas com Locomocao				699,41	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0200 Passagens Para o País				699,41	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				57.749,71	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.875,90	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0200 Serviços Técnicos Profissionais				74,37	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0200 Limpeza de Veículos				401,80	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Veículos				7.253,82	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0200 Manutenção e Conservação de Veículos				135,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0200 Fornecimento de Alimentação				4.301,20	
3.3.90.39.41.00.00.00.03.0200 Fornecimento de Alimentação				332,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0200 Serviços de Energia Elétrica				5.037,88	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0200 Serviços de Telecomunicações				1.519,17	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0200 Serviços Gráficos e Editoriais				8.760,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0200 seguros em Geral				756,31	
3.3.90.39.72.00.00.00.01.0200 Vale-Transporte				1.549,20	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0200 Serviços de Publicidade Legal				3.076,59	
3.3.90.39.95.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				430,00	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				1.284,41	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 47

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	2.223.324,31	0,00	2.223.324,31	2.008.649,87	214.674,44
09.01 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	2.223.324,31	0,00	2.223.324,31	2.008.649,87	214.674,44
0901.20 Agricultura					
0901.20.606 Extensão Rural	2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	1.982.201,87	209.674,44
09.01.20.606.0015 EXTENSÃO RURAL	2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	1.982.201,87	209.674,44
09.01.20.606.0015.2.034 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	1.055.982,82	0,00	1.055.982,82	972.788,55	83.194,27
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0200 Despesas de Teleprocessamento				7.753,23	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				15.551,73	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.408,90	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação				23.513,76	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				23.513,76	
4.4.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.01.9271 Aplicacoes Diretas	250.000,00	0,00	250.000,00	232.148,85	17.851,15
4.4.90.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	7.720,00	0,00	7.720,00	6.079,44	1.640,56
4.4.90.00.00.00.00.03.9271 Aplicacoes Diretas	2.275,04	0,00	2.275,04	0,00	2.275,04
4.4.90.39.00.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				74,37	
4.4.90.39.05.00.00.00.03.0200 Serviços Técnicos Profissionais				74,37	
4.4.90.51.00.00.00.00.01.9271 Obras e Instalacoes				232.148,85	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0200 Obras e Instalacoes				4.737,73	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.9271 Obras Contratadas				232.148,85	
4.4.90.51.98.00.00.00.03.0200 Obras Contratadas				4.737,73	
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0200 Equipamentos e Material Permanente				1.267,34	
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0200 Aparelhos e Utensílios Domésticos				99,90	
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0200 Equipamentos de Processamento de Dados				64,00	
4.4.90.52.40.00.00.00.03.0200 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				1.103,44	
09.01.20.606.0015.2.035 PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIA	405.000,00	0,00	405.000,00	401.799,64	3.200,36
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	400.000,00	0,00	400.000,00	399.857,66	142,34
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				218.537,12	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				1.504,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0200 Gás Engarrafado				4.650,00	
3.3.90.30.11.00.00.00.01.0200 Material Químico				172.298,08	
3.3.90.30.18.00.00.00.01.0200 Materiais e Medicamentos p/Usos Veterinários				3.403,46	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 48

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
09 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	2.223.324,31	0,00	2.223.324,31	214.674,44
09.01 Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	2.223.324,31	0,00	2.223.324,31	214.674,44
0901.20 Agricultura	2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	209.674,44
0901.20.606 Extensão Rural	2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	209.674,44
09.01.20.606.0015 EXTENSÃO RURAL	2.191.876,31	0,00	2.191.876,31	209.674,44
09.01.20.606.0015.2.035 PRODUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMAS AGROPECUÁRIOS EM MICROBACIA	405.000,00	0,00	405.000,00	3.200,36
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Bens Imóveis			1.787,90	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Veículos			6.233,68	
3.3.90.30.40.00.00.00.01.0200 Material Biológico			28.660,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			181.320,54	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0200 Serviços Técnicos Profissionais			37.047,01	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Veículos			3.385,76	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			140.887,77	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	3.058,02
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0200 Equipamentos e Material Permanente			1.941,98	
4.4.90.52.99.00.00.00.01.0200 Outros Equipamentos e Material Permanente			1.941,98	
09.01.20.606.0015.2.036 MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA				
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas			65.560,18	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo			65.560,18	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			59.742,68	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0200 Material de Limpeza e Produção de Higieneização			45.121,60	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Bens Móveis			253,12	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Veículos			6.213,31	
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0200 Ferramentas			8.078,69	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			75,96	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			5.817,50	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Veículos			3.742,50	
			2.075,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 49

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.01 Secretaria de Infraestrutura	12.839.735,57	0,00	12.839.735,57	10.584.159,41	2.255.576,16
1001.15 Urbanismo					
1001.15.451 Infra-Estrutura Urbana	11.363.320,26	0,00	11.363.320,26	9.113.571,25	2.249.749,01
10.01.15.451.0017 SERVIÇOS URBANOS	7.579.471,54	0,00	7.579.471,54	6.226.553,42	1.352.918,12
	7.579.471,54	0,00	7.579.471,54	6.226.553,42	1.352.918,12
10.01.15.451.0017.1.020 PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS P	3.490.539,60	0,00	3.490.539,60	2.196.068,87	1.294.470,73
4.4.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	200.000,00	183.040,33	16.959,67
4.4.90.00.00.00.00.01.0290 Aplicacoes Diretas	2.940.100,00	0,00	2.940.100,00	1.684.711,29	1.255.388,71
4.4.90.00.00.00.00.01.9272 Aplicacoes Diretas	245.850,00	0,00	245.850,00	223.727,65	22.122,35
4.4.90.00.00.00.00.03.9259 Aplicacoes Diretas	104.589,60	0,00	104.589,60	104.589,60	0,00
4.4.90.51.00.00.00.01.0200 Obras e Instalacoes				170.806,52	
4.4.90.51.00.00.00.01.0290 Obras e Instalacoes				1.684.711,29	
4.4.90.51.00.00.00.01.9272 Obras e Instalacoes				223.727,65	
4.4.90.51.00.00.00.03.9259 Obras e Instalacoes				48.850,20	
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0200 Obras em Andamento				25.608,81	
4.4.90.51.91.00.00.00.03.9259 Obras em Andamento				167.366,92	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0200 Obras Contratadas				48.850,20	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0290 Obras Contratadas				145.197,71	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.9272 Obras Contratadas				1.517.344,37	
4.4.90.93.00.00.00.00.01.0200 Indenizacoes e Restituicoes				223.727,65	
4.4.90.93.00.00.00.00.03.9259 Indenizacoes e Restituicoes				12.233,81	
4.4.90.93.02.00.00.00.01.0200 Restituicoes				55.739,40	
4.4.90.93.02.00.00.00.03.9259 Restituicoes				12.233,81	
10.01.15.451.0017.2.040 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	4.088.931,94	0,00	4.088.931,94	4.030.484,55	58.447,39
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00	2.558.146,56	41.853,44
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0200 Contratacao por Tempo Determinado				315.307,44	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços Temporários				315.307,44	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.708.612,08	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0200 vencimentos e salários				1.078.114,26	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0200 gratificação por exercício de funções				44.319,36	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0200 gratificação por tempo de serviço				133.873,93	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 50

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.01 Secretaria de Infraestrutura	12.839.735,57	0,00	12.839.735,57	10.584.159,41	2.255.576,16
1001.15 Urbanismo					
1001.15.451 Infra-Estrutura Urbana	11.363.320,26	0,00	11.363.320,26	9.113.571,25	2.249.749,01
10.01.15.451.0017 SERVIÇOS URBANOS	7.579.471,54	0,00	7.579.471,54	6.226.553,42	1.352.918,12
	7.579.471,54	0,00	7.579.471,54	6.226.553,42	1.352.918,12
10.01.15.451.0017.2.040 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	4.088.931,94	0,00	4.088.931,94	4.030.484,55	58.447,39
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0200 férias indenizadas				129.823,87	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0200 13º salário				141.181,48	
3.1.90.11.45.00.00.00.01.0200 férias - abono constitucional				5.743,41	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0200 férias - pagamento antecipado				141.057,90	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0200 outras despesas fixas - pessoal civil				34.497,87	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0200 Obrigações Patronais				440.254,65	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0200 Contribuições Previdenciárias - INSS				440.254,65	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				93.972,39	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				54.464,21	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0200 Serviços Extraordinários				39.508,18	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	870.000,00	0,00	870.000,00	856.697,63	13.302,37
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	613.931,94	0,00	613.931,94	610.842,34	3.089,60
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				246.337,89	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0200 Material de Consumo				152.736,28	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				55.558,09	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				18.225,22	
3.3.90.30.03.00.00.00.01.0200 Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades				801,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0200 Gás Engarrafado				2.300,94	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0200 Gás Engarrafado				4.031,40	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0200 Gêneros de Alimentação				420,83	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0200 Gêneros de Alimentação				688,33	
3.3.90.30.11.00.00.00.01.0200 Material Químico				467,50	
3.3.90.30.11.00.00.00.03.0200 Material Químico				280,50	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0200 Material de Expediente				865,83	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0200 Material de Expediente				1.030,03	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0200 Material de Processamento de Dados				2.860,28	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0200 Material de Processamento de Dados				372,24	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 51

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	11.870.877,08	2.552.640,58
10.01 Secretaria de Infraestrutura	12.839.735,57	0,00	10.584.159,41	2.255.576,16
1001.15 Urbanismo				
1001.15.451 Infra-Estrutura Urbana	11.363.320,26	0,00	9.113.571,25	2.249.749,01
10.01.15.451.0017 SERVIÇOS URBANOS	7.579.471,54	0,00	6.226.553,42	1.352.918,12
	7.579.471,54	0,00	6.226.553,42	1.352.918,12
10.01.15.451.0017.2.040 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	4.088.931,94	0,00	4.030.484,55	58.447,39
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0200 Material de Copa e Cozinha			351,83	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0200 Material de Copa e Cozinha			86,22	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0200 Material de Limpeza e Produção de Higieneização			5.045,97	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0200 Material de Limpeza e Produção de Higieneização			3.546,53	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0200 Uniformes, Tecidos e Aviamentos			5.366,65	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Bens Imóveis			4.739,80	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0200 Material para Manutenção de Bens Imóveis			251,43	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Bens Móveis			1.923,80	
3.3.90.30.25.00.00.00.03.0200 Material para Manutenção de Bens Móveis			734,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0200 Material Elétrico e Eletrônico			3.721,20	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0200 Material Elétrico e Eletrônico			3.903,38	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0200 Material de Proteção e Segurança			2.387,69	
3.3.90.30.28.00.00.00.03.0200 Material de Proteção e Segurança			2.116,75	
3.3.90.30.31.00.00.00.01.0200 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos			21.275,50	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Veículos			39.115,76	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0200 Material para Manutenção de Veículos			18.208,09	
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0200 Ferramentas			2.417,13	
3.3.90.30.42.00.00.00.03.0200 Ferramentas			1.030,14	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0200 Material de Sinalização Visual e Afins			7.378,05	
3.3.90.30.51.00.00.00.01.0200 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			69.138,36	
3.3.90.30.51.00.00.00.03.0200 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			90.044,23	
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			5.209,16	
3.3.90.30.96.00.00.00.03.0200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			1.495,74	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0200 Outros Materiais de Consumo			14.992,52	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0200 Outros Materiais de Consumo			6.692,05	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0200 Material de Distribuicao Gratuita			390,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0200 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			390,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 52

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	2.552.640,58
10.01 Secretaria de Infraestrutura	12.839.735,57	0,00	12.839.735,57	2.255.576,16
1001.15 Urbanismo				
1001.15.451 Infra-Estrutura Urbana	11.363.320,26	0,00	11.363.320,26	2.249.749,01
10.01.15.451.0017 SERVIÇOS URBANOS	7.579.471,54	0,00	7.579.471,54	1.352.918,12
	7.579.471,54	0,00	7.579.471,54	1.352.918,12
10.01.15.451.0017.2.040 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	4.088.931,94	0,00	4.088.931,94	58.447,39
3.3.90.36.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			8.178,00	
3.3.90.36.21.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conserv de Bens Móveis de Outras Nat			6.828,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			1.350,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			560.156,14	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			345.456,06	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0200 Serviços Técnicos Profissionais			12.870,96	
3.3.90.39.05.00.00.00.03.0200 Serviços Técnicos Profissionais			749,35	
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0200 Manutenção de Software			356,16	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0200 Locação de Softwares			667,85	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0200 Limpeza de Veículos			418,60	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			54.684,41	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			1.180,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.03.0200 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			525,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Veículos			12.436,32	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0200 Manutenção e Conservação de Veículos			6.300,19	
3.3.90.39.24.00.00.00.03.0200 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins			712,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0200 Fornecimento de Alimentação			11.938,40	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0200 Serviços de Energia Elétrica			113.929,32	
3.3.90.39.43.00.00.00.03.0200 Serviços de Energia Elétrica			4.065,24	
3.3.90.39.51.00.00.00.01.0200 Serviços de Análises e Pesquisas Científicas			2.037,50	
3.3.90.39.57.00.00.00.01.0200 Serviços de Processamento de Dados			179,78	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0200 Serviços de Telecomunicações			5.088,03	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0200 Serviços Gráficos e Editoriais			1.458,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0200 Serviços Gráficos e Editoriais			150,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0200 seguros em Geral			2.622,46	
3.3.90.39.72.00.00.00.01.0200 Vale-Transporte			9.640,80	
3.3.90.39.72.00.00.00.03.0200 Vale-Transporte			33.817,50	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 53

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	2.552.640,58
10.01 Secretaria de Infraestrutura	12.839.735,57	0,00	12.839.735,57	2.255.576,16
1001.15 Urbanismo				
1001.15.451 Infra-Estrutura Urbana	11.363.320,26	0,00	11.363.320,26	2.249.749,01
10.01.15.451.0017 SERVIÇOS URBANOS	7.579.471,54	0,00	7.579.471,54	1.352.918,12
	7.579.471,54	0,00	7.579.471,54	1.352.918,12
10.01.15.451.0017.2.040 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	4.088.931,94	0,00	4.088.931,94	58.447,39
3.3.90.39.75.00.00.00.03.0200 Multas e Infrações de Trânsito			102,15	
3.3.90.39.79.00.00.00.01.0200 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac			190.118,60	
3.3.90.39.79.00.00.03.0200 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac			225.286,28	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0200 Serviços de Publicidade Legal			4.000,00	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec			925,55	
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0200 Despesas de Teleprocessamento			7.155,70	
3.3.90.39.97.00.00.03.0200 Despesas de Teleprocessamento			16.983,17	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			128.447,70	
3.3.90.39.99.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			56.765,18	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentacao			40.000,00	
3.3.90.46.00.00.00.03.0200 Auxílio-Alimentacao			112.650,00	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			40.000,00	
3.3.90.46.01.00.00.03.0200 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			112.650,00	
3.3.90.47.00.00.00.01.0200 Obrigacoes Tributarias e Contributivas			1.635,60	
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0200 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			1.635,60	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	201,98
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0200 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.99.00.00.00.01.0200 Outras Obras e Instalações				
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0200 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.24.00.00.00.01.0200 Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro				
4.4.90.52.30.00.00.00.01.0200 Máquinas e Equipamentos Energéticos			460,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.01.0200 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos			185,00	
4.4.90.52.99.00.00.00.01.0200 Outros Equipamentos e Material Permanente			376,00	
1001.15.452 Serviços Urbanos	3.728.706,74	0,00	3.728.706,74	896.330,89
10.01.15.452.0017 SERVIÇOS URBANOS	3.728.706,74	0,00	3.728.706,74	896.330,89
10.01.15.452.0017.1.023 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUT	2.338.000,00	0,00	2.338.000,00	847.640,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	165.000,00	0,00	165.000,00	39.928,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 54

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional
Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.01 Secretaria de Infraestrutura	12.839.735,57	0,00	12.839.735,57	10.584.159,41	2.255.576,16
1001.15 Urbanismo					
1001.15.452 Serviços Urbanos	11.363.320,26	0,00	11.363.320,26	9.113.571,25	2.249.749,01
10.01.15.452.0017 SERVIÇOS URBANOS	3.728.706,74	0,00	3.728.706,74	2.832.375,85	896.330,89
	3.728.706,74	0,00	3.728.706,74	2.832.375,85	896.330,89
10.01.15.452.0017.1.023 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA INFRAESTRUT	2.338.000,00	0,00	2.338.000,00	1.490.360,00	847.640,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0290 Aplicacoes Diretas	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	1.192.288,00	807.712,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	173.000,00	0,00	173.000,00	173.000,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0200 Equipamentos e Material Permanente				125.072,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0290 Equipamentos e Material Permanente				1.192.288,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0200 Equipamentos e Material Permanente				173.000,00	
4.4.90.52.40.00.00.00.01.0200 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				48.600,00	
4.4.90.52.40.00.00.00.01.0290 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				687.920,00	
4.4.90.52.40.00.00.00.03.0200 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				123.380,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.01.0200 Veículos de Tração Mecânica				76.472,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.01.0290 Veículos de Tração Mecânica				504.368,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.03.0200 Veículos de Tração Mecânica				49.620,00	
10.01.15.452.0017.2.042 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.390.706,74	0,00	1.390.706,74	1.342.015,85	48.690,89
3.3.72.00.00.00.00.00.01.0200 Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	40.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00
3.3.72.00.00.00.00.00.01.0217 Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	250.000,00	0,00	250.000,00	250.000,00	0,00
3.3.72.70.00.00.00.00.01.0200 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				40.000,00	
3.3.72.70.00.00.00.00.01.0217 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				250.000,00	
3.3.72.70.01.00.00.00.00.01.0200 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				40.000,00	
3.3.72.70.01.00.00.00.00.01.0217 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				250.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0217 Aplicacoes Diretas	950.000,00	0,00	950.000,00	950.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0217 Aplicacoes Diretas	10.706,74	0,00	10.706,74	7.944,25	2.762,49
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0217 Material de Consumo				4.128,25	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0217 Material Elétrico e Eletrônico				4.128,25	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0217 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				950.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0217 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.816,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0217 Serviços de Energia Elétrica				950.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0217 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.816,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 55

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.01 Secretaria de Infraestrutura	12.839.735,57	0,00	12.839.735,57	10.584.159,41	2.255.576,16
1001.15 Urbanismo	11.363.320,26	0,00	11.363.320,26	9.113.571,25	2.249.749,01
1001.15.452 Serviços Urbanos	3.728.706,74	0,00	3.728.706,74	2.832.375,85	896.330,89
10.01.15.452.0017 SERVIÇOS URBANOS	3.728.706,74	0,00	3.728.706,74	2.832.375,85	896.330,89
10.01.15.452.0017.2.042 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.390.706,74	0,00	1.390.706,74	1.342.015,85	48.690,89
4.4.90.00.00.00.00.01.0217 Aplicacoes Diretas	140.000,00	0,00	140.000,00	94.071,60	45.928,40
4.4.90.51.00.00.00.01.0217 Obras e Instalacoes				94.071,60	
4.4.90.51.98.00.00.01.0217 Obras Contratadas				94.071,60	
1001.15.453 Transportes Coletivos Urbanos	55.141,98	0,00	55.141,98	54.641,98	500,00
10.01.15.453.0017 SERVIÇOS URBANOS	55.141,98	0,00	55.141,98	54.641,98	500,00
10.01.15.453.0017.1.019 CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE PASSAGEIROS	55.141,98	0,00	55.141,98	54.641,98	500,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0208 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.03.0208 Aplicacoes Diretas	54.641,98	0,00	54.641,98	54.641,98	0,00
4.4.90.51.00.00.00.03.0208 Obras e Instalacoes				54.641,98	
4.4.90.51.99.00.00.03.0208 Outras Obras e Instalações				54.641,98	
1001.26 Transporte	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
1001.26.782 Transporte Rodoviário	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
10.01.26.782.0018 ESTRADAS VICINAIS	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
10.01.26.782.0018.2.041 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
3.3.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	295.000,00	0,00	295.000,00	293.183,10	1.816,90
3.3.90.00.00.00.00.01.0216 Aplicacoes Diretas	34.100,00	0,00	34.100,00	33.808,30	291,70
3.3.90.00.00.00.00.01.9277 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	48.226,58	1.773,42
3.3.90.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	420.000,00	0,00	420.000,00	419.274,11	725,89
3.3.90.00.00.00.00.03.0216 Aplicacoes Diretas	16.276,17	0,00	16.276,17	16.259,47	16,70
3.3.90.30.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				126.704,48	
3.3.90.30.00.00.00.01.0216 Material de Consumo				33.808,30	
3.3.90.30.00.00.00.01.9277 Material de Consumo				48.226,58	
3.3.90.30.00.00.00.03.0200 Material de Consumo				321.912,58	
3.3.90.30.00.00.00.03.0216 Material de Consumo				16.259,47	
3.3.90.30.01.00.00.01.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				50.715,87	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 56

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.01 Secretaria de Infraestrutura	12.839.735,57	0,00	12.839.735,57	10.584.159,41	2.255.576,16
1001.26 Transporte					
1001.26.782 Transporte Rodoviário	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
10.01.26.782.0018 ESTRADAS VICINAIS	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
10.01.26.782.0018.2.041 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0216 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				33.808,30	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				109.621,81	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0216 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				16.259,47	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0200 Gás Engarrafado				2.180,94	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0200 Gás Engarrafado				427,50	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0200 Material de Copa e Cozinha				20,58	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0200 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				253,12	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0200 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				1.393,12	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Bens Móveis				932,33	
3.3.90.30.25.00.00.00.03.0200 Material para Manutenção de Bens Móveis				286,42	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0200 Material Elétrico e Eletrônico				956,79	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0200 Material Elétrico e Eletrônico				648,50	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Veículos				60.327,81	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0200 Material para Manutenção de Veículos				91.375,29	
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0200 Ferramentas				42,64	
3.3.90.30.42.00.00.00.03.0200 Ferramentas				120,00	
3.3.90.30.51.00.00.00.01.0200 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo				8.823,53	
3.3.90.30.51.00.00.00.01.9277 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo				48.226,58	
3.3.90.30.51.00.00.00.03.0200 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo				113.199,49	
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				1.447,08	
3.3.90.30.96.00.00.00.03.0200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				4.184,87	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0200 Outros Materiais de Consumo				1.024,37	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0200 Outros Materiais de Consumo				635,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				166.478,62	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				97.361,53	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0200 Limpeza de Veículos				30,70	
3.3.90.39.17.00.00.00.03.0200 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				1.209,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 57

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.01 Secretaria de Infraestrutura	12.839.735,57	0,00	12.839.735,57	10.584.159,41	2.255.576,16
1001.26 Transporte					
1001.26.782 Transporte Rodoviário	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
10.01.26.782.0018 ESTRADAS VICINAIS	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
10.01.26.782.0018.2.041 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Veículos				33.528,17	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0200 Manutenção e Conservação de Veículos				14.071,10	
3.3.90.39.24.00.00.00.03.0200 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins				375,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0200 Fomecimento de Alimentação				23.700,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.03.0200 Fomecimento de Alimentação				22.033,80	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				493,20	
3.3.90.39.96.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				1.119,72	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				108.726,55	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				58.552,91	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	13.800,38	1.199,62
4.4.90.00.00.00.00.00.01.9264 Aplicacoes Diretas	180,49	0,00	180,49	180,49	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.9265 Aplicacoes Diretas	96,91	0,00	96,91	96,91	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.9274 Aplicacoes Diretas	500.000,00	0,00	500.000,00	499.997,08	2,92
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	140.000,00	0,00	140.000,00	140.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.9264 Aplicacoes Diretas	1.422,50	0,00	1.422,50	1.422,50	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.9265 Aplicacoes Diretas	4.339,24	0,00	4.339,24	4.339,24	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0200 Obras e Instalacoes				13.800,38	
4.4.90.51.00.00.00.00.01.9274 Obras e Instalacoes				499.997,08	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0200 Obras e Instalacoes				139.220,00	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.9264 Obras e Instalacoes				1.416,20	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.9265 Obras e Instalacoes				4.336,20	
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0200 Obras em Andamento				13.800,38	
4.4.90.51.91.00.00.00.03.0200 Obras em Andamento				7.501,62	
4.4.90.51.98.00.00.00.03.0200 Obras Contratadas				131.718,38	
4.4.90.51.99.00.00.00.01.9274 Outras Obras e Instalações				499.997,08	
4.4.90.51.99.00.00.00.03.9264 Outras Obras e Instalações				1.416,20	
4.4.90.51.99.00.00.00.03.9265 Outras Obras e Instalações				4.336,20	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 58

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.01 Secretaria de Infraestrutura	12.839.735,57	0,00	12.839.735,57	10.584.159,41	2.255.576,16
1001.26 Transporte					
1001.26.782 Transporte Rodoviário	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
10.01.26.782.0018 ESTRADAS VICINAIS	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
10.01.26.782.0018.2.041 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	1.476.415,31	0,00	1.476.415,31	1.470.588,16	5.827,15
4.4.90.52.00.00.00.03.0200 Equipamentos e Material Permanente				780,00	
4.4.90.52.99.00.00.00.03.0200 Outros Equipamentos e Material Permanente				780,00	
4.4.90.93.00.00.00.00.01.9264 Indenizações e Restituições				180,49	
4.4.90.93.00.00.00.00.01.9265 Indenizações e Restituições				96,91	
4.4.90.93.00.00.00.00.03.9264 Indenizações e Restituições				6,30	
4.4.90.93.00.00.00.00.03.9265 Indenizações e Restituições				3,04	
4.4.90.93.02.00.00.00.01.9265 Restituições				180,49	
4.4.90.93.02.00.00.00.03.9264 Restituições				96,91	
4.4.90.93.02.00.00.00.03.9265 Restituições				6,30	
10.02 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06 Segurança Pública					
1002.06.181 Policiamento	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
10.02.06.181.0019 SEGURANÇA PÚBLICA	492.768,65	65.000,00	557.768,65	428.075,21	129.693,44
10.02.06.181.0019.2.043 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	492.768,65	65.000,00	557.768,65	428.075,21	129.693,44
3.3.30.00.00.00.00.00.01.0205 Transferências a Estados e ao Distrito Federal	475.768,65	65.000,00	540.768,65	418.815,19	121.953,46
3.3.30.93.00.00.00.00.01.0205 Indenizações e Restituições	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00
3.3.30.93.02.00.00.00.01.0205 Restituições				50.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0201 Aplicacoes Diretas	83.000,00	0,00	83.000,00	75.053,56	7.946,44
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0202 Aplicacoes Diretas	120.000,00	0,00	120.000,00	113.514,22	6.485,78
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0203 Aplicacoes Diretas	68.000,00	0,00	68.000,00	45.670,60	22.329,40
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0204 Aplicacoes Diretas	43.000,00	0,00	43.000,00	20.409,33	22.590,67
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0205 Aplicacoes Diretas	13.000,00	0,00	13.000,00	9.967,39	3.032,61
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0207 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0203 Aplicacoes Diretas	17.516,51	0,00	17.516,51	13.035,88	4.480,63
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0204 Aplicacoes Diretas	41.077,30	0,00	41.077,30	37.100,41	3.976,89

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 59

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.02 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06 Segurança Pública					
1002.06.181 Policiamento	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
10.02.06.181.0019 SEGURANÇA PÚBLICA	492.768,65	65.000,00	557.768,65	428.075,21	129.693,44
	492.768,65	65.000,00	557.768,65	428.075,21	129.693,44
10.02.06.181.0019.2.043 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	475.768,65	65.000,00	540.768,65	418.815,19	121.953,46
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0205 Aplicacoes Diretas	30.584,84	0,00	30.584,84	11.025,34	19.559,50
3.3.90.18.00.00.00.00.01.0204 Auxilio Financeiro a Estudantes				10.721,71	
3.3.90.18.00.00.00.00.03.0204 Auxilio Financeiro a Estudantes				31.077,30	
3.3.90.18.00.00.00.00.03.0205 Auxilio Financeiro a Estudantes				5.310,81	
3.3.90.18.99.00.00.00.01.0204 Outros Auxílios Financeiros a Estudantes				10.721,71	
3.3.90.18.99.00.00.00.03.0204 Outros Auxílios Financeiros a Estudantes				31.077,30	
3.3.90.18.99.00.00.00.03.0205 Outros Auxílios Financeiros a Estudantes				5.310,81	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0201 Material de Consumo				52.662,86	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0203 Material de Consumo				14.294,71	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0204 Material de Consumo				7.049,24	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0205 Material de Consumo				5.165,09	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0203 Material de Consumo				10.684,28	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0204 Material de Consumo				2.698,61	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0205 Material de Consumo				3.893,48	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0201 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				1.710,88	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0203 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				2.059,29	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0204 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				569,50	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0204 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				126,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0201 Gás Engarrafado				240,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0203 Gêneros de Alimentação				237,40	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0203 Gêneros de Alimentação				71,50	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0201 Material de Expediente				1.089,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0203 Material de Expediente				35,42	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0204 Material de Expediente				364,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0205 Material de Expediente				1.574,32	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0203 Material de Expediente				291,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0205 Material de Expediente				1.606,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 60

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.02 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06.181.0019 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06.181.0019.0203 Policiamento	492.768,65	65.000,00	557.768,65	428.075,21	129.693,44
10.02.06.181.0019.0203.0204 SEGURANÇA PÚBLICA	492.768,65	65.000,00	557.768,65	428.075,21	129.693,44
10.02.06.181.0019.2.043 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	475.768,65	65.000,00	540.768,65	418.815,19	121.953,46
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0201 Material de Processamento de Dados				940,05	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0203 Material de Processamento de Dados				596,02	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0204 Material de Processamento de Dados				1.567,50	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0205 Material de Processamento de Dados				1.449,10	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0203 Material de Processamento de Dados				463,26	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0204 Material de Processamento de Dados				710,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0203 Material de Copa e Cozinha				29,13	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0203 Material de Copa e Cozinha				240,00	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0203 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				843,89	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0204 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				720,30	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0203 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				29,06	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0201 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				1.470,00	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0203 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				1.055,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0201 Material para Manutenção de Bens Imóveis				2.010,03	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0203 Material para Manutenção de Bens Imóveis				96,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0204 Material para Manutenção de Bens Imóveis				355,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0205 Material para Manutenção de Bens Imóveis				523,09	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0203 Material para Manutenção de Bens Imóveis				3.971,28	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0204 Material para Manutenção de Bens Imóveis				395,11	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0205 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.737,48	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0201 Material para Manutenção de Bens Imóveis				533,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0201 Material Elétrico e Eletrônico				939,43	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0204 Material Elétrico e Eletrônico				666,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0205 Material Elétrico e Eletrônico				108,58	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0201 Material de Proteção e Segurança				75,03	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0203 Material de Proteção e Segurança				585,00	
3.3.90.30.30.00.00.00.01.0201 Material para Comunicações				162,87	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 61

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.02 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06.181 Policiamento	492.768,65	65.000,00	557.768,65	428.075,21	129.693,44
10.02.06.181.0019 SEGURANÇA PÚBLICA	492.768,65	65.000,00	557.768,65	428.075,21	129.693,44
10.02.06.181.0019.2.043 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	475.768,65	65.000,00	540.768,65	418.815,19	121.953,46
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0201 Material para Manutenção de Veículos				38.248,66	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0204 Material para Manutenção de Veículos				2.626,94	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0203 Material para Manutenção de Veículos				1.124,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0204 Material para Manutenção de Veículos				1.447,50	
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0201 Ferramentas				47,01	
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0203 Ferramentas				240,00	
3.3.90.30.42.00.00.00.03.0203 Ferramentas				39,60	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0203 Material de Sinalização Visual e Afins				5.466,40	
3.3.90.30.51.00.00.00.01.0203 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo				3.051,16	
3.3.90.30.51.00.00.00.03.0203 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo				4.454,58	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0201 Outros Materiais de Consumo				5.196,90	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0204 Outros Materiais de Consumo				180,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0205 Outros Materiais de Consumo				1.510,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0205 Outros Materiais de Consumo				20,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0202 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				550,00	
3.3.90.36.45.00.00.00.01.0202 Jetons a Conselheiros				20.476,41	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0201 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				20.476,41	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0202 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				22.390,70	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0203 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				81.127,28	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0204 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				31.375,89	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0205 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.638,38	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0203 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.802,30	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0204 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.351,60	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0205 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.324,50	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0201 Limpeza de Veículos				1.821,05	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0203 Limpeza de Veículos				1.926,80	
				153,50	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 62

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.02 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06.181 Policiamento	492.768,65	65.000,00	557.768,65	428.075,21	129.693,44
10.02.06.181.0019 SEGURANÇA PÚBLICA	492.768,65	65.000,00	557.768,65	428.075,21	129.693,44
10.02.06.181.0019.2.043 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	475.768,65	65.000,00	540.768,65	418.815,19	121.953,46
3.3.90.39.15.00.00.00.00.01.0205 Limpeza de Veículos				2.148,20	
3.3.90.39.16.00.00.00.00.01.0201 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				420,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.00.03.0204 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				120,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.00.03.0205 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				800,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.00.01.0201 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				1.550,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.00.03.0205 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				796,75	
3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0201 Manutenção e Conservação de Veículos				17.046,90	
3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0204 Manutenção e Conservação de Veículos				761,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.00.03.0203 Manutenção e Conservação de Veículos				95,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.00.03.0204 Manutenção e Conservação de Veículos				552,50	
3.3.90.39.25.00.00.00.00.01.0204 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins				600,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.00.01.0203 Serviços de Energia Elétrica				14.635,91	
3.3.90.39.46.00.00.00.00.01.0201 Serviços Domésticos				100,00	
3.3.90.39.47.00.00.00.00.01.0202 Serviços de Comunicação em Geral				34.201,60	
3.3.90.39.47.00.00.00.00.01.0203 Serviços de Comunicação em Geral				5.300,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.00.01.0203 Serviços de Seleção e Treinamento				2.800,00	
3.3.90.39.57.00.00.00.00.01.0201 Serviços de Processamento de Dados				240,00	
3.3.90.39.57.00.00.00.00.01.0205 Serviços de Processamento de Dados				65,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.00.01.0203 Serviços de Telecomunicações				1.504,27	
3.3.90.39.63.00.00.00.00.01.0205 Serviços Gráficos e Editoriais				220,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.00.03.0203 Serviços Gráficos e Editoriais				2.181,60	
3.3.90.39.69.00.00.00.00.01.0203 seguros em Geral				108,04	
3.3.90.39.79.00.00.00.00.01.0204 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac				541,04	
3.3.90.39.79.00.00.00.00.03.0205 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac				64,30	
3.3.90.39.81.00.00.00.00.01.0202 Serviços Bancários				6.625,55	
3.3.90.39.81.00.00.00.00.01.0203 Serviços Bancários				227,55	
3.3.90.39.81.00.00.00.00.01.0204 Serviços Bancários				188,15	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 63

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	2.552.640,58
10.02 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	297.064,42
1002.06 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	297.064,42
1002.06.181 Policiamento	492.768,65	65.000,00	557.768,65	129.693,44
10.02.06.181.0019 SEGURANÇA PÚBLICA	492.768,65	65.000,00	557.768,65	129.693,44
10.02.06.181.0019.2.043 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	475.768,65	65.000,00	540.768,65	121.953,46
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0205 Serviços Bancários			11.870.877,08	135,20
3.3.90.39.88.00.00.00.01.0203 Serviços de Publicidade e Propaganda			1.286.717,67	525,00
3.3.90.39.95.00.00.00.01.0201 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados			185,00	185,00
3.3.90.39.95.00.00.00.01.0203 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados			50,00	50,00
3.3.90.39.95.00.00.00.01.0205 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados			587,00	587,00
3.3.90.39.95.00.00.00.03.0205 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados			160,00	160,00
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0203 Despesas de Teleprocessamento			979,30	979,30
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0205 Despesas de Teleprocessamento			1.646,90	1.646,90
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0201 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			922,00	922,00
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0202 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			40.300,13	40.300,13
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0203 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			5.092,32	5.092,32
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0204 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			548,19	548,19
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0203 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			75,00	75,00
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0204 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.652,00	2.652,00
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0202 Auxílio-Alimentação			7.815,32	7.815,32
3.3.90.46.01.00.00.00.00.01.0202 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			7.815,32	7.815,32
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0202 Obrigações Tributárias e Contributivas			4.095,21	4.095,21
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0201 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			4.095,21	4.095,21
4.4.30.00.00.00.00.00.01.0201 Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	15.000,00	13.151,28	1.848,72
4.4.30.41.00.00.00.00.01.0201 Contribuicoes			13.151,28	13.151,28
4.4.30.41.99.00.00.00.01.0201 Outras Contribuições			13.151,28	13.151,28
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0201 Aplicacoes Diretas	7.000,00	0,00	5.940,69	1.059,31
4.4.90.00.00.00.00.01.0203 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	5.150,00	4.850,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0204 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0207 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.03.0203 Aplicacoes Diretas	590,00	0,00	590,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.03.0204 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	8.752,00	11.248,00

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA					
10.02 Segurança Pública					
1002.06 Segurança Pública					
1002.06.181 Policiamento					
10.02.06.181.0019 SEGURANÇA PÚBLICA					
10.02.06.181.0019.2.043 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA					
4.4.90.00.00.00.00.03.0205 Aplicacoes Diretas	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0201 Equipamentos e Material Permanente	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0203 Equipamentos e Material Permanente	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0203 Equipamentos e Material Permanente	492.768,65	65.000,00	557.768,65	428.075,21	129.693,44
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0204 Equipamentos e Material Permanente	492.768,65	65.000,00	557.768,65	428.075,21	129.693,44
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0204 Equipamentos e Material Permanente	475.768,65	65.000,00	540.768,65	418.815,19	121.953,46
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0204 Aparelhos e Utensílios Domésticos	10.000,00	0,00	10.000,00	9.454,49	545,51
4.4.90.52.30.00.00.00.01.0201 Máquinas e Equipamentos Energéticos				5.940,69	
4.4.90.52.30.00.00.00.03.0205 Máquinas e Equipamentos Energéticos				5.150,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.03.0203 Equipamentos Para Audio, Video e Foto				590,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.01.0203 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				8.752,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.03.0204 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				9.454,49	
4.4.90.52.34.00.00.00.03.0205 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				2.080,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0201 Equipamentos de Processamento de Dados				797,80	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0203 Equipamentos de Processamento de Dados				30,60	
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0204 Equipamentos de Processamento de Dados				590,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0205 Equipamentos de Processamento de Dados				3.500,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0201 Mobiliário em Geral				3.500,00	
10.02.06.181.0019.2.045 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETR				3.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	17.000,00	0,00	17.000,00	9.260,02	7.739,98
3.3.90.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	2.338,42	2.661,58
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	10.000,00	6.921,60	3.078,40
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0200 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.338,42	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0200 Servicos de Energia Elétrica				6.921,60	
3.3.90.39.97.00.00.00.03.0200 Despesas de Teleprocessamento				2.338,42	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	6.921,60	2.000,00

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 65

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.02 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06.182 Defesa Civil	1.026.013,44	0,00	1.026.013,44	858.642,46	167.370,98
10.02.06.182.0019 SEGURANÇA PÚBLICA	1.026.013,44	0,00	1.026.013,44	858.642,46	167.370,98
10.02.06.182.0019.2.044 MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	753.013,44	0,00	753.013,44	607.265,47	145.747,97
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0700 Aplicacoes Diretas	212.000,00	0,00	212.000,00	100.087,40	111.912,60
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0700 Aplicacoes Diretas	126.561,25	0,00	126.561,25	124.915,07	1.646,18
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0700 Material de Consumo				72.706,44	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0700 Material de Consumo				106.087,93	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0700 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				2.701,62	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0700 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				45.458,50	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0700 Gás Engarrafado				270,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0700 Gêneros de Alimentação				27.452,68	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0700 Gêneros de Alimentação				19.616,44	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0700 Material de Expediente				236,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0700 Material de Expediente				997,89	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0700 Material de Processamento de Dados				689,96	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0700 Material de Processamento de Dados				417,09	
3.3.90.30.19.00.00.00.01.0700 Material de Acondicionamento e Embalagem				43,20	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0700 Material de Copa e Cozinha				262,82	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0700 Material de Copa e Cozinha				150,14	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0700 Material de Limpeza e Produção de Higienização				2.070,99	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0700 Material de Limpeza e Produção de Higienização				3.513,15	
3.3.90.30.23.00.00.00.03.0700 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				1.540,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0700 Material para Manutenção de Bens Imóveis				5.287,81	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0700 Material para Manutenção de Bens Imóveis				11.566,67	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0700 Material para Manutenção de Bens Móveis				440,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0700 Material Elétrico e Eletrônico				834,40	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0700 Material Elétrico e Eletrônico				1.956,72	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0700 Material de Proteção e Segurança				10.450,00	
3.3.90.30.28.00.00.00.03.0700 Material de Proteção e Segurança				2.040,00	
3.3.90.30.30.00.00.00.03.0700 Material para Comunicações				2.390,66	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 66

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.02 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06.182 Defesa Civil	1.026.013,44	0,00	1.026.013,44	858.642,46	167.370,98
10.02.06.182.0019 SEGURANÇA PÚBLICA	1.026.013,44	0,00	1.026.013,44	858.642,46	167.370,98
10.02.06.182.0019.2.044 MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	753.013,44	0,00	753.013,44	607.265,47	145.747,97
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0700 Material Hospitalar				11.073,98	
3.3.90.30.36.00.00.00.03.0700 Material Hospitalar				3.725,93	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0700 Material para Manutenção de Veículos				4.352,50	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0700 Material para Manutenção de Veículos				12.144,94	
3.3.90.30.50.00.00.00.01.0700 Bandejas, Flâmulas e Insignias				914,00	
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0700 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				1.990,48	
3.3.90.30.96.00.00.00.03.0700 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				549,80	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0700 Outros Materiais de Consumo				3.636,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0700 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				136,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.03.0700 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				4.249,92	
3.3.90.36.18.00.00.00.01.0700 Manutenção e Conservação de Equipamentos				136,00	
3.3.90.36.18.00.00.00.03.0700 Manutenção e Conservação de Equipamentos				4.249,92	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0700 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				26.991,12	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0700 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				14.597,22	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0700 Limpeza de Veículos				1.683,95	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0700 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				1.350,70	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0700 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				4.085,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.03.0700 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				5.284,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0700 Manutenção e Conservação de Veículos				6.309,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0700 Manutenção e Conservação de Veículos				2.420,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0700 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				1.596,00	
3.3.90.39.24.00.00.00.01.0700 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins				2.135,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0700 Serviços Gráficos e Editoriais				798,50	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0700 Serviços Gráficos e Editoriais				825,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0700 seguros em Geral				974,42	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0700 Serviços Bancários				3.707,14	
3.3.90.39.81.00.00.00.03.0700 Serviços Bancários				873,87	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 67

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.02 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06.182 Defesa Civil	1.026.013,44	0,00	1.026.013,44	858.642,46	167.370,98
10.02.06.182.0019 SEGURANÇA PÚBLICA	1.026.013,44	0,00	1.026.013,44	858.642,46	167.370,98
10.02.06.182.0019.2.044 MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	753.013,44	0,00	753.013,44	607.265,47	145.747,97
3.3.90.39.95.00.00.00.01.0700 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				180,00	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0700 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				1.483,75	
3.3.90.39.96.00.00.00.03.0700 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				518,00	
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0700 Despesas de Teleprocessamento				886,50	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0700 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.886,16	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0700 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				591,35	
3.3.90.93.00.00.00.00.01.0700 Indenizações e Restituições				253,84	
3.3.90.93.02.00.00.00.01.0700 Restituições				253,84	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0700 Aplicacoes Diretas					
4.4.90.00.00.00.00.03.0700 Aplicacoes Diretas	260.000,00	0,00	260.000,00	227.810,81	32.189,19
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0700 Obras e Instalacoes	154.452,19	0,00	154.452,19	154.452,19	0,00
4.4.90.51.00.00.00.03.0700 Obras e Instalacoes				6.411,71	
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0700 Obras em Andamento				58.490,85	
4.4.90.51.91.00.00.00.03.0700 Obras em Andamento				6.411,71	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0700 Equipamentos e Material Permanente				58.490,85	
4.4.90.52.00.00.00.03.0700 Equipamentos e Material Permanente				221.399,10	
4.4.90.52.06.00.00.00.03.0700 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				95.961,34	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0700 Aparelhos e Utensílios Domésticos				4.504,65	
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0700 Aparelhos e Utensílios Domésticos				90,00	
4.4.90.52.30.00.00.00.03.0700 Máquinas e Equipamentos Energéticos				7.361,72	
4.4.90.52.34.00.00.00.01.0700 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				1.104,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0700 Equipamentos de Processamento de Dados				12.243,10	
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0700 Equipamentos de Processamento de Dados				2.266,00	
4.4.90.52.38.00.00.00.03.0700 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina				7.749,97	
4.4.90.52.42.00.00.00.03.0700 Mobiliário em Geral				13.000,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.01.0700 Veiculos de Tração Mecânica				20.741,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.03.0700 Veiculos de Tração Mecânica				206.800,00	
				41.500,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 68

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	14.358.517,66	65.000,00	14.423.517,66	11.870.877,08	2.552.640,58
10.02 Segurança Pública	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
1002.06 Segurança Pública					
1002.06.182 Defesa Civil	1.518.782,09	65.000,00	1.583.782,09	1.286.717,67	297.064,42
10.02.06.182.0019 SEGURANÇA PÚBLICA	1.026.013,44	0,00	1.026.013,44	858.642,46	167.370,98
	1.026.013,44	0,00	1.026.013,44	858.642,46	167.370,98
10.02.06.182.0019.2.057 COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC	273.000,00	0,00	273.000,00	251.376,99	21.623,01
3.3.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	212.000,00	0,00	212.000,00	191.376,99	20.623,01
3.3.90.00.00.00.00.01.0220 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				14.399,25	
3.3.90.30.00.00.00.01.0220 Material de Consumo				60.000,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0200 Gás Engarrafado				400,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0200 Gêneros de Alimentação				965,75	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Bens Imóveis				9.438,50	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0220 Material para Manutenção de Bens Imóveis				60.000,00	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0200 Material de Proteção e Segurança				3.595,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0200 Material de Distribuição Gratuita				71.430,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0200 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				71.430,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				105.547,74	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				5.643,85	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0200 Fornecimento de Alimentação				2.664,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				97.239,89	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	2.103.249,90	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08 Assistência Social					
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
11.01.08.244.0020 ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	1.458.239,22	100.132,22
11.01.08.244.0020.2.046 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	1.458.239,22	100.132,22
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0518 Aplicacoes Diretas	700.000,00	0,00	700.000,00	699.781,13	218,87
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0200 Contratacao por Tempo Determinado	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços Temporários				144.700,42	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 69

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	376.496,39
1101.08 Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	376.496,39
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	376.496,39
11.01.08.244.0020 ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	100.132,22
11.01.08.244.0020.2.046 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	100.132,22
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			437.865,34	
3.1.90.11.01.00.00.00.00.01.0200 vencimentos e salários			274.119,91	
3.1.90.11.33.00.00.00.00.01.0200 gratificação por exercício de funções			4.541,63	
3.1.90.11.37.00.00.00.00.01.0200 gratificação por tempo de serviço			31.532,67	
3.1.90.11.42.00.00.00.00.01.0200 férias indenizadas			17.404,00	
3.1.90.11.43.00.00.00.00.01.0200 13º salário			51.770,98	
3.1.90.11.46.00.00.00.00.01.0200 férias - pagamento antecipado			49.834,96	
3.1.90.11.99.00.00.00.00.01.0200 outras despesas fixas - pessoal civil			8.661,19	
3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0200 Obrigações Patronais			116.172,54	
3.1.90.13.02.00.00.00.00.01.0200 Contribuições Previdenciárias - INSS			116.172,54	
3.1.90.16.00.00.00.00.00.01.0200 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			1.042,83	
3.1.90.16.44.00.00.00.00.01.0200 Serviços Extraordinários			1.042,83	
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0200 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	244.501,51	0,00	244.501,51	0,00
3.3.50.41.00.00.00.00.00.01.0200 Contribuições			244.501,51	
3.3.50.41.99.00.00.00.00.01.0200 Outras Contribuições			244.501,51	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	288.498,49	0,00	288.498,49	15.040,08
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0507 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	1.486,76
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0512 Aplicacoes Diretas	15.100,00	0,00	15.100,00	15.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0516 Aplicacoes Diretas	15.100,00	0,00	15.100,00	10.565,60
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0517 Aplicacoes Diretas	5.280,00	0,00	5.280,00	5.280,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0518 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	90.000,00	0,00	90.000,00	2.624,60
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0507 Aplicacoes Diretas	30.554,17	0,00	30.554,17	549,94
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0512 Aplicacoes Diretas	1.065,13	0,00	1.065,13	19,06
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0516 Aplicacoes Diretas	11.556,76	0,00	11.556,76	4.005,62
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0517 Aplicacoes Diretas	3.002,41	0,00	3.002,41	619,03
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0518 Aplicacoes Diretas	1.620,45	0,00	1.620,45	1.620,45

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 70

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	2.103.249,90	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08 Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
11.01.08.244.0020 ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	1.458.239,22	100.132,22
11.01.08.244.0020.2.046 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	1.458.239,22	100.132,22
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0200 Diárias - Civil				2.503,61	
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0200 Diárias - Civil				3.849,30	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0200 Diárias no País - Civil				2.503,61	
3.3.90.14.14.00.00.00.03.0200 Diárias no País - Civil				3.849,30	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				15.939,45	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0507 Material de Consumo				22.304,95	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0200 Material de Consumo				10.888,80	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0507 Material de Consumo				27.653,87	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0512 Material de Consumo				1.046,07	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0517 Material de Consumo				1.220,98	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				655,53	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0507 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				659,80	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.03.0200 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				1.006,07	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.03.0507 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				16.890,00	
3.3.90.30.03.00.00.00.00.03.0200 Combustíveis e Lub. p/Outras Finalidades				45,16	
3.3.90.30.04.00.00.00.00.03.0507 Gás Engarrafado				1.519,10	
3.3.90.30.07.00.00.00.00.01.0507 Gêneros de Alimentação				565,20	
3.3.90.30.07.00.00.00.00.03.0200 Gêneros de Alimentação				8.255,59	
3.3.90.30.07.00.00.00.00.03.0507 Gêneros de Alimentação				352,20	
3.3.90.30.16.00.00.00.00.01.0507 Material de Expediente				2.415,27	
3.3.90.30.16.00.00.00.00.03.0507 Material de Expediente				377,45	
3.3.90.30.17.00.00.00.00.01.0200 Material de Processamento de Dados				367,44	
3.3.90.30.17.00.00.00.00.01.0507 Material de Processamento de Dados				5.292,95	
3.3.90.30.17.00.00.00.00.03.0200 Material de Processamento de Dados				65,66	
3.3.90.30.17.00.00.00.00.03.0507 Material de Processamento de Dados				1.960,39	
3.3.90.30.21.00.00.00.00.01.0507 Material de Copa e Cozinha				403,62	
3.3.90.30.21.00.00.00.00.03.0517 Material de Copa e Cozinha				659,66	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 71

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	376.496,39
1101.08 Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	376.496,39
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	376.496,39
11.01.08.244.0020 ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	100.132,22
11.01.08.244.0020.2.046 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	100.132,22
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0200 Material de Limpeza e Produção de Higienização			995,29	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0507 Material de Limpeza e Produção de Higienização			4.486,66	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0200 Material de Limpeza e Produção de Higienização			1.240,92	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0507 Material de Limpeza e Produção de Higienização			1.873,18	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0517 Material de Limpeza e Produção de Higienização			161,32	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Bens Imóveis			10.469,14	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0200 Material para Manutenção de Bens Imóveis			275,40	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0507 Material Elétrico e Eletrônico			2.068,24	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0507 Material para Manutenção de Veículos			1.842,25	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0507 Material para Manutenção de Veículos			825,50	
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			225,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0507 Outros Materiais de Consumo			400,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0507 Outros Materiais de Consumo			3.452,05	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0512 Outros Materiais de Consumo			5.813,70	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0200 Material de Distribuicao Gratuita			2.388,31	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0516 Material de Distribuicao Gratuita			1.046,07	
3.3.90.32.00.00.00.00.03.0200 Material de Distribuicao Gratuita			87.477,48	
3.3.90.32.00.00.00.00.03.0516 Material de Distribuicao Gratuita			4.534,40	
3.3.90.32.03.00.00.00.01.0200 Gêneros Alimentícios			30.419,48	
3.3.90.32.03.00.00.00.01.0516 Gêneros Alimentícios			7.551,14	
3.3.90.32.03.00.00.00.03.0200 Gêneros Alimentícios			23.353,06	
3.3.90.32.03.00.00.00.03.0516 Gêneros Alimentícios			4.534,40	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0200 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			15.254,60	
3.3.90.32.99.00.00.00.03.0200 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			6.532,34	
3.3.90.32.99.00.00.00.03.0516 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			64.124,42	
			15.164,88	
			1.018,80	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 72

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	2.103.249,90	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08 Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
11.01.08.244.0020 ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	1.458.239,22	100.132,22
11.01.08.244.0020.2.046 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	1.458.239,22	100.132,22
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0200 Passagens e Despesas com Locomoção				3.182,06	
3.3.90.33.99.00.00.00.01.0200 Outras Despesas com Locomoção				3.182,06	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				126.383,17	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0507 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				16.208,29	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				31.217,82	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0507 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.350,36	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0517 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.162,40	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0200 Serviços Técnicos Profissionais				223,11	
3.3.90.39.05.00.00.00.03.0200 Serviços Técnicos Profissionais				446,22	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0200 Locação de Softwares				6.000,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0200 Limpeza de Veículos				711,30	
3.3.90.39.15.00.00.00.03.0517 Limpeza de Veículos				602,40	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0200 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				13.804,96	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0507 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				11.318,04	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0200 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				3.250,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0507 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				1.849,20	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0507 Manutenção e Conservação de Veículos				327,50	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0507 Manutenção e Conservação de Veículos				307,50	
3.3.90.39.41.00.00.00.03.0200 Fornecimento de Alimentação				1.029,20	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0200 Serviços de Energia Elétrica				14.768,18	
3.3.90.39.47.00.00.00.01.0200 Serviços de Comunicação em Geral				300,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0507 Serviços de Seleção e Treinamento				2.500,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.03.0517 Serviços de Seleção e Treinamento				560,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0200 Serviços de Telecomunicações				4.324,12	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0507 Serviços Gráficos e Editoriais				153,05	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0507 Serviços Gráficos e Editoriais				158,45	
3.3.90.39.67.00.00.00.01.0200 Serviços Funerários				32.458,40	

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL					
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	2.103.249,90	407.294,26
	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08 Assistência Social					
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
11.01.08.244.0020 ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	1.458.239,22	100.132,22
11.01.08.244.0020.2.046 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	1.458.239,22	100.132,22
3.3.90.39.67.00.00.00.03.0200 Serviços Funerários				20.000,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0200 seguros em Geral				648,24	
3.3.90.39.72.00.00.00.01.0200 Vale-Transporte				4.710,60	
3.3.90.39.74.00.00.00.01.0507 Fretes e Transportes de Encomendas				1.438,20	
3.3.90.39.74.00.00.00.03.0200 Fretes e Transportes de Encomendas				5.011,20	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0200 Multas e Infrações de Trânsito				102,16	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0200 Serviços Bancários				800,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.03.0507 Serviços Bancários				23,55	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				2.195,81	
3.3.90.39.96.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				1.255,00	
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0200 Despesas de Teleprocessamento				9.981,81	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				35.354,48	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0507 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				471,50	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0507 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				226,20	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentacao				11,66	
3.3.90.46.00.00.00.03.0200 Auxílio-Alimentacao				37.972,64	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				11.000,00	
3.3.90.46.01.00.00.00.03.0200 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				37.972,64	
4.4.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	22.000,00	0,00	22.000,00	11.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.01.0507 Aplicacoes Diretas	5.500,00	0,00	5.500,00	21.487,54	512,46
4.4.90.00.00.00.00.01.0513 Aplicacoes Diretas	5.100,00	0,00	5.100,00	0,00	5.500,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0517 Aplicacoes Diretas	2.420,00	0,00	2.420,00	697,39	4.402,61
4.4.90.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	2.420,00
4.4.90.00.00.00.00.03.0507 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	29.455,37	544,63
4.4.90.00.00.00.00.03.0513 Aplicacoes Diretas	11.072,52	0,00	11.072,52	6.377,49	3.622,51
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0200 Obras e Instalacoes				11.072,52	0,00
				21.487,54	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 74

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	376.496,39
1101.08 Assistência Social				
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	376.496,39
11.01.08.244.0020 ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	100.132,22
11.01.08.244.0020.2.046 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.558.371,44	0,00	1.558.371,44	100.132,22
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0513 Obras e Instalações			98,51	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0200 Obras e Instalações			27.600,42	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0513 Obras e Instalações			11.072,52	
4.4.90.51.07.00.00.00.01.0200 Reforma			21.487,54	
4.4.90.51.07.00.00.00.01.0513 Reforma			98,51	
4.4.90.51.07.00.00.00.03.0200 Reforma			8.801,67	
4.4.90.51.07.00.00.00.03.0513 Reforma			11.072,52	
4.4.90.51.98.00.00.00.03.0200 Obras Contratadas			18.798,75	
4.4.90.52.00.00.00.01.0513 Equipamentos e Material Permanente			598,88	
4.4.90.52.00.00.00.03.0200 Equipamentos e Material Permanente			1.854,95	
4.4.90.52.00.00.00.03.0507 Equipamentos e Material Permanente			6.377,49	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0513 Aparelhos e Utensílios Domésticos			598,88	
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0200 Aparelhos e Utensílios Domésticos			1.557,16	
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0507 Aparelhos e Utensílios Domésticos			2.835,09	
4.4.90.52.24.00.00.00.03.0507 Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro			1.935,45	
4.4.90.52.33.00.00.00.03.0200 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			297,79	
4.4.90.52.33.00.00.00.03.0507 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			706,95	
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0507 Equipamentos de Processamento de Dados			900,00	
11.01.08.244.0021 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	509.697,29	0,00	509.697,29	146.092,29
11.01.08.244.0021.2.047 MANUTENÇÃO DO CRAS	509.697,29	0,00	509.697,29	146.092,29
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	150.000,00	0,00	149.525,82	474,18
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0509 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	13.776,51	46.223,49
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0509 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0514 Aplicacoes Diretas	18.403,63	0,00	18.403,63	0,00
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0200 Contratacao por Tempo Determinado			24.795,12	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0509 Contratacao por Tempo Determinado			3.012,14	
3.1.90.04.00.00.00.00.03.0509 Contratacao por Tempo Determinado			3.012,14	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 75

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	2.103.249,90	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08 Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
11.01.08.244.0021 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	509.697,29	0,00	509.697,29	363.605,00	146.092,29
11.01.08.244.0021.2.047 MANUTENÇÃO DO CRAS	509.697,29	0,00	509.697,29	363.605,00	146.092,29
3.1.90.04.00.00.00.00.03.0514 Contratacao por Tempo Determinado				3.012,14	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços Temporários				24.795,12	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0509 Outros Serviços Temporários				3.012,14	
3.1.90.04.99.00.00.00.03.0509 Outros Serviços Temporários				3.012,14	
3.1.90.04.99.00.00.00.03.0514 Outros Serviços Temporários				3.012,14	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				86.608,10	
3.1.90.11.00.00.00.01.0509 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				10.764,37	
3.1.90.11.00.00.00.03.0509 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				16.987,86	
3.1.90.11.00.00.00.03.0514 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				12.983,26	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0200 vencimentos e salários				62.616,85	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0509 vencimentos e salários				9.516,07	
3.1.90.11.01.00.00.00.03.0509 vencimentos e salários				12.289,56	
3.1.90.11.01.00.00.00.03.0514 vencimentos e salários				6.144,78	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0200 gratificação por exercício de funções				1.719,93	
3.1.90.11.33.00.00.00.03.0509 gratificação por exercício de funções				185,94	
3.1.90.11.33.00.00.00.03.0514 gratificação por exercício de funções				302,52	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0200 gratificação por tempo de serviço				7.527,08	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0509 gratificação por tempo de serviço				1.248,30	
3.1.90.11.37.00.00.00.03.0509 gratificação por tempo de serviço				1.204,82	
3.1.90.11.37.00.00.00.03.0514 gratificação por tempo de serviço				1.491,41	
3.1.90.11.42.00.00.00.03.0514 férias indenizadas				3.363,56	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0200 férias - pagamento antecipado				2.983,49	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0200 outras despesas fixas - pessoal civil				11.760,75	
3.1.90.11.99.00.00.00.03.0509 outras despesas fixas - pessoal civil				3.307,54	
3.1.90.11.99.00.00.00.03.0514 outras despesas fixas - pessoal civil				1.680,99	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0200 Obrigacoes Patronais				38.122,60	
3.1.90.13.00.00.00.00.03.0514 Obrigacoes Patronais				2.408,23	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 76

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL					
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	2.103.249,90	407.294,26
	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08 Assistência Social					
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
11.01.08.244.0021 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
	509.697,29	0,00	509.697,29	363.605,00	146.092,29
11.01.08.244.0021.2.047 MANUTENÇÃO DO CRAS	509.697,29	0,00	509.697,29	363.605,00	146.092,29
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0200 Contribuições Previdenciárias - INSS				38.122,60	
3.1.90.13.02.00.00.00.03.0514 Contribuições Previdenciárias - INSS				2.408,23	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas				11.996,71	8.003,29
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0509 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.01.0514 Aplicacoes Diretas	41.000,00	0,00	41.000,00	7.705,18	33.294,82
3.3.90.00.00.00.00.03.0509 Aplicacoes Diretas	105.000,00	0,00	105.000,00	64.691,43	40.308,57
3.3.90.00.00.00.00.03.0510 Aplicacoes Diretas	14.279,43	0,00	14.279,43	14.275,65	3,78
3.3.90.00.00.00.00.03.0514 Aplicacoes Diretas	107,39	0,00	107,39	0,00	107,39
3.3.90.00.00.00.00.03.0523 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	29.491,50	508,50
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo	13.495,09	0,00	13.495,09	700,00	12.795,09
3.3.90.30.00.00.00.01.0514 Material de Consumo				293,26	
3.3.90.30.00.00.00.03.0509 Material de Consumo				60.178,42	
3.3.90.30.00.00.00.03.0514 Material de Consumo				14.275,65	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0514 Gás Engarrafado				12.053,27	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0514 Gás Engarrafado				2.772,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0514 Gêneros de Alimentação				378,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0509 Gêneros de Alimentação				48.239,55	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0514 Gêneros de Alimentação				8.091,27	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0514 Material de Copa e Cozinha				11.108,99	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0509 Material de Copa e Cozinha				843,28	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0514 Material de Copa e Cozinha				1.918,54	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0514 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				566,28	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0200 Material para Manutenção de Bens Imóveis				2.975,70	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0514 Material para Manutenção de Bens Imóveis				293,26	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0509 Material para Manutenção de Bens Imóveis				451,18	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0514 Material para Manutenção de Veículos				158,88	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0509 Material para Manutenção de Veículos				370,00	
				799,96	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 77

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	2.103.249,90	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08 Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
11.01.08.244.0021 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	509.697,29	0,00	509.697,29	363.605,00	146.092,29
11.01.08.244.0021.2.047 MANUTENÇÃO DO CRAS	509.697,29	0,00	509.697,29	363.605,00	146.092,29
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0514 Outros Materiais de Consumo				4.526,71	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0509 Outros Materiais de Consumo				3.307,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0200 Material de Distribuição Gratuita				1.874,70	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0509 Material de Distribuição Gratuita				3.185,29	
3.3.90.32.00.00.00.01.0514 Material de Distribuição Gratuita				3.237,51	
3.3.90.32.00.00.00.03.0514 Material de Distribuição Gratuita				438,23	
3.3.90.32.03.00.00.00.03.0514 Gêneros Alimentícios				438,23	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0200 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				1.874,70	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0509 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				3.185,29	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0514 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				3.237,51	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.937,31	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0509 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				59,45	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0514 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.275,50	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0514 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				17.000,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0514 Manutenção e Conservação de Veículos				700,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.03.0523 Serviços de Seleção e Treinamento				303,00	
3.3.90.39.59.00.00.00.03.0514 Serviços de Audio, Vídeo e Foto				700,00	
3.3.90.39.77.00.00.00.01.0514 Vigilância Ostensiva/Monitorada				17.000,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0509 Serviços Bancários				547,50	
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0200 Despesas de Teleprocessamento				59,45	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.144,21	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0514 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.793,10	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação				425,00	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0509 Auxílio-Alimentação				5.891,44	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				4.460,44	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0509 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				5.891,44	
				4.460,44	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 78

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	376.496,39
1101.08 Assistência Social				
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	376.496,39
11.01.08.244.0021 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	509.697,29	0,00	509.697,29	146.092,29
11.01.08.244.0021.2.047 MANUTENÇÃO DO CRAS	509.697,29	0,00	509.697,29	146.092,29
4.4.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	4.048,40
4.4.90.00.00.00.00.01.0524 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	307,42
4.4.90.00.00.00.00.03.0523 Aplicacoes Diretas	7.488,54	0,00	7.488,54	0,00
4.4.90.00.00.00.00.03.0524 Aplicacoes Diretas	23.923,21	0,00	23.923,21	17,36
4.4.90.51.00.00.00.03.0523 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.00.00.00.03.0524 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.07.00.00.03.0523 Reforma				
4.4.90.51.07.00.00.03.0524 Reforma				
4.4.90.52.00.00.00.01.0200 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.01.0524 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.03.0523 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.03.0524 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.12.00.00.01.0200 Aparelhos e Utensilios Domésticos				
4.4.90.52.12.00.00.01.0524 Aparelhos e Utensilios Domésticos				
4.4.90.52.12.00.00.03.0523 Aparelhos e Utensilios Domésticos				
4.4.90.52.12.00.00.03.0524 Aparelhos e Utensilios Domésticos				
4.4.90.52.30.00.00.01.0200 Máquinas e Equipamentos Energéticos				
4.4.90.52.33.00.00.03.0524 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				
4.4.90.52.35.00.00.03.0524 Equipamentos de Processamento de Dados				
4.4.90.52.42.00.00.03.0524 Mobiliário em Geral				
11.01.08.244.0022 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA	399.534,08	0,00	399.534,08	130.271,88
11.01.08.244.0022.2.048 MANUTENÇÃO DO CREAS				
3.1.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	399.534,08	0,00	399.534,08	130.271,88
3.1.90.00.00.00.00.01.0511 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	8.279,31
3.1.90.04.00.00.00.01.0200 Contratacao por Tempo Determinado	45.000,00	0,00	45.000,00	17.259,79
3.1.90.04.99.00.00.01.0200 Outros Serviços Temporários				
3.1.90.11.00.00.00.01.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 79

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	2.103.249,90	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08 Assistência Social					
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
11.01.08.244.0022 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
11.01.08.244.0022.2.048 MANUTENÇÃO DO CREAS	399.534,08	0,00	399.534,08	269.262,20	130.271,88
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0511 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	399.534,08	0,00	399.534,08	269.262,20	130.271,88
3.1.90.11.01.00.00.00.00.01.0200 Vencimentos e salários				25.433,33	
3.1.90.11.01.00.00.00.00.01.0511 Vencimentos e salários				34.749,32	
3.1.90.11.37.00.00.00.00.01.0200 gratificação por tempo de serviço				19.413,29	
3.1.90.11.37.00.00.00.00.01.0511 gratificação por tempo de serviço				2.935,46	
3.1.90.11.42.00.00.00.00.01.0511 férias indenizadas				2.319,31	
3.1.90.11.43.00.00.00.00.01.0200 13º salário				1.388,92	
3.1.90.11.43.00.00.00.00.01.0511 13º salário				3.705,24	
3.1.90.11.45.00.00.00.00.01.0200 férias - abono constitucional				625,02	
3.1.90.11.46.00.00.00.00.01.0200 férias - pagamento antecipado				2.854,97	
3.1.90.11.99.00.00.00.00.01.0200 outras despesas fixas - pessoal civil				8.564,95	
3.1.90.11.99.00.00.00.00.01.0511 outras despesas fixas - pessoal civil				1.180,37	
3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0200 Obrigacoes Patronais				1.686,79	
3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0511 Obrigacoes Patronais				18.327,72	
3.1.90.13.02.00.00.00.00.01.0200 Contribuições Previdenciárias - INSS				2.306,88	
3.1.90.13.02.00.00.00.00.01.0511 Contribuições Previdenciárias - INSS				18.327,72	
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0200 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	17.947,91	0,00	17.947,91	17.947,91	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0505 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	21.500,00	0,00	21.500,00	3.552,09	17.947,91
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0511 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	18.000,00	0,00	18.000,00	16.866,64	1.133,36
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0511 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	8.998,30	0,00	8.998,30	8.998,30	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00.00.03.0511 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	10.000,00	0,00	10.000,00	8.433,36	1.566,64
3.3.50.41.00.00.00.00.00.01.0200 Contribuicoes				17.947,91	
3.3.50.41.00.00.00.00.00.01.0505 Contribuicoes				3.552,09	
3.3.50.41.00.00.00.00.00.01.0511 Contribuicoes				16.866,64	
3.3.50.41.00.00.00.00.00.03.0505 Contribuicoes				8.998,30	
3.3.50.41.00.00.00.00.00.03.0511 Contribuicoes				8.433,36	
3.3.50.41.99.00.00.00.00.01.0200 Outras Contribuições				17.947,91	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 80

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	2.103.249,90	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08 Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
11.01.08.244.0022 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA	399.534,08	0,00	399.534,08	269.262,20	130.271,88
11.01.08.244.0022.2.048 MANUTENÇÃO DO CREAS	399.534,08	0,00	399.534,08	269.262,20	130.271,88
3.3.50.41.99.00.00.00.01.0505 Outras Contribuições				3.552,09	
3.3.50.41.99.00.00.00.01.0511 Outras Contribuições				16.866,64	
3.3.50.41.99.00.00.00.03.0505 Outras Contribuições				8.998,30	
3.3.50.41.99.00.00.00.03.0511 Outras Contribuições				8.433,36	
3.3.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	28.500,00	0,00	28.500,00	5.954,40	22.545,60
3.3.90.00.00.00.00.01.0505 Aplicacoes Diretas	23.000,00	0,00	23.000,00	0,00	23.000,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0511 Aplicacoes Diretas	15.500,00	0,00	15.500,00	8,45	15.491,55
3.3.90.00.00.00.00.01.0519 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0520 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	28.519,58	1.480,42
3.3.90.00.00.00.00.03.0511 Aplicacoes Diretas	25.107,77	0,00	25.107,77	17.787,36	7.320,41
3.3.90.00.00.00.00.03.0520 Aplicacoes Diretas	14.961,28	0,00	14.961,28	14.843,23	118,05
3.3.90.00.00.00.00.03.0521 Aplicacoes Diretas	18.022,19	0,00	18.022,19	9.616,31	8.405,88
3.3.90.30.00.00.00.01.0200 Material de Consumo				2.210,56	
3.3.90.30.00.00.00.01.0520 Material de Consumo				27.775,58	
3.3.90.30.00.00.00.03.0511 Material de Consumo				16.491,10	
3.3.90.30.00.00.00.03.0520 Material de Consumo				14.759,43	
3.3.90.30.00.00.00.03.0521 Material de Consumo				6.988,13	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0520 Gás Engarrafado				810,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0521 Gás Engarrafado				1.627,10	
3.3.90.30.07.00.00.01.0200 Gêneros de Alimentação				2.210,56	
3.3.90.30.07.00.00.01.0520 Gêneros de Alimentação				19.906,51	
3.3.90.30.07.00.00.03.0520 Gêneros de Alimentação				9.331,42	
3.3.90.30.17.00.00.03.0511 Material de Processamento de Dados				3.971,00	
3.3.90.30.21.00.00.03.0511 Material de Copa e Cozinha				1.641,01	
3.3.90.30.22.00.00.01.0520 Material de Limpeza e Produção de Higienização				3.277,48	
3.3.90.30.22.00.00.03.0511 Material de Limpeza e Produção de Higienização				7.090,16	
3.3.90.30.22.00.00.03.0520 Material de Limpeza e Produção de Higienização				2.662,85	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 81

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	2.103.249,90	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08 Assistência Social	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
11.01.08.244.0022 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA	399.534,08	0,00	399.534,08	269.262,20	130.271,88
11.01.08.244.0022.2.048 MANUTENÇÃO DO CREAS	399.534,08	0,00	399.534,08	269.262,20	130.271,88
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0520 Material para Manutenção de Bens Imóveis				290,80	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0511 Material Elétrico e Eletrônico				423,45	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0521 Material Elétrico e Eletrônico				2.332,68	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0520 Material para Manutenção de Veículos				1.891,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0511 Material para Manutenção de Veículos				297,98	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0521 Material para Manutenção de Veículos				65,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0520 Outros Materiais de Consumo				2.700,59	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0511 Outros Materiais de Consumo				3.067,50	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0520 Outros Materiais de Consumo				1.664,36	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0521 Outros Materiais de Consumo				2.963,35	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				808,16	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0511 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				8,45	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0520 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				744,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0511 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.296,26	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0520 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				83,80	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0521 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.628,18	
3.3.90.39.01.00.00.00.03.0521 Assinatura de Periódicos e Anuidades				140,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0200 Serviços Técnicos Profissionais				74,37	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0521 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				600,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0520 Manutenção e Conservação de Veículos				744,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0521 Manutenção e Conservação de Veículos				121,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0200 Serviços de Energia Elétrica				700,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.03.0521 Serviços de Seleção e Treinamento				760,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.03.0511 Serviços de Telecomunicações				748,76	
3.3.90.39.77.00.00.00.03.0511 Vigilância Ostensiva/Monitorada				547,50	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0511 Serviços Bancários				8,45	
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0200 Despesas de Teleprocessamento				33,79	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 82

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL				2.103.249,90	407.294,26
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	2.091.106,42	376.496,39
	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81		
1101.08 Assistência Social				2.091.106,42	376.496,39
1101.08.244 Assistência Comunitária	2.467.602,81	0,00	2.467.602,81	2.091.106,42	376.496,39
11.01.08.244.0022 CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA	399.534,08	0,00	399.534,08	269.262,20	130.271,88
				269.262,20	130.271,88
11.01.08.244.0022.2.048 MANUTENÇÃO DO CREAS				83,80	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0520 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.007,18	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0521 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.935,68	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação				2.935,68	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				5.277,04	4.722,96
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0519 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00		500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0522 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00		0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0522 Aplicacoes Diretas	11.496,63	0,00	11.496,63	11.496,63	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0200 Obras e Instalações				156,19	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0522 Obras e Instalações				11.496,63	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0200 Obras Contratadas				156,19	
4.4.90.51.98.00.00.00.03.0522 Obras Contratadas				11.496,63	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0200 Equipamentos e Material Permanente				5.120,85	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0522 Equipamentos e Material Permanente				500,00	
4.4.90.52.24.00.00.00.01.0200 Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro				1.750,55	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0200 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				1.183,30	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0522 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				500,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0200 Equipamentos de Processamento de Dados				1.650,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0200 Mobiliário em Geral				537,00	
11.02 Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente	42.941,35	0,00	42.941,35	12.143,48	30.797,87
				12.143,48	30.797,87
1102.08 Assistência Social				12.143,48	30.797,87
1102.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	42.941,35	0,00	42.941,35	12.143,48	30.797,87
11.02.08.243.0023 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	42.941,35	0,00	42.941,35	12.143,48	30.797,87
				12.143,48	30.797,87
11.02.08.243.0023.2.049 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO AD	42.941,35	0,00	42.941,35	12.143,48	30.797,87
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0600 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	3.500,00	0,00	3.500,00	0,00	3.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	5.881,45	4.118,55

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 83

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
11 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	2.510.544,16	0,00	2.510.544,16	2.103.249,90	407.294,26
11.02 Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente	42.941,35	0,00	42.941,35	12.143,48	30.797,87
1102.08 Assistência Social	42.941,35	0,00	42.941,35	12.143,48	30.797,87
1102.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	42.941,35	0,00	42.941,35	12.143,48	30.797,87
11.02.08.243.0023 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	42.941,35	0,00	42.941,35	12.143,48	30.797,87
11.02.08.243.0023.2.049 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO AD	42.941,35	0,00	42.941,35	12.143,48	30.797,87
3.3.90.00.00.00.00.01.0600 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0600 Aplicacoes Diretas	2.641,29	0,00	2.641,29	910,55	1.730,74
3.3.90.00.00.00.00.03.0601 Aplicacoes Diretas	800,06	0,00	800,06	0,00	800,06
3.3.90.39.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.881,45	
3.3.90.39.00.00.00.03.0600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				910,55	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0200 Serviços de Energia Elétrica				5.881,45	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0600 Serviços Gráficos e Editoriais				868,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.03.0600 Serviços Bancários				42,55	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0600 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	1.440,60	559,40
4.4.90.00.00.00.00.03.0601 Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	3.910,88	89,12
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0600 Equipamentos e Material Permanente				1.440,60	
4.4.90.52.00.00.00.03.0601 Equipamentos e Material Permanente				3.910,88	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0600 Aparelhos e Utensílios Domésticos				841,60	
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0601 Aparelhos e Utensílios Domésticos				3.254,70	
4.4.90.52.33.00.00.00.03.0601 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				656,18	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0600 Mobiliário em Geral				599,00	
12 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	455.000,00	0,00	455.000,00	433.507,96	21.492,04
12.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico	455.000,00	0,00	455.000,00	433.507,96	21.492,04
1201.04 Administração					
1201.04.122 Administração Geral					
12.01.04.122.0024 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	185.000,00	0,00	185.000,00	170.433,14	14.566,86
12.01.04.122.0024.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	185.000,00	0,00	185.000,00	170.433,14	14.566,86
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	185.000,00	0,00	185.000,00	170.433,14	14.566,86
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0200 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				170.433,14	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0200 vencimentos e salários				170.433,14	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0200 férias indenizadas				170.433,14	
	185.000,00	0,00	185.000,00	170.433,14	14.566,86
	105.000,00	0,00	105.000,00	91.319,84	13.680,16
				77.631,22	
				55.782,59	
				17.027,40	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 84

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
12 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	455.000,00	0,00	433.507,96	21.492,04
12.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico	455.000,00	0,00	433.507,96	21.492,04
1201.04 Administração				
1201.04.122 Administração Geral	185.000,00	0,00	170.433,14	14.566,86
12.01.04.122.0024 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	185.000,00	0,00	170.433,14	14.566,86
12.01.04.122.0024.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	185.000,00	0,00	170.433,14	14.566,86
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0200 13º salário			4.821,23	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0200 Obrigações Patronais			13.688,62	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0200 Contribuições Previdenciárias - INSS			13.688,62	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	49.223,11	776,89
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0200 Diárias - Civil	30.000,00	0,00	29.890,19	109,81
3.3.90.14.14.00.00.00.03.0200 Diárias no País - Civil			897,80	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0200 Material de Consumo			897,80	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0200 Material de Expediente			573,98	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0200 Material de Expediente			2.992,16	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0200 Material de Processamento de Dados			11,98	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0200 Material de Processamento de Dados			109,80	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0200 Material para Manutenção de Bens Imóveis			183,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0200 Material Elétrico e Eletrônico			138,00	
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			33,68	
3.3.90.30.96.00.00.00.03.0200 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			2.210,68	
3.3.90.36.00.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			379,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			500,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			10.500,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			10.500,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0200 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			46.216,97	
3.3.90.39.24.00.00.00.01.0200 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins			9.500,23	
3.3.90.39.48.00.00.00.03.0200 Serviços de Seleção e Treinamento			5.800,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.03.0200 Serviços de Telecomunicações			715,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0200 Serviços Gráficos e Editoriais			440,00	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec			6,73	
			2.410,40	
			865,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 85

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
12 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	455.000,00	0,00	455.000,00	433.507,96	21.492,04
12.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico	455.000,00	0,00	455.000,00	433.507,96	21.492,04
1201.04 Administração	185.000,00	0,00	185.000,00	170.433,14	14.566,86
1201.04.122 Administração Geral	185.000,00	0,00	185.000,00	170.433,14	14.566,86
12.01.04.122.0024 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	185.000,00	0,00	185.000,00	170.433,14	14.566,86
12.01.04.122.0024.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	185.000,00	0,00	185.000,00	170.433,14	14.566,86
3.3.90.39.96.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec			310,00		
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			42.226,57		
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.943,50		
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentacao			2.432,16		
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0200 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			2.432,16		
3.3.90.47.00.00.00.00.03.0200 Obrigacoes Tributarias e Contributivas			6.000,00		
3.3.90.47.18.00.00.00.03.0200 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			6.000,00		
1201.22 Indústria	45.000,00	0,00	45.000,00	38.671,22	6.328,78
1201.22.661 Promoção Industrial	45.000,00	0,00	45.000,00	38.671,22	6.328,78
12.01.22.661.0024 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	45.000,00	0,00	45.000,00	38.671,22	6.328,78
12.01.22.661.0024.2.051 PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	36.691,22	3.308,78
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.758,55	0,00	20.758,55	20.758,55	0,00
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0200 Despesas de Teleprocessamento			6.758,55		
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			14.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	19.241,45	0,00	19.241,45	15.932,67	3.308,78
4.4.90.51.00.00.00.01.0200 Obras e Instalacoes			15.932,67		
4.4.90.51.93.00.00.00.01.0200 Benefitorias em Propriedades de Terceiros			15.932,67		
12.01.22.661.0024.2.058 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - FIMDESENFRA	5.000,00	0,00	5.000,00	1.980,00	3.020,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	1.980,00	3.020,00
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.980,00		
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.980,00		

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 86

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
12 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	455.000,00	0,00	455.000,00	433.507,96	21.492,04
12.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico	455.000,00	0,00	455.000,00	433.507,96	21.492,04
1201.23 Comércio e Serviços	225.000,00	0,00	225.000,00	224.403,60	596,40
1201.23.695 Turismo	225.000,00	0,00	225.000,00	224.403,60	596,40
12.01.23.695.0025 INCENTIVOS AO TURISMO	225.000,00	0,00	225.000,00	224.403,60	596,40
12.01.23.695.0025.2.052 DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO	60.000,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				19.500,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				19.500,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				40.500,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				40.500,00	
12.01.23.695.0025.2.053 INCENTIVO A EVENTOS, FEIRAS E EXPOSIÇÕES TURÍSTICAS	165.000,00	0,00	165.000,00	164.403,60	596,40
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 Aplicacoes Diretas	70.000,00	0,00	70.000,00	69.403,60	596,40
3.3.90.00.00.00.00.00.01.9276 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0200 Aplicacoes Diretas	70.000,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0200 Material de Consumo				7.388,19	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0200 Material Elétrico e Eletrônico				7.388,19	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				69.403,60	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.9276 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				25.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				62.611,81	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				69.403,60	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.9276 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				25.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0200 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				62.611,81	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 87

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
99.99 Reserva de Contingência	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
9999.99 Reserva de Contingência	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
9999.99.999 Reserva de Contingência	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
99.99.99.999.0028 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
99.99.99.999.0028.9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.01.0200 RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
Total por Entidade:	70.320.635,29	101.000,00	70.421.635,29	64.153.458,89	6.268.176,40

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 88

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	14.455.648,93	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	14.282.818,24	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.022 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.756.646,39	18.000,00	8.774.646,39	8.488.376,51	286.269,88
3.1.71.00.00.00.00.00.01.0400 Transf. a Consórcios Públicos	17.000,00	0,00	17.000,00	15.000,00	2.000,00
3.1.71.70.00.00.00.00.01.0400 Rateio pela Participação em Consórcio Público				15.000,00	
3.1.71.70.01.00.00.00.01.0400 Rateio pela Participação em Consórcio Público				15.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	2.800.000,00	0,00	2.800.000,00	2.715.927,83	84.072,17
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0400 Contratacao por Tempo Determinado				511.531,63	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0400 Outros Serviços Temporários				511.531,63	
3.1.90.05.00.00.00.00.01.0400 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS				37.875,90	
3.1.90.05.55.00.00.00.01.0400 Salário Maternidade				37.875,90	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0400 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.567.859,64	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0400 vencimentos e salários				948.806,53	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0400 gratificação por exercício de funções				76.108,51	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0400 gratificação por tempo de serviço				64.496,41	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0400 férias indenizadas				70.659,96	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0400 13º salário				157.666,63	
3.1.90.11.45.00.00.00.01.0400 férias - abono constitucional				13.102,65	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0400 férias - pagamento antecipado				202.118,95	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0400 outras despesas fixas - pessoal civil				34.900,00	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0400 Obrigações Patronais				542.673,18	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0400 Contribuições Previdenciárias - INSS				542.673,18	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				55.987,48	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				24.422,61	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0400 Serviços Extraordinários				31.564,87	
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0400 Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu	4.229.421,83	0,00	4.229.421,83	4.199.111,70	30.310,13
3.3.50.41.00.00.00.00.01.0400 Contribulcoes				4.199.111,70	
3.3.50.41.99.00.00.00.01.0400 Outras Contribuições				4.199.111,70	
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0400 Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00	0,00	5.000,00	3.600,00	1.400,00
3.3.71.70.00.00.00.00.01.0400 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				3.600,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 89

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	14.455.648,93	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	14.282.818,24	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.022 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.756.646,39	18.000,00	8.774.646,39	8.488.376,51	286.269,88
3.3.71.70.01.00.00.00.00.01.0400 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO				3.600,00	
3.3.72.00.00.00.00.00.03.0400 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	0,00	18.000,00	18.000,00	6.000,00	12.000,00
3.3.72.39.00.00.00.00.03.0400 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				6.000,00	
3.3.72.39.64.00.00.00.03.0400 Telefonia Móvel				6.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	1.259.000,00	0,00	1.259.000,00	1.156.586,59	102.413,41
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0439 Aplicacoes Diretas	29,25	0,00	29,25	0,00	29,25
3.3.90.00.00.00.00.03.0400 Aplicacoes Diretas	65.060,47	0,00	65.060,47	64.866,66	193,81
3.3.90.00.00.00.00.03.0439 Aplicacoes Diretas	1.566,30	0,00	1.566,30	1.566,08	0,22
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0400 Diarias - Civil				67.466,57	
3.3.90.14.00.00.00.03.0400 Diarias - Civil				17.046,91	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0400 Diárias no País - Civil				67.466,57	
3.3.90.14.14.00.00.00.03.0400 Diárias no País - Civil				17.046,91	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0400 Material de Consumo				114.257,28	
3.3.90.30.00.00.00.03.0400 Material de Consumo				16.732,83	
3.3.90.30.00.00.00.03.0439 Material de Consumo				1.566,08	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0400 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				8.625,86	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0400 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				192,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0400 Gás Engarrafado				2.770,68	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0400 Gêneros de Alimentação				30.919,15	
3.3.90.30.11.00.00.00.01.0400 Material Químico				3.084,79	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0400 Material de Expediente				536,98	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0400 Material de Processamento de Dados				2.277,65	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0400 Material de Processamento de Dados				1.473,12	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0400 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				482,50	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0400 Material para Manutenção de Bens Imóveis				4.600,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0400 Material para Manutenção de Bens Imóveis				3.800,00	
				4.635,80	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 90

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.022 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.756.646,39	18.000,00	8.774.646,39	286.269,88
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0439 Material para Manutenção de Bens Imóveis		1.566,08	1.566,08	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0400 Material para Manutenção de Bens Móveis		1.512,20	1.512,20	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0400 Material Elétrico e Eletrônico		609,90	609,90	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0400 Material Elétrico e Eletrônico		1.020,00	1.020,00	
3.3.90.30.35.00.00.00.01.0400 Material Laboratorial		13.587,88	13.587,88	
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0400 Material Hospitalar		8.748,92	8.748,92	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0400 Material para Manutenção de Veículos		10.872,01	10.872,01	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0400 Material para Manutenção de Veículos		137,00	137,00	
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0400 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado		23.813,93	23.813,93	
3.3.90.30.96.00.00.00.03.0400 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado		6.907,74	6.907,74	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0400 Outros Materiais de Consumo		109,00	109,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0400 Outros Materiais de Consumo		273,00	273,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0400 Material de Distribuicao Gratuita		20.138,84	20.138,84	
3.3.90.32.00.00.00.00.03.0400 Material de Distribuicao Gratuita		5.103,08	5.103,08	
3.3.90.32.02.00.00.00.01.0400 Medicamentos		972,70	972,70	
3.3.90.32.02.00.00.00.03.0400 Medicamentos		4.899,78	4.899,78	
3.3.90.32.03.00.00.00.01.0400 Gêneros Alimentícios		12.076,14	12.076,14	
3.3.90.32.03.00.00.00.03.0400 Gêneros Alimentícios		203,30	203,30	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0400 Outros Materiais de Distribuição Gratuita		7.090,00	7.090,00	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0400 Passagens e Despesas com Locomocao		5.109,45	5.109,45	
3.3.90.33.00.00.00.00.03.0400 Passagens e Despesas com Locomocao		337,63	337,63	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0400 Passagens Para o País		957,64	957,64	
3.3.90.33.99.00.00.00.01.0400 Outras Despesas com Locomoção		4.151,81	4.151,81	
3.3.90.33.99.00.00.00.03.0400 Outras Despesas com Locomoção		337,63	337,63	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0400 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		24.226,65	24.226,65	
3.3.90.36.00.00.00.00.03.0400 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física		3.510,00	3.510,00	
3.3.90.36.15.00.00.00.01.0400 Locação de Imóveis		24.226,65	24.226,65	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 91

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.022 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.756.646,39	18.000,00	8.774.646,39	286.269,88
3.3.90.36.15.00.00.00.03.0400 Locação de Imóveis		3.510,00	3.510,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0400 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		558.728,51	558.728,51	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0400 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		22.136,21	22.136,21	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0400 Serviços Técnicos Profissionais		1.287,75	1.287,75	
3.3.90.39.05.00.00.00.03.0400 Serviços Técnicos Profissionais		464,64	464,64	
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0400 Manutenção de Software		2.206,44	2.206,44	
3.3.90.39.08.00.00.00.03.0400 Manutenção de Software		65,00	65,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0400 Locação de Softwares		2.027,64	2.027,64	
3.3.90.39.11.00.00.00.03.0400 Locação de Softwares		7.585,90	7.585,90	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0400 Limpeza de Veículos		6.730,90	6.730,90	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0400 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis		47.820,75	47.820,75	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0400 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis		909,78	909,78	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0400 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip		20.987,50	20.987,50	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0400 Manutenção e Conservação de Veículos		3.524,19	3.524,19	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0400 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur		255,00	255,00	
3.3.90.39.25.00.00.00.01.0400 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins		500,00	500,00	
3.3.90.39.28.00.00.00.01.0400 Coleta de Lixo e Demais Resíduos		59.981,87	59.981,87	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0400 Fornecimento de Alimentação		4.254,20	4.254,20	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0400 Serviços de Energia Elétrica		87.438,02	87.438,02	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0400 Serviços de Água e Esgoto		13.000,00	13.000,00	
3.3.90.39.47.00.00.00.01.0400 Serviços de Comunicação em Geral		3.600,00	3.600,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0400 Serviços de Seleção e Treinamento		900,00	900,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.03.0400 Serviços de Seleção e Treinamento		600,00	600,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0400 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor		45.360,00	45.360,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.03.0400 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor		500,00	500,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0400 Serviços de Telecomunicações		21.478,78	21.478,78	
3.3.90.39.58.00.00.00.03.0400 Serviços de Telecomunicações		150,00	150,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 92

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde					
0801.10.301 Atenção Básica	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	14.455.648,93	703.088,47
	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	14.282.818,24	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.022 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.756.646,39	18.000,00	8.774.646,39	8.488.376,51	286.269,88
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0400 Serviços Gráficos e Editoriais				1.994,60	
3.3.90.39.66.00.00.00.01.0400 Serviços Judiciários				14.991,81	
3.3.90.39.66.00.00.00.03.0400 Serviços Judiciários				4.299,99	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0400 seguros em Geral				5.690,40	
3.3.90.39.72.00.00.00.01.0400 Vale-Transporte				43.449,90	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0400 Multas e Infrações de Trânsito				936,38	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0400 Multas e Infrações de Trânsito				1.447,16	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0400 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				2.718,97	
3.3.90.39.96.00.00.00.03.0400 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				24.820,61	
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0400 Despesas de Teleprocessamento				5.969,74	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0400 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				24.449,51	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0400 Auxílio-Alimentacao				118.323,29	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0400 Auxilio-Alimentação em Pecúnia				144,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0400 Obrigacoes Tributarias e Contributivas				284.745,84	
3.3.90.47.12.00.00.00.01.0400 Contribuição Para o PIS/PASEP				284.745,84	
3.3.90.48.00.00.00.00.01.0400 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas				71.033,30	
3.3.90.48.01.00.00.00.01.0400 Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas				71.033,30	
4.4.71.00.00.00.00.01.0400 Transferências a Consórcios Públicos				10.880,15	
4.4.90.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0430 Aplicacoes Diretas	72.000,00	0,00	72.000,00	51.847,06	20.152,94
4.4.90.00.00.00.00.01.9412 Aplicacoes Diretas	368,54	0,00	368,54	164,45	204,09
4.4.90.00.00.00.00.01.9413 Aplicacoes Diretas	106.200,00	0,00	106.200,00	73.706,26	32.493,74
4.4.90.00.00.00.00.03.0400 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.01.0400 Obras e Instalacoes	150.000,00	0,00	150.000,00	149.999,88	0,12
4.4.90.51.00.00.00.03.0400 Obras e Instalacoes				49.527,46	
				76.175,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 93

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	14.455.648,93	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	14.282.818,24	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.022 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.756.646,39	18.000,00	8.774.646,39	8.488.376,51	286.269,88
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0400 Obras em Andamento				14.635,16	
4.4.90.51.91.00.00.00.03.0400 Obras em Andamento				43.642,25	
4.4.90.51.91.00.00.01.00.01.0400 UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA				13.763,96	
4.4.90.51.91.00.00.01.00.03.0400 UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA				43.642,25	
4.4.90.51.91.00.02.00.01.0400 UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - BAIRRO DAS NAÇÕES				871,20	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0400 Obras Contratadas				34.892,30	
4.4.90.51.98.00.00.00.03.0400 Obras Contratadas				32.532,75	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0400 Equipamentos e Material Permanente				2.319,60	
4.4.90.52.00.00.00.01.0430 Equipamentos e Material Permanente				164,45	
4.4.90.52.00.00.00.01.9412 Equipamentos e Material Permanente				73.706,26	
4.4.90.52.00.00.00.03.0400 Equipamentos e Material Permanente				50.000,00	
4.4.90.52.06.00.00.00.03.0400 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				73.824,88	
4.4.90.52.08.00.00.00.01.9412 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp				10.912,66	
4.4.90.52.08.00.00.00.03.0400 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp				54.939,60	
4.4.90.52.10.00.00.00.01.9413 Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões				4.030,00	
4.4.90.52.10.00.00.00.03.0400 Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões				50.000,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0430 Aparelhos e Utensílios Domésticos				3.488,88	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.9412 Aparelhos e Utensílios Domésticos				164,45	
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0400 Aparelhos e Utensílios Domésticos				10.830,86	
4.4.90.52.24.00.00.00.03.0400 Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro				22.795,00	
4.4.90.52.30.00.00.00.01.9412 Máquinas e Equipamentos Energéticos				905,00	
4.4.90.52.30.00.00.00.03.0400 Máquinas e Equipamentos Energéticos				119,80	
4.4.90.52.33.00.00.00.03.0400 Equipamentos Para Audio, Video e Foto				155,95	
4.4.90.52.34.00.00.00.03.0400 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				1.785,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0400 Equipamentos de Processamento de Dados				185,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.9412 Equipamentos de Processamento de Dados				2.319,60	
				5.576,00	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 94

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	14.455.648,93	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	14.282.818,24	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.022 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.756.646,39	18.000,00	8.774.646,39	8.488.376,51	286.269,88
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0400 Equipamentos de Processamento de Dados				4.967,39	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.9412 Mobiliário em Geral				2.240,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.03.0400 Mobiliário em Geral				24.500,00	
4.4.90.52.99.00.00.00.03.0400 Outros Equipamentos e Material Permanente				100,00	
08.01.10.301.0009.2.023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	4.169.432,71	0,00	4.169.432,71	3.920.163,03	249.269,68
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00	2.197.946,11	2.053,89
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0403 Aplicacoes Diretas	663.000,00	0,00	663.000,00	662.240,06	759,94
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0432 Aplicacoes Diretas	410.000,00	0,00	410.000,00	405.429,84	4.570,16
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0400 Contratacao por Tempo Determinado				273.627,29	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0403 Contratacao por Tempo Determinado				38.215,25	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0432 Contratacao por Tempo Determinado				176.633,28	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0400 Outros Serviços Temporários				273.627,29	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0403 Outros Serviços Temporários				38.215,25	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0432 Outros Serviços Temporários				176.633,28	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0400 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.283.406,06	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0403 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				608.468,11	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0432 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				181.571,95	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0400 vencimentos e salários				777.026,68	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0403 vencimentos e salários				579.702,11	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0432 vencimentos e salários				104.079,58	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0400 gratificação por exercício de funções				12.023,71	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0403 gratificação por exercício de funções				3.918,58	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0432 gratificação por exercício de funções				5.801,05	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0400 gratificação por tempo de serviço				47.695,91	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0403 gratificação por tempo de serviço				12.357,50	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0432 gratificação por tempo de serviço				12.938,74	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 95

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	4.169.432,71	0,00	4.169.432,71	249.269,68
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0400 férias indenizadas			17.775,94	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0400 13º salário			199.419,93	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0432 13º salário			4.411,98	
3.1.90.11.45.00.00.00.01.0400 férias - abono constitucional			5.263,27	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0400 férias - pagamento antecipado			187.011,91	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0403 férias - pagamento antecipado			7.419,22	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0432 férias - pagamento antecipado			22.131,96	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0400 outras despesas fixas - pessoal civil			37.188,71	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0403 outras despesas fixas - pessoal civil			5.070,70	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0432 outras despesas fixas - pessoal civil			32.208,64	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0400 Obrigacoes Patronais			626.930,83	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0403 Obrigacoes Patronais			14.007,98	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0432 Obrigacoes Patronais			36.449,32	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0400 Contribuições Previdenciárias - INSS			626.930,83	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0403 Contribuições Previdenciárias - INSS			14.007,98	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0432 Contribuições Previdenciárias - INSS			36.449,32	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			13.981,93	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0403 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			1.548,72	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0432 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			10.775,29	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			13.223,23	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0403 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			645,32	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0432 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			9.356,55	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0400 Serviços Extraordinários			758,70	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0403 Serviços Extraordinários			903,40	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0432 Serviços Extraordinários			1.418,74	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	169,56
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0403 Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	200.000,00	4.862,68

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 96

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	14.455.648,93	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	14.282.818,24	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	4.169.432,71	0,00	4.169.432,71	3.920.163,03	249.269,68
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0416 Aplicacoes Diretas	150.000,00	0,00	150.000,00	91.180,66	58.819,34
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0432 Aplicacoes Diretas	92.000,00	0,00	92.000,00	84.230,17	7.769,83
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0448 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0403 Aplicacoes Diretas	26.424,26	0,00	26.424,26	25.597,90	826,36
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0416 Aplicacoes Diretas	34.706,65	0,00	34.706,65	34.679,80	26,85
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0432 Aplicacoes Diretas	8.927,74	0,00	8.927,74	8.852,30	75,44
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0435 Aplicacoes Diretas	289,10	0,00	289,10	0,00	289,10
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0445 Aplicacoes Diretas	9.129,02	0,00	9.129,02	5.479,00	3.650,02
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0400 Material de Consumo				19.667,40	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0403 Material de Consumo				85.129,49	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0416 Material de Consumo				74.542,15	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0432 Material de Consumo				52.437,97	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0403 Material de Consumo				19.652,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0416 Material de Consumo				21.931,44	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0432 Material de Consumo				6.214,30	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0445 Material de Consumo				4.615,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0400 Gás Engarrafado				3.947,80	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0403 Gás Engarrafado				560,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0416 Gás Engarrafado				1.187,50	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0403 Gás Engarrafado				411,93	
3.3.90.30.10.00.00.00.01.0403 Material Odontológico				5.830,43	
3.3.90.30.10.00.00.00.01.0416 Material Odontológico				5.927,69	
3.3.90.30.10.00.00.00.01.0432 Material Odontológico				2.071,93	
3.3.90.30.10.00.00.00.03.0403 Material Odontológico				1.956,76	
3.3.90.30.10.00.00.00.03.0445 Material Odontológico				4.615,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0400 Material de Expediente				2.529,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0403 Material de Expediente				2.720,73	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 97

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	4.169.432,71	0,00	4.169.432,71	249.269,68
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0416 Material de Expediente		2.935,00		
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0432 Material de Expediente		2.879,80		
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0403 Material de Expediente		1.346,35		
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0416 Material de Expediente		1.455,00		
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0400 Material de Processamento de Dados		659,90		
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0403 Material de Processamento de Dados		7.150,08		
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0416 Material de Processamento de Dados		2.263,67		
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0432 Material de Processamento de Dados		3.401,87		
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0416 Material de Processamento de Dados		833,12		
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0403 Material de Copia e Cozinha		857,16		
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0416 Material de Copia e Cozinha		1.574,08		
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0432 Material de Copia e Cozinha		380,70		
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0403 Material de Copia e Cozinha		71,78		
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0416 Material de Copia e Cozinha		71,78		
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0432 Material de Copia e Cozinha		331,41		
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0400 Material de Limpeza e Produção de Higienização		2.936,99		
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0403 Material de Limpeza e Produção de Higienização		10.828,24		
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0416 Material de Limpeza e Produção de Higienização		14.789,97		
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0432 Material de Limpeza e Produção de Higienização		8.458,39		
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0403 Material de Limpeza e Produção de Higienização		4.162,20		
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0432 Material de Limpeza e Produção de Higienização		3.154,81		
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0403 Uniformes, Tecidos e Aviamentos		5.400,00		
3.3.90.30.23.00.00.00.03.0432 Uniformes, Tecidos e Aviamentos		1.650,00		
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0400 Material para Manutenção de Bens Imóveis		3.499,21		
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0403 Material para Manutenção de Bens Imóveis		6.705,38		
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0416 Material para Manutenção de Bens Imóveis		1.244,70		
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0403 Material para Manutenção de Bens Imóveis		1.710,63		

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 98

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	14.455.648,93	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	14.282.818,24	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	4.169.432,71	0,00	4.169.432,71	3.920.163,03	249.269,68
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0416 Material para Manutenção de Bens Imóveis				4.245,05	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0400 Material para Manutenção de Bens Móveis				2.538,32	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0403 Material para Manutenção de Bens Móveis				4.513,30	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0416 Material para Manutenção de Bens Móveis				6.547,17	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0432 Material para Manutenção de Bens Móveis				958,05	
3.3.90.30.25.00.00.00.03.0403 Material para Manutenção de Bens Móveis				350,00	
3.3.90.30.25.00.00.00.03.0416 Material para Manutenção de Bens Móveis				197,72	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0400 Material Elétrico e Eletrônico				124,28	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0403 Material Elétrico e Eletrônico				2.912,39	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0416 Material Elétrico e Eletrônico				1.474,45	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0403 Material Elétrico e Eletrônico				614,16	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0403 Material de Proteção e Segurança				143,29	
3.3.90.30.28.00.00.00.03.0403 Material de Proteção e Segurança				1.030,40	
3.3.90.30.28.00.00.00.03.0416 Material de Proteção e Segurança				4.131,20	
3.3.90.30.28.00.00.00.03.0432 Material de Proteção e Segurança				1.078,08	
3.3.90.30.30.00.00.00.01.0416 Material para Comunicações				1.078,08	
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0400 Material Hospitalar				297,86	
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0403 Material Hospitalar				2.631,90	
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0416 Material Hospitalar				22.012,04	
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0432 Material Hospitalar				26.627,06	
3.3.90.30.36.00.00.00.03.0403 Material Hospitalar				29.435,57	
3.3.90.30.36.00.00.00.03.0416 Material Hospitalar				3.107,86	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0400 Material para Manutenção de Veículos				10.213,19	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0403 Material para Manutenção de Veículos				20,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0416 Material para Manutenção de Veículos				3.180,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0400 Material de Sinalização Visual e Afins				3.751,80	
				780,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 99

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	4.169.432,71	0,00	4.169.432,71	249.269,68
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0403 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado			512,49	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0403 Outros Materiais de Consumo			10.916,85	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0416 Outros Materiais de Consumo			5.921,20	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0432 Outros Materiais de Consumo			4.237,50	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0403 Outros Materiais de Consumo			2.260,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0416 Outros Materiais de Consumo			3.837,50	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0403 Material de Distribuicao Gratuita			6.640,52	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0416 Material de Distribuicao Gratuita			10.142,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.03.0416 Material de Distribuicao Gratuita			2.260,00	
3.3.90.32.03.00.00.00.01.0416 Gêneros Alimentícios			3.503,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0403 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			4.040,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0416 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			6.640,52	
3.3.90.32.99.00.00.00.03.0403 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			6.102,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.03.0416 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			2.260,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0400 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.503,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0403 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			15.260,20	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0416 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			73.367,31	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0432 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			6.496,51	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0403 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.792,20	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0416 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.685,90	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0432 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			9.245,36	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0445 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.638,00	
3.3.90.39.08.00.00.00.01.0403 Manutenção de Software			864,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0400 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			39.823,36	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0403 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			150,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0416 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			17.563,32	
			433,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 100

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	14.455.648,93	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	14.282.818,24	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	4.169.432,71	0,00	4.169.432,71	3.920.163,03	249.269,68
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0403 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				871,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0416 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				108,56	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0403 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				345,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0416 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				941,06	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0432 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				2.142,97	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0400 Manutenção e Conservação de Veículos				123,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0403 Manutenção e Conservação de Veículos				420,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.03.0403 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				420,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.03.0432 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				1.200,00	
3.3.90.39.24.00.00.00.01.0403 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins				930,00	
3.3.90.39.24.00.00.00.01.0416 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins				240,00	
3.3.90.39.24.00.00.00.03.0432 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins				174,00	
3.3.90.39.25.00.00.00.01.0403 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins				230,00	
3.3.90.39.57.00.00.00.01.0416 Serviços de Processamento de Dados				135,00	
3.3.90.39.57.00.00.00.01.0432 Serviços de Processamento de Dados				179,78	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0403 Serviços Gráficos e Editoriais				4.475,20	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0416 Serviços Gráficos e Editoriais				2.955,70	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0403 Serviços Gráficos e Editoriais				2.394,90	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0416 Serviços Gráficos e Editoriais				7.014,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0432 Serviços Gráficos e Editoriais				1.264,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0445 Serviços Gráficos e Editoriais				864,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0416 Serviços Bancários				356,55	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0432 Serviços Bancários				247,45	
3.3.90.39.95.00.00.00.01.0400 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados				175,00	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0403 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				827,00	
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0400 Despesas de Teleprocessamento				14.197,20	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0400 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				615,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 101

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	14.455.648,93	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	14.282.818,24	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	4.169.432,71	0,00	4.169.432,71	3.920.163,03	249.269,68
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0403 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				8.753,43	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0416 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.435,20	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0432 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.222,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0416 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.122,80	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0400 Auxílio-Alimentacao				14.902,84	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0403 Auxílio-Alimentacao				30.000,00	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0432 Auxílio-Alimentacao				28.000,00	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0400 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				14.902,84	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0403 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				30.000,00	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0432 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				28.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	4.809,00	5.191,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0403 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0447 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0448 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0403 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0416 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	39.892,01	107,99
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0432 Aplicacoes Diretas	12.748,84	0,00	12.748,84	12.748,82	0,02
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0447 Aplicacoes Diretas	151.207,10	0,00	151.207,10	87.109,60	64.097,50
4.4.90.30.00.00.00.00.03.0447 Material de Consumo				600,00	
4.4.90.30.36.00.00.00.03.0447 Material Hospitalar				600,00	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0403 Obras e Instalacoes				14.608,66	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0416 Obras e Instalacoes				35.105,63	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0432 Obras e Instalacoes				12.748,82	
4.4.90.51.91.00.00.00.03.0403 Obras em Andamento				14.608,66	
4.4.90.51.91.00.00.00.03.0416 Obras em Andamento				35.105,63	
4.4.90.51.91.00.00.00.03.0432 Obras em Andamento				12.748,82	
4.4.90.51.91.00.00.02.00.03.0403 UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - BAIRRO DAS NAÇÕES				14.608,66	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 102

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	14.455.648,93	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.282.818,24	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	4.169.432,71	0,00	3.920.163,03	249.269,68
4.4.90.51.91.00.00.02.00.03.0416 UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - BAIRRO DAS NAÇÕES			35.105,63	
4.4.90.51.91.00.00.02.00.03.0432 UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - BAIRRO DAS NAÇÕES			12.748,82	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0400 Equipamentos e Material Permanente			4.809,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0403 Equipamentos e Material Permanente			391,34	
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0416 Equipamentos e Material Permanente			4.786,38	
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0447 Equipamentos e Material Permanente			86.509,60	
4.4.90.52.08.00.00.00.01.0400 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp			340,00	
4.4.90.52.08.00.00.00.03.0447 Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp			34.017,78	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0400 Aparelhos e Utensílios Domésticos			269,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0416 Aparelhos e Utensílios Domésticos			320,43	
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0447 Aparelhos e Utensílios Domésticos			10.679,92	
4.4.90.52.30.00.00.00.03.0416 Máquinas e Equipamentos Energéticos			155,95	
4.4.90.52.33.00.00.00.03.0447 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			8.182,30	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0400 Equipamentos de Processamento de Dados			4.200,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0416 Equipamentos de Processamento de Dados			4.310,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0447 Equipamentos de Processamento de Dados			3.955,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.03.0403 Mobiliário em Geral			391,34	
4.4.90.52.42.00.00.00.03.0447 Mobiliário em Geral			29.674,60	
08.01.10.301.0009.2.024 ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	1.078.060,13	0,00	1.078.060,13	72.704,36
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	99.937,48	62,52
3.1.90.00.00.00.00.01.0405 Aplicacoes Diretas	796.500,00	0,00	742.474,83	54.025,17
3.1.90.00.00.00.00.01.0450 Aplicacoes Diretas	180.000,00	0,00	162.926,56	17.073,44
3.1.90.04.00.00.00.01.0405 Contratacao por Tempo Determinado			238.636,40	
3.1.90.04.00.00.00.01.0450 Contratacao por Tempo Determinado			40.000,00	
3.1.90.04.99.00.00.01.0405 Outros Serviços Temporários			238.636,40	
3.1.90.04.99.00.00.01.0450 Outros Serviços Temporários			40.000,00	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 103

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.024 ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	1.078.060,13	0,00	1.078.060,13	72.704,36
3.1.90.05.00.00.00.00.01.0405 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			2.064,52	
3.1.90.05.55.00.00.00.01.0405 Salário Maternidade			2.064,52	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0400 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			57.514,21	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0405 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			431.507,42	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0450 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			122.926,56	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0405 vencimentos e salários			327.386,87	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0450 vencimentos e salários			102.926,56	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0400 gratificação por exercício de funções			678,53	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0405 gratificação por exercício de funções			2.714,12	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0400 gratificação por tempo de serviço			719,39	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0405 gratificação por tempo de serviço			3.896,26	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0405 13º salário			36.753,80	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0450 13º salário			20.000,00	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0400 férias - pagamento antecipado			50.801,14	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0405 férias - pagamento antecipado			38.462,37	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0400 outras despesas fixas - pessoal civil			5.315,15	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0405 outras despesas fixas - pessoal civil			22.294,00	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0400 Obrigações Patronais			37.471,87	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0405 Obrigações Patronais			59.017,02	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0400 Contribuições Previdenciárias - INSS			37.471,87	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0405 Contribuições Previdenciárias - INSS			59.017,02	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			4.951,40	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0405 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			11.249,47	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			4.358,93	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0405 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			10.780,91	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0400 Serviços Extraordinários			592,47	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0405 Serviços Extraordinários			468,56	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 104

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	14.455.648,93	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	14.282.818,24	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.024 ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	1.078.060,13	0,00	1.078.060,13	1.005.355,77	72.704,36
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0405 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	16,90	483,10
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0405 Aplicacoes Diretas	60,13	0,00	60,13	0,00	60,13
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0405 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				16,90	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0405 Serviços Bancários				16,90	
08.01.10.301.0009.2.025 ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS	816.587,97	0,00	816.587,97	760.627,24	55.960,73
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	70.000,00	0,00	70.000,00	69.666,21	333,79
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0406 Aplicacoes Diretas	725.500,00	0,00	725.500,00	670.339,26	55.160,74
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0406 Aplicacoes Diretas	19.587,97	0,00	19.587,97	19.587,97	0,00
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0400 Contratacao por Tempo Determinado				4.523,78	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0406 Contratacao por Tempo Determinado				621.427,61	
3.1.90.04.02.00.00.00.01.0406 Serviços Temporários de Agentes de Saúde				2.551,05	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0400 Outros Serviços Temporários				210.658,49	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0406 Outros Serviços Temporários				4.523,78	
3.1.90.04.99.00.00.00.03.0406 Outros Serviços Temporários				410.769,12	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0400 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				2.551,05	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0406 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				31.096,00	
3.1.90.11.00.00.00.00.03.0406 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				8.112,00	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0400 férias - pagamento antecipado				4.056,00	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0406 férias - pagamento antecipado				31.096,00	
3.1.90.11.46.00.00.00.03.0406 férias - pagamento antecipado				8.112,00	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0400 Obrigacoes Patronais				4.056,00	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0406 Obrigacoes Patronais				34.046,43	
3.1.90.13.00.00.00.00.03.0406 Obrigacoes Patronais				40.799,65	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0400 Contribuições Previdenciárias - INSS				12.980,92	
				34.046,43	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 105

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional
Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	14.455.648,93	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	14.282.818,24	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.025 ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - EACS	816.587,97	0,00	816.587,97	760.627,24	55.960,73
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0406 Contribuições Previdenciárias - INSS				40.799,65	
3.1.90.13.02.00.00.00.03.0406 Contribuições Previdenciárias - INSS				12.980,92	
3.3.90.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0406 Aplicacoes Diretas	500,00	0,00	500,00	33,80	466,20
3.3.90.39.00.00.00.01.0406 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				33,80	
3.3.90.39.81.00.00.01.0406 Serviços Bancários				33,80	
3.3.90.46.00.00.00.01.0400 Auxílio-Alimentacao				1.000,00	
3.3.90.46.01.00.00.01.0400 Auxilio-Alimentação em Pecúnia				1.000,00	
08.01.10.301.0009.2.026 ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB	108.820,78	0,00	108.820,78	108.295,69	525,09
3.1.90.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	19.924,48	75,52
3.1.90.00.00.00.00.01.0409 Aplicacoes Diretas	80.000,00	0,00	80.000,00	79.911,23	88,77
3.1.90.00.00.00.00.03.0409 Aplicacoes Diretas	7.620,78	0,00	7.620,78	7.620,78	0,00
3.1.90.04.00.00.00.01.0409 Contratacao por Tempo Determinado				53.197,53	
3.1.90.04.00.00.00.03.0409 Contratacao por Tempo Determinado				883,12	
3.1.90.04.99.00.00.01.0409 Outros Serviços Temporários				53.197,53	
3.1.90.04.99.00.00.03.0409 Outros Serviços Temporários				883,12	
3.1.90.11.00.00.00.01.0400 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				14.521,38	
3.1.90.11.00.00.00.01.0409 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				25.833,70	
3.1.90.11.00.00.00.03.0409 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				54,22	
3.1.90.11.01.00.00.01.0409 vencimentos e salários				7.045,53	
3.1.90.11.37.00.00.01.0400 gratificação por tempo de serviço				54,22	
3.1.90.11.37.00.00.01.0409 gratificação por tempo de serviço				265,59	
3.1.90.11.37.00.00.03.0409 gratificação por tempo de serviço				54,22	
3.1.90.11.43.00.00.01.0409 13º salário				13.900,00	
3.1.90.11.46.00.00.01.0400 férias - pagamento antecipado				14.467,16	
3.1.90.11.46.00.00.01.0409 férias - pagamento antecipado				4.622,58	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 106

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional
Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	703.088,47
08.01.10.301.0009 ATENÇÃO BÁSICA	14.929.547,98	18.000,00	14.947.547,98	664.729,74
08.01.10.301.0009.2.026 ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL - ESB	108.820,78	0,00	108.820,78	525,09
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0400 Obrigações Patronais			5.227,10	
3.1.90.13.00.00.00.00.03.0409 Obrigações Patronais			6.507,44	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0400 Contribuições Previdenciárias - INSS			5.227,10	
3.1.90.13.02.00.00.00.03.0409 Contribuições Previdenciárias - INSS			6.507,44	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			176,00	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0409 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			880,00	
3.1.90.16.00.00.00.00.03.0409 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			176,00	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			880,00	
3.1.90.16.01.00.00.00.03.0409 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			176,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	160,80
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0409 Aplicacoes Diretas	200,00	0,00	200,00	200,00
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0400 Auxilio-Alimentacao			839,20	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0400 Auxilio-Alimentação em Pecúnia			839,20	
08.01.10.301.0012 GESTÃO DO SUS	21.189,42	0,00	21.189,42	5.976,45
08.01.10.301.0012.2.031 GESTÃO DO SUS	21.189,42	0,00	21.189,42	5.976,45
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0437 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0444 Aplicacoes Diretas	18.189,42	0,00	18.189,42	2.976,45
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0444 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			15.212,97	
3.3.90.39.24.00.00.00.03.0444 Serv. de Confec. Manut. e Inst. de Sinal Visual Afins			15.212,97	
3.3.90.39.41.00.00.00.03.0444 Fornecimento de Alimentação			180,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.03.0444 Serviços Bancários			1.470,00	
3.3.90.39.96.00.00.00.03.0444 Outros Serviços de Terc. Pessoa Jur. - Pagto Antec			50,40	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0444 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			6.221,01	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 107

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10.301 Atenção Básica	15.140.737,40	18.000,00	15.158.737,40	703.088,47
08.01.10.301.0014 INVESTIMENTOS EM SAÚDE	190.000,00	0,00	190.000,00	32.382,28
08.01.10.301.0014.1.015 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE	40.000,00	0,00	40.000,00	28.282,28
4.4.90.00.00.00.00.01.0440 Aplicacoes Diretas	35.000,00	0,00	35.000,00	23.282,28
4.4.90.00.00.00.00.01.0488 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00.01.0440 Obras e Instalacoes				
4.4.90.51.07.00.00.00.01.0440 Reforma				
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0440 Obras em Andamento				
4.4.90.51.91.00.02.00.01.0440 UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - BAIRRO DAS NAÇÕES				
08.01.10.301.0014.1.016 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	150.000,00	0,00	150.000,00	4.100,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	3.696,05
4.4.90.00.00.00.00.01.9411 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	403,95
4.4.90.52.00.00.00.01.0400 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.01.9411 Equipamentos e Material Permanente				
4.4.90.52.00.00.00.01.0400 Veiculos de Tração Mecânica				
4.4.90.52.00.00.00.01.9411 Veiculos de Tração Mecânica				
0801.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	394.883,34
08.01.10.302.0010 MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	394.883,34
08.01.10.302.0010.2.027 ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL	3.172.216,73	0,00	3.172.216,73	298.194,67
3.350.00.00.00.00.01.0418 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	300.000,00	0,00	300.000,00	421,83
3.350.41.00.00.00.01.0418 Contribuicoes				
3.350.41.99.00.00.01.0418 Outras Contribuições				
3.372.00.00.00.00.01.0400 Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos				
3.372.00.00.00.00.01.0418 Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos				
3.372.39.00.00.00.01.0400 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				
3.372.39.00.00.00.01.0418 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				
3.372.39.50.00.00.01.0400 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor.				
3.372.39.50.00.00.01.0418 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor.				
3.390.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	720.000,00	0,00	720.000,00	10.513,89

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 108

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	3.627.149,83	394.883,34
08.01.10.302.0010 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	3.627.149,83	394.883,34
08.01.10.302.0010.2.027 ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL	3.172.216,73	0,00	3.172.216,73	2.874.022,06	298.194,67
3.3.90.00.00.00.00.01.0418 Aplicacoes Diretas	803.000,00	0,00	803.000,00	759.759,21	43.240,79
3.3.90.00.00.00.00.01.0433 Aplicacoes Diretas	13.500,00	0,00	13.500,00	0,00	13.500,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0442 Aplicacoes Diretas	126.000,00	0,00	126.000,00	9.247,36	116.752,64
3.3.90.00.00.00.00.01.0449 Aplicacoes Diretas	8.000,00	0,00	8.000,00	4.950,00	3.050,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0454 Aplicacoes Diretas	581.718,75	0,00	581.718,75	581.718,75	0,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0418 Aplicacoes Diretas	86.793,96	0,00	86.793,96	86.791,34	2,62
3.3.90.00.00.00.00.03.0433 Aplicacoes Diretas	496,47	0,00	496,47	0,00	496,47
3.3.90.00.00.00.00.03.0441 Aplicacoes Diretas	21,31	0,00	21,31	0,00	21,31
3.3.90.00.00.00.00.03.0442 Aplicacoes Diretas	4.195,24	0,00	4.195,24	4.000,12	195,12
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0400 Material de Consumo				76.082,73	
3.3.90.30.00.00.00.01.0418 Material de Consumo				238.690,19	
3.3.90.30.00.00.00.01.0442 Material de Consumo				3.560,86	
3.3.90.30.00.00.00.03.0418 Material de Consumo				33.747,05	
3.3.90.30.00.00.00.03.0442 Material de Consumo				3.591,12	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0400 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				28.729,25	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0418 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				189.694,20	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0418 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				404,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0400 Gás Engarrafado				192,00	
3.3.90.30.04.00.00.01.0418 Gás Engarrafado				3.235,52	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0400 Gêneros de Alimentação				986,95	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0400 Material de Processamento de Dados				142,50	
3.3.90.30.20.00.00.00.03.0418 Material de Cama, Mesa e Banho				1.849,52	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0418 Material de Limpeza e Produção de Higienização				300,00	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0400 Uniformes, Tecidos e Avariamentos				703,34	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0400 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.101,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0418 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.295,00	
				740,61	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 109

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	394.883,34
08.01.10.302.0010 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	394.883,34
08.01.10.302.0010.2.027 ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL	3.172.216,73	0,00	3.172.216,73	298.194,67
3.3.90.30.25.00.00.00.03.0418 Material para Manutenção de Bens Móveis		2.293,00		93,77
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0400 Material Elétrico e Eletrônico				2.803,96
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0418 Material Elétrico e Eletrônico				5.675,30
3.3.90.30.35.00.00.00.01.0400 Material Laboratorial				32.887,29
3.3.90.30.35.00.00.00.01.0418 Material Laboratorial				413,56
3.3.90.30.35.00.00.00.01.0442 Material Laboratorial				19.435,57
3.3.90.30.35.00.00.00.03.0418 Material Laboratorial				3.591,12
3.3.90.30.35.00.00.00.03.0442 Material Laboratorial				3.546,00
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0400 Material Hospitalar				2.034,50
3.3.90.30.36.00.00.00.03.0418 Material Hospitalar				30.363,87
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0400 Material para Manutenção de Veículos				8.927,79
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0418 Material para Manutenção de Veículos				2.743,30
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0442 Material para Manutenção de Veículos				8.048,03
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0400 Outros Materiais de Consumo				51,00
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0418 Outros Materiais de Consumo				3.390,00
3.3.90.36.00.00.00.01.0400 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				16.082,37
3.3.90.36.15.00.00.00.01.0400 Locação de Imóveis				16.082,37
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0400 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				617.321,01
3.3.90.39.00.00.00.01.0418 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				521.069,02
3.3.90.39.00.00.00.01.0442 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.686,50
3.3.90.39.00.00.00.01.0449 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.950,00
3.3.90.39.00.00.00.01.0454 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				581.718,75
3.3.90.39.00.00.00.03.0418 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				53.044,29
3.3.90.39.00.00.00.03.0442 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				409,00
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0400 Serviços Técnicos Profissionais				4.620,00
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0400 Limpeza de Veículos				8.979,40

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 110

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	3.627.149,83	394.883,34
08.01.10.302.0010 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	3.627.149,83	394.883,34
08.01.10.302.0010.2.027 ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL	3.172.216,73	0,00	3.172.216,73	2.874.022,06	298.194,67
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0442 Limpeza de Veículos				1.260,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0400 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				620,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0418 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				649,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.03.0418 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				2.150,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0400 Manutenção e Conservação de Veículos				9.608,45	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0418 Manutenção e Conservação de Veículos				1.395,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0442 Manutenção e Conservação de Veículos				682,50	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0418 Manutenção e Conservação de Veículos				2.636,70	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0400 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				1.504,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0400 Fornecimento de Alimentação				8.550,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0442 Serviços de Seleção e Treinamento				1.440,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0400 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				57.195,40	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0418 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				413.565,02	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0449 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				4.950,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0454 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				581.718,75	
3.3.90.39.53.00.00.00.01.0400 Serviços de Assistência Social				163.503,22	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0400 Serviços Gráficos e Editoriais				1.960,00	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0400 Multas e Infrações de Trânsito				170,26	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0400 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				360.610,28	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0418 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				105.460,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0442 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.304,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0418 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				48.257,59	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0442 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				409,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0418 Aplicacoes Diretas	48.491,00	0,00	48.491,00	48.491,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0442 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.03.0418 Equipamentos e Material Permanente				48.491,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0418 Aparelhos e Utensílios Domésticos				342,00	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 111

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	394.883,34
08.01.10.302.0010 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	394.883,34
08.01.10.302.0010.2.027 ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL	3.172.216,73	0,00	3.172.216,73	298.194,67
4.4.90.52.42.00.00.00.00.03.0418 Mobiliário em Geral			48.149,00	
08.01.10.302.0010.2.028 MANUTENÇÃO DO SAMU	374.822,85	0,00	374.822,85	33.927,20
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	80.141,31	19.858,69
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0422 Aplicacoes Diretas	224.000,00	0,00	221.797,73	2.202,27
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0400 Contratacao por Tempo Determinado			12.748,72	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0422 Contratacao por Tempo Determinado			70.685,29	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0400 Outros Serviços Temporários			12.748,72	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0422 Outros Serviços Temporários			70.685,29	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0400 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			44.681,99	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0422 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			108.065,94	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0400 vencimentos e salários			14.424,38	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0422 vencimentos e salários			77.491,80	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0400 gratificação por exercício de funções			1.788,69	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0422 gratificação por exercício de funções			7.154,76	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0400 gratificação por tempo de serviço			1.305,03	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0422 gratificação por tempo de serviço			6.232,45	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0400 férias indenizadas			2.981,73	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0422 férias indenizadas			10.904,63	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0400 13º salário			306,20	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0422 13º salário			769,72	
3.1.90.11.45.00.00.00.01.0400 férias - abono constitucional			13.398,00	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0400 férias - pagamento antecipado			11.448,34	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0422 férias - pagamento antecipado			2.091,54	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0400 outras despesas fixas - pessoal civil			2.450,66	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0422 outras despesas fixas - pessoal civil			20.689,85	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0400 Obrigacoes Patronais			33.086,94	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0422 Obrigacoes Patronais				

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 112

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	3.627.149,83	394.883,34
08.01.10.302.0010 MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	3.627.149,83	394.883,34
08.01.10.302.0010.2.028 MANUTENÇÃO DO SAMU	374.822,85	0,00	374.822,85	340.895,65	33.927,20
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0400 Contribuições Previdenciárias - INSS				20.689,85	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0422 Contribuições Previdenciárias - INSS				33.086,94	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				2.020,75	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0422 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				9.959,56	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.179,19	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0422 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				5.159,55	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0400 Serviços Extraordinários				841,56	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0422 Serviços Extraordinários				4.800,01	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas				4.533,90	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0422 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	32.215,51	1.466,10
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0422 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	2.207,20	7.784,49
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0422 Material de Consumo	4.822,85	0,00	4.822,85	5.874,00	2.615,65
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0422 Gêneros de Alimentação				210,00	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0422 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				5.664,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0422 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				13.190,15	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0422 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.207,20	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0422 Fornecimento de Alimentação				13.029,60	
3.3.90.39.41.00.00.00.03.0422 Fornecimento de Alimentação				2.207,20	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0422 Serviços Bancários				160,55	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0400 Auxilio-Alimentacao				4.533,90	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0422 Auxilio-Alimentacao				13.151,36	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0400 Auxilio-Alimentação em Pecúnia				4.533,90	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0422 Auxilio-Alimentação em Pecúnia				13.151,36	
08.01.10.302.0010.2.029 MANUTENÇÃO DO CAPS	474.993,59	0,00	474.993,59	412.232,12	62.761,47
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	47.976,98	2.023,02
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0419 Aplicacoes Diretas	266.000,00	0,00	266.000,00	216.789,27	49.210,73

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 113

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	3.627.149,83	394.883,34
08.01.10.302.0010 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	3.627.149,83	394.883,34
08.01.10.302.0010.2.029 MANUTENÇÃO DO CAPS	474.993,59	0,00	474.993,59	412.232,12	62.761,47
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0400 Contratacao por Tempo Determinado				15.200,40	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0419 Contratacao por Tempo Determinado				69.430,54	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0400 Outros Serviços Temporários				15.200,40	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0419 Outros Serviços Temporários				69.430,54	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0400 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				19.230,07	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0419 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				109.528,64	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0400 vencimentos e salários				7.172,18	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0419 vencimentos e salários				76.330,06	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0400 gratificação por exercício de funções				609,59	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0419 gratificação por exercício de funções				5.679,49	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0400 gratificação por tempo de serviço				81,18	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0419 gratificação por tempo de serviço				1.015,14	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0419 férias indenizadas				108,77	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0400 13º salário				6.601,66	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0419 13º salário				9.086,60	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0400 férias - pagamento antecipado				4.332,48	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0419 férias - pagamento antecipado				11.609,64	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0400 outras despesas fixas - pessoal civil				432,98	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0419 outras despesas fixas - pessoal civil				5.698,94	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0400 Obrigacoes Patronais				13.546,51	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0419 Obrigacoes Patronais				37.830,09	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0400 Contribuições Previdenciárias - INSS				13.546,51	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0419 Contribuições Previdenciárias - INSS				37.830,09	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	5.616,05	383,95
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0419 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	53.027,25	6.972,75
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0419 Aplicacoes Diretas	42.993,59	0,00	42.993,59	42.962,57	31,02
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0400 Material de Consumo				2.616,05	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 114

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE				
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde				
0801.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01.10.302.0010 MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	394.883,34
	4.022.033,17	0,00	4.022.033,17	394.883,34
08.01.10.302.0010.2.029 MANUTENÇÃO DO CAPS	474.993,59	0,00	474.993,59	62.761,47
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0419 Material de Consumo			16.487,19	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0419 Material de Consumo			3.977,11	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0400 Gêneros de Alimentação			2.616,05	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0419 Gêneros de Alimentação			6.756,01	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0419 Gêneros de Alimentação			3.977,11	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0419 Outros Materiais de Consumo			9.731,18	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0419 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			30.688,22	
3.3.90.39.00.00.00.03.0419 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			36.803,54	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0419 Serviços de Energia Elétrica			3.251,65	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0419 Serviços Gráficos e Editoriais			2.624,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0419 seguros em Geral			54,70	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0419 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			24.757,87	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0419 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			36.803,54	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0400 Auxílio-Alimentacao			3.000,00	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0419 Auxílio-Alimentacao			5.851,84	
3.3.90.46.00.00.00.00.03.0419 Auxílio-Alimentacao			2.181,92	
3.3.90.46.01.00.00.00.00.01.0400 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			3.000,00	
3.3.90.46.01.00.00.00.00.01.0419 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			5.851,84	
3.3.90.46.01.00.00.00.03.0419 Auxílio-Alimentação em Pecúnia			2.181,92	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0419 Aplicacoes Diretas			10.870,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0419 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	4.130,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0419 Equipamentos e Material Permanente	35.000,00	0,00	35.000,00	10,00
4.4.90.52.00.00.00.03.0419 Equipamentos e Material Permanente			10.870,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.03.0419 Equipamentos de Processamento de Dados			34.990,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.01.0419 Veiculos de Tração Mecânica			3.870,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.03.0419 Veiculos de Tração Mecânica			10.870,00	
			31.120,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 115

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10.303 Suporte Profilático e Terapêutico	670.140,18	0,00	670.140,18	52.011,45
08.01.10.303.0011 ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	670.140,18	0,00	670.140,18	52.011,45
08.01.10.303.0011.2.030 ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	670.140,18	0,00	670.140,18	52.011,45
3.3.90.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	280.000,00	0,00	280.000,00	13.806,79
3.3.90.00.00.00.00.01.0404 Aplicacoes Diretas	187.000,00	0,00	187.000,00	2.037,33
3.3.90.00.00.00.00.01.0413 Aplicacoes Diretas	157.000,00	0,00	157.000,00	19.122,38
3.3.90.00.00.00.00.01.0423 Aplicacoes Diretas	17.000,00	0,00	17.000,00	17.000,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0404 Aplicacoes Diretas	1.055,72	0,00	1.055,72	11,33
3.3.90.00.00.00.00.03.0413 Aplicacoes Diretas	28.084,46	0,00	28.084,46	33,62
3.3.90.30.00.00.00.01.0400 Material de Consumo			104,00	
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0400 Material Hospitalar			104,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0400 Material de Distribuicao Gratuita			266.089,21	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0404 Material de Distribuicao Gratuita			184.962,67	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0413 Material de Distribuicao Gratuita			137.869,27	
3.3.90.32.00.00.00.00.03.0404 Material de Distribuicao Gratuita			1.044,39	
3.3.90.32.00.00.00.00.03.0413 Material de Distribuicao Gratuita			28.050,84	
3.3.90.32.02.00.00.00.01.0400 Medicamentos			264.049,21	
3.3.90.32.02.00.00.00.01.0404 Medicamentos			184.962,67	
3.3.90.32.02.00.00.00.00.01.0413 Medicamentos			137.869,27	
3.3.90.32.02.00.00.00.03.0404 Medicamentos			1.044,39	
3.3.90.32.02.00.00.00.03.0413 Medicamentos			27.575,04	
3.3.90.32.03.00.00.00.01.0400 Gêneros Alimentícios			2.040,00	
3.3.90.32.03.00.00.00.03.0413 Gêneros Alimentícios			475,80	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0413 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			8,35	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0413 Serviços Bancários			8,35	
0801.10.304 Vigilância Sanitária	139.730,46	0,00	139.730,46	13.113,88
08.01.10.304.0013 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	139.730,46	0,00	139.730,46	13.113,88
08.01.10.304.0013.2.032 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	139.730,46	0,00	139.730,46	13.113,88
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	151,41
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0408 Aplicacoes Diretas	27.000,00	0,00	27.000,00	6.431,60

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 116

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde					
0801.10.304 Vigilância Sanitária	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01.10.304.0013 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	139.730,46	0,00	139.730,46	126.616,58	13.113,88
	139.730,46	0,00	139.730,46	126.616,58	13.113,88
08.01.10.304.0013.2.032 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	139.730,46	0,00	139.730,46	126.616,58	13.113,88
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0400 Contratacao por Tempo Determinado				4.056,00	
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0408 Contratacao por Tempo Determinado				6.519,01	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0400 Outros Serviços Temporários				4.056,00	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0408 Outros Serviços Temporários				6.519,01	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0400 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				64.654,93	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0408 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				9.181,98	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0400 vencimentos e salários				30.579,67	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0400 gratificação por exercicio de funções				2.645,18	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0408 gratificação por exercicio de funções				2.714,12	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0400 gratificação por tempo de serviço				5.950,12	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0408 gratificação por tempo de serviço				3.375,87	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0400 férias - pagamento antecipado				21.143,25	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0408 férias - pagamento antecipado				200,34	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0400 outras despesas fixas - pessoal civil				4.336,71	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0408 outras despesas fixas - pessoal civil				2.891,65	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0400 Obrigacoes Patronais				22.658,02	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0400 Contribuições Previdenciárias - INSS				22.658,02	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				8.479,64	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0408 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				4.867,41	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				7.034,13	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0408 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				4.581,87	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0400 Serviços Extraordinários				1.445,51	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0408 Serviços Extraordinários				285,54	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	2.469,13	3.530,87
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0408 Aplicacoes Diretas	200,00	0,00	200,00	200,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0408 Aplicacoes Diretas	3.530,46	0,00	3.530,46	3.530,46	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0400 Material de Consumo				155,25	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 117

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	1.210.316,94
0801.10.304 Vigilância Sanitária	139.730,46	0,00	139.730,46	13.113,88
08.01.10.304.0013 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	139.730,46	0,00	139.730,46	13.113,88
08.01.10.304.0013.2.032 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	139.730,46	0,00	139.730,46	13.113,88
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0400 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos		155,25		
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0400 Auxílio-Alimentação		2.313,88		
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0408 Auxílio-Alimentação		200,00		
3.3.90.46.00.00.00.00.03.0408 Auxílio-Alimentação		3.530,46		
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0400 Auxílio-Alimentação em Pecúnia		2.313,88		
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0408 Auxílio-Alimentação em Pecúnia		200,00		
3.3.90.46.01.00.00.00.03.0408 Auxílio-Alimentação em Pecúnia		3.530,46		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0408 Aplicacoes Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00
0801.10.305 Vigilância Epidemiológica	340.118,07	0,00	340.118,07	47.219,80
08.01.10.305.0013 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	340.118,07	0,00	340.118,07	47.219,80
08.01.10.305.0013.2.033 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	340.118,07	0,00	340.118,07	47.219,80
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	1.460,80
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0407 Aplicacoes Diretas	80.000,00	0,00	80.000,00	573,14
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0443 Aplicacoes Diretas	35.000,00	0,00	35.000,00	7.294,43
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0407 Aplicacoes Diretas	28.944,05	0,00	28.944,05	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0443 Aplicacoes Diretas	10.608,37	0,00	10.608,37	0,00
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0400 Contratacao por Tempo Determinado		2.095,60		
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0407 Contratacao por Tempo Determinado		2.028,00		
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0443 Contratacao por Tempo Determinado		2.028,00		
3.1.90.04.00.00.00.00.03.0407 Contratacao por Tempo Determinado		2.028,00		
3.1.90.04.00.00.00.00.03.0443 Contratacao por Tempo Determinado		2.098,58		
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0400 Outros Serviços Temporários		2.095,60		
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0407 Outros Serviços Temporários		2.028,00		
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0443 Outros Serviços Temporários		2.028,00		
3.1.90.04.99.00.00.00.03.0407 Outros Serviços Temporários		2.028,00		
3.1.90.04.99.00.00.00.03.0443 Outros Serviços Temporários		2.098,58		
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0400 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			72.704,44	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 118

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.305 Vigilância Epidemiológica	340.118,07	0,00	340.118,07	292.898,27	47.219,80
08.01.10.305.0013 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	340.118,07	0,00	340.118,07	292.898,27	47.219,80
08.01.10.305.0013.2.033 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	340.118,07	0,00	340.118,07	292.898,27	47.219,80
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0407 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				77.398,86	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0443 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				15.088,91	
3.1.90.11.00.00.00.00.03.0407 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				26.916,05	
3.1.90.11.00.00.00.00.03.0443 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.623,78	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0400 vencimentos e salários				52.413,55	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0407 vencimentos e salários				76.932,49	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0443 vencimentos e salários				7.733,99	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0400 gratificação por exercício de funções				23.326,58	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0400 gratificação por exercício de funções				678,53	
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0443 gratificação por exercício de funções				1.357,06	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0400 gratificação por tempo de serviço				1.714,14	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0443 gratificação por tempo de serviço				5.033,98	
3.1.90.11.37.00.00.00.03.0443 gratificação por tempo de serviço				1.623,78	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0400 férias - pagamento antecipado				15.388,28	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0407 férias - pagamento antecipado				466,37	
3.1.90.11.46.00.00.00.03.0407 férias - pagamento antecipado				3.589,47	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0400 outras despesas fixas - pessoal civil				2.509,94	
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0443 outras despesas fixas - pessoal civil				963,88	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0400 Obrigacoes Patronais				22.147,46	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0443 Obrigacoes Patronais				7.596,66	
3.1.90.13.00.00.00.00.03.0443 Obrigacoes Patronais				6.886,01	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0400 Contribuições Previdenciárias - INSS				22.147,46	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0443 Contribuições Previdenciárias - INSS				7.596,66	
3.1.90.13.02.00.00.00.03.0443 Contribuições Previdenciárias - INSS				6.886,01	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.591,70	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0443 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				2.992,00	
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0400 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.584,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 119

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.305 Vigilância Epidemiológica	340.118,07	0,00	340.118,07	292.898,27	47.219,80
08.01.10.305.0013 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	340.118,07	0,00	340.118,07	292.898,27	47.219,80
08.01.10.305.0013.2.033 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	340.118,07	0,00	340.118,07	292.898,27	47.219,80
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0443 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				2.992,00	7,70
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0400 Serviços Extraordinários				6.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0400 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	22.222,15	37.777,85
3.3.90.00.00.00.00.01.0407 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	11.615,18	0,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0407 Aplicacoes Diretas	11.615,18	0,00	11.615,18	440,25	109,18
3.3.90.00.00.00.00.03.0417 Aplicacoes Diretas	549,43	0,00	549,43	4.942,79	4,40
3.3.90.00.00.00.00.03.0436 Aplicacoes Diretas	4.947,19	0,00	4.947,19	1.397,90	0,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0443 Aplicacoes Diretas	1.397,90	0,00	1.397,90	345,00	0,00
3.3.90.30.00.00.00.01.0400 Material de Consumo				12.623,89	
3.3.90.30.00.00.00.01.0407 Material de Consumo				1.486,48	
3.3.90.30.00.00.00.03.0407 Material de Consumo				440,25	
3.3.90.30.00.00.00.03.0417 Material de Consumo				4.412,99	
3.3.90.30.00.00.00.03.0436 Material de Consumo				55,00	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0400 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				345,00	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0407 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				4.777,70	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0407 Gêneros de Alimentação				160,20	
3.3.90.30.09.00.00.00.01.0407 Material Farmacológico				40,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0407 Material de Expediente				1.461,30	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0436 Material de Expediente				2.317,79	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0407 Material de Processamento de Dados				2.181,15	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0443 Material de Processamento de Dados				55,00	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0407 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				231,60	
3.3.90.30.35.00.00.00.03.0417 Material Laboratorial				440,25	
3.3.90.30.35.00.00.00.03.0436 Material Laboratorial				2.095,20	
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0407 Material Hospitalar				31,00	
3.3.90.30.36.00.00.00.03.0407 Material Hospitalar				1.018,48	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 120

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.305 Vigilância Epidemiológica	340.118,07	0,00	340.118,07	292.898,27	47.219,80
08.01.10.305.0013 VIGILANCIA EM SAÚDE	340.118,07	0,00	340.118,07	292.898,27	47.219,80
08.01.10.305.0013.2.033 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	340.118,07	0,00	340.118,07	292.898,27	47.219,80
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0407 Material para Manutenção de Veículos				3.631,94	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0407 Outros Materiais de Consumo				109,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0407 Outros Materiais de Consumo				468,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0407 Material de Distribuicao Gratuita				76,46	
3.3.90.32.00.00.00.03.0443 Material de Distribuicao Gratuita				457,50	
3.3.90.32.02.00.00.00.01.0407 Medicamentos				76,46	
3.3.90.32.02.00.00.00.03.0443 Medicamentos				90,00	
3.3.90.32.03.00.00.00.03.0443 Gêneros Alimentícios				367,50	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0400 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				625,45	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0407 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				4.021,80	
3.3.90.39.00.00.00.03.0407 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				5.540,00	
3.3.90.39.00.00.00.03.0436 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				529,80	
3.3.90.39.00.00.00.03.0443 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				885,40	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0400 Limpeza de Veiculos				446,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0407 Limpeza de Veiculos				549,40	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0407 Manutenção e Conservação de Veículos				847,40	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0407 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				1.500,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0407 Serviços Gráficos e Editoriais				1.125,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0407 Serviços Gráficos e Editoriais				440,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0436 Serviços Gráficos e Editoriais				529,80	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0443 Serviços Gráficos e Editoriais				885,40	
3.3.90.39.74.00.00.00.03.0407 Fretes e Transportes de Encomendas				1.700,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0400 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				179,45	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0407 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				3.400,00	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0400 Auxilio-Alimentacao				5.029,55	
3.3.90.46.00.00.00.01.0407 Auxilio-Alimentacao				5.500,00	
3.3.90.46.00.00.00.03.0407 Auxilio-Alimentacao				4.588,70	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 121

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE SAÚDE	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
08.01 Fundo Municipal de Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10 Saúde	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94
0801.10.305 Vigilância Epidemiológica	340.118,07	0,00	340.118,07	292.898,27	47.219,80
08.01.10.305.0013 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	340.118,07	0,00	340.118,07	292.898,27	47.219,80
08.01.10.305.0013.2.033 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	340.118,07	0,00	340.118,07	292.898,27	47.219,80
3.3.90.46.01.00.00.00.00.01.0400 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				5.029,55	
3.3.90.46.01.00.00.00.00.01.0407 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				5.500,00	
3.3.90.46.01.00.00.00.00.03.0407 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				4.588,70	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0407 Aplicacoes Diretas	1.055,95	0,00	1.055,95	1.055,95	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.00.03.0407 Equipamentos e Material Permanente				1.055,95	
4.4.90.52.30.00.00.00.00.03.0407 Máquinas e Equipamentos Energéticos				155,95	
4.4.90.52.35.00.00.00.00.03.0407 Equipamentos de Processamento de Dados				900,00	
Total por Entidade:	20.312.759,28	18.000,00	20.330.759,28	19.120.442,34	1.210.316,94

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 122

Entidade : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
13.01 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
1301.27 Desporto e Lazer					
1301.27.812 Desporto Comunitário					
13.01.27.812.0026 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE					
13.01.27.812.0026.1.030 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE OBRAS PARA PRÁTICAS DESI					
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0800 Aplicacoes Diretas	24.581,98	0,00	24.581,98	24.581,98	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.9801 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0800 Obras e Instalacoes	4.581,98	0,00	4.581,98	4.581,98	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.9801 Obras e Instalacoes				20.000,00	
4.4.90.51.91.00.00.00.01.0800 Obras em Andamento				4.581,98	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.9801 Obras Contratadas				20.000,00	
				4.581,98	
13.01.27.812.0026.2.054 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	1.266.131,58	0,00	1.266.131,58	1.147.400,92	118.730,66
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0800 Aplicacoes Diretas	534.540,00	0,00	534.540,00	502.263,58	32.276,42
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0800 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				422.137,58	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0800 vencimentos e salários				320.329,99	
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0800 gratificação por tempo de serviço				284,90	
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0800 férias indenizadas				57.184,12	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0800 13º salário				28.494,39	
3.1.90.11.45.00.00.00.01.0800 férias - abono constitucional				4.419,80	
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0800 férias - pagamento antecipado				11.424,38	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0800 Obrigacoes Patronais				79.493,82	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0800 Contribuições Previdenciárias - INSS				79.493,82	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0800 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				632,18	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0800 Serviços Extraordinários				632,18	
3.3.72.00.00.00.00.00.01.0800 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos	2.250,00	0,00	2.250,00	1.500,00	750,00
3.3.72.39.00.00.00.00.01.0800 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				1.500,00	
3.3.72.39.64.00.00.00.01.0800 Telefonia Móvel				1.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0800 Aplicacoes Diretas	665.750,00	0,00	665.750,00	585.666,04	80.083,96
3.3.90.00.00.00.00.00.01.9802 Aplicacoes Diretas	370,45	0,00	370,45	370,45	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0800 Aplicacoes Diretas	26.221,13	0,00	26.221,13	26.211,60	9,53
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0800 Diarias - Civil				8.283,81	

Entidade : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
13.01 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
1301.27 Desporto e Lazer					
1301.27.812 Desporto Comunitário					
13.01.27.812.0026 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE					
13.01.27.812.0026.2.054 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0800 Diárias - Civil				592,20	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0800 Diárias no País - Civil				8.283,81	
3.3.90.14.14.00.00.00.03.0800 Diárias no País - Civil				592,20	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0800 Material de Consumo	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0800 Material de Consumo	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0800 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0800 Gêneros de Alimentação				1.147.400,92	
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0800 Material Educativo e Esportivo				592,20	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0800 Material de Expediente				137.608,34	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0800 Material de Processamento de Dados				6.709,65	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0800 Material de Copa e Cozinha				19.054,85	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0800 Material de Copa e Cozinha				3.797,15	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0800 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				31.609,10	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0800 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.325,50	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0800 Material Elétrico e Eletrônico				1.420,26	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0800 Material Elétrico e Eletrônico				975,02	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0800 Material para Manutenção de Veículos				166,50	
3.3.90.30.51.00.00.00.01.0800 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo				14.791,15	
3.3.90.30.96.00.00.00.01.0800 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				2.121,99	
3.3.90.30.96.00.00.00.03.0800 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado				14.318,48	
3.3.90.31.00.00.00.00.01.0800 Premiações Culturais,Artist Cientif.Despor. e Out				4.645,84	
3.3.90.31.00.00.00.00.03.0800 Premiações Culturais,Artist Cientif.Despor. e Out				6.940,91	
3.3.90.31.04.00.00.00.01.0800 Premiações Desportivas				9.524,26	
3.3.90.31.04.00.00.00.03.0800 Premiações Desportivas				31.729,67	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0800 Passagens e Despesas com Locomocao				1.897,31	
3.3.90.33.99.00.00.00.01.0800 Outras Despesas com Locomoção				14.753,97	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0800 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.882,27	
				14.753,97	
				3.882,27	
				1.985,70	
				392.511,81	

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
13.01 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
1301.27 Desporto e Lazer					
1301.27.812 Desporto Comunitário					
13.01.27.812.0026 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE					
13.01.27.812.0026.2.054 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				15.027,48	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0800 Serviços Técnicos Profissionais				1.581,03	
3.3.90.39.05.00.00.00.03.0800 Serviços Técnicos Profissionais				148,74	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0800 Locação de Softwares				13.161,29	
3.3.90.39.11.00.00.00.03.0800 Locação de Softwares				60,00	
3.3.90.39.12.00.00.00.01.0800 Locação de Máquinas e Equipamentos				1.500,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0800 Limpeza de Veículos				1.063,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0800 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				1.950,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0800 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				2.150,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0800 Manutenção e Conservação de Veículos				660,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0800 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				695,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0800 Serviços de Energia Elétrica				99.211,97	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0800 Serviços de Seleção e Treinamento				380,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0800 Serviços de Telecomunicações				2.457,52	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0800 seguros em Geral				802,98	
3.3.90.39.72.00.00.00.01.0800 Vale-Transporte				2.662,80	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0800 Multas e Infrações de Trânsito				578,88	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0800 Serviços Bancários				911,43	
3.3.90.39.88.00.00.00.01.0800 Serviços de Publicidade e Propaganda				9.762,30	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0800 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				29.957,97	
3.3.90.39.96.00.00.00.03.0800 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				7.788,74	
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0800 Despesas de Teleprocessamento				21.461,70	
3.3.90.39.97.00.00.00.03.0800 Despesas de Teleprocessamento				380,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				203.713,94	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0800 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.500,00	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0800 Auxílio-Alimentacao				26.345,36	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0800 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				26.345,36	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 125

Entidade : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
13 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
13.01 Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
1301.27 Desporto e Lazer	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
1301.27.812 Desporto Comunitário	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
13.01.27.812.0026 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66
13.01.27.812.0026.2.054 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - FME	1.266.131,58	0,00	1.266.131,58	1.147.400,92	118.730,66
3.390.47.00.00.00.00.01.0800 Obrigações Tributárias e Contributivas				4.177,05	
3.390.47.12.00.00.00.00.01.0800 Contribuição Para o PIS/PASEP				4.177,05	
3.390.93.00.00.00.00.01.9802 Indenizações e Restituições				370,45	
3.390.93.02.00.00.00.01.9802 Restituições				370,45	
4.490.00.00.00.00.00.01.0800 Aplicacoes Diretas				31.389,25	5.610,75
4.490.51.00.00.00.00.01.0800 Obras e Instalacoes	37.000,00	0,00	37.000,00	30.182,65	
4.490.51.07.00.00.00.01.0800 Reforma				14.224,00	
4.490.51.91.00.00.00.01.0800 Obras em Andamento				15.958,65	
4.490.52.00.00.00.00.01.0800 Equipamentos e Material Permanente				1.206,60	
4.490.52.12.00.00.00.01.0800 Aparelhos e Utensílios Domésticos				841,60	
4.490.52.42.00.00.00.01.0800 Mobiliário em Geral				365,00	
Total por Entidade:	1.290.713,56	0,00	1.290.713,56	1.171.982,90	118.730,66

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 126

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
14 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01 SANEFRAI	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
1401.17 Saneamento	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
1401.17.512 Saneamento Básico Urbano	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01.17.512.0027 SANEAMENTO BÁSICO	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01.17.512.0027.1.032 OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	650.000,00	0,00	650.000,00	537.928,33	112.071,67
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0900 Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	200.000,00	167.506,08	32.493,92
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0900 Aplicacoes Diretas	450.000,00	0,00	450.000,00	370.422,25	79.577,75
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0900 Obras e Instalacoes				166.056,08	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0900 Obras e Instalacoes				370.422,25	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0900 Obras Contratadas				97.080,35	
4.4.90.51.98.00.00.00.03.0900 Obras Contratadas				7.508,92	
4.4.90.51.99.00.00.00.01.0900 Outras Obras e Instalações				68.975,73	
4.4.90.51.99.00.00.00.03.0900 Outras Obras e Instalações				362.913,33	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0900 Equipamentos e Material Permanente				1.450,00	
4.4.90.52.39.00.00.00.01.0900 Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos				1.450,00	
14.01.17.512.0027.1.033 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE SANEAMENTO	150.000,00	0,00	150.000,00	139.107,70	10.892,30
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0900 Aplicacoes Diretas	150.000,00	0,00	150.000,00	139.107,70	10.892,30
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0900 Equipamentos e Material Permanente				139.107,70	
4.4.90.52.04.00.00.00.01.0900 Aparelhos de Medição e Orientação				22.678,00	
4.4.90.52.06.00.00.00.01.0900 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				2.997,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0900 Aparelhos e Utensílios Domésticos				224,70	
4.4.90.52.34.00.00.00.01.0900 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				5.000,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0900 Equipamentos de Processamento de Dados				1.400,00	
4.4.90.52.38.00.00.00.01.0900 Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina				4.100,00	
4.4.90.52.39.00.00.00.01.0900 Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos				91.218,00	
4.4.90.52.40.00.00.00.01.0900 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários				790,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.01.0900 Veículos de Tração Mecânica				10.700,00	
14.01.17.512.0027.2.055 MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	4.646.232,17	0,00	4.646.232,17	4.414.933,44	231.298,73
3.1.71.00.00.00.00.00.01.0900 Transf. a Consórcios Públicos	42.468,68	0,00	42.468,68	42.468,68	0,00
3.1.71.70.00.00.00.00.01.0900 Rateio pela Participação em Consórcio Público				42.468,68	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 127

Entidade : AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
14 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	354.262,70
14.01 SANEFRAI	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	354.262,70
1401.17 Saneamento	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	354.262,70
1401.17.512 Saneamento Básico Urbano	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	354.262,70
14.01.17.512.0027 SANEAMENTO BÁSICO	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	354.262,70
14.01.17.512.0027.2.055 MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	4.646.232,17	0,00	4.646.232,17	231.298,73
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0900 Aplicacoes Diretas	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	39.411,48
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0900 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	30.000,00
3.1.90.01.00.00.00.00.01.0900 Aposentadorias e Reformas				
3.1.90.01.01.00.00.00.00.01.0900 Proventos - Pessoal Civil				
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0900 Contratacao por Tempo Determinado				
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0900 Outros Serviços Temporários				
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0900 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0900 vencimentos e salários				
3.1.90.11.33.00.00.00.01.0900 gratificação por exercício de funções				
3.1.90.11.37.00.00.00.01.0900 gratificação por tempo de serviço				
3.1.90.11.42.00.00.00.01.0900 férias indenizadas				
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0900 13º salário				
3.1.90.11.45.00.00.00.01.0900 férias - abono constitucional				
3.1.90.11.46.00.00.00.01.0900 férias - pagamento antecipado				
3.1.90.11.99.00.00.00.01.0900 outras despesas fixas - pessoal civil				
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0900 Obrigacoes Patronais				
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0900 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0900 Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil				
3.1.90.16.01.00.00.00.01.0900 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0900 Serviços Extraordinários				
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0900 Transferências a Consórcios Públicos	34.637,58	0,00	34.637,58	0,00
3.3.71.70.00.00.00.00.01.0900 Rateio pela Participação em Consórcio Público				
3.3.72.00.00.00.00.00.01.0900 Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos	8.000,00	0,00	8.000,00	6.450,00
3.3.72.39.00.00.00.00.01.0900 Execução Orçament. Delegada a Consórcios Públicos				
3.3.72.39.64.00.00.00.01.0900 Telefonia Móvel				
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0900 Aplicacoes Diretas	2.341.500,00	0,00	2.341.500,00	18.570,43
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0900 Aplicacoes Diretas	544.351,60	0,00	544.351,60	112.520,65

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
14 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01 SANEFRAI	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
1401.17 Saneamento					
1401.17.512 Saneamento Básico Urbano					
14.01.17.512.0027 SANEAMENTO BÁSICO					
14.01.17.512.0027.2.055 MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO					
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0900 Diárias - Civil				1.110,36	
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0900 Diárias - Civil				1.517,51	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0900 Diárias no País - Civil				1.110,36	
3.3.90.14.14.00.00.00.03.0900 Diárias no País - Civil				1.517,51	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0900 Material de Consumo				449.735,16	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0900 Material de Consumo				262.247,81	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0900 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				79.271,30	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0900 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				44.676,58	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0900 Gás Engarrafado				116,50	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0900 Gêneros de Alimentação				622,94	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0900 Gêneros de Alimentação				1.197,44	
3.3.90.30.11.00.00.00.01.0900 Material Químico				99.846,42	
3.3.90.30.11.00.00.00.03.0900 Material Químico				57.526,04	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0900 Material de Expediente				1.251,70	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0900 Material de Expediente				1.023,50	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0900 Material de Processamento de Dados				1.651,01	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0900 Material de Processamento de Dados				1.887,20	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0900 Material de Copa e Cozinha				494,11	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0900 Material de Copa e Cozinha				664,54	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0900 Material de Limpeza e Produção de Higienização				1.835,37	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0900 Material de Limpeza e Produção de Higienização				1.791,63	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0900 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				5.080,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0900 Material para Manutenção de Bens Imóveis				22.102,33	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0900 Material para Manutenção de Bens Imóveis				16.563,33	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0900 Material para Manutenção de Bens Móveis				7.238,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0900 Material Elétrico e Eletrônico				3.290,93	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0900 Material Elétrico e Eletrônico				3.408,58	

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
14 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01 SANEFRAI	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
1401.17 Saneamento					
1401.17.512 Saneamento Básico Urbano					
14.01.17.512.0027 SANEAMENTO BÁSICO					
14.01.17.512.0027.2.055 MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO					
3.390.30.28.00.00.00.01.0900 Material de Proteção e Segurança					
3.390.30.28.00.00.00.03.0900 Material de Proteção e Segurança					
3.390.30.35.00.00.00.01.0900 Material Laboratorial					
3.390.30.35.00.00.00.03.0900 Material Laboratorial					
3.390.30.39.00.00.00.01.0900 Material para Manutenção de Veículos					
3.390.30.39.00.00.00.03.0900 Material para Manutenção de Veículos					
3.390.30.40.00.00.00.01.0900 Material Biológico					
3.390.30.42.00.00.00.01.0900 Ferramentas					
3.390.30.42.00.00.00.03.0900 Ferramentas					
3.390.30.51.00.00.00.01.0900 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo					
3.390.30.51.00.00.00.03.0900 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo					
3.390.30.96.00.00.00.01.0900 Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado					
3.390.30.99.00.00.00.01.0900 Outros Materiais de Consumo					
3.390.30.99.00.00.00.03.0900 Outros Materiais de Consumo					
3.390.33.00.00.00.00.01.0900 Passagens e Despesas com Locomocao					
3.390.33.99.00.00.00.01.0900 Outras Despesas com Locomoção					
3.390.36.00.00.00.00.01.0900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física					
3.390.36.15.00.00.00.01.0900 Locação de Imóveis					
3.390.39.00.00.00.00.01.0900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.390.39.00.00.00.00.03.0900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.390.39.01.00.00.00.01.0900 Assinatura de Periódicos e Anuidades					
3.390.39.05.00.00.00.01.0900 Serviços Técnicos Profissionais					
3.390.39.05.00.00.00.03.0900 Serviços Técnicos Profissionais					
3.390.39.08.00.00.00.01.0900 Manutenção de Software					
3.390.39.08.00.00.00.03.0900 Manutenção de Software					
3.390.39.10.00.00.00.01.0900 Locação de Imóveis					
3.390.39.11.00.00.00.01.0900 Locação de Softwares					

Entidade : AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
14 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01 SANEFRAI	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
1401.17 Saneamento	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
1401.17.512 Saneamento Básico Urbano	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01.17.512.0027 SANEAMENTO BÁSICO	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01.17.512.0027.2.055 MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	4.646.232,17	0,00	4.646.232,17	4.414.933,44	231.298,73
3.3.90.39.11.00.00.00.03.0900 Locação de Softwares				250,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0900 Limpeza de Veículos				8.635,76	
3.3.90.39.15.00.00.00.03.0900 Limpeza de Veículos				6.422,07	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0900 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				1.370,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0900 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				13.608,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0900 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				2.995,78	
3.3.90.39.17.00.00.00.03.0900 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				2.260,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0900 Manutenção e Conservação de Veículos				22.034,56	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0900 Manutenção e Conservação de Veículos				17.182,48	
3.3.90.39.24.00.00.00.03.0900 Serv de Confec, Manut e Inst de Sinal Visual Afins				750,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0900 Fornecimento de Alimentação				8.285,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.03.0900 Fornecimento de Alimentação				6.461,40	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0900 Serviços de Energia Elétrica				1.100.000,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.03.0900 Serviços de Energia Elétrica				12.565,87	
3.3.90.39.47.00.00.00.03.0900 Serviços de Comunicação em Geral				7.667,69	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0900 Serviços de Seleção e Treinamento				385,00	
3.3.90.39.51.00.00.00.01.0900 Serviços de Análises e Pesquisas Científicas				68.264,00	
3.3.90.39.51.00.00.00.03.0900 Serviços de Análises e Pesquisas Científicas				7.197,38	
3.3.90.39.57.00.00.00.03.0900 Serviços de Processamento de Dados				8.100,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0900 Serviços de Telecomunicações				4.564,55	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0900 Serviços Gráficos e Editoriais				9.940,00	
3.3.90.39.66.00.00.00.01.0900 Serviços Judiciários				175,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0900 seguros em Geral				1.703,79	
3.3.90.39.69.00.00.00.03.0900 seguros em Geral				1.034,11	
3.3.90.39.72.00.00.00.01.0900 Vale-Transporte				6.819,90	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0900 Multas e Infrações de Trânsito				68,10	
3.3.90.39.77.00.00.00.01.0900 Vigilância Ostensiva/Monitorada				7.104,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 131

Entidade : AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
14 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01 SANEFRAI	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
1401.17 Saneamento	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
1401.17.512 Saneamento Básico Urbano	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01.17.512.0027 SANEAMENTO BÁSICO	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01.17.512.0027.2.055 MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	4.646.232,17	0,00	4.646.232,17	4.414.933,44	231.298,73
3.3.90.39.78.00.00.00.03.0900 Limpeza e Conservação				10.990,25	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0900 Serviços Bancários				113.149,39	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0900 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec				12.116,00	
3.3.90.39.97.00.00.00.01.0900 Despesas de Teleprocessamento				21.874,10	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				237.256,01	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				60.634,26	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0900 Auxílio-Alimentação				78.579,92	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0900 Auxílio-Alimentação em Pecúnia				78.579,92	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0900 Obrigações Tributárias e Contributivas				69.707,06	
3.3.90.47.12.00.00.00.01.0900 Contribuição Para o PIS/PASEP				69.707,06	
3.3.90.93.00.00.00.00.01.0900 Indenizações e Restituições				2.898,29	
3.3.90.93.02.00.00.00.01.0900 Restituições				2.898,29	
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0900 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00.01.0900 Transferências a Consórcios Públicos	26.439,73	0,00	26.439,73	26.439,73	0,00
4.4.71.70.00.00.00.00.01.0900 Rateio pela Participação em Consórcio Público				26.439,73	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0900 Aplicacoes Diretas	29.624,18	0,00	29.624,18	15.278,01	14.346,17
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0989 Aplicacoes Diretas				0,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0989 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0900 Obras e Instalacoes	29.210,40	0,00	29.210,40	29.210,40	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0989 Obras e Instalacoes				6.618,01	
4.4.90.51.98.00.00.00.03.0989 Obras Contratadas				29.210,40	
4.4.90.51.99.00.00.00.01.0900 Outras Obras e Instalações				24.000,00	
4.4.90.51.99.00.00.00.03.0989 Outras Obras e Instalações				6.618,01	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0900 Equipamentos e Material Permanente				5.210,40	
4.4.90.52.04.00.00.00.01.0900 Aparelhos de Medição e Orientação				8.660,00	
4.4.90.52.39.00.00.00.01.0900 Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos				6.140,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0900 Mobiliário em Geral				2.360,00	
				160,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
14 AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01 SANEFRAI	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
1401.17 Saneamento	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
1401.17.512 Saneamento Básico Urbano	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01.17.512.0027 SANEAMENTO BÁSICO	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70
14.01.17.512.0027.2.056 COLETA E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	2.100.000,00	0,00	2.100.000,00	2.100.000,00	0,00
3.390.00.00.00.00.00.01.0900 Aplicacoes Diretas	2.100.000,00	0,00	2.100.000,00	2.100.000,00	0,00
3.390.39.00.00.00.00.00.01.0900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.100.000,00	
3.390.39.28.00.00.00.00.01.0900 Coleta de Lixo e Demais Resíduos				2.029.320,01	
3.390.39.78.00.00.00.00.01.0900 Limpeza e Conservação				70.679,99	
Total por Entidade:	7.546.232,17	0,00	7.546.232,17	7.191.969,47	354.262,70

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 133

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional
Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.530.000,00	0,00	2.329.899,09	200.100,91
01.01 Câmara Municipal de Vereadores	2.530.000,00	0,00	2.329.899,09	200.100,91
0101.01 Legislativa	2.530.000,00	0,00	2.329.899,09	200.100,91
0101.01.031 Ação Legislativa	2.530.000,00	0,00	2.329.899,09	200.100,91
01.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	2.530.000,00	0,00	2.329.899,09	200.100,91
01.01.01.031.0001.1.001 AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA O LEGISLATIVO	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
01.01.01.031.0001.1.002 AQUISIÇÃO DE MOVEIS, UTENSILIOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA (40.000,00	0,00	32.974,03	7.025,97
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	40.000,00	0,00	32.974,03	7.025,97
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0001 Equipamentos e Material Permanente			32.974,03	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0001 Equipamentos Para Audio, Video e Foto			3.474,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0001 Equipamentos de Processamento de Dados			15.370,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0001 Mobiliário em Geral			14.130,03	
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.410.000,00	0,00	2.296.925,06	113.074,94
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	1.766.175,40	0,00	1.765.451,11	724,29
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			1.451.099,64	
3.1.90.11.01.00.00.00.01.0001 vencimentos e salários			1.366.454,91	
3.1.90.11.43.00.00.00.01.0001 13º salário			84.644,73	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0001 Obrigacoes Patronais			314.351,47	
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0001 FGTS			1.495,75	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0001 Contribuições Previdenciárias - INSS			312.855,72	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas			507.649,35	
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0001 Diarias - Civil			99.090,50	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0001 Diárias no País - Civil			99.090,50	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0001 Material de Consumo	620.000,00	0,00	62.209,83	112.350,65
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0001 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			4.556,19	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0001 Gás Engarrafado			120,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0001 Gêneros de Alimentação			1.820,69	
3.3.90.30.15.00.00.00.01.0001 Material para Festividades e Homenagens			6.870,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0001 Material de Expediente			9.408,70	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0001 Material de Processamento de Dados			4.088,20	

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 134

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
01.01 Câmara Municipal de Vereadores	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
0101.01 Legislativa	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
0101.01.031 Ação Legislativa	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
01.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.410.000,00	0,00	2.410.000,00	113.074,94
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0001 Material de Copa e Cozinha			875,55	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0001 Material de Limpeza e Produção de Higieneização			3.378,46	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0001 Material para Manutenção de Bens Imóveis			13.336,99	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0001 Material para Manutenção de Bens Móveis			747,43	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0001 Material Elétrico e Eletrônico			4.500,49	
3.3.90.30.29.00.00.00.01.0001 Material para Audio, Video e Foto			3.009,50	
3.3.90.30.31.00.00.00.01.0001 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos			3.062,75	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0001 Material para Manutenção de Veículos			278,00	
3.3.90.30.48.00.00.00.01.0001 Bens Móveis não Ativos			1.044,00	
3.3.90.30.50.00.00.00.01.0001 Bandeiras, Flâmulas e Insígnias			1.455,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0001 Outros Materiais de Consumo			3.657,88	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0001 Passagens e Despesas com Locomocao			2.714,70	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0001 Passagens Para o País			2.614,70	
3.3.90.33.99.00.00.00.01.0001 Outras Despesas com Locomoção			100,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			5.673,55	
3.3.90.36.07.00.00.00.01.0001 Estagiários			5.600,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			73,55	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			283.545,80	
3.3.90.39.01.00.00.00.01.0001 Assinatura de Periódicos e Anuidades			2.395,90	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0001 Serviços Técnicos Profissionais			28.967,75	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0001 Locação de Softwares			25.769,64	
3.3.90.39.12.00.00.00.01.0001 Locação de Máquinas e Equipamentos			4.389,46	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0001 Limpeza de Veículos			420,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0001 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			32.380,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0001 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			2.677,34	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0001 Manutenção e Conservação de Veículos			1.227,70	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0001 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur			7.540,00	

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 135

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
01.01 Câmara Municipal de Vereadores	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
0101.01 Legislativa	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
0101.01.031 Ação Legislativa	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
01.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.410.000,00	0,00	2.410.000,00	113.074,94
3.3.90.39.23.00.00.00.01.0001 Festividades e Homenagens			4.110,00	
3.3.90.39.28.00.00.00.01.0001 Coleta de Lixo e Demais Resíduos			200,00	
3.3.90.39.38.00.00.00.01.0001 Encargos Financeiros Dedutíveis			66,03	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0001 Serviços de Energia Elétrica			17.463,66	
3.3.90.39.47.00.00.00.01.0001 Serviços de Comunicação em Geral			707,07	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0001 Serviços de Seleção e Treinamento			35.149,00	
3.3.90.39.49.00.00.00.01.0001 Produções Jornalísticas			39.150,00	
3.3.90.39.57.00.00.00.01.0001 Serviços de Processamento de Dados			15.478,00	
3.3.90.39.58.00.00.00.01.0001 Serviços de Telecomunicações			7.870,73	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0001 Serviços Gráficos e Editoriais			2.681,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.01.0001 Telefonia Móvel			3.511,85	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0001 seguros em Geral			2.971,84	
3.3.90.39.72.00.00.00.01.0001 Vale-Transporte			194,40	
3.3.90.39.77.00.00.00.01.0001 Vigilância Ostensiva/Monitorada			7.500,00	
3.3.90.39.78.00.00.00.01.0001 Limpeza e Conservação			5.400,00	
3.3.90.39.79.00.00.00.01.0001 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac			15.600,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0001 Serviços Bancários			217,43	
3.3.90.39.88.00.00.00.01.0001 Serviços de Publicidade e Propaganda			16.254,00	
3.3.90.39.95.00.00.00.01.0001 Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados			80,00	
3.3.90.39.96.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec			1.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.173,00	
3.3.90.46.00.00.00.00.01.0001 Auxílio-Alimentacao			52.423,52	
3.3.90.46.01.00.00.00.01.0001 Auxilio-Alimentação em Pecúnia			52.423,52	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0001 Obrigacoes Tributarias e Contributivas			1.991,45	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0001 Taxas			179,45	
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0001 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			1.812,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicacoes Diretas	23.824,60	0,00	23.824,60	0,00

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 136

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
01.01 Câmara Municipal de Vereadores	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
0101.01 Legislativa	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
0101.01.031 Ação Legislativa	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
01.01.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
01.01.01.031.0001.2.001 MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.410.000,00	0,00	2.410.000,00	113.074,94
4.4.90.36.00.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			6.260,00	
4.4.90.36.22.00.00.00.00.01.0001 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			6.260,00	
4.4.90.39.00.00.00.00.01.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			17.564,60	
4.4.90.39.16.00.00.00.01.0001 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			17.564,60	
Total por Entidade:	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00	200.100,91
Total Geral:	102.000.340,30	119.000,00	102.119.340,30	8.151.587,61

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZOLLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUÍS MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	--	---

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 Anexo 12 - Balanço Orçamentário
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES	76.934.900,00	76.934.900,00	92.856.576,35	15.921.676,35
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.706.300,00	10.706.300,00	12.645.187,52	1.938.887,52
IMPOSTOS	7.530.000,00	7.530.000,00	9.367.776,54	1.837.776,54
TAXAS	2.776.300,00	2.776.300,00	3.066.182,43	289.882,43
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	400.000,00	400.000,00	211.228,55	-188.771,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	900.000,00	1.493.471,39	593.471,39
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	900.000,00	900.000,00	1.493.471,39	593.471,39
RECEITA PATRIMONIAL	672.100,00	672.100,00	1.620.574,00	948.474,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	35.000,00	35.000,00	27.050,06	-7.949,94
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	629.100,00	629.100,00	1.574.083,62	944.983,62
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.000,00	8.000,00	19.440,32	11.440,32
RECEITA DE SERVIÇOS	4.675.700,00	4.675.700,00	5.984.202,84	1.308.502,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	58.756.000,00	58.756.000,00	66.588.728,81	7.832.728,81
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	58.587.000,00	58.587.000,00	66.354.995,73	7.767.995,73
Transferências de Instituições Privadas	144.000,00	144.000,00	108.225,68	-35.774,32
Transf. de Pessoas	25.000,00	25.000,00	0,00	-25.000,00
Transf. de Conv.	0,00	0,00	125.507,40	125.507,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.224.800,00	1.224.800,00	4.524.411,79	3.299.611,79
Multas e Juros de Mora	688.800,00	688.800,00	837.678,34	148.878,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	120.500,00	120.500,00	3.040.058,05	2.919.558,05
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	411.000,00	411.000,00	497.400,27	86.400,27
RECEITAS DIVERSAS	4.500,00	4.500,00	149.275,13	144.775,13
RECEITAS DE CAPITAL	3.065.100,00	3.065.100,00	5.489.995,25	2.424.895,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.940.100,00	2.940.100,00	2.588.063,61	-352.036,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.940.100,00	2.940.100,00	2.588.063,61	-352.036,39
ALIENAÇÃO DE BENS	120.000,00	120.000,00	181.527,06	61.527,06
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	65.000,00	65.000,00	131.950,00	66.950,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	55.000,00	55.000,00	49.577,06	-5.422,94
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	2.720.404,58	2.715.404,58
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.000,00	5.000,00	563.333,47	558.333,47
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	2.157.071,11	2.157.071,11
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	80.000.000,00	80.000.000,00	98.346.571,60	18.346.571,60
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	80.000.000,00	80.000.000,00	98.346.571,60	18.346.571,60
DEFICIT (IV)	-	22.119.340,30	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	80.000.000,00	102.119.340,30	98.346.571,60	-3.772.768,70
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	73.129.700,00	88.510.315,89	84.372.934,84	83.758.065,58	82.477.048,84	4.137.381,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.790.640,00	49.484.301,09	48.314.500,98	48.314.499,98	48.007.411,97	1.169.800,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00	500.000,00	92.353,40	92.353,40	92.353,40	407.646,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.739.060,00	38.526.014,80	35.966.080,46	35.351.212,20	34.377.283,47	2.559.934,34
DESPESAS DE CAPITAL	6.670.300,00	13.409.024,41	9.594.817,85	8.439.073,03	7.783.929,77	3.814.206,56
INVESTIMENTOS	6.070.300,00	12.789.024,41	9.011.748,61	7.856.003,79	7.200.860,53	3.777.275,80
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	620.000,00	583.069,24	583.069,24	583.069,24	36.930,76

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 2/2

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	80.000.000,00	102.119.340,30	93.967.752,69	92.197.138,61	90.260.978,61	8.151.587,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	80.000.000,00	102.119.340,30	93.967.752,69	92.197.138,61	90.260.978,61	8.151.587,61
SUPERÁVIT (IX)	-	-	4.378.818,91	-	-	-4.378.818,91
TOTAL (X) = (VIII + IX)	80.000.000,00	102.119.340,30	98.346.571,60	92.197.138,61	90.260.978,61	3.772.768,70

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	19.640,00	795.040,51	679.323,11	679.323,11	119.607,40	15.750,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.640,00	795.040,51	679.323,11	679.323,11	119.607,40	15.750,00
DESPESAS DE CAPITAL	503.621,13	3.708.179,41	3.488.802,35	3.488.802,35	391.228,32	331.769,87
INVESTIMENTOS	503.621,13	3.708.179,41	3.488.802,35	3.488.802,35	391.228,32	331.769,87
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	523.261,13	4.503.219,92	4.168.125,46	4.168.125,46	510.835,72	347.519,87

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	663.488,53	663.488,53	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	663.488,53	663.488,53	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	78.644,71	217.600,69	289.277,98	6.967,42	0,00
INVESTIMENTOS	78.644,71	217.600,69	289.277,98	6.967,42	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	78.644,71	881.089,22	952.766,51	6.967,42	-0,00

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZZOLLO
Prefeito MunicipalMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

EXERCÍCIO:2016
 PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
 DATA DE EMISSÃO:03/03/2017
 PAGINA:1

INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
Receita Orçamentária (I)		98.346.571,60	Despesa Orçamentária (VII)		93.967.752,69
Ordinária		38.002.778,98	Ordinária		33.827.663,74
Vinculada		60.343.792,62	Vinculada		60.140.088,95
Alienação - FMHIS		11.137,32	Alienação - FMHIS		7.645,00
Alienação - Saúde		44.700,00	Alienação de Bens		40.117,50
Alienação de Bens - FUNREBOM		21.000,00	Alienação de Bens FMHIS		47.074,55
Alienação de Bens Móveis		2.500,00	Alienação de Bens Móveis		29.210,40
Alienação Outros Programas		102.189,74	Alienação Outros Programas		5.910,00
CIDE		57.850,96	CIDE		33.808,30
Contrib. Custeio Serviços Ilumin. Pública - COSIP		1.515.211,36	Contrib. Custeio Serviços Ilumin. Pública - COSIP		1.302.015,85
Conv União Ctr 804205/14 - Pavim Bairro São Luiz		202.273,49	Contrib. de Intervenção do Domínio Econômico-CIDE		16.259,47
Conv União Ctr 809601/14		87.025,75	Conv Estado TR 01197 FUNDAM		104.589,60
Conv União Ctr 823016/2015 Pavim. Av. Parana e Outras		223.727,65	Conv União Ctr 805768/14 Equip. Agríc.		12.121,93
Conv União Ctr 825511/2015 Maq. Equip Agríc.		192.592,22	Conv União Ctr 823016/2015 Pavim. Av. Parana e Outras		223.727,65
Conv União Ctr 832795 Patrulha Mecanizada		273.000,00	Conv União Ctr 825511/2015 Maq. Equip Agríc.		192.592,22
Convênio Estado Aquisição Veículo TR 000073		99.596,05	Conv União Ctr 832795 Patrulha Mecanizada		243.176,73
Convênio Estado Equip.amentos UPA TR 000072		73.706,26	Convênio Estado Aquisição Veículo TR 000073		99.596,05
Convênio Estado INCRA/SC 813068/2014		40.116,95	Convênio Estado Equip.amentos UPA TR 000072		73.706,26
Convênio Estado TR 1107 - Estradas Vicinais		24.193,12	Convênio Estado INCRA/SC 813068/2014		232.148,85
Convênio Estado TR 1748 Antigranizo		-0,01	Convênio Estado TR 1107 - Estradas Vicinais		48.226,58
Convênio Estado TR 2419 Antigranizo		20.408,16	Convênio Estado TR 1525 Estradas Vicinais		1.422,50
Convênio Estado TR 511 Recuperação de Estradas		499.997,08	Convênio Estado TR 1748 Antigranizo		28.207,77
Convênio Estado TR 603 - Trator Agrícola		93.696,56	Convênio Estado TR 2097 Estradas Vicinais		180,49
Convênio Estado TR 604 - Academia de Saúde		50.000,00	Convênio Estado TR 2419 Antigranizo		20.408,16
Convênio Estado TR 749 - EXPOACIAF 2016		25.000,00	Convênio Estado TR 2439 Estradas Vicinais		4.436,15
FUNDEB 40%		6.850.305,25	Convênio Estado TR 511 Recuperação de Estradas		499.997,08
FUNDEB 60%		15.914.708,94	Convênio Estado TR 603 - Trator Agrícola		93.696,56
Impostos Educação		6.444.812,87	Convênio Estado TR 604 - Academia de Saúde		50.000,00
Multas de Trânsito		15.504.095,16	Convênio Estado TR 749 - EXPOACIAF 2016		25.000,00
Multas de Trânsito - ORTFRAI		158.074,22	FUNDEB 40%		6.594.061,17
Multas de Trânsito - Policia Civil		47.190,53	FUNDEB 60%		15.305.000,00
Multas de Trânsito - Policia Militar		40.193,25	Impostos Educação		6.743.938,39
Multas Relativas ao Interesse do Consumidor		39.243,59	Impostos Saúde		12.303.134,53
Multas Relativo a Outros Interesses Difusos		6.739,26	Multas de Trânsito		113.514,22
Operações de Crédito Interna		12.650,74	Multas de Trânsito - ORTFRAI		50.820,60
Rec Conv União Reforma Macieirão		2.588.450,40	Multas de Trânsito - Policia Civil		20.409,33
Rec Conv. União - PAR - Móveis e Equip. CEI Nações		122.123,20	Multas de Trânsito - Policia Militar		59.967,39
Rec Conv. União - PAR - Termo 20140438/2014		741,88	Multas Previstas Legisl. de Trânsito - Pol. Civil		45.852,41
Rec Conv. União - PAR - Termo 201406898		143.998,57	Multas Previstas Legisl. de Trânsito - Pol.Militar		20.479,83
Rec Conv. União - PAR - Termo 201406899		19.937,56	Multas Previstas na Legisl. de Trânsito - ORTFRAI		13.625,88
Rec Conv. União - PAR - Termo 201406899		19.988,56	Operações de Crédito Interna		2.876.999,29
Rec. Conv União PAC208342/14 Cobert. Quadra		80.289,33	Rec Conv Estado Reforma Ginásio Jardim América TR 1031		370,45
Rec. Conv União PAC208662/14 Cobert. Quadra Nações		10.506,73	Rec Conv. Estado TR 2825 Ginásio Eurico Pinz		4.581,98
Rec. Conv. Estado TR 2825 Ginásio Eurico Pinz		30.646,65	Rec. Convênio Estado TR 1341 Sede Sec. Educação		32.353,56
Receltas Trib. Justiça - Defesa Civil		60.000,00	Receltas de Impostos e Transf de Impostos-Educação		5.706,54
Recursos - FMDCA		5.602,33			4.500,00

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

EXERCÍCIO: 2016
 PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
 DATA DE EMISSÃO: 03/03/2017
 PÁGINA: 2

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	98.346.571,60	Despesa Orçamentária (VII)	93.967.752,69
Recursos - FMDCA Tribunal Justiça	16.810,63	Receitas de Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	220.866,54
Recursos - FUNREBOM	627.514,71	Receitas Trib. Justiça - Defesa Civil	60.000,00
Recursos FNAS - FORUM	2.086,07	Recursos - FMDCA	2.351,15
Transf. de Recursos FEAS - Abrigo Alta Investimentos	766,24	Recursos - FMDCA Tribunal Justiça	3.910,88
Transf. de Recursos FEAS - CRAS Básica Custeio	39,36	Recursos - FUNREBOM	327.898,21
Transf. de Recursos FNAS - PBVII	0,97	Recursos Ordinários - FUNREBOM	279.367,26
Transf. de Recursos FNAS - PPMC	81.465,56	Recursos Ordinários - Transporte Escolar Estado	17.213,53
Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUAS	7.334,87	Superavit - Transf. Rec. Estado Comissão Intergestores Regional	15.212,97
Transf. de Recursos do SUS - CAPS	337.988,66	Transf. de Recursos FEAS - Abrigo Alta Investimentos	11.769,91
Transf. de Recursos FEAS - Abrigo Custeio	2.926,06	Transf. de Recursos FEAS - CRAS Básica Custeio	1.046,07
Transf. de Recursos FEAS - CRAS Investimentos	23.713,00	Transf. de Recursos FNAS - PBFI	34.275,65
Transf. de Recursos FEAS - CREA Média Investimentos	628,77	Transf. de Recursos FNAS - PPMC	70.836,02
Transf. de Recursos FNAS - Abrigo	56.207,62	Transf. de Recursos do Estado DST/HIV/AIDS	440,25
Transf. de Recursos FNAS - ACESSUAS	89,20	Transf. de Recursos do Estado Hepatites Virais	4.942,79
Transf. de Recursos FNAS - SCFV	125.093,87	Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUAS	2.383,38
Transf. Rec. SUS - Ampliação UBS São José	29,25	Transf. de Recursos do SUS - CAPS	280.686,52
Transf. Rec. SUS - Construção UBS Nações	104.261,43	Transf. de Recursos FEAS - Abrigo Custeio	8.188,54
Transf. Recursos do SUS - Aquisição Equipamentos	99.000,00	Transf. de Recursos FEAS - CRAS Investimentos	24.598,43
Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIRAIS	38.885,30	Transf. de Recursos FEAS - CREA Média Custeio	9.616,31
Transf. Recursos do SUS - MAC Estado	11.603,37	Transf. de Recursos FEAS - CREA Média Investimentos	11.996,63
Transf. Recursos do SUS - MAC União	1.613.796,48	Transf. de Recursos FNAS - Abrigo	43.362,81
Transf. Recursos do SUS - NASF	183.000,00	Transf. de Recursos FNAS - SCFV	112.596,56
Transf. Recursos do SUS - PMAQ	667.879,76	Transf. Rec. SUS - Ampliação UBS São José	1.566,08
Transf. Recursos do SUS - Programa Academia de Saúde	45.000,00	Transf. Rec. SUS - Construção UBS Nações	11.717,72
Transf. Recursos do SUS - Proteses Estado	7.860,00	Transf. Recursos do SUS - Atenção Básica Estado	74.571,81
Transf. Recursos do SUS - Rede Cegonha	581.718,75	Transf. Recursos do SUS - CAPS	77.952,57
Transf. Recursos do SUS - SAMU	29,72	Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS HEPATITE VIRAIS	39.711,84
Transf. Recursos do SUS - UPA	286.523,80	Transf. Recursos do SUS - Farmácia Básica	1.044,39
Transf. Recursos do SUS - Atenção Básica	140.123,45	Transf. Recursos do SUS - Farmácia Básica Estado	28.050,84
Transf. Recursos do SUS - Serv. Atenção Básica	202.040,75	Transf. Recursos do SUS - MAC Estado	13.247,48
Transf. Recursos do SUS - Serv. Atenção Básica	13.820,22	Transf. Recursos do SUS - MAC União	1.214.619,72
Transf. Recursos FEAS Benefícios Eventuais	530,09	Transf. Recursos do SUS - NASF	162.926,56
Transf. Recursos SUS União - Farmácia Básica	220.944,71	Transf. Recursos do SUS - PAB	40.597,90
Transf. Recursos SUS União - PAB	1.010.238,97	Transf. Recursos do SUS - PACS	19.587,97
Transf. Recursos SUS União - PACS	782.034,17	Transf. Recursos do SUS - PMAQ	511.261,13
Transf. Recursos SUS União - PSF	796.562,10	Transf. Recursos do SUS - Proteses Estado	4.950,00
Transf. Recursos SUS União - Saúde Bucal	87.303,57	Transf. Recursos do SUS - Quartos Retaguarda Hospital	581.718,75
Transf. Recursos SUS União - Vigilância Epidemiológica	169.986,84	Transf. Recursos do SUS - SAMU	256.220,44
Transf. Recursos SUS União - Vigilância Sanitária	27.215,73	Transf. Recursos do SUS - Saúde Bucal	7.620,78
Transferência de Recursos do FNAS - IGD-PBF	52.003,33	Transf. Recursos do SUS - Saúde na Escola	5.479,00
Transferência de Recursos do FNAS - PBF	22.690,03	Transf. Recursos do SUS - UPA	164,45
Transferência do FNDE - AEE	10.492,73	Transf. Recursos do SUS - Vig. Epidemiológica	41.615,18
Transferência do FNDE - Apoio a Creches	12.800,00	Transf. Recursos do SUS - Vig. Sanitária	3.530,46
Transferência do FNDE - PNAE	9,17	Transf. Recursos do SUS União Equipamentos	87.109,60
Transferência do FNDE - PNAE Infantil	287.754,48	Transf. Recursos FEAS Benefícios Eventuais	12.085,54
	180.370,27	Transf. Recursos SUS União - Farmácia Básica	184.962,67

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

EXERCÍCIO: 2016
 PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
 DATA DE EMISSÃO: 03/03/2017
 PAGINA: 3

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	98.346.571,60	Despesa Orçamentária (VII)	93.967.752,69
Transferência do FNDE - PNAE/A	7.550,62	Transf. Recursos SUS União - PAB	857.377,38
Transferência do FNDE - PNP	110.967,62	Transf. Recursos SUS União - PACS	670.373,06
Transferência do FNDE - PNATE	110.458,77	Transf. Recursos SUS União - PSF	742.491,73
Transferência do FNDE - PNATE Ensino Médio	46.342,91	Transf. Recursos SUS União - Saúde Bucal	79.911,23
Transferência do FNDE - PNATE Infantil	8.370,85	Transf. Recursos SUS União - Vigilância Epidemiológica	101.649,01
Transferência do FNDE - Salário Educação	2.395.999,24	Transf. Recursos SUS União - Vigilância Sanitária	20.768,40
Transferências de Recursos do Estado PAB Variável	227.202,73	Transferência de Recursos do FNAS - IGD-PBF	38.513,24
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Farmácia	192.690,94	Transferência de Recursos do FNAS - PBF	21.481,69
Transporte Escolar do Estado - Fundamental	543.392,59	Transferência de Recursos do FNAS - PTMC	12.550,39
Transf. Rec. Estado Comissão Intergestores Regional	1.060,61	Transferência do FNDE - AEE	13.504,11
		Transferência do FNDE - Apoio a Creches	181,30
		Transferência do FNDE - PEA	4.311,55
		Transferência do FNDE - PNAE	277.992,52
		Transferência do FNDE - PNAE Infantil	143.488,63
		Transferência do FNDE - PNAE/A	7.645,72
		Transferência do FNDE - PNP	89.366,31
		Transferência do FNDE - PNATE	117.042,27
		Transferência do FNDE - PNATE Ensino Médio	33.665,94
		Transferência do FNDE - PNATE Infantil	9.358,59
		Transferência do FNDE - Salário Educação	3.320.156,29
		Transferências de Recursos do Estado PAB Variável	91.180,66
		Transferências de Recursos do FUNDEB 40%	355.365,08
		Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Farmácia	137.877,62
		Transferências de Recursos FNAS - IGDBF	36.381,72
		Transporte Escolar do Estado - Fundamental	401.000,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	16.119.639,40	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	16.119.639,40
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	16.119.639,40	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	16.119.639,40
Interferências Financeiras (III)	41.879,19	Interferências Financeiras (IX)	41.879,19
BAIXAS DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)	41.879,19	BAIXAS DE CRÉDITOS A RECEBER (FINANCEIRO)	41.879,19
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	13.187.849,49	Pagamentos Extraorçamentários (X)	14.226.251,26
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	407.265,17	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	407.265,17
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.035.893,66	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	8.660.177,54
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.770.614,08	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	4.206.042,04
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.936.160,00	RP PROCESSADOS PAGOS	952.766,51
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	37.916,58		
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	11.584.884,87	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)	14.925.302,01
BANCO C/ MOVIMENTO	4.752.926,63	BANCO C/ MOVIMENTO	7.960.306,53
BANCOS C/ VINCULADAS	6.831.958,24	BANCOS C/ VINCULADAS	6.964.995,48
TOTAL (VI) = (II+III+IV+V)	139.280.824,55	TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X)	139.280.824,55

EXERCÍCIO: 2016

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

DATA DE EMISSÃO: 03/03/2017

PÁGINA: 4

SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13

Administração Direta, Indireta e Fundacional

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
FRAIBURGO, 03/03/2017			
IVO BIAZOLLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUÍS MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0		MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	17.837.191,31	PASSIVO CIRCULANTE	5.395.222,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.925.302,01	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	3.292.127,14
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2.092.178,74	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	518.000,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	233.015,11	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.557.454,20
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	4.913,99	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	71.259,45
ESTOQUES	578.870,25	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	496.381,85
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	2.911,21	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	5.280.979,14
ATIVO NÃO CIRCULANTE	155.106.490,10	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	632.754,71
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.864.427,60	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	4.620.880,15
INVESTIMENTOS	20.797,19	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	27.344,28
IMOBILIZADO	148.221.265,31	TOTAL DO PASSIVO	11.216.201,78
TOTAL	172.943.681,41	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.632.534,61
		RESULTADOS ACUMULADOS	158.094.945,02
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.826.824,39
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	149.027.373,37
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.240.747,26
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	161.727.479,63
		TOTAL	172.943.681,41
ATIVO FINANCEIRO	14.925.302,01	PASSIVO FINANCEIRO	4.550.675,80
ATIVO PERMANENTE	158.018.379,40	PASSIVO PERMANENTE	8.783.659,93
SALDO PATRIMONIAL			159.609.345,68

COMPENSAÇÕES	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	23.230,98	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS	0,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	1.801.831,05	CONGÊNERES	
		EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	12.377.191,25
TOTAL	1.825.062,03	TOTAL	12.377.191,25

FRAIBURGO, 07/03/2017

IVO BIAZZOLLO
Prefeito MunicipalMÁRCIO LUIZ MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2016
 PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
 Página: 1/2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	121.290.264,74
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	18.209.408,02
IMPOSTOS	9.831.322,29
TAXAS	8.129.615,73
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	248.470,00
CONTRIBUIÇÕES	1.502.315,51
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.502.315,51
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.032.653,81
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.032.653,81
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.660.077,62
JUROS E ENCARGOS DE MORA	88.080,06
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.571.997,56
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	90.480.390,61
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	16.119.639,40
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	74.252.525,53
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	108.225,68
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	657.024,61
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	657.024,61
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.748.394,56
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	20.797,19
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	2.077.611,47
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.649.985,90
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	113.463.440,35
PESSOAL E ENCARGOS	51.158.266,54
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	40.189.889,17
ENCARGOS PATRONAIS	8.615.780,72
BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.352.226,20
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	370,45
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	42.367,81
APOSENTADORIAS E REFORMAS	42.367,81
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	30.679.102,55
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	9.104.922,93
SERVIÇOS	17.599.076,12
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	3.975.103,50
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	105.889,05
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	92.353,40
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	13.535,65
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	25.578.309,28
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	16.119.639,40
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	7.781.453,44
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.180.484,81
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	494.273,99
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	957,64
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.500,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	913.268,35
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	81.019,66
PERDAS COM ALIENAÇÃO	260.595,60
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	571.653,09
TRIBUTÁRIAS	4.700.791,68
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	179,45
CONTRIBUIÇÕES	4.700.612,23
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	285.445,09
PREMIAÇÕES	19.086,24

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2016

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 2/2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

		Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		113.463.440,35
INCENTIVOS		135.212,64
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		131.146,21
Resultado Patrimonial do Período		7.826.824,39

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZOLLO
Prefeito MunicipalMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC N° 031038/O-0MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno**SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2016

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	Valor
002082/10	01/03/2015	0		2.829.083,95	723.383,03	330.308,75	3.222.158,23
002295/15	23/06/2015	0		0,00	1.332.313,98	40.312,06	1.292.001,92
002302/15	15/07/2015	0		1.237.556,54	0,00	304.801,83	932.754,71
002324/15	09/12/2015	2		0,00	531.817,83	504.473,55	27.344,28
002325/15	17/12/2015	48		0,00	624.720,00	0,00	624.720,00
Totais:				4.066.640,49	3.212.234,84	1.179.896,19	6.098.979,14

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZOLLO
Prefeito MunicipalMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC N° 031038/O-0MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício 2016

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/3

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR	5.986.214,98	3.706.774,08	5.638.695,11	4.054.293,95
Restos a Pagar Não Processados	5.026.481,05	1.770.614,08	4.678.961,18	2.118.133,95
Restos a Pagar Processados	959.733,93	1.936.160,00	959.733,93	1.936.160,00
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	849.580,37	849.580,37	0,00
BADESC Agencia de Fomento de SC S/A	0,00	40.312,06	40.312,06	0,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MATRIZ	0,00	204.466,48	204.466,48	0,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MATRIZ	0,00	300.000,00	300.000,00	0,00
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS	0,00	304.801,83	304.801,83	0,00
DEPÓSITOS	120.665,73	9.035.893,66	8.660.177,54	496.381,85
ADIANTAMENTO CONSIGNADO - UTIL CARD	0,00	15.611,57	15.611,57	0,00
ADIANTAMENTO CONSIGNADO - UTIL CARD	0,00	1.473,50	1.473,50	0,00
ADIANTAMENTO CONSIGNADO - UTIL CARD	0,00	2.096,35	2.096,35	0,00
ADIANTAMENTO CONSIGNADO - UTIL CARD	0,00	29.290,28	29.290,28	0,00
ASSEMFRSA	0,00	2.143,00	2.110,00	33,00
ASSEMFRSA	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
ASSEMFRSA	0,00	33,00	33,00	0,00
ASSEMFRSA	0,00	26.736,15	25.360,00	1.376,15
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	155.218,88	155.218,88	0,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CONSIGNAÇÃO	0,00	266.180,09	255.949,71	10.230,38
Contribuição AFSC	1.017,00	5.964,00	6.590,00	391,00
Contribuição FUNREBOM	17.360,83	244.742,02	243.476,70	18.626,15
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	15.492,51	15.492,51	0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	2.596,03	2.596,03	0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	753,12	753,12	0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	67.078,19	67.078,19	0,00
DEPÓSITO DE TERCEIROS - PANAMERICANO	80.739,59	0,00	0,00	80.739,59
DEPÓSITOS DE VEÍCULOS ALIENÁVEIS	8.511,77	102.816,97	100.427,69	10.901,05
EMPRESTIMO CONSIGNADO - BANCO DO BRASIL	0,00	19.211,00	19.211,00	0,00
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - BANCO DO BRASIL	0,00	2.464,08	2.258,74	205,34
EMPRESTIMO CONSIGNADO - BRADESCO	0,00	261.820,50	254.504,08	7.316,42
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - BRADESCO	0,00	1.883.992,43	1.781.756,67	102.235,76
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	32.961,88	32.080,76	881,12
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - CEF	0,00	2.934,88	2.709,12	225,76
EMPRÉSTIMO EM CONSIGNAÇÃO - CAIXA	0,00	8.530,02	8.530,02	0,00
EMPRÉSTIMOS EM CONSIGNAÇÃO - BRADESCO	0,00	49.588,59	49.212,42	376,17
GARANTIA - CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA	1.352,74	128,54	0,00	1.481,28
GARANTIA - CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA	0,00	61.950,66	61.950,66	0,00
GARANTIA - DOCA CASA E JARDIM LTDA	7,92	0,75	0,00	8,67
GARANTIA - GTA PRESTADORA SERVIÇOS LTDA	3.961,00	376,38	0,00	4.337,38
GARANTIA - STRAHL ENGENHARIA LTDA	0,00	2.882,29	0,00	2.882,29
I.N.S.S SOBRE FOLHA	0,00	2.727.517,01	2.600.161,24	127.355,77
I.N.S.S.	0,00	152.741,12	152.741,12	0,00
I.N.S.S.	0,00	102.003,38	101.630,84	372,54
I.R.R.F.	0,00	80.892,66	80.892,66	0,00
I.S.S.	0,00	73,79	73,79	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	11.560,89	11.560,89	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	1.357,62	1.357,62	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	523,64	523,64	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	36.025,07	36.025,07	0,00
INSS - CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	0,00	77,00	77,00	0,00
INSS - A.R.G INDUSTRIAL LTDA	0,00	948,47	948,47	0,00
INSS - ADEMIR MARCONDES	0,00	750,78	750,78	0,00
INSS - AGRISOLO COM SERVIÇOS LTDA	0,00	671,89	671,89	0,00
INSS - AGRISOLO COM. E SERV. LTDA	0,00	282,53	282,53	0,00
INSS - ALAN PIMENTEL ESQUADRIAS ME	0,00	236,50	236,50	0,00
INSS - ALINE DAINE RUTHES IARENHUK DA SILVA	1.489,14	0,00	1.489,14	0,00
INSS - ALTINO LUIZ MIGUEL	56,76	751,08	745,25	62,59
INSS - COM. DE MAT. DE CONSTR. ZARDP & BONALDO LTDA - E	0,00	1.186,82	1.186,82	0,00
INSS - CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	0,00	5.748,57	5.748,57	0,00

SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício 2016

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 2/3

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS	120.665,73	9.035.893,66	8.660.177,54	496.381,85
INSS - CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	27,37	13.223,23	13.250,60	0,00
INSS - CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA EPP	111,65	0,00	111,65	0,00
INSS - CONSEST PRE-MOLDADOS LTDA-ME	0,00	22.293,34	22.293,34	0,00
INSS - CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP	0,00	6.370,70	6.370,70	0,00
INSS - CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA - ME	0,00	9.624,95	9.624,95	0,00
INSS - D.L TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA EPP	0,00	6.772,94	6.772,94	0,00
INSS - DEON TERRAPLAN. E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP	0,00	403,10	121,28	281,82
INSS - DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP	0,00	5.505,78	5.505,78	0,00
INSS - DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP	0,00	404,66	404,66	0,00
INSS - EDIFIKE EMPREIT. DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME	0,00	203,00	203,00	0,00
INSS - EDSON PEREIRA DE SOUZA	0,00	148,50	148,50	0,00
INSS - ESCOLA ECOLOGICA FRAIBURGO LTDA-ME	0,00	922,24	922,24	0,00
INSS - FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	0,00	163,14	163,14	0,00
INSS - FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EP	0,00	1.490,60	1.490,60	0,00
INSS - FRONTEIRA GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA ME	0,00	1.053,80	1.053,80	0,00
INSS - GAYA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRELI - ME	0,00	21,30	0,00	21,30
INSS - JESSE DA CRUZ	0,00	750,78	750,78	0,00
INSS - JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA	0,00	581,15	581,15	0,00
INSS - LEONICE MARIA DOS SANTOS KOCHHANN	0,00	66,00	66,00	0,00
INSS - LUIZ BOZZANO JUNIOR	0,00	513,01	513,01	0,00
INSS - LUIZ CARLOS PIASSON	0,00	275,00	275,00	0,00
INSS - MACIEIRA TRANSPORTES EIRELI - ME	0,00	1.401,49	1.401,49	0,00
INSS - MATERBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	0,00	78,40	78,40	0,00
INSS - MATERBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	0,00	636,30	604,80	31,50
INSS - MATERBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	0,00	6.774,47	6.774,47	0,00
INSS - PAZZA TRANSP. DE PASSAGEIROS LTDA - ME	1.124,29	19.983,82	19.906,62	1.201,49
INSS - PRICILA DAL MAGRO CORDEIRO	0,00	1.039,28	1.039,28	0,00
INSS - RODRIGUES & DA SILVA LTDA - EPP	0,00	12.485,99	12.485,99	0,00
INSS - S.J. CONSTRUTORA LTDA ME	0,00	617,06	617,06	0,00
INSS - SANTA TEREZINHA TRANSP. TURISMO S/A	4.753,25	63.874,75	64.908,61	3.719,39
INSS - SINCO SINALIZAÇÃO E CONSTR. IND. E COM. LTDA	0,00	1.539,75	0,00	1.539,75
INSS - SOLANGE RIGO	0,00	750,78	750,78	0,00
INSS - STRAHL ENGENHARIA EIRELI - ME	0,00	1.113,86	1.113,86	0,00
INSS - TERRAPLANAGEM E PRESTADORA SERV. EXCEL LTDA	0,00	428,95	428,95	0,00
INSS - V.F.VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA EPP	0,00	1.508,85	1.404,90	103,95
INSS - VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA	0,00	5.702,07	5.702,07	0,00
INSS S/FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	562.396,60	556.507,95	5.888,65
INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	38.109,21	38.008,74	100,47
IRRF - RECOLHER PARA PREFEITURA	0,00	18,00	18,00	0,00
IRRF A RECOLHER	152,42	1.095.465,91	996.475,69	99.142,64
IRRF A RECOLHER PREFEITURA	0,00	508.531,12	500.369,51	8.161,61
IRRF A RECOLHER PREFEITURA	0,00	51.235,89	51.166,85	69,04
IRRF A RECOLHER PREFEITURA	0,00	5.139,90	5.139,90	0,00
OUTROS DESCONTOS / DEVOLUÇÃO DIARIAS	0,00	645,93	645,93	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	19.173,49	18.645,49	528,00
PENSÃO ALIMENTICIA	0,00	73.881,58	71.606,90	2.274,68
PENSOES ALIMENTICIAS	0,00	10.792,96	10.792,96	0,00
RENDIMENTO APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	21.634,04	21.634,04	0,00
RETENÇÃO RELATIVA A SALÁRIO MATERNIDADE NA CONTRIBL	0,00	7.015,80	7.015,80	0,00
SINDICAL	0,00	898,12	898,12	0,00
SINSER	0,00	5.917,27	5.777,31	139,96
SINSER	0,00	525,96	525,96	0,00

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Exercício 2016

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 3/3

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS	120.665,73	9.035.893,66	8.660.177,54	496.381,85
SINSER	0,00	56.372,36	53.233,17	3.139,19
TOTAL GERAL	6.106.880,71	13.592.248,11	15.148.453,02	4.550.675,80

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZOLLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC N° 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Exercício 2016

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercício Atual
INGRESSOS	174.161.484,74
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	26.267.847,54
Receita Tributária	12.645.187,52
Receita de Contribuições	1.493.471,39
Receita Patrimonial	46.490,38
Receita de Serviços	5.984.202,84
Remuneração das Disponibilidades	1.574.083,62
Outras Receitas Derivadas e Originárias	4.524.411,79
TRANSFERÊNCIAS	66.588.728,81
Intergovernamentais	43.920.545,35
da União	26.185.352,10
dos Estados e Distrito Federal	17.735.193,25
Outras transferências correntes recebidas	22.668.183,46
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	81.304.908,39
DESEMBOLSOS	164.768.193,13
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	69.849.934,18
Administração	7.583.691,98
Agricultura	1.109.232,68
Assistência Social	1.480.252,65
Comércio e Serviços	221.709,33
Cultura	811.053,76
Desporto e Lazer	1.045.215,92
Educação	30.292.145,47
Encargos Especiais	501.783,83
Gestão Ambiental	24.708,00
Habitação	11.274,60
Indústria	22.738,55
Legislativa	1.870.515,99
Saneamento	6.295.526,94
Saúde	12.064.590,88
Segurança Pública	766.641,08
Transporte	829.763,39
Urbanismo	4.919.089,13
TRANSFERÊNCIAS	4.992.969,14
Intergovernamentais	33.794,46
a Estados e ao Distrito Federal	33.794,46
Outras Transferências Concedidas	4.959.174,68
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	89.925.289,81
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.300.938,21

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	Exercício Atual
INGRESSOS	181.527,06
Alienação de Bens	181.527,06
DESEMBOLSOS	10.880.598,36
Aquisição de Ativos Não Circulante	3.748.835,56
Outros Desembolsos de Investimentos	7.131.762,80
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.699.071,30

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Exercício 2016

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	Exercício Atual
INGRESSOS	5.415.129,17
Operações de Créditos	2.588.063,61
Transferências de Capital Recebidas	2.827.065,56
DESEMBOLSOS	583.069,24
Outros Desembolsos de Financiamentos	583.069,24
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	4.725.398,95

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.327.265,86
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	11.584.884,87
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	14.925.302,01

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1/1

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	3.632.534,61	0,00	0,00	43.490,08	0,00	0,00	148.850.843,49	0,00	152.526.868,18
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.240.747,26	0,00	1.240.747,26
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.039,80	0,00	133.039,80
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.826.824,39	0,00	7.826.824,39
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	3.632.534,61	0,00	0,00	43.490,08	0,00	0,00	158.051.454,94	0,00	161.727.479,63

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Exercício 2016

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

A Lei de Meios, para o exercício de 2016 de nº 2324 de 09 de Dezembro de 2015, estimou a receita em 80.000.000,00 e fixou a despesa em 80.000.000,00.
Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		80.000.000,00
+ Créditos Suplementares:	27.569.671,09	
+ Créditos Especiais:	119.000,00	27.688.671,09
- Reduções:		5.569.330,79
DESPESA AUTORIZADA:		102.119.340,30

CRÉDITOS ADICIONAIS:

No exercício considerado, foram autorizados 519 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 27.569.671,09, e 5 crédito(s) especiais no valor de R\$ 119.000,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	5.569.330,79
Despesa a Maior	22.119.340,30
TOTAL:	27.688.671,09

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 98.346.571,60, verificando-se uma arrecadação a maior de R\$ 18.346.571,60, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	80.000.000,00
Arrecadacao a Maior	18.346.571,60
Receita Arrecadada	98.346.571,60

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	80.000.000,00	98.346.571,60	18.346.571,60
RECEITAS CORRENTES	76.934.900,00	92.856.576,35	15.921.676,35
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.706.300,00	12.645.187,52	1.938.887,52
IMPOSTOS	7.530.000,00	9.367.776,54	1.837.776,54
TAXAS	2.776.300,00	3.066.182,43	289.882,43
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	400.000,00	211.228,55	-188.771,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	1.493.471,39	593.471,39
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇ,	900.000,00	1.493.471,39	593.471,39
RECEITA PATRIMONIAL	672.100,00	1.620.574,00	948.474,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	35.000,00	27.050,06	-7.949,94
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	629.100,00	1.574.083,62	944.983,62
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.000,00	19.440,32	11.440,32
RECEITA DE SERVIÇOS	4.675.700,00	5.984.202,84	1.308.502,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	58.756.000,00	66.588.728,81	7.832.728,81
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	58.587.000,00	66.354.995,73	7.767.995,73
Transferências de Instituições Privadas	144.000,00	108.225,68	-35.774,32
Transf. de Conv.	0,00	125.507,40	125.507,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.224.800,00	4.524.411,79	3.299.611,79
Multas e Juros de Mora	688.800,00	837.678,34	148.878,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	120.500,00	3.040.058,05	2.919.558,05
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	411.000,00	497.400,27	86.400,27
RECEITAS DIVERSAS	4.500,00	149.275,13	144.775,13
RECEITAS DE CAPITAL	3.065.100,00	5.489.995,25	2.424.895,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.940.100,00	2.588.063,61	-352.036,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.940.100,00	2.588.063,61	-352.036,39
ALIENAÇÃO DE BENS	120.000,00	181.527,06	61.527,06
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	65.000,00	131.950,00	66.950,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	55.000,00	49.577,06	-5.422,94
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00	2.720.404,58	2.715.404,58
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.000,00	563.333,47	558.333,47
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	2.157.071,11	2.157.071,11

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Exercício 2016

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas En			838.942,63
Totais:	80.000.000,00	98.346.571,60	18.346.571,60

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 66.588.728,81 correspondem a 67,7082% do total arrecadado.
O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2013	18.438.692,52	60.119.339,24	3.578.559,62	82.136.591,38
2014	19.095.456,68	65.985.940,33	5.213.935,84	90.295.332,85
2015	21.345.994,21	67.570.572,78	5.204.488,49	94.121.055,48
2016	26.267.847,54	66.588.728,81	5.489.995,25	98.346.571,60

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 2324 foi de R\$ 80.000.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 93.967.752,69, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	88.510.315,89	84.372.934,84	-4.137.381,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.484.301,09	48.314.500,98	-1.169.800,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	92.353,40	-407.646,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.526.014,80	35.966.080,46	-2.559.934,34
DESPESAS DE CAPITAL	13.409.024,41	9.594.817,85	-3.814.206,56
INVESTIMENTOS	12.789.024,41	9.011.748,61	-3.777.275,80
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	620.000,00	583.069,24	-36.930,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	-200.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	0,00	-200.000,00
Total	102.119.340,30	93.967.752,69	-8.151.587,61

A maior contratação de dispêndio deu-se em PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS : R\$ 48.314.500,98 , que representa 51,4160 % do total.
O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS

	Correntes	Capital	Total
2013	65.448.522,86	9.920.403,25	75.368.926,11
2014	71.077.499,89	11.999.806,26	83.077.306,15
2015	75.127.480,92	12.254.627,14	87.382.108,06
2016	84.372.934,84	9.594.817,85	93.967.752,69

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	80.000.000,00
Créditos Suplementares:	27.569.671,09
Créditos Especiais:	119.000,00
- Reduções:	5.569.330,79
Total	102.119.340,30

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	93.967.752,69
Despesa a Menor	-8.151.587,61

RECEITA ARRECADADA	98.346.571,60
(-) Receita Prevista	80.000.000,00
RECEITA A MAIOR	18.346.571,60

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOBetha Sistemas
Exercício 2016**Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional**

RECEITA ARRECADADA	98.346.571,60
(-) Receita Prevista	80.000.000,00
RECEITA A MAIOR	18.346.571,60

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA
BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	11.584.884,87
RECEITA ARRECADADA	
Receita Orçamentária	98.346.571,60
Transferências Financeiras Recebidas	16.119.639,40
Interferências Financeiras	41.879,19
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	407.265,17
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.035.893,66
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.770.614,08
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.936.160,00
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	37.916,58
TOTAL	139.280.824,55

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2016.

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Exercício 2016

Balço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional**BALANÇO PATRIMONIAL**

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.925.302,01
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2.092.178,74
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	233.015,11
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	4.913,99
ESTOQUES	578.870,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	2.911,21
Total do Ativo Circulante	17.837.191,31
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.864.427,60
INVESTIMENTOS	20.797,19
IMOBILIZADO	148.221.265,31
Total do Ativo Não-Circulante	155.106.490,10
TOTAL DO ATIVO	172.943.681,41
PASSIVO CIRCULANTE	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.292.127,14
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	518.000,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.557.454,20
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	71.259,45
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	496.381,85
Total do Passivo Circulante	5.935.222,64
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	632.754,71
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	4.620.880,15
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	27.344,28
Total do Passivo Não-Circulante	5.280.979,14
TOTAL DO PASSIVO	11.216.201,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	161.727.479,63
TOTAL	172.943.681,41
ATIVO FINANCEIRO	14.925.302,01
ATIVO PERMANENTE	158.018.379,40
PASSIVO FINANCEIRO	4.550.675,80
PASSIVO PERMANENTE	8.783.659,93
SALDO PATRIMONIAL	159.609.345,68

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo do exercício anterior	4.066.640,49
Nova Formação da Dívida	3.212.234,84
Amortização Verificada no Exercício	-1.179.896,19
Saldo para o exercício seguinte	6.098.979,14

SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGOBetha Sistemas
Exercício 2016**Balço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional****DÍVIDA FLUTUANTE**

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 4.550.675,80 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	4.054.293,95
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	496.381,85
DÉBITOS DA TESOURARIA	0,00
TOTAL	4.550.675,80

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2016

Saldo do exercício anterior	6.106.880,71 D
Nova formação da dívida	13.592.248,11 D
(-) Amortização do exercício	15.148.453,02 D
Saldo do exercício de 2015	4.550.675,80 D

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Exercício 2016

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	18.209.408,02
IMPOSTOS	9.831.322,29
TAXAS	8.129.615,73
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	248.470,00
CONTRIBUIÇÕES	1.502.315,51
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.502.315,51
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.032.653,81
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.032.653,81
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.660.077,62
JUROS E ENCARGOS DE MORA	88.080,06
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.571.997,56
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	90.480.390,61
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	16.119.639,40
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	74.252.525,53
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	108.225,68
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	657.024,61
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	657.024,61
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.748.394,56
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	20.797,19
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	2.077.611,47
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.649.985,90
TOTAL	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
PESSOAL E ENCARGOS	51.158.266,54
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	40.189.889,17
ENCARGOS PATRONAIS	8.615.780,72
BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.352.226,20
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	370,45
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	42.367,81
APOSENTADORIAS E REFORMAS	42.367,81
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	30.679.102,55
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	9.104.922,93
SERVIÇOS	17.599.076,12
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	3.975.103,50
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	105.889,05
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	92.353,40
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	13.535,65
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	25.578.309,28
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	16.119.639,40
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	7.781.453,44
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.180.484,81
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	494.273,99
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	957,64
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.500,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	913.268,35
REAValiação, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	81.019,66
PERDAS COM ALIENAÇÃO	260.595,60
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	571.653,09
TRIBUTÁRIAS	4.700.791,68
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	179,45
CONTRIBUIÇÕES	4.700.612,23
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	285.445,09
PREMIAÇÕES	19.086,24
INCENTIVOS	135.212,64

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Exercício 2016

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta, Indireta e Fundacional**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS****131.146,21****TOTAL****0,00**

RESULTADO PATRIMONIAL**7.826.824,39**

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2016, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

FRAIBURGO, 03/03/2017

IVO BIAZOLLO

Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO

Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

Controlador Interno

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 349/2017

PORTARIA N.º 349, DE 22 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no
uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica
Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e Lei 1957/2016,

RESOLVE,

Art. 1º. PRORROGAR A LICENÇA-MATERNIDADE POR 60 (SESSENTA) DIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 1º, da Lei n.º 1957/2016, à servidora GISELE CRISTINE FERNANDES THOMAS VOSS, matrícula funcional n.º 6836, a partir de 13/07/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de março de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 351/2017

PORTARIA N.º 351, DE 22 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 004/2017, da Comissão de Processo Administrativo, referente à Portaria n.º 199/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO, referente à Portaria n.º 199/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de março de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 23/03/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 354/2017

PORTARIA N.º 354, DE 24 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 56, da Lei Municipal n.º 1000/2005, MARCUS VINICIUS ISRAEL, CPF n.º 038.177.549-65, das funções comissionadas do cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO DE MÍDIA E EVENTOS, da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Desenvolvimento, a partir de 18/03/2017.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 18/03/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de março de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 355/2017

PORTARIA N.º 355, DE 24 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 26/03/2017, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora TATIANA RIBEIRO DE ROYA, Matrícula Funcional n.º 6249, concedidas através da Portaria n.º 321/2017, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 356/2017

PORTARIA N.º 356, DE 24 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MICHELI CRISTINA VARGAS, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 6254, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 16/03/2017.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 16/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de março de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 357/2017

PORTARIA N.º 357, DE 24 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora JULIANA WEBSTER TEIXEIRA BRASIL, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 6293, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, de 01/03/2017 a 23/03/2017, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 358/2017

PORTARIA N.º 358, DE 24 DE MARÇO 2017.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Motorista, matrícula funcional n.º 0434, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 20/03/2017.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/03/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de março de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 359/2017

PORTARIA N.º 359, DE 24 DE MARÇO 2017.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA ALICE SILVA, Almoxarife, matrícula funcional n.º 3745, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 18/03/2017.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/03/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 360/2017

PORTARIA N.º 360, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado dos cargos de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Secretaria de Saúde no período de março de 2017:

MATRICULA	Nome
6352	Ana Cristina Almeida da Silva de Oliveira
7040	Andreia Pohlmann
3764	Ana Maria de Souza Roecker
6733	Eliane Sebastião
6755	Erica Regina Santos Bortolatto
6315	Fabíula Rodrigues Garcia
6680	Graziela Eick Martins
6803	Ismael Pereira Ramos
6870	Kelen da Rosa Ramos
6719	Marcio Rodrigues Cabrera
6743	Marza Adriana de Oliveira Lima
6181	Maria Aparecida Bernardino Fernandes
0794	Mariana da Silva
6272	Renan Elizeu Hilário
3554	Rosinete Cardoso Rodrigues
3643	Rozilda de Amorim
6192	Rozimar Pacheco Martins
6763	Silvely Mendes Duarte
3595	Sueli Teresinha dos Santos
6693	Frederico Neves de Paula

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 367/2017

PORTARIA N.º 367, DE 28 DE MARÇO 2017.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) GIOVANA MATIAS DANIEL, Professora, matrícula funcional n.º 0737, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 20/03/2017.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/03/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 368/2017

PORTARIA N.º 368, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, IVAN LADISLAU DE SOUSA, CPF n.º 072.914.369-40, do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 03/04/2017.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Garopaba, 28 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 369/2017

PORTARIA N.º 369, DE 28 DE MARÇO 2017.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA VALÉRIA TEIXEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 3852, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 22/03/2017.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/03/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

AVISO DE LICITAÇÃO PE017/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega em parcela única, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pretendendo a contratação de empresa especializada para prestação do serviço de monitoramento remoto e serviços eventuais de readequações de Sistemas de Alarme eletrônico, por meio de comunicação via rede wireless outdoor, durante 24h horas/dia, incluindo a locação dos equipamentos de infra estrutura necessários a prestação do serviço. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 17/04/2017. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 17/04/2017, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 31 de Março de 2017.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 063/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 063/2017

PMG/FMS

Ata nº. 063/2017; Processo nº 021/2017; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: MARCELO GALVAN SEBASTIÃO –ME, CNPJ nº 01.011.068/0001-39 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADOS SPLIT E JANELEIRO, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS SEM EXCLUSIVIDADE, PARA AS SECRETARIAS ADMINISTRADAS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA. Data da Assinatura: 30/03/2017.

LEI Nº 2048, DE 31 DE MARÇO DE 2017

LEI Nº 2.048, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 1.374/2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 16, da Lei Municipal n.º 1.374, de 21 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte Redação:

“Art. 16. Fica estabelecido para os servidores do Magistério Municipal, ativos e inativos, 20 (vinte) horas semanais, com habilitação em curso de Magistério – em Nível de Ensino Médio, na modalidade Normal, o piso salarial de R\$ 1.149,40 (um mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta centavos).

§ 1º A hora atividade será de 1/3 (um terço) da jornada de trabalho, a ser desempenhada na unidade escolar, em atividades a serem regulamentadas por Ato do Poder Executivo, em concordância com a legislação vigente.

§ 2º O reajuste do piso será feito na mesma ocasião e no mesmo percentual que forem estabelecidos nacionalmente pela respectiva lei competente, não incidindo o reajuste anual dos demais servidores públicos municipais.

§ 3º O reajuste também se aplica aos servidores do magistério regidos pela lei municipal n.º 655 de 24/08/1999.

Art. 2º. O Anexo VI, da Lei Municipal n.º 1.374, de 21 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a redação do Anexo I, da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de janeiro de 2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 03/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

ANEXO I

(ANEXO VI - LEI N.º 1.374, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009)

Jornada de 20 (vinte) horas Semanais – Jornada maior ou menor implica diferença para mais ou para menos.

Nível/Referência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Nível I (piso)	1.149,40	1.172,42	1.195,86	1.219,76	1.244,15	1.269,04	1.294,43	1.320,32	1.346,73	1.373,67	1.401,14
Nível II (piso+ 4%)	1.195,38	1.219,30	1.243,65	1.268,54	1.293,91	1.319,78	1.346,20	1.373,74	1.400,58	1.428,58	1.457,16
Nível III (II + 5%)	1.255,14	1.280,24	1.305,86	1.331,97	1.358,61	1.385,80	1.413,51	1.441,79	1.470,60	1.500,02	1.530,01
Nível IV (III+5%)	1.317,90	1.344,28	1.371,18	1.398,60	1.426,57	1.455,09	1.484,17	1.513,88	1.544,15	1.575,05	1.606,53
Nível V (IV+5%)	1.383,80	1.411,48	1.439,70	1.468,50	1.497,88	1.527,84	1.558,87	1.589,56	1.621,36	1.653,77	1.686,86
Percentual	□	2%									

Garopaba, 31 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 263/2017

PORTARIA N.º 263, DE 10 DE MARÇO 2017.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) DULCINEIA DE CAMPOS, Professora, matrícula funcional n.º 3854, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 15/02/2017.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/02/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 264/2017

PORTARIA N.º 264, DE 10 DE MARÇO 2017.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSIANE MARLI ANTONIO DAMAZIO, Professora, matrícula funcional n.º 0044, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 15/02/2017.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/02/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 265/2017

PORTARIA N.º 265, DE 10 DE MARÇO 2017.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JOSÉ PEREIRA, Operador de Equipamentos, matrícula funcional n.º 3701, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 02/03/2017.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 266/2017

PORTARIA N.º 266, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JULIANA WEBSTER TEIXEIRA BRASIL, Agente Comunitária, matrícula funcional n.º 6293, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 24/02/2017, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/02/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 267/2017

PORTARIA N.º 267, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JOSÉ PEREIRA, Operador de Equipamentos, matrícula funcional n.º 3701, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 40 (quarenta) dias, a partir de 01/03/2017, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 268/2017

PORTARIA N.º 268, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) DULCINÉIA DE CAMPOS, Professora, matrícula funcional n.º 3854, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 09/02/2017, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/02/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 268/2017

PORTARIA N.º 268, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) DULCINÉIA DE CAMPOS, Professora, matrícula funcional n.º 3854, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 09/02/2017, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/02/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 269/2017

PORTARIA N.º 269, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSIANE MARLI ANTONIO DAMAZIO, Professora, matrícula funcional n.º 0044, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 09/02/2017, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/02/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 270/2017

PORTARIA N.º 270, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor LEANDRO IZALDO SILVA, Agente Administrativo, Matrícula n.º 0924, o valor de R\$ 86,39 (oitenta e seis reais e trinta e nove centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 157/2015, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2017, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 271/2017

PORTARIA N.º 271, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ANTONIO CRISPIM, Matrícula Funcional n.º 0104, referente a 2014/2015, no período de 03/03/2017 a 01/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 272/2017

PORTARIA N.º 272, DE 10 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ROSANA GONÇALVES FLORENCIO, matrícula funcional n.º 6826, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 18 de fevereiro de 2017, por motivo de falecimento do pai.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/02/2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 273/2017

PORTARIA N.º 273, DE 10 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, a servidora VANESSA BATISTA MENDONÇA PIRES, Matrícula Funcional n.º 4269, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 01/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 274/2017

PORTARIA N.º 274, DE 10 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RENATO GUILHERME HEXSEL, Matrícula Funcional n.º 6256, referente a 2015/2016, no período de 01/03/2017 a 30/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 275/2017

PORTARIA N.º 275, DE 10 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RUDI DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 3753, referente a 2015/2016, no período de 02/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 276/2017

PORTARIA N.º 276, DE 10 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor FABIO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3269, referente a 2016/2017, no período de 01/03/2017 a 30/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 277/2017

PORTARIA N.º 277, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 17 (dezesete) dias, concedidas através da Portaria n.º 281/2014 e suspensas através da Portaria n.º 332/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor MARCUS VINICIUS ISRAEL, Matrícula Funcional n.º 4979, no período de 01/03/2017 à 17/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 278/2017

PORTARIA N.º 278, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) FRANCIELE BARTH MORALLES, Contrato n.º 10/2016, em 02/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 279/2017

PORTARIA N.º 279, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora VIVIAN DE ABREU, Professora, matrícula funcional n.º 6078, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, de 01/03/2017 a 23/07/2017, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 280/2017

PORTARIA N.º 280, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LEANDRO DOS SANTOS RIBEIRO, Motorista, matrícula funcional n.º 6798, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 22/02/2017, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/02/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 281/2017

PORTARIA N.º 281, DE 10 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora CELIANE GONÇALVES CARLSEN, Matrícula Funcional n.º 3648, referente a 2013/2014, no período de 06/03/2017 a 04/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 282/2017

PORTARIA N.º 282, DE 10 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ROGÉRIO DA ROSA, Matrícula Funcional n.º 5341, referente a 2015/2016, no período de 06/03/2017 a 04/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 283/2017

PORTARIA N.º 283, DE 10 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora LUZIA PONCIANO PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 3754, referente a 2015/2016, no período de 06/03/2017 a 25/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 284/2017

PORTARIA N.º 284, DE 10 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora LENI SANTOS DE LIMA, Matrícula Funcional n.º 6103, referente a 2015/2016, no período de 06/03/2017 a 18/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 285/2017

PORTARIA N.º 285, DE 10 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora PAULA ELIAS DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 6278, referente a 2015/2016, no período de 06/03/2017 a 04/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 287/2017

PORTARIA N.º 287, DE 14 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/03/2017, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor JOÃO BATISTA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 5719, concedidas através da Portaria n.º 215/2017, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 288/2017

PORTARIA N.º 288, DE 14 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/03/2017, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor FABIO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3269, concedidas através da Portaria n.º 276/2017, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/03/2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 289/2017

PORTARIA N.º 289, DE 14 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) EDILENE DA SILVA, Contrato n.º 363/2015, em 06/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 290/2017

PORTARIA N.º 290, DE 14 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) CLARISSA FERREIRA PILLON, Contrato n.º 144/2017, em 08/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 291/2017

PORTARIA N.º 291, DE 14 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 16/03/2017, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor JORGE LUIS GONÇALVES REIMBRECHT, Matrícula Funcional n.º 3736, concedidas através da Portaria n.º 212/2017, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 292/2017

PORTARIA N.º 292, DE 14 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 07/03/2017, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor RAFAEL TONVILDES DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 4957, concedidas através da Portaria n.º 209/2017, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/03/2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 293/2017

PORTARIA N.º 293, DE 14 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER, A PEDIDO, em 08/03/2017, PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE da servidora BRUNA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3552, concedida pela Portaria n.º 1073/2016.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/03/2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 294/2017

PORTARIA N.º 294, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 29 (vinte e nove) dias, concedidas através da Portaria n.º 088/2016 e suspensas através da Portaria n.º 098/2016, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora JANETE ZEFERINA TEIXEIRA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0781, no período de 06/03/2017 à 03/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 295/2017

PORTARIA N.º 295, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCOS ABREU DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 4284, referente a 2015/2016, no período de 06/03/2017 a 04/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 296/2017

PORTARIA N.º 296, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) CAROLINA FORNARI BITTENCOURT, Contrato n.º 414/2015, em 06/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 297/2017

PORTARIA N.º 297, DE 15 DE MARÇO 2017.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SANDRA NASCIMENTO DE ABREU GARCIA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0797, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 09/03/2017.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/03/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 298/2017

PORTARIA N.º 298, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CARLA ANDREA NOSCHANG BATTISTELLA, Professor, matrícula funcional n.º 3860, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 13/03/2017.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/03/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 299/2017

PORTARIA N.º 299, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora CLEIDINEIA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0804, referente a 2012-2017, no período de 10/03/2017 à 08/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/03/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 300/2017

PORTARIA N.º 300, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora NADIA MARIA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0759, referente a 2011-2016, no período de 14/03/2017 à 12/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/03/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 301/2017

PORTARIA N.º 301, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora CENIR GRUNTHAL RAMOS, Matrícula Funcional n.º 0065, referente a 2015/2016, no período de 15/03/2017 a 13/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 302/2017

PORTARIA N.º 302, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora LÉIA CRISTINA DE ABREU VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 5801, referente a 2016/2017, no período de 15/03/2017 a 13/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 303/2017

PORTARIA N.º 303, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora GISELE CRISTINE FERNANDES THOMAZ VOSS, Professor, matrícula funcional n.º 6836, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 15/03/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 304/2017

PORTARIA N.º 304, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ALETUZIA BOTELHO TORQUATO, Contrato n.º 362/2015, em 16/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 307/2017

PORTARIA N.º 307, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 1000/2005 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, BRUNA DA SILVA, Matrícula n.º 3552, para exercer as funções do cargo de COORDENAÇÃO DO CAPS, da Secretaria Municipal de Saúde, com Gratificação Especial de 60% do cargo ocupado, a partir de 08 de março de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 08/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 308/2017

PORTARIA N.º 308, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor MARCOS ALEXANDRE DE CAMPOS, Matrícula Funcional n.º 0790, referente a 2007-2012, no período de 15/03/2017 à 13/05/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 309/2017

PORTARIA N.º 309, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor FABIO DE SOUZA, Contador, Matrícula n.º 3269, o valor de R\$ 148,76 (cento e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 293/2013, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2017, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 311/2017

PORTARIA N.º 311, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora MARIA DE ABREU SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0099, referente a 2015/2016, no período de 17/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 312/2017

PORTARIA N.º 312, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora DÉBORA CARVALHO NOGUEIRA, Matrícula Funcional n.º 5034, referente a 2014/2015, no período de 20/03/2017 a 18/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 313/2017

PORTARIA N.º 313, DE 15 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora CLAUDIA BREDA, Matrícula Funcional n.º 5078, referente a 2015/2016, no período de 21/03/2017 a 31/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 314/2017

PORTARIA N.º 314, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ELIETE GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 5272, referente a 2016/2017, no período de 03/04/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 315/2017

PORTARIA N.º 315, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos da Lei Municipal n.º 1.533 de 02 de junho de 2011, ao conselheiro tutelar DIOMAR DE AMORIM, CPF n.º 790.921.529-00,

referente à 2016/2017, no período de 01/04/2017 à 30/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 316/2017

PORTARIA N.º 316, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ALICE VERECHUKI GARCIA RIBEIRO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0721, referente a 2014/2015, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 317/2017

PORTARIA N.º 317, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor JOÃO LUIZ GREGÓRIO, Auxiliar Administrativo, Matrícula n.º 3770, o valor de R\$ 97,13 (noventa e sete reais com treze centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através

da Portaria n.º 068/2014, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2017, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 318/2017

PORTARIA N.º 318, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor EDINEI JOSÉ VIEIRA, Técnico em Contabilidade, Matrícula n.º 3270, o valor de R\$ 159,28 (cento e cinquenta e nove reais com vinte e oito centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 294/2013, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/03/2017, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 319/2017

PORTARIA N.º 319, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora JANE TE ZEFERINA TEIXEIRA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0781, referente a 2015/2016, no período de 16/11/2016 a 30/11/2016.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/11/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 320/2017

PORTARIA N.º 320, DE 16 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) CARLA LUCIANE FAVERO DA SILVA, Contrato n.º 183/2017, em 16/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 321/2017

PORTARIA N.º 321, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora TATIANA RIBEIRO DE ROYA, Matrícula Funcional n.º 6249, referente a 2015/2016, no período de 16/03/2017 a 14/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 16/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 322/2017

PORTARIA N.º 322, DE 17 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor NILTON CESAR RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0925, referente a 2015/2016, no período de 03/04/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 329/2017

PORTARIA N.º 329, DE 20 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) FABÍOLA RODRIGUES GARCIA, Contrato n.º 003/2016, em 31/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 333/2017

PORTARIA N.º 333, DE 21 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RAFAEL DOS SANTOS ULYSSEA, Matrícula Funcional n.º 3843, referente a 2016/2017, no período de 20/03/2017 a 18/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 334/2017

PORTARIA N.º 334, DE 21 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SANDRA NASCIMENTO DE ABREU GARCIA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0797, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 07/03/2017, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 335/2017

PORTARIA N.º 335, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) RAFAELA MACHADO REGINALDO, Contrato n.º 368/2015, em 14/03/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 340/2017

PORTARIA N.º 340, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora MARLISE GOULART DE OLIVEIRA PAES, Matrícula Funcional n.º 3691, referente a 2016/2017, no período de 20/03/2017 a 18/04/2017.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/03/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 372/2017

PORTARIA N.º 372, DE 31 DE MARÇO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato JULIANA RESENDE DUTRA, CPF n.º 005.855.360-66, aprovado e classificado como 10º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR ARTES 40 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de março de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 03/04/2017, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

LEI N° 1971/2017

LEI N° 1971, DE 31 DE MARÇO DE 2017

“Altera denominação de via pública para Travessa Euclides Padilha e dá outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a denominação da via pública lateral da Rua Antônio Ladislau de Araújo, conforme croqui anexo, para Travessa Euclides Padilha.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo tomará as providências necessárias para aposição das placas na mencionada Estrada, dando-se conhecimento da alteração da denominação à Águas de Garuva, Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adrianly David
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.400, DE 20 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.400, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 6.890, DE 31 DE MARÇO DE 2016, QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 6.890, de 31 de março de 2016, que nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Gaspar, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Nomeia os representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Gestão 2016/2018, com a composição abaixo relacionada:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS		
Órgão de Representatividade	Membro Titular	Membro Suplente
Secretaria de Administração e Gestão	Roni Jean Muller	Claudionei de Oliveira
Secretaria de Assistência Social	Santiago Martin Navia	Calisto Lopes Cerqueira
Secretaria de Educação	Renato da Costa Brambilla Marquetti	José Gabriel Corrêa
Secretaria de Educação	Sandra Mara Hostins	Lurdes Caresia da Silva
CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS		
Órgão de Representatividade	Membro Titular	Membro Suplente
Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Gaspar	Kelly Pereira Cunha	Alexssandra Goya Fernandes
APAE Gaspar	Rogério Alves de Andrade	Vera Lucia Stuepp Uesler
Ação Social e Cidadã - CEGAPAM	Jéssica Vitorino	Jucemara Glovacki Pessoa Fernandes
GAIAA – Grupo de Apoio a Infância e Adolescência Abrigada	Gislaine dos Santos	Milena Maria Soares Pereira”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 24 de janeiro de 2017.

Gaspar, 20 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.407, DE 22 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.407, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORAS QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no artigo 10, inciso I e no artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas em caráter efetivo, as candidatas habilitadas em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2016, nos cargos discriminados abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
IASMIM GONÇALVES DE CARVALHO ROMARIZ	ARTE EDUCADOR DANÇA	40	3º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEBORA FEY	MÉDICO CLÍNICO GERAL	40	2º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de março de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.413, DE 27 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.413, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DO SERVIDOR FLAVIO GONÇALVES SALDANHA.

KLEBER EDSON WAN-dALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso VI da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, do servidor FLAVIO GONÇALVES SALDANHA, inscrito no CPF sob o nº 198.050.399-00, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 3.351/2009, em decorrência de seu falecimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de março de 2017.
KLEBER EDSON WAN-dALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.414, DE 27 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.414, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DO SERVIDOR RUBENS LOPES DE SOUZA.

KLEBER EDSON WAN-dALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso VI da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, do servidor RUBENS LOPES DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 354.962.319-49, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 036/92, em decorrência de seu falecimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de março de 2017.
KLEBER EDSON WAN-dALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.416, DE 27 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.416, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

CESSAM OS EFEITOS DO DECRETO Nº 5.749, DE 22 DE JANEIRO DE 2014, QUE CEDEU A SERVIDORA IVONETE DOS SANTOS PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO JUNTO AO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

KLEBER EDSON WAN-dALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Cessam os efeitos, a partir de 20 de março de 2017, do Decreto nº 5.749, de 22 de janeiro de 2014, que cedeu a servidora IVONETE DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 290.842.299-91, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, para ocupar cargo em comissão junto ao Município de Blumenau, devendo a servidora retornar às suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde, onde é lotada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 de março de 2017.

Gaspar, 27 de março de 2017.
KLEBER EDSON WAN-dALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.420, DE 30 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.420, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

FIXA NOVA TABELA PARA TARIFAS E SERVIÇOS DIVERSOS DO SAMAE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no artigo 18, §1º e seus incisos, da Lei Municipal nº 3.146, de 15 de outubro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fixa nova tabela de tarifas e serviços diversos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Tabelas para apuração do valor da fatura mensal de água:

CATEGORIA DE CONSUMO	FAIXA	CONSUMO (m³)	VALOR (R\$)	
RESIDENCIAL E PODER PÚBLICO	1	0 a 10	31,90	Mínimo
	2	11 a 25	4,92	por m³
	3	26 a 40	6,50	por m³
	4	41 a 50	7,88	por m³
	5	Acima de 50	9,03	por m³
COMERCIAL	1	0 a 10	41,22	Mínimo
	2	11 a 15	5,55	por m³
	3	16 a 40	7,37	por m³
	4	41 a 50	8,44	por m³
	5	Acima de 50	9,31	por m³
INDUSTRIAL	1	0 a 15	88,86	Mínimo
	2	16 a 30	7,97	por m³
	3	31 a 100	10,81	por m³
	4	Acima de 100	12,28	por m³

FÓRMULA DE CÁLCULO: Para a apuração do valor total da fatura mensal do consumidor utilizar-se á a seguinte fórmula:

$V = F1 + (F2 \times C2) + (F3 \times C3) + (F4 \times C4) + (F5 \times C5)$, onde:

V = Valor Total da Fatura;

F1 = valor da tarifa mínima mensal para cada categoria de consumo;

F2 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 2;

F3 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 3;

F4 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 4;

F5 = Valor por m³ (metro cúbico) correspondente á faixa de consumo nº 5;

C2 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 2;

C3 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 3;

C4 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 4;

C5 = Número de m³ (metro cúbico) medido na faixa nº 5.

§ 2º Tabelas de valores referentes à prestação de serviços diversos e de multas por danos causados às redes públicas de água e esgoto, ramais ou coletores:

DIVERSOS	VALOR (R\$)
Aferição de hidrômetro	114,86
Análise de água (exame bacteriológico)	76,19
Análise de água (exame físico-químico)	59,75
Análise de projetos diversos	96,90
Conserto de cavalete até 1"	62,97
Levantamento de cavalete	62,97
Consumo de água por circos, parques e afins ¹	
Deslocamento de cavalete de ½" (meia polegada)	81,38
Deslocamento de cavalete de 1" (uma polegada)	170,36

Deslocamento de cavalete de 2" (duas polegadas)	682,29
Emissão de certidões, declarações e afins	21,40
Emissão de fornecimento de segunda via de fatura	3,23
Mudança de ligação	308,30
Restabelecimento do fornecimento de água	56,19
Valor do hidrômetro 1/2	78,03
Hidrômetro furtado com B.O	78,03
Hidrômetro furtado sem B.O	118,34
Substituição de hidrômetro em decorrência de danificações causadas pelo consumidor ou por terceiros ²	

1. Para a apuração do valor referente ao consumo de água por circos, parques e afins, tomar-se-á por base o número total de dias de permanência no Município, multiplicado pelo valor da tarifa básica de consumo - faixa 1, da categoria "residencial", fixada no parágrafo 1º deste artigo. Caso o período de permanência for inferior a 10 (dez) dias, deverá ser cobrado o valor correspondente a uma "ligação diâmetro de 1/2" (meia polegada)".

2. Para a apuração do valor referente à substituição de hidrômetro prevista neste item, tomar-se-á como base o custo dos materiais utilizados, acrescido de multa de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da ligação, considerada a tabela constante do parágrafo 4º deste artigo.

DIVERSOS	VALOR (R\$)
Obras de escavação a menos de um metro e meio das instalações prediais, sem a prévia notificação e autorização do SAMAE.	497,80
Danos causados as canalizações de água ou esgoto, inclusive aos ramais ou coletores prediais ¹	497,80
Ligação de ejetor ou de bomba ao ramal ou alimentador predial	248,91
Ligação abusiva ²	248,91
Ligação clandestina ³	3.053,39
Intervenção do consumidor no ramal ou coletor predial, mesmo com o objetivo de melhor suas condições funcionamento	124,46
Implantação de instalação predial que possibilitem conexão interna com outras canalizações de água cujo abastecimento não provenha do sistema público	248,91
Desperdício, poluição ao fornecimento de água a terceiros, mesmo a título gratuito	248,91
Pagamento de fatura em atraso ⁴	
Inversão de hidrômetro e/ou religação por conta ou demais exigências regulamentares do SAMAE.	248,91

1. Além do pagamento da multa acima prevista o reparo das redes públicas será executado pelo SAMAE, cujos custos da obra serão arcados pelo responsável causador do dano.

2. Entendem-se como ligações abusivas aquelas nas quais a ação do consumidor venha a interferir nas ações exclusivas do SAMAE, como o manuseio de lacres de hidrômetros.

3. Endentem-se como ligações clandestinas as demais infrações que representarem consumo de água mensal, sem que haja a respectiva medição pelo hidrômetro.

4. O valor da multa será apurado mediante a aplicação do índice de 2,0% (dois por cento) sobre o valor da fatura, conforme legislação vigente.

§ 3º Em caso de reincidência devidamente comprovada, as multas acima fixadas relativas às condutas tipificadas como infração serão cobradas em dobro, sem obstáculo da instauração de outras medidas administrativas, civis e penais cabíveis.

§ 4º Tabela de valores referente à ligação de água:

DIÂMETRO	Nº PARCELA	VALOR (R\$)	
		DA PARCELA	TOTAL
Ligação diâmetro de 1/2" (meia polegada)	1		351,90
	2	181,23	362,46
	3	122,00	365,99
	4	92,38	369,51
	5	74,60	373,01
	6	62,76	376,57

Ligação diâmetro de 1" (uma polegada)	1		1.171,18
	2	603,16	1.206,32
	3	406,01	1.218,03
Ligação diâmetro de 2" (duas polegadas)	1		2.925,29
	2	1.506,52	3.013,04
	3	1.014,09	3.042,27

§ 5º Tabela de valores referente à ligação predial de esgoto:

LIGAÇÃO	Nº PARCELA	VALOR (R\$)	
		DA PARCELA	TOTAL
Ligação predial de esgoto 1	1		267,13
	2	137,58	275,17
	3	92,63	277,89

1. Quando da solicitação de ligação predial de esgoto e o consumidor já possuir ligação de água, os valores cobrados poderão ser parcelados e lançados na fatura de água, após a realização dos serviços. Em caso do requerente não possuir ligação de água do SAMAE, deverá ser lançado o serviço em fatura única, que deverá ser quitada e apresentada no atendimento da autarquia, para que entre na devida programação de execução de serviços.

Art. 2º Fica o SAMAE autorizado a efetuar recálculo da fatura de água que apresentar leitura com consumo superior 50% (cinquenta por cento) maior do que a média dos últimos 6 (seis) meses, utilizando-se para o cálculo do valor a ser pago a média aritmética alcançada pela soma das últimas 6 (seis) leituras, incluída aquela em que for constatado o vazamento, independentemente da categoria de consumo.

§ 1º O recálculo que trata o presente artigo será efetuado mediante solicitação do consumidor, desde que ocorra problema de vazamento na residência ou estabelecimento, devidamente averiguado pelo SAMAE, mediante confirmação in loco quanto a veracidade da ocorrência e emissão de relatório circunstanciado.

§ 2º Ocorrendo dois ou mais vazamentos sucessivos na mesma residência ou estabelecimento no período de 6 (seis) meses, mesmo que interpoladamente, o recálculo será efetuado sempre considerando as 6 (seis) últimas leituras, incluída aquela em que for constatado o novo vazamento.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, para efeito do cálculo do valor a ser pago, não será considerando o valor do recálculo efetuado anteriormente, mas sim o valor da leitura aferida na ocasião.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2017 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 30 de março de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.422, DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.422, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

FIXA O VALOR DA TARIFA PARA O TRANSPORTE COLETIVO NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes conferem os artigos 11, inciso III e 72, incisos IV e XX da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Complementar nº 04, de 25 de fevereiro de 2002, bem como na Lei nº 2.205, de 24 de abril de 2002, e
Considerando o Decreto nº 7.169, de 03 de outubro de 2006, que declara situação de emergência no serviço de transporte público coletivo de passageiros do Município de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a tarifa para o transporte coletivo no Município de Gaspar, no valor de R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos), a partir da 00h00min do dia 04 de abril de 2017.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 7.170, de 03 de outubro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da 00h00min do dia 04 de abril de 2017.

Gaspar, 31 de março de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

EDITAL Nº 01/2017 - FIA

CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2017 – CMDCA DE GASPAR/SC

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE GASPAR/SC NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI MUNICIPAL Nº 1.432, DE 24 DE MAIO DE 1993 E CONSIDERANDO A IN-TC 14/2012 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI FEDERAL Nº 13.019/2014, TORNA PÚBLICO O LANÇAMENTO DO PRESENTE CHAMAMENTO PÚBLICO E CONVOCA AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) E ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS, INSCRITAS NESTE CONSELHO, A APRESENTAREM PROJETOS QUE TENHA POR OBJETO A EXECUÇÃO DE PROJETO VOLTADO À PROMOÇÃO, À PROTEÇÃO E À DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ATRAVÉS DO FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE GASPAR, PARA FIRMAR PARCERIA POR MEIO DE TERMO DE FOMENTO NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. O propósito da formalização de parceria, através de Termo de Fomento, com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Organizações governamentais, será para execução de projetos de cunho social, complementares ou inovadores, voltados a políticas públicas da criança e do adolescente, em conformidade com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/1990, a Resolução nº 137 do CONANDA e a Resolução nº 18/2015 do CMDCA de Gaspar/SC.

1.2. Este procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pela Instrução Normativa IN-TC 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei Municipal nº 1.432, de 24 de maio de 1993, Resolução nº 18/2015 do CMDCA de Gaspar/SC, além das condições previstas neste Edital.

1.3 Poderão ser selecionados até 12 (doze) projetos, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a elaboração dos termos de fomento, cujo valor global é de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

2. OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

2.1 O termo de fomento terá por objeto a concessão e apoio a projetos que abrangem programas de promoção, proteção e de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes, conforme a Resolução nº 18/2015 do CMDCA, tendo como público alvo, crianças e adolescentes residentes no município de Gaspar/SC.

2.2. Os objetivos específicos da parceria em questão é fomentar e efetivar as garantias fundamentais da Criança e do Adolescente no Município de Gaspar, através:

- a) do Direito à Vida e à Saúde;
- b) do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade;
- c) do Direito à Convivência Familiar e Comunitária;
- d) do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer;
- e) do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

2.3 O número de termo de fomento celebrado por meio deste edital será de até 12 (doze) termos, sendo estes executados em 2017.

2.4 O Chamamento Público destina-se à análise e seleção de propostas de projeto de Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Organizações governamentais que poderão ser financiados pelo saldo remanescente do FIA - Fundo da Infância e Adolescência de Gaspar/SC no valor total de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais).

3. JUSTIFICATIVA

A política municipal da criança e do adolescente se baseia no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir desses instrumentos e em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança aprovada no âmbito das Nações Unidas em 1989, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos (e não mais como meros objetos de intervenção), respeitadas sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, a prevalência de seu interesse superior, a indivisibilidade de seus direitos e a sua prioridade absoluta nas políticas públicas. A proteção integral de crianças e adolescentes, bem como a atenção para o seu desenvolvimento físico, intelectual, cognitivo, afetivo, social e cultural devem ser garantidos, sendo de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade a sua promoção, proteção e defesa, colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a devida averiguação e reparação decorrente de violações.

Nos últimos anos, grandes conquistas foram alcançadas na garantia de direitos de crianças e adolescentes, em especial por meio da aprovação de importantes marcos legais. Nesse aspecto, destaca-se: a lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional Socioeducativo, a lei nº 13.010/2014, que estabeleceu o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos, tratamento cruel ou degradante e a lei nº 12.978/2014, que tornou hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

Diante desses avanços na normatização da garantia de direitos e na própria política de proteção a crianças e adolescentes, faz-se necessária uma organicidade, por meio da integração do governo municipal, sociedade civil e demais atores envolvidos no Sistema de Garantias de Direitos. Dessa forma, os chamamentos públicos promovidos pela administração pública municipal e conselhos de políticas públicas para a formalização de parcerias estratégicas potencializam a execução de ações previstas nos marcos normativos da infância e adolescência nos municípios brasileiros.

4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Poderão participar deste Edital as Organizações governamentais e Organizações da Sociedade Civil (OSC), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

- a) entidade sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social;
- c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

4.2. Somente poderão ser inscritos projetos das Organizações da Sociedade Civil (OSC) com registro válido no CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência de Gaspar/SC.

5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

5.1. Para a celebração do termo de fomento, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014) Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
- d) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) ter experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante, (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo I - Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada através de declaração, não sendo necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento e execução do objeto da parceria;
- h) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista na forma do art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019/2014;
- i) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);
- j) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme Anexo II – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 26, caput, inciso VII, do Decreto nº 8.726, de 2016);
- k) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);
- l) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- m) Os documentos que devem corroborar o projeto para a concessão de recursos são os mesmos previstos no art. 21 §1º da Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Anexo III).

5.2. Ficará impedida de celebrar o termo de fomento a OSC que:

- a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);
- c) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);
- d) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou
- f) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída na forma de resolução do CMDCA, por um representante da Procuradoria, um representante da Contabilidade do Município, um representante do CMDCA, devendo a Comissão apresentar parecer ao final da análise, submetido à aprovação em plenária do CMDCA, a qual anunciará os projetos selecionados.

6.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento

público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

6.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

6.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

6.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

7. DA FASE DE SELEÇÃO

7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

TABELA 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	03.04.2017
2	Envio das propostas	03.05.2017 a 10.05.2017
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	11.05.2017 a 12.05.2017
4	Divulgação do resultado preliminar.	15.05.2017
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	5 (cinco) dias úteis, contados da divulgação do resultado preliminar. Prazo 15.05.2017 a 22.05.2017
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	2 (dois) dias úteis, após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos. Prazo 23.05.2017 e 24.05.2017
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	25.05.2017

7.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigíveis apenas os projetos selecionados, nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

7.3. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.3.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Municipal responsável pela condução do chamamento na internet no site: [HTTP://www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

7.4. Etapa 2: Envio dos projetos

7.4.1. Os projetos serão apresentados, até às 17 horas do dia 10 de maio de 2017;

7.4.2. Os projetos deverão ser protocolados a partir do dia 03.05.2017 à 10.05.2017, na sala de Assessoria aos Conselhos, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, sito a Avenida das Comunidades, 133, Centro, em Gaspar/SC, de segunda-feira à sexta-feira das 8:00h às 17:00h, não sendo aceitos documentos enviados por meio de correspondência.

7.4.3. A proposta, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal.

7.4.4. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela Comissão de Seleção.

7.4.5. Observado o disposto no item 7.5.3 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) o valor global.

7.5. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

7.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

7.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

7.5.3. As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo, observado o contido no Anexo IV – Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho.

7.5.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

TABELA 2

Crítérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 a 3,9 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 a 1,9 pontos).	4,0

(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0 a 1,9 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0 a 0,9 pontos).	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	- Grau pleno da descrição (2,0) - Grau satisfatório da descrição (1,0 a 1,9 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 a 0,9 pontos).	2,0
(D) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0 a 1,9 pontos). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0 a 0,9 pontos).	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

7.5.5. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (D), deverá acarretar a eliminação da proposta.

7.5.6. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (D), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.5.7. Serão eliminadas aquelas propostas:

- a) que estejam em desacordo com o presente Edital;
- b) cujo valor global estiver acima do teto previsto no item 9.5 deste Edital.

7.5.8. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.5.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (D) e (C). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.6. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar. O CMDCA divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do site oficial da Prefeitura Municipal de Gaspar cujo site é (<http://www.gaspar.sc.gov.br>), iniciando-se o prazo para recurso.

7.7. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.7.1. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão (art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999). Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.7.2. Os recursos serão apresentados por meio físico a Comissão de Seleção, protocolados na sala dos conselhos, junto a Secretaria de Assistência Social.

7.7.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, por meio físico, arcando somente com os devidos custos.

7.7.4. Interposto recurso, se dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresentem contrarrazões, se desejarem, para a Comissão de Seleção.

7.8. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

7.8.1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

7.8.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao CMDCA, com as informações necessárias à decisão final.

7.8.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no primeiro dia útil após a análise da comissão. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

7.8.4. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

7.8.5. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9. Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o CMDCA deverá homologar e divulgar, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

7.9.1. A homologação não gera direito para entidades governamentais e não governamentais à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.9.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, o CMDCA poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

8.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

TABELA 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da Organização da Sociedade Civil (OSC) e/ou Organização governamental selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
4	Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de fomento.
5	Publicação do extrato do termo de fomento no Diário Oficial dos Municípios.

8.2. Etapa 1: Convocação da Organização da Sociedade Civil (OSC) e Organização governamental selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.

Para a celebração da parceria, o CMDCA convocará a entidade governamental e não governamental selecionada para, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho (art. 25 do Decreto nº 8.726, de 2016) e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019, de 2014).

8.2.1. Por meio do plano de trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação em especial o art. 22 da Lei nº 13.019, de 2014, e o artigo 25 do Decreto nº 8.726, de 2016, observados os Anexos IV – Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho e V – Modelo de Plano de Trabalho.

8.2.2. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;
- c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
- g) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

8.2.3. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “e” do item 8.2.2, deste Edital deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico. Para comprovar a compatibilidade de custos de determinados itens, a OSC poderá, se desejar, utilizar-se de ata de registro de preços vigente, praticadas pelo Município.

8.2.4. Além da apresentação do plano de trabalho, a OSC e ou Organização governamental selecionada, no mesmo prazo acima de 10 (dez) dias úteis, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo.

III - comprovantes de experiência prévia.

a) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

IV - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - relação nominal atualizada do dirigente da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

VIII - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

X - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Anexo I – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

XI – declaração do representante legal da OSC de que trata o art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, conforme Anexo II – Declaração do art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade.

8.2.5. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V e VI logo acima.

8.2.6. A critério da OSC, os documentos previstos nos incisos IV e V logo acima poderão ser substituídos pelo extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - Cauc, quando disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério

da Fazenda.

8.2.7. O plano de trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela OSC selecionada, por meio físico.

8.3. Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pelo CMDCA, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do plano de trabalho.

8.3.1. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, o CMDCA deverá realizar as consultas necessárias para verificar se há informações sobre a ocorrência impeditiva à referida celebração.

8.3.2. O CMDCA examinará o plano de trabalho apresentado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada.

8.3.3. Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta apresentada pela OSC, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos.

8.3.4. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderão ser convidadas a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

8.3.5. Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

8.4. Etapa 3: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

8.4.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de não celebração da parceria.

8.4.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, o CMDCA solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

8.5. Etapa 4: Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de fomento.

8.5.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho por deliberação do CMDCA, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade municipal, conforme disposto no art. 35, inc. VI, da Lei nº 13.019, de 2014, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

8.5.2. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria (art. 25, §5º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

8.5.3. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

8.5.4. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver (art. 26, §5º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

8.6. Etapa 5: Publicação do extrato do termo de fomento no Diário Oficial dos Municípios. O termo de fomento somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática 01.056.0027.496.400

9.2. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do FIA – Fundo da Infância e do Adolescente, autorizado pela Lei Municipal nº 1432 de 24 de maio de 1993, por meio do Programa 0027- 2017.

9.3 A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pelo CMDCA nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada.

9.4. O valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais) no exercício de 2017.

9.5. O valor teto para a realização do objeto do termo de fomento é de até R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). O exato valor a ser repassado será definido no termo de fomento, observada a proposta apresentada pela OSC e Organização governamental selecionada.

9.6. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.7. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral, efetuados com recursos da parceria, a OSC e Organização governamental deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC e Organização governamental ou seu dirigente, alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

9.8. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) custos indiretos necessários à execução do objeto sejam qual for à proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

9.9. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União.

9.10. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das

aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.11. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

10. CONTRAPARTIDA

10.1. Não será exigida qualquer contrapartida da OSC e Organização governamental selecionada.

11. PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 A prestação de contas será analisada pelo CMDCA através da comissão de orçamentos e finanças e acompanhamento, que poderão sem aviso prévio, e a qualquer tempo fazer diligências ou solicitar informações para verificar a execução dos projetos.

11.2 A prestação de contas será conforme Instrução Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Anexo VI), Resolução 18/2015 do CMDCA de Gaspar, decreto Municipal nº 900/2005 e Lei Federal 13.019/2014.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Gaspar na internet ([HTTP://www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)), com prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

12.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, de por petição dirigida ou protocolada no endereço informado. A resposta às impugnações caberá a Comissão do CMDCA.

12.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta.

12.2.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

12.2.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

12.3. O CMDCA resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

12.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

12.6. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

12.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

12.8. O presente Edital terá vigência até dezembro de 2017.

12.9. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

Anexo II – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo III – Documentos que devem integrar o processo de concessão (Art. 21, §1º da IN 14/2012 do TCSC).

Anexo IV – Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho;

Anexo V – Modelo de Plano de Trabalho;

Anexo VI – Documentos que devem acompanhar a prestação de contas (Art. 43, §4º da IN 14/2012 do TCSC).

Anexo VII – Termo de Fomento.

Gaspar, 03 de abril de 2017.

GISLAINE DOS SANTOS

Presidente do CMDCA

ANEXO I

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 26, caput, inciso X, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC]: dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

Gaspar, ___ de _____ de 2017.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DO ART. 27 DO DECRETO Nº 8.726, DE 2016, E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], nos termos dos arts. 26, caput, inciso VII, e 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, que:

Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”.

Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e Cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Gaspar, de de 2017.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO III

DOCUMENTOS QUE DEVEM INTEGRAR O PROCESSO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES (Art. 21, § 1º)

- I. Solicitação ao dirigente máximo do concedente;
- II. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- III. Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
- IV. Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
- V. Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;
- VI. Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;
- VII. Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;
- VIII. Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- IX. Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;
- X. Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada;
- XI. Certificação de entidade beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- XII. Vide Instrução Normativa N.TC-0016/2013 – DOTC-e de 05/06/2013 que suspendeu até 31/12/2013 a exigência contida neste inciso)
- XIII. Cópia da Lei de utilidade pública, quando exigida pela legislação do concedente;
- XIV. Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPD-EN emitido pela Previdência Social;
- XV. XIV – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF;
- XVI. Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico <http://www.sef.sc.gov.br>, quando o concedente for o Estado;
- XVII. Certidão Negativa de débitos municipais, quando o concedente for município;;
- XVIII. Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- XIX. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.

ANEXO IV

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA/PLANO DE TRABALHO

I - Descrição da realidade objeto de parceria e o nexos com a atividade ou o projeto proposto:

Deve explicitar e fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificada de maneira objetiva e que atinge diretamente as crianças e adolescentes. Nessas informações será importante haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos que justifiquem a execução do projeto, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema.

Deve demonstrar de forma ampla e geral o que se pretende alcançar com a implementação do projeto, devendo expressar a transformação almejada ao final da execução do projeto.

Deve exprimir uma situação positiva a ser alcançada, buscando solucionar ou contribuir para amenizar o problema identificado existindo relação com as estratégias apresentadas e com a solução do problema a ser enfrentado pelo projeto.

Deve apresentar a capacidade técnica, administrativa e operacional da instituição para desenvolver o projeto e, principalmente, a experiência

que possui para o trabalho a ser desenvolvido com a implementação do mesmo.

II - Ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

Descrever com clareza as etapas necessárias, quais e como serão desenvolvidas as atividades para atingir os objetivos propostos, incluindo a alocação de recursos humanos necessários para a efetivação da proposta, possibilitando o entendimento da execução do projeto.

É importante que as considerações contenham dados e indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, informações que permitam a análise da situação em âmbito municipal, conforme a abrangência das ações a serem executadas.

Devem ser concretos e viáveis, devidamente relacionados com as atividades que serão desenvolvidas durante o projeto e com os resultados previstos. Eles devem estar ligados a algo concreto e viável que se busca alcançar no âmbito do projeto, devendo também ter conexão com os resultados e as atividades propostas, ou seja, as atividades apresentadas são importantes para o alcance dos objetivos e assim dos resultados propostos.

III - Os prazos para execução das ações e para o cumprimento das metas:

Apresentar o prazo de como o projeto será desenvolvido em suas ações/atividades, detalhando como as diferentes etapas serão implementadas, alcançando os resultados previstos. Apresentar de maneira clara como será realizado o monitoramento e avaliação do projeto, indicando: etapas, pessoas responsáveis, periodicidade, instrumentos que serão utilizados.

IV - O valor global:

Deve indicar valor total para a execução do projeto e a forma de desembolso que pretende, apresentando o valor e a data que necessita do repasse financeiro. Apresentar planilha com as necessidades materiais e de recursos humanos, detalhando custos financeiros (valor unitário e total).

ANEXO V

(Usar papel timbrado da instituição)

MODELO DE PROJETO

(Apresentação OBRIGATÓRIA para candidatura ao Edital 01/2017 CMDCA)

1. IDENTIFICAÇÃO (máximo 01 folha)

Título da Proposta: Instituição Proponente:

CNPJ:

Endereço: CEP:

Telefone: Fax:

Responsável pela Instituição Proponente:

Nome: CPF: RG:

Endereço: CEP:

Telefone: Fax:

E-mail:

Responsável pelo Projeto:

Nome: Endereço: CEP:

Telefone: Fax:

E-mail:

2. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DE PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE/PROJETO PROPOSTO E COM AS METAS A SEREM ATINGIDAS (máximo 03 folhas)

- Fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificada de maneira objetiva. Deve haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema.

- Falar dos indicadores do estado/município: número da população, número de crianças e adolescentes e/ou outros números que contribuam para relacionar a realidade com o objeto da parceria proposta. Realizar um diagnóstico com os indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, dados que permitam a análise da situação em âmbito municipal, regional, estadual ou nacional, conforme a abrangência das ações a serem executadas

- Mencionar o histórico da instituição, os dados do atendimento realizado (quantitativo/perfil do público atendido, número de equipamentos etc.), convênios ou parcerias em andamento sobre o tema, histórico de projetos já implementados e seus resultados, equipe disponível para execução da parceria proposta, entre outras informações que julgar relevantes para descrever a realidade e o nexo com o projeto proposto.

- Explicitar, de maneira sucinta, a ligação do projeto com os programas e ações governamentais e/ou propostas de ações previstas nos seguintes instrumentos: PPA 2016-2019, Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH III, ou planos setoriais relevantes. Vincular a proposta ao anexo “Diretrizes para Elaboração da Proposta”.

- Expor os resultados esperados ao fim do projeto, bem como as metas e explicar como o cumprimento das metas pode transformar a realidade descrita nos parágrafos anteriores.

3. OBJETO DA PROPOSTA (OBJETIVO) (máximo 01 folha)

O objetivo deve responder as perguntas:

- O que fazer?

- Para quem?

- Onde?

- Para que fazer? Exemplo:

“Promover a qualificação profissional para jovens no município do Rio de Janeiro, contribuindo para a inclusão no mercado de trabalho e a melhoria da renda e emprego.”

Segundo o objetivo formulado, foi respondido:

O que fazer: promover a qualificação profissional.

Para quem: para jovens.

Onde: no município do Rio de Janeiro.

Para que fazer: contribuir para a inclusão no mercado de trabalho e melhoria da renda e emprego.

4. AÇÕES/METAS/INDICADORES (máximo 01 folha)

AÇÕES	METAS	INDICADORES

Indicar e quantificar as ações, metas e indicadores que aferirão o cumprimento das metas.

Metas:

As metas devem dar noção da abrangência da ação a ser realizada. Expressam a medida do alcance do Objetivo, devendo ser de natureza quantitativa e mensurável.

Indicadores:

Os indicadores são um conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução do objeto da parceria. Cada indicador permite identificar, mensurar e comunicar, de forma simples, a evolução de determinado aspecto da intervenção proposta. Devem dialogar com as metas, ações e objeto. Deve ser passível de apuração periódica, de tal forma a possibilitar a avaliação da intervenção feita. Deverá ser composto dos seguintes atributos:

- Denominação: o nome, forma pela qual o indicador será apresentado;
- Unidade de Medida: padrão escolhido para mensuração da relação adotada como indicador (horas de curso, beneficiários atingidos, entre outros);
- Data de apuração: período a que se refere à informação;
- Índice de Referência (opcional): situação mais recente do Indicador e sua respectiva data de apuração. Consiste na aferição do índice em um dado momento, mensurado com a unidade de medida escolhida;

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

Detalhar a duração, preferencialmente em unidades como meses, fixando as datas estimadas para o início e término das atividades. Indicar cada uma das metas em que se divide uma ação e o prazo previsto para implementação de cada meta, em que se divide uma ação e o prazo previsto para a implementação de cada meta, com suas respectivas datas.

Exemplo:

METAS	ETAPAS	PERÍODO (MÊS)					
		1	2	3	4	5	6
Ação 1	Meta 1.1	X	x	x	x	X	x
	Meta 1.2						
	Meta 1.3						
Ação 2	Meta 2.1						
	Meta 2.2		x	x	x		
	Meta 2.3						
Planejamento e Avaliação		X	x	x			

6. VALOR GLOBAL

Indica uma estimativa dos recursos disponíveis durante o período do projeto para a consecução do objetivo.

ANEXO VI

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES (Art. 43, § 4º)

I. Processo de concessão dos recursos;

II. Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal

III. Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

IV. Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no e ao atendimento da finalidade pactuada;

V. Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados

VI. Recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição

VII. Similar;

VIII. Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas

IX. Fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

- X. Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, a movimentação completa do período;
- XI. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário;
- XII. Cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
- XIII. Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- XIV. Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que
- XV. Conforme as especificações neles consignadas;
- XVI. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto veículo automotor;
- XVII. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.

O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

ANEXO VII

TERMO DE FOMENTO Nº «Nº_FOMENTO»

TERMO DE FOMENTO Nº

«Nº_FOMENTO», QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE GASPAR, POR MEIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A «OSC».

O MUNICÍPIO DE GASPAR, por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE GASPAR, CNPJ nº 19.024.163/0001-32, com sede na Avenida das Comunidades, 133, Centro, CEP 89.110-085 – Gaspar/SC, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representado, pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Assistência Social, Ernesto Hostin, portador do CPF nº 467.383.809 – 25, domiciliado nesta Cidade, nomeado pelo Decreto nº 7.281, de 01 de janeiro de 2017, publicado no DOU do dia 03 de fevereiro de 2017 – Seção II, e a «NOME DA INSTITUIÇÃO»I, inscrita no CNPJ sob nº «CNPJ_Conv», com sede na «End_Conv», CEP «CEP_Conv» – «Estado» – «UF», doravante denominada OSC, representada pela PRESIDENTE, Senhora «Nome_Conv», portadora do CPF nº «CPF_Conv», resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, registrado sob o nº «N_Convênio», regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício de 2017, na Lei 13.019/2014 de 31 de Julho de 2014, consoante o processo administrativo nº «Nº_Processo» e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público, tem por objeto, (objeto da parceira)

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado no CMDCA e o Termo de Referência, propostos pela OSC e aprovados pela Comissão especial do CMDCA, o Edital de Chamamento Público 01/2017 – CMDCA DE GASPAR/SC, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Partícipes:

I - DO CMDCA:

1. Realizar no CMDCA os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de tomada de contas especial;
2. Transferir à OSC os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Fomento, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o estabelecido no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Fomento, comunicando à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
4. Analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento e do seu Plano de Trabalho, nos termos do art. 43 do Decreto nº 8.726, de 2016.
5. Analisar os relatórios de execução do objeto e relatórios de execução financeira, nas hipóteses previstas no art. 60, § 3º do Decreto nº 8.726, de 2016;
6. Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos dos artigos 49 e 50 do Decreto nº 8.726, de 2016;
7. Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;
8. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que o CMDCA assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;
9. Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela CMDCA ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 61, §1º do Decreto nº 8.726, de 2016;
10. Prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;

11. Publicar, no Diário Oficial da União, extrato do Termo de Fomento; e 12. Analisar a prestação de contas relativa a este Termo de Fomento, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta no art. 63 do Decreto nº 8.726, de 27 de Abril de 2016.

II - DA OSC:

1. Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aprovados pela CMDCA, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014, e no Decreto nº 8.726, de 2016;
2. Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;
3. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;
4. Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Fomento, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;
5. Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo inciso X do art. 167 da Constituição e pelo art. 45 da Lei n. 13.019, de 2014;
6. Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014 e art. 55 do Decreto nº 8.726, de 2016;
7. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CMDCA ou pelos órgãos de controle;
8. Submeter previamente à CMDCA qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
9. Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
10. Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
11. Realizar no CMDCA os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Termo de Fomento, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado;
12. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CMDCA, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à sempre que houver alterações;
13. Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Fomento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
14. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
15. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;
16. Facilitar a supervisão e a fiscalização do CMDCA, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
17. Permitir o livre acesso de conselheiros do CMDCA e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
18. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
19. Prestar contas ao CMDCA, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Fomento, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo VII, do Decreto nº 8.726, de 2016;
20. Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
21. Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da CMDCA em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Fomento e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela CMDCA, apor a marca do Governo Federal nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Fomento, consoante o disposto na Instrução Normativa SECOM-PR nº 2, de 16 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la;
22. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Fomento, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;
23. Manter o CMDCA informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.
24. Permitir ao CMDCA, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Fomento;
25. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;
26. Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;
27. Apresentar relatórios semestrais contendo avaliação qualitativa e quantitativa acerca dos resultados obtidos com a execução do projeto, detalhando a metodologia empregada para a execução das metas previstas no plano de trabalho, bem como análise do impacto social sobre o público-alvo beneficiado e sobre o problema e / ou demanda que deu origem ao projeto; e
28. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Fomento, neste ato fixado em R\$ «Valor_Total», serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

- I. – R\$ «durante o ano de 2017», relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CMDCA, autorizado pela Lei Orçamentária Anual nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, publicada no DOU de 15 de janeiro de 2016, UG «Nº UG/Gestão», assegurado pela nota de empenho nº «Nº da Nota de Empenho», vinculada ao Programa de Trabalho nº «Nº do Programa de Trabalho», à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos nº «Nº da Fonte», Natureza da Despesa: «Nº natureza da Despesa».
- II. – Não será exigida contrapartida da OSC, conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse da CMDCA serão depositados na conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública, como disposto no art. 51 da Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014.

Subcláusula Primeira. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Subcláusula Segunda. Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

Subcláusula Terceira. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Fomento e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia do CMDCA, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula Quarta. A conta referida no caput desta Cláusula será isenta da cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Primeira. É vedado à OSC:

- I. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
- II. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

Subcláusula Segunda. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final no CMDCA e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, na forma do art. 38, §§ 1º a 4º, do Decreto nº 8.726 de 2016.

Subcláusula Terceira. Caso os recursos transferidos não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o Termo de Fomento deverá ser rescindido, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Ministro de Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pelo CMDCA, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública federal.

Subcláusula Primeira. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de que trata o art. 56 do Decreto n. 8.726, de 27/04/2016, quando for o caso.

Subcláusula Segunda. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Subcláusula Terceira. A OSC deverá registrar os dados referentes às despesas realizadas no CMDCA, sendo dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos referentes às despesas.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela CMDCA por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, devendo ser registradas no CMDCA.

Subcláusula Primeira. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes do CMDCA, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

Subcláusula Segunda. A CMDCA designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução em plataforma eletrônica e com visitas in loco.

Subcláusula Terceira. A CMDCA realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, hipótese em que a OSC deverá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

Subcláusula Quarta. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado no CMDCA e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública federal.

Subcláusula Quinta. A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela CMDCA, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas da União.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 18 (dezoito) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 31/07/2014 e art. 21 do Decreto nº 8.726, de 27/04/2016:

- I - mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela CMDCA.
- II - de ofício, por iniciativa do CMDCA quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso

verificado.

Subcláusula Primeira. A prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Fomento, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pelo CMDCA, considerando as seguintes situações:

I – alteração do Plano de Trabalho sugeridos pelo CMDCA para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e

III – ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019, de 31/07/2014, e 43 do Decreto nº 8.726, de 27/04/2016.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no término da vigência da parceria, ou no final de cada exercício (se a duração da parceria exceder um ano), observando-se as regras previstas nos artos. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 31/07/2014, e artos 54 a 70 do Decreto nº 8.726, de 27/04/2016, além das cláusulas constantes deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho.

Subcláusula Primeira. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam a CMDCA avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

Subcláusula Segunda. Para fins de prestação de contas anual (quando for o caso) e final, a OSC deverá apresentar relatório (parcial ou final) de execução do objeto, no CMDCA, que conterá, no mínimo, as seguintes informações e documentos:

I - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;

V - informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

VI - informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;

VII – informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;

VIII - justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso.

Subcláusula Terceira. O CMDCA poderá dispensar a observância dos incisos V a VII da subcláusula segunda quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

Subcláusula Quarta. Fica dispensada a apresentação dos documentos de que tratam os incisos III e IV do parágrafo segundo quando já constarem do CMDCA.

Subcláusula Quinta. Quando a OSC não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a CMDCA exigirá a apresentação de relatório de execução financeira, que deverá conter:

I - a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

III - o extrato da conta bancária específica;

IV - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos,

inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Subcláusula Sexta. A análise do relatório de execução financeira, quando exigido, será feita pela CMDCA e contemplará:

I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 36; e

II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Subcláusula Sétima. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Subcláusula Oitava. A OSC deverá apresentar a prestação de contas final por meio de relatório de execução do objeto, comprovante de devolução de eventual saldo remanescente, e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art.42 do Decreto n. 8.726, de 2016.

Subcláusula Nona. A análise da prestação de contas final pela SEDH será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, a ser inserido nos relatórios do CMDCA, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

I - o relatório final de execução do objeto;

II - os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a um ano;

III - relatório de visita técnica in loco, quando houver; e

IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

Subcláusula Décima. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

Subcláusula Décima Primeira. Na hipótese de a análise de que trata a subcláusula décima concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente relatório final de execução financeira.

Subcláusula Décima Segunda. Fica dispensada a apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a IV da subcláusula quinta

quando já constarem do CMDCA.

Subcláusula Décima Terceira. A OSC deverá observar os seguintes prazos:

I - o relatório final de execução do objeto deverá ser entregue a CMDCA no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC; e

II - o relatório final de execução financeira deverá ser entregue a CMDCA no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado de sua notificação, conforme estabelecido no instrumento de parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Subcláusula Décima Quarta. O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Subcláusula Décima Quinta. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, de que trata o parágrafo único do art. 63, do Decreto n. 8.726, de 2016.

Subcláusula Décima Sexta. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Subcláusula Décima Sétima. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Ministro de Estado, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Subcláusula Décima Oitava. Exaurida a fase recursal, a CMDCA deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar no CMDCA as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Décima Nona. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

Subcláusula Vigésima. A CMDCA deverá manifestar-se sobre a solicitação de que trata o inciso II, alínea "b", da subcláusula décima oitava no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do Ministro de Estado.

Subcláusula Vigésima Primeira. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Subcláusula Vigésima Segunda. Na hipótese do inciso II da subcláusula décima oitava, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - a instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no CMDCA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Subcláusula Vigésima Terceira. O prazo de análise da prestação de contas final pela administração pública federal será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

Subcláusula Vigésima Quarta. O transcurso do prazo definido na subcláusula vigésima terceira, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Subcláusula Vigésima Quinta. Se o transcurso do prazo definido na subcláusula vigésima terceira, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da CMDCA, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela CMDCA, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Termo de Fomento será rescindido unilateralmente pela CMDCA nas seguintes hipóteses:

a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Ministro de Estado, conforme previsto nos §§ 3º e 4º do art. 34 do Decreto n. 8.726 de 2016; e

b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto, nos termos do art. 61, § 4º, inciso II, do Decreto n. 8.726, de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

Subcláusula Primeira. Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada, na forma do art. 61 do Decreto n. 8.726, de 2016; e

III – o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

Subcláusula Segunda. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Terceira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

I - nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública federal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 69, do Decreto n. 8.726, de 2016; e

II - nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da CMDCA quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 69 do Decreto n. 8.726, de 2016.

Subcláusula Quarta. Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 71 a 74 do Decreto nº 8.726, 2016, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a comissão do CMDCA, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

PARÁGRAFO ÚNICO. O CMDCA determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada, ou não providencie o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH-3)

Os partícipes se comprometem a implementar, cada qual na sua esfera de competências e atribuições, as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) consubstanciadas nas ações governamentais propostas, de forma a contribuir na coleta, sistematização e disponibilização de informações sobre Direitos

Humanos no país, e ainda, deverão assegurar a garantia de direitos, especialmente no que concerne à abolição de toda prática de tortura, ao respeito e à promoção dos Direitos Humanos e à abolição de toda forma de discriminação por razões de deficiência, etnia, religião e orientação sexual, respeitando todas as diretrizes do CMDCA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Termo de Fomento, será obrigatoriamente destacada a participação da CMDCA, observado o disposto no §1º do art. 37, da Constituição.

Subcláusula Primeira. A OSC deverá disponibilizar para a CMDCA a arte final do material produzido e seus formatos acessíveis.

Subcláusula Segunda. A CMDCA fica autorizada a reproduzir o conteúdo do material produzido em todos os países que achar conveniente e na rede mundial de computadores (INTERNET).

Subcláusula Terceira. Para garantir acessibilidade ao conteúdo das publicações, todo material produzido deverá apresentar os seguintes dispositivos:

I. toda obra impressa dever ser acompanhada de mídia digital acessível contendo, ao menos, um formato de texto com descrição das imagens;

II. a impressão em Braille poderá ser exigida a depender da tiragem, plano de distribuição previsto no projeto aprovado e análise do Comitê Editorial da CMDCA;

III. no caso de obra audiovisual, serão exigidos, no mínimo, legenda, janela com intérprete de libras, audiodescrição e menu com áudio; e

IV. no caso de obra de áudio, deverá ser disponibilizada a transcrição em texto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Fomento, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da OSC, não sendo permitida sua utilização em qualquer outra ação que não esteja dentro do escopo do objeto pactuado.

Subcláusula Primeira. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Subcláusula Segunda. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Fomento, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação do CMDCA de acordo com o Manual de Identidade Visual deste.

PARÁGRAFO ÚNICO. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Fomento deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CMDCA no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Os partícipes procurarão resolver administrativamente eventuais dúvidas e controvérsias decorrentes do presente ajuste. Não logrando êxito a solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Justiça Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Gaspar, ____ de _____ de 2017.

«NOME_CONV» «Cargo_Conv» da «Conveniente»	ERNESTO HOSTIN Secretário de Assistência Social
--	--

TESTEMUNHAS:

«NOME_TEST» «CPF: (testemunha)»	«NOME_TEST» «CPF: (testemunha)»
------------------------------------	------------------------------------

ERRATA AO DECRETO Nº 7.371, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017

ERRATA AO DECRETO Nº 7.371, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 7.371, de 16 de fevereiro de 2017, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2198, de 22 de fevereiro de 2017, nos seguintes termos:

Onde se lê, no artigo 1º, o nome do servidor:

“PEDRO SCHNAIDER”

Leia-se:

“JOSÉ SANSÃO”

Gaspar, 24 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2017 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

===== Número do contrato:
06/2017

Data vigência: 01/04/2017

Data vencimento: 31/12/2017

Número da Licitação: 11/2017 - Modalidade: Dispensa de Licitação

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: ROGÉRIO VENTURI (153.856.559-53) e TERESINHA CONCEIÇÃO VENTURI (015.155.529-00)

Objeto: Locação de imóvel situado em Gaspar/ SC, no bairro: Santa Terezinha, na Rua João Vieira, s/nº, área de 1.500 m2, para alocação e depósito de materiais do SAMAE.

Valor R\$ 8.433,00 (oito mil, quatrocentos e trinta e três reais).

=====

Gaspar (SC), em 29 de março de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

PORTARIA N. 55 DE 30 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA N. 55 DE 30 DE MARÇO DE 2017

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR JOSÉ PEDRO TANHOLI

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica declarada a partir do dia 31 de março de 2017, a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especializados ANM-I-B-I do servidor JOSÉ PEDRO TANHOLI portador do CPF nº. 569.240.629-07 e da CI nº. 3/R 1.482.292, pertencente ao quadro do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, em decorrência de sua Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 30 de março de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO 040/2017 - ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2017.

DECRETO Nº 40/2017.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 14 da Lei Municipal nº 1147/2016 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 3.243.459,00 (Três milhões duzentos e quarenta e três mil quatrocentos e cinquenta e nove reais), sendo R\$ 71.959,00 por conta do déficit financeiro apurado em fontes de recursos no exercício de 2016, e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo indicadas, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 1º Bimestre de 2017 em anexo a este decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – R\$ 1.325.200,00

CÓDIGO/AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001	Construção do Centro Administrativo Municipal	60.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	60.000,00
1012	Construção de Equipamentos Esportivos	127.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	127.000,00
2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	123.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	123.000,00
1017	Construção do Estaleiro dos Pescadores	200.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	200.000,00
1018	Sinalização Turística	99.750,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	99.750,00
2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	250,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	250,00
1019	Construção, Melhoria e Ampliação de Trapiches	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.000,00
1020	Construção de Porto Poliesportivo	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.000,00
1024	Construção de Drenagem Pluvial	52.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	52.000,00
1025	Construção da Beira Mar	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.000,00
1027	Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários	29.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	29.000,00
2059	Ampliação e Manutenção do Cemitério	51.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	51.000,00
2058	Manutenção da Secret. De Infra-Estrutura e Serviços Públicos	1.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00

1028	Construção de Pontes	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.000,00
1029	Construção e Remodelação de Praças e Jardins	30.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	30.000,00
1030	Construção de Abrigos de Passageiros	100.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	100.000,00
1032	Inclusão Digital	2.200,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.200,00
1033	Construção de Mirante	200.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	200.000,00
1034	Construção da Orla Marítima	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.000,00

FONTE 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para MDEB – R\$ 937.100,00

CÓDIGO/AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1003	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	198.960,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	198.960,00
2012	Manutenção do Transporte Escolar	1.040,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.040,00
1004	Aquisição de Veículo p/Transporte Escolar	60.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	60.000,00
1005	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	60.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	60.000,00
2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	617.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	617.100,00

FONTE 0.1.05.000016 – Índice de Gestão Descentralizada - BF – R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2042	Functo. e Manutenção do FMAS	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	4.000,00

FONTE 0.1.05.000022 – Acessuas – R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2042	Functo. e Manutenção do FMAS	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	4.000,00

FONTE 0.1.05.000028 – Proteção Social Básica – Custeio – R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2037	Manutenção do CRAS	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	4.000,00

FONTE 0.1.06.000000 – Salário Educação – R\$ 6.960,00 (Déficit do Exercício de 2016)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1003	Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	6.960,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	6.960,00

FONTE 0.1.07.000000 – PDDE – R\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
--------	---------------	-------

2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.000,00

FONTE 0.1.08.000031 – PNAE – Ensino Fundamental – R\$ 14.000,00 + R\$ 9.729,00 de Déficit do exercício de 2016.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2008	Oferta de Merenda Escolar	23.729,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	23.729,00

FONTE 0.1.08.000032 – PNAE – Ensino Infantil – R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2008	Oferta de Merenda Escolar	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	4.000,00

FONTE 0.1.08.000033 – PNAE – Creche – R\$ 5.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2008	Oferta de Merenda Escolar	5.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.000,00

FONTE 0.1.10.000000 – Cide – R\$ 400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1023	Pavimentação de Ruas	400,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	400,00

FONTE 0.1.16.000101 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito – Polícia Civil – R\$ 1.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	1.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.600,00

FONTE 0.1.16.000102 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito – Polícia Militar – R\$ 1.600,00 + R\$ 11.470,00 de déficit de 2016.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	13.070,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	13.070,00

FONTE 0.1.16.000103 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito – Prefeitura – R\$ 1.200,00 + R\$ 45.752,00 de déficit de 2016.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	45.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	44.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00

FONTE 0.1.18.000000 – Permissão para Criação do Solo – R\$ 72.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1023	Pavimentação de Ruas	72.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	72.000,00

FONTE 0.1.70.000071 – Convênio SEE – Transporte Escolar – R\$ 40.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2012	Manutenção do Transporte Escolar	40.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	40.000,00

FONTE 0.1.80.000000 – RDB – Recursos não Vinculados – R\$ 8.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001	Amortização de Dívidas	8.700,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida/Aplicação Direta	8.700,00

FONTE 0.1.81.000001 – RDB – FUNDEB – R\$ 1.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2011	Remuneração de Profissionais do Magistério	1.200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.200,00

FONTE 0.1.81.000002 – RDB – Salário Educação – R\$ 5.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	5.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.100,00

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para ASPS – R\$ 609.800,00

CÓDIGO/AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	609.800,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	609.800,00

FONTE 0.1.19.000000 – Permissão para Criação do Solo – R\$ 72.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	72.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos sociais/Aplicação Direta	72.000,00

FONTE 0.2.28.000142 – Saúde da Família – R\$ 8.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2021	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	8.700,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	8.700,00

FONTE 0.2.28.000143 – Agentes Comunitários de Saúde – R\$ 13.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2022	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	13.100,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	13.100,00

FONTE 0.2.28.000144 – Saúde Bucal – R\$ 1.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal	1.700,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.700,00

FONTE 0.2.28.000145 – Núcleo de Apoio a Saúde Familiar – R\$ 3.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2024	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	3.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	3.000,00

FONTE 0.2.28.000146 – Programa de Melhoria ao Acesso à Qualidade – R\$ 20.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2025	Ações de Atenção Básica – PMAQ	20.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	20.800,00

FONTE 0.2.28.000151 – Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde – R\$ 700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2030	Vigilância Epidem. e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	700,00

FONTE 0.2.28.000155 – Componentes Básicos de Assistência Farmacêutica – R\$ 4.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2028	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	4.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	4.400,00

FONTE 0.2.29.000156 – Cofinanciamento de Atenção Básica – R\$ 1.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2020	Ações de Atenção Básica – PABF	1.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.200,00

FONTE 0.2.29.000158 – MAC Produção Ambulatorial e Hospitalar – R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2026	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	4.000,00

FONTE 0.2.31.000000 – Outras Receitas – R\$ 2.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	2.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 17 de março de 2017.
Juliano Duarte Campo
Prefeito Municipal

DECRETO 044/2017 - PRORROGA O PRAZO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL– PROFIS-3-2017.

DECRETO N.º 044 DE 20 DE MARÇO DE 2017

PRORROGA O PRAZO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL–PROFIS-3-2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo para o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal – PROFIS 3, aprovado pela Lei 1156/2016, por mais 60 (sessenta) dias, a contar do dia 3 de abril de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 20 de março de 2017.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 045/2017 - INSTITUI A COMISSÃO DE ANÁLISE E PARECER FUNDAMENTADO PARA JUSTIFICAR APOIO FINANCEIRO DO ATLETA, EQUIPE, OU ENTIDADE DESPORTIVA, DE ACORDO COM A LEI 828/2013 E NOMEIA OS SEUS MEMBROS.

DECRETO Nº 045/2017

INSTITUI A COMISSÃO DE ANÁLISE E PARECER FUNDAMENTADO PARA JUSTIFICAR APOIO FINANCEIRO DO ATLETA, EQUIPE, OU ENTIDADE DESPORTIVA, DE ACORDO COM A LEI 828/2013 E NOMEIA OS SEUS MEMBROS.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 77, inciso IV da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei 828 de 22 de maio de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído a Comissão para o fim específico de proceder com análise e parecer fundamentado para justificar o apoio financeiro do atleta, e equipe, ou entidade desportiva beneficiários da Lei nº 828 de 22 de maio de 2013, e nomeia os seus membros, sob a presidência do primeiro, conforme indicação abaixo:

- I – Gil Marcos dos Santos
- II – Mário José Sartorato Costa
- III – Pedro Augusto da Cunha

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 21 de março de 2017.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017 – NÍVEL FUNDAMENTAL

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017 – NÍVEL FUNDAMENTAL que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAE-PESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 31 de Março de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Governados Celso Ramos - SC: (<http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPEL: (<http://concursos.faepeul.org.br/>).

Governador Celso Ramos - SC, 31 de Março de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2017 – NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2017 – NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPEL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 31 de Março de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Governados Celso Ramos - SC: (<http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPEL: (<http://concursos.faepeul.org.br/>).

Governador Celso Ramos - SC, 31 de Março de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2017 – NÍVEL SUPERIOR

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2017 – NÍVEL SUPERIOR que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPEL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 31 de Março de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Governados Celso Ramos - SC: (<http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPEL: (<http://concursos.faepeul.org.br/>).

Governador Celso Ramos - SC, 31 de Março de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2017 – SAUDE

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2017 que abre inscrições para o PROCESSO SELETIVO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos temporários por excepcional interesse público, no quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPEL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 31 de Março de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Governados Celso Ramos - SC: (<http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPEL: (<http://concursos.faepeul.org.br/>).

Governador Celso Ramos - SC, 31 de Março de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 007/2017 – SAMAE

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SC torna público o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 007/2017 que abre inscrições para o PROCESSO SELETIVO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos temporários por excepcional interesse público, no quadro de pessoal da SAMAE – GOVERNADOR CELSO RAMOS a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPEL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 31 de Março de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Governados Celso Ramos - SC: (<http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPEL: (<http://concursos.faepeul.org.br/>).

Governador Celso Ramos - SC, 31 de Março de 2017.

ACÁCIO PATROCÍNIO DOS SANTOS

Diretor Geral

Grão Pará

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N. 2070/2017

LEI MUNICIPAL Nº 2.070/2017
(De 31 de março de 2017)

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA- PEDAGÓGICA E REPASSE FINANCEIRO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE GRÃO-PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de cooperação técnico e pedagógica a fim de repassar auxílio financeiro em favor da ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE GRÃO-PARÁ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.781.076/0001-08, com sede na Rua Leoberto Leal, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina no exercício financeiro de 2017, no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§1º. Referido valor será pago em 10 (dez) parcelas no valor individual de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo a primeira a ser paga tão logo sancionada a Lei autorizativa, e as demais nos meses subsequentes.

§2º. A fim de cumprir com a totalidade do valor previsto no caput, o Poder Executivo poderá repassar mais de uma parcela no mesmo mês.

§3º. O auxílio financeiro social tem origem na seguinte dotação orçamentária:

13:00 – Fundo Municipal de Assistência Social
13.03 – Depto da Proteção Social de Média Complexidade
2.043 - Manut. Prog.de Assis. ao Portador de Deficiência.
3.3.50.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

Art. 2º. Tendo em vista que o objeto do presente convênio vem sendo executado pela APAE há vários anos, bem como ser a única instituição de ensino para pessoas deficientes existente no Município, fica o Poder Executivo dispensado da realização do chamamento público previsto na referida Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de março de 2017.

Grão-Pará, 31 de março de 2017.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL N. 2071/2017

LEI MUNICIPAL Nº 2.071/2017
(De 31 de março de 2017)

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E REPASSE FINANCEIRO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO CALOURO FELIZ E ASSOCIAÇÃO GRUPO DE ESTUDANTES DE GRÃO-PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de cooperação técnica a fim de repassar auxílio financeiro em favor das ASSOCIAÇÕES: ASSOCIAÇÃO CALOURO FELIZ, CNPJ nº 06.203.687/0001-49, no valor mensal de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) e à ASSOCIAÇÃO GRUPO DE ESTUDANTES DE GRÃO-PARÁ, CNPJ nº 09.595.846/0001-96, no valor mensal de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), no exercício financeiro de 2017.

1º. Referido valor será transferido durante o ano letivo, sendo a primeira a ser paga tão logo sancionada a Lei autorizativa, e as demais nos meses subsequentes.

§2º. A fim de cumprir com a totalidade do valor previsto no caput, o Poder Executivo poderá repassar mais de uma parcela no mesmo mês.

§3º. O auxílio financeiro social tem origem na seguinte dotação orçamentária:

06:00 – Secretaria Municipal da Educação e Cultura
06.01 – Departamento da Educação
2.019 – Transporte Escolar para Estudantes Universitários
3.3.50.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

Art. 2º. Tendo em vista que o objeto do presente convênio já vem sendo executado pela entidade em exercícios anteriores, bem como ser as únicas instituições constituída para essa finalidade no Município, e ainda considerando tratar-se de atividade voltada e vinculada à educação, fica o Poder Executivo autorizado a dispensar a realização do chamamento público, conforme previsto no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de março de 2017.

Grão-Pará/SC, 20 de março de 2017.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA Nº04 PROCESSO 38.2017 CREDENCIAMENTO SERVIÇOS RETROESCAVADEIRA SEQUENCIA4.DOCX

PROCESSO Nº 38/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017

CREDENCIAMENTO Nº 01/2017

Ata Nº04 da reunião de abertura da documentação

A comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº 089/2017, reuniu-se na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, SC, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Centro, no dia 31/03/2017 a partir das 16h00min para fazer a avaliação da documentação e proposta referente ao credenciamento de empresas para CREDENCIAMENTO PARA EMPRESAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM RETROESCAVADEIRA PARA O MUNICÍPIO DE GUARACIABA, PARA REALIZAR SERVIÇOS COMO: EXTRAÇÃO DE CASCALHO E PEDRAS, ABERTURA E LIMPEZA DE BUEIROS E VALAS DE ESCOAMENTO DE AGUA EM VIAS MUNICIPAIS, ACESSOS A PROPRIEDADES RURAIS, VIAS DE ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO RURAL, ENTRE OUTROS DE ACORDO COM A NECESSIDADE PARA O ANO 2017, destinadas ao atendimento dos munícipes de Guaraciaba, SC, conforme demanda da Secretaria de Obras e Secretaria da Agricultura e autorização das mesmas, para o ano de 2017.

Até a presente data a Comissão protocolou o envelope da proponente a seguir nominada:

1) ARTEFATOS DE CIMENTO OESTE LTDA ME - CNPJ 21.180.250/0001-20, com sede na Rua Jubelino Pasinato S/N, Centro da cidade de Guaraciaba/SC.

Após avaliada a documentação de habilitação das proponentes acima identificadas a comissão resolve habilitar a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO OESTE LTDA ME tendo em vista que a mesma apresentou todos os documentos exigidos no edital

Para tanto, abre-se o prazo recursal de três dias a contar da presente data, e não havendo recursos interpostos, ou após sua denegação, o processo será encaminhado para a autoridade competente para homologação.

Como o processo de credenciamento fica em aberto, as demais proponentes que tenham interesse em credenciar-se para prestar os serviços, objeto do presente credenciamento, poderão protocolar a documentação no setor de compras e licitações, a qual será avaliada pela comissão, que determinará o atendimento das exigências do presente edital até 30/11/2017.

Publique-se.

ALDO JUSTINI SALVI - PRESIDENTE

TALIATA GUREINI - MEMBRO

ANDRIO DALL AGNOL – MEMBRO/SUPLENTE

EXTRATO ADITIVO 02.2017 TECHINFO INFORMÁTICA CONTRATO 09.2016.DOCX

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad02/17Cont09/16 - Contrato Nº: 09/2016

Contratante...: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada...: TECHINFO INFORMÁTICA LTDA ME

Valor : 881,30 (oitocentos e oitenta e um reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : PLANO DE INTERNET PARA A CASA FAMILIAR RURAL, SENDO BANDA LARGA 5MEGA DE DOWNLOAD E 2 MEGA DE UPLOAD COM 01 IP PÚBLICO E FIXO.

EXTRATO DE CONTRATOS PMGBA DE 59, 60, 61, 62, 63, 64, E 65.2017.DOCX

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 59/2017

Contratante...: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada...: SOCIEDADE RADIO PEPERI LTDA

Valor : 16.650,00 (dezesesseis mil seiscentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : PROGRAMA INFORMATIVO DAS 07:30 ÀS 07:45 AOS

DOMINGOS E AVISOS DE UTILIDADE PUBLICA DAS 06:47 ÀS 13:30 DE

SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA.

Contrato Nº..: 60/2017

Contratante...: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada...: RÁDIO CIDADE LTDA

Valor : 10.845,00 (dez mil oitocentos e quarenta e cinco reais)

Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 49/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO MENSAL DE ESPAÇO RADIOFÔNICO

DE 15 MINUTOS AOS SÁBADOS, SENDO DAS 11:30 HORAS ATÉ 11:45

HORAS PARA USO DE TODO PODER EXECUTIVO, PARA FAZER AVISOS, ANÚNCIOS E CAMPANHAS DE INTERESSE PÚBLICO, DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL .

Contrato Nº..: 61/2017

Contratante...: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada...: GRÁFICA E EDITORA SÃO MIGUEL LTDA - ME

Valor : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/03/2018

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE

CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS TRABALHOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC E ASSINATURAS DE JORNAL, ESTES SERÃO UTILIZADOS EM COMPLEMENTO AOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Contrato Nº..: 62/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: NOVA ERA COMUNICACAO EIRELI - ME
 Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/03/2018
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS TRABALHOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC E ASSINATURAS DE JORNAL, ESTES SERÃO UTILIZADOS EM COMPLEMENTO AOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Contrato Nº.: 63/2017
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: EDITORA JORNALISTICA O LIDER SAO MIGUEL LTDA - ME
 Valor : 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/03/2018
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS TRABALHOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC E ASSINATURAS DE JORNAL, ESTES SERÃO UTILIZADOS EM COMPLEMENTO AOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Contrato Nº.: 64/2017
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: RCO COMUNICACOES - EIRELI - ME
 Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/03/2018
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS TRABALHOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC E ASSINATURAS DE JORNAL, ESTES SERÃO UTILIZADOS EM COMPLEMENTO AOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Contrato Nº.: 65/2017
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: ED. JORNAL. FOLHA DO OESTE CATARIN.LTDA
 Valor : 3.420,00 (três mil quatrocentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/03/2018
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2017
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS TRABALHOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC E ASSINATURAS DE JORNAL, ESTES SERÃO UTILIZADOS EM COMPLEMENTO AOS TRABALHOS

PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 58 E 63.2017. DOCX

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2017
 PROCESSO Nº 63/2017 HOMOLOGAÇÃO: 31/03/2017
 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS TRABALHOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC E ASSINATURAS DE JORNAL, ESTES SERÃO UTILIZADOS EM COMPLEMENTO AOS TRABALHOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALA DE AULA PELOS PROFESSORES COM OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADO: ED. JORNAL. FOLHA DO OESTE CATARIN.LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.420,00 (três mil quatrocentos e vinte reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA SÃO MIGUEL LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.000,00 (três mil reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: RCO COMUNICACOES - EIRELI - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: EDITORA JORNALISTICA O LIDER SAO MIGUEL LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: NOVA ERA COMUNICACAO EIRELI - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017
 PROCESSO Nº 58/2017 HOMOLOGAÇÃO: 31/03/2017
 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 OBJETO: CONTRATAÇÃO MENSAL DE ESPAÇO RADIOFÔNICO DE 15 MINUTOS AOS SÁBADOS, SENDO DAS 11:30 HORAS ATÉ 11:45 HORAS PARA USO DE TODO PODER EXECUTIVO, PARA FAZER AVISOS, ANÚNCIOS E CAMPANHAS DE INTERESSE PÚBLICO, DE CARÁTER INFORMATIVO, EDUCATIVO E SOCIAL E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO, POR MEIO DE RÁDIO QUE POSSUA ABRANGÊNCIA REGIONAL, PARA O ANO DE 2017.

CONTRATADO: SOCIEDADE RADIO PEPERI LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 16.650,00 (dezesesseis mil seiscentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: RÁDIO CIDADE LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 10.845,00 (dez mil oitocentos e quarenta e cinco reais)

=====

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2017

DECRETO Nº 538/2017, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL (APÓS OS RECURSOS) DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROQUE LUIZ MENEHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) do Concurso Público nº 01/2017 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

Agente Comunitário de Saúde – ESF 02 – Micro área 14 Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
1	532726	Lidiane Zanette	02/01/1983	4,20	1,00	0,80	6,00	1º
3	538489	Samara Depra	23/01/1991	3,50	1,00	0,20	4,70	Desc.
2	536185	Patricia Carossi Schultz	21/09/1991	2,45	1,20	0,20	3,85	Desc.
Auxiliar de Consultório Odontológico ESF Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
26	534380	Fernanda Juchen	13/01/1998	4,55	1,40	0,80	6,75	1º
9	558970	Helena Cecilia Grimm	07/12/1995	4,90	1,40	0,40	6,70	2º
15	549298	Jaine Devicari	27/08/1997	3,50	1,80	0,80	6,10	3º
24	539388	Cleomara Andrighi	11/04/1998	3,85	1,60	0,40	5,85	4º
25	539371	Maristela Keithi Maldaner	14/06/1998	3,85	1,40	0,60	5,85	5º
22	558502	Eliete Ines Catani	27/12/1987	4,20	1,20	0,40	5,80	6º
18	557500	Cristiane Julita Gralow	10/09/1999	3,85	1,20	0,60	5,65	7º
12	555501	Raquel Katiane Costa Da Silva	05/03/1988	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.
14	533466	Luana Lucia Junges	05/05/1997	2,80	1,20	0,80	4,80	Desc.
17	558573	Karine Dos Santos	02/09/1997	3,85	0,80	0,00	4,65	Desc.
21	542129	Jovana Gerevini	02/01/2000	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
23	558672	Jessica Dos Santos Cantarelli	26/08/1995	3,15	0,60	0,60	4,35	Desc.
5	557940	Patricia Siliandra Bauer Kinzel	04/06/1988	2,45	1,20	0,60	4,25	Desc.
19	531937	Natalia Santin Da Silva	01/01/2000	3,15	0,60	0,40	4,15	Desc.
11	528702	Jheini Fernanda Bauer	30/10/1994	2,80	0,80	0,20	3,80	Desc.
16	528139	Endiara Bauer	06/06/1998	2,10	1,20	0,40	3,70	Desc.
7	542916	Luana Borsatto	05/03/1999	2,10	1,00	0,60	3,70	Desc.
13	544950	Ismael Marcos Faust	11/03/1997	2,45	0,60	0,60	3,65	Desc.
20	553271	Camila Lolatto	17/10/1998	2,80	0,60	0,00	3,40	Desc.
4	558068	Pricila Bauer Dos Santos	11/08/1992	2,45	0,40	0,40	3,25	Desc.
8	557780	Mariana Lauterio	19/07/1999	2,45	0,20	0,40	3,05	Desc.
10	542107	Nancy Cristina Presse	08/05/1994	2,10	0,60	0,20	2,90	Desc.
6	538865	Fernanda Diesel	25/08/1988	1,40	0,60	0,40	2,40	Desc.
Fiscal Sanitário Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
53	534281	Matheus Finco	26/05/1998	6,30	1,40	0,80	8,50	1º
27	555322	Cinthia Bertolini	27/07/1992	5,95	1,60	0,40	7,95	2º
37	529675	Guilherme Baptistella	13/10/1998	5,25	1,60	1,00	7,85	3º
59	537109	Simone Rinaldi	26/07/1986	5,95	1,20	0,60	7,75	4º
33	529817	Francieli Cristina Wingert	29/12/1993	5,95	1,20	0,60	7,75	5º

55	537028	Vanessa Augusta Schio	29/09/1997	5,95	1,00	0,80	7,75	6º
28	540798	Leonardo Rinaldi	18/05/1991	5,25	1,40	0,80	7,45	7º
56	546265	Rafael Mallmann	08/01/1996	5,25	1,40	0,80	7,45	8º
52	553410	Edinei Fernando Schwertz	20/11/1987	5,25	1,20	1,00	7,45	9º
54	534439	Thalles Finco	26/05/1998	4,90	1,60	0,80	7,30	10º
57	553965	Vanessa Kunz Rech	25/12/1987	5,60	1,00	0,60	7,20	11º
47	553411	Ivan Zilli	24/01/1987	5,60	0,80	0,80	7,20	12º
46	545777	Izabel Mantelli	17/12/1998	5,60	0,80	0,80	7,20	13º
43	546141	Leandro Pierozan	04/10/1998	5,95	0,80	0,40	7,15	14º
34	528157	Marciel Dresch	26/04/1984	5,60	1,00	0,40	7,00	15º
39	548198	Jardenson Stoll	14/05/1997	4,90	1,60	0,40	6,90	16º
50	533703	Aline Lucia Dos Santos	12/11/1998	5,25	1,20	0,40	6,85	17º
45	559745	Joel Marcos Ritter	08/07/1990	5,60	0,80	0,40	6,80	18º
38	549330	Diana Paula Zilli Marcon	10/08/1992	4,90	1,60	0,20	6,70	19º
49	557792	Elisandra Weiss	08/08/1983	5,25	1,20	0,00	6,45	20º
36	537615	Luis De Freitas	06/08/1997	5,25	0,80	0,40	6,45	21º
30	538836	Fagner Vinicius Salvi	19/06/1982	5,25	1,00	0,00	6,25	22º
40	532891	Fabricio Martinazzo	01/12/1998	5,25	0,60	0,40	6,25	23º
48	559076	Gabriel Marin Pellegrini	25/03/1999	4,90	1,00	0,20	6,10	24º
51	540078	Eduarda Luiza Maldaner	08/10/1997	4,20	1,00	0,80	6,00	25º
42	553170	Jussara Lasch	04/05/1994	4,90	0,80	0,20	5,90	26º
29	539710	Juliana Salete Rotini	23/01/1996	4,20	1,40	0,20	5,80	27º
60	552997	Paula Viviane Kunz	11/03/1992	4,90	0,60	0,00	5,50	28º
35	558585	Anderson Agostini	06/10/1995	4,55	0,60	0,20	5,35	29º
44	552918	Lucia Rinaldi	07/07/1962	4,20	0,60	0,20	5,00	30º

Médico ESF | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
72	557194	Carolina Bolzam Vencato	30/10/1987	5,25	1,60	1,00	7,85	1º
69	556855	Lucas Ide Guadagnin	14/12/1990	4,55	1,60	1,00	7,15	2º
71	538088	Renan Lucas De Aquino	26/12/1987	4,20	1,60	0,80	6,60	3º
62	531928	Amanda Bissoli	28/02/1990	3,85	1,40	1,00	6,25	4º
68	531890	Jefferson Silveira	14/07/1984	4,20	1,20	0,80	6,20	5º
67	555325	Caroline Rocha Burnett	05/08/1981	3,85	1,40	0,80	6,05	6º
64	541712	Matheus Pivatto	14/06/1989	3,85	1,40	0,80	6,05	7º
65	551209	Caroline Maria Dahmer	21/09/1990	3,85	1,40	0,80	6,05	8º
66	559967	Fernando Souza Lima Benez	06/06/1975	3,85	1,40	0,40	5,65	9º
73	530636	Guilherme Bortolini	06/01/1994	3,15	1,60	0,80	5,55	10º
61	558737	Luiz Mario Enderle Signor	25/06/1987	3,85	1,00	0,60	5,45	11º
63	549760	Ghislaine Carrasco Perez	14/05/1984	3,15	1,00	0,80	4,95	Desc.
70	534357	Milena V. De Carvalho Silva Bordin	27/08/1978	1,75	0,80	0,80	3,35	Desc.

Mecânico | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
89	533836	Evandro Pandolfo	17/02/1987	6,30	1,40	1,00	8,70	1º
85	541286	Marcos Antonio Ribeiro	30/12/1969	5,60	1,60	0,80	8,00	2º
87	528202	Gustavo Piroca Marangon	02/01/1995	5,25	1,20	0,80	7,25	3º
90	548375	Ronaldo Zilli	17/02/1984	5,60	1,00	0,60	7,20	4º

86	559236	Ivan Cristian Barth	14/07/1986	4,20	1,40	0,40	6,00	5º
84	535880	Roberto Boff	22/05/1988	3,85	1,20	0,80	5,85	6º
83	536234	Claudinei Luciano Piroca	05/02/1992	4,90	0,60	0,20	5,70	7º
82	549827	Jose Mario Liberalesso	27/10/1990	3,85	0,40	0,80	5,05	8º
88	536593	Cleitir Finger	12/12/1993	3,15	1,00	0,80	4,95	Desc.
81	539434	Pablo De Loss	13/03/1999	3,50	1,20	0,20	4,90	Desc.

Nutricionista | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
95	558717	Pamela Capelari	27/01/1994	5,95	1,20	1,00	8,15	1º
96	527818	Gabriela Bagio Luz	25/11/1989	5,60	1,20	1,00	7,80	2º
94	528551	Gabriela Regina Pinto	01/06/1990	4,90	1,40	0,60	6,90	3º
98	549317	Emeli Jacomini	06/02/1995	4,90	1,00	1,00	6,90	4º
97	538947	Maiara Inês Gambatto	16/06/1994	4,55	1,40	0,80	6,75	5º

Odontólogo ESF | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
99	534833	Camila Pohlmann	04/05/1991	3,85	1,60	1,00	6,45	1º
104	535203	Nathalia Nitsche	09/06/1994	3,85	1,80	0,60	6,25	2º
112	530329	Kely Vargas Gregory	23/09/1994	3,85	1,20	0,80	5,85	3º
103	555252	Rafaela Lasta	25/10/1996	3,85	1,20	0,80	5,85	4º
105	554195	Marceli Claudia Sartori	11/10/1993	4,20	1,40	0,20	5,80	5º
100	531773	Glorialine Gomes Griebeler	08/04/1994	3,85	1,00	0,80	5,65	6º
113	537672	Fabio Kayser Borelli	04/12/1994	3,50	1,00	0,80	5,30	7º
106	556355	Aline Avrella	09/08/1995	3,50	0,80	0,80	5,10	8º
114	548883	Ederson Alves	04/01/1982	2,80	1,60	0,60	5,00	9º
101	547707	Andreia Sutil Da Trindade	29/12/1993	3,15	1,20	0,60	4,95	Desc.
107	531263	Fabrizio Balbinot	15/12/1994	2,45	1,20	1,00	4,65	Desc.
115	528428	Tayna Lais Marcon	11/12/1995	2,80	0,80	1,00	4,60	Desc.
116	540722	Thiago Fior Sehn	03/07/1992	3,15	0,80	0,60	4,55	Desc.
102	534287	Tanessa Dai Prai	19/03/1991	2,80	0,60	0,60	4,00	Desc.
111	538642	Roberta Signor	14/08/1991	3,15	0,80	0,00	3,95	Desc.
110	540219	Bruna Ferreira	20/01/1992	1,75	1,00	0,20	2,95	Desc.
117	529611	Fabiola Teixeira Surdi	30/08/1994	1,75	0,60	0,40	2,75	Desc.

Orientador Social | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
167	537306	Natalia Pasqualon	24/12/1996	5,25	1,20	0,80	7,25	1º
154	534942	Marcia Baratto	01/10/1982	4,20	1,80	1,00	7,00	2º
152	549693	Marivane Luiza Romio	16/03/1979	4,90	1,40	0,60	6,90	3º
125	553202	Adriano Dall Agnol	26/06/1990	4,90	1,20	0,80	6,90	4º
121	539673	Cleide De Fatima Netto Isoton	20/05/1981	5,25	1,00	0,40	6,65	5º
123	537194	Fabiane Franzosi Brambilla	28/03/1980	4,90	1,20	0,40	6,50	6º
130	532159	Diego Alencar Chechi	17/10/1986	4,55	0,80	1,00	6,35	7º
146	535202	Vanessa Lucia Mantovani Brustolin	11/01/1998	4,55	0,80	0,80	6,15	8º
128	535206	Ana C. Facin Rodrigues De Freitas	15/08/1998	4,20	1,20	0,40	5,80	9º
159	559540	Venilda Giese	18/11/1967	4,20	0,80	0,80	5,80	10º
127	549097	Armida Cristina Voos	13/07/1979	4,20	0,80	0,80	5,80	11º

134	535550	Graciela Neumann	21/01/1984	3,15	1,80	0,60	5,55	12º
149	536866	Jacson Simoni	11/03/1981	3,15	1,60	0,80	5,55	13º
153	538978	Patricia Jaqueline Schneider	07/04/1987	3,50	1,40	0,40	5,30	14º
139	527916	Fernando Cavalli	21/11/1976	3,50	1,20	0,60	5,30	15º
168	547397	Mauricio Hennnicks	04/12/1992	3,50	1,00	0,80	5,30	16º
144	552752	Sirlei Rubin	30/03/1993	3,50	1,00	0,80	5,30	17º
122	541536	Dilvane Maria Bernardi Boff	17/02/1979	3,15	1,60	0,40	5,15	18º
148	558147	Rozeli Pinheiro Wronski	15/10/1988	3,50	1,20	0,40	5,10	19º
118	551451	Gabriela Heinen	03/07/1990	3,50	1,20	0,40	5,10	20º
157	556861	Rubia Cristina Kosmann	21/05/1996	3,85	0,80	0,40	5,05	21º
136	537887	Carolina Brustolin	20/10/1995	2,80	1,20	0,80	4,80	Desc.
155	535225	Marinilze Juchen	29/06/1992	3,50	1,20	0,00	4,70	Desc.
135	536810	Camila Ana De Lima	03/02/1989	3,50	0,80	0,40	4,70	Desc.
131	538611	Fabiano Gabriel Da Fontoura	27/12/1997	3,50	0,80	0,40	4,70	Desc.
165	556868	Sirlene Estasmaier	28/12/1993	3,50	0,80	0,40	4,70	Desc.
162	528772	Monica Camila Tavella	23/03/1994	3,15	0,80	0,60	4,55	Desc.
150	557032	Nelsi De Fatima Marques Hoelscher	10/08/1976	3,15	0,80	0,60	4,55	Desc.
161	558323	Kely Carminatti	07/06/1988	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
143	555710	Hideko Yamashita Obo	06/07/1964	3,50	0,60	0,40	4,50	Desc.
137	553377	Catiane Luiza Brambilla	12/12/1995	2,80	1,00	0,60	4,40	Desc.
141	558387	Gabriela Paludo	13/06/1995	2,80	1,40	0,20	4,40	Desc.
166	553816	Leila Perboni	14/10/1983	3,15	0,80	0,40	4,35	Desc.
132	558638	Daniel Gomes De Oliveira	18/05/1991	3,50	0,40	0,40	4,30	Desc.
119	548622	Debora Regina Weimann	24/12/1996	2,80	1,00	0,40	4,20	Desc.
133	544906	Idiamara Ely	08/08/1994	2,45	1,20	0,40	4,05	Desc.
151	549236	Jeanice Muller	17/04/1986	2,45	0,80	0,80	4,05	Desc.
163	550633	Sibeli Vettorazzi	11/03/1995	2,45	1,20	0,40	4,05	Desc.
164	541119	Leila Daiane Colussi Gomes	14/09/1985	2,80	0,60	0,60	4,00	Desc.
126	541230	Alan Roberto Simon	09/04/1995	2,45	1,00	0,40	3,85	Desc.
140	544349	Andressa Ferronato	16/06/1993	2,45	0,80	0,60	3,85	Desc.
120	533008	Gisele Arent Suzin	20/02/1993	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
145	536976	Nadio Diogo Reolon	16/09/1983	2,80	0,60	0,20	3,60	Desc.
158	554378	Tiali Petri Rosset	20/03/1991	1,75	1,20	0,60	3,55	Desc.
124	555336	Dilvane Schirmann	27/03/1993	2,10	1,00	0,40	3,50	Desc.
147	559671	Jocemar Klein	30/01/1990	2,10	0,80	0,60	3,50	Desc.
138	555092	Carla Claudia Dos Santos	13/04/1985	2,45	0,80	0,20	3,45	Desc.
160	534427	Keli Cristina Barth	19/01/1994	3,15	0,00	0,20	3,35	Desc.
156	537337	Tatiane Colombo	09/09/1991	2,45	0,80	0,00	3,25	Desc.

Professor II – Nível I (História) | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
172	549102	Gabriela Garcia De Mattos	19/05/1992	3,50	1,20	0,60	5,30	1º
171	556699	Debora Eliane Antunes Picinin	18/03/1977	3,50	1,00	0,60	5,10	2º
173	554260	Giovana Sarzi Lanzarin	14/11/1977	3,15	1,00	0,80	4,95	Desc.
175	558163	Fabio Heinen	16/06/1978	3,15	1,00	0,80	4,95	Desc.
177	535856	Joseane Lancini	01/07/1981	2,80	1,40	0,60	4,80	Desc.
176	527690	Tatiane Aparecida Gugel	18/07/1984	3,15	0,40	0,60	4,15	Desc.
174	554532	Maicon Rosin	17/01/1984	2,10	1,40	0,40	3,90	Desc.

170	560073	Dinora Merigo Bisutti	17/04/1981	2,10	1,00	0,60	3,70	Desc.
178	553469	Liane Christmann	30/10/1979	1,75	0,80	0,40	2,95	Desc.

Técnico em Enfermagem ESF | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
180	528601	Daiane Luiza Steffens Tolotti	18/09/1991	4,20	2,00	0,20	6,40	1º
187	534624	Elonice Fatima Tavella	22/12/1983	3,85	0,20	0,60	4,65	Desc.
186	559077	Fabiana Delevatti	27/09/1982	3,50	0,40	0,20	4,10	Desc.
181	537004	Rita de C. Roberto Hernandez Colhado	13/11/1976	2,45	1,20	0,40	4,05	Desc.
184	560380	Juliana Cossul	02/08/1978	2,45	0,80	0,60	3,85	Desc.
182	528159	Fabiane Somera	23/02/1981	2,10	0,80	0,40	3,30	Desc.
185	546280	Eliane Gross	20/06/1985	1,40	1,20	0,60	3,20	Desc.
183	539098	Sheila Carol Zanella Martinazzo	23/09/1974	2,45	0,40	0,00	2,85	Desc.

Vigilante Sanitário e Ambiental | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
208	559247	Gilvana Zanella	12/05/1998	4,55	1,80	0,80	7,15	1º
201	546696	Vinicius Jose Vivian	27/12/1990	4,55	1,40	1,00	6,95	2º
196	553135	Adriane Mariza Techio	01/01/1976	4,20	1,20	0,40	5,80	3º
202	557531	Marcio Moretti	11/08/1983	3,50	1,20	1,00	5,70	4º
188	538662	Ivani Schmidt Devicari	30/05/1985	3,85	1,20	0,60	5,65	5º
192	547688	Mariano De Oliveira	22/12/1966	3,85	0,60	0,80	5,25	6º
205	535219	Marla Brustolin Grasel	06/01/1983	3,50	0,80	0,80	5,10	7º
191	538013	Ivania Mara Zorzi	30/01/1998	3,85	0,60	0,60	5,05	8º
190	559297	Alexandre Bortoncello	10/09/1997	4,20	0,80	0,00	5,00	9º
189	536876	Marilene Toral Simoni	08/08/1982	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.
200	555721	Cristian Almeida Da Silva	11/12/1998	3,50	1,00	0,00	4,50	Desc.
207	535016	Mirian Ferreira	12/12/1993	3,15	1,20	0,00	4,35	Desc.
193	560238	Marcia Adriana De Re	10/10/1990	3,15	1,00	0,00	4,15	Desc.
204	557658	Zelinda Zonta Blau	16/08/1970	2,80	0,60	0,20	3,60	Desc.
197	537608	Marceli Loch Klagenberg	10/06/1984	2,45	0,40	0,60	3,45	Desc.
195	545032	Elia Da Silva Meurer	15/06/1985	2,45	0,60	0,40	3,45	Desc.
206	555333	Daniela Dresch	09/04/1995	1,40	1,00	0,80	3,20	Desc.
203	560163	Anielly Anschau	27/12/1999	1,75	0,80	0,40	2,95	Desc.
194	535738	Solange Soelse Back	08/07/1981	1,05	0,80	0,20	2,05	Desc.

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba - SC, 31 de Março de 2017.

ROQUE LUIZ MENEHINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL TESTE SELETIVO EDITAL 002/2017

DECRETO Nº 539/2017, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL (APÓS OS RECURSOS) DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROQUE LUIZ MENEHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) do Processo Seletivo nº 002/2017 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

Agente Comunitário de Saúde – ESF 02 (Micro área 05**) Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
2	538590	Cheila Hüther	29/10/1991	3,60	0,70	0,70	5,00	1º
Auxiliar de Consultório Odontológico ESF Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
5	530792	Luciane Ritter Da Cunha	22/03/1996	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
Enfermeiro ESF Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
35	540021	Patricia Barbieri	15/12/1992	5,40	1,05	1,05	7,50	1º
33	533661	Taissana Dezanetti	03/05/1991	5,40	0,70	1,05	7,15	2º
12	534475	Eliamar Baranoski	05/02/1980	4,80	1,40	0,35	6,55	3º
16	543825	Barbara Monteiro Wehner	04/12/1976	3,60	1,05	1,05	5,70	4º
14	539168	Maiara Dais Schoeninger	08/01/1992	3,60	1,05	1,05	5,70	5º
30	532901	Sahra Regina Da Silva	04/08/1991	4,20	0,70	0,70	5,60	6º
9	557183	Micheli Beninca Trentin	09/05/1991	3,00	1,40	1,05	5,45	7º
18	535926	Lediane Nicloti	04/11/1993	2,40	1,75	1,05	5,20	8º
29	536881	Jaqueline Monize Ceconi	24/09/1995	3,00	1,05	1,05	5,10	9º
7	527917	Michely Carla Tremea	25/01/1986	2,40	1,40	1,05	4,85	10º
24	528926	Micheli Cristina Schmitt	01/03/1994	2,40	1,40	1,05	4,85	11º
31	558499	Priscila Piroca Dalla Costa	20/07/1988	3,00	1,40	0,35	4,75	12º
34	558836	Rubiele Tamara Haag	09/01/1990	3,00	1,05	0,70	4,75	13º
20	556917	Ana Paula Huppess	10/07/1994	2,40	1,75	0,35	4,50	14º
19	555924	Diandra Canei	28/01/1990	2,40	1,40	0,70	4,50	15º
10	528472	Gracieli Bragagnolo	29/01/1994	2,40	1,40	0,70	4,50	16º
13	534808	Jonas Kummer	05/08/1990	2,40	1,05	1,05	4,50	17º
11	553264	Ana Paula Belon De Oliveira	03/11/1992	3,00	0,70	0,70	4,40	18º
26	529144	Danielly Ferrari Dos Santos	17/09/1992	1,80	1,75	0,70	4,25	19º
6	536649	Laysa Cristina Dreyer	08/09/1991	2,40	1,05	0,70	4,15	20º
17	549037	Leticia Rinaldi	02/02/1994	1,80	1,75	0,35	3,90	Desc.
28	538689	Jessica Schaurich	29/03/1993	1,80	1,05	1,05	3,90	Desc.
25	534572	Angelo Zangalli	10/12/1981	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
22	557401	Deisi Giovana Pasqualon	04/10/1993	1,80	1,05	0,70	3,55	Desc.
8	558193	Maikeli Andresa Kosloski	02/07/1994	1,80	1,05	0,70	3,55	Desc.
21	536909	Alini Amabil Balbinot	15/06/1995	1,80	1,05	0,70	3,55	Desc.
15	536320	Marilene Carteri	17/08/1972	1,80	0,70	0,70	3,20	Desc.
27	540858	Daiane Zatti Contini	02/04/1986	1,80	0,70	0,70	3,20	Desc.
23	558522	Juliana Zanin	27/11/1983	1,20	1,05	0,35	2,60	Desc.
Médico ESF Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
39	559389	Eudes Bucar	16/06/1985	4,80	1,75	1,05	7,60	1º
36	541324	Athaid David	06/12/1992	4,80	1,75	1,05	7,60	2º
37	553951	Michele Goncalves Cardozo	09/02/1984	4,20	1,75	1,05	7,00	3º

42	558250	John Richard Mendonca Ronchesel	10/08/1988	4,80	0,70	0,70	6,20	4º
41	555309	Caroline Rocha Burnett	05/08/1981	3,60	1,40	1,05	6,05	5º
43	557830	Lucas Ide Guadagnin	14/12/1990	3,60	1,40	1,05	6,05	6º
38	545394	Caroline Maria Dahmer	21/09/1990	3,60	1,05	1,05	5,70	7º

Odontólogo ESF | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
61	558538	Bruna Crusaro	22/11/1994	3,60	1,40	1,05	6,05	1º
55	537497	Vinicius Caetano De Souza	16/04/1995	3,60	1,05	1,05	5,70	2º
54	558027	Fernanda Pozzebon	17/05/1989	2,40	1,40	1,05	4,85	3º
53	540477	Karoline Markoski	12/07/1993	2,40	1,05	1,05	4,50	4º
59	531780	Caroline Staats	25/02/1995	1,80	1,40	1,05	4,25	5º
60	548008	Bruna Dall'alba	06/06/1996	1,80	1,40	1,05	4,25	6º

Orientador Social | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
63	556877	Rubia Cristina Kosmann	21/05/1996	3,00	0,70	0,70	4,40	1º
62	550305	Nelsi De Fatima Marques Hoelscher	10/08/1976	2,40	0,35	0,35	3,10	Desc.

Professor II - N1 (Artes) | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
66	528968	Gracielle Isabel Corte	29/03/1980	3,00	1,05	1,05	5,10	1º
68	549572	Ivanda Cardoso Lago	25/06/1976	1,80	1,05	1,05	3,90	Desc.
67	532275	Sirlene Estasmaier	28/12/1993	1,20	1,05	0,70	2,95	Desc.

Técnico em Enfermagem ESF | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
69	549353	Kelin Volpini	19/04/1991	3,60	0,35	0,70	4,65	1º
70	559807	Mara Monteiro	06/06/1975	3,00	0,35	0,00	3,35	Desc.

Veterinário | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
85	552934	Eduardo Mueller	22/02/1992	4,20	1,40	0,70	6,30	1º
94	555256	Neuton Baierle	08/02/1978	4,20	1,05	1,05	6,30	2º
81	557672	Jaqueline Fridirich	19/08/1989	3,60	1,75	0,70	6,05	3º
93	533060	Lais Fernanda Bianchi	29/11/1993	3,60	1,40	0,70	5,70	4º
91	541430	Luciane Jühlich	04/03/1986	4,20	1,05	0,35	5,60	5º
73	554706	Jean Carlos Deschamps	18/08/1991	3,00	1,40	1,05	5,45	6º
82	537020	Andrei Michel Vettorazzi	21/07/1994	3,60	1,05	0,35	5,00	7º
71	548042	Marcio Gozzi	05/03/1986	3,60	0,70	0,70	5,00	8º
89	557446	Ariel Cesco	27/08/1989	2,40	1,40	1,05	4,85	9º
92	537166	Andreia Thainara Thalheimer	03/03/1995	3,00	1,40	0,35	4,75	10º
72	559902	Junior Picinin	31/07/1983	2,40	1,40	0,70	4,50	11º
80	533186	Jessica Ferlin	25/11/1992	2,40	1,40	0,70	4,50	12º
83	552840	Guilherme Augusto Manske	10/03/1992	2,40	1,05	0,70	4,15	13º
86	558239	Poliana Brugnerotto	03/04/1991	2,40	0,70	1,05	4,15	14º
95	557574	Cynthia Maria Carpigiani Teixeira	04/10/1970	1,20	1,75	1,05	4,00	15º
74	527976	Willian Wurzius	18/11/1988	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.

90	554719	Mayara Heler Zimmermann	14/07/1993	1,80	0,70	0,70	3,20	Desc.
84	555343	Jean Carlo Rambo Feiten	07/08/1993	1,20	1,05	0,70	2,95	Desc.

Motorista - Categoria "D" | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.
45	559261	Douglas Jeam de Arruda	30/07/1987	1,90	0,27	0,27	4,60	7,04	1º
49	536195	Leandro Casagrande	28/06/1990	1,33	0,27	0,18	4,80	6,58	2º
47	528778	Rafael Dos Santos	19/09/1991	1,14	0,27	0,27	4,70	6,38	3º
46	547686	Jefferson Ferreira	29/01/1982	1,33	0,09	0,00	4,70	6,12	4º
48	529390	Cleomar Jose De Almeida	03/12/1990	0,95	0,18	0,18	4,80	6,11	5º
44	529123	Anderson Luis Pinheiro Gomes	08/08/1983	1,14	0,18	0,00	4,70	6,02	6º

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba - SC, 31 de Março de 2017.

ROQUE LUIZ MENECHINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL TESTE SELETIVO PROVA PRÁTICA EDITAL 002/2017

DECRETO Nº 540/2017, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PROVA PRÁTICA (APÓS OS RECURSOS) DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROQUE LUIZ MENECHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final da Prova Prática (Após os Recursos) do Processo Seletivo nº 002/2017 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

Motorista - Categoria "D"			
Nº	INSC	CANDIDATO	NOTA
1	529123	Anderson Luis Pinheiro Gomes	4,70
2	529390	Cleomar Jose De Almeida	4,80
3	559261	Douglas Jeam de Arruda	4,60
4	547686	Jefferson Ferreira	4,70
5	536195	Leandro Casagrande	4,80
6	528778	Rafael Dos Santos	4,70
7	550020	Dirlei Corti	Desclassificado: Faltante prova objetiva e prática.
8	550773	Rodrigo Contini	Desclassificado: Faltante prova objetiva e prática.
9	541775	Willian Demarchi Da Silva	Desclassificado: Faltante prova objetiva e prática.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba - SC, 31 de Março de 2017.

ROQUE LUIZ MENECHINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 2 - NEUDY JULIANO QUADROS

CONVOCAÇÃO Nº 2

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Convocar o Senhor NEUDY JULIANO QUADROS, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.007.759-82, aprovado em (2º) segundo lugar no Processo Seletivo Nº 002/2017/HO, homologado em 24/03/2017, para a função de Médico Generalista, 40 horas semanais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da publicação do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste manifestar-se sobre a vaga e, para apurar a relação de documentos necessários para a contratação.

Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) em 29 de Março de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

Ciente em /...../

NEUDY JULIANO QUADROS

DECRETO Nº 3.656/2017.

DECRETO Nº 3.656/2017.

"ALTERA/INCLUI AO DECRETO Nº 3.644/2017 QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado/incluído ao inciso III do artigo 1º do Decreto Municipal nº 3.644/2017 o serviço que segue:

III – Oftalmologia.

a) Realização de procedimentos iniciais (pré-cirúrgicos), com avaliação nos dois olhos e a realização dos exames necessários para cirurgia de Catarata;

b) Consultas pós-cirúrgicas.

(...)

VIII – (...)

b) Os valores dos procedimentos citados nas alíneas "a" e "b" do inciso III, serão estabelecidos no edital de credenciamento.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 31 de março de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 574/2017

PORTARIA Nº 574/2017

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, da Servidora FÁTIMA DIRLEY PEREIRA PAGANINI (matr. 10), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico Tributário Financeiro, Nível – 11, Referência – "N" do Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme Certidão nº 20022040.1.00046/13-4 de 26/11/2013, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que certificou o tempo de contribuição de 06 anos, 07 meses e 29 dias; ao tempo de contribuição de 02 anos conforme Certidão nº 261/2011 de 02/03/2011, expedida pela Secretaria de Estado da Administração; ao tempo de 27 anos, 01 mês e 10 dias certificados pelo Município de Herval d'Oeste através da Certidão nº 180/2017 de 31/03/2017, com a homologação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste – IPREVI-HO; perfazendo para fins de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, um cômputo geral de 35 anos, 09 meses e 09 dias de tempo de contribuição.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Março de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito de Herval d'Oeste

PORTARIA Nº 575/2017

PORTARIA Nº 575/2017

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, da Servidora VERONICA RIVA (matr. 43), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência – "Q" do Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme Certidão nº 20022040.1.00044/13-1 de 17/06/2014, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que certificou o tempo de contribuição de 03 anos, 09 meses e 10 dias; ao tempo de contribuição de 27 anos, 01 mês e 10 dias certificados pelo Município de Herval d'Oeste através da Certidão nº 181/2017 de 31/03/2017, com a homologação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos

de Herval d' Oeste – IPREVI-HO; perfazendo para fins de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, um cômputo geral de 30 anos, 10 meses e 20 dias de tempo de contribuição.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 31 de Março de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 576/2017

PORTARIA Nº 576/2017

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição- Comum, à Servidora Pública Municipal FÁTIMA DIRLEY PEREIRA PAGANINI e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, a qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de Técnico Tributário Financeiro, Matrícula nº 10, Nível 11, Referência "N" – Anexo V da LC nº 280/2011 do Quadro Geral de Carreira deste Município, 40 horas semanais; com fundamento nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005; a partir de 03 de abril de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 03 de Abril de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 577/2017

PORTARIA Nº 577/2017

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição-Comum, à Servidora Pública Municipal VERONICA RIVA e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, o qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, Matrícula nº 43, Nível 3, Referência "Q" – Anexo V da LC nº 280/2011 do Quadro Geral de Carreira deste Município, 40 horas semanais; com fundamento nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005; a partir de 03 de abril de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 03 de Abril de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito de Herval d' Oeste

RESOLUÇÃO Nº 014 CMS_HO

RESOLUÇÃO Nº 014/CMS-HO/2017

Dispõe sobre a Programação de Saúde para o ano de 2017

O Conselho Municipal de Saúde de Herval D'Oeste – SC no uso de suas atribuições, prevista na Lei Municipal 1933/2012 e seu Regimento Interno, em Reunião Ordinária do dia 30/03/2017

Considerando:

- A Constituição Federal/1988;
- A Lei Orgânica Municipal;
- A Lei Federal 4320 de 17/03/1964;
- Normas Legais de Decreto Financeiro: A Lei Federal 8080 e suas atribuições;
- A Lei Federal 8142/90

A Lei Complementar 141 de 13/01/2012;

O Decreto Presidencial 7508 de 28 de junho de 2011;

- A Lei Municipal 1933/2001;
- As Resoluções do CMS-HO e seu Regimento Interno;
- As discussões ocorridas entre o CMS-HO e a Secretaria Municipal de Saúde no decorrer da elaboração do PAS;
- As discussões em Plenário do CMS-HO

RESOLVE;

Art.1º Aprovar a Programação Anual de Saúde para o ano de 2017.

Art.2º Revogam-se as disposições em Contrário.

Art.3º Registre-se, cumpra-se e publique.

Clarinda da Luz Durigon

Presidente do CMS-HO

Homologa-se em:

Conselho Municipal de Saúde de Herval D' Oeste – CMS

Rua Nereu Ramos, nº 09 - Herval D' Oeste/ SC

fone:3554-1111-R.22 –CEP:89.610.000

Email:cmsherval@gmail.com

RESOLUÇÃO Nº 015 CMS_HO

RESOLUÇÃO Nº 015/CMS-HO/ PAMVSA - 2017/2019

Dispõe sobre o Plano de Ação de Vigilância Sanitária para os anos de 2017/2019

O Conselho Municipal de Saúde de Herval D'Oeste – SC no uso de suas atribuições, prevista na Lei Municipal 1933/2012, Lei Municipal nº3079/2015, seu Regimento Interno, na Legislação do Controle Social vigente, em Reunião Ordinária realizada no dia 30/03/2017 e,

Considerando:

- A Constituição Federal/1988;
- A Lei Orgânica do município de Herval D'Oeste;
- A Lei Orgânica Municipal;
- A Lei Federal 8080 e suas atribuições;
- A Lei Federal 8142/90
- A Lei Complementar 141 de 13/01/2012;
- A Lei Municipal 1933/2001;
- Resolução 453/CNS/2012
- As Resoluções do CMS-HO e seu Regimento Interno;
- As discussões ocorridas entre o CMS-HO e a Secretaria Municipal de Saúde no decorrer da elaboração do Plano de Ação Municipal de VISA
- As discussões em Plenário do CMS-HO e considerando a Deliberação/185/CIB/2016

RESOLVE;

Art.1º Aprovar o Plano de Ação de Vigilância Sanitária para os anos de 2017/2019 do Município de Herval D'Oeste - SC

Art.2º Revogam-se as disposições em Contrário.

Art.3º Registre-se, cumpra-se e publique.

Art.4º Esta Resolução passa a vigorar após sua Publicação

Clarinda da Luz Durigon
Presidente do CMS-HO

Homologa-se em:

Conselho Municipal de Saúde de Herval D' Oeste – CMS - HO
Rua Nereu Ramos, nº 09 - Herval D' Oeste/ SC
fone:3554-1111-R.22 –CEP:89.610.000
Email:cmsherval@gmail.com

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 17/2017 AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 REGISTRO DE PREÇO

O Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.448/0001-30, com sede na rua D. Pedro II, 133, centro, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Gianfranco Volpato, através da Secretaria Municipal de Educação, cultura, Esporte e Turismo, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto n. 01, de 02 de janeiro de 2017, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº. 20/2017, na Modalidade Pregão Presencial nº. 17/2017, registro de preço, do tipo menor preço UNITÁRIO, sob regime de entrega eventual e futura, cujo setores interessados é as Secretaria de Educação, cultura, Esporte e Turismo, conforme dispõe a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n 008, de 13 de março de 2006 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº. 01 contendo as propostas de preços e de nº. 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Dom Pedro II – 133, Centro - Ibicaré - SC, CEP 89.640-000, até às 09:00 horas do dia 13 de abril de 2017 iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas do mesmo dia, local e horário.

OBJETO: Registro de Preços, para eventual e futura, aquisição de produtos alimentícios destinados para manutenção das atividades da merenda escolar, para o exercício de 2017, execução do Convênio Federal PNAE, bem como com recursos próprios.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 31 de março de 2017

Gianfranco Volpato

Prefeito

Imarui

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI Nº 001/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMI Nº 001/2017
Processo Administrativo PMI Nº 002/2017, Processo Licitatório PMI Nº 003/2017. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios. Órgão gerenciador: Prefeitura de Imaruí, CNPJ 82.538.851/0001-57. Vigência da Ata: 12 meses após assinatura. Assinatura: 06/03/2017. Itens e empresas registradas: Comercial Mendesgoul – ME (CNPJ: 72.532.351/0001-54). Itens: 02 a 05, 8, 9, 11, 12, 14, 16, 21, 23, 27, 29, 33, 34, 36, 38, 42, 44, 50 a 52, 56, 61 a 63, 65, 70, 71, 75, 78, 80, 81, 83, 88, 90, 92, 94, 95, 97, 98, 102, 104, 108, 112 a 114, 116, 118, 119. Valor Total do Fornecedor: R\$ 518.711,18. José Mendes Filho Mercado – ME (CNPJ: 04.237.447/0001-30). Itens: 1, 10, 15, 18, 19, 20, 22, 30, 31, 32, 35, 37, 39, 40, 41, 45, 53, 72, 73, 77, 79, 86, 87, 89, 91, 93, 96, 99, 100, 101, 103, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 117. Valor Total do Fornecedor: R\$ 459.828,35. Sebold Comercial Atacado de Produtos, Alimentos – ME (CNPJ: 09.196.745/0001-42). Itens: 17, 54. Valor Total do Fornecedor: R\$ 5.360,00 (Cinco mil trezentos e sessenta reais). Gizele Regina da Silva – ME (CNPJ: 13.839.796/0001-12). Itens: 46, 59, 76, 84. Valor Total do Fornecedor: R\$ 71.570,00. L&M Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios (CNPJ: 14.546.646/0001-83). Itens: 6, 7, 24, 25, 26, 43, 47, 48, 49, 57, 64, 82, 85, 115. Valor Total do Fornecedor: R\$ 98.472,15. Elo Comercio e Serviços LTDA – ME CNPJ:14.990.312/0001-02). Itens: 13, 28, 58, 60. Valor Total do Fornecedor: R\$ 22.884,90. Total Geral Da Ata De Registro De Preços: R\$ 1.176.826,58. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2017 – PMI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2017 – PMI
Dispensa de Licitação. Contratante: MUNICÍPIO DE IMARUÍ. CNPJ do Contratado: 03.725.725/0001-35. Contratado: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA. Objeto: Cessão de uso de software tendo por objeto o gerenciamento, consolidação e publicação on-line dos atos oficiais de efeito externo do município. Fundamentação Art. 24 inciso II da Lei nº. 8.666. Vigência: 31/12/2017. Valor total: R\$ 1.650,00. Proj. Ativ.: 2.012 / Dotação 3.3.90.00.00.00.00.00 0200 / Código Resumido: 21. Data de assinatura: 08/03/2017. Signatário pelo Município: Rui José Candemil Júnior, pelo contratado: Carlito Mello de Liz.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2017 – PMI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2017 – PMI
Dispensa de Licitação. Contratante: MUNICÍPIO DE IMARUÍ. CPF do Contratado: 067.032.039-03. Contratado: Morgana Medeiros da Silveira. Objeto: Desenvolver atividade profissional na área da engenharia civil, incluindo a fiscalização de obras de execução contratada; elaborar estudos e pareceres técnicos de engenharia e a orientar a execução de obras; fiscalizar a execução das obras e serviços de engenharia; auxiliar nos estudos e projetos de obras municipais; elaborar laudos e vistorias; planejamento, cronogramas físicos e financeiros e avaliação do andamento de serviços; elaborar orçamentos, composições de preços e custos diretos e indiretos; utilizar recursos de informática como AutoCad, Word e Excel; supervisionar, coordenar e dar orientação técnica; estudar e estabelecer métodos de utilização eficaz e econômica de materiais

e equipamentos; analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos residenciais, projetos de loteamentos e desmembramentos. Fundamentação Legal no Inciso II, Art. 24 da Lei 8666/93. Vigência: 23/05/2017. Valor total: R\$ 3.900,00. Proj./Ativ.: 2.009 / Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00 0200 / Cód. Reduzido: 17. Data de assinatura: 23/03/2017. Signatário pelo Município: Rui José Candemil Júnior, pelo contratado: Morgana Medeiros da Silveira.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2017 – PMI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2017 – PMI
Pregão Presencial PMI nº 003/2017. Contratante: MUNICÍPIO DE IMARUÍ. CNPJ do Contratado: 24.083.963/0001-64. Contratado: WOLF VIGILANCIA LTDA ME. Objeto: Serviço de segurança privada, não armada para a Festa de Passos 2017. Fundamentação legal: Lei 8.666/93 e 10.520/02. Vigência: 05/04/2017. Valor total: R\$ 24.525,00. Proj./Ativ.: 2.046 / Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00 0200 / Cód. Reduzido: 96. Data de assinatura: 31/03/2017. Signatário pelo Município: Rui José Candemil Júnior, pelo contratado: Vinícius Darcy Andrade.

LEI Nº. 1.967

LEI Nº. 1.967, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO, A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de subvenção social, mediante a celebração de Termo de Colaboração ou de Fomento, a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imaruí, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.787.651/0001-80, com sede na Rua Claudino da Rocha, n.64, Centro, Imaruí/SC.

I - O valor mencionado no caput deste artigo será repassado em até 10 (dez) parcelas, iguais e sucessivas de R\$ 1.000,00 (um mil reais), iniciando a primeira até o dia 30 de março do corrente ano, e as demais nos meses subsequentes.

II - O repasse será realizado mediante transferência bancária para a conta corrente de titularidade da instituição beneficiada.

III – A efetividade do repasse financeiro fica condicionada à existência de recursos consignados no Orçamento Municipal.

Art. 2º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear as despesas advindas da manutenção dos serviços prestados pela entidade, Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Fundo Municipal de Saúde, Projeto Atividade 2.115, Órgão 14, conforme segue:

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.002

Art. 4º A entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas legais aplicáveis à matéria, sobretudo em consonância com as disposições do Decreto nº 01/2014 e a Lei nº 13.019/2014;

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 31 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

LEI Nº. 1.968

LEI Nº. 1.968, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

INSTITUI O NOVO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE IMARUÍ - REFIS/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Imaruí - REFIS, destinado a promover a regularização dos créditos tributários e não tributários do Município de Imaruí, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, com fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2016, relativos a impostos, contribuições de melhorias e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com ou sem recurso administrativo ou judicial, com exigibilidade suspensa ou não, e ainda os créditos decorrentes de obrigações acessórias, e os créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento.

Art. 2º - A remissão, assim como a anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da Lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - as multas decorrentes de prática de infrações à legislação tributária, compreendendo obrigações principais e acessórias, apuradas em ação fiscal em trâmite junto à fiscalização tributária municipal;

III - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 3º - O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Imaruí - REFIS, dar-se-á por opção do sujeito passivo, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais incluídos neste Programa, nos termos e condições previstas nesta Lei.

§ 1º O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Imaruí - REFIS, implica inclusão da totalidade dos débitos existentes em nome da pessoa física ou jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, inclusive os acréscimos legais relativos aos juros, multa e atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, bem como os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas, e os créditos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 2º A opção pelo programa deverá ser formalizada até a data improrrogável de 31 de julho de 2017, mediante requerimento, devidamente protocolado, dispensado do pagamento de taxa de protocolo.

§ 3º O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à atualização monetária, multas e aos juros de mora atualizados até a data da opção.

§ 4º O Município promoverá ampla divulgação e publicidade desta Lei, podendo notificar os contribuintes em situação de débito, que poderão optar pela forma de regularização de seus débitos.

Art. 4º- Ao aderir ao REFIS, o sujeito passivo poderá optar por liquidar os créditos tributários e não-tributários à vista, ou mediante parcelamento em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas.

§ 2º O débito consolidado na forma desta Lei, poderá ser parcelado desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a 03 (três) Unidade Fiscal do Município - UFM, e 05 (cinco) UFM para pessoa jurídica.

§ 3º O vencimento da parcela única, ou da primeira parcela, conforme o caso, dar-se-á em até 15 (quinze) dias após o requerimento de adesão, e as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias a contar da data da adesão.

§ 4º Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única ou da primeira parcela, conforme ocaso.

§ 5º No caso de inadimplência do parcelamento disposto no caput desse artigo, haverá a incidência de juros em consonância e dentro dos limites dispostos em Lei.

Art. 5º - Os juros e multa, incidentes até a data de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Imaruí - REFIS serão excluídos, nos percentuais abaixo estabelecidos:

I - de 80% (oitenta por cento) para o contribuinte que requer o REFIS e optar pelo pagamento em parcela única;

II - de 40% (quarenta por cento) para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo parcelamento em até 03 (três) parcelas;

III - de 30% (trinta por cento) para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo parcelamento em até 06 (seis) parcelas;

IV - de 20% (vinte por cento) para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo parcelamento em até 08 (oito) parcelas;

V - de 10% (dez por cento) para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo parcelamento em até 10 (dez) parcelas;

VI - de 5% (cinco por cento) para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo parcelamento em até 12 (doze) parcelas;

§1º A inadimplência do parcelamento por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, os acréscimos legais na forma da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, bem como, se for o caso, no prosseguimento da ação de execução fiscal.

Art. 6º - A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Imaruí - REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta Lei.

§ 1º Os contribuintes que parcelaram seus débitos em Leis com objeto idêntico em anos anteriores, poderão aderir ao REFIS, através de requerimento devidamente protocolado e mediante a consolidação de seus débitos vincendos, ficando, automaticamente, dispensados do parcelamento previsto na Lei anterior.

§ 2º Inclui-se na readesão prevista no § 1º deste artigo, os contribuintes adimplentes e inadimplentes, aplicando-se, todavia, aos inadimplentes apenas o pagamento em parcela única.

§ 3º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses dos arts. 132 e 133, do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

§ 4º Quando tratar-se de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas de prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

§ 5º Este programa não gera crédito para contribuintes que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

§ 6º Fica a Procuradoria do Município autorizada a conceder, se assim entender, anistia de 100% (cem por cento) dos honorários advocatícios fixados judicialmente aos contribuintes que aderirem ao REFIS.

Art. 7º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao REFIS: I - a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal;

II - prévio recolhimento de todas as despesas cartorárias nos casos de cobranças bancárias da dívida ativa.

§ 1º No caso de inscrição em dívida ativa, qualquer que seja a fase de cobrança, formalizando o acordo de parcelamento, a Procuradoria Jurídica do Município procederá o sobrestamento do processo respectivo.

§ 2º Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento, e retornarão seu curso normal tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§ 3º Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 8º A opção pelo REFIS obriga ao sujeito passivo a:

I - à confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados;

II - à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa instituído por esta Lei;

III - ao pagamento regular das parcelas de débito consolidado, bem como dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente;

IV - à manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

§ 1º O não atendimento ao disposto no artigo anterior implicará na exclusão do Programa e no vencimento antecipado da totalidade da dívida.

§ 2º A confissão estabelecida no inciso I, implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.

§ 3º Na hipótese de pagamento parcial de crédito discutido administrativamente, a renúncia será sobre sua totalidade, salvo se expressamente o sujeito passivo no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do respectivo recolhimento, por intermédio de petição endereçada ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, identificar a parcela do crédito que permanecerá em discussão.

Art. 9º - No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao REFIS segundo os valores por ele apurados.

Parágrafo Único - A denúncia espontânea referida no caput não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 10 - O parcelamento de que trata esta Lei será rescindido quando:

I - apurada a inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - verificada a inadimplência de três parcelas mensais consecutivas ou seis meses alternados do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros;

III - constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários e/ou créditos não- tributários incluídos no REFIS;

IV - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações;

V - decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo;

§ 1º A rescisão com base no inciso II do caput ocorrerá no trigésimo dia após o vencimento da terceira ou sexta parcela inadimplida, conforme o caso.

§ 2º As rescisões referidas neste artigo implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, ou ainda para cobrança via cartorial conforme o caso, independente de notificação prévia, restabelecendo-se a este montante os acréscimos legais na forma de Legislação aplicável.

Art. 11- Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do REFIS, somente se vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art.12 – A opção pelo parcelamento dos débitos, na forma estabelecida nesta Lei, possibilita ao contribuinte a obtenção de certidão positiva de débito com efeito negativo, de acordo com o art. 206 do Código Tributário Nacional.

Art. 13 - O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei.

Art. 14 - O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais

concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei.

Art. 15 - Os benefícios previstos nesta Lei não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 16 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 31 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

LEI Nº. 1.969

LEI Nº. 1.969, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO COM A EPAGRI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A - EPAGRI, Empresa Pública, com personalidade jurídica de Direito privado, sob forma de Sociedade por Ações, inscrita no CNPJ sob o número 83.052.191/0026-10, com endereço à Rua São José, 45, CEP 88701-260, Tubarão/SC.

Parágrafo único - O Termo de Convênio tem por objetivo a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural pela EPAGRI.

Art. 2º - O Município pagará à EPAGRI pelos serviços prestados o valor total de R\$ 38.368,77 (trinta e oito mil, trezentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos) pagos em 10 (dez) parcelas mensais iguais e sucessivas na importância de R\$ 3.836,87 (três mil, oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e sete centavos), a partir do mês de março do corrente ano, e as demais nos meses subsequentes.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuária, Projeto Atividade 2.050, conforme segue:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.000000

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 31 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017 - PMI

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 007/2017

O Município de Imaruí/SC, torna público aos interessados que se encontra aberta o Pregão Presencial para Contratação de empresa para o Fornecimento de Combustível (Gasolina Comum e Diesel S-10), Arla 32, óleos, fluídos e aditivos para o Município de Imaruí. Entrega e abertura da documentação: 17 de abril de 2017, às 09 horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará a disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13 h no setor de licitação, ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 31 de março de 2017.

Rui José Candemil Junior

Prefeito de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 036, DE 27 DE MARÇO DE 2017

DECRETO PMI Nº 036, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 6354, de 23 de março de 2017;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 003/2017;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 06/2017;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 07/2017; e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Roberta Kelleter Borges Inhaia Ripoll, do Processo Administrativo nº 6354/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, tendo como motorista do veículo os Senhores: DORLI DE ESPINDOLA, inscrito no CPF sob o nº 794.444.159-53 e RG nº 2710259, e RENATO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº 395.354.309-00 e RG nº 930079, nos termos do Processo Administrativo nº 6354/2017.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo, constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 98, de 18 de maio de 2016. Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 27 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

EDITAL SEAGP Nº 028/2017

EDITAL SEAGP Nº 028/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, divulgado através do Edital nº 18/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 04 de Abril a 03 de Maio de 2017, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração
EDITAL SEAGP Nº 028/2017
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde - Área 09
Rute da Silva

EDITAL SEAGP Nº 029/2017

EDITAL SEAGP Nº 029/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2016.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº08/2016, divulgado através do Edital nº 008/2016, de 17 de outubro de 2016, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2016, de 03 de Janeiro de 2017, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2016, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Ibituba, SC, no período de 04 de Abril a 03 de Maio de 2017, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do Processo Seletivo Simplificado, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Ibituba, 31 de março de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 029/2017

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde – Área 14
Marcos Antonio Domingos

EXTRATO ATA Nº 05/2017 DO PP Nº 56/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2017 DO PP 56/2016.

OBJETO: Aquisição de combustíveis, óleos e filtros, por meio de pregão visando atender às necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Ibituba/SC.

EMPRESA: POSTO OFICINAS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 361.172,72

VIGÊNCIA: será de 10 meses – 21/03/2017 à 21/01/2018.

Ibituba, 21 de março de 2017.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

EXTRATO ATA Nº 06/2017 DO PP Nº 56/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2017 DO PP 56/2016.

OBJETO: Aquisição de combustíveis, óleos e filtros, por meio de pregão visando atender às necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Ibituba/SC.

EMPRESA: POSTO OFICINAS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 75.402,60

VIGÊNCIA: será de 10 meses – 21/03/2017 à 21/01/2018.

Ibituba, 21 de março de 2017.

RAFAEL FORTUNATO CAMILO

COMANDANTE DA 2ª/8ª BBM

EXTRATO CONTRATO DEMUTRAN/SEAGP Nº 01/2016 - A/01 PROC 15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: DEMUTRAN/SEAGP 2016/01 – A/01

Contratado: EMPRESA CORINGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA LTDA
CNPJ: 01.468.282/0001-19

Objeto: prorrogação do prazo até 30 de dezembro de 2017

Prazo: 30/12/2017

Fundamento: Processo nº 15/2015 Pregão: 14/2015

Ibituba, 30 de dezembro de 2016.

Juliana da Silva Ignacio

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

Contratante

CORINGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA LTDA

Representante legal

Contratado

EXTRATO CONTRATO SEAGP Nº 04/2017 DO PROC Nº 21/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2017/04 – A/00

Contratado: IMOBILIÁRIA LEANDRO E CAROL LTDA

CNPJ: 11.264.946/0001-81

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO NO QUE SE REFERE A GESTÃO DOCUMENTAL E A DE PROTEÇÃO ESPECIAL A DOCUMENTOS DE ARQUIVOS, COMO INSTRUMENTO DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO, À CULTURA, AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E COMO ELEMENTOS DE PROVA E INFORMAÇÃO, BEM COMO TAMBÉM POSSA CONTEMPLAR NO MESMO ESPAÇO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ESPORTES.

Prazo: 31/03/2018 Valor R\$ 162.000,00

Fundamento: Processo nº 21/2017 Dispensa: 04/2017

Ibituba, 31 de março de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
Contratante

IMOBILIÁRIA LEANDRO E CAROL LTDA

Representante legal
Contratado

EXTRATO CONTRATO SETEC Nº 03/2017 PROC 17/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SETEC 03/2017 – A/00
Contratada: BDE EVENTOS LTDA-ME
CNPJ: 24.830.006/0001-54

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO 18º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO, DE 20 A 23 DE ABRIL DE 2017, DENTRO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS.

Prazo: 29/06/2017 Valor: R\$ 200.000,00

Fundamento: Processo nº 17/2017 Pregão: 13/2017

Imbituba, 29 de março de 2017.

Leandro De Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
Contratante

BDE EVENTOS LTDA-ME
Representante legal
Contratado

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 21/2017 DISPENSA 04/2017 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 21/2017
DISPENSA Nº 04/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO NO QUE SE REFERE A GESTÃO DOCUMENTAL E A DE PROTEÇÃO ESPECIAL A DOCUMENTOS DE ARQUIVOS, COMO INSTRUMENTO DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO, À CULTURA, AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E COMO ELEMENTOS DE PROVA E INFORMAÇÃO, BEM COMO TAMBÉM POSSA CONTEMPLAR NO MESMO ESPAÇO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ESPORTES.

Locatário: Imobiliária Leandro & Carol LTDA. Prazo: 09 meses

Valor Mensal: R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

Fundamentação Legal: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 03 de abril de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 05/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 05/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e ainda, por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS n.º 05/2017. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosenvaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 013/2017**

Ato da Presidência nº 013/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 9ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 03 de abril de 2017 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	Requerimento nº 016/2017	27/03/2017	Legislativo Municipal	Gilberto Pereira	Requer que sejam convocados à Senhora Camila Firmino Pires, Diretora da Vigilância em Saúde, e o Senhor Fernando Ranieri De Brum, Fiscal Sanitário Controle de Zoonoses, para que compareçam nesta Casa Legislativa, a fim de exporem sobre as ações que estão sendo desenvolvidas no município referente à prevenção e combate à proliferação de larvas do Aedes Aegypti, mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya e, em especial, ações sobre o mutirão de castração cirúrgica de animais, cães e gatos.	Ordinário	Única	Única
	Requerimento nº 017/2017	27/03/2017	Legislativo Municipal	Michela da Silva Freitas	Requer ao Excelentíssimo Prefeito do Município de Imbituba, Senhor Rosivaldo da Silva Júnior, informações sobre o Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Imbituba e a AEUNI e a ASSEIF.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 30 de março de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Gilberto Pereira	Humberto Carlos dos Santos
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

PORTARIA CMI Nº 049/2017

PORTARIA CMI Nº 049/2017

“Nomeia Equipe de Apoio Técnico para Função Gratificada Legislativa”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear, com fundamento no art. 6º e no anexo VI, do artigo 22, da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, Equipe de Apoio Técnico para Função Gratificada Legislativa com os seguintes servidores:

I- Departamento Legislativo:

a) Analista Legislativo:

1. Josué Charles Klein; e
2. Tatianne de Bona.

b) Técnica Legislativa:

1. Gabriela Oliveira Cravo.

II- Departamento de Comunicação e Tecnologia da Informação:

a) Analista Legislativo ou Técnico Legislativo:

1. Lucas Francisco Gonçalves.

III- Departamento Administrativo:

a) Recepcionista/Telefonista

1. Mislene Soares Rodrigues da Rosa

- b) Auxiliar de Serviços:
1. Jane Keila Travasso Pohcrywieski.
c) Motorista:
1. Otoniel Nascimento Cardoso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de abril de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 31 de março de 2017.
Renato Carlos de Figueiredo
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 31/03/2017.

PORTARIA CMI Nº 050/2017
PORTARIA CMI Nº 050/2017

“Nomeia Andreza Richartz de Almeida para exercer a Função de Representação de Diretora de Contabilidade, Orçamento, Planejamento e Controle”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear, com fundamento no art. 6º e no anexo VI, do artigo 22, da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, a senhora Andreza Richartz de Almeida, Contadora nomeada pela Portaria CMI nº 055/2014, para exercer a função de representação de Diretora de Contabilidade, Orçamento, Planejamento e Controle.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de abril de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 31 de março de 2017.
Renato Carlos de Figueiredo
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 31/03/2017.

PORTARIA CMI Nº 051/2017
PORTARIA CMI Nº 051/2017

“Nomeia Maria Júlia Martins do Nascimento para exercer a Função Gratificada de Tesouraria”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear, com fundamento no art. 6º e no anexo VI, do artigo 22, da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, a senhora Maria Júlia Martins do Nascimento, para exercer a Função Gratificada de Tesouraria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de abril de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 31 de março de 2017.
Renato Carlos de Figueiredo
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 31/03/2017.

PORTARIA CMI Nº 052/2017
PORTARIA CMI nº 052/2017

“Nomeia o Conselho da Escola do Legislativo”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art 35. XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear para integrar o Conselho da Escola do Legislativo, com fundamentos no Art. 7º da Resolução nº 03, de 03 de março de

2015, os seguintes membros:

- I- Roberto Luiz Rodrigues- Presidente da Escola do Legislativo;
- II- Adriana de Souza Pires- Diretora da Escola do Legislativo;
- III- Claudileia Leal- Assessora Jurídica da Presidência;
- IV- Laís Laurentino Marques- Secretária Administrativa; e
- V- Vinícius David de Amorim- Servidor Responsável pelos Recursos Humanos.

Art. 3º Esta Portaria tem seus efeitos na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 31/03/2017.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 400/17

. DECRETO Nº 400/17
. De 30 de março de 2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E REGULARIZAÇÃO DE VIA PÚBLICA.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, considerando que esta via pública existe há mais de 30 anos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área originada da Matrícula nº 4333, Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, de propriedade de RENATO ANDRADE REBELO:

Descrição da Área-C Tomada pela Rua Bertolina May Kechele: Uma faixa de terra de forma "retangular" ao longo do trecho da rua onde o referido terreno se encontra em partes nos dois lados da dita rua, Área: 1.713,90 m2 (mil setecentos e treze metros e noventa décimos, quadrados) conforme segue: Tem seu início em 6,00m de largura no meio do córrego (divisa inicial, distando em 1.450,00m até a BR.470) segue pela frente do terreno Área-A em 103,90m até o final desta área, onde estreita a faixa em 6,80m e segue pelo meio da rua em 117,22m até o final da faixa, onde tem 6,65m de largura, e retorna pela frente do terreno Área-B em 170,79m até onde estreita a faixa em 6,50m e vai pelo meio da rua em 51,75m finalizando no meio do referido córrego ponto inicial.

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização de parte de via pública, via esta já consolidada e denominada de Rua Bertolina May Kechele, Bairro Mulde, através da Lei nº 1379/1984.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

ISOLD THUROW MANOEL

Secretário de Planejamento e Habitação

FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 401/17

. DECRETO Nº 401/17
. De 31 de março de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e,

considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.277,76 (TRINTA MIL E DUZENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.1105.3449000000000000	01625505	12.500,00
05.001.0012.0361.0005.1104.3449000000000000	01625504	17.777,76

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

DECRETO Nº 404/17

. DECRETO Nº 404/17
. De 31 de março de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 349,10 (TREZENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E DEZ CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
30.001.0010.0302.0030.2454.3339000000000000	03381701	349,10

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de março de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

CÂMARA MUNICIPAL**1º T.A. - CONTRATO 01/2017**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 001/2017

A CÂMARA DE MUNICIPAL DE VEREADORES DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 83.497.560/0001-20, estabelecida a Rua Prefeito Frederico Hardt, 148, Centro, na Cidade de Indaial - SC, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Osvaldo Metzner, legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 217.876.469-04 e RG nº 193.606-9, residente e domiciliado à Rua São José, nº 133, Bairro do Sol, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e de outro lado, POSTO MIEHE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 83177.295/0001-01, com sede na Rua Dr. Blumenau, 14, Bairro Centro, CEP 89.130-000, município de Indaial/SC, neste ato representado pela sua administradora, Sra. MARLENE MIEHE VON GILSA, sócia administradora, RG nº 222.834-3, CPF 293.140.549-34, residente e domiciliada à Rua Dr. Blumenau, nº 18, bairro Centro, CEP 89130-000, no município de Indaial/SC doravante denominada CONTRATADA.

CONSIDERANDO o e-mail enviado pela CONTRATADA no dia 27 de março de 2017 requerimento reajuste de preço, fornecendo, para tanto, notas fiscais referentes à diminuição do preço do litro do combustível, nos termos do art. 65, inciso II, letra "d", da Lei Federal nº 8.666/93. Assim, o contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, a teor do inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal. Dessa forma, a Administração poderá reduzir a remuneração devida ao particular proporcionalmente a redução dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, consoante documentos, e restaurar a situação originária, de modo que a administração não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originariamente prevista.

Assim sendo, deliberam por mútuo acordo, firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos da Lei 8.666/93, e suas alterações, na forma que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REMUNERAÇÃO

Conforme previsão na Lei Federal 8666/93, o item 3.1.1. da Cláusula Terceira, do Contrato Original, passará para a seguinte redação:

“O valor por litro contratado é de:

- Gasolina Comum: R\$3,280 por litro;
- Gasolina Aditivada: R\$3,289 por litro;
- Etanol: R\$3,183 por litro.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, no Diário Oficial dos Municípios, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todos os demais itens e condições do Contrato

Original, aqui não expressamente modificadas, formando com este um todo único e indivisível, para todos os fins de direito.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Indaial (SC), 29 de março de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL OSVALDO METZNER Presidente	POSTO MIEHE LTDA. MARLENE MIEHE VON GILSA Administrador

ASSESSORIA JURÍDICA

Luiz Carlos Pabst
OAB/SC nº 6338

Testemunhas:

1. _____	2. _____
Nome: Maria Helena Theiss CPF: 546.774.599-91	Nome: Carin Maria Bachmann Brandt CPF: 564.234.549-49

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08-2017-PSIQUIATRA-CLINICA MÉDICA MACHADO MENDES LTDA/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 08/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017, Processo de Licitação nº 5/2017, homologado em 27 de março de 2017.

Objeto: Contratação de serviços médicos para a realização de consultas Psiquiátrica, realizadas na Unidade Básica de Saúde do Município.

Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Assinatura: 28/03/2017 Vigência: 31/12/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: CLINICA MÉDICA MACHADO MENDES LTDA, situada na RUA ATÍLIO GUSBERTI, Nº 400, Bairro: CENTRO, cidade de CAMPINAS DO SUL - RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.420.006/0001-22.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31-2017-RADIO ALIANCA LTDA-DIVULGAÇÃO-SEMANA DO MUNICÍPIO/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 31/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2017, Processo de Licitação nº 24/2017, homologado em 24 de março de 2017.

Objeto: Contratação de empresa para divulgação e cobertura das atividades que fazem parte da comemoração aos 54 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de Ipumirim, que será realizado no dia 07 de abril de 2017.

Valor: R\$ 4.500,00 (Quatro Mil Quinhentos Reais)

Assinatura: 27/03/2017 Vigência: 31/12/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: RADIO ALIANCA LTDA., situada na RUA DR. MARURI, Bairro , cidade de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.787.630/0001-57.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32-2017-NILO MEURER-EPP-DISTRIBUIDOR DE ADUBO SECO E CALCÁRIO-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 32/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2017, Processo de Licitação nº 19/2017, homologado em 27 de março de 2017.

Objeto: aquisição de Distribuidor de adubo seco e calcário, através de recursos do MAPA, conforme contrato de repasse nº 833687/2016, operação nº 1033762-06 e contrato de repasse nº 832890/2016, operação nº 1033058-78 e conforme especificação no edital.

Valor: R\$ 43.470,00 (Quarenta e Três Mil Quatrocentos e Setenta Reais)

Assinatura: 28/03/2017 Vigência: 28/03/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: NILO MEURER-EPP, situada na RODOVIA SC 370, BAIRRO: RIO PEQUENO, CIDADE DE GRÃO PARÁ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.735.598/0001-25.

RETIFICAÇÃO DA MINUTA REF. O PL 25 PREGÃO PRESENCIAL 12-MADEIRA E PREGOS/PM

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA MINUTA REFERENTE O PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017.

Diante do equívoco verificado na Minuta de Edital do processo acima mencionado, referente a um erro de digitação no nome do atual Prefeito, onde lê-se: VALDIR ZANELLA-PREFEITO MUNICIPAL, lê-se: VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL. Desta forma se faz necessário a republicação da Minuta do processo acima transcrito. Segue abaixo a Minuta com as alterações:

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL -torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 13/04/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 13/04/2017. Objeto da licitação: registro de preço de madeira de primeira qualidade serrada em bruto para construção e recuperação de pontes, pinguelas, abrigos de

passageiros e aquisição de pregos e material de construção destinados a Secretaria Municipal de Transportes e Obras e Urbanismo. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 30/03/2017
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO DA MINUTA REF. O PL 26 PREGÃO PRESENCIAL 13-MUDA DE FLORES/PM

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA MINUTA REFERENTE O PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017.

Diante do equívoco verificado na Minuta de Edital do processo acima mencionado, referente a um erro de digitação no nome do atual Prefeito, onde lê-se: VALDIR ZANELLA-PREFEITO MUNICIPAL, lê-se: VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL. Desta forma se faz necessário a republicação da Minuta do processo acima transcrito. Segue abaixo a Minuta com as alterações:

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL-torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 17/04/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 17/04/2017. Objeto da licitação: aquisição de mudas de flores com entrega parcelada, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 30/03/2017
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 28-2017-WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA/PM

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2017/PM

Diante do equívoco verificado no valor total do referido Extrato de Contrato nº 28/2017, da publicação do dia 17 de março de 2017 da empresa WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA, onde lê-se Valor: 323,76 (trezentos e vinte e três Reais e setenta e seis centavos) por dia letivo, , lê-se Valor: R\$ 306,15 (trezentos e seis reais

e quinze centavos), perfazendo um total anual aproximadamente de R\$ 61.230,00 (sessenta e um mil, duzentos e trinta reais).segue abaixo a respectiva correção no referido Extrato de Contrato:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 28/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2017, Processo de Licitação nº 8/2017, homologado em 10 de fevereiro de 2017.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 18/2017, PARA O ANO DE 2017, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA-ME.

Valor: R\$ 306,15 (trezentos e seis reais e quinze centavos), perfazendo um total anual aproximadamente de R\$ 61.230,00 (sessenta e um mil, duzentos e trinta reais).

Assinatura: 15/03/2017 Vigência: 10/03/2017 Á 31/12/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA-ME, situada na ESTRADA LINHA DO MEIO S/N, BAIRRO: INTERIOR, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.569.819/0001-89.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 30-2017-1º T. ADITIVO AO CONT Nº 17-VALENTINA TRANSP. FREITAMENTO LTDA - ME-EXERC. 2017/PM

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2017/PM

Diante do equívoco verificado no valor total do referido Extrato de Contrato nº 28/2017, da publicação do dia 17 de março de 2017 da empresa VALENTINA TRANSPORTE FRETAMENTO LTDA-ME ,onde lê-se Valor: R\$ 124.466,00 (Cento e Vinte e Quatro Mil Quatrocentos e Sessenta e Seis Reais), lê-se: Valor: R\$ 122.867,60 (cento e vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos), segue abaixo a respectiva correção no referido Extrato de Contrato:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 30/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2017, Processo de Licitação nº 8/2017, homologado em 10 de fevereiro de 2017.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 17/2017, PARA O ANO DE 2017, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA VALENTINA TRANSPORTE FRETAMENTO LTDA-ME.

Valor: R\$ 122.867,60 (cento e vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos)

Assinatura: 15/03/2017 Vigência: 15/03/2017 Á 31/12/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: VALENTINA TRANSPORTE FRETAMENTO LTDA-ME, situada na RODOVIA SC 155 Nº 270, CIDADE DE XAVANTINA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.121.366/0001-11.

Iraceminha

PREFEITURA

DECRETO 034/2017

Decreto n.º 034/2017, de 09 de Março de 2017.

APROVA O LOTEAMENTO DENOMINADO "MUNDO NOVO" E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O MUNICIPIO DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito JEAN CARLOS NYLAND no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso XXII, do artigo 99, da Lei Organica Municipal.

DECRETA:

Art.1º - Fica pelo presente Decreto aprovado o Loteamento denominado " MUNDO NOVO", de propriedade de CVMB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica, inscrito (a) no CNPJ no 13.383.706/0001-21, com sede administrativa na Rua Quintino Bocaiúva, 174-E, centro, município de Chapecó - SC, neste ato representado pelo seu sócio, Sr. Gilberto Matiello, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 12C/2.076.555 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 646.165.179-91, residente e domiciliado na Rua Amazonas, Centro, município de Coronel Freitas (SC), proprietário do imóvel, localizado no perímetro urbano do MUNICÍPIO DE IRACEMINHA, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha – SC, sob nº. 22.236.

Art.2º - O imóvel onde esta sendo implantado o Loteamento " MUNDO NOVO"é denominado: CHÁCARA RURAL Nº (15), da Série "D", situada na Cidade e Município de Iraceminha – SC, Comarca de Maravilha – SC, com a área de "CINQUENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E SESENTA E NOVE METROS COM SESENTA E SETE CENTÍMETROS QUADRADOS" (56.869,67m²), sem edificações; Confrontando: ao Nordeste, com a Sanga da Fortuna, por linha sinuosa; ao Sudeste, com o lote urbano nº 01, de Fabricio Farias e Cassiane Bertó, matrícula nº 16.713, com o lote urbano nº 02, de Carla Begnini Reichert, matrícula nº 15.761, com o lote urbano nº 03, de Emilio Nelson Mombach, matrícula nº 3.950 - CP, com o lote urbano nº 04, de Dirce Mara Borges e Rosinei Ferreira Brandão, matrícula nº 16.059, com o lote urbano nº 05, de Alex André Assoni, matrícula nº 16.205, com o lote urbano nº 06, de Jair Paulo Becker, matrícula nº 17.238, com o lote urbano nº 07, de Elaine Schneider, matrícula nº 18.539, com o lote urbano nº 08, da Prefeitura Municipal de Iraceminha, matrícula nº 3.955 - CP, todos da quadra nº 01, do Loteamento Mombach, com parte da chácara rural nº 16, da Série "D", de Emilio Nelson Mombach, matrícula nº 3.964 - CP, ao Sudoeste, com parte do lote rural nº 07, da Seção Quaraí, de Regina Jandira Frigo Stringhi, Registro nº 5.005 e Celso Stringhi, Valter Stringhi, Ine Maria Stringhi, Isidoro Stringhi, Nair Maria Stringhi, Ivone Stringhi, Jorge Stringhi, Lúcia das Chagas e Jacó Luiz Stringhi, registro nº 5.006 e com parte do lote colonial rural nº 09, da Seção Quaraí, de Gilberto Luiz Sebben, matrícula nº 7.247; ao Noroeste, com a chácara rural nº 14, da Série "D", de Luiz Boff, matrícula nº 17.211.

Art. 3º - Com a implantação do Loteamento "MUNDO NOVO", o imóvel objeto da matrícula nº 22.236 da Serventia Registral Imobiliária da Comarca de Maravilha-SC, com área de 56.869,67m², será fracionada e transformada em quadras, lotes e vias publicas da seguinte forma:

QUADRA Nº 1, COM A ÁREA DE 7.370,93 m² (10 lotes urbanos)

Lote Urbano nº (01), da quadra nº (01), com a área de (363,04m²),

Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 02 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236 na extensão de 22,69 metros; Sudoeste com a Rua Porto Alegre na extensão de 22,69 metros; Sudeste com a Rua Campo Grande na extensão de 16,00 metros; Noroeste com parte da chácara rural nº 14, série D, mat. 17.211, de Luiz Boff, na extensão de 16,00 metros.

Lote Urbano nº (02), da quadra nº (01), com a área de (363,04m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 03 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236 na extensão de 22,69 metros; Sudoeste com o lote urbano nº 01 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236 na extensão de 22,69 metros; Sudeste com a Rua Campo Grande na extensão de 16,00 metros; Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 16,00 metros.

Lote Urbano nº (03), da quadra nº (01), com a área de (363,04m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 04 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236 na extensão de 22,69 metros; Sudoeste com o lote urbano nº 02 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236 na extensão de 22,69 metros; Sudeste com a Rua Campo Grande na extensão de 16,00 metros; Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 16,00 metros.

Lote Urbano nº (04), da quadra nº (01), com a área de (322,90m²), Confrontando:

Nordeste com a Rua Rio de Janeiro na extensão de 11,34 metros; Sudoeste com o lote urbano nº 03 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236 na extensão de 22,69 metros; Sudeste com a Rua Campo Grande na extensão de 18,97 metros; Norte com parte do lote urbano nº 05, Área de Preservação Permanente, do Município de Iraceminha, mat. 22.236 na extensão de 22,11 metros.

Lote Urbano nº (05), da quadra nº (01), Área de Preservação Permanente, com a área de (4.299,21m²), Confrontando:

Nordeste com a Sanga da Fortuna, por linha sinuosa; Sul por duas linhas, uma com o lote urbano nº 04, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda mat. 22.236 e com a Rua Rio de Janeiro, na extensão de 36,09 metros; e outra, com o lote urbano nº 06, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda mat. 22.236, na extensão de 21,55 metros; Sudoeste com a Rua Rio de Janeiro, na extensão de 68,17 metros; Sudeste com os lotes urbanos nºs: 08 e 07, de Prefeitura Municipal de Iraceminha, mat. 3.955 – CP e Elaine Schneider, mat. 8.539, respectivamente, na extensão de 34,60 metros; Noroeste com parte da Chácara Rural nº 14, da Série "D", de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 73,46 metros.

Lote Urbano nº (06), da quadra nº (01), com a área de (379,70m²), Confrontando:

Norte com o lote urbano nº 05, Área de Preservação Permanente,

do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 21,55 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 07, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com o lote urbano nº 06 e com parte do lote urbano nº 05, de Jair Paulo Becker, mat. 17.238 e Alex André Assoni, mat. 16.205, respectivamente, na extensão de 23,00 metros, ambos da quadra nº 01, do Loteamento Mombach;
Noroeste com a Rua Porto Alegre e com Rua Curitiba, na extensão de 14,98 metros.

Lote Urbano nº (07), da quadra nº (01), com a área de (320,00m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 06, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 08, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte do lote urbano nº 05, de Alex André Assoni, mat. 16.205, com o lote urbano nº 04, de Dirce Mara Borges e Rosinei Ferreira Brandão, mat. 16.059 e com parte do lote urbano nº 03, de Emilio Nelson Mombach, mat. 3.950 – CP, na extensão de 16,00 metros, todos da quadra nº 01, do Loteamento Mombach;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 16,00 metros.

Lote Urbano nº (08), da quadra nº (01), com a área de (320,00m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 07, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 09, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte dos Lotes urbanos nºs: 03 e 02, de Emilio Nelson Mombach, mat. 3.950 – CP e Alan Ricardo Reichert, mat. 15.761, respectivamente, na extensão de 16,00 metros, ambos da quadra nº 01, do Loteamento Mombach;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 16,00 metros.

Lote Urbano nº (09), da quadra nº (01), com a área de (320,00m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 08, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 10, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte dos Lotes urbanos nºs: 02 e 01, de Alan Ricardo Reichert, mat. 15.761 e Fabricio Farias e Cassiane Bertó, mat. 16.713, respectivamente, na extensão de 16,00 metros, ambos da quadra nº 01, do Loteamento Mombach;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 16,00 metros.

Lote Urbano nº (10), da quadra nº (01), com a área de (320,00m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 09, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com a Rua Porto Alegre, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte do Lote urbano nº 01, da quadra nº 01, do Loteamento Mombach, de Fabricio Farias e Cassiane Bertó, mat. 16.713 e com o lote urbano nº 01, da quadra nº 3, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.687, na extensão de 16,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 16,00 metros.

QUADRA Nº 02, COM A ÁREA DE 3.940,00 m² (13 lotes urbanos)

Lote Urbano nº (01), da quadra nº (02), com a área de (320,00m²), Confrontando:

Nordeste com a Rua Porto Alegre, na extensão de 20,00 metros;

Sudoeste com o Lote urbano nº 02, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte do lote urbano nº 01, quadra 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.670, na extensão de 16,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 16,00 metros.

Lote Urbano nº (02), da quadra nº (02), com a área de (300,00m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 01, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 03, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte dos lotes urbanos nºs: 01 e 04, da quadra nº 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.670 e 20.673, respectivamente, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (03), da quadra nº (02), com a área de (300,00m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 02, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 04, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte dos lotes urbanos nºs: 04 e 05, da quadra nº 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.673 e 20.674, respectivamente, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (04), da quadra nº (02), com a área de (300,00m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 03, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 05, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte dos lotes urbanos nºs: 05 e 06, da quadra nº 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.674 e 20.675, respectivamente, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (05), da quadra nº (02), com a área de (300,00m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 04, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 06, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte dos lotes urbanos nºs: 06 e 07, da quadra nº 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.675 e 20.676, respectivamente, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (06), da quadra nº (02), com a área de (300,00m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 05, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 07, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte dos lotes urbanos nºs: 07 e 08, da quadra nº 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.676 e 20.677, respectivamente, na extensão

de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (07), da quadra nº (02), com a área de (300,00m²),
Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 06, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 08, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte do lote urbano nº 08 e com o lote urbano nº 09, da quadra nº 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.677 e 20.678, respectivamente, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (08), da quadra nº (02), com a área de (300,00m²),
Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 07, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 09, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com o lote urbano nº 10 e com parte do lote urbano nº 11, da quadra 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.679 e 20.680, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (09), da quadra nº (02), com a área de (300,00m²),
Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 08, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 10, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte dos lotes urbanos nºs: 11 e 12, da quadra nº 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.680 e 20.681, respectivamente, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (10), da quadra nº (02), com a área de (300,00m²),
Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 09, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 11, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte dos lotes urbanos nºs: 12 e 13, da quadra nº 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.681 e 20.682, respectivamente, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (11), da quadra nº (02), com a área de (300,00m²),
Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 10, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 12, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte dos lotes urbanos nºs: 13 e 17, da quadra nº 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.682 e 20.686, respectivamente, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (12), da quadra nº (02), com a área de (300,00m²),

Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 11, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 13, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte do lote urbano nº 17, da quadra nº 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.686, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (13), da quadra nº (02), com a área de (320,00m²),
Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 12, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte do lote urbano nº 17, da quadra nº 2, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.686, na extensão de 16,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 16,00 metros.

QUADRA Nº 03, COM A ÁREA DE 18.095,17m² (22 lotes urbanos)

Lote Urbano nº (01), da quadra nº (03), com a área de (300,00m²),
Confrontando:

Nordeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 02, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte do lote urbano nº 01, da quadra nº 1, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.656, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00.

Lote Urbano nº (02), da quadra nº (03), com a área de (300,00m²),
Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 01, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 03, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte do lote urbano nº 01, da quadra nº 1, do Loteamento Mombach II, de Lema Empreendimentos Imobiliários Ltda Me, mat. 20.656, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (03), da quadra nº (03), com a área de (300,00m²),
Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 02, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 04, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte do lote urbano nº 14, da quadra nº 1, do Loteamento Mombach II, do Município de Iraceminha, mat. 20.669, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (04), da quadra nº (03), com a área de (300,00m²),
Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 03, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 05, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte do lote urbano nº 14, da quadra nº 1, do Loteamento Mombach II, do Município de Iraceminha, mat. 20.669, na extensão de 15,00 metros;

Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (05), da quadra nº (03), com a área de (300,00m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 04, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 06, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com parte do lote urbano nº 14, da quadra nº 1, do Loteamento Mombach II, do Município de Iraceminha, mat. 20.669, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (06), da quadra nº (03), com a área de (314,82m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 05, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 07, Área Institucional, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 16,59 metros;
Sudeste com parte do lote urbano nº 14, da quadra nº 1, do Loteamento Mombach II, do Município de Iraceminha, mat. 20.669, na extensão de 24,11 metros;
Noroeste com a Rua Curitiba, por duas linhas, uma reta na extensão de 2,35 metros, e outra curva na extensão de 15,80 metros.

Lote Urbano nº (07), da quadra nº (03), Área Institucional, com a área de (1.405,87m²), Confrontando:

Norte por linha curva, com a Rua Curitiba, na extensão de 17,62 metros;
Nordeste com o Lote urbano nº 06, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 16,59 metros;
Sudoeste com parte do lote urbano nº 08, Área Verde 02, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 28,00 metros;
Sudeste com parte do lote urbano nº 14, da quadra nº 1, do Loteamento Mombach II, do Município de Iraceminha, mat. 20.669, na extensão de 47,46 metros;
Noroeste com parte do lote urbano nº 08, Área Verde 02, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 46,99 metros.

Lote Urbano nº (08), da quadra nº (03), com a área de (10.402,83m²), Confrontando:

Nordeste por seis linhas, duas com o lote urbano nº 13, uma na extensão de 8,08 metros e outra na extensão de 12,05 metros, outra por linha curva com a Rua São Paulo, na extensão de 13,47 metros, outra com o lote urbano nº 09, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, extensão de 39,68 metros, outra por linha curva com a Rua Curitiba, na extensão de 9,78 metros, e outra com lote urbano nº 07, Área Institucional, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 28,00 metros;
Leste com os lotes urbanos nºs: 12 e 09, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 17.197, na extensão de 21,91 metros;
Sudoeste com parte do lote rural nº 07, da Seção Quaraí, de Regina Jandira Frigo Stringhi, Registro nº 5.005 e Celso Stringhi, Valter Stringhi, Ine Maria Stringhi, Isidoro Stringhi, Nair Maria Stringhi, Ivone Stringhi, Jorge Stringhi, Lúcia das Chagas e Jacó Luiz Stringhi, registro nº 5.006 e com parte do lote colonial rural nº 09, da Seção Quaraí, de Gilberto Luiz Sebben, matrícula nº 7.247, na extensão de 106,74 metros;
Sudeste por duas linhas, uma com o lote urbano nº 07, Área Institucional, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 46,99 metros, e outra com parte do lote urbano nº 14, Área Verde, quadra 1, do Loteamento Mombach II, do Município de Iraceminha, mat. 20.669, na extensão de 46,02 metros;
Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 143,85 metros.

Lote Urbano nº (09), da quadra nº (03), com a área de (359,13m²), Confrontando:

Nordeste com os Lotes urbanos nº 10, 11 e 12, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda mat. 22.236, na extensão de 41,83 metros;
Sudoeste com parte do lote urbano nº 08, Área Verde 2, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 39,68 metros;
Sudeste por linha curva, com a Rua Curitiba, na extensão de 19,62 metros;
Oeste com parte do lote urbano nº 08, Área Verde 2, mat. 22.236, do Município de Iraceminha, na extensão de 2,96 metros.

Lote Urbano nº (10), da quadra nº (03), com a área de (340,91m²), Confrontando:

Nordeste com a Rua São Paulo, na extensão de 14,00 metros;
Sudoeste com parte do lote urbano nº 09, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 14,00 metros;
Sudeste com a Rua Curitiba, na extensão de 24,35 metros;
Noroeste com o Lote urbano nº 11, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,35 metros.

Lote Urbano nº (11), da quadra nº (03), com a área de (340,91m²), Confrontando:

Nordeste com a Rua São Paulo, na extensão de 14,00 metros;
Sudoeste com parte do Lote urbano nº 09, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 14,00 metros;
Sudeste com o Lote urbano nº 10, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,35 metros;
Noroeste com o Lote urbano nº 12, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,35 metros.

Lote Urbano nº (12), da quadra nº (03), com a área de (367,45m²), Confrontando:

Norte por linha curva, com a Rua São Paulo, na extensão de 11,48 metros;
Nordeste com a Rua São Paulo, na extensão de 9,04 metros;
Sudoeste com parte do Lote urbano nº 09, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 13,83 metros;
Sudeste com o Lote urbano nº 11, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,35 metros;
Oeste com parte do lote urbano nº 08, Área Verde 2, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 18,95 metros.

Lote Urbano nº (13), da quadra nº (03), com a área de (300,60m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 22, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 26,01 metros;
Sudoeste por duas linhas, ambas com parte do lote urbano nº 08, Área Verde 2, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, uma na extensão de 8,08 metros e outra na extensão 12,05 metros;
Sudeste por linha curva, com a Rua São Paulo, na extensão de 15,72 metros;
Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 24,50 metros.

Lote Urbano nº (14), da quadra nº (03), com a área de (313,30m²), Confrontando:

Nordeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 15,28 metros;
Sudoeste com parte do Lote urbano nº 22, de CVMB

Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 15,28 metros;
Sudeste com o Lote urbano nº 15, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,50 metros;
Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 20,50 metros.

Lote Urbano nº (15), da quadra nº (03), com a área de (303,40m²), Confrontando:

Nordeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 14,80 metros;
Sudoeste com parte dos Lotes urbanos nºs: 22 e 21, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 14,80 metros;
Sudeste com o Lote urbano nº 16, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,50 metros;
Noroeste com o Lote urbano nº 14, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,50 metros;

Lote Urbano nº (16), da quadra nº (03), com a área de (303,40m²), Confrontando:

Nordeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 14,80 metros;
Sudoeste com parte do Lote urbano nº 21, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 14,80 metros;
Sudeste com o Lote urbano nº 17, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,50 metros;
Noroeste com o Lote urbano nº 15, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,50 metros.

Lote Urbano nº (17), da quadra nº (03), com a área de (303,40m²), Confrontando:

Nordeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 14,80 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 20, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 14,80 metros;
Sudeste com o Lote urbano nº 18, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,50 metros;
Noroeste com o Lote urbano nº 16, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,50 metros.

Lote Urbano nº (18), da quadra nº (03), com a área de (307,50m²), Confrontando:

Nordeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 15,00 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 19, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 15,00 metros;
Sudeste com a Rua Curitiba, na extensão de 20,50 metros;
Noroeste com o Lote urbano nº 17, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,50 metros.

Lote Urbano nº (19), da quadra nº (03), com a área de (307,50m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 18, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 15,00 metros;
Sudoeste com a Rua São Paulo, na extensão de 15,00 metros;
Sudeste com a Rua Curitiba, na extensão de 20,50 metros;
Noroeste com o Lote urbano nº 20, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,50 metros.

Lote Urbano nº (20), da quadra nº (03), com a área de (303,40m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 17, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 14,80 metros;
Sudoeste com a Rua São Paulo, na extensão de 14,80 metros;
Sudeste com o Lote urbano nº 19, de CVMB Empreendimentos

Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,50 metros;
Noroeste com o Lote urbano nº 21, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,50 metros.

Lote Urbano nº (21), da quadra nº (03), com a área de (300,65m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 16 e com parte do Lote urbano nº 15, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 18,00 metros;
Sudoeste com a Rua São Paulo, por duas linhas, uma por linha curva, na extensão de 9,85 metros e outra reta, na extensão de 7,24 metros;
Sudeste com o Lote urbano nº 20, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,50 metros;
Oeste com o Lote urbano nº 22, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 15,12 metros.

Lote Urbano nº (22), da quadra nº (03), com a área de (320,10m²), Confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 14 e com parte do Lote urbano nº 15, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 26,88 metros;
Sul por linha curva, com a Rua São Paulo, na extensão de 12,30 metros;
Sudoeste com o Lote urbano nº 13, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 26,01 metros;
Leste com o Lote urbano nº 21, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 15,12 metros;

QUADRA Nº 04, COM A ÁREA DE 12.702,33m² (37 lotes urbanos)

Lote Urbano nº (01), da quadra nº (04), com a área de (368,75m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 02 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com parte do lote urbano nº 28 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236 na extensão de 9,00 metros;
Sul com parte do lote urbano nº 19 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 8,20 metros;
Sudeste com o lote urbano nº 18 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Campo Grande, na extensão de 10,98 metros.
Oeste por linha curva, com a Rua Campo Grande, na extensão de 12,70 metros;

Lote Urbano nº (02), da quadra nº (04), com a área de (300,00m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 03 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 01 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com o lote urbano nº 17 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Campo Grande na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (03), da quadra nº (04), com a área de (300,00m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 04 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 02 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com o lote urbano nº 16 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com a Rua Campo Grande na extensão de 15,00 metros.

Sudeste com a Rua Curitiba na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com o lote urbano nº 03 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (17), da quadra nº (04), com a área de (300,00m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 16 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 18 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com a Rua Curitiba na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com o lote urbano nº 02 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (18), da quadra nº (04), com a área de (300,00m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 17 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 19 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com a Rua Curitiba na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com o lote urbano nº 01 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (19), da quadra nº (04), com a área de (308,75m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 18 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 20 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 25,00 metros;
Sudeste com a Rua Curitiba na extensão de 13,00 metros;
Noroeste com parte do lote urbano nº 28, Área Verde 01, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 6,50 metros;
Norte com parte do lote urbano nº 01 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 8,20 metros.

Lote Urbano nº (20), da quadra nº (04), com a área de (300,00m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 19 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 25,00 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 21 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 25,00 metros;
Sudeste com a Rua Curitiba com extensão de 12,00 metros;
Noroeste com parte do lote urbano nº 28, Área Verde 01, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 12,00 metros.

Lote Urbano nº (21), da quadra nº (04), com a área de (312,50m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 20 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 25,00 metros;
Sudoeste com os lotes urbanos nºs: 22 e 23, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 25,00 metros;
Sudeste com a Rua Curitiba na extensão de 12,50 metros;
Noroeste com parte do lote urbano nº 28, Área Verde 01, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 12,50 metros.

Lote Urbano nº (22), da quadra nº (04), com a área de (306,25m²), Confrontando:

Nordeste com parte do lote urbano nº 21 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 12,50 metros;
Sudoeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 12,50 metros;
Sudeste com a Rua Curitiba na extensão de 24,50 metros;

Noroeste com o lote urbano nº 23 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,50 metros.

Lote Urbano nº (23), da quadra nº (04), com a área de (306,25m²), Confrontando:

Nordeste com parte do lote urbano nº 21 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 12,50 metros;
Sudoeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 12,50 metros;
Sudeste com o lote urbano nº 22 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,50 metros;
Noroeste com o lote urbano nº 24 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,50 metros.

Lote Urbano nº (24), da quadra nº (04), com a área de (301,35m²), Confrontando:

Nordeste com parte do lote urbano nº 28, Área Verde 01, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 12,30 metros;
Sudoeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 12,30 metros;
Sudeste com o lote urbano nº 23 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,50 metros;
Noroeste com o lote urbano nº 25 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,50 metros.

Lote Urbano nº (25), da quadra nº (04), com a área de (301,35m²), Confrontando:

Nordeste com parte do lote urbano nº 28, Área Verde 01, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 12,30 metros;
Sudoeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 12,30 metros;
Sudeste com o lote urbano nº 24 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,50 metros;
Noroeste com o lote urbano nº 26 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,50 metros.

Lote Urbano nº (26), da quadra nº (04), com a área de (301,35m²), Confrontando:

Nordeste com parte do lote urbano nº 28, Área Verde 01, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 12,30 metros;
Sudoeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 12,30 metros;
Sudeste com o lote urbano nº 25 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,50 metros;
Noroeste com o lote urbano nº 27 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,50 metros.

Lote Urbano nº (27), da quadra nº (04), com a área de (313,20m²), Confrontando:

Nordeste com parte do lote urbano nº 28, Área Verde 01, do Município de Iraceminha, mat. 22.236, na extensão de 12,78 metros;
Sudoeste com a Rua Florianópolis, na extensão de 12,78 metros;
Sudeste com o lote urbano nº 26 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 24,50 metros.
Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 24,50 metros.

Lote Urbano nº (28), Área Verde 01, da quadra nº (04) com a área de (1.349,62m²), Confrontando:

Nordeste por três linhas, uma com o lote urbano nº 29 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 16,83 metros, outra por linha curva, com a Rua Campo Grande, na extensão de 39,39 metros, e outra com o lote urbano nº 01 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 9,00 metros;
Sudoeste com os lotes urbanos nºs: 24, 25, 26, 27 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 49,68

metros;

Sudeste com parte do lote urbano nº 19 e com os lotes urbanos nºs: 20 e 21, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda mat. 22.236, na extensão de 31,00 metros.

Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 32,95 metros.

Lote Urbano nº (29), da quadra nº (04), com a área de (353,52m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 30 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudoeste com parte do lote urbano nº 28, Área Verde 01, do Município de Iraceminha, mat. 17.197 na extensão de 16,83 metros;
Sudeste com a Rua Campo Grande, por duas linhas, uma reta na extensão de 8,48 metros e outra, por linha curva, na extensão de 10,74 metros;

Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 17,06 metros.

Lote Urbano nº (30), da quadra nº (04), com a área de (306,28m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 31 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 29 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudeste com a Rua Campo Grande na extensão de 13,50 metros;
Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 13,50 metros.

Lote Urbano nº (31), da quadra nº (04), com a área de (317,62m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 32 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 30 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudeste com a Rua Campo Grande na extensão de 14,00 metros;
Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 14,00 metros.

Lote Urbano nº (32), da quadra nº (04), com a área de (363,04m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 33 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 31 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudeste com a Rua Campo Grande na extensão de 16,00 metros;
Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 16,00 metros.

Lote Urbano nº (33), da quadra nº (04), com a área de (363,04m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 34 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 32 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudeste com a Rua Campo Grande na extensão de 16,00 metros;
Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 16,00 metros.

Lote Urbano nº (34), da quadra nº (04), com a área de (363,04m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 35 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;

Sudoeste com o lote urbano nº 33 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudeste com a Rua Campo Grande na extensão de 16,00 metros;
Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 16,00 metros.

Lote Urbano nº (35), da quadra nº (04), com a área de (363,04m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 36 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 34 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudeste com a Rua Campo Grande na extensão de 16,00 metros;
Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, mat. 17.211, de Luiz Boff, na extensão de 16,00 metros.

Lote Urbano nº (36), da quadra nº (04), com a área de (340,34m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 37 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 35 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudeste com a Rua Campo Grande na extensão de 15,00 metros;
Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 15,00 metros.

Lote Urbano nº (37), da quadra nº (04), com a área de (363,04m²), Confrontando:

Nordeste com a Rua Porto Alegre na extensão de 22,69 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 36 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 22,69 metros;
Sudeste com a Rua Campo Grande na extensão de 16,00 metros;
Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211, na extensão de 16,00 metros.

QUADRA Nº 05, COM A ÁREA DE 2.679,00m² (07 lotes urbanos)

Lote Urbano nº (01), da quadra nº (05), com a área de (399,50m²), Confrontando:

Nordeste com a Rua Rio de Janeiro na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 02 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com a Rua Curitiba na extensão de 19,98 metros;
Noroeste com o lote urbano nº 07 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 19,98 metros;

Lote Urbano nº (02), da quadra nº (05), com a área de (380,00m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 01 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudoeste com o lote urbano nº 03 e com parte do lote urbano nº 04 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;
Sudeste com a Rua Curitiba na extensão de 19,00 metros;
Noroeste com o lote urbano nº 06 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 19,00 metros;

Lote Urbano nº (03), da quadra nº (05), com a área de (378,00m²), Confrontando:

Nordeste com parte do lote urbano nº 02 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 13,50 metros;
Sudoeste com a Rua Porto Alegre na extensão de 13,50 metros;
Sudeste com a Rua Curitiba na extensão de 28,00 metros;

Noroeste com o lote urbano nº 04 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 28,00 metros;

Lote Urbano nº (04), da quadra nº (05), com a área de (364,00m²), Confrontando:

Nordeste com parte dos lotes urbanos nºs 02 e 06 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 13,00 metros;

Sudoeste com a Rua Porto Alegre na extensão de 13,00 metros;

Sudeste com o lote urbano nº 03 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 28,00 metros;

Noroeste com o lote urbano nº 05 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 28,00 metros;

Lote Urbano nº (05), da quadra nº (05), com a área de (378,00m²), Confrontando:

Nordeste com parte do lote urbano nº 06 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 13,50 metros;

Sudoeste com a Rua Porto Alegre na extensão de 13,50 metros;

Sudeste com o lote urbano nº 04 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 28,00 metros;

Noroeste com a Rua Campo Grande na extensão de 28,00 metros;

Lote Urbano nº (06), da quadra nº (05), com a área de (380,00m²), Confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 07 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;

Sudoeste com o lote urbano nº 05 e com parte do lote urbano nº 04, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;

Sudeste com o lote urbano nº 02 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 19,00 metros;

Noroeste com a Rua Campo Grande na extensão de 19,00 metros;

Lote Urbano nº (07), da quadra nº (05), com a área de (399,50m²), Confrontando:

Nordeste com a Rua Rio de Janeiro na extensão de 20,00 metros;

Sudoeste com o lote urbano nº 06, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 20,00 metros;

Sudeste com o lote urbano nº 01 de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, na extensão de 19,98 metros;

Noroeste com a Rua Campo Grande na extensão de 19,98 metros;

Art. 4º - As vias públicas do Loteamento "MUNDO NOVO", terão as seguintes denominações, larguras e direcionamentos:

Área Do Sistema Viário Da Rua Rio De Janeiro

Rua Rio de Janeiro, sentido Noroeste-Sudeste, com largura de 12,00 metros, e área de (861,10m²), situada no Loteamento Mundo Novo, da Cidade e Município de Iraceminha, Comarca de Maravilha, SC, confrontando:

Nordeste: com parte do lote urbano nº 05, Área de Preservação Permanente, da quadra nº 1, do Município de Iraceminha, mat. 22.236;

Sudoeste: com a Rua Curitiba, com os lotes urbanos nºs: 01 e 07 da quadra nº 05; com a Rua Campo Grande, com o lote urbano nº 04 da quadra nº 01, todos de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236;

Sudeste: com parte do lote urbano nº 06, da quadra nº 01, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236;

Noroeste: com parte do lote urbano nº 05, Área de Preservação Permanente, quadra 1, do Município de Iraceminha, mat. 22.236.

Área Do Sistema Viário Da Rua Porto Alegre

Rua Porto Alegre, sentido Noroeste-Sudeste, com largura de 14,00 metros, e área de (1.493,66m²), situada no Loteamento Mundo Novo, da Cidade e Município de Iraceminha, Comarca de Maravilha, SC, confrontando:

Nordeste com o lote urbano nº 10, da quadra nº 01, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua Curitiba, com os lotes urbanos nºs: 03, 04 e 05, da quadra nº 05, todos de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua Campo Grande e com o lote urbano nº 01, da quadra nº 01, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236;

Sudoeste com o lote urbano nº 01, da quadra nº 2, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua Curitiba, com os lotes urbanos nº 09 e 10, quadra 4, ambos de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua Campo Grande, com o lote urbano nº 37, quadra 4, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236;

Sudeste com a Rua Porto Alegre;

Noroeste com parte da chácara rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat. 17.211.

Área Do Sistema Viário Da Rua Florianópolis

Rua Florianopolis, sentido Noroeste-Sudeste, com largura de 14,00 metros, e área de (1.493,66m²), situada no Loteamento Mundo Novo, da Cidade e Município de Iraceminha, Comarca de Maravilha, SC, confrontando:

Nordeste com o Lote urbano nº 13, da quadra nº 2, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua Curitiba, com os lotes urbanos nºs: 22, 23, 24, 25, 26 e 27, da quadra nº 4, todos de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236;

Sudoeste com o lote urbano nº 01, da quadra nº 3, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua Curitiba, com os lotes urbanos nºs: 14, 15, 16, 17 e 18, da quadra nº 3, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236;

Sudeste com a Rua Florianopolis;

Noroeste com parte da Chácara Rural nº 14, da Série D, de Luiz Boff, mat nº 17.211.

Área Do Sistema Viário Da Rua São Paulo

Rua São Paulo, sentido Noroeste-Sudeste, com largura de 12,00 metros, e área de (883,86m²), situada no Loteamento Mundo Novo, da Cidade e Município de Iraceminha, Comarca de Maravilha, SC, confrontando:

Norte com o lote urbano nº 22, da quadra 03, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236;

Nordeste por duas linhas, uma reta com os lotes urbanos nºs: 19, 20 e 21, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, e outra curva, com o lote urbano nº 21, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, todos da quadra nº 3;

Sul por linha curva, com o lote urbano nº 12, da quadra nº 03, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236;

Sudoeste por duas linhas, uma reta com os Lotes urbanos nº 10, 11 e 12, quadra 3, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, e outra por linha curva com o lote urbano nº 08, Área Verde 2, do Município de Iraceminha, mat. 22.236;

Sudeste com a Rua Curitiba;

Noroeste por linha curva, com o Lote urbano nº 13, da quadra nº 03, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236.

Área Do Sistema Viário Da Rua Curitiba

Rua Curitiba, sentido Nordeste-Sudoeste, com largura de 12,00 metros, e área de (4.534,10 m²), situada no Loteamento Mundo Novo, da Cidade e Município de Iraceminha, Comarca de Maravilha,

SC, confrontando:

Nordeste com a Rua Rio de Janeiro;

Sudeste por duas linhas, uma reta, com os lotes urbanos nºs: 06, 07, 08, 09 e 10, todos da quadra 01, todos de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua Porto Alegre, com os lotes urbanos nºs: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, todos da quadra 02, todos de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua Florianópolis, com os lotes urbanos nºs: 01, 02, 03, 04, 05 e 06, todos da quadra 03, todos de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, e outra por linha curva, com o lote urbano nº 06, quadra 03, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236;

Sul por linha curva, com o lote urbano nº 07, Área Institucional, da quadra nº 3, do Município de Iraceminha, mat. 22.236.

Sudoeste por linha curva, com o lote urbano nº 08, da quadra nº 03, Área Verde 02, do Município de Iraceminha, mat. 22.236;

Noroeste por duas linhas, uma reta, com os lotes urbanos nºs: 01, 02 e 03, da quadra 05, todos de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua Porto Alegre, com os lotes urbanos nºs: 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, da quadra 04, todos de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua Florianópolis, com os lotes urbanos nºs: 18 e 19, da quadra nº 03, CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua São Paulo, com o lote urbano nº 10, da quadra nº 3, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, e outra linha curva, com o lote urbano nº 09, da quadra nº 3, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236.

Área Do Sistema Viário Da Rua Campo Grande

Rua Campo Grande, sentido Nordeste-Sudoeste, com largura de 12,00 metros, e área de (2.815,86 m²), situada no Loteamento Mundo Novo, da Cidade e Município de Iraceminha, Comarca de Maravilha, SC, confrontando:

Nordeste com a Rua Rio de Janeiro;

Sudoeste por linha curva, o lote urbano nº 28, Área verde 01, da quadra nº 4, do Município de Iraceminha, mat. 22.236;

Sudeste com os lotes urbanos nºs: 07, 06 e 05, da quadra nº 05, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua Porto Alegre e com os lotes urbanos nºs: 09, 08, 07, 06, 05, 04, 03, 02 e 01, da quadra nº 4, todos de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236;

Leste por linha curva, com o lote urbano nº 01, da quadra nº 4, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236;

Noroeste por duas linhas, uma reta, com os lotes urbanos nºs: 03, 02 e 01, da quadra nº 01, todos de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, com a Rua Porto Alegre, com os lotes urbanos nºs: 37, 36, 35, 34, 33, 32, 31, 30 e 29, da quadra nº 4, todos de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236, e outra linha curva, com o lote urbano nº 29, da quadra nº 4, de CVMB Empreendimentos Imobiliários Ltda, mat. 22.236.

Art. 5º - Caberá ao Poder Público Municipal uma área de (25.240,56m²) vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e cinquenta e seis centímetros quadrados, correspondente a 48,01% da área loteada, que passarão ao domínio do município, por ocasião do Registro do Loteamento, sendo:

Área destinada ao poder público:

Área Útil Total	52.570,46m²	100 %
Área Institucional (lote urbano nº 07, quadra 03)	1.405,87m²	2,67%

Área Verde 1 (lote urbano nº 28, quadra 04) e 2 (lote urbano nº 08, quadra 03)	11.752,45m²	22,35%
Área do Sistema Viário	12.082,24m²	22,99%
Área Total destinada ao poder público municipal	25.240,56m²	48,01%

Art. 6º - A área loteada destina-se a uma Zona Predominantemente Residencial, devendo ser, nas edificações, observada a Legislação Municipal que disciplina o assunto.

Art. 7º - Fica caucionado nos termos da Lei Municipal nº 1050/2009, de 17/11/2009, os lotes urbanos relacionados neste decreto, do Loteamento "MUNDO NOVO", em garantia a execução das obras de infraestrutura descritas no Termo de Compromisso para Implantação de Infraestrutura, firmado aos 21 de novembro de 2016 e cronograma Físico Financeiro apresentado, sendo os seguintes lotes:

Loteamento MUNDO NOVO, caucionam os lotes nº 02 com área de 363,04 m², nº 04 com área de 322,90 m², nº 07 com área de 320,00 m², nº 09 com área de 320,00 m², todos da quadra 01, nº 02 com área de 300,00 m², nº 04 com área de 300,00 m², nº 06 com área de 300,00 m², nº 08 com área de 300,00 m², nº 10 com área de 300,00 m², nº 12 com área de 300,00 m², todos da quadra 02, nº 02 com área de 300,00 m², nº 04 com área de 300,00 m², nº 06 com área de 314,82 m², nº 09 com área de 359,13 m², nº 10 com área de 340,91 m², nº 12 com área de 367,45 m², nº 14 com a área de 313,30 m², nº 16 com área de 303,40 m², nº 18 com área de 307,50 m², nº 20 com área de 303,40 m², nº 22 com área de 320,10 m², todos da quadra 03, nº 01 com área de 368,75 m², nº 03 com área de 300,00 m², nº 05 com área de 300,00 m², nº 07 com área de 300,00 m², nº 09 com área de 300,00 m², nº 11 com área de 300,00 m², nº 13 com área de 300,00 m², nº 15 com área de 300,00 m², nº 17 com área de 300,00 m², nº 19 com área de 308,75 m², nº 21 com área de 312,50 m², nº 23 com área de 306,25 m², nº 25 com área de 301,35 m², nº 27 com área de 313,20 m², nº 29 com área de 353,52m², nº 30 com área de 306,28 m², nº 32 com área de 363,04 m², nº 33 com área de 363,04 m², nº 35 com área de 363,04 m², nº 37 com área de 363,04 m², todos da quadra 04, nº 01 com área de 399,50 m², nº 02 com área de 380,00 m², nº 05 com área de 378,00 m², nº 06 com área de 380,00 m², todos da quadra 05, totalizando 45 lotes residenciais.

§ 1º - A caução terá validade por 24 (vinte e quatro) meses a contar da data do presente Decreto.

§ 2º - Na medida em que as obras forem executadas serão fornecidas as informações à Prefeitura Municipal para que esta libere os lotes conforme o parágrafo 1º do Art. nº 11 da Lei Municipal nº 1050/2009.

§ 3º - A não execução dos equipamentos urbanos dentro do prazo estabelecido, os lotes urbanos mencionados no caput do presente artigo passaram a integrar o Patrimônio Público Municipal de Iraceminha - SC.

Art.8º - Este decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritos e plantas devidamente assinados por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 09 de março de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

DECRETO 036/2017

DECRETO Nº 036/2017 DE 28 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito Municipal de Iraceminha-SC, no uso de suas atribuições legais:

Respeitando o princípio da autotutela administrativa que é faculdade da Administração de rever seus atos; anulando-os quando ilegais e revogando-os quando inoportunos e inconvenientes ao interesse público.

Este princípio encontra-se estampado nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, in verbis:

Súmula 346: A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula 473: A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

DECRETA

Artigo 1º. Fica pelo presente Decreto revogado o processo licitatório n.º 13/2017 – Modalidade Pregão presencial 11/2017, que visava a aquisição de veículo automotor, adaptado, ano de fabricação e modelo 2017, com capacidade de 12 lugares.

Artigo 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Iraceminha, 28 de março de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra;

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3187/2017

DECRETO N º 3.187/2017.

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o artigo 2.º da Lei n.º 994/00 de 31/08/2000 com redação dada pela Lei n.º 1450/2009, de 08/10/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, para o quadriênio 2017/2021, como segue:

I. Representantes do Poder Executivo:

Titular: Marcia Maria Kerscher

Suplente: Lucio Flavio Lima

II. Representantes dos Professores:

Titular: Jeni Zamboski Moissa

Titular: Soeli Konopka Binder

Suplente: Ivone Terezinha Glinski Konopka

Suplente: Carla Regiane Sampaio

III. Representantes de Pais de Alunos:

Titular: Silvana Maria Rauen

Titular: Sirlei Aparecida Pasqualli Schafaschek

Suplente: Andreia Aparecida Kaschuk Janiszewski

Suplente: Michelle Maria Ferraz Guimarães Jung

IV. Representantes da Sociedade Civil

Titular: Monica Donda

Titular: Maira Marafigo Stein

Suplente: Arno Nigrin

Suplente: Camila Danielle Kochan

Art. 2º. - Os membros nomeados por este Decreto terão mandato de 04 (quatro) anos.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 31 de março de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

II da Lei Complementar n.º 007/2001, de 15/10/2001 e com base nas disposições da Lei nº 11.274/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a implantação e implementação do Ensino Fundamental com duração de 9 (nove) anos, no Grupo Escolar "DALMO EDSON SFAIR", Código do INEP 42135346, situado no Município de Irineópolis - SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/02/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 28 de Março de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 113/2017

PORTARIA N º 113/2017.

DETERMINA A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS NO GE. DALMO EDSON SFAIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSF. DE PESSOAS TRANSF. DE CONV. OUTRAS RECEITAS CORRENTES MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	33.031.131,47 29.544.057,47 3.020.564,50 2.217.766,50 741.252,00 61.546,00 200.540,00 129,00 200.411,00 342.555,97 294.829,97 46.082,00 1.644,00 6.933,00 25.691.493,00 25.032.935,00 8.943,00 649.615,00 281.971,00 100.187,00 7.299,00 135.024,00 39.461,00 3.487.074,00 1.277.598,00 1.277.598,00 27.975,00 27.975,00 2.181.501,00 2.181.501,00	33.031.131,47 29.544.057,47 3.020.564,50 2.217.766,50 741.252,00 61.546,00 200.540,00 129,00 200.411,00 342.555,97 294.829,97 46.082,00 1.644,00 6.933,00 25.691.493,00 25.032.935,00 8.943,00 649.615,00 281.971,00 100.187,00 7.299,00 135.024,00 39.461,00 3.487.074,00 1.277.598,00 1.277.598,00 27.975,00 27.975,00 2.181.501,00 2.181.501,00	1.721.427,12 1.702.062,05 197.976,19 119.174,49 77.671,05 1.130,65 10.127,97 0,00 10.127,97 475,72 5,24 470,48 0,00 0,00 1.472.402,06 1.472.401,10 0,96 0,00 21.080,11 7.606,02 4.724,74 8.603,85 145,50 19.365,07 0,00 0,00 0,00 0,00 19.365,07 19.365,07	5,21 5,76 6,55 5,37 10,48 1,84 5,05 0,00 5,05 0,14 0,00 1,02 0,00 0,00 5,73 5,88 0,01 0,00 7,48 7,59 64,73 6,37 0,37 0,56 0,00 0,00 0,89 0,89	6.126.646,63 6.107.281,56 383.899,53 263.234,64 118.707,69 1.957,20 38.212,85 0,00 38.212,85 58.661,33 58.190,85 470,48 0,00 0,00 5.573.437,32 5.573.436,36 0,96 0,00 53.070,53 22.081,83 10.616,95 19.765,25 606,50 19.365,07 0,00 0,00 0,00 0,00 19.365,07 19.365,07	18,55 20,67 12,71 11,87 16,01 3,18 19,05 0,00 19,07 17,12 19,74 1,02 0,00 0,00 21,69 22,26 0,01 0,00 18,82 22,04 145,46 14,64 1,54 0,56 0,00 0,00 0,89 0,89	
	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	
	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.031.131,47	33.031.131,47	1.721.427,12	5,21	6.126.646,63	18,55

Continua 1/3

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	33.031.131,47	33.031.131,47	1.721.427,12	5,21	6.126.646,63	26.904.484,84
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	33.031.131,47	33.031.131,47	1.721.427,12	5,21	6.126.646,63	26.904.484,84
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	219.422,59	—	—	113.065,77	—
Superávit Financeiro	—	219.422,59	—	—	113.065,77	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	31.678.716,47	32.042.047,97	1.017.510,68	6.010.864,17	26.031.183,80	1.080.143,31	4.413.305,36	27.628.742,61	4.286.358,00
DESPESAS CORRENTES	26.265.577,64	26.071.619,06	927.094,93	5.843.606,74	20.228.012,32	1.019.562,10	4.313.182,47	21.758.436,59	4.193.184,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.719.232,53	14.659.457,38	65.733,77	2.260.839,83	12.398.617,55	65.199,48	2.251.610,81	12.407.846,57	2.220.539,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	266.817,00	266.817,00	12.672,20	38.011,10	228.805,90	12.672,20	38.011,10	228.805,90	38.011,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.279.528,11	11.145.344,68	848.688,96	3.544.755,81	7.600.588,87	941.690,42	2.023.560,56	9.121.784,12	1.934.633,12
DESPESAS DE CAPITAL	5.263.097,83	5.820.387,91	90.415,75	167.257,43	5.653.130,48	60.581,21	100.122,89	5.720.265,02	93.173,89
INVESTIMENTOS	4.890.030,83	5.447.320,91	78.679,54	132.104,15	5.315.216,76	48.845,00	64.969,61	5.382.351,30	58.020,61
INVERSOES FINANCEIRAS	213.682,00	213.682,00	0,00	0,00	213.682,00	0,00	0,00	213.682,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	159.385,00	159.385,00	11.736,21	35.153,28	124.231,72	11.736,21	35.153,28	124.231,72	35.153,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.041,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.041,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	31.678.716,47	32.042.047,97	1.017.510,68	6.010.864,17	26.031.183,80	1.080.143,31	4.413.305,36	27.628.742,61	4.286.358,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	31.678.716,47	32.042.047,97	1.017.510,68	6.010.864,17	26.031.183,80	1.080.143,31	4.413.305,36	27.628.742,61	4.286.358,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.713.341,27	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	31.678.716,47	32.042.047,97	1.017.510,68	6.010.864,17	—	1.080.143,31	6.126.646,63	—	4.286.358,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RRRO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										Rs 1,0		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d)				
			Até o Bimestre	%(b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		%(d/Total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	Administração	31.678.716,47	32.042.047,97	1.017.510,68	6.010.864,17	100,00	26.031.183,80	1.080.143,31	4.413.305,36	100,00	27.628.742,61	
	Planejamento e Orçamento	3.275.192,87	3.280.528,40	106.616,65	620.516,91	10,32	2.660.011,49	120.466,41	518.882,18	11,76	2.761.646,22	
	Administração Geral	544.518,00	544.518,00	7.940,30	120.994,51	2,01	423.523,49	11.212,89	111.138,51	2,52	433.379,49	
	Administração Financeira	1.837.877,87	1.843.213,40	66.987,56	366.758,02	5,94	1.486.455,38	83.665,07	274.039,50	6,21	1.569.173,90	
	Previdência Básica	589.964,00	589.964,00	14.906,41	94.560,37	1,57	495.403,63	8.816,07	85.500,16	1,94	504.463,84	
	Segurança Pública	302.833,00	302.833,00	16.772,38	48.204,01	0,80	254.628,99	16.772,38	48.204,01	1,09	254.628,99	
	Defesa Civil	90.760,00	90.760,00	2.130,37	6.725,83	0,11	84.034,17	1.347,31	5.479,47	0,12	85.280,53	
	Assistência Social	90.760,00	90.760,00	2.130,37	6.725,83	0,11	84.034,17	1.347,31	5.479,47	0,12	85.280,53	
	Assistência ao Idoso	1.176.344,50	1.200.701,98	45.217,66	288.161,93	4,96	902.540,05	50.060,79	196.152,63	4,44	1.004.549,35	
	Assistência ao Portador de Deficiência	148.200,00	128.200,00	0,00	10.227,72	0,17	117.972,28	426,94	7.554,10	0,17	120.645,90	
	Assistência à Criança e ao Adolescente	20.400,00	20.400,00	1.576,91	3.164,84	0,05	17.235,16	1.576,91	3.164,84	0,07	17.235,16	
	Assistência Comunitária	274.542,50	304.542,50	9.890,06	85.238,74	1,42	219.303,76	20.376,17	63.339,23	1,44	241.203,27	
	Saúde	733.202,00	747.559,48	33.750,69	199.530,63	3,32	548.028,85	27.670,77	122.094,46	2,77	625.465,02	
	Administração Geral	8.591.270,62	8.917.213,11	279.601,23	2.092.959,16	34,82	6.824.253,95	333.216,73	1.449.262,47	32,84	7.467.950,64	
	Atenção Básica	5.155,00	5.155,00	0,00	0,00	0,00	5.155,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.155,00
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.158.658,43	6.310.696,76	190.795,67	1.695.215,50	28,20	4.615.481,26	278.604,83	1.176.294,30	26,65	5.134.402,46	
	Vigilância Sanitária	2.305.701,27	2.460.936,97	82.166,47	377.525,60	6,28	2.083.411,37	51.930,29	265.430,87	6,01	2.195.506,10	
	Vigilância Epidemiológica	79.509,00	83.629,47	6.569,09	16.431,06	0,27	67.198,41	2.420,36	6.736,42	0,15	76.893,05	
	Educação	42.246,92	56.794,91	70,00	3.787,00	0,06	53.007,91	261,25	800,88	0,02	55.994,03	
	Administração Geral	11.281.222,48	11.281.222,48	267.605,55	1.578.146,41	26,25	9.703.076,07	273.244,92	1.254.735,56	28,43	10.026.486,92	
	Ensino Fundamental	51.000,00	74.536,00	18.694,86	39.888,81	0,66	34.647,19	18.694,86	39.888,81	0,90	34.647,19	
	Ensino Médio	9.400.404,48	9.086.868,48	216.661,81	1.428.659,43	23,77	7.658.209,05	222.786,00	1.150.801,59	26,08	7.936.066,89	
	Ensino Superior	28.350,00	28.350,00	0,00	0,00	0,00	28.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.350,00
	Educação Infantil	121.000,00	121.000,00	0,00	15.000,00	0,25	106.000,00	0,00	15.000,00	0,34	106.000,00	
	Educação de Jovens e Adultos	1.495.634,00	1.789.634,00	28.248,88	70.852,25	1,18	1.718.781,75	26.790,99	38.824,86	0,88	1.750.809,14	
	Educação Especial	3.866,00	3.866,00	0,00	0,00	0,00	3.866,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.866,00
Desporto Comunitário	50.222,00	46.222,00	4.000,00	8.000,00	0,13	38.222,00	4.000,00	8.000,00	0,18	38.222,00		
Cultura	130.746,00	130.746,00	0,00	15.745,92	0,26	115.000,08	973,07	2.220,30	0,05	128.525,70		
Diffusão Cultural	61.159,00	61.159,00	0,00	0,00	0,00	61.159,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.159,00	
Urbanismo	61.159,00	61.159,00	0,00	0,00	0,00	61.159,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.159,00	
Infra-Estrutura Urbana	2.909.529,00	2.917.225,00	38.119,41	272.599,96	4,54	2.644.625,04	25.644,23	199.767,59	4,53	2.717.457,41		
Habituação	2.909.529,00	2.917.225,00	38.119,41	272.599,96	4,54	2.644.625,04	25.644,23	199.767,59	4,53	2.717.457,41		
Habituação Urbana	225.876,00	225.876,00	0,00	0,00	0,00	225.876,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.876,00	
Habituação Urbana	225.876,00	225.876,00	0,00	0,00	0,00	225.876,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.876,00	

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.678.716,47	32.042.047,97	1.017.510,68	6.010.864,17	28.031.183,80	1.080.143,31	4.413.305,36	27.628.742,61
Saneamento	2.578,00	2.578,00	0,00	0,00	2.578,00	0,00	0,00	2.578,00
Saneamento Básico Urbano	2.578,00	2.578,00	0,00	0,00	2.578,00	0,00	0,00	2.578,00
Agricultura	1.120.744,00	1.120.744,00	16.212,05	146.944,22	973.799,78	17.249,19	52.337,98	1.068.406,02
Extensão Rural	1.120.744,00	1.120.744,00	16.212,05	146.944,22	973.799,78	17.249,19	52.337,98	1.068.406,02
Indústria	64.970,00	64.970,00	0,00	0,00	64.970,00	0,00	0,00	64.970,00
Promoção Industrial	64.970,00	64.970,00	0,00	0,00	64.970,00	0,00	0,00	64.970,00
Comércio e Serviços	21.899,00	21.899,00	0,00	0,00	21.899,00	0,00	0,00	21.899,00
Turismo	21.899,00	21.899,00	0,00	0,00	21.899,00	0,00	0,00	21.899,00
Energia	257.730,00	257.730,00	10.508,02	10.508,02	247.221,98	0,00	0,00	257.730,00
Energia Elétrica	257.730,00	257.730,00	10.508,02	10.508,02	247.221,98	0,00	0,00	257.730,00
Transporte	2.449.400,00	2.449.400,00	251.499,74	984.301,73	1.465.098,27	258.923,73	736.687,48	1.712.712,52
Transporte Rodoviário	2.449.400,00	2.449.400,00	251.499,74	984.301,73	1.465.098,27	258.923,73	736.687,48	1.712.712,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.041,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00
TOTAL (III) = (I + II)	31.678.716,47	32.042.047,97	1.017.510,68	6.010.864,17	28.031.183,80	1.080.143,31	4.413.305,36	27.628.742,61

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2016 A FEVEREIRO/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
		Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.072.977,00	2.304.926,48	3.204.440,96	2.295.806,84	2.619.443,80	2.212.882,80	2.201.137,50	2.485.527,24	2.964.527,24	3.984.758,30	2.309.598,65	2.686.316,35	31.352.168,28	33.003.060,47
	Imposto de Renda	149.679,12	185.088,96	688.617,33	130.217,11	166.469,29	123.964,03	117.538,10	78.025,27	114.060,89	119.773,54	57.679,06	128.596,60	2.056.709,30	3.020.584,50
	Imposto de Renda - Pessoa Física	9.626,21	71.759,77	365.215,76	24.948,32	8.393,37	9.162,09	5.143,54	2.144,73	6.372,57	2.217,04	22,69	48.594,32	504.986,09	613.397,00
	Imposto de Renda - Pessoa Jurídica	19.992,96	19.721,98	53.876,11	31.906,98	32.853,71	27.967,96	12.512,88	19.070,92	42.004,30	55.130,83	4.554,27	368.157,02	322.162,50	322.162,50
	Imposto de Renda - Pessoa Jurídica - Lucro Real	46.194,47	46.577,32	54.060,98	33.640,44	94.212,22	60.297,47	62.293,01	34.307,73	34.957,98	44.519,99	23.177,06	37.155,45	571.394,12	876.282,00
	Imposto de Renda - Pessoa Jurídica - Lucro Presumido	11.843,75	10.530,14	106.073,71	13.291,92	14.679,59	9.150,68	27.426,87	13.486,05	18.990,19	10.050,42	23.521,68	7.387,00	266.732,00	405.925,00
	Imposto de Renda - Pessoa Jurídica - Lucro Real - Diferimento	62.021,73	36.109,75	109.390,77	26.429,45	16.370,40	17.365,83	10.162,00	9.015,84	11.735,85	7.855,26	6.403,36	35.459,83	348.430,07	802.788,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.141,39	15.678,81	12.125,03	4.896,99	10.633,38	12.981,80	17.697,56	11.204,88	12.937,67	11.665,76	15.173,00	12.911,88	148.048,15	200.540,00
	RECEITA PATRIMONIAL	19.874,74	23.582,86	19.590,01	21.907,72	147.823,88	26.409,91	24.559,68	21.994,40	22.731,03	26.997,61	31.069,64	27.125,97	413.627,45	342.555,97
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	3.212,50	8.782,50	15.865,00	5.775,00	10.070,60	0,00	0,00	0,00	1.883,82	5.913,58	0,00	0,00	0,00	6.933,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.878.285,87	2.089.469,27	2.444.471,30	2.114.547,70	2.264.599,07	2.021.981,31	2.025.789,12	2.364.818,35	2.797.767,44	3.817.715,23	2.200.639,00	2.500.780,43	28.490.624,09	28.150.469,00
	Cota-Parte do FPM	528.955,81	628.814,87	836.171,98	690.813,51	796.020,46	621.120,82	505.095,33	613.132,70	1.118.651,97	1.748.724,61	743.631,45	963.315,51	9.754.449,02	10.236.108,00
	Cota-Parte do ICMS	513.329,35	508.439,53	510.515,93	504.396,92	520.527,68	514.146,85	555.404,21	574.533,00	555.114,05	612.046,88	640.088,72	599.490,21	6.279.003,33	6.314.365,00
	Cota-Parte do IPVA	68.559,22	94.232,04	77.900,74	75.498,19	59.849,85	68.129,16	55.438,31	58.164,13	57.218,18	26.815,81	25.773,84	42.448,82	711.000,29	688.428,00
	Cota-Parte do ITR	5.206,82	351,96	1.094,91	334,29	399,99	1.499,55	24.941,90	123.783,86	10.561,92	4.700,87	5.699,75	112,69	178.688,21	19.330,00
	Outras Transferências Correntes	246.591,59	290.468,34	464.539,69	315.673,22	407.359,90	291.825,99	347.627,66	382.784,76	434.519,08	729.282,03	183.569,75	338.149,98	4.455.370,62	4.801.656,00
	Transferências da LC 61/199	7.392,72	7.554,76	8.579,04	5.104,91	6.595,17	7.005,94	7.675,22	8.112,29	8.477,98	9.019,75	8.056,89	8.859,38	92.746,05	83.762,00
Transferências da LC 87/196	2.166,68	2.166,68	2.166,68	2.166,68	2.166,68	2.166,68	2.166,68	2.166,68	2.166,68	2.166,68	2.166,68	2.166,68	26.031,56	38.680,00	
Transferências do FUNDEB	503.123,98	527.401,09	543.482,33	520.339,34	501.339,34	516.083,72	527.439,81	600.960,93	610.057,98	694.958,80	591.656,19	595.200,46	6.893.273,01	6.987.167,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.803,38	12.394,08	22.712,29	18.462,32	19.817,58	21.525,35	15.553,04	7.800,52	10.968,95	6.803,16	5.038,95	26.951,47	183.594,29	281.971,00	
DEDUÇÕES (II)	225.115,93	248.313,75	287.289,66	255.690,87	218.145,47	242.876,69	230.144,08	276.179,35	350.637,91	401.445,21	285.092,38	314.959,47	3.335.849,67	3.516.417,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	225.115,93	248.313,75	287.289,66	255.690,87	218.145,47	242.876,69	230.144,08	276.179,35	350.637,91	401.445,21	285.092,38	315.281,79	3.338.171,99	3.470.335,00	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-120,87	0,00	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-120,87	0,00	
Outras Rec. de Conc e Perm - Dir de Uso de Bens Púb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-201,45	-201,45	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.847.861,17	2.056.612,73	2.917.151,30	2.040.145,97	2.401.298,33	1.989.985,91	1.970.993,42	2.208.348,89	2.613.741,65	3.583.313,09	2.024.507,27	2.381.356,88	28.016.316,61	29.486.843,47	
FONTE:															

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Dez 2016 (B)	Em 28 Fev 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.385.047,48	2.385.047,48	2.361.630,41
DEDUÇÕES (II)	2.881.982,76	2.881.982,76	3.333.063,07
Disponibilidade de Caixa	2.881.941,94	2.881.941,94	3.332.960,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.502.322,81	3.502.322,81	4.473.207,33
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	620.380,87	620.380,87	1.140.247,22
Demais Haveres Financeiros	40,82	40,82	102,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIIc - VIIb)	Jan a Fev 2017 (VIIc - VIIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00

FONTE:

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	29.250.227,50	4.347.033,90	4.296.318,46
Receita Tributária	3.020.564,50	185.923,34	264.432,88
I.P.T.U.	613.397,00	22,69	0,00
I.S.S.	876.282,00	60.010,19	109.838,11
I.T.B.I.	405.925,00	30.908,68	16.961,23
I.R.R.F.	322.162,50	53.118,59	69.506,43
Outras Receitas Tributárias	802.798,00	41.863,19	68.127,11
Receita de Contribuição	200.540,00	28.084,88	24.785,80
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	200.540,00	28.084,88	24.785,80
Receita Patrimonial Líquida	48.726,00	0,00	78,75
Receita Patrimonial	342.555,97	58.185,61	34.304,19
(-) Aplicações Financeiras	293.829,97	58.185,61	34.225,44
Transferências Correntes	25.691.493,00	4.101.035,26	3.971.822,69
F.P.M.	8.164.886,00	1.357.557,62	1.253.163,23
I.P.V.A	551.542,00	54.579,10	58.680,69
I.C.M.S.	5.051.508,00	967.647,32	903.609,10
Convênios	649.615,00	0,00	101.390,68
Outras Transferências Correntes	11.273.942,00	1.721.251,22	1.654.978,99
Demais Receitas Correntes	288.904,00	31.990,42	35.198,34
Dívida Ativa	135.024,00	11.161,40	18.433,45
Diversas Receitas Correntes	153.880,00	20.829,02	16.764,89
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.487.074,00	0,00	81.207,95
Operações de Crédito (III)	1.277.598,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	27.975,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.181.501,00	0,00	81.207,95
Convênios	2.181.501,00	0,00	81.207,95
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.181.501,00	0,00	81.207,95
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	31.431.728,50	4.347.033,90	4.377.526,41

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	26.047.261,58	4.916.511,81	5.399.468,65	3.293.620,37	3.342.053,77
Pessoal e Encargos Sociais	14.623.457,38	2.195.106,06	2.542.307,07	2.186.411,33	2.399.710,43
Juros e Encargos da Dívida (IX)	266.817,00	25.338,90	25.287,56	25.338,90	25.287,56
Outras Despesas Correntes	11.156.987,20	2.696.066,85	2.831.874,02	1.081.870,14	917.055,78
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	25.780.444,58	4.891.172,91	5.374.181,09	3.268.281,47	3.316.766,21
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.820.387,91	76.841,68	315.908,19	39.541,68	60.278,59
Investimentos	5.447.320,91	53.424,61	293.448,58	16.124,61	37.818,98
Inversões Financeiras	213.682,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	213.682,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	159.385,00	23.417,07	22.459,61	23.417,07	22.459,61
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.661.002,91	53.424,61	293.448,58	16.124,61	37.818,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	150.041,00	-	-	-	-

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	31.591.488,49	4.944.597,52	5.667.629,67	3.284.406,08	3.354.585,19
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-159.759,99	-597.563,62	-1.290.103,26	1.062.627,82	1.022.941,22
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Superávit Financeiro	-	-	-	86.869,06	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	620.380,87	530.010,11	-	90.370,76	309.231,34	3.063.877,30	505.149,99	402.222,28	-	2.990.886,36
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	620.380,87	530.010,11	0,00	90.370,76	309.231,34	3.063.877,30	505.149,99	402.222,28	0,00	2.990.886,36
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	602.218,70	511.847,94	0,00	90.370,76	309.231,34	3.061.737,00	504.288,95	401.476,72	0,00	2.988.491,62
PODER EXECUTIVO	0,00	2.637,81	2.637,81	0,00	0,00	0,00	1.290,03	1.290,03	1.290,03	0,00	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	91.618,32	89.978,30	0,00	1.640,02	83.465,33	173.090,86	164.414,21	162.228,72	0,00	94.327,47
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	507.962,57	419.231,83	0,00	88.730,74	225.796,01	2.907.355,11	338.584,71	237.957,97	0,00	2.895.154,15
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	18.162,17	18.162,17	0,00	0,00	0,00	2.140,30	861,04	745,56	0,00	1.394,74
	0,00	-	-	-	-	-	-	861,04	745,56	0,00	1.394,74
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	620.380,87	530.010,11	0,00	90.370,76	309.231,34	3.063.877,30	505.149,99	402.222,28	0,00	2.990.886,36
3.081.257,12											

FONTE:

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.292.517,50	2.292.517,50	154.995,28	6,76
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	668.808,00	668.808,00	10.464,20	1,56
1.1.1- IPTU	613.397,00	613.397,00	22,69	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	55.411,00	55.411,00	10.441,51	18,84
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	406.569,00	406.569,00	30.908,68	7,60
1.2.1- ITBI	405.925,00	405.925,00	30.908,68	7,61
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	644,00	644,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	894.978,00	894.978,00	60.503,81	6,76
1.3.1- ISS	876.282,00	876.282,00	60.010,19	6,85
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	18.696,00	18.696,00	493,62	2,64
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	322.162,50	322.162,50	53.118,59	16,49
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.351.673,00	17.351.673,00	3.001.823,02	17,30
2.1- Cota-Parte FPM	10.206.108,00	10.206.108,00	1.696.946,96	16,63
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.206.108,00	10.206.108,00	1.696.946,96	16,63
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.314.385,00	6.314.385,00	1.209.558,93	19,16
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	38.660,00	38.660,00	4.364,76	11,29
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	83.762,00	83.762,00	16.916,27	20,20
2.5- Cota-Parte ITR	19.330,00	19.330,00	5.812,44	30,07
2.6- Cota-Parte IPVA	689.428,00	689.428,00	68.223,66	9,90
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	19.644.190,50	19.644.190,50	3.156.818,30	16,07
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.047.679,00	1.047.679,00	150.378,00	14,35
5.1- Transferências do Salário-Educação	666.232,00	666.232,00	149.032,92	22,37
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.417,00	2.417,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	177.056,00	177.056,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	191.365,00	191.365,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	6.615,00	6.615,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.994,00	3.994,00	1.345,08	33,68
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.247.115,00	1.247.115,00	4.278,83	0,34
6.1- Transferências de Convênios	1.247.115,00	1.247.115,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	4.278,83	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	178.510,00	178.510,00	11.366,64	6,37
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.473.304,00	2.473.304,00	166.023,47	6,71

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.470.335,00	3.470.335,00	600.364,17	17,30
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.041.222,00	2.041.222,00	339.389,34	16,63
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.262.877,00	1.262.877,00	241.911,61	19,16
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.732,00	7.732,00	872,94	11,29
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.752,00	16.752,00	3.383,26	20,20
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.866,00	3.866,00	1.162,46	30,07
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	137.886,00	137.886,00	13.644,56	9,90
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.040.981,00	7.040.981,00	1.172.836,30	16,66
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.997.167,00	6.997.167,00	1.157.856,65	16,55
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	43.814,00	43.814,00	14.979,65	34,19
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.526.832,00	3.526.832,00	557.492,48	15,81

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.215.174,00	4.215.174,00	677.766,66	16,08	677.766,66	16,08
13.1- Com Educação Infantil	322.162,00	322.162,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.893.012,00	3.893.012,00	677.766,66	17,41	677.766,66	17,41
14- OUTRAS DESPESAS	2.825.807,00	2.825.807,00	305.853,97	10,82	211.820,80	7,50
14.1- Com Educação Infantil	93.400,00	93.400,00	1.220,00	0,31	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.732.407,00	2.432.407,00	304.633,97	12,52	211.820,80	8,71
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.040.981,00	7.040.981,00	983.620,63	13,97	889.587,46	12,63
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						889.587,46
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						57,79
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						18,06
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						24,15
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.422.560,00	1.712.560,00	41.771,28	2,44	11.201,78	0,65
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	7.172.828,48	6.872.828,48	1.233.191,57	17,94	949.209,54	13,81
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.625.419,00	6.325.419,00	982.400,63	15,53	889.587,46	14,06
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	547.409,48	547.409,48	250.790,94	45,81	59.622,08	10,89
24- ENSINO MÉDIO	28.350,00	28.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	121.000,00	121.000,00	15.000,00	12,40	15.000,00	12,40
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	4.155,00	4.155,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	8.748.893,48	8.738.893,48	1.289.962,85	14,76	975.411,32	11,16
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						557.492,48
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						14.979,65
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						572.472,13
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						387.939,19
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						12,29
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	668.809,00	668.809,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.629.454,00	1.639.454,00	174,75	0,01	174,75	0,01
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	2.298.263,00	2.308.263,00	174,75	0,01	174,75	0,01
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	11.047.156,48	11.047.156,48	1.290.137,60	11,68	975.586,07	8,83
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	973.272,29	53.358,29
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.157.856,65	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	777.703,38	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	443.495,47	0,00
48.2 Restos a Pagar	334.207,91	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	14.979,65	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.368.405,21	53.358,29
51- (+) Ajustes	(2.734.425,12)	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	(2.734.425,12)	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	(1.366.019,91)	53.358,29

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.277.598,00	0,00			1.277.598,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	5.820.387,91	76.841,68	39.541,68	0,00	5.743.546,23
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.820.387,91	76.841,68	39.541,68	0,00	5.743.546,23
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.542.789,91	-76.841,68	-	-	-4.465.948,23

FONTE:

FONTE:

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		27.975,00				0,00	27.975,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		27.975,00				0,00	27.975,00	
DESPESAS								
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)								
Despesas de Capital		37.381,82	8.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.041,82
Investimentos		37.381,82	8.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.041,82
		37.381,82	8.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.041,82
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (Ib - (If + Ifg))					SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
Valor(III)		3.641,77						3.641,77
FONTE:								

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.292.517,50	2.292.517,50	154.995,28	6,76		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	613.397,00	613.397,00	22,69	0,00		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	405.925,00	405.925,00	30.908,68	7,61		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	876.282,00	876.282,00	60.010,19	6,85		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	322.162,50	322.162,50	53.118,59	16,49		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	27.071,00	27.071,00	3.498,95	12,93		
Dívida Ativa dos Impostos	47.680,00	47.680,00	7.436,18	15,60		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.351.673,00	17.351.673,00	3.001.823,02	17,30		
Cota-Parte FPM	10.206.108,00	10.206.108,00	1.696.946,96	16,63		
Cota-Parte ITR	19.330,00	19.330,00	5.812,44	30,07		
Cota-Parte IPVA	689.428,00	689.428,00	68.223,66	9,90		
Cota-Parte ICMS	6.314.385,00	6.314.385,00	1.209.558,93	19,16		
Cota-Parte IPI-Exportação	83.762,00	83.762,00	16.916,27	20,20		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	38.660,00	38.660,00	4.364,76	11,29		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	38.660,00	38.660,00	4.364,76	11,29		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	19.644.190,50	19.644.190,50	3.156.818,30	16,07		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	7.600,00	7.600,00	491,55	6,47		
Provenientes da União	4.000,00	4.000,00	198,56	4,96		
Provenientes dos Estados	2.600,00	2.600,00	292,99	11,27		
Provenientes de Outros Municípios	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	44.400,00	44.400,00	251,12	0,57		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	52.000,00	52.000,00	742,67	1,43		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
	7.851.443,29	8.125.431,23	1.767.590,54	21,75	1.097.987,08	13,51
	4.815.423,66	4.919.648,51	727.565,59	14,79	727.565,59	14,79
Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00	2.000,00	291,06	14,55	291,06	14,55
Juros e Encargos da Dívida	3.034.019,63	3.203.782,72	1.039.733,89	32,45	370.130,43	11,55
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL						
	581.994,33	633.948,88	21.234,23	3,35	2.220,23	0,35
Investimentos	581.994,33	633.948,88	20.845,71	3,29	1.831,71	0,29

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	581.994,33	633.948,88	21.234,23	3,35	2.220,23	0,35
Amortização da Dívida	0,00	0,00	388,52	0,00	388,52	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	8.433.437,62	8.759.380,11	1.788.824,77	20,42	1.100.207,31	12,56
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/iv)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.179.900,80	3.437.448,79	661.925,41	37,00	457.032,20	41,54
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.177.900,80	3.435.448,79	661.925,41	37,00	457.032,20	41,54
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.179.900,80	3.437.448,79	661.925,41	37,00	457.032,20	41,54
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	5.253.536,82	5.321.931,32	1.126.899,36	63,00	643.175,11	58,46
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,37
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						169.652,37

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (m) (n/Total m)*100 %
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	
Atenção Básica	6.158.658,43	6.310.696,76	1.504.419,83	82,96	80,43
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.305.701,27	2.460.936,97	295.359,13	16,29	19,13
Vigilância Sanitária	79.509,00	83.629,47	9.861,97	0,54	0,39
Vigilância Epidemiológica	42.246,92	56.794,91	3.717,00	0,20	0,05
Outras Subfunções	25.042,00	25.042,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.611.157,62	8.937.100,11	1.813.357,93	100,00	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(i+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

HOSPITAL Bom Jesus**RESOLUÇÃO 015/2017**

RESOLUÇÃO NR. 015/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97 de 30.12.1997,

RESOLVE:

Art 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor abaixo relacionado:

Nome	Cargo	Periodo de Férias
Maycon Rodrigo Riske	Tecnico de Enfermagem	01.04.17 a 30.04.17

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 30 de março de 2017.

WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
Presidente.

RESOLUÇÃO 016/2017

RESOLUÇÃO NR. 016 /2017

CONCEDE LICENÇA A TITULO DE PREMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001,

RESOLVE:

Art 1º - Conceder ao servidor efetivo MAYCON RODRIGO RISKE, Licença a Titulo de Premio por Assiduidade, no período de 01.05.17 a 30.05.17,

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 30 de março de 2017

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS
Presidente.

RESOLUÇÃO 017/2017

Hospital Municipal Bom Jesus

CNPJ 83.145.375/0001-77

E – MAIL: hospital@irineopolis.sc.gov.br

RUA PARANÁ, 168 – FONE (47) 3625.1122 - CEP 89440 000 - IRINEÓPOLIS - SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº. 017/2017

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR ADMITIDO POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e, amparada no que dispõe o Art. 4º da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR até a data de 30.06.2017, os efeitos da Resolução nº 001/2017, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário da servidora LIZIANE JOSINO, para exercer as atividades de Técnico de Enfermagem (40h/sem) junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, visando suprir necessidades temporárias e emergenciais, em substituição a servidores que encontram-se em férias e licenças no período.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 30 de março de 2017.

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS
Presidente.

RESOLUÇÃO 018/2017

RESOLUÇÃO NR. 018/2017

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e, amparada no que dispõe o Art. 2º, inciso V da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR JACIRA JUSAK KRUGER, nascida em 09/06/1980, portadora do CPF nº 056.429.719-48, RG. nº 4.343.052 SESP/SC, para no período de 03.04.2017 a 30.06.2017, exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem) junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, conforme CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO Nº 003/2017, visando suprir necessidades temporárias e emergenciais, em substituição a servidores em licença para tratamento de saúde e em situações

de férias no período.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03.04.2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 03 abril de 2017.

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS

Presidente.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 17 de abril de 2017, para contratação de empresa para prestação de serviços mensais de sobreaviso para atendimentos médico-veterinário, para os agricultores do município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 17 de abril de 2017 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 31 de março de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATAS 24 A 31 E ADITIVO CRISTIAN MARTINI

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 024/2017, PL 014/2017

PARTES: Município de Itá e Academia Hiperção Ltda ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 009/2017

OBJETO: Prestação de serviço de orientação e acompanhamento de atividades físicas a população idosa do município.

ITENS: 01, 02, 03, e 04

VALOR: R\$ 173,376,00 (cento e setenta e três mil trezentos e setenta e seis reais)

VIGÊNCIA: Início: 21/03/2017 Término: 20/03/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 025/2017, PL 016/2017

PARTES: Município de Itá e Liga Oeste de Futebol Sete.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2017

OBJETO: Prestação de serviços de arbitragens nos eventos esportivos realizados pelo Departamento de Esportes.

ITEM: 04

VALOR: R\$ 25.350,00 (vinte e cinco mil trezentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 27/03/2017 Término: 26/03/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 026/2017, PL 016/2017

PARTES: Município de Itá e Associação de Arbitragem de Chapecó e Região.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2017

OBJETO: Prestação de serviços de arbitragens nos eventos esportivos realizados pelo Departamento de Esportes.

ITEM: 03

VALOR: R\$ 23.850,00 (vinte e três mil oitocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 27/03/2017 Término: 26/03/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 027/2017, PL 016/2017

PARTES: Município de Itá e Grego Fabricação e Comercio de Artigos e Acessórios Esportivos Eireli ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2017

OBJETO: Prestação de serviços de arbitragens nos eventos esportivos realizados pelo Departamento de Esportes.

ITENS: 01, 02, 05 e 06

VALOR: R\$ 53.660,00 (cinquenta e três mil seiscentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 27/03/2017 Término: 26/03/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 028/2017, PL 004/2017 - FMS

PARTES: Município de Itá e Transpore Transportes Ltda EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2017 - FMS

OBJETO: Prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de pacientes, intermunicipal para realização de consultas especializadas e exames de média e alta complexidade.

ITEM: 01

VALOR: R\$ 142.100,00 (cento e quarenta e dois mil e cem reais)

VIGÊNCIA: Início: 28/03/2017 Término: 27/03/2018

Joice Anita Sartoretto Zotti – Gestora do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 029/2017, PL 018/2017

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 013/2017

OBJETO: Aquisição de sementes selecionadas e certificadas de forrageiras

ITEM: 01

VALOR: R\$ 11.840,00 (onze mil oitocentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 30/03/2017 Término: 29/03/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 030/2017, PL 018/2017

PARTES: Município de Itá Agropecuária Salvi LTDA ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 013/2017

OBJETO: Aquisição de sementes selecionadas e certificadas de forrageiras

ITEM: 03

VALOR: R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 30/03/2017 Término: 29/03/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 029/2017, PL 018/2017

PARTES: Município de Itá e Agropecuária Zanella LTDA EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 013/2017

OBJETO: Aquisição de sementes selecionadas e certificadas de forrageiras

ITENS: 02 e 04

VALOR: R\$ 11.840,00 (onze mil oitocentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 30/03/2017 Término: 29/03/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 006/2017, PL 001/2017

PARTES: Município de Itá e Cristian Martini EIRELI ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 001/2017

OBJETO: Redução no valor dos itens 13 (bebida láctea fermentada), 59 (mortadela), 69 (queijo mussarela fatiado) e 73 (salsicha). VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,29 (três reais e vinte e nove centavos); R\$ 21,80 (vinte e um reais e oitenta centavos); R\$ 31,44 (trinta e um reais e quarenta e quatro centavos); R\$ 22,02 (vinte e dois reais e dois centavos).

VIGÊNCIA: Início: 17/03/2017 Término: 30/06/2017

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

Pregão Presencial nº 11/2017; Objeto Registro de Preços para aquisição de materiais de construção, material elétrico, tintas, equipamentos e ferramentas para as Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Saúde e Fundação Hospitalar. Entrega dos Envelopes; Até às 08:45 horas do dia 17 de abril de 2017; Abertura dos Envelopes: às 09:00 horas do dia 17 de abril de 2017. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site www.itaioplis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 31 de março de 2017. Reginaldo José Fernandes Luiz – Prefeito Municipal.

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO 011/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 04.006.2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 011/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 04.006.2017 – ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04.006.2017

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de passagens terrestres no âmbito nacional, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Percentual de desconto:

PASSAGEM RODOVIÁRIA ESTADUAL - 1,5%

PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERESTADUAL - 1,5%

PRAZO: 12(doze) meses

EMPRESA:

METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA – ME

Itapema, 31 de março de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS DESTINADOS PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das Propostas: até as 10:00hs do dia 17/04/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700

Itapiranga, SC, 03 de Abril de 2017.

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 59 DE 29 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 59 DE 29 DE MARÇO DE 2017.

Cria comissão para discussão e adequação da proposta do plano de cargos e salários e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a meta 18 da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que institui: "assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal";

Considerando a necessidade de discussão e adequação do plano de cargos e salários, para os servidores públicos da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Itapiranga, SC, ensinando assim, ao servidor efetivo a progressão na carreira;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída, a Comissão Coordenadora de Estudos do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do magistério da Secretaria de Educação do Município de Itapiranga, SC, a qual competirá realizar todos os levantamentos, estudos, reuniões e audiências, para apresentação de proposta de plano de carreira dos servidores da educação básica da Secretaria de Educação do município de Itapiranga, SC.

Art. 2º. A Comissão de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica

assim constituída:

I – Dirigente Municipal de Educação

NOME – NELSON KLEIN

RG nº 2.646.661 CPF nº 990.949.249-00

II - Professora Representante das Escolas Municipais

NOME – MARIA SILVANA MEDEIROS DE LIMA HOBOLD

RG nº 3.401.110 CPF nº 048.352.098-50

III - Professora Representante dos Diretores/Gestores Escolares

NOME – MÁRCIA BRUXEL SCHLICKMANN

RG nº 2.944.066 CPF nº 846.044.419-87

IV - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

NOME – RENATO SCHLICKMANN

RG nº 2.456.189 CPF nº 831.975.169-15

Art. 3º. A Comissão deverá contar com um Presidente e um Secretário, a serem designados na primeira reunião desta comissão, dentre os membros indicados pelos respectivos órgãos.

Art. 4º. O prazo para a Comissão apresentar a conclusão da proposta de plano de carreira será até o final de 2017, contados a partir da publicação do presente Decreto.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado a critério da Administração Municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 29 de março de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 60 DE 29 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 60 DE 29 DE MARÇO DE 2017.

Cria equipe técnica para diagnóstico e simulação de propostas a serem apresentadas para equipe de discussão e adequação da proposta do plano de cargos e salários e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Orgânica do Município e,

Considerando a meta 18 da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que institui: "assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e

superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal”;

Considerando a necessidade de discussão e adequação do plano de cargos e salários, para os servidores públicos da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Itapiranga, SC, ensejando assim, ao servidor efetivo a progressão na carreira;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída, a Equipe Técnica que fará o diagnóstico para apresentar à Comissão Coordenadora de Estudos do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do magistério da Secretaria de Educação do Município de Itapiranga, SC, a qual competirá realizar todos os levantamentos necessários para elaboração do diagnóstico situacional e simulação de proposta de plano de carreira dos servidores da educação básica da Secretaria de Educação do município de Itapiranga, SC.

Art. 2º. A Equipe Técnica de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica assim constituída:

I – Dirigente Municipal de Educação

NOME – NELSON KLEIN

RG nº 2.646.661 CPF nº 990.949.249-00

II - Professora Representante das Escolas Municipais

NOME – MARIA SILVANA MEDEIROS DE LIMA HOBOLD

RG nº 3.401.110 CPF nº 048.352.098-50

III - Professora Representante dos Diretores/Gestores Escolares

NOME – MÁRCIA BRUXEL SCHLICKMANN

RG nº 2.944.066 CPF nº 846.044.419-87

IV - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

NOME – RENATO SCHLICKMANN

RG nº 2.456.189 CPF nº 831.975.169-15

Art. 3º. A Equipe Técnica deverá participar de formação específica disponibilizada pelo MEC por intermédio da SASE/DIVAPE para o uso de planilhas e diagnóstico e sistema de simulação de plano de Carreira.

Art. 4º. O prazo para a Equipe Técnica apresentar a conclusão de seus trabalhos, será fixado pela comissão coordenadora.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado a critério da comissão coordenadora.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 29 de março de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretário Municipal de Administração.

ERRATA DA LEI MUNICIPAL Nº 3074

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ERRATA

Na edição nº 2217, do DOM, veiculada no dia 23 de março de 2017, publicada a Lei Municipal nº 3.074 de 22 de março de 2017.

Onde se lê:

ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 3.073, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Leia-se:

ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 3.074, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Itapiranga – SC., 31 de março de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 067/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 067/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 067/2017

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Inscrição de professores municipais na "13ª Jornada Das Licenciaturas", que abordará o tema "Educar para Humanizar: O Sentido da Vida", a ser realizada nos dias 30 de março, 03, 05, 07 e 12 de abril de 2017 no município de Itapiranga.

Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Contratado: Sociedade Educacional de Itapiranga Ltda.

Valor: R\$ 11.620,00

Itapiranga - SC, 30 de março de 2017

Jorge Welter – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 137/2017

Portaria nº 137 de 24 de março de 2017

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o pagamento de periculosidade no percentual de 30% (trinta por cento), ao servidor municipal André Batista Schrippe matrícula nº 15243/01, em conformidade com Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/2/2017.

Itapiranga SC, 24 de março de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 138/2017

Portaria nº 138 de 29 de março de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor municipal Sírío José Ruschel matrícula nº 14779/01, a partir do dia 29/3/2017, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra nesta data.

Itapiranga SC, 29 de março de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapiranga SC, 3 de abril de 2017

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 139/2017

Portaria nº 139 de 31 de março de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a partir do dia 1º de abril de 2017, Gracieli Krawczak matrícula nº 14579/10, do cargo de provimento em comissão de Diretora de Eventos Culturais.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 105 de 2/2/2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 31 de março de 2017

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 140/2017

Portaria nº 140 de 3 de abril de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a partir do dia 3 de abril de 2017, Cristiano Bielohoubeck matrícula nº 15240/01, do cargo de provimento efetivo de Procurador Jurídico do Município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 80 de 6/7/2016.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 056/2017

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Colada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 56/2017 Licitação: 56/2017 - PR Data da Homologação:									
Fornecedor: 143350 - GENTE SEGURADORA S.A.									
1	71816	SEGURO TOTAL DO VEICULO FIAT UNO MKJ-2561	GENTE SEGURADORA	UND	1,000	0,0000	620,0000	620,00	Venceu
2	78875	SEGURO RCF E ACIDENTES PESSOAIS - ONIBUS/VW 15.190 MGR-3503	GENTE SEGURADORA	UND	1,000	0,0000	904,0000	904,00	Venceu
3	78876	SEGURO RCF E ACIDENTES PESSOAIS - ONIBUS VW/15.190, MGY-2403	GENTE SEGURADORA	UND	1,000	0,0000	904,0000	904,00	Venceu
4	78877	SEGURO RCF E ACIDENTES PESSOAIS - ONIBUS VW/15.190 MGY-2463	GENTE SEGURADORA	UND	1,000	0,0000	904,0000	904,00	Venceu
5	78872	SEGURO TOTAL DO VEICULO MB/SPRINTER 415 15+1 LUGARES	GENTE SEGURADORA	UND	1,000	0,0000	2.796,0000	2.796,00	Venceu
6	78873	SEGURO ACIDENTES PESSOAIS - MB/SPRINTER 415 0KM	GENTE SEGURADORA	UND	1,000	0,0000	802,0000	802,00	Venceu
7	78874	SEGURO RCF E ACIDENTES PESSOAIS - ONIBUS/VW 15.190 MGR-3373	GENTE SEGURADORA	UND	1,000	0,0000	904,0000	904,00	Venceu
Total do Fornecedor —>								7.834,00	

Itapiranga, 31 de Março de 2017.

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3140/2017 – NOMEIA PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE PERMANENTE DE APOIO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE PREGÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3140/2017

Data: 21 de março de 2017.

NOMEIA PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO E A EQUIPE PERMANENTE DE APOIO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE PREGÃO.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando o estabelecido na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada como Pregoeira Oficial do Município, para condução de processos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico e/ou Pregão Presencial, a servidora FERNANDA CRISTINA ROSA.

Art. 2º Nas ausências e/ou impedimentos da Pregoeira Oficial assumirá a função a servidora ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL.

Art. 3º As atribuições do Pregoeiro incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º Fica instituída a Equipe Permanente de Apoio para assessoramento ao Pregoeiro Oficial do Município de Itapoá, em condução de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico e/ou Pregão Presencial, composta dos seguintes servidores:

1. Mariza Aparecida Filla
2. Marciane Rech
3. Eliana Frigo da Silva
4. Suzana Besen Martins
5. Rafael Vida Almeida
6. Ana Paula Mattoso
7. Fernando Vitor Peres
8. Alexandre Favaro de Souza
9. Rodrigo Fernandes de Souza
10. Jhonata Galante Cabral
11. Joseane Maria Soares de Lima
12. Fernanda Cristina Rosa
13. Camila Maciel de Miranda
14. Vandressa Aparecida Chervinski
15. Carina Zaranski Taborda
16. Maristela de Souza
17. Karina Jussara dos Santos
18. Ezequiel Emerson Vieira
19. Gerson dos Santos Chaves

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e revoga o Decreto Municipal nº 2722/2016, de 30 de março de 2016.

Itapoá (SC), 21 de março de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3141_2017 – DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3141/2017

Data: 22 de março de 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 41, inciso I e 43 I da Lei 4.320/64 e inciso III e V da Lei Municipal nº 683/2016 – LOA 2017, e considerando a CI/DO/024/2017.

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação, perfazendo o montante de R\$ 99.997,00 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais) conforme segue:

Suplementações

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0010.0301.0013.2115 Manutenção PA 24h
33390 aplicações diretas (442) FR 02381700 R\$ 99.997,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de março de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3142/2017 – CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPOÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3142/2017

Data: 23 de março de 2017

CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e ainda, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA

Art.1º Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 05 de julho de 2017, na Câmara Municipal de Itapoá, situada na Rua Mariana Michels Borges, nº1115, Itapema do Norte, tendo como tema central: "Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS".

Art. 2º Fica instituída e nomeada a comissão Organizadora da VIII Conferência Municipal de Assistência Social, composta por:

1. Claudio Roberson Lemonie
2. Maurício Deunísio Olkoski

3. Lana Rosélia Quadros Bevilaqua
4. Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o decreto nº 3094/2017.

Itapoá (SC), 23 de março de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3144_2017 –ALTERA
DECRETO MUNICIPAL Nº3043/2017**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3144/2017

Data: 28 de março de 2017

ALTERA DECRETO MUNICIPAL Nº3043/2017, DE 19 DE JANEIRO DE 2017-QUE INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD Nº 03/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica alterada letra b do inciso primeiro do Decreto Municipal nº3043/2017, Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 03/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

b) Anna Luiza Stocco Cabral Brock
..... Membro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de março de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3146/2017 – ALTERA
DECRETO Nº3143/201 QUE DELEGA COMPETÊNCIAS
EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA
MUNICIPAL.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3146/2017

Data: 28 de março de 2017

ALTERA DECRETO Nº 3143/2017 QUE DELEGA COMPETÊNCIAS EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica alterado o Decreto nº3143/2017, incluindo o item 'X', onde fica delegado ao Secretário de Administração, facultando a este a delegação ao Diretor de Recursos Humanos, assinar os atos referentes a:

X. Portarias de Ato de Pessoal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e altera o Decreto nº3143/2017.

Itapoá (SC), 28 de março de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3147_2017 HOMOLOGA
RESOLUÇÃO Nº41_2017 DO CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3147/2017

Data: 28 de março de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 41/2017 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO DIA 24 DE MARÇO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº41/2017 do Conselho Municipal de Saúde, anexo, do dia 24 de março de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de março de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3148_2017 – DISPÕE
SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS
SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
ORIGINADA ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO
PAR Nº 32356/2014.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3148/2017

Data: 29 de março de 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ORIGINADA ATRAVÉS DO TERMO DE COMPROMISSO PAR nº 32356/2014.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 41, inciso I e 43 inciso III da Lei 4.320/64 e inciso III e V da Lei Municipal nº 683/2016 – LOA 2017.

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação originada através do Termo de Compromisso PAR nº 32356/2014, firmado com o Ministério da Educação / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), conforme CI/SME nº 274/2017, perfazendo o montante de R\$ 542.759,77 (quinhentos e quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos) conforme segue:

Suplementações

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.1030 Construção / Ampliação e Reformas

34490 Aplicações diretas (423) FR 02320700 R\$ 542.759,77

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de março de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3149_2017 – DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3149/2017

Data: 29 de março de 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 6º, inciso III da Lei Municipal nº 683/2016 – LOA 2017.

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$ 545.554,99 (quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos) conforme segue:

Suplementações**13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

13.001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.1030 Construção / Ampliação e Reformas

34490 Aplicações Diretas (424) FR 06360000 R\$ 253.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2090 Manut. Unid. Adm. SME e CPAE

34490 Aplicações Diretas (425) FR 03870000 R\$ 11.519,63

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2090 Manut. Unid. Adm. SME e CPAE

33390 Aplicações Diretas (427) FR 03010000 R\$ 9.134,46

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2090 Manut. Unid. Adm. SME e CPAE

33390 Aplicações Diretas (426) FR 03000000 R\$ 1.101,70

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.002 Ensino Infantil

0012.0365.0021.2098 Manut. Unid. Adm. SME e CPAE

33390 Aplicações Diretas (428) FR 06360000 R\$ 270.799,20

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de março de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

DIRETOR DE FINANÇAS

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO Nº 20/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017

PROCESSO Nº 27/2017

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 16h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 17h00min do dia 13 de abril de 2017, na

sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de tubos de concreto armado para manilhamento de travessias de ruas e manutenção da rede de coleta de águas pluviais do município, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 30 de março de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

WANTUIL JOSÉ DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2017 - PROCESSO Nº 12/2017 - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2017

PROCESSO Nº 12/2017

O Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, faz saber que se encontra aberto, o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017 para CREDENCIAMENTO de veículos de mídias impressas locais, de cunho jornalístico, para prestação de serviços de publicidade governamental destinada à divulgação institucional, de utilidade pública, de atos, programas, obras, serviços e campanhas de caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no site www.itapoa.sc.gov.br, o extrato consultado no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou ainda na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos. O horário disponível para retirada é das 13h:00min às 19h:00min..

Itapoá, 30 de março de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

PREFEITURA CONVIDA PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PPA – PLANO PLURIANUAL 2018/2021

CONVITE

A Prefeitura de Itapoá, em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, convida todos os munícipes a participarem da audiência pública de apresentação e discussão do PPA – Plano Plurianual, para o período de 2018-2021.

Data: 12 de abril

Local: Plenário da Câmara de Vereadores

Rua Mariana Michels Borges, 1115, Itapema do Norte

Horário: 10h00min

Itapoá, 31 de março de 2017.

Marlon Roberto Neuber

Prefeito

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 046, de 31 de março de 2017.

DECRETO Nº 046, de 31 de março de 2017.

"Revoga o Ato Administrativo praticado em 24/03/2017 decorrente do fracasso da Licitação nº 18, de 15 de fevereiro de 2017 na modalidade de Concorrência Pública nº 03/2017".

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e

Considerando que se realizou processo licitatório que visava à contratação de empresa para fornecimento em atacado e varejo de Bebidas Diversas, equipamentos e aparelhos nos espaços para a realização da 24ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA, o qual restou fracassado e foi assim declarado no Decreto n. 042/2017.

Considerando que visando assegurar o interesse público e o fornecimento de bebidas para a 24ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA foi realizado ato administrativo com a presença de todas as empresas participantes do certame fracassado, iniciando lances a partir do valor lançado no termo de referência da concorrência pública fracassada; bem assim que este ato administrativo resultou em empresa vencedora pelo valor de R\$ 78.000,00 fixos mais 8% sobre o faturamento de venda de bebidas durante o evento.

Considerando que sobreveio informação de que as propostas lacradas no processo licitatório fracassado (concorrência pública) eram superiores ao valor ofertado no ato administrativo, o que restou comprovado com a abertura dos envelopes pelo Oficial do Tabelionato Público, comprovado inclusive em ata notarial.

Considerando assim que a homologação do ato administrativo e a contratação da empresa vencedora caracterizaria manifesto prejuízo ao erário público, porquanto contrataria os serviços por valor inferior ao de mercado e àquele ofertado inicialmente pelas empresas licitantes.

Considerando que visando observar todos os princípios da Administração Pública e da Lei de Licitações, diante da exiguidade de tempo ao início da 24ª EXPOFEIRANACIONAL DA CEBOLA, nos dias 6 a 9 de abril de 2017, todos os atos realizados foram registrados e documentados, a fim de amparar as decisões a serem tomadas pela Comissão de Licitação e pelo Poder Público.

Considerando por fim a necessidade de revogar o ato administrativo e a necessidade de convocar as empresas para novo certame, observando-se como valor inicial para lances maior valor encontrado nas propostas iniciais dos licitantes, conforme certame fracassado e registrado em ata notarial, visando sobretudo resguardar o interesse público e observar os princípios jurídicos de regência.

Considerando a orientação que dimana das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, as quais afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos" e que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Considerando que a Lei 8.666/93 ao se referir ao tema em comento, estabelece, *ipsis verbis*, que: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado" (art. 49).

Considerando a necessidade de um melhor aproveitamento dos escassos recursos públicos, notadamente na realização da 24ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA.

Considerando que o presente decreto foi visado e fundamentado pelo Procurador-Geral do Município _____ José dos Santos Júnior, pelo advogado público _____ Márcio Lima da Costa Júnior e pelo Consultor Jurídico _____ Luiz Henrique Pereira

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o Ato Administrativo realizado no dia 24/03/2017 em decorrência do fracasso da Licitação nº 18, de 15 de fevereiro de 2017 na modalidade de Concorrência Pública nº 03/2017, ambos que visavam à concessão para fornecimento e comercialização, no atacado e varejo de bebidas diversas, equipamentos e aparelhos nos espaços, devido a realização da 24ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 31 de março de 2016.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito de Ituporanga

ARTUR ALEXANDRE KORB
Presidente da FEXPONACE

DECRETO Nº 047, de 31 de março de 2017

DECRETO Nº 047, de 31 de março de 2017

"Institui e Nomeia Membros para composição do Conselho Municipal de Saúde"

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil Título VIII, Capítulo II e as Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90 e Lei 2.365, de 22 de agosto de 2011, RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMA de Ituporanga e nomeia membros para composição do mencionado Conselho, órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, que tem por competência formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, que será composto pelos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo:

José Carlos de Farias - Titular
Viviana Cristina Fragas - Suplente
Maria Elena Goulart Sebold- Titular
Maria Fernanda Nienkotter Muller - Suplente

II- Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

Walter Reichmuth Day - Titular
Daiana Koerich – Suplente
Ana Lúcia Junglos Inácio - Titular
Arisseles Aparecida Hillesheim- Suplente

III - Representantes de Prestadores de Serviço:

Robson Sardá - Titular
Eduardo Mussoi– Suplente
Irmã EdeliStupp – Titular
Fernando de Assis Miranda – Suplente

IV - Representantes de Entidades de Usuários do Sistema Único de Saúde:

Carlos Alberto Dalabrida - Titular
Marcia Schwambach Schmitt – Suplente
Arlete Weber - Titular
Isaura Martini dos Santos – Suplente
Dulce Maria Franciozi - Titular
Maria Cristina Vandresen – Suplente
Maria Hilda Sens - Titular
Afonso Eduardo Borba – Suplente
Salésio Hausmann - Titular
Célia Neuhaus Bennert – Suplente
Sebastião Rosa – Titular
Adilson Rode – Suplente

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde terá a duração de 02 (dois) anos, sendo permitida reeleição após este período.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2017.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 31 de março de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS
Prefeito de Ituporanga

BRUNA RUDOLFO
Secretária da Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO PR 001 2017 SAMAE PRODUTOS QUIMICOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017/SAMAE

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, o Pregoeiro e sua equipe de apoio, com devida autorização expedida pela Diretora do SAMAE e de conformidade com as Leis 8.666/93 e a 10.520/02, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de licitação no dia 13/04/2017 às 10h00min, com entrega dos envelopes até as 09h45min da mesma data, no Sede do Samae, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS PROCESSOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA REALIZADOS PELO SAMAE NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC, NO EXERCÍCIO DE 2017.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações do SAMAE, sito à RUA ABILIO TOMASI, Nº 51, CENTRO, JACINTO MACHADO – SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: contábil.samae@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1090. Jacinto Machado – SC, 30 de Março de 2017.

ALICE APARECIDA DE JESUS
Diretora Geral do SAMAE

PORTARIA 009-2017 FERIAS

PORTARIA N. 009, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

A Diretora do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Srta. ALICE APARECIDA DE JESUS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n. 450/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS ao Servidor ADILTON ROCHA, ocupante do cargo de Encanador desta Autarquia, pelo período aquisitivo de 02/04/2015 a 01/04/2016, que serão usufruídas de 03/04/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 29 de Março de 2017.
ALICE APARECIDA DE JESUS
DIRETORA DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

PORTARIA 010 2017 NOMEAÇÃO TESOUREIRA

PORTARIA N. 010, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

A Diretora do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Srta. ALICE APARECIDA DE JESUS, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor ADRIANO PINTO, CPF n.

017.258.489-29, para o desempenho da função de Tesoureiro do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado. Pelo Período de 03/04/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Em especial a PORTARIA N. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017 pelo referido período de 03/04/2017 a 02/05/2017.

Jacinto Machado/SC, 29 de Março de 2017.
ALICE APARECIDA DE JESUS
DIRETORA DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

PORTARIA 011 2017 FUNCAO GRATIFICADA

PORTARIA N. 011, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

A Diretora do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Srta. ALICE APARECIDA DE JESUS, no uso de suas atribuições legais com o disposto no artigo 4º da lei Municipal nº 450/2006.

RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR ao servidor ADILTON ROCHA, CPF n. 713.305.859-68, a função gratificada de Chefe de Serviço Técnico – FG3, em conformidade com as referências do ANEXO X da lei Nº 450/2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 31 de Março de 2017.
ALICE APARECIDA DE JESUS
DIRETORA DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

COGEM - PORTARIA Nº 013/2017

PORTARIANº 013/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 025/2017/4ª CPAD, de 24/03/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 25/03/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 018/2016, instaurado pela Portaria Nº 744/2016, de 25/08/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de março de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

COGEM - PORTARIA Nº 014/2017

PORTARIANº 014/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 027/2017/4ª CPAD, de 24/03/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 23/03/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 004/2016, instaurado pela Portaria Nº 408/2016, de 25/05/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de março de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

COGEM - PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIANº 015/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 026/2017/4ª CPAD, de 24/03/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 22/03/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 015/2016, instaurado pela Portaria Nº 716/2016, de 18/08/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de março de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

COGEM - PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIANº 016/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 029/2017/4ª CPAD, de 27/03/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 27/03/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 024/2015, instaurado pela Portaria Nº 1093/2015, de 02/09/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de março de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

ORDEM DE REINÍCIO – Nº 02/2017

ORDEM DE REINÍCIO – nº 02/2017

Pela presente, fica determinada a contratada, a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, a reiniciar os serviços referentes a prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 1053 – Arduíno Perine, no Bairro Jaraguá 99, com extensão total de 695,61m (seiscentos e noventa e cinco vírgula sessenta e um metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Tomada de Preços nº 51/2016, e formalizada pelo Contrato nº 267/2016, conforme solicitação da fiscalização, por não mais existirem os motivos que ocasionaram a paralisação da obra.

Salientamos que o prazo de execução original foi suspenso em 27/01/2017 através da Ordem de Paralisação nº 02/2017 - SEMOB, conforme justificativas técnicas acostadas ao processo, que o prazo de execução não havia encerrado, havendo prazo remanescente de obra de mais 27 (vinte e sete) dias para execução. O reinício dos serviços passa a contar do dia seguinte à assinatura desse documento.

Jaraguá do Sul, 08 de março de 2017.

FELIPE EMMENDÖRFER SCHEUER
Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, ____/____/____

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ/MF 03.620.927/0001-12

OBS:- Será lavrada em 6 (seis) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Controladoria; e) Arquivo no Setor responsável pelas obras; f) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Paralisação, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 08 de março de 2017.

ONÉSIMO JOSÉ SELL Secretário Municipal de Obras	ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI Prefeito Municipal
--	--

PORTARIA Nº 324/2017

PORTARIANº 324/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso V, do artigo 38, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 120/2017/Semad-DGP, de 28/03/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR vago um cargo efetivo de AGENTE OPERACIONAL, retroativo a 11/03/2017, em razão do falecimento de JOSÉ ARILTON ROTTER JUNIOR.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 281/2002, de 13/05/2002, no que se refere a nomeação do mesmo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 325/2017

PORTARIANº 325/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 120/2017/Semad-DGP, de 28/03/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 20/03/2017, HOLLYHANNA MALLMANN VICCARI DINIZ do cargo efetivo de CUIDADORA SOCIAL, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1310/2014, de 29/07/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 326/2017

PORTARIANº 326/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 120/2017/Semad-DGP, de 28/03/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 21/03/2017, CINTIA DE TOFFOL MANRICH do cargo efetivo de TELEFONISTA, da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 172/2008, de 20/03/2008.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 327/2017

PORTARIANº 327/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 120/2017/Semad-DGP, de 28/03/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 21/03/2017, ÂNGELA MARIA MENDES DA ROSA do cargo efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 088/2002, de 13/03/2002, no que se refere a nomeação da mesma.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 328/2017

PORTARIANº 328/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e nos termos do inciso I, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 120/2017/Semad-DGP, de 28/03/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 24/03/2017, DANIELA BARBOZA REIS do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 056/2014, de 03/02/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 329/2017

PORTARIANº 329/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 458, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 042/2017/Semad-GAS, de 10/03/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REMANEJAR a servidora pública municipal MARIA APARECIDA POSSAMAI STINGHEN, matrícula 8348, do cargo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para exercer, temporariamente, no período de 02/03/2017 a 02/03/2018, as atribuições do cargo de Telefonista, junto à Secretaria Municipal da Administração, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Gerência de Assistência ao Servidor para acompanhar o período de remanejamento da servidora.

Art.4º Comunique-se a Secretaria Municipal da Administração para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 330/2017

PORTARIANº 330/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 455, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 041/2017/Semad-GAS, de 08/03/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REMANEJAR a servidora pública municipal EDITH MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA JUNCKES, matrícula 8451, do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer, temporariamente, no período de 03/03/2017 a 03/03/2018, as atribuições do cargo de Agente de Limpeza e Conservação, junto à Secretaria Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Gerência de Assistência ao Servidor para acompanhar o período de remanejamento da servidora.

Art.4º Comunique-se a Secretaria Municipal da Administração para

o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

SEMAD - EXTRATO DO CONVÊNIO 116/2017

EXTRATO DO CONVÊNIO

Nº 116/2017

ENTIDADE CEDENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO. ENTIDADE CESSIONÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ DO SUL - "BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS". FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014. OBJETO: Celebrar parceria entre o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ DO SUL - "BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS", mediante a cessão de servidores efetivos e estáveis, SEM ÔNUS À ENTIDADE CESSIONÁRIA, para exercerem as suas atribuições nessa associação, em caráter temporário, haja vista a cooperação e a ajuda mútuas, sempre atreladas a princípios básicos da Administração Pública. Para a execução do Convênio, a ENTIDADE CEDENTE, mediante solicitação formal do Presidente da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Jaraguá do Sul - "Bombeiros Voluntários", colocará à disposição desta, por intermédio de Decreto Municipal, servidores efetivos e estáveis para o desenvolvimento dos serviços. Os servidores cedidos poderão ocupar as seguintes funções: a) atribuição do cargo de provimento efetivo, devido à excepcionalidade, decorrente da impossibilidade de realização de concurso público em virtude das despesas de pessoal do Município terem atingido o limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como propiciar a aplicabilidade segura e democrática de interesse público; ou b) cargo em comissão e função de confiança, atribuindo-lhe um conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Jaraguá do Sul - "Bombeiros Voluntários". Os servidores efetivos e estáveis cedidos não poderão exercer atribuições diversas das previstas pela legislação para o cargo efetivo de origem, salvo a hipótese da alínea "b", do item 2.3, da Cláusula Segunda, do Convênio, sob pena de caracterização de desvio de função, em afronta à Constituição Federal de 1988, sendo exclusiva responsabilidade da ENTIDADE CESSIONÁRIA. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Própria do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul. Deverá ser consignado no Orçamento Anual do Município, em cada exercício financeiro, dotação para o atendimento do Convênio. VIGÊNCIA: O Convênio terá vigência com efeitos a partir de 23/01/2017 até 31/12/2020, podendo ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes. As partes poderão rescindir o Convênio a qualquer tempo mediante comunicação prévia e por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias. FORO: Jaraguá do Sul - SC. DATA DE ASSINATURA: 21/03/2017. SIGNATÁRIOS: ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, Prefeito; ARGOS JOSÉ BURGARDT, Secretário Municipal da Administração; e IVAN CESAR FALLGATTER, Presidente da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Jaraguá do Sul - "Bombeiros Voluntários".

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SEMAD - PORTARIA Nº 022/2017

PORTARIANº 022/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 30/03/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio do processo nº 28569/2016;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal MARIA SANDRA FORLIN KLEIN, matrícula 7619-8, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de março de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

SEMED - PORTARIA Nº 054/2014

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 054/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: CLÁUDIA INÊS SCHWERTZ SIEWERDT, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB ALBERTO BAUER	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 055/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 055/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: JOSÉ DA CONCEIÇÃO JUNIOR, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB MACHADO DE ASSIS	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 056/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 056/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: SANDRA MARA GRUBER, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB MARCOS EMILIO VERBIN-NEN	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 057/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 057/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: ELIANA APARECIDA BONFIM, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB ALBERTO BAUER	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 058/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 058/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: ANDREA CASAS DA SILVA, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB RODOLPHO DORNBUSCH	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 059/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 059/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: ELIESER JAIR BUSARELLO, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB FRANCISCO DE PAULA	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 060/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 060/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: MILTON ANTÔNIO SCHNEIDER, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB ALBERTO BAUER	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 061/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 061/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: EVELINE ZANON DE OLIVEIRA, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB RENATO PRADI	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 062/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 062/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: SUZANA LEITE DA SILVA, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB ALBANO KANZLER	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 063/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 063/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: MARA KARYNA SIEWERDT, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB RODOLPHO DORNBUSCH	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 064/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 064/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: ELIANE APARECIDA BONFIM, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB GUILHERME HANEMANN	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 065/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 065/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: ANDRES ROHLING, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB ALBERTO BAUER	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 066/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 066/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: MIRIAN BEATRIZ GASCHO SEVEGNANI, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 15 de fevereiro de 2017, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEB VITOR MEIRELLES	40

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.104 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 5.104 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016, PELO ARTIGO 15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 91.400,00 (noventa e um mil e quatrocentos reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, por conta do superávit financeiro exercício dos recursos ordinários do município:

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
UNIDADE 01 Secretaria Municipal de Gestão Financeira
Proj./Atividade: 2.030 Encargos Gerais do Município
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-270
Valor: R\$ 85.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Proj./Atividade: 2.058 Manutenção da Biblioteca Pública Municipal
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-271
Valor: R\$ 6.400,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 31 de março de 2017
Dioclésio Ragnini
Prefeito

DECRETO Nº 5.102 DE 28 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 5.102 DE 28 DE MARÇO DE 2017.

“NOMEIA COMISSÃO EXECUTIVA DO CENTENÁRIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição da COMISSÃO EXECUTIVA DO CENTENÁRIO DE JOAÇABA, responsável pelos trabalhos de coordenação e supervisão das ações comemorativas ao Centenário do Município de Joaçaba, composta pelos seguintes membros:
Presidente de Honra: ANTÔNIO DIOMÁRIO DE QUEIROZ
Presidente: ANTÔNIO CARLOS PEREIRA
Vice-Presidente: ARY REGINATTO
Coordenação Geral: ALEXANDRE SANTOS
Presidência das Comissões Temáticas: GUSTAVO DEON
Coordenação das Comissões Temáticas: JUCELINO JORGE FERRAZ
Assessoria de Imprensa: MARIVANIA CARVALHO DA SILVA
Assessoria Financeira: JORGE LUIZ DRESCH
Assessoria Jurídica: MAIKEL PATRZYKOT
Assessoria de Licitações: AUGUSTO ZAGONEL
Representante das Entidades: SUELI BERNARDI
Art. 2º Os trabalhos da Comissão não serão remunerados.
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogado o Decreto nº 4.940/2016.

Joaçaba(SC), em 28 de março de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

ERRATA 92/2016 FMS TA 01

PREFEITURA DE JOAÇABA – SC

Errata ao extrato de contrato nº 92/2016/FMS – TA 01, publicado no DOM em 13/03/2017, Edição Nº 2209.

1) Onde se lê:

1	No preâmbulo: SERVILITO JOAÇABA S/C LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 72.547.748/0001-10, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 275, centro, Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Pedro Frâncio, inscrito no CPF/MF sob nº 255.249.099-91, portador da cédula de identidade nº 772.052, residente e domiciliado em Joaçaba, SC,
2	Na assinatura da Credenciada: Pedro Francio

Leia-se:

1	No preâmbulo: SERVILITO SERVIÇO DE LITOTRIPSIA EXTRACORPÓREA DE JOAÇABA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 72.547.748/0001-10, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 275, centro, Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Antonio Euclides Pereira de Souza Junior, inscrito no CPF/MF sob nº 770.575.469-04, portador da cédula de identidade nº 2.418.426, residente e domiciliado em Joaçaba, SC,
2	Na assinatura da Credenciada: Antonio Euclides Pereira de Souza Junior

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 31/03/2017.

PORTARIA N.º 851

PORTARIA Nº 851 DE 29 DE MARÇO DE 2017

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCESSO SELETIVO 002/2017”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Especial para acompanhar o processo de teste seletivo n.º 002/2017 para contratação de cargos temporários atualmente vagos, dos que vagarem e forem necessários ao Município de Joaçaba em especial a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Membros: Ivone Zanatta
Nathalia Costenaro Mascarello
Sandra Regina Pacheco Pinheiro

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de março de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 852

PORTARIA Nº 852 DE 29 DE MARÇO DE 2017

"DESIGNAR OS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, resolve:

Art. 1º – NOMEAR os servidores a seguir relacionados, para compor a Comissão Municipal de Licitações, responsável pela promoção dos trabalhos gerais de Licitação de Município de Joaçaba:

COMISSÃO A e B
Presidente: Roberto Minati

A	B
Ana Paula Pereira	Ana Paula Franke
Camila Salardi Futina	Angela Signori
Clio Santos	Ariela Augustin
Cristina Alves Padilha Bernardini	Cristiane Volpato Michelin
Daniela Aparecida de Mattos	Desiree Aparecida Pino Gomes
Donizete Maria Bilibio Angonese	Guilherme Augusto Trentim da Silva
Janete Zanatta	Jesiel de Oliveira
Jeferson Luiz Krug	Leila Angelica Pauli Bauermann
Josianne Heil Pitol Maestri	Luciano de Mattos
Maria Olivia Belotto	Mariana Zopeletto
Maristela Branco de Miranda	Priscila Contini
Matheus Felipe Surdi	Sandra Andreia Stefanos
Omilde Dacas	Tailise Cristina Kopp
Severino Luis de Dea	
Sidnei José Gemelli	
Roberto Minati	
Valeria Teresinha Ferreira	

Parágrafo Único - A Comissão de Licitações de que trata o "caput" deste artigo fica designada para funcionar como equipe de apoio para atuar nos Processos Licitatórios - modalidade Pregão, do Município de Joaçaba.

Art. 2º A Comissão designada é caracterizada por "múnus publico".

Parágrafo Único – Ficam revogadas as portarias de comissões anteriormente constituídas.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de janeiro de 2016, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.
JOAÇABA(SC), em 29 de março de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 853

PORTARIA Nº 853 DE 29 DE MARÇO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o (a) Sr.(a) MARIA LUIZA DEZANET, para exercer o cargo de Professor Nível I (Licenciatura Plena – Anos iniciais), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Frida Regensburger (20 horas) e Centro Educacional Frei Bruno (20 horas), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2016, sendo classificada em 17º lugar, bem como, em especial pelo pedido de demissão da Sra. Bruna Maria Barancelli Alves, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 29 de março de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 05 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) LETICIA BORTOLINI LOCH, Cargo de Médico, classificado em 9º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 013/2016, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a passagem para o final da lista de classificação, possibilitando a 2ª chamada conforme item 6.2 do referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de março de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 010/2017**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 010/2017

DISPENSA NR. 007/2017

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: SERIGRAFIA LUZERNA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção e aplicação de adesivo, em vinil, com impressão digital, com o fundo cinza, tamanho 0,80m x 1,00m para aplicação na placa de inauguração da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC. VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II da Lei nr. 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00-MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO COMPLEM.: 3.3.90.30.44.00.00.00 FONTE DE RECURSOS: 1001 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Joaçaba (SC), 28 de março de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Licitações

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA**PORTARIA Nº 199 DE 31 DE MARÇO DE 2017 - DIVANETE MARIA TREVISOL SANGUANINI**

PORTARIA Nº 199 DE 31 DE MARÇO DE 2017

A Diretora/Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 211 de 04 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º - Conceder aposentadoria especial de Professor, com proventos integrais, a DIVANETE MARIA TREVISOL SANGUANINI, inscrita no CPF nº 622.866.099-34, portadora da Cédula de Identidade nº 11/C – 1.881.599, expedida pela SSP/SC, inscrita no PASEP sob o nº 170.61108.61-2, ocupante do cargo de Professora Pós Graduada, nível I, classe "H-VIII", lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.582, nos termos dos artigos 22 e 24 da Lei Complementar nº 099/2005, c/c artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º - Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100,00% (cem por cento) da última remuneração de contribuição da servidora.

Parágrafo Único – Os proventos serão reajustados de acordo com o artigo 53 da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1 de abril de 2017.

Joaçaba, 31 de março de 2017.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora/Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 188/2017**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 188/2017 DE 31.03.2017

Paulo César Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Lucélia Ferreira (Matr. 144), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. D-1, referente ao período aquisitivo de 01.03.2014 a 28.02.2015, para serem fruídas no período de 03.04.2017 a 02.05.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 03 de abril de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de março de 2017.

Paulo César Lamin

Diretor Presidente

José Boiteux

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 009/2017

PORTARIA Nº 009/2017

"NOMEIA SERVIDOR EM COMISSÃO PARA O CARGO DE ASSESSOR DE GABINETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Hélio Cuzum Farias, Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 041 de 19 de fevereiro de 2014, que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Pessoal da Câmara Municipal de José Boiteux/SC e dá outras providências", em seu o artigo 12; e

Considerando o artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor Gilberto Pembá Crendô, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, Grupo II, Código DAS-1, Nível de Referência V – 1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de José Boiteux/SC, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

José Boiteux, 03 de abril de 2017.

Hélio Cuzum Farias

Presidente da Câmara Municipal

Lages

PREFEITURA

ATO DE INEXIGIBILIDADE 01/2017 SMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2017 – SMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2017 – SMS

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Inexigibilidade de Licitação sob nº 01/2017 - SMS através do MUNICÍPIO DE LAGES/FMS com a empresa:

- REUNIDAS TURISMO S/A: CNPJ 04.176.082/0001-80.

Valor total a ser pago é de R\$ 451.920,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil novecentos e vinte reais);

Sendo: "Contratação de empresa para o fornecimento de passagens rodoviárias para pacientes do tratamento fora do domicílio, com itinerário Lages/Florianópolis/Lages, com locomoção dos pacientes da rodoviária de Florianópolis até Hospitais e Clínicas"

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 31 de março de 2017.

Odila Maria Waldrich
Secretaria Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exma. Sr.^a Odila Maria Waldrich, Secretaria Municipal de Saúde, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 31 de março de 2017.

Antônio Ceron
Prefeito do Município

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 403/2013 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 403/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 13, centro, Lages/SC.

CONTRATADA: FOTOSENSORES TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 73.688.517/0001-99, estabelecida à Av. Rogaciano Leite, 1.040 – Fortaleza-CEP:60.810-786

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Locação e Implantação do Sistema Foteletrônico do Trânsito no Município de Lages, com fornecimento de material, em conformidade com as especificidades prescritas no Anexo II – Projeto Básico, Lista de Equipamentos, Especificações Técnicas dos Equipamentos e Lista dos locais de Instalação dos Equipamentos, Anexo III – Demonstração dos Equipamentos, e Planilha de Custos, copiados em CD-ROOM, partes integrantes do Edital Correlato.

resolvem celebrar este 2º termo Aditivo ao Contrato nº 403/2013, conforme parecer jurídico nº 270/2017, Processo Licitatório nº 222/2013, correlato ao Pregão Presencial nº 84/2013, aberto em

25/10/2013 e homologado em 17/12/2013, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Locação e Implantação do Sistema Foteletrônico do Trânsito no Município de Lages, com fornecimento de material, em conformidade com as especificidades prescritas no Anexo II – Projeto Básico, Lista de Equipamentos, Especificações Técnicas dos Equipamentos e Lista dos locais de Instalação dos Equipamentos, Anexo III – Demonstração dos Equipamentos, e Planilha de Custos, copiados em CD-ROOM, partes integrantes do Edital Correlato.

Conforme Solicitação da Secretaria de Administração ofício nº 287/2017/CST, com Parecer Jurídico nº 270/2017, favorável, SU-PRIME-SE o Item abaixo:

a) Locação de 01 (um) equipamento radar estático, passando o preço unitário de R\$ 9.307,42 (nove mil, trezentos e sete reais e quarenta e dois centavos) mensal, para R\$ 9.689,07 (nove mil seiscentos e oitenta e nove reais e sete centavos);
Lages, 31 de março de 2017.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP Nº 08/2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2017

PROCESSO Nº 32/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado, com instalação, para uso em Diversos Departamentos da Prefeitura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s)/instalação(ões) e local(is): em até 03 (três) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no(s) local(is) nela(s) indicado(s);

2.4 Da Ata de Registro; a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 08/2017.

O valor registrado é de R\$ 53.391,00 (cinquenta e três mil trezentos e noventa e um mil reais), sendo:

FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME – CNPJ 17.613.341/0001-35
RUA DOM BOSCO, 1031 BAIRRO CENTRO RIO DO SUL/SC CEP 89.160-177.

Lages, 30 de março de 2017

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

PE 13/2017 SMS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 13/2017 SMS

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa para Fornecimento de Água Mineral para a Secretaria da Saúde.

Tipo: Pelo Menor Preço Por Item

Abertura: 28/04/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 43.427,33 (Quarenta e três mil quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e três centavos).

A retirada do Edital far-se-á pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus ou no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.

Lages, 03 de abril de 2017.

Antônio César Alves de Arruda
Secretário de Administração e Fazenda

RELAÇÃO CREDENCIAMENTO 01/2017 FCL

Relação de Profissionais Credenciados para
Instrutor de Artes em Geral – Fundação Cultural

Álvaro Xavier da Silva Gomes CPF 025.017.719-66
Amanda Atanásio Salomon CPF 012.171.989-89
Amanda Christina Nunes Melegari CPF 088.558.949-19
Amauri Felisberto CPF 820.589.209-10
Anderson da Costa CPF 008.903.079-62
André Wilson Silva Medeiros CPF 923.643.739-72
Areta Silva Campos CPF 062.197.689-06
Bianca Del Pizzol da Silva CPF 011.836.959-85
Cândyce da Silva Gerber CPF 104.527.049-01
Danieli de Souza Porto CPF 036.502.699-96
Diane Caroline Araujo de Souza CPF 097.983.429-50
Diego Pereira de Jesus CPF 082.946.549-90
Divina Pereira Wojcik CPF 854.057.289-34
Dominique Nataly de Souza CPF 095.660.729-29
Ederson de Souza Soares CPF 052.965.399-07
Evelin Terezinha Capistrano Querino CPF 012.597.429-97
Gediel Kaleb Branco Gonçalves CPF 069.590.659-93
Heloiza Helena Rodrigues da Silva CPF 919.914.470-00
João Romario Finardi CPF 295.758.189-20
Kelvin Roger da Silva Souza CPF 085.861.849-42
Mancilio Jose Figueiredo Carvalho CPF 350.911.429-91
Marcelo Tadeu Bernhard CPF 736.713.129-04
Marcos Antonio Alves da Rosa CPF 563.207.109-00
Maria Eduarda da Silva Rafaeli CPF 102.141.169-80
Marília dos Santos CPF 062.397.439-84
Marlete Dias Palhano CPF 707.867.559-20
Matheus Colossi de Souza CPF 075.375.279-46
Philippe Faria de Araujo CPF 149.919.867-10
Rafael Machado CPF 039.479.069-35
Rene Ildefonso Senem Steinke dos Santos CPF 059.038.919-00
Ricardo Gusselli de Souza CPF 011.847.529-07
Rodrigo Jose de Oliveira CPF 031.508.969-59
Rosangela Werner Barp CPF 506.047.089-04
Sebastião Rodrigues de Albuquerque Junior CPF 024.819.439-96
Tainara Warken Muniz CPF 031.253.020-05
Thiago de Paula CPF 073.222.179-00
Zelinda Grasielle Gomes Ribeiro CPF 021.143.959-28

Lages, 03 de abril de 2017.

Gilberto Ronconi
Superintendente F.C.L

Laguna

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2017 - FÓRUM SETORIAL DO ARTESANATO

CHAMAMENTO PÚBLICO nº. 001/2017 da Fundação Lagunense de Cultura – FLC.

O Presidente da Fundação Lagunense de Cultura, Sr. Márcio José Rodrigues Filho, coordenador geral do Sistema Municipal de Cultura, consoante preceitua a Lei Municipal n.º 1.827/2.015 em seu art. 36, I, CONVOCA os interessados para participação do Fórum Setorial de Artesanato, a ser realizado no dia 7 (sete) de abril de 2017, às 15h00min, na Sede da Fundação Lagunense de Cultura, estabelecida na Avenida Colombo Machado Salles, s/n.º (Memorial Tordesilhas), ocasião em que será realizada a eleição do representante setorial do Artesanato e de seu suplente no Conselho Municipal de Políticas Culturais (art. 39, II, "c" da Lei 1.827/2015).

Laguna, 31 de março de 2017.

MÁRCIO JOSÉ RODRIGUES FILHO

Presidente da Fundação Lagunense de Cultura.

DECRETO Nº. 4.842/2017

DECRETO Nº 4.842/2017, de 23 de março de 2017.

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e em conformidade com o artigo 6º, da Lei Municipal nº. 1.895/2016, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.700 – Estender, equipar e manter a rede básica

Elemento da Despesa: 21 3.3.90.93.00.00.00.01.0002 - R\$ 140.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos decorrentes da anulação, na seguinte classificação:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.700 – Estender, equipar e manter a rede básica

Elemento da Despesa: 04 3.1.90.11.00.00.00.01.0002 - R\$ 140.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 344/2017

PORTARIA RH Nº 344/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, IVAN CÉSAR FÃO Assistente de Administração, do dia 24.03.2017 a 22.04.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 24 de Março de 2017.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 298/2017

PORTARIA RH Nº 298/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, AMILTON MARTINS DE SOUZA para exercer o Cargo de Secretário Adjunto da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, NE 2, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Março de 2017.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 310/2017

PORTARIA RH Nº 310/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, SAYONARA VANDERLEIA JACQUES VIEIRA Guarda Municipal, do dia 20.03.2017 a 18.04.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Março de 2017.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 311/2017

PORTARIA RH Nº 311/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, LUCYLENE DA SILVA SANTOS Fiscal de Tributos, do dia 20.03.2017 a 18.04.2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Março de 2017.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 345/2017

PORTARIA RH Nº 345/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ETHEL MARCON MENDES Assistente de Administração, do dia 24.03.2017 a 22.04.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 24 de Março de 2017.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 346/2017

PORTARIA RH Nº 346/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ALEXANDRA MOTTA MARINHO Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 24.03.2017 a 22.04.2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 24 de Março de 2017.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 069/2017

DECRETO Nº 069/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36 da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, GILBERTO MIGUEL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Departamento Administrativo junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI Nº 273/1974

LEI Nº 273 DE 12 DE JUNHO DE 1974.

Aprova os Estatutos do Hospital Municipal Henrique Lage, do município de Lauro Müller.

ARGEMIRO RAULINO MENDES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Hospital Municipal Henrique Lage, da cidade de Lauro Müller, no Estado de Santa Catarina, reger-se-á, pelos presentes Estatutos e pelas Leis à eles aplicáveis, aprovados pela Câmara de Vereadores e publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - O Hospital Municipal Henrique Lage, da cidade de Lauro Müller, Patrimônio Municipal, sujeito a administração do governo do Município, terá por objetivos:

- a) Prestar assistência médico-hospitalar remunerada; e, gratuita à toda e qualquer pessoa, sem distinção de classe, raça, sexo, cor, nacionalidade, credo religioso ou político.
- b) Colaborar com os Poderes Públicos, na solução dos problemas comunitários de saúde pública.

CAPÍTULO II

Da Administração

Art. 2º - O Hospital Municipal Henrique Lage será administrado por uma Comissão composta de um Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e, um Provedor que desempenharão suas funções gratuitamente, com exceção do Provedor que será remunerada com uma gratificação arbitrada pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – Todos os membros da Comissão serão de livre escolha do Prefeito Municipal que, baixará os necessários atos para as necessárias nomeações e exonerações.

Art. 3º - Compete ao Presidente:

- a) Representar o hospital, pessoalmente, ou por procurador legalmente constituído em juízo ou fora dele em qualquer lugar ou tempo, quando os interesses do Hospital assim o exigirem;
- b) Zelar pela conservação do patrimônio, comunicando ao Provedor e ao Prefeito as providências que julgar necessárias;
- c) Superintender todos os trabalhos ou atos que venham redundar em acréscimo ou decréscimo patrimonial, deles sempre fazendo relatório escrito ao Prefeito Municipal, dando vistas do mesmo ao Provedor;
- d) Reunir a Comissão mensalmente para exame dos balancetes mensais, aprovando-os quando corretos e determinado providências para saneamento das incorreções eventualmente encontradas, mandando lavrar a respectiva ata pelo Secretário;
- e) Comunicar ao Prefeito e ao Secretário da Comissão, o seu impedimento nos atos de sua competência;
- f) Reunir a Comissão extraordinariamente no segundo semestre de março de cada exercício para o exame das contas do balanço anual, das variações patrimoniais verificadas, saldo em caixa, contas à pagar e contas à receber, aprovando-o se verificada sua exatidão, ou, emitindo parecer da comissão caso seja verificada alguma incorreção;
- g) Homologar os atos do Provedor quanto às admissões e demissões de empregados e funcionários, e atos disciplinares baixados pela Provedoria;
- h) Abrir, numerar, rubricar e encerrar todos os livros indispensáveis ao controle e bom andamento dos negócios do Hospital;
- i) Examinar e julgar em reunião extraordinária junto com o Secretário e Tesoureiro, as licitações, propostas de compra e venda de materiais, medicamentos e contratos que, atingirem o valor de 5 (cinco) salários mínimos em vigor na região, emitindo parecer conclusivo, em conjunto com os demais membros da comissão;
- j) Contrair empréstimo e financiamento em dinheiro, assinar convênios, compromissos, ou contratos depois de devidamente processados, com prévia aprovação da Câmara Municipal, para posteriormente serem referendados pelo senhor Prefeito Municipal;

Art. 4º - Compete ao Secretário:

- a) Superintender todos os serviços da Secretaria, mantendo o arquivo na mais perfeita ordem;
- b) Lavrar as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão;
- c) Redigir, expedir e receber as correspondências postal e telegráfica da Comissão;
- d) Substituir o presidente, nos seus impedimentos ou faltas ocasionais;

Art. 5º - Compete ao Tesoureiro:

- a) organizar e superintender os serviços da Tesouraria do Hospital;
- b) Proceder mensalmente a verificação do caixa, e lavrar o

respectivo termo de conferencia, assinando-o conjuntamente com o Provedor;

- c) Substituir o Secretário nos seus impedimentos ocasionais;
- d) Receber subvenções e doações, dando quitação das mesmas, elaborar com o presidente e o Provedor o plano de aplicação e, providenciar respectiva prestação de contas das importâncias recebidas e aplicadas.

Art. 6º - Compete ao Provedor:

- a) Superintender todos os trabalhos do Hospital seja qual for a sua função e adverti-los no que ferir a boa marcha da administração;
- b) Manter em dia e perfeita ordem a escrita contábil do Hospital, providenciando a confecção dos balancetes mensais até aos 20 (vinte) dias do mês seguinte ao da competência;
- c) Providenciar no fim de cada exercício o balanço anual, devidamente instruído com relação das variações patrimoniais, saldo em caixa, contas a receber e a pagar, fazendo entrega do mesmo até o dia 15 (quinze) de março do ano seguinte ao da competência ao Presidente da Comissão para o devido exame e, aprovação, apresentando os esclarecimentos necessários;
- d) Efetuar e receber pagamentos de todos os compromissos do Hospital, dando ciência ao Prefeito e ao Presidente da Comissão, quando se referem ao disposto nas letras "c" e "i" do artigo 3º do presente estatuto;
- e) Movimentar a conta bancária e aceitar duplicatas, fornecendo mensalmente, ao tesoureiro os elementos necessários para cumprimento do instituído na letra "b" do artigo 5º do presente estatuto.
- f) Admitir e demitir os funcionários necessários ao bom desempenho das funções e o correto andamento dos serviços, baixando para tanto os necessários atos, submetendo-os a sanção do presidente da Comissão, para o cumprimento do instituído na letra "g" do artigo 3º do presente estatuto.
- g) Zelar pelo bom funcionamento da farmácia interna do hospital, levando ao conhecimento do responsável pela mesma qualquer irregularidade que constatar.
- h) Atender as reclamações justas e procedentes, e rechaçar as improcedentes, que lhe venham a ser apresentadas.
- i) Propor a cobrança amigável ou judiciária aos devedores do Hospital.
- j) Firmar convênios com instituições particulares e oficiais zelando pela fiel execução dos mesmos.
- l) Organizar a tabela de preços e taxas, submetendo-a a aprovação da Comissão.
- m) Organizar concorrências e coletas de preços, submetendo-as a aprovação da Comissão quando por seu vulto atingirem o valor de 5 (cinco) salários mínimos, em vigor na região.
- n) Resolver qualquer caso de emergência – "ad referendum" da Comissão, dando-lhe ciência posteriormente.

CAPÍTULO III DOS MÉDICOS

Art. 7º - Todos os médicos, diplomados por Escolas Oficiais ou reconhecidas, registrados no Conselho Regional de Medicina, poderão trabalhar no Hospital, sujeitando-se porém, as determinações dos presentes estatutos e, aos regulamentos posteriormente baixados.

Art. 8º - Haverá no Hospital um cargo de Médico Diretor e outro de Médico-Sub-Diretor, ambos de livre nomeação e demissão do Prefeito Municipal.

Art. 9º - Cabe aos médicos em geral:

- a) Comparecerem ao Hospital, pelo menos uma vez por dia.
- b) Atenderem gratuitamente, nos consultórios do Hospital aos doentes reconhecidamente pobres e desamparados, mediante apresentação do Atestado de Miserabilidade, expedido e fornecido pela Delegacia da Polícia local, e, assisti-los quando internados nas

enfermarias.

- c) Exercerem severa e constante vigilância para que, medicina e a cirurgia, no Hospital sejam praticadas dentro da mais rigorosa moral e ética profissional.
- d) Zelar pelo bom nome do Hospital, de modo geral, dando ciência ao Provedor, Presidente da Comissão ou, e, ao Prefeito de eventuais irregularidades verificadas nos diversos setores.
- e) Orientarem e distribuírem entre si os encargos que lhes são próprios, de comum acordo, estabelecendo harmonicamente o equilíbrio dos serviços aos mesmos atribuídos, por força dos cargos que exercem.
- f) Usarem os consultórios que lhes são privativos para atenderem suas clínicas particulares e, as com quem o Hospital mantém convênio ou contrato.
- g) Internar e conceder alta aos enfermos a seus cuidados.
- h) Fornecer aos enfermeiros e às enfermarias, as instruções e esclarecimentos referente à aplicação de medicamentos realizados de curativos e dieta alimentar aplicáveis aos seus clientes.
- i) Fornecer o atestado de "Causa Mortis" nos óbitos verificados em doentes que estiverem sob seus cuidados
- j) Atender os casos de emergência e de urgência de qualquer enfermo, mesmo que esteja aos cuidados de outro médico, dando conhecimento posterior ao médico assistente quando for o caso.
- l) Comunicar ao plantão da portaria os endereços dos locais onde poderão ser encontrados em casos de emergência e de extrema urgência.

Art. 10º - Cabe ao médico-diretor:

- a) observar o que dispõe o artigo 9º em suas letras.
- b) Zelar e velar pela disciplina e ética profissional no Hospital.
- c) Resolver em primeira instancia com o Provedor, as dúvidas que surgirem nos serviços de atendimento médico-hospitalar.
- d) Orientar e emitir parecer sobre inovações e melhoramentos, a serem, introduzidos no hospital e nos serviços em geral, dando ciência dos mesmos ao provedor e à Comissão.
- e) Supervisionar todos os serviços clínicos, cirúrgicos e de enfermagem.

Art. 11º - Cabe ao Médico-Sub-Diretor:

- a) Substituir o Médico Diretor em seus impedimentos,
- b) Auxiliar o Médico Diretor, nas suas funções.

CAPÍTULO IV DA FARMÁCIA

Art. 12º - A Farmácia destina-se ao suprimento e manipulação de medicamentos necessários ao funcionamento do Hospital.

Art. 13º - A responsabilidade da Farmácia será entregue a um profissional, devidamente habilitado perante as repartições e instituições competentes.

Art. 14º - Cabe ao Responsável pela Farmácia:

- a) Superintender todos os serviços necessários para o bom atendimento e funcionamento da Farmácia.
- b) Distribuir os serviços, aos auxiliares da Farmácia, velando pelo fiel cumprimento das recomendações dos médicos, no aviamento das receitas.
- c) Determinar e escalar o plantão da Farmácia para o atendimento a qualquer hora do dia e da noite especialmente em casos de emergência.
- d) Prover o estoque de medicamentos e utensílios necessários ao bom funcionamento dos serviços clínicos e cirúrgicos do Hospital, de conformidade com a solicitação e recomendação dos médicos, fazendo entrega do pedido ao provedor para o devido processamento.
- e) Receber e conferir os medicamentos adquiridos, rejeitando-os quando não satisfizerem as especificações constantes do pedido.
- f) Organizar e manter em dia a escrita da Farmácia, e encaminhar

através da provedoria os documentos exigidos pelas repartições fiscalizadoras em tempo hábil.

g) Determinar e organizar a extração das notas de medicamentos fornecidos a doentes internados, encaminhando-as a Provedoria para processamento e cobrança.

h) Anualmente, até o dia 15 de janeiro, fornecer à provedoria o inventário de todas as existências da Farmácia com os respectivos preços.

i) Responder por todas as faltas, erros ou enganos, verificados no serviço da Farmácia.

j) As reclamações sobre o serviço da Farmácia serão recebidos pelo provedor, que, as examinará em conjunto com o responsável, providenciando o atendimento quando procedentes e, rechaçando as improcedentes.

CAPÍTULO V

DOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM

Art. 15º - Compete aos Enfermeiros e Enfermeiras:

a) Receber e acomodar, convenientemente os doentes recebidos pela portaria, não enfermarias ou quartos, conforme o caso.

b) Lançar, logo após a entrada do enfermo, os dados na ficha e pa-
peleta da enfermaria, bem como, no competente livro de registro.

c) Acompanhar os médicos por ocasião das visitas, executando suas ordens e instruções, relativas aos cuidados e tratamento dos doentes a seu cargo.

d) Zelar pela limpeza e higiene dos doentes, das enfermarias, dos quartos e das alaias.

e) Impedir que os doentes recebam de fora ou das pessoas que os visitarem, bebidas, medicamentos ou alimentos de qualquer espécie, que contrariem as recomendações dos médicos a cujos cuidados estiverem.

f) Informar à portaria os nomes dos doentes em estado grave, que por ordem do médico não possam receber visitas.

g) Manter a maior vigilância durante as horas das visitas fazendo com que, tudo se proceda em silêncio e boa ordem, levando ao conhecimento imediato do provedor qualquer transgressão por parte dos doentes ou das visitas.

h) Comunicar diariamente, aos serviços da cozinha, o número de doentes nas enfermarias e nos quartos, acompanhado das anotações dos respectivos regimes alimentares prescritos pelos médicos.

i) Ministrar, com o maior cuidado e pontualidade a dieta e medicamentos receitados aos doentes.

j) Informar ao provedor e aos médicos qualquer anormalidade verificada no estado do doente.

CAPÍTULO VI

DOS FUNCIONÁRIOS, ENFERMEIROS E EMPREGADOS

Art. 16º - Haverá tantos funcionários, enfermeiros e empregados, quantos forem necessários ao bom andamento dos serviços que serão admitidos pelo Provedor de conformidade com o que preceitua o art. 6º - letra "g" e art. 3º - letra "g" do presente Estatuto.

Art. 17º - Aos funcionários, enfermeiros e empregados caberá a execução dos serviços pertinentes a sua função e os que lhes forem indicados pelo provedor, pelos médicos ou seus superiores imediatos.

Art. 18º - É expressamente proibido aos funcionários, enfermeiros e empregados fazer comércio de qualquer objeto ou mercadoria dentro do Hospital, bem como, facilitar promover ou permitir que estranhos o realizem.

Art. 19º - Os funcionários, enfermeiros e empregados que adoecerem no serviço do Hospital, serão tratados gratuitamente não sofrendo nenhum desconto em seus salários, bem como, ficarão isentos do pagamento de excedentes, quando internados por conta do Instituto Nacional de Previdência Social.

Parágrafo Único – Os benefícios mencionados neste artigo são extensivos aos Funcionários do Quadro Único da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 20º - Os funcionários, enfermeiros e empregados, quando em serviço, usarão os respectivos uniformes, e o chachet com o nome e função de cada um.

CAPÍTULO VII

DOS DOENTES

Art. 21º - Serão admitidos e tratados gratuitamente, nas enfermarias, os doentes reconhecidamente pobres, ou indigentes cujo estado de saúde assim o exija.

Art. 22º - Em caso de emergência a portaria providenciará para que sejam chamados os médicos a qualquer hora do dia ou da noite.

Art. 23º - Os doentes em tratamento terão alta do Hospital, pelos seguintes motivos:

- por cura,
 - a pedido,
 - por insubordinação,
 - por evasão, ou
 - por falecimento,
- cabendo em qualquer caso, ao médico assistente inscrever na respectiva ficha, o motivo e diagnóstico.

Art. 24º - Todos os doentes deverão, submeter-se ao que preceituam os presentes estatutos e ao Regulamento Interno do Hospital.

Art. 25º - Desde que não acarrete ônus para o Hospital, é facultado aos doentes das enfermarias de indigentes, opção por médicos assistentes, aos quais serão assegurados todas as medidas de que necessitarem.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26º - Os objetos, instrumentos e utensílios do Hospital, em hipótese alguma poderão ser emprestados ou usados fora do estabelecimento.

Art. 27º - O Hospital Municipal Henrique Lage, poderá se assim for de melhor interesse à execução dos fins a que se destina ser entregue à uma Entidade mantenedora sem fins lucrativos que obedecerá a o que determinam os presentes estatutos.

Parágrafo Único – Na hipótese do exposto no artigo anterior caberá ao Prefeito Municipal em exercício, enviar mensagens à Câmara de Vereadores que, se aprovada será convertida em Lei.

Art. 28º - Os presentes estatutos poderão sofrer modificação através de mensagem do Executivo Municipal à Câmara de Vereadores que, se aprovada será convertida em Lei.

Art. 29º - Os casos omissos nos presentes estatutos serão resolvidos em reunião extraordinária da comissão de que trata o capítulo II, artigo 2º e seu parágrafo único com a presença do Provedor e o Chefe do Executivo Municipal.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e especialmente "in totum" a Lei nº 212 de 04 de outubro de 1972.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 12 de junho de 1974.

ARGEMIRO RAULINO MENDES
PREFEITO

RAPHAEL KORB
SECRETÁRIO

Dada e passada nesta Secretaria Geral, aos doze dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro.

VAMILSON SPECK
AUXILIAR DA SECRETARIA PADRÃO – M –

PORTARIA Nº 051/2017
PORTARIA Nº 051/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública JOYCE BORBA MATEUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, que exerce atualmente no Hospital Municipal Henrique Lage, para exercê-lo na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 052/2017
PORTARIA Nº 052/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública MARILDA SALVADOR DA MAIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Copeira, que exerce atualmente no Hospital Municipal Henrique Lage, para exercê-lo na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 053/2017
PORTARIA Nº 053/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública SILVANA APARECIDA FARIAS MARCOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheira, que exerce atualmente no Hospital Municipal Henrique Lage, para exercê-lo na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 054/2017
PORTARIA Nº 054/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 89 incisos VI, VIII e II letras “a” e “b”, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal combinado com Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - DEFERIR, requerimento do servidor público ALEXANDRE DE MORAES, Técnico em Radiologia do Quadro de Pessoal do Hospital Municipal Henrique Lage, que solicita redução da carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas, com a conseqüente redução salarial na mesma proporção.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 055/2017

PORTARIA Nº 055/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.491/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, SILVIA MARA WOLFART LORENZI, Agente Comunitária de Saúde, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 056/2017

PORTARIA Nº 056/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública IEDA MARIA CUSTÓDIO, Professora II – Ciências, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 30 (trinta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Emília Mamede Soares e 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, a partir de 13 de Fevereiro de 2017 à 15 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 057/2017

PORTARIA Nº 057/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública VANESSA MARIOT PEDRO, Professora II – Matemática, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 30 (trinta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior e 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal Hilário Pescador, a partir de 13 de Fevereiro de 2017 à 15 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 058/2017

PORTARIA Nº 058/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública ANGELA MARIA CAMPOS LIMA, Professora II – Geografia, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal Emília Mamede Soares e 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, a partir de 13 de Fevereiro de 2017 à 15 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 059/2017

PORTARIA Nº 059/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública KELVIN PACHECO BRAZ, Professor II – História, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal Emília Mamede Soares e 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal Hilário Pescador, a partir de 13 de Fevereiro de 2017 à 15 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado o servidor deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 060/2017

PORTARIA Nº 060/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública CHEILA CHAGAS VICENTE LOLI, Professora II – Inglês, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, a partir de 13 de Fevereiro de 2017 à 15 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/PMLM/2017 – ITEM DO EDITAL 6.1.7

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/PMLM/2017 – ITEM DO EDITAL 6.1.7

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura serão mantidos para: 11/04/2017 às 10h00min.

Onde se lê - comprovando não possuir mais que 10 (dez) anos de uso. (de cada linha);

Leia-se - comprovando não possuir mais que 15 (quinze) anos de uso. (de cada linha);

Lauro Muller, 31 de março de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

Lebon Régis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 09/2017

Edital de Convocação n. 09/2017

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2016, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h00min e 17h00min, até o dia 10/04/2017, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Fabio Casagrande do Nascimento	Médico	2º
José Aroldo Antunes dos Santos	Agente de Defesa Civil	1º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 31 de março de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

HOSPITAL SANTO ANTONIO - PORTARIA NO. 0676/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA No. 0676/2017 de 31 de Março de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, LEONILDA DIAS DOS REIS, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Março de 2017.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 022/2017

DECRETO Nº 022 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

"Prorroga a jornada reduzida de trabalho para os servidores da Secretaria de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente, da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, e do Paço Administrativo e dá outras providências."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o horário de verão vigente e a necessidade de contenção da despesa e visando a economicidade do erário, sem o prejuízo do atendimento à população;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o Decreto n.º 001, de 02 de janeiro de 2017, que reduz para o período vespertino, das 12h30min até às 18h30min, a jornada de trabalho dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente e os Servidores do Paço Administrativo a partir de 03/04/2017, segunda-feira.

Art. 2º A redução da jornada de trabalho das secretarias mencionadas no Art. 1º deste Decreto, será no período de 03/04/2017 à 02/06/2017, podendo os servidores serem convocados caso haja interesse público, calamidade pública, caso fortuito ou força maior, para jornada diferente, mediante solicitação da Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único: Eventualmente, e de acordo com a necessidade de atendimento dos serviços pertinentes ao município, os servidores quando convocados ao trabalho na parte da manhã, neste dia cumprirão a jornada de trabalho anteriormente estabelecida, compreendendo o horário: 7h30min às 11h30min e da 13h30min às 17h30min.

Art. 3º O serviço de coleta de lixo permanece sendo realizado nas segundas-feiras, a partir das 07h30min, sendo que os servidores designados para este serviço, cumprirão jornada de trabalho no período matutino das 7h30min às 11h30min, período vespertino das 13h30min às 17h30min.

Art. 4º Permanecem inalterados os horários dos Estabelecimentos de Saúde, Casa da Cidadania, CRAS, Centro da Juventude e Estabelecimentos de Educação, compreendendo os horários convencionais específicos de cada atividade.

Art. 5º A Oficina Mecânica Municipal trabalhará em dois turnos, das 7h00min às 13h00min e das 13h00min às 19h00min, com duas equipes de trabalho, designadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 31 de março de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2017 - RELAÇÃO DO CANDIDATOS APROVADOS

Estado de Santa Catarina

Município de Leoberto Leal

Edital do Processo Seletivo nº 001/2017

LISTA DOS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS				
Nome do Candidato	Nota Prova Escrita (Peso 3)	Nota Prova Prática (Peso 7)	Nota Final	Classificação
Matildes Tereza Fidelis	10,0	10,0	10,0	1º
Sarah Alves Espezim de Souza	10,0	10,0	10,0	2º
Patrícia Mari da Silva	9,5	10,0	9,85	3º
Andreza Scheffer	9,5	10,0	9,85	4º
Lindines Alexandre Luts	10,0	7,5	8,25	5º
Jaíni Juselí Steffens	10,0	6,5	7,55	6º
Lucilene Hilleshein Schovinder	9,0	5,5	6,55	7º

Maura Schug Hilleshein	3,0	8,0	6,5	8º
Maiara Hoffmann Heinz	8,5	5,5	6,4	9º
Adriana Kraus	7,0	Faltou	---	Desclassificada
Juliana Maria Nort	---	---	---	Faltou
Maiara Kammer	---	---	---	Faltou
Lurdes dos Anjos Schovinder	---	---	---	Faltou
Leunice Hilleshein	---	---	---	Faltou

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Nome do Candidato	Nota Prova Escrita (Peso 3)	Nota Prova Prática (Peso 7)	Nota Final	Classificação
Agenor Conaco	9,0	9,5	9,35	1º
Ideni Franzen	3,0	10,0	7,9	2º
Nilson César de Souza	10,0	7,0	7,9	3º
Célio Roberto do Nascimento	6,0	7,5	7,05	4º
Amarildo Roberto Conaco	9,0	6,0	6,9	5º
Adilson José Steinbach	3,0	5,5	4,75	6º
Anésio Schug	0,0	8,0	---	Reprovou
Arnildo De Freyn	---	---	---	Faltou
Waldecir Inácio Will	---	---	---	Faltou
Reginaldo May	---	---	---	Faltou

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

Nome do Candidato	Nota Prova Escrita (Peso 3)	Nota Prova Prática (Peso 7)	Nota Final	Classificação
Ivan Conaco	9,0	9,65	9,45	1º
Geovane De Freyn	10,0	8,45	8,91	2º
José Marcolino Kreusch	9,5	8,5	8,8	3º
Renato Hinchel	9,5	8,1	8,52	4º
Diego Pereira Leal	9,0	8,1	8,37	5º

OPERADOR DE TRATOR DE PNEU

Nome do Candidato	Nota Prova Escrita (Peso 3)	Nota Prova Prática (Peso 7)	Nota Final	Classificação
Claudeson Marian	10,0	9,4	9,58	1º
Maurício Motta	10,0	9,0	9,3	2º
Leunir Zimmermann	9,5	8,8	9,01	3º
Romário Franzen	9,5	5,8	6,91	4º
Délcio dos Santos Steffmann	8,5	4,7	5,84	Reprovou
Maicon Batista Schovinder	---	---	---	Faltou
Adelir Alexandre	---	---	---	Faltou
Bruner Aparício Sens	---	---	---	Faltou

MOTORISTA

Nome do Candidato	Nota Prova Escrita (Peso 3)	Nota Prova Prática (Peso 7)	Nota Final	Classificação
Fabício Coelho	10,0	10,0	10,0	1º
Djohn Lennon Hoffmann	7,5	9,0	8,55	2º
Emerson Sperber	10,0	5,0	6,5	3º
Osnildo Shaefer Júnior	8,5	3,0	4,65	Reprovou
Arnísio Shaffer	6,5	3,0	4,05	Reprovou
Márcio Conaco	---	---	---	Faltou

MOTORISTA TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO

Nome do Candidato	Nota Prova Escrita (Peso 3)	Nota Prova Prática (Peso 7)	Nota Final	Classificação
Wagner Carlos de Souza	9,5	10,0	9,85	1º
Valdenésio Jânio Bratfisch	9,5	9,0	9,15	2º

MOTORISTA RIO DA PARADA E REGIÃO

Nome do Candidato	Nota Prova Escrita (Peso 3)	Nota Prova Prática (Peso 7)	Nota Final	Classificação
Mateus Braun	9,5	9,0	9,15	1º
Márcio Schovinder	8,5	8,0	8,15	2º

MOTORISTA RIBEIRÃO DOS OVOS E REGIÃO

Nome do Candidato	Nota Prova Escrita (Peso 3)	Nota Prova Prática (Peso 7)	Nota Final	Classificação
André Luiz Heiderscheidt	10,0	9,0	9,3	1º
Cláudio Leal	9,0	9,0	9,0	2º
Marcelo Brasciani	7,0	6,0	6,3	3º
Marisete Schafer Lofy	---	---	---	Faltou

MOTORISTA VARGEM DO BUGRES

Nome do Candidato	Nota Prova Escrita (Peso 3)	Nota Prova Prática (Peso 7)	Nota Final	Classificação
Tiago Mikaliski	9,5	8,0	8,45	1º
Marcos Márcio Kricinski	9,5	6,0	7,05	2º
Marciano Laurindo	9,0	5,0	6,2	3º
Edinei Cavilha	7,5	1,0	2,95	Reprovou
Samuel Leal	---	---	---	Faltou

AGENTE COMUNITÁRIO DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
(MICRO-ÁREAS ALTO RIO DAS PEDRAS)

Nome do Candidato	Nota Prova Escrita	Classificação
Luciano Laurindo	9,0	1º
Camila Gabriela da Cunha	9,0	2º
Ketlyn Karolayne Kreusch	8,5	3º
Jaiani Caroline Steffens	7,5	4º
Eliete Cavilha	7,0	5º
Joécio Mikaliski	---	Faltou

AGENTE COMUNITÁRIO DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA
(MICRO-ÁREAS CORRIDA E RIO DO TIGRE)

Nome do Candidato	Nota Prova Escrita	Classificação
Maristela Lopes	7,5	1º

Leoberto Leal, 31 de março de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 26/2017

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

Genir Loli – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de empresa(s) para locação de lonas, pirâmides, aquisição e instalações de materiais elétricos, e aquisição de chapas de MDF, no dia 17 de abril de 2017, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 31 de março de 2017.

Genir Loli- Prefeito Municipal.

Lontras

PREFEITURA

ANULAÇÃO PL 13/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

ANULAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 13/2017

Fica Anulado o Pregão nº 13/2017 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO DE OBRAS, ELABORAÇÃO, ANÁLISE, SUPERVISÃO E CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA CIVIL E AGRIMENSURA, ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E PARCELAMENTO DO SOLO, por razões de Interesse Público. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 03 de Abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EDITAL N° 36/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 036/2017

OBJETO: registro de preço para futuras e eventuais aquisições de leite especial e enteral para crianças com transtornos alimentares. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 13/04/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 13/04/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 31 de março de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luzerna

PREFEITURA

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 006.15

5º TERMO DE ADITIVO

CONTRATO PML nº 006/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 001/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Sr. MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, e a EDITORA POSITIVO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, CIC, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual n.º 10.114.735-51, neste ato representado por seu procurador, Sr. EMERSON WALTER DOS SANTOS, portador do RG nº 25.637.734-0 SSP/SP e inscrito no CPF nº 162.327.328-55, conforme instrumento particular de procuração, que segue em anexo ao presente pacto, doravante denominada CONTRATAÇÃO, tem entre si justo e contratado o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO REAJUSTE DE PREÇO

O presente instrumento tem por objeto o reajuste dos valores unitários e globais contratados, aplicando-lhe conforme abaixo descrito:

Série	Qtde. Bimestral	Qtde. Anual	Valor Unitário 1º Bimestre	Índice De Reajuste INPC	Valor Unitário 2º, 3º e 4º Bimestres	Total R\$
GRUPO 4	50	200	81,35	7,3888%	87,36	17.171,50
GRUPO 5	45	180	81,35	7,3888%	87,36	15.454,35
						32.625,85

O valor do Contrato 2017 com reajuste passa para R\$ 32.625,85 (trinta e dois mil seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos) tendo o percentual de reajuste estimado em 5.5409%, correspondendo ao aumento de R\$ 1.712,85 (um mil setecentos e doze reais e oitenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Vinculada	08	Secretaria da Educação, Cultura E Esportes
Unidade Gestora	01	Departamento de Ensino
Elemento de Despesa	3.3.90.14.04	Sistema de Ensino

CLÁUSULA TERCEIRA

DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 31 de março de 2017.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO DE LUZERNA CONTRATANTE	EMERSON WALTER DOS SANTOS EDITORA POSITIVO LTDA. CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----
Ass. Ass.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

AVISO DE SUSPENSÃO - PL 023/2017 - PP 012/2017 - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PERMUTA - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

Processo Licitatório nº 023/2017 - PML

Pregão Presencial nº 012/2017 - PML

**AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO 023/2017**

Levamos ao conhecimento dos interessados a SUSPENSÃO DA ABERTURA do PREGÃO PRESENCIAL 012/2017, prevista para acontecer no dia 04 de abril de 2017 às 14h e que tinha como objeto o a contratação de empresa para prestação de serviços Técnicos Especializados para a elaboração de parecer técnico de avaliação mercadológica, conforme Especificação Técnica (Anexo I) e demais condições deste Edital e seus Anexos.

A republicação de edital e a nova data de abertura serão divulgadas em breve no site do Município de Luzerna.

Luzerna, 31 de março de 2017.

DECRETO 2346

DECRETO Nº 2346 de 22 de março de 2017.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, REVOGA PARCIALMENTE O DECRETO Nº 2316 DE 31 DE JANEIRO DE 2017".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 5º da Lei nº 1.475 de 10 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 8.163,68 (oito mil cento e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos), à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.99.27.00 - Rendimentos PAR - Móveis Escolares (51388)

1.7.2.1.35.99.01.00 - PAR - Móveis Escolares

Detalhamento de Recursos: 121 - PAR - Móveis Escolares

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 8.163,68

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte: 37 - Outras Transferências do FNDE

Detalhamento de Recurso: 121 - PAR - Móveis Escolares

Valor: R\$ 8.163,68

Parágrafo Único - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo da receita orçada com a receita arrecada.

Art.2º - Fica parcialmente revogado o art.1º do Decreto nº 2316 de 31 de janeiro de 2017, no valor R\$ 8.163,68 (oito mil cento e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos) nas ações, Grupo de Natureza da Despesa (G.N.D.) e modalidade de aplicação e Valores abaixo descritos:

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas

Fonte: 3.19 - S.F. Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)

Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%

Valor: R\$ 8.163,68

Parágrafo Único - Os demais valores suplementados pelo o art. 1º do Decreto nº 2316 de 31 de janeiro de 2017 continuam inalterados.

Art.3º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, que voltam a condição de superávit financeiro do exercício de 2016 ficam suplementadas nas ação, Grupo de Natureza da Despesa (G.N.D.) e modalidade de aplicação abaixo descrito:

Ação: 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas

Fonte: 3.19 - S.F. Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)

Detalhamento: 019 - FUNDEB 40%

Valor: R\$ 8.163,68

Parágrafo Único - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2016.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de março de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 004/2017 - PP 003/2017 - EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E MATERIAIS DIVERSOS - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 004/2017 - FMS

Pregão Presencial nº 003/2017 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, móveis e materiais diversos destinados à Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 17 de abril de 2017. ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h10min do dia 17 de abril de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017 (NOVA DATA DE ABERTURA)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de 06 (seis) Motoniveladoras ano 2017 0km/Nova, através do financiamento do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BADESC e Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 17/04/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 31 de março de 2017.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2017

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: AUTO POSTO SAMPAIO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP

CNPJ Nº: 09.404.910/0001-04

Valor Registrado: R\$ 4.272.520,00 (quatro milhões duzentos e setenta e dois mil quinhentos e vinte reais).

Objeto: aquisição de combustíveis para os veículos e máquinas das Secretarias Municipais.

Origem: Processo nº 074/2017, Pregão Presencial - RP nº 024/2017

Data de Assinatura: 29 de março de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura

até 29 de março de 2018.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2017

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: CBB Indústria Comercio de Asfaltos e Engenharia Ltda

CNPJ Nº: 82.381.815/0001-22

Valor Registrado: R\$ 1.630.000,00 (um milhão seiscentos e trinta mil).

Objeto: aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente CBUQ - Faixa C e emulsão asfáltica RM 1C que serão utilizados para realizar trabalhos de manutenção das vias do município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
Origem: Processo nº 093/2017, Pregão Presencial - RP nº 021/2017
Data de Assinatura: 30 de março de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 30 de março de 2018.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2017

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Morro Redondo Construção e Administração de Obras Ltda

CNPJ Nº: 04.727.865/0001-05

Valor Registrado: R\$ 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil).

Objeto: aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente CBUQ - Faixa C e emulsão asfáltica RM 1C que serão utilizados para realizar trabalhos de manutenção das vias do município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
Origem: Processo nº 093/2017, Pregão Presencial - RP nº 021/2017
Data de Assinatura: 30 de março de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 30 de março de 2018.

Foro: Comarca de Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 20/2017

PORTARIA Nº 20/2017, de 22 de março de 2017.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear os Servidores, VÂNIA LÁZARO DA GUARDA,

PRISCILA COLAÇO TEODOROVITZ JANTSCH e CÉLIO CÉSAR FERNANDES, para compor a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Mafra, para as modalidades previstas no art. 22 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 2º Ficam igualmente nomeadas as Servidoras CLEIDIMAR DE CÁSSIA CHAICOWSKI KAMIENSKI e BRUNA RAFAELA WESTARB como 1ª e 2ª suplentes, respectivamente dos membros da Comissão Permanente de Licitações, mencionados no artigo anterior.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações, serão

presididos pela senhora VÂNIA LÁZARO DA GUARDA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 04 de 20 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

PORTARIA Nº 21/2017

PORTARIA Nº 21/2017, de 22 de março de 2017.

NOMEIA PREGOEIRA E A EQUIPE DE APOIO.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear como Pregoeira e como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão da Câmara Municipal de Mafra, os servidores abaixo relacionados:

PREGOEIRA:

Bruna Rafaela Westarb

EQUIPE DE APOIO:

Cleidimar de Cássia Chaicowski Kamienski

Maria Neli Worell Schafascheck

Art. 2º As suplentes da equipe de apoio serão as Servidoras VÂNIA LÁZARO DA GUARDA e PRISCILA COLAÇO TEODOROVITZ JANTSCH, nomeadas 1ª e 2ª Suplentes, respectivamente.

Art. 3º 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 05 de 20 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

PORTARIA Nº 22/2017

PORTARIA Nº 22/2017, de 22 de março de 2017.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear as Servidoras, IVONE DAS GRAÇAS GARCEZ SILVEIRA, SIMONE EVERS DIAS e BRUNA RAFAELA WESTARB, para compor a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Câmara Municipal de Mafra.

Art. 2º Ficam igualmente nomeadas as Servidoras PRISCILA COLAÇO TEODOROVITZ JANTSCH e VÂNIA LÁZARO DA GUARDA como 1ª e 2ª suplentes, respectivamente dos membros da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, mencionados no artigo anterior.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão serão presididos pela senhora IVONE DAS GRAÇAS GARCEZ SILVEIRA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 06 de 20 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

PORTARIA Nº 23/2017

PORTARIA Nº 23/2017, de 22 de março de 2017.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear as Servidoras, SIMONE EVERS DIAS, IVONE DAS GRAÇAS GARCEZ DA SILVEIRA, E PRISCILA COLAÇO TEODOROVITZ JANTSCH, para compor a Comissão de Avaliação e Desempenho da Câmara Municipal de Mafra.

Art. 2º Ficam igualmente nomeados os Servidores CÉLIO CÉSAR FERNANDES e EDENILSON FERREIRA como 1º e 2º Suplentes, respectivamente dos membros da Comissão de Avaliação e Desempenho, mencionados no artigo anterior.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão serão presididos pela senhora SIMONE EVERS DIAS.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 07 de 20 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

PORTARIA Nº 24/2017

PORTARIA Nº 24/2017, de 22 de março de 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE INVENTÁRIO E CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear os Servidores, VÂNIA LÁZARO DA GUARDA, EDENILSON FERREIRA e CLEIDIMAR DE CÁSSIA CHAICOWSKI KAMIENSKI, para compor a Comissão de Inventário e Controle de Bens Patrimoniais da Câmara Municipal de Mafra.

Art. 2º Ficam igualmente nomeadas as Servidoras SIMONE EVERS DIAS e MARIA NELI WORELL SCHAFASCHECK como 1ª e 2ª Suplentes, respectivamente dos membros da Comissão de Inventário e Controle de Bens Patrimoniais, mencionados no artigo anterior.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão serão presididos pela Servidora VÂNIA LÁZARO DA GUARDA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 08 de 20 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

PORTARIA Nº 25/2017

PORTARIA Nº 25/2017, de 22 de março de 2017.
Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora IVONE DAS GRAÇAS GARCEZ DA SILVEIRA, Assistente de Administração e Finanças, matrícula nº 16.7, lotada na Secretaria Legislativa, a gratificação pela execução de trabalho na Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, prevista no art. 3º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, e da Portaria nº 22/2017, no valor de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 09 de 25 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

PORTARIA Nº 26/2017

PORTARIA Nº 26/2017, de 22 de março de 2017.
Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SIMONE EVERS DIAS, Assistente Legislativo, matrícula nº 22.1, lotada na Secretaria Legislativa, a gratificação pela execução de trabalho na Comissão de Avaliação e Desempenho, prevista no art. 3º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, e da Portaria nº 23/2017, no valor de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 10, de 25 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

PORTARIA Nº 27/2017

PORTARIA Nº 27/2017, de 22 de março de 2017.
Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor CÉLIO CÉSAR FERNANDES, Motorista, matrícula nº 612.2, lotado na Recepção, a gratificação pela execução de trabalho na Comissão Permanente de Licitações, prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, e da Portaria nº 20/2017, no valor de 45% (quarenta e cinco por cento).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 11, de 25 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

PORTARIA Nº 28/2017

PORTARIA Nº 28/2017, de 22 de março de 2017.
Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora BRUNA RAFAELA WESTARB, Auxiliar de Serviços Administrativos, matrícula nº 445.6, lotada na Secretaria Legislativa, a gratificação pela execução de trabalho de Pregoeira, prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, e da Portaria nº 21/2017, no valor de 65% (sessenta e cinco por cento).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 12, de 25 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

PORTARIA Nº 29/2017

PORTARIA Nº 29/2017, de 22 de março de 2017.
Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora VÂNIA LAZARO DA GUARDA, Assistente de Contabilidade, matrícula nº 577.0, lotada na Contabilidade, a gratificação pela execução de trabalho como Presidente da Comissão Permanente de Licitação, prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, e da Portaria nº 20/2017, no valor de 65% (sessenta e cinco por cento).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 13, de 25 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.
VER. EDER GIELGEN
Presidente

PORTARIA Nº 30/2017

PORTARIA Nº 30/2017, de 22 de março de 2017

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARIA NELI WORELL SCHAFASCHECK, Auxiliar Legislativa, matrícula nº 75.2, lotada na Recepção, a gratificação pela execução de trabalho na Equipe de Apoio do Pregão, prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, tendo em vista as disposições contidas no artigo 1º, e da Portaria nº 21/2017, no valor de 45% (quarenta e cinco por cento).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 14, de 25 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

PORTARIA Nº 31/2017

PORTARIA Nº 31/2017, de 22 de março de 2017.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora PRISCILA COLAÇO TEODOROVITZ JANTSCH, Controladora Interna, matrícula nº 587.8, lotada na Controladoria, a gratificação pela execução de trabalho na Comissão Permanente de Licitações, prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, e da Portaria nº 20/2017, no valor de 45% (quarenta e cinco por cento).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 15, de 25 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

PORTARIA Nº 32/2017

PORTARIA Nº 32/2017, de 22 de março de 2017.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CLEIDIMAR DE CASSIA CHAICOWSKI KAMIENSKI, Técnica em Contabilidade, matrícula nº 102.3, lotada na Contabilidade, a gratificação pela execução de trabalho na Equipe de Apoio do Pregão, prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, e da Portaria nº 21/2017, no valor

de 45% (quarenta e cinco por cento).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 16, de 25 de janeiro de 2016.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

PORTARIA Nº 33/2017

PORTARIA Nº 33/2017, de 22 de março de 2017.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação a Servidor do Poder Legislativo de Mafra/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor EDENILSON FERREIRA, Guarda Patrimonial, lotado na Contabilidade, a gratificação pela execução de trabalho nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Mafra, operando o Áudio e o Vídeo das mesmas, prevista no art. 2º, da Lei Municipal nº 4088, de 10 de março de 2015, tendo em vista as disposições contidas no artigo 2º, da Portaria nº 17/2015, no valor de 65% (sessenta e cinco por cento).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de abril de 2017, revogando-se a Portaria nº 26, de 11 de março de 2015.

Mafra/SC, 22 de março de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 22/2017

DECRETO Nº 22 DE 01 DE MARÇO DE 2017.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (PROVENTOS PROPORCIONAIS) A SERVIDORA LÉIA MACHADO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Léia Machado José;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho a servidora;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 001/2017 da Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Léia Machado José;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu a Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) da servidora LÉIA MACHADO JOSÉ, brasileira, nascida em 17 de abril de 1959, portadora do CPF nº 833.688.849-72, ocupante do cargo de Faxineira/Copeira, matrícula nº 0780.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 001/2017 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 325,33 (trezentos e vinte e cinco reais, trinta e três centavos), sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Os proventos de aposentadoria por Invalidez da servidora homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera a servidora LÉIA MACHADO JOSÉ, brasileira, nascida em 17 de abril de 1959, portadora do CPF nº 833.688.849-72, ocupante do cargo de Faxineira/Copeira, matrícula nº 0780, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologado no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 01 de Março de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 01 de Março de 2017.

Vladimir Borges Bitencourt
Secretário de Administração

DECRETO 23/2017

DECRETO Nº 23 DE 10 DE MARÇO DE 2017.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR IDADE AO SERVIDOR ELOIR RIBEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Idade requerido pelo servidor Eloir Ribeiro;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 002/2016 da Presidente do FUMPREVI e os documentos que o instruem;
Considerando, a decisão do Conselho Administrativo do FUMPREVI que aprovou a aposentadoria do servidor Eloir Ribeiro.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu a Aposentadoria por Idade ao servidor ELOIR RIBEIRO, brasileiro, nascido em 30 de outubro de 1951, portador do CPF Nº 179.183.089-72, ocupante do cargo de Médico Ginecologista, matrícula nº 0494, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com base no artigo 40 da Constituição Federal, parágrafo primeiro, inciso III, alínea 'b', com vigência imediata, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 2º Com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, § 1º, inciso III, letra "b", a análise técnica do Parecer Administrativo nº 002/2016 do FUMPREVI, indica a concessão do Benefício de Aposentadoria por Idade (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 2.785,68 (dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais, sessenta e oito centavos).

Parágrafo Único – Os proventos de aposentadoria do servidor, homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor ELOIR RIBEIRO, brasileiro, nascido em 30 de outubro de 1951, portador do CPF nº 179.183.089-72, ocupante do cargo de Médico Ginecologista, matrícula nº 0494, em razão do pedido de aposentadoria por idade.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 10 de Março de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Secretaria de Administração Municipal em 10 de Março de 2017.

Vladimir Borges Bitencourt
Secretário de Administração

PORTARIA 111/2017

Portaria nº 111 de 20 de março de 2017.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

RESOLVE

Art. 1º Nomear VALDINEIA DA SILVA SCHEFEER, brasileira, maior, nascida em 3 de dezembro de 1989, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 064.522.759-50, para exercer o cargo de Servente de Escola - ACT, 40 horas, em substituição a servidora efetiva Marília Berti Cardoso Candido que se encontra em Licença Maternidade, ou enquanto houver impedimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 20 de março de 2017.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 20 de março de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

PORTARIA 118/2017

PORTARIA Nº. 118 DE 23 DE MARÇO DE 2017.

RETIFICA A PORTARIA Nº 079/2017.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições, retifica:

Art. 1º Fica retificada a Portaria nº 079 de 1º de março de 2017, que nomeou Daniela da Rocha Nolla para o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil – ACT.

Art. 2º O Artigo 1º, da referida Portaria passa a ter a seguinte redação: "Art. 1º Nomear DANIELA DA ROCHA NOLLA, brasileira, maior, nascida em 21 de setembro de 1998, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 072.787.549-33, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 1º de março de 2017 podendo vigorar até 14 de dezembro de 2017, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha."

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 23 de março de 2017.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 23 de março de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

PORTARIA 119/2017

PORTARIA Nº. 119 DE 23 DE MARÇO DE 2017.

RETIFICA A PORTARIA Nº 059/2017.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições, retifica:

Art. 1º Fica retificada a Portaria nº 059 de 22 de fevereiro de 2017, que nomeou Tamires Figueredo para o cargo de Professor – ACT.

Art. 2º O Artigo 1º, da referida Portaria passa a ter a seguinte redação: "Art. 1º Nomear TAMIRES FIGUEREDO, brasileira, maior, nascida em 1º de julho de 1987, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 063.752.049-17, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, no período de 22 de fevereiro de 2017 podendo vigorar até 14 de dezembro de 2017, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Nivaldo José Rosa."

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 23 de março de 2017.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 23 de março de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

PORTARIA 120/2017

PORTARIA Nº. 120 DE 23 DE MARÇO DE 2017.

RETIFICA A PORTARIA Nº 086/2017.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições, retifica:

Art. 1º Fica retificada a Portaria nº 086 de 8 de março de 2017, que nomeou Janaina Lis Trindade Vieira para o cargo de Professor – ACT.

Art. 2º O Artigo 1º, da referida Portaria passa a ter a seguinte redação: "Art. 1º Nomear JANAINA LIS TRINDADE VIEIRA, brasileira, maior, nascida em 14 de janeiro de 1991, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 048.063.773-33, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, no período de 8 de março de 2017 podendo vigorar até 14 de dezembro de 2017, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Encruzo do Barro Vermelho e E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem."

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 8 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 23 de março de 2017.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 23 de março de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração

PORTARIA 121/2017

Portaria nº 121 de 24 de março de 2017.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir do dia 6 de março de 2017, GUILHERME RONCONI WESTRUP, brasileiro, maior, nascido em 21 de maio de 1991, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 082.614.309-10, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, em substituição a servidora Maria Juliani Peruchi Monteiro que se encontra em Auxílio Doença.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 6 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 24 de março de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 24 de março de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 126/2017

Portaria nº 126 de 28 de março de 2017.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear FERNANDA MACIEL JANUARIO, brasileira, maior, nascida em 29 de dezembro de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 007.392.019-30, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, no período de 28 de março de 2017 podendo vigorar até 14 de dezembro de 2017, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 28 de março de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 28 de março de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 127/2017

Portaria Nº 127, de 29 de março de 2017.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE MONITOR DE ÔNIBUS, A SERVIDORA RENATA DA SILVA ROSA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015, em concordância com a Lei Municipal nº 985 de 12 de junho de 2014, de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora RENATA DA SILVA ROSA, CPF 044.163.079-00, matrícula 2075, nascida em 26 de janeiro de 1989, nomeada para exercer o cargo efetivo de Monitor de Ônibus.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 172 de 12 de fevereiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 29 de março de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 29 de março de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 128/2017

Portaria nº 128 de 30 de março de 2017.

ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO DA PROFESSORA ELIZETE LEANDRO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 06 de 22 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir exercício da professora ELIZETE LEANDRO, brasileira, maior, nascida em 2 de agosto de 1976, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 000.108.859-94, matrícula 296, 40 horas, para exercer a função de de Secretário de Escola na E.E.B.M. Nivaldo José Rosa.

Art. 2º Fica concedido Gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o valor do vencimento do respectivo cargo efetivo, por prestar seus serviços como Secretário de Escola.

Art. 3º Fica mantida a vantagem de quinquênio na folha da servidora.

Art. 4º Fica suspenso o pagamento de Regência de Classe à servidora enquanto a mesma estiver ocupando cargo de Secretário de Escola.

Art. 5º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme legislação municipal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 30 de março de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 30 de março de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 129/2017

Portaria nº 129 de 30 de março de 2017.

ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO DA PROFESSORA CRISTIANE SANT'ANA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 06 de 22 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir exercício da professora CRISTIANE SANT'ANA, brasileira, maior, nascida em 23 de dezembro de 1978, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 006.122.059-08, matrícula 550, 40 horas, para exercer a função de Secretário de Escola na E.E.B.M. Encruzo do Barro Vermelho.

Art. 2º Fica concedido Gratificação mensal de 15% (quinze por cento), sobre o valor do vencimento do respectivo cargo efetivo, por prestar seus serviços como Secretário de Escola.

Art. 3º Fica mantida a vantagem de quinquênio na folha da servidora.

Art. 4º Fica suspenso o pagamento de Regência de Classe à servidora enquanto a mesma estiver ocupando cargo de Secretário de Escola.

Art. 5º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme legislação municipal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 30 de março de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 30 de março de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 131/2017

Portaria nº 131 de 30 de março de 2017.

ALTERA PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE SERVIDORA COMISSIONADA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 8º da Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o percentual de gratificação da servidora comissionada como segue:

Matr.	Nome	Cargo	Gratificação	
			De	Para
537	Cínara Minato	Diretor do Depto. de Assistência e Bem Estar Social	35%	50%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 30 de março de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 30 de março de 2017.

VLADIMIR BORGES DE BITENCOURT

Secretário de Administração

PORTARIA 132/2017

Portaria nº 132 de 31 de março de 2017.

NOMEIA LUCIANE LEMOS MONDARDO, PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 61 da Lei Complementar nº 02 de 7 de outubro de 1997 e o Artigo 33 da Lei nº 985 de 12 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, LUCIANE LEMOS MONDARDO, brasileira, maior, nascida em 19 de setembro de 1981, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 005.826.679-84, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Recursos Humanos.

Art. 2º Fica concedido Gratificação mensal de 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor do vencimento do respectivo cargo efetivo da servidora.

Art. 3º Fica mantida a vantagem de quinquênio na folha da servidora.

Art. 4º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme legislação municipal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 31 de março de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 31 de março de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT

Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 304/2017

DECRETO Nº 304, DE 31 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre ponto facultativo e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo no turno vespertino na Administração Pública Municipal no dia 13 de abril de 2017, quinta-feira, em decorrência da Quinta-Feira Santa, Páscoa.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde manterá plantão de atendimento ao público no ESF, Posto de Saúde Centro II, na Avenida Sul Brasil, nº 605, Centro, no turno vespertino até às 17 horas, no dia do ponto facultativo.

Parágrafo único. Na Quinta-Feira Santa não funcionará o Pronto Atendimento Noturno.

Art. 3º Não haverá aula nas escolas e creches da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no turno do ponto facultativo.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 31 de março de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 305/2017

DECRETO Nº 305, DE 31 DE MARÇO DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerado a pedido o servidor público TATIANO DE BEN, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 31 de março de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 306/2017

DECRETO Nº 306, DE 31 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre exclusão de candidato de certame e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Edital de Processo Seletivo nº 001/2016, para preenchimento de vagas ao quadro geral de pessoal do Poder Executivo Municipal de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto excluída do Processo Seletivo Edital nº 001/2016, a candidata DAIANA SUELEN HOHENSE MORAES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 101.916.249-00, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, por não ter apresentado a documentação no prazo solicitado.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 31 de março de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 1º BIMESTRE 2017

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PREÇO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA AGROPECUÁRIA OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSF. DE CONV. OUTRAS RECEITAS CORRENTES MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	13.880.002,00	13.880.002,00	2.298.659,13	16,56	2.298.659,13	11.581.342,87	
	13.879.985,00	13.879.985,00	2.197.879,73	15,83	2.197.879,73	11.682.105,27	
	462.450,00	462.450,00	25.388,86	5,49	25.388,86	437.061,14	
	410.420,00	410.420,00	22.633,60	5,51	22.633,60	387.786,40	
	25.410,00	25.410,00	2.755,26	10,84	2.755,26	22.654,74	
	26.620,00	26.620,00	0,00	0,00	0,00	26.620,00	
	42.000,00	42.000,00	3.186,70	7,59	3.186,70	38.813,30	
	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	
	0,00	0,00	3.186,70	0,00	3.186,70	-3.186,70	
	107.189,00	107.189,00	29.682,06	27,69	29.682,06	77.506,94	
	107.189,00	107.189,00	29.682,06	27,69	29.682,06	77.506,94	
	12.100,00	12.100,00	101,76	0,84	101,76	11.998,24	
	12.100,00	12.100,00	101,76	0,84	101,76	11.998,24	
	182.420,00	182.420,00	15.901,02	8,72	15.901,02	166.518,98	
	12.954.181,00	12.954.181,00	2.113.796,06	16,32	2.113.796,06	10.840.384,94	
	12.852.981,00	12.852.981,00	2.099.001,61	16,33	2.099.001,61	10.753.979,39	
	101.200,00	101.200,00	14.794,45	14,62	14.794,45	86.405,55	
	119.645,00	119.645,00	9.823,27	8,21	9.823,27	109.821,73	
	19.481,00	19.481,00	2.299,00	11,80	2.299,00	17.182,00	
	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00	
	25.410,00	25.410,00	5.162,49	20,32	5.162,49	20.247,51	
	50.554,00	50.554,00	2.361,78	4,67	2.361,78	48.192,22	
	17,00	17,00	100.779,40	592.820,00	592.820,00	-100.762,40	
	17,00	17,00	100.779,40	592.820,00	592.820,00	-100.762,40	
	17,00	17,00	100.779,40	592.820,00	592.820,00	-100.762,40	
	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.880.002,00	13.880.002,00	2.298.659,13	16,56	2.298.659,13	11.581.342,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.880.002,00	13.880.002,00	2.298.659,13	16,56	2.298.659,13	16,56
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.880.002,00	13.880.002,00	2.298.659,13	16,56	2.298.659,13	16,56
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	174.235,51	—	—	2.304,44	—
Superávit Financeiro	—	174.235,51	—	—	2.304,44	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
						11.581.342,87

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.880.002,00	14.419.558,04	4.357.121,27	4.357.121,27	10.062.436,77	1.421.394,33	1.421.394,33	12.998.163,71	1.342.398,78
DESPESAS CORRENTES	13.318.735,00	13.415.298,37	3.906.906,35	3.906.906,35	9.508.392,02	1.401.887,15	1.401.887,15	12.013.411,22	1.322.891,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.554.718,85	7.563.556,97	1.233.532,44	1.233.532,44	6.330.024,53	999.520,85	999.520,85	6.564.036,12	924.675,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	30.000,00	30.000,00	3.900,00	3.900,00	26.100,00	662,88	662,88	29.337,12	662,88
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.734.016,15	5.821.741,40	2.669.473,91	2.669.473,91	3.152.267,49	401.703,42	401.703,42	5.420.037,98	397.553,42
DESPESAS DE CAPITAL	534.647,00	977.639,67	450.214,92	450.214,92	527.424,75	19.507,18	19.507,18	958.132,49	19.507,18
INVESTIMENTOS	443.647,00	886.639,67	450.214,92	450.214,92	436.424,75	19.507,18	19.507,18	867.132,49	19.507,18
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.620,00	26.620,00	0,00	0,00	26.620,00	0,00	0,00	26.620,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	26.620,00	26.620,00	0,00	0,00	26.620,00	0,00	0,00	26.620,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.880.002,00	14.419.558,04	4.357.121,27	4.357.121,27	10.062.436,77	1.421.394,33	1.421.394,33	12.998.163,71	1.342.398,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.880.002,00	14.419.558,04	4.357.121,27	4.357.121,27	10.062.436,77	1.421.394,33	1.421.394,33	12.998.163,71	1.342.398,78
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	877.264,80	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.880.002,00	14.419.558,04	4.357.121,27	4.357.121,27	—	1.421.394,33	2.298.659,13	—	1.342.398,78
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Marema, 30/03/2017

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO 1º BIMESTRE 2017

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		14.419.558,04	4.357.121,27	100,00	10.062.436,77	1.421.394,33	100,00	12.998.163,71
Legislativa	13.880.002,00	810.000,00	128.659,35	2,95	681.340,65	106.410,92	7,49	703.589,08
Ação Legislativa	810.000,00	810.000,00	128.659,35	2,95	681.340,65	106.410,92	7,49	703.589,08
Administração	2.387.400,00	2.387.400,00	669.588,27	15,37	1.717.811,73	311.543,80	21,92	2.075.856,20
Administração Geral	2.232.400,00	2.232.400,00	563.674,27	12,94	1.668.725,73	292.505,80	20,58	1.939.894,20
Administração Financeira	155.000,00	155.000,00	105.914,00	2,43	49.086,00	19.038,00	1,34	135.962,00
Segurança Pública	16.349,00	16.349,00	486,00	0,01	15.863,00	0,00	0,00	16.349,00
Policimento	16.349,00	16.349,00	486,00	0,01	15.863,00	0,00	0,00	16.349,00
Assistência Social	982.501,00	1.062.726,25	122.465,59	2,81	940.260,66	73.061,00	5,14	989.665,25
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	14.000,00
Assistência Comunitária	948.501,00	1.028.726,25	122.465,59	2,81	906.260,66	73.061,00	5,14	955.665,25
Saúde	3.231.163,15	3.243.163,15	1.328.305,74	30,49	1.914.857,41	311.715,29	21,93	2.931.447,86
Atenção Básica	3.046.710,15	3.046.710,15	1.188.373,26	27,27	1.858.336,89	311.715,29	21,93	2.734.994,86
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	74.605,00	74.605,00	70.150,00	1,61	4.455,00	0,00	0,00	74.605,00
Vigilância Sanitária	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
Vigilância Epidemiológica	16.605,00	16.605,00	0,00	0,00	16.605,00	0,00	0,00	16.605,00
Alimentação e Nutrição	78.242,00	90.242,00	69.782,48	1,60	20.459,52	0,00	0,00	90.242,00
Abastecimento	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	3.001,00	0,00	0,00	3.001,00
Educação	2.112.027,25	2.116.365,37	469.932,45	10,79	1.646.432,92	195.274,79	13,74	1.921.090,58
Ensino Fundamental	1.812.026,25	1.816.364,37	444.946,45	10,21	1.371.417,92	194.826,72	13,71	1.621.537,65
Ensino Médio	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Ensino Superior	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00	34.000,00
Educação Infantil	264.001,00	264.001,00	24.986,00	0,57	239.015,00	448,07	0,03	263.552,93
Cultura	83.000,00	83.000,00	0,00	0,00	83.000,00	0,00	0,00	83.000,00
Difusão Cultural	83.000,00	83.000,00	0,00	0,00	83.000,00	0,00	0,00	83.000,00
Urbanismo	204.722,00	512.715,67	367.412,02	8,43	145.303,65	17.833,61	1,25	494.882,06
Infra-Estrutura Urbana	198.245,00	506.238,67	365.812,02	8,40	140.426,65	17.770,41	1,25	488.468,26
Serviços Urbanos	6.477,00	6.477,00	1.600,00	0,04	4.877,00	63,20	0,00	6.413,80
Habituação	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	5.001,00	0,00	0,00	5.001,00
Habituação Urbana	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	5.001,00	0,00	0,00	5.001,00
Saneamento	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00
Saneamento Básico Urbano	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Agricultura	1.464.380,60	1.464.380,60	354.500,61	8,14	1.109.879,99	185.818,69	13,07	1.278.561,91
Promoção da Produção Vegetal	686.000,00	686.000,00	256.782,59	5,89	429.217,41	88.100,67	6,20	597.899,33
Extensão Rural	760.378,60	760.378,60	97.718,02	2,24	662.660,58	97.718,02	6,87	662.660,58
Promoção da Produção Agropecuária	18.002,00	18.002,00	0,00	0,00	18.002,00	0,00	0,00	18.002,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.880.002,00	14.419.558,04	4.357.121,27	4.357.121,27	10.062.436,77	1.421.394,33	100,00	12.998.163,71
Indústria	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	5.001,00	0,00	0,00	5.001,00
Promoção Industrial	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	5.001,00	0,00	0,00	5.001,00
Comércio e Serviços	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00
Turismo	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00
Transporte	2.166.536,00	2.301.535,00	748.494,91	748.494,91	1.553.040,09	194.304,41	13,67	2.107.230,59
Transporte Rodoviário	2.166.536,00	2.301.535,00	748.494,91	748.494,91	1.553.040,09	194.304,41	13,67	2.107.230,59
Desporto e Lazer	75.000,00	75.000,00	20.260,30	20.260,30	54.739,70	2.751,43	0,19	72.248,57
Desporto Comunitário	75.000,00	75.000,00	20.260,30	20.260,30	54.739,70	2.751,43	0,19	72.248,57
Encargos Especiais	302.000,00	302.000,00	147.016,03	147.016,03	154.983,97	22.680,39	1,60	279.319,61
Outros Encargos Especiais	302.000,00	302.000,00	147.016,03	147.016,03	154.983,97	22.680,39	1,60	279.319,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.620,00	26.620,00	0,00	0,00	26.620,00	0,00	0,00	26.620,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.880.002,00	14.419.558,04	4.357.121,27	4.357.121,27	10.062.436,77	1.421.394,33	100,00	12.998.163,71

FONTE:

Marema, 30/03/2017

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA 1º BIMESTRE 2017

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2016 A FEVEREIRO/2017

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	993.274,55	1.081.642,92	1.305.026,70	1.179.217,92	1.223.432,13	1.061.865,02	1.016.575,12	1.147.680,30	1.610.031,61	2.195.687,72	1.248.482,96	1.412.206,33	15.495.122,28
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.933,35	32.327,47	65.651,28	35.353,29	19.234,91	35.569,99	6.881,58	20.807,94	78.410,05	74.065,76	14.855,15	10.533,71	423.819,48
IPT.U.	10.293,25	11.901,00	29.861,78	2.543,17	2.113,83	66,22	0,00	1.488,14	1.467,15	0,00	0,00	0,00	58.466,54
I.R.R.F.	129,95	13.890,66	24.205,75	21.505,35	10.093,77	12.853,03	0,00	8.885,79	55.610,47	62.190,09	725,78	0,00	201.094,64
I.S.S.	9.401,58	5.161,27	6.867,26	9.521,76	7.155,94	13.106,51	3.852,28	9.557,08	16.055,26	11.895,47	12.894,81	4.781,96	109.832,18
I.T.B.U.	1.895,79	0,00	4.070,00	1.204,00	7.333,96	9.434,78	2.465,96	875,93	5.150,80	1,00	0,00	4.430,05	36.853,27
Outras Receitas Tributárias	8.293,78	1.394,54	846,49	579,01	1.590,41	500,45	363,34	0,00	165,37	173,20	1.433,56	1.321,70	16.812,85
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.101,96	3.491,84	2.865,99	3.228,18	3.254,91	2.870,89	3.141,73	2.855,38	3.206,36	2.767,27	3.185,70	0,00	33.970,81
RECEITA PATRIMONIAL	11.903,30	8.047,87	15.392,94	9.684,84	9.885,64	3.466,65	12.918,90	8.744,72	14.070,70	30.692,31	15.216,30	14.465,76	154.485,93
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53,62	120,00	0,00	50,74	80,00	101,76	0,00	406,12
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	13.102,30	5.990,92	10.991,95	14.323,27	10.923,24	10.048,34	5.479,54	8.446,29	24.189,41	7.077,01	7.645,21	8.255,81	126.023,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	933.122,46	1.027.996,04	1.207.794,50	1.111.763,65	1.177.305,74	1.031.754,85	981.990,80	1.100.397,74	1.482.873,53	2.068.694,22	1.200.244,46	1.376.391,16	14.701.259,15
Cota-Parte do FPM.	395.716,85	471.611,14	627.129,00	518.110,14	375.635,93	465.940,62	378.821,49	459.849,52	838.988,98	1.014.357,83	557.723,59	714.986,63	6.819.771,72
Cota-Parte do ICMS.	409.407,48	420.937,89	407.163,11	402.275,45	415.148,54	410.059,52	442.970,45	459.948,72	443.530,56	488.139,98	530.152,62	472.327,26	5.302.051,58
Cota-Parte do IRVA.	16.738,47	19.023,53	18.313,11	22.739,73	22.537,42	21.739,19	14.953,87	14.131,29	10.311,10	4.461,38	10.716,21	10.409,16	187.014,46
Outras Transferências Correntes	64.060,23	67.155,65	103.393,85	122.444,08	317.802,00	86.730,85	101.089,17	110.223,62	134.149,83	500.631,06	45.390,28	123.832,72	1.776.906,35
Transferências de LC 61/1989	5.872,14	6.025,35	6.942,30	4.071,45	5.531,95	5.590,03	6.121,37	6.470,00	6.761,70	7.183,53	6.892,24	7.347,85	74.590,91
Transferências de LC 87/1996	1.728,04	1.728,04	1.728,04	1.728,04	1.728,04	1.728,04	1.728,04	0,00	1.728,04	1.728,04	1.810,03	1.810,03	19.172,42
Transferências do FUNDEC	38.526,17	41.466,05	42.183,66	40.414,76	38.921,86	40.066,59	35.638,72	46.655,99	47.362,24	53.177,25	47.685,39	45.647,51	550.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.100,16	3.873,78	2.730,84	4.944,69	2.827,69	7.720,68	6.272,57	6.426,23	7.221,82	1.311,15	7.233,38	2.599,89	55.157,90
DEDUÇÕES (II)	166.106,93	183.888,96	212.440,71	188.794,71	164.116,54	180.391,37	189.044,97	188.702,41	260.272,16	303.177,05	221.433,57	241.375,99	2.481.315,07
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	166.106,93	183.888,96	212.440,71	188.794,71	164.116,54	180.391,37	189.044,97	188.702,41	260.272,16	303.177,05	221.433,57	241.375,99	2.481.315,07
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	827.167,62	897.774,26	1.092.585,99	988.433,21	1.059.315,59	910.873,65	847.530,15	958.977,89	1.349.759,45	1.892.510,67	1.027.049,39	1.170.830,34	13.013.806,21

FONTE:

Marema, 30/03/2017

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 0230040-8

ADILSON BARRELA
PREFEITO MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS 1º BIMESTRE 2017

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Marema, 30/03/2017

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E DESPESAS DE CAPITAL 1º BIMESTRE 2017

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,00
Despesas de Capital	121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,00
Investimentos	121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (IIb - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
Valor(III)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Marema, 30/03/2017

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPALSIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 1º BIMESTRE 2017

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	423.851,00	423.851,00	23.766,77	5,61	0,00
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	4.430,05	8,86	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.000,00	110.000,00	17.476,77	15,89	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	200.420,00	200.420,00	726,78	0,36	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	10.285,00	10.285,00	1.027,60	9,99	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	726,00	726,00	106,57	14,54	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.714.400,00	13.714.400,00	2.314.049,72	16,87	0,00
Cota-Parte FPM	7.502.000,00	7.502.000,00	1.272.710,22	16,96	0,00
Cota-Parte ITR	3.630,00	3.630,00	84,10	2,32	0,00
Cota-Parte IPVA	193.600,00	193.600,00	21.125,37	10,91	0,00
Cota-Parte ICMS	5.600.000,00	5.600.000,00	1.002.479,88	17,90	0,00
Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	14.030,09	17,54	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	335.170,00	335.170,00	3.620,06	1,08	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	29.040,00	29.040,00	3.620,06	12,47	0,00
Outras	306.130,00	306.130,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.138.251,00	14.138.251,00	2.337.816,49	16,54	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	3.048.445,15	3.048.445,15	1.258.523,26	41,28	10,23
Pessoal e Encargos Sociais	1.854.860,00	1.859.360,00	443.258,46	23,84	11,47
Outras Despesas Correntes	1.193.585,15	1.189.085,15	815.264,80	68,56	8,28
DESPESAS DE CAPITAL	95.012,00	95.012,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	95.012,00	95.012,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	95.012,00	95.012,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	95.012,00	95.012,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.143.457,15	3.143.457,15	1.258.523,26	40,04	311.715,29	9,92
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	692.329,00	692.329,00	260.650,56	20,71	48.095,54	15,43
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	691.117,00	691.117,00	260.650,56	20,71	48.095,54	15,43
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.212,00	1.212,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	692.329,00	692.329,00	260.650,56	20,71	48.095,54	15,43
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.451.128,15	2.451.128,15	997.872,70	79,29	263.619,75	84,57
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						11,28
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI) - (15 x IIIb)/100] ⁶						-87.052,72

Continua 2/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
0,00	0,00			0,00		
0,00	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO						
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	(m/Total m)*100	
Atenção Básica	3.040.247,15	1.188.373,26	94,43	311.715,29	100,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	74.605,00	70.150,00	5,57	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	16.605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	3.143.457,15	1.258.523,26	100,00	311.715,29	100,00	

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIb})/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Marema, 30/03/2017

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPALSIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO - MDE 1º BIMESTRE 2017

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	412.840,00	412.840,00	22.633,60	5,48
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	52.420,00	52.420,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	4.430,05	8,86
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	4.430,05	8,86
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.000,00	110.000,00	17.476,77	15,89
1.3.1- ISS	110.000,00	110.000,00	17.476,77	15,89
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	200.420,00	200.420,00	726,78	0,36
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.408.270,00	13.408.270,00	2.314.049,72	17,26
2.1- Cota-Parte FPM	7.502.000,00	7.502.000,00	1.272.710,22	16,96
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.502.000,00	7.502.000,00	1.272.710,22	16,96
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.600.000,00	5.600.000,00	1.002.479,88	17,90
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	29.040,00	29.040,00	3.620,06	12,47
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	80.000,00	80.000,00	14.030,09	17,54
2.5- Cota-Parte ITR	3.630,00	3.630,00	84,10	2,32
2.6- Cota-Parte IPVA	193.600,00	193.600,00	21.125,37	10,91
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.821.110,00	13.821.110,00	2.336.683,32	16,91
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	114.420,00	114.420,00	14.401,48	12,59
5.1- Transferências do Salário-Educação	65.000,00	65.000,00	13.741,48	21,14
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.420,00	2.420,00	660,00	27,27
5.3- Transferências Diretas - PNAE	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	66.003,00	66.003,00	12.601,10	19,09
6.1- Transferências de Convênios	66.003,00	66.003,00	12.601,10	19,09
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	527.340,00	527.340,00	3.957,85	0,75
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	707.763,00	707.763,00	30.960,43	4,37

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.681.654,00	2.681.654,00	462.809,56	17,26
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.500.400,00	1.500.400,00	254.541,98	16,96
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.120.000,00	1.120.000,00	200.495,78	17,90
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.808,00	5.808,00	724,00	12,47
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	2.806,00	17,54
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	726,00	726,00	16,82	2,32
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	38.720,00	38.720,00	4.224,98	10,91
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	550.000,00	550.000,00	93.332,90	16,97
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	550.000,00	550.000,00	93.332,90	16,97
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-2.131.654,00	-2.131.654,00	-369.476,66	17,33
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	497.904,00	497.904,00	66.354,44	13,33	66.354,44	13,33
13.1- Com Educação Infantil	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	377.904,00	377.904,00	66.354,44	17,56	66.354,44	17,56
14- OUTRAS DESPESAS	56.936,00	56.936,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	56.936,00	56.936,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	554.840,00	554.840,00	66.354,44	11,96	66.354,44	11,96
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						66.354,44
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						71,09
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						28,91
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						4.338,12
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	250.000,00	250.000,00	23.236,00	9,29	448,07	0,18
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.641.316,25	1.641.316,25	411.139,50	25,05	185.869,77	11,32
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	434.840,00	434.840,00	66.354,44	15,26	66.354,44	15,26
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.206.476,25	1.206.476,25	344.785,06	28,58	119.515,33	9,91
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	1.891.316,25	1.891.316,25	434.375,50	22,97	186.317,84	9,85
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-369.476,66
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						4.338,12
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-365.138,54
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						551.456,38
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						23,60
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	65.605,00	65.605,00	31.218,83	47,59	4.618,83	7,04
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	117.348,00	121.686,12	4.338,12	3,57	4.338,12	3,57
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	182.953,00	187.291,12	35.556,95	18,98	8.956,95	4,78
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	2.074.269,25	2.078.607,37	469.932,45	22,61	195.274,79	9,39
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	93.332,90	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	93.332,90	0,00
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	93.332,90	0,00

Marema, 30/03/2017

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RRRO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	
RECEITAS CORRENTES (I)					
Recita de Contribuições dos Segurados					
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Recitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	
ADMINISTRAÇÃO (IV)					
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
PREVIDÊNCIA (V)						
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (V + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (II - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS			
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa				0,00		0,00
Investimentos e Aplicações				0,00		0,00
Outros Bens e Direitos				0,00		0,00

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Marema, 30/03/2017

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-1

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL 1º BIMESTRE 2017

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	977.639,67	450.214,92	19.507,18	0,00	527.424,75
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	977.639,67	450.214,92	19.507,18	0,00	527.424,75
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-977.639,67	-450.214,92	-	-	-527.424,75

FONTE:

Marema, 30/03/2017

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL 1º BIMESTRE 2017

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Dez 2016 (B)	Em 28 Fev 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	12.293,57	12.293,57	12.293,57
DEDUÇÕES (II)	1.672.064,73	1.672.064,73	2.644.583,33
Disponibilidade de Caixa	1.672.064,73	1.672.064,73	2.644.495,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.682.714,76	1.682.714,76	2.733.491,43
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	10.650,03	10.650,03	88.995,58
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	87,48
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vic - Vlb)	Jan a Fev 2017 (Vic - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Marema, 30/03/2017

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO 1º BIMESTRE 2017

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.772.796,00	2.168.197,67	2.059.759,35
Receita Tributária	462.450,00	25.388,86	42.043,44
I.P.T.U.	50.000,00	0,00	0,00
I.S.S.	110.000,00	17.476,77	10.663,72
I.T.B.I.	50.000,00	4.430,05	4.061,15
I.R.R.F.	200.420,00	726,78	26.456,21
Outras Receitas Tributárias	52.030,00	2.755,26	862,36
Receita de Contribuição	42.000,00	3.186,70	6.091,17
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	42.000,00	3.186,70	6.091,17
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	107.189,00	29.682,06	19.861,81
(-) Aplicações Financeiras	107.189,00	29.682,06	19.861,81
Transferências Correntes	12.954.181,00	2.113.796,06	1.986.980,91
F.P.M.	6.001.600,00	1.018.168,24	939.872,41
I.P.V.A	154.880,00	16.900,39	16.028,07
I.C.M.S.	4.480.000,00	801.984,10	720.471,41
Convênios	101.200,00	14.794,45	13.685,10
Outras Transferências Correntes	2.216.501,00	261.948,88	296.923,92
Demais Receitas Correntes	314.165,00	25.826,05	24.643,83
Dívida Ativa	25.410,00	5.162,49	1.889,65
Diversas Receitas Correntes	288.755,00	20.663,56	22.754,18
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17,00	100.779,40	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	17,00	100.779,40	0,00
Convênios	17,00	100.779,40	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17,00	100.779,40	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.772.813,00	2.268.977,07	2.059.759,35

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.415.298,37	3.906.906,35	3.579.031,86	1.401.887,15	1.465.096,52
Pessoal e Encargos Sociais	7.563.556,97	1.233.532,44	1.131.954,09	999.520,85	1.005.362,13
Juros e Encargos da Dívida (IX)	30.000,00	3.900,00	7.498,70	662,88	4.248,62
Outras Despesas Correntes	5.821.741,40	2.669.473,91	2.439.579,07	401.703,42	455.485,77
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.385.298,37	3.903.006,35	3.571.533,16	1.401.224,27	1.460.847,90
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	977.639,67	450.214,92	40.889,92	19.507,18	39.109,92
Investimentos	886.639,67	450.214,92	1.780,00	19.507,18	0,00
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	90.000,00	0,00	39.109,92	0,00	39.109,92
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	887.639,67	450.214,92	1.780,00	19.507,18	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	26.620,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.299.558,04	4.353.221,27	3.573.313,16	1.420.731,45	1.460.847,90

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-526.745,04	-2.084.244,20	-1.513.553,81	848.245,62	598.911,45
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	2.304,44	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	2.304,44	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Marema, 30/03/2017

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO 1º BIMESTRE 2017

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Unidades	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	10.650,03	650,00	-	10.000,03	-	2.375,00	2.375,00	2.375,00	-	10.000,03
EXECUTIVO	0,00	10.650,03	650,00	0,00	10.000,03	0,00	2.375,00	2.375,00	2.375,00	0,00	10.000,03
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	10.650,03	650,00	0,00	10.000,03	0,00	2.375,00	2.375,00	2.375,00	0,00	10.000,03
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	0,00	650,00	650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPTO. DE INFRAESTRUTURA	0,00	10.000,03	0,00	0,00	10.000,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,03
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.375,00	2.375,00	2.375,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	10.650,03	650,00	0,00	10.000,03	0,00	2.375,00	2.375,00	2.375,00	0,00	10.000,03

FCNTE

Marema, 30/03/2017

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM

CONTADOR CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 1º BIMESTRE 2017

Município de Marema - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial			13.880.002,00	
Previsão Atualizada			13.880.002,00	
Receitas Realizadas			2.298.659,13	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			2.304,44	
DESPESAS				
Dotação Inicial			13.880.002,00	
Créditos Adicionais			539.556,04	
Dotação Atualizada			14.419.558,04	
Despesas Empenhadas			4.357.121,27	
Despesas Liquidadas			1.421.394,33	
Despesas pagas			1.342.398,78	
Superávit Orçamentário			877.264,80	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas			4.357.121,27	
Despesas Liquidadas			1.421.394,33	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			13.013.808,21	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)			0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	848.245,62	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.375,00	0,00	2.375,00	0,00
EXECUTIVO	2.375,00	0,00	2.375,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	10.650,03	0,00	650,00	10.000,03
EXECUTIVO	10.650,03	0,00	650,00	10.000,03
TOTAL:	13.025,03	0,00	3.025,00	10.000,03
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		555.794,50	25%	23,79
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		66.354,44	60%	71,09
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			19.507,18	958.132,49
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2017	2025	2035
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Marema - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	121,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	263.619,75	15,00	11,28
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Marema, 30/03/2017

 ADILSON BARELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 SIDIANE FATIMA PERIM
 CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13.2017 - PREMIAÇÕES PARA LEMIN E CENTRO ESPORTIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Ao vigésimo nono dia do mês de março do ano de dois mil e dezessete, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÕES PARA OS EVENTOS DO CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL E DO LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR TELMO NAZARIO	11.839.972/0001-90
LAITANO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR ADROALDO LAITANO	07.793.311/0001-02
CLEBER BORGES BISPO - ME, NESTE ATO REPRESENTADO POR CLEBER BORGES BISPO	26.194.954/0001-76

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÕES PARA OS EVENTOS DO CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL E DO LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA DE MASSARANDUBA (SC), de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 262269 - CLEBER BORGES BISPO - ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	MEDALHA PERSONALIZADA JEMA 2017, NO TAMANHO DE Ø 70 MM. FRENTE EM ALTO E BAIXO RELEVO COM BRASÃO EM PINTURA EPÓXI. VERSO ADESIVO IMPRESSO RESINADO COM NOME DO EVENTO. FITA POLIÉSTER SUBLIMADA DE 850X25MM	UNID	ELOART	960	4,70	4.512,00
3	MEDALHA PERSONALIZADA FESTIVAL DE QUEIMADA 2017, NO TAMANHO DE Ø 40 MM. FRENTE EM ALTO E BAIXO RELEVO COM BRASÃO EM PINTURA EPÓXI. VERSO ADESIVO IMPRESSO RESINADO COM NOME DO EVENTO. FITA POLIÉSTER SUBLIMADA DE 850X25MM.	UNID	ELOART	360	4,00	1.440,00
4	MEDALHA ESPECIAL CAMPEONATOS 2017: 8X7 CM	UNID	ELOART	40	5,15	206,00
5	FITA POLIESTER SUBLIMADA ARTILHEIRO DE 850X25MM	UNID	ELOART	25	2,00	50,00
6	FITA POLIESTER SUBLIMADA GOLEIRO MENOS VAZADO DE 850X25MM	UNID	ELOART	25	2,00	50,00
7	MEDALHA PERSONALIZADA CAMPEONATOS 2017, NO TAMANHO DE Ø 70 MM. FRENTE EM ALTO E BAIXO RELEVO COM BRASÃO EM PINTURA EPÓXI. VERSO ADESIVO IMPRESSO RESINADO COM NOME DO EVENTO. FITA POLIÉSTER SUBLIMADA DE 850X25MM.	UNID	ELOART	660	4,55	3.003,00
8	MEDALHA ESPECIAL OUTROS CAMPEONATOS 2017: 65X75 MM. FRENTE COM ADESIVO IMPRESSO. FITA POLIÉSTER SUBLIMADA DE 850X25MM.	UNID	ELOART	246	4,55	1.119,30
9	TROFÉU PERSONALIZADO OUTROS CAMPEONATOS 2017, NO TAMANHO DE 15 CM DE ALTURA, TROFÉU COM ADESIVO IMPRESSO, PINTURA E VERNIZ PU ALTO BRILHO.	UNID	ELOART	15	30,00	450,00

15	MEDALHA PERSONALIZADA OMM 2017, NO TAMANHO DE Ø 70 MM. FRENTE EM ALTO E BAIXO RELEVO. VERSO ADESIVO IMPRESSO RESINADO CONFORME INFORMAÇÕES. FITA POLIÉSTER SUBLIMADA DE 850X25MM.	UNID	ELOART	44	8,70	382,80
17	PLACA DE HOMENAGEM 18 CM X 12 CM E ESTOJO DE VELUDO.	UNID	ELOART	4	185,00	740,00
18	MEDALHA PERSONALIZADA FEMMAT 2017, PADRÃO NO TAMANHO Ø 80 MM COM ÁREA PERSONALIZADA DE 58 MM. FRENTE ADESIVO IMPRESSO COM O NOME DO EVENTO. FITA POLIÉSTER SUBLIMADA DE 850X25MM.	UNID	ELOART	144	7,69	1.107,36
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 13.060,46						
FORNECEDOR: 262250 - LAITANO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	TROFÉU PERSONALIZADO JEMA 2017, NO TAMANHO DE 20 CM DE ALTURA. TROFÉU COM ADESIVO IMPRESSO, PINTURA E VERNIZ PU ALTO BRILHO.	UNID	LTN	48	40,00	1.920,00
10	FUTEBOL DE CAMPO 1 CONJUNTO DE TROFÉU COM ALTURA DE: 129 CM / 46 CM - 1º LUGAR 121 CM / 39 CM - 2º LUGAR 114 CM / 39 CM - 3º LUGAR COM BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR AZUL OU DOURADO ACETINADO COM 46 CM E 39 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA DA TAÇA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. QUATRO COLUNAS COMPOSTA POR COMPONENTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA E CONES EM POLÍMERO METALIZADOS NA COR AZUL OU DOURADO ACETINADO. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) FIXA NA BASE E QUATRO ÁGUIAS FIXAS NO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. ESPAÇO PARA COLOCAÇÃO DA ETIQUETA E ETIQUETA PERSONALIZADA.	CJ	VITORIA	1	882,00	882,00
16	TROFÉU PERSONALIZADO EM PEÇA FUNDIDA EM 3D E BASE EM MDF COM 25 CM DE ALTURA (CONFORME INFORMAÇÕES POSTERIORES)	UNID	LTN	4	106,00	424,00
19	TROFÉU PERSONALIZADO EM ACRÍLICO, COM IMPRESSÃO UV, NO TAMANHO 30 CM DE COMPRIMENTO POR 15 CM DE ALTURA EM BASE MDF E PINTURA NA COR PRETA.	UNID	LTN	10	67,90	679,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 3.905,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 16.965,46						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 16.965,46 (DEZESSEIS MIL NOVECIENTOS E SESENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é órgão gerenciador e pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO

5.1. Os itens desta ata deverão ser entregues pela licitante vencedora nos seguintes locais: Escola Municipal de Ensino Fundamental Ministro Pedro Aleixo (Rua da Integração/Padre Ivo Petry, número 364, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina) e no Centro Esportivo Municipal (Rua 11 de Novembro, número 1559, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina), em no máximo 03 (TRÊS) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda aplicação das penalidades previstas.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a comprovação do aumento e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. A licitante obriga-se a prestar os serviços de forma a cumprir integralmente o objeto desta ata além das demais obrigações:

8.1.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

8.7. Efetuar a entrega/execução do objeto da licitação nos seguintes locais: Escola Municipal de Ensino Fundamental Ministro Pedro Aleixo (Rua da Integração/Padre Ivo Petry, número 364, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina) e no Centro

Esportivo Municipal (Rua 11 de Novembro, número 1559, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina), em no máximo 03 (TRÊS) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

8.8. Serão recusados os produtos imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. O objeto desta licitação deverá ser entregue acondicionado adequadamente e a nota fiscal deverá OBRIGATORIAMENTE ser entregue juntamente com o produto.

8.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.6. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela licitante especialmente designados e documentar as ocorrências, se houver.

9.6.1. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução do serviço, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando não atendidas às disposições previstas neste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no momento da execução desta ata, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata.

11.1.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	29	de	março	de	2017
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

LAITANO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

ADROALDO LAITANO

CONTRATADA

CLEBER BORGES BISPO - ME

CLEBER BORGES BISPO

CONTRATADA

CRC - 3C ARQUITETURA E URBANISMO S.S. - EPP**CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**

RAZÃO SOCIAL:	3C ARQUITETURA E URBANISMO S.S. - EPP	
CNPJ:	03.322.170/0001-80	
INSC. EST.:	-	
CÓD. FORNECEDOR:	262749	
ENDEREÇO:	RUA SANTA TERESINHA, 35, FARROUPILHA	
CEP: 90.040-180	MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE	UF: RS
FONE:	(51) 3312-2497	

RAMO:

SERVIÇOS DE ARQUITETURA; SERVIÇOS DE DESENHO TÉCNICO RELACIONADOS À ARQUITETURA E ENGENHARIA.

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	Nº DOCUMENTO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	126530962/2017	27/03/2017	22/09/2017
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	0019908785	27/03/2017	25/05/2017
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL / DIVIDA ATIVA UNIÃO	BD1B.A898.BE63.89C6	08/11/2016	07/05/2017
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2017031704330601770059	17/03/2017	15/04/2017
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	EAF898B381D5	27/03/2017	25/06/2017
FALENCIA E CONCORDATA	-	27/03/2017	26/05/2017

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Federais 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo edital.

DATA DE EMISSÃO: 31/03/2017

VALIDADE ATÉ: 31/12/2017

MAYARA RAIMONDI MARTINA

Responsável Cadastros

CPF: 092.860.619-86

CRC - DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**

RAZÃO SOCIAL:	DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP	
CNPJ:	04.915.134/0001-93	
INSC. EST.:	ISENTA	
ENDEREÇO:	AVENIDA HIGIENÓPOLIS, 32, CENTRO	
CEP: 86.020-080	MUNICÍPIO: LONDRINA	UF: PR
FONE:	(43) 3026-4065	

RAMO:

CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE SOB ENCOMENDA E SUPORTE TÉCNICO; ETC.

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	DOCUMENTO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	124504033/2017	13/02/2017	11/08/2017
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	015950454-72	20/02/2017	20/06/2017
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL / DIVIDA ATIVA UNIÃO	6FC6.BEB8.3501.0F8B	08/02/2017	07/08/2017
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2017031802273005737640	18/03/2017	16/04/2017
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	929929/2017	13/02/2017	13/06/2017
FALENCIA E CONCORDATA	016003915-24	07/03/2017	06/04/2017

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Nº 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo Edital.

DATA DE EMISSÃO: 31/03/2017

VALIDADE ATÉ: 31/12/2017

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

MAYARA RAIMONDI MARTINA

Licitações e Contratos

CPF: 092.860.619-86

CRC - LEPADRON PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE MASSARANDUBA****CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**

RAZÃO SOCIAL:	LEPADRON PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA	
CNPJ:	82.120.833/0001-50	
INSC. EST.:	-	
ENDEREÇO:	RUA XV DE NOVEMBRO, 2230, GLÓRIA	
CEP: 89.216-200	MUNICÍPIO: JOINVILLE	UF: SC
FONE:	(47) 3804-0359 / 3804-4959	

RAMO:

SERVIÇO DE ARQUITETURA, SERVIÇO DE ENGENHARIA, PROJETOS ARQUITETÔNICO, ASSESSORIA E CONSULTORIA, ESTUDOS, FISCALIZAÇÃO DE OBRA, MOBILIDADE URBANA, PLANEJAMENTO, PLANO DIRETOR, URBANISMO, PROJETO DE URBANIZAÇÃO.

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	DOCUMENTO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	121719793/2016	14/12/2016	11/06/2017
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	170140024569934	21/03/2017	20/05/2017
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL/DIVIDA ATIVA UNIÃO	1D29.985E.5DA0.3275	30/03/2017	26/09/2017
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2017031601535285075345	16/03/2017	14/07/2017
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	12954/2017	21/03/2017	19/06/2017
FALENCIA E CONCORDATA	4174562	21/03/2017	20/05/2017

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da **PREFEITURA DE MASSARANDUBA**, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Federais 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo edital.

DATA DE EMISSÃO: 31/03/2017**VALIDADE:** 31/12/2017**MAYARA RAIMONDI MARTINA****Licitações e Contratos****CPF:** 092.860.619-86**LEPADRON PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA**

PMM CONTRATO 18.2017 - DUAL SYSTEM PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 18/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA DUAL SYSTEM PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.

Pelo presente contrato, que entre si celebram a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominados simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa DUAL SYSTEM PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.173.883/0001-20 com sede na Rua João José Martins, número 42, bairro Real Parque, município de São José, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. FERNANDO CESAR VIANNA, inscrito no CPF sob o nº 458.445.429-91, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal 8.666/93, as partes de comum acordo tem justo e acordado as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa para a AQUISIÇÃO DE KIT DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, CONTITUÍDO POR UM CONJUNTO DE COMPONENTES MULTIFUNCIONAIS, INJETADOS EM PLÁSTICO EM CORES, COM RESISTÊNCIA MECÂNICA ADEQUADA AO USO EDUCACIONAL, ASENTANDO DIVERSAS POSSIBILIDADES DE COMBINAÇÃO, SEJA ATRAVÉS DE FIXAÇÃO FIRME QUANTO DE FIXAÇÃO QUE PERMITA MOBILIDADE AO ACOPLAMENTO:

CONFIGURAÇÃO ESTRUTURAL com DVD e livros

OBJETIVO	COMPONENTES	QTD	Nº DE CONJ.	VALOR
KIT ATTO ESTRUTURAL MODELO KTR-10 MÍDIA DE APOIO LIVROS DE ATIVIDADES CRIAÇÃO, RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, DINÂMICAS, DESAFIOS...	KIT ESTRUTURAL ATTO 6.011 COMPONENTES DE MONTAGEM	01	01	R\$ 5.950,00
	LIVRO DE ATIVIDADES EF I (1º AO 5º ANO) - MATEMÁTICA	01		
	LIVRO DE ATIVIDADES EF II 6º AO 9º ANO) - MATEMÁTICA	01		
	LIVRO DE ATIVIDADES EF II (6º AO 9º ANO) - CIÊNCIAS	01		
	LIVRO COM PLANOS DE AULA MULTIDISCIPLINARES EDUCAÇÃO INFANTIL E EF I – 1º AO 5º ANO	01		
	LIVRO DE MONTAGENS EDUCAÇÃO INFANTIL E EF I – 1º AO 5º ANO	01		
	MÍDIA EM DISCO COM PASSO A PASSO 3D INTERATIVO	01		

CONFIGURAÇÃO ROBÓTICA

OBJETIVO	COMPONENTES	VALOR UNIT.	Nº DE CONJ.	VALOR
----------	-------------	-------------	-------------	-------

KIT ATTO COMBO ESTRUTURAL + ROBÓTICO	INTERFACE PROGRAMÁVEL COMPATÍVEL COM PEÇAS ESTRUTURAIS ATTO			
MODELO KTR-30 (ATTOBOX)	CONJUNTO DE ATUADORES: MOTORES DC, MOTOR SERVO, BUZZER, LEDS, LED RGB			
02 MÍDIAS DE APOIO	CONJUNTO DE SENSORES: DISTÂNCIA, LINEAR, LUMINOSO, MAGNÉTICO, TOQUE, TEMPERATURA, SEGUE LINHA	R\$ 2.850,00	04	R\$ 11.400,00
01 LIVRO DE PROCEDIMENTOS				
OFERECER SUPORTE A ATIVIDADES COM AUTOMAÇÃO E ROBÓTICA EDUCACIONAL	CONJUNTO DE ACESSÓRIOS: BATERIAS RECARREGÁVEIS, CARREGADOR, SUPORTE E ESTOJO PARA BATERIAS, MÓDULO DE COMUNICAÇÃO SEM FIO.			

FORMAÇÃO INSTRUMENTAL PRESENCIAL

OBJETIVO	TOTAL DO INVESTIMENTO
INSTRUMENTALIZAR PROFESSORES PARA USO PRÁTICO DOS DOIS KITS. DURAÇÃO: 08 HORAS DE DURAÇÃO. LOCAL: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA. INSTALAÇÕES: PROVIDENCIADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL. DATA: A SER ACERTADA EM COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES. PROGRAMA MÍNIMO: 1-UTILIZAÇÃO PRÁTICA DO KIT ESTRUTURAL E DO KIT ATTOBOX, SEUS LIVROS, RECURSOS DE MÍDIA E VÍDEO AULAS; 2- ACESSO À PLATAFORMA DE SUPORTE AO ATTOBOX: CURSO DE PROGRAMAÇÃO E FÓRUM TIRA DÚVIDAS; 3- ASPECTOS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS ENVOLVIDOS.	SEM CUSTO (*)
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO R\$ 17.350,00 (DEZESSETE MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).	

1.2. Deverá ser prestada garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses por conta da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A execução do presente contrato dar-se-á dentro das condições estabelecidas neste contrato, sendo que a contratada compromete-se a realizá-lo com zelo, probidade, eficiência e responsabilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E PRAZO DE PAGAMENTO

3.1. Pela entrega do objeto deste contrato, a contratante pagará a contratada o valor total de R\$ 17.350,00 (DEZESSETE MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS), com base no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2017.

3.2. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O prazo de entrega do objeto licitado é de 48 (QUARENTA E OITO) HORAS a contar do recebimento da solicitação/emissão da ordem de serviço.

4.2. O objeto licitado deverá ser entregue na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ministro Pedro Aleixo, na Rua da Integração, 364, Centro de Massaranduba (SC).

4.3. O presente instrumento terá 12 (doze) meses de vigência da data de assinatura.

4.3.1. Qualquer alteração no prazo supra referido dependerá de prévia aprovação, por escrito, da contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. Constituem obrigações da contratante:

5.1.1. Efetuar o pagamento ajustado.

5.1.2. Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance e de sua competência, para que a contratada possa executar os serviços que lhe são afetos.

5.1.3. Comunicar à contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços, para que a mesma possa saná-las.

5.2. Constituem obrigações da contratada:

5.2.1. Executar o objeto do presente instrumento dentro do prazo estipulado, no local e nas especificações constantes no edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2017.

5.2.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto adjudicado, sem prévia e expressa anuência da Administração Municipal.

5.2.3. Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da execução do serviço.

5.2.4. Entregar o objeto no prazo estipulado e manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2017.

5.2.5. Arcar com todas as despesas como transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais que correrão por conta exclusiva da contratada. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente contrato.

5.2.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2017, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.2.7. Executar os serviços objeto deste contrato em respeito às normas de segurança e disciplina da contratante.

5.2.8. Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados, facilitando o acompanhamento e a fiscalização por parte da contratante.

5.2.9. Responder pelos danos causados à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato e responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados.

5.2.10. Comunicar à contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários.

5.2.11. Corrigir as irregularidades apontadas no prazo de 72 (setenta e duas) horas, correndo por conta da contratada todas as despesas necessárias para o procedimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PELO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

6.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à contratada as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a contratada praticar pequenas irregularidades;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato se forem reiteradas as advertências e a contratada cumprir parcialmente o contrato, a critério da Administração, sem prejuízo de rescisão contratual;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, se não iniciada a execução do serviço no prazo de 05 (cinco) dias contados da data do recebimento da solicitação/emissão da ordem de serviço, configurando-se a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual;

d) As multas a que se referem os itens acima serão descontadas de faturas ou créditos existentes ou recolhidas em até 05 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura de Massaranduba (SC), contados da ciência da contratada por carta registrada ou recebimento do e-mail com recebimento de confirmação, sob pena de inscrição em dívida ativa se não quitadas;

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade.

6.2. Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. Este contrato poderá ser rescindido pela contratante, atendido o disposto na seção V, art. 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93 e considerando-se especialmente as seguintes hipóteses:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) O atraso injustificado do objeto do contrato;
- d) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da licitante, que prejudique a execução do contrato;
- e) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima Autoridade administrativa e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- f) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. A contratação deverá correr à conta da seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

01 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO

44903047 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE

1037 - APOIO TECNOLÓGICO AO ENSINO FUNDAMENTAL.

11900 - TRANSF. FUNDEB/FUNDEF(OUT.DESP.ENSINO)

13601 - TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente ou indiretamente à contratante e/ou a terceiros por sua culpa ou dolo na execução deste instrumento contratual, seja por ato seu, de seus empregados ou prepostos.

9.2. Todos e quaisquer tributos ou contribuições, inclusive previdenciárias, trabalhistas e profissionais decorrentes deste contrato ou de sua execução, serão de única e inteira responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais questões decorrentes deste contrato ou sua execução.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Massaranduba (SC), 29 de março de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

PREFEITO DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATANTE

DUAL SYSTEM PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA

FERNANDO CESAR VIANNA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO RODOLFO TIRONI

CPF: 037.067.119-82

CIBELI DERETTI PAWLAK

CPF: 051.161.519-13

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 109/2017 - BAIXA DE BENS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571-
Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 109/2017

31/03/2017

Autoriza a Baixa de Bens nos Registros Contábeis e Patrimoniais da Câmara de Vereadores de Massaranduba e encaminha ao Poder Executivo os referidos bens.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina e usando de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e se promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Baixar os Bens nos registros Contábeis e Patrimoniais da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba e encaminhar ao Poder Executivo, os referidos Bens abaixo discriminados:

01 Link Som, registrado no Patrimônio sob o nº 000048 e valor contábil R\$ 1,90 (estado péssimo)

01 Ventilador de Pé, marca Britânia registrado no Patrimônio sob o nº 000052 e valor contábil R\$ 8,66 (estado ruim)

01 Bebedouro coluna ECX 220 VBR na cor branca, registrado no Patrimônio sob o nº 000078 e valor contábil R\$ 197,58 (estado bom)

01 Calculadora KC D19, 10 dígitos, na cor cinza, marca Bells, registrada no Patrimônio sob nº 000082 e valor contábil R\$ 6,81 (estado regular)

01 Aparelho de Ar Condicionado Frio, 7500 btus, marca consul, registrado no Patrimônio sob o nº 000110 e valor contábil de R\$ 186,72 (estado regular)

01 Monitor LCD Mtek, 17 polegadas, registrado no Patrimônio sob nº 000113 e valor contábil R\$ 190,30 (estado bom)

01 Computador Processador ADM Sempron 3300, com 512 MB memória DDR, HD 80,0 GB Sansumg, gravador de DVD LG, drive disquete 1,44, gabinete ATX 450W, na cor preta, mouse P52 optico e caixas de som, registrado no Patrimônio sob o nº 000126 e valor contábil R\$ 283,90 (estado bom)

01 Impressora HP F4180, na cor preta, registrada no Patrimônio sob o nº 000137 e valor contábil R\$ 31,80 (estado regular)

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571-
Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

01 Computador AMD Athlon II Dual 2.8 Ghz 04 GB memória ram DDR 2, HD 500 GB Sansumg 7200, placa mãe N-68 –SSVR DDR2, gravador de DVD, placa de vídeo 256 MB, PS2 optico, com caixa de som amplificadas e gabinete atx 4 baias com fonte 450 watts,

registrado no Patrimônio sob o nº 000181 e valor contábil R\$ 107,26 (estado regular)

01 Caixa de Som com potenciamento B-52 SF 250, na cor branca, registrada no Patrimônio sob o nº 0000190 e valor contábil de R\$ 10,60 (estado regular)

01 Máquina Fragmentadora de papéis marca secreta 15C 220 volts na cor preta, registrada no Patrimônio sob o nº 000207 e valor contábil R\$ 321,10 (estado bom)

01 Teclado ABNT PS2 marca Kemez na cor preto, registrado no Patrimônio sob o nº 000211 e valor contábil R\$ 7,10 (estado bom)

01 Estabilizador 300VA, marca SMS, bivolt, na cor preta, registrado no Patrimônio sob o nº 000212 e valor contábil R\$ 21,56 (estado bom)

01 Aparelho telefônico sem fio marca Panasonic KXTG 1381, cor grafite, dect 6.0 digital, discagem direta até 02 números, baterias recarregáveis, memória de rediscagem do último número, registrado no Patrimônio sob nº 000236 e valor contábil R\$ 9,90 (estado regular)

01 Bloco autônomo lâmpada 2X55V, marca engesul, registrado no Patrimônio sob o nº 000299 e valor contábil R\$ 168,06 (estado bom)

01 No-break SMS bivolt 600VA, registrado no Patrimônio sob o nº 000326 e valor contábil R\$ 83,66 (estado bom)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA(SC) EM 31 DE MARÇO DE 2017.

Vanderlei Sasse

Presidente

Publicado no expediente da data supra.

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO 35-2017 - CONSELHO POLITICA CULTURAL DECRETO nº 035/2017 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

TRATA DA NOMEAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL, DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

O Prefeito Municipal de Meleiro/SC, Sr. Eder Mattos, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 51, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.653/2014, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Os membros do Conselho Municipal de Política Cultural, será constituído pelos seguintes representantes:

I. Representantes do Poder Público:

a. Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo:

- i. Maria Rosangela Bordignon Dal Pont;
- ii. Jovana Peterle;
- iii. Jadna Pasini;
- iv. Adriana Zanette.

b. Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- i. Sandra Simon Pereira;
- ii. Adair Pazini;

c. Secretaria Municipal de Assistência Social:

- i. Elixsandra da Silva Mota;
- ii. Agda Ferminia S. Scarsanela.

d. Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Des. Econ.:

- i. Rosinei Paulino Rocha;
- ii. Almir Pedro Pereira.

e. Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano:

- i. Juliana Januário Fernandes;
- ii. Rochelis Dal Pont.

II. Representantes da Sociedade Civil

a. Área de Artes Visuais e Ciências:

- i. Sérgio Luciano Réus;
- ii. Sílvia Rabelo.

b. Artesãos:

- i. Wilson Schineider;
- ii. Ierval de Souza.

c. Músicos:

- i. Daniel Santos;
- ii. Amarildo Conti.

d. Área da Dança:

- i. Michélia Fabris Fernandes;
- ii. Luciana Amboni.

e. Literatura/Biblioteca:

- i. Leodenir Fabris;
- ii. Jorge Luiz Carvalho Coral.

f. Indústria e Comércio:

- i. Márcio Fermo;
- ii. Ademilson Catelli.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 31 de Março de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado em publicado nesta Secretaria em data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 17/04/2017 às 13:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I. A íntegra do Edital e maiores informações podem ser obtidos na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 31 de março de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº133-2017

PORTARIA nº 133/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias à servidora pública municipal ERLEIARUTE CORRENTE PETERLE– matrícula 494, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 02/09/2015 a 01/09/2016.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº134-2017

PORTARIA nº 134/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias ao servidor público municipal THIAGO MANFREDINI ZANETTE – matrícula 1164, ocupante do cargo de Advogado, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 a 30/09/2016.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº135-2017

PORTARIA n.º 135/2017

TRATA DA NOMEAÇÃO DE MOTORISTA

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor BENTO BRAZ URBANO, para ocupar o cargo de motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais,

aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2015, homologado em 29 de Janeiro de 2016.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº136-2017

PORTARIA n.º 136/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora MARIA DE LOURDES BOSA BORDIGNON, do cargo de Professora, com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais no C.M.E.I. Escadinha do Tempo, em decorrência de aposentadoria junto à Presidência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº137-2017

PORTARIA n.º 137/2017

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora MARIA VERONICA PEREIRA, para ocupar o cargo de professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, até o término das aulas, no C.M.E.I. Escadinha do Tempo, em substituição da servidora MARIA DE LOURDES BOSA BORDIGNON, em virtude de aposentadoria junto a Previdência Social da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº138-2017

PORTARIA nº 138/2017

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal PAULA SERAFIM PEDRO – matrícula 10269 ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, referente ao período aquisitivo de 10/01/2016 a 09/01/2017.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº139-2017

PORTARIA nº 139/2017

TRATA DA ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 125/2017.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1408/2009, de 28 de Dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

ALTERAR

Art. 1.º A carga horária da Senhora MARILEZIA PASINI DAL PONT, ocupante do cargo de professora ACT, de 20 (vinte) horas semanais

para 10 (dez) horas semanais, para exercer suas atividades de apoio pedagógico na E.E.B.M. Inês Tonelli Nápole.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº140-2017

PORTARIA nº 140/2017

TRATA DA ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 124/2017.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1408/2009, de 28 de Dezembro de 2009, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

ALTERAR

Art. 1.º A carga horária da Senhora DIANA MENEGON MEZARI, ocupante do cargo de professora ACT, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, no CRAS, para exercer suas atividades no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº141-2017

PORTARIA nº 141/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora LEA SONIA PASINI BERKENBROCK, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por um período de até 15 dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 29/03/2017.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Março de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 055/2017

PORTARIA Nº 055/2017 DE 27 DE MARÇO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.960/2010 e em especial as disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida a jornada de trabalho, para os servidores com lotação no Departamento da Saúde do Município de Modelo – SC, conforme abaixo especificado:

1. Coordenação, cargos efetivos, comissionados e administrativos:

Matutino: 08:00 às 12:00

Vespertino: 13:30 às 17:30

2. Médico:

Centro Municipal de Saúde e Hospital

Matutino: 08:00 às 12:00

Vespertino: 13:30 às 17:30

3. Cirurgião Dentista/Odontólogo:

Jornada 01:

Matutino: 08:00 às 12:00 no Centro de Saúde;

Jornada 02:

Vespertino: 13:30 às 17:30 no Centro de Saúde;

Jornada 03:

Segunda e quinta-feira: das 07:30 às 11:30 na Escola Reunida Municipal

Segunda, quarta e sexta-feira: das 13:15 às 17:15 na Escola Reunida Municipal

Jornada 04:

Matutino: 07:30 às 11:30 na Escola Reunida Municipal

Jornada 05:

Vespertino: 13:15 às 17:15 na Escola Reunida Municipal

Jornada 06:

Segunda, quarta e sexta-feira: Turno matutino: 07:30 às 11:30 na Escola Reunida Municipal;

Terça e quinta-feira: Turno vespertino: 13:15 às 17:15 na Escola Reunida Municipal

Jornada 07:

Segunda, quarta e sexta-feira: Turno vespertino: 13:15 às 17:15 na Escola Reunida Municipal

Terça e quinta-feira: Turno matutino: 07:30 às 11:30 na Escola Reunida Municipal

4. Agente Comunitário de Saúde Pública – ESF:

Segunda Feira, Terça feira e na Quarta feira:

Matutino: 08:00 às 11:00 horas

Vespertino: 14:00 às 19:00 horas

Quinta Feira:

Matutino: 08:00 às 10:00 horas

Vespertino: 14:00 às 19:00 horas

Sexta feira:

Matutino/Vespertino: 11:30 horas às 18:30 horas

5. Serviços gerais

Jornada 01:

Matutino: 07:00 às 13:00

Jornada 02:

Vespertino: 13:00 às 19:00

Jornada 03:

Matutino: 06:30 às 10:30 e Vespertino: 14:00 às 18:00

Jornada 04:

Matutino: 06:30 às 10:30 e Vespertino: 12:30 às 16:30

Jornada 05:

Matutino: 07:00 às 11:00 e Vespertino: 14:30 às 18:30

Jornada 06:

Matutino: 06:30 às 11:30 e Vespertino: 16:30 às 19:30

6. Motoristas

Jornada 01: Segunda/Quarta/Sexta: Matutino: 04:30 às 08:30 Intermed.: 09:30 às 13:30

Terça/Quinta: Matutino: 07:30 às 11:30 Vespertino: 13:30 às 17:30

Jornada 02: Segunda à Sexta: 07:00 às 11:00 e das 12:00 às 16:00

Jornada 03: Segunda à Sexta: 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

7. Psicólogo (a)

Matutino:

Segunda a Quarta-Feira: 08:00 às 12:00

Vespertino:

Segunda a Quarta-Feira: 13:30 às 17:30

Quinta-Feira: Turno Único das 07:00 às 13:00

8. Fisioterapeuta

Matutino:

Segunda a Sexta-Feira: 08:00 às 12:00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 27 de março de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Visto, conferido e de acordo: Registrada e publicada na data supra:

ERNO MICHIELIN FRANCIELI PAVALICINI

Diretor Mun. De Saúde Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 056/2017

PORTARIA Nº 056/2017 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE JORNADA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA ANGELICA SCHULZ, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016, Portaria municipal nº 055/2017 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal ADRIANA ANGELICA SCHULZ, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, matrícula nº 2292-6, a jornada de trabalho 03 da categoria Serviços Gerais, constante na Portaria nº 055/2017, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 27 de março de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 057/2017

PORTARIA Nº 057/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.296/2017 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Francieli Pavalicini	03.09.2015 a 02.09.2016	08.05.2017 a 17.05.2017 (10 dias) + 10 dias convertidos em abono pecuniário

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 31 de março de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 058/2017

PORTARIA Nº 058/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis 1.513/2002, 2.296/2017, e Edital de Concurso Público 001/2016 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 097/2016 em 18.03.2016, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando o pedido de desistência da vaga do candidato aprovado em 1º lugar,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF/PSF, a Sra. ADRIANE EDINEIA JUNG TESCHE, aprovada no Concurso Público nº 001/2016 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, para atuação no ESF I, observadas as determinações legais e exigências para o cargo de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2016.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para manifestação de interesse, apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 31 de março de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

Ciente em: _____ / _____ / _____ .

ADRIANE EDINEIA JUNG TESCHE

Mondai

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 010/2017 - PMM

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 019/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que está REABRINDO PRAZO do Pregão Presencial nº 010/2017, tendo em vista a ocorrência de alterações substanciais aos termos do edital, conforme segue:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 010/2017.

TIPO: Menor Preço.

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para o ano de 2017 e/ou subsequentes, devidamente autorizada pela agência nacional de telecomunicações - ANATEL, para prestação de serviço de telefonia móvel pessoal – smp, sistema pós pago, com fornecimento de no mínimo 25 (vinte e cinco) acessos móveis e aparelhos em comodato para uso do município de Mondai no Anexo I, deste Edital.

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 15h30min do dia 18 de Abril de 2017.

NOVA DATA PARA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 16h00min do dia 18 de Abril de 2017.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3134 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br.

MONDAI (SC), 31 de Março de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

ERRATA - EXTRATO PREGÃO Nº 014/2017 - PMM

ERRATA

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, ERRATA do edital de licitação nº 023/2017, Pregão Presencial nº 014/2017:

ONDE SE LÊ: ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 06 de Abril de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h10min do dia 06 de Abril de 2017.

LEIA-SE: ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 13h45min do dia 17 de Abril de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 14h00min do dia 17 de Abril de 2017.

EDITAL: Disponível em www.mondai.sc.gov.br.

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de Material de Expediente (papel A4, 210mmx297mm, 75g/m²) para 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço abaixo ou pelo fone (49) 3674-3100, ou ainda, pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br.

Mondai, SC, 31 de Março de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

ERRATA - EXTRATO PREGÃO Nº 015/2017 - PMM

ERRATA

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 024/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, ERRATA do edital de licitação nº 024/2017, Pregão Presencial nº 015/2017:

ONDE SE LÊ: ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 10 de Abril de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h10min do dia 10 de Abril de 2017.

LEIA-SE: ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h15min do dia 18 de Abril de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h30min do dia 18 de Abril de 2017.

EDITAL: Disponível em www.mondai.sc.gov.br.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de regente de coral adulto do Município de Mondai, num total de 04 (quatro) horas semanais de regência, nas quintas-feiras, destinado para manutenção das atividades do setor de Cultura do Município, a serem realizadas em local a ser definido pela administração, para o exercício de 2017 e/ou subsequentes, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço abaixo ou pelo fone (49) 3674-3100, ou ainda, pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br.

Mondai, SC, 31 de Março de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2017 - FMS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2017 (FMS).

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ/SC

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR

LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 2.412,09 (dois mil, quatrocentos e doze reais e nove centavos); AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA

EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 12.907,95 (doze mil, novecentos e sete reais e noventa e cinco centavos); DENTAL OESTE EIRELI –

VALOR REGISTRADO R\$ 19.374,53 (dezenove mil, trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta e três centavos); CASA CIRÚRGICA

CHAPECÓ LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 381,60 (trezentos e oitenta e um reais e sessenta centavos); FUSÃO COMÉRCIO DE

PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 8.813,98 (oito mil, oitocentos e treze reais e noventa e oito centavos); POSSATTO & POSSATO LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 15.394,72 (quinze mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos); ELISVANDIA MATO DONINI ME – VALOR REGISTRADO R\$ 19.159,05 (dezenove mil, cento e cinquenta e nove reais e cinco centavos); ODONTOSUL LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 32.374,00 (trinta e dois mil, trezentos e setenta e quatro reais).

OBJETO: Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de material odontológico destinado para manutenção das Atividades

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondai pelo período de doze meses, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 007/2017.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura

até 30 de março de 2018.
Mondaí – SC, 31 de Março de 2017.
VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO Nº 008/2017 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 015/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme abaixo descrito:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 008/2017 – Sistema de Registro de Preços (SRP)

TIPO: Menor Preço.

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais destinados para manutenção das atividades do laboratório de análises clínicas junto à Unidade Sanitária do Município de Mondaí - SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h15min do dia 17 de abril de 2017.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h30min do dia 17 de abril de 2017.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3134 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br.

MONDAI (SC), 31 de março de 2017.
VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇOS 008/2017

Fundo Municipal de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 008/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LABORATORIO, conforme anexo I. Data: 17/04/2017 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO Nº 38/2017 PMN

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL 38/2017 PMN

AS 9:00H (NOVE) HORAS DO DIA 31/03/2017, O PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO JOSIANE BONETTI E VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA DOS ENVELOPES, EM EDITAL A LICITAÇÃO 38-2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, GRUPOS DA 3ª (TERCEIRA) IDADE ATENDIDOS PELO PROGRAMA DO PAI (PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO) DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A EMPRESA PARTICIPANTE FOI TEFTUR - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO (5041). REPRESENTADO POR GILSON ROGERIO NAZARIO.

PROCEDEU-SE COM A ABERTURA DO ENVELOPE PROPOSTA QUE FOI DISPONIBILIZADO AO PRESENTES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÃO. NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. A EQUIPE DE PREGÃO CONSTATOU QUE A TEFTUR - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO (5041) FOI DECLARADA VENCEDORA. FORAM ABERTOS O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E A MESMA ESTAVA DEVIDAMENTE HABILITADA, QUE FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÃO. NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 9H26 MIN. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017 PMN

31/03/2017 9:00 ATÉ 09:26

CARLA CLAUDINO - PREGOEIRA TITULAR

JOSIANE BONETTI - MEMBRO

VERA LUCIA LUCOLLI DA COSTA - MEMBRO

DECRETO 33/2017 PRORROGA, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, O EXPEDIENTE E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS INSTITUÍDOS PELO DECRETO 15/2017

DECRETO Nº 33 DE 30 DE MARÇO DE 2017

PRORROGA, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, O EXPEDIENTE E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS INSTITUÍDOS PELO DECRETO 15/2017.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu art. 60, inciso III,

CONSIDERANDO que compete ao chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da administração conforme disposto no art. 60, IV, da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO que as peculiaridades dos serviços prestados pela Secretaria de Obras, impelem a necessidade de adoção de regime especial de trabalho;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, em caráter excepcional, o expediente e funcionamento da Secretaria Municipal de Obras instituídos pelo decreto 15/2017, cujo cumprimento será das 07:00h às 13:00h,

tendo início no dia 31/03/2017 e término no dia 24/04/2017

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MARÇO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2017 PMN.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 71/2017.

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS (BOMBONA DE 20 LITROS) COM VASILHAMES RETORNÁVEIS PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, EM RAZÃO DO ITEM 01 TER RESTADO FRACASSADO NO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017 (CONFORME ART.24, INCISO V, LEI 8.666/93).

Contratada: Comercial Pescador Ltda.

CNPJ Nº 03.120.878/0001-59.

Valor: R\$ 8.980,00 (oito mil novecentos e oitenta reais).

Recursos: 2.054 3.3.90.00.00

*FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V, Lei de Licitações 8.666/93.

Emílio Vieira.

Prefeito do Município

Navegantes, 31 de março de 2017.

PORTARIA 1128/2017 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1128 DE 28 DE MARÇO DE 2017
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim, Alessandra Regina Lucas

e Douglas Lemos para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme Lei Complementar nº 007/2003, por parte do servidor J.R.S..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE MARÇO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1129/2017 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1129 DE 28 DE MARÇO DE 2017

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim, Alessandra Regina Lucas e Douglas Lemos para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme Lei Complementar nº 007/2003, por parte do servidor S.C..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE MARÇO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1130/2017 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1130 DE 28 DE MARÇO DE 2017

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim, Alessandra Regina Lucas e Douglas Lemos para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme Lei Complementar nº 007/2003, por parte do servidor M.J.M..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE MARÇO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1131/2017 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1131 DE 28 DE MARÇO DE 2017

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim, Alessandra Regina Lucas e Douglas Lemos para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar a

veracidade de atestado médico da servidora J.R.F.A..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE MARÇO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1132/2017 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1132 DE 28 DE MARÇO DE 2017 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim, Alessandra Regina Lucas e Douglas Lemos para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar possível adulteração de informações em registro de cartão ponto.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE MARÇO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

5º EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO

5º EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO

Técnico Administrativo e Previdenciário

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2014

NavegantesPrev

EDITAL DE SEXTA CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O NavegantesPrev – Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, através do Departamento de Recursos Humanos, torna pública a sexta chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público 001/2014 para o provimento da função de TÉCNICO ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO.

1. DA CHAMADA

1.1. O candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH
TÉCNICO ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO	01	40

2 . DAS EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5, os seguintes documentos:

a. Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data de posse;

- b. 01 Foto 3X4
- c. 01 Cópias do documento de identidade;
- d. 01 Cópias do CPF;
- e. Situação Cadastral do CPF (consultar no site www.receita.fazenda.gov.br);
- f. 2 Cópias do Comprovante de Residência;
- g. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- h. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);
- i. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- j. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;
- k. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data a ser agendada pelo NavegantesPrev, na Junta Médica, sito á Av. Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.
- l. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;
- m. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório;
- n. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;
- o. Certidão de Nascimento dos dependentes;
- p. 01 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;
- q. 01 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 07 (sete) anos;
- r. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezessete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;
- s. 01 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição;
- t. 01 Cópia do Conselho de Registro Profissional;
- u. 01 Cópia do Número de PIS/PASEP;
- v. 01 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público;
- w. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal (www.trf4.jus.br), da Justiça Estadual (no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral (www.tse.gov.br).

2.3. O (a) Candidato (a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO – 001/2014

CLASSIF.	CANDIDATO
02	Vivian Christina Ostrovski

3. Do agendamento dos exames admissionais:

O agendamento será realizado pelo NavegantesPrev, quando da entrega da documentação.

4. Da entrega de documentos, a partir de 11/04 a 18/04:

TODOS OS CARGOS	DATA	HORÁRIO	LOCAL
	11/04 a 18/04	13:00 às 19:00	NavegantesPrev Av. Cons. João Gaya, nº 295, Centro – Navegantes/ SC.

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

5. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação é feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios e no site do NavegantesPrev.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Presidente do Instituto.

Navegantes (SC), 03 de abril de 2017.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do NavegantesPrev

PORTARIA N º 016 DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA N º 016 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40º, § 1º, incisos I da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez, ao segurado JOSÉ FLORIANO portador da cédula de identidade n.º 309.950, inscrito

no CPF sob o n.º 391.074.779-53, e PIS/PASEP nº 10273522679, efetivo no cargo de VIGIA, lotado no Vigia Efetivo Apoio, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2017.03.03407, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 03 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

Jan Ullrich

PREFEITO DIRETOR

PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 03 de Abril de 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA N º 15 DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA N º 15 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, III, "B" da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, a segurada SALMA SANDRA DA CONCEIÇÃO MOREIRA, portadora da cédula de identidade n.º 2.868.200, inscrita no CPF sob o n.º 800.815.849-20, e PIS/PASEP nº 1174620398-0 efetiva no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na ASG EFETIVO APOIO, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2017.02.03406P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 03 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

Jan Ullrich

PREFEITO DIRETOR

PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 03 de Abril de 2017.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 130/2017

DECRETO Nº 130/2017 DE 30 DE MARÇO DE 2017

“ DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS “PROVIDÊNCIAS “

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de Novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 12.928,89 (Doze mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos), no Projeto Atividade 2.026 - Manutenção das Atividades do Departamento de Transporte e Obras, na modalidade de aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta – criando a Fonte 01.34 – Transferências de Convênios União/Outros, conforme programação a seguir.

Órgão:	06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES
Unidade Orçamentária:	03 Departamento de Transportes e Obras
Função:	26 Transporte
Sub-Função:	782 Transporte Rodoviário
Programa:	0010 TRANSPORTES E OBRAS
Projeto/Atividade:	2.026 MANUT. DAS ATIVID. DO DEPTO DE TRANSP. E OBRAS
Modalidade de Aplicação:	4.4.90 – Aplicação Direta
Fonte:	01.34 – Transferências de Convênios União/Outros
Detalhamento:	0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 12.928,89

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do produto do Excesso de Arrecadação da fonte de recursos 0.1.34 – Transferências de Convênios na Rubrica 2.4.7.1.9.9.01 – Outras Transferências de Convênios da União, de acordo com o estabelecido no art. 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Municipal nº 1101/2016, art. 5º.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 30 DE MARÇO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2017

DECRETO Nº 072, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Concede Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º, da Lei federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público da servidora ERALDINA ERONDINA SCHRAMM, a partir de 31/03/2017, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República à servidora ERALDINA ERONDINA SCHRAMM, detentora da matrícula funcional nº 273, inscrita no CPF nº 612.850.139-72 e no PASEP nº 1234187654-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Saúde Pública - 40h, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, correspondente a 40,60% (quarenta vírgula sessenta por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), que serão pagos mensalmente pelo IPREVENT.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 63, V, da Lei Municipal nº 1.207/1992 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Nova Trento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 074/2017 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

DECRETO nº 074/2017

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 03 de abril de 2017 a 06 de abril de 2017 (exceto em 04/04/2017), munidos da documentação abaixo relacionada:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Cópia do Título Eleitoral;

VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Cópia Comprovante de Residência;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Cópia do Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Cópia do Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 31 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I
(Decreto nº 074/2017)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
5ª	Cristiane Coito Comandolli
6ª	Morgana Suellen Fagundes

CARGO: FARMACÊUTICO(A)

Classificação	Nome completo
2ª	Marianne Neves Manjavachi

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA
(Decreto nº 074/2017)

Exmo. Senhor
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal.
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,
....., portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
- Edital nº , inscrição nº , para o cargo
de , pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de
...../...../..... .

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

PORTARIA Nº 263/2017

PORTARIA Nº 263, de 31 de março de 2017

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado
de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere artigo
94, item VIII da Lei Orgânica de 04/04/90 e de acordo com a Lei
nº 2.502/2013, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Educa-
ção – CME,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros abaixo relacionados para fazerem par-
te do Conselho Municipal de Educação – CME, por um período de
2 (dois) anos, gestão 2017/2019, no município de Nova Trento,
conforme segue:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Moacir Antônio Facchini

Suplente: Fabio de Freitas

II – Representantes do Corpo Docente da Educação Infantil

Titular: Mirielle Demonti Amorin

Suplente: Cleide Aparecida Vinotti

III – Representantes do Corpo Docente do Ensino Fundamental –
Anos Iniciais

Titular: Janete Aparecida Viana Cesconetto

Suplente: Andressa Celis Souza

IV – Representantes do Corpo Docente do Ensino Fundamental –
Anos Finais

Titular: Otimar Marchi

Suplente: Fernanda Piazza

V – Representantes do Corpo Docente da Educação Especial

Titular: Hindyanara Antunes dos Passos Dalbosco

Suplente: Camila Fomento Melo dos Santos

VI – Representantes dos Pais de alunos da Rede Municipal de En-
sino

Titular: Vlademir dos Santos

Suplente: Vanderlei Orsi Jr

Fls. 02 – Portaria nº 263/2017

VII – Representantes do Corpo Docente da Rede Estadual de En-
sino

Titular: Norberto Cipriani

Suplente: Cléia Inês Gasperi

VIII – Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança

e do Adolescente – CMDCA

Titular: Vildemar Klann

Suplente: Paulo Gerson Borges de Carvalho

IX- Representante dos Diretores Das Escolas:

Titular: Isabel Cristina Cipriani Tell

Suplente: Tamires Leite

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 31 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no
DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios.

Jucelino Mario Chini

Secretário Municipal Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 043/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 043/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: OESTE LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME
Valor : 226.675,76 (duzentos e vinte e seis mil seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos)
Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 14/07/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (67) Saldo: 247.240,00
Objeto : O objeto do presente contrato constitui a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DE PARTE DA AVENIDA CASTELO BRANCO, EULIVIO PASTRE E SERVIDÃO BOTTEGA, SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 3.273,42 M2, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII.

Novo Horizonte/SC, em 31 de Março de 2017 – Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 021/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 31/03/2017
CONTRATADO: OESTE LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DE PARTE DA AVENIDA CASTELO BRANCO, EULIVIO PASTRE E SERVIDÃO BOTTEGA, SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 3.273,42 M2, em regime de execução indireta de empreitada por preço Global, conforme Projetos, memorial descritivo, orçamentos e Cronograma global, descritos nos Anexos III - VII, parte integrante do Processo Licitatório Nº 021/2017.
VALOR DA DESPESA: R\$ 226.675,76 (duzentos e vinte e seis mil seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos)
DATA: 31/03/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 026/17 - PR Nº 012/17 30/03/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 30/03/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, CONSUMO E GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO E PARA MANUTENÇÃO DO CRAS E NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO CRAS QUANDO DA PARTICIPAÇÃO DAS OFICINAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;
CONTRATADO: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.328,61 (Dois mil trezentos e vinte oito reais e sessenta um centavos).
CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.774,54 (Dois mil setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta quatro centavos).
CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 508,97 (Quinhentos e oito reais e noventa sete centavos).
CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.513,34 (Dois mil quinhentos e treze reais e trinta quatro centavos).
CONTRATADO: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 466,95 (Quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa cinco centavos).
CONTRATADO: SCS COMÉRCIO LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.980,65 (Dois mil novecentos e oitenta reais e sessenta cinco centavos).
TOTAL GERAL: R\$ 11.573,06 (Onze mil quinhentos e setenta três reais e seis centavos).
DATA: 30/03/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO TA Nº 002 AO CA Nº 037/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 002 ao Contrato Administrativo Nº: 037/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: IVONIR V. FLORES & CIA LTDA ME
Valor : 1.727,52 (um mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017
Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (36), 2.012.3.3.90.00.00.00.00 (39), 2.012.3.3.90.00.00.00.00 (40), 2.012.3.3.90.00.00.00.00 (41)
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste no acréscimo da quilometragem diária do itinerário constante do item

25, conforme abaixo descritos e relacionados na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação de empresas prestadoras de serviços de Transporte Escolar para alunos do Município de Novo Horizonte.

Fundamento Legal: : De comum acordo e amparados pelo art. 65, I "b" § 1º, da Lei 8.666/93 e alterações, na Cláusula Primeira e Segunda, Parágrafo Quinto do Contrato Administrativo Nº 037/2017.

Novo Horizonte/SC, em 31 de Março de 2017 – VANDERLEI SANGIOTTO-Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

2.703

LEI N. 2.703 DE 28 DE MARÇO DE 2017.

CRIA, DEFINE E REGULAMENTA O BENEFÍCIO DO ALUGUEL SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica criado, no âmbito municipal, o Benefício do Aluguel Social, que consiste na concessão, pelo Poder Executivo, de benefício financeiro destinado ao pagamento de locação de imóvel residencial de terceiros à famílias em situação habitacional de emergência, e/ou vulnerabilidade social, que não possuam outro imóvel próprio, no Município ou fora dele.

§1º Para os efeitos da presente Lei, família em situação de emergência é aquela que teve sua moradia destruída ou interditada em função de deslizamentos, inundações, incêndio, insalubridade habitacional ou outras condições que impeçam o uso seguro da moradia.

§2º O subsídio do Programa será destinado exclusivamente ao pagamento de locação residencial.

§3º O valor do benefício limitar-se-á ao valor do aluguel do imóvel locado, até o limite de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, por família, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

§4º A concessão do aluguel fica limitada à quantidade máxima de 12 (doze) famílias, simultaneamente, que atendam aos requisitos e condições exigidas nesta Lei, observadas à disponibilidade orçamentária e financeira.

§5º Fica o Município autorizado a receber através de programas e ações de outros órgãos verbas destinadas especificamente para o aluguel de moradias para as famílias informadas no §1º deste artigo, caso em que referidas moradias não estarão incluídas no quantitativo informado no parágrafo anterior.

Art.2º. A interdição do imóvel será reconhecida por laudo da Defesa Civil, confeccionado por intermédio dos meios técnicos cabíveis e aplicáveis ao caso.

§1º No ato da interdição de qualquer imóvel serão cadastrados os respectivos moradores, com a definição de um responsável por moradia.

§2º Será dada preferência a inclusão no Programa a família que possua nesta ordem as seguintes condições:

- I. Maior risco de habitabilidade, em grau a ser estipulado no parecer técnico da Defesa Civil;
- II. Presença de crianças de 0 a 12 anos;
- III. Pessoas com deficiência, idosos e/ou doentes acamados.

Art.3º. A partir das informações ofertadas pela Defesa Civil, o Departamento de Habitação cadastrará as famílias em situações de

risco.

§1º O Departamento de Habitação diligenciará para obter os demais dados necessários à inclusão das famílias no Programa, mediante a realização de visitas à área ou outras providências que se fizerem necessárias.

§2º O Assistente Social da Secretaria de Assistência Social e Habitação reconhecerá o preenchimento das condições por parte das famílias, considerando as disposições dessa Lei e da Lei de Benefícios Eventuais.

Art.4º. Somente poderão ser objeto de locação, nos termos do Programa criado por esta Lei, os imóveis localizados no Município de Orleans, que possuam condições de habitabilidade e estejam situados fora de área de risco, contratados com os devidos proprietários ou respectivos representantes legais.

Art.5º. A eleição do imóvel a ser locado, a negociação, contratação da locação e o pagamento mensal aos locadores será responsabilidade da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art.6º. O benefício será concedido em pagamento mensal mediante depósito bancário em conta sob a titularidade do proprietário do imóvel, de acordo com contrato de aluguel.

§1º O pagamento que se refere o caput somente será efetivado mediante apresentação de declaração emitida pela defesa civil, comprovando a necessidade de inclusão no benefício do aluguel social devido a situação de risco habitacional do imóvel.

§2º A guarda e conservação do imóvel locado será de responsabilidade da família beneficiada no programa, na qual um responsável deverá assinar em conjunto o contrato de aluguel.

Art.7º. O benefício será concedido pelo prazo de seis meses, prorrogável uma única vez por igual período.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, para os casos em que a vulnerabilidade habitacional não for resolvida no prazo previsto no caput deste artigo, a família beneficiada pelo Programa poderá receber os aluguéis por mais 12 (doze) meses, desde que devidamente avaliado e justificado pela Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art.8º. É vedada a concessão do benefício para mais de um membro da mesma família cadastrada, sob pena de cancelamento do benefício.

Parágrafo Único. O não atendimento de qualquer comunicado emitido pelo Departamento de Habitação implicará no desligamento do beneficiário do Programa.

Art.9º. Cessará o benefício, perdendo o direito, a família que:

- I deixar de atender, a qualquer tempo, aos critérios estabelecidos na presente Lei;
- II - sublocar o imóvel objeto da concessão do benefício;

Art.10. As famílias contempladas com o Benefício do Programa do Aluguel Social terão prioridade nos novos programas habitacionais o que não vincula o município, entretanto, em qualquer tipo de

responsabilidade caso as famílias não cumpram os requisitos exigidos e consequentemente não sejam contempladas nos programas habitacionais.

Parágrafo Único. O Município deverá efetuar o acompanhamento e o monitoramento das famílias incluídas no Benefício do Aluguel Social, visando alcançar a autonomia socioeconômica da família quando cessar o pagamento do aluguel.

Art.11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 28 de março de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

2.704

LEI Nº 2.704 DE 28 DE MARÇO DE 2017.

cria, define e regulamentam o programa "Leite, Vida e Saúde" no âmbito da política municipal de assistência social.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica regulamentado o Programa "Leite, Vida e Saúde", vinculado a Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Parágrafo Único: Deverão ser observados os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742, de 07/12/1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 06/07/2011 e Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º O Programa "Leite, Vida e Saúde" destina-se as:

I. famílias com crianças na faixa etária de 06 (seis) meses a 03 (três) anos;

II. pessoas idosas acometidas de doenças crônicas;

III. pessoas com necessidades especiais e portadores de doenças infectocontagiosas.

Parágrafo Único. Para ser contemplado no programa, deverá ser verificada a impossibilidade de arcar por conta própria o enfrentamento das contingências sociais cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 3º Serão atendidos no Programa "Leite, Vida e Saúde" as famílias que se enquadrarem nos seguintes critérios:

I. Possuir cadastro informatizado na Secretaria de Assistência Social e Habitação;

II. Residir no município no mínimo há 03 (três) anos;

III. Renda mensal per capita familiar igual ou inferior ½ (meio) salário mínimo.

Parágrafo Único. Para cálculo da renda per capita será considerado os rendimentos da família provenientes de:

a) salários bruto; proventos; pensões; pensões alimentícias; benefícios de previdência pública ou privada; seguro desemprego; comissões; pró-labore; outros rendimentos do trabalho não assalariado; rendimentos do mercado informal ou autônomo; rendimentos auferidos do patrimônio; Renda Mensal Vitalícia – RMV, e o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

Art. 4º Este benefício integra a rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Art. 5º O benefício somente será concedido mediante parecer social, elaborado por:

I – Assistentes sociais que compõem as equipes de referência que atuam nos serviços de proteção social básica e especial.

II – Assistente Social responsável pela gestão dos benefícios eventuais, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 28 de março de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

4.080

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.080 DE 13 DE MARÇO DE 2017.

"NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Complementar nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, ficando assim constituída:

Presidente: Tatiani Jung Furlan

Membros: Suzana Maria Bratti

Denis Redivo Vieira

Alana Patrício Stols Cruzeta

Magai Motta de Aguiar.

Art. 2º Cabe a Comissão ora designada, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação, bem como, receber os requerimentos de inscrições, emitir os documentos de homologação das inscrições, elaborar, aplicar, julgar e corrigir as provas escritas, apreciar os recursos previstos no Edital, emitir relatórios de classificação dos candidatos, prestar informações sobre o certame dentro de sua competência, atuar em conformidade com as disposições no Edital e informar resultado final para a Administração Municipal de Orleans/SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 13 de março de 2017; 131º anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

4.084

DECRETO N.º 4.084 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

“NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei n. 3.136 de 29 de abril de 2010. DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Profissional dos Membros do Magistério Público Municipal, a saber:

Presidente: Maira Regina Luiz
Secretária: Maristela Volpato Bussolo
Membro: Viviani Cardoso Vendramini
Membro: Rosinete B. Daltoé
Membro: Mádiça Debiasi Felisbino da Silva
Membro: Sirleia Zanini Alberton
Membro: Marilene L. Menegasso Alberton.

Art.2. A comissão de que trata o Artigo 1º deste Decreto compete:

- a) Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à avaliação do servidor tendo em vista a melhoria da qualidade da educação.
- b) Definir, organizar e/ou elaborar instrumentos necessários à operacionalização do processo da avaliação de desempenho.
- c) Examinar os registros de documentos que dizem respeito à avaliação do servidor.

d) Proceder com serenidade a avaliação de cada servidor com a ciência do mesmo.

e) Acompanhar e prestar orientações sistemáticas ao servidor, de forma a proceder ao seu crescimento profissional.

f) Emitir parecer final sobre o desempenho do servidor, de forma a homologar ou não a sua ascensão no Quadro de Carreira.

g) Emitir parecer final sobre o desempenho do ACT, de forma a homologar ou não à sua ascensão para o processo seletivo.

h) Comunicar o resultado final ao servidor.

i) Encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, a relação dos servidores avaliados por desempenho com direito ou não a Progressão por Desempenho Profissional.

Art.3. A comissão terá mandato de dois anos, podendo ser revogado.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC 13 de março de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

4.085

DECRETO Nº 4.085 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

“HOMOLOGA RESOLUÇÃO CMS 001/2017

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal e Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990.

DECRETA:

Art.1º. Fica Homologada a Resolução CMS 001/2017 do Conselho Municipal de Saúde - CMS – que dispõe sobre a tabela de escala de plantões das farmácias do Município de Orleans/SC, para o período de 01 de abril a 30 de junho de 2017.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC, 21 de março de 2017; 131º anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte um dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

4.086

DECRETO Nº 4.086 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

“NOMEIA OS MEMBROS E DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-CMS”

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 68, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e com base no Artigo 3.º da Lei nº 990/91, alterada pela Lei nº 1.319, de 20 de agosto de 1997, e ainda considerando as disposições da Lei 1.020 de 09 de julho de 1992,

DECRETA:

Art.1.º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Saúde de Orleans – CMS, na condição de titular e suplente, na forma que segue:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Luana Debiasi Mattei de Oliveira
Suplente: Sara Pavei

Representantes dos Profissionais de Saúde
Titular: Giseli Benedet Pizoni
Suplente: Edimara Tochetto Suayaneto

Representantes do Conselho do Alto Paraná
Titular: Maria Sirlei Coelho Carrer
Suplente: Leonice Debiase Montegutti

Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Maíra Regina Luiz
Suplente: Josiane da Silva Celso

Representantes da Pastoral de Saúde
Titular: Igenes Maria Paloschi
Suplente: Lurdes Feltrin

Representantes da Fundação Hospitalar Santa Otilia
Titular: Cristiane Vavassori
Suplente: Jaison Fernando P. Borges

Representantes da AAPIO
Titular: Doraci Terezinha Pilon Bussolo
Suplente: Pascoina Volpato Salvador

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orleans
Titular: Nilza Hannoff Pilon
Suplente: José Carrer

Representantes da Paróquia Santa Otilia
Titular: Murilo D. Ferrareis
Suplente: Marilândia Pereira Borges

Representantes da Pastoral da Criança
Titular: Maria Morgan
Suplente: Maria de Lourdes Bett Della Giustina

Representantes do SAMAE
Titular: Rossano Umberto Comelli
Suplente: Fábio Echeli Bett

REPRESENTANTE DA APAE
Titular: Arlene Maria de Aguiar Galvane
Suplente: Fabiana Hoffmann

REPRESENTANTE DA ADORE
Titular: Valentina Feltrin Tezza
Suplente: Irene Peron

Representantes da CONSELHO REGIONAL ODONTOLOGIA
Titular: Pedro Augusto Cordin Rosa
Suplente: Marília Tesmann

REPRESENTANTES DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM
Titular: Karla Pickler Cunha
Suplente: Greisse Lessa

REPRESENTANTES DO CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
Titular: Andressa Córneo Gazola
Suplente: Adalberto Alves de Castro

Art.2º. Ficam nomeados os membros da Diretoria do Conselho Municipal de Saúde de Orleans – CMS, pelo período de 02 anos, eleitos na data de 22 de junho de 2016, na forma que segue:

Presidente: Giseli Benedet Pizoni Zomer
Vice Presidente: Fábio Echeli Bett
Primeiro Secretário: Cristiane Vavassori
Segundo Secretário: Irmã Igenes Maria Paloschi.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Fica revogado o Decreto n.º 4.015 de 24 de outubro de

2017.

Orleans/SC, 21 de março de 2017; 131º anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte um dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

4.087

DECRETO N.º 4.087 DE 22 DE MARÇO DE 2017.

“CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município e Artigo 131 da Lei Complementar n.º 1.929 de 20 de dezembro de 2005, e

CONSIDERANDO que é dever da administração Pública, apurar fatos que contenham indícios de infrações disciplinares cometida por servidores públicos.

DECRETA:

Art.1.º Fica constituída e nomeada a Comissão para Instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar, para apurar fatos relativos aos processos n.s 002 e 003/2017, composta pelos seguintes servidores:

- Presidente: Janes Aparecida de Lorenzi de Oliveira
- Membro: Cinthia Soares Lotin Librelato
- Membro: Maiara Dal Ponte Martins.

Art.2.º A Comissão terá como atribuições apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido, de acordo com o estabelecido no Estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art.3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições

Orleans/SC 30 de janeiro de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

ADITIVO 3-1/2014 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº... : 1/2014 Aditivo Nº3-1/2014
Contratante... : SAMAE DE ORLEANS
Contratada : BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 29.121,24 (Vinte e nove reais cento e vinte e um reais e vinte e quatro centavos)
Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12//2017
Licitação : Pregão Presencial 1/2014
Objeto : CESSÃO DE LICENÇA DE USO DOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA P/ ADM PUBLICA

Orleans, 30 de março de 2017

CONTRATO 01/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 01/2017
Contratante.: SAMAE DE ORLEANS
Contratada.: MAZON & ZAPELINI COMÉRCIO DE COMB.LTDA
Valor : 107.000,00 (cento e sete mil reais) anual.
Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Pregão Presencial 24/2016
Objeto : aquisição de combustível para frota do SAMAE

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 02/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 02/2017
Contratante.: SAMAE DE ORLEANS
Contratada : PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA
Valor : 103.400,00 (cento e três mil e quatrocentos reais) anual.
Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Pregão Presencial 21/2016
Objeto : aquisição de policloreto de alumínio para tratamento de água .

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 03/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 03/2017
Contratante.: SAMAE DE ORLEANS
Contratada : BUSCHLE & LEPPERS S/A
Valor : 29.290,00 (vinte e nove mil, duzentos e noventa reais) anual.
Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Pregão Presencial 21/2016
Objeto : aquisição de produtos químicos para tratamento de água SAMAE

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 04/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 04/2017
Contratante.: SAMAE DE ORLEANS
Contratada : KEMHIDRA COM. DE PROD. QUÍMICOS E PETR. EI-RELE-ME
Valor : 17.200,00 (dezesete mil e duzentos reais) anual.
Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Pregão Presencial 21/2016
Objeto : aquisição de produtos químicos para tratamento de água SAMAE

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 05/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 05/2017
Contratante.: SAMAE DE ORLEANS
Contratada : HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA
Valor : 31.185,00 (trinta e um mil cento e oitenta e cinco reais) anual.
Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Pregão Presencial 21/2016
Objeto : aquisição de produtos químicos para tratamento de água SAMAE

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 06/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 06/2017
Contratante.: SAMAE DE ORLEANS
Contratada : ESGOTEX – SERV.DE LIMPEZA DE FOSSAS SEPTICAS LTDA
Valor : 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais) anual.
Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : Pregão Presencial 22/2016
Objeto : Serviço de limpeza de redes de esgoto e estações elevatórias

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 07/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 07/2017

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada : GB SERV.DE TERRAPLANAGEM LTDA

Valor : 32.750,00 (trinta e dois mil setecentos e cinquenta reais) anual.

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Pregão Presencial 23/2016

Objeto : contratação de horas de maquina escavadeira e de caminhão para execução de esgoto sanitário

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 08/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº... : 08/2017

Contratante... : SAMAE DE ORLEANS

Contratada : BAGGIO SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI EPP

Valor : 72.000,00 (setenta e dois mil reais) anual

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Pregão Presencial 23/2016

Objeto : contratação de horas de maquina restroescavadeira para execução de esgoto sanitário

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 09/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº... : 09/2017

Contratante... : SAMAE DE ORLEANS

Contratada : ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME

Valor : 22.296,00 (vinte e dois mil, duzentos e noventa e seis reais)anual

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Pregão Presencial 25/2016

Objeto : Contratação de horas de serviço para manut.e troca de peças de conjuntos moto-bomba.

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 10/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº... : 10/2017

Contratante... : SAMAE DE ORLEANS

Contratada : SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMATICA SS LTDA

Valor : 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017

Objeto : Locação e manutenção de software

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 11/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº... : 11/2017

Contratante... : SAMAE DE ORLEANS

Contratada : EVOLUTEC TECNOLOGIA EM EQUIP. DE AUTO-MAÇÃO

Valor : 6.579,72 (seis mil quinhentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos)

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017

Objeto : SERVIÇO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE NÍVEIS DE RESERVATÓRIO

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 12/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº... : 12/2017

Contratante... : SAMAE DE ORLEANS

Contratada : INFINITY SYSTEM ASSISTENCIA VEICULAR EPP

Valor : 7.896,00 (Sete mil oitocentos e noventa e seis reais)

Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017

Objeto : SERVIÇO DE MONITORAMENTO E RASTREAMENTO VEICULAR

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 13/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº... : 13/2017

Contratante... : SAMAE DE ORLEANS

Contratada : CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Valor : 62.745,10 (Sessenta e dois mil setecentos e quarenta e cinco reais e dez centavos)

Vigência : Início: 17/02/2017 Término: 17/02/2018

Objeto : TRANSFERENCIA DE RECURSOS PUBLICOS PARA O CISAM-SUL

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

CONTRATO 14/2017 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº... : 14/2017

Contratante... : SAMAE DE ORLEANS

Contratada : BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Valor : 37.050,00 (Trinta e sete mil e cinquenta reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Pregão Presencial 3/2017

Objeto : CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE

Orleans-SC., 30 de Março de 2017

ERRATA PROCESSO 26/2017

ERRATA PROCESSO Nº 26/2017

MOTIVO: Devido alterações do objeto, e necessidade de reabertura de prazo.

PROCESSO Nº 26/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2017

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA ÁREA CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017, A SEREM PRESTADOS MENSALMENTE DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, COM CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS SERVIDORES (SETOR DE CONTABILIDADE).

Recebimento dos Envelopes: até o dia 18/04/2017 às 14h:00min.

Abertura das Propostas: dia 18/04/2017, às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 31 de Março de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 319/2017

PORTARIA Nº 319/2017

"EXONERA SERVIDOR A PEDIDO "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com Art. 36 da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido o(a) o Servidor(a) JOSELIO FLÁVIO BUSSOLO, matrícula nº 5684, do cargo de SUPERVISOR DE DEPARTAMENTO, a partir de 24/03/2017, por motivos particulares.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 24 de março de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE E QUATRO (24) DIAS DO MES DE MARÇO (03) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESETE (2017).

MARIO COAN

Secretario da Administração

PORTARIA Nº 322/2017

PORTARIA Nº 322/2017

"EXONERA SERVIDOR "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com Art. 36 da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o(a) o Servidor(a) RODRIGO VIEIRA, matrícula nº 5662, do cargo de GERENTE ESPECIAL DE DEPARTAMENTO, a partir de 30/03/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 30 de março de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRINTA (30) DIAS DO MES DE MARÇO (03) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESETE (2017).

MARIO COAN

Secretario da Administração

PORTARIA Nº 324/2017

PORTARIA Nº 324/2017

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e considerando o Art. 35, Item III da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Servidora JACINTA MARIA VOLPATO DEBIASI, matrícula nº 2430, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE a partir de 31/03/2017, tendo em vista a concessão pela Previdência Social, de aposentadoria por tempo de contribuição ao servidor.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 31 de março de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRINTA E UM (31) DIAS DO MES DE MARÇO (03) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESETE (2017).

MARIO COAN

Secretario da Administração

PORTARIA Nº 325/2017

PORTARIA Nº 325/2017

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e considerando o Art. 35, Item III da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Servidor LUCIA MARIA ALBINO BERTO FURLAN, matrícula nº 3855, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL a partir de 31/03/2017, tendo em vista a concessão pela Previdência Social a aposentadoria por tempo de contribuição.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 31 de março de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRINTA E UM (31) DIAS DO MES DE MARÇO (03) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESETE (2017).

MARIO COAN

Secretario da Administração

PROCESSO 20/2017 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 20/2017 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS DEPENDENCIAS.

Fundamento legal: Leis Federais Nº 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Data e hora da entrega dos envelopes: 17/04/2017 às 14h00min.

Abertura: 17/04/2017 às 14h30min.

Mais informações no Setor de Licitações, sito a Rua XV de Novembro - 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0131 ou 3886-0109, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 31 de Março de 2017.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira

Secretária de Saúde.

PROCESSO 30/2017

PROCESSO Nº 30/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE AZEVEM.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 17/04/2017 às 10h:00min.

Abertura das Propostas: dia 17/04/2017, às 10h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 31 de Março de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 018/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PREGÃO Nº 018/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à Contratação de empresa especializada para o transporte de passageiros para o Município de Lages, destinados a pacientes com consultas e procedimentos agendados via consórcio intermunicipal de saúde. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 17/04/2017 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 31/03/2017.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

DECRETO Nº 430

DECRETO Nº 430, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova desmembramento de área urbana que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 4º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, concomitantemente com a Lei Complementar nº 37, de 14 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área urbana, com área total de 2.438,58 m² (dois mil, quatrocentos e trinta e oito metros e cinquenta e oito centímetros quadrados), correspondente a Chácara 25-B2, da Quadra "B", imóvel registrado sob a matrícula nº 19.190, do Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal - SC, situado na Rua Presidente Castelo Branco, Bairro Nossa Senhora dos Navegantes, neste Município, com confrontações conforme o mapa topográfico, requerido por EDMUNDO MACHADO - CPF: 682.761.259-72 e DARCIANE JUNGLES DE LIMA MACHADO - CPF: 032.217.239-03:

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL: 2.438,58 m²

Lote nº 25-B2	1.271,901 m²
Lote nº 25-B3	393,162 m²
Lote nº 25-B4	389,104 m²
Lote nº 25-B5	384,416 m²

Art. 2º Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da vigência deste Decreto, os proprietários, pela via legal, deverão submeter o processo de desmembramento ao Registro Imobiliário, em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 3º Toda e qualquer pendência de infraestrutura, na forma da Legislação, serão de inteira responsabilidade dos proprietários.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 079/2010, de 1ª de dezembro de 2010.

Ouro, 31 de março de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 431

DECRETO Nº 431, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova desmembramento e unificação de área urbana que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 4º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, concomitantemente com a Lei Complementar nº 37, de 14

de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área urbana, com área total de 4.200,00 m² (quatro mil e duzentos metros quadrados), correspondente ao Lote 20 da Quadra "A", imóvel registrado sob a matrícula nº 24.304, do Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal - SC, situado às margens da Rodovia SC-150, neste Município, com limites e confrontações conforme o mapa topográfico, requerido por OURO TUBOS LTDA. - CNPJ: 01.439.619/0001-60:

ÁREA DOCUMENTAL DO IMÓVEL: 4.200,00 m²

Área Desmembrada	1.190,00 m²
Área Remanescente	3.010,00 m²

Art. 2º Fica aprovada a unificação de duas áreas urbanas compostas pelo Lote nº 21 da Quadra "A", imóvel registrado sob a matrícula nº 24.303, do Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal - SC, com área de 1.400,00 m² (mil e quatrocentos metros quadrados) e a área desmembrada no art. 1º deste Decreto, constituindo-se numa área unificada de 2.590,00 m² (dois mil, quinhentos e noventa metros quadrados), situados às margens da Rodovia SC-150, neste Município, com limites e confrontações conforme o mapa topográfico, requerido por MANOEL ANTÔNIO SARTORI - CPF: 294.988.489-04 e JACI TEREZINHA SARTORI - CPF: 027.892.499-97:

ÁREA DOCUMENTAL DO IMÓVEL: 1.400,00 m²

Área a Anexar (área desmembrada no Art. 1º)	1.190,00 m²
Área Total do Lote nº 21 com a área anexada	2.590,00 m²

Art. 3º Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da vigência deste Decreto, os proprietários, pela via legal, deverão submeter o processo de desmembramento ao Registro Imobiliário, em conformidade com a legislação em vigor.

Art. 4º Toda e qualquer pendência de infraestrutura, na forma da Legislação, serão de inteira responsabilidade dos proprietários.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 373, de 14 de julho de 2016.

Ouro, 31 de março de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

LEI Nº 2.473

LEI Nº 2.473, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Autoriza firmar convênio para repasse financeiro com a Associação dos Acadêmicos de Ouro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

firmar convênio para repasse financeiro com a Associação dos Acadêmicos de Ouro - AACO, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.977/0001-97, sediado na Rua Governador Jorge Lacera, neste Município, destinado ao custeio do transporte dos acadêmicos até a Universidade do Oeste de Santa Catarina, nas cidades de Joaçaba, Capinzal e Campos Novos.

Art. 2º O Município de Ouro repassará à Associação dos Acadêmicos de Ouro a importância de 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) em 10 (dez) parcelas, no período de março a dezembro de 2017.

Art. 3º Fica vinculado ao repasse financeiro à apresentação das certidões negativas as quais a entidade possui vinculação.

Art. 4º A entidade deverá prestar contas ao Município, obedecendo aos critérios que serão estabelecidos no Termo de Convênio a ser firmado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão lançadas em programação orçamentária específica, prevista no Orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 31 de março de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

LEI Nº 2.474

LEI Nº 2.474, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Altera a Lei nº 2.385, de 1º de julho de 2014, que "dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Assistência Social, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 2.385, de 1º de julho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º

XVIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família." (NR)

"Art. 5º

§ 2º Quando houver vacância no cargo de presidente no mandato em exercício não poderá o vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho.

§ 4º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é composto por 10 (dez) membros titulares, com seus respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I -

II - cinco representantes da Sociedade Civil, eleitos em foro próprio específico, com antecedência de até 30 (trinta) dias, composto da seguinte forma:

a) dois representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social;

b) um representante de entidades e/ou organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;

c) dois representantes dos trabalhadores do SUAS.

§ 5º No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos previstos no inciso II, a vaga deverá ser preenchida por um dos demais segmentos.

§ 6º Ocorrendo vacância de titular e/ou suplente entre os conselheiros não governamentais a mesa diretora deverá convocar o

segmento para eleição de novo representante. No caso de a vacância se referir à representação governamental, caberá à mesa diretora do CMAS encaminhar ao titular da Pasta o pedido de substituição de seu representante.

§ 7º A nomeação dos membros do CMAS se dará por decreto, responsabilidade do Prefeito Municipal, e a posse ocorrerá em prazo adequado e suficiente para não existir descontinuidade do funcionamento do conselho. Deve-se, ainda, observar:

I - caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar a nominata de conselheiros ao órgão oficial do município responsável pelas publicações;

II - o processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno." (NR)

"Art. 6º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da política da assistência social.

Parágrafo único. Serão considerados organizações de usuários sujeitos coletivos, jurídica, política ou socialmente constituídos: associações, movimentos sociais, fóruns, conselhos locais de usuários, redes ou outras denominações, que tenham entres seus objetivos a defesa e garantia de direitos de usuários do SUAS." (NR)

"Art. 11. O Plenário reunir-se-á, obrigatoriamente, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas." (NR)

"Art. 12. Os conselheiros têm autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas." (NR)

"Art. 13. O Conselho de Assistência Social deverá ter uma Secretaria Executiva, com assessoria técnica, devendo ser habilitado em serviço social e inscrito no conselho profissional.

....." (NR)

"Art. 19.

§ 2º

IV - o 2º secretário." (NR)

"Art. 20. Poderá ser emitida declaração a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados." (NR)

"Art. 22. As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos, podendo ser convidados a participar das reuniões, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 21 da Lei nº 2.385, de 1º de julho de 2014.

Ouro, 31 de março de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Paial

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 19/2017 DL 004/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Paial
Departamento de Compras
Aviso de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

Processo Licitatório 19/2017

Objeto: Locação de imóvel constituído de uma residência localizada Avenida Julio Bender, 350, Sala 01, Centro, nesta cidade e Município de Paial – SC, para instalar a Secretaria de Agricultura, conforme inciso X, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Tipo: DL.

DATA: 03 DE ABRIL DE 2017

Local de Abertura: Sede da Prefeitura Municipal. Informações complementares: Poderão ser obtidas em horário comercial na Prefeitura Municipal de Paial pelo telefone 49 34510045, ou e-mail licitacao@paial.sc.gov.br ou web site: www.paial.sc.gov.br.

PAIAL, 31 DE MARÇO DE 2017.

NEVIO ANTONIO MORTARI
PREFEITO MUNICIPAL DE PAIAL
ORDENADOR DE DESPESAS

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2017 PREGÃO PRESENCIAL 12/2017-

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Paial
Departamento de Compras
Aviso de Licitação
PREGÃO PRESENCIAL 12/2017

Processo Licitatório 20/2017

REGISTRO DE PREÇOS - SRP

PREGÃO PRESENCIAL

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/HORAS DE RETROESCAVADEIRA

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 13/04/2017 abertura DA SESSÃO PÚBLICA às 09h00min.

Entrega de envelopes até 13/04/2017 até 08h30 min.

Local de Abertura: Sede da Prefeitura Municipal.

Informações complementares: Poderão ser obtidas em horário comercial na Prefeitura Municipal de Paial pelo telefone 49 34510045, ou e-mail licitacao@paial.sc.gov.br ou web site: www.paial.sc.gov.br

PAIAL, 31 DE MARÇO DE 2017.

NEVIO ANTONIO MORTARI
PREFEITO MUNICIPAL.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 1037/2017.

PORTARIA Nº. 1037/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na EB Francisca Raimunda Farias da Costa da Secretaria de Educação a servidora ANGELITA DE FATIMA DE LIMA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.129, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 2.129, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

COMITÊ GESTOR DE GOVERNO. Altera o Decreto nº 2.098, de 12 de janeiro de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe a Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 2.098, de 12 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Cabe ao Comitê Gestor de Governo, no âmbito de toda a Administração Municipal, Direta e Indireta, previamente analisar, deliberar e autorizar:

I – toda e qualquer contratação por dispensa ou inexigibilidade de processo licitatório;

II – aquisições, contratações, alterações e prorrogações de contratos e instrumentos congêneres de materiais, serviços e obras, cuja despesa seja igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

III – convocação dos aprovados em concurso público ou processo seletivo;

IV – contratação de serviços "terceirizados" e afins;

V – a concessão de horas extraordinárias de trabalho a servidores públicos municipais e contratados;

VI – a concessão de todo e qualquer benefício remuneratório aos servidores públicos municipais;

VII – demais atos administrativos a serem definidos em Resolução;

§ 1º As deliberações nas requisições de compras serão efetuadas quando o processo licitatório não envolver registro de preços;

§ 2º Quando se tratar de licitação de registro de preços a deliberação do Comitê será realizada na folha da ordem de compra;

§ 3º Entende-se por despesas, para fins de aplicação do inciso II deste artigo, as despesas que somadas, de forma semanal e por unidade gestora ultrapassem o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)." (N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 02 de março de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 0951/2017.

PORTARIA Nº. 0951/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A partir de
Débora Soares Moreira	25	40	17/02/2017 a 14/12/2017
Giovani Wilberstaedt	25	35	02/02/2017 a 01/06/2017

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0952/2017.

PORTARIA Nº. 0952/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora SHIRLEY PERES KNABBEN DA SILVA, matrícula nº. 800235-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 189 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 671/2017, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 22/02/2017.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0953/2017.

PORTARIA Nº. 0953/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora DAIANE MALUA PUTTI, matrícula nº. 401105-1, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096,

de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 2773/2017, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 22/02/2017.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0954/2017.

PORTARIA Nº. 0954/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora EDIRLANDA MARIA DA ROSA, matrícula nº. 121744-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 189 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 1854/2017, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 20/02/2017.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0955/2017.

PORTARIA Nº. 0955/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR RICARDO ANTONIO CANELO, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/03/2017.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0956/2017

PORTARIA Nº. 0956/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDERSON LEOPOLDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Informática, no (a) EB Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0957/2017.

PORTARIA Nº. 0957/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ALINE ANDRADE, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2017.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0958/2017.

PORTARIA Nº. 0958/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ROBSON GERCINO DOS SANTOS, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/03/2017.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0959/2017

PORTARIA Nº. 0959/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR RODRIGO VALDEMIRO DE ASSUNÇÃO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/03/2017.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0960/2017

PORTARIA Nº. 0960/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA ELZI PEREIRA, matrícula nº. 300052-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/10/1998 a 01/10/2003, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio de 01/10/2003 a 01/10/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/03/2017 à 01/06/2017.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0961/2017.

PORTARIA Nº. 0961/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora ELIANE PEREIRA DA SILVA BRANCO, matrícula nº. 401111-4, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 2571/2017, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 24/02/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0962/2017.

PORTARIA Nº. 0962/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR JEFERSON DA SILVA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0963/2017.

PORTARIA Nº. 0963/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR CLEONICE GENEROSO DE SANTANA CHAVES, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0964/2017.

PORTARIA Nº. 0964/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR JAMILLA ARAUJO JESKE HEINIG, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0965/2017

PORTARIA Nº. 0965/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EUNICE BATISTA MARTINS, matrícula nº. 500009-1, titular do cargo de Auditor Fiscal da Receita, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/09/2006 a 05/09/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 13/03/2017 à 13/04/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0966/2017.

PORTARIA Nº. 0966/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR DOUGLAS ADEMIR DA SILVEIRA, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0967/2017.

PORTARIA Nº. 0967/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR GUSTAVO RENAN COLOMBO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0968/2017.

PORTARIA Nº. 0968/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARCELO WAGNER JUNIOR, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0969/2017.

PORTARIA Nº. 0969/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1163 de 07 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado o servidor JACKSON FILIPE DE ABREU, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 004/2015, pelo período de 02/03/2017 a 02/03/2018, face ao impedimento da titular Cinara Galvão, que se encontra em LG.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0970/2017

PORTARIA Nº. 0970/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1160 de 07 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado a servidora NICOLE CORREA DA SILVA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 004/2015, pelo período de 02/03/2017 a 02/03/2018, face ao impedimento da titular Rose Magaly Martins, que se encontra cedida ao SITRAMPA.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0971/2017.

PORTARIA Nº. 0971/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1500 de 31 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora TAINARA ESPINDOLA JUTTEL, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 004/2015, pelo período de 30/03/2017 a 30/03/2018, face ao impedimento da titular Eronete Gilda Gomes de Oliveira, que se encontra exercendo a função de pregoira.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0972/2017.

PORTARIA Nº. 0972/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1512 de 31 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SANDRA SEARA DA CONCEIÇÃO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 004/2015, pelo período de 06/03/2017 a 06/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0973/2017

PORTARIA Nº. 0973/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Salazar Matias	Assistente de educação	05	06/03/17	I – L 85
Ana Paula Milian de Azevedo	Merendeira	90	08/03/17	I – M 54
Atanil de Medeiros Wagner	Professor	10	01/03/17	I – H 36-0, II – H 43-1
Bruna Mara de Melo	Assessor	180	01/03/17	I –
Camila Leidens Silvello	Enfermeiro	05	06/03/17	I – K 01-1
Carla dos Santos	Monitor	09	06/03/17	I –
Claudia Maria Weingartner	Professor	60	03/03/17	I – F 31-2
Cleide Aparecida Bernardes	Técnico em Enfermagem	30	06/03/17	I – Z 76-3
Cleusa Silva Anselmo	Professor	90	20/03/17	I – G 20
Daniela Rodrigues Franceschetti	Assistente Administrativo	180	03/03/17	I –
Débora Toniazzo	Professor	14	07/03/17	I – M 54, II – Z 76-3
Deyse Alexandre Pedroso	Professor	15	03/03/17	I – F 31
Edileine Priscilla dos Santos	ASO	02	03/03/17	I – S 20, II – M 54
Edileine Priscilla dos Santos	ASO	03	07/03/17	I – S 20, II – M 54
Elaine Cristina Fernandes	Técnico em Enfermagem	15	06/03/17	I – O 12-0
Eva Feltrin	Técnico em Enfermagem	04	14/02/17	I – F 43, II – Z 20-9
Fabian Pamplona Goulart	ACS	22	09/02/17	I –
Fabíola Pires Fermينو	Monitor	180	23/02/17	
Fernanda C. Machado Scheffmacker	Técnico em Enfermagem	37	23/02/17	I –
Fernanda Silveira da Rosa	Professor	04	06/03/17	I – N 39
Fernando João Pessoa	Geógrafo	45	03/03/17	I – K 40-2, II – K 42-9, III – K 43-9
Gedelci Quadros de Oliveira	Monitor	90	08/03/17	I – I 20, II – I 25
Jane Maria de Souza Santos	ACS	15	02/03/17	
Janice Maria Martins	Professor	60	09/03/17	I – Z 76
Jucelandia de Souza	ASO	10	07/03/17	I – Z 76-3
Márcia Kanitz de Cezaro	Farmacêutico	15	06/03/17	I – F 32-2
Margarete Graciki da Silva	ASO	45	06/03/17	I – S 42-0, II – S 22-3
Maria Jussara Bairos de Mellos	Assistente Social	30	06/03/17	I – M 54-5, II – M 25-8, III – S 32-0
Mariana Brandalise	Psicólogo	05	06/03/17	I – N 83-1
Micheli de Souza	ACS	08	06/03/17	I – J 32-0

Michelle Paula Santiago	Merendeira	04	03/03/17	I – Z 76-3
Milene Domingues Batista Santini	Professor	15	02/03/17	I – N 20-1
Miriam Josiane Silveira de Souza	ASO	90	06/03/17	I – M 54-8
Odilon Pedro de Farias	Auditor Fiscal de Tributos	30	03/03/17	I – Z 76-3
Osvaldo Orlando de Souza	ASO	30	03/03/17	I – J 44-9
Paulo Henrique Pedroso da Trindade	Professor	90	17/03/16	I – F 41
Priscila dos Santos Juppa	ASO	07	03/03/17	I – Z 76-0
Raquel Coelho	Professor	05	06/03/17	I – D 30
Rosemere Aparecida Scotti Venson	Merendeira	30	02/03/17	I – Z 76-3
Rosimari Mees	Assessor	180	02/03/17	I –
Schirley Pereira	Assistente Administrativo	15	02/03/17	I – G 54-0
Sergio Vidal Junior	Agente Administrativo Auxiliar	30	03/03/17	I –
Silvana Nara da Rosa	ASO	05	07/03/17	I – F 32-1
Suzane Cristina de Farias Broering	Assistente Administrativo	15	06/03/17	I – J 34
Tatiana Cristina Rodrigues	ASO	05	09/03/17	I – H 09
Tatiana Rosemar de Abreu	Professor	30	03/03/17	I – M 53-4
Thais Diniz da Silva	Professor	15	06/03/17	I –
Thaiza Mendes Pereira	Assistente Administrativo	30	07/03/17	I – Z 76-3
Thomas Goes Scheffmacher	Enfermeiro	05	02/03/17	I –
Vanessa Paes de Oliveira	ACS	30	07/03/17	I – M 25
Vera Lucia Batista Vieira	Merendeira	55	07/03/17	I – M 23-2
Virginia Aparecida Ferreira	Professor	05	13/03/17	I – M 75-4
Viviane Hensing de Souza	Professor	180	28/02/17	I – E 13-6, II – Z 76-3

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0974/2017.

PORTARIA Nº. 0974/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1481 de 31 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora LUCIANA LUCAS JANSEN, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 004/2015, pelo período de 29/03/2017 a 29/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0975/2017.

PORTARIA Nº. 0975/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1466 de 31 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ALINI NUNES CORDOVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 004/2015, pelo período de 29/03/2017 a 29/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0976/2017.

PORTARIA Nº. 0976/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1148 de 02 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora BIANCA DE MARCO BRAGAGLIA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 004/2015, pelo período de 08/03/2017 a 08/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0977/2017.

PORTARIA Nº. 0977/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1776 de 05 de abril de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora LUCIA DA SILVA DE OLIVEIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 004/2015, pelo período de 16/03/2017 a 16/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0978/2017.

PORTARIA Nº. 0978/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1477 de 31 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ROBERTA CRISTINA PACHECO CORREA DOS SANTOS, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 003/2015, pelo período de 22/03/2017 a 22/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0979/2017.

PORTARIA Nº. 0979/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1813 de 11 de abril de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora GISELLE IZABEL DA SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 004/2015, pelo período de 09/03/2017 a 09/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0980/2017

PORTARIA Nº. 0980/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1813 de 11 de abril de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ISAURA MORAES PESSOA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 004/2015, pelo período de 29/03/2017 a 29/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0981/2017

PORTARIA Nº. 0981/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1464 de 31 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora KAREN JAQUELINE PUYEN ENSINO, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 003/2015, pelo período de 17/03/2017 a 17/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0982/2017.

PORTARIA Nº. 0982/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0348 de 10 de fevereiro de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANA CAROLINA LESSA VIEIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 003/2015, pelo período de 14/02/2017 a 14/02/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0983/2017

PORTARIA Nº. 0983/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1158 de 07 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora DANDARA LORUAMA DA SILVA FERNANDES, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 003/2015, pelo período de 02/03/2017 a 02/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0984/2017.

PORTARIA Nº. 0984/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0784 de 29 de fevereiro de 2016, que Contratou por Tempo Determinado o servidor LEONARDO DA SILVA LIMA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 003/2015, pelo período de 03/03/2017 a 03/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0985/2017.

PORTARIA Nº. 0985/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1150 de 07 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora DEBORA REGINA SCHRAMM NASPOLINI, titular do cargo de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 003/2014, pelo período de 02/03/2017 a 02/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0986/2017.

PORTARIA Nº. 0986/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1028 de 23 de fevereiro de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JANINE BARBOSA DA SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Edital nº. 003/2014, pelo período de 10/03/2017 a 10/03/2018.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0987/2017.

PORTARIA Nº. 0987/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR SUELLEN PEREIRA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0988/2017.

PORTARIA Nº. 0988/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR SIMONE DE MELLO WEINGARTNER, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0989/2017.

PORTARIA Nº. 0989/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR SANDRA APARECIDA CUNHA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0990/2017.

PORTARIA Nº. 0990/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MONIQUE AMARAL SILVEIRA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0991/2017.

PORTARIA Nº. 0991/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR LUCIA BUSSOLO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0992/2017

PORTARIA Nº. 0992/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR EVELYN SINGEL GARCIA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0993/2017.

PORTARIA Nº. 0993/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ANTONIO NUNES SILVA JUNIOR, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0994/2017

PORTARIA Nº. 0994/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARIA APARECIDA RACHADEL COSTA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0995/2017.

PORTARIA Nº. 0995/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR DENISIA ZILMA DA ROSA LIMA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0996/2017.

PORTARIA Nº. 0996/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1057 de 02 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARIVETE FERREIRA DE MACEDO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, até 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0997/2017.

PORTARIA Nº. 0997/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0849 de 29 de fevereiro de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARINA DIETRICH, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, até 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0998/2017.

PORTARIA Nº. 0998/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1059 de 02 de março de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARIA IZABEL MARINHEIRO DOS SANTOS, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, até 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0999/2017.

PORTARIA Nº. 0999/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0851 de 29 de fevereiro de 2016, que Contratou por Tempo Determinado à servidora VERA LUCIA DA SILVA, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, até 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1000/2017

PORTARIA Nº. 1000/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA PAULA RANGEL, matrícula nº. 801639-8, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/07/2010 a 01/07/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/03/2017 à 03/04/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1001/2017.

PORTARIA Nº. 1001/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA ODETE VIEIRA, matrícula nº. 801575-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/05/2010 a 10/05/2015, por 01 (um) mês, a contar de 10/03/2017 à 10/04/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1002/2017.

PORTARIA Nº. 1002/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ZENILDE MARIA DE SOUZA, matrícula nº. 300171-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do

Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/04/2008 a 16/04/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/03/2017 à 02/04/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1003/2017.

PORTARIA Nº. 1003/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL – para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Funcionário	Matrícula	De	Para	A partir
Cleusa Maria Andrada Saraiva	801081-1	DOC-III-F	DOC-III-G	15/07/2016

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1004/2017.

PORTARIA Nº. 1004/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, EDSON MELQUIOR DE ABREU, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1005/2017

PORTARIA Nº. 1005/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EDER ESPINDOLA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1006/2017.

PORTARIA Nº. 1006/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALESSANDRA VIEIRA RODRIGUES DE ALMEIDA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2016, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1007/2017.

PORTARIA Nº. 1007/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A partir de
Kenia Vanessa Zapelini Gonçalves	20	40	01/03/2017 a 14/12/2017
Maria Lucia Santos	20	40	02/02/2017 a 14/12/2017
Matheus Guthia Moraes	25	30	24/02/2017 a 14/12/2017
Rogério Fernandes de Oliveira	20	30	02/02/2017 a 14/12/2017

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1008/2017.

PORTARIA Nº. 1008/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora KARIN FLAVIA PAMPLONA, Matrícula nº. 3745605-1, ocupante da categoria funcional de ACD, removido para a UBS Rio Grande da Secretaria de Saúde do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1009/2017.

PORTARIA Nº. 1009/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO do JOSIANE CRISTINA DA SILVA, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente de CRAS Jardim Eldorado, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1010/2017.

PORTARIA Nº. 1010/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a "Comissão de Processos Seletivos da Secretaria de Saúde", do Quadro de Pessoal da Administração Geral, de acordo com a Lei nº 096/2010:

Artigo 2º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor em 01fevereiro de 2017.

NOME	SECRETARIA	FUNÇÃO
Adriana Nascimento de Souza	Secretaria de Saúde	Presidente
Alyson Beckhauser	Secretaria de Saúde	Membro
Ângela Luzia Neis Assunção	Secretaria de Saúde	Vice Presidente
Daiele de Oliveira	Secretaria de Saúde	Membro
Josielly Pinheiro Westphal	Secretaria de Saúde	Membro

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1011/2017.

PORTARIA Nº. 1011/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para os servidores abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/03/2017.

MATRICULA	NOME
124800-3	Alder de Fátima Velho
801846-4	Andrea dos Santos Silveira Coelho
125043-1	Andreia Martins da Silva
122921-3	Andreia Osvaldina Mafra
801871-1	Andreia Silverio
122560-2	Andresia da Rosa Martins
126705-1	Celina Adelina de Oliveira da Silva
121828-2	Clarete Kreuch
122165-1	Clarice Maria dos Santos Galvão
801812-1	Débora Leonia de Assunção
129563-4	Edinalda Silveira de Souza Pires
122755-1	Elane Nazare Batista Alves
800751-4	Eliane Dilma de Azevedo Scherer
800830-3	Fabiana Regina da Silveira
800830-1	Fabiana Regina da Silveira
800034-1	Geovania de Abreu
3745903-1	Jenifer Sotero de Souza Cardoso
801843-2	Kelly Cristina Silva Lohn
121785-2	Luciane Soares Juttel
210776-3	Luciano Kuhn
802033-18	Lucilene Irma Bernardo da Silveira
122121-1	Maria Celina Jorge
801795-10	Maria de Fátima Silva dos Passos
122915-1	Marivone Maria Silveira
121029-1	Miriam Regina da Silva Qaudros
801868-5	Priscila Bestetti Ibarra Barreto
127801-2	Raquel Meira Souto
801747-1	Rosemar Rodrigues de Albuquerque Tubino
800296-2	Rosi Zulma Martins de Andrade
122507-2	Rosilda Maria Goulart Schutz

210809-5	Samanta Manuela Meirel
121764-1	Sheila Iolanda Coelho Mauricio
802052-3	Sirley Westphal Raitz
121798-1	Sonia da Silva Homem
801830-6	Susana da Rosa Coelho
801811-1	Tania Martins Silva
125451-2	Taysi Vieira de Souza
3745743-1	Thais Cristina de Bandeira Pamplona Scheidt

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1012/2017.

PORTARIA Nº. 1012/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR JESSICA FLORIANO, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1013/2017

PORTARIA Nº. 1013/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ADRIANA FREITAS COSTA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1014/2017.

PORTARIA Nº. 1014/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para DAIANY SOARES DE SOUZA, matrícula nº. 800828-2, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/01/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1015/2017.

PORTARIA Nº. 1015/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de março de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
124800-3	Alderi de Fátima Velho	R\$ 619,00
801846-4	Andrea dos Santos Silveira Coelho	R\$ 589,00
125043-1	Andreia Martins da Silva	R\$ 682,00
122921-3	Andreia Osvaldina Mafra	R\$ 682,00
801871-1	Andreia Silverio	R\$ 589,00
122560-2	Andresia da Rosa Martins	R\$ 619,00
126705-1	Celina Adelina de Oliveira da Silva	R\$ 914,00
121828-2	Clarete Kreuch	R\$ 752,00
801812-1	Débora Leonia de Assunção	R\$ 522,00
129563-4	Edinalda Silveira de Souza Pires	R\$ 752,00
122755-1	Elane Nazare Batista Alves	R\$ 790,00
800751-4	Eliane Dilma de Azevedo Scherer	R\$ 716,00
800830-3	Fabiana Regina da Silveira	R\$ 358,00
800830-1	Fabiana Regina da Silveira	R\$ 395,00
800034-1	Geovania de Abreu	R\$ 771,00
3745903-1	Jenifer Sotero de Souza Cardoso	R\$ 497,00
801843-2	Kelly Cristina Silva Lohn	R\$ 589,00
121785-2	Luciane Soares Juttel	R\$ 752,00
210776-3	Luciano Kuhn	R\$ 497,00
802033-18	Lucilene Irma Bernardo da Silveira	R\$ 589,00
122121-1	Maria Celina Jorge	R\$ 716,00
801795-10	Maria de Fátima Silva dos Passos	R\$ 589,00
122915-1	Marivone Maria Silveira	R\$ 718,00
121029-1	Miriam Regina da Silva Quadros	R\$ 914,00
801868-5	Priscila Bestetti Ibarra Barreto	R\$ 589,00
127801-2	Raquel Meira Souto	R\$ 914,00
801747-1	Rosemar Rodrigues de Albuquerque Tubino	R\$ 589,00

800296-2	Rosi Zulma Martins de Andrade	R\$ 790,00
122507-2	Rosilda Maria Goulart Schutz	R\$ 716,00
210809-5	Samanta Manuela Meirel	R\$ 497,00
121764-1	Sheila Iolanda Coelho Mauricio	R\$ 214,00
802052-3	Sirley Westphal Raitz	R\$ 589,00
121798-1	Sonia da Silva Homem	R\$ 790,00
801830-6	Susana da Rosa Coelho	R\$ 589,00
801811-1	Tânia Martins Silva	R\$ 589,00
125451-2	Taysi Vieira de Souza	R\$ 682,00
3745743-1	Thais Cristina de Bandeira Pamplona Scheidt	R\$ 497,00

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1016/2017.

PORTARIA Nº. 1016/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor ANTONIO CESAR COSTA, Matrícula nº. 3761096-1, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, removido Secretaria da Fazenda do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1017/2017

PORTARIA Nº. 1017/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOÃO LEHMKUHL, matrícula nº. 500461-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/07/2009 a 01/07/2014, por 03 (três) meses, a contar de 22/02/2017 à 22/05/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1018/2017.

PORTARIA Nº. 1018/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANO PEREIRA, matrícula nº. 400040-1, titular do cargo de ASP, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/09/2011 a 16/09/2016, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 25/02/2017 à 25/04/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1019/2017

PORTARIA Nº. 1019/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para os servidores abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/02/2017.

MATRICULA	NOME
211175-15	Ana Carolina Xavier

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1020/2017.

PORTARIA Nº. 1020/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no Galpão da Merenda da Secretaria de Educação a servidora CRISTIANE HILLESHEIN, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1021/2017.

PORTARIA Nº. 1021/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO de PAULA REGINA CRUZ PESSI, matrícula nº 21113-1, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/02/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1022/2017.

PORTARIA Nº. 1022/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para o (a) servidor (a) VIVIANE SILVA MACEDO, Matrícula nº. 210637-4, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 09/02/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1023/2017.

PORTARIA Nº. 1023/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVONIRA ZELIA DE SOUZA, matrícula nº. 300031-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 09/08/2011 a 15/10/2016, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 06/03/2017 à 06/04/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

LUIZ HENRIQUE SELL
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1024/2017.

PORTARIA Nº. 1024/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Escola Profissional da Secretaria de Educação a servidora ANGELA ROSA DA SILVA BEPPLER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1025/2017.

PORTARIA Nº. 1025/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Nova Esperança da Secretaria de Educação a servidora MIRIAM REGINA DA SILVA QUADROS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1026/2017.

PORTARIA Nº. 1026/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração

Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2017.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
123351-1	Adriana Rosa Liberato Sotero	R\$ 2.000,00	Diretor Adjunto CAIC
211175-15	Ana Carolina Xavier	R\$ 1.220,00	Coordenador CEI Jose Miguel Ferreira
122256-1	Edna Clarice Vieira Fernandes	R\$ 1.110,00	EI Rincão
800345-1	Elizabete Marques Correa	R\$ 1.220,00	ER Olga Cerino
211113-1	Paula Regina Cruz Pessi	R\$ 1.450,00	EJA - FMP

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1027/2017.

PORTARIA Nº. 1027/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CAIC da Secretaria de Educação a servidora KARLA DA SILVA ALBINO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1028/2017.

PORTARIA Nº. 1028/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na EB Francisca Raimundo Farias da Costa da Secretaria de Educação a servidora LAUDELINA MONICA DE SOUZA FORTUNATO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1029/2017.

PORTARIA Nº. 1029/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Anjinho da Guarda da Secretaria de Educação a servidora HELENA MARIA DE ESPINDOLA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 22/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 22 de fevereiro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1030/2017.

PORTARIA Nº. 1030/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CHAIANY AMABILE MARTINS IGNACIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1031/2017.

PORTARIA Nº. 1031/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DENAIR PEREIRA SOTERO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1032/2017.

PORTARIA Nº. 1032/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ISABELA CRISTINA SCOZ COSTA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1033/2017

PORTARIA Nº. 1033/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MANOELA LIRA REIS, titular do cargo de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1034/2017.

PORTARIA Nº. 1034/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO NATHALIA BROERING BORBA, titular do cargo de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/03/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1035/2017.

PORTARIA Nº. 1035/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO XIMENA CABRAL RODRIGUES, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1036/2017.

PORTARIA Nº. 1036/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FERNANDA ROSA DE OLIVEIRA, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 20/03/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1038/2017.

PORTARIA Nº. 1038/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Realizar da Secretaria de Educação a servidora ADRIANA FREITAS COSTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1039/2017.

PORTARIA Nº. 1039/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Escola Profissional – Unidade Sul da Secretaria de Educação a servidora MARIVONE FERMINA NUNES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 26/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL N. 026/2017

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Cimento para ser utilizado em pequenos reparos para todas as Secretarias, Fundos e Autarquias, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

J.M.C JUNCKES MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA EPP, CNPJ N. 04.484.251/0001-40, ficou classificada nos itens 01 e 02, em seu menor preço por item, totalizando a , importância de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Palhoça, 31 de março de 2017.

Shirley Regina de Farias
Pregoeira – Portaria 1482/2016

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017**

EDITAL nº 008/2017

LICITAÇÃO EXCLUSIVA-ME/EPP LC 147/2014**1- MODALIDADE : PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017**

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que, na sala de Reunião de licitação da Câmara Municipal de Palhoça, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC, será realizada Licitação na modalidade Pregão, do tipo Menor Preço Global, para a aquisição de material de Limpeza. A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DOS ARTIGOS 3, 47 e 48 - I E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1.2 - Os documentos para habilitação bem como a proposta, deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope), às 09h00min do dia 17 de abril de 2017, no local indicado no subitem 1.1., ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para a realização desta licitação.

1.3 - Integram este edital, independentemente de transcrição:

1.3.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.3.2 – ANEXO II – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES;

1.3.3 – ANEXO III – CREDENCIAMENTO;

1.3.4 – ANEXO IV – DECLARAÇÃO QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS;

1.3.5 – ANEXO V – DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO;

1.3.6 – ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EPP;

1.3.7 – ANEXO VII – DECLARAÇÃO ART. 26;

1.3.8 – ANEXO VIII – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA;

1.3.9 – ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO.

2 - DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a aquisição de material de Limpeza, para a utilização na Câmara Municipal, conforme descrito no formulário padronizado de proposta - Anexo I deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderão participar deste Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação, empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Câmara, ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, os termos da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões: "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso e apresentar a declaração no caderno de habilitação de que é microempresa ou empresa de pequeno porte conforme o modelo anexo.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designado para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos poderes exigidos para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

4.1.1 - Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis;

4.1.2 - Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade ou documento equivalente;

b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos de seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado.

4.1.3 - Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta.

4.2 - Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos do item 4. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

5 - DA PROPOSTA

5.1 - O formulário Padronizado de Proposta, referido do subitem 1.3.1, deverá ser preenchido pela licitante, onde constarão:

a) assinatura do representante legal da empresa;

b) indicação obrigatória do preço do item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último

em caso de divergência, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido;

c) indicação do número da conta corrente e do nome e número do Banco e da agência bancária, bem como dos números do CNPJ e de inscrição estadual e/ou municipal, os quais serão apostos no campo indicado no formulário padronizado, ou apresentados no Departamento de Finanças da Câmara, em 10 (dez) dias, contados da data de adjudicação, sem prejuízo do curso regular do processo.

5.2 - A empresa que desejar reproduzir as informações constantes do Formulário Padronizado de Proposta poderá fazê-lo, desde que não altere e/ou descaracterize a substância do Formulário padrão, podendo ser digitado por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado da empresa. Sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, constando a assinatura do representante legal da empresa.

5.3 - Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital.

5.4 - O formulário Padronizado de Proposta constante do Anexo I do Edital será acondicionado em envelope lacrado no qual se identifiquem, externamente, o nome da empresa licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

5.5 - Para fins do disposto no subitem 7.4 deste Edital, a empresa licitante deverá indicar o CNPJ do estabelecimento (matriz/filial) que emitirá a Nota Fiscal, no Formulário Padronizado de Proposta, na folha 1 do Anexo I se for o caso.

5.6 - A empresa deverá informar em sua proposta o prazo a ser concedido.

6 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

6.1 - No dia, hora e local designado neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para habilitação e a proposta. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "DOCUMENTAÇÃO" - "PROPOSTA".

6.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.3 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, podendo ser utilizado o modelo em anexo. As empresas que decidirem pelo envio do envelope sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.2, deverão encaminhar a declaração de que trata este subitem em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto ao citado documento. A não apresentação da declaração em questão acarretará o impedimento da empresa de participar do certame.

6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 - No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço apresentado, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.6 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de ofertas dos lances.

6.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.8 - É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

6.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

6.10 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 6.5, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o artigo 4º, inciso IX da Lei Federal 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

6.10.1 - Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de 03 (três), para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados.

6.10.2 - Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subseqüente, visando completar o número de 03 (três), para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 6.10.1;

6.10.3 - Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de 03 (três), na forma dos subitens 6.10.1 e 6.10.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

6.10.4 - Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

6.11 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de menor preço do item.

6.13 - Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá a abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 7 deste Edital.

6.14 - Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 7 deste Edital.

6.15 - No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitados da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda as condições fixadas neste Edital.

6.16 - Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

6.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

6.18 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pelo assistente e por todas as empresas licitantes presentes.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para habilitação no presente PREGÃO, serão exigidos os documentos descritos a seguir. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou pelo Pregoeiro da Câmara Municipal, mediante apresentação do documento original, conforme disposto no artigo 32 da Lei Federal 8.666/93, vedada a apresentação via fax ou E-Mail.

7.2 - O envelope de habilitação das empresas deverá conter:

7.2.1 - Declaração da própria empresa de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo em anexo;

7.2.2 - Declaração da própria empresa de que não existem fatos supervenientes que impeçam a participação no processo licitatório, até a data de abertura do envelope de habilitação, podendo ser utilizado o modelo em anexo.

7.2.3 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por (Art. 29, inciso IV, da Lei 8.666/93);

7.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou da sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

7.2.5 - Certidão de quitação da Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com prazo de validade em vigor;

7.2.6 - Certidões Negativas expedidas pelos Órgãos Distribuidores de Falências e Concordatas do local da sede de empresa, expedida há menos de 60 dias (sessenta) dias da data designada no subitem 1.2.

7.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3 - Caso a empresa licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse estabelecimento para consulta "ONLINE".

8 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo de recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

8.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

9 - DO CONTRATO

9.1 - Será firmado o Contrato com a vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93.

9.2 - O prazo para assinatura do Contrato será no máximo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação por esta Câmara, para a sua formalização.

9.3 - Na hipótese da empresa vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido no item anterior, o Pregoeiro convocará nova Sessão Pública, onde examinará a qualificação das empresas licitantes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2 - O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10.4 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

10.5 - Em caso de atraso na entrega do material, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada, multa moratória de valor equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6 - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - O pagamento da importância relativa a aquisição do material descrito nos itens anteriores, correrá à conta de recursos constantes no orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, com

Elemento de despesa: 3.3.90.30.22.00 – Material de Limpeza.

12 - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1 - O fornecimento do material de limpeza será de acordo com a necessidade da Câmara Municipal, dentro do prazo do contrato a ser firmado entre as partes.

12.2 - O prazo de validade das propostas deverá ser de no mínimo 30 dias úteis.

13 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

13.1 - O Setor de Licitação prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 18h00min, na sede da Câmara Municipal, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC, telefone (48) 3288-2512- ou e-mail: licitação@cmp.sc.gov.br.

14 - DO VALOR

14.1 - Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 31.398,45 (trinta e um mil trezentos e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos).

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento devido à contratada será efetuado mensalmente, após a apuração do total consumido, mediante apresentação de nota fiscal e a prévia liquidação da despesa pelo setor competente, por meio de Ordem Bancária, ou diretamente na sede da contratada, pela tesouraria da Câmara.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - A Câmara Municipal de Palhoça poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do artigo 49 da Lei nº

8.666/93.

16.2 - O pregoeiro dirimirá as dúvidas oriundas da presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para a abertura dos envelopes.

16.3 - Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça/SC, excluído desde já, qualquer outro.

Palhoça, 31 de março de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

O objeto da presente licitação é a aquisição de material de Limpeza, para a utilização na Câmara Municipal, conforme descrito no formulário padronizado de proposta - Anexo I deste Edital.

Descrição/Quantitativos/Estimativa de preços:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Preço Unitário R\$	Preço total R\$
01	50	Unidade	Flanela em algodão branca, medida 28x38 cm.	2,14	107,00
02	80	Unidade	Pano de chão alvejado, 100% algodão. Comprimento: 67cm e largura de 43cm.	5,24	419,20
03	80	Unidade	Pano de prato em algodão. Características adicionais: Absorvente, lavável e durável. Cor: branco liso. Tamanho aproximado: 75x50cm.	3,43	274,40
04	30	Caixa	Copo para água de 180 ml, reforçado, em conformidade com a ABNT. Embalagem: caixa com 25 centos de 100 unidades cada.	88,03	2.640,90
05	02	Caixa	Copo para café de 50 ml, reforçado, em conformidade com a ABNT. Embalagem: caixa com 50 centos de 100 unidades cada.	84,38	168,76
06	30	Caixa	Papel toalha interfolhado em 100% de fibras naturais, branco, resistente e macio. Embalagem: Caixa com 2.400 folhas cada, medida 22,5x21cm. 100% celulose virgem, 3 dobras, corte limpo das folhas, tecnologia folha por folha Possuir laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados atualizados pelo Inst. Adolfo Lutz.	71,45	2.143,50
07	20	Fardo	Papel higiênico em rolos de 500 mts, 100% de fibras naturais, branco, resistente, antialérgico. Embalagem: fardo de 08 (oito) rolos de 500 mts, com circunferência interna de 0,6 cm, Tecnologia Personal, Possuir laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados /atualizados pelo Instituto Adolfo Lutz.	75,16	1.503,20
08	150	Frasco	Limpador perfumado indicado para pisos, azulejos e outras superfícies laváveis como fórmicas. Composição mínima: Tenso ativos não - iônicos, solventes, espessantes, conservantes, sequestrante, perfume, corante e água. Frasco com 500ml.	6,35	952,50
09	40	Caixa	Desinfetante, limpador e desodorizante para uso exclusivo para vasos sanitários e mictórios. Característica físico-químicas mínimas: líquido límpido, cor verde, ph (1%): 1,0 a 1,07, densidade 1,04 a 1,06 g/ml. Composição/princípio ativo; formaldeído a 37% 0,5%. Outros: ácido clorídrico 9,6% tenso ativos não-iônicos, tenso ativos aniônico, perfume, corante e água. Aspecto líquido. Frasco: caixa com 12 unidades com 700 ml.	42,96	1.718,40
10	60	Bombona	Limpador amoniacal, 5 (cinco) litros concentrado. Composição química mínima: Ácido alquil, sulfônico, hidróxido de amônio, coadjuvante, corante, essência. Estabilizante e veículo. Indicado para limpeza pesada, desengordurante e desengraxante.	35,19	2.111,40
11	02	Unidade	Pá de lixo plástica com cabo longo (80cm), modelo camponesa.	20,72	41,44
12	05	Caixa	Álcool líquido 70%. Embalagem com 12 (doze) litros	63,86	319,30
13	15	Caixa	Sabão em pó. Composição: A base de Alquil benzeno sulfonato de sódio, tensoativo aniônico, coadjuvantes, tamponantes, corante, sinergista, branqueador óptico, fragrância, carga e água. Qualidade: Biodegradável, caixa de papelão ou pacote plástico original do fabricante. Peso líquido 1 Kg.	8,39	125,85
14	05	Pacote	Sabão em Barra. Pacotes com 5 (cinco) unidades	6,45	32,25
15	70	Fardo	SACO P/ LIXO FORTE, de 30 Lt. Fardo com 10 rolos. Cada rolo com 50 unidades, medindo 59 x 62 cm, com 4 micras, no mínimo.	70,25	4.917,50

16	50	Fardo	SACO P/ LIXO FORTE, de 15 Lt. Fardo com 10 rolos. Cada rolo com 100 (cem) unidades, medindo 39x50cm, com 4 micras no mínimo.	62,28	3.114,00
17	80	Fardo	SACO P/LIXO FORTE, de 100 Lt. Fardo com 10 rolos. Cada rolo com 25 (vinte e cinco) unidades, medindo 75x105cm, com 9 micras no mínimo.	51,96	4.156,80
18	100	Bombona	Água sanitária para limpeza geral, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, teor cloro ativo variando de 2 a 2,50% cor levemente amarelo-esverdeada, bombona de 05 (cinco) litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no ministério da saúde.	10,12	1.012,00
19	90	Unidade	Detergente para louça glicerinado, biodegradável e consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e painéis. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no ministério da saúde.	1,92	172,80
20	80	Unidade	Aromatizador de ambiente de 360 ml. Composição: cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. Ingrediente, perfume e butano/propano.	12,45	996,00
21	40	Bombona	Sabonete líquido com agente naturais humectantes, perfume e poder de Limpeza. Composição: ácido graxo de palmiste, dietanolamida de ácido graxo de coco, corante, alcalinizante, preservante, opacificante, perfume e água. Embalagem com 05 (cinco) litros. Biodegradável pronto uso.	19,38	775,20
22	15	Pacote	Lã de aço de 60 gramas. Pacotes com 8 unidades.	1,91	28,65
23	10	Unidade	Vassoura angular com cerdas especiais plumadas indicada para todos os tipos de piso, limpa canto.	13,49	134,90
24	60	Unidade	Lustra móveis - Lavanda 200ml. Composição: Agente formador de filme, cera de carnaúba, parafina, silicone, emulsificante, solvente de petróleo alcalinizante, espessante, 3(CMIT) 1 (MIT) fragrância e veículo.	4,29	257,40
25	60	unidade	Luvas de Látex Natural amarela forrada com algodão flocado, face palmar nos dedos e pontas dos dedos. Tamanho Médio.	5,63	337,80
26	60	unidade	Luvas de Látex Natural amarela forrada com algodão flocado, face palmar nos dedos e pontas dos dedos. Tamanho Pequeno.	5,63	337,80
27	50	Unidade	Espuma tipo dupla face, multiuso. Composição: Espuma de poliuretano e fibras sintéticas abrasiva, agente antimicrobiano. Aplicação: Lavagem de louças e limpeza em geral. Pacote plástico com 01 (uma) unidade.	1,23	61,50
28	80	Unidade	Limpador de vidros 500ml com álcool. Composição: Lauril, éter, sulfato de sódio, coadjuvantes, corante, solvente, água.	5,80	464,00
29	20	Bombona	Álcool Gel Antisséptico 70%. Composição mínima: Carbômetro, álcool etílico, trietanolamina, glicerina USP isotiazolinona e água. Bombona de 5 Litros.	44,50	890,00
30	37	Unidade	Cesto de Lixo Redondo Plástico sem Tampa. Medidas mínimas: 23 cm (diâmetro) x 51 cm (altura); Composição: Polipropileno. Cor: Preta	32,00	1.184,00
VALOR TOTAL GLOBAL R\$				R\$ 31.398,45	

Palhoça, 31 de março de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

ANEXO II

(MODELO) DECLARAÇÃO

Fora do envelope

Ref.: Pregão nº _____

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº



....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Em de de 2017.

Representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

ANEXO III

(MODELO)

CREDENCIAMENTO

Fora do envelope

Através da presente, credenciamos o (a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº me CPF sob o nº, a participar da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça/SC na modalidade PREGÃO Nº, supra-referenciada, na qualidade de Representante legal da Empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Palhoça/SC, de de 2017.

Representante legal da empresa

ANEXO IV

(MODELO)

DECLARAÇÃO

Fora do envelope

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC Nº, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Palhoça/SC, de de 2017.

Representante legal da empresa

ANEXO V

(MODELO)

DECLARAÇÃO

Fora do envelope

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC Nº , declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por PREGÃO Nº

Palhoça/SC, de de 2017.

Representante legal da empresa

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Fora do envelope

Para fins de participação na licitação na modalidade PREGÃO nº a (o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE), CNPJ, sediada na Rua, nº, declara, sob as penas da Lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº123, de 14.12.2006.

Local e Data

Nome e identificação do declarante

Obs: a presente declaração deverá ser assinada por representante legal do PROPONENTE

ANEXO VII

SOMENTE PELA EMPRESA VENCEDORA QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL
(MODELO)

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O ART.26 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 306
À Câmara Municipal de Palhoça/SC

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº, DECLARA a Câmara Municipal de Palhoça/SC, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I – preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato de Secretaria da Receita Federal;

II – o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas a falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1.º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

.....
Assinatura do Responsável

ANEXO VIII- Folha 01

CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC – ESTADO DE SANTA CATARINA
LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº ____/2017
FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

PROPOSTA

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº 10.520/02, a Lei nº 8.666/93, com as alterações da Lei nº 8.883/94, e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

2. Propomos à Câmara Municipal de Palhoça/SC, o fornecimento do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Pregão e asseverando que:

a) observaremos, integralmente, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do material objeto desta licitação; e,

b) em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

3. Cotamos para o fornecimento do objeto desta licitação, os valores constantes na folha 2 do presente Anexo.

4. O prazo de entrega do objeto da licitação será de acordo com a necessidade da Contratante, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

5. O prazo de validade desta proposta é de 30 (trinta) dias úteis.

Palhoça/SC, ____ de _____ de 2017.

(assinatura do representante legal da licitante)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CNPJ Nº:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

BANCO (nome e nº):

AGÊNCIA (nome e nº):

CONTA CORRENTE:

ANEXO VIII – Folha 02

CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA – ESTADO DE SANTA CATARINA
LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº ____/2017

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Preço Unitário R\$	Preço total R\$
01	50	Unidade	Flanela em algodão branca, medida 28x38 cm.		
02	80	Unidade	Pano de chão alvejado, 100% algodão. Comprimento: 67cm e largura de 43cm.		
03	80	Unidade	Pano de prato em algodão. Características adicionais: Absorvente, lavável e durável. Cor: branco liso. Tamanho aproximado: 75x50cm.		
04	30	Caixa	Copo para água de 180 ml, reforçado, em conformidade com a ABNT. Embalagem: caixa com 25 centos de 100 unidades cada.		
05	02	Caixa	Copo para café de 50 ml, reforçado, em conformidade com a ABNT. Embalagem: caixa com 50 centos de 100 unidades cada.		
06	30	Caixa	Papel toalha interfolhado em 100% de fibras naturais, branco, resistente e macio. Embalagem: Caixa com 2.400 folhas cada, medida 22,5x21cm. 100% celulose virgem, 3 dobras, corte limpo das folhas, tecnologia folha por folha Possuir laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados atualizados pelo Inst. Adolfo Lutz.		
07	20	Fardo	Papel higiênico em rolos de 500 mts, 100% de fibras naturais, branco, resistente, antialérgico. Embalagem: fardo de 08 (oito) rolos de 500 mts, com circunferência interna de 0,6 cm, Tecnologia Personal, Possuir laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados /atualizados pelo Instituto Adolfo Lutz.		
08	150	Frasco	Limpador perfumado indicado para pisos , azulejos e outras superfícies laváveis como fórmicas. Composição mínima: Tenso ativos não – iônicos, solventes, espessantes, conservantes, sequestrante, perfume, corante e água. Frasco com 500ml.		
09	40	Caixa	Desinfetante, limpador e desodorizante para uso exclusivo para vasos sanitários e mictórios. Característica físico-químicas mínimas: líquido límpido, cor verde, ph (1%): 1,0 a 1,07, densidade 1,04 a 1,06 g/ ml. Composição/princípio ativo; formaldeído a 37% 0,5%. Outros: ácido clorídrico 9,6% tenso ativos não-iônicos, tenso ativos aniônico, perfume ,corante e água. Aspecto líquido. Frasco: caixa com 12 unidades com 700 ml.		
10	60	Bombona	Limpador amoniacal, 5 (cinco) litros concentrado. Composição química mínima: Ácido alquil, sulfônico, hidróxido de amônio, coadjuvante, corante, essência. Estabilizante e veículo. Indicado para limpeza pesada, desengordurante e desengraxante.		
11	02	Unidade	Pá de lixo plástica com cabo longo (80cm), modelo camponesa.		
12	05	Caixa	Álcool líquido 70%. Embalagem com 12 (doze) litros		
13	15	Caixa	Sabão em pó. Composição: A base de Alquil benzeno sulfonato de sódio, tensoativo aniônico, coadjuvantes, tamponantes, corante, sinergista, branqueador óptico, fragrância, carga e água. Qualidade: Biodegradável, caixa de papelão ou pacote plástico original do fabricante. Peso líquido 1 Kg.		
14	05	Pacote	Sabão em Barra. Pacotes com 5 (cinco) unidades		
15	70	Fardo	SACO P/ LIXO FORTE, de 30 Lt. Fardo com 10 rolos. Cada rolo com 50 unidades, medindo 59 x 62 cm , com 4 micras, no mínimo.		
16	50	Fardo	SACO P/ LIXO FORTE, de 15 Lt. Fardo com 10 rolos. Cada rolo com 100 (cem) unidades, medindo 39x50cm, com 4 micras no mínimo.		
17	80	Fardo	SACO P/LIXO FORTE, de 100 Lt. Fardo com 10 rolos. Cada rolo com 25 (vinte e cinco) unidades, medindo 75x105cm, com 9 micras no mínimo.		

18	100	Bombona	Água sanitária para limpeza geral, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, teor cloro ativo variando de 2 a 2,50% cor levemente amarelo-esverdeada, bombona de 05 (cinco) litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e número de registro no ministério da saúde.		
19	90	Unidade	Detergente para louça glicerinado, biodegradável e consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no ministério da saúde.		
20	80	Unidade	Aromatizador de ambiente de 360 ml. Composição: cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. Ingrediente, perfume e butano/propano.		
21	40	Bombona	Sabonete líquido com agente naturais humectantes, perfume e poder de Limpeza. Composição: ácido graxo de palmiste, dietanolamida de ácido graxo de coco, corante, alcalinizante, preservante, opacificante, perfume e água. Embalagem com 05 (cinco) litros. Biodegradável pronto uso.		
22	15	Pacote	Lã de aço de 60 gramas. Pacotes com 8 unidades.		
23	10	Unidade	Vassoura angular com cerdas especiais plumadas indicada para todos os tipos de piso, limpa canto.		
24	60	Unidade	Lustra móveis - Lavanda 200ml. Composição: Agente formador de filme, cera de carnaúba, parafina, silicone, emulsificante, solvente de petróleo alcalinizante, espessante, 3(CMIT) 1 (MIT) fragrância e veículo.		
25	60	unidade	Luvas de Látex Natural amarela forrada com algodão flocado, face palmar nos dedos e pontas dos dedos. Tamanho Médio.		
26	60	unidade	Luvas de Látex Natural amarela forrada com algodão flocado, face palmar nos dedos e pontas dos dedos. Tamanho Pequeno.		
27	50	Unidade	Esponha tipo dupla face, multiuso. Composição: Espuma de poliuretano e fibras sintéticas abrasiva, agente antimicrobiano. Aplicação: Lavagem de louças e limpeza em geral. Pacote plástico com 01 (uma) unidade.		
28	80	Unidade	Limpador de vidros 500ml com álcool. Composição: Lauril, éter, sulfato de sódio, coadjuvantes, corante, solvente, água.		
29	20	Bombona	Álcool Gel Antisséptico 70%. Composição mínima: Carbômetro, álcool etílico, trietanolamina, glicerina USP isotiazolinona e água. Bombona de 5 Litros.		
30	37	Unidade	Cesto de Lixo Redondo Plástico sem Tampa. Medidas mínimas: 23 cm (diâmetro) x 51 cm (altura); Composição: Polipropileno. Cor: Preta		
VALOR TOTAL GLOBAL				R\$	

_____, ____ de ____ de 2017.

Ass. Responsável

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

Pelo presente Contrato, de um lado a Câmara Municipal de Palhoça, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Joci José Martins, 101, Parque Residencial Pagani, passa Vinte, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75.813.675/0001-59, Inscrição Estadual Isenta, neste ato representada por seu presidente, VEREADOR Fábio Coelho, doravante denominada CONTRATANTE, e, do outro lado, a Empresa XXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXX, situada à XXXXXX, em Palhoça/SC, neste ato representada pelo Proprietário/diretor, Sr. xxxx, portador do CPF: xxxx, doravante denominada CONTRATADA, têm justo e contratado o seguinte, a que mutuamente se obrigam:

1- DO OBJETO

1.1 – Este Contrato tem por objeto a aquisição de material de limpeza para a Câmara Municipal de Palhoça/SC, conforme licitação realizada na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº ____/2017, parte integrante deste contrato, para uso em veículos oficiais deste órgão.

2 – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – Dá-se a este Contrato o valor de R\$xxxxx (xxxxxxxxxx), referentes aos produtos especificados na folha 02 do Anexo I, a serem

utilizados conforme a necessidade da Câmara, durante o prazo de 01 (um) ano.

2.2 – O pagamento será efetuado após a entrega do material, mediante o aceite do Contratante, de acordo com as quantidades especificadas no termo de referência parte integrante do edital, mediante apresentação de nota fiscal e prévia liquidação da despesa pelo setor competente.

3 – DA VIGÊNCIA

3.1 – O prazo de vigência deste contrato inicia-se em ____ de _____ de 2017 até o dia ____ de _____ de 2017.

4 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 – Fornecer prontamente os produtos mencionados, de acordo com a necessidade da Contratante, e nota fiscal do mesmo, pôr ocasião do pagamento mensalmente.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 – Efetuar o pagamento à Contratada, dentro do prazo estabelecido no subitem 2.2 deste Contrato.

6 – DA RESCISÃO

6.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido pôr conveniência ou interesse das partes, devendo emitir notificação prévia de 30 (trinta) dias.

6.2 – A Câmara Municipal reserva-se o direito de rescindir Administrativamente este Contrato, sem que caiba à CONTRATADA, o direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza, independentemente de aviso ou interpelação judicial nos casos previstos em Lei.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da aquisição de material de limpeza, objeto deste Contrato, correrão pôr conta de recursos constantes no orçamento da Câmara Municipal de Palhoça/SC, Elemento de despesa: 3.3.90.30.22.00 – Material de Limpeza.

8 – DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça, para dirimir as dúvidas não resolvidas entre as partes, no caso de se esgotarem os entendimentos na esfera administrativa, renunciando desde já, a qualquer outro.

8.2 - E, pôr se acharem justas e Contratadas, as partes assinam e rubricam todas as folhas das 02 (duas) vias do presente Contrato, de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo.

Palhoça/SC, ____ de _____ de 2017.

Câmara Municipal de Palhoça/SC
Contratante

xxxxxxx
Contratada

Testemunhas:

1º _____
Nome:
CPF:

2º _____
Nome:
CPF:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 022/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA
--	--

PORTARIA Nº 022/2017

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. Milton Luiz Espíndola, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 86, combinado com art. 28 da Lei Complementar nº 096/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, SORAYA REGINA BECKER, titular do cargo efetivo de Técnica Previdenciária, matrícula 900050 do Quadro de Pessoal do IPPA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01/04/2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Palhoça, SC, em 30 de março de 2017.

MILTON LUIZ ESPÍNDOLA

Presidente do IPPA

Passos Maia

PREFEITURA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 0051/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0051/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0040/2016

TOMADA DE PREÇOS n. 0005/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Leomar Roberto Listoni, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 639.458.199-20, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de contratante, e, de outro lado, à empresa BENEFATTO CONSTRUTORA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.14.730.976/0001-24, sediada na Rua Anita Garibaldi, Centro, Município de palmitos – SC, neste ato representado pelo Sr. Fernando Mikolaicz, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n. 060.896.489-14, a seguir denominada simplesmente contratada, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 65, I, “b”, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

Considerando a necessidade de adequar o projeto de pavimentação poliédrica original, fazendo supressão, conforme cláusula terceira do presente termo aditivo e parecer em anexo.

Considerando que há projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária.

Considerando, ainda, que o valor do presente aditivo não ultrapassa o limite legal.

Conclui-se que a realização do presente termo aditivo do contrato acima identificado atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUPRESSÃO

Rua N – Loteamento Cancelli

SUPRESSÃO					
Item	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
4.1	Capina e limpeza manual de passeios com pequenos arbustos	m2	12,00	R\$ 4,20	R\$ 50,40
4.2	Regularização e compactação do solo dos passeios esp média 20cm	m2	12,00	R\$ 1,50	R\$ 18,00
4.3	Pavimentação com Paver e=4cm – Assentamento + rejuntamento com areia	m2	9,60	R\$ 62,30	R\$ 598,08
4.4	Pavimentação com Paver Tátil e=4cm – Assentamento + rejuntamento com areia	m2	2,40	R\$ 77,50	R\$ 186,00
TOTAL SUPRIMIDO					R\$ 852,48
VALOR A SER SUPRIMIDO DO ATIDIVO				R\$ 852,48	

CLÁUSULA QUARTA - DA SUPRESSÃO DE VALOR

Fica suprimido do valor global originário do contrato n. 0051/2016 a quantia de R\$ R\$ 852,48 (oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro de Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 31 de março 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO MIKOLAICZK BENEFATTO CONSTRUTORA LTDA – ME

Testemunhas:

EDSON SALVADEGO
CPF nº 067.004.859-32

ELISNARA SUTIL DE OLIVEIRA CPF nº 066.059.179-01

RELATORIO CONTROLE INTERNO 1 BIMENTRE 2017**Município de Passos Maia****Estado de Santa Catarina**

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO**PODER EXECUTIVO****COMPETÊNCIA: 1º BIMESTRE DE 2017**

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível a existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
- VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;
- II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000
CNPJ. 95.993.085/0001-62

parecer; e

III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Municipal. O município estruturou o Controle Interno através de decreto, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.

Em decorrência do disposto na legislação das três esferas de governo que orientam o Sistema de Controle Interno, apresentamos o relatório que segue, objetivando evidenciar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, fiscais bem como as ações desenvolvidas pela controladoria deste Município, relativamente ao 1º bimestre de 2017, priorizando-se as demonstrações relativas a:

- Planejamento
- Orçamento Fiscal
- Execução Orçamentária
- Limites Constitucionais e Legais
- Gestão Fiscal
- Gerenciais

Sobre tais aspectos passa-se a evidenciar:

PLANEJAMENTO

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA) Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal

Plano Plurianual (PPA)

Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Da mesma forma, no âmbito municipal também tais elementos não de ser observados. O Plano Plurianual estabelece o planejamento das despesas de capital e dos programas de caráter contínuo relativamente aos três últimos ano do mandato e do primeiro ano do mandato seguinte.

O Município dispôs sobre o PPA (Quadriênio 2014/2017), através da Lei Municipal nº 716/2013 25 de outubro de 2013 , onde estão definidos para o Período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O § 2º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe que *a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro*

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Importante também salientar o disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que se reporta à LDO:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;
- c) (VETADO)
- d) (VETADO)
- e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme § 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO deverá conter ainda o Anexo de Metas Fiscais, e o § 3º do mesmo artigo da LRF determina a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais.

O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2017 através da Lei Municipal nº 777/2016 09 de agosto de 2016 na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

Art. 165..... § 5º -

A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º: Art. 5º

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

- I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;
- II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
- III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:
 - a) (VETADO)
 - b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2017 fora aprovado pela Lei Municipal nº 778/2016 03 de novembro de 2016, o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.

Município de Passos Maia**Estado de Santa Catarina**

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 778/2016 03 de novembro de 2016, estima a Receita em R\$ 18.300.000,00 e fixa a Despesa em 18.300.000,00. A dotação Reserva de Contingência foi orçada em R\$ 26.620,00 o que corresponde a 0,15% do orçamento da despesa.

Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um importantíssimo instrumento de planejamento da Administração Pública, promovendo a fixação da despesa e estimando a receita de um exercício financeiro, aprovada pela Câmara de Vereadores até o final da sessão legislativa do ano anterior.

Embora a LOA preveja as dotações orçamentárias para o exercício subsequente, em função das mudanças que ocorrem na execução das ações e projetos durante o exercício em execução, é natural a realização de ajustes e adequações mediante abertura de créditos orçamentários adicionais, os quais podem ser suplementares (destinados a reforços de dotação orçamentária), especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis).

Para adequação do orçamento do Município às necessidades decorrentes de alterações no planejamento realizado, os atos de alterações orçamentárias editados durante o Período em análise, em cada Unidade Gestora, são demonstrados a seguir:

Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	26	11/01/2017	21.394,17
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	22	11/01/2017	1.215,41
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	23	11/01/2017	6.945,34
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	24	11/01/2017	15.766,15
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	35	19/01/2017	58.371,96
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	25	11/01/2017	17.723,80
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	32	11/01/2017	12.720,54
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	27	11/01/2017	12.632,43
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	21	11/01/2017	23.783,04
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	28	11/01/2017	8.661,61
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	29	11/01/2017	100.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	30	11/01/2017	8.075,22
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	31	11/01/2017	584,23
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	36	19/01/2017	85.877,74
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	33	11/01/2017	177.580,21
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	37	27/01/2017	5.307,20
Suplementar	Superávit Financeiro	778	31/10/2016	41	03/02/2017	152.059,37
Totais da Unidade						708.698,42

Unidade Gestora: 02 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE PASSOS MAIA

4 / 26

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	788	03/11/2016	12	11/01/2017	97.738,69
Suplementar	Superávit Financeiro	788	03/11/2016	13	11/01/2017	10.503,31
Suplementar	Superávit Financeiro	788	03/11/2016	14	11/01/2017	9.976,28
Suplementar	Superávit Financeiro	788	03/11/2016	15	11/01/2017	6.094,13
Suplementar	Superávit Financeiro	788	03/11/2016	16	11/01/2017	19.257,46
Suplementar	Superávit Financeiro	788	03/11/2016	17	11/01/2017	14.970,56
Suplementar	Superávit Financeiro	788	03/11/2016	18	11/01/2017	2.269,76
Suplementar	Superávit Financeiro	788	03/11/2016	19	11/01/2017	3.032,66
Suplementar	Superávit Financeiro	788	03/11/2016	20	11/01/2017	74.027,87
Suplementar	Superávit Financeiro	788	03/11/2016	488	02/01/2017	153.112,16
Totais da Unidade						390.982,88
Total Geral:						1.099.681,30

Os créditos adicionais abertos até o período analisado atingiram o montante de R\$ 1.099.681,30. Destes, R\$ 1.099.681,30 referem-se a créditos adicionais suplementares. Assim, temos o seguinte demonstrativo:

Alterações Orçamentárias	No Bimestre	Até o Bimestre
I) Créditos Orçamentários	0,00	18.300.000,00
Ordinários	0,00	18.273.380,00
Reserva de Contingência	0,00	26.620,00
II) Créditos Adicionais	1.099.681,30	1.099.681,30
Suplementar	1.099.681,30	1.099.681,30
Especial	0,00	0,00
Extraordinário	0,00	0,00
III) Anulações de Créditos	0,00	0,00
Anulações	0,00	0,00
IV) Créditos Autorizados (I+II-III)	1.099.681,30	19.399.681,30

Os créditos adicionais realizados conforme demonstra o quadro anterior, tiveram sua origem e autorização na Lei Orçamentária Anual (LOA) e Leis Municipais específicas, de conformidade com o que segue:

Origem dos créditos Autorizados			
Créditos Autorizados (Lei Orçamentária Anual)	Percentual Autorizado	Valor Autorizado	Até o Bimestre
Créditos Autorizados (Lei Orçamentária Anual)	0.00	0,00	0,00 0.00%
Limite Legal - Cumprido			0,00 100,00%

5 / 26

Município de Passos Maia**Estado de Santa Catarina**

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

CRÉDITOS AUTORIZADOS (LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA)	Até o Bimestre
Créditos Autorizados (Leis Municipais Específicas)	1.099.681,30

No presente exercício financeiro, em função da necessidade de abertura de créditos adicionais, o orçamento fiscal do Município apresenta o seguinte demonstrativo:

Receitas	
Receitas Orçamentárias (I)	18.300.000,00
Receitas Correntes	18.299.983,00
Receita Tributária	811.217,00
Receita de Contribuições	80.000,00
Receita Patrimonial	484.130,00
Receita Agropecuária	10.000,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	112.000,00
Transferências Correntes	19.467.640,00
(-) Deduções das Transferências Correntes	-2.754.730,00
Outras Receitas Correntes	89.726,00
Receitas de Capital	17,00
Operação de crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	17,00
Outras Receitas de Capital	0,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	0,00
Receitas De Capital Intra-Orçamentárias	0,00
Total Geral	18.300.000,00
Despesas	
Despesas Orçamentárias (I)	19.399.681,30
Despesas Correntes	18.047.643,07
Pessoal e Encargos Sociais	10.502.250,82
Juros e Amortização da Dívida	200.000,00
Outras Despesas Correntes	7.345.392,25
Despesas Capital	1.325.418,23
Investimentos	1.041.858,86
Inversões Financeiras	198.559,37
Amortização da Dívida Fundada Interna	85.000,00

6 / 26

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Reserva de Contingência	26.620,00
Reserva de Contingencia	26.620,00
Total Geral	19.399.681,30

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a “velocidade” que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve “pisar o pé no freio”. Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá “acelerar” um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) Até o Bimestre em análise, verifica-se Déficit de execução orçamentária no valor de R\$ - 1.542.091,78.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Déficit
2.862.509,13	4.404.600,91	-1.542.091,78

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) até o bimestre analisado, nos demonstra Déficit na ordem de R\$ -122.303,47.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Liquidada (-)	Déficit (=)
2.862.509,13	2.984.812,60	-122.303,47

Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

7 / 26

Município de Passos Maia**Estado de Santa Catarina**

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

A Receita Orçamentária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 2.862.509,13 equivalente a 15.64% do orçamento, conforme fontes abaixo demonstradas:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESCRIÇÃO	Previsão Atualizada	Arrecadas Até o Bimestre	
Receitas Correntes (I)	18.299.983,00	2.862.509,13	15.64%
Receitas de Capital (II)	17,00	0,00	0.00%
TOTAL (+II)	18.300.000,00	2.862.509,13	15.64%

Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 31.570,20 equivalente a 1.10% do total arrecadado.

Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada até o bimestre importou em R\$ 10.745,86 equivalente a 0.38% do total arrecadado.

Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada até o bimestre importou em R\$ 91.866,40 equivalente a 3.21% do total arrecadado.

Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada até o bimestre importou em R\$ 12.404,80 equivalente a 0.43% do total arrecadado.

Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

Município de Passos Maia**Estado de Santa Catarina**

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

As Transferências Correntes recebidas até o bimestre importaram em R\$ 2.699.092,31 equivalente a 94.29% do total arrecadado.

Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados até o bimestre importaram em R\$ 16.829,56 equivalente a 0.59% do total arrecadado.

Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integram o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada Até o Bimestre importou em R\$ 4.404.600,91, equivalente a 22.70% do orçamento.

ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
19.399.681,30	4.404.600,91	22.70%

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada Até o Bimestre importou em R\$ 2.984.812,60, equivalendo a 67.77% da despesa empenhada.

DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	%
4.404.600,91	2.984.812,60	67.77%

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga Até o Bimestre importou em R\$ 1.937.215,33, equivalente a 64.90% da despesa liquidada.

DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	%
2.984.812,60	1.937.215,33	64.90%

Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
0102 - GABINETE DO PREFEITO	123.753,05	108.123,95	97.990,89
0103 - SECRETARIA DE ADM, FAZENDA E PLANEJAMENTO	489.378,47	268.393,68	203.130,81
0104 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DES. URBANO	710.449,39	499.769,87	385.111,29
0105 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	1.047.300,11	695.305,24	471.776,39
0106 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	310.937,08	282.767,08	71.454,78
0107 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO	338.077,05	221.044,46	133.992,74
0108 - SECRETARIA DA CIDADANIA E REFORMA AGRARIA	4.681,80	1.931,80	250,00
0109 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	19.658,75	18.014,75	0,00
0110 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	0,00	0,00	0,00
0111 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	245.524,26	96.483,83	74.597,11
0112 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
0213 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	927.026,21	685.654,70	393.983,14
0301 - CAMARA DE VEREADORES	187.814,74	107.323,24	104.928,18
Total	4.404.600,91	2.984.812,60	1.937.215,33

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem estar social), ficam assim distribuídas:

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO

10 / 26

Município de Passos Maia**Estado de Santa Catarina**

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
01 - Legislativa	187.814,74	107.323,24	104.928,18
04 - Administração	599.159,29	365.516,05	295.757,92
06 - Segurança Pública	13.972,23	11.001,58	5.363,78
08 - Assistência Social	153.111,67	132.369,08	69.494,78
10 - Saúde	938.211,73	693.142,27	395.203,82
12 - Educação	1.034.757,19	686.460,27	469.417,54
13 - Cultura	12.431,41	3.360,00	1.960,00
15 - Urbanismo	83.103,33	83.103,33	83.103,33
16 - Habitação	165.052,75	165.052,75	0,00
17 - Saneamento	0,00	0,00	0,00
18 - Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00
20 - Agricultura	342.758,85	222.976,26	134.242,74
22 - Indústria	0,00	0,00	0,00
26 - Transporte	627.346,06	416.666,54	302.007,96
27 - Desporto e Lazer	1.357,40	1.357,40	1.138,17
28 - Encargos Especiais	245.524,26	96.483,83	74.597,11
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Total	4.404.600,91	2.984.812,60	1.937.215,33

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25.....

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de

11 / 26

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

receita, de inscrição em Restos a Pagar e de **despesa total com pessoal**;
d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;
- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Limite mínimo de aplicação em Saúde;
- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).

Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

1 - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
I) Impostos Municipais	25.548,84	25.548,84	6.387,21
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	5.547,62	5.547,62	1.386,91
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	889,07	889,07	222,27
ISS - Imposto Sobre Serviços	18.985,26	18.985,26	4.746,31
Multas e Juros de Mora de Impostos	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	26,15	26,15	6,54
Dívida Ativa de Impostos	100,74	100,74	25,18
II) Transferências do Estado	1.173.791,79	1.173.791,79	293.447,94
Cota Parte do ICMS	1.127.935,15	1.127.935,15	281.983,78
Cota Parte do IPVA	29.909,01	29.909,01	7.477,25
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	15.947,63	15.947,63	3.986,91
III) Transferências da União	1.284.724,89	1.284.724,89	321.181,23
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	7.940,99	7.940,99	1.985,25
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	1.272.710,22	1.272.710,22	318.177,56
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	4.073,68	4.073,68	1.018,42
Cota Parte FPM 1%	0,00	0,00	0,00
Total de receitas de impostos e transferências(I+II+III)	2.484.065,52	2.484.065,52	621.016,38

12 / 26

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

2 - FUNDEB	No Bimestre	Até o Bimestre
VI) RECEBIMENTO DO FUNDEB	417.754,94	417.754,94
Transferências de Recursos do FUNDEB	417.754,94	417.754,94
VII) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-490.888,23	-490.888,23
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	0,00	0,00
Cota Parte do IPVA	-5.981,68	-5.981,68
Cota Parte do ICMS	-225.586,86	-225.586,86
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	-254.541,98	-254.541,98
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	-3.189,52	-3.189,52
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	-1.588,19	-1.588,19
VIII) RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSF. DO FUNDEB (VI-VII) - PERDA	-73.133,29	-73.133,29

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Empenhada o montante de R\$ 819.049,31 correspondente a 32.97% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Maior o valor de R\$ 198.032,94 que representa SUPERÁVIT de 7.97% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

3 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Bimestre	Até o Bimestre
12.361 - Ensino Fundamental	928.647,21	928.647,21
12.365 - Educação Infantil	105.749,84	105.749,84
12.366 - Ensino de Jovens e Adultos	0,00	0,00
IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.034.397,05	1.034.397,05

4 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	No Bimestre	Até o Bimestre
0319 - Transferências Fundeb - Superavit	23.783,04	23.783,04
1336 - Superavit Salario Educação	8.549,84	8.549,84
1362 - Superavit Conv. Educação - Estado	123.266,95	123.266,95
1136 - Salário-Educação	131.383,80	131.383,80
X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	286.983,63	286.983,63

5 - OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
Remuneração dos Depósitos Bancários Vinculados ao FUNDEB	1.497,40	1.497,40
XI) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	1.497,40	1.497,40

6 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita bruta de Impostos e Transferências(IV)	2.484.065,52	2.484.065,52
Despesas por função/subfunção(IX)	1.034.397,05	1.034.397,05

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Deduções(X+XI)	288.481,03	288.481,03
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Perda	-73.133,29	-73.133,29
Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII))	819.049,31	819.049,31
Mínimo a ser aplicado	621.016,38	621.016,38
Aplicado à Maior	198.032,94	198.032,94
Percentual aplicado	32,97	32,97
Superávit	7,97	7,97

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R\$ 602.496,33 correspondente a 24.25% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Menor o valor de R\$ 18.520,04 que representa DÉFICIT de 0.75% DESCUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

3 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Bimestre	Até o Bimestre
12.361 - Ensino Fundamental	580.710,43	580.710,43
12.365 - Educação Infantil	105.749,84	105.749,84
12.366 - Ensino de Jovens e Adultos	0,00	0,00
IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	686.460,27	686.460,27

4 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	No Bimestre	Até o Bimestre
0319 - Transferências Fundeb - Superavit	23.783,04	23.783,04
1336 - Superavit Salario Educação	8.549,84	8.549,84
1362 - Superavit Conv. Educação - Estado	123.266,95	123.266,95
1136 - Salário-Educação	0,00	0,00
X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	155.599,83	155.599,83

5 - OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
Remuneração dos Depósitos Bancários Vinculados ao FUNDEB	1.497,40	1.497,40
XI) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	1.497,40	1.497,40

6 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita bruta de Impostos e Transferências(IV)	2.484.065,52	2.484.065,52
Despesas por função/subfunção(IX)	686.460,27	686.460,27
Deduções(X+XI)	157.097,23	157.097,23
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Perda	-73.133,29	-73.133,29
Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII))	602.496,33	602.496,33
Mínimo a ser aplicado	621.016,38	621.016,38
Aplicado à Menor	-18.520,04	-18.520,04

14 / 26

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Percentual aplicado	24,25	24,25
Déficit	-0,75	-0,75

Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

1 - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	417.754,94	417.754,94	250.652,95
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	1.497,40	1.497,40	898,44
Saldo em bancos, do exercício anterior, vinculados ao FUNDEB (100%)	0,00	0,00	0,00
I) Total das receitas para fins de limite	419.252,34	419.252,34	251.551,39

Até o período analisado, o Município realizou despesas Empenhadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 193.804,38 correspondente a 46.23% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Menor no montante de R\$ 57.747,03 equivalente a 13.77% , DESCUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

2 - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
319004 - Contratação por Tempo Determinado	13.049,98	13.049,98
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	139.427,62	139.427,62
319013 - Obrigações Patronais	41.326,78	41.326,78
II) TOTAL DAS DESPESAS	193.804,38	193.804,38

3 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	419.252,34	419.252,34
Mínimo à ser Aplicado	251.551,41	251.551,41
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	193.804,38	193.804,38
Aplicação à Menor	-57.747,03	-57.747,03
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	46,23	46,23
Déficit	-13,77	-13,77

Até o período analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 193.804,38 correspondente a 46.23% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Menor no montante de R\$ 57.747,03 equivalente a 13.77% , DESCUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

15 / 26

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

2 - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
319004 - Contratação por Tempo Determinado	13.049,98	13.049,98
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	139.427,62	139.427,62
319013 - Obrigações Patronais	41.326,78	41.326,78
II) TOTAL DAS DESPESAS	193.804,38	193.804,38

3 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	419.252,34	419.252,34
Mínimo à ser Aplicado	251.551,41	251.551,41
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	193.804,38	193.804,38
Aplicação à Menor	-57.747,03	-57.747,03
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	46,23	46,23
Déficit	-13,77	-13,77

Aplicação de 95% dos Recursos do FUNDEB

Estabelece o artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Pela previsão contida no § 2º do artigo 21 supra, conclui-se que o Município deve aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos do FUNDEB dentro do próprio exercício financeiro em que ocorre a arrecadação.

1 - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	417.754,94	417.754,94	396.867,19
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	1.497,40	1.497,40	1.422,53
I) TOTAL DAS RECEITAS PARA FINS DE LIMITE	419.252,34	419.252,34	398.289,72

Até o período analisado considerando a despesa Empenhada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R\$ 387.694,76 equivalente a 92.47% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma aplicação que fora Aplicado à menor o montante de R\$ 10.594,96 o qual

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

corresponde a 2.53% ,abaixo do limite mínimo de 95%, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

2 - FUNDEB 60%	No Bimestre	Até o Bimestre
319004 - Contratação por Tempo Determinado	13.049,98	13.049,98
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	139.427,62	139.427,62
319013 - Obrigações Patronais	41.326,78	41.326,78
II) TOTAL DAS DESPESAS	193.804,38	193.804,38

3 - FUNDEB 40%	No Bimestre	Até o Bimestre
319004 - Contratação por Tempo Determinado	29.365,71	29.365,71
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	133.258,82	133.258,82
319013 - Obrigações Patronais	31.265,85	31.265,85
II) TOTAL DAS DESPESAS	193.890,38	193.890,38

4 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	419.252,34	419.252,34
Mínimo a ser Aplicado	398.289,72	398.289,72
Despesas para Efeito de Cálculo (II+III)	387.694,76	387.694,76
Aplicado à menor	-10.594,96	-10.594,96
Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100	92,47	92,47
Déficit	-2,53	-2,53

Até o período analisado considerando a despesa Liquidada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R\$ 387.694,76 equivalente a 92.47% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma aplicação que fora Aplicado à menor o montante de R\$ 10.594,96 o qual corresponde a 2.53% ,abaixo do limite mínimo de 95%, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

2 - FUNDEB 60%	No Bimestre	Até o Bimestre
319004 - Contratação por Tempo Determinado	13.049,98	13.049,98
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	139.427,62	139.427,62
319013 - Obrigações Patronais	41.326,78	41.326,78
II) TOTAL DAS DESPESAS	193.804,38	193.804,38

3 - FUNDEB 40%	No Bimestre	Até o Bimestre
319004 - Contratação por Tempo Determinado	29.365,71	29.365,71
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	133.258,82	133.258,82
319013 - Obrigações Patronais	31.265,85	31.265,85
II) TOTAL DAS DESPESAS	193.890,38	193.890,38

17 / 26

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

4 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	419.252,34	419.252,34
Mínimo a ser Aplicado	398.289,72	398.289,72
Despesas para Efeito de Cálculo (II+III)	387.694,76	387.694,76
Aplicado à menor	-10.594,96	-10.594,96
Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100	92,47	92,47
Déficit	-2,53	-2,53

Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até *o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:*

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

I - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
I - Impostos Municipais	25.548,84	25.548,84	3.832,32
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	5.547,62	5.547,62	832,14
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	889,07	889,07	133,36
ISS - Imposto Sobre Serviços	18.985,26	18.985,26	2.847,79
Multas e Juros de Mora de Impostos	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	26,15	26,15	3,92
Dívida Ativa de Impostos	100,74	100,74	15,11
II - Transferências do Estado	1.173.791,79	1.173.791,79	176.068,76
Cota Parte do ICMS	1.127.935,15	1.127.935,15	169.190,27
Cota Parte do IPVA	29.909,01	29.909,01	4.486,35
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	15.947,63	15.947,63	2.392,14
III - Transferências da União	1.284.724,89	1.284.724,89	192.708,75
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	1.272.710,22	1.272.710,22	190.906,55
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	7.940,99	7.940,99	1.191,15
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	4.073,68	4.073,68	611,05
IV) TOTAL DAS RECEITAS (I+II+III)	2.484.065,52	2.484.065,52	372.609,82

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

V) TOTAL Á SER APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	372.609,82
--	-------------------

Até o período em análise foram empenhadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 700.293,95 correspondente a 28.19% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 327.684,11 equivalente a 13.19% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

2 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Bimestre	Até o Bimestre
10.301 - Atenção Básica	912.637,41	912.637,41
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.331,40	13.331,40
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00
10.304 - Vigilância Sanitária	1.057,40	1.057,40
10.305 - Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00
VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	927.026,21	927.026,21

3 - DEDUÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
1138 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	129.109,48	129.109,48
1333 - Superavit Transf. de Convenios - Uniao/Saude	41.404,07	41.404,07
1338 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	8.502,32	8.502,32
1367 - Superavit Trsnf. do Sistema Unico de Saude- SUS/Un	47.716,39	47.716,39
VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES	226.732,26	226.732,26

4 - OUTRAS DEDUÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00

5 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV)	2.484.065,52	2.484.065,52
Despesas por Função/Subfunção (VI)	927.026,21	927.026,21
Deduções (VII+VIII)	226.732,26	226.732,26
Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII)	700.293,95	700.293,95
Mínimo a ser aplicado	372.609,84	372.609,84
Aplicação à maior	327.684,11	327.684,11
Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100	28,19	28,19
Superávit	13,19	13,19

Até o período em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 495.971,10 correspondente a 19.97% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 123.361,26 equivalente a 4.97% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

19 / 26

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

2 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Bimestre	Até o Bimestre
10.301 - Atenção Básica	671.265,90	671.265,90
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.331,40	13.331,40
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00
10.304 - Vigilância Sanitária	1.057,40	1.057,40
10.305 - Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00
VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	685.654,70	685.654,70

3 - DEDUÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
1138 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	92.109,48	92.109,48
1333 - Superavit Transf. de Convenios - Uniao/Saude	41.404,07	41.404,07
1338 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	8.453,66	8.453,66
1367 - Superavit Trsnf. do Sistema Unico de Saude- SUS/Un	47.716,39	47.716,39
VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES	189.683,60	189.683,60

4 - OUTRAS DEDUÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00

5 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV)	2.484.065,52	2.484.065,52
Despesas por Função/Subfunção (VI)	685.654,70	685.654,70
Deduções (VII+VIII)	189.683,60	189.683,60
Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII)	495.971,10	495.971,10
Mínimo a ser aplicado	372.609,84	372.609,84
Aplicação à maior	123.361,26	123.361,26
Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100	19,97	19,97
Superávit	4,97	4,97

Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;
- b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R\$ 18.720.328,08, resultando em um valor médio mensal de R\$ 1.560.027,34 .

1 - RECEITAS CORRENTES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita Tributária	31.570,20	0,94	31.570,20	0,94	752.860,72	3,52
Receita de Contribuições	10.745,86	0,32	10.745,86	0,32	71.114,66	0,33
Receita Patrimonial	91.866,40	2,74	91.866,40	2,74	530.564,04	2,48
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	12.404,80	0,37	12.404,80	0,37	91.623,05	0,43
Transferências Correntes	3.190.795,26	95,13	3.190.795,26	95,13	19.758.936,60	92,43
Outras Receitas Correntes	16.829,56	0,50	16.829,56	0,50	172.564,11	0,81
I) TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	3.354.212,08	100	3.354.212,08	100	21.377.663,18	100
2 - DEDUÇÕES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (-)	-491.702,95	0,00	-491.702,95	0,00	-2.657.335,10	0,00
II) TOTAL DAS DEDUÇÕES	-491.702,95	100	-491.702,95	100	-2.657.335,10	100
3 - RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita (I-II)	2.862.509,13	15,29	2.862.509,13	15,29	18.720.328,08	100
Média da Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 Meses					1.560.027,34	8,33

Despesa com Pessoal (Consolidado)

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(.....)

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

A despesa líquida com pessoal do Município de Passos Maia realizada nos últimos doze meses no valor de R\$ 9.573.885,46, equivalendo a 51,14% da receita corrente líquida arrecadada neste período. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o qual estabelece para este fim, limite prudencial e máximo de 57 e 60% respectivamente.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
I) Pessoal Ativo	1.419.640,04	1.419.640,04	9.573.885,46
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,00	0,00	0,00
319004 - Contratação por Tempo Determinado	382.183,72	382.183,72	3.329.914,41
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	792.714,33	792.714,33	4.543.422,08
319013 - Obrigações Patronais	244.741,99	244.741,99	1.700.548,97
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
II) Pessoal Inativo e Pensionistas	21.291,54	21.291,54	132.357,78
319001 - Aposentadoria e reformas	21.291,54	21.291,54	132.357,78
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)	1.440.931,58	1.440.931,58	9.706.243,24
2 - Despesas Não Computadas	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
319001 - Aposentadoria e reformas	21.291,54	21.291,54	132.357,78
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
IV) Total Despesas Não Computadas	21.291,54	21.291,54	132.357,78
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL			

22 / 26

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	18.720.328,08
Limite prudencial - 57%	10.670.587,01
Limite máximo - 60%	11.232.196,85
Despesa bruta com pessoal (III)	9.706.243,24
Despesas não computadas (IV)	132.357,78
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	9.573.885,46
Percentual aplicado em despesas com pessoal	51,14
Limite prudencial (57%)	1.096.701,55
Limite máximo (60%)	1.658.311,39

Despesas com Pessoal do Poder Executivo

Como visto, o limite das despesas com pessoal do Poder Executivo foi fixado em 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, sendo o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de R\$ 9.024.798,49, equivale a 48,21% da receita corrente líquida arrecadada neste período, CUMPRINDO desta forma, os limites dispostos no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
I) Pessoal Ativo	1.332.865,23	1.332.865,23	9.024.798,49
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,00	0,00	0,00
319004 - Contratação por Tempo Determinado	372.734,12	372.734,12	3.235.427,08
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	730.003,40	730.003,40	4.181.985,76
319013 - Obrigações Patronais	230.127,71	230.127,71	1.607.385,65
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
II) Pessoal Inativo e Pensionistas	21.291,54	21.291,54	132.357,78
319001 - Aposentadoria e reformas	21.291,54	21.291,54	132.357,78
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)	1.354.156,77	1.354.156,77	9.157.156,27

2 - Despesas Não Computadas	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
319001 - Aposentadoria e reformas	21.291,54	21.291,54	132.357,78
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão	0,00	0,00	0,00

23 / 26

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

voluntária			
IV) Total Despesas Não Computadas	21.291,54	21.291,54	132.357,78

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	18.720.328,08
Limite prudencial - 51,30%	9.603.528,31
Limite máximo - 54%	10.108.977,16
Despesa bruta com pessoal (III)	9.157.156,27
Despesas não computadas (IV)	132.357,78
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	9.024.798,49
Percentual aplicado em despesas com pessoal	48,21
Limite prudencial (51,30%)	578.729,82
Limite máximo (54%)	1.084.178,67

Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

O limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo está fixado em 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, com limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Legislativo nos últimos doze meses no valor de R\$ 549.086,97, equivale a 2,93% da receita corrente líquida arrecadada neste período, verifica-se o CUMPRIMENTO, do disposto no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
I) Pessoal Ativo	86.774,81	86.774,81	549.086,97
319092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
319004 - Contratação por Tempo Determinado	9.449,60	9.449,60	94.487,33
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	62.710,93	62.710,93	361.436,32
319013 - Obrigações Patronais	14.614,28	14.614,28	93.163,32
II) Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	0,00
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)	86.774,81	86.774,81	549.086,97
2 - Despesas Não Computadas	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	0,00
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00

24 / 26

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
IV) Total Despesas Não Computadas	0,00	0,00	0,00

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL

Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	18.720.328,08
Limite prudencial - 5,70%	1.067.058,70
Limite máximo - 6%	1.123.219,68
Despesa bruta com pessoal (III)	549.086,97
Despesas não computadas (IV)	0,00
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	549.086,97
Percentual aplicado em despesas com pessoal	2,93
Limite prudencial (5,70%)	517.971,73
Limite máximo (6%)	574.132,71

GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO

Metas Bimestrais de Arrecadação

Dispõe o artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal que no prazo previsto no art. 8º (até 30 dias após a publicação dos orçamentos), as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

O referido diploma legal estabelece em seu artigo 11 que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão *efetiva arrecadação de todos os tributos* da competência constitucional do ente da Federação.

Resta claro que, além do efusivo controle das despesas, é dever do Administrador Público promover o acompanhamento da receita prevista, zelando pelo equilíbrio entre uma e outra. Objetivando racionalizar tal controle a mesma LRF estabeleceu nos artigos 8º e 13, respectivamente:

Art.8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea 'c' do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8o, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Até o Bimestre analisado, a meta bimestral de arrecadação não foi atingida com a arrecadação de R\$ 2.862.509,13 o que representa 94.62% da receita prevista no montante de R\$ 3.025.229,00.

Município de Passos Maia

Estado de Santa Catarina

Rua Padre João Botero, 485 - Centro - 89687-000

CNPJ. 95.993.085/0001-62

Período	Previstas	Realizadas	
1º Bimestre	3.025.229,00	2.862.509,13	94.62 %
2º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
3º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
4º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
5º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
6º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
TOTAL	3.025.229,00	2.862.509,13	94.62 %

Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

Estabelece o artigo 8o da Lei de Responsabilidade Fiscal que até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4o, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso

Este compreende a efetiva apropriação das dotações consignadas na lei orçamentária aos programas, projetos e ações previstas pela administração e fundos especiais, de conformidade com a previsão de arrecadação e disponibilidade de caixa, uma vez que esta (a arrecadação) não é aritmética, mas sim variável. Além disso deve-se levar em conta as chamadas despesas fixas e as prioridades em termos de projetos de investimento.

Da análise do previsto no cronograma de execução mensal de desembolso e os recursos financeiros efetivamente gastos tem-se o seguinte demonstrativo:

Período	Previstas	Realizadas	
1º Bimestre	2.839.388,50	2.984.812,60	105.12 %
2º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
3º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
4º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
5º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
6º Bimestre	0,00	0,00	0.00 %
TOTAL	2.839.388,50	2.984.812,60	105.12 %

Passos Maia(SC), 31 de Março de 2017

Leomar Roberto Listoni
Prefeito Municipal

Karina Ap. Marini Ribeiro
Controladora Interna

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DL 11/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2017

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso XIII do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por dispensa de licitação:

Processo nº. 26/2017; DL nº. 11/2017; contratado: Adolfo Tenfen CPF: 455.266.309-78; Objeto: locação de uma sala localizada na Rua Santa Catarina, 198 – Centro – Município de Paulo Lopes, para o funcionamento do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. valor: R\$ 17.077,20 (dezessete mil setenta e sete reais e vinte centavos).

Paulo Lopes, 31 de Março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº06-2017

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2017

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando registro de preços para a contratação parcelada de serviços de Recapagem de Pneus, conforme especificações constantes do Anexo I. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 09:55min do dia 18/04/2017. A sessão se dará a partir das 10h00min do dia 18/04/2017, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 31 de março de 2017.
NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

1ª ERRATA AO EDITAL - PP 08/2017-PMP

MUNICÍPIO DE PENHA ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
---	--

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 08/2017 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL SRP n.º 08/2017 - PMP

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais esportivos, mochilas, bolsas berçário e materiais escolares para uso dos alunos do Ensino Fundamental, da Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos - EJA e Professores da Rede Municipal de Ensino, conforme solicitações nº 171, 173 e 175/2017, anexas ao Processo.

Atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Educação anexa ao Processo, a presente errata tem o objetivo de ALTERAR A DATA DE ENTREGA DAS AMOSTRAS constante no item 2, 2.2 do Edital supra passando a vigorar com a seguinte redação:
ONDE SE LÊ:

2 - DAS AMOSTRAS

2.2 - As amostras dos itens deverão ser entregues em até 5 (cinco) dias após a abertura do processo e proclamação dos vencedores, no seguinte endereço: Rua José João Batista, nº 115, Fone/Fax: 3345-2388, CEP – 88385-000 - Penha/SC, email: seduc@penha.sc.gov.br.

LEIA-SE:

2 - DAS AMOSTRAS

2.2 - As amostras dos itens deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis após a abertura do processo e proclamação dos vencedores, no seguinte endereço: Rua José João Batista, nº 115, Fone/Fax: 3345-2388, CEP – 88385-000 - Penha/SC, email: seduc@penha.sc.gov.br.

Por tratar-se de alteração que não irá interferir na formulação de propostas das licitantes interessadas em participar do Processo, conforme Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93 e alterações, não prejudicando a participação e a competitividade, ficam mantidas as datas e demais condições do Edital e seus Anexos.

Publique-se.

Penha, 31 de março de 2017.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária de Administração

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL - PP 02/2017-FMS

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 002/2017-FMS
Pregão Presencial nº 002/2017-FMS

O Município de Penha/SC, através da Secretaria Municipal de Administração, torna pública a Republicação do Edital de Pregão Presencial nº 02/2017-FMS, tendo em vista a alteração do instrumento

convocatório, conforme documentos anexos ao Processo.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município, conforme solicitações da Secretaria Municipal de Saúde anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/04/2017 até as 14 horas. Local: Avenida Nereu Ramos, nº 08, Bairro Centro, Penha/SC.

ABERTURA DA SESSÃO: 17/04/2017 às 14h15. Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha/SC

A íntegra do Edital encontra-se disponível aos interessados no endereço eletrônico oficial penha.sc.gov.br e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM - diariomunicipal.sc.gov.br.

Penha, 31 de março de 2017

Susana Perinotti de Borba - Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 3152/2017 DECLARA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA O SISTEMA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 3152/2017

DECLARA EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA O SISTEMA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que quando a atual Gestão assumiu a Administração Municipal, encontrou uma situação de inteira desordem administrativa e financeira no Município, principalmente na Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 146 da Lei Orgânica Municipal, o artigo 153 da Constituição do Estado e o artigo 196 da Constituição Federal, "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do Município de prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade dos Gestores Públicos de zelar pela predominância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade e, sobretudo, da moralidade e eficiência, eficácia e efetividade, além da necessidade de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO a situação anormal provocada por fatores adversos, que poderá causar danos irreparáveis à comunidade;

CONSIDERANDO que o E. Tribunal de Contas da União através do Acórdão nº 4.458/2011 (2ª C., rel. Min. Aroldo Cedraz) qualifica como "emergência ou calamidade pública, estando caracterizada urgência de atendimento de situação que poderia ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares";

CONSIDERANDO a necessidade de manter-se a regularidade do Sistema Municipal de Saúde, de dar continuidade às atividades e serviços essenciais de saúde e de observar o princípio constitucional da continuidade da prestação do serviço público;

CONSIDERANDO a grande quantidade de medicamentos vencidos encontrados pela Secretaria Municipal de Saúde no início desta gestão;

CONSIDERANDO a apresentação de impugnações no processo licitatório nº 002/2017 – FMS, para aquisição de medicamentos, retardando assim todo o procedimento;

CONSIDERANDO o relatório apresentado pelo Secretário Municipal de Saúde, acerca da falta de medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica, ferindo o direito do cidadão de acesso a medicamentos para realizar seu tratamento médico, colocando em risco a vida dos pacientes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado em Situação de Emergência o Sistema de Saúde do município de Penha, em razão da falta de materiais, insumos, exames, medicamentos e serviços em geral no âmbito do Município.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a contratar, na forma do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem prejuízo das restrições da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bens e serviços necessários especificamente ao atendimento da situação emergencial mencionada no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, devendo vigorar por um prazo de 90 (noventa) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Penha, 31 de março de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

Susana Perinotti de Borba

Secretária Municipal de Administração

Peritiba

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA 03/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA 03/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos a Câmara Municipal de Vereadores, os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação do seguinte recurso do FNDE/MEC:

- Termo de compromisso PAR nº 201403019 creditado em 16 de Março de 2017 e comunicado em data de 16 de Março de 2017, no valor de R\$ 462,49 (Quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos), proveniente do FNDE/MEC, referente ao pagamento de um tablet proveniente do FNDE/MEC, referente ao pagamento de computadores

Peritiba SC, 28 de Março de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

RESUMO DE EDITAL 23 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 23/2017 – Pregão Presencial 14/2017.

Objeto: Aquisição móveis e equipamentos para mobiliar a casa veletória municipal bem como aquisição de um fogão industrial 4 bocas para o ginásio de esportes municipal.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 13/04/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 13/04/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba – SC em 30 de Março de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

RESUMO DE EDITAL 25 2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, a Lei nº. 11.947 / 2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 026/2013 e suas alterações, e nas condições do edital do Processo de Licitação 25/2017 e CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e Cooperativas da Agricultura Familiar para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino que ofertam a Educação Infantil (creche) e Ensino Fundamental no 2º quadrimestre de 2017, de acordo com as prerrogativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Data da Entrega dos envelopes e abertura: até as 09:00h do dia 24/04/2017. Edital na íntegra e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 01 2017 - MATERIAIS CRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de registro de preços para aquisição de materiais (copa e cozinha, limpeza e higienização, gêneros alimentícios) para manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - CRAS. Empresa ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME, inscrita no CNPJ: 21.593.746/0001-26, valor R\$ 7.825,60. Empresa COMERCIAL FRIDOLINO EGER LTDA, inscrita no CNPJ: 85.266.963/0001-94, valor R\$ 6.795,70. Empresa CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME, inscrita no CNPJ: 18.531.205/0001-69, valor R\$ 4.730,20. Empresa ALINE RAITTS ME – DISTRIBUIDORA DESTAQUE, inscrita no CNPJ: 23.970.820/0001-01, valor R\$ 6.156,50. Empresa JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI, inscrita no CNPJ: 13.965.228/0001-68, valor R\$ 4.583,00. Empresa SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXP. E IMP. LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 04.609.150/0001-58, valor R\$ 6.917,50. Data: 31/03/2017. Valor Total: R\$ 37.008,50. Petrolândia, 03 de abril de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO 4575

DECRETO Nº 4.575, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

ANULA ATO QUE CONCEDEU APOSENTADORIA AO SERVIDOR VALDIR DOMINGOS BENDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no Processo de Expediente nº 039/2016, que tem por objeto a revisão do Processo de Aposentadoria do servidor VALDIR DOMINGOS BENDER;

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal de Contas de Santa Catarina, que determinou providências em razão de o servidor não ter implementado os requisitos para a obtenção do benefício;

CONSIDERANDO ter sido respeitado o direito ao devido processo legal e o direito à ampla defesa;

CONSIDERANDO que o Instituto de Previdência do Município de Pinheiro Preto não tem competência para editar atos de concessão ou anulação de aposentadoria,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o ato concessório da aposentadoria do servidor VALDIR DOMINGOS BENDER, consubstanciado no Decreto nº 3.869, de 02 de setembro de 2013, devendo o mesmo ser readmitido no cargo e nível que ocupava quando da concessão do benefício invalidado.

Art. 2º Fica declarado sem efeitos as Portarias editadas pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto de nºs 011/2017, 012/2017 e 017/2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 3.869, de 02 de setembro de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 31 de março de 2017.

PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 176

PORTARIA Nº 176 DE 28 DE março DE 2017.

concede progressão funcional por desempenho ao servidor VALDIR FRIEBEL, ocupante do cargo efetivo de motorista.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei Complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, Progressão Funcional horizontal por desempenho, ao servidor VALDIR FRIEBEL, ocupante do cargo efetivo de motorista, nível TSO-04 referência "B", do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, tendo em vista a apresentação do Comprovante de Avaliação e do Termo Final de Avaliação pela Comissão de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 25 de março de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – 28 de março de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 177

PORTARIA Nº 177, DE 31 DE março DE 2017.

EXONERA, a pedido PATRICIA MALACARNE DE SOUZA DO EXERCÍCIO Do cargo efetivo de assistente social.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir do dia 31 de março de 2017, PATRICIA MALACARNE DE SOUZA, brasileira, solteira inscrita no CPF nº 044.103.769-00, do cargo efetivo de "Assistente Social", lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, nomeada através da Portaria 535, de 29 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de março de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 31 de março de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

CA022_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Administrativo: 022/2017
Contratante: Município de Planalto Alegre. Contratada: RÁDIO SÃO CARLOS LTDA Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE COMUNICAÇÃO EM RÁDIODIFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MATERIAS INSTITUCIONAIS E ATOS OFICIAIS DO MUNICIPIO.
Valor Total: R\$ 71.640,00 (setenta e um mil seiscentos e quarenta reais). Valor Mensal: R\$ 1.990,00 (mil novecentos e noventa reais). Vigência: 01/04/2017 a 31/12/2017
Planalto Alegre- SC em 31 de Março de 2017
JUARES BET
Prefeito

CA023_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Administrativo: 023/2017
Contratante: Município de Planalto Alegre. Contratada: PORTAL SISTEMA FM DE COMUNICAÇÕES LTDA Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE COMUNICAÇÃO EM RÁDIODIFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MATERIAS INSTITUCIONAIS E ATOS OFICIAIS DO MUNICIPIO.
Valor Total: R\$ 125.604,00 (cento e vinte e cinco mil seiscentos e quatro reais). Valor Mensal: R\$ 3.489,00 (três mil quatrocentos e oitenta e nove reais). Vigência: 01/04/2017 a 31/12/2017
Planalto Alegre- SC em 31 de Março de 2017
JUARES BET
Prefeito

CA10_2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Nº. Contrato	010/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE – ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Contratada.:	FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL.
Objeto :	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES.
Valor :	R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 07/2017
Vigência :	09 meses
Planalto Alegre, SC 31 de Março de 2017	
JUARES BET	
Prefeito	
Gestor do Fundo Municipal de Saúde	

DECRETO Nº 4703/2017

DECRETO Nº 4.703/2017, de 21 de março de 2017

Regulamenta o pregão no âmbito municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei 10.520/02,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Planalto Alegre.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime deste Decreto, além dos órgãos da Administração Municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município.

Art. 2º Compete à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por este Decreto.

Art. 3º Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.

Art. 4º Os contratos celebrados pela Administração Pública, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

§1º Dependerá de regulamentação específica a utilização de recursos eletrônicos ou de tecnologia da informação para a realização de licitação na modalidade de pregão.

§2º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, da economicidade e do aproveitamento dos atos licitatórios, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 6º A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

Art. 7º Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 8º Ao prefeito municipal cabe:

I - determinar a abertura de licitação;

II - designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;

III - decidir os recursos contra atos do pregoeiro; e

IV - homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.

§1º Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição.

§2º O prefeito municipal poderá delegar a atribuição prevista no inciso III do caput ao Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 9º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

- I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento;
- II - a autoridade competente ou, por delegação de competência, o ordenador de despesa ou, ainda, o agente encarregado da compra no âmbito da Administração, deverá:
 - a) definir o objeto do certame e o seu valor estimado, de acordo com pesquisa de preços elaborada pelo requisitante, em conjunto com a área de compras, obedecidas as especificações praticadas no mercado;
 - b) justificar a necessidade da aquisição;
 - c) estabelecer os critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos e das demais condições essenciais para o fornecimento; e
 - d) designar, dentre os servidores da Administração, o pregoeiro responsável pelos trabalhos do pregão e a sua equipe de apoio;
- III - para julgamento, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art. 10º As atribuições do pregoeiro incluem:

- I - o credenciamento dos interessados;
- II - o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- III - a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;
- IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- V - a adjudicação da proposta de menor preço;
- VI - a elaboração de ata;
- VII - a condução dos trabalhos da equipe de apoio;
- VIII - o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e
- IX - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação.

Art. 11. A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo da Administração.

Art. 12. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

- I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso no Diário Oficial dos Municípios;
- II - do edital e do aviso constarão definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, e o local onde será realizada a sessão pública do pregão;
- III - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas;
- IV - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;
- V - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;
- VI - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;
- VII - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;
- VIII - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;
- IX - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;
- X - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas e eventual futura contratação no caso de desistência, desclassificação, inabilitação ou outra circunstância que impeça o licitante vencedor de contratar;
- XI - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;
- XII - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;
- XIII - sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;
- XIV - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;
- XV - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;
- XVI - nas situações previstas nos incisos XI, XII e XV, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
- XVII - a manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis;
- XVIII - o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;
- XIX - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- XX - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;
- XXI - como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;
- XXII - quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis,

observado o disposto nos incisos XV e XVI deste artigo;

XXIII - se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no inciso XXII

XXIV - o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital.

Art. 13. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§ 1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Art. 14. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação prevista na legislação geral para a Administração, relativa à:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal; e

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 15. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art. 16. É vedada a exigência de:

I - garantia de proposta;

II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

Parágrafo único. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

Art. 18. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 19. Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos, dele decorrentes, no exercício financeiro em curso.

Art. 20. A Administração publicará, no Diário Oficial dos Municípios, o extrato dos contratos celebrados, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o servidor responsável a sanção administrativa.

Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

I - justificativa da contratação;

II - pesquisa de preço;

III - garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas;

IV - autorização de abertura da licitação;

V - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VI - parecer jurídico;

VII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VIII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

IX - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;

X - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos; e

XI - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

Art. 22. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto Alegre/SC, em 21 de março de 2017.

Juares Bet

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Lei Complementar nº LC 0064/2017

LEI COMPLEMENTAR N. PLC-0064/2017, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE TABELA ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2009, REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º. A Administração Municipal concederá acréscimo de 5,0% (cinco por cento), sobre o valor do vencimento recebido no mês de fevereiro, a título de salário, provento e pensão, dos servidores públicos municipais efetivos, empregos públicos, contratos em caráter temporário e conselheiro tutelar, constantes de seus respectivos Anexos, sendo:

I – revisão geral, no percentual equivalente a 100% (cem por cento) da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período de 01 de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017, em 4,73% (quatro inteiros e setenta e três décimos por cento);

II – reajuste salarial de 0,27% (vinte e sete décimos por cento);

Art. 2º. A Administração Municipal concederá reposição de 0,66% (sessenta e seis décimos por cento), sobre os subsídios dos agentes políticos fixados pela Lei Municipal nº 0774/2016, de 02 de agosto de 2016.

Art. 3º. Ficam atualizadas as tabelas de vencimentos, salários e subsídios, conforme constante dos ANEXOS I a IX da presente Lei.

Art. 4º. Fica alterado o Anexo IV da Lei Complementar nº LC 011/2009, passando a vigorar com a redação dada pelo Anexo X da Presente Lei.

Art. 5º. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2017.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC em 28 de março de 2016.

JUARES BET

Prefeito

Registre-se e Publique-se

ANEXO I – LEI COMPLEMENTAR Nº LC- 0064/2017

ANEXO III - LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2009									
TABELA DE VENCIMENTOS									
GRUPO I		GRUPO II		GRUPO III		GRUPO IV		GRUPO V	
NÍVEL	VALOR R\$	NÍVEL	VALOR R\$	NÍVEL	VALOR R\$	NÍVEL	VALOR R\$	NÍVEL	VALOR R\$
10	1.087,77	20	1.395,05	30	1.229,68	40	1.880,24	50	2.486,12
11	1.109,54	21	1.395,05	31	1.364,90	41	2.087,04	51	2.759,57
12	1.127,32	22	1.449,81	32	1.515,07	42	2.316,58	52	3.063,11
13	1.203,98	23	1.671,68	33	1.681,70			53	3.657,69
		24	1.726,62	34	1.866,73			54	4.063,55
								55	4.189,26
								56	5.006,69
								57	7.622,57
								58	9.300,13
								59	13.300,83

Planalto Alegre/SC, em 13 de março de 2017.

JUARES BET

Prefeito

ANEXO II - LEI COMPLEMENTAR Nº LC- 0064/2017

ANEXO II - LEI COMPLEMENTAR Nº 041/2013				
TABELA DE VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO				
PARA CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS				
CARGO	HABILITAÇÃO	ÁREA DE ENSINO	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO
Professor	Nível médio na modalidade normal	1, 2, 4, 5	I	1.149,75

Professor	Nível superior em cursos de licenciatura de graduação plena	1 a 7	II	1.609,77
Administrador	Nível superior em cursos de licenciatura de graduação plena	1 a 7	II	1.609,77
Orientador	Nível superior em cursos de licenciatura de graduação plena	1 a 7	II	1.609,77
Supervisor	Nível superior em cursos de licenciatura de graduação plena	1 a 7	II	1.609,77
	Planalto Alegre/SC em 28 de março de 2017.			

JUARES BET

Prefeito

ANEXO III - LEI COMPLEMENTAR Nº LC- 0064/2017

PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF)									
LEI MUNICIPAL Nº 587/2011									
CARGO							VENCIMENTO		
Psicólogo 40 horas/semanais							4.063,55		

	Planalto Alegre/SC, em 28 de março de 2017.					
JUARES BET						
Prefeito						

ANEXO IV - LEI COMPLEMENTAR Nº LC- 0064/2017

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO									
LEI MUNICIPAL Nº 731/2014									
CARGO								VENCIMENTO	
Orientador Social com habilidades de Música, Violão e Teclado.								1.370,89	
Orientador Social com habilidades de Danças Folcloristas e Populares.								1.370,89	
Orientador Social com habilidades de Artesanato.								1.370,89	
Orientador Social com habilidades de Informática								1.370,89	
Orientador Social com habilidades de Educação Física e atividades esportivas								1.609,77	
Orientador Social com habilidades de Jogo de Capoeira								1.609,77	
Orientador Social com formação em Pedagogia								1.609,77	
Coordenador de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos								1.370,89	

ANEXO V - LEI COMPLEMENTAR Nº LC- 0064/2017

Planalto Alegre/SC em 28 de março de 2017.

ANEXO VI - LEI COMPLEMENTAR Nº LC- 0064/2017

Planalto Alegre/SC em 28 de março de 2017.

ANEXO VII - LEI COMPLEMENTAR Nº LC- 0064/2017

www.diariomunicipal.sc.gov.br

06.05	DIRETOR FINANCEIRO	CC-5	1	2.271,92	40,00%	3.180,68
06.06	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	CC-4	13	1.872,62	40,00%	2.621,66
06.07	CHEFE DE GABINETE	CC-3	1	1.542,56	40,00%	2.159,58
06.08	CHEFE DE SETOR	CC-2	7	1.165,63	40,00%	1.631,88
09.10	ASSESSOR DE IMPRENSA	CC-2	1	1.165,63	40,00%	1.631,88

Planalto Alegre/SC em 28 de março de 2017.

JUARES BET
Prefeito

ANEXO VIII - LEI COMPLEMENTAR Nº LC- 0064/2017

TABELA DE SUBSÍDIOS - AGENTES POLÍTICOS						
LEI MUNICIPAL Nº 650/2012						
CARGO						SUBSÍDIO
Prefeito Municipal						9.059,40
Vice-Prefeito Municipal						3.523,10
Secretário Municipal						3.422,44
Vereador						1.912,54
Vereador Presidente						2.868,81
Conselheiro Tutelar						1.087,76

Planalto Alegre/SC em 28 de março de 2017.

JUARES BET
Prefeito

ANEXO IX - LEI COMPLEMENTAR Nº LC- 0064/2017

TABELA DE VENCIMENTOS - SERVIDORES DO LEGISLATIVO				
LEI COMPLEMENTAR Nº 019/2010				
CARGOS EM COMISSÃO				
CÓDIGO	CARGO	VENCIMENTO /SUB-SÍDIO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
06.01	DIRETOR GERAL	1.975,05	40,00%	2.765,07
06.03	ASSESSOR PARLAMENTAR	1.551,10	40,00%	2.171,55

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Denominação	VENCIMENTO /SUBSÍDIO
Assessor Jurídico	2.664,24
Contador	1.481,61
Auxiliar de Serviços Gerais	815,83

CARGOS ELETIVOS

Denominação	VENCIMENTO /SUBSÍDIO
Vereador	1.912,54
Vereador Presidente	2.868,81

Planalto Alegre/SC, em 28 de março de 2017.

JUARES BET

Prefeito

ANEXO X - LEI COMPLEMENTAR Nº LC- 0064/2017

ANEXO IV – LC 011/2009

QUADRO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA

DENOMINAÇÃO	N.º DE FUNÇÕES	% SOBRE O VALOR DO NÍVEL 11 DO GRUPO I
CHEFE DE OFICINA MECÂNICA E GARAGEM	01	75%
MESTRE DE OBRAS	01	75%
ENCARREGADO DE TURMA	03	50%
MOTORISTA OFICIAL	01	75%
DESIGNAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES/ATRIB.	17	50%
ATIVIDADES EM FUNDOS, ÓRGÃOS, PROGRAMAS COM HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	04	80%
SUPERVISOR DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	01	75%
SUPERVISOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	01	75%
SUPERVISOR PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	01	75%
SUPERVISOR UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRO	01	75%
SUPERVISOR ASSIST.TECNICAS AGROPEC.	01	75%
AGENTE DE CONTROLE INTERNO	01	85%
RESPONSÁVEL POR PROGRAMAS E FUNDOS MUNICIPAIS	02	85%
RESPONSÁVEL POR CADASTROS E PARCERIAS COM OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO	02	25%

Planalto Alegre/SC, em 28 de março de 2017.

JUARES BET

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Lei Municipal nº 0786/2017

LEI MUNICIPAL Nº 0786/2017, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito de Planalto Alegre-DMTPA, da Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI e dá outras providências.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei.

Art. 1º Fica criado (a) na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Planalto Alegre, vinculado a Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, o Departamento Municipal de Trânsito de Planalto Alegre – DMTPA.

Art. 2º Compete ao Departamento Municipal de Trânsito de Planalto Alegre – DMTPA:

- I – Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;
- II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais, e promover o desenvolvimento da circulação e segurança de ciclistas;
- III – implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário;
- IV – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsitos e suas causas
- V – estabelecer, em conjunto com órgão de polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
- VI – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infração de circulação, estacionamentos e paradas, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito, podendo para tanto celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina;
- VII – aplicar as penalidades de advertência por escrito, autuar e multar por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro, notificando os infratores e arrecadando as multas aplicadas, podendo para tanto celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina;
- VIII – fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas as infrações por excesso de peso, dimensão e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas aplicadas, podendo para tanto celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina;
- IX – fiscalizar o cumprimento do disposto no artigo 95, da Lei Federal n.º 9.503, de 23-9-1997, aplicando as penalidades e arrecadando as multas previstas, podendo para tanto celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina;
- X – implantar, manter, operar e fiscalizar, o sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;
- XI – arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;
- XII – credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escoltas, e transportes de carga indivisível;
- XIII – integrar-se a outros órgãos e entidades do sistema nacional de trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas a unificação do licenciamento, à simplificação e a celeridade das transferências de veículos e de proprietários dos condutores, de uma para outra unidade da federação;
- XIV – implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;
- XV – promover e participar de projetos e programas de Educação e Segurança de Trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecida pelo CONTRAN;
- XVI – planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;
- XVII – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e tração animal, fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando as multas decorrentes de infrações;
- XVIII – conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e tração animal;
- XIX – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;
- XX – fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, da Lei Federal nº 9.503 de 23-9-97, além de dar apoio às específicas de órgão ambiental, quando solicitado;
- XXI – vistoriar veículos que necessitem de autorização especial por transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para sua circulação, podendo para tanto celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina;
- XXII – coordenar e fiscalizar os trabalhos na área de Educação de Trânsito no Município;
- XXIII – executar, fiscalizar e manter em perfeitas condições de uso a sinalização semaforica;
- XXIV – realizar estatística no que tange a todas as peculiaridades dos sistemas de tráfego.

Art. 3º O Departamento Municipal de Trânsito de Planalto Alegre – DMTPA - terá a seguinte estrutura:

- I – Subdepartamento de Engenharia e Sinalização;
- II – Subdepartamento de Fiscalização, Tráfego e Administração;
- III – Subdepartamento de Educação de Trânsito;
- IV – Subdepartamento de Controle e Análise de Estatística de Trânsito.

Art. 4º Ao Diretor do Departamento Municipal de Trânsito de Planalto Alegre – DMTPA - compete:

- I – a administração e gestão do Departamento Municipal de Trânsito de Planalto Alegre, implementando planos, programas e projetos;
- II – o planejamento, projeto, regulamentação, educação e operação do trânsito dos usuários das vias públicas nos limites do município.

Parágrafo único. O diretor é a autoridade competente para aplicar as penalidades previstas na legislação de trânsito.

Art. 5º Ao subdepartamento de Engenharia e Sinalização compete:

- I – planejar e elaborar projetos, bem como coordenar estratégias de estudos do sistema viário;
- II – planejar o sistema de circulação viária do município;
- III – proceder a estudos de viabilidade técnica para a implantação de projetos de trânsito;
- IV – integrar-se com os diferentes órgãos públicos para estudos sobre o impacto no sistema viário para aprovação de novos projetos;
- V – elaborar projetos de engenharia de tráfego, atendendo os padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, conforme normas do CONTRAN, DENATRAN e CETRAN;
- VI – acompanhar a implantação dos projetos, bem como avaliar seus resultados;

Art. 6º Ao subdepartamento de Fiscalização, Tráfego e Administração compete:

- I – administrar o controle de utilização dos talões de multa, processamentos dos autos de infração e cobranças das respectivas multas;
- II – administrar as multas aplicadas por equipamentos eletrônicos;
- III – controlar as áreas de operação de campo, fiscalização e administração do pátio e veículos;
- IV – controlar a implantação, manutenção e durabilidade da sinalização;
- V – operar em segurança das escolas;
- VI – operar em rotas alternativas;
- VII – operar em travessia de pedestres e locais de emergência sem a devida sinalização;
- VIII – operar a sinalização (verificação ou deficiências na sinalização).

Art. 7º Ao subdepartamento de Educação de Trânsito compete:

- I – promover a Educação de Trânsito junto a Rede Municipal de Ensino, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e

entidades do Sistema Nacional de Trânsito;

II – promover campanhas educativas e o funcionamento de escolas públicas de trânsito nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 8º Ao subdepartamento de Controle e Análise de Estatística de Trânsito compete:

I – coletar dados estatísticos para elaboração de estudos sobre acidentes de trânsitos e suas causas;

II – controlar os dados estatísticos da frota circulante do município;

III – controlar os veículos registrados e licenciados no município;

IV – elaborar estudos sobre eventos e obras que possam perturbar ou interromper a livre circulação dos usuários do sistema viário;

Art. 9º O Poder Executivo fica autorizado a repassar o correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação das multas de trânsito para o fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito, nos termos do parágrafo único, do art 320, da Lei Federal n.º 9.503, de 23-9-1997.

Art 10. Fica criado no Município de Planalto Alegre uma Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra a penalidade imposta pelo DMPTA criado nos termos desta lei, e na esfera de sua competência. (ver Resolução Contran n.º 233/2007 e Resolução Cetran/SC 07/2004)

Art. 11. A JARI será composta pelos seguintes membros:

I – 1 (um) representante do órgão que impõe a penalidade;

II – 1 (um) representante indicado pela entidade representativa da sociedade ligada a área de trânsito.

III - 1 (um) representante com conhecimento na área de trânsito com no mínimo nível médio;

§ 1º A nomeação dos três titulares e dos respectivos suplentes será efetivada pelo Prefeito do respectivo município;

§ 2º O mandato dos membros da JARI terá duração de 02 (dois) anos, permitida recondução pelo mesmo período.

Art. 12. A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução 147/2003, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a União, Estados, Municípios, órgãos e demais entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita aplicação desta lei.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Planalto Alegre, SC, em 28 de março de 2017.

JUARES BET

Prefeito

Registre-se e Publique-se

ODIRLEI HANS

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

TC12_2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE

Departamento Jurídico

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
Contrato Nº.:	12/2017
Contratante.:	MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO OESTE
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS MUNICIPAIS.
Valor :	R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 020/2017
Vigência :	12 meses.
Planalto Alegre, 31 de Março de 2017	
JUARES BET	
PREFEITO MUNICIPAL	

TC13_2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE
Departamento Jurídico

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
Contrato Nº.:	13/2017
Contratante.:	MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	LIGA OESTE DE FUTEBOL SETE.
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS MUNICIPAIS.
Valor :	R\$ 13.950,00 (treze mil novecentos e cinquenta reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 020/2017
Vigência :	12 meses.
Planalto Alegre, 31 de Março de 2017	
JUAES BET	
PREFEITO MUNICIPAL	

TC14_2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE
Departamento Jurídico

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
Contrato Nº.:	14/2017
Contratante.:	MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	GREGO FABRICAÇÃO E COMERCIO DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS - ME.
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS MUNICIPAIS.
Valor :	R\$ 13.990,00 (treze mil novecentos e noventa reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 020/2017
Vigência :	12 meses.
Planalto Alegre, 31 de Março de 2017	
JUAES BET	
PREFEITO MUNICIPAL	

Pomerode

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS ENGENHARIA N.º 001 / 2017 - SESSÃO ANÁLISE PROPOSTA DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 012 / 2017
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS ENGENHARIA N.º 001 / 2017
DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações vem por intermédio deste, comunicar que em sessão pública de análise dos Documentos de Habilitação da Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001/2017, foram INABILITADAS as Empresas GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME e DALCIR CATAFESTA - ME. Diante das inabilitações, a Comissão Permanente de Licitações suspendeu a sessão, e concedeu as Empresas participantes o prazo legal de recurso previsto no item 15.7 do edital de licitação. Porém, transcorrido o prazo recursal previsto em edital, não houve manifestação recursal por parte das licitantes participantes.

Assim, a Comissão Permanente de Licitações mantém sua decisão proferida em ata no dia 22/03/2017, considerando habilitadas no certame as Empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP, RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, FREEDOM ENGENHARIA E CONTRUÇÃO LTDA, FRANTIESKA ARAUJO BIRCK ME, POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP e UNIÃO OBRAS E INSTALAÇÕES ESPECIAIS LTDA ME.

Permanecem inabilitadas as Empresas GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME e DALCIR CATAFESTA – ME, conforme justificativa constante em ata.

Desta forma, dando prosseguimento ao certame, a Comissão Permanente de Licitações DESIGNA o dia 06/04/2017, às 14h00min. para abertura dos envelopes das Propostas de Preços das licitantes habilitadas, ficando as Empresas interessadas devidamente intimadas.

Pomerode / SC, 31 de Março de 2017.
ITAMAR CANDIDO PERINI
Presidente da Comissão de Licitações

DONAIRE BAADE
Secretária

DAVID HERZOG
Membro

--	--

CÂMARA MUNICIPAL

1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMIN. Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EDITAL DE LICITAÇÃO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2016.
REAJUSTE

Processo Administrativo nº 001/2016
Pregão Presencial nº 001/2016

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE
Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2016.

Valor Unitário Mensal: R\$ 14.185,22 (Quatorze Mil Cento e Oitenta e Cinco Reais e Vinte e Dois Centavos), com efeito a partir de 01/01/2017, em razão da convenção coletiva da categoria.

Prazo de Vigência: 12 meses – Prazo Final 31/12/2017.

Justificativa: Reajustado de acordo com a Cláusula 2 do contrato administrativo nº 001/2016 e em conformidade com o artigo 57, II da Lei Federal nº 8666/93.

Pomerode SC, 31 de março de 2017.
RAFAEL PFUETZENREITER
Presidente da Câmara Municipal de Pomerode

DISPENSA LICITAÇÃO-PROC.ADMIN. 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 002/2017

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE

Contratada: KARINA ROEPKE – SOLARPRO ENGENHARIA

1.-Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR PAINÉIS FOTO-VOLTAICOS, CONECTADO A REDE ELÉTRICA, COM FORNECIMENTO DE MEMORIAL QUANTITATIVO E DESCRITIVO DE TODOS OS ITENS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA, A SER IMPLANTADO NO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE, LOCALIZADO NA AV. 21 DE JANEIRO, 1777, CENTRO, POMERODE, SANTA CATARINA.

Valor do Contrato: R\$ 7.832,00 (Sete Mil Oitocentos e Trinta e Dois Reais).

Prazo de Vigência: 30/03/2017 até 16/05/2017.

Base Legal: Artigo 24, II da Lei Federal nº 8666/93.

Pomerode SC, 30 de março de 2017.

RAFAEL PFUETZENREITER

Presidente da Câmara Municipal de Pomerode

EXTRATO CONTRATO PREGÃO PRES. 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

Processo Administrativo nº 001/2017

Contratante: Câmara Municipal de Pomerode

Contratada: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA

1.-Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE DADOS E VOZ POR MEIO DE PROTOCOLO - IP, PÓS PAGA, MODALIDADE TELEFONIA FIXA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor: R\$ 19.000,00 (Dezenove Mil Reais).

Prazo de Vigência: 22/03/2017 até 21/03/2018.

Pomerode SC, 22 de março de 2017.

RAFAEL PFUETZENREITER

Presidente da Câmara Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 346/2017

DECRETO Nº 346/2017, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

CONSIDERANDO, que a servidora Eva Aparecida Fogaça de Lima está em gozo de licença prêmio por um período de 53 dias;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, a Sra. DOLAIR TERESINHA SECHINI, portadora do CPF n. 407.507.109-00, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer suas funções na EBM Antonio Paglia, até que a professora titular retorne as suas atividades normais ou até a vigência de 14 de Julho de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE MARÇO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 349/2017

DECRETO Nº 349/2017 DE 29 DE MARÇO DE 2017.

“REDUZ CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. SAIONARA DALLALIBERA, matrícula 6560, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer somente 20:00 horas semanais, com vigência até 14 de Julho de 2017.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 20 de março de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE MARÇO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 350/2017

DECRETO Nº 350/2017, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

“ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, a redução da carga horária da servidora Saionara Dallalibera;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária temporariamente da servidora pública municipal Sra. JESSICA MORGANA CARVALHO, matrícula 6573, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 10:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 20:00 horas, na EBM Antonio Paglia, até o dia 14 de Julho de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 20 de Março de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE MARÇO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 352/2017

DECRETO Nº 352/2017, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

“ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime supletivo e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, o afastamento da servidora Claudia Batista Allegrini Martello;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária temporariamente da servidora pública municipal Sra. CAROLINE BRUXEL BARBIERO, matrícula 1676, PROFESSORA CARGO EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 20:00 horas, na EBM Antonio Paglia, até o retorno da Servidora acima citada ou até a vigência de 14 de Julho de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 10 de Março de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE MARÇO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 353/2017

DECRETO Nº 353/2017, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde a Funcionária Pública Municipal Srª. EDILAINÉ APARECIDA DE AZEREDO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 07 dias a contar do dia 22 de março de 2017, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE MARÇO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 355/2017

DECRETO Nº 355/2017, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que, a servidora SIRENITA ROSA BARBIERI, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer suas funções na APAE.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 10 de Março de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE MARÇO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO CONTRATO 021/2017 EPAGRI

CONTRATO Nº 21/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

CNPJ: 83.052.191/0033-40

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, CONFORME AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO – PAT.

VIGÊNCIA: 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Alceu Alberto Wrubel

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 008/2017 - FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 008/2017 - FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de gêneros alimentícios com fornecimento parcelado para composição da merenda escolar do ensino infantil e fundamental da rede municipal deste município, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 13/04/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 13/04/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 03 de Abril de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 135/2017

DECRETO Nº 135, de 27 de março de 2017.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.399, de 15 de junho de 2016 (LDO) e 4.433, de 14 de dezembro de 2016 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3390 – 195 – Aplicações Diretas	185	31.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		31.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3350 – 195 – Transfer. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	183	11.000,00
MODALIDADE	3191 – 195 – Aplicações Diretas – Operações Intraorçamentárias	180	20.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		31.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 27 de março de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 136/2017

DECRETO Nº 136, de 28 de março de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso de prédio em alvenaria de propriedade do Município à Associação de Moradores do Jardim Oliveira – AMJO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação de Moradores do Jardim Oliveira - AMJO, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida por estatuto, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.684.838/0001-04, com sede na Rua Padre Landel de Moura – Nº 652 – Jardim Oliveira – Bairro Vice King, neste Município de Porto União – SC, o uso compartilhado com outras entidades e a Municipalidade, do espaço físico de um prédio em alvenaria, contendo dois pavimentos, sendo: o térreo com 202,80 m2 (duzentos e dois metros e oitenta décimos quadrados) e o 1º pavimento com 247,00 m2 (duzentos e quarenta e sete metros quadrados), perfazendo o total de 449,80 m2 (quatrocentos e quarenta e nove metros e oitenta décimos quadrados) de área construída num lote de terreno urbano sob o nº 128 da Quadra 03 do Loteamento Jardim Oliveira, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 13,70 metros com a Rua Padre Landel de Moura; fundos com 14,90 metros com terras de Eugênio Tereska; lado direito com 21,00 metros com o lote nº 127; e lado esquerdo com 20,50 metros com o lote nº 129, perfazendo o total de 296,72 m2 (duzentos e noventa e seis metros e setenta e dois décimos quadrados), constante da Matrícula Nº 12.156 do Cartório do Registro de Imóveis de Porto União.

Parágrafo único. O bem descrito no “caput” deste artigo será usado para atividades da Associação de Moradores do Jardim Oliveira – AMJO, conforme seu estatuto, compartilhado com outras entidades e a Municipalidade.

Art. 2º Todas as benfeitorias que o usuário executar serão incorporadas ao imóvel, sem qualquer obrigação de indenização no ato da restituição.

Art. 3º As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos de 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 28 de março de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Termo de Compromisso nº 004/17 que a Associação de Moradores do Jardim Oliveira - AMJO assina perante a Prefeitura Municipal de Porto União – SC.

A Associação de Moradores do Jardim Oliveira – AMJO, inscrita no CNPJ sob o nº 01.684.838/0001-04, com sede na Rua Padre Landel de Moura – Nº 652 – Jardim Oliveira – Bairro Vice King, neste Município de Porto União – SC, através de sua representante legal, Sra. Sandra Prestes Schneider, portadora do RG nº 3.146.198/SSP/SC e do CPF nº 925.593.289-68, assume o compromisso de cumprir as condições gerais constantes do Termo de Outorga nº 004/17, referente à Permissão de Uso, compartilhado com outras entidades e a Municipalidade, a título precário e gratuito, pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, do espaço físico de um prédio em alvenaria, contendo dois pavimentos, sendo: o térreo com 202,80 m2 (duzentos e dois metros e oitenta décimos quadrados) e o 1º pavimento com 247,00 m2 (duzentos e quarenta e sete metros quadrados), perfazendo o total de 449,80 m2 (quatrocentos e quarenta e nove metros e oitenta décimos quadrados) de área construída num lote de terreno urbano sob o nº 128 da Quadra 03 do Loteamento Jardim Oliveira, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 13,70 metros com a Rua Padre Landel de Moura; fundos com 14,90 metros com terras de Eugênio Tereska; lado direito com 21,00 metros com o lote nº 127; e lado esquerdo com 20,50 metros com o lote nº 129, perfazendo o total de 296,72 m2 (duzentos e noventa e seis metros e setenta e dois décimos quadrados), constante da Matrícula nº 12.156 do Cartório do Registro de Imóveis de Porto União, bem como as obrigações a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente Permissão de Uso será a título gratuito.

CLÁUSULA SEGUNDA

Se ocorrer danos ao objeto desta Permissão, a usuários ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente ao PERMISSONÁRIO.

§ 1º Todas as reparações necessárias à conservação do objeto da permissão deverão ser executadas imediatamente pelo PERMISSONÁRIO, às suas expensas, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente.

§ 2º Caso as reparações não sejam executadas de imediato, a PERMITENTE reserva-se no direito de executá-las, devendo ser ressarcida pelo PERMISSONÁRIO dos dispêndios havidos, podendo para tanto, promover a execução judicial das quantias gastas.

CLÁUSULA TERCEIRA

Toda e qualquer benfeitoria realizada no imóvel fica, desde já, incorporada ao bem, renunciando ao PERMISSONÁRIO, ao eventual direito à retenção e/ou indenização.

CLÁUSULA QUARTA

O PERMISSONÁRIO consente que a PERMITENTE exerça constante fiscalização, no tocante ao cumprimento das condições estabelecidas neste ajuste, no Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 004/17.

CLÁUSULA QUINTA

São, ainda, obrigações do PERMISSONÁRIO:

- a) manter o objeto de Permissão de Uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo e restituí-lo na mais perfeita ordem;
- b) solicitar prévia autorização expressa e escrita da PERMITENTE, para executar quaisquer reparações, modificações e benfeitorias na área permissionada;
- c) sujeitar-se às exigências da saúde pública, autoridades municipais, estaduais e federais;
- d) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela PERMITENTE;
- e) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade e não permitir algazarras no local;
- f) afastar do serviço qualquer preposto ou empregado cuja permanência for julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- g) executar as instalações internas e a comunicação visual, de acordo com a prévia aprovação da PERMITENTE;
- h) cumprir as normas, regulamentos, circulares, ordens de serviço, etc., emanadas da PERMITENTE, com os quais o PERMISSONÁRIO declara estar de acordo;
- i) exercer as suas atividades diariamente, cumprindo o horário determinado;
- j) não traspassar, ceder ou transferir o objeto da permissão a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA

O PERMISSIONÁRIO declara estar ciente das faculdades e prerrogativas concedidas ao ente PERMITENTE, por força da discricionariedade e precariedade inerentes ao instituto da Permissão de Uso.

CLÁUSULA SÉTIMA

Fica eleito o foro da Comarca de Porto União – SC, para dirimência das dúvidas decorrentes do Termo de Outorga de Permissão de Uso e do Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Porto União (SC), 28 de março de 2017.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM OLIVEIRA – AMJO

Permissionário

Presidente: SANDRA PRESTES SCHNEIDER

RG nº 3.146.198/SSP/SC e CPF nº 925.593.289-68

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Miguel Chokailo Neto
CPF nº 509.250.249-53

2.Nome: Sofia Sydol
CPF nº 339.610.349-15

Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 004/17.

A Prefeitura Municipal de Porto União - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.541/0001-58, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, com base no Decreto n.º 136, de 28 de março de 2017 e através deste instrumento, Termo de Outorga de Permissão de Uso, permite a título precário e gratuito, o uso compartilhado com outras entidades e a Municipalidade, do espaço físico de um prédio em alvenaria, contendo dois pavimentos, sendo: o térreo com 202,80 m2 (duzentos e dois metros e oitenta decímetros quadrados) e o 1º pavimento com 247,00 m2 (duzentos e quarenta e sete metros quadrados), perfazendo o total de 449,80 m2 (quatrocentos e quarenta e nove metros e oitenta decímetros quadrados) de área construída num lote de terreno urbano sob o nº 128 da Quadra 03 do Loteamento Jardim Oliveira, com as seguintes medidas e confrontações: frente com 13,70 metros com a Rua Padre Landel de Moura; fundos com 14,90 metros com terras de Eugênio Tereska; lado direito com 21,00 metros com o lote nº 127; e lado esquerdo com 20,50 metros com o lote nº 129, perfazendo o total de 296,72 m2 (duzentos e noventa e seis metros e setenta e dois decímetros quadrados), constante da Matrícula Nº 12.156 do Cartório do Registro de Imóveis de Porto União, condicionada ao cumprimento das cláusulas a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O espaço físico do prédio objeto da presente permissão, será destinado para atividades da Associação de Moradores do Jardim Oliveira -AMJO, conforme seu estatuto, compartilhado com outras entidades e a Municipalidade, não sendo admitido, em qualquer tempo, o uso diverso da destinação aqui prevista, devendo ainda, a sua utilização obedecer as condições gerais da outorga, bem como as especificações constantes no Termo de Compromisso nº 004/17 assinado pelo PERMISSIONÁRIO.

§ 1º Não será permitida a transferência da Permissão de Uso a terceiros.

§ 2º A presente Permissão de Uso será a título gratuito.

CLÁUSULA SEGUNDA

No caso de haver qualquer alteração ou modificação nas condições estabelecidas no Termo de Outorga ou de Compromisso, não caracterizadoras de transferência, será exigida a aprovação prévia e escrita da PERMITENTE para tanto.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ocorrendo as hipóteses previstas no parágrafo primeiro, da Cláusula Primeira, ou na Cláusula Segunda, deverá ser formalizado novo Termo de Outorga ou de Compromisso, em substituição ao anterior.

CLÁUSULA QUARTA

As demais condições e obrigações, referentes ao presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, constarão do respectivo Termo de Compromisso.

CLÁUSULA QUINTA

O presente Termo de Outorga de Permissão de Uso vigorará pelo prazo de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEXTA

Tem a PERMITENTE o poder discricionário de, a qualquer tempo, alterar, modificar ou revogar o presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, unilateralmente, mediante notificação extrajudicial.

Parágrafo único. Ficará o Termo de Outorga de Permissão de Uso rescindido de pleno direito e independente de notificação ou interpelação de qualquer natureza, nas hipóteses seguintes:

- a) alteração, pelo PERMISSIONÁRIO, da destinação prevista ou qualquer outra julgada inconveniente pela PERMITENTE;
- b) dissolução, falência, concordata ou mudança na representatividade legal do PERMISSIONÁRIO;
- c) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente e/ou do Termo de Compromisso, firmado pelo PERMISSIONÁRIO;
- d) transferência do Termo de Outorga de Permissão de Uso a terceiros;

e) má utilização ou não utilização do imóvel por um período de no mínimo 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA

As benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, realizadas pelo PERMISSIONÁRIO, ficam incorporadas ao bem, objeto deste Termo de Outorga de Permissão de Uso, sem direito à retenção ou qualquer indenização, seja a que título for.

Porto União (SC), 28 de março de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
Permitente

DECRETO Nº 140/2017

DECRETO Nº 140, de 29 de março de 2017.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Especial de Eventos, alusivos às Comemorações do Centenário de Porto União – SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o Artigo 2º, Alínea “a” do Decreto nº 133, de 27 de março de 2017, que cria o Comitê Central Organizador das Comemorações do Centenário de Porto União – SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial de Eventos, para organização dos eventos relacionados às Comemorações do Centenário de Porto União – SC, composta pelos seguintes membros:

- I- THEREZINHA LEONY WOLFF;
- II- ALUIZIO WITIUK;
- III- VANDERLEIA ALBERTI VLADYKA;
- IV- RENAN HENRIQUE CARDOSO SENFF;
- V- ELIO MIGUEL WEBER;
- VI- VILMA TERESINHA BULEK;
- VII- IRENE HENRIETTE RULF KRETSCHKE;
- VIII- JOSÉ LUIZ RODRIGUES LIRIO;
- IX- RAQUEL BERENICE STORCK.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

Porto União (SC), 29 de março de 2017.

ELISEU MIBACH	MIGUEL CHOKAILO NETO
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 141/2017

DECRETO Nº 141, de 29 de março de 2017.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Especial de Desfile Festivo Cívico/Escolar, alusivo às Comemorações do Centenário de Porto União – SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o Artigo 2º, Alínea “b” do Decreto nº 133, de 27 de março de 2017, que cria o Comitê Central Organizador das Comemorações do Centenário de Porto União – SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial de Desfile Festivo Cívico/Escolar, para coordenar, organizar e realizar as atividades festivas, alegóricas, lúdicas e cívicas relacionadas ao evento “Desfile de Aniversário de Porto União – 100 anos”, composta pelos seguintes membros:

- I- TIAGO METZLER DE BRITO;
- II- JOAO PAULO TAVARES;
- III- IVAN LUIZ SCHEID;
- IV- CELSO MOREIRA DE CASTILHO;
- V- MOACIR CAPISTRANO;
- VI- ELAINE KREUZBERG;
- VII- LEOCRIDES FRARON;
- VIII- CRISTIAN RAFAEL SEGER;
- IX- CLAUDINEI JOSE KZIOZEK.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

Porto União (SC), 29 de março de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 142/2017

DECRETO Nº 142, de 29 de março de 2017.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Especial de Obras, alusivas às Comemorações do Centenário de Porto União – SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o Artigo 2º, Alínea “c” do Decreto nº 133, de 27 de março de 2017, que cria o Comitê Central Organizador das Comemorações do Centenário de Porto União – SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial de Obras, para estudos sobre a Construção do Parque do Centenário, Praça do Centenário, Monumento ao Centenário e Marcos Históricos, alusivos às Comemorações do Centenário de Porto União – SC, composta pelos seguintes membros:

- I- ROBERTO DOMIT DE OLIVEIRA;
- II- IVO ADOLFO WERLE JUNIOR;
- III- ITACIR BORTOLOSO;
- IV- ROOSEVELT SAVI;
- V- MARCELO ANTONIO VEIGA;
- VI- ROBERTO FELIPE GUGELMIN;
- VII- PERCY STORCK;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

Porto União (SC), 29 de março de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 144/2017

DECRETO Nº 144, de 30 de março de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais à Associação dos Produtores da Linha Rosa – ASPLIR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação dos Produtores da Linha Rosa – ASPLIR, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.332.249/0001-80, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.995, de 30 de agosto de 2004, com sede na Localidade de 25 de Julho – Estrada Linha Rosa – Porto União – SC, o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (um) pulverizador usado, com 400 (quatrocentos) litros, para trator, com barra de 11 (onze) metros, com pneus usados;
- 01 (uma) Plantadeira marca KNAPIK, usada, tratorizada, hidráulica, 03 linhas para milho, com cabeçalho de 03 metros, somente com sulcador na distribuição de adubo;
- 01 (uma) roçadeira de trator marca JAN, usada, largura de corte 1,70 m, altura de corte 4 a 20 cm, peso aproximado de 400 kg;
- 01 (um) botijão criogênico para sêmen bovino.
- 01 (uma) ensiladeira de 01 (uma) linha, com 10 (dez) facas, para trator.

Art. 2º Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos

a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 30 de março de 2017.

ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores da Linha Rosa – ASPLIR, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.332.249/0001-80, com sede na Localidade de 25 de Julho – Estrada Linha Rosa – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (um) pulverizador usado, com 400 (quatrocentos) litros, para trator, com barra de 11 (onze) metros, com pneus usados;
- 01 (uma) Plantadeira marca KNAPIK, usada, tratorizada, hidráulica, 03 linhas para milho, com cabeçalho de 03 metros, somente com sulcador na distribuição de adubo;
- 01 (uma) roçadeira de trator marca JAN, usada, largura de corte 1,70 m, altura de corte 4 a 20 cm, peso aproximado de 400 kg;
- 01 (um) botijão criogênico para sêmen bovino.
- 01 (uma) ensiladeira de 01 (uma) linha, com 10 (dez) facas, para trator.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2020.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 30 de março de 2017.

PERMITENTE: ELISEU MIBACH

MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: ORLEI STEIN

RG nº 9.465.497-1 – PR

CPF nº 016.261.879-40

DECRETO Nº 148/2017

DECRETO Nº 148, de 30 de março de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais à Associação de Mulheres Rurais de Porto União – As Semeadores do Contestado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação de Mulheres Rurais de Porto União – As Semeadores do Contestado, Associação de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 14.022.116/0001-36, com sede na Rua Sete de Setembro, Nº 870 – Centro – Porto União – SC, o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) enxada rotativa com no mínimo 12 (doze) enxadas;
- 01 (um) micro trator a diesel com no mínimo 4hp, com no mínimo 03 (três) marchas ré e 03 (três) marchas à frente;
- (01) um veículo GM/MONZA GL, gasolina, Vermelho, Chassi 9BGJG11RRRB066324, Placa L郑 9749, ano de fabricação 1994, modelo 1994, Código Renavam nº 552230588.

Art. 2º Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 30 de março de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Mulheres Rurais de Porto União – As Semeadores do Contestado, Associação de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 14.022.116/0001-36, com sede na Rua Sete de Setembro, Nº 870 – Centro – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) enxada rotativa com no mínimo 12 (doze) enxadas;
- 01 (um) micro trator a diesel com no mínimo 4hp, com no mínimo 03 (três) marchas ré e 03 (três) marchas à frente.
- (01) um veículo GM/MONZA GL, gasolina, Vermelho, Chassi 9BGJG11RRRB066324, Placa L郑 9749, ano de fabricação 1994, modelo 1994, Código Renavam nº 552230588.

Compromete-se ainda, a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2020.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período

da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 30 de março de 2017.

PERMITENTE:

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: ELISABETE MULLER KURUTZ
RG nº 10/C 3.283.094
CPF nº 924.012.959-68

PORTARIA Nº 015/2017

PORTARIA Nº 015, de 31 de março de 2017.

Dispõe sobre instauração de Sindicância e nomeação de Comissão Sindicante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Disciplinar, determinar a instauração de Sindicância e constituir a respectiva Comissão Sindicante, encarregada de apurar possíveis irregularidades e possíveis responsáveis, com relação à nomeação das professoras KELLY CORDEIRO RIBEIRO e KÁTIA CORDEIRO RIBEIRO, no período de recesso escolar, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, caso comprovado, pelo fato acima mencionado.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão, nos termos do que dispõe o Artigo 246 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994:

I- Elena Koch – Presidente;

II- Tiago Metzler de Brito – Secretário;

III- Adriana Fatima de Almeida Scalet – Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de março de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 28/2017**

PORTARIA Nº 28/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX do Regimento Interno, Resolve:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Gustavo da Silva Souza, investido no cargo de carreira de Auxiliar Administrativo, 20 (vinte) dias de férias regulamentares, adquiridas no período aquisitivo de 13/03/2016 a 12/03/2017 a serem gozadas no período de 03/04/2017 à 22/04/2017, em conformidade com o insculpido nos Artigos 24 e 27 da Lei Municipal nº 3.048/2005 de 13 de abril de 2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 31 de março de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	
Presidente	

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 026/2017 DE 29/03/2017 DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO CNPJ 83.102.681/0001-26 Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 Fone 47 3545-1133 www.pousoredondo.sc.gov.br 89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 026/2017 de 29/03/2017

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16. DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional:10.301.0025.2.036 – Manutenção de Transferências do SUS – Atenção Básica

(13) 3.1.90.00.00.00.00.00.0134. – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

(14) 3.1.90.00.00.00.00.00.0134. – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

(15) 3.1.90.00.00.00.00.00.0134. – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

(16) 3.1.90.00.00.00.00.00.0134. – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

(17) 3.1.90.00.00.00.00.00.0134. – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional:10.301.0025.2.036 – Manutenção de Transferências do SUS – Atenção Básica

(12) 3.1.90.00.00.00.00.00.0134. – Aplicações Diretas R\$ 750.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 29 de março de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 027/2017 DE 30/03/2017. ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO CNPJ 83.102.681/0001-26 Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 Fone 47 3545-1133 www.pousoredondo.sc.gov.br 89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 027/2017 de 30/03/2017.

Altera Membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Pouso Redondo e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Municipal nº 2.448/2013.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil que será constituído de representantes governamentais e não governamentais das seguintes unidades, órgãos ou entidades:

I - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Gerais;

GILMAR JUNKES - Titular

ALTAIR KOHL - Suplente

II - Secretaria Municipal de Saúde:

DANIELE FERNANDES – Titular

SILVANA CRISTINA BIZOLO - Suplente

III - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio-Ambiente;
FELIPE HARRY BROERING GOMES – Titular
ANTONIO CARLOS STRAMOSK - Suplente

IV - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
ERNANI AMANCIO – Titular
JAKQUELINE APARECIDA POLEZA - Suplente

V – Secretaria de Promoção Social;
LUIZ NELSON BORGHESAN – Titular
ANGELICA CECILIA CARDOSO LOPES - Suplente

VI – Secretaria de Planejamento;
MARTINHO ADOLFO FELIPE – Titular
TEOTONIO. R. BONESSI - Titular
MANSUETO BEZ FONTANA – Titular
TADEU MOACYR PASSOS MORAES – Suplente
EMERSON FRANCISCO DE SOUZA – Suplente
MARCIO MARCELINO FELIZARI - Suplente

VII – Secretaria de Administração;
MAIKEL VERDI – Titular
RAFAEL NEITZKE TAMBOSI - Suplente

VIII - Poder Legislativo Municipal;
SERGIO REIF – Titular
GEOVANI MOTTA - Suplente

IX – Conselho Municipal de Desenvolvimento da Indústria e Comércio – COMDIE;
PAULINO CARLOS CORREA – Titular
CARLOS ZANELLA - Suplente

X- Corpo de Bombeiros Militares de Pouso Redondo;
EDSON STUPP – Titular
ANDERSON BINI - Suplente

XI – Representantes das Secretarias de Segurança Pública, unidades de Pouso Redondo;
ÁLVARO ROCHA DE CARVALHO - Titular
MAÉRCIO FELIPPE – Titular

XII – Associações de moradores legalmente constituídas:
ADILSON VOLTOLINI – Bairro Boa Vista
CARLOS B. MARCELINO – Bairro Progresso
JOÃO CARLOS BONESSI – Distrito de Aterrado

Art. 2º — Os membros nomeados por este decreto prestam serviço publico relevante sem direito a remuneração.

Art. 3º - As ações, objetivos, diretrizes e demais atos são os estabelecidos na Lei Municipal nº 2.448/2013, de 15 de fevereiro de 2013.

Art. 4º — Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 056/2015.

Pouso Redondo, 30 de março de 2017.
OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

ALTERAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 18/2017

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
--	--

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2017

ERRATA

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento de todos, que o item 06, passam a ter a seguinte descrição:

ITEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO
02	1000	Und	Sêmen Bovino Provado, base americana (USDA) não inferior a Dezembro 2016, que atenda às seguintes características mínimas conforme prova oficial ou com conversão pela Interbull: Raça Jersey, com confiabilidade para produção igual ou superior a 98%, PTA leite maior ou igual a 500 libras, PTA proteína igual ou maior que 30 lbs, PTA Gordura maior ou igual a 20 Lbs, PTA tipo igual ou maior que 1.00, Contagem de células Somática não superior a 3.00, Vida produtiva maior ou igual a 5.70.

Os demais itens/ termos permanecem inalterados.

Presidente Castello Branco (SC), em 30 de março de 2017.
Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 20/2017

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 20/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2017

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h30min (oito horas e trinta minutos), do dia 12 (doze) de abril de 2017, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra e peças de reposição originais, para reparos gerais do veículo Retroescavadeira Caterpillar 416E, ano 2014, pertencente à frota do Município de Presidente Castello Branco-SC, conforme Anexo I, deste Instrumento Convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 31 DE MARÇO DE 2017.
Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

LEI 1516/2017

LEI Nº. 1516/2017, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, NA FORMA DO QUE DISPÕE O ARTIGO Nº 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 1056/2004 de 05 de abril de 2004, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º. – Fica reajustada, a partir de 01 de abril de 2017, a título de revisão anual, a tabela Única de Vencimentos, constante do Anexo IV, da Lei Complementar Municipal Nº 11/2011, de 01 de setembro de 2011 na importância de 4,43 % (quatro vírgula quarenta e três por cento).

§ 1.º – O índice de 4,43% refere-se ao valor acumulado do IPC-FIPE (Índice de Preços ao Consumidor), acumulado dos últimos 12 meses, ou seja, de 1º de março de 2016 a 28 de fevereiro 2017.

§ 2.º – O reajuste salarial a que se refere o “caput” desta Lei se estende aos ativos, inativos e pensionistas do município de Presidente Nereu.

§ 3.º – O reajuste salarial a que se refere o “caput” desta Lei não se aplica aos Profissionais de Educação Municipal pertencentes ao GRUPO DE SERVIDORES DO MAGISTÉRIO de Presidente Nereu – SC.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de recursos orçamentários consignados no orçamento municipal.

Art.3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 31 de março de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1517/2017

LEI Nº 1517/2017, DE 31/03/2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A RETIRADA DE MACADAME NOS MUNICÍPIOS DE APIÚNA E IBIRAMA COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a retirar saibro (macadame) nos Municípios de Apiúna – SC e Ibirama - SC, durante o ano de 2017.

Art. 2º - O material retirado deverá ser utilizado na recuperação e manutenção das estradas vicinais do Município de Presidente Nereu - SC.

Art. 3º - Para consecução dos objetivos definidos no art. 1º desta Lei, fica o executivo municipal autorizado a deslocar maquinários e pessoal aos municípios de Apiúna – SC e Ibirama – SC, quando necessários.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, em 31 de março de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 48/2017

LEI COMPLEMENTAR N.º 48/2017, DE 31/03/2017.

“ALTERA O PARÁGRAFO 1.º DO ARTIGO E 108 DA LEI COMPLEMENTAR 01/2002, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, COMO ESPECIFICA.”

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1.º - O § 1.º do art. 108 da Lei Complementar 01/2002, de 18 de dezembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º. - Poderão fazer jus a gratificação de que trata o “caput” deste artigo, os motoristas com atuação no transporte de escolares, no transporte de pacientes a outros centros hospitalares, os motoristas de caminhão basculante com capacidade acima de 12.000 quilos, os motoristas que atuam no Conselho Tutelar do Município e na Secretaria Municipal de Assistência Social e Operadores de Equipamentos.”.

Art. 2.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 31 de março de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 89 DE 31.03.2017

DECRETO Nº 89 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO".

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e XI, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes, titulares e suplentes, abaixo relacionados para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, de acordo com o artigo. 4º da Lei nº 790, de 16 de junho de 2015, com prazo de 10 anos, com possibilidade de recondução:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação de Educação e Cultura

Aline Cristina Dittrich

Vítor Luiz Christani

II – Representantes da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores

Valtair José Epping

Lucas Theisen

III – Representantes do Conselho Municipal de Educação

Vânia Schuller

Silvane Maria Deicke

IV – Representantes do Fórum Municipal de Educação

Glaci T. H. Schwertz

Roseli Felin Scholl

V – Representantes da Comissão de Elaboração do PME do Município de

Maira C. R Gheller

Nádia Sevald

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas no Decreto nº. 178 de 06 de Outubro de 2016

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,

31 de Março de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 90 DE 31.03.2017

DECRETO Nº 90 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO".

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e XI, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º - Fica constituída a Equipe Técnica colaborativa responsável pelo fornecimento de dados a comissão especial responsável pela avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação, PME, de Princesa, SC, constituída pelos seguintes membros:

Elisângela G. Graf- Coordenadora;

Daiane Pagno- Secretária;

Tatiana D. Klein- Membro;

Simone M. Nielsson- Membro;

Neila Hammes- Membro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas no Decreto nº. 179 de 06 de Outubro de 2016

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,

31 de Março de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

DECRETO Nº 16/2017, DE 30 DE MARÇO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS

DECRETO Nº 16/2017, DE 30 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N. 13.019/2014, COM AS ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI 13.204/2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO DOMINGOS LOSS, Prefeito Municipal de RIO DAS ANTAS-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal 13.019/2014, com suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o sistema de cadastramento das organizações da sociedade civil do Município de Rio das Antas-SC, para fins de obtenção de reconhecimento como entidade credenciada, quando as atividades destas forem voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social.

Art. 2º - Serão consideradas aptas e credenciadas, as organizações da sociedade civil que apresentarem a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Rio das Antas.

I - cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal n. 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver;

II - cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo à organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

III - certidão Negativa de:

a) Débito Tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal;

b) Certidão quanto à Dívida Ativa da União conjunta;

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

e) Certidão de Débito Trabalhista;

IV - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

V - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VI - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

VII - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

VIII - cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

b) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de

igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

IX - apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

X - comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

XI - demonstrar possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na sua área de atuação;

XII - apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;

XIII - declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

XIV - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

XV - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014;

Art. 3º - A experiência prévia solicitada no inciso X, do art. 2º, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

I - instrumento de parceria ou outro equivalente, firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - relatório de atividades desenvolvidas;

III - notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas;

IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

V - currículo de profissional ou equipe responsável;

VI - declarações de experiência prévia emitidas por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;

VII - prêmios locais ou internacionais recebidos; e

VIII - atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

Art. 4º - A solicitação do Credenciamento poderá ser realizado a qualquer tempo.

Art. 5º - A Organização que não apresentar toda a documentação, será notificada para apresentar a documentação faltante no prazo de cinco dias, sob pena de indeferimento.

Art. 6º - Compete a Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SMAF, expedir em até cinco dias do protocolo, o comprovante do Credenciamento da Entidade na forma deste Decreto, ou emitir decisão justificada denegando o cadastramento.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, deverá previamente ter parecer de aprovação do órgão gestor da respectiva política no Município.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS-SC, 30 DE MARÇO DE 2017.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secret.Munic. de Administr. e Finanças

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0018/2017 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2017 – PMRA - Registro de Preço

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0025/2017 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço nº 0018/2017 – PMRA e Fundos, tendo como Objeto: Aquisição de material para manutenção do programa de inseminação artificial em bovinos, para melhoria do rebanho leiteiro e de corte dos produtores do município de Rio das Antas. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 13/04/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012. DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 min e as 17h30 min ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 31 de março de 2017. Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ANDRE LUCIANO DE SOUZA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2017, firmado em 28/02/2017, com término previsto para 31/03/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDRE LUCIANO DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 701.352.239-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 125 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 30/03/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANDRE LUCIANO DE SOUZA

Contratado(a)

CAMILA DA SILVA FERNANDES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 126/2017, firmado em 28/02/2017, com término previsto para 31/03/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CAMILA DA SILVA FERNANDES, portador(a) do CPF nº 088.808.129-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 126/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 126 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 30/03/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CAMILA DA SILVA FERNANDES

Contratado(a)

CARLA TERESINHA NARDELLI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2017, firmado em 28/02/2017, com término previsto para 31/03/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA TERESINHA NARDELLI, portador(a) do CPF nº 053.901.079-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 131 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/04/2017 e encerrando-se em 07/04/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 30/03/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CARLA TERESINHA NARDELLI

Contratado(a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) GILMARA CRISTINA SCHMITZ LOPES DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 023.172.989-86 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Emílio Ferrari, 157, Bairro Canta Galo, na Cidade de Rio do Sul-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.277,26 (Mil duzentos e setenta e sete reais e vinte seis centavos), devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/04/2017 e encerrando-se em 02/05/2017, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 24 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	GILMARA CRISTINA SCHMITZ LOPES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência prevista no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JEANE FERREIRA, portador(a) do CPF nº 043.207.779-05 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Samuel Deucher, 189, Bairro Vila Nova, na Cidade de Ituporanga-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação infantil Exp. Augusto Bosco, em substituição a Marlete Zabel Moretti, em virtude da designação para cargo em comissão.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (três mil setecentos e noventa e três reais e dois centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/04/2017 e encerrando-se em 02/05/2017, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 27 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JEANE FERREIRA
Secretário Municipal de Administração e fazenda	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 211/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 211/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) REGINA CATIA KELIM THIEL, portador(a) do CPF nº 018.305.999-92 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Localidade Lontrinhas, 1573, Bairro Lontrinhas, na Cidade de Lontras-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.277,26 (Mil duzentos e setenta e sete reais e vinte seis centavos), devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/04/2017 e encerrando-se em 02/05/2017, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da

Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	REGINA CATIA KELIM THIEL
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 212/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 212/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência prevista no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MAYTÊ MITTELMANN, portador(a) do CPF nº 080.445.259-80 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rui Barbosa, 788, Bairro Sumaré, na Cidade de Rio do Sul-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Artes, com jornada de 10 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro Educacional Pref. Luiz Adelar Soldatelli, em substituição a Joseany Rodriguês, em virtude licença especial para atendimento ao portador de necessidades especiais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 862,05 (oitocentos e sessenta e dois reais e cinco centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/04/2017 e encerrando-se em 02/05/2017, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 31 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MAYTÊ MITTELMANN
Secretário Municipal de Administração e fazenda	Contratado (a)

CRISTIANO STRINGARI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2017, firmado em 01/03/2017, com término previsto para 31/03/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANO STRINGARI, portador(a) do CPF nº 028.802.279-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 132 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/04/2017 e encerrando-se em 14/07/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 30/03/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CRISTIANO STRINGARI

Contratado(a)

DECRETO Nº 6099, DE 16 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 6099, de 16 de março de 2017.

"DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal nº101/2000,

DECRETA:

Art. 1º - Fica implantado o programa de contenção de despesas, no sentido de equilibrar as contas públicas, na execução orçamentária de 2017, evitando o déficit financeiro e o orçamentário, durante os meses de abril a dezembro de 2017.

Art. 2º - Para a redução das despesas ficam determinadas as seguintes ações:

I – Fica definido sistema de cotas mensais para a gestão dos orçamentos de custeio e de investimento das Secretarias Municipais, Fundações e Fundos, por meio do sistema informatizado de gestão.

a) As liberações além das cotas serão efetivadas mediante análise das necessidades demandadas por cada secretaria, com aprovação do Secretário Municipal de Administração e Fazenda, de acordo com a arrecadação.

b) Os Secretários Municipais são responsáveis pela gestão e controle de gastos de sua secretaria.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos de compras efetuadas em desacordo com o presente inciso serão de exclusiva responsabilidade de quem as efetuar;

II – As despesas com diárias e adiantamentos de servidores municipais somente serão efetivadas mediante autorização do Secretário Municipal de Administração e Fazenda, exceto no caso daquelas com pagamento por meio de recursos vinculados e de motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, quando se tratar de transporte de pacientes;

III – Ficam suspensas as designações de substitutos de ocupantes de cargos em comissão e diretores de centros educacionais, fundos, fundações, demais secretarias municipais, órgãos e entidades, em virtude de afastamento por férias, baseados nos Arts. 46 e 47 da Lei Complementar n. 309/2015; exceto nos casos com prévia autorização por escrito do Secretário Municipal de Administração e Fazenda;

IV – A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda procedam a revisão em todos os contratos de prestação de serviços continuados, visando racionalizações, ajustes ou cortes de despesas;

V – Ficam limitados os pagamentos de licenças-prêmio em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais, por ordem de entrada dos pedidos via protocolo, sendo concedidas somente para o servidor que comprovar as seguintes despesas:

a) Despesas decorrentes de tratamento de saúde do servidor ou de doença em pessoa da família, caracterizadas no Art. 5º, inciso III da Lei Complementar n. 73/2001: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante,

nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), doença e Alzheimer, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida -AIDS e outras que a lei federal especificar, com base na medicina especializada;

b) No caso de necessidade pessoal, urgente e grave, decorrente de desastre natural causado por chuvas ou inundações que tenham atingido a área de residência do trabalhador, quando a situação de emergência ou o estado de calamidade pública;

VI – Ficam cancelados todos os atos que autorizam o pagamento de adicional de aulas excedentes.

Parágrafo Único: Havendo necessidade imprescindível da realização das mesmas, o secretário titular da pasta de educação deverá encaminhar previamente uma solicitação ao Secretário Municipal de Administração e Fazenda, em um único documento, justificando individualmente e abrangendo a necessidade da secretaria dentro de um planejamento, com respectivo impacto financeiro e fonte de recursos;

Art. 3º - Os casos não contemplados neste Decreto serão submetidos à apreciação do Prefeito do Município.

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 5250, de 13 de maio de 2016.
----------	--

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

GABINETE DO PREFEITO.

16 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 6112, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 6112, de 27 de março de 2017.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017 DE 24.02.2017”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 001/2017 de 24.02.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME

COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS NUNESMANN LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

27 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 6112/2017

Pregão Presencial: Nº 001/2017 de 24.02.2017.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRUTAS E VERDURAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Participantes:

COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA. ME

COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS NUNESMANN LTDA

Decisão: Pelo critério de menor preço por item sob regime de execução global o

pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

PANIFICADORA COELHO NETO LTDA
COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS NUNESMANN LTDA

DECRETO Nº 6113, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 6113, de 27 de março de 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017 DE 28.02.2017".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 002/2017 de 28.02.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COM. DE ALIMENTOS LTDA EPP
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXP E IMP LTDA
CLEITON DE SOUZA ME

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
27 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 6113/2017

Pregão Presencial: Nº 002/2017 de 28.02.2017.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Participantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COM. DE ALIMENTOS LTDA EPP
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI-ME
SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXP E IMP LTDA
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
CLEITON DE SOUZA ME

Decisão: Pelo critério de menor preço por item sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COM. DE ALIMENTOS LTDA EPP
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXP E IMP LTDA
CLEITON DE SOUZA ME

DECRETO Nº 6114, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 6114, de 27 de março de 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017, FMS DE 24.02.2017".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 010/2017 de 24.02.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

D & G PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA.

GILMAR SANI – ME HENRIQUE EQUIPAMENTOS

CICURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO

OSMAR ORLANDI JUNIOR – ME

PROHOSPITAL SUL LTDA.

MAGNA MEDICA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA. EPP

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALARES LTDA.

BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA. ME

ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA. EPP

RD NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA. EPP

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

27 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 6114/2017

Pregão Presencial: Nº 010/2017 de 24.02.2017.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) .

Participantes:

D & G PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA.

GILMAR SANI – ME HENRIQUE EQUIPAMENTOS

CICURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO

OSMAR ORLANDI JUNIOR – ME

PROHOSPITAL SUL LTDA.

ILHATEC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA. EPP.

MAGNA MEDICA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA. EPP

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALARES LTDA.

BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA. ME

ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA. EPP

RD NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA. EPP

Decisão: Pelo critério de menor preço sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

D & G PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA.

GILMAR SANI – ME HENRIQUE EQUIPAMENTOS

CICURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO

OSMAR ORLANDI JUNIOR – ME

PROHOSPITAL SUL LTDA.

MAGNA MEDICA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA. EPP

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALARES LTDA.

BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA. ME

ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA. EPP

RD NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA. EPP

DECRETO Nº 6115, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 6115, de 27 de março de 2017.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017, FMS DE 08.03.2017”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 011/2017 de 08.03.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. EPP

JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI – ME

FACCINA DALTORA EQUIP. SEG. LTDA. ME

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME

CLEITON DE SOUZA ME

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

27 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 6115/2017

Pregão Presencial: Nº 011/2017 de 08.03.2017.

Objeto da Licitação: PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PFS E DEMAIS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Participantes:

BAGÁTOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA. ME

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. EPP

TAYU QUIMICA LTDA.

JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI – ME

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

FACCINA DALTORA EQUIP. SEG. LTDA. ME

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME

CLEITON DE SOUZA ME

Decisão:

Pelo critério de menor preço por item, sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. EPP

JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELLI – ME

FACCINA DALTORA EQUIP. SEG. LTDA. ME

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME

CLEITON DE SOUZA ME

DECRETO Nº 6116, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 6116, de 27 de março de 2017.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017, FMS DE 23.02.2017".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5810, de 02 de janeiro de 2017, o resultado do Pregão Presencial para registro de preços nº 008/2017 de 23.02.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

DENTAL ALTA MOGIANA – COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

27 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 6116/2017

Pregão Presencial: Nº 008/2017 de 23.02.2017.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL PARA A AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA, PARA UTILIZAÇÃO DA POLICLINICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL.

Participantes:

PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA.

DENTAL ALTA MOGIANA – COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

DENTAL ALTA MOGIANA – COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.

DECRETO Nº 6120, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 6120, de 30 de março de 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 9.490,47 (nove mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e sete centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5789/2016, visando a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	PROCURADORIA JURÍDICA		
0.003	Operação Especial - Indenizações, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários - Superávit	R\$	9.490,47

	TOTAL	R\$	9.490,47
--	-------	-----	----------

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

30 de março de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

JEMERSON CAETANO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2017, firmado em 28/02/2017, com término previsto para 31/03/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEMERSON CAETANO, portador(a) do CPF nº 010.235.249-61, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 122 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/03/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JEMERSON CAETANO

Contratado(a)

PAMELA APARECIDA CARDOSO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 123/2017, firmado em 28/02/2017, com término previsto para 31/03/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PAMELA APARECIDA CARDOSO, portador(a) do CPF nº 105.265.319-75, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 123/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 123 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/03/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PAMELA APARECIDA CARDOSO

Contratado(a)

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 003/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES

Prefeitura Municipal de Contribuintes

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 003/2017

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 10 de abril de 2017, às 08hs00, no plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento dos seguintes Recursos:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 145631/2014

Nome do Recorrente: Joel Fronza

Nº do Recurso: 033/2016

Relatora: Claudia Simara Beber

Número do Protocolo: Protocolo Nº 152948/2015

Nome do Recorrente: Joel Fronza

Nº do Recurso: 034/2016

Relatora: Claudia Simara Beber

Número do Protocolo: Protocolo Nº 157644/2016

Nome do Recorrente: Joel Fronza

Nº do Recurso: 035/2016

Relatora: Claudia Simara Beber

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

PORTARIA N. 0361/RH

PORTARIA N. 0361/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuação em cargo comissionado a partir de 01/03/2017, os servidores abaixo relacionados, com fundamento no Art. 13 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 56 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015:

Nome Servidor	Cargo	Lotação	Opção de Remuneração
Adriana Maísa Nikel Wetzstein	Diretor Técnico de Educação	Secretaria Municipal de Educação	Vencimento do cargo comissionado
Celeste Oelke Schaefer	Diretor do Departamento de Atenção à Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Remuneração do cargo efetivo acrescido de 20%
Cleivanir Niehues	Diretor do Departamento de Odontologia	Secretaria Municipal de Saúde	Remuneração do cargo efetivo acrescido de 20%
Nadir Marchi	Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Secretaria Municipal de Saúde	Vencimento do cargo comissionado
Cristiane Aparecida Leandro de Souza	Diretor do Departamento Psicossocial e Atenção à Saúde da Mulher	Secretaria Municipal de Saúde	Vencimento do cargo comissionado
Graciela San Martin Bagatoli	Chefe de Divisão de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	Remuneração do cargo efetivo acrescido de 20%
Paola Sofka	Chefe da Divisão de Farmácia	Secretaria Municipal de Saúde	Remuneração do cargo efetivo acrescido de 20%
Alex Sandro de Oliveira	Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária	Secretaria Municipal de Saúde	Remuneração do cargo efetivo acrescido de 20%

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Cfr

PORTARIA Nº 003.2017.CAP, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

PRÊMIO NODGI PELLIZZETTI DE INCENTIVO À CULTURA 2016
HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE REUNIÃO
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS (CAP)
RIO DO SUL, 24 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 003/2017/CAP Prêmio Nodgi Pellizzetti 2016, de 24 de março de 2017.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS (CAP), do Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura 2016, no uso das atribuições nos termos da portaria 001/2017, de 01 de fevereiro de 2017 e nos termos do edital do Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura 2016 e das Leis Complementares 270/2013 e 281/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o resultado da avaliação dos pedidos de prorrogação de prazo de execução, conforme item 7.2 do edital, dos seguintes projetos em execução com recursos do Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura 2016.

CÓDIGO DO PROJETO: FMIC2016-30
NOME DO PROJETO: A TRILHA SONORA DA DANÇA DE UMA VIDA
PROPONENTE: RODRIGO FRONZA
PEDIDO DE PRORROGAÇÃO: SIM
DEFERIDO: SIM

CÓDIGO DO PROJETO: FMIC2016-24
NOME DO PROJETO: GRAVAÇÃO E PRENSAGEM DE CD DA BANDA LISS
PROPONENTE: GIULIANO DE AQUINO SANTOS
PEDIDO DE PRORROGAÇÃO: SIM
DEFERIDO: SIM

CÓDIGO DO PROJETO: FMIC2016-54
NOME DO PROJETO: 2 TANZ IN RIO DO SUL
PROPONENTE: ALBERTINA VOLKSTANZGRUPPE
PEDIDO DE PRORROGAÇÃO: SIM
DEFERIDO: SIM

Art. 2º - Os projetos com pedido de prorrogação deferido precisam executar as ações de seus projetos até o dia 07 de novembro de 2017 e apresentar relatório de atividades até o dia 07 de dezembro de 2017.

Art. 3º - A presente portaria será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM-SC).

CÁTIA DAGNONI
Presidente
Comissão de Acompanhamento de Processos (CAP)
Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura 2016

Rio do Sul, 24 de março de 2017.

(O original assinado encontra-se na Fundação Cultural de Rio do Sul)

PORTARIA Nº 0419/RH

PORTARIA N. 0419/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora SIMONE APARECIDA PEREIRA MULLER, matrícula n. 79332-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de fevereiro de 2016, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0420/RH

PORTARIA N. 0420/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora ISOLETE VERSINO, matrícula n. 79502-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de janeiro de 2017, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0421/RH

PORTARIA N. 0421/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora MARGARETE FRANZ, matrícula n. 78450-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de outubro de 2016, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0423/RH

PORTARIA N. 0423/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora DAIZE GIOVANELLA, matrícula n. 98094-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de outubro de 2016, conforme o disposto no Art.

10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0424/RH

PORTARIA N. 0424/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora ROSIMERI ROSA, matrícula n. 75710-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "C", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de outubro de 2016, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0425/RH

PORTARIA N. 0425/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora JOSEMERI CARVALHO, matrícula n. 89982-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "D", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de abril de 2016, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0426/RH

PORTARIA N. 0426/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora VANIA JO-
CHEM ALVES, matrícula n. 171522-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de julho de 2016, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0428/RH

PORTARIA N. 0428/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ALZIRA HEESCH DORNER, matrícula 74519-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao triênio de 2004 a 2007, com fundamento ao disposto no Art. 35 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010 c/c o Art. 59, da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003, Art. 6º, § 2º, do Decreto nº 399 de 05 de outubro de 2004.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de janeiro de 2016, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº 0444/RH

PORTARIA N. 0444/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares, nos termos do Protocolo 163752/2017, a servidora municipal BRUNA LIVRAMENTO RIZZI, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, durante o período de 2 anos consecutivos, a partir de 31/03/2017, sem remuneração, de acordo com o Art. nº. 149, da Lei Complementar nº. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
TAS

PREGÃO PRESENCIAL 016/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios para atender alunos da rede municipal de ensino, setor de merenda escolar. Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 13/04/2017, às 13:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:15h do dia 13/04/2017, no endereço abaixo, no auditório Renato Cardoso.
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site www.riodosul.sc.gov.br, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 31 de março de 2017
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

RAMON JOSE FERREIRA DE SOUZA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 121/2017, firmado em 14/02/2017, com término previsto para 31/03/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) RAMON JOSE FERREIRA DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 090.793.559-17, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 121/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 121 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 01/04/2017 e encerrando-se em 30/06/2017." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 30/03/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

RAMON JOSE FERREIRA DE SOUZA

Contratado(a)

RESUMO DE ADITIVO 018/2017

2º TERMO ADITIVO Nº 018/2017 – DO CONTRATO DE COMPRA, VENDA E SERVIÇO NR. 016/2015, REFERENTE SERVIÇOS DE ACESSO A SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO BASEADA EM NUVEM, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA QI NETWORK SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA - ME.

Aos doze (12) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa QI NETWORK SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA - ME., estabelecida na rua Tenente Silveira, 209, 3º andar, salas 05 e 06, Centro, no município de Florianópolis/SC, CEP 88.010-300 inscrita no CNPJ sob o nº 08.314.044/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representado pelos seus Diretores, Srs. Celso Edgar Caparica e Henrique Augusto Araújo da Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 001/2015, o contrato original de Compra, Venda e Serviço nº 016, datado de 12 de fevereiro de 2015, parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do inciso IV do Artigo 57 e § 8º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 03 (três) meses, com o seu término em 12 de maio de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO

Fica alterado o objeto contratual constante da Cláusula primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, passando aos seguintes serviços: conforme planilha e justificativa anexa.

Prefeitura Municipal de Rio do Sul				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Preços
1	Serviços de acesso a solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada em nuvem, incluindo suporte técnico, compreendendo: <ul style="list-style-type: none">_ correio eletrônico (e-mail);_ contatos e grupos de distribuição;_ calendário;_ comunicação instantânea;_ videoconferência;_ criação e publicação de portais/sites;_ disponibilização e transmissão de vídeos;_ armazenamento de arquivos.	Usuários	380	19.342,00
5	Criação do ambiente Google Cloud Platform	Projeto	1	1.900,00
6	Implementação do drive no File Server	Projeto	1	900,00
7	Regional Bucket Storage	TB	1	1.039,50
8	Suporte Técnico	trimestral	Elite	806,99

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O valor do contrato passa a ser de R\$ 23.988,49 (vinte três mil novecentos oitenta oito reais quarenta nove centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA SEXTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOME

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

QI Network Soluções Tecnológicas Ltda – ME

Sr. Celso Edgar Caparica

Contratada

QI Network Soluções Tecnológicas Ltda – ME

Sr. Henrique Augusto Araújo da Silva

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 019/2017

2º TERMO ADITIVO Nº 019/2017 – DO CONTRATO DE COMPRA, VENDA E SERVIÇO NR. 015/2015, REFERENTE SERVIÇOS DE ACESSO A SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO BASEADA EM NUVEM PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA QI NETWORK SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA - ME.

Aos doze (12) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezesseis (2017), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa QI NETWORK SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA - ME., estabelecida na rua Tenente Silveira, 209, 3º andar, salas 05 e 06, Centro, no município de Florianópolis/SC, CEP 88.010-300 inscrita no CNPJ sob o nº 08.314.044/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representado pelos seus Diretores, Srs. Celso Edgar Caparica e Henrique Augusto Araújo da Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencia nº 002/2015, o contrato original de Compra, Venda e Serviço nº 015, datado de 12 de fevereiro de 2015, parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do inciso IV do Artigo 57 e § 8º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Oitava do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 03 (três) meses, com o seu término em 12 de maio de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O objeto do presente aditivo contempla à supressão de valores dos itens 01, 02, 03, 04, 05 06 e 07 da CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR – amparado no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

1.1.1 – A remuneração mensal a partir de 12 de fevereiro de 2017, será de R\$ 1.240,18 (um mil duzentos quarenta reais dezoito centavos):

1.1.2 – Os demais itens permanecem iguais os serviços e valores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Rio do Sul, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja e tendo justo e pactuado as cláusulas aqui retificadas, estando ratificadas todas as demais cláusulas, onde as partes assinam este primeiro termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Rio do Sul/SC, 12 de fevereiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

QI Network Soluções Tecnológicas Ltda – ME

Sr. Celso Edgar Caparica

Contratada

QI Network Soluções Tecnológicas Ltda – ME

Sr. Henrique Augusto Araújo da Silva

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 13/04/2017

PAUTA DE JULGAMENTO

COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO –
LEI COMPLEMENTAR Nº 305/2015

DATA DA SESSÃO: 13/04/2017

HORA DA SESSÃO: 8 HORAS

LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO PREFEITO HELMUTH BAUNGARTEN, SITO NA PRAÇA 25 DE JULHO, Nº 01, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE RIO DO SUL – SC – SALA DE REUNIÕES DA SECRETRIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO.

REQUERENTE	Nº ISENÇÃO	ANO	RELATOR
ADALBERTO AUGUSTINHO FERREIRA	3562	2017	JONNY
ADENIR KRAUSE	2785	2017	JONNY
ALFREDO PANDINI	2905	2017	JONNY
ARGEMIRO RAMPELOTTI	3439	2017	JONNY
ARISTEU SILVEIRA RAMOS	3311	2017	JONNY
ARLINDO LEMKE	2910	2017	JONNY
ARNILTO GERALDO JASPER	1998	2017	JONNY
BALDEVINO ERN	3512	2017	JONNY
CECILIO MORAIS	10380	2017	JONNY
CLEIA REGINA BATSCHAUER	3150	2017	JONNY
ELISABETE ROSA	10312	2017	JONNY
ELSA FERRARI FEITAG	2911	2017	JONNY
FREDOLINO JACO DUBIELA	3889	2017	JONNY
GERALDO SCOTINI PRIMO	2968	2017	JONNY
HAROLD MOHR	2522	2017	JONNY
HELMUTH FROMMING	2992	2017	JONNY
IRACY JANDT	2670	2017	JONNY
JANDIRA HERMANN DE AMORIM	3286	2017	JONNY
JOSE ODAIR VAVASSORI	3528	2017	JONNY
LEONETE FERRARI DOS SANTOS	2315	2017	JONNY
MANOEL CAMILIO DA SILVA	3493	2017	JONNY
MARCELO FERNANDO DA ROCHA	2972	2017	JONNY
MARIA DAS NEVES MELO	3665	2017	JONNY
MARIA VALERIA ODERENGE LOSI	3821	2017	JONNY
MARINA MORETTO	3651	2017	JONNY
MARLI TEREZINHA DA SILVA	3128	2017	JONNY
NELSON EGON ZEMKE	2516	2017	JONNY
OLINDA TOMAZONI	3129	2017	JONNY
ROSELY HECKMANN	4055	2017	JONNY
SANDRA APARECIDA B. FERNANDES	2692	2017	JONNY
SUSEDEIDE DA CUNHA	3489	2017	JONNY
TEREZINHA MORAES	2867	2017	JONNY
TEREZINHA MOREIRA	2671	2017	JONNY
VIVIANE LEMKE	3862	2017	JONNY
WALDEMAR HEINRICH	3222	2017	JONNY
ABEL HINGHL	2580	2017	RONALDO
ADELITA FERRARI	3426	2017	RONALDO
ALFONSO PASSIG	3947	2017	RONALDO
ALIDO RUCK	3794	2017	RONALDO
ARNOLDO KOHL	4134	2017	RONALDO
ARY ADOLFO FRANÇA	2880	2017	RONALDO
CECILIA DA CRUZ	2610	2017	RONALDO
CLARICE SCHEWINSKI	2174	2017	RONALDO
DILMA MOHR RONCHI	3074	2017	RONALDO
DORITA FROMMING TEIXEIRA	3119	2017	RONALDO
EDA FERNANDES	3320	2017	RONALDO
EDITH SASSE	2099	2017	RONALDO
ELFRIDA SCHROEDER BATISTA	3438	2017	RONALDO
GEMA MEDEIROS PEREIRA	3660	2017	RONALDO
GENTIL AVI	4040	2017	RONALDO

GILBERTO LINO NECKEL	3077	2017	RONALDO
GUIDO STREY – ESPOLIO	2515	2017	RONALDO
HILBERTO WETZSTEIN	10289	2017	RONALDO
IARA VANUSA FERNANDES	2877	2017	RONALDO
ILVACIR FROEHLICH	2829	2017	RONALDO
INALDI GUTZ	3564	2017	RONALDO
IONE LUCIA PEREIRA NUNES	3547	2017	RONALDO
IRENE SALETE ADAMI	2906	2017	RONALDO
IRIA TEREZINHA HILLESHEIM	3140	2017	RONALDO
JAIR LUCHTENBERG	4317	2017	RONALDO
JOSIANE TOASSI	3811	2017	RONALDO
MARGARIDA FATIMA MICHELS	2634	2017	RONALDO
MARIA RITA FELISBINO	2642	2017	RONALDO
MARIA RODRIGUES FANTON	3550	2017	RONALDO
MARO FERRARI	3500	2017	RONALDO
NELI TEREZINHA HASSE FIGUEREDO	2578	2017	RONALDO
NELLY MULLER HEINZ	2943	2017	RONALDO
NELSON MUNZFELD	3400	2017	RONALDO
NILZA BRUDER MACHADO	2306	2017	RONALDO
NORMA SASSE	3376	2017	RONALDO
OLANDINA CARDOSO	3409	2017	RONALDO
OLINDA GUTZ	3435	2017	RONALDO
ORIVAL HORSTMANN	2561	2017	RONALDO
ORLANDO SEGUNDO PISETTA	3353	2017	RONALDO
PAULO BRIDI	2576	2017	RONALDO
PEDRO ARCIONEU GOEDERT	3278	2017	RONALDO
ROGERIO JOÃO SAVI	3345	2017	RONALDO
ROSILENE VOSS	10278	2017	RONALDO
SALETE TORINELLI MARTINS	2803	2017	RONALDO
SANDRA LUZIA CENSI	4344	2017	RONALDO
TEREZINHA WESTPHAL	7218	2017	RONALDO
VALBURGA BERKHAUSER MARTINS	2998	2017	RONALDO
VALDIR CLAUDINO MACHADO	3934	2017	RONALDO
VALERIA ABREU DE OLIVEIRA	2889	2017	RONALDO
ZILDA MACHADO GAZETI	2883	2017	RONALDO

Ronaldo da Rocha
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 31 de março de 2017.

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CRISTIANO BRUDA

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CRISTIANO BRUDA, nomeado (a) pela Portaria n. 0317/RH, de 06/03/2017, publicada no DOM na data de 27/03/2017, para exercer o cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, Nível F, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/04/2017.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 28 de março de 2017.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - SILENE FELIZARI
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SILENE FELIZARI, nomeado (a) pela Portaria n. 0200/RH, de 15/02/2017, publicada no DOM na data de 01/03/2017, para exercer o cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 04/04/2017.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo anexo.

Rio do Sul, 27 de março de 2017.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 1.467, DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.467, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Outorga o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Alcides Nazari.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Alcides Nazari pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos do Decreto Legislativo nº 14 de 1º de setembro de 1976.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 31 de março de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

DECRETO LEGISLATIVO 1.468, DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.468, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Outorga o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo à Senhora Erica Hoepers Ferreira.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo à Senhora Erica Hoepers Ferreira pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos do Decreto Legislativo nº 14 de 1º de setembro de 1976.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 31 de março de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

DECRETO LEGISLATIVO 1.469, DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.469, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Outorga o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Idalio Sartori.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Idalio Sartori pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos do Decreto Legislativo nº 14 de 1º de setembro de 1976.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 31 de março de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

DECRETO LEGISLATIVO 1.470, DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.470, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Outorga o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Lothar Weise Filho.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Lothar Weise Filho pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos do Decreto Legislativo nº 14 de 1º de setembro de 1976.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 31 de março de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

DECRETO LEGISLATIVO 1.471, DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.471, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Outorga o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo à Senhora Miranda Stedille.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo à Senhora Miranda Stedille pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos do Decreto Legislativo nº 14 de 1º de setembro de 1976.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 31 de março de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

DECRETO LEGISLATIVO 1.472, DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.472, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Outorga o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Derico Fronza.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Derico Fronza pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos do Decreto Legislativo nº 14 de 1º de setembro de 1976.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 31 de março de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

DECRETO LEGISLATIVO 1.473, DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.473, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Outorga o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Rodolfo Batista.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Rodolfo Batista pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos do Decreto Legislativo nº 14 de 1º de setembro de 1976.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 31 de março de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

DECRETO LEGISLATIVO 1.474, DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.474, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Outorga o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Nilvo Mees.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Diploma e a Medalha do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Nilvo Mees pelos relevantes serviços prestados ao município de Rio do Sul, nos termos do Decreto Legislativo nº 14 de 1º de setembro de 1976.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 31 de março de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

PORTARIA Nº 967/2017

PORTARIA Nº 967, DE 03 DE ABRIL DE 2017

Declara vago e extinto o cargo de Procurador Legislativo Especial

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, a partir de 04 de abril de 2017, o cargo de Procurador Legislativo Especial, do quadro especial em extinção de Provedor Efetivo da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, ocupado pelo servidor GIOVANI NASCIMENTO, matrícula nº 280-1, em virtude de aposentadoria, com fundamento no artigo 38, inciso V, da Lei Complementar nº 309, de 1º de dezembro de 2015.

Art. 2º Em virtude da vacância, declarar extinto o cargo de Procurador Legislativo Especial, com fundamento no § 1º do artigo 25 da Lei Complementar nº 224, de 15 de fevereiro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de abril de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

RESOLUÇÃO Nº 901/17 - HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PR Nº 05/2017

RESOLUÇÃO Nº 901, DE 31 DE MARÇO DE 2.017

Homologa resultado de Processo Licitatório nº 08/2.017, representado pelo Pregão Presencial no 05/2.017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 08/2.017, representado pelo Pregão Presencial no 05/2.017, vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, bem como por não haver qualquer recurso pendente.

Art. 2º Para que a homologação procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta do presente Pregão Presencial, efetuamos a ADJUDICAÇÃO aos licitantes vencedores constantes da Ata de Registro de Preço, autorizando desde já a contratação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 31 de março de 2.017.

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA

Presidente da Mesa

Romelândia

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 685/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 685/2017

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Pregão Registro de Preço, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DA MÁQUINA CARREGADEIRA KOMATSU WA 180. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, em horário de expediente. Fone para contato (049) 3624-1002, email: compras@romelandia.sc.gov.br. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 17/04/17. Romelândia (SC), 31/03/2017. VALDIR BUGS - PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO LICITATÓRIO 695/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO 695 /2017

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS 19/2017

O Município de Romelândia (SC) realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, LUVAS, BAINHAS e NITROGÊNIO LIQUIDO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017. Tudo em conformidade com as Leis nº 10.520/02, 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (49) 3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até às 08h00min do dia 17/04/2017.

Romelândia (SC), 03/04/2017.

VALDIR BUGS

PREFEITO MUNICIPAL

Santa Cecilia

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
CNPJ 85.997.237/0001-41

CONVITE

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, em atendimento ao Artigo 165, Caput § 1º da CF e Lei Complementar 101/2000 (LRF), convida as Entidades Cíveis e a população em Geral a participar da audiência pública a realizar-se nas dependências da Câmara Municipal de Santa Cecília, sito Av. Nereu Ramos, 897, no dia 06 de Abril de 2017 às 16:00 horas, para em conjunto estabelecer o PLANO PLURIANUAL do QUADRIENIO 2018/2021 que estabelecerá objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Santa Cecília, 31 março de 2017
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 37/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 17 de abril de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de mão de obra mecânica, óleos, filtros e peças original ou primeira linha do fabricante para manutenção de Motoniveladora New Holland RG 140 B.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, pelo site www.staterezinha-progresso.sc.gov.br, ou pelo e-mail compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 03 de abril de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

RREO 01 BIMESTRE 2017 ANEXO 01

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO



RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	10.750.000,00	10.750.000,00	1.853.598,12	17,24	1.853.598,12	8.896.401,88	
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.750.000,00	10.750.000,00	1.845.636,92	17,17	1.845.636,92	8.904.363,08	
IMPOSTOS	321.400,00	321.400,00	27.923,43	8,69	27.923,43	293.476,57	
TAXAS	270.400,00	270.400,00	26.821,01	9,92	26.821,01	243.578,99	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	51.000,00	51.000,00	1.102,42	2,16	1.102,42	49.897,58	
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	35.000,00	35.000,00	7.744,70	22,13	7.744,70	27.255,30	
RECEITA PATRIMONIAL	35.000,00	35.000,00	7.744,70	22,13	7.744,70	27.255,30	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	130.850,00	130.850,00	30.859,84	23,58	30.859,84	99.990,16	
RECEITA DE SERVIÇOS	214.000,00	214.000,00	27.975,63	13,07	27.975,63	186.024,37	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.012.170,00	10.012.170,00	1.744.135,49	17,42	1.744.135,49	8.268.034,51	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.995.970,00	9.995.970,00	1.742.723,20	17,43	1.742.723,20	8.253.246,80	
TRANSF. DE PESSOAS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	
TRANSF. DE CONV.	9.200,00	9.200,00	1.412,29	15,35	1.412,29	7.787,71	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.580,00	36.580,00	6.997,83	19,13	6.997,83	29.582,17	
MULTAS E JUROS DE MORA	6.000,00	6.000,00	1.032,92	17,22	1.032,92	4.967,08	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.980,00	1.980,00	68,10	3,44	68,10	1.911,90	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	13.600,00	13.600,00	4.377,52	32,19	4.377,52	9.222,48	
RECEITAS DIVERSAS	15.000,00	15.000,00	1.519,29	10,13	1.519,29	13.480,71	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	7.961,20	0,00	7.961,20	-7.961,20	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	650,04	0,00	650,04	-650,04	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	7.311,16	0,00	7.311,16	-7.311,16	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	7.311,16	0,00	7.311,16	-7.311,16	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.750.000,00	10.750.000,00	1.853.598,12	17,24	1.853.598,12	8.896.401,88	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)						
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)						
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.750.000,00	11.103.125,18	3.171.544,31	3.171.544,31	7.931.580,87	1.402.787,86	1.402.787,86	9.700.337,32	976.239,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.262.477,00	10.612.902,18	3.142.467,32	3.142.467,32	7.470.434,86	1.374.123,87	1.374.123,87	9.238.778,31	952.044,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.421.550,00	5.463.168,50	858.629,54	858.629,54	4.604.528,96	837.462,88	837.462,88	4.625.695,62	491.594,92
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS	22.000,00	510,06	0,00	0,00	510,06	0,00	0,00	510,06	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.818.927,00	5.149.233,62	2.283.837,78	2.283.837,78	2.865.395,84	536.660,99	536.660,99	4.612.572,63	460.449,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	412.523,00	415.223,00	29.076,99	29.076,99	386.146,01	28.663,99	28.663,99	386.559,01	24.194,99
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	392.576,00	395.276,00	9.130,99	9.130,99	386.145,01	8.717,99	8.717,99	386.558,01	4.248,99
Dívida Mobiliária	19.947,00	19.947,00	19.946,00	19.946,00	1,00	19.946,00	19.946,00	1,00	19.946,00
Outras Dívidas	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	10.750.000,00	11.103.125,18	3.171.544,31	3.171.544,31	7.931.580,87	1.402.787,86	1.402.787,86	9.700.337,32	976.239,06
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.750.000,00	11.103.125,18	3.171.544,31	3.171.544,31	7.931.580,87	1.402.787,86	1.402.787,86	9.700.337,32	976.239,06
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	450.810,26	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.750.000,00	11.103.125,18	3.171.544,31	3.171.544,31	—	1.402.787,86	1.853.598,12	—	976.239,06
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Santiago do Sul, 30/03/2017

Julcimar Antonio Lorenzetti
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

RREO 01 BIMESTRE 2017 ANEXO 02

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO



RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”.)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) = (d) - (e)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Legislativa	10.750.000,00	11.103.125,18	3.171.544,31	3.171.544,31	7.931.580,87	1.402.787,86	1.402.787,86	100,00
Ação Legislativa	447.000,00	447.000,00	93.718,56	93.718,56	353.281,44	73.938,25	73.938,25	5,27
Administração	447.000,00	447.000,00	93.718,56	93.718,56	353.281,44	73.938,25	73.938,25	5,27
Planejamento e Orçamento	1.775.000,00	1.787.000,00	580.734,36	580.734,36	1.206.265,64	257.402,00	257.402,00	18,35
Administração Geral	685.000,00	697.000,00	245.035,07	245.035,07	451.964,93	95.296,20	95.296,20	6,79
Administração Financeira	776.000,00	776.000,00	248.758,39	248.758,39	527.241,61	113.459,32	113.459,32	8,09
Controle Interno	221.000,00	221.000,00	72.854,00	72.854,00	148.146,00	34.559,58	34.559,58	2,46
Segurança Pública	93.000,00	93.000,00	14.086,90	14.086,90	78.913,10	14.086,90	14.086,90	1,00
Defesa Civil	4.000,00	4.000,00	300,00	300,00	3.700,00	54,00	54,00	0,00
Assistência Social	4.000,00	4.000,00	300,00	300,00	3.700,00	54,00	54,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	587.650,00	600.650,00	80.264,69	80.264,69	520.385,31	53.961,66	53.961,66	3,85
Assistência Comunitária	395.650,00	405.650,00	57.388,91	57.388,91	348.261,09	47.680,40	47.680,40	3,40
Saúde	192.000,00	195.000,00	22.875,78	22.875,78	172.124,22	6.281,26	6.281,26	0,45
Atenção Básica	2.384.769,40	2.603.646,94	834.193,66	834.193,66	1.769.453,28	295.196,94	295.196,94	21,04
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.224.769,40	2.443.646,94	808.180,74	808.180,74	1.635.466,20	278.843,18	278.843,18	19,88
Vigilância Sanitária	60.000,00	60.000,00	14.045,16	14.045,16	45.954,84	4.681,76	4.681,76	0,33
Vigilância Epidemiológica	86.000,00	86.000,00	9.972,81	9.972,81	76.027,19	9.972,81	9.972,81	0,71
Educação	14.000,00	14.000,00	1.994,95	1.994,95	12.005,05	1.699,19	1.699,19	0,12
Alimentação e Nutrição	2.171.766,00	2.238.067,09	608.996,65	608.996,65	1.629.070,44	208.712,06	208.712,06	14,88
Ensino Fundamental	75.600,00	86.326,23	28.177,09	28.177,09	58.149,14	5.795,66	5.795,66	0,41
Ensino Médio	1.469.966,00	1.518.540,86	330.718,28	330.718,28	1.187.822,58	172.103,34	172.103,34	12,27
Ensino Superior	199.300,00	199.300,00	117.743,21	117.743,21	81.556,79	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	366.900,00	373.900,00	132.358,07	132.358,07	241.541,93	30.813,06	30.813,06	2,20
Cultura	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Diffusão Cultural	111.000,00	111.000,00	20.642,36	20.642,36	90.357,64	11.083,20	11.083,20	0,79
Urbanismo	111.000,00	111.000,00	20.642,36	20.642,36	90.357,64	11.083,20	11.083,20	0,79
Infra-Estrutura Urbana	414.957,60	457.904,15	211.277,40	211.277,40	246.626,75	60.100,33	60.100,33	4,28
Serviços Urbanos	110.550,00	110.550,00	0,00	0,00	110.550,00	0,00	0,00	0,00
	304.407,60	347.354,15	211.277,40	211.277,40	136.076,75	60.100,33	60.100,33	4,28

C

R\$ 1,00

DO
(a-d)

00.337,32
73.061,75
73.061,75
29.598,00
01.703,80
62.540,68
86.440,42
78.913,10
3.946,00
3.946,00
46.688,34
57.969,60
88.718,74
08.450,00
64.803,76
55.318,24
76.027,19
12.300,81
29.355,03
80.530,57
46.437,52
99.300,00
40.000,00
43.086,94
20.000,00
99.916,80
99.916,80
97.803,82
10.550,00
87.253,82

ontinua 1/3



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Conti

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	10.750.000,00	11.103.125,18	3.171.544,31	3.171.544,31	7.931.580,87	1.402.787,86	1.402.787,86	9,7
Habituação	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Rural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	43.000,00	43.000,00	8.454,69	8.454,69	34.545,31	4.216,08	4.216,08	0,30
Saneamento Básico Rural	18.000,00	18.000,00	8.454,69	8.454,69	9.545,31	4.216,08	4.216,08	0,30
Saneamento Básico Urbano	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.046.000,00	1.046.000,00	267.765,99	267.765,99	778.234,01	203.712,80	203.712,80	14,52
Extensão Rural	1.046.000,00	1.046.000,00	267.765,99	267.765,99	778.234,01	203.712,80	203.712,80	14,52
Indústria	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Promocção Industrial	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.349.310,00	1.349.310,00	257.654,93	257.654,93	1.091.655,07	161.133,21	161.133,21	11,49
Transporte Rodoviário	1.349.310,00	1.349.310,00	257.654,93	257.654,93	1.091.655,07	161.133,21	161.133,21	11,49
Desporto e Lazer	118.000,00	118.000,00	38.505,08	38.505,08	79.494,92	9.589,99	9.589,99	0,68
Desporto Comunitário	118.000,00	118.000,00	38.505,08	38.505,08	79.494,92	9.589,99	9.589,99	0,68
Encargos Especiais	169.547,00	169.547,00	169.035,94	169.035,94	511,06	63.687,34	63.687,34	4,54
Outros Encargos Especiais	169.547,00	169.547,00	169.035,94	169.035,94	511,06	63.687,34	63.687,34	4,54

C

inuação 2/3

DO
(a-d)

00.337,32
45.000,00
5.000,00
40.000,00
38.783,92
13.783,92
25.000,00
42.287,20
42.287,20
6.000,00
6.000,00
2.000,00
2.000,00
88.176,79
88.176,79
08.410,01
08.410,01
05.859,66
05.859,66

ontinua 2/3



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Conti

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.750.000,00	11.103.125,18	3.171.544,31	3.171.544,31	7.931.580,87	1.402.787,86	100,00	9,7
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00	0,00	
TOTAL (II) = (I + II)	10.750.000,00	11.103.125,18	3.171.544,31	3.171.544,31	7.931.580,87	1.402.787,86	100,00	9,7

FONTE:

Santiago do Sul, 30/03/2017

Julcimar Antonio Lorenzetti
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

inuação 3/3

DO
(a-d)

'00.337,32
75.000,00

<u>'00.337,32</u>

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017 - FMS

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 13 de Abril de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DA SEMUS, CONFOME ANEXO. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 27 de Março de 2017.

MANUEL RODRIGUES DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2017

MENOR PREÇO POR ITEM.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através deste, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 18 de abril de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO.

Os interessados poderão obter mais informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 20 de março de 2017.

MARGARETH BAYERL KEISER

Secretária de Administração

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO

Secretária de Educação

DAGUIMAR NOGUEIRA

Secretário de Assistência Social

ADELINO DENK

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017

MENOR PREÇO POR LOTE.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Obras e Serviços Urbanos, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 17 de abril de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E MATERIAIS DE DESGASTE PARA USO NO BRITADOR MARCA PIACENTINI, MODELO BM 600 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Os interessados poderão obter mais informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 27 de março de 2017.

MARCIO DREVECK

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 17 de Abril de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CAFÉ, AÇÚCAR PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E ALIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ABORDAGEM DE RUA PARA A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL CONFORME DESCRITIVO ANEXO. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 28 de Março de 2017.

MARCIO DREVECK

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

MARCIO DREVECK

SECRETÁRIO INTERINO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

DAGUIMAR NOGUEIRA
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA
Pregoeira

DECRETO Nº 0286/2017

DECRETO Nº 0286, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Antonio Alcioni Cardoso, Jocemari Telma Teixeira, Lisane Krisz Ilg, Chiara Mariele Gurgacz Destro e Sergio Miguel de Matos para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 52/2017, a realizar-se às 09:30 horas, do dia 18 de abril de 2017, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de março de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

EDITAL Nº 002/2017 - PROGRESSÃO FUNCIONAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 002/2017

Progressão Funcional do Magistério Público Municipal

A Secretária Municipal de Educação de São Bento do Sul, torna público que ficam abertas as solicitações para a Progressão Funcional dos profissionais efetivos do Magistério Público Municipal, por comprovação de nova habilitação profissional, conforme prevê a Lei Municipal nº 945, de 28 de maio de 2004 e Lei nº 2985, de 27 de março de 2012.

1. DOS REQUISITOS:

- 1.1 Ser membro efetivo do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal estável e estabilizado;
- 1.2 Comprovar nova habilitação profissional correlata à área de ensino, atuação e formação, desde que não implique em mudança de área de atuação.

2. DA SOLICITAÇÃO:

2.1 A solicitação deverá ser efetuada nos dias 03 a 07 de abril de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, situada na Rua Jorge Lacerda, nº 75 – Centro.

2.2 O servidor deverá preencher o requerimento (modelo próprio), fornecido às Unidades Escolares e/ou no ato da inscrição,

anexando cópia legível e com autenticação em cartório dos documentos, relacionados no item 3 deste Edital.

2.3 O requerimento não poderá conter qualquer rasura ou emenda, sendo o mesmo cancelado.

3. DA DOCUMENTAÇÃO:

3.1 Requerimento devidamente assinado pelo candidato, acompanhado de:

- a) Decreto de nomeação, e/ou Decreto de enquadramento no Quadro do Magistério Público Municipal, ou outro documento oficial que indique o atual cargo do servidor, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos ou Secretaria Municipal de Educação;
- b) Documentos comprobatórios da nova habilitação:

I. Diploma e Histórico Escolar do Curso Superior de Licenciatura Plena, para a passagem de Magistério para Licenciatura Plena;

II. Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena e Certificado de Pós-Graduação (Lato Sensu) em nível de especialização, com duração mínima de 360 horas, incluindo monografia/artigo, para passagem de Licenciatura Plena para Especialização;

III. Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena e Diploma de Mestrado para passagem de Especialização para Mestrado;

IV. Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena e Diploma de Doutorado para passagem de Mestrado para Doutorado;

V. Diploma e Histórico Escolar de Curso de Magistério ou Pedagogia para a passagem de Ensino Médio para Magistério ou Pedagogia, para os cargos de Atendente Educativo.

3.2 Os documentos somente serão válidos se expedidos até a data da efetivação da solicitação.

4. DA ANÁLISE:

4.1 A análise de solicitação para a Progressão Funcional caberá a Comissão Permanente de Progressão Funcional designada pelo Chefe do Poder Executivo.

4.2 A progressão vertical está condicionada ao seguinte:

I. à obtenção, pelo servidor, de novo nível de escolaridade com efetiva conclusão do curso indicativo do nível de escolaridade em questão, demonstrada com o respectivo certificado ou diploma, reconhecido segundo a legislação educacional vigente;

II. ao interstício anual, com data-base no mês de abril;

III. à obtenção do último resultado da Avaliação Periódica de Desempenho como "Avaliação Positiva".

4.3 A solicitação será indeferida quando não atender as disposições da legislação vigente e normas deste Edital.

5. DA DIVULGAÇÃO:

5.1 O Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação expedirá listagem das solicitações indeferidas e dos motivos do indeferimento, a qual será fixada no mural da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, na Rua Benjamin Constant, nº 120, no dia 13 de abril de 2017.

5.2 A Secretária de Educação expedirá Portaria concedendo a Progressão Funcional.

6. DA RECONSIDERAÇÃO:

6.1 A contar da data de expedição da listagem das solicitações indeferidas, o membro do Magistério terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para solicitar reconsideração do indeferimento, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, por meio de:

- a) Requerimento devidamente preenchido; e
- b) Documento que justifique a solicitação de reconsideração.

6.2 Caberá à Comissão Permanente de Progressão Funcional, a análise do pedido de reconsideração, cujo resultado será informado ao requerente.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1 O servidor, ao preencher e assinar a sua ficha de inscrição declara-se ciente e de acordo com todas as normas do presente Edital.

7.2 Na impossibilidade do servidor efetuar sua inscrição, a mesma poderá ser efetuada por procuração com fins específicos.

7.3 O servidor que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexacta terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes.

7.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão designada pelo Chefe do Poder Executivo.

São Bento do Sul, 30 de março de 2017.

Rosemari Ivane Strack Cândido
Secretária Municipal de Educação

ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO

_____, ocupante do cargo efetivo de _____, Escolaridade _____, Classe _____, Grupo Ocupacional _____ com carga horária de _____ horas semanais, atuando na Unidade Escolar _____, vem mui respeitosamente requerer a V. Sa. a Promoção Funcional, para Escolaridade _____, conforme prevê a Lei nº 945, de 28 de maio de 2004 e Lei nº 2985, de 27 de março de 2012, mediante comprovação anexa.
Nestes Termos, peço Deferimento.

São Bento do Sul, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Requerente

LISTAGEM PORTARIAS Nº 04/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 1076, de 30 de março de 2017. Nomeia Servidor Público, a partir de 28 de março de 2017, Roseli Martendal, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1077, de 30 de março de 2017. Nomeia Servidor Público, a partir de 28 de março de 2017, Adriane Valdirene Machado, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1078, de 30 de março de 2017. Nomeia Servidor Público, a partir de 28 de março de 2017, Lucas Rafael de Lima, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1079, de 30 de março de 2017. Nomeia Servidor Público, a partir de 28 de março de 2017, Nilsa Nascimento, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1082, de 30 de março de 2017. Revoga Portaria nº 1076/2017, que nomeou servidora Roseli Martendal, Auxiliar de Serviços, por desistência espontânea em 28 de março de 2017.

Portaria nº 1083, de 30 de março de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 20 de março de 2017, Sandra Patricia Maiberg do Prado, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 1084, de 30 de março de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 20 de março de 2017, Ana Terezinha

Martins, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 1085, de 30 de março de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 20 de março de 2017, Gisele Ossovsky Maldonado Garcia, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 1086, de 30 de março de 2017. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 21 de março de 2017, Bianca Kestering Greipel, Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 1087, de 30 de março de 2017. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 22 de março de 2017, Maicon Daniel Silva Carvalho, Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 1088, de 30 de março de 2017. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 29 de março de 2017, Paulo Roberto Signoreli, Fiscal de Posturas. SEPLU.

Portaria nº 1089, de 30 de março de 2017. Demite Servidor Temporário, a partir de 29 de março de 2017, Vanessa Maura Bertoli Rank, Professor Educação Infantil, por término de contato. SEMED.

Portaria nº 1090, de 30 de março de 2017. Demite Servidor Temporário, a partir de 30 de março de 2017, Pauliane da Silveira Bastos de Lima, Professor Educação Infantil, por término de contato. SEMED.

Portaria nº 1093, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 9 de março de 2017 a 9 de setembro de 2017, DJONES RAFAEL ALVES LOURENÇO, Professor Anos Finais - Oficina Desporto Escolar, na EBM Rodolfo Berti e na EBM Annelize Beckauser Mallon, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1094, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 21 de março de 2017 a 21 de setembro de 2017, MARIA LAIZ DE OLIVEIRA, Professor Anos Finais - Oficina de Dança, na EBM Cel.Osny Vasconcellos e na EBM Dalmir Pedro Cubas, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1095, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 21 de março de 2017 a 21 de setembro de 2017, ELIANE APARECIDA GRANDE COSTA OTTOMAYER, Atendente Educativo, na EBM Alexandre Pfeiffer, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1096, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 21 de março de 2017 a 21 de setembro de 2017, DEBORA VANESSA DOS SANTOS VIEIRA, Atendente Educativo, no CEIM Tico e Teco, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1097, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 21 de março de 2017 a 21 de setembro de 2017, MARIA AUXILIADORA DADAM, Atendente Educativo, no CEIM Castelo Encantado, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1098, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 21 de março de 2017 a 21 de setembro de 2017, ROSANE DERNYS, Atendente Educativo Especial, na EBM Prof Lúcia Tschoeke, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1099, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 21 de março de 2017 a 21 de setembro de 2017, EDILENE DE FATIMA NENEMANN, Professor Educação Infantil, no CEIM Pica Pau, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1100, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 21 de março de 2017 a 21 de setembro de 2017, LUIZ NERI PEREIRA, Professor Educação Física, no CEIM Neide De Fatima Lobermayer e no CEIM Trenzinho Maluco, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1101, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 22 de março de 2017 a 22 de setembro de 2017, ROCHELE SPODE MAHLKE, Professor Anos Finais - Educação Física, na EBM Garibaldina Silveira Fuginaga, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1102, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 22 de março de 2017 a 22 de setembro de 2017, ANDERSON MIODUTZKI, Professor Anos Finais - Oficina de Esportes/Recreação/Jogos de Mesa/Tabuleiro, na EBM Prof. Alfredo Diener e na EBM. Allenize Beckauser Mallon, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1103, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 22 de março de 2017 a 22 de setembro de 2017, VIRGINIA AMANDA NASCIMENTO, Atendente Educativo, no CEIM Trenzinho Maluco, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1104, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 22 de março de 2017 a 22 de setembro de 2017, SANDRA MARIA HANTSCHER, Professor Educação Infantil, no CEIM Amor Perfeito, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1105, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 22 de março de 2017 a 22 de setembro de 2017, MARILDA PEYERL CORREA PERES, Professor Anos Iniciais, na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1106, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 22 de março de 2017 a 22 de setembro de 2017, VIVIAN KASZUBOWSKY, Atendente Educativo, na EBM Prof. Alfredo Diener, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1107, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 22 de março de 2017 a 22 de setembro de 2017, DEBORAH TAMIRES CALDEIRA, Atendente Educativo, no CEIM Amor Perfeito, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1108, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 22 de março de 2017 a 22 de setembro de 2017, VIVIANE DE SOUZA, Professor Educação Infantil, na EBM Alexandre Pfeiffer, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1109, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 22 de março de 2017 a 22 de setembro de 2017, EDUARDO QUINTANA SPERB, Professor Anos Finais - Oficina de Esportes/Recreação/Jogos de Mesa/Tabuleiro, na EBM Prof. Adélia Lutz e na EBM Prof. Lúcia Tschoeke, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1110, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 22 de março de 2017 a 22 de setembro de 2017, RAFAELA DE CESARE PARMEZAN TOLEDO, Professor Anos Finais - Ciências, na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1111, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 23 de março de 2017 a 23 de setembro de 2017, DAIANE DERENIEVICZ, Professor Anos Finais - Ciências, na EBM Denise Christiane Harms, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1112, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 23 de março de 2017 a 23 de setembro de 2017, DAIANE DERENIEVICZ, Professor Anos Finais - Ciências, na EBM Denise Christiane Harms, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1113, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 23 de março de 2017 a 23 de setembro de 2017,

HEIDE CRISTIANE D'AVILA, Professor Anos Iniciais, na EBM Dalmir Pedro Cubas, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1114, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 23 de março de 2017 a 23 de setembro de 2017, ANA TEREZINHA MARTINS, Professor Educação Infantil, no CEIM Pastor Adolf Prinz, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1115, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 23 de março de 2017 a 23 de setembro de 2017, MARIA SENI DE ALBUQUERQUE ARNOLD, Professor Anos Finais - Língua Portuguesa, na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1116, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 27 de março de 2017 a 27 de setembro de 2017, DEIVID DRANKA, Professor Anos Finais - Oficina de Banda, na EBM Prof. Lúcia Tschoeke, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1117, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 27 de março de 2017 a 27 de setembro de 2017, TATIANE KELLNER, Atendente Educativo, na EBM Alexandre Pfeiffer, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1118, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 27 de março de 2017 a 27 de setembro de 2017, ANDERSON HENNING, Professor Anos Finais - Educação Física, na EBM Prof. Henrique Schwarz e no CEIM Pica Pau, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1119, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 27 de março de 2017 a 27 de setembro de 2017, DJENIFFER NICOLLY MIRANDA VICENTE, Professor Anos Finais - Educação Física, no CEIM Ver. Sílvia Ivens Grossi, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1120, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 27 de março de 2017 a 27 de setembro de 2017, DJENIFFER NICOLLY MIRANDA VICENTE, Professor Anos Finais - Oficina de Esportes/Recreação /Jogos de Mesa/Tabuleiro, na EBM Garibaldina Silveira Fuginaga, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1121, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 27 de março de 2017 a 27 de setembro de 2017, ANDRESSA ARNEMANN CANEPELE, Professor Anos Finais - Matemática, na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1122, de 30 de março de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 27 de março de 2017 a 27 de setembro de 2017, ANDRESSA ARNEMANN CANEPELE, Professor Anos Finais - Matemática, na EBM Prof. Adélia Lutz, com 40 horas semanais. SEMED. São Bento do Sul, 3 de abril de 2017. MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 1080/2017

PORTARIA Nº 1080, DE 30 DE MARÇO DE 2017.
Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 52 da Lei nº 228/2001, e

Considerando que no memorando interno nº 094/2017 – SECAD, consta que a remoção se faz necessária devido à carência de servidores na Secretaria Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

REMOVER, por interesse público, a partir de 13 de março de 2017, a servidora MICHELE MACHADO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Administração para o quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 30 de março de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1081/2017

PORTARIA Nº 1081, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 52 da Lei nº 228/2001, e

Considerando que no memorando interno nº 100/2017 – SECAD, consta que a remoção se faz necessária devido à carência de servidores no Gabinete do Prefeito,

RESOLVE:

REMOVER, por interesse público, a partir de 09 de março de 2017, o servidor OSMAIR CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação para o quadro do Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 30 de março de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1091/2017

PORTARIA Nº 1091, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

Corrige Portaria nº 0589/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Corrigir a Portaria nº 0589/2017, que concedeu aposentadoria à servidora pública municipal DINAI DAS GRAÇAS FABIAN STEINBACH, no tocante ao cargo passando de “Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais” para “Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Iniciais”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de março de 2017.

São Bento do Sul, 30 de março de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1092/2017

PORTARIA Nº 1092, DE 30 DE MARÇO DE 2017.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor WILLIAN GLATZ, ocupante do cargo de Agente de Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- FIAT/Doblo, placa MKU 3593
- KIA/Bongo, placa MKC 9509
- GM/Celta, placa MBT 6615
- HONDA/CG, placa MJP 1091
- HONDA/CG, placa MJP 1361

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de março de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 62/2017

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Secretária de Administração, torna público, para quem interessar possa, que foi realizada retificação no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico 62/2017, assim como se segue:

No Anexo I – Termo de Referência – 1.0 – DO OBJETO:

No item 04 - Onde se lê:

PNEU RADIAL NOVO195/60 R 15, ÍNDICE DE CARGA/VELOCIDADE 91T, PARA USO NO VEICULO SPIN

Leia-se:

PNEU RADIAL NOVO195/65 R 15, ÍNDICE DE CARGA/VELOCIDADE 91T, PARA USO NO VEICULO SPIN

No item 07 – Onde se lê:

PNEU DIAGONAL NOVO 14.00 – 24 TL, 16 LONAS, DESENHO G2, PROFUNDIDADE MÍNIMA DO SULCO 22 MM OU SUPERIOR, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 3.638 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE MÍNIMA A8 (40 KM/H), PARA APLICAÇÃO EM MOTONIVELADORA CARTERPILLAR 120K.

Leia-se:

PNEU DIAGONAL NOVO 14.00 – 24 TT, 16 LONAS, DESENHO G2, PROFUNDIDADE MÍNIMA DO SULCO 22 MM OU SUPERIOR, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 3.638 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE MÍNIMA A8 (40 KM/H), PARA APLICAÇÃO EM MOTONIVELADORA CARTERPILLAR 120K.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei, abre-se o prazo de abertura da Sessão de do Edital Pregão Eletrônico nº 62/2017 do dia 06/04/2017 às 09:00 horas para o dia 13/04/2017 às 09:00 horas, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316163.

São Bento do Sul, 03 de abril de 2017.

Margareth Bayerl Keiser
Secretária de Administração
Tiago Martinhuk
Pregoeiro municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º BIMESTRE 2017

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	340.130.030,00	340.130.030,00	43.331.815,65	12,74	43.331.815,65	12,74
RECEITAS CORRENTES	289.012.406,00	289.012.406,00	43.250.834,72	14,97	43.250.834,72	14,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	41.402.330,00	41.402.330,00	3.942.440,81	9,52	3.942.440,81	9,52
IMPOSTOS	35.327.130,00	35.327.130,00	2.706.575,51	7,66	2.706.575,51	7,66
TAXAS	6.071.400,00	6.071.400,00	1.235.337,68	20,35	1.235.337,68	20,35
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.800,00	3.800,00	527,62	13,88	527,62	13,88
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.263.678,00	12.263.678,00	1.842.290,35	15,02	1.842.290,35	15,02
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	8.055.678,00	8.055.678,00	1.182.012,96	14,67	1.182.012,96	14,67
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	4.208.000,00	4.208.000,00	660.277,39	15,69	660.277,39	15,69
RECEITA PATRIMONIAL	52.593.709,00	52.593.709,00	9.142.599,92	17,38	9.142.599,92	17,38
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	110.000,00	110.000,00	6.884,33	6,26	6.884,33	6,26
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	49.314.209,00	49.314.209,00	9.122.710,36	18,50	9.122.710,36	18,50
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3.169.500,00	3.169.500,00	13.005,23	0,41	13.005,23	0,41
RECEITA DE SERVIÇOS	20.908.957,00	20.908.957,00	3.251.801,45	15,55	3.251.801,45	15,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	152.944.945,00	152.944.945,00	24.412.864,47	15,96	24.412.864,47	15,96
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	152.778.945,00	152.778.945,00	24.410.607,06	15,98	24.410.607,06	15,98
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	19.000,00	19.000,00	2.257,41	11,88	2.257,41	11,88
TRANSF. DE PESSOAS	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE CONV.	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.898.787,00	8.898.787,00	658.837,72	7,40	658.837,72	7,40
MULTAS E JUROS DE MORA	3.939.580,00	3.939.580,00	320.888,97	8,15	320.888,97	8,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.083.994,00	1.083.994,00	18.740,22	1,73	18.740,22	1,73
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.799.687,00	3.799.687,00	316.466,82	8,33	316.466,82	8,33
RECEITAS DIVERSAS	75.526,00	75.526,00	2.741,71	3,63	2.741,71	3,63
RECEITAS DE CAPITAL	51.117.624,00	51.117.624,00	80.980,93	0,16	80.980,93	0,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.243.419,00	1.243.419,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	363.419,00	363.419,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	880.000,00	880.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	500.000,00	500.000,00	37.477,97	6,35	37.477,97	6,35
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.756.205,00	30.756.205,00	34.462,43	0,11	34.462,43	0,11
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.748.450,00	20.748.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.007.755,00	10.007.755,00	34.462,43	0,34	34.462,43	0,34

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	340.130.030,00	340.130.030,00	43.331.815,65	12,74	43.331.815,65	12,74	296.798.214,35
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	528.000,00	528.000,00	9.040,53	1,71	9.040,53	1,71	518.959,47
REC.DATIVA DE AMORT EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO	528.000,00	528.000,00	9.040,53	1,71	9.040,53	1,71	518.959,47
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	17.965.208,00	17.965.208,00	2.664.169,57	14,83	2.664.169,57	14,83	15.301.038,43
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	358.095.238,00	358.095.238,00	45.995.985,22	12,84	45.995.985,22	12,84	312.099.252,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	358.095.238,00	358.095.238,00	45.995.985,22	12,84	45.995.985,22	12,84	312.099.252,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	358.095.238,00	358.095.238,00	45.995.985,22	12,84	45.995.985,22	12,84	312.099.252,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	242.576,71	—	—	74.109,47	—	—
Superávit Financeiro	—	242.576,71	—	—	74.109,47	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	340.001.454,00	340.240.030,71	56.133.369,85	56.133.369,85	284.106.660,86	30.192.321,51	30.192.321,51	310.047.709,20	24.247.133,11
DESPESAS CORRENTES	221.693.370,00	221.978.956,50	49.900.743,60	49.900.743,60	172.078.212,90	29.432.427,76	29.432.427,76	192.546.528,74	23.508.279,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	137.928.601,00	137.795.101,00	21.664.111,22	21.664.111,22	116.130.989,78	21.530.200,93	21.530.200,93	116.264.900,07	16.798.399,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	913.637,00	933.637,00	125.868,58	125.868,58	807.768,42	125.868,58	125.868,58	807.768,42	125.868,58

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	340.001.454,00	340.240.030,71	56.133.369,85	284.106.660,86	30.192.321,51	310.047.709,20	24.247.133,11		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	82.851.132,00	83.250.218,50	28.110.763,80	55.139.454,70	7.776.358,25	75.473.860,25	6.584.011,71		
DESPESAS DE CAPITAL	65.971.035,00	65.924.025,21	6.232.626,25	59.691.398,96	759.893,75	65.164.131,46	738.853,24		
INVESTIMENTOS	59.759.835,00	59.732.825,21	5.583.865,86	54.148.959,35	111.133,36	59.621.691,85	90.092,85		
INVERSOES FINANCEIRAS	303.200,00	303.200,00	0,00	303.200,00	0,00	303.200,00	0,00		
AMORTIZACAO DA DIVIDA	5.908.000,00	5.888.000,00	648.760,39	5.239.239,61	648.760,39	5.239.239,61	648.760,39		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	52.337.049,00	52.337.049,00	0,00	52.337.049,00	0,00	52.337.049,00	0,00		
RESERVA DE CONTINGENCIA	52.337.049,00	52.337.049,00	0,00	52.337.049,00	0,00	52.337.049,00	0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	18.093.784,00	18.097.784,00	2.986.911,89	15.110.872,11	2.643.733,84	15.454.050,16	1.372.226,86		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	358.095.238,00	358.337.814,71	59.120.281,74	299.217.532,97	32.836.055,35	325.501.759,36	25.619.359,97		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	358.095.238,00	358.337.814,71	59.120.281,74	299.217.532,97	32.836.055,35	325.501.759,36	25.619.359,97		
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	13.159.929,87	—	—		
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	358.095.238,00	358.337.814,71	59.120.281,74	—	45.995.985,22	—	25.619.359,97		
RESERVA DO RPPS	52.037.049,00	52.037.049,00	—	52.037.049,00	—	52.037.049,00	—		

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	17.965.208,00	17.965.208,00	2.664.169,57	14,83	2.664.169,57	15.301.038,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	17.965.208,00	17.965.208,00	2.664.169,57	14,83	2.664.169,57	15.301.038,43
RECEITA TRIBUTÁRIA	97.840,00	97.840,00	3.580,34	3,66	3.580,34	94.259,66
Impostos	51.300,00	51.300,00	0,00	0,00	0,00	51.300,00
Taxas - Operações Intra-Orçamentárias	46.540,00	46.540,00	3.580,34	7,69	3.580,34	42.959,66
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	17.140.568,00	17.140.568,00	2.597.560,66	15,15	2.597.560,66	14.543.007,34
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	17.140.568,00	17.140.568,00	2.597.560,66	15,15	2.597.560,66	14.543.007,34
RECEITA DE SERVIÇOS	665.800,00	665.800,00	40.027,91	6,01	40.027,91	625.772,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	61.000,00	61.000,00	23.000,66	37,71	23.000,66	37.999,34
Multas e Juros de Mora	61.000,00	61.000,00	23.000,66	37,71	23.000,66	37.999,34

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)			
Despesas Intra-Orçamentárias	18.093.784,00	18.097.784,00	2.986.911,89	2.986.911,89	15.110.872,11	2.643.733,84	1.372.226,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.140.568,00	17.165.568,00	2.585.688,04	2.585.688,04	14.579.879,96	2.585.688,04	1.314.301,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	61.000,00	61.000,00	11.476,96	11.476,96	49.523,04	11.476,96	11.476,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	763.640,00	742.640,00	368.317,65	368.317,65	374.322,35	25.139,60	25.018,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	128.576,00	128.576,00	21.429,24	21.429,24	107.146,76	21.429,24	21.429,24

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 862.894,24

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2017

MAGNO BOLLMANN
PREFEITO MUNICIPALADELINO DENIK
SECRETÁRIO INTERINO DE FINANÇASRICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	39.582.347,00	39.582.347,00	2.987.819,23	7,55	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	13.276.300,00	13.276.300,00	6.290,04	0,05	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervios - ITBI	2.981.750,00	2.981.750,00	207.232,35	6,95	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	14.281.480,00	14.281.480,00	1.948.680,17	13,64	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.838.900,00	4.838.900,00	544.372,95	11,25	
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	102.000,00	102.000,00	2.907,25	2,85	
Dívida Ativa dos Impostos	3.134.017,00	3.134.017,00	210.878,89	6,73	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	967.900,00	967.900,00	67.457,58	6,97	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	94.162.100,00	94.162.100,00	15.962.864,36	16,95	
Cota-Parte FPM	30.069.400,00	30.069.400,00	5.939.314,40	19,75	
Cota-Parte ITR	41.400,00	41.400,00	250,63	0,61	
Cota-Parte IPVA	9.335.300,00	9.335.300,00	1.069.628,81	11,46	
Cota-Parte ICMS	53.645.600,00	53.645.600,00	8.797.750,29	16,40	
Cota-Parte IPI-Exportação	844.600,00	844.600,00	124.195,61	14,70	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	225.800,00	225.800,00	31.724,62	14,05	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	225.800,00	225.800,00	31.724,62	14,05	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	133.744.447,00	133.744.447,00	18.950.683,59	14,17	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE-SUS	23.967.135,00	23.967.135,00	3.090.364,62	12,89	
Provenientes da União	23.967.135,00	23.967.135,00	3.090.364,62	12,89	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	426.200,00	426.200,00	64.094,00	15,04	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	24.393.335,00	24.393.335,00	3.154.458,62	12,93	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	60.319.535,00	12.010.620,11	19,91	8.134.310,79	13,49
Pessoal e Encargos Sociais	28.625.382,00	4.627.051,58	16,16	4.627.051,58	16,16
Outras Despesas Correntes	31.694.153,00	7.383.568,53	23,30	3.507.259,21	11,07
DESPESAS DE CAPITAL	4.287.600,00	102.420,85	2,39	0,00	0,00
Investimentos	4.287.600,00	102.420,85	2,39	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	4.287.600,00	4.287.600,00	102.420,85	2,39	0,00	0,00
	4.287.600,00	4.287.600,00	102.420,85	2,39	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	64.607.135,00	64.607.135,00	12.113.040,96	18,75	8.134.310,79	12,59
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/i)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/j)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	26.298.635,00	26.298.635,00	5.515.860,18	45,54	2.896.057,78	35,60
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	24.298.635,00	24.298.635,00	5.515.860,18	45,54	2.896.057,78	35,60
Recursos de Operações de Crédito	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	26.298.635,00	26.298.635,00	5.515.860,18	45,54	2.896.057,78	35,60
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	38.308.500,00	38.308.500,00	6.597.180,78	54,46	5.238.253,01	64,40
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						27,64
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100] 6						2.395.650,47

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	992.303,07	7.035,75	532.389,12	459.913,95	0,00
TOTAL	992.303,07	7.035,75	532.389,12	459.913,95	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	44.285.632,00	44.285.632,00	6.895.675,89	54,71	5.095.799,44
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.246.728,00	20.246.728,00	5.662.361,54	44,93	3.105.882,92
Vigilância Sanitária	49.000,00	49.000,00	4.143,55	0,03	3.224,96
Vigilância Epidemiológica	515.775,00	515.775,00	40.859,98	0,32	11.296,47
TOTAL	65.097.135,00	65.097.135,00	12.603.040,96	100,00	8.216.203,79

FONTE:

¹Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.²O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2017

MAGNO BOLLMANN PREFEITO MUNICIPAL	ADELINO DENK SECRETÁRIO INTERINO DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMER Contador CRC/SC 029937/O
--------------------------------------	---	---

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2017

MAGNO BOLLMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ADELINO DENK
SECRETÁRIO INTERINO DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		358.095.238,00		
Previsão Atualizada		358.095.238,00		
Receitas Realizadas		45.995.985,22		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		74.109,47		
DESPESAS				
Dotação Inicial		358.095.238,00		
Créditos Adicionais		242.576,71		
Dotação Atualizada		358.337.814,71		
Despesas Empenhadas		59.120.281,74		
Despesas Liquidadas		32.836.055,35		
Despesas pagas		25.619.359,97		
Superavit Orçamentário		13.159.929,87		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		59.120.281,74		
Despesas Liquidadas		32.836.055,35		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		251.166.723,84		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		3.065.984,87		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		2.916.854,42		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		149.130,45		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-4.783.271,00	0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	4.807.276,71	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.007.001,31	60.622,79	1.187.543,33	2.758.835,19
EXECUTIVO	4.007.001,31	60.622,79	1.187.543,33	2.758.835,19
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	9.454.739,15	6.602.140,14	2.844.869,75	7.729,26
EXECUTIVO	9.454.739,15	6.602.140,14	2.844.869,75	7.729,26
TOTAL:	13.461.740,46	6.662.762,93	4.032.413,08	2.766.564,45
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.192.454,18	25%	32,68
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.639.764,68	60%	77,80
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	18.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida		781.322,99	65.271.278,22	

Continua 1/2

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	30.614.635,30	40.139.088,51	52.356.468,42	70.430.426,84
Despesas Previdenciárias (V)	14.407.550,42	33.063.776,20	48.668.915,29	62.443.152,51
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	16.207.084,88	7.075.312,31	3.687.553,13	7.987.274,33

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	1.243.419,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	7.349,00	558.060,21

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	5.238.253,01	15,00	27,64

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2017

MAGNO BOLLMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ADELINO DENK
SECRETÁRIO INTERINO DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)								
Legislativa	340.001.454,00	340.240.030,71	56.133.369,85	56.133.369,85	94,95	30.192.321,51	30.192.321,51	310.047.709,20
Ação Legislativa	3.519.000,00	3.519.000,00	703.526,49	703.526,49	1,19	370.210,51	370.210,51	3.148.789,49
Essencial à Justiça	3.519.000,00	3.519.000,00	703.526,49	703.526,49	1,19	370.210,51	370.210,51	3.148.789,49
Representação Judicial e Extrajudicial	2.568.500,00	2.568.500,00	367.546,15	367.546,15	0,62	364.045,95	364.045,95	2.204.454,05
Administração	2.568.500,00	2.568.500,00	367.546,15	367.546,15	0,62	364.045,95	364.045,95	2.204.454,05
Administração Geral	15.781.720,00	15.942.361,21	3.197.875,45	3.197.875,45	5,41	1.716.228,99	1.716.228,99	14.226.132,22
Administração Financeira	9.819.250,00	9.979.881,21	2.511.521,55	2.511.521,55	4,25	1.321.613,84	1.321.613,84	8.658.277,37
Normalização e Fiscalização	2.222.470,00	2.222.470,00	425.146,47	425.146,47	0,72	329.839,08	329.839,08	1.892.630,92
Tecnologia da Informatização	17.000,00	17.000,00	10.409,09	10.409,09	0,02	2.032,88	2.032,88	14.967,12
Formação de Recursos Humanos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Administração de Receitas	3.300.500,00	3.300.500,00	201.922,98	201.922,98	0,34	45.772,74	45.772,74	2.854.727,26
Comunicação Social	283.500,00	283.500,00	26.620,00	26.620,00	0,05	2.695,00	2.695,00	280.805,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	135.000,00	135.000,00	21.865,36	21.865,36	0,04	13.885,45	13.885,45	121.114,55
Segurança Pública	1.018.560,00	1.018.560,00	200.115,55	200.115,55	0,34	39.618,78	39.618,78	978.941,22
Policimento	566.560,00	566.560,00	107.400,60	107.400,60	0,18	22.014,55	22.014,55	544.545,45
Defesa Civil	452.000,00	452.000,00	92.714,95	92.714,95	0,16	17.604,23	17.604,23	434.395,77
Assistência Social	7.830.885,00	7.830.885,00	2.129.079,27	2.129.079,27	3,60	942.071,57	942.071,57	6.888.813,43
Administração Geral	3.106.430,00	3.106.430,00	977.609,72	977.609,72	1,65	777.304,06	777.304,06	2.329.125,94
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.057.500,00	1.057.500,00	737.005,35	737.005,35	1,25	79.966,57	79.966,57	977.533,43
Assistência Comunitária	3.666.955,00	3.666.955,00	414.464,20	414.464,20	0,70	84.800,94	84.800,94	3.582.154,06
Previdência Social	24.733.000,00	24.733.000,00	3.509.860,87	3.509.860,87	5,94	3.446.905,24	3.446.905,24	21.286.094,76
Administração Geral	2.259.000,00	2.259.000,00	164.262,81	164.262,81	0,28	101.589,54	101.589,54	2.157.410,46
Previdência do Regime Estatutário	22.474.000,00	22.474.000,00	3.345.598,06	3.345.598,06	5,66	3.345.315,70	3.345.315,70	19.128.684,30
Saúde	60.662.135,00	60.662.135,00	11.920.704,01	11.920.704,01	20,16	7.550.600,14	7.550.600,14	53.111.534,86
Atenção Básica	40.054.632,00	40.054.632,00	6.250.067,64	6.250.067,64	10,57	4.458.025,99	4.458.025,99	35.596.606,01
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.049.728,00	20.049.728,00	5.626.632,84	5.626.632,84	9,52	3.078.134,13	3.078.134,13	16.971.593,87
Vigilância Sanitária	47.000,00	47.000,00	3.143,55	3.143,55	0,01	3.143,55	3.143,55	43.856,45
Vigilância Epidemiológica	510.775,00	510.775,00	40.859,98	40.859,98	0,07	11.296,47	11.296,47	499.478,53
Educação	64.744.130,00	64.774.130,00	11.788.380,28	11.788.380,28	19,94	9.281.575,67	9.281.575,67	55.492.554,33
Alimentação e Nutrição	2.197.740,00	2.197.740,00	309.538,02	309.538,02	0,52	7.051,20	7.051,20	2.190.688,80
Ensino Fundamental	34.103.580,00	34.103.580,00	6.377.350,31	6.377.350,31	10,79	4.890.554,51	4.890.554,51	29.213.025,49
Ensino Médio	430.830,00	430.830,00	256.960,00	256.960,00	0,43	0,00	0,00	430.830,00
Ensino Superior	138.200,00	138.200,00	53.239,98	53.239,98	0,09	17.746,66	17.746,66	120.453,34
Educação Infantil	27.873.780,00	27.903.780,00	4.791.291,97	4.791.291,97	8,10	4.366.223,30	4.366.223,30	23.537.556,70

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENITO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)								
Cultura	340.001.454,00	340.240.030,71	56.133.369,85	56.133.369,85	94,95	30.192.321,51	30.192.321,51	310.047.709,20
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.575.000,00	2.575.000,00	361.984,35	361.984,35	0,61	261.340,60	261.340,60	2.313.659,40
Difusão Cultural	380.000,00	380.000,00	46.377,21	46.377,21	0,08	4.261,84	4.261,84	375.738,16
Direitos da Cidadania	2.195.000,00	2.195.000,00	315.607,14	315.607,14	0,53	257.078,76	257.078,76	1.937.921,24
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	77.000,00	77.000,00	18.928,00	18.928,00	0,03	3.150,00	3.150,00	73.850,00
Urbanismo	77.000,00	77.000,00	18.928,00	18.928,00	0,03	3.150,00	3.150,00	73.850,00
Administração Geral	35.749.331,00	35.783.981,96	11.974.685,00	11.974.685,00	20,25	2.128.964,42	2.128.964,42	33.655.017,54
Infra-Estrutura Urbana	3.218.220,00	3.218.220,00	505.903,63	505.903,63	0,86	458.821,94	458.821,94	2.759.398,06
Serviços Urbanos	19.841.551,00	19.876.201,96	5.438.309,15	5.438.309,15	9,20	178.797,05	178.797,05	19.697.404,91
Habituação	12.689.560,00	12.689.560,00	6.030.472,22	6.030.472,22	10,20	1.491.345,43	1.491.345,43	11.198.214,57
Administração Geral	6.202.995,00	6.197.995,00	585.161,84	585.161,84	0,99	209.795,38	209.795,38	5.988.199,62
Habituação Urbana	1.242.000,00	1.237.000,00	152.361,33	152.361,33	0,26	125.418,36	125.418,36	1.111.581,64
Saneamento	4.960.995,00	4.960.995,00	432.800,51	432.800,51	0,73	84.377,02	84.377,02	4.876.617,98
Administração Geral	35.460.052,00	35.460.052,00	6.222.196,24	6.222.196,24	10,52	1.572.025,68	1.572.025,68	33.888.026,32
Saneamento Básico Urbano	4.688.483,00	4.688.483,00	1.231.165,35	1.231.165,35	2,08	545.652,95	545.652,95	4.142.830,05
Preservação e Conservação Ambiental	30.719.569,00	30.719.569,00	4.991.030,89	4.991.030,89	8,44	1.026.372,73	1.026.372,73	29.693.196,27
Gestão Ambiental	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	367.070,00	367.070,00	35.415,12	35.415,12	0,06	35.415,12	35.415,12	331.654,88
Agricultura	1.630.840,00	1.642.165,21	268.427,31	268.427,31	0,45	209.502,38	209.502,38	1.432.662,83
Recursos Hídricos	106.000,00	106.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.000,00
Extensão Rural	1.524.840,00	1.536.165,21	268.427,31	268.427,31	0,45	209.502,38	209.502,38	1.326.662,83
Indústria	6.464.040,00	6.464.040,00	215.877,60	215.877,60	0,37	146.736,34	146.736,34	6.317.303,66
Promoção Industrial	6.464.040,00	6.464.040,00	215.877,60	215.877,60	0,37	146.736,34	146.736,34	6.317.303,66
Comércio e Serviços	806.130,00	842.089,33	91.927,91	91.927,91	0,16	65.628,18	65.628,18	776.461,15
Turismo	806.130,00	842.089,33	91.927,91	91.927,91	0,16	65.628,18	65.628,18	776.461,15
Energia	4.238.580,00	4.238.580,00	1.082.547,66	1.082.547,66	1,83	589.591,44	589.591,44	3.648.988,56
Serviços Urbanos	4.238.580,00	4.238.580,00	1.082.547,66	1.082.547,66	1,83	589.591,44	589.591,44	3.648.988,56
Desporto e Lazer	4.453.000,00	4.424.000,00	466.581,51	466.581,51	0,79	290.695,88	290.695,88	4.133.304,12
Administração Geral	1.572.000,00	1.543.000,00	349.136,57	349.136,57	0,59	175.269,88	175.269,88	1.367.730,12
Desporto de Rendimento	1.198.000,00	1.198.000,00	117.444,94	117.444,94	0,20	115.426,00	115.426,00	1.082.574,00
Desporto Comunitário	1.683.000,00	1.683.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.683.000,00
Encargos Especiais	8.782.437,00	8.782.437,00	992.549,24	992.549,24	1,68	968.219,24	968.219,24	7.814.217,76
Serviço da Divisão Interna	6.821.637,00	6.821.637,00	774.628,97	774.628,97	1,31	774.628,97	774.628,97	6.047.008,03
Outras Transferências	590.000,00	590.000,00	29.196,00	29.196,00	0,05	4.866,00	4.866,00	585.134,00
Outros Encargos Especiais	1.370.800,00	1.370.800,00	188.724,27	188.724,27	0,32	188.724,27	188.724,27	1.182.075,73

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO BENITO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	340.001.454,00	340.240.030,71	56.133.369,85	94,95	284.106.660,86	30.192.321,51	91,95	310.047.709,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
RESERVA DO RPPS	52.037.049,00	52.037.049,00	0,00	0,00	52.037.049,00	0,00	0,00	52.037.049,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	18.093.784,00	18.097.784,00	2.986.911,89	5,05	15.110.872,11	2.643.733,84	8,05	15.454.050,16
Legislativa	81.000,00	81.000,00	7.640,65	0,01	73.359,35	7.222,91	0,02	73.777,09
Ação Legislativa	81.000,00	81.000,00	7.640,65	0,01	73.359,35	7.222,91	0,02	73.777,09
Essencial à Justiça	45.600,00	45.600,00	7.608,30	0,01	37.991,70	7.608,30	0,02	37.991,70
Representação Judicial e Extrajudicial	45.600,00	45.600,00	7.608,30	0,01	37.991,70	7.608,30	0,02	37.991,70
Administração	1.635.278,00	1.635.278,00	245.993,63	0,42	1.389.284,37	220.625,81	0,67	1.414.652,19
Administração Geral	1.335.938,00	1.335.938,00	196.166,60	0,33	1.139.771,40	170.798,78	0,52	1.165.139,22
Administração Financeira	299.340,00	299.340,00	49.827,03	0,08	249.512,97	49.827,03	0,15	249.512,97
Assistência Social	682.360,00	682.360,00	113.981,55	0,19	568.378,45	108.238,25	0,33	574.121,75
Administração Geral	342.360,00	342.360,00	113.981,55	0,19	228.378,45	108.238,25	0,33	234.121,75
Assistência Comunitária	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	340.000,00	0,00	0,00	340.000,00
Previdência Social	53.000,00	53.000,00	6.613,10	0,01	46.386,90	6.613,10	0,02	46.386,90
Administração Geral	53.000,00	53.000,00	6.613,10	0,01	46.386,90	6.613,10	0,02	46.386,90
Saúde	4.300.000,00	4.300.000,00	660.471,59	1,12	3.639.528,41	651.718,20	1,98	3.648.281,80
Atenção Básica	4.231.000,00	4.231.000,00	645.608,25	1,09	3.585.391,75	637.773,45	1,94	3.593.226,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	62.000,00	62.000,00	13.863,34	0,02	48.136,66	13.863,34	0,04	48.136,66
Vigilância Sanitária	2.000,00	2.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00	81,41	0,00	1.918,59
Vigilância Epidemiológica	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Educação	8.245.890,00	8.215.890,00	1.459.839,31	2,47	6.756.050,69	1.189.511,88	3,62	7.026.378,12
Ensino Fundamental	4.348.100,00	4.348.100,00	756.395,97	1,28	3.591.704,03	621.322,30	1,89	3.726.777,70
Educação Infantil	3.897.790,00	3.867.790,00	703.443,34	1,19	3.164.346,66	568.189,58	1,73	3.299.600,42
Cultura	248.000,00	248.000,00	41.776,84	0,07	206.223,16	41.215,04	0,13	206.784,96
Diffusão Cultural	248.000,00	248.000,00	41.776,84	0,07	206.223,16	41.215,04	0,13	206.784,96
Urbanismo	1.287.410,00	1.287.410,00	215.171,60	0,36	1.072.238,40	188.162,93	0,57	1.099.247,07
Administração Geral	450.570,00	450.570,00	69.154,12	0,12	381.415,88	69.154,12	0,21	381.415,88
Infra-Estrutura Urbana	5.500,00	5.500,00	800,00	0,00	4.700,00	50,68	0,00	5.449,32
Serviços Urbanos	831.340,00	831.340,00	145.217,48	0,25	686.122,52	118.958,13	0,36	712.381,87
Habituação	52.500,00	57.500,00	14.639,51	0,02	42.860,49	14.639,51	0,04	42.860,49
Administração Geral	52.500,00	57.500,00	14.639,51	0,02	42.860,49	14.639,51	0,04	42.860,49
Saneamento	859.500,00	859.500,00	121.980,57	0,21	737.519,43	121.980,57	0,37	737.519,43
Administração Geral	307.100,00	307.100,00	44.683,01	0,08	262.416,99	44.683,01	0,14	262.416,99
Saneamento Básico Urbano	552.400,00	552.400,00	77.297,56	0,13	475.102,44	77.297,56	0,24	475.102,44

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Gestão Ambiental	13.093.784,00	18.097.784,00	2.986.911,89	2.986.911,89	15.110.872,11	2.643.733,84	2.643.733,84	15.454.050,16
Preservação e Conservação Ambiental	37.560,00	37.560,00	5.639,48	5.639,48	31.920,52	5.639,48	5.639,48	31.920,52
Agricultura	175.600,00	175.600,00	29.566,37	29.566,37	146.033,63	25.439,20	25.439,20	150.160,80
Extensão Rural	175.600,00	175.600,00	29.566,37	29.566,37	146.033,63	25.439,20	25.439,20	150.160,80
Indústria	110.680,00	110.680,00	14.960,66	14.960,66	95.719,34	14.960,66	14.960,66	95.719,34
Promoção Industrial	110.680,00	110.680,00	14.960,66	14.960,66	95.719,34	14.960,66	14.960,66	95.719,34
Comércio e Serviços	11.410,00	11.410,00	2.521,78	2.521,78	8.888,22	1.651,05	1.651,05	9.758,95
Turismo	11.410,00	11.410,00	2.521,78	2.521,78	8.888,22	1.651,05	1.651,05	9.758,95
Energia	7.420,00	7.420,00	1.177,08	1.177,08	6.242,92	1.177,08	1.177,08	6.242,92
Serviços Urbanos	7.420,00	7.420,00	1.177,08	1.177,08	6.242,92	1.177,08	1.177,08	6.242,92
Desporto e Lazer	71.000,00	100.000,00	4.423,67	4.423,67	95.576,33	4.423,67	4.423,67	95.576,33
Administração Geral	71.000,00	100.000,00	4.423,67	4.423,67	95.576,33	4.423,67	4.423,67	95.576,33
Encargos Especiais	189.576,00	189.576,00	32.906,20	32.906,20	156.669,80	32.906,20	32.906,20	156.669,80
Serviço da Divida Interna	189.576,00	189.576,00	32.906,20	32.906,20	156.669,80	32.906,20	32.906,20	156.669,80
TOTAL (III) = (I + II)	368.095.238,00	368.337.814,71	59.120.281,74	59.120.281,74	299.217.532,97	32.836.055,35	32.836.055,35	325.501.759,36

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2017

MAGNO BOLLMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ADELINO DENK
SECRETÁRIO INTERINO DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029837/O-5

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2016 A FEVEREIRO/2017

PREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
		Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	23.175.481,93	30.123.532,32	20.583.643,52	21.851.756,68	21.345.771,58	21.847.443,65	20.897.476,32	21.094.079,29	22.200.484,21	29.524.294,10	21.387.946,52	22.388.386,97	276.403.257,19
	IPTU	3.284.696,62	9.799.006,52	2.416.900,88	2.704.596,35	2.283.962,96	2.883.957,07	2.360.077,52	2.475.133,09	2.580.801,90	3.061.176,21	2.041.506,57	1.930.932,24	37.387.353,63
	I.P.T.U.	1.171.254,50	7.491.681,17	429.604,90	413.417,10	475.530,27	450.343,74	408.914,14	391.988,57	375.387,53	109.585,57	5.088,95	1.221,09	11.724.170,43
	I.R.F.	328.232,74	328.232,74	371.391,42	371.344,40	214.530,77	570.256,69	325.534,24	364.139,23	494.054,42	1.165.676,67	73.792,25	388.556,11	4.979.811,95
	I.S.S.	1.136.682,87	1.067.567,84	1.024.065,71	1.296.466,16	1.019.770,17	1.041.010,88	1.078.271,50	1.097.808,67	1.049.086,57	1.084.535,91	1.017.555,52	931.124,65	12.785.399,45
	I.T.B.I.	173.617,03	507.165,68	127.202,89	263.723,25	173.939,74	189.294,77	133.981,54	173.203,51	175.832,40	120.014,50	66.394,33	140.888,02	2.227.232,96
	Outras Receitas Tributárias	452.899,48	405.529,62	484.616,06	433.595,44	415.212,01	453.043,99	411.316,10	447.983,11	486.237,88	581.384,56	878.727,52	439.123,37	5.270.039,34
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	851.738,88	873.528,62	860.952,37	907.771,20	901.331,07	917.005,10	923.794,04	912.533,90	940.367,78	1.556.008,84	909.166,91	930.276,88	11.484.465,57
	RECEITA PATRIMONIAL	5.342.556,49	5.359.782,69	1.940.817,83	3.253.268,12	4.008.676,62	3.332.359,12	3.482.277,01	2.434.223,52	1.688.854,49	4.188.992,02	4.025.779,08	5.115.465,37	44.183.062,36
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	1.457.783,11	1.320.314,92	1.713.008,43	1.483.595,01	1.515.086,46	1.757.118,63	1.558.597,66	1.657.195,75	1.689.257,83	1.885.186,25	1.845.180,70	1.406.620,75	19.069.954,49
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.751.853,31	12.399.676,76	13.185.823,63	13.101.573,33	12.263.395,79	12.737.364,52	12.195.155,13	13.286.482,39	14.955.919,90	18.621.033,70	12.237.096,05	12.686.559,27	159.422.843,69
	Cota-Parte do FPM	1.721.337,44	2.043.948,30	2.717.559,94	2.253.692,20	2.468.566,51	2.018.642,69	1.941.558,81	1.992.681,24	3.655.918,99	5.675.227,81	2.602.710,10	3.336.804,30	32.128.846,23
	Cota-Parte do ICMS	3.874.179,51	3.983.290,03	3.852.946,10	3.900.699,77	3.928.506,50	3.880.349,42	4.191.725,23	4.336.083,37	4.197.082,45	4.619.216,72	4.659.485,68	4.139.264,61	49.467.829,39
DEDUÇÕES (II)	Cota-Parte do IPVA	788.312,87	749.769,94	810.690,55	826.332,27	850.794,23	823.728,67	785.569,48	719.575,36	487.891,82	323.516,88	467.929,80	601.699,01	8.246.062,38
	Cota-Parte do ITR	253,49	424,36	559,82	455,04	35,59	136,69	3.506,63	33.392,71	1.073,89	147,02	129,69	120,94	40.245,86
	Outras Transferências Correntes	2.138.482,51	2.240.178,67	2.323.151,62	2.303.449,67	1.798.835,36	2.717.082,84	2.200.267,77	2.368.159,81	2.747.707,24	3.634.009,43	741.014,29	985.067,34	26.788.390,75
	Transferências de LC 61/199	56.128,84	57.592,92	65.401,42	38.916,80	52.877,12	53.431,83	55.511,06	61.776,78	64.530,93	68.761,12	59.152,02	65.043,99	702.224,43
	Transferências de LC 87/1996	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,30	16.352,31	16.352,31	195.247,62
	Transferências do FUNDEB	3.145.796,35	3.298.420,04	3.398.990,88	3.255.691,28	3.135.427,19	3.227.640,38	3.396.662,85	3.758.470,82	3.815.362,28	4.283.800,62	3.691.812,17	3.532.907,17	41.843.985,03
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	509.828,52	381.220,81	466.140,48	401.012,67	389.286,69	419.639,21	365.644,96	328.510,64	355.382,51	431.893,08	339.215,20	318.502,48	4.575.277,25
	Deduções (II)	1.838.513,55	1.917.268,65	2.039.815,34	1.968.194,07	1.867.491,64	1.928.215,78	1.908.496,32	2.003.083,87	2.284.529,34	3.108.535,97	2.127.346,19	2.244.392,63	25.238.533,35
	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	543.414,01	547.237,05	548.079,96	572.399,82	572.739,57	569.917,35	569.643,41	570.561,64	603.679,47	1.223.826,89	566.492,49	612.673,89	7.693.755,35
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	1.295.099,54	1.369.932,60	1.491.735,38	1.396.794,45	1.294.752,07	1.358.302,43	1.339.849,91	1.432.487,23	1.680.546,87	1.884.709,08	1.590.853,70	1.631.718,74	17.736.793,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)	21.339.948,38	28.206.262,67	18.543.828,28	19.882.572,61	19.478.279,94	19.919.223,87	18.988.980,00	19.091.430,42	19.916.954,87	26.415.758,13	19.270.600,33	20.117.974,34	251.165.723,84
	FONTE													
	SÃO BENTO DO SUL, 28/03/2017													

RICARDO ANTONIO HOMICHEN
Contador CRC/SC 0298370-5

ADELINO DENK
SECRETÁRIO INTERINO DE FINANÇAS

MAGNO BOLLMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)	20.824.710,56	20.824.710,56	3.065.984,87	9.805.360,76
Recarga de Contribuições dos Segurados	8.036.621,00	8.036.621,00	1.179.166,38	5.903,16
Civil	8.036.621,00	8.036.621,00	1.179.166,38	5.903,16
Ativo	8.004.676,00	8.004.676,00	1.173.662,92	0,00
Inativo	31.945,00	31.945,00	5.503,46	3.374,06
Pensionista	0,00	0,00	0,00	2.529,10
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	11.797.945,56	11.797.945,56	1.752.332,80	1.160.577,30
Civil	11.797.945,56	11.797.945,56	1.752.332,80	1.160.577,30
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	110.034,83	90.882,94
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	8.504.796,22
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	990.144,00	990.144,00	24.450,86	43.201,14
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	919.144,00	919.144,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	71.000,00	71.000,00	24.450,86	43.201,14
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	20.824.710,56	20.824.710,56	3.065.984,87	9.805.360,76

Continua 1/3

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	1.053.000,00	1.053.000,00	7.183,10	337.705,65	6.613,10	237.629,05
Despesas Correntes	53.000,00	53.000,00	6.613,10	337.705,65	6.613,10	237.629,05
Despesas de Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	570,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	20.229.000,00	20.229.000,00	2.972.626,95	2.611.363,45	2.910.241,32	2.503.517,37
Benefícios - Civil	17.900.000,00	17.900.000,00	2.603.098,40	2.611.363,45	2.603.098,40	2.503.517,37
Aposentadorias	13.000.000,00	13.000.000,00	1.960.659,08	1.900.148,86	1.960.659,08	1.900.148,86
Pensões	2.550.000,00	2.550.000,00	378.006,38	489.876,48	378.006,38	489.876,48
Outros Benefícios Previdenciários	2.350.000,00	2.350.000,00	264.432,94	221.338,11	264.432,94	113.492,03
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	2.329.000,00	2.329.000,00	369.528,55	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	307.142,92	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	2.329.000,00	2.329.000,00	369.528,55	0,00	307.142,92	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	21.282.000,00	21.282.000,00	2.979.810,05	2.949.069,10	2.916.854,42	2.741.146,42
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	(457.289,44)	(457.289,44)	86.174,82	6.866.291,66	149.130,45	7.064.214,34
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
	52.037.049,00					
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
APORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS	0,00					
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00					
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00					
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017	2016		
Caixa e equivalentes de caixa			373.747,95	838.198,90		
Investimentos e Aplicações			268.761.609,41	227.431.681,05		
Outros Bens e Direitos			0,00	0,00		

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2017

RICARDO ANTONIO HOMECHEN

Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Dez 2016 (B)	Em 28 Fev 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.605.440,60	10.605.440,60	9.956.680,21
DEDUÇÕES (II)	273.647.638,50	273.647.638,50	300.951.741,59
Disponibilidade de Caixa	273.647.461,98	273.647.461,98	300.949.725,90
Disponibilidade de Caixa Bruta	283.101.032,09	283.101.032,09	301.070.314,27
(-) Restos a Pagar Processados (Excoeto Precatórios)	9.453.570,11	9.453.570,11	120.588,37
Demais Haveres Financeiros	176,52	176,52	2.015,69
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Fev 2017 (VIc - VIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-4.783.271,00

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2017

MAGNO BOLLMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ADELINO DENK
SECRETÁRIO INTERINO DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	257.663.705,00	36.792.293,93	34.791.140,87
Receita Tributária	41.500.170,00	3.946.021,15	3.589.848,81
I.P.T.U.	13.276.300,00	6.290,04	12.376,48
I.S.S.	14.281.480,00	1.948.680,17	1.974.762,94
I.T.B.I.	2.981.750,00	207.232,35	243.238,94
I.R.R.F.	4.838.900,00	544.372,95	186.897,17
Outras Receitas Tributárias	6.121.740,00	1.239.445,64	1.172.573,28
Receita de Contribuição	29.404.246,00	4.439.851,01	3.947.471,81
Receitas Previdenciárias	25.048.613,00	3.755.297,80	1.257.363,40
Outras Contribuições	4.355.633,00	684.553,21	2.690.108,41
Receita Patrimonial Líquida	3.279.800,00	19.889,56	16.846,25
Receita Patrimonial	52.593.709,00	9.142.599,92	8.837.030,10
(-) Aplicações Financeiras	49.313.909,00	9.122.710,36	8.820.183,85
Transferências Correntes	152.944.945,00	24.412.864,47	23.348.816,81
F.P.M.	24.055.520,00	4.751.451,57	4.072.780,34
I.P.V.A	7.468.240,00	855.703,20	821.815,13
I.C.M.S.	42.916.480,00	7.038.200,44	6.820.146,07
Convênios	112.000,00	0,00	13.371,52
Outras Transferências Correntes	78.392.705,00	11.767.509,26	11.620.703,75
Demais Receitas Correntes	30.534.544,00	3.973.667,74	3.888.157,19
Dívida Ativa	3.799.687,00	316.466,82	438.713,31
Diversas Receitas Correntes	26.734.857,00	3.657.200,92	3.449.443,88
RECEITAS DE CAPITAL (II)	51.117.624,00	80.980,93	608.339,42
Operações de Crédito (III)	18.000.000,00	0,00	524.142,29
Amortização de Empréstimos (IV)	590.000,00	37.477,97	59.018,51
Alienação de Ativos (V)	1.243.419,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	30.756.205,00	34.462,43	13.653,00
Convênios	10.007.755,00	34.462,43	0,00
Outras Transferências de Capital	20.748.450,00	0,00	13.653,00
Outras Receitas de Capital	528.000,00	9.040,53	11.525,62
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	31.284.205,00	43.502,96	25.178,62
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	288.947.910,00	36.835.796,89	34.816.319,49

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	239.948.164,50	52.866.226,25	50.188.904,90	32.054.732,36	31.257.125,70
Pessoal e Encargos Sociais	154.960.669,00	24.249.799,26	22.520.880,10	24.115.888,97	22.367.256,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	994.637,00	137.345,54	185.475,86	137.345,54	185.475,86
Outras Despesas Correntes	83.992.858,50	28.479.081,45	27.482.548,94	7.801.497,85	8.704.393,84
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	238.953.527,50	52.728.880,71	50.003.429,04	31.917.386,82	31.071.649,84
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	66.052.601,21	6.254.055,49	7.928.571,75	781.322,99	1.731.605,05
Investimentos	59.732.825,21	5.583.865,86	7.107.049,64	111.133,36	910.082,94
Inversões Financeiras	303.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	103.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	6.016.576,00	670.189,63	821.522,11	670.189,63	821.522,11
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	59.836.025,21	5.583.865,86	7.107.049,64	111.133,36	910.082,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	300.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	52.037.049,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	351.126.601,71	58.312.746,57	57.110.478,68	32.028.520,18	31.981.732,78

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-62.178.691,71	-21.476.949,68	-22.294.159,19	4.807.276,71	2.834.586,71
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	74.109,47	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	74.109,47	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2017

MAGNO BOLLMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ADELINO DENK
SECRETÁRIO INTERINO DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2016	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	19.683,86	1.645.463,63	1.657.388,23	50,00	7.729,26	827.240,77	3.178.408,20	1.299.976,52	1.187.117,41	59.725,90	2.758.805,66	2.766.534,92
Cabinete do Prefeito	19.683,86	1.645.463,63	1.657.388,23	50,00	7.729,26	827.240,77	3.178.408,20	1.299.976,52	1.187.117,41	59.725,90	2.758.805,66	2.766.534,92
Procuradoria	0,00	65.952,37	66.673,54	0,00	4.954,54	339.342,38	1.379.421,24	287.904,94	178.446,32	3.297,38	1.537.019,92	1.541.974,46
Secretaria Municipal de Administração	0,00	56.405,58	56.102,23	0,00	303,70	0,00	146.367,74	60.374,07	5.401,92	0,00	140.965,82	141.269,52
Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	6.162,00	6.162,00	0,00	0,00	0,00	124,40	0,00	0,00	0,00	124,40	124,40
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	113.167,84	112.505,10	0,00	662,74	0,00	50.431,97	13.847,45	13.847,45	704,17	35.880,35	36.543,09
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	0,00	6.764,89	5.520,89	0,00	1.244,00	0,00	3.430,69	0,00	0,00	0,00	3.430,69	4.674,69
Secretaria Municipal de Educação	0,00	92.805,07	90.571,33	0,00	2.233,74	2.834,42	68.487,74	26.960,12	19.772,23	2.593,20	48.966,73	52.200,47
Secretaria Municipal de Finanças	18.675,71	25.480,66	44.195,57	0,00	-0,00	213.450,96	83.448,36	0,00	0,00	0,00	286.900,32	286.900,32
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	305.187,88	304.677,52	0,00	510,36	0,00	21.934,22	2.079,35	2.079,35	0,00	19.854,87	20.365,23
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	2.544,02	4.944,36	0,00	0,00	0,00	446,00	0,00	0,00	0,00	446,00	446,00
Secretaria Municipal de Habitação	0,00	44.944,36	202.489,49	0,00	0,00	0,00	43.488,98	10.037,65	10.037,65	0,00	33.461,33	33.461,33
ENHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO	92,40	5.688,71	5.761,11	0,00	0,00	123.057,00	960.240,14	174.606,30	127.307,72	0,01	955.989,41	955.989,41
FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL	0,00	5.688,71	5.761,11	0,00	0,00	21.626,34	246.529,90	47.200,72	47.200,72	0,00	220.955,52	220.955,52
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	55.173,20	55.173,20	0,00	0,00	0,00	6.262,68	4.813,92	4.813,92	648,76	952,00	952,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	7.740,99	7.740,99	0,00	0,00	6.262,68	6.262,68	4.813,92	4.813,92	648,76	952,00	952,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	7.740,99	7.740,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPRESSBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO	0,00	16.029,33	16.029,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPRESSBS	0,00	55.173,20	55.173,20	0,00	0,00	280.725,87	982.303,07	736.717,59	733.469,10	45.109,02	494.450,82	494.450,82
SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	1.169,04	1.169,04	0,00	0,00	5.546,18	44.090,02	15.138,70	15.138,70	10.667,38	23.830,12	23.830,12
SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	1.169,04	1.169,04	0,00	0,00	5.546,18	44.090,02	15.138,70	15.138,70	10.667,38	23.830,12	23.830,12
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	915,75	703.759,99	701.851,02	50,00	2.774,72	180.000,00	508.801,29	208.200,65	208.200,65	3,36	481.597,28	484.372,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	7.769.561,66	7.769.561,66	0,00	0,00	180.000,00	508.801,29	208.200,65	208.200,65	3,36	301.597,28	304.372,00
Cabinete do Prefeito	0,00	5.421.981,50	5.421.981,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Procuradoria	0,00	47.893,54	40.827,71	0,00	6.602.090,14	6.602.090,14	1.352,34	425,92	425,92	896,89	29,53	29,53
Secretaria Municipal de Administração	0,00	21.430,71	3.335,98	18.094,78	-0,00	0,00	1.352,34	425,92	425,92	896,89	29,53	29,53
Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	485.611,00	84.388,66	401.422,34	-0,00	0,00	29,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	98.334,89	14.191,54	84.143,35	-0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	0,00	276.398,82	50.694,27	225.704,55	-0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Educação	0,00	54.754,31	7.984,73	46.769,58	-0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Finanças	0,00	3.659.415,92	563.765,31	3.130.650,61	-0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	152.409,47	23.896,61	128.512,86	-0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	369.811,27	54.952,28	314.858,99	-0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO	0,00	215.731,57	31.838,13	183.892,44	-0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresa Municipal de Habitação	0,00	6.984,27	6.984,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL	0,00	6.984,27	6.984,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundação Cultural de São Bento do Sul	0,00	19.162,07	19.162,07	0,00	0,00	0,00	531,75	396,37	396,37	135,38	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	4.660,74	4.660,74	0,00	0,00	0,00	531,75	396,37	396,37	135,38	0,00	0,00
Fundação Municipal de Desporto	0,00	4.660,74	4.660,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	2.336.773,08	303.590,15	2.027.212,93	-0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	2.336.773,08	303.590,15	2.027.212,93	-0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPRESSBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	791,06	29,55	29,55	761,51	0,00	0,00
IPRESSBS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	791,06	29,55	29,55	761,51	0,00	0,00

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Município de SAO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PODER/ORGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	7.789.561,66	-0,00	6.602.090,14	1.187.471,52	-	1.352,34	425,92	425,92	896,89	29,53
EXECUTIVO	0,00	7.789.561,66	-0,00	6.602.090,14	1.187.471,52	0,00	1.352,34	425,92	425,92	896,89	29,53
IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	791,06	29,55	29,55	761,51	0,00
IPRESBS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	791,06	29,55	29,55	761,51	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	19.683,96	9.435.055,29	7.729,26	6.602.140,14	2.844.869,75	827.240,77	3.179.760,54	1.300.402,44	1.187.543,33	60.622,79	2.758.835,19

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2017

MAGNO BOLLMANN PREFEITO MUNICIPAL	ADELINO DENK SECRETÁRIO INTERINO DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMECHEN Contador CRC/SC 029837/O-5
--------------------------------------	---	--

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	39.582.347,00	39.582.347,00	2.987.819,23	7,55
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	17.004.717,00	17.004.717,00	237.492,10	1,40
1.1.1- IPTU	13.276.300,00	13.276.300,00	-4.898,34	-0,04
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	3.728.417,00	3.728.417,00	242.390,44	6,50
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.985.750,00	2.985.750,00	207.335,85	6,94
1.2.1- ITBI	2.981.750,00	2.981.750,00	207.232,35	6,95
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	4.000,00	4.000,00	103,50	2,59
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	14.752.980,00	14.752.980,00	1.998.618,33	13,55
1.3.1- ISS	14.281.480,00	14.281.480,00	1.947.419,31	13,64
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	471.500,00	471.500,00	51.199,02	10,86
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.838.900,00	4.838.900,00	544.372,95	11,25
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	94.162.100,00	94.162.100,00	15.962.864,36	16,95
2.1- Cota-Parte FPM	30.069.400,00	30.069.400,00	5.939.314,40	19,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	30.069.400,00	30.069.400,00	5.939.314,40	19,75
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	53.645.600,00	53.645.600,00	8.797.750,29	16,40
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	225.800,00	225.800,00	31.724,62	14,05
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	844.600,00	844.600,00	124.195,61	14,70
2.5- Cota-Parte ITR	41.400,00	41.400,00	250,63	0,61
2.6- Cota-Parte IPVA	9.335.300,00	9.335.300,00	1.069.628,81	11,46
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	133.744.447,00	133.744.447,00	18.950.683,59	14,17
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	32.000,00	32.000,00	965,12	3,02
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	6.548.080,00	6.548.080,00	968.897,87	14,64
5.1- Transferências do Salário-Educação	4.632.500,00	4.632.500,00	953.534,71	20,58
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.181.740,00	1.181.740,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	61.200,00	61.200,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	530.640,00	530.640,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	142.000,00	142.000,00	5.363,16	3,78
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	255.000,00	255.000,00	19.109,00	7,49
6.1- Transferências de Convênios	255.000,00	255.000,00	19.109,00	7,49
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	468.000,00	468.000,00	116.246,21	24,84
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	7.303.080,00	7.303.080,00	1.095.218,20	15,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	18.832.420,00	18.832.420,00	3.192.572,44	16,95
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	6.013.880,00	6.013.880,00	1.187.862,83	19,75
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	10.729.120,00	10.729.120,00	1.759.549,85	16,40
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	45.160,00	45.160,00	6.344,92	14,05
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	168.920,00	168.920,00	24.839,12	14,70
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	8.280,00	8.280,00	50,11	0,61
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.867.060,00	1.867.060,00	213.925,61	11,46
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	43.766.000,00	43.766.000,00	7.249.256,85	16,56
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	43.646.000,00	43.646.000,00	7.224.719,34	16,55
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	120.000,00	120.000,00	24.537,51	20,45
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	24.813.580,00	24.813.580,00	4.032.146,90	16,25

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	31.672.000,00	31.672.000,00	5.646.906,04	17,83	5.639.764,68	17,81
13.1- Com Educação Infantil	10.163.620,00	10.163.620,00	2.283.520,37	22,47	2.278.468,57	22,42
13.2- Com Ensino Fundamental	21.508.380,00	21.508.380,00	3.363.385,67	15,64	3.361.296,11	15,63
14- OUTRAS DESPESAS	12.117.000,00	12.117.000,00	2.985.506,23	24,64	2.973.505,56	24,54
14.1- Com Educação Infantil	5.160.530,00	5.160.530,00	1.914.329,78	37,10	1.903.120,35	36,88
14.2- Com Ensino Fundamental	6.956.470,00	6.956.470,00	1.071.176,45	15,40	1.070.385,21	15,39
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	43.789.000,00	43.789.000,00	8.632.412,27	19,71	8.613.270,24	19,67
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						8.613.270,24
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						77,80
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						41,02
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-18,82
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						426.823,35
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 2						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	28.754.430,00	28.754.430,00	5.044.187,21	17,54	4.888.165,58	17,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	35.262.810,00	35.262.810,00	5.524.694,08	15,67	5.360.973,01	15,20
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	28.464.850,00	28.464.850,00	4.434.562,12	15,58	4.431.681,32	15,57
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.797.960,00	6.797.960,00	1.090.131,96	16,04	929.291,69	13,67
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	64.017.240,00	64.017.240,00	10.568.881,29	16,51	10.249.138,59	16,01
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						4.032.146,90
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						24.537,51
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						4.056.684,41
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						6.192.454,18
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						32,68
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.736.500,00	4.736.500,00	2.020.760,30	42,66	195.751,10	4,13
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.089.580,00	3.089.580,00	302.851,20	9,80	8.451,20	0,27
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	7.826.080,00	7.826.080,00	2.323.611,50	29,69	204.202,30	2,61
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	71.843.320,00	71.843.320,00	12.892.492,79	17,95	10.453.340,89	14,55
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.352.958,71	86.626,60
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.321.821,35	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.548.636,92	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	5.392.790,61	0,00
48.2 Restos a Pagar	155.846,31	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	24.537,51	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	3.150.680,65	86.626,60
51- (+) Ajustes	312,41	1.928,12
51.1. Retenções	0,00	1.928,12
51.2. Conciliação bancária	312,41	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	3.150.993,06	88.554,72

SAO BENTO DO SUL, 28/03/2017

MAGNO BOLLMANN
PREFEITO MUNICIPALADELINO DENK
SECRETÁRIO INTERINO DE FINANÇASRICARDO ANTONIO HOMECHEN
Contador CRC/SC 029937/O-5

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2017 - FMD

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2017 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa LUZIA GONÇALVES KEIL 71068155949.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Prestação de Serviços para Manutenção dos 5 (cinco) Aquecedores a Gás da Piscina Pública Municipal da FMD, conforme Compra Direta nº 045/2017, de 16 de março de 2017.

DO VALOR: R\$ 6.000,00 – Valor Total

DAVIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 20 de março de 2017 e a terminar em 19 de março de 2018.

São Bento do Sul, 16 de março de 2017.

ASS: SYLVIO ROBERTO MUNHOZ, pela Fundação.
LUZIA GONÇALVES KEIL 71068155949, como Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO N° 013/2017 - FMD

EXTRATO DO CONTRATO N° 013/2017 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Eletricista, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa GERALDO HOFMANN 07658575968.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Prestação de Serviços de Mão de Obra de Eletricista para as Manutenções e Instalações Elétricas na Fundação Municipal de Desportos e seus Departamentos, conforme Compra Direta nº 047/2017, de 24 de março de 2017.

DO VALOR: R\$ 7.560,00 – Valor Total

DAVIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 28 de março de 2017 e com término em 27 de março de 2018.

São Bento do Sul, 28 de março de 2017.

ASS: SYLVIO ROBERTO MUNHOZ, pela Fundação.

GERALDO HOFMANN 07658575968, como Contratada.

São Bonifácio

PREFEITURA

PORTARIA Nº 070/2017

Portaria nº 070 /2017
Concede Licença Prêmio.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 123, combinado com o § 1º, da Lei nº 1271/2011 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4500/2017, deferido em 29/03/2017, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A MARIA HELENA KUHL, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo III, nível 1.3-D, pelo período de 3 (três) meses, referente ao período de 01/03/2012 a 01/03/2017. Sendo que 1/3 para ser convertido em numerários no mês de março 2017, 1/3 no mês de abril de 2017 e o 1/3 restante para ser folgado a partir do dia 02 de julho de 2018. São Bonifácio, 29 de março de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 071/2017

Portaria nº 071 /2017
Concede Licença Prêmio.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 123, combinado com o § 1º, da Lei nº 1271/2011 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4501/2017, deferido em 29/03/2017, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A RODINEI DERO, brasileiro, divorciado, ocupante do cargo de Motorista II, nível 6.9-E, pelo período de 3 (três) meses, referente ao período de 04/03/2012 a 04/03/2017. Sendo que 1/3 para ser convertido em numerários no mês de março 2017, 1/3 no mês de abril de 2017 e o 1/3 restante para ser folgado a partir do dia 01 de novembro de 2017.

São Bonifácio, 29 de março de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 072/2017

Portaria nº 072/2017
Exonera Sebastião Kraus (a pedido).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio,

· considerando a concessão da aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social - RGPS;

· considerando o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4502/2017, deferido em 29/03/2017; e,

· no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR (a pedido) SEBASTIÃO KRAUS, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação II, nível 6.2-E, contados a partir do dia 31 de março de 2017.

São Bonifácio, 29 de março de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 073/2017

Portaria nº 073/2017
Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, combinado com o § 5º, da Lei nº 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4503/2017, deferido em 29/03/2017, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A NEOMAR CESAR VANROO, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Operador de Máquinas II, nível 6.11-J, pelo período de 30 (trinta) dias, sendo que 10 (dez) dias para serem convertidos em numerários e os 20 (vinte) dias restantes para serem gozados a partir do dia 02 de maio de 2017, referente ao exercício 2016/2017.

São Bonifácio, 29 de março de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 077/2017

Portaria nº 077/2017

Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, da Lei nº 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4506/2017, deferido em 31/03/2017, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A WOLNEI SCHREIBER, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação I, nível 6.1-E, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 03 de abril de 2017, referente ao exercício 2016/2017.

São Bonifácio, 31 de março de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º BIMESTRE/2017

Município de São Bonifácio

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2017/ BIMESTRE JANEIRO – FEVEREIRO

LRF Art. 48 – Anexo 14 R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTARIO		ATÉ O BIMESTRE		
Receitas				
Previsão Inicial		14.032.485,00		
Previsão Atualizada		14.032.485,00		
Receitas Realizadas		1.937.053,70		
Déficit Orçamentário		0,00		
SalDOS de Exercícios Anteriores (utilizados como créditos adicionais)		136.128,01		
DESPESAS				
Dotação Inicial		14.032.485,00		
Créditos Adicionais		807.922,26		
Dotação Atualizada		14.840.407,26		
Despesas Empenhadas		2.296.488,34		
Despesas Liquidadas		1.370.083,16		
Despesas Pagas		1.084.043,93		
Superavit Orçamentário		566.970,54		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		ATÉ O BIMESTRE		
Despesas Empenhadas		2.296.484,34		
Despesas Liquidadas		1.370.083,16		
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL		ATÉ O BIMESTRE		
Receita Corrente Liquida		12.154.877,57		
RESULTADO NOMINAL E PRIMARIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-304.000,00	-1.985.427,55	653,10%
Resultado Primário		-641.430,00	540.786,33	84,30%
RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.325.479,00	0,00	71.665,92	1.253.813,08
EXECUTIVO	1.325.479,00	0,00	71.665,92	1.253.813,08
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	479.944,58	0,00	403.162,53	76.782,05
EXECUTIVO	473.085,18	0,00	396.303,18	76.782,05
LEGISLATIVO	6.859,40	0,00	6.859,40	0,00
TOTAL	1.805.423,58	0,00	474.828,45	1.330.595,13

Município de São Bonifácio

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2017/ BIMESTRE JANEIRO – FEVEREIRO
LRF Art. 48 – Anexo 14 R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	441.384,11	25%	22,94%	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	93.137,89	60%	71,74%	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito	0,00	500.000,00		
Despesa de Capital Líquida	1.887,39	2.525.262,61		
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	47.400,00		
Aplicação dos Recursos da Alienação dos Ativos	0,00	47,400,00		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
	% Mínimo a aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre		
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	305.878,93	15,00%	15,89%	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mais não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320,64.

São Carlos

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2017 - FMS

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2017 - FMS	
Processo adm. .nº.:	13/2017 RP. 06/2017
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	REUNIDAS TURISMO S.A.
Objeto :	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Valor :	R\$ 42.217,40
Vigência :	12 MESES
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017
Recursos :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO 2017/2018
SAO CARLOS/SC, 31 de Março de 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO MUNICIPAL	

RETIFICAÇÃO DE AVISO - EDITAL 015/2017 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS-SC
AVISO DE CORREÇÃO DE MINUTA DE EDITAL.

Processo. Nº.15/2017.

Edital: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS. 15/2017.

Cadastramento: ATÉ AS 08h00 h do dia 13 de Abril de 2017.

Abertura dos Envelopes: 08h30min h do dia 13 de Abril de 2017.

RETIFICA-SE A PUBLICAÇÃO DE MINUTA DE EDITAL Nº15/2017:

Onde lê –se na minuta de EDITAL:

Edital: PREGÃO PRESENCIAL/ REGISTRO DE PREÇO 06/2017

– LEIA-SE.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL 15/2017/ REGISTRO DE PREÇOS 08/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11h30min e das 13h30min. às 17h30min INFORMAÇÕES pelo fone (49)3325.3020.

São Carlos/SC, 31 de Março de 2017

RUDI MIGUEL SANDER

PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

CONTRATO PREFE N. 004, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017.

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2017

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 004 de 08/02/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/02/2017

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Everton Meotti Buratti Me

CPF/CNPJ: n. 24.130.629/0001-14

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

CONTRATO PREFE N. 007, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017.

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2017

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 007 de 08/02/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/02/2017

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Ailton Sena Miotto ME

CPF/CNPJ: n. 08.446.332/0001-06

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

CONTRATO PREFE N. 005, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017.

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2017

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 005 de 08/02/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/02/2017

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Ires Brustolin Meotti Buratti Me

CPF/CNPJ: n. 15.742.719/0001-75

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

CONTRATO PREFE N. 008, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017.

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2017

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 008 de 08/02/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/02/2017

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Luiz Alberto Miotto ME

CPF/CNPJ: n. 08.04.885.124/0001-52

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

CONTRATO PREFE N. 006, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017.

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2017

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 006 de 08/02/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/02/2017

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: JL Miotto Transporte ME

CPF/CNPJ: n. 17.208.378/0001-88

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

CONTRATO PREFE N. 009, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2017.

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2017

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 008 de 08/02/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/02/2017

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA (MUNICIPAL E ESTADUAL) DE ENSINO, RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Volnei Leopoldo Romani ME

CPF/CNPJ: n. 26.723.336/0001-76

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS – RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS – RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS:

(Com fundamentos no artigo 291, da Lei Orgânica Do Município: O Município publicara anualmente, nomes de março a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidade da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacionais, em cada um dos seus poderes, indicando cargo ou função e o local de seu exercício, para fins de recenseamento e controle.

Código Nome do Funcionário Seção Cargo

051 Beatriz Hennerich Câmara de Vereadores assessor Legislativo

050 Paula Andreia Baldissera Câmara de Vereadores Assessor Legislativo

049 Roselei V. B. Szczepkowski Câmara de Vereadores Agente de Man. E Limpeza

079 Nilva Maria Rovani Demarco Câmara de Vereadores Contadora

081 Marcio Luiz Bigolin Grosbelli Câmara de Vereadores Advogado

088 Volnei Ferrarini Meoti Câmara de Vereadores Secretario Administrativo

São Domingos, 30 de Março de 2017

- Presidente da Câmara -

ABILIO VLADEMIR DEBORTOLI

São João Batista

PREFEITURA

ANULAÇÃO DE ITEM DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 003/FMS/2017 – PREGÃO 003/FMS//2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE São João Batista

ANULAÇÃO DE ITEM DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 003/FMS/2017 – PREGÃO 003/FMS//2017

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica a ANULAÇÃO do item 29, Curativo de Hidrocolóide e Alginato de Cálcio e Sódio, do Pregão Presencial nº 003/FMS/2017, realizado em 24/03/2017. A presente anulação justifica-se pelo fato de que a empresa participante deste item, Ilhatec Produtos e Serviços Hospitalares, foi Inabilitada equivocadamente e como nada consta em ata o motivo de sua Inabilitação, optou-se por anular o item 29 para que se realize novo processo licitatório para este item.

São João Batista, 31 de março de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/SISAM/2017

Ata de Registro de Preços Nº 001/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

PROCESSO Nº 004/SISAM/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/SISAM/2017

No dia 30 do mês de março do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/03/2017, RESOLVE registrar o preço da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS NOVOS, PARA MANUTENÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço. A licitante registrada para o fornecimento do objeto é:

LAO INDÚSTRIA LTDA CNPJ Nº 00.946.2019/0001-88
Item: 01
Valor total homologado ao licitante: R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).

Este instrumento não obriga o SISAM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a execução, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em 30 dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 31 de março de 2017 – Andreia Costa Azevedo – Diretora Geral

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/SISAM/2017

Ata de Registro de Preços Nº 003/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017

PROCESSO Nº 006/SISAM/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/SISAM/2017

No dia 30 do mês de março do ano de 2017 às 14h 30min, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/03/2017, RESOLVE registrar o preço da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS DE ANÁLISES LABORATORIAIS PARA USO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço. As licitantes registradas para o fornecimento do objeto são:

HEXIS CIENTIFICA S.A. CNPJ Nº 53.276.010/0001-10
Itens: 01, 02 e 07.
Valor total homologado ao licitante: R\$ 123,28 (cento e vinte e três reais e vinte e oito centavos).
QUIMAFLEX PRODUTOS QUIMICOS LTDA – EPP CNPJ Nº 13.224.500/0001-59
Itens: 04, 05, 08, 09 e 10.
Valor total homologado ao licitante: R\$ 3.122,00 (três mil cento e vinte e dois reais).

Este instrumento não obriga o SISAM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a execução, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em 10 dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 31 de março de 2017 – Andreia Costa Azevedo – Diretora Geral

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/FIA/2017

Extrato do Contrato nº 003/FIA/2017

Contratante: Fundo Municipal da Infância e Adolescência de São João Batista; Contratada: Lar Sagrada Família – CNPJ nº 03.132.520/0001-46; Processo Licitatório 003/FIA/2017 – Dispensa nº 001/FIA/2017; Objeto: ATENDIMENTO INTEGRAL, ALIMENTAÇÃO, VESTUÁRIO, HIGIENE E AFINS A MENOR C. C. DE M., CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, REFERENTE OS AUTOS Nº 0003342-96.2014.8.24.0062; Valor global: R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo 06 parcelas mensais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais); Item orçamentário / Projeto: (1) 3.3.90.39.53.00.00.00.00; Data da assinatura: 28/03/2017; Vigência: 06 meses.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 061/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADO: Super Comércio de Alimentos LTDA – CNPJ nº 12.970.750/0001-75; Pregão Presencial nº 031/PMSJB/2017; OBJETO: Aquisição de alimentos para a cozinha do refeitório para a preparação e fornecimento de alimentação ao servidor braçal (conforme lei municipal 3.597/2015) do município de São João Batista, SC.; VALOR GLOBAL: R\$ 45.508,10 (quarenta e cinco mil quinhentos e oito reais e dez centavos); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (91); DATA DA ASSINATURA: 31/03/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 060/PMSJB/2017

CONTRATANTE: Município de São João Batista - SC; CONTRATADO: Vidalimp Locação de Equipamentos LTDA – CNPJ nº 15.050.621/0001-57; Pregão Presencial nº 030/PMSJB/2017; OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviço de remoção de morcegos, limpeza de caixas de água e dedetização das creches e pré escolares do município de São João Batista, SC.; VALOR GLOBAL: R\$ 19.516,00 (dezenove mil quinhentos e dezesseis reais); ITEM ORÇAMENTÁRIO/PROJETO: Despesa orçamentária 2017: (54); DATA DA ASSINATURA: 30/03/2017; VIGÊNCIA: 31/12/2017.

São João do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PP 37.17

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2017 - Exclusiva para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 037/2017, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas para premiações em campeonatos municipais de futsal bengala, boliche bocha masculina promovidos pela CME do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES:

Onde se lê: Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 06 de abril de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 06 de abril de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal.

Lê se: Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 18 de abril de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 18 de abril de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal.

Além de estar sendo retificado o anexo I (Relação dos Itens)

Inclui-se ainda DO OBJETO - o item 1.2 "Apresentação de amostras".

DO CREDENCIAMENTO – o item 3.1.5 ledra "d".

Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 03 de abril de 2017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2013

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2013

Partes: Município de São João do Oeste e Clínica Médica Soder e Lemos Ltda - Me

ORIGEM: Tomada de Preço nº 01/2013

OBJETO: "Contratação de serviços profissionais na área de Ginecologia e Obstetrícia, através de consultas médicas e trabalho preventivo junto a população do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 46.644,39

PRAZO: 01.04.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 31 de Março de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO Nº 59/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 59/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Vania Alice de Barros Lima- ME

ORIGEM: Dispensa nº 14/2017

OBJETO: "Aquisição de produtos alimentícios variados, oriundos de padaria".

VALOR: R\$ 5.202,50

PRAZO: 30.03.2017 até 30.06.2017

São João do Oeste – 30 de Março de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 017 DE 24 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO N.º 017 DE 24 DE MARÇO DE 2017.

Prorroga o prazo do Calendário de Vencimento dos Tributos Municipais para o exercício financeiro de 2017, e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos Arts. 235 e 329 da Lei Municipal nº. 629, de 17 de dezembro de 1990 c/c o Art. 24, II, da Lei Complementar nº. 002, de 17 de dezembro de 2003;

Considerando a alteração no layout do modelo de cobrança dos carnês conforme determinação da FEBRABAN e, a necessidade de readequação na implantação de sistemas informatizados no Setor de Tributos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo do Calendário de Vencimentos dos Tributos Municipais, para o exercício financeiro de 2017, conforme segue:

a) Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU):

Quota Única	(Com 20% de desconto)
10/05/2017	
1ª Parcela	
10/05/2017	
2ª Parcela	
10/06/2017	
3ª Parcela	
10/07/2017	

b) Taxa de Licenciamento para Funcionamento (Alvará)

Quota Única	
..... 30/04/2017	
1ª Parcela	
..... 30/04/2017	
2ª Parcela	
..... 31/05/2017	

c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - Fixo

Quota Única	30/04/2017
1ª Parcela	30/04/2017
2ª Parcela	31/05/2017

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
24 de março de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 018 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 018 DE 31 DE MARÇO DE 2017

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1796 de 12 de dezembro 2016 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 83.305,19 (oitenta e três mil, trezentos e cinco reais e dezenove centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0801 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.242.0126.2017 – Apoio a Pessoa com Deficiência

3.3.90.00.00.00.00.00.3052 – Aplicações Diretas

..... R\$ 2.958,05

3.3.90.00.00.00.00.00.3059 – Aplicações Diretas

..... R\$ 6.725,94

08.244.0125.2013 – Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF e SCFV)

3.1.90.00.00.00.00.00.3051 – Aplicações Diretas

..... R\$ 10.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.3059 – Aplicações Diretas

..... R\$ 5.164,10

3.3.90.00.00.00.00.00.3051 – Aplicações Diretas

..... R\$ 12.295,31

3.3.90.00.00.00.00.00.3054 – Aplicações Diretas

..... R\$ 8.768,21

3.3.90.00.00.00.00.00.3058 – Aplicações Diretas

..... R\$ 8.808,16

3.3.90.00.00.00.00.00.3059 – Aplicações Diretas

..... R\$ 11.200,00

3.3.90.00.00.00.00.00.3061 – Aplicações Diretas

..... R\$ 6.278,79

4.4.90.00.00.00.00.00.3061 – Aplicações Diretas

..... R\$ 11.106,63

TOTAL

..... R\$ 83.305,19

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão utilizados recursos vinculados de superávit financeiro, verificados no exercício anterior, conforme segue:

I – Transferências de Recursos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social – PPD – Programa Portadores de Deficiência, no valor de R\$ 2.958,05;

II – Transferências de Recursos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social – PBF – Piso Básico Fixo, no valor de R\$ 22.295,31;

III – Transferências de Recursos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social – IGDBF – Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família, no valor de R\$ 8.768,21;

IV – Transferências de Recursos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social – IGD SUAS – Índice de Gestão Descentralizada

– Sistema Único de Assistência Social, no valor de R\$ 8.808,16;
V – Transferências de Recursos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social – SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no valor de R\$ 23.090,04;

VI – Transferência de Recursos do Estado – FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social – Assistência Social Básica, no valor de R\$ 17.385,42.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
31 de março de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 125/2017

DECRET O Nº 125/2017

“QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016 NA FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(55)3.3.90.00.00.00.00.2.039-0651 – Aplicações Diretas
130.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 130.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na Fonte de Recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de Março de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 218/2017

PORTARIANº 218/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ANA LUCIA BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 07/03/2017. – GLAUCIA APARECIDA B. R. ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 20/03/2017. – MARIA CLEMILDA AMARAL, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 21/01/2017. – PATRICIA DA SILVA, ocupante da Função de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 21/03/2017. – JANAINA BORGES HABITZREUTER, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 22/03/2017. – CAMILA APARECIDA MEDEIROS, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 03 (três) dias, a contar do dia 23/03/2017. – CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do Cargo de Orientadora Educacional, por 02 (dois) dias, a contar do dia 23/03/2017. – CRISTIANE DE FATIMA ROSA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) no dia 24/03/2017. – KARINA LOTTERMANN DE SOUZA, ocupante

do Cargo Comissionado de Assessora CC-1, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 24/03/2017. – ADRIANA DE JESUS ANSELMO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 27/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Março de 2017.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 219/2017

PORTARIANº 219/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ANDREIA APARECIDA SANTOS DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 27/03/2017. – RAQUEL MENDES COELHO, ocupante do Cargo de Diretora, por 01 (um) dia, no dia 27/03/2017, para acompanhar seu filho. – NELCI DA SILVA TOMAZ, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 27/01/2017. – EDNA SOLOI DA ROSA AZI, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 27/03/2017. – JOSE LEONARDO DO NASCIMENTO, ocupante do Cargo de Professor, por 01 (um) dia, no dia 27/03/2017. – TEREZINHA RIBEIRO DE JESUS, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 27/03/2017. – GISELA MENDONÇA GOULART, ocupante da Função de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 23/03/2017. – JAQUELINE NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Saúde (PSF), por 03 (três) dias, a contar do dia 27/03/2017. – EDNA NUNES DE BRIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/03/2017. – RITA DE CASSIA SCHLISCHTING, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 28/03/2017. – ALINE RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 28/03/2017. – ALICEMAR DE OLIVEIRA CARVALHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 28/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Março de 2017.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 220/2017

PORTARIANº 220/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico   funcionária – VERONICA SCHLISCHTING MULLER RIBEIRO, ocupante da Função de Professora, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 28/03/2017 até 25/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Março de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 221/2017

PORTARIANº 221/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao funcionário: - LUIZ GONZAGA BORGES, ocupante do Cargo de Pedreiro, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 28/03/2017   26/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Março de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PROCESSO 06/2017 PP 05/2017 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo N  06/2017

Pregão Presencial 05/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de manutenção e conserto de ônibus escolar municipal placa MJA 3371 ano 2011, funilaria, restauração de portas frontal e lateral, fibras, pintura, montagem e polimento de peças.

Tipo: Menor Preço Global.

Data: 13/04/2017 14:00 horas

Valor estimado: 10.205,31

O Processo será regido pela Lei n  8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 31 de março de 2017

Giovani Nunes
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA N  06/2017

RETIFICAÇÃO COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA N  06/2017 CONFORME LEI MUNICIPAL N  4.398/2016 QUE AUTORIZA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ALTERANDO O NÚMERO DE VAGAS PARA PROFESORES.

A Secretaria Municipal de Administração e Educação, comunicam que encontra-se aberta vagas para Professores e Agente de Serviços Gerais, oriundas da chamada do Processo Seletivo N 001/2016 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 03 de abril de 2017 Segunda-Feira às 14h no Departamento de RH da Prefeitura, as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

N  DE VAGAS PARA OS SEGUINTE CARGOS:
VAGAS PARA PROFESSORES 04:

01 VAGA PARA PROFESSOR DE ARTE 20H PERÍODO MATUTINO;
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL OCTÁVIO ANTUNES DE SOUZA
LOCALIDADE: BENTINHO
LICENÇA SAÚDE DA TITULAR 60 DIAS

01 VAGA PARA PROFESSOR DE 2  PROFESSOR 20H PERÍODO VESPERTINO;
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JARBAS AMARANTE FERREIRA
LOCALIDADE: BOAVA
EXONERAÇÃO A PEDIDO VAGA EXCEDENTE

01 VAGA PARA PROFESSOR DE HISTÓRIA 20H PERÍODO MATUTINO;
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL DOMINGOS PEREIRA PORTELA
BAIRRO JARDIM BANDEIRA
LICENÇA SAÚDE DA TITULAR INSS

01 VAGA PARA ORIENTADOR DE DANÇA 20H PERÍODO VESPERTINO;
CAIC FULVIO AMARANTE FERREIRA
BAIRRO JARDIM MINUANO
EXONERAÇÃO A PEDIDO VAGA EXCEDENTE

VAGAS PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 02:

CEI MADRE PAULINA 2 (VAGA EXCEDENTE) 40 H MATUTINO E VESPERTINO
EBM ARISTIDES RIBEIRO DE MEDEIROS (VAGA EXCEDENTE) 40 H MATUTINO E VESPERTINO

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA

PARA AS VAGAS DE PROFESSORES;

*Graduação na  rea;

*Cursando na área;

* reas afins pela vaga pretendida;

PARA AS VAGAS DE ORIENTADORES DE DANÇA E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS;

Ensino Fundamental Completo.

Critérios de Desempate:

• Maior Idade;

• Número de filhos;

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

Atenciosamente;
Maurício Yamashiro
Secretário Municipal da Administração
Vice Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2017 – PE 132/2016 – Processo 619/2016 – Proc. Adm. 23664/2016 – Fornecedor: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CIRETRAN DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$21.072,00 (vinte e um mil e setenta e dois reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 31 de janeiro de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2017 – PE 132/2016 – Processo 619/2016 – Proc. Adm. 23664/2016 – Fornecedor: L.M. - COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CIRETRAN DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$3.560,00 (três mil e quinhentos e sessenta reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 31 de janeiro de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2017 – PE 132/2016 – Processo 619/2016 – Proc. Adm. 23664/2016 – Fornecedor: N.T. LUIZE. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CIRETRAN DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$1.137,00 (um mil e cento e trinta e sete reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 31 de janeiro de 2017.

CONTRATO/CT: Nº 021/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 021/2017 – TP 015/2016 – Processo 707/2016 – Proc. Adm. 26623/2016 - Contratado: MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA PARCIAL E AMPLIAÇÃO DO CEI VILA FORMOSA LOCALIZADO NO BAIRRO VILA FORMOSA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir da sua assinatura. Valor: R\$139.223,09 (cento e trinta e nove mil, duzentos e vinte e três reais e nove centavos). Data da Assinatura do Contrato: 27 de março de 2017.

DECRETO Nº 7754/2017

DECRETO Nº 7755/2017
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor FRANCISCO FERNANDES do cargo de Assessor Técnico em Desenvolvimento Econômico – CCM 8, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ERRATA AO EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017 – Proc. Adm. 1843/2017 - A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 27/03/2017, ONDE SE LÊ: “Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 10/04/2017 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 10/04/2017 às 14h00min” LEIASE: “Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 18/04/2017 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 18/04/2017 às 14h00min”. Cláudia Schweitzer / Diretora de Compras.

HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS INSCRITOS – EDITAL DE SORTEIO N° 001, 17 DE MARÇO DE 2017 CENTRO DE ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE - CATI

DANÇA	
TURMA 1	
(2ª e 4ª das 8:15h às 9:00h)	
Avani Olinda de Oliveira Raulino	
Bernadete Coelho	
Celestrina Estevão Balbino	
Cidalia Santiago	
Elizabete Barbosa da Silva Lino	
Justina Maria Marcelino Raulino	
Leninha da Silva do Nascimento	
Maria de Lourdes Guse	
Maria Farias	
Nair Maria Fernandes	
Neuza Maria da Cunha Castagnari	
Orildes Veronica Cossa	
Osmarina Delza	
Terezinha Fernandes de Ornel	
Total	14

HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS INSCRITOS – EDITAL DE SORTEIO N° 001, 17 de Março de 2017 CENTRO DE ATENÇÃO À TERCEIRA IDADE - CATI

DANÇA	
TURMA 2	
(2ª e 4ª das 9:30h às 10:15h)	
Alaide Pereira Machado	
Daniilo Batista Pens	
Eny Terezinha Kremer	
Gertrudes Vileda Walter	
Ines das Graças Siqueira	
João Salésio da Silveira	
Maria Aparecida Soares Ferreira	
Maria da Luz dos Santos	
Maria das Neves Pamplona	
Maria de Fátima dos Santos Moreira	
Marilene Gonçalves	
Marli maria da Silva	
Nélio Manoel da Silveira	
Nilda Lopes Brandalise	
Pedro Ferreira	
Sebastiana Ilda Aniceto	
Total	16

DANÇA	
TURMA 3	
(2ª e 4ª das 10:30h às 11:15h)	
Adelaide Maria Nascimento	

Ana Maria Waltrick da Silva	
Janete Maria Mendes	
Luci Gonzaga	
Nair Polidoro	
Total	5

DANÇA	
TURMA 4	
(3ª e 5ª das 13:45h às 14:30h)	
Avanda Zunino	
Beatriz Carmen Bressan	
Francisca Terezinha Cunha Silva	
Ida Terezinha Souza Bruggemann	
Ivo Plinio Colin	
Jacinto José de Melo	
Jose dos Santos	
José Hugo Passinho Filho	
Manoel Joao dos Anjos	
Maria Aparecida Nunes	
Maria de Lourdes Ditadi Tolotti	
Maria de Lourdes Raimundo	
Maria do Carmo Lopes Sal Prazeres Ribeiro	
Maria Dutra	
Montpoliciano Ramos Filho	
Nair Braulina da Silva	
Osni Manoel Menegildo	
Roseli Marçal	
Rosemary Coutinho de Azevedo Philippi	
Sonia Gomes Tuerlinckx	
Sueli Silva Rodrigues	
Tereza Gracelina de Souza	
Terezinha Ondina Krueger	
Vanilda Maria do Amaral	
TOTAL	24

DANÇA	
TURMA 5	
(3ª e 5ª das 14:45h às 15:30h)	
Amelia Augusto Ventura	
Angélica Domingo da Silva	
Antonio Jose de Souza	
Bernadete Gurotides Andrade	
Edite Cubas Wzorek	
Erondina Aparecida Prestes	
Evaldino Ponciano dos Santos	
Evelina Schwartzman de Prieto	
Ivanilde Alflen	
Ivanir Gasparini	
Ivoni de Lima Goulart	

João dos Santos Pereira	
José Rodolfo Fernandes	
Maria da Gloria de Lima Carvalho	
Maria da Glória Scheidt	
Maria Joana Agostinho	
Maria Salete da Silva	
Maria Salete Machado	
Maria Teresinha Farias	
Mouriza de Albuquerque Porto	
Nilo Alflen	
Teresinha Moraes Silva Sobral	
Teresinha Volpato	
Vilma Anhaia	
Vinicius Jose Apolinario	
Zeladio Friztns	
Zenir Mates de Medeiros	
Total	27

DANÇA

TURMA 6

(3ª e 5ª das 15:45h às 16:30h)

Antonieta Rodrigues Dutra	
Beatriz Righetto	
Catarina Domingues	
Cleia Cunha Lourenço	
Graciliano Hercilio de Souza	
João Mario Philippi	
João Nilton Camilo da Silva	
Joaquina Machado Pais	
José Francisco de Souza	
Josélia Silveira Lino	
Leni Terezinha Goitacaz Pimentel	
Leony Jandira Vieira	
Lourdes Vieira	
Maria Edith Bridon da Silva	
Marli Maria Dazzi	
Moacir da Silveira Ilha	
Nair Gracelina de Saga	
Neli Marta Schetz Souza	
Neusa Maria das Cunha Castagnari	
Olinda Hilda dos Santos	
Romelia Romagna Amante	
Valci Santiago Rodrigues	
Valdo Geraldo Amante	
Vanderlei Coelho	
Zilma Luz Raposo	
total	25

GINÁSTICA

TURMA 1	
(2ª e 5ª das 7:45h às 8:30h)	
Albertina Locks Kunz	
Alzira Reinoso Ferreira	
Ana Melo de Souza	
Ana Zaira Volpato	
Arleide Luiz Neunzig	
Avani Camila Farias	
Benta Alves Schlickmann	
Erondina Severino	
Gema Delai	
Hercília Macedo	
Ivo Manoel do Nascimento	
Ivone da Silva	
João Vergílio da Silva	
João Vicente	
Julio Edgar Bonckewitz	
Laura de Paulo Pereira	
Leardina Rosalina Albino do Nascimento	
Maria Benta Dal Toe de Souza	
Maria de Fátima Martins Bonckewitz	
Maria Izabel Machado Vicente	
Maria Minatti	
Maria Salete Alves Padilha	
Maria Wilda Dahas	
Marte Maria da Silva Schmitz	
Ronlane Alves do Amaral	
Rosa Maria Cardoso	
Sonia Regina da Silva Silveira	
Tadeu João Schlickmann	
Valdemar Dutra Fenilli	
Valdete Hilda Pacheco	
Valdete Silveira Faria	
Zenir Terezinha de Souza Eli	
Total	32

GINÁSTICA	
TURMA 2 (2ª e 5ª das 9:00h às 9:45h)	
Nome do Idoso	
Aidil Alves da Silva	
Alcides Paulino Gonzaga	
Almerinda Mendes Martins	
Ana Maria Rosa	
Antonio Steinheusen de Freitas	
Brasil Bradamente Pereira	
Cecília dos Anjos Schnaiter	
Celina Maria Grah	
Derciza Joana dos Santos	

Elza Hammes	
Eugenia Lucena Soares dos Santos	
Eugenio Manoel da Silveira	
Helenita Clotilde de Campos	
Hermelita Alice dos Santos	
Ilda Ventura da Luz	
Ines Schuch Vilvert	
Ingeborg Boing	
Ivandina Natalina Marques	
Ivanor dos Santos	
Jose Carlos Machado	
Kelcia Brellunger Esmeraldino	
Laurici Maria de Melo da Silva	
Lealaj Benta Goulart	
Lenice Maria da Silva	
Lindomar do Carmo Flores	
Lucia Terezinha Ventura	
Lucilia Yone de Andrade	
Luiza Rodrigues Ferreira	
Maria Abertina Junckes Petry	
Maria Aldina Paim Arrussul	
Maria Clara Silva	
Maria da Graça Coelho	
Maria de Lourdes Abreu	
Maria de Lourdes Silva	
Maria de Lourdes Silveira	
Maria do Carmo Alano Marciano	
Maria Otilia Gonzaga	
Marli Terezinha de Oliveira	
Marta Weber	
Neusa Cecilia de Andrade	
Olivia Bonamente Salm	
Rosa Vieira	
Rosinha Apolonia Koerich Pierri	
Saete Figueiredo de Oliveira	
Sávio Cezar da Cunha	
Seloni Lurdes de Azevedo	
Senhorinha de Abreu Schlichting	
Silvia da Silva Menezes	
Silvio Flores	
Sueli Zuleica de Oliveira	
Teresa Wachlviski Machado	
Teresinha Rodrigues	
Terezinha da Silva Caldeira	
Terezinha Sueli Tondin Munari	
Vilma Pacheco Ferreira	
Zelma Guollo Redivo	
total	56

GINÁSTICA

TURMA 3

(2ª e 5ª das 10:15h às 11:00h)

Adelaide Souza Marquez

Ana Rosa da Silva Melo

Arnita Maria Brich

Ivanir Citadin

João Batista Marquez

José Vinicius Vieira Rodrigues

Laura Basilicia Mendes

Manoel ANtero de Matos

Maria Alzira de Alencar

Maria da Graça Silva Candemil

Maria de Lourdes Olival Mansanari

Maria de Lourdes Rabelo Schulter

Norma Kretzer

Olga Nagel

Ralf Nagel

Zilma Rosa de Souza

Total

16

GINÁSTICA

TURMA 4

(2ª e 5ª das 13:45h às 14:30h)

Adair Golo Pires

Bernadete Machado Fernandes

Cirlene de Ávila Silva

Dilce Maria dos Santos

Elpídio Arcanjo da Silva

Ivonete Alves

Manoel Nelson Flor

Maria Candida Pereira

Maria Faustina da Silveira

Maria Marcolina da Rosa

Milton Coelho Pires

Paulo Sergio Castro

Rozilda Maria dos Santos

Ruth Karla Winckler

Suzete Marlene Schulze

Tania Dotela Madalena

Terezinha Cunha da Silva

Vilda Monguillhott

Walter Augusto Correa Bastos

Total

19

GINÁSTICA

TURMA 5

(2ª e 5ª das 15:00h às 15:45h)

Abel Nilo Pitz	
Agenor Correa Medeiros	
Ana Maria Pacheco da Silva	
Dulcelina Rosa	
Edina Silva Muller	
Francisca Abreu Barbosa	
Gercino Brusque	
Isabel da Silva	
Ivo Hugo Pomarico	
Joaquina Vieira	
Leide Maria da Rosa	
Maria Catarina de Castro	
Maria da Gloria Feijó dos Passos	
Maria do Carmo Lima	
Maria Domingos da Silva	
Maria Edenir Crocetta Brusque	
Maria Madalena Martins	
Matilde Mohr	
Neusa Schütz de Oliveira	
Norma Amorim da Silva	
Pedro Agostinho da Silva	
Rute Maria da Cunha Laurindo	
Teresinha Filomena da Silva	
Zulma Maria Macedo	
total	24

GINÁSTICA

TURMA 6 (2ª e 5ª das 16:15h às 17:00h)

Nome do Idoso	
Ari Celso Bittencourt	
Maria Dirksen Michels	
Nilva Muraro	
Rosalina Fidelis Zancanaro	
Vilmar Machado de Souza	
total	5

GINÁSTICA

TURMA 7

(3ª e 5ª das 7:45h às 8:30h)

Abilio Antonio dos Santos	
Beatriz Salvador Ferreira	
Celso Seidler	
Cecília Maria Dutra	
Dejanira Ferreira	
Eli Selma Brito	
Erotildes Jovina Torquato	
Francisco Maurino Kammers	
Ivone Werlich Bruch	
Joao Alberto Bicca Cardoso	

Lessy Probst Jasper	
Maria Alcinea Ferreira de Matos	
Maria Dalva Coelho	
Maria das Graças Lopes	
Maria Kuhn	
Maria Sebastiana de Souza	
Maria Terezinha de Jesus Oliveira	
Nelsi Amalia Hoffmann	
Neusa Maria Lira Simas	
Ondina Ferreira Domingues	
Reinaldo Duarte Porto	
Rosalina Rodrigues dos Santos	
Sergio Eli Crespi	
Terezinha Elenny Braz Adami	
Terezinha Goulart da Silva	
Terezinha Varella da Silva	
Valdir Cordeiro	
Zuleide Jung da Silva	
total	28

GINÁSTICA

TURMA 8

(3ª e 5ª das 9:00h às 9:45h)

Alaíde Ermelinda Vilvert

Alvacir de SOuza Hoffmann

Alvina Maria Hamm

Ana Ester Pereira

Analita Heinz Schütz

Aurea Talgina da Silva

Bernadete Junckes Leite

Dalva Speck Thiesen

Daura Terezinha do Nascimento Borges

Debrantina Rosa Serratine

Dolores Maria Letti

Doraci Ferreira Souza

Dorvalina Borges dos Santos

Eleni Goretti Schmitt Schmitz

Elenita Laurita de Souza

Gil Antenor de Melo

Holy João Silva

Idevalda Steil

Ivanir Martins Moreira

Izabela Kuhnen Kuhlkamp

José Amaro da Silva

Leoni dos Santos

Leonida Lohn Zimmermann

Marcelina da Veiga Halfeld

Margarida Geralda Coelho

Maria Angelina de Medeiros

Maria Antonio Medeiros	
Maria Aparecida Teixeira	
Maria das Graças Conceição Barbosa	
Maria de Lourdes Dalbosco Rosendo	
Maria Odelia Coelho Zimmermann	
Maria Ondina Gomes	
Maria Rodrigues Correia	
Maria Salete da Silva Flores	
Maria Terezinha da Silva	
Marilene Sobczyk Mendes	
Marlene Ana Pereira	
Marly Prado da Silva	
Maurina de Moraes Machado	
Maurina Pecanha dos Santos	
Neusa Maria da Silva	
Neuza Regina Santos	
Nilda Anlarenga de Freitas	
Nilza Ana de SOuza	
Pedro Antonio Fermino	
Pedro Santana Filho	
Renata Maria Kotz Welter	
Rita Verônica da Silva	
Roberto Santos Barbosa	
Rogério Zimmermann	
Santelina Vieira Virgilio	
Sueli Marlene Nascimento	
Terezinha Silva da Rosa	
Valdir Santos	
Veneranda Chaves	
Zenaide Traldi Martins	
Zilda Barbosa de Andrade	
Zilda Maria de Souza	
Zilma Oliveira da Silva	
total	59

GINÁSTICA

TURMA 9

(3ª e 5ª das 10:15h às 11:00h)

Alair Isabel Farias Pires

Almir Romão Sarmento Amaro

Antonio Carlos Favaro

Arlindo Aloes

Casemiro de Aguiar

Edi Terezinha Cenatti

Elzi Candida Martins

Irma Vieira Silva

Italina Gessy Silva

Joana Rodrigues Martins

Mailde Izaura de Farias

Maria da Glória Souza Henrique	
Maria da Graça Fonseca Toledo	
Maria Ines Rodrigues Alves	
Maria Lucia Livramento	
Maria Mendes da Luz	
Marlene Rodrigues	
Oswaldo Affonso da Luz	
Santilha Justenseibt	
Teresa Maria Knoll	
Terezinha de Jesus de Freitas	
Zaida Teresinha Velasque de David	
total	22

GINÁSTICA

TURMA 10

(2ª e 4ª das 13:15h às 14:00h)

Amabilia Schuinguel	
Ana Terezinha da Silva Moreira	
Dilma Souza Schmidt	
Eva Ana Felipe	
Florentina Maria Fernandes	
Judite Maria de Souza	
Juraci Varela Petry	
Luzia Felipe	
Maria Izabel de Azevedo Blasetti	
Maria Nila da Luz	
Maria Rute dos Santos	
Normélia Vilperte Costa	
Odília Quintino Feller	
Olavia Jovina Torquato Graciosa	
Pedro Marcos Francisco	
total	15

GINÁSTICA

TURMA 11

(2ª e 4ª das 14:30h às 15:15h)

Alcionê Hipólito da Silva	
Aldo Brito Filho	
Altiva de Melo	
Ana de Souza	
Anita Longen Oliveira	
Braulio Sória Filho	
Clair de Bona	
Dalci Maria da Silva	
Davi José de Souza	
Doraci Teixeira Marques	
Dulce Silvestre Quarezesmim	
Eloa Ferreira	
Eraclides Madalena de Lins Ribeiro	

Gilza Maria Ribeiro	
Guilhermina Maria Farias	
Hilda de Melo Brito	
Iolanda Maria Prudencio	
Iraci Maria da Silva	
Ivonilda de Oliveira Lopes	
José Hermínio Maria	
Jose Joaquim Martins	
José Lauro Felipe	
José Souza Leal	
José Walter Reis Richter	
Juvenita Alves da Silva	
Leia Niedersberg	
Lorena Maria Barba	
Luiz Carlos Vieira da Rosa	
Madalena Amalia de SOuza SILVA	
Mara Scherer	
Maria Adair dos Santos	
Maria Aguida de Souza Martins	
Maria das Neves Cruz	
Maria de Lourdes Souza Vieira	
Maria dos Passos Marques	
Maria Jeni Godoi Cruz	
Maria Laureci Senhorinho	
Maria Melo de Souza	
Maria Porto da Silva	
Maria Teresa da Cruz	
Marlene SOuza de Melo	
Marly Rosa Socal	
Marta Amália Lopes	
Maurina Docilia de Souza	
Miriana Albertina Soria	
Mônica Salete Vieira	
Neri Carlos Vieira	
Neusa Soares Martins	
Nilda Hermenegildo Bonassa	
Noemia D'Avila Franco	
Primasia da Silva	
Rony Maria Vendrusculo da Rocha	
Solange Teresinha de Oliveira	
Solita de Souza da Silva	
Terezinha de Jesus Ramos	
Vera Borges	
Vera Lúcia dos Santos Ramos	
Zelinda Lorenzetti	
Zilma Rosa	
total	59

GINÁSTICA

TURMA 12 (2ª e 4ª das 15:45h às 16:30h)	
Nome do Idoso	
Maria Ernestina Bittencourt	
Ana Margarete Machado	
Ana Maria da Silva	
Dilma Costa do Amaral	
Helviza Maria Silva de Aquino	
Irene Bueno dos Reis	
Jesus Antonio da Silva	
João Carlos Porfírio	
José João de Rezende	
Jovito Lemos	
Julieta Matos Silva	
Luiz Antonio Bueno dos Reis	
Madalena de Farias	
Manoel Domingos do Nascimento	
Maria de Lourdes Hoffmann Kretzer	
Maria Rosa Stahelin	
Maria Terezinha Cardoso	
Maurilha Astrogilda Fortkamp	
Militão João da Silva	
Nilson Eneas Cardoso	
Olga Terezinha Correia	
Onilda Seemann Cardoso	
Rosilane Sell Rossi	
Suely Maya Rezende	
Walter Fortkamp	
total	25

HIDROGINÁSTICA	
TURMA 1	
(2ª e 4ª das 8:00h às 8:45h)	
Ademar dos Santos	
Ademir Rodrigues	
Alesia Theresinha Pfleger	
Amancio Joaquim de Souza	
Ana Mata Moreira	
Anaida de Souza	
Anilde Zimmermann	
Antonio Alfredo Torquato	
Antonio Hoffmann	
Arcênio Manoel Kirchner	
Benta Lohn da Silveira	
Donzilia Cipriano da Cunha	
Enio Leopoldo Kretzer	
Fernandina Duarte	
Filomena Clotilde Gesser Kuhn	
Helena Sonaglio	
Ieda Terezinha de Souza	

Iraci Demeda Spanhol	
Ivonete Basilissa da Silva	
Ivonete dos Santos	
João Agostinho Martins	
João Trevizan	
José Antunes Matiola	
Ladja Ana Sell	
Laureci Roberta Martins	
Margarete Nunes	
Maria Ana Raimundo	
Maria Aparecida Grah	
Maria Conceição Silva	
Maria da Graça Siqueira	
Maria das Dôres Eger	
Maria Docelina de Souza	
Maria Helena Francisco Hoffmann	
Maria Odilia Ramos	
Mario Nicolau Gomes	
Marlene Navrocki Rocker	
Marli Kirchner	
Marli Maria dos Santos	
Namir Barbosa Cunha	
Nezia Ramos Pereira	
Nezio Braulio Felipe	
Odetina Pereira Santos	
Ondina Maria da Silva	
Onelio Seemann	
Salete Ernestina Bach Pereira	
Santelina Maria de Freitas Matos	
Sonia Maria da Silva	
Zulma da Silva Rachadel	
TOTAL	48

HIDROGINÁSTICA

TURMA 2

(2ª e 4ª das 9:15h às 10:00h)

Alcelina Bastos Espindola

Almir Esperidião Amorim

Alzira Malvina de Melo

Ana Maria de Souza

Antonia Andrade

Ayrton Belarmino de Souza

Bernadete Hinkel Beppler

Berta Lohn Coelho

Catarina da Silva Coelho

Celi Luzia Veríssimo

Dalva Maria Righetto Moreira

Edio Silveira de Souza

Elvira Bourdot

Elza Agostinho da Silva	
Enilva Maria Machado Coelho	
Eracilda de Souza	
Filomena Infância de Souza	
José Ari Fraga	
Judith Guesser Kuhn	
Juraci Pereira dos Santos	
Lidia Silva Souza	
Lourenir Manoel Rosa	
Luci Goulart	
Lucia Maria de Carvalho	
Maria de Lourdes Bunn Coelho	
Maria Duarte da Silva	
Maria Goreti Gonzaga da Silva	
Maria Helena Rodrigues de Bairros	
Moisés Coelho	
Nair Hammes	
Nair Portella Fontella	
Neuza Maria Oliveira Silva	
Nildo Beppler	
Salette Cipriano da Silva	
Sebastião Pereira	
Teresinha Carlos Anacleto de Sousa	
Tereza da Silva Fontana	
Terezinha Maria Adão	
Valdir Sangaletti	
Vanda Buttchewicz	
Total	40

HIDROGINÁSTICA

TURMA 3

(2ª e 4ª das 10:30h às 11:15h)

Altair Lucia Conceição	
Balduino Münsfelt	
Celio Rodolfo Müller	
Gecy Terezinha Albuquerque Vieira	
Geni Salete Quintão da Silva	
Irma Ayala Jesus	
Ivo Beppler	
Ivonete Souza Soares	
Jandira Gonçalves Cabral	
João Galdino Fernandes	
Leoni Alves Marinho	
Leontina Angélica Sant'ana	
Manoel Jose de Araujo	
Maria Angelica Carvalho Godinho	
Marli Terezinha Hartkopf Muller	
Rosa de Andrade Martins	
Rute Pires Peçanha	
Salvelina da Silva	

Valdete Macedo Correa	
Venilda Terezinha Fransosi Mozena	
Zaida Helena Quint Madsen	
total	20

HIDROGINÁSTICA

TURMA 4

(2ª e 4ª das 13:30h às 14:15h)

Adalberto Rampi

Adolasir do Desterro Scremin

Anita Diel

Creusa Vicente Fernandes

Doracy de Moraes Cruz

Edite de Oliveira Santos

Edna Secondo

Eli Regina

Eni Julieta Rocha Alves

Florência Vieira Roz

Gilda Langner de Lima

Helma Cavalheiro

Ilorino Henrique Pinheiro

Ioná Adriano da Silva

Izabel do Nascimento

João Artur Mariano

Justina Vichroski Czarnobay

Laércio Alves

Lourenço de Souza

Marcia Regina Maria

Maria Aurelia Costa

Maria da Graça Martins

Maria Daura de Oliveira Woytuski

Maria de Araujo Feitosa

Maria dos Santos Monteiro

Maria Francisca Vieira

Maria Goreti dos Santos

Maria Odete de Campos Furtado

Maria Salete Felisbino Petri

Maria Verônica de Medeiros Porto

Marlene Galvão da Silva

Nilda Vieira

Noeli Catarina Pellegrini

Olávio Pedro da Cunha

Olga Gorges Petri

Rosa Tomachinski Alves

Teresinha de Melo Mariano

Valmira Maria de Freitas

Vilma Maria Truppel Kamers

Total

39

HIDROGINÁSTICA

TURMA 5 (2ª e 4ª das 14:45h às 15:30h)

Nome do Idoso

Abelardo Arcelino Martins

Ademir Maximiano

Altiva Roberta da Silva

Alvina Bürgin

Angelica Maria dos Santos

Antônio Carlos Cascaes

Bernadete Bento Langen

Candido Rosa Nunes

Ceres Terezinha de Reins

Corilda Cecília Beal de Leão

Dalva Maria Cordeiro

Dauri Augusto da Silva

Davanete Amado Silva George

Deborme Terezinha Mendes Bunn

Dilma Freccia

Elia Maria Ponciano

Elisete Conceição da Silva Gonçalves

Estefani Medeiros Kuhn

Eva Alicia Riano

Iracema Machado

Ivone Gomes Richter

Jacira Vieira Domiciano

Jadir Domiciano Fiera

João Carlos da Rosa Nunes

João Volny de Oliveira

Joaquim Correa da Silva

José Justino de Andrade Primo

Jose Resende da Costa

Josefina Scalkan Casanova

Laureci Maria Machado

Leonir Casanova

Lorena dos Prazeres Guedes

Luiz Gonzaga Pereira

Luiz Souto Nunes

Maria Almerinda Izé

Maria da Penha Marques de Oliveira

Maria das Dores Medeiros Stahelin

Maria das Neves de Faria

Maria Francisca Pelicari

Maria José da Silva Lopes

Maria Madalena Andrade Antunes

Maria Madalena Duarte

Maria Mendes da Silva

Maria Valeria Leopoldino

Maria Zilia Teixeira Guimarães

Marilene Furtado Cascaes	
Marta Tomasi Dalazen	
Maurina Terezinha Vieira Maximiano	
Nair da Silva Nunes	
Nely Izaltina da Silva	
Nilve Maria Viali de Andrade	
Nilza Candida Dutra	
Paulina Mohr Mariano	
Rosa Maria de Paula dos Santos	
Rosa Nolli Santos	
Rosinha dos Passos Rosa	
Sebastião Luiz Rossetto	
Soeli Maria Martins	
Sueli Solange Amandio	
Suemi dos Santos Rodrigues	
Valdemar Pereira da Silva	
Valdenice Farago Guedes	
Vera Neide de Souza	
Waldelina Marcelino Loureiro	
Werna Hilda Mayer	
Wilma Martinha Ferreira	
Yvone Torres de Mattos	
Zelair Martins Oliveira	
TOTAL	68

HIDROGINÁSTICA

TURMA 6 (2ª e 4ª das 16:00h às 16:45h)

Nome do Idoso	
Aristides Pedro Garcia	
Carlos Jubiaba Sobral Brandão	
Carlos Montecinos Moleros	
Catarina Maria de Ávila	
Celma de Lima Dakmer	
Custódia Vieira Rodrigues	
Edevaldo Silva Raupp	
Eli Orelo Felipe	
Fátima dos Santos Claudino	
Ilse Maria Rohden	
José Boaventura dos Santos	
Ladir Orelo Garcia	
Lia Miriam Fernandes Lacerda	
Maria Augusta Soares	
Maria Bernadete Porto	
Maria Lúcia Koerich Jonck	
Maria Salette Cardozo	
Maria Verônica dos Santos	
Odete Mafra de Moura	
Osmarina Maria Silva	
Rosa Freitas da Silva	

Sebastião Ivone Cordova	
Zenaide Assing dos Santos	
TOTAL	23

HIDROGINÁSTICA

TURMA 7 (3ª e 5ª das 8:00h às 8:45h)

Nome do Idoso	
Antonia Maria de Moraes	
Cleonir Oliveira da Luz	
Cristina Maria da Silva	
Cristina Sutil Rodrigues	
Edite Maria da Silva	
Elba Leite de Barros	
Elsa Maria Fortunato	
Emidio Chaves	
Geni Aparecida de Souza	
Gilberto de Souza	
Ingrid Becker	
Isolete Cunha Campos	
Ivonete Pereira	
Jair Moura Ramos	
Jandira Teixeira	
Janilda Luzia da Silva Dalsenter	
Joel José dos Passos	
Ladir Izabel de Souza	
Lauri Silva do Herval	
Lucia Maria Ramos	
Maria Aguida Bento	
Maria Alaide Cordeiro	
Maria da Penha Souza MIna	
Maria das Graças Gonçalves	
Maria de Lourdes Souza Bezerra	
Maria de Lourdes Souza	
Maria Dorcelina Machado	
Maria Helena Nunes do Herval	
Maria Isabel dos Santos	
Maria Julita Justen Perardt	
Maria Lucia Correa	
Maria Martins Bento	
Maura Anacleto Leandro	
Nalvandi Paulina Costa de Farias	
Neide Zagonel	
Nelson Dario Campos	
Nezita Cordeiro Matiola	
Nilza Otília de Souza	
Olandina Wisbecki	
Olinda Nazaré Machado	
Otília Sabino	
Paulo Dias da Natividade Silva	

Rosalba Terezinha Franzoni Wagner	
Rosemary Batista Fernandes Lima	
Tereza Oliveira Nascimento	
Valdeci Teixeira	
Vilde Helita Gonzaga	
Wilma Pasin Remor	
Zilda Araides da Silva	
TOTAL	49

HIDROGINÁSTICA

TURMA 8 (3ª e 5ª das 9:15h às 10:00h)

Nome do Idoso	
Adelicia Maria Vieira Hoepers	
Adelina Alves Machado	
Aldenirton Leopoldo da Silveira	
Bernardina Angela Silveira	
Carmelina de Sousa	
Cecília Felipe de Medeiros	
Cecilia Maria Hames	
Celia da Silva Andrade	
Cilezia da Silva Leme	
Clara Terezinha Marchi	
Claudete Bittencourt Vieira	
Cleonice Reis de Mello	
Ernestina Martins Kalfels	
Ines Maria Zeliotto	
Isabel Monteiro Marinho	
Ivanilde Marina Lopes Bunn	
Izabel Tarcilia Silveira	
Jailto Machado	
João Batista Mina	
José Schmitt	
Juleite Frasson Pian	
Lenir Inez Ziani	
Lucimar Cabral Correia	
Luzia Feliciano Nienkötter	
Luzia Martins Schmitt	
Madalena Maria Costa	
Manoel João da Costa	
Maria da Graça Rosa	
Maria de Abreu Schneider	
Maria de Fátima Tonelli Molinari	
Maria Martinha Souza	
Maria Peres Leandro	
Marilza Aurora de Lima	
Marlene Carvalho de Almeida	
Marlene Joana dos Santos	
Martinha da Silva Martins	
Natalia Sperber Weiss	

Nely Rodrigues Veiga	
Silvio Marchi	
Sueli Vieira	
Terezinha Cordeiro Breestolin	
Vanderly Antonieta de Paula Marcos	
Vanilde Medeiros da Silva	
Zelita Rocha Machado	
Zenilda Dorvalina de Melo	
TOTAL	45

HIDROGINÁSTICA

TURMA 9 (3ª e 5ª das 10:30h às 11:15h)

Nome do Idoso	
Adil Barbosa da Silva	
Albertina Filibus Clasen	
Ana de Abreu Antonio	
Aurélia Catarina Trieweller	
Conceição Ferreira da Silva	
Concelina Alzira Jordão	
Daici Fonseca Furtado	
Elia de Melo Souza	
Expedito Zagonel	
Fernando dos Passos	
Francisco de Assis Salassaria	
Gentil Pereira de Pinho	
Ione Vieira de Araujo Soares	
Irene do Rocio de Moraes	
Itamar Luiz de Oliveira	
Ivanir Ferreira	
Leauci Margareti Steinbach	
Leoneti Schmitz	
Luiz Carlos de Souza Lopes	
Maria Candida Constante	
Maria das Neves de Sena	
Maria Isabel de Sousa	
Maria Jussara Pinto Silva	
Maria Sirlei Amaro da Silva	
Maria Thereza Paes da Cruz	
Maria Ulda de Oliveira	
Marlene Borba Rosa	
Martila Novakoski	
Martimiana Carmina Pereira	
Nair Lourdes Garcia Rodrigues	
Neusa Beatriz Marques Meira	
Rita Antunes Espíndola	
Salette João Diniz	
Saul Arcelau da Silva	
Sueli Stalfi Vieira	
Terezinha Nery Sinnott	

Vera Lucia de Andrada	
Vilma Borba	
Waldemar Lemos Filho	
Waldemiro Domingos de Souza	
Zili Pereira Lacerda Salasaria	
Zita Maria da Silva Campos	
TOTAL	43

HIDROGINÁSTICA

TURMA 10 (3ª e 5ª das 13:30h às 14:15h)

Nome do Idoso	CPF
Ademir Figueiredo	
Alzerina Vicentina Klingelfus	
Antonio Gonçalves	
Catharina Martins	
Durcelir de Araujo Passinho	
Elizete Joana Vieira	
Lucia Juvita da Silveira	
Maria Anita Siqueira Alcantara	
Maria Carmina André	
Maria Catarina de Oliveira	
Maria Cecilia Paoki	
Maria Clarice da Silva Gonçalves	
Maria de Lourdes Santana	
Maria Ines de Bittencourt	
Maria Solange Laurinda Paulo	
Marieta Paetzold	
Nilton Dornelles Cardoso	
Nivaldo Gomes	
Norma Conceição Nascimento Ferreira	
Olga Seemann Weiss	
Paulo de Oliveira	
Raul do Nascimento	
Rosilene Rosa Cardoso	
Salesia Teixeira Gomes	
Valéria Schlemper Schmidt	
Vera Lúcia de Souza Figueiredo	
Waldemar Anacleto Gamarra da Silveira	
TOTAL	27

HIDROGINÁSTICA

TURMA 11 (3ª e 5ª das 14:45h às 15:30h)

Nome do Idoso	CPF
Ana Maria Guimarães	
Benilde Realina Maffezzoli	
Camila Machado	
Catarina de França Santos	
Celia Regina Anselmo	
Cicilia Ada Amorim	

Diva Westphal Gualo		
Edite Fernandes da Silva		
Elisabete Sant'ana		
Elzi Silveira Goes		
Eulalia Diniz Santos de Melo		
Eva Comelli		
Eva Maria Rodrigues Loureiro		
Helena Souza Leal		
Imidio Lopes Amorim		
Ivan Ludgero Ivanqui		
Ivone Maria Fiorenzano da Silveira		
Ivonete Gonçalves		
Ivonete Olinda Garcia		
Izete Antonia Rasveiller Amaral		
José Schmitt		
Leda Beatriz Casagrande		
Lili Farias Dutra		
Luzia Idalina de Castro		
Maria Buclieri Bueno		
Maria de Fátima Leal		
Maria de Lourdes Fernandes Mangrich		
Maria Elanir Candido		
Maria Eloi Matos Figueredo		
Maria Salete Antônio de Oliveira		
Maria Teresa Felaco		
Marlene Damaceno		
Nagib Dorval Goes		
Rita de Cacia Claudino		
Sérgio Mário Antunes de Castro		
Silvio Mangrich		
Terezinha Pereira Machado		
Valda Maria Teixeira		
Vanda Eugenia Teodósio Tavares		
Vera Lucia de Souza		
Amália Maciel Rasveillev		
Zilda Quadros Araujo		
TOTAL	42	

HIDROGINÁSTICA

TURMA 12 (3ª e 5ª das 16:00h às 16:45h)

Nome do Idoso	
Ademar Hercílio Souza	
Armezina Batista Gomes	
Aurora Maria de Lima	
Carmen dos Santos	
Dilma Lidia Martins	
Eldina Terezinha Felipe Hass	
Erenita Silva Stanck	
Feliciano Venisuim da Silva	

Filomena Schell	
Geneci de Lima	
José Helio da Silva	
Maria Bonatto	
Maria da Graça Lauriano	
Maria Ester Martins	
Maria Helena Damasio	
Maria Madalena de Campos	
Maria Marli Bruner	
Maria Zita de Souza	
Merce Dalla Rosa Piazzon	
Miguel Gonçalves Alho Filho	
Miranda Souza Mendes	
Nadia Rejane Elias Branco	
Norma Amália	
Norma Julia Soria	
Olindina Catarina Francener Schweitzer	
Pedro Manoel Damásio	
Salvio Vicente Marques	
Valciria Helena Espirito Santo Bittencourt	
TOTAL	28

PILATES	
TURMA 1	
(2ª e 4ª das 8h às 8:45h)	
Eufrazia Cedrolina Amorim Buz	
Helena Maria da Silva	
Helena Maria Porto	
João Augusto do Nascimento	
Joseli João da Rosa	
Laudelina Rodrigues Kepper	
Luiza Marilda Coelho	
Maria Caron	
Maria de Lourdes Schmitz	
Maria Filomena Silva Arruda	
Maria Terezinha Pereira	
Marilene Leite Ricci	
Marneri Brasil de Oliveira	
Paulo Denis Simas Pereira	
Pompilio Vieira Coelho	
Salute da Silva Kretzer	
Talma Maria Fernandes	
Terezinha Braga Barbieri	
TOTAL	18

PILATES	
TURMA 2 (2ª e 4ª das 9:00h às 9:45h)	
Nome do Idoso	CPF
Aderson José da Silva	047.566.579-65

Carlos Alberto de Lima	178.783.309-72
Carlos Soares Moreira	204.208.387-91
Ermêndia Alves	743.155.879-15
Heliete Ramos Bunn	887.620.099-15
Ivone Izabel Brasil Sodré	224.590.659-49
Maria Betina dos Santos	651.293.009-63
Nair Rodrigues Nascimento	024.651.659-33
Sonia Neli Ramos	047.282.679-46
Teresa Hermes Leite	522.137.149-91
Teresinha de Souza Oliques	401.157.390-68
Vanilde Leite Pereira	889.071.809-97
Zilma Schlemper	983.828.539-00
TOTAL	13

PILATES

TURMA 5 (3ª e 5ª das 8h às 8:45h)

Nome do Idoso	
Hipolito Daniel Bento	
Lourdes Amghebem	
Maria Madalena da Silva	
Osnilda da Silva Pinho	
TOTAL	4

PILATES

TURMA 6 (3ª e 5ª das 9h às 9:45h)

Nome do Idoso	
Benta Cardoso Anacleto	
Celso Luiz Mantucci	
Eriel Ivo Bahniuk	
Eveni Francisca Prado Petry	
Joelice Gitti Martucci	
José Valdir Batista	
Lucila Schmitz Alfen	
Mauri Ribeiro de Souza	
Zelia Junckes	
TOTAL	9

PILATES

TURMA 7 (3ª e 5ª das 10h às 10:45h)

Nome do Idoso	
Ana Moreira da Silva	
Dalva Ondina Martins	
Domingos Julio de Andrade	
Eanina Jaci Machado	
Edite Martins Vieira	
José Carlos Knoll	
Terezinha Silva Kretzer	
Zulma Clove Leuciano	

TOTAL	8
-------	---

PILATES	
TURMA 8 (3ª e 5ª das 11h às 11:45h)	
Nome do Idoso	CPF

NENHUM INSCRITO

PILATES	
TURMA 9 (3ª e 5ª das 13:30h às 14:15h)	
Nome do Idoso	
Bilmar Correa	
Dirma Candido dos Anjos	
Lindalva Martins da Silva	
Maria Goreti Junckes da Cunha	
TOTAL	4

PILATES	
TURMA 10 (3ª e 5ª das 14:30h às 15:15h)	
Nome do Idoso	
Abilio Peres	
Angela Siqueira Favaro	
Clovis Boaro	
Egídio José Bunn	
Gema Galgani Trerotola Simões	
Ivan Santos da Silva	
José Nilton Hass	
Luiza Machado Adriano	
Luizete Nicodemus da Silva	
Maria Helena de Souza	
Nelson Augusto Lacerda	
Norma Maricia Rosa	
Osni José dos Santos	
Rosa Marcelino de Oliveira	
Salete Ribeiro Martins	
Sueli Maria dos Santos	
Teresinha Morais Demétrio	
TOTAL	17

PILATES	
TURMA 11 (3ª e 5ª das 15:30h às 16:15h)	
Nome do Idoso	
Ana Maria da Silveira	
Arlita Cardoso da Silva	
Caetana Dias Hoegen	
Catarina do Nascimento Vicente	
Domingos Joaquim Leal	
Elizabete Dutra Leal	

Iracema Scorzato Chaves	
Irineia Maria Luiza dos Reis	
Isaias Kemper	
João José Jacinto	
Laidés Pereira Rodrigues	
Leci Salvelina Constante	
Loraci das Neves Pereira	
Madalena Justin Vilvert	
Maria da Conceição Inácio Soares	
Maria de Lourdes da Cunha	
Maria Edite Alves	
Maria Elizabete da Silveira	
Maria Neci Barbosa Lemos	
Marilda de Fátima Frieveiler da Silveira	
Nadia Irene Pamplona de Moura	
Nély Caldeira Cardoso	
Odilio Vilvert	
Rosângela Maura Cabral	
Sandra Leiz Nery Sennot	
Sônia Maria Torres	
Sueli Maria Espindola Teixeira	
Valmor Hoegen	
TOTAL	28

JOGOS AQUÁTICOS

TURMA 1 (6ª das 8h às 8:45h)		TURMA 2 (6ª das 9h às 9:45h)	
Nome do Idoso	CPF	Nome do Idoso	CPF
José Azze dos Santos	304.663.509-53	Nadir da Silva	398.774.509-68
TOTAL	1	TOTAL	1

APRENDENDO A VIVER NA 3ª IDADE

TURMA 1 (3ª das 8:30h às 9:15h)

Nome do Idoso	
Abilio Antonio dos Santos	
Ademar dos Santos	
Almerinda Mendes Martins	
Alzira Malvina de Melo	
Alzira Reinoso Ferreira	
Ana de Abreu Antonio	
Ana Maria de Souza	
Ana Maria Rosa	
Ana Moreira da Silva	
Benta Alves Schlickmann	
Benta Lohn da Silveira	
Bernadete Hinkel Beppler	
Berta Lohn Coelho	
Carlos Soares Moreira	
Catarina do Nascimento Vicente	
Cecilia Maria Dutra	

Celi Luzia Veríssimo	
Derciza Joana dos Santos	
Domingos Julio de Andrade	
Edevaldo Silva Raupp	
Edite Fernandes da Silva	
Edite Martins Vieira	
Elba Leite de Barros	
Elizete Joana Vieira	
Enilva Maria Machado Coelho	
Enio Leopoldo Kretzer	
Erotildes Jovina Torquato	
Expedito Zagonel	
Francisca Terezinha Cunha Silva	
Heliete Ramos Bunn	
Ilda Ventura da Luz	
Isabel da Silva	
Italina Gessy Silva	
Ivanir Ferreira	
Ivonete Basilissa da Silva	
Ivonete dos Santos	
Ivonete Olinda Garcia	
João Agostinho Martins	
João Salésio da Silveira	
Joaquina Vieira	
José Carlos Knoll	
Jose Carlos Machado	
Julio Edgar Bonkewitz	
Juraci Varela Petry	
Laudelina Rodrigues Kepper	
Laura de Paulo Pereira	
Laura Margarida de Brito	
Laureci Roberta Martins	
Laurici Maria de Melo da Silva	
Leda Beatriz Casagrande	
Leninha da Silva do Nascimento	
Lessy Probst Jasper	
Lourenço de Souza	
Luiza Marilda Coelho	
Luiza Rodrigues Ferreira	
Mailde Izaura de Farias	
Maria Benta Dal Toe de Souza	
Maria Clara Silva	
Maria Conceição Silva	
Maria da Graça Coelho	
Maria da Graça Fonseca Toledo	
Maria Dalva Coelho	
Maria das Dôres Eger	
Maria de Fátima Martins Bonckewitz	
Maria de Lourdes Bunn Coelho	
Maria de Lourdes Schmitz	

Maria do Carmo Alano Marciano	
Maria Filomena Silva Arruda	
Maria Lucia Livramento	
Maria Melo de Souza	
Maria Porto da Silva	
Maria Rute dos Santos	
Maria Salete Alves Padilha	
Maria Sebastiana de Souza	
Maria Solange Laurinda Paulo	
Maria Terezinha Pereira	
Maria Verônica de Medeiros Porto	
Maria Wilda Dahas	
Marieta Maria Paetzold	
Mario Nicolau Gomes	
Marte Maria da Silva Schmitz	
Moisés Coelho	
Nair Rodrigues Nascimento	
Neusa Cecília de Andrade	
Nildo Beppler	
Normélia Vilperte Costa	
Odetina Pereira Santos	
Olavia Jovina Torquato Graciosa	
Orildes Veronica Cossa	
Osmarina Delza	
Osni José dos Santos	
Pompilio Vieira Coelho	
Primasia da Silva	
Rosa Maria Cardoso	
Rosa Tomachinski Alves	
Salete Cipriano da Silva	
Salete João Diniz	
Silvia Weiss Raupp	
Sonia Maria da Silva	
Sueli Maria dos Santos	
Teresa Maria Knoll	
Teresinha de Souza Oliques	
Tereza da Silva Fontana	
Terezinha Braga Barbieri	
Terezinha de Jesus de Freitas	
Terezinha Elenny Braz Adami	
Valdemar Dutra Fenilli	
Valdete Hilda Pacheco	
Vanilde Leite Pereira	
Vera Lucia de Andrada	
Vilma Borba	
Zilma Oliveira da Silva	
Zilma Rosa	
Zilma Rosa de Souza	
Zilma Schlemper	
Zuleide Jung da Silva	

Zulma Maria Macedo	
TOTAL	117
APRENDENDO A VIVER NA 3ª IDADE	
TURMA 2 (3ª das 10h às 10:45h)	
Nome do Idoso	
Adair Golo Pires	
Adalberto Rampi	
Adelaide Souza Marquez	
Adelina Alves Machado	
Alcelina Bastos Espindola	
Almir Esperidião Amorim	
Alvacir de Souza Hoffmann	
Alvina Bürgin	
Ana Ester Pereira	
Ana Margarete Machado	
Ana Maria da Silveira	
Ana Maria Waltrick da Silva	
Ana Terezinha da Silva Moreira	
Angela Siqueira Favaro	
Antonia Maria de Moraes	
Antonio Jose de Souza	
Ayrton Belarmino de Souza	
Benilde Realina Maffezzoli	
Benta Cardoso Anacleto	
Bernadete Bento Langen	
Bernadete Gurotides Andrade	
Bernadete Machado Fernandes	
Carmelina de Sousa	
Cecília Felipe de Medeiros	
Celso Seidler	
Ceres Terezinha de Reins	
Cidalia Santiago	
Cilezia da Silva Leme	
Cleia Cunha Lourenço	
Cleonice Reis de Mello	
Cleonir Oliveira da Luz	
Corilda Cecília Beal de Leão	
Cristina Maria da Silva	
Dalva Maria Cordeiro	
Doraci Ferreira Souza	
Doracy de Moraes Cruz	
Dorvalina Borges dos Santos	
Dulcelina Rosa	
Edite Maria da Silva	
Egídio José Bunn	
Elenita Laurita de Souza	
Eloa Ferreira	
Eraclides Madalena de Lins Ribeiro	
Eriel Ivo Bahniuk	

Ernestina Martins Kalfels	
Eugenia Lucena Soares dos Santos	
Eva Comelli	
Gertrudes Vileda Walter	
Gil Antenor de Melo	
Helena Maria da Silva	
Hermelita Alice dos Santos	
Hipolito Daniel Bento	
Ivanir Martins Moreira	
Irineia Maria Luiza dos Reis	
Isolete Cunha Campos	
Ivandina Natalina Marques	
Ivanor dos Santos	
Ivone de Lima Goulart	
Ivonete Alves	
Ivonilda de Oliveira Lopes	
Izabela Kuhnen Kuhlkamp	
Jacira Vieira Domiciano	
Jadir Domiciano Fiera	
Jailto Machado	
João Batista Marquez	
Joel José dos Passos	
José João de Rezende	
José Valdir Batista	
José Vinicius Vieira Rodrigues	
Kelcia Brellunger Esmeraldino	
Ladir Orelo Garcia	
Ladja Ana Sell	
Lidia Silva Souza	
Lorena dos Prazeres Guedes	
Lourdes Amghebem	
Lucila Schmitz Alfen	
Luiz Souto Nunes	
Madalena Amalia de Souza Silva	
Maria Angelina de Medeiros	
Maria Antonio Medeiros	
Maria Aparecida Teixeira	
Maria Bonatto	
Maria da Conceição Inácio Soares	
Maria da Gloria Feijó dos Passos	
Maria das Graças Conceição Barbosa	
Maria das Neves Pamplona	
Maria de Abreu Schneider	
Maria de Araujo Feitosa	
Maria de Fátima Tonelli Molinari	
Maria de Lourdes Dalbosco Rosendo	
Maria de Lourdes Ditadi Tolotti	
Maria de Lourdes Guse	
Maria de Lourdes Rabelo Schulter	
Maria de Lourdes Souza Bezerra	

Maria Dorcelina Machado	
Maria Elizabete da Silveira	
Maria Goreti Gonzaga da Silva	
Maria Isabel dos Santos	
Maria Salete da Silva Flores	
Maria Terezinha da Silva	
Maria Terezinha de Jesus Oliveira	
Marlene Ana Pereira	
Marlene Navrocki Rocker	
Marlene SOuza de Melo	
Marli maria da Silva	
Marly Rosa Socal	
Marta Amália Lopes	
Maura Anacleto Leandro	
Mauri Ribeiro de Souza	
Maurina de Moraes Machado	
Maurina Pecanha dos Santos	
Milton Coelho Pires	
Moacir da Silveira Ilha	
Montaoliciano Ramos Filho	
Natalia Sperber Weiss	
Neide Zagonel	
Nelsi Amalia Hoffmann	
Nelson Dario Campos	
Neusa Maria da Silva	
Neusa Schütz de Oliveira	
Neuza Regina Santos	
Nilda Anlarena de Freitas	
Nilson Eneas Cardoso	
Nilza Ana de SOuza	
Noeli Catarina Pellegrini	
Norma Amália	
Norma Kretzer	
Olinda Hilda dos Santos	
Olinda Nazaré Machado	
Onilda Seemann Cardoso	
Osnilda da Silva Pinho	
Otília Sabino	
Paulo Dias da Natividade Silva	
Pedro Manoel Damásio	
Rita de Cacia Claudino	
Roberto Santos Barbosa	
Romelia Romagna Amante	
Rosemary Batista Fernandes Lima	
Salete Figueiredo de Oliveira	
Salete Ribeiro Martins	
Salvio Vicente Marques	
Santelina Vieira Virgilio	
Sueli Solange Amandio	
Sueli Vieira	

Suemi dos Santos Rodrigues	
Teresa Hermes Leite	
Tereza Oliveira Nascimento	
Terezinha da Silva Caldeira	
Terezinha Silva da Rosa	
Terezinha Sueli Tondin Munari	
Valda Maria Teixeira	
Valdeci Teixeira	
Valdete Macedo Correa	
Valdir Santos	
Valdo Geraldo Amante	
Waldemar Anacleto Gamarra da Silveira	
Werna Hilda Mayer	
Wilma Martinha Ferreira	
Wilma Pasin Remor	
Zaida Helena Quint Madsen	
Zenir Mates de Medeiros	
TOTAL	161

INFORMATICA	
TURMA 2 (2ª e 4ª das 14:30h às 15:15h)	
Nome do Idoso	
Adelicia Maria Vieira Hoepers	
Custódia Vieira Rodrigues	
Daici Fonseca Furtado	
Debrantina Rosa Serratine	
Eli Orelo Felipe	
Eli Regina	
Elisabete Sant'ana	
Fátima dos Santos Claudino	
Helena Souza Leal	
Helviza Maria Silva de Aquino	
Ilorino Henrique Pinheiro	
Ilse Maria Rohden	
Ioná Adriano da Silva	
Iraci Demeda Spanhol	
Janete Oliveira Brandão	
Laurita Vedoratto Rauber	
Lindomar do Carmo Flores	
Luzia Felipe	
Martinha da Silva Martins	
Manoel Domingos do Nascimento	
Maria Augusta Soares	
Maria da Graça Martins	
Maria da Graça Rosa	
Maria da Luz dos Santos	
Maria de Fátima dos Santos Moreira	
Maria Joana Agostinho	
Maria Lúcia Koerich Jonck	
Maria Martinha Souza	

Maria Odelia Coelho Zimmermann	
Maria Peres Leandro	
Maria Teresinha Farias	
Maria Zita de Souza	
Milton Pereira Dachi	
Nélio Manoel da Silveira	
Olga Terezinha Correia	
Osmarina Maria Silva	
Rosilane Sell Rossi	
Santelina Maria de Freitas Matos	
Sebastiana Ilda Aniceto	
Silvio Flores	
Suely Maya Rezende	
Teresinha de Melo Mariano	
Vilma Eloé Martins	
TOTAL	43
INFORMATICA	
TURMA 3 (2ª e 4ª das 15:30h às 16:15h)	
Nome do Idoso	
Adolfo Manoel do Amaral	
Alba Lucia Dias Henrique	
Aldo Brito Filho	
Antonieta Rodrigues Dutra	
Creusa Vicente Fernandes	
Edevirges Hercilio Bastos	
Edna Secondo	
Elsa Maria Fortunato	
Florência Vieira Roz	
Florentina Maria Fernandes	
Francisco de Assis Salassaria	
Gilda Langner de Lima	
Hilda de Melo Brito	
Irene do Rocio de Moraes	
Ivone da Silva	
Justina Vichroski Czarnobay	
Juvenita Alves da Silva	
Lucimar Cabral Correia	
Marcia Regina Maria	
Maria da Gloria de Lima Carvalho	
Maria de Lourdes Abreu	
Maria Francisca Pelicari	
Marilene Sobczyk Mendes	
Nair Gracelina de Saga	
Nalvandi Paulina Costa de Farias	
Neusa Soares Martins	
Solange Teresinha de Oliveira	
Zili Pereira Lacerda Salasaria	
Zita Maria da Silva Campos	
TOTAL	29

INFORMATICA	
TURMA 4 (3ª e 5ª das 13:30h às 14:15h)	
Nome do Idoso	
Albertina Filibus Clasen	
Altiva de Melo	
Amália Maciel Rasveillev	
Amelia Augusto Ventura	
Ana Rosa da Silva Melo	
Antonia Andrade	
Edite de Oliveira Santos	
Eli Selma Brito	
Erondina Aparecida Prestes	
Eveni Francisca Prado Petry	
Gema Delai	
Geni Salete Quintão da Silva	
Gercino Brusque	
Gilberto de Souza	
Ivonete Souza Soares	
Lauri Silva do Herval	
Leide Maria da Rosa	
Lenice Maria da Silva	
Lili Farias Dutra	
Maria Adair dos Santos	
Maria de Lourdes Moreira	
Maria do Carmo Lima	
Maria Edenir Crocetta Brusque	
Maria Elanir Candido	
Maria Eloi Matos Figueredo	
Maria Helena Nunes do Herval	
Maria Neci Barbosa Lemos	
Maria Teresa Felaco	
Marlene Borba Rosa	
Marlene Damaceno	
Miriana Albertina Soria	
Nelson Augusto Lacerda	
Neusa Beatriz Marques Meira	
Norma Amorim da Silva	
Olavio Pedro Cunha	
Pedro Agostinho da Silva	
Rita Antunes Espíndola	
Salete Ernestina Bach Pereira	
Sérgio Mário Antunes de Castro	
Silvio Marchi	
Teresinha Moraes Demétrio	
Vanderly Antonieta de Paula Marcos	
Vera Lúcia de Souza Figueiredo	
Waldemar Lemos Filho	
Zaida Teresinha Velasque de David	
Zeladio Friztns	

TOTAL	46
INFORMATICA	
TURMA 5 (3ª e 5ª das 14:30h às 15:15h)	
Nome do Idoso	
Ademir Maximiano	
Aidil Alves da Silva	
Altair Lucia Conceição	
Armezina Batista Gomes	
Balduino Münsfelt	
Bilmar Correa	
Casemiro de Aguiar	
Cristina Sutil Rodrigues	
Dilma Lidia Martins	
Dirma Candido dos Anjos	
Domingos Joaquim Leal	
Eldina Terezinha Felipe Hass	
Elia Maria Ponciano	
Elizabete Dutra Leal	
Geneci de Lima	
Gentil Pereira de Pinho	
Graciliano Hercilio de Souza	
Isaias Kemper	
João José Jacinto	
José Amaro da Silva	
Laidés Pereira Rodrigues	
Leony Jandira Vieira	
Lindalva Martins da Silva	
Lourenir Manoel Rosa	
Madalena Justin Vilvert	
Maria Clarice da Silva Gonçalves	
Maria da Graça Lauriano	
Maria da Graça Siqueira	
Maria de Lourdes Santana	
Maria do Carmo Lpes Sal Prazeres Ribeiro	
Maria Ester Martins	
Maria Isabel de Sousa	
Maria Madalena de Campos	
Maria Marli Bruner	
Maria Mendes da Silva	
Marlene Kamphorst	
Maurina Terezinha Vieira Maximiano	
Miguel Gonçalves Alho Filho	
Miranda Souza Mendes	
Nadia Irene Pamplona de Moura	
Neli Marta Schetz Souza	
Nély Caldeira Cardoso	
Odilio Vilvert	
Rosangela Maura Cabral	
Santilha Justenseibt	

Sônia Maria Torres	
Vanderlei Coelho	
Zilda Barbosa de Andrade	
TOTAL	48

INFORMATICA	
TURMA 6 (3ª e 5ª das 15:30h às 16:15h)	
Nome do Idoso	
Avanda Zunino	
Carlos Montecinos Moleros	
Celestina Bittencourt Souza	
Celso Luiz Mantucci	
Elpídio Arcanjo da Silva	
Irene Bueno dos Reis	
Ivan Santos da Silva	
João Carlos Porfírio	
João Frandolige	
Joelice Gitti Martucci	
José Hugo Passinho Filho	
José Nilton Hass	
Luiz Antonio Bueno dos Reis	
Luiz Carlos de Souza Lopes	
Luizete Nicodemus da Silva	
Manoel Jose de Araujo	
Manoel Nelson Flor	
Maria Dutra	
Nilton Dornelles Cardoso	
Rosa Marcelino de Oliveira	
Terezinha Cunha da Silva	
Walter Augusto Correa Bastos	
Zenaide Traldi Martins	
TOTAL	23

CANTO	
TURMA 1 (2ª e 4ª das 14h às 14:45h)	
Nome do Idoso	
Adelaide Maria Nascimento	
Ana Maria da Silva	
Ari Celso Bittencourt	
Arlindo Aloes	
Catarina Maria de Ávila	
Cecília dos Anjos Schnaiter	
Celma de Lima Dakmer	
Edina Silva Muller	
Edite Cubas Wzorek	
Eidi Carvalho Amaro	
Eva Ana Felipe	
Evelina Schwartzman de Prieto	
Ieda Terezinha de Souza	
João Vergilio da Silva	

Lia Miriam Fernandes Lacerda	
Luzia Martins Schmitt	
Maria de Lourdes Hoffmann Kretzer	
Maria Helena dos Santos	
Maria Ines de Bittencourt	
Maria Ines Rodrigues ALves	
Maria Jeni Godoi Cruz	
Maria Verônica dos Santos	
Mouriza de Albuquerque Porto	
Nair Braulina da Silva	
Namir Barbosa Cunha	
Odília Quintino Feller	
Raul do Nascimento	
Vilma Anhaia	
total	28

CANTO	
TURMA 2 (2ª e 4ª das 15:30h às 16:15h)	
Nome do Idoso	CPF
Adolasir do Desterro Scremin	
Alair Isabel Farias Pires	
Catarina de França Santos	
Dalci Maria da Silva	
Francisco Maurino Kammers	
Guilhermina Maria Farias	
Ines das Graças Siqueira	
Ivonete Gonçalves	
Izabel do Nascimento	
Jandira Teixeira	
Joana Rodrigues Martins	
Mara Scherer	
Maria Daura de Oliveira Woytuski	
Maria Goreti dos Santos	
Marly Prado da Silva	
Mercia Peres Flores	
Nilda Vieira	
Sueli Maria Espindola Teixeira	
Terezinha Silva Kretzer	
Vinicius Jose Apolinario	
total	20

CANTO	
TURMA 3 (3ª e 5ª das 8h às 8:45h)	
Nome do Idoso	
Alaíde Ermelinda Vilvert	
Ana Zaira Volpato	
Carmen dos Santos	
Conceição Ferreira da Silva	
Eanina Jaci Machado	

Eufrazia Cedrolina Amorim Buz	
Fernando dos Passos	
Ivo Beppler	
João Augusto do Nascimento	
João Nilton Camilo da Silva	
Leauci Margareti Steinbach	
Leontina Angélica Sant'ana	
Nair Lourdes Garcia Rodrigues	
Nair Portela Fontella	
Nely Rodrigues Veiga	
Rogério Zimmermann	
Teresa Wachlevski Machado	
total	17

CANTO	
TURMA 4 (3ª e 5ª das 10h às 10:45h)	
Nome do Idoso	
Analita Heinz Schütz	
Angélica Domingo da Silva	
Clara Terezinha Marchi	
Dalva Speck Thiesen	
Dolores Maria Letti	
Ilza Muller Llorente Gonzalez	
Ines Maria Zeliotto	
Ivone Werlich Bruch	
Janete Maria Mendes	
Janilda Luzia da Silva Dalsenter	
Leonida Lohn Zimmermann	
Luiz Gonzaga Pereira	
Maria das Graças Gonçalves	
Maria das Graças Lopes	
Maria Madalena Duarte	
Maria Salette Cardozo	
Odete Maria Soares	
Reinaldo Duarte Porto	
Rosilene Rosa Cardoso	
Sueli Marlene Nascimento	
Vanilda Maria do Amaral	
Zelia Junckes	
Zilda Maria de Souza	
total	23

ITALIANO	
TURMA 1 (5ª das 14h às 14:45h)	
Nome do Idoso	
Antonio Alfredo Torquato	
Ana Maria Pacheco da Silva	
Apolonia Debrasi Machado	
Arlita Cardoso da Silva	
Aurea Talgina da Silva	

Beatriz Salvador Ferreira	
Catarina Domingues	
Celia Ramos de Andrade	
Claudete Bittencourt Vieira	
Dalva Ondina Martins	
Danilo Batista Pens	
Davanete Amado Silva George	
Deborme Terezinha Mendes Bunn	
Edi Terezinha Cenatti	
Elizabete Barbosa da Silva Lino	
Eulalia Diniz Santos de Melo	
Filomena Infância de Souza	
Iracema Scorzato Chaves	
Ivani Zechini Bueno	
Ivanir Gasparini	
Ivo Hugo Pomarico	
Joao Alberto Bicca Cardoso	
Joaquina Machado Pais	
José Hermínio Maria	
José Schmitt	
José Souza Leal	
Joseli João da Rosa	
Leci Salvelina Constante	
Lorena Maria Barba	
Lourdes Vieira	
Lucia Maria de Carvalho	
Marcelina da Veiga Halfeld	
Maria Abertina Junckes Petry	
Maria Caron	
Maria Edith Bridon da Silva	
Maria Odilia Ramos	
Maria Sirlei Amaro da Silva	
Marli Maria Dazzi	
Martila Novakoski	
Merce Dalla Rosa Piazzon	
Nadia Rejane Elias Branco	
Nair da Silva Nunes	
Neusa Mamia das Cunha Castagnari	
Neusa Maria das Cunha Castagnari	
Neuza Maria da Cunha Castagnari	
Nilva Muraro	
Oswaldo Alves de Souza	
Paulo Denis Simas Pereira	
Rosalba Terezinha Franzoni Wagner	
Salute da Silva Kretzer	
Sandra Leiz Nery Sennot	
Sebastião Luiz Rossetto	
Sergio Eli Crespi	
Tadeu João Schlickmann	
Terezinha Fernandes de Ornel	

Valciria Helena Espirito Santo Bittencourt	
Valdenice Farago Guedes	
Vera Borges	
Zelinda Lorenzetti	
total	59

LEI N.º 5.614 DE 31 DE MARÇO DE 2017

AUTORIZA O PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DEVIDOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ À AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de São José autorizado a parcelar débito previdenciário devido à autarquia São José Previdência, no montante original de R\$ 6.717.164,05 (seis milhões, setecentos e dezessete mil, cento e sessenta e quatro reais e cinco centavos), em até 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º O valor do débito objeto do parcelamento corresponde à parte da cota patronal das contribuições previdenciárias referentes às competências de outubro, novembro, dezembro e gratificação natalina de 2016.

§ 2º No ato de firmamento do acordo de parcelamento, serão acrescidos à quantia especificada no caput deste artigo, a atualização monetária pelo índice do INPC/IBGE, a multa correspondente a 2% (dois por cento) e os de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do parágrafo único do artigo 49 da Lei Complementar nº 005/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 008/2003.

§ 3º As parcelas vencidas e vincendas serão atualizadas pelo índice do INPC/IBGE, ou pelo índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros legais de 12% (doze por cento) ao ano, até a data do efetivo pagamento.

Art. 2º Fica o Município de São José autorizado a firmar o competente termo de confissão e parcelamento de dívida, elaborado nos termos da presente Lei, com eficácia de título executivo extrajudicial, conforme a legislação processual civil vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 31 de março de 2017.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	ANTÔNIO CARLOS VIEIRA Secretário de Finanças
---	---

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 004/2017

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 004/2017

Ante a frustração de tentativa de intimação pessoal, encontrando-se o autuado em local incerto e não sabido (não existe número indicado), em Processo Administrativo nº 20198/2012, instaurado para apuração de infração ambiental, junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, situada na Rua Cauassú, s/nº, loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, NOTIFIQUE-SE o autuado ALZIRA ALEN CASTRO ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.371.374/0001-37, que anteriormente estava estabelecida na Rua Heriberto Hulse, nº 5010, galpão, Bairro Barreiros, São José/SC, para que tome conhecimento da Decisão Administrativa prolatada no referido Processo Administrativo Ambiental, qual seja: " (...) reconheço a prescrição punitiva intercorrente, com a consequente extinção do presente processo".

São José, 31 de março de 2017

Fernanda Vieira Diniz Farias
Superintendente da FMADS/ SJ
Decreto Municipal nº 6214/2016

PORTARIA-SA-Nº 255/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 255/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) SILVIA PATRICIA MACHADO FARIA, matrícula nº15.174-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 13.02.2017 a 14.03.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 256/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 256/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) DENISE FURTADO KOERICH, matrícula nº10.882-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 13.02.2017 a 14.03.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 257/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 257/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) ROSELY DUARTE DE SOUZA, matrícula nº13.676-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 07.02.2017 a 08.03.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 258/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 258/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) PATRICIA DIAS DOS SANTOS DA SILVA, matrícula nº40.470-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias de 09.02.2017 a 25.03.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 259/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 259/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) KARLA PATRICIA CHEQUETTO MACHADO, matrícula nº15.167-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias de 16.02.2017 a 01.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 260/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 260/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) MARIA HELENA DE LIMA E SOUZA, matrícula nº15.202-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 60 (sessenta) dias de 21.02.2017 a 21.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 261/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 261/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) DORYS ELIZABETH OLM FRANCISCO, matrícula nº1.778-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 60 (sessenta) dias de 21.02.2017 a 21.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 262/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 262/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) MARGARI MARIA COMPARSI, matrícula nº10.857-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 90 (noventa) dias de 01.02.2017 a 01.05.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 263/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 263/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) NEUZA BRAZINHA DE OLIVEIRA, matrícula nº13.998-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 01.02.2017 a 02.03.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 264/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 264/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) LUCIENE ZULMA DE AMORIM FERREIRA, matrícula nº13.842-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, Licença Saúde por 60 (sessenta) dias de 06.02.2017 a 06.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 265/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 265/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) JOSIANI REGINA DIAS, matrícula nº13.982-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, Licença Saúde por 35 (trinta e cinco) dias de 19.02.2017 a 25.03.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 266/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 266/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) JOEL OSMAR FERREIRA, matrícula n.º40.764-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Motorista de Ônibus e Microônibus, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 04.02.2017 a 05.03.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 267/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 267/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). KARINA COELHO INACIO, matrícula n.º41.337-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 16.02.2017 a 16.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 268/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 268/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). PAULA ANDREA SOUZA RAMIRES, matrícula n.º30686-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 19.02.2017 a 19.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 269/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 269/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). EDNA DOS SANTOS FONECA, matrícula n.º13.456-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 22.01.2017 a 20.02.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de janeiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 270/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 270/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). EDNA DOS SANTOS FONECA, matrícula n.º13.456-2 lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 21.02.2017 a 22.03.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 282/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 282/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANDREIA BITTENCORT, matrícula n.º 23.107-0, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Operacional, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 23.02.2017 a 23.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 283/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 283/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). FRANCIELY SAMISTRARO, matrícula n.º 33.199-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 60 (sessenta) dias, de 10.02.2017 a 10.04.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 284/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 284/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). GERALDO ALDAIR SOUZA, matrícula n.º 10.822-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 60 (sessenta) dias, de 09.03.2017 a 07.05.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de março de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 285/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 285/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARINEUZA MARIA DOS SANTOS, matrícula n.º 426.403-7, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Orientador Social, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 180 (cento e oitenta) dias, de 06.02.2017 a 04.08.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 286/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 286/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ERICO RODRIGUES DA SILVA KOENIG, matrícula n.º 17.398-3, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Administrativo, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 180 (cento e oitenta) dias, de 14.02.2017 a 12.08.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 287/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 287/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROGERIO MARQUES LEITE, matrícula n.º 21.597-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 10.03.2017 a 07.06.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 288/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 288/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). OLGA MARIA BITENCOURT SOARES, matrícula n.º 2.780-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 06.02.2017 a 06.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 289/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 289/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). EDNA MARA ANDRADE DE SOUZA, matrícula n.º 13.712-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 02.03.2017 a 30.05.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 290/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 290/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta

Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSANA CARDOSO, matrícula n.º 13.523-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 23.02.2017 a 23.05.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 291/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 291/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). DANIELA MAFESSONI, matrícula n.º 13.806-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 06.02.2017 a 06.05.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 292/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 292/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 91, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). NELIANE JUNKES GAMBA, matrícula n.º 1.842-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 13.02.2017 a 13.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 293/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 293/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Concede ao (a) servidor (a) Sr.(a) ISOLETE MARIA LEAL, matrícula n.º 39.078-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 45 (quarenta e cinco) dias de 17.02.2017 a 02.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 294/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 294/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Concede ao (a) servidor (a) Sr.(a) EDISON DOS SANTOS, matrícula n.º 17.090-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias de 03.03.2017 a 01.05.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 295/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 295/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr.(a) MARINEUZA KOCH, matrícula nº13.546-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 90 (noventa) dias de 07.02.2017 a 07.05.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 296/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 296/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sr. (a) MARIA EDUARDA CALLADO SILVA NAU, matrícula n.º 426.711-7, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 14.02.2017 a 12.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 297/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 297/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sr. (a) TATIANA BERNARDES DIAS, matrícula n.º 14.975-6, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 02.03.2017 a 28.08.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA-Nº 298/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 298/2017

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 98, da Lei n.º 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Que o (a) servidor (a) Sr (a). MARISA ADELINA SCHEIDT, matrícula n.º 3.357-0, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, está apto para exercer suas atividades laborativas a partir de 06.02.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 06 de Fevereiro de 2017.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 27 de março de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

**TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2016-02,
ORIUNDO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
1686/2016.**

TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2016-02, ORIUNDO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1686/2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC

Contratadas: BKZ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Objeto da Ata de Registro de Preços: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, DO TIPO GASOLINA COMUM, PARA ABASTECER A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC"

1. Constatado equívoco na identificação do valor reajustado do combustível presente no corpo do termo aditivo, procedemos às seguintes adequações:

Onde se lê:

"a) Gasolina Comum, de acordo com o descrito no Termo de Referência: R\$3,70/Lt, sofrerá um acréscimo de 6,75%, passando ao valor de R\$3,95/Lt, conforme Deliberação do Grupo Gestor de Governo;"

Leia-se:

"a) Gasolina Comum, de acordo com o descrito no Termo de Referência: R\$3,70/Lt, sofrerá um acréscimo de 5,68%, passando ao valor de R\$3,91/Lt, conforme Deliberação do Grupo Gestor de Governo;"

2. Ratifica-se as demais cláusulas.

São José/SC, 31 de março de 2017.

Vera Suely de Andrade

Secretária Municipal de Administração

São José do Cedro

PREFEITURA

ATA 051/2017

ATA Nº 51 – EXONERAÇÃO E POSSE DE NOVA CONSELHEIRA TUTELAR

Ao décimo quarto dia do mês de março de dois mil e dezessete, às oito horas reuniram-se na sala do Conselho Tutelar, a Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Aline Wartha, as Conselheiras Tutelares Cristiane Raquel Scheuermann Gomes, Salete Klaus, Mara Regina Deves Butinguer, Juliana da Silva, conselheira que solicitou afastamento das atividades, e Francieli Consoli nona colocada nas eleições para o Conselho Tutelar de dois mil e quinze. Aline explica que a Senhora Juliana da Silva solicitou no dia seis de março afastamento das atividades de conselheira tutelar e na oportunidade foi convocada a Senhora Elisete Schauben oitava colocada nas eleições, no dia treze de março a mesma assinou desistência do cargo. Dessa forma, realizamos o chamamento de Francieli Consoli nona colocada, que após apresentar todos os documentos necessários, recebeu termo de posse para início dos trabalhos no Conselho Tutelar de São José do Cedro no dia quatorze de março de dois mil e dezessete. Eu Aline Wartha, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente lavrei a presente ata.

PORTARIA Nº 206/2017

PORTARIA Nº 206/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal Antonio Cesar Silva Vencato, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo, Grupo ANS, Nível 07, Matrícula 313, referente ao período aquisitivo de 01/04/2016 a 31/03/2017, para serem gozadas no período de 03 a 12 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JULIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 207/2017

PORTARIA Nº 207/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal Jair Postay, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, Nível 09, Matrícula 2888, referente ao período aquisitivo de 02/09/2015 a 01/09/2016, para serem gozadas no período de 03 de abril a 02 de maio de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 208/2017

PORTARIA Nº 208/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal Tiago Marcelo Johnner, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços I, Matrícula 2991, referente ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2016, para serem gozadas no período de 06 de abril a 05 de maio de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 06 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 209/2017

PORTARIA Nº 209/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com o Art. 67º, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 13 (treze) dias de GOZO de férias à Servidora Pública Municipal Adeli Maria Nonnemacher, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro ESF, Matrícula 2569, no período de 03 a 15 de abril de 2017, interrompidas pelo Decreto nº 5.787, de 18 de abril de 2016, não restando dias para serem gozados posteriormente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JULIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 210/2017

PORTARIA Nº 210/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Parágrafo único, do Art. 8º e Art. 8º da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável a servidora pública municipal Maria Eduarda da Silva Ribeiro, admitida para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, Matrícula 2993, conforme Decreto de Nomeação nº 5.378, de 01 de abril de 2014, por ter concluído o estágio probatório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de março de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.996.096 e inscrito no CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste - SC; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Antonio Cantelmo Neto, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 32.998.593 e inscrito no CPF sob o nº 589.090.799-91, residente e domiciliado em Francisco Beltrão - PR, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua do Comércio, s/n, bairro Centro, no Município de Planalto Alegre - SC, CEP: 89.882-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Renata Raquel Ahlf dos Santos, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob o nº 005.351.199-92 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 4.256.445, residente e domiciliada no Município de Chapecó - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 054/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 038/2016, expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para que se faça o acréscimo de 10,71% (dez vírgula setenta e um por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para atender às necessidades do Centro Administrativo Municipal, visto que a quantidade inicialmente licitada em 2016 foi insuficiente e que um novo processo licitatório será publicado somente nos próximos dias.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais) o que perfaz aproximadamente 10,71% (dez vírgula setenta e um por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 054/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 038/2016, que trata da AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO A SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2016: NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, E TAMBÉM NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), NÚCLEO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (NACA) PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E CENTRO DE IDOSOS CONVIVER SENDO ESTES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE:

Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP;

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CAFÉ TORRADO MOÍDO – Exta forte/ torra muito escura. Embalagem dupla: alto vácuo. Caixa com 500g íntegra, sem violação. c/ validade mínima 6 meses.	MELITTA	75	R\$ 11,80	R\$ 885,00
TOTAL					R\$ 885,00

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de março de 2017.

RAFAEL CALEFFI Prefeito Municipal	RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS Ap Oeste Distribuidora E Comercio De Alimentos Ltda	ANTÔNIO CANTELMO NETO Secretário Municipal de Administração e Fazenda
--------------------------------------	--	--

DECRETO Nº 5.634, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 5.634, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.04.845.4503.2.007.3.3.93.00.00.00.00.01.0000	23 Apl. Dir. Apl. Org.	R\$ 10.000,00
--	------------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.04.845.4503.2.007.3.3.71.00.00.00.00.01.0000	20 Transf. Cons. Públ.	R\$ 10.000,00
--	------------------------	---------------

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de março de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.635, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 5.635, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.04.845.4503.2.007.3.3.93.00.00.00.00.01.0000	22 Apl. Dir. Apl. Org.	R\$ 10.000,00
--	------------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.04.845.4503.2.007.3.3.71.00.00.00.00.01.0000	20 Transf. Cons. Públ.	R\$ 10.000,00
--	------------------------	---------------

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.634, de 27 de março de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de março de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.636, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 5.636, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.047 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0038	29	Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de março de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PRORROGAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 024/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 021/2016, Objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LANCHE) E DE REFEIÇÕES (CONFORME PORTARIA/GM 336 DE 19/02/2002) TIPO (MARMITEX) PRONTAS E ENTREGUES NO LOCAL, PARA ATENDER OS PACIENTES CADASTRADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO EXERCÍCIO 2016, firmada em 23/06/2016, entre o Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa N. J. LOVERA – ME - CNPJ: 03.665.927/0001-39; de 31/03/2017 até 31/05/2017, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de março de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

MINUTA EDITAL 20/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, torna público, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item para aquisição Aquisição de produtos alimentícios, de higiene, limpeza, copa e cozinha, estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 13/04/2017. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 horas às 13:00 às 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e atualizações. São Miguel da Boa Vista (SC), 31/03/2017. VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 8.836 CRONOGRAMA RESTOS A PAGAR 2016

DECRETO N. 8.836/2017

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR E DEMAIS DESPESAS APURADAS PELO COMITÊ GESTOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO que os recursos deixados em caixa no dia 31 de dezembro de 2016 são insuficientes para quitação das despesas de competência do exercício de 2016 e anteriores imediatamente; CONSIDERANDO que a Administração Pública deve pautar seus atos pela impessoalidade e transparência, sendo necessária a fixação de critérios objetivos para quitação dos débitos, resguardada a supremacia do interesse público;

CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 37 e seguintes da Lei 4.320/64;

DECRETAR:

Art. 1º O pagamento das despesas constantes dos restos a pagar, da administração direta e indireta, processadas na forma da Lei, iniciará em abril de 2017 conforme cronograma fixado pela Fazenda Pública Municipal, observada a ordem cronológica dos respectivos créditos, anexo a este Decreto.

Parágrafo único. O pagamento dos restos a pagar, não processados, será efetuado após a regular liquidação na forma do artigo 63 da Lei 4.320/64, passando estes a aderir à lista de pagamento dos restos já processados.

Art. 2º O valor disponível, mensalmente, será de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida proveniente de recursos próprios do mês anterior, desde que não comprometa o pagamento da folha de pagamento dos servidores públicos municipais.

Parágrafo único. Do total a ser pago mensalmente, serão observados os seguintes percentuais:

I – Prefeitura – 55,25%

II – Assistência Social – 13,80%

III – Saúde – 23,97%

IV – Cultura – 1,55%

V – Esportes – 5,43%

Parágrafo único. As despesas de que tratam esse artigo passarão a integrar a ordem cronológica do artigo 1º.

Art. 3º Os restos a pagar processados decorrentes de recursos vinculados da União e do Estado serão liquidados em conformidade com os saldos disponíveis de cada mês, em ordem cronológica, respeitadas as fontes de recursos.

Parágrafo único. O pagamento dos restos a pagar não processados será efetuado após a regular liquidação na forma do artigo 63 da Lei 4.320/64, passando estes a aderir à lista de pagamento dos restos já processados.

Art. 4º As despesas não empenhadas regularmente, a título de restos a pagar de exercícios anteriores, eventualmente pleiteadas pelos respectivos credores, serão submetidas ao Comitê Gestor para verificação de sua legalidade e posteriormente serem referendadas na forma do artigo 37 da Lei 4.320/64 pelos respectivos gestores.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 30 de março de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais

órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

DECRETO 8.837 ALTERA MEMBRO JARI

DECRETO Nº 8.837/2017

ALTERA O ARTIGO 1º INCISO I DO DECRETO 8.713/2016 QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI – NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais no que lhe confere inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, a Lei Municipal n. 4.788/2001, a Lei Municipal n. 4.897/2001, e,

CONSIDERANDO o memorando interno n. 34-URB/2017 onde solicita nomeação de novo membro para compor a JARI, representante do Poder Executivo Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, inciso I, do Decreto n. 8.713 de 25 de agosto de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I – Representante do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

LEANDRO CARLOS LUCOTI – Titular;

CLEMERSON ANTONIO KORB - Suplente

Art. 2º O membro ora nomeado cumprirá o tempo de mandato remanescente do substituído.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 30 de março de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina e nos demais
órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Assessoria Especial

DECRETO 8.838 ALTERA HORÁRIO FUNCIONAMENTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 8.838/2017

ADOTA HORÁRIO DIFERENCIADO PARA ATENDIMENTO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o memorando interno n. 300/2017 da Secretaria Municipal de Educação, onde solicita alteração no horário de atendimento da Secretaria para melhor atender as Unidades Escolares que funcionam em horário diferenciado.

DECRETA:

Art. 1º A partir do mês de abril de 2017, a Secretaria Municipal de Educação passa a adotar o horário de atendimento em dois turnos, a ser cumprido da seguinte forma:

I - De segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min;

II - De segunda a sexta-feira das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min;

Parágrafo único. Para atendimento ao horário acima citado a Secretaria formará duas equipes de trabalho.

Art.2º Este Decreto entra em vigor em 03 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 30 de março de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER
Secretário de Administração

Nélio Dariva Pires de Lima
Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais
órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Assessoria Especial

EXT. CONTRATO 44/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 44/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2017

OBJETO: 1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, HOSPEDAGEM E SUPORTE TECNICO DOS PORTAIS INSTITUCIONAL E TRANSPARÊNCIA, COM TECNOLOGIA DE DESIGN RESPONSIVO (CELULAR, TABLET E DESKTOP), SEGUNDO O LAYOUT ATUAL, ALÉM DO GERENCIAMENTO DE E-MAILS INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

VALOR: R\$ 770,00 MENSAL

CONTRATADO: DBLINKS SISTEMAS LTDA - ME

VIGÊNCIA: 31/12/2017.

ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: DIEGO BALEN

São Miguel do Oeste, SC., 30 de março de 2017

EXT. CONTRATO 45/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 45/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 3/2017

OBJETO: A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB.

CONTRATADO: MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses

ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: SERGIO ADELIR ECKERT

São Miguel do Oeste, SC., 31 de março de 2017

EXT. CONTRATO 46/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 46/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

OBJETO: prestação, pela CONTRATADA, de serviços de solução em gestão de frota de veículos e de equipamentos motorizados acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento e gerenciamento dos custos, sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais; que contemple todas as despesas efetuadas por meio de contratos, compras diretas, pronto pagamento, supridas por almoxarifados ou custeadas por convênios com entidades mantenedoras externas à administração municipal ou por terceiros na forma de doação e ambiente operacional, segundo os quantitativos e descrições das atividades a serem desenvolvidas, constantes do Anexo I e nas condições previstas no Edital Pregão Presencial nº 26/2017.

CONTRATADO: EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses

ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: DANIEL DE OLIVEIRA PINTO e RONALDO CAVERDE SILVA

São Miguel do Oeste, SC., 31 de março de 2017

PROCESSO LICITATÓRIO N. 06/2017 - ESPORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC , a partir do Diretor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de serviços de arbitragem para os campeonatos municipais e demais competições a serem realizados pela Fundação Municipal de Esportes, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 10h15min do dia 13 de abril de 2017.

Abertura: às 10h30min. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 31 de março de 2017.

JULIANO MAURICIO SIEBEL

Diretor da Fundação

REVOGAR EDITAL

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 48/2017

Edital Pregão Presencial nº 37/2017

O Senhor Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando o Memorando que não houve participantes no referido processo licitatório, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 31 de março de 2017.

Alfredo Spier

Secretário Municipal de Administração

Schroeder

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016-FMS - REAJUSTE DE ITENS 6, 7, 8, 50 E 74

Página: 1/21

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bloco Autônomo LED - 2 X 5W, já fornecido com bateria e suporte para ser fixado à parede, Voltagem 220 W, ótima iluminação por no mínimo até 3 horas.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	SEGURIMAX	0	401,0000	1
2	Abraçadeira de nylon 100 x 2,5mm - Pacote com 100 Unidades	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	OCA	0	2,8800	1
3	Abraçadeira de nylon 140 x 3,6mm - Pacote com 100 Unidades	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	OCA	0	7,6000	1
4	Bucha 8 mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	USAF	0	0,1500	1
5	Parafuso modelo Philips para bucha 8 mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	OIZER	0	0,2200	1
6	Cabo flexível 750 v 1,5mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PREMIUM	0	62,7000	1
7	Cabo flexível 750 v 2,5mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PREMIUM	0	92,4000	1
8	Cabo flexível 750 v 4,0mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PREMIUM	0	156,2000	1
9	Cabo flexível 750 v 6,0mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PREMIUM	0	204,0000	1
10	Cabo flexível 750 v 10,0mm; pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PREMIUM	0	381,0000	1
11	Disjuntor monofásico 10 amperes - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	OCA	0	7,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 2/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016			Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Disjuntor monofásico 16 âmpères - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	CCA	0	7,6000	1
13	Disjuntor monofásico 25 âmpères - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	CCA	0	8,1000	1
14	Disjuntor monofásico 32 âmpères - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	CCA	0	8,1000	1
15	Disjuntor monofásico 50 âmpères - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	CCA	0	8,9500	1
16	Disjuntor monofásico 100 âmpères - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	WEG	0	48,0000	1
17	Fio sólido 2,5 mm, pacote/rolo com 100 metros - cores a escolher: preto, vermelho, verde, azul, amarelo, azul, branco, marrom	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	CABOFIO	0	95,0000	1
18	Interruptor com 1 teca simples, com espelho na cor branca e parafuso aparente	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	4,2500	1
19	Lâmpada econômica espiral de 25 watts. Fluxo luminoso 1500 lumens, vida útil média 6000h com selo Procel.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	G-LIGHT	0	14,0000	1
20	Lâmpada econômica compacta integrada de 18 watts. Fluxo luminoso 1080 lumens, vida útil média 8000h com selo Procel.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	G-LIGHT	0	9,8000	1
21	Luminária de emergência com 30 leds na cor branca	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	SEGUMIRAX	0	39,9000	1
22	Lâmpada fluorescente para Luminária de emergência, luz branca. Modelo: F8T5/D, com 29 cm de comprimento e 1,5 cm de diâmetro	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	G-LIGHT	0	9,5000	1
23	Luminária 2x40 W, sobrepôr, aleta brilhante, para duas lâmpadas fluorescentes, produzida em alumínio e chapa de aço, pintura epóxi, aleta em PS transparente, na cor branca	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	TASCHIBRA	0	58,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016			Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Luminária 2x20 W, sobrepor, aleta brilhante, para duas lâmpadas fluorescentes, produzida em alumínio e chapa de aço, pintura epóxi, aleta em PS transparente, na cor branca	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	TASCHIBRA	0	56,0000	1
25	Lâmpada mista 500w E40 ovoidle	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	LIGHTEX	0	38,5000	1
26	Lâmpada vapor metálico E27, ovoidle fluxo luminoso 5500 lumens, vida mediana 15000 horas, temperatura de cor 5000k	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	G-LIGHT	0	41,0000	1
27	Plug fêmea preto 10A 220V 2 pinos	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	0	4,0000	1
28	Plug fêmea preto 10A 220V 2 pinos + terra	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	0	4,3500	1
29	Plug fêmea preto 20A 220V 2 pinos	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	0	5,0000	1
30	Plug fêmea preto 20A 220V 2 pinos + terra	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	0	6,1000	1
31	Plug macho preto 10A 220V 2 pinos	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	0	2,9500	1
32	Plug macho preto 10A 220V 2 pinos + terra	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	0	3,4000	1
33	Plug macho preto 20A 220V 2 pinos	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	0	4,0000	1
34	Plug macho preto 20A 220V 2 pinos + terra	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	0	5,1000	1
35	Plafon branco para teto com soquete de PVC E27	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	5,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Página: 4/21

Número do Registro de Preços: 48/2016			Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Reator eletrônico 1 x 20 W bivolt - Alto fator de potência	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	NSK	0	18,5000	1
37	Reator eletrônico 1 x 40 W bivolt - Alto fator de potência	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	NSK	0	21,7000	1
38	Reator eletrônico 2 x 20 W bivolt - Alto fator de potência	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	NSK	0	23,5000	1
39	Reator eletrônico 2 x 40 W bivolt - Alto fator de potência	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	NSK	0	26,5000	1
40	Régua de Energia e Filtro com 5 Tomadas, Bivolt 127/220V 50/60Hz, cabo de alimentação com 1,5m, proteção contra surto de tensão, conformidade com padrão NBR 14136, fusível de segurança ou equivalente substituto, botão liga/desliga, LED de indicação, 2000VA/10A em 220V.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	FIOLUX	0	53,0000	1
41	Resistência Articulável para Torneira Elétrica 220V 5400W	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PRATIMIX	0	20,5000	1
42	Resistência para chuveiro elétrico com no mínimo 4000W, 220V.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PRATIMIX	0	15,0000	1
43	Adaptador de tomada de dois pinos(macho) para dois chatos e um pino terra (fêmea), 220V	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	7,1000	1
44	Adaptador de tomada de três pinos(macho) para dois chatos e um pino terra(fêmea), 220V	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	6,3500	1
45	Adaptador de tomada de dois chatos e um pino terra(macho) para três pinos(fêmea), 220V	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	6,0000	1
46	Fita isolante 20 metros. Alta rigidez dielétrica: suporta variações de tensão	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	G20	0	5,0000	1
47	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	6,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 5/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Se						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

48	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com uma tomada de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	1
49	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com duas tomadas de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	1
50	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	1
51	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	1
52	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com um interruptor de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	1
53	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com duas tomadas de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	1
54	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	1
55	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	1
56	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra com um interruptor de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	1
57	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra com dois interruptores de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	1
58	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Página: 6/21

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017				
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Se						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
59	Kit modular Tomada de embutir 20A , com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra com um interruptor simples - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	0	12,9000	1	
60	Kit modular Tomada de embutir 20A, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra com um interruptor simples - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	0	18,0000	1	
61	Kit modular Tomada de embutir 20A , com parafuso aparente, espelho com uma tomada de dois pinos+terra com dois interruptores simples - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MARGIRIUS	0	18,0000	1	
62	Kit Tomada de embutir de 10A , com parafuso aparente, espelho com dois interruptores - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	16,5000	1	
63	Kit Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	10,5000	1	
64	Kit modular Tomada de embutir, com parafuso aparente, espelho com duas tomadas de dois pinos+terra de 20A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	11,0500	1	
65	Caixa para Ar Condicionado Sobrepor Tomada 20A + Disjuntor 25A, na cor branca. - Novo Padrão	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	25,4000	1	
66	Caixa de sobrepor em PVC para 12 disjuntores - Padrão DIN	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERLEX	0	39,0000	1	
67	Bocal de PVC fixo Ez7	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	3,9500	1	
68	Canaleta sem divisória 20x10mm, barra com 2 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	3,5000	1	
69	Canaleta com divisória 20x10mm, barra com 2 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	3,9500	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 7/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Relé fotoelétrico tipo rm 74/n sistema magnético de corrente alternada, potência 1000W (carga resistiva) - 1200VA, 127V e 1800VA, 220V (carga indutiva), 5A, pínos de contato com latão estanhado preso ao corpo por sistema de parafusos.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMATIC	0	47,0000	1
71	Fotocélula Relé 220v Sem Base	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	EXATRON	0	22,0000	1
72	Base para Fotocélula 220v	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	EXATRON	0	7,8000	1
73	Lâmpada fluorescente 20W temperatura de cor 6400k Bulbo t10 fluxo luminoso 1100 lumens, vida mediana 8000 horas	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PHILIPS	0	6,4500	1
74	Lâmpada fluorescente 40W temperatura de cor 6400k Bulbo t10 fluxo luminoso 2600 lumens, vida mediana 8000 horas	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	NSK	0	7,4800	1
75	Lâmpada halógena (vida mediana, variando entre 2000 e 4000 horas), 500w, 220V	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	GLIGHT	0	4,9000	1
76	Lâmpada mista 160W E27	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	LGHTEX	0	26,5000	1
77	Lâmpada vapor metálico 70W/RX7S, fluxo luminoso aproximado 6000 lumens, vida mediana aproximada 14000 horas, temperatura de cor aproximada 4500k	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	GLIGHT	0	53,0000	1
78	Reator vapor metálico 70w, externo galvanizado - Padrão Ence	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	HGE	0	64,0000	1
79	Reator vapor sódio 70w, externo galvanizado - Padrão Ence	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	HGE	0	64,0000	1
80	Starter 15/20W FS-2	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	FOX LUX	0	0,9500	1
81	Starter 30/40W FS-4	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	FOX LUX	0	0,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 8/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Se					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	Cabo PP 2X2,5mm - Cor preta	M	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PREMIUM	0	3,1500	1
83	Cabo PP 3x2,5mm - Cor preta	M	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PREMIUM	0	4,4000	1
84	Eletroduto Flexível Corrugado 25mm, Rolo de 50 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	CORTUBO	0	41,0000	1
85	Luva para Eletroduto Roscado PVC 1/2" 37 mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	0,6000	1
86	Curva Eletroduto roscável PVC 1/2 90º	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	0,9000	1
87	Curva Eletroduto roscável PVC 3/4 90º	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	0,9500	1
88	Luva para Eletroduto Roscado PVC 3/4" 37 mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	0,6000	1
89	Eletroduto Roscável PVC 3/4, Barra de 3 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	4,2500	1
90	Eletroduto Roscável PVC 1/2, Barra de 3 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	3,9500	1
91	Horas de serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção): nos postos de saúde, escolas, creches, Ginásios de Esporte, Praças, Estação de Tratamento e Secretarias da Prefeitura, prédio prefeitura, ETA, garagens, e eventos (festividades) que acontecem no decorrer do ano. E de responsabilidade da empresa ganhadora pelos equipamentos e vestimentas exigidos por Lei e Normas de segurança.A Contratada devera ter registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e Leis e Normas de Segurança (NR 10 E NR 35).As horas serão computadas após o efetivo início das atividades, devendo o tempo de deslocamento ser arcado pela contratada.Não serão computadas horas de trabalho de auxiliares.	H	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	TAFFA	0	23,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 9/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	Curva/Luva/Cotovelo Interno/Cotovelo Externo/Derivação/Cotovelo 90 de canaleta com divisória 20x10mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	1,7500	1
93	Curva/Luva/Cotovelo Interno/Cotovelo Externo/Derivação/Cotovelo 90 de canaleta sem divisória 20x10mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	1,6000	1
94	Telefone Com Fio e Identificador de Chamadas Posição de uso Mesa ou Parede; Identificação de chamadas DTMF/FSK; Display LCD; 2 Níveis de Campanha; Led Indicativo de Chamadas; Registro das 20 últimas chamadas originadas, atendidas, não atendidas; Função Flash e Mute;	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MULTITOC	0	57,0000	1
95	Telefone sem fio, com Identificador de Chamada, compatível com ID DTMF/FSK, Display Luminoso, 7 Tipos de Toques, registro das 10 últimas chamadas recebidas, 10 últimas chamadas realizadas, 10 últimas chamadas não atendidas, com funções de Flash, Rediscar e Mudo. Cor preta. 05 volumes campainha.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	INTELBRAS	0	172,0000	1
96	Fita isolante auto fusão 19mmx10m	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	3M	0	13,0000	1
97	Fita Dupla Face Alta Fixação composta de adesivo acrílico transparente 12mmx20m com liner protetivo, com espessura de 1mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ADERE	0	43,0000	1
98	Alicate de Corte Diagonal 6" Forjado em aço cromo vanádio. Cabeça e articulação polidas. Temperatura total no corpo. Isolação elétrica de 1.000V c. a. Produto em conformidade com a NBR9699 e NR10. Blister. Tamanho: 6".	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	IRWIM	0	37,9000	1
99	Alicate Universal 8" Forjado em aço cromo vanádio. Cabeça e articulação polidas. Temperatura total no corpo. Isolação elétrica de 1.000V c. a. Produto em conformidade com a NBR9699 e NR10. Tamanho: 8".	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	IRWIM	0	39,5000	1
100	Alicate Bico Maia Cana Reto 6" Forjado em aço cromo vanádio. Cabeça e articulação polidas. Temperatura total no corpo. Isolação elétrica de 1.000V c. a. Produto em conformidade com a NBR9699 e NR10. DIN ISO 5745. Blister. Tamanho: 6".	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	IRWIM	0	35,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 10/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016			Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
101	Alicate de Pressão 10" com Bico Reto com mordente curvo, Forjado em aço. Acabamento cromado. Com gatilho de liberação rápida. Abertura regulável.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	SATA	0	45,0000	1
102	Jogo de Chave boca fixas com 8 peças. Forjado em aço. Medidas das peças 6x7, 8x9, 10x11, 12x13, 14x15, 16x17, 18x19, 20x22	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	WORKER	0	36,0000	1
103	Chave teste ponta chata para 80a250v tamanho 1/8x3", lâmpada neon, cabo injetado, circuito elétrico ativado através de botão na extremidade do cabo.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	FOX LUX	0	3,5000	1
104	Trena 5m, fita em aço, graduação em milímetros e polegadas, corpo em plástico ABS, trava para fixar fita métrica.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	FOX LUX	0	10,0000	1
105	Maleta de Alumínio Tamanho Grande 465 mm x 330 mm x 150 mm para componentes eletrônicos/eletroônicos. Revestida internamente com espuma. Alça superior. Fivelas e dobradiças em aço. Com Internas divisões auxiliares. Reforço laterais e nos cantos. Duas Fechaduras	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	DISMA	0	210,0000	1
106	Kit de Ferramentas de Precisão com 31 Peças. Composto por 08 chaves Torx nos tamanhos: T4, T5, T6, T7, T8, T10, T15 e T20. 06 chaves Allen nos tamanhos: H1,5, H2,0, H2,5, H3,0, H3,5 e H4,0, 07 chaves de fenda nos tamanhos: 1,0, 1,3, 1,5, 2,0, 2,5, 3,0 e 4,0, 04 chaves Phillips nos tamanhos: PH00, PH0, PH1 e PH2, 01 chave Y tamanho 2,6, 01 chave Triângulo tamanho 3,0, 02 chaves Estrela tamanhos: 2,0 e 3,0, 01 chave Pino tamanho 1,0, 01 cabo emborrachado com acoplamento inatado.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	WORKER	0	98,0000	1
107	Amperímetro Digital Profissional, Display LCD de 3 1/2 Dígitos, taxa de atualização: acima de 2x por segundo, Aviso de Bateria Fraca. Resistência: 400? a 2M?, Corrente ACA: 20A a 200A, Tensão ACV: 200V a 500V, Tensão DCV: 20V a 200V, Teste de Continuidade com aviso sonoro, Proteção contra sobrecarga, Retenção de Dados, Medição True RMS. Modelos de Referência: Hottis Alicate Volt Amperímetro 2009R; Fluke 323; Instrutemp ITVA-1060.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	UNI-T	0	506,0000	1
108	Extensão de Energia de 5m com 03 tomadas com aterramento, Cabo PP, Conformidade com padrão NBR 14136, 10A/250V	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	DAVENA	0	31,0000	1
109	Pasta para solitas, 110g, Modelo de Referência: Cobax	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	COBIX	0	8,0000	1

Página: 11/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
110	Cabo Áudio Estéreo P2 Macho X P2 Macho 1,5m, Conectores injetados	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MXT	0	5,5000	1
111	Cabo Áudio Estéreo P2 Macho X 2RCA Macho 1,5m, Conectores injetados	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MXT	0	5,5000	1
112	Adaptador Plug Entrada(fêmea) P2 Saída(macho) P10, mono	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MXT	0	4,0000	1
113	Abracaçadeira de nylon 250 x 3,6mm - Pacote com 100 Unidades	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	CCA	0	5,0000	1
114	Jogo: 7 Peças (4 fendas - 3 Phillips) Fenda: 1/8x3" - 3/16x4" - 1/4x6" - 5/16x6" Phillips: 1/8x3" - 3/16x4" - 1/4x6". Chaves Phillips (ponta cruzada) e chaves de fenda com ponta imantada. Haste fabricada em aço Chrome Vanádio com acabamento niquelado. Cabo injetado em polipropileno	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	BELZER	0	68,0000	1
115	Parafusadeira a Bateria LI 12V 2Ah, acompanha 2 baterias, de carga rápida, com sistema de velocidade múltipla 0-350 e 0-1300RPM, luz led, botão de reversão, bateria compacta tipo cartucho, 20 configurações de torque, mandril de aperto rápido até de 0,8 a 10mm, freio de motor, carregador de bateria, sistema de proteção eletrônica das células da bateria.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	BOSCH	0	628,0000	1
116	Canalata com divisória 50x20mm, barra com 2 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	23,5000	1
117	Curva/Luva/Cotovelo Interno/Cotovelo Externo/De derivação/Cotovelo 90 de canalata com divisória 50x10mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	2,8000	1
118	Canalata sem divisória 100x50mm, barra com 2 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	DUTOPLAST	0	37,0000	1
119	Bucha 6 mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	USAF	0	0,1500	1
120	Parafuso modelo Phillips para bucha 6 mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	CIZER	0	0,1800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 12/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016 Data do Registro: 08/07/2016 Válido até: 08/07/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Silicone 50gr incolor	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	EFIXA	0	5,8000	1
122	Alça Perfilada 10mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PREFORMAX	0	3,7000	1
123	Roldana Pvc De Telefone Mais Suporte De Metal Para Poste/Parede	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	GERMER	0	5,0000	1
124	Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 100x50x3000mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ELETROPOLL	0	51,0000	1
125	Tampa Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 100x50x3000mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ELETROPOLL	0	26,0000	1
126	Curva/Cotovelo/Cruzeta/Desvio/Junção/T/Curva Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 100x50mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ELETROPOLL	0	13,5000	1
127	Tampa Curva/Cotovelo/Cruzeta/Desvio/Junção/T/Curva Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 100x50mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ELETROPOLL	0	25,0000	1
128	Flange/Terminal/Emenda/Trala/Suporte/Acoplamento/Gotejador Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 100x50mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ELETROPOLL	0	6,5000	1
129	Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 50x50x3000mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ELETROPOLL	0	38,0000	1
130	Tampa Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 50x50x3000mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ELETROPOLL	0	18,0000	1
131	Curva/Cotovelo/Cruzeta/Desvio/Junção/T/Curva Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 50x50mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ELETROPOLL	0	12,5000	1
132	Tampa Curva/Cotovelo/Cruzeta/Desvio/Junção/T/Curva Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 50x50mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ELETROPOLL	0	15,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 13/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

133	Flange/Terminal/Emenda/Tala/SupORTE/Acoplamento/Gotejador Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U 50x50mm galvanizado a fogo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ELETROPOLL	1
134	Parafuso com 2 arruela e porca para utilização em emenda e acessórios de Eletrocalha em chapa de ferro perfurada tipo U	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ELETROPOLL	1
135	Eletroduto Condutete PVC Liso 3/4" Cinza ou Branco 3 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	1
136	Curva sem rosca 90º PVC 3/4" Cinza ou Branco com e sem bolsa para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	1
137	Luva sem rosca PVC 3/4" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	1
138	Abracadela PVC 3/4" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	1
139	Caixa de Derivação PVC Cinza ou Branco 6 entradas para de Eletroduto Condutete PVC	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	1
140	Adaptador PVC 3/4" Cinza ou Branco entre Caixa de Derivação PVC e Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	1
141	Tampão PVC 1/2" e 3/4" Cinza ou Branco para Caixa de Derivação PVC	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	1
142	Tampas Diversos Modelos, com moldura para RJ45/11 caso necessário, Parafusadas PVC Cinza ou Branco para Caixa de Derivação PVC	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	1
143	Interruptor com 1 tecla simples/paralelo para Caixa de derivação de Eletroduto liso PVC Cinza ou Branco	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Página: 14/21

Número do Registro de Preços: 48/2016			Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	Interruptor com 2 tecla simples/paralelo para Caixa de derivação de Eletroduto liso PVC Cinza ou Branco	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	9,7000	1
145	Interruptor com 1 tecla simples/paralelo e 1 tomada 3pinos para Caixa de derivação de Eletroduto liso PVC Cinza ou Branco	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	10,4500	1
146	Interruptor com 2 tecla simples/paralelo e 1 tomada 3pinos para Caixa de derivação de Eletroduto liso PVC Cinza ou Branco	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	16,3800	1
147	Tomada com 1 entradas de 3pinos para Caixa de derivação de Eletroduto liso PVC Cinza ou Branco	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	5,8500	1
148	Tomada com 2 entradas de 3pinos para Caixa de derivação de Eletroduto liso PVC Cinza ou Branco	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	12,4000	1
149	Bateria Alcalina 9V	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	LOUD	0	15,0000	1
150	Kit 4 pilha alcalina AA	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	RAYOVAC	0	7,9500	1
151	Kit 4 pilha alcalina AAA	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	RAYOVAC	0	7,0000	1
152	Bateria Telefone Sem Fio Intelbras Ni-MH 2,4 VDC 600 mAh	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	INTELBRAS	0	24,0000	1
153	Bateria Telefone Sem Fio Intelbras Ni-MH 3,6 VDC 300 mAh	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MOX	0	24,0000	1
154	Bateria Telefone Sem Fio Intelbras Ni-MH 3,6 VDC 600 mAh	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MOX	0	24,0000	1
155	Pilha Alcalina 12V modelo 21/23 para controle remoto de portão	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	BR55	0	5,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 15/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
156	engate rápido para lâmpada fluorescente	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	DECORLUX	0	2,0000	1
157	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com dois interruptores de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	12,8000	1
158	Kit Tomada de sobrepor caixa mais espelho com três interruptores de 10A - Novo Padrão, na cor branca.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ILUMI	0	13,1000	1
159	Cabo Paralelo 2X1,5mm	M	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PREMIUM	0	1,8500	1
160	Cabo Paralelo 2X2,5mm	M	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PREMIUM	0	2,4000	1
161	Cinta Abraçadeira Nylon 200 x 3,6mm Pacote com 100und	PCT	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	DECORLUX	0	16,4000	1
162	TEE PVC Branca Canaleta 50x20	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	2,2000	1
163	Joelho Interno/Externo PVC Branca Canaleta 50x20	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	2,2000	1
164	Cotovelo 90º PVC Branca Canaleta 50x20	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	2,2000	1
165	Luva PVC Branca Canaleta 50x20	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	2,0000	1
166	TEE PVC Branca Canaleta 20x10	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	1,2000	1
167	Joelho Interno/Externo PVC Canaleta 20x10	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	1,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 16/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
168	Cotovelo 90º PVC Branca Canaleta 20x10	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	1,1000	1	
169	Luva PVC Branca Canaleta 20x10	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	1,0000	1	
170	Pinça em aço inoxidável de alta qualidade com pintura anti-estática ESD 10	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	METALTEX	0	18,7000	1	
171	Pinça em aço inoxidável de alta qualidade com pintura anti-estática ESD 11	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	METALTEX	0	18,7000	1	
172	Pinça em aço inoxidável de alta qualidade com pintura anti-estática ESD 13	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	METALTEX	0	18,7000	1	
173	Pinça em aço inoxidável de alta qualidade com pintura anti-estática ESD 14	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	METALTEX	0	18,7000	1	
174	Pinça em aço inoxidável de alta qualidade com pintura anti-estática ESD 15	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	METALTEX	0	18,7000	1	
175	Pinça em aço inoxidável de alta qualidade com pintura anti-estática ESD 17	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	METALTEX	0	18,7000	1	
176	Fita Poliamicida Tipo Kapton Normal 10mmx33m, De Poliamicida, Resistente a temperaturas extremas até 400°C, Isolante térmico e elétrico, Leve transparência, 1 lado adesivo; Para isolamento e proteção de componentes sensíveis, trilhas, soldas, fios, e cabos; Ao remover não deixar cola, resíduos ou sujeiras;	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	HIKARI	0	129,0000	1	
177	Fita Poliamicida Tipo Kapton Normal 20mmx33m, De Poliamicida, Resistente a temperaturas extremas até 400°C, Isolante térmico e elétrico, Leve transparência, 1 lado adesivo; Para isolamento e proteção de componentes sensíveis, trilhas, soldas, fios, e cabos; Ao remover não deixar cola, resíduos ou sujeiras;	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	HIKARI	0	199,0000	1	
178	Conjunto de Assistentes para Soldagem Com 6 ferramentas, 12 diferentes tipos de pontas, com material especial que dissipa calor, ideal para retrabalhar placas eletrônicas, funções para Remover, Posicionar, Cortar, Dobrar, Limpar, Furar, Corpo central isolado em plástico, comprimento de cada chave 18cm aprox.;	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	HIKARI	0	95,0000	1	

Página: 17/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
179	Exaustor de Fumaça para Bancada, Antiestático, Baixo Nível de Ruído, Inclinação ajustável, Filtro de Carvão Ativado de Alta Eficiência, Microventilador com rolamento, Potência: 23W; Deve acompanhar 2 filtros extras;	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	HIKARI	0	340,0000	1
180	Malha dessoldadora 2,0 mm x 1,5m c/ fluxo	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	HIKARI	0	48,0000	1
181	Escova ESD, 175mm, cerdas 36x10x16mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	HIKARI	0	34,0000	1
182	Alcool Isopropilico, Isopropanol 99,8%, para limpeza de em eletrônica, frasco 500ml	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	SMAVI	0	42,0000	1
183	Ponta de Solda Tipo Conica Longa 0,5mm para Estação de Solda Hikari HK-936	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	HIKARI	0	47,0000	1
184	Ponta de Solda Tipo Conica 0,4mm para Estação de Solda Hikari HK-936	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	HIKARI	0	36,0000	1
185	Bandeja Organizador com Tampa com divisória fixa para 25espaços, de plástico transparente, medidas aprox 33x24x4,9mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	REPLAST	0	69,0000	1
186	Gaveteiro Plástico Organizador Multiuso 16 Gavetas, plástico resistente e reciclável, Cor Preta, Gavetas transparentes, medidas aprox (LxPxA) 31x 14x22,5cm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	REPLAST	0	75,0000	1
187	Suporte Celular Braço Articulado Universal, tamanho da haste aprox 60cm, abertura de fixação aprox 04cm, abertura para aparelho aprox 09cm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	QSB	0	55,0000	1
188	Microscópio Digital Usb 1000x resolução de ate 1600 x 1200 (HD), Sensor de alta resolução (2MP), com iluminação LED embutida com ajustes manuais, cilindro de ajuste do foco e zoom, conexão USB	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	LUPA ELETRC	0	312,0000	1
189	Curva sem rosca 45º PVC 3/4" Cinza ou Branco para Eletroduto Condulete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	3,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 18/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
190	Cotovelo sem rosca 90º PVC 3/4" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	3,8000	1
191	Eletroduto Condutete PVC Liso 1/2" Cinza ou Branco 3 metros	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	8,2000	1
192	Curva sem rosca 90º PVC 1/2" Cinza ou Branco com e sem bolsa para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	3,1500	1
193	Luva sem rosca PVC 1/2" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	1,5000	1
194	Abraçadeira PVC 1/2" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	1,2000	1
195	Adaptador PVC 1/2" Cinza ou Branco entre Caixa de Derivação PVC e Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	0,9000	1
196	Curva sem rosca 45º PVC 1/2" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	2,8500	1
197	Cotovelo sem rosca 90º PVC 1/2" Cinza ou Branco para Eletroduto Condutete PVC Liso	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	PERFILMAX	0	3,2000	1
198	Canaleta PVC Cinza 50x50x2000mm fechada com tampa	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	25,5000	1
199	Canaleta PVC Cinza 100(l)x50(a)x2000mm fechada com tampa	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	DUTOPLAST	0	84,0000	1
200	Cabo Áudio Estéreo P10 Macho X P10 Macho 5m, Conectores soldados de fabrica	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MXT	0	34,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 19/21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016			Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
201	Limpa contatos spray 300ml, Utilizado para: Eliminar resíduos que prejudicam os contatos elétricos e eletrônicos; Recuperar a condutividade dos contatos; Evitar o depósito de resíduos prejudiciais a condutividade. Dispensa a desmontagem dos equipamentos. Não propaga corrente elétrica. Limpa e seca instantaneamente.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MUNDIAL PRT	0	11,0000	1
202	Quadro de Comutação Automático de Energia, com instalação, Quadro de transferência automática de carga, monitoramento da rede true RMS, 02 entradas e 01 saída, operação em 110v e 220v de 40Hz-70Hz, sincronismo com ambas entradas, tempo de comutação até 10ms, proteção contra surto, curto-circuito e sobrecarga, conexão através de USB e software para monitoramento, indicação de potência true RMS, alarme visual de falha de rede ou potência excessiva. Em caso de falha da entrada de rede preferencial, transferência automática para entrada de rede secundária. Operação até 50A. Operação em 110 com nobreaks de até 6KVa. Configuração de operação do equipamento em modo redundante.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	NHS	0	2.250,0000	1
203	Cabo PP 3x4mm - Cor preta	M	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	SC CABLE	0	6,3500	1
204	Cabo VGA Macho / Macho com 10m. Filtro de Ferrite blindado injetado nas duas pontas para reduzir interferências. Conectores de material Injetado de fábrica.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	KOKAY	0	104,0000	1
205	Cabo HDMI MachoMacho com 10m, Cabo de alto desempenho, conector banhado a ouro, 19 pinos conectores, com filtro LOUD, compatível com versão 1.0 a 1.4, Conectores de material Injetado de fábrica. Conectores de material Injetado de fábrica.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	MXT	0	87,0000	1
206	Cabo de Força Tripolar para Fonte 10m 10A/250V 01 Macho 3 pontas Padrão NBR 14136(liga-se na tomada), 01 Femea IEC C14 (liga-se na fonte), fios internos 3x0,75mm	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	FC CAB	0	25,0000	1
207	Suporte De Teto Universal para Projetores, Com ajuste de altura para acima de 80cm, para fixação em teto, com inclinação vertical de 15°, rotação horizontal 360°, kit parafusos para fixação na parede e no projetor. A fixação do projetor ao suporte se dá através de parafusos entre o suporte e a parte inferior do projetor.	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	FUTURY VISIC	0	182,0000	1
208	Morsa Torno de Bancada Giratório com Abertura de 60mm Ferro de alta resistência Dimensões aprox 210 x 150 x 70mm, fixador na mesa por pressão rosqueável	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	WESTER	0	225,0000	1

Página: 20/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
209	Caixa sobrepor sistema X com tampa com 2 furos para RJ45	UN	TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME (12501)	ENERBRAS	0	5,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2016

Número do Registro de Preços: 48/2016		Data do Registro: 08/07/2016		Válido até: 08/07/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Se							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2016
PROCESSO Nº 113/2016
(12501) - TAFFA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Schroeder, 8 de Julho de 2016.

ATA TOMADA DE PREÇOS 03/2017-FAS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2017 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2017 Data do Processo: 07/03/2017
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 1/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de profissional com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento o profissional EMERSON DE FIGUEREDO, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, o profissional ARTUR ANTUNES PEREIRA devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o profissional EMERSON DE FIGUEREDO, está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação dos profissionais EMERSON DE FIGUEREDO e ARTUR ANTUNES PEREIRA, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatou-se que o profissional EMERSON DE FIGUEREDO não apresentou Comprovante de Inscrição no CPF conforme solicita o edital no item 8.2.2 "Comprovante de Inscrição e de situação cadastral no Cadastro de Pessoa Física (CPF)" sendo assim o profissional EMERSON DE FIGUEREDO não apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim inabilitados. Constatou-se que o profissional ARTUR ANTUNES PEREIRA não apresentou Comprovante de Situação Cadastral no CPF conforme solicita o edital no item 8.2.2 "Comprovante de Inscrição e de situação cadastral no Cadastro de Pessoa Física (CPF)" sendo assim o profissional EMERSON DE FIGUEREDO não apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim inabilitados. De acordo com o edital no item 12.10 "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas esboçadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 12 de abril de 2017, às 17h, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrário serão considerados inabilitados. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

Schroeder, 31 de Março de 2017

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Eloir José Wendt	- - Membro
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Diego Guilherme Lasta	- - Membro Suplente
Nátalia Kersten Brummüller	- - Membro Suplente

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 3/2017 - TP**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 5/2017
Data do Processo: 07/03/2017

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 1/2017 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

EMERSON DE FIGUEREDO

- - Representante

Seara

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2017 ANEXO I DECRETO 39/2009

NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

EDEMILSON CANALE, Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto nº 39/2009, de 05 de junho de 2009, que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA, pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que o Município de Seara, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Período/Data da Liberação dos Recursos: 01 a 24 de Março de 2017

ATO LEGAL	CONCEDENTE	VALOR LIBERADO
	TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	426.643,54
Programa	• Atenção Básica - PAB Fixo	34.010,00
Programa	• SUS - Estado	
Programa	• Saúde da Família - PSF	
Programa	• Saúde da Família - NASF	20.000,00
Programa	• Agentes Comunitários de Saúde - PACs	41.574,00
Programa	• Epidemiologia e Controle de Doenças	
Programa	• Farmácia Básica - União	
Programa	• Farmácia Básica - Estado	13.370,26
Programa	• Saúde Bucal	11.150,00
Programa	• Teto Municipal da Média e Alta Compl. Amb. e Hosp	97.059,94
Programa	• Incentivo Hospitalar - SUS Estado	
Programa	• Melhora do Acesso e Qualidade - PMAQ	
Programa	• PMAQ - Atenção Básica	45.900,00
Programa	• SAMU - União	43.838,00
Programa	• Média e Alta Complexidade - Mamografia	
Programa	• Piso Fixo - Promoção Saúde PFVPS	
Programa	Transf SUS Investimento Equip.Mat.Permanente	
Programa	• MAC - AMB Hospitalar - FAEC	
Programa	• SUS - Estado Co - Financiamento	
Programa	• Teto Municipal Rede Brasil s/ miséria (BSOR-SM)	7.500,00
Programa	• Teto Municipal Rede Saúde Mental (RSME)	28.423,98
Programa	• Transferencia SUS Cirurgias Eletivas	
Programa	• Transferencia SUS Estado - Prog. Nac. Imunização	
Programa	• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte ANVISA	1.000,00
Programa	• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte FNS	752,82
Programa	• Transferencia SUS Estado - Incentivo Hospitalar	
Programa	• Transferencia SUS Estado - Co-Financiamento	34.050,00
Programa	• Atenção Básica - Saúde da Família	33.390,00
Programa	• CAPS - Centro de Atenção psicossocial	
Programa	• Qualificação das ações Vigilância Saúde (PVVS)	3.371,54
Programa	• MAC- FAEC AIH - Cirurgias Eletivas Compn. Único	
Programa	• Assistência Financeira Complementar ACE - 95%	1.926,60
Programa	• Forta. Das Políticas Afetivas da Estrat. ACE - 5%	101,40
Programa	• Incentivo Pontuais Ações de Serviços Vigila. Saúde	
Programa	Prog de Qualif.das Ações de Vig.em Saúde (PVVS)	
Programa	• Transf. SUS/Estado - Prótese Dentária	
Programa	Transf SUS/Estado-Oxigenação Domiciliar	
Programa	• FAEC SAI - Mamografia ras. (RCA -RCAN PO 0008	9.225,00
	TRANSF. FUNDO NAC. ASSIST. SOCIAL - FNAS	-
Programa	• Piso Básico Fixo FMAS- PBFi	
Programa	• Piso de Transição de Média Complexidade FNAS - PTMC	

Programa	• Piso Variável de Média Complexidade FNAS - PVMC	
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família FNAS - IGD/PBF	
Programa	• FEAS - Investimentos	
Programa	• FEAS - Custeio	
Programa	• Transferencia FNAS - PBF / PAIF	
Programa	• Transferencia FNAS / BL GBF	
Programa	• Transferencia FNAS - CPBF	
Programa	• Transferencia FNAS - BPC	
Programa	• FMAS Piso Basico - SC FV	
Programa	• FMAS ACESSUAS	
Programa	• FEMAS Benefícios Eventuais	
Programa	Transferencias FNAS/BL GSUAS	
Programa	Transferencias FNAS/BL PSB	
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social FNAS - IGDSUAS	
	TRANSF. FUNDO NACIONAL EDUCAÇÃO - FNDE	72.346,90
Programa	• Alimentação Escolar - PNAE	17.289,20
Programa	• Transporte Escolar - PNATE	7.210,55
Programa	• Alimentação Escolar Ensino Infantil - PNAC	
Programa	• Salário Educação	47.847,15
Programa	• Alimentação Escolar Creche	
Programa	• Alimentação Escolar EJA	
Programa	• Alimentação Escolar - PNATE	
Programa	• Transporte Escolar - Estado	
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO/UNIÃO	63.682,64
Convenio	• Conv MEC/FNDE Quadra Escola Deolindo Zilio	
Convenio	Minist.Int.Nacional Proc.59050.001232/2014-46	
Convenio	Estruturação Rede Serv.Atenção Basica de Saúde	
Convenio	ADR/Seara - Construção Centro de Idosos B. Industrial (TR) 770	8.888,64
Convenio	ADR/Seara-Convenio (TR)001733	74.794,00
TOTAIS GERAIS DO PERÍODO/DATA.....R\$:		582.673,08

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Prefeitura Municipal de Seara, situada na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, ou pelo telefone (49) 3452-8300.

Seara-SC, em 31 de Março de 2017

Edemilson Canale Prefeito Municipal

Dirlei Giombelli Wildner Consultora de Controle Interno

Registra-se e Publica-se, Em, 31 de Março de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2017

Processo Licitatório nº 040/2017

Edital de Concorrência Pública nº. 001/2017.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 05/05/2017, documentação e propostas referentes à seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de permissão do direito à execução do serviço público de transporte, estadia e guarda de veículos automotores, quando da apreensão dos mesmos, efetuada pelos agentes de trânsito. A íntegra do Edital e anexo poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br, e informações serão fornecidas no horário de expediente pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 31 de março de 2017.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2017

Processo Licitatório 041/2017

Edital de Pregão Presencial nº. 024/2017 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 17/03/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de pneus, câmaras e protetores novos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., aos 31 dias do mês de março do ano de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

ATA Nº 002/2017- REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002 DE 03/04/2017

1.1 No dia 03 de abril de 2017, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, portador do RG sob o nº 430.332.889-87 e CPF nº 12C 1.233.665/SSP/SC, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 014/2017, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa BAMPITUR TRANSPORTES LTDA ME, inscrita no CNPJ 11.416.188/0001-70, representada neste ato pelo Sr. Genoir Bampi, portador do CPF nº. 575.939.909-82 e RG 1.837.286 SSP/SC, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

1.2 A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

2.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa BAMPITUR TRANSPORTES LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 11.416.188/0001-70, aqui representada por seu representante legal, Sr. Genoir Bampi, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 014/2017 cujo objeto é a eventual LOCAÇÃO DE ONIBUS, MICRO-ONIBUS E VAN, URBANO/RODOVIÁRIO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AFERIDOS POR KM RODADO, PARA TRANSPORTES DE CARÁTER EVENTUAL DE ATLETAS, ESTUDANTES, IDOSOS, SERVIDORES E DEMAIS GRUPOS DO MUNICÍPIO, conforme descrições constantes no Anexo “D” do Edital em comento e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

Item	Especificação	Quilometragem estimada/ano	Valor por Km Rodado	Valor Total por Km rodado
01	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO: VAN, COM CAPACIDADE DE ATÉ 15 LUGARES, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AFERIDOS POR KM RODADO, PARA TRANSPORTES DE CARÁTER EVENTUAL, NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC.	10.000 Km	R\$ 3,68	R\$ 36.800,00
02	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO: MICRO ÔNIBUS, COM CAPACIDADE DE ATÉ 27 LUGARES, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AFERIDOS POR KM RODADO, PARA TRANSPORTES DE CARÁTER EVENTUAL, NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC.	13.000 Km	R\$ 4,10	R\$ 53.300,00
03	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO: VAN, COM CAPACIDADE DE ATÉ 15 LUGARES, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AFERIDOS POR KM RODADO, PARA TRANSPORTES DE CARÁTER EVENTUAL, INTERMUNICIPALEINTERESTADUAL.	11.000 Km	R\$ 2,20	R\$ 24.200,00
04	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO: MICRO ÔNIBUS, COM CAPACIDADE DE ATÉ 27 LUGARES, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AFERIDOS POR KM RODADO, PARA TRANSPORTES DE CARÁTER EVENTUAL, INTERMUNICIPALEINTERESTADUAL.	10.000 Km	R\$ 2,50	R\$ 25.000,00
	(Cento e trinta e nove mil e trezentos reais).		TOTAL ESTIMADO	R\$ 139.300,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art.

65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível contratação de Transportes Eventuais, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos serviços será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos na prestação dos mesmos.

5.2 A saída dos veículos, será em horário e local previamente agendado de acordo com itinerário fornecido pelo responsável do Setor Requisitante.

5.3 A Detentora da Ata deverá prestar o serviço de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

5.4 A prestação dos serviços fornecidos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.5 Se, por motivo de agenda lotada ou dificuldades das empresas em atenderem os diversos roteiros e necessidades das Secretarias, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à prestação dos serviços, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos serviços efetuados à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos de quilometragem efetivamente realizados, no prazo de 15 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

6.2 Para os trajetos INTERESTADUAIS em que o veículo permaneça no seu destino inicial receberá um valor excedente de R\$ 100,00 (Cem reais) a cada 24 (vinte e quatro horas) paradas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

- a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

7.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

9.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução desta Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 014/2017 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

10.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

10.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

SERRA ALTA/SC, 03 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

BAMPITUR TRANSPORTES LTDA ME
GENOIR BAMP
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI
CPF: 029.867.439-43
Sec. de Administração

DANIELA ZANELA DONIDA
CPF: 032.264.009-16
Assistente Social

CONVÊNIO Nº 001/2017

CONVÊNIO Nº. 001/2017

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE SERRA ALTA E O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Convênio que entre si celebram o MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) AV. DOM PEDRO II, 830, Centro, inscrita no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI portador do CPF: 430.332.889-87 e RG 12C 1.233.665, doravante denominada simplesmente de CONVENIENTE e O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC, associação de assistência social, sem intuito lucrativo de utilidade pública estadual e federal, inscrito no CNPJ sob o nº 04.310.564/0001-81, com sede central à Rua Antônio Dib Mussi nº 473, Centro, Florianópolis/

SC, CEP 88015-110, doravante designado simplesmente CIEE/SC neste ato representado por seu Superintendente Executivo Sr. ANIBAL DIB MUSSI, RG nº 3656339-0, CPF nº 157.229.299-72, doravante denominada de CONVENIADA, ajustam as seguintes cláusulas e condições mutuamente aceitas e reciprocamente outorgadas, com especial atenção à Lei 8666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este convênio estabelece cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar “a promoção da integração ao mercado de trabalho”, e a “formação para o trabalho”, de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIEE/SC

- a) Manter convênios específicos com as Instituições de Ensino, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;
- b) Obter da Unidade Concedente a identificação e características das oportunidades de estágio e sobre os respectivos Programas de Atividades a serem oferecidos;
- c) Promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas Instituições de Ensino para emissão do Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio;
- d) Encaminhar à Unidade Concedente do Estágio os estudantes cadastrados e interessados na(s) oportunidade(s);
- e) Providenciar toda documentação referente ao estágio e encaminhar a negociação do Seguro Contra Acidentes Pessoais em favor do estagiário;
- f) Assessorar a Instituição de Ensino, quando acordado, em sua sistemática de acompanhamento e avaliação do Programa do Estágio;
- g) Notificar à Unidade Concedente do Estágio, qualquer irregularidade informada pela Instituição de Ensino constatada no Programa do Estágio e/ou na situação escolar dos estagiários;
- h) Efetuar o pagamento da Bolsa-Auxílio mensal ao estagiário no máximo até 5 (cinco) dias após a confirmação da transferência dos respectivos valores pela Unidade Concedente do Estágio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

- a) Assinar os documentos concernentes ao estágio, na forma da lei;
- b) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, bem como fornecer os dados necessários à avaliação das respectivas instalações;
- c) Designar um supervisor, de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- d) Manter em favor do estagiário, Seguro Contra Acidentes Pessoais no valor de mercado, podendo ser apólice coletiva, encaminhada em conjunto com o CIEE/SC;
- e) Entregar ao estagiário, por ocasião de seu desligamento, um Termo de Realização do Estágio, contendo a indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação do desempenho;
- f) Manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- g) Enviar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
- h) Formalizar as oportunidades de estágio com as Instituições de Ensino, adequando suas condições às exigências da legislação com assessoria do CIEE/SC nos limites do Art. 5 da Lei 11.788/08;
- i) Receber os estudantes encaminhados mantendo entendimentos sobre as condições de realização de estágio, informando ao CIEE/SC os nomes dos selecionados para o estágio;
- j) Informar mensalmente ao CIEE/SC a frequência dos estagiários;
- k) Transferir ao CIEE/SC, mensalmente, os valores correspondentes para aplicação exclusiva na concessão da BolsaAuxílio aos estagiários da Unidade Concedente;
- l) Informar ao CIEE/SC, por meio do Termo de Rescisão do Estágio, imediatamente, toda vez que ocorrer rescisão de qualquer Termo de Compromisso do Estágio - TCE;
- m) Exercer, em plenitude, a parceria educacional a ser estabelecida, não permitindo o descumprimento das cláusulas pactuadas no Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio;
- n) Reduzir, pela metade, a jornada de estágio, durante o período de provas escolares, cujo calendário será fornecido antecipadamente pela Instituição de Ensino;
- o) somente permitir que o estudante inicie o estágio quando o termo de compromisso e plano de atividades do estágio estiver devidamente assinado por todas as partes envolvidas;

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

O Município concederá ao CIEE/SC uma contribuição institucional no valor de R\$ 42,00 (Quarenta e Dois Reais) por estudante/mês que estiver realizando estágio em suas dependências, ao abrigo deste convênio, para ressarcimento das despesas com a implementação e operacionalização do estágio.

§ 1º Esse valor de contribuição prevalecerá até o momento em que contingências econômicas justifiquem sua alteração;

§ 2º As partes ajustam que os valores mensais das Bolsas Auxílio serão as seguintes:

Nível	Valor Mensal (R\$)
Nível Médio	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 458,00
Técnico Profissionalizante	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 594,00
Técnico Profissionalizante	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 891,00
3º Grau	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 627,00
3º Grau	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 941,00

Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste convênio ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente ao departamento em que o estagiário for alocado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará por 1 (um) ano, podendo ser prorrogado através de termo aditivo até o máximo de 60 (sessenta) meses, ou rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de (30) trinta dias, por inadimplência de suas cláusulas e demais situações previstas em lei.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes assinam este convênio, em 2 (duas) vias de igual teor.

Serra Alta/SC, 29 de março de 2017.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONVENENTE

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC
ANIBAL DIB MUSSI
CONVENIADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
Assessor Jurídico OAB 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI	GABRIEL VINÍCIUS REISDORFER
CPF: 029.867.439-43	CPF:
Sec. de Administração	Supervisor CIEE

DECRETO 084/2017

DECRETO Nº. 084/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

“INSTITUI E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo art. 40, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a comissão de acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, designando os seguintes membros para sua composição:

MARINA SPIER MARTINI - Presidente
ARLETE MARISTELA TREVISAN - Secretária
TATIANA APARECIDA SPEROTTO BRESOLIN – Membro
ELIDES MARIA MAI VIVAN - Membro
JOSÉ DOMINGOS DE SOUZA – Membro
GERSON JOSÉ LAZZARETTI – Membro
MOACIR JOSÉ VIVAN - Membro

Art. 2º. Os membros designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando às demais disposições em contrários.

Serra Alta/SC, 31 de março de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

DECRETO 085/2017

DECRETO Nº 085/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ROSELI TAUFFER DOS SANTOS MOCELIN DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Municipal nº. 684/2005, e alterações posteriores, e Lei nº. 961/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a Sra. ROSELI TAUFFER DOS SANTOS MOCELIN, portadora do CPF nº. 022.410.919-79, do Cargo de Conselheira Tutelar, conforme decreto de nomeação 002/2016, de 10 de janeiro de 2016.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 31 de março de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 043/2017

PORTARIA Nº. 043/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial às contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 012/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos Contratos na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATOS Nº:	025/2017 / 026/2017/ 027/2017/ 028/2017 e 029/2017
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA EXERCER A FUNÇÃO DE INSTRUTORES DE AULAS DE DANÇA LIVRE, GAUCHESCA, TÍPICA ITALIANA, PATINAÇÃO E INSTRUTOR DE AULAS DE MÚSICA DESEMPENHANDO A FUNÇÃO DE MAESTRO OBJETIVANDO A FORMAÇÃO DE UM CORAL.
PESSOA FÍSICA:	ORDETE SELIG
CPF Nº:	008.693.759-62
EMPRESA:	ACADEMIA IMPACTUS EIRELI ME
CNPJ Nº:	23.605.268/0001-52
PESSOA FÍSICA:	VERA LÚCIA STRAPAZZON
CPF Nº:	049.487.899-17

EMPRESA:	RONALDO LUIZ LUNEDO MEI		
CNPJ Nº:	23.587.582/0001-50		
EMPRESA:	JOSÉ SÉRGIO FARIAS MEI		
CNPJ Nº:	27.175.993/0001-99		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	REGINA CELINA V. LINDEMANN		
CARGO:	SECRETÁRIA MUNICIPAL		
CPF:	790.103.939-68	MATRÍCULA:	1065
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação Cultura e Esportes		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	ITAMAR OLDIGES		
CARGO:	DIRETOR DE ESCOLA		
CPF:	038.852.229-14	MATRÍCULA:	658
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 31 de março de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 044/2017

PORTARIA Nº. 044/2017 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TITULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório nº. 014/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL-SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, para acompanhar e fiscalizar a execução da referida Ata na forma e condições abaixo relacionadas:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº:	002/2017		
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE ONIBUS, MICRO-ONIBUS E VAN, URBANO/RODOVIÁRIO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AFERIDOS POR KM RODADO, PARA TRANSPORTES DE CARÁTER EVENTUAL DE ATLETAS, ESTUDANTES, IDOSOS, SERVIDORES E DEMAIS GRUPOS DO MUNICÍPIO.		
EMPRESA:	BAMPITUR TRANSPORTES LTDA ME		
CNPJ Nº:	11.416.188/0001-70		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	REGINA CELINA V. LINDEMANN		
CARGO:	SECRETÁRIA MUNICIPAL		
CPF:	790.103.939-68	MATRÍCULA:	1065
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação Cultura e Esportes		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	EDERSON CEREZOLLI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	029.867.439-43	MATRÍCULA:	1067
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	JEFERSON MARTINI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	044.414.139-12	MATRÍCULA:	1066
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde		

FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	DANIELA ZANELA DONIDA		
CARGO:	ASSISTENTE SOCIAL		
CPF:	032.264.009-16	MATRÍCULA:	325
LOTAÇÃO:	Secretaria de Assistência Social		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato e ou Ata de Registro de Preços de titular e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 03 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017-REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2017 - PR Processo Administrativo: 14/2017 Processo de Licitação: 14/2017 Data do Processo: 15/03/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 14/2017
b) Licitação Nr.: 14/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 03/04/2017
e) Data da Adjudicação: 03/04/2017 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de Preços para eventual locação de ônibus, micro ônibus e van, urbano/rodoviário, por km rodado, para transportes eventuais de atletas, estudantes, idosos, servidores e demais grupos do Município de Serra Alta, justificando-se pela necessidade da contratação para atender os eventos diversos.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 006417 - BAMPITUR TRANSPORTES LTDA ME	4	0,0000	139.300,00
	4		139.300,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Serra Alta, 3 de Abril de 2017.

CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Pregoeiro(a)

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 068/2017

DECRETO Nº. 068, DE 30 DE MARÇO DE 2017
DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 10/11/2016, Processo Seletivo.

Considerando o Decreto nº 065/2017, de afastamento da servidora KELLY CRISTINA DA CRUZ VALMORBIDA, por motivo de licença tratamento saúde de 10 dias a partir de 30.03.2017 a 08.04.2017.

Considerando ainda aprovação no Processo Seletivo.

Considerando a necessidade de outro servidor para desempenhar as atividades por ela antes desempenhada.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: MAGALEI SALETE JOHANN DE GREGORI
CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL
CARGA HORÁRIA: 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
PERÍODO: DE 30.03.2017 A 08.04.2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto 066/2017 e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 30 de março de 2017.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento

DECRETO 069/2017

DECRETO Nº. 069, DE 30 DE MARÇO DE 2017
DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 10/11/2016, Processo Seletivo.

Considerando o Decreto nº 065/2017, de afastamento da servidora KELLY CRISTINA DA CRUZ VALMORBIDA, por motivo de licença tratamento saúde de 10 dias a partir de 30.03.2017 a 08.04.2017.

Considerando ainda aprovação no Processo Seletivo.

Considerando a necessidade de outro servidor para desempenhar as atividades por ela antes desempenhada.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, ALINE APARECIDA GRAVE por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, pelo período de 10(dez dias) a contar de 30.03.2017 a 08.04.2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto 066/2017 e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 30 de março de 2017.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento

DECRETO 073/2017

DECRETO N° 073 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE O RETORNO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR OLIDEN LUIZ VANI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal n° 384 de 01/06/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

Considerando o pedido de retorno do Funcionário Oriden Luiz Vani e segundo o laudo médico do Dr Clézio A.O. Castro dizendo que o mesmo encontra-se em condições de retorno/readaptação às suas atividades laborais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido o retorno da Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Municipal, OLIDEN LUIZ VANI, ocupante do cargo de Assessor de Transportes, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes, a partir do dia 03 de abril de 2017, conforme laudo médico em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal n° 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 31 de março de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PREGÃO 24/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo n° 029/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL n° 024/2017

Tipo: Registro de Preço

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO – Raças Holandês e Jersey

Entrega dos envelopes: 08:45 horas do dia 17 de abril de 2017

Abertura dos envelopes: 09:00 horas do dia 17 de abril de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 30 de março de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

RREO ANEXO 14- 1º BIMESTRE DE 2017

Município de SUL BRASIL - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		14.929.900,00		
Previsão Atualizada		14.929.900,00		
Receitas Realizadas		2.133.980,16		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		29.366,95		
DESPESAS				
Dotação Inicial		14.929.900,00		
Créditos Adicionais		208.564,20		
Dotação Atualizada		15.138.464,20		
Despesas Empenhadas		4.596.978,55		
Despesas Liquidadas		1.925.844,75		
Despesas pagas		1.713.042,03		
Superavit Orçamentário		208.135,41		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		4.596.978,55		
Despesas Liquidadas		1.925.844,75		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		12.191.763,62		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	173.877,11	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.184,78	0,00	8.184,78	0,00
EXECUTIVO	8.184,78	0,00	8.184,78	0,00
TOTAL:	8.184,78	0,00	8.184,78	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		575.977,12	25%	29,25
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		120.421,66	60%	14.402,61
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		21.118,80	3.399.531,90	

Continua 1/2

Município de SUL BRASIL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	62.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	20.285,48
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			371.982,27	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
				15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SUL BRASIL, 31/03/2017

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
Contador/CRC/SC 024848/O-0

Elisandra Albani
Agente de Controle Interno

Tangará

PREFEITURA

PR 036/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 036/2017, a qual tem por objeto o registro de preço o MAIOR DESCONTO OFERECIDO P/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, C/ APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) P/ MANUTENÇÃO DA FROTA DE TODAS AS SECRETARIAS E CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICIPIO DE TANGARA. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até as 14h00min do dia 13/04/2017, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522.

Tangará-SC, 31 de Março de 2017.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 042/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 042/2017, a qual tem por objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO E PINTURA INCLUINDO PEÇAS PARA CAMINHÕES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até as 14h00min do dia 17/04/2017, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522.

Tangará-SC, 31 de Março de 2017.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 029/17

DECRETO Nº 029/2017, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

"ALTERA A DATA DE VENCIMENTO DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA EM COTA ÚNICA, NO ANEXO ÚNICO DO DECRETO 002/17".

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor,

Considerando a mudança de convênios de arrecadação;

Considerando o modelo FEBRABAN;

Considerando que referido ato administrativo gerou mais economia aos cofres públicos;

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada para o dia 02 de maio de 2017 a data de vencimento da TLL – Taxa de Licença para localização, funcionamento e permanência em cota única.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 31 de março de 2017.

Derli Antonio de Oliveira

Prefeito

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 007-2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 007/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2017.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SALA DE FISIOTERAPIA DO CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. O recebimento das propostas e documentação será até as 09h00min do dia 24/04/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064.

Tigrinhos (SC), 03 de Abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 009-2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Processo Licitatório nº. 023/2016

Convênio nº. 2015TR001780

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação do prazo de execução por mais 30(trinta) dias, referente o contrato nº. 009/2017, cujo objeto é a contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais, equipamentos, destinados à instalação de antenas de internet rural.

TIGRINHOS/SC, em 31 de Março de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 046/17

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 046/17.

Dispõe sobre alteração da Lei Complementar Municipal nº 035/2010 de 03 de novembro de 2010, a qual trata acerca do Estatuto dos Servidores Públicos.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º.- Fica acrescentada 01 (uma) vaga para o cargo de Nutricionista, integrando assim o Estatuto dos Servidores Públicos, conforme segue:

Cargo	Carga horária	Nº de vagas	Habilitação	Vencimento
Nutricionista	20 horas	01	Ensino Superior Completo (Nutricionista)	R\$ 2.232,82

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 31 de março de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 045/2017

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 045/17.

Dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 014/2010 de 13 de dezembro de 2010, a qual trata acerca do Plano de Cargos e Salários do magistério.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º.- Fica acrescentada 01 (uma) vaga para o cargo de Diretor Geral de Escola, integrando assim o plano de cargos e salários do magistério, conforme segue:

Cargo	Carga horária	Nº de vagas	Local de Atuação	Vencimento
Diretor Geral de Escola	40 horas	02	Unidades Escolares	R\$ 3.055,61

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 31 de março de 2017

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

PORTARIA 098/2017

PORTARIA Nº. 098/2017.

CONCEDE A PEDIDO VOLTA AO TRABALHO, DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES PARA O SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica e Lei Complementar Municipal nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a Pedido volta ao trabalho, da Licença sem vencimento para tratamento de interesses particular ao servidor Público efetivo Sr. GURIEL MARCELO GOTARDO, Operador, matrícula sob nº. 471/01, a partir de 03 de Abril de 2017, nos termos da Lei Complementar Municipal Nº. 035/2015, art. 107, § 6º do Estatuto dos servidores Públicos Municipais, conforme requerimento apresentado e deferido.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE ABRIL DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de abril de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 099/2017

PORTARIA Nº. 099/2017.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional ao Servidor Público Municipal Sr. ANTONIO BRAGA, nomeado através de concurso público para o cargo de MOTORISTA, 40 (quarenta) horas semanal, em 03 de Abril de 2014, cadastrado sob matrícula nº 496/01, submetido a estágio probatório e aprovado, passando a ser servidor estável a partir de 03 de Abril de 2017, conforme Artigos 23, 24 e 25 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE ABRIL DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de abril de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 100/2017

PORTARIA Nº. 100/2017.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional ao Servidor Público Municipal Sr. CELSO PAULO WOLMANN, nomeado através de concurso público para o cargo de OPERADOR, 40 (quarenta) horas semanal, em 03 de Abril de 2014, cadastrado sob matrícula nº 495/01, submetido a estágio probatório e aprovado, passando a ser servidor estável a partir de 03 de Abril de 2017, conforme Artigos 23, 24 e 25 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE ABRIL DE 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de abril de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº06/2017

MINUTA DO CONTRATO Nº 06/2017

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores Tigrinhos

CONTRATADA: Empresa Betha Sistemas

VALOR: R\$ 3.674,94 (Três mil seiscentos e setenta e quatro com noventa e quatro centavos).

OBJETO: Locação dos sistemas de Contabilidade Pública e Folha de Pagamento em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, Fly Transparência, na modalidade Software como Serviço e Betha Compras implantação e Treinamento.

DATA DA EMISSÃO: 01/04/2017

VENCIMENTO: 31/05/2017

Silvenio João Schneider - Presidente

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 017/FMS/17 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 011/FMS/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 017/FMS/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/FMS/2017

Objeto: Aquisição de Material de Limpeza, Copa e Gêneros Alimentícios para Uso nas Unidades de Saúde, do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA - ME, foi vencedora dos itens: 02, 08, 11, 12, 14, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 30, 31, 34, 35, 37, 41, 46, 48, 58, 62, 64, 65, 72, 73, 74, 76, 77, 80, 81, 82 e 83, no de valor de R\$. 17.301,64 (Dezessete mil, trezentos e um reais e sessenta e quatro centavos).

Empresa Vencedora do Processo: CELIA REGINA WAMBOMMEL ME foi vencedora dos itens: 69, 70 e 71, no de valor de R\$. 12.569,70 (Doze mil quinhentos e sessenta e nove reais e setenta centavos).

Empresa Vencedora do Processo: COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP foi vencedora dos itens: 01, 07 e 13, no de valor de R\$. 10.000,00 (Dez mil reais).

Empresa Vencedora do Processo: COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA, foi vencedora dos itens: 09, 10, 23, 25, 28, 29, 32, 43, 47, 49, 50, 52, 53, 63, 67, 68, 75, 78 e 84, no de valor de R\$. 26.068,45 (Vinte e seis mil, sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Empresa Vencedora do Processo: L & L CAVASSIM LTDA - ME, foi vencedora dos itens: 38, 39, 40, 56, 57, 59, 60, 61 e 79, no de valor de R\$. 8.193,15 (Oito mil, cento e noventa e três reais e quinze centavos).

Empresa Vencedora do Processo: MALU MAURICIO - ME, foi vencedora dos itens: 15, 16, 33, 42, 44, 45, 51, 55 e 66, no de valor de

R\$. 21.784,70 (Vinte e um mil. Setecentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos).

Empresa Vencedora do Processo: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP foi vencedora do item: 03, no de valor de R\$. 800,00 (Oitocentos reais).

Empresa Vencedora do Processo: VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA - ME, foi vencedora dos itens: 54, no de valor de R\$. 15.732,00 (Quinze mil, setecentos e trinta e dois reais).

Empresa Vencedora do Processo: ZELI ODETE DA SILVA ME foi vencedora dos itens: 04, 05, 06, 17, 18, 19 e 36, no de valor de R\$. 11.766,00 (Onze mil, setecentos e sessenta e seis reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 010.SAMAE.17 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015.SAMAE.17 - DISPENSA Nº 004.SAMAE.17

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 010/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/SAMAE/17- DISPENSA Nº 004/SAMAE/17
CONTRATANTE: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADA: MARIA APARECIDA DE MELO GUEDES

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SERVIR DE SEDE PARA O SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VIGÊNCIA: De 01.04.17 a 31.12.17

LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 004/SAMAE/2017.

VALOR: R\$ 38.520,00 (Trinta e oito mil quinhentos e vinte reais).
Tijucas SC, 27 de março de 2017.

PREVISERTI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS

PORTARIA 010/2017 - CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE A VARNÓ MAFRA

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tijucas - PREVISERTI

PORTARIA nº 010, de 03 de abril de 2017.

Concede aposentadoria por idade, pela regra permanente, em caráter integral, com fundamentos na alínea "a", inciso III, § 1º do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 70 da Lei Complementar Municipal nº 37/15 e Processo Administrativo nº 2017007, ao servidor VARNÓ MAFRA, a partir 03/04/2017.

Christian Rocha Neves

Presidente do PREVISERTI

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 96/2017; ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº. 96, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2017 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.816/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a dotação abaixo especificada:

11.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação	
2.018 – Ações de Inclusão Social de Famílias Carentes	
136 – 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender a suplementação do artigo anterior são decorrentes:

I - Superávit Financeiro do Exercício anterior, apurado na Fonte de Recurso 0080 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 10.000,00(dez mil reais);

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de março de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE DISPENSA DA LICITAÇÃO 12/2017 FMS

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Fundo Municipal de Saúde

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do Objeto: Locação de um imóvel de alvenaria com 10 (dez) salas e 02(dois) banheiros, com área de 420m², sito na Rua Pedro Panato – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e ESF II – Equipe Saúde da Família. Locatário: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede a Rua Ângelo Rovaris, s/n, no centro do Município de Timbé do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 11.218.352/0001-34

Locador: DIOCESE DE CRICIUMA, neste ato representada pela Paróquia do Município de Timbé do Sul, inscrita no CNPJ nº. 02.681.642/0015-24, localizada na Praça da Matriz, s/n – Centro, no município de Sul/SC

Do Valor: O valor mensal da locação é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), pagos até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencimento, perfazendo um total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Da vigência: A partir de 03/04/2017 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado através de termos aditivos, na forma da Lei 8666/93.

Da base legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93.

Da justificativa: Por ser o único imóvel encontrado que se adéqua perfeitamente às necessidades de funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e ESF II – Equipe Saúde da Família do Município e o preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Timbé do Sul, 31 de março de 2017

Fernando Favarin

Diretor de Compras e Licitações

Timbó

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA Nº SAMAE -068, DE 24 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº SAMAE -068, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidor lotado no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 4456 de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação dos servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
MAICON LUIZ MIRANDA	057, de 08/03/2017	10/04/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA
Diretor Presidente em exercício

PORTARIA Nº SAMAE -069, DE 24 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº SAMAE -069, DE 24 DE MARÇO DE 2017

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 4456 de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação dos servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
GILDA ANACLETO	047, de 24/02/2017	30/04/2017
JANETE APARECIDA COLARITES	047, de 24/02/2017	30/04/2017
ROSENILDA DALLABONA	047, de 24/02/2017	30/04/2017
CATIA ERDMANN	047, de 24/02/2017	30/04/2017
FRANCIELE DOS SANTOS LIMA	047, de 24/02/2017	30/04/2017
RAFAEL TEIXEIRA DA SILVA	047, de 24/02/2017	30/04/2017
OSMAIR WAGNER DE LIMA	047, de 24/02/2017	30/04/2017
JAILSON DE OLIVEIRA MACEDO	047, de 24/02/2017	30/04/2017
VANDERLEI GESSNER	047, de 24/02/2017	30/04/2017
CARLOS ALEXANDRE GIBOWSKI	047, de 24/02/2017	30/04/2017
ERACI STEINERT	047, de 24/02/2017	30/04/2017
VERA LÚCIA RIBEIRO DOS SANTOS	047, de 24/02/2017	30/04/2017
VANIA DE FÁTIMA MACHADO DOS SANTOS	047, de 24/02/2017	30/04/2017
JOEL OLIVEIRA	047, de 24/02/2017	30/04/2017
RENALDO ANGELO DA SILVA	047, de 24/02/2017	30/04/2017
ADRIANA RODRIGUES WESTPHAL	047, de 24/02/2017	30/04/2017
ROSANGELA CANDIDO DE JESUS	047, de 24/02/2017	30/04/2017
SIDNEY DE SENNE	047, de 24/02/2017	30/04/2017
MARCIO CARDOSO	047, de 24/02/2017	30/04/2017
MOACIR STANO	047, de 24/02/2017	30/04/2017
BRUNO REGINALDO RIBEIRO BELEZA	047, de 24/02/2017	30/04/2017
ADRIANO OLIVEIRA	047, de 24/02/2017	30/04/2017
DAVI RODRIGUES	047, de 24/02/2017	30/04/2017
MARCIA ULLER	047, de 24/02/2017	30/04/2017
PAULO RICARDO DOS SANTOS	047, de 24/02/2017	30/04/2017
MAICON STEFFEN	047, de 24/02/2017	30/04/2017
THAIS SILVA DA CUNHA	049, de 24/02/2017	30/04/2017
BRENDO GABRIEL DA SILVA	049, de 24/02/2017	30/04/2017
JEAN CARLO KLOEHN	050, de 24/02/2017	30/04/2017
JAIR BILK	051, de 24/02/2017	30/04/2017
ADRIANO ADAM	056, de 08/03/2017	30/04/2017
GILNEI SCHUSTER	058, de 08/03/2017	30/04/2017
RICARDO SILVA DOS SANTOS	066, de 21/03/2017	30/04/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA
Diretor Presidente em exercício

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 40/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 40/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Exploração da Comercialização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas ao público em geral, nos dias 21, 22 e 23 de abril, na área denominada arena de shows, durante a realização dos mesmos, nas dependências do Centro de Eventos, localizado na SC 465, durante a realização da V EXPOTÍLIAS.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 13/04/17, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

DECRETO 2274

DECRETO Nº 2.274/2017 de 30/03/2017

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 140.277,80 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 100.277,80 (cento mil, duzentos e setenta e sete reais e oitenta centavos) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

07 – SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

01- SERVIÇOS DE CULTURA

2015 – Despesas com atividades culturais

(127) 4.4.90.00.00.00.00.03.0024 R\$ 100.277,80

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, ficam utilizados recursos do superávit financeiro/2016 do convênio 835221-2015-Cinemais.

Artigo 3º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

01 – Manutenção da secretaria de administração

2003- - Manutenção da secretaria

Suplementa: (12) 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 R\$ 40.000,00

Artigo 4º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, ficam anulados recursos da seguinte dotação orçamentária:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

01 – Manutenção da secretaria de administração

2003- - Manutenção da secretaria

Anula: (9) 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 R\$ 40.000,00

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
30 de março de 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 09/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 09/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr^a Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 09/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL, visando o CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TECNICA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TROMBUDO CENTRAL - SC. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 17 de abril de 2017, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 31 de março de 2017.

Geovana Gessner
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 16/2017 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 16/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr^a. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 16/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando A AQUISIÇÃO DE CARRETA AGRICOLA BASCULANTE PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 13 de abril de 2017, na prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 31 de março de 2017

Geovana Gessner
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 17/2017 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 17/2017

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr^a. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 17/2017, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL, visando a CONTRATAÇÃO DE VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO NA MODALIDADE DE TELEVISÃO ABERTA, COM O OBJETIVO DE PRODUZIR, EXECUTAR E VEICULAR INSERÇÕES DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DE INTERESSE PÚBLICO COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS CADA INSERÇÃO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 14:00h. do dia 17 de abril de 2017, na prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 31 de março de 2017

Geovana Gessner
Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2017
Concorrência Pública nº 03/2017

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de CONCORRENCIA PUBLICA, que tem por objeto seleção de concessionária para explorar as dependências do Ginásio Municipal de Linha São Pedro, no que tange à exploração comercial do bar e aluguéis de horários do Ginásio, por concessão de uso, comprometendo-se com a limpeza do referido ginásio.

Entrega das propostas até às 14h do dia 04 de maio de 2017.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22. Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 31 de março de 2017.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS PROCESSO Nº 49/2017 AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2017

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
PROCESSO Nº 49/2017
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2017

O Município de Tunápolis -SC, e Fundo Municipal da Saúde tornam público para ciência dos interessados que, a partir do dia 04 de abril de 2017, as 14:00 horas, estão abertas as inscrições para Credenciamento dos interessados, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS INSTITUCIONAIS DESTA MUNICIPALIDADE PARA O ANO DE 2017, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, cujo procedimento obedecerá as seguintes condições regulamentares:

1. DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente edital é o de credenciar empresas jornais para a veiculação de publicidade governamental, em especial a publicidade institucional conforme segue:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	39	UND	400,00	Espaço em jornal com circulação semanal, medindo no mínimo 17,75 cm de altura por 26 cm de largura, em pagina interna, em cores, para publicação de atos institucionais do município, assim entendidos aqueles que divulgam obras, serviços, campanhas e programas do poder executivo municipal de caráter educacional, informativo e de orientação social para a comunidade do município.

I – Os textos contendo o material a ser publicado, serão entregues pelo Município de Tunápolis, em mídia eletrônica.

II – As publicações deverão ser feitas em páginas internas do jornal.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Para participar deste certame é necessário conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital e apresentar os documentos exigidos, conforme especificado no item 4.

2.2. Não serão admitidas:

2.2.1. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.2.2. Os interessados que por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou; e

2.2.3. Os interessados inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao Município.

2.3. Independentemente de declaração expressa, a manifestação do interesse da Empresa em participar do presente credenciamento, implicará na submissão às normas vigentes e todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

3. DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento permanecerá aberto durante todo o prazo e nos termos estabelecidos no item 9, para as pessoas jurídicas habilitadas,

observado os critérios de interesse público, e as necessidades do Município.

3.2.A habilitação ocorrerá após apresentação dos documentos exigidos no item 4, observadas as necessidades do Município.

3.3. Após a análise da documentação e estando esta em conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, o Município fornecerá à pessoa jurídica Certificado de Credenciamento. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão de Credenciamento, no Setor de Compras do Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do indeferimento.

3.4. Os documentos da habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado em que conste:

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

AVISO DE CREDENCIAMENTO N

ENVELOPE N . 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

(Razão Social ou nome do Licitante)

3.5. Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento(AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis – SC., sito na Rua João Castilho, nº111 no setor de compras e licitação, no horário das 07:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:15 hrs às 17:15 hrs, de segunda a sexta-feira.

3.5.1. Os documentos da habilitação não poderão ser remetidos via fax-simile.

3.6. O interessado em se credenciar deverá apresentar a Solicitação de Credenciamento conforme modelo identificado como Anexo I a este edital, devendo no qual identificar para quais os itens quer se credenciar.

3.7 - Estarão credenciados a realizar os serviços de publicidade todas as empresas que apresentarem corretamente a documentação exigida, concordando com os preços propostos pelo Município.

4. DA HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS EXIGIDOS

4.1. Para participarem do processo de credenciamento, deverão os proponentes interessados apresentar em envelope lacrado, os documentos a seguir relacionados:

4.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício e respectivas alterações contratuais.

4.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

4.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- a) Certidão negativa de falência ou concordata, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3(três) meses da data de apresentação da proposta.

4.1.4 – Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

4.1.5 – Relatório da empresa proponente sob as penas da Lei onde constam os nomes de no mínimo 150 (cento e cinquenta) assinantes do jornal no Município de Tunápolis (entendendo-se cidade, bairros e comunidades do interior do município) ou ata notarial atestando o mesmo. O relatório deverá ser datado, assinado, carimbado pelo sócio administrador da empresa e com firma reconhecida em cartório, devendo ser entregue na documentação a via original.

4.2. Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Tunápolis - SC., ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. A Comissão de Licitações fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Caso a validade não conste nas certidões, estas serão consideradas válidas por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

5. DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1. O Município efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e juntamente com 01 (um) exemplar do jornal de cada edição onde constam publicações.

5.3. Não haverá reajuste.

6. CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços serão prestados sempre que o Município de Tunápolis tenha necessidade de veiculação de publicidade de utilidade pública, ou publicidade institucional. As publicações deverão ser feitas de acordo com as necessidades da municipalidade. Caberá somente ao município a produção das matérias a serem publicadas, o qual as enviará às contratadas devidamente credenciadas, através de arquivo magnético, e-mail ou via documental.

6.1.2 A credenciada contratada deverá fornecer também ao Município, sem custo adicional, 12(doze) assinaturas do jornal, que deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Tunápolis, estabelecida na Rua João Castilho nº111, Centro, semanalmente.

6.2.A estimativa de veiculação das publicações será de acordo com a demanda existente, e as matérias serão enviadas a todas as licitantes credenciadas, contendo o mesmo teor para publicação.

6.3.A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual.

6.4. O Município reserva-se ao direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

6.5. É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

7.1.Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros.

7.2. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo.

7.3. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

8. DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

8.1.As obrigações decorrentes da execução dos serviços a serem firmados entre a Administração Pública e a Credenciada, serão formalizadas através de Termo de Credenciamento, observando-se as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e na legislação vigente;

8.2 - O Termo de Credenciamento deverá ser assinado, no máximo, dentro de 10 (dez) dias após a convocação.

9. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

9.1. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2017, podendo qualquer pessoa jurídica do ramo, durante esse prazo, e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério do Município de Tunápolis.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS, ADMINISTRATIVOS

10.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2017.

10.2 – Os recursos financeiros serão próprios do credenciante.

10.3 - Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

11. DO DESCRENCIAMENTO

11.1. O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas, para os atendimentos constantes neste Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;

c) Rescisão Contratual;

d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;

e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE

TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

13. ESCLARECIMENTOS

13.1. O Aviso de credenciamento e seus Anexos estarão à disposição dos interessados, sendo que quaisquer informações e esclarecimentos adicionais relativos a este procedimento deverão ser solicitados durante horário comercial, sendo das 07:30 às 11:30 horas e das 13:15 às 17:15 horas, pelo telefone (49) 3677-0011, ou ainda pelo E-mail compras@tunapolis.sc.gov.br, com a Sra. Sheila Inês Bieger.

13.2. A CPL terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder ao questionamento.

13.3. Se a solução dada ao questionamento motivar alterações no presente Edital de Chamamento, as Empresas participantes serão imediatamente informadas.

14. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

14.1. O presente Aviso de Credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO CHAMAMENTO

15.1. Qualquer cidadão ou Empresa poderá impugnar o presente Edital de Chamamento por eventuais irregularidades, devendo protocolar seu pedido conforme disposto no artigo 41 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. À Comissão de Licitações, além do recebimento e exame da documentação e das propostas, caberá o julgamento e obediência às disposições aqui estabelecidas, bem como dirimir sobre dúvidas ou omissões.

16.2. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Aviso de Credenciamento.

16.3. Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da Empresa interessada ou por Procurador legalmente habilitado.

16.4. O proponente credenciado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinatura do Termo de Credenciamento, conforme minuta identificada como Anexo II a este edital, fazendo dele parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

16.5 - Integram este Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo da Solicitação de Credenciamento

Anexo II – Minuta do Termo de Credenciamento

Tunápolis- SC., 30 de março de 2017.

Renato Paulata

Prefeito Municipal

ANEXO I**MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

AO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO N.

A ____ com sede e foro na ____ (rua,etc) da cidade de ____ Estado ____ por seu ____ (cargo)

Sr(a). ____, que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços a seguir relacionados:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	39	UND	400,00	Espaço em jornal com circulação semanal, medindo no mínimo 17,75 cm de altura por 26 cm de largura, em pagina interna, em cores, para publicação de atos institucionais do município, assim entendidos aqueles que divulgam obras, serviços, campanhas e programas do poder executivo municipal de caráter educacional, informativo e de orientação social para a comunidade do município.

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de chamamento para Credenciamento de Empresas Prestadoras de serviços.

Atenciosamente

Representante legal

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa, com sede na Rua, nesta cidade de inscrito no CNPJ/MF sob nº, neste ato representado por, brasileiro,, residente e domiciliado na cidade e Município de, inscrito no CPF/MF sob nº, RG n., e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços Município de Tunápolis -SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento n , e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais: CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO -

1.1 – Tem por objeto credenciar empresas jornais para a veiculação de publicidade governamental, em especial a publicidade institucional conforme segue:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	39	UND	400,00	Espaço em jornal com circulação semanal, medindo no mínimo 17,75 cm de altura por 26 cm de largura, em pagina interna, em cores, para publicação de atos institucionais do município, assim entendidos aqueles que divulgam obras, serviços, campanhas e programas do poder executivo municipal de caráter educacional, informativo e de orientação social para a comunidade do município.

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados sempre que o Município de Tunápolis tenha necessidade de veiculação de publicidade de utilidade pública, ou publicidade institucional. As publicações deverão ser feitas de acordo com as necessidades da municipalidade. Caberá somente ao município a produção das matérias a serem publicadas, o qual as enviará às contratadas devidamente credenciadas, através de arquivo magnético, e-mail ou via documental. A credenciada contratada deverá fornecer também ao Município, sem custo adicional, 12(doze) assinaturas do jornal, que deveram ser entregues na Prefeitura Municipal de Tunápolis, estabelecida na Rua João Castilho nº111, Centro, semanalmente. A estimativa de veiculação das publicações será de acordo com a demanda existente, e as matérias serão enviadas a todas as licitantes credenciadas, contendo o mesmo teor para publicação. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O Município reserva se ao direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao desc credenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa. É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O valor total do contrato será de R\$

A periodicidade para faturamento será semanal, devendo a credenciada encaminhar ao município, sempre até o penúltimo dia útil do mês, o relatório com a quantidade de cm/col. Utilizados e publicações efetivadas, juntamente com 01 (um) exemplar do jornal de cada edição onde constam publicações.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2017. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de

1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que oferte comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31.12.2017, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC.,

Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Assessoria Jurídica

PORTARIA 08/2017 CV

PORTARIA Nº 08/2017

Em 29 de março de 2017

DESIGNA PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE PREGÃO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARNO MÜLLER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Servidora da Casa, Liane Jacinta Finger Heck, como Pregoeira Oficial da Câmara de Vereadores de Tunápolis.

Art. 2º Ficam designadas como integrantes da Equipe de Apoio as Servidoras Luciane Skrsypcsak Kist e Madalena Hofer Baumgratz.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo vigência até 31 de Dezembro do corrente ano.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.

Aos 29 de março de 2017

ARNO MÜLLER

Presidente

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 65/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 65/2017

Edital de Pregão Presencial nº 49/2017

O Município de Tunápolis, torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, ANTIRATIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E ESCUPINIZAÇÃO, LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA E FUMIGAÇÃO EM BOCAS DE LOBO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 8h do dia 13 de abril de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 03/04/2017

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 66/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017 EXEMPLO NO ESPORTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 66/2017

Edital de Pregão Presencial nº 50/2017

O Município de Tunápolis, torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a Contratação de Empresa para execução de serviços visando o desenvolvimento do programa "Exemplo no Esporte, Exemplo na Vida", conforme Lei Municipal nº 1299/2017, através de práticas esportivas para crianças e adolescentes do Município de Tunápolis, da faixa etária entre 04 (quatro) a 16 (dezesesseis) anos, através de escolinhas esportivas nas modalidades de futebol de campo, futsal e voleibol.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 10h do dia 13 de abril de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 03 de abril de 2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 11/2017

DECRETO Nº 011/17, de 30 de Março de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.293/16 (Lei Orçamentária Anual), de 23.12.2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0043.2.018 – Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.0080 (080) – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta excesso de arrecadação no valor R\$ 80.000,00 da fonte de recursos 0080 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 30 de março de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 19/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 19/2014

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 19/2014, que fazem de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor CELSO MATIELLO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa SOCIEDADE RÁDIO CONTINENTAL LTDA, estabelecida sito a Avenida Santa Catarina, Coronel Freitas - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.684.498/0001-86, neste ato representada por sua representante legal Senhor RODRIGO NARDINO, portador do CPF n.º 007.993.559-17, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. De acordo com o item 4.4 da clausula quarta do contrato principal fica concedida a CONTRATADA reajuste de 5,38%(índice acumulado IGP_M dos últimos doze meses) no valor das parcelas sobre o preço aditado no 4º termo aditivo, passando assim a receber a partir da data deste instrumento, o valor mensal de R\$ 1.404,53 (Um mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta e três centavos).

Cláusula Segunda. As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo, correrão à conta da Dotação do orçamento do Município para o exercício de 2017, com a seguinte classificação:

Órgão – 03 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cod. Red. 08 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 19/2014, não alterados pelos aditivos realizados, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 31 de março de 2017.

CELSO MATIELLO

SOCIEDADE RÁDIO CONTINENTAL LTDA

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO NARDINO

P/CONTRATANTE

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01.

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 12/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 12/2017

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 12/2017, que fazem de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor CELSO MATIELLO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa TRANSVOLMAR TRANSPORTES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 14.120.218/0001-94, representada neste ato, pelo seu Representante Legal, Sr. VALDIR TEIXEIRA, doravante denominada CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira – O presente Termo Aditivo tem por objetivo o acréscimo de quilometragem no percurso diário, na Linha Cabeceira da Barra da Europa e Barra da Europa, o novo itinerário contará com 10 km a mais por viagem, já considerando o deslocamento de ida e volta até o novo ponto no itinerário. Assim sendo, o novo itinerário terá 107,7 km (Cento e sete quilômetros e setecentos metros) diários.

Parágrafo primeiro – O novo itinerário será o seguinte:

Saída: 6:15 da manhã Abrigo Gobbi, Barp, Abrigo do Venâncio, Entrada do Cuochinski, (Giachini), Retorna vai a Barra da Europa, Jair Ribicki, Abrigo do Tadiotto, Carlos Krindges, Cabeceira da Barra da Europa, José Siqueira, Dioraci Vieira, Volta pra Barra da Europa, Sobe pelo Strapasson, Zé Valentim, Abrigo do Kulba, Alto Santa Terezinha, Abrigo Zanardi, ERM. Ângelo Soletti, CEI Pingo de Gente, EEB São Luiz.



Retorno: 11.10h CEI Pingo de Gente ERM. Ângelo Soletti, EEB. São Luiz, Abrigo do Zanardi, Alto Santa Terezinha, Abrigo do Kulba, Zé Valentim. Barra da Europa, Jair Ribiki, Abrigo do Tadiotto, Ricardo Paulazi, Hack, Carlos Kringdes, José f. Siqueira, Rogério Vieira, Pedro Vaskievski, Barra da Europa, Abrigo do Venâncio, Entrada do Cuochinski (Giachini), Retorna no abrigo do Venâncio, Barp, Alto Santa Terezinha, Abrigo do Zanardi, ERM Ângelo Soletti, CEI, Pingo de Gente, EEB, São Luiz.

Retorno: às 17:10h CEI Pingo de Gente, ERM. Ângelo Soletti, EEB. São Luiz, Abrigo do Zanardi, Alto Santa Terezinha, Abrigo do Kulba, Zé Valentim, Strapasson, Barra da Europa, Jair Ribiki, Abrigo do Timóteo, Ricardo Paulazi, Hack, Carlos Krindgs, José F. Siqueira, Barra da Europa, Abrigo do Venâncio, Abrigo do Cuochinski, (Giachini), Retorna ao abrigo do Venâncio, Barp.

Turno Matutino e Vespertino. Percurso percorrido diariamente aproximadamente 107,700 Km.

Cláusula Segunda - As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que, desde logo, produza seus efeitos legais e jurídicos.

União do Oeste – SC, 31 de março de 2017.

CELSO MATIELLO	TRANSVOLMAR TRANSPORTES LTDA ME
PREFEITO MUNICIPAL	VALDIR TEIXEIRA
P/CONTRATANTE	P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01.	02
Nome: Marília Miorelli	Nome: Giane Smaniotto
CPF: 057.672.509-95	CPF: 060.416.089-55

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 21/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 21/2014

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 21/2014, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor CELSO MATIELLO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa RADIO 102 DE PINHALZINHO LTDA, estabelecida sito a Rua São Luiz, Pinhalzinho - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 03.802.438/0001-81, neste ato representada por seu representante legal Senhor LADIR CASSOL, portador da CI nº 710.406-5, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. De acordo com o item 4.4 da cláusula quarta do contrato principal fica concedida a CONTRATADA reajuste de 5,38%(índice acumulado IGP_M dos últimos doze meses) no valor das parcelas sobre o preço aditado no 4º termo aditivo, passando assim a receber a partir da data deste instrumento, o valor mensal de R\$ 1.815,46 (Um mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e seis centavos).

Cláusula Segunda. As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo, correrão à conta da Dotação do orçamento do Município para o exercício de 2017, com a seguinte classificação:

Órgão – 03 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cod. Red. 08 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 21/2014, não alterados pelos aditivos realizados, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 31 de março de 2017.

CELSO MATIELLO	RÁDIO 102 DE PINHALZINHO LTDA
PREFEITO MUNICIPAL	LADIR CASSOL
P/CONTRATANTE	P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01.	02
Nome: Marília Miorelli	Nome: José Tessaro
CPF: 057.672.509-95	CPF: 460.292.909-59

Urussanga

PREFEITURA

ADT 01/38/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 01/38/2017

Data de assinatura: 31/03/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: FARMACIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 01.574.989/0001-00

Objeto: Fornecimento de medicamentos especiais através do guia da farmácia.

Valor global: R\$ 14.300,00

CONTRATO Nº 114/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 114/2017

Data de assinatura: 17/03/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: JULIO SILVESTRI FILHO ME

CNPJ: 15.608.150/0001-50

Objeto: Fornecimento parcelado de material de desgaste.

Valor global de R\$ 32.230,00

Vigência até 31/12/2017.

CONTRATO Nº 111/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 111/2017

Data de assinatura: 15/03/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: C.A TOP SEGURANÇA DO TRABALHO E MEDICINA
OCUPACIONAL EIRELI ME
CNPJ: 23.493.880/0001-80

Objeto: Serviço de medicina e segurança no trabalho.

Valor global de R\$ 37.050,00

Vigência até 31/12/2017.

CONTRATO Nº 115/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 115/2017

Data de assinatura: 17/03/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: VOLCAP COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ: 17.333.628/0001-01

Objeto: Fornecimento parcelado de material de desgaste.

Valor global de R\$ 25.703,20

Vigência até 31/12/2017.

CONTRATO Nº 112/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 112/2017

Data de assinatura: 17/03/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 00.444.086/0001-41

Objeto: Fornecimento parcelado de material de desgaste.

Valor global de R\$ 22.053,00

Vigência até 31/12/2017.

CONTRATO Nº 113/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 113/2017

Data de assinatura: 17/03/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR
LTDA EPP

CNPJ: 79.905.071/0001-93

Objeto: Fornecimento parcelado de material de desgaste.

Valor global de R\$ 100,00

Vigência até 31/12/2017.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017

Extrato de EDITAL de Pregão Presencial nº 44/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 13 de abril de 2017 às 08h40min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à rede municipal de ensino de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 44/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces

Vargeão, SC, 31 de março de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS DE Nº 167/2017 A Nº 178/2017

EXTRATOS DE CONTRATOS de nº 167/2017 a nº 178/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à saúde do Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 5.806,00 (cinco mil oitocentos e seis reais)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 39/2017, processo licitatório 43/2017 e Contrato nº 167/2017.

Vargeão, SC, 31 de março de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à saúde do Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 10.512,63 (DEZ MIL QUINHENTOS E DOSE REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 39/2017, processo licitatório 43/2017 e Contrato nº 168/2017.

Vargeão, SC, 31 de março de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CASA CIRURGICA LTDA ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à saúde do Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 4.256,40 (QUATRO MIL DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 39/2017, processo licitatório 43/2017 e Contrato nº 169/2017.

Vargeão, SC, 31 de março de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à saúde do Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 995,00 (NOVECIENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 39/2017, processo licitatório 43/2017 e Contrato nº 170/2017.

Vargeão, SC, 31 de março de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FRANCIELI HAIDUK RIGO - ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à saúde do Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 3.190,00 (TRES MIL CENTO E NOVENTA REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 39/2017, processo licitatório 43/2017 e Contrato nº 171/2017.

Vargeão, SC, 31 de março de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à saúde do Município de Vargeão.

VALOR: R\$ 1.759,00 (HUM MIL SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 39/2017, processo licitatório 43/2017 e Contrato nº 172/2017.

Vargeão, SC, 31 de março de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: GESUL COMERCIAL LTDA - ME
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à saúde do Município de Vargeão.
VALOR: R\$ 496,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 39/2017, processo licitatório 43/2017 e Contrato nº 173/2017.
Vargeão, SC, 31 de março de 2017.
Volmir felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à saúde do Município de Vargeão.
VALOR: R\$ 744,00 (SETECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 39/2017, processo licitatório 43/2017 e Contrato nº 174/2017.
Vargeão, SC, 31 de março de 2017.
Volmir felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITA-
LARES LTDA.
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à saúde do Município de Vargeão.
VALOR: R\$ 6.467,00 (SEIS MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 39/2017, processo licitatório 43/2017 e Contrato nº 175/2017.
Vargeão, SC, 31 de março de 2017.
Volmir felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA.
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à saúde do Município de Vargeão.
VALOR: R\$ 1.380,00 (HUM MIL TREZENTOS E OITENTA REAIS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 39/2017, processo licitatório 43/2017 e Contrato nº 176/2017.
Vargeão, SC, 31 de março de 2017.
Volmir felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: ODONTOESTE LTDA
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à saúde do Município de Vargeão.
VALOR: R\$ 1.800,00 (HUM MIL E OITOCENTOS REAIS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 39/2017, processo licitatório 43/2017 e Contrato nº 177/2017.
Vargeão, SC, 31 de março de 2017.
Volmir felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRE-
LI - EPP
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à saúde do Município de Vargeão.
VALOR: R\$ 8.385,00 (OITO MIL TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, modalidade pregão nº 39/2017, processo licitatório 43/2017 e Contrato nº 178/2017.
Vargeão, SC, 31 de março de 2017.
Volmir felipe
Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO PREGÃO 01.2017

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pregão Presencial Registro de Preços nº. 01/2017

RETIFICAÇÃO 002/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece o Artigo 37, inciso II da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, a PRESENTE RETIFICAÇÃO:

Alteração 01:

Onde se lê:

Prefeitura de Vidal Ramos

Fundo de Assistência Social de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa especializada para fornecimento de PROCESSADOR, MONITOR, TECLADO E MOUSE E UM RELÓGIO PONTO, para ser utilizado na assistência Social.

REGIMENTO: O Fundo de Assistência Social de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 01/2017, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14:00 hrs do dia 07 de abril de 2017.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 14:00 hrs do dia 07 de abril de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 24 de março de 2017

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Leia-se:

Prefeitura de Vidal Ramos

Fundo de Assistência Social de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa especializada para fornecimento de PROCESSADOR,

MONITOR, TECLADO E MOUSE E UM RELÓGIO PONTO, para ser utilizado na assistência Social.

REGIMENTO: O Fundo de Assistência Social de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 01/2017, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14:00 hrs do dia 07 de abril de 2017.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 14:00 hrs do dia 07 de abril de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 24 de março de 2017

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

ANULAÇÃO PR 29/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017 – PMV

ANULAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO, IMPRESSÃO E VEICULAÇÃO EM OUTDOOR E BUSDOOR, PARA DIVULGAÇÕES DIVERSAS DAS CAMPANHAS, PROGRAMAS E PROJETOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA foi anulada. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 31 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 13.886/17

DECRETO Nº 13.886/17, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo, o Secretário Municipal de Finanças, o Secretário Adjunto de Finanças e Controle e a Tesoureira a realizar movimentações financeiras em instituições financeiras; e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados;

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o agente político DORIVAL CARLOS BORGA, ocupante do cargo eletivo de Prefeito, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto as instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo único. O agente político designado no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade – meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques;

emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 2º Fica autorizado o agente político GENTIL GAEDKE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Finanças, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto as instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo único. O servidor designado no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade – meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 3º Fica autorizado o servidor público municipal LUIZ CARLOS BONDICZ, ocupante do cargo comissionado de Secretário Adjunto de Finanças e Controle, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto as instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo único. A servidora designada no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade – meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 4º Fica autorizado a servidora pública municipal CLEMIR BERTOTTO ERDMANN, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior e designada para exercer as funções de Tesoureira, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto as instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo único. A servidora designada no caput terá os seguintes

poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contrapor cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade – meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 5º Os poderes elencados nos incisos a seguir efetivar-se-ão mediante 02 (duas) assinaturas, sendo que obrigatoriamente as transações serão assinadas por qualquer dos servidores citados nos artigos 1º, 2º, 3º e 4º:

- I – Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- II – Efetuar transferências por meio eletrônico
- III – Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- IV – Abrir contas de depósito;
- V – Liberar arquivos de pagamento de pagamento no GFN/ASP;
- VI – Emitir cheques;

Art. 5º As contas bancárias das entidades da administração direta, indireta e fundacional citadas nos artigos 1º, 2º, 3º e 4º deste Decreto, referem-se exclusivamente às vinculadas aos seguintes números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ:

- I – 83.039.842/0001-84 – Município de Videira;
- II – 10.432.684/0001-54 – Fundo Municipal de Saúde;
- III – 13.617.528/0001-56 – Fundo Municipal de Assistência Social;
- IV – 95.994.059/0001-59 – Fundação Municipal de Esportes de Videira;
- V – 03.333.619/0001-06 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VI – 83.039.842/0002-65 – Município de Videira.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 13.666/17.

Videira, 21 de março de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.895/17

DECRETO Nº 13.895 /17, DE 28 DE MARÇO DE 2017.
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora DENISE ZAGO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais

que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 013/2017,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora DENISE ZAGO, inscrita no CPF nº 573.696.239-04, com RG 1.913.580 e no PIS/PASEP nº 180.13159.75-8, detentora da matrícula funcional nº 2014, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.267,44 (três mil duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 – Estatuto dos Servidores Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de março de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.896/17

DECRETO Nº 13.896/17, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia Membros para o Conselho Externo de Monitoramento do Plano Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 043/2006, e a vista do que consta na Comunicação Interna nº 0108/2017, da Secretaria Municipal de Planejamento;

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para o Conselho Externo de Monitoramento do Plano Diretor:

I) Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos de Videira - AREAVID:
Titular: Amauri Forlin
Suplente: Rodrigo Mendes

II) Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina - CREA:
Titular: Valdir Pedro Schneider
Suplente: Fabricio Denardi

III) Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira – ACIAV:
Titular: Ricardo Testolin

Suplente: Keila Eliziane Celeski

IV) Câmara de Dirigentes Lojistas de Videira – CDL:

Titular: José das Neves Olivo

Suplente: Fernando Roberto Taffarel Fávero

V) Conselho Regional de Corretores de Imóveis de SC - CRECI:

Titular: Marcelo Rodrigo Veloso Lima

Suplente: Luciano Pasqual

VI) Conselho Regional de Arquitetura – CAU/SC:

Titular: Ademir Luiz Bogoni

Suplente: Jean Marcelo Ziero

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.772/11.

Videira, 29 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.908/17

DECRETO N.º 13.908/17, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 5330/17, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Videira;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área distinta, sendo a área com 10.000,00 m2 (dez mil metros quadrados), de propriedade da Prefeitura Municipal de Videira, constante das matrículas 35.417 registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, com 58.514,00 (cinquenta e oito mil, quinhentos e quatorze metros quadrados) e remanescendo na referida matrícula a área de 48.514,00 m2 (quarenta e oito mil, quinhentos e quatorze metros quadrados), conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo nº 5530/17.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

EXTRATO DO CONTRATO N. 0003/17

Extrato do Contrato n. 0003/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLENE MARIA TURCO SCHULTE

CPF: 665.740.809-91

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0056/17

Extrato do Contrato n. 0056/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA APARECIDA FERRANTI GEMELLI

CPF: 030.180.589-09

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATUAR COMO PROFESSOR DE AULAS EXCEDENTES

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.482,48 (um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0062/17

Extrato do Contrato n. 0062/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDRIELY GUSI

CPF: 086.701.069-06

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA LARESSA PAZIN AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE ASSESSOR NÍVEL II

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0063/17

Extrato do Contrato n. 0063/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELLA GRUTZMANN

CPF: 087.935.999-43

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA RITCHELE PIRES DE BRITO AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE ASSESSOR DE ATIVIDADES SÓCIO PEDAGÓGICAS

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0064/17

Extrato do Contrato n. 0064/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDRÉ KUBIAK

CPF: 046.495.939-05

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR ALYSSON WOIGT AFASTADO PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DIRETOR DE ESCOLA I

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0066/17

Extrato do Contrato n. 0066/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NAYARA ARGENTA GREEF DA SILVA

CPF: 072.234.689-12

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0067/17

Extrato do Contrato n. 0067/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DENUZA ANDRÉIA SERIGHELLI LEODORO

CPF: 065.160.009-05

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0068/17

Extrato do Contrato n. 0068/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE MARIA TUCLINOVICTCH

CPF: 807.685.479-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA SANDRA ROSILENE STOECKLE FRANCOZO AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DIRETOR DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0069/17

Extrato do Contrato n. 0069/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JAINE PATRICIO

CPF: 079.710.829-75

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ANDREIA GEMELLI SIMIONI AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE ASSESSOR DE SECRETARIA ESCOLAR II

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0070/17

Extrato do Contrato n. 0070/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GISELE TRANCOSO DOS SANTOS

CPF: 036.661.869-55

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ROSANI PAULA VIERGUTZ AFASTADA PARA ATUAR NA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0071/17

Extrato do Contrato n. 0071/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRTE POLI

CPF: 029.631.159-62

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA NEIVA MARIA FERRI AFASTADA PARA ATUAR NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0072/17

Extrato do Contrato n. 0072/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE GORISCH ROSINEK

CPF: 008.526.909-32

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA IRONILDA STRAPAZZON AFASTADA POR RESTRIÇÃO EM SUAS ATIVIDADES LABORAIS

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 27 de junho de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0074/17

Extrato do Contrato n. 0074/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEBORA TURMINA

CPF: 078.910.269-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA VLADENICE PAZIN UNGARATTO AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DIRETOR DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0075/17

Extrato do Contrato n. 0075/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANA BERTÉ

CPF: 022.058.309-96

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA NAIR PERRETTI AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DIRETOR DE ESCOLA I

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0076/17

Extrato do Contrato n. 0076/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DAIANA CRISTINA PEDRO

CPF: 005.094.219-03

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA MARILEI REGINA FRECH RIBEIRO AFASTADA PARA ATUAR NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0077/17

Extrato do Contrato n. 0077/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KELLY SERAFINI

CPF: 080.855.829-37

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA VANIA REGINA FRIZON DOS SANTOS AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DIRETOR DE ESCOLA II

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0079/17

Extrato do Contrato n. 0079/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA

CPF: 077.736.359-35

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA FABIANA BRUSCHI BARBOSA COLISSI AFASTADA PARA ATUAR NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0080/17

Extrato do Contrato n. 0080/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREIA RAMOS DE SOUZA CAREGNATO

CPF: 041.710.649-10

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA MARISTELA AGUIAR AFASTADA POR RESTRIÇÃO EM SUAS ATIVIDADES LABORAIS

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 06 de junho de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0081/17

Extrato do Contrato n. 0081/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE CRISTINA ANTUNES SALLES

CPF: 016.388.729-29

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA WILMAIR AUXILIADORA PONTES DE CAMPOS AFASTADA PARA ATUAR NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Artes Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0082/17

Extrato do Contrato n. 0082/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEBORA MARIA GOULART BUDO LORENZZONI

CPF: 392.931.650-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Artes Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.223,73 (dois mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0087/17

Extrato do Contrato n. 0087/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VERA LUCIA FERREIRA TOMAZ

CPF: 043.069.367-24

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA MARILUCY FÁTIMA LOPES DE ANDRADE AFASTADA PARA ATUAR NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.223,73 (dois mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e três centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0083/17

Extrato do Contrato n. 0083/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA CARLA CORRÊA DA ROCHA

CPF: 045.429.269-90

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Artes Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0088/17

Extrato do Contrato n. 0088/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DOGLAS ANSILIERO

CPF: 047.338.659-37

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ALICE MARIA BISCARO CANTELLI AFASTADA PARA ATUAR NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0084/17

Extrato do Contrato n. 0084/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CINTIANA APARECIDA RODRIGUES REINHOLD

CPF: 050.631.709-94

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA CLECIANE TAHRUN TEDESCO AFASTADA PARA ATUAR NA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Artes Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0089/17

Extrato do Contrato n. 0089/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JAQUELINE MARIA MENEGUZZI

CPF: 006.007.859-63

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATUAR COMO PROFESSOR DE AULAS EXCEDENTES

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.482,48 (um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0086/17

Extrato do Contrato n. 0086/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA DE OLIVEIRA

CPF: 082.392.329-06

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA DIRLEI INVITTI DEFILTRO QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 15 de março de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0090/17

Extrato do Contrato n. 0090/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROGERIO RICARDO

CPF: 842.557.739-04

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA DIANÊS TEREZINHA ARGENTON QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA DE PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 01 de março de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Inglês

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0091/17

Extrato do Contrato n. 0091/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOCIANE DE FATIMA DE MORAES CACHOEIRA

CPF: 030.732.309-98

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.053,92 (três mil e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0100/17

Extrato do Contrato n. 0100/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CAMILA GAVASSO MOREIRA

CPF: 081.605.989-63

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0093/17

Extrato do Contrato n. 0093/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAYARA BOCCA

CPF: 076.088.729-06

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA NOILI GHELLER QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2017 a 09 de maio de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0101/17

Extrato do Contrato n. 0101/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TAINÊ VENSON

CPF: 083.212.149-59

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0097/17

Extrato do Contrato n. 0097/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLENE WEISS PEREIRA DE JESUS

CPF: 944.567.719-68

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.482,48 (um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0104/17

Extrato do Contrato n. 0104/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELLA BISCOLLI RIBEIRO

CPF: 025.724.409-38

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ADAIANA CAMILA WEISS FALETTI AFASTADA PARA ATUAR NA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0099/17

Extrato do Contrato n. 0099/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDIMARINA REOLON

CPF: 006.760.259-27

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0105/17

Extrato do Contrato n. 0105/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LELI JANAINÉ CENCI

CPF: 062.958.099-52

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA FRANCIELI TESTOLIN AFASTADA PARA ATUAR NA FUNÇÃO DE DIRETOR DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0106/17

Extrato do Contrato n. 0106/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLI TEREZINHA RIEDI

CPF: 017.816.259-05

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA LUZIA DA SOLER DIDOMENICO AFASTADA PARA ATUAR NA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0107/17

Extrato do Contrato n. 0107/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCELIA DAS GRAÇAS RIBEIRO

CPF: 042.070.979-70

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA REGIANE APARECIDA JULIANOTTI AFASTADA PARA ATUAR NA FUNÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA ADJUNTO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0108/17

Extrato do Contrato n. 0108/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FERNANDA APARECIDA FERREIRA DE DEUS

CPF: 009.644.519-05

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA PAULA FERNANDA TURMINA AFASTADA PARA ATUAR NA FUNÇÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA ESCOLAR I

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0109/17

Extrato do Contrato n. 0109/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIANE PASA

CPF: 062.500.079-03

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0111/17

Extrato do Contrato n. 0111/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDINA CORDEIRO DOS SANTOS

CPF: 004.927.089-32

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

HOMOLOGAÇÕES FMS - MARÇO 2017

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 03/2017, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 - FMS

PROCESSO Nº 12/2017

HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE ÓCULOS A SEREM FORNECIDAS A POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: SCHMIDT DA SILVEIRA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.750,00 (onze mil setecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: OPTICA HORUS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 64.695,00 (sessenta e quatro mil seiscentos e noventa e cinco reais)

Videira, 31/03/2017

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES PMV - MARÇO 2017

O Município de Videira no mês 03/2017, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

PROCESSO Nº 35/2017

HOMOLOGAÇÃO: 17/03/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

CONTRATADO: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 705.057,80 (setecentos e cinco mil cinquenta e sete reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: AGN FRIOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 93.621,00 (noventa e três mil seiscentos e vinte e um reais)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

VALOR DA DESPESA: R\$ 398.813,40 (trezentos e noventa e oito mil oitocentos e treze reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 321.096,23 (trezentos e vinte e um mil e noventa e seis reais e vinte e três centavos)

CONTRATADO: GIGA1.COM EIRELI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.353,00 (dezesesseis mil trezentos e cinquenta e três reais)
CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 272.523,15 (duzentos e setenta e dois mil quinhentos e vinte e três reais e quinze centavos)
CONTRATADO: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.229,50 (nove mil duzentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos)
CONTRATADO: EGON KLUK STADLER - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 360.104,60 (trezentos e sessenta mil cento e quatro reais e sessenta centavos)
CONTRATADO: CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 86.054,14 (oitenta e seis mil e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017

PROCESSO Nº 38/2017

HOMOLOGAÇÃO: 23/03/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, VULCANIZAÇÕES E CONsertos DE PNEUS PARA USO DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA E PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

CONTRATADO: RECAUCHUTADORA RODA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 163.950,00 (cento e sessenta e três mil novecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: FM PNEUS LTDA - FILIAL

VALOR DA DESPESA: R\$ 166.580,00 (cento e sessenta e seis mil quinhentos e oitenta reais)

CONTRATADO: F. VACHILESKI & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 205.600,00 (duzentos e cinco mil seiscentos reais)

Videira, 31/03/2017

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 37/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÃO DE FÊMEAS DE CÃES E GATOS, PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 13/04/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 29 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 38/2017 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E EVENTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00:00h do dia 13/04/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 31 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO EXTRATO HOMOLOGAÇÕES FME - MARÇO 2017

O Município de Videira, através da Fundação Municipal de Esportes, no mês 03/2017, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017 - FME

PROCESSO Nº 2/2017

HOMOLOGAÇÃO: 09/03/2017

CONTRATANTE: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE

VALOR DA DESPESA: R\$ 47.450,00 (quarenta e sete mil quatrocentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: LIGA DESPORTIVA DA REGIAO DE FRAIBURGO - LIDERFRAY

VALOR DA DESPESA: R\$ 47.800,00 (quarenta e sete mil e oitocentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017 - FME

PROCESSO Nº 3/2017

HOMOLOGAÇÃO: 17/03/2017

CONTRATANTE: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS DE USO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CONTRATADO: AVESSO LAVANDERIA E TRANSPORTE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.674,00 (onze mil seiscentos e setenta e quatro reais)

Videira, 30/03/2017

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 014/2017

DECRETO Nº 014, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, COM SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES, NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES PARA O FIM DE REGULAMENTAR, EM ÂMBITO LOCAL, AS PARCERIAS E OS ACORDOS DE COOPERAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 79, IV da Lei Orgânica do Município de Vitor Meireles, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Recepção, no âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - O Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

II - o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

§ 3º A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§ 4º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças publicará, no sítio eletrônico oficial do Município, informações que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 5º A atualização das informações referidas no § 3º deve ser constante, tendo como base as alterações da legislação federal.

§ 6º As secretarias da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - Termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º O acordo de cooperação previsto no inciso II do art. 2º:

I - poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

II - será firmado pelo Prefeito, permitida a delegação;

III - poderá, ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese em que prescinde prévia análise jurídica.

Parágrafo Único: São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no art. 5º do Decreto Federal nº 8.726/2016.

CAPÍTULO II

DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Art. 4º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos do arts. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

§ 5º Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 6º A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo esta um órgão colegiado, composto por três agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da área.

§ 2º Na portaria de nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 7º A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV - o valor global.

Art. 8º A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 9º As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º Os recursos poderão ser apresentados por meio do sítio eletrônico oficial do Município ou no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 10. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 11. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida.

§ 2º Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 12. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

§ 4º Aplica-se, à atuação em rede, o disposto nos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I - monitorar o conjunto de parcerias;

II - apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III - padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e

IV - homologar dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A administração pública municipal designará, por portaria, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 58 a 60, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 14. O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente, o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 16. Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto:

I - os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidos a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019, art. 3º, IV;

III – subvenções econômicas.

Art. 17. No âmbito da administração pública municipal, a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, caberá à assessoria jurídica do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Administração e Finanças, quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 18. A administração pública municipal fará reuniões públicas com as organizações da sociedade civil, a fim de orientá-las quanto à Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como sobre a aplicação deste Decreto, bem como disponibilizará material técnico para orientação.

Art. 19. Constan em anexo documentos modelos que poderão ser solicitados no processo de chamamento público.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Vitor Meireles, 29 de março de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

(MODELO)

ANEXO I

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº00/0000

O Prefeito do Município de _____, Estado de Santa Catarina, Fulano de Tal, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº13.019/2014, torna público às Organizações da Sociedade Civil interessadas, que através deste ,realiza o Chamamento Público, visando a seleção de Entidades sem fins lucrativos na área de Assistência Social, para firmar parceria por meio de Termo de colaboração, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

0.1 A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil (OSC) por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), para a execução de serviços socioassistenciais conforme estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS que apresentarem o Plano de Trabalho que melhor se adequar ao objeto a ser pactuado, dispondo condições estabelecidas neste Edital.

0.2 O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Lei 13.204 de 2015, pelo Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

0.3 Será selecionada uma única proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do termo de colaboração.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

1

1.1 O termo de colaboração terá por objeto a contratação de Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade de Serviço de Acolhimento Institucional para pessoa idosa – Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI;

1.2 Objetivos específicos da parceria:

a. Acolher e garantir proteção integral; Acolhimento de forma permanente, continuada e planejada para pessoas idosas com diferentes necessidades e graus de dependência (I, II, III), que não dispõe de condições para permanecer na família, ou para aquelas que se encontram com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em situações de negligência e/ou abandono familiar ou institucional, sofrendo abusos, maus tratos e outras formas de violência, ou com a perda de capacidade de autocuidado;

b. Devendo funcionar em unidade inserida na comunidade, com características residenciais e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar e a interação social com pessoas da comunidade;

- c. Assegurando a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência, sempre que possível, com acesso às atividades culturais, lúdicas, de lazer na comunidade e de proteção e promoção social, cuja finalidade é a prevenção dos agravos decorrentes do envelhecimento.
- d. Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência;
- e. Fornecer alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas;
- f. Promover ações sociais internas e externas;
- g. Observar os direitos e as garantias de que são titulares as pessoas idosas;
- h. Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade;
- i. Proceder a estudo social e pessoal de cada caso;
- j. Manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;

1.3 Vagas- 5 (cinco) vagas para idosos oriundos do município de A -SC

1.4 Usuários / Forma de Acesso: pessoas idosas, de ambos os sexos, com diferentes necessidades e graus de dependência, que não possuem condições para permanecer na família, ou em situação de negligência e/ou abandono com vínculos familiares fragilizados ou rompidos ou com a perda da capacidade de auto cuidado. Demanda encaminhada através da Assistência Social do município de A Ou Ministério Público ou Poder Judiciário; Quando do encaminhamento do usuário, a equipe informa o valor real a ser custeado pelo município tendo em vista a coparticipação familiar (quando houver) ou própria participação da pessoa idosa no custeio da organização, conforme artigo 35 da Lei 10.741/03 – Estatuto do Idoso;

1.5 Funcionamento: Ininterrupto, 24 horas, conforme legislação específica para funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos, descritas na Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n 283;

1.6 Valor de repasse de recurso mensal:

- 1.
- 2.
- 2.1.
- 2.2.
- 2.3.
- 2.4.
- 2.5.
- 2.6.
- a. Para execução indireta do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas Idosas, cada vaga poderá atingir o valor máximo de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) ao mês, por período de sua justificativa.
- b. O repasse mensal está atrelado a ocupação da vaga no devido Serviço de Acolhimento Institucional;
- c. A Secretaria Municipal de Assistência Social, repassará mensalmente a organização conveniada o valor de repasse de recurso mensal a ser financiado na dotação orçamentária;
- d. O valor de repasse mensal poderá ser alterado, caso demande ajustes, durante a execução da parceria, com base em justificativa técnica, com a finalidade de que o objeto previsto seja cumprido da maneira mais eficiente possível ou em se tratando de índices de correções aplicadas IGPM

3. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

2

2.1 Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

2.2 Requisitos para a Organização da sociedade Civil participar deste Edital :

- a. Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014).
- b. Declarar, conforme modelo constante no Anexo I– Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.
- c. Não é permitida a atuação em rede;
- d. Possuir no momento da apresentação do Plano de Trabalho, no mínimo 01(um)ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- e. Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho e na forma do art. 26, caput, inciso III, do Decreto nº 8.726, de 2016 ou por declaração no Anexo II do presente Edital;
- f. Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma do art. 26, caput, inciso III, do Decreto nº 8.726, de 2016. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 26, caput, inciso III e §1º, do Decreto nº 8.726, de 2016);
- g. Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

h. apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 26, caput, inciso VII, do Decreto nº 8.726, de 2016);

i. Que está ciente de que a simples participação no chamamento público, pressupõe seu conhecimento prévio e sua concordância com o atendimento das disposições deste edital e da Lei Federal nº 13.019/2014;

j. Não tenha como dirigente de órgão ou agente político vinculado ao Poder Executivo e Legislativo municipal, ou respectivo cônjuge ou companheira, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau;

k. Demonstrar conhecimento técnico e capacidade de articulação com os serviços da rede socioassistencial e políticas públicas setoriais no âmbito do território destinado;

4. COMISSÃO DE SELEÇÃO

3

3.1 A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, a ser constituída na forma da Portaria n.º , previamente à etapa de avaliação das propostas.

3.2 Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público;

3.3 A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital;

3.4 Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

5. DA FASE DE SELEÇÃO

4

4.1 A Fase de seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	xx/xx/xxxx
2	Envio das propostas pelas OSCs.	xx/xx/xxxx a __/__/____ [mínimo de trinta dias, iniciando da data indicada na Etapa 1]
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	__/__/____ a yy/yy/yyyy [prazo discricionário, a ser definido pelo órgão]
4	Divulgação do resultado preliminar.	yy/yy/yyyy + 1 dia (o dia adicional é uma estimativa)
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	5 (cinco) dias contados da divulgação do resultado preliminar
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	5 (cinco) dias após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	__/__/____ (esta data é estimada)

4.2 Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas.

4.3 Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

a. O presente edital será divulgado em sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de A , com prazo mínimo de trinta dias para apresentação das propostas, contado da data do Edital.

4.4 Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs

a. As propostas poderão ser apresentadas pelas OSCs, por meio do endereço eletrônico administração ou deverão ser encaminhadas em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição "Proposta – Edital de Chamamento Público nº", e entregues via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente protocoladas na Secretaria Municipal de administração e deverão ser cadastradas e enviadas para análise, até às horas do dia de de 20 [o preenchimento definitivo dos espaços pontilhados]

b. Na hipótese do subitem anterior, a proposta, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.

c. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela administração pública federal.

d. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada;

4.5 Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

As propostas deverão conter:

- a. Descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- b. As ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c. Os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d. O valor global de cada vaga.
- e. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.
- f. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.
- g. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

	Plenamente Satisfatório	Satisfatório	Insatisfatório
Pontuação	2	1	0
1. Viabilidade dos Objetivos e Metas:			
2. Consonância com objetivos Propostos:			
3. Metodologia e Estratégia de Ação conforme a Tipificação Nacional dos Serviços.			
4. Viabilidade de Execução:			
5. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos:			
6. Experiência da Entidade na execução do Serviço e no Município:			
7. Sustentabilidade da Entidade:			
08. Localização e Infraestrutura física:			
09. Adequação aos critérios Estabelecidos na Proposta			
10. Contribuição para o Desenvolvimento biopsicossocial do público alvo do serviço			
11. Proporciona a garantia de Exercício dos direitos sociais básicos			
12. Oferta de oportunidades de Participação das famílias			
13. Participação da OSC em Conselhos Municipais			
14. Menor valor da proposta			
TOTAL			

DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PROJETOS:

- 1.Viabilidade dos Objetivos e Metas: Se os objetivos específicos são viáveis e exequíveis. Se as metas estão de acordo com o solicitado pelo Chamamento.
- 2.Consonância com objetivos propostos: Se os objetivos estão de acordo com o previsto pela legislação(Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais).
- 3.Metodologia e Estratégia de Ação: Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever o caminho escolhido, os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto.
- 4.Viabilidade de Execução: Se o projeto demonstra proximidade com realidade do território; se há coerência metodológica que viabilize a execução do projeto.
5. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos: Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho.
- 6.Experiência da Entidade no Serviço e no Município: Se a proposta traz conhecimento sobre realidade da comunidade ou do público-alvo; e se demonstra experiência com o serviço proposto.
7. Sustentabilidade da Entidade: Se a Entidade possui outras fontes de recurso e/ou apoio institucional.
- 8.Localização e Infraestrutura física: Descrever se o local e a infraestrutura prevista atende as necessidades do projeto.

09. Adequação aos critérios estabelecidos na proposta: Clareza e objetividade na apresentação do Plano de Trabalho, conforme previsto no Manual de Orientação para Formalização de Repasses Públicos ao Terceiro Setor.
10. Contribuição para o desenvolvimento biopsicossocial do público alvo do projeto: Previsão de ações que contribuam para a melhoria da sua qualidade de vida e alteração de sua realidade social.
11. Viabilização e garantia de exercício dos direitos sociais básicos: Previsões que garantam o acesso a direitos sociais básicos (saúde, educação, habitação, alimentação, entre outros).
12. Oferta de oportunidades de participação das famílias: Participação das famílias no projeto como oferta de atividades que favoreça a informação, a orientação e o apoio às famílias.
13. Participação da OSC em Conselhos Municipais: A organização participa e se articula com a rede de controle social e garantia de direitos.
14. Menor valor da proposta: a proposta que possuir o menor valor terá maior pontuação neste.

h. As propostas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

i. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (1). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (2), (3) e (4). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

4.6 Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do site oficial do(a) [órgão ou entidade pública responsável pela condução do chamamento] na internet(.....) iniciando-se o prazo para recurso.

4.7 Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

a. Nos termos do art. 18 do Decreto nº 8.726, de 2016, os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão (art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999). Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

b. O recurso deve ser protocolado junto a Secretaria de Administração do município de A

4.8 Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

a. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

b. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reavaliar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das mesmas e emitir parecer sobre o mesmo.

4.9 Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o órgão selecionador deverá homologar e divulgar, no seu site eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

a. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

b. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

6. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

5

5.1 A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

Tabela 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
4	O parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.
5	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial da União.

5.2 Etapa 1: Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Para a celebração da parceria, a administração municipal convocará a OSC selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria.

a. Por meio do plano de trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação observados os Anexos IV – Modelo de Plano de Trabalho e V – Referências para Colaboração.

5.3 Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho, devendo conter os seguintes elementos: Estes documentos deverão ser entregues na secretaria municipal de administração do município de A....

- a. Descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b. A forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;
- c. A descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d. A definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- e. A previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- f. Os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso;

5.4 Além do plano de trabalho, a OSC selecionada, dentro do mesmo prazo deverá comprovar o cumprimento dos requisitos elencados abaixo: Estes documentos deverão ser entregues na secretaria municipal de administração do município de A....

- a. Cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;
- b. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, três anos com cadastro ativo;
- c. Comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros: instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil; relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas; publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela; currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros; declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;
- d. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- e. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- g. Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme Anexo III
- h. Cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;
- i. Declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no Anexo V – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;
- j. Declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Anexo VI – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

5.5 Etapa 3: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

- a. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

5.6 Etapa 4: Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.

- a. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão público, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

5.7 Etapa 5: Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial da União. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública.

7. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

6

6.1 Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do [órgão ou entidade pública federal], autorizado pela Lei nº, de de de, UG , por meio do Programa xxxx - xxxxxx.

- a. Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública federal indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes (art. 9º, §1º, do Decreto nº 8.726, de 2016).
- b. O valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 30.000,00(trinta mil reais) no exercício de 20____. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.
- c. O valor de referência para a realização do objeto do termo de colaboração é de R\$ 2.500,00 (..... reais) mensais por vaga. O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

6.2 Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho:

- a. Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- b. Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- c. Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone,

assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

d. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

7

7.1 O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de A responsável pela condução do chamamento com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

7.2 Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo email administração....

7.3 Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

7.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

7.5 A secretaria de Administração municipal de A.... resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

7.6 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

7.7 O presente Edital terá vigência de meses/anos a contar da data da homologação do resultado definitivo.

9. ANEXOS

8

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo II – Declaração de Experiência

Anexo III – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho;

Anexo V – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

Anexo VI – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais

Anexo VII – Minuta do Termo de Colaboração; e

Anexo VIII – Declaração de Contrapartida (quando couber).

Local-UF, de de 20

Assinatura do órgão ou responsável publico

(MODELO)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº/20 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

(MODELO)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

Declaro, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] possui experiência no Serviço de Acolhimento Institucional de Alta Complexidade nos termos:

- Fundada em

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

(MODELO)

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO DO ART. 27 DO DECRETO Nº 8.726, DE 2016,
E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE**

Joãozinho, presidente do (a) (nome da instituição), CPF _____, Certifico que os dirigentes e conselheiros da referida entidade, cujo período de atuação é de ____/____/____ a ____/____/____, nos termos dos arts. 26, caput, inciso VII, e 27do Decreto nº 8.726, de 2016, são:

Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a". Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

- Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

- Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

(MODELO 1)

**ANEXO V
MODELO DE PLANO DE TRABALHO 1**

Todos os serviços ou atividades a serem desenvolvidas deverão constar no Plano de Trabalho de acordo com o art. 22 da Lei Federal nº13.019/2014, sendo:

I –Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;

II –Descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;

III– Prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;

IV–Definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V–Elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como; cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informações disponíveis ao público; VI– Plano de Aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;

VII –Estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente

na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;

VIII –Valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas, vinculadas as metas do cronograma físico;

IX –Modo e periodicidade das prestações de contas compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas as metas e com o período de vigência da parceria, não se admitindo periodicidade superior a 1(um) ano ou que dificulte a verificação física do cumprimento do objeto;

X -Descrição da metodologia a ser adotada na execução do projeto;

XI–Apresentar na conclusão final do projeto, número de atendimentos com comprovação das ações realizadas (atas, listas de presenças, e outras), constando avaliação dos pontos negativos e positivos.

(MODELO 2)

ANEXO VI

PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente

C.N.P.J.
Endereço
Cidade
U.F. C.E.P. DDD/Telefone FAX e-mail
Conta Corrente
Banco Agência Praça de Pagamento
Nome do Responsável C.P.F.
C.I./Órgão Expedidor
Cargo Função
Endereço
C.E.P.

2 – OUTROS PARTÍCIPES

Nome C.N.P.J./C.P.F. E.A.
Nome do Resposável Função C.P.F.
C.I./Órgão Expedidor Cargo Matrícula
Endereço Cidade C.E.P.

3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO/OBJETO

Título do Projeto
Período de Execução
Início AP Término Nº de dias AP
Identificação do Objeto
Justificativa da Proposição

4 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta
Etapa
Especificação
Indicador Físico (UNIDADE E QUALIDADE)
Duração (Início Término)

5 – PLANO DE APLICAÇÃO (R\$1,00)

Natureza da Despesa (código especificação)
Total
Concedente
Proponente
TOTAL GERAL

OBS: neste campo pode ser incluído os itens sobre bens e serviços e equipamentos

6 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

CONCEDENTE

Meta

1º MÊS

2º MÊS

3º MÊS

4º MÊS

5º MÊS

6º MÊS

7º MÊS

8º MÊS

9º MÊS

10º MÊS

11º MÊS

12º MÊS

PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

Meta

1º MÊS

2º MÊS

3º MÊS

4º MÊS

5º MÊS

6º MÊS

7º MÊS

8º MÊS

9º MÊS

10º MÊS

11º MÊS

12º MÊS

7 - PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestação de contas Final: até o dia ____ / ____ / ____ (90 dias após o término da vigência do TERMO DE PARCERIA)

8 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao (órgão público interessado), para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o tesouro ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, quem impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste plano de trabalho. Pede deferimento

____ Local e Data Proponente

8 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

8.1 – Comissão de Avaliação e Monitoramento: () Aprovado () Reprovado

Município ____/____/____ Assinatura: _____

8.2 – Gestor: () Aprovado () Reprovado

Município ____/____/____ Assinatura: _____

8.3 – Controle Interno: () Aprovado () Reprovado

Município ____/____/____ Assinatura: _____

8.4 – Jurídico: () Aprovado () Reprovado

Município ____/____/____ Assinatura: _____

8.5 – Chefe do Poder Executivo: () Aprovado () Reprovado

Município ____/____/____ Assinatura: _____

(MODELO)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 26, caput, inciso IX, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas "a" a "c", da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e
- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)
(MODELO)

ANEXO VIII DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 26, caput, inciso X, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC]:

- dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

- pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

- dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

(MODELO)

ANEXO IX MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº: ____/2017.

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE A , SC, E A ENTIDADE _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE A , SC, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE A , SC, pessoa jurídica e direito público interno, inscrita no CNPJMF sob o nº 00.000.000/0000-00, com sede (endereço), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor *****, portador da Cédula de Identidade sob nº ***** e inscrito no CPF sob nº *****, e do outro lado _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida nesta cidade, na _____ nº _____, no Município de _____, neste ato representado por seu Presidente, _____, brasileiro, casado, portador do RG nº _____, CPF nº _____, resolvem celebrar o TERMO DE COLABORAÇÃO, com fundamento no Processo de Chamamento Público nº ____/2016, no Decreto Municipal nº _____ de ____ de _____ de 2017, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2014, e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I. O presente Termo de Colaboração tem por objeto de Serviço Social Especial de Alta Complexidade na modalidade de Acolhimento Institucional em Instituição de Longa Permanência para Idosos, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo. Objetivo de cooperação na manutenção de vagas para idosos oriundos do Município de A , junto à ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA, da cidade de Ituporanga.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

II. O presente Termo de Colaboração terá como gestor da Proponente o(a) Sr(a) (Presidente), portador do CPF: nº _____, se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.019 de 31/07/2014. 2.2 – A Concedente nomeia como gestor da parceria do presente Termo de Colaboração o(a) Sr(a) (Secretário Municipal de assistência Social), _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INSERÇÃO DO USUÁRIO NO SERVIÇO

- I. O presente instrumento prevê um total de 5 (cinco) vagas, mediante disponibilidade da Organização e o pagamento será em caso de uso.
- II. O município por meio da Assistência Social enviará ofício a Organização onde solicita a vaga para o idoso do município e nesta expressa os valores de contribuição do idoso, familiar (se houver) e Poder Público;
- III. Quando da avaliação social na Entidade, encaminhar o Estudo Social pelos técnicos do município onde caracteriza a necessidade de acolhimento institucional;
- IV. Quando da inserção, a Entidade efetuará o contrato de Prestação de Serviços com o usuário, na sua impossibilidade de assinar, o responsável pelo encaminhamento o fará.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Prefeitura Municipal de A

- Fornecer os recursos para a execução deste objeto;
- Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- Disponibilizar medicação, exames, equipamentos auxiliares, fraldas e transporte especial, para o idoso que necessitar para sua estadia no serviço de acolhimento.
- No caso de óbito de idoso o município e a família tem obrigação na organização e custeio do funeral.
- Para que seja viabilizada vaga social ao idoso do Município de, é indispensável encaminhamento formal pela equipe de assistência social do referido município.
- Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sempre que necessário;
- Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica (com base no artigo 51 e e artigo 42, clausula XIV "conta corrente especifica...determinada pela administração publica" indicada pelo município);
- Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- Notificar a celebração deste instrumento a quem dele interessar;
- publicar o extrato deste instrumento;
- Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Entidade mensalmente por meio de nota de Prestação de Serviço.
- Elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da Entidade, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei de nº 13.019 de 3/07/2014. Esta deve ser ao concluir cada ano da parceria, de forma parcial e ao final da vigência do presente Termo de forma final.
- Prestação de Contas de Forma Parcial consiste em análise da Administração da nota fiscal de serviço e Relatório de Atividades anual da Organização.

I. SÃO OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE: Associação Abrigo Mão Amiga

- Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração;
- Executar suas ações de acordo com o Plano de Trabalho anexo;
- Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- Permitir livre acesso do Gestor da Parceria, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do MUNICÍPIO, correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, junto às instalações da ENTIDADE;
- Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo ao município , inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
- Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do MUNICÍPIO, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria, valores liberados.

- j. Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.
- k. Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública, no que dispõe a Legislação Municipal.
- l. Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- m. Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- n. comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos anuais praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
- o. Movimentar a comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as necessidades financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária.
- p. não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto.
- q. Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho.
- r. Comprovar mensalmente por meio de nota fiscal de serviço e de forma parcial ao final de cada ano da Parceria todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante em Relatório de Atividades.
- s. Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
- t. Comunicar ao MUNICIPIO a substituição dos responsáveis pela ENTIDADE, assim como alterações em seu Estatuto;

CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

- I.
- II. A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade.
- III. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre MUNICIPIO e o pessoal que a ENTIDADE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

- I. Para a execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, no presente exercício, o MUNICIPIO transferirá a ENTIDADE, de acordo com a avaliação técnica, o valor Máximo de R\$ _____ (_____).
- II. Para execução do presente instrumento, o MUNICIPIO pagará mensalmente a ORGANIZAÇÃO, um valor mensal suplementar para cada vaga destinada aos internos oriundos do Município de O valor ficará sujeito a reajuste anual no mês de janeiro de cada ano, pelo INPC acumulado.
- III. O valor de cada vaga, é estipulado pela equipe técnica do município com base na contribuição do idoso (até 70% de seu benefício previdenciário, quando houver), do familiar (quando houver) e complementação do município até atingir o valor Máximo de R\$ _____ (_____), indicado no item I desta cláusula.
- IV. As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

- I. Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica, vinculada ao objeto, na Agência nº____, no Banco____, na Conta Corrente nº____, e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.
- II. Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:
 - a. em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e
 - b. em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua aplicação estiver prevista para prazos menores.
- III. Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos; ou em espécie até no máximo R\$ 800,00 (oitocentos reais) por pessoa física durante a vigência do Instrumento, exclusivamente para atender a excepcionalidade prevista no art. 54 de Lei nº 13.019/2014.
- IV. Os rendimentos financeiros dos valores aplicados poderão ser utilizados pela Entidade desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.
- V. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a Entidade a participar de novos parceiros, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

- I. A ENTIDADE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de

juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a. inexecução do objeto;
- b. falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c. utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I. Prestar contas de forma integral das receitas e despesas até 90 (noventa) dias após o término da vigência do Termo de Colaboração, nos termos da Lei nº 13.019/2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pelo MUNICIPIO, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes, ao final de cada ano d vigência da Parceria.

II. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas integral, a Entidade se compromete em manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

Este Instrumento tem sua vigência de ____/____/____ até ____/____/____, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RECISÃO E DA DENÚNCIA

I. O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

II. Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo MUNICIPIO a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

I. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE APOSTILAMENTO.

Parágrafo Único: Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação do MUNICIPIO e aprovação do Gestor da Parceria deste Instrumento ou Sistema de Controle, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

I. O extrato do presente Termo de Colaboração será publicado na imprensa oficial, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº 13.019 de 31/07/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Presidente Getúlio, SC, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

15.2 - E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

A , SC, ____ de _____ de 2.017.

MUNICÍPIO DE A ENTIDADE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 017/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: SERVIÇOS GUTO LTDA EPP

CNPJ: 04.947.052/0001-20

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS DOMICILIARES PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO.

PRAZO VIGÊNCIA 01/04/2017 a 31/03/2018

VALOR: R\$ 237.600,00 (duzentos e trinta e sete mil e seiscentos reais).

Vitor Meireles - SC, 24 de março de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AM 102/2017

DECRETO Nº AM 102/2017

CONCEDE VANTAGEM PECUNIÁRIA A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal e no art. 230 da Lei Complementar nº AM 2907/2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, aos servidores abaixo relacionados, vantagem pecuniária no seguinte percentual sobre os seus vencimentos ou salários:

Amantino Veloso.....	74,00%
Antonio Deroni Angler.....	80,00%
Bruno Emilio Barcarollo.....	40,00%
Clarice Beatriz Serena.....	30,00%
Claudir Veloso dos Santos.....	30,00%
Elys Francisco de Vedoy.....	20,00%
Ernesto de Lima Nunes.....	30,00%
Edi José Wosnes.....	20,00%
Edison Nilson.....	20,00%
Fernando José De Marco.....	40,00%
Gilmar Andolfatto.....	20,00%
Geraldo Cesar Ferreira.....	20,00%
Genoir Lucas de Jesus.....	80,00%
Israel Vaseak.....	20,00%
Luiz Sergio Bortoluzzi.....	20,00%
Neiva Maria Fava.....	20,00%
Osmar Pereira de Camargo.....	30,00%
Paulo Toriani.....	40,00%
Porcidonio de Souza.....	20,00%
Ricardo André Weis.....	40,00%
Ronaldo Piccoli Neto.....	40,00%
Ronei da Veiga.....	40,00%
Rosimar Ineia.....	20,00%
Sabi Gibikoski.....	20,00%
Sergio Severicht.....	20,00%
Vilmar Ribeiro da Silva.....	80,00%

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 27 de março de 2017.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 103/2017

DECRETO Nº AM 103/2017

NOMEIA COMISSÃO DE TESTE SELETIVO - CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS - DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EDITAL 006/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69 incisos III e VII da Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar Municipal nº AM 2907/06, e Lei Municipal nº 3.402, de 14 de dezembro de 2011, e demais dispositivos legais,

Considerando a necessidade de nomear membros para compor a Comissão do Teste Seletivo da Secretaria de Educação – edital nº 004/2016;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados membros para compor a Comissão de Teste Seletivo – Edital nº 004/2016, da Secretaria Municipal de Educação, sendo:

- I – Melânia Zulian Fiorentin;
- II – Claudia Siviane Favero;
- III – Elia Gasparetto Tres;
- IV – Regina Amalia Gallon Tonial;
- V – Vera Lucia Correa.

Art. 2º Fica designado como presidente da Comissão a Sra. Melânia Zulian Fiorentin.

Art. 3º Os membros nomeados pelo presente decreto terão a atribuição de acompanhar, controlar e avaliar o Teste Seletivo, bem como, resolver os casos omissos do Edital.

Art. 4º Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados à comunidade.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 27 de março 2017.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0009/2017

Extrato de Contrato nº 0009/2017

Locatário: Município de Xanxerê.

Locador: JCI Xanxerê.

Objeto: Locação do Ginásio Cajurê destinado ao Programa "Escolinhas Desportivas" e Projeto PAF (Programa SESI Atleta do Futuro). Valor: R\$ 1.687,00 p/ mês. Prazo: Até 15/12/2017.

Xanxerê-SC, 31 de março de 2017. Avelino Menegolla – Pref. Municipal.

PORTARIA Nº RH-AM 148/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AM Nº 148/2017

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE PRESTA SERVIÇOS EM UNIDADES DE SAÚDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Complementar Nº AJG 3764/2015, Lei Complementar nº AJG 3800/2015 e Decreto nº AJG 110/2016,

Considerando Artigo 1º parágrafo único da Lei Complementar nº AJG 3764/2015, que tem a seguinte redação “A gratificação estabelecida no caput somente será devida aos servidores lotados em unidades de saúde de urgência e emergência(Pronto Atendimento) que prestem serviços em regime de escala e plantão.

Considerando o Artigo 3º da referida Lei nº AJG 3764/2015, em sua redação em que o Servidor deixará de receber a gratificação nas seguintes hipóteses, consideradas:

I – Em licença médica, cujo período de afastamento no mês de referência supere a 03(três) dias consecutivos ou interpolados;

II - Em licença prêmio;

III- No gozo de qualquer forma de afastamento que supere 03(três) dias no mês de referência;

IV – Que preste falta injustificada no mês de referência;

Considerando o Ofício SMS/RH/0145/2017 em sua redação em que o Servidor prestou seus serviços na Unidade e que no relatório do mês de fevereiro/2017 não foi inseridas as informações, solicitando assim o pagamento da gratificação no mês de Março de 2017.

RESOLVE

CONCEDER Gratificação Especial ao Servidor Público Municipal, o Sr. DIEGO DAVI CORSO, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê/SC, portador da CI nº 4.454.490, CPF nº 043.149.349-99 e CRM/SC nº 17.484, nomeado conforme Decreto nº BLB 215/2011 no cargo de MÉDICO – CLÍNICO GERAL com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que presta seus serviços junto a unidades de saúde de urgência e emergência (Pronto Atendimento) na rede de atendimento Xanxerê, na razão de 10% (dez por cento), conforme Decreto nº AJG 110/2016 sobre seu vencimento básico, referente ao mês de Fevereiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 31 de Março de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 149/2017

PORTARIA Nº RH-AM 149/2017

ATRIBUIR A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL FUNÇÕES DE RESPONSÁVEL TÉCNICA NO SETOR DE ENFERMAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei complementar nº 2.907/06,

CONSIDERANDO, a necessidade de que a área de enfermagem do Município necessita de uma pessoa responsável pela Coordenação Técnica das atividades pertinentes a Secretaria;

RESOLVE

ATRIBUIR a Funcionária Pública Municipal, a Srª JULIANA ANDRÉIA DUARTE ARAUJO, brasileira, solteira, portadora da CI nº 28/R-4.552.682, CPF nº 055.652.819-03, COREN/SC nº 275.197, nomeada conforme Decreto nº AJG 248/2014, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, para exercer as funções de Responsável Técnica pelo setor de enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde com 40 (quarenta) horas semanais.

Determinar que esta atribuição vigore a partir de desta data, atendendo ao Ofício SMS/RH/0157/2017 datado de 30.03.2017, sem ônus para o Município.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Março de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 0007/2017

Processo nº 0045/2017 – Dispensa de Licitação nº 0007/2017

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para Locação de Ginásio Cajurê, destinado ao Programa “Escolinhas Desportivas”, no valor mensal de R\$ 1.687,00 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais) com a JCI Xanxerê. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso X. Xanxerê/SC, 31 de março de 2017 – Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL MÊS 03/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT 003/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Contratada.: HOSPITAL SAO ROQUE

Valor : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (12)

Objeto : PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA (400 EXAMES) PARA OS MUNICÍPIOS. EM ANEXO SEGUE SOLICITAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS. REFERENTE AO CONTRATO 003/2017 FMS.

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº.: CT 004/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Contratada.: LABORATÓRIO XAVANTINA LTDA

Valor : 235.660,00 (duzentos e trinta e cinco mil seiscentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 20/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento 003/2017 de prestadores de serviço de assistência à saúde, para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas.

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº.: CT 005/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Contratada.: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LABVITA LTDA. - M

Valor : 235.660,00 (duzentos e trinta e cinco mil seiscentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 20/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento 003/2017 de prestadores de serviço de assistência à saúde, para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas.

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº.: CT 007/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Contratada.: GEOVANI BARRANZELLI EIRELI ME

Valor : 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 22/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (7)

Objeto : Pela despesa empenhada referente a aquisição de refeições/almoços para os servidores do Fundo Municipal de Saúde, em dias de trabalho, quando os mesmos estiverem na cidade de Xanxerê/SC. Em anexo segue orçamento, assinado e determinado pelos responsáveis. Referente ao contrato 007/2017 FMS.

Xavantina, 31 de Março de 2017

ATA PL N° 004/2017 FMS

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 004/2017 FMS – Pregão Presencial nº 003/2017 FMS

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para possível aquisição de medicamentos para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico:
http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/89122#.WN6q-G_DHDc

Xavantina, 30 de março de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: WAGNER LUIZ WOICHEKOSKI

ATA PL N° 020/2017 PMXV

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 020/2017 – Pregão Presencial nº 013/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço mensal de conectividade IP dedicado à rede internet mundial, suportando aplicações TCP/IP com velocidade de 30 Mbps, para as unidades administrativas da Prefeitura de Xavantina e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico:
http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/89148#.WN6nbG_DHDc

Xavantina, 29 de março de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: WAGNER LUIZ WOICHEKOSKI

ATA PL N° 021/2017 PMXV

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 021/2017 – Pregão Presencial nº 014/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de profissionais para a prestação de serviço para a realização de oficina de dança, de música e informática, conforme especificações constantes no anexo "C" deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico:
http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/89402#.WN6Ng2_DHDc

Xavantina, 31 de março de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: WAGNER LUIZ WOICHEKOSKI

ATA RP 011/2017 POSTO PEGORINI LTDA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N° 019/2017 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 012/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Enoir Fazolo e a empresa POSTO PEGORINI LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.564.619/0001-20, nesta Ata representada pelo seu, Sr. Tiago Pegorini, portador do CPF nº 045.699.479-30, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em

face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 012/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Combustível Automotivo e para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde, demais Fundos, Polícia Militar e Civil, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Edital em epígrafe.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	100.000,00	LT	ÓLEO DIESEL S500	Ipiranga	2,87	287.000,00
TOTAL						287.000,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 012/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero, Secretário de Administração e Finanças.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 21 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA
Enoir Fazolo – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
POSTO PEGORINI LTDA
Tiago Pegorini - Representante

Jaime Masiero – Fiscal da ata

ATA RP 012/2017 POSTO SANDRA LTDA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Enoir Fazolo e a empresa POSTO SANDRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.576.958/0001-97, nesta Ata representada pelo seu, Sr. Gilberto Luiz Fasolo, portador do CPF nº 594.011.419-91, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 012/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Combustível Automotivo e para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde, demais Fundos, Polícia Militar e Civil, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Edital em epígrafe.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	150.000,00	LT	ÓLEO DIESEL S10	Maxsul	2,97	445.500,00
TOTAL						445.500,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 012/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero, Secretário de Administração e Finanças.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 21 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA
Enoir Fazolo – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
POSTO SANDRA LTDA
Gilberto Luiz Fasolo - Representante

Jaime Masiero – Fiscal da ata

ATA RP 013/2017 POSTO NARDINO LTDA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Enoir Fazolo e a empresa POSTO NARDINO LTDA, inscrita no CNPJ nº 85.261.501/0001-84, nesta Ata representada pelo seu, Sr. José Adão Nardino, portador do CPF nº 423.485.449/20, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 012/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Combustível Automotivo e para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde, demais Fundos, Polícia Militar e Civil, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Edital em epígrafe.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
3	25.000,00	LT	GASOLINA COMUM	Shell	3,90	97.500,00
TOTAL						97.500,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 012/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Jaime Masiero, Secretário de Administração e Finanças.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 21 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Enoir Fazolo – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA

POSTO NARDINO LTDA

José Adão Nardino - Representante

Jaime Masiero – Fiscal da ata

EXTRATO CONTRATUAL MÊS 03/2017 PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: CT 035/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA Contratada...: EPAGRI - Emp. de Pesquisa Agrop. e Extensão Rural Valor : 22.000,00 (vinte e dois mil reais) Vigência : Início: 24/02/2017 Término: 31/12/2017 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017 Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67) Objeto : Prestação de Serviço de assistência Técnica e Extensão Rural, em conformidade com a lei 8.66/93, artº 24 inciso XXX.
Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº.: CT 034/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA Contratada...: Z. PADOVA - EPP Valor : 10.890,00 (dez mil oitocentos e noventa reais) Vigência : Início: 24/02/2017 Término: 31/07/2017 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017 Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67) Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de peças e mão de obra para o reparo do trator TL75e, de acordo com as especificações constantes no Anexo "C" deste edital.
Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 4º TA ct 11/2015 - Contrato Nº: 011/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: MAICON ANTONIO CHIOSSI - MEI
Vigência : Início: 24/02/2017 Término: 30/04/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAR PROFISSIONAL(IS) PARA SERVIÇO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº...: CT 036/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: Z. PADOVA - EPP
Valor : 19.000,00 (dezenove mil reais)
Vigência : Início: 13/03/2017 Término: 30/09/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2017
Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)
Objeto : Contratação de empresa para o fornecimento de peças e mão de obra para o conserto/retífica do motor do Trator, MF 4290/4, locado na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº...: ATA 005/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: LEILA ANDREIA COSMANN 03016673908
Valor : 22.464,00 (vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e quatro reais)
Vigência : Início: 03/03/2017 Término: 03/03/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2017
Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para possível contratação de empresa especializada para ministrar aulas de artesanato de: pintura em tecido, crochê, pintura em MDF, profissional habilitado para realização de capacitação com a equipe do CRAS e contratação de peça teatral para trabalhar contra a violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, Drogas, bullying, atendimento ao público, oficina de informática e teatro. Afim de atender os programas desenvolvidos no CRAS.

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº...: ATA 006/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: MEGA ESCOLA DE INFORMÁTICA LTDA
Valor : 26.978,00 (vinte e seis mil novecentos e setenta e oito reais)
Vigência : Início: 03/03/2017 Término: 03/03/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2017
Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para possível contratação de empresa especializada para ministrar aulas de artesanato de: pintura em tecido, crochê, pintura em MDF, profissional habilitado para realização de capacitação com a equipe do CRAS e contratação de peça teatral para trabalhar contra a violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, Drogas, bullying, atendimento ao público, oficina de informática e teatro. Afim de atender os programas desenvolvidos no CRAS

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº...: ATA 007/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: Crescer Treinamentos LTDA
Valor : 9.288,00 (nove mil duzentos e oitenta e oito reais)
Vigência : Início: 03/03/2017 Término: 03/03/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2017
Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para possível contratação de empresa especializada para ministrar aulas de artesanato de: pintura em tecido, crochê, pintura em MDF, profissional habilitado para realização de capacitação com a equipe do CRAS e contratação de peça teatral para trabalhar contra a violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, Drogas, bullying, atendimento ao público, oficina de informática e teatro. Afim de atender os programas desenvolvidos no CRAS

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº.: ATA 008/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: SPEEDT INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA LTDA

Valor : 16.006,00 (dezesseis mil e seis reais)

Vigência : Início: 03/03/2017 Término: 03/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2017

Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para possível contratação de empresa especializada para ministrar aulas de artesanato de: pintura em tecido, crochê, pintura em MDF, profissional habilitado para realização de capacitação com a equipe do CRAS e contratação de peça teatral para trabalhar contra a violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, Drogas, bullying, atendimento ao público, oficina de informática e teatro. Afim de atender os programas desenvolvidos no CRAS

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA ctr 014/2017 - Contrato Nº: CT 014/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: ADAIR ROQUE MARAFON

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 015/2017 - Contrato Nº: CT 015/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: DIOGO FRANCISCO RELL

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 016/2017 - Contrato Nº: CT 016/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: EDUARDO PERETTI

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 017/2017 - Contrato Nº: CT 017/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: IVALMIR RAMPAZZO

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 018/2017 - Contrato Nº: CT 018/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: JOEL LUIZ BRANDELERO

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 019/2017 - Contrato Nº: CT 019/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: JOVENILDE BRANDÃO LAZARETTI

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 020/2017 - Contrato Nº: CT 020/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: Leandro de Martini

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 021/2017 - Contrato Nº: CT 021/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: LUIZ ANTONIO FORALOSSO

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 022/2017 - Contrato Nº: CT 022/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: SANDRA MARA DASSI

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 023/2017 - Contrato Nº: CT 023/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: SIDNEI JAIR CHIOTTI

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 024/2017 - Contrato Nº: CT 024/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: WILLIAN LUIZ OPENKOSKI

Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 025/2017 - Contrato Nº: CT 025/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: FERNANDO DREON

Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 026/2017 - Contrato Nº: CT 026/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: LENIR SCHMIDT FANTIN

Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 027/2017 - Contrato Nº: CT 027/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: MAICON ROBERTO TALASKA

Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 028/2017 - Contrato Nº: CT 028/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: MARCOS FRANCISCO PINSETTA
Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)
Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 029/2017 - Contrato Nº: CT 029/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: MAURI GORLIN
Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)
Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 030/2017 - Contrato Nº: CT 030/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: MICHEL TRAMONTINA
Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)
Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 031/2017 - Contrato Nº: CT 031/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: ORLI PEROTTO
Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)
Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 032/2017 - Contrato Nº: CT 032/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: ROVILDO RISTELE FOREST
Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)
Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Aditivo Nº : 1TA CTR 033/2017 - Contrato Nº: CT 033/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: VALMIR DELLABONA

Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 30/06/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Inexigibilidade de licitação com base no Credenciamento nº. 002/2016 para os serviços na produção de silagem, mais especificadamente, para o corte da forragem, enchimento do silo e compactação limitando a 100 (cem) horas por credenciado(a).

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº...: CT 037/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: Gente Seguradora S.A.

Valor : 62.800,00 (sessenta e dois mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 14/03/2017 Término: 16/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2017

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (11), 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (43), 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (46), 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (67), 2.019.3.3.90.00.00.00.00 (79), 0.001.3.3.90.00.00.00.00 (103)

Objeto : A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa do ramo de seguros para firmar contrato de seguro de veículos da frota do Município de Xavantina e Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, de acordo com as especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº...: 1 TA ATA 02/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: SAFRA DIESEL LTDA

Valor : 1.059.875,00 (um milhão cinqüenta e nove mil oitocentos e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 01/03/2017 Término: 21/03/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO E ARLA 32 PARA TODAS AS MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, INCLUINDO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DEMAIS FUNDOS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº...: ATA 009/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DO OESTE

Valor : 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 16/03/2017 Término: 16/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017

Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de arbitragem, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº...: ATA 010/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: ASSOCIAÇÃO DESP. DE ÁRBITROS DO OESTE CATARINENSE

Valor : 23.476,00 (vinte e três mil quatrocentos e setenta e seis reais)

Vigência : Início: 16/03/2017 Término: 16/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017

Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de arbitragem, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº.: ATA 011/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: POSTO PEGORINI LTDA.

Valor : 287.000,00 (duzentos e oitenta e sete mil reais)

Vigência : Início: 21/03/2017 Término: 21/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2017

Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde, demais Fundos, Polícia Militar e Civil, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº.: ATA 012/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: POSTO SANDRA LTDA

Valor : 445.500,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 21/03/2017 Término: 21/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2017

Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde, demais Fundos, Polícia Militar e Civil, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 31 de Março de 2017

Contrato Nº.: ATA 013/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: POSTO NARDINO LTDA. - ME.

Valor : 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 21/03/2017 Término: 21/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2017

Objeto : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde, demais Fundos, Polícia Militar e Civil, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 31 de Março de 2017

Associações

AMURC

RESOLUÇÃO 060-2017 PUBLICIZA O BALANÇO ANUAL 2016 - APROVADO - DA AMURC

AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado.

Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, CEP: 89.520.000, Curitibaanos, SC, Tel. (49) 3241 0292

CNPJ:11.552.269/0001-05

RESOLUÇÃO 0060/2017

"PUBLICA O BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO 2016 DA AMURC E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS "

ROBERTO MOLIM DE ALMEIDA, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado, AMURC, no uso das suas atribuições, determina:

Art.1º.Faz público o balanço geral anual do exercício 2016 da Associação dos Municípios da região do Contestado, Amurc, conforme o ANEXO I da presente resolução aprovado pela Assembleia de Prefeitos da Amurc realizada em 16 de Fevereiro de 2017 conforme ata registrada em cartório de registro de documentos.

Art.2º. Os ativos financeiros perfazem a importância de R\$ 73.187,57 (setenta e três mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos); o total do passivo financeiro totalizou R\$ 40.117,08 (quarenta mil, cento e dezessete reais e oito centavos) e composto com o patrimônio social de R\$ 33.070,49 (trinta e três mil, setenta reais e quarenta e nove centavos). O resultado operacional arrecadado do período importou no valor de R\$ 459.831,15 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e um reais e quinze centavos). O déficit do período foi de R\$ 36.360,13 (trinta e seis mil, trezentos e sessenta reais e treze centavos).

Art.3º. O resumo do balanço será registrado no cartório de registro de títulos e documentos.

Art.4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibaanos, SC, 29 de Março de 2017.

ROBERTO MOLIM DE ALMEIDA - Presidente da AMURC

Associação dos Municípios da Região do Contestado

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e fixada em mural em 30 (trinta) de Março de 2017 e Publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM.

Rui Braun

Diretor Executivo da Amurc

0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO Pág:0001

CNPJ: 11.552.269/0001-05

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em Reais (R\$)

ATIVO

Saldo em 31/12/2016 Saldo em 31/12/2015

ATIVO CIRCULANTE 22.088,29 13.825,49

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 15.918,09 5.959,29

BANCOS CONTA MOVIMENTO 8.856,65 5.723,79

APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA 7.061,44 235,50

CRÉDITOS A RECEBER 6.170,20 7.866,20

VALORES EM TRÂNSITO 0,00 0,00

CRÉD.TRIBUT.A SEREM COMPENS.OU RESSARC 420,20 366,20

REPASSES MUNICÍPIOS ASSOCIADOS 5.750,00 7.500,00

ADIANTAMENTOS E GRATUIDADES CONDICIONAIS 0,00 0,00

ADIANTAMENTOS DIVERSOS 0,00 0,00

ATIVO NÃO CIRCULANTE 51.099,28 74.937,53

IMOBILIZADO 51.099,28 74.937,53

BENS EM OPERAÇÃO 73.723,34 72.873,73

(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES ACUMULAD (31.496,93) (8.634,07)

BENS ADQUIRIDOS ATÉ 31/12/2013 10.850,00 10.850,00

(-) DEPRECIAÇÃO BENS ADQUIRIDOS ATÉ 31/12/2013 (1.977,13) (152,13)

TOTAL DO ATIVO 73.187,57 88.763,02

0062 AMURC - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO Pág:0002

CNPJ: 11.552.269/0001-05

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em Reais (R\$)

PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL

Saldo em 31/12/2016 Saldo em 31/12/2015

PASSIVO CIRCULANTE 40.117,08 19.332,40

OBRIGAÇÕES DE FUNCIONAMENTO 40.117,08 19.332,40

OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS 0,00 388,66

VINCULADO A OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS 8.245,32 8.020,61

PROVISÕES 27.185,75 9.094,13

FORNECEDORES 3.945,84 1.829,00

OUTRAS OBRIGAÇÕES 740,17 0,00

VINCULADO AO FORNEC. MATERIAL E SERVIÇOS 0,00 0,00

PATRIMÔNIO SOCIAL 33.070,49 69.430,62

AJUSTES 0,00 10.523,67

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 0,00 10.523,67

FUNDO PATRIMONIAL 69.430,62 2.329,13

FUNDO INSTITUCIONAL 69.430,62 2.329,13

SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADO (36.360,13) 56.577,82

SUPERÁVIT ACUMULADO 0,00 93.333,52

DÉFICIT ACUMULADO (36.360,13) (36.755,70)

TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVO 73.187,57 88.763,02

Consórcios

ARIS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 030/2016 - QUILOMBO

Processo Administrativo Punitivo nº 30/2016

Auto de Infração nº 30/2016

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Quilombo - SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 11, XI, 12, XIV, XX E 13, IV, TODOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 30/2016. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 02 de março de 2017, os Srs. Afonso Veiga Filho (presidente interino), Michele Batista Correia de Mello, Willian Carlos Narzetti, Gilberto Valente Canali, Nádia Boff Ribeiro e Roberto Aurélio Merlo.

Florianópolis, 02 de março de 2017.

Willian Carlos Narzetti

Conselheiro Relator

DO RELATÓRIO

Em 21 de março de 2016 foi realizada a 4ª Fiscalização do SAA no Município de Quilombo. Na respectiva fiscalização foi constatado o não atendimento das não conformidades elencadas nos Termos de Notificações nº 52/2013 e 29/2014, senão vejamos:

Itens	NÃO CONFORMIDADES	Prazo para adequação (em dias)
1	Não há placas ou pinturas de identificação das unidades pertencentes ao SAA.	150
2	Há unidades pertencentes ao SAA em estado inadequado de limpeza: c) a cobertura da caixa de queda de pressão.	60
3	Há deficiência na segurança e proteção das unidades pertencentes ao SAA: a) Não há qualquer tipo de dispositivo de segurança (muro, grade ou tela tipo alambrado) no entorno dos reservatórios R03 e R04; c) Não há portão que impeça o acesso de pessoas estranhas ao reservatório R02 e ETA.	150
4	As tampas das aberturas de inspeção do reservatório R01 e do tanque de reservação da ERAT 01 são mantidas sem dispositivo de travamento.	150
5	Há situações que expõem a riscos de acidentes a circulação de pessoas ou a movimentação de materiais: a) Os acessos aos pontos de captação de água e a caixa de queda de pressão; b) Não há guarda corpo na cobertura dos reservatórios R01, R02 e R03; c) Não há guarda corpo na escada de acesso à cobertura do reservatório R02.	150

7	Há unidades operacionais pertencentes ao SAA em condições inadequadas de manutenção e conservação: a. A caixa de proteção do registro de manobras da adutora de água bruta; b. O dispositivo de auxílio para retirada e instalação da bomba de captação; f. A tampa de abertura de inspeção da câmara de contato de cloro; g. A pintura da ERAT 01; h. A tampa da abertura de inspeção do tanque de reservação da ERAT 01; l. A pintura do reservatório R 02; m. A pintura do reservatório R 03; n. A caixa de proteção dos registros de manobras do reservatório R 03; o. A pintura da caixa de queda de pressão; p. A caixa de proteção do registro de manobras da caixa de queda de pressão.	150
8	Não há dispositivo indicador do nível de água nos reservatórios R 01 e R 04	150
9	Não há telas de proteção nos dutos de ventilação do reservatório R 01.	150
11	Não há cadastro georreferenciado das unidades pertencentes ao SAA.	270
12	Não há planta de pressões da rede de abastecimento de água	360
13	Não há planos de emergência e contingência para o sistema de abastecimento de água	90
15	Não há plano de limpeza e descarga periódica de rede.	150
17	Há bombas dosadoras de produtos químicos instaladas em diversos locais da ETA. Conforme especificações contidas na NBR 12.216/1992, os equipamentos eletromecânicos devem ser instalados em áreas a eles destinados, bem definidas e quando possível agrupados em uma única área.	150
18	Não há tratamento e disposição adequada dos subprodutos do tratamento de água.	360
20	Não há licença ambiental para operação do SAA.	120

*A numeração dos itens segue a mesma numeração do Procedimento Administrativo Punitivo nº 030/2016.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei municipal nº 2.075/2009, que autorizou o ingresso do Município de Quilombo e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal.

[...]

Dest forma, em que pese a gravidade das condutas, é caso de aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I, c/c artigos 11, XI e 12, XIV, XVII, XIX E XX, 13, IV E XVI todos da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011.

Outrossim, em observância ao disposto no § 1º, do artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 30 dias, para que a CASAN proceda o atendimento das determinações previstas nos "itens" acima elencados, apresentando comprovação de cumprimento/solução da não-conformidade.

Fica definido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento deste Auto de Infração, para, querendo, interpor recurso ao Conselho de Regulação, em observância ao art. 12, § 1º, V, da Resolução/ARIS nº 02/11.

Em 15 de julho de 2016 foi enviado o Ofício/Diretor Geral nº 147/2016 para a CASAN comunicando a instauração do Processo Administrativo Punitivo, através do Auto de Infração nº 030/2016, que trata da aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Dá-se o prazo de 15 dias para apresentação de Recurso.

Em 08 de agosto de 2016 a CASAN envia o ofício CT/COMITÊ – 109/2016 apresentando RECURSO ao Conselho de Regulação em face ao contido no Auto de Infração nº 030/2016 – Município de Quilombo. Aparentemente, o recurso foi apresentado fora do prazo, 23 dias após a emissão do ofício informando a penalidade pela ARIS, sendo que o prazo estipulado foi de 15 dias para apresentação do recurso. Como não foi encontrado o recibo AR da entrega do ofício, a intempestividade foi desconsiderada e o recurso foi aceito.

Em 21 de dezembro de 2016 a ARIS emite o Parecer Técnico DR 188/2016 referente à Análise ao recurso administrativo realizado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento sobre o Auto de Infração nº 030/2016, constatando que:

A CASAN informa que, para diversas não-conformidades apontadas no Auto de Infração nº 030/2016 foi elaborado Plano de Ação da SRO, anexo ao Ofício CT/COMITÊ – 109/2016, o qual não foi possível analisar por não constar anexo ao mesmo no Processo Administrativo Punitivo nº 030/2016. Assim, não foi possível análise dos seguintes itens: 01; 03-a), c) no que se refere ao R 02; 05-a), b), c); 7-a), b), g),

k), l), m), n), o), p); 11; 18; e 20.

Item 02: considera-se não conformidade atendida.

Item 03-c) não atendida.

Item 04: não atendida.

Item 07-f) e h): não atendida.

Item 08: considera-se não conformidade atendida.

Item 09: considera-se não conformidade atendida.

Item 12: não atendida.

Item 13: considera-se não conformidade atendida.

Item 15: não atendida.

Item 17: precisa de análise in loco

Em 13 de janeiro de 2017 o Diretor de Regulação, Sr. Ricardo Martins, encaminha o Parecer Técnico DR 188/2016 ao Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, recomendando pela manutenção do Auto de Infração conforme elencado no parecer do Analista Marcelo S. Matias.

Em 31 de janeiro de 2017, o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, mantém parcialmente o Auto de Infração nº 030/2016 e encaminha os autos ao Conselho de Regulação da ARIS.

É o relatório.

DO VOTO

Após realizar análise minuciosa dos autos do processo, considera-se que:

O Parecer Técnico DR 188/2016 evidencia que das 27 não conformidades elencadas inicialmente, apenas 04 foram atendidas (itens: 02, 08, 09, 13). O item 17 teve um parecer dubio por parte do analista. Desta forma, restariam 22 não conformidades em que a CASAN não apresentou provas em seu recurso. Sobre o recurso ter sido apresentado fora do prazo, o relator não pode confirmar tal fato, pois não há nos autos o registro de carta AR confirmando a data do recebimento do ofício por parte da prestadora. Desta forma, o relator considerou como tempestivo o recurso.

Sendo assim, conheço das alegações da defesa e, no mérito, nego provimento ao recurso, concluindo pela manutenção da decisão do Diretor Geral da ARIS nos autos do Processo Administrativo Punitivo n. 030/2016, mantendo a penalidade de advertência à CASAN, parcialmente.

Sendo assim, atendidos os pressupostos de admissibilidade, conheço das alegações do Recurso, nego provimento ao mesmo, concluindo pela manutenção da decisão nos autos do processo administrativo nº 121/2013 e, conseqüentemente, do Auto de Infração nº 30/2016, mantendo-se a aplicação da penalidade de advertência a Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, nos termos da fundamentação.

É o voto.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 024/2016 - QUILOMBO

Processo Administrativo Punitivo nº 24/2016

Auto de Infração nº 24/2016

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Quilombo - SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 11, VI e 12, III, TODOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 24/2016. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 02 de março de 2017, os Srs. Afonso Veiga Filho (presidente interino), Michele Batista Correia de Mello, Willian Carlos Narzetti, Gilberto Valente Canali, Nádia Boff Ribeiro e Roberto Aurélio Merlo.

Florianópolis, 02 de março de 2017.

Willian Carlos Narzetti

Conselheiro Relator

DO RELATÓRIO

Em 15 de maio de 2015 foi encaminhado o Termo de Notificação nº 036/2015 referente à interrupção dos serviços de abastecimento de água ocorrido entre os dias 24 e 29 de abril de 2015 e também nos dias 09 e 10 de maio de 2015.

Em resposta, a AUTUADA demonstrou que falhou ao não comunicar a Agência Reguladora dos acontecimentos e suas consequências no abastecimento de água em Quilombo, em ofensa aos artigos 5º, 139, 140, Parágrafo Único e 149, todos da Resolução Normativa/ARIS nº 01/2011 c/c artigos 11, VI e 12, III, da Resolução Normativa/ARIS nº 03/2011.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei municipal n. 2.075/2009, que autorizou o ingresso do Município de Quilombo e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal.

Desta forma, fez-se o enquadramento a seguir quanto aos dispositivos legais contravindos pela AUTUADA.

DISPOSITIVOS INFRINGIDOS	PENALIDADE
Art. 11, VI da IN 003/11 – cumprir as normas relacionadas ao aviso prévio para suspensão ou interrupção programada do fornecimento de água;	Advertência
Art. 12, III da IN 003/11 – comunicar imediatamente à ARIS e aos órgãos competentes situações de emergências que possam resultar na interrupção de prestação dos serviços ou causem transtornos à população;	Advertência

Desta forma, é caso de aplicação das penalidades de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I; 11, VI e 12, III c/c artigo 16, todos da Resolução/ARIS nº 03/2011.

Fica definido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar de recebimento deste Auto de Infração, para, querendo, interpor recurso ao Conselho de Regulação, em observância ao art. 12, § 1º, V, da Resolução/ARIS nº 02/2011.

Em 15 de julho de 2016 é encaminhado pela ARIS o Ofício/Diretor Geral nº 141/2016 à CASAN referente ao Auto de Infração nº 024/2016 – município de Quilombo. Conforme aviso de recebimento postal, este ofício foi recebido pela CASAN em 20 de julho de 2016.

Em 04 de agosto de 2016 a CASAN envia à ARIS o ofício CT/COMITÊ – 105/2016 em face ao contido no Auto de Infração nº 24/2016. O recurso foi apresentado dentro do prazo, de forma tempestiva.

Em 11 de agosto de 2016 a ARIS emite o Parecer Técnico nº 057/2016 em face ao recurso protocolado pela CASAN ante ao Auto de Infração nº 24/2016.

Constata-se que:

a) Quanto a não conformidade nº 1 do Termo de Notificação nº 036/2015 a própria prestadora atesta que deixou de comunicar à ARIS sobre as interrupções da prestação dos serviços de abastecimento de água ocorridas no Município de Quilombo entre os dias 24 e 29 de abril e nos dias 9 e 10 de maio de 2015. A prestadora apenas discorda da aplicação da penalidade por considerá-la desproporcional e não razoável considerando que (de acordo com a prestadora) a solução dos problemas foi imediata. Tal informação diverge do que consta no Ofício CT-SRO nº 029/2015 elaborado pela CASAN em 13 de maio de 2015 e endereçado a Promotoria de Justiça da Comarca de Quilombo, onde é relatado que:

"... a bomba instalada, ainda no dia 25 de abril, apresentou vazão de cerca de 7 litros/segundo a menos que a titular, de 19 litros/segundo, ocasionando problemas para abastecer regiões mais altas..."

b) Quanto a não conformidade nº 2 do Termo de Notificação nº 036/2015 a própria prestadora reconhece as interrupções do fornecimento de água ocorridas nos dias 24 e 29 de abril e 9 e 10 de maio de 2015, quando relata que a primeira falha decorreu da queima da bomba de captação de água bruta e a segunda, devido ao rompimento da rede de distribuição pela empresa responsável pela execução da terceira pista da Rodovia SC 468. Ainda, a prestadora tratou da primeira ocorrência como absolutamente imprevisível. No entanto, as normativas competentes estabelecem a necessidade da prestadora estar preparada para quaisquer situações de emergência ou contingência, de forma a não prejudicar a continuidade do serviço público, ademais, o fato da bomba instalada no dia 25 de abril ter vazão inferior à titular, conforme já relatado, ocasionando problemas para abastecer regiões mais altas, demonstra desconhecimento da alínea b do item 5.3.2 da NBR 12.214/1992, que diz que:

"5.3.2 No planejamento da casa de bombas, o número e a vazão das unidades de bombeamento devem ser fixados segundo os seguintes critérios:

... b) previsão de uma ou mais unidades de reserva para o caso em que a parada de uma das bombas não permita recalcar a vazão máxima ou transferir o volume total diário previsto em projeto".

Diante do exposto nas alíneas a e b deste parecer técnico recomenda-se a manutenção da penalidade de advertência em face do não atendimento das não conformidades nº 01 e nº 02 do Termo de Notificação nº 036/2015 e Auto de Infração nº 024/2016.

Em 11 de agosto de 2016 o Diretor de Regulação, Sr. Ricardo Martins, encaminha o Parecer Técnico nº 057/2016 ao Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, recomendando pela manutenção da penalidade de advertência.

Em 31 de janeiro de 2017, o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, mantém o Auto de Infração nº 024/2016 e encaminha os autos ao Conselho de Regulação da ARIS.

É o relatório.

DO VOTO

Após realizar análise minuciosa dos autos do processo, considera-se que em momento algum a prestadora apresentou provas que pudessem refutar as não conformidades elencadas pelo Auto de Infração nº 24/2016. Quanto à primeira não conformidade, alega que a falta de água ocasionada pela queima da bomba foi rapidamente sanada com a troca do equipamento. Contudo, fica evidente no Parecer Técnico nº 057/2016 que a nova bomba instalada era subdimensionada, não conseguindo fornecer água suficiente para os usuários do sistema. Em relação à segunda não conformidade, a prestadora reconhece que não comunicou a agência reguladora (Fls. 13) sobre a falta de água. Em sua tese de defesa, discorre que a aplicação da penalidade em razão da ausência de comunicação não se mostra proporcional e razoável, considerando-se a solução dos problemas de forma imediata.

No entendimento deste relator, no recurso apresentado pela prestadora não caberia questionamento quanto a ser pesado ou razoável a aplicação da penalidade pelos dispositivos infringidos. Esse dimensionamento das penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei municipal nº 2.075/2009, que autorizou o ingresso do Município de Quilombo e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS

no ordenamento jurídico municipal. Cabe à prestadora o cumprimento desse ordenamento jurídico. Sendo assim, atendidos os pressupostos de admissibilidade, conheço das alegações do Recurso, nego provimento ao mesmo, concluindo pela manutenção da decisão nos autos do processo administrativo nº 71/2015 e, consequentemente, do Auto de Infração nº 24/2016, mantendo-se a aplicação da penalidade de advertência a Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, nos termos da fundamentação.

É o voto.

CIGA

Extrato de Contrato n. 163 - Prefeitura Municipal de Vargem

EXTRATO DE CONTRATO Nº 163/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Vargem

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vargem

CNPJ: 95.995.130/0001-18

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 42/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.150,00 (três mil e cento e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 27 de março de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 164 - Prefeitura Municipal de Armazém

EXTRATO DE CONTRATO Nº 164/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Armazém

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Armazém

CNPJ: 82.928.664/0001-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 165 - Prefeitura Municipal de Salete

EXTRATO DE CONTRATO Nº 165/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Salete

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Salete

CNPJ: 83.102.723/0001-29

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 42/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.155,00 (um mil e cento e cinquenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 17 de março de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS NORDESTE - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 09/2017

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Contratada: KALUNGA COMÉRCIO E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA (CNPJ: 43.283.811/0001-50)

Objeto: Aquisição de cinco cartuchos de tinta para impressora HP

122 XL, sendo três pretos e dois coloridos para o CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 24, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$640,73 (seiscentos e quarenta reais e setenta e três centavos).

Data: Joinville, 31 de março de 2017

Clézio José Fortunato

Prefeito Municipal de São João do Itaperiú

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

CIS/AMFRI

PORTARIA Nº 01 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012 - NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE CONTADOR - JEAN

PORTARIA Nº 02 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2012

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER EMPREGO PÚBLICO

Ademar Felisky, Presidente e Célio José Bernardino, Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso III do Protocolo de Intenções Consolidado, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, em seu art. 4º, inciso IX c/c art. 5º, inciso IX do Decreto Federal nº. 6.017/07,

CONSIDERANDO que de acordo com artigo 15, inciso III do Protocolo de Intenções Consolidado do CIS-AMFRI, é de competência do Diretor Administrativo, contratar, enquadrar, promover, demitir e punir funcionários, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal,

CONSIDERANDO que o Presidente do Conselho Deliberativo aprova a contratação de respectivo servidor,

CONSIDERANDO que de acordo com o Protocolo de Intenções Consolidado referido emprego público é regido pelo Regime Celetista, RESOLVEM:

Art. 1º - Fica, por este ato, nomeado para exercer o emprego público de ASSessor CONTABIL, lotado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, o senhor JEAN CARLOS COELHO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais com salário correspondente de acordo com anexo II do Protocolo de Intenções Consolidado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de primeiro de Dezembro de 2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 01 de Dezembro de 2012.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Diretor Administrativo do CIS-AMFRI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. DL 001 DE 2017 - OUTDESK

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO CIS/AMFRI DL Nº. 01/2017.

Contratado: OUTDESK INFORMÁTICA LTDA
Objeto do Termo Aditivo: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:
Fica o presente contrato prorrogado pelo prazo de mais 90 (noventa) dias, passando a vigorar com seus efeitos de 01/04/2017 à 30/06/2017, podendo ser novamente ser prorrogado mediante a vontade das partes.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 31 de março de 2017.
Célio José Bernardino – Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CIS/AMMVI

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA QUE FIRMAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (CISAMVI) E A EMPRESA HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, NA FORMA ABAIXO:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (CISAMVI), pessoa jurídica de direito público interno, de natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o n. 03.269.695/0001-08, constituído sob a forma de associação pública, com sede administrativa na Rua Alberto Stein, n. 466, bairro Velha, Blumenau/SC, simplesmente denominado "CISAMVI", representado neste ato por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, brasileiro, solteiro, servidor público, CPF n. 007.944.929-83, residente e domiciliado na Rua Prefeito Leopoldo Schramm, 365, na cidade de Gaspar/SC, nomeado em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de novembro de 2016 – Resolução 131/2016, e a empresa HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, pessoa jurídica, com sede na Rua Hermann Weege, nº 2727, bairro Centro, na cidade de Pomerode, inscrita no CNPJ sob o nº 85.461.093/0005-38, neste ato representado por Heinz Guenther, portador da Carteira de Identidade nº 522.648 e inscrito no CPF sob o nº 258.640.259-68, conforme instrumento de representação que se faz anexar, firmam o presente Termo de Reconhecimento de Dívida, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O CISAMVI reconhece que a empresa HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO prestou os serviços descritos e detalhados conforme tabela abaixo:

Discriminação dos Serviços	Número da Nota Fiscal	Data da Nota Fiscal	Valor da Nota Fiscal	Valor Pago (dentro do contratualizado)	Valor Glosado (irregular)	Base Utilizada para Definição do Preço pago.	Valor Reconhecido neste termo.	Valor retido referente IRRF PJ e Contribuições Sociais	Valor líquido
6 consultas médicas - otorrinolaringologia	1138	25/10/2016	4.035,00	2.562,50	1472,50	Credenciamento 01/2017	300,00	X	300,00
22 consultas médicas - urologia	1138	25/10/2016	4.035,00	2.562,50	1472,50	Credenciamento 01/2017	1.100,00	X	1.100,00
1 consulta médica - anestesologia	1138	25/10/2016	4.035,00	2.562,50	1472,50	Credenciamento 01/2017	50,00	X	50,00
5 consultas médicas - otorrinolaringologia	1206	19/12/2016	1.885,00	685,00	1.200,00	Credenciamento 01/2017	250,00	X	250,00
17 consultas médicas - urologia	1206	19/12/2016	1.885,00	685,00	1.200,00	Credenciamento 01/2017	850,00	X	850,00
2 consultas médicas - anestesologia	1206	19/12/2016	1.885,00	685,00	1.200,00	Credenciamento 01/2017	100,00	X	100,00
Total						-----			2.650,00

Tendo como Ordenador de Despesa à época o Sr. Carlos Cesar da Silva inscrito no CPF sob o nº. 312.767.419-87.

Cláusula Segunda: A empresa HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO declara, sob as penas da Lei, que os valores expressos na(s) Nota(s) Fiscal(s), que instruem e justificam este instrumento, contemplam todos os custos de qualquer natureza incidentes sobre os serviços constantes da Cláusula Primeira, inexistindo quaisquer outros débitos relativos a eles.

Cláusula Terceira: Em face do disposto no art. 50 do Estatuto do CISAMVI, que dispõe que todas as contratações do Consórcio observarão o que assevera a legislação de licitações e contratos administrativos, e em observância ao parágrafo único, do artigo 59, da Lei n. 8.666/93, a

despesa discriminada na Cláusula Primeira, apurada e atestada por seu ordenador, é, neste ato, reconhecida pelo CISAMVI, para os efeitos preconizados nas legislações pertinentes.

Cláusula Quarta: O CISAMVI se obriga a efetuar o pagamento da importância de R\$2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais), abrangendo o principal e eventuais acessórios, no prazo de dez dias, a contar da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial.

Parágrafo único: O pagamento será realizado mediante depósito bancário na conta corrente nº 73049-1, agência 2474-0, do Banco do Brasil (001), em favor de Hospital e Maternidade Rio do Testo, inscrita no CNPJ sob o nº 85.461.093/0005-38.

Cláusula Quinta: Efetuado o depósito bancário, a empresa HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO confere ao CISAMVI, por este instrumento, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais reclamar ou pleitear a qualquer título ou pretexto, no que se refere à prestação dos serviços constantes da Cláusula Primeira.

Cláusula Sexta: O presente ajuste tem força de título executivo extrajudicial, obrigando os acordantes, herdeiros e sucessores a qualquer título.

Cláusula Sétima: O foro competente para dirimir quaisquer questões resultantes do presente acordo é o da Comarca de Blumenau/SC, o qual prevalecerá sobre qualquer outro.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam este Termo de Reconhecimento de Dívida, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Blumenau, 27 de Março de 2017.

Cleones Hostins
Diretor Executivo

HOSPITAL E MATERNIDADE
CISAMVI RIO DO TESTO
Heinz Guenther

Testemunhas:

Nome: Monica Menezes
CPF:

Nome:
CPF:

CIS/AMURES

PORTARIA Nº 01/2017 CIS/AMURES

Portaria n.01 /2017.

Dispõe acerca da exoneração de empregado público a pedido, e da outras providências.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, Sra. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, no uso de suas atribuições legais, constantes da Cláusula Vigésima Sexta, inciso XX, do Contrato de Consorcio Público, demais disposições legais aplicáveis a espécie,

RESOLVE:

Art. 1o. Exonerar a pedido, Rissiane Damião dos Santos Koeche Goulart, do cargo comissionado de assessora jurídica, admitida através da Portaria no. 07/2015, de 22 de abril de 2015.

Art. 2o. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Lages, 31 de Março de 2017.
FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Presidente do CIS/AMURES

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES

EXERCÍCIO: 2016
 PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
 DATA DE EMISSÃO: 28/03/2017
 PÁGINA: 1

SANTA CATARINA - CONSORCIO
 CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
 BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
 Administração Direta

INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
Receita Orçamentária (I)		5.519.208,07	Despesa Orçamentária (VII)		5.180.845,26
Ordinária		5.519.208,07	Ordinária		5.180.845,26
Vinculada		0,00			
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)		0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
Recabamentos Extraorçamentários (IV)		518.565,62	Pagamentos Extraorçamentários (X)		443.521,68
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		308.152,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		245.028,43
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		30.443,93	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		2.241,62
Inscrição de Restos a Pagar Processados		180.069,69	RP PROCESSADOS PAGOS		196.251,63
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)		204.833,57	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)		618.340,32
BANCO C/ MOVIMENTO		204.833,57	BANCO C/ MOVIMENTO		618.340,32
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)		6.242.707,26	TOTAL (XII) = (VIII+IX+X+XI)		6.242.707,26
LAGES, 28/03/2017					

Natu Teresinha Julio
 Coordenadora

Sônia Kley Varela
 Presidente

Vania Maria de Lima
 Contadora CRC/SC 18.772/0-5

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES**SANTA CATARINA - CONSORCIO****CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro a Dezembro

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	6.130.438,32	5.519.208,07	668.264,10	1.279.494,35
RECEITAS CORRENTES	6.130.438,32	5.519.208,07	668.264,10	1.279.494,35
RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	13.645,47	8.645,47	5.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	13.645,47	8.645,47	5.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários	10.000,00	13.645,47	8.645,47	5.000,00
Remuneração de Dep Banc Rec Vinculados	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Aplicação Financeira Rec Vinculados	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Remuneração de Dep Banc Rec Não Vinculados	5.000,00	13.645,47	8.645,47	0,00
Aplicação Financeira Rec Não Vinculados	5.000,00	13.645,47	8.645,47	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.112.364,18	3.799.886,17	577.515,35	889.993,36
Serviços de Saúde	4.112.364,18	3.799.886,17	577.515,35	889.993,36
Outros Serviços de Saúde	4.112.364,18	3.799.886,17	577.515,35	889.993,36
SERVIÇOS - ANITA GARIBALDI	234.436,51	118.917,10	0,00	115.519,41
SERVIÇOS - BOCAINA DO SUL	132.499,55	114.534,07	0,00	17.965,48
SERVIÇOS - BOM JARDIM DA SERRA	181.114,32	188.599,96	7.485,64	0,00
SERVIÇOS - BOM RETIRO	160.879,43	203.935,37	43.055,94	0,00
SERVIÇOS - CAMPO BELO DO SUL	153.263,78	192.567,77	39.303,99	0,00
SERVIÇOS - CAPÃO ALTO	130.401,72	267.187,52	136.785,80	0,00
SERVIÇOS - CELSO RAMOS	165.450,86	106.703,78	0,00	58.747,08
SERVIÇOS - CERRO NEGRO	88.617,77	80.343,71	0,00	8.274,06
SERVIÇOS - CORREIA PINTO	231.429,81	174.957,82	0,00	56.471,99
SERVIÇOS - LAGES	682.049,72	208.469,29	0,00	473.580,43
SERVIÇOS - OTACILIO COSTA	281.839,19	329.167,14	47.327,95	0,00
SERVIÇOS - PAINEL	153.559,22	202.551,21	48.991,99	0,00
SERVIÇOS - PALMEIRA	129.379,60	159.704,26	30.324,66	0,00
SERVIÇOS - PONTE ALTA	179.390,61	171.553,23	0,00	7.837,38
SERVIÇOS - PONTE ALTA DO NORTE	55.127,09	79.020,54	23.893,45	0,00
SERVIÇOS - RIO RUFINO	96.527,36	89.594,10	0,00	6.933,26
SERVIÇOS - SÃO JOAQUIM	378.630,00	430.650,12	52.020,12	0,00
SERVIÇOS - SÃO JOSÉ DO CERRITO	220.502,93	187.794,85	0,00	32.708,08
SERVIÇOS - SANTA CECILIA	56.892,24	56.429,96	0,00	462,28
SERVIÇOS - SÃO CRISTOVÃO DO SUL	63.330,27	143.206,77	79.876,50	0,00
SERVIÇOS - URUBICI	175.108,17	96.102,66	0,00	79.005,51
SERVIÇOS - URUPEMA	65.925,00	134.374,31	68.449,31	0,00
SERVIÇOS - FREI ROGERIO	64.358,69	49.127,33	0,00	15.231,36
SERVIÇOS - MONTE CARLO	24.493,25	14.393,30	0,00	10.099,95
SERVIÇOS - VARGEM	7.157,09	0,00	0,00	7.157,09
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.998.074,14	1.666.406,58	52.833,43	384.500,99
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.998.074,14	1.666.406,58	52.833,43	384.500,99
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	1.998.074,14	1.666.406,58	52.833,43	384.500,99
Transferências a Consórcios Públicos	1.998.074,14	1.666.406,58	52.833,43	384.500,99
ANITA GARIBALDI	68.208,84	44.052,55	0,00	24.156,29
ANITA GARIBALDI - PESSOAL	35.339,04	22.823,68	0,00	12.515,36
ANITA GARIBALDI - CONSUMO	32.371,92	20.907,31	0,00	11.464,61
ANITA GARIBALDI - INVESTIMENTO	497,88	321,56	0,00	176,32
BOCAINA DO SUL	36.535,56	36.535,56	0,00	0,00
BOCAINA DO SUL - PESSOAL	18.929,04	18.929,04	0,00	0,00
BOCAINA DO SUL - CONSUMO	17.339,76	17.339,76	0,00	0,00
BOCAINA DO SUL - INVESTIMENTO	266,76	266,76	0,00	0,00
BOM JARDIM DA SERRA	58.762,56	58.690,26	0,00	72,30
BOM JARDIM DA SERRA - PESSOAL	30.444,84	30.407,44	0,00	37,40
BOM JARDIM DA SERRA - CONSUMO	27.888,72	27.854,35	0,00	34,37
BOM JARDIM DA SERRA - INVESTIMENTO	429,00	428,47	0,00	0,53
BOM RETIRO	81.684,00	80.935,40	0,00	748,60
BOM RETIRO - PESSOAL	42.320,52	41.932,66	0,00	387,86
BOM RETIRO - CONSUMO	38.767,20	38.411,92	0,00	355,28
BOM RETIRO - INVESTIMENTO	596,28	590,82	0,00	5,46
CAMPO BELO DO SUL	68.625,72	74.761,23	6.135,51	0,00
CAMPO BELO DO SUL - PESSOAL	35.554,92	38.733,75	3.178,83	0,00
CAMPO BELO DO SUL - CONSUMO	32.569,80	35.481,70	2.911,90	0,00
CAMPO BELO DO SUL - INVESTIMENTO	501,00	545,78	44,78	0,00
CAPÃO ALTO	65.152,68	48.864,60	0,00	16.288,08
CAPÃO ALTO - PESSOAL	33.755,64	25.316,82	0,00	8.438,82
CAPÃO ALTO - CONSUMO	30.921,48	23.191,11	0,00	7.730,37
CAPÃO ALTO - INVESTIMENTO	475,56	356,67	0,00	118,89
CELSO RAMOS	26.533,20	26.227,96	0,00	305,24

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Betha Sistemas

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Exercício de 2016

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página 2

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
CELSE RAMOS - PESSOAL	13.746,72	13.588,69	0,00	158,03
CELSE RAMOS - CONSUMO	12.592,80	12.447,82	0,00	144,98
CELSE RAMOS - INVESTIMENTO	193,68	191,45	0,00	2,23
CERRO NEGRO	35.840,88	35.806,34	0,00	34,54
CERRO NEGRO - PESSOAL	18.569,16	18.551,32	0,00	17,84
CERRO NEGRO - CONSUMO	17.010,12	16.993,67	0,00	16,45
CERRO NEGRO - INVESTIMENTO	261,60	261,35	0,00	0,25
CORREIA PINTO	65.152,68	65.152,79	0,11	0,00
CORREIA PINTO - PESSOAL	33.755,64	33.755,75	0,11	0,00
CORREIA PINTO - CONSUMO	30.921,48	30.921,48	0,00	0,00
CORREIA PINTO - INVESTIMENTO	475,56	475,56	0,00	0,00
LAGES	235.605,96	23.743,98	0,00	211.861,98
LAGES - PESSOAL	122.067,60	12.301,75	0,00	109.765,85
LAGES - CONSUMO	111.818,40	11.268,90	0,00	100.549,50
LAGES - INVESTIMENTO	1.719,96	173,33	0,00	1.546,63
OTACILIO COSTA	92.102,88	92.810,26	707,38	0,00
OTACILIO COSTA - PESSOAL	47.718,48	48.084,98	366,50	0,00
OTACILIO COSTA - CONSUMO	43.712,04	44.047,76	335,72	0,00
OTACILIO COSTA - INVESTIMENTO	672,36	677,52	5,16	0,00
PAINEL	39.730,68	39.780,31	49,63	0,00
PAINEL - PESSOAL	20.584,44	20.610,16	25,72	0,00
PAINEL - CONSUMO	18.856,20	18.879,75	23,55	0,00
PAINEL - INVESTIMENTO	290,04	290,40	0,36	0,00
PALMEIRA	45.843,12	42.022,86	0,00	3.820,26
PALMEIRA - PESSOAL	23.751,36	21.771,97	0,00	1.979,39
PALMEIRA - CONSUMO	21.757,08	19.944,10	0,00	1.812,98
PALMEIRA - INVESTIMENTO	334,68	306,79	0,00	27,89
PONTE ALTA	60.846,24	60.846,24	0,00	0,00
PONTE ALTA - PESSOAL	31.524,48	31.524,48	0,00	0,00
PONTE ALTA - CONSUMO	28.877,64	28.877,64	0,00	0,00
PONTE ALTA - INVESTIMENTO	444,12	444,12	0,00	0,00
PONTE ALTA DO NORTE	26.533,44	28.483,14	1.949,70	0,00
PONTE ALTA DO NORTE - PESSOAL	13.746,96	14.757,10	1.010,14	0,00
PONTE ALTA DO NORTE - CONSUMO	12.592,80	13.518,13	925,33	0,00
PONTE ALTA DO NORTE - INVESTIMENTO	193,68	207,91	14,23	0,00
RIO RUFINO	33.201,48	35.744,05	2.542,57	0,00
RIO RUFINO - PESSOAL	17.201,64	18.518,95	1.317,31	0,00
RIO RUFINO - CONSUMO	15.757,44	16.964,14	1.206,70	0,00
RIO RUFINO - INVESTIMENTO	242,40	260,96	18,56	0,00
SÃO JOAQUIM	134.195,28	140.599,92	6.404,64	0,00
SÃO JOAQUIM - PESSOAL	69.526,56	72.844,80	3.318,24	0,00
SÃO JOAQUIM - CONSUMO	63.689,04	66.728,76	3.039,72	0,00
SÃO JOAQUIM - INVESTIMENTO	979,68	1.026,36	46,68	0,00
SÃO JOSÉ DO CERRITO	71.682,00	81.138,16	9.456,16	0,00
SÃO JOSÉ DO CERRITO - PESSOAL	37.138,44	42.037,64	4.899,20	0,00
SÃO JOSÉ DO CERRITO - CONSUMO	34.020,24	38.508,18	4.487,94	0,00
SÃO JOSÉ DO CERRITO - INVESTIMENTO	523,32	592,34	69,02	0,00
SANTA CECILIA	19.726,44	19.195,11	0,00	531,33
SANTA CECILIA - PESSOAL	10.220,28	9.945,00	0,00	275,28
SANTA CECILIA - CONSUMO	9.362,16	9.109,99	0,00	252,17
SANTA CECILIA - INVESTIMENTO	144,00	140,12	0,00	3,88
SÃO CRISTOVÃO DO SUL	20.282,16	19.869,64	0,00	412,52
SÃO CRISTOVÃO DO SUL - PESSOAL	10.508,16	10.294,49	0,00	213,67
SÃO CRISTOVÃO DO SUL - CONSUMO	9.625,92	9.430,08	0,00	195,84
SÃO CRISTOVÃO DO SUL - INVESTIMENTO	148,08	145,07	0,00	3,01
URUBICI	46.259,88	55.149,45	8.889,57	0,00
URUBICI - PESSOAL	23.967,24	28.572,93	4.605,69	0,00
URUBICI - CONSUMO	21.954,96	26.173,94	4.218,98	0,00
URUBICI - INVESTIMENTO	337,68	402,58	64,90	0,00
URUPEMA	30.006,36	29.973,25	0,00	33,11
URUPEMA - PESSOAL	15.546,36	15.529,20	0,00	17,16
URUPEMA - CONSUMO	14.241,00	14.225,29	0,00	15,71
URUPEMA - INVESTIMENTO	219,00	218,76	0,00	0,24
FREI ROGERIO	14.864,16	15.002,50	138,34	0,00
FREI ROGERIO - PESSOAL	7.701,12	7.772,85	71,73	0,00
FREI ROGERIO - CONSUMO	7.054,56	7.120,16	65,60	0,00
FREI ROGERIO - INVESTIMENTO	108,48	109,49	1,01	0,00
MONTE CARLO	11.252,40	11.368,99	116,59	0,00

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Betha Sistemas

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Exercício de 2016

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página 3

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
MONTE CARLO - PESSOAL	5.829,84	5.890,26	60,42	0,00
MONTE CARLO - CONSUMO	5.340,36	5.395,71	55,35	0,00
MONTE CARLO - INVESTIMENTO	82,20	83,02	0,82	0,00
VARGEM	555,72	597,53	41,81	0,00
VARGEM - PESSOAL	287,88	309,55	21,67	0,00
VARGEM - CONSUMO	263,76	283,60	19,84	0,00
VARGEM - INVESTIMENTO	4,08	4,38	0,30	0,00
OUTRAS TRANF. DO SUS	608.889,82	499.054,50	16.401,42	126.236,74
SUS - ANITA GARIBALDI	37.968,37	26.395,56	0,00	11.572,81
SUS - BOCAINA DO SUL	22.122,55	18.609,94	0,00	3.512,61
SUS - BOM JARDIM DA SERRA	34.054,95	26.386,40	0,00	7.668,55
SUS - BOM RETIRO	41.846,00	29.948,98	0,00	11.897,02
SUS - CAMPO BELO DO SUL	36.921,90	30.463,13	0,00	6.458,77
SUS - CAPÃO ALTO	31.514,00	37.913,42	6.399,42	0,00
SUS - CELSO RAMOS	14.101,30	12.242,92	0,00	1.858,38
SUS - CERRO NEGRO	18.533,40	14.111,65	0,00	4.421,75
SUS - CORREIA PINTO	36.414,75	25.815,71	0,00	10.599,04
SUS - OTACILIO COSTA	56.730,65	43.968,04	0,00	12.762,61
SUS - PAINEL	19.715,60	21.137,15	1.421,55	0,00
SUS - PALMEIRA	27.080,00	21.807,80	0,00	5.272,20
SUS - PONTE ALTA	32.798,00	24.367,31	0,00	8.430,69
SUS - PONTE ALTA DO NORTE	12.719,00	9.803,20	0,00	2.915,80
SUS - RIO RUFINO	17.488,05	11.870,09	0,00	5.617,96
SUS - SÃO JOAQUIM	56.616,80	56.778,37	161,57	0,00
SUS - SÃO JOSÉ DO CERRITO	24.732,25	31.900,30	7.168,05	0,00
SUS - SANTA CECILIA	10.106,20	7.275,21	0,00	2.830,99
SUS - SÃO CRISTOVÃO DO SUL	11.027,35	11.823,44	796,09	0,00
SUS - URUBICI	28.759,20	8.633,48	0,00	20.125,72
SUS - URUPEMA	15.692,90	16.147,64	454,74	0,00
SUS - FREI ROGERIO	9.789,95	6.911,59	0,00	2.878,36
SUS - MONTE CARLO	9.034,40	4.479,36	0,00	4.555,04
SUS - VARGEM	3.122,25	263,81	0,00	2.858,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	39.269,85	29.269,85	0,00
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	39.269,85	29.269,85	0,00
Outras Receitas	10.000,00	39.269,85	29.269,85	0,00
Totais:	6.130.438,32	5.519.208,07	668.264,10	1.279.494,35

LAGES , 28/03/2017

 Vania Maria de Lima
 Contadora CRC/SC 18.772/0-5

 Sirlei Kley Varela
 Presidente

 Nalu Teresinha Julio
 Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES**SANTA CATARINA - CONSORCIO****CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1/2

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES	6.130.438,32	6.130.438,32	5.519.208,07	-611.230,25
RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	10.000,00	13.645,47	3.645,47
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	10.000,00	13.645,47	3.645,47
RECEITA DE SERVIÇOS	4.112.364,18	4.112.364,18	3.799.886,17	-312.478,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.998.074,14	1.998.074,14	1.666.406,58	-331.667,56
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.998.074,14	1.998.074,14	1.666.406,58	-331.667,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	39.269,85	29.269,85
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	10.000,00	39.269,85	29.269,85
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	6.130.438,32	6.130.438,32	5.519.208,07	-611.230,25
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	6.130.438,32	6.130.438,32	5.519.208,07	-611.230,25
DEFICIT (IV)	-	-	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	6.130.438,32	6.130.438,32	5.519.208,07	-611.230,25
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	6.115.297,24	6.115.297,24	5.175.904,26	5.145.460,33	4.965.390,64	939.392,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	719.736,36	822.736,36	822.381,79	822.381,79	822.381,79	354,57
OUTRAS DESPESAS CORRENTE:	5.395.560,88	5.292.560,88	4.353.522,47	4.323.078,54	4.143.008,85	939.038,41
DESPESAS DE CAPITAL	15.141,08	15.141,08	4.941,00	4.941,00	4.941,00	10.200,08
INVESTIMENTOS	15.141,08	15.141,08	4.941,00	4.941,00	4.941,00	10.200,08
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	6.130.438,32	6.130.438,32	5.180.845,26	5.150.401,33	4.970.331,64	949.593,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	6.130.438,32	6.130.438,32	5.180.845,26	5.150.401,33	4.970.331,64	949.593,06
SUPERÁVIT (IX)	-	-	338.362,81	-	-	-338.362,81
TOTAL (X) = (VIII + IX)	6.130.438,32	6.130.438,32	5.519.208,07	5.150.401,33	4.970.331,64	611.230,25

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	2.241,62	2.241,62	2.241,62	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE:	0,00	2.241,62	2.241,62	2.241,62	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SANTA CATARINA - CONSORCIO**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 2/2

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	2.241,62	2.241,62	2.241,62	0,00	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	196.251,63	196.251,63	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	196.251,63	196.251,63	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	196.251,63	196.251,63	0,00	0,00

LAGES, 28/03/2017

 Vania Maria de Lima
 Contadora CRC/SC 18.772/0-5

 Sirlei Kley Varela
 Presidente

 Nalu Teresinha Julio
 Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES**SANTA CATARINA - CONSORCIO****CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	5.519.208,07	DESPESAS CORRENTES	5.175.904,26
RECEITA PATRIMONIAL	13.645,47	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	822.381,79
RECEITA DE SERVIÇOS	3.799.886,17	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.353.522,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.666.406,58		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	39.269,85		
		SUPERAVIT	343.303,81
TOTAL	5.519.208,07	TOTAL	5.519.208,07
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	343.303,81		
		DESPESAS DE CAPITAL	4.941,00
		INVESTIMENTOS	4.941,00
		SUPERAVIT	338.362,81
TOTAL	5.519.208,07	TOTAL	5.519.208,07

Resumo

RECEITAS CORRENTES	5.519.208,07	DESPESAS CORRENTES	5.175.904,26
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	4.941,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
		SUPERAVIT	338.362,81
TOTAL	5.519.208,07	TOTAL	5.519.208,07

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

LAGES, 28/03/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Sirlei Kley Varela
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Administração Direta

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Acções/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	63.588,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(111.761,05)	0,00	(48.172,71)
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372.269,50	0,00	372.269,50
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	63.588,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.508,45	0,00	324.096,79

LAGES: 28/03/2017

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

Sirlei Kley Varela
Presidente

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	620.203,99	PASSIVO CIRCULANTE	443.501,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	618.340,32	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	180.069,69
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.863,67	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	263.432,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	147.394,60	TOTAL DO PASSIVO	443.501,80
IMOBILIZADO	147.394,60		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	63.588,34
		RESULTADOS ACUMULADOS	280.508,45
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	372.289,50
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-111.761,05
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	324.096,79
TOTAL	767.598,59	TOTAL	767.598,59
		PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	618.340,32	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	443.501,80
ATIVO CIRCULANTE	618.340,32	PASSIVO CIRCULANTE	443.501,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	618.340,32	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	180.069,69
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	618.340,32	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	263.432,11
		CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	30.443,93
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	473.945,73
ATIVO	Exercício Atual		
ATIVO PERMANENTE	149.258,27		
ATIVO CIRCULANTE	1.863,67		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.863,67		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	147.394,60		
IMOBILIZADO	147.394,60		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	149.258,27		
SALDO PATRIMONIAL			293.652,86

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 2

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

COMPENSAÇÕES	Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
--------------	----------------------------------	-----------------	------------------------------------	-----------------

0,00

0,00

TOTAL

LAGES, 28/03/2017

Vanila Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Sirllei Kley Varela
Presidente

Naili Teresinha Julio
Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES

Betha Sistemas
Exercício de 2016

Página: 1/13

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Balancete de Verificação de Janeiro até Dezembro - 2016

Mascara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	348.387,46D	5.951.519,09	5.532.307,96	767.598,59D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	205.933,86D	5.946.578,09	5.532.307,96	620.203,99D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	204.833,57D	5.945,102,71	5.531.595,96	618.340,32D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	204.833,57D	5.945,102,71	5.531.595,96	618.340,32D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇ	204.833,57D	5.945,102,71	5.531.595,96	618.340,32D
1.1.1.1.1.19			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	204.833,57D	5.945,102,71	5.531.595,96	618.340,32D
1.1.1.1.1.19.00.02			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	204.833,57D	5.945,102,71	5.531.595,96	618.340,32D
1.1.1.1.1.19.00.02.01			BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	88.003,47D	779,129,71	281.633,86	585.499,32D
1.1.1.1.1.19.00.02.01.000001 (48908)	P	F	BANCO DO BRASIL C/ CONSORCIO-SUS - 33046-9	88.003,47D	779,129,71	281.633,86	585.499,32D
1.1.1.1.1.19.00.22			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	116.830,10D	5.165,973,00	5.249,962,10	32.841,00D
1.1.1.1.1.19.00.22.01			BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - MOVIMENTO	116.830,10D	5.165,973,00	5.249,962,10	32.841,00D
1.1.1.1.1.19.00.22.01.000001 (48910)	P	F	BANCO DO BRASIL C/ MOVIMENTO - 714165-3	116.355,91D	5.082,602,47	5.186,608,56	12.349,82D
1.1.1.1.1.19.00.22.01.000002 (50222)	P	F	BANCO DO BRASIL C/ 13º SAU FERIAS - 61229-4	474,19D	80,262,30	60,353,54	20.382,95D
1.1.1.1.1.19.00.22.01.000003 (51732)	P	F	BANCO DO BRASIL C/ CARTÃO CORPORATIVO - 62741-0	0,00	3,108,23	3,000,00	108,23D
1.1.9			VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.100,29D	1,475,38	712,00	1.863,67D
1.1.9.1			PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	1.100,29D	763,38	0,00	1.863,67D
1.1.9.1.1 (44372)	P	P	PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	1.100,29D	763,38	0,00	1.863,67D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	0,00	712,00	712,00	0,00
1.1.9.3.1 (44376)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	712,00	712,00	0,00
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	142.453,60D	4,941,00	0,00	147.394,60D
1.2.3			IMOBILIZADO	142.453,60D	4,941,00	0,00	147.394,60D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	141.884,85D	4,941,00	0,00	146.825,85D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	141.884,85D	4,941,00	0,00	146.825,85D
1.2.3.1.1.01			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	67.832,60D	1,645,00	0,00	69.477,60D
1.2.3.1.1.01.02 (44826)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	22.466,50D	1,645,00	0,00	24.131,50D
1.2.3.1.1.01.03 (44827)	P	P	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGIC	36.932,00D	0,00	0,00	36.932,00D
1.2.3.1.1.01.07 (44831)	P	P	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	910,60D	0,00	0,00	910,60D
1.2.3.1.1.01.99			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.503,50D	0,00	0,00	7.503,50D
1.2.3.1.1.01.99.01 (44946)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.503,50D	0,00	0,00	7.503,50D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	51.846,45D	2,490,00	0,00	54.336,45D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	51.846,45D	2,490,00	0,00	54.336,45D
1.2.3.1.1.02.01.01 (44849)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	51.846,45D	2,490,00	0,00	54.336,45D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	22.205,80D	806,00	0,00	23.011,80D
1.2.3.1.1.03.01 (44853)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	2.847,95D	306,00	0,00	3.153,95D
1.2.3.1.1.03.03 (44855)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	19.357,85D	500,00	0,00	19.857,85D
1.2.3.2			BENS IMÓVEIS	568,75D	0,00	0,00	568,75D
1.2.3.2.1			BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	568,75D	0,00	0,00	568,75D
1.2.3.2.1.06			BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	568,75D	0,00	0,00	568,75D
1.2.3.2.1.06.01			OBRAS EM ANDAMENTO	568,75D	0,00	0,00	568,75D
1.2.3.2.1.06.01.01 (44954)	P	P	OBRAS EM ANDAMENTO	568,75D	0,00	0,00	568,75D

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Balancete de Verificação de Janeiro até Dezembro - 2016

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Página: 2/13

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	348.387,46C	10.891.171,28	11.310.382,41	767.598,59C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	396.560,17C	5.614.429,04	5.661.370,67	443.501,80C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA	0,00	822.381,79	822.381,79	0,00
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	0,00	609.343,35	609.343,35	0,00
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	609.343,35	609.343,35	0,00
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	609.343,35	609.343,35	0,00
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	609.343,35	609.343,35	0,00
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	213.038,44	213.038,44	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	213.038,44	213.038,44	0,00
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	0,00	158.985,71	158.985,71	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	158.985,71	158.985,71	0,00
2.1.1.4.3.05			FGTS	0,00	54.052,73	54.052,73	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	196.251,63C	4.546.999,82	4.530.817,88	180.069,69C
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	196.251,63C	4.546.999,82	4.530.817,88	180.069,69C
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	196.251,63C	4.546.999,82	4.530.817,88	180.069,69C
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	196.251,63C	4.546.999,82	4.530.817,88	180.069,69C
2.1.3.1.1.01.01			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	196.251,63C	4.546.999,82	4.530.817,88	180.069,69C
2.1.3.1.1.01.01.00.000001 (51646)	P	F	FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR DO EXERCÍCIO ANT.	0,00	198.493,25	198.493,25	0,00
2.1.4			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	19,00	19,00	0,00
2.1.4.2			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	0,00	19,00	19,00	0,00
2.1.4.2.4			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS - INTER OFS	0,00	19,00	19,00	0,00
2.1.4.2.4.99			OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES ESTADUAIS A RECOLHER	0,00	19,00	19,00	0,00
2.1.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	200.308,54C	245.028,43	308.152,00	263.432,11C
2.1.8.8			VALORES RESTITUIVEIS	200.308,54C	245.028,43	308.152,00	263.432,11C
2.1.8.8.1			VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	200.308,54C	245.028,43	308.152,00	263.432,11C
2.1.8.8.1.04			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	200.308,54C	245.028,43	308.152,00	263.432,11C
2.1.8.8.1.04.01			DEPÓSITOS E CAUÇÕES	0,00	0,00	17,41	17,41C
2.1.8.8.1.04.01.00.000001 (48934)	P	F	REPASSE A FUNDOS/AUTARQUIAS REFERENTE A COMPENSAÇ	0,00	0,00	17,41	17,41C
2.1.8.8.1.04.99			OUTROS DEPÓSITOS	200.308,54C	245.028,43	308.134,59	263.414,70C
2.1.8.8.1.04.99.00.99			DIVERSOS CREDORES	200.308,54C	245.028,43	308.134,59	263.414,70C
2.1.8.8.1.04.99.00.99.000001 (48936)	P	F	INSS- FL	4.486,11C	52.331,19	51.603,96	3.758,88C
2.1.8.8.1.04.99.00.99.000002 (48937)	P	F	ISQN	38.208,67C	28.523,07	28.522,44	38.208,04C
2.1.8.8.1.04.99.00.99.000003 (48938)	P	F	IRRF - PJ	104.610,50C	170,87	45.711,19	150.150,82C
2.1.8.8.1.04.99.00.99.000004 (48939)	P	F	PIS/COFINS/CSLL	12.864,38C	142.696,11	142.020,03	12.188,30C
2.1.8.8.1.04.99.00.99.000005 (48940)	P	F	IRRF / FL	28.096,79C	0,00	16.928,22	45.025,01C
2.1.8.8.1.04.99.00.99.000006 (48941)	P	F	VALE TRANSPORTE	1.381,39C	3.878,69	3.727,22	1.229,92C
2.1.8.8.1.04.99.00.99.000008 (48943)	P	F	IRRF - PF	8.621,35C	0,00	311,96	8.933,31C
2.1.8.8.1.04.99.00.99.000009 (48944)	P	F	SANTINVEST S.A	0,00	15.099,50	15.099,50	0,00
2.1.8.8.1.04.99.00.99.000010 (48945)	P	F	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	1.013,93C	0,00	71,82	1.085,75C
2.1.8.8.1.04.99.00.99.000011 (48946)	P	F	INSS- PF	735,42C	0,00	1.873,25	2.608,67C
2.1.8.8.1.04.99.00.99.000012 (50213)	P	F	VALE CULTURA	74,00C	393,00	429,00	110,00C
2.1.8.8.1.04.99.00.99.000013 (50359)	P	F	SINDICATO TRAB. SERV. SAUDE DE LAGES	216,00C	1.936,00	1.836,00	116,00C
2.3			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.172,71D	5.276.742,24	5.649.011,74	324.096,79C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	63.588,34C	0,00	0,00	63.588,34C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	63.588,34C	0,00	0,00	63.588,34C
2.3.1.1.1 (45953)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	63.588,34C	0,00	0,00	63.588,34C

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 3/13

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Balanço de Verificação de Janeiro até Dezembro - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.3.7			RESULTADOS ACUMULADOS	111.761,05D	5.276.742,24	5.649.011,74	260.508,45C
2.3.7.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	111.761,05D	5.276.742,24	5.649.011,74	260.508,45C
2.3.7.1.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	9.021,31C	4.996.974,17	5.528.229,38	540.276,52C
2.3.7.1.1.01 (46081)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	9.021,31C	4.996.974,17	5.519.208,07	531.255,21C
2.3.7.1.1.02 (46082)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	9.021,31	9.021,31C
2.3.7.1.3			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	120.782,36D	279.768,07	120.782,36	279.768,07D
2.3.7.1.3.01 (46091)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	120.782,36D	198.985,71	120.782,36	158.985,71D
2.3.7.1.3.02 (46092)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	120.782,36	0,00	120.782,36D

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
 Balanço de Verificação de Janeiro até Dezembro - 2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016

Página: 4/13

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	5,149,897,66	5,149,897,66	0,00
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	0,00	822,381,79	822,381,79	0,00
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	0,00	609,343,35	609,343,35	0,00
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	0,00	609,343,35	609,343,35	0,00
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - OX	0,00	609,343,35	609,343,35	0,00
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00	609,343,35	609,343,35	0,00
3.1.1.1.1.01.01 (46160)	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00	609,343,35	609,343,35	0,00
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	0,00	213,038,44	213,038,44	0,00
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00	158,985,71	158,985,71	0,00
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	158,985,71	158,985,71	0,00
3.1.2.2.3.01 (46313)	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	0,00	158,985,71	158,985,71	0,00
3.1.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	0,00	54,052,73	54,052,73	0,00
3.1.2.3.1			ENCARGOS PATRONAIS - FGTS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	54,052,73	54,052,73	0,00
3.1.2.3.1.01 (46323)	P		FGTS	0,00	54,052,73	54,052,73	0,00
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4,327,496,87	4,327,496,87	0,00
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00	160,290,39	160,290,39	0,00
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	0,00	71,495,23	71,495,23	0,00
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	71,495,23	71,495,23	0,00
3.3.1.1.1.01 (46461)	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	0,00	2,555,35	2,555,35	0,00
3.3.1.1.1.03 (46462)	P		GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	0,00	700,00	700,00	0,00
3.3.1.1.1.06 (46465)	P		GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	0,00	3,289,40	3,289,40	0,00
3.3.1.1.1.08 (46467)	P		MATERIAL FARMACOLÓGICO	0,00	294,30	294,30	0,00
3.3.1.1.1.09 (46468)	P		MATERIAL ODONTOLÓGICO	0,00	1,600,00	1,600,00	0,00
3.3.1.1.1.15 (46473)	P		MATERIAL PARA FESTIVIDADES E Homenagens	0,00	1,425,00	1,425,00	0,00
3.3.1.1.1.16 (46474)	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	6,711,57	6,711,57	0,00
3.3.1.1.1.17 (46475)	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	1,456,80	1,456,80	0,00
3.3.1.1.1.21 (46479)	P		MATERIAL DE COPA E COZINHA	0,00	502,53	502,53	0,00
3.3.1.1.1.22 (46480)	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	0,00	7,839,74	7,839,74	0,00
3.3.1.1.1.23 (46481)	P		UNIFORMES, TECIDOS E AVALIAMENTOS	0,00	648,00	648,00	0,00
3.3.1.1.1.24 (46482)	P		MATERIAL P/ MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	0,00	4,117,28	4,117,28	0,00
3.3.1.1.1.25 (46483)	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	0,00	156,93	156,93	0,00
3.3.1.1.1.26 (46484)	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	6,570,71	6,570,71	0,00
3.3.1.1.1.36 (46493)	P		MATERIAL HOSPITALAR	0,00	18,725,95	18,725,95	0,00
3.3.1.1.1.39 (46495)	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	362,00	362,00	0,00
3.3.1.1.1.49 (46504)	P		BILHETES DE PASSAGEM	0,00	14,079,67	14,079,67	0,00
3.3.1.1.1.70 (46514)	P		AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE	0,00	460,00	460,00	0,00
3.3.1.2			DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO	0,00	88,795,16	88,795,16	0,00
3.3.1.2.1			DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	88,795,16	88,795,16	0,00
3.3.1.2.1.02 (46521)	P		MATERIAL DESTINADO A ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	6,304,31	6,304,31	0,00
3.3.1.2.1.99 (46528)	P		OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	82,490,85	82,490,85	0,00
3.3.2			SERVIÇOS	0,00	4,167,206,48	4,167,206,48	0,00
3.3.2.1			DIÁRIAS	0,00	15,100,00	15,100,00	0,00
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	15,100,00	15,100,00	0,00
3.3.2.1.1.01			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	0,00	15,100,00	15,100,00	0,00
3.3.2.1.1.01.01 (46533)	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	0,00	15,100,00	15,100,00	0,00
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00	17,950,48	17,950,48	0,00
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	0,00	17,950,48	17,950,48	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 5/13

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Balanco de Verificação de Janeiro até Dezembro - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.2.1.01			CONSULTORIA E ASSESSORIA	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00
3.3.2.2.1.01.01 (46545)	P		CONSULTORIA E ASSESSORIA - JURIDICA E TECNICA	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00
3.3.2.2.1.06 (46554)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00
3.3.2.2.1.11			MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	0,00	240,00	240,00	0,00
3.3.2.2.1.11.04 (46561)	P		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	240,00	240,00	0,00
3.3.2.2.1.21			LOCAÇÕES	0,00	7.710,48	7.710,48	0,00
3.3.2.2.1.21.01 (46575)	P		LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	7.710,48	7.710,48	0,00
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	4.134.156,00	4.134.156,00	0,00
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00	4.134.156,00	4.134.156,00	0,00
3.3.2.3.1.04 (46599)	P		COMUNICAÇÃO	0,00	194,40	194,40	0,00
3.3.2.3.1.06 (46601)	P		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	0,00	17.974,00	17.974,00	0,00
3.3.2.3.1.07 (46602)	P		SERVIÇOS DE APOIO	0,00	20.892,98	20.892,98	0,00
3.3.2.3.1.08 (46603)	P		SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	0,00	14.466,92	14.466,92	0,00
3.3.2.3.1.09 (46604)	P		SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	0,00	74.053,26	74.053,26	0,00
3.3.2.3.1.10 (46605)	P		LOCAÇÕES	0,00	195.547,33	195.547,33	0,00
3.3.2.3.1.11 (46606)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	20.259,30	20.259,30	0,00
3.3.2.3.1.12 (46607)	P		SERVIÇOS DE TRANSPORTE	0,00	3.700,00	3.700,00	0,00
3.3.2.3.1.14 (46609)	P		ASSINATURAS DE PERÍODICOS E ANUIDADES	0,00	712,00	712,00	0,00
3.3.2.3.1.19 (46614)	P		CONFECÇÃO DE MATERIAL DE ACONDIC. E EMBALAGEM	0,00	2.400,00	2.400,00	0,00
3.3.2.3.1.25 (46620)	P		HOSPEDAGENS	0,00	668,31	668,31	0,00
3.3.2.3.1.30 (46625)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
3.3.2.3.1.31 (46626)	P		SERVIMÉDICO - HOSPITALAR, ODONTOL. E LABORATORIAIS	0,00	3.674.168,60	3.674.168,60	0,00
3.3.2.3.1.32 (46627)	P		SERVIÇOS BANCÁRIOS	0,00	1.389,03	1.389,03	0,00
3.3.2.3.1.40 (46635)	P		SERVIÇOS DE COPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	0,00	526,40	526,40	0,00
3.3.2.3.1.46 (46641)	P		SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	0,00	11.025,00	11.025,00	0,00
3.3.2.3.1.54 (46645)	P		LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	31.519,72	31.519,72	0,00
3.3.2.3.1.56 (46647)	P		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	4.585,89	4.585,89	0,00
3.3.2.3.1.99 (46648)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	58.072,86	58.072,86	0,00
3.7			TRIBUTÁRIAS	0,00	19,00	19,00	0,00
3.7.1			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	19,00	19,00	0,00
3.7.1.2			TAXAS	0,00	19,00	19,00	0,00
3.7.1.2.1			TAXAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	19,00	19,00	0,00
3.7.1.2.1.02 (47511)	P		TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	19,00	19,00	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 6/13

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Balanco de Verificação de Janeiro até Dezembro - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	5.542.834,66	5.542.834,66	0,00
4.3			EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	3.821.822,59	3.821.822,59	0,00
4.3.3			EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	3.821.822,59	3.821.822,59	0,00
4.3.3.1			VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE	0,00	3.821.822,59	3.821.822,59	0,00
4.3.3.1.1 (47776)	P		VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE	0,00	3.821.822,59	3.821.822,59	0,00
4.4			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	13.645,47	13.645,47	0,00
4.4.5			REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	13.645,47	13.645,47	0,00
4.4.5.1			REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	13.645,47	13.645,47	0,00
4.4.5.1.1 (47841)	P		REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	13.645,47	13.645,47	0,00
4.9			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.707.366,60	1.707.366,60	0,00
4.9.9			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.707.366,60	1.707.366,60	0,00
4.9.9.9			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GI	0,00	1.707.366,60	1.707.366,60	0,00
4.9.9.9.1			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS G	0,00	1.707.366,60	1.707.366,60	0,00
4.9.9.9.1.99 (48143)	P		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE	0,00	1.707.366,60	1.707.366,60	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 7/13

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Balanco de Verificação de Janeiro até Dezembro - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	198.493,25D	12.978.528,94	12.966.508,57	210.513,62D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	0,00	12.589.522,07	12.589.522,07	0,00
5.2.1			PREVISÃO DA RECEITA	0,00	6.130.438,32	6.130.438,32	0,00
5.2.1.1			PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	0,00	6.130.438,32	6.130.438,32	0,00
5.2.1.1.1 (48153)	O		PREVISÃO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00	6.130.438,32	6.130.438,32	0,00
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00	6.439.083,75	6.439.083,75	0,00
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	6.439.083,75	6.439.083,75	0,00
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	0,00	6.233.083,75	6.233.083,75	0,00
5.2.2.1.1.01 (48166)	O		CRÉDITO INICIAL	0,00	6.233.083,75	6.233.083,75	0,00
5.2.2.1.2			DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	0,00	103.000,00	103.000,00	0,00
5.2.2.1.2.01 (48168)	O		CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	0,00	103.000,00	103.000,00	0,00
5.2.2.1.3 (48186)	O		CANCELAMENTO/REANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	0,00	103.000,00	103.000,00	0,00
5.3			INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	198.493,25D	409.006,87	396.986,50	210.513,62D
5.3.1			INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	2.241,62D	32.685,55	4.483,24	30.443,93D
5.3.1.1 (48192)	O		RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	0,00	2.241,62	2.241,62	0,00
5.3.1.7 (48196)	O		RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	2.241,62D	30.443,93	2.241,62	30.443,93D
5.3.2			INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	196.251,63D	376.321,32	392.503,26	180.069,69D
5.3.2.1 (48198)	O		RP PROCESSADOS - INSCRITOS	0,00	196.251,63	196.251,63	0,00
5.3.2.7 (48201)	O		RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	196.251,63D	180.069,69	196.251,63	180.069,69D

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 8/13

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Balancete de Verificação de Janeiro até Dezembro - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	198.493,25C	42.029.360,21	42.041.380,58	210.513,62C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	41.431.638,84	41.431.638,84	0,00
6.2.1			EXECUÇÃO DA RECEITA	0,00	17.216.107,64	17.216.107,64	0,00
6.2.1.1 (48213)	O		RECEITA A REALIZAR	0,00	11.673.272,98	11.673.272,98	0,00
6.2.1.2			RECEITA REALIZADA	0,00	5.542.834,66	5.542.834,66	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001184 (50453)	O		ANITA GARIBALDI - PESSOAL	0,00	22.823,68	22.823,68	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001185 (50459)	O		ANITA GARIBALDI - CONSUMO	0,00	20.907,31	20.907,31	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001186 (50460)	O		ANITA GARIBALDI - INVESTIMENTO	0,00	321,56	321,56	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001187 (50461)	O		BOCAINA DO SUL - PESSOAL	0,00	18.929,04	18.929,04	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001188 (50462)	O		BOCAINA DO SUL - CONSUMO	0,00	17.339,76	17.339,76	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001189 (50463)	O		BOCAINA DO SUL - INVESTIMENTO	0,00	266,76	266,76	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001190 (50464)	O		BOM JARDIM DA SERRA - PESSOAL	0,00	30.407,44	30.407,44	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001191 (50465)	O		BOM JARDIM DA SERRA - CONSUMO	0,00	27.854,35	27.854,35	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001192 (50466)	O		BOM JARDIM DA SERRA - INVESTIMENTO	0,00	428,47	428,47	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001193 (50467)	O		BOM RETIRO - PESSOAL	0,00	41.932,66	41.932,66	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001194 (50468)	O		BOM RETIRO - CONSUMO	0,00	38.411,92	38.411,92	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001195 (50469)	O		BOM RETIRO - INVESTIMENTO	0,00	590,82	590,82	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001196 (50470)	O		CAMPO BELO DO SUL - PESSOAL	0,00	38.733,75	38.733,75	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001197 (50471)	O		CAMPO BELO DO SUL - CONSUMO	0,00	35.481,70	35.481,70	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001198 (50472)	O		CAMPO BELO DO SUL - INVESTIMENTO	0,00	545,78	545,78	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001199 (50473)	O		CAPÃO ALTO - PESSOAL	0,00	25.316,82	25.316,82	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001200 (50474)	O		CAPÃO ALTO - CONSUMO	0,00	23.191,11	23.191,11	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001201 (50475)	O		CAPÃO ALTO - INVESTIMENTO	0,00	356,67	356,67	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001202 (50476)	O		CELSON RAMOS - PESSOAL	0,00	13.588,69	13.588,69	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001203 (50477)	O		CELSON RAMOS - CONSUMO	0,00	12.447,82	12.447,82	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001204 (50478)	O		CELSON RAMOS - INVESTIMENTO	0,00	191,45	191,45	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001205 (50479)	O		CERRO NEGRO - PESSOAL	0,00	18.551,32	18.551,32	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001206 (50480)	O		CERRO NEGRO - CONSUMO	0,00	16.993,67	16.993,67	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001207 (50481)	O		CERRO NEGRO - INVESTIMENTO	0,00	261,35	261,35	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001208 (50482)	O		CORREIA PINTO - PESSOAL	0,00	33.755,75	33.755,75	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001209 (50483)	O		CORREIA PINTO - CONSUMO	0,00	30.921,48	30.921,48	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001210 (50484)	O		CORREIA PINTO - INVESTIMENTO	0,00	475,56	475,56	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001211 (50485)	O		LAGES - PESSOAL	0,00	12.301,75	12.301,75	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001212 (50486)	O		LAGES - CONSUMO	0,00	11.268,90	11.268,90	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001213 (50487)	O		LAGES - INVESTIMENTO	0,00	173,33	173,33	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001214 (50488)	O		OTACILIO COSTA - PESSOAL	0,00	48.084,98	48.084,98	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001215 (50489)	O		OTACILIO COSTA - CONSUMO	0,00	44.047,76	44.047,76	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001216 (50490)	O		OTACILIO COSTA - INVESTIMENTO	0,00	677,52	677,52	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001217 (50491)	O		PAINEL - PESSOAL	0,00	20.610,16	20.610,16	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001218 (50492)	O		PAINEL - CONSUMO	0,00	18.879,75	18.879,75	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001219 (50493)	O		PAINEL - INVESTIMENTO	0,00	290,40	290,40	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001220 (50494)	O		PALMEIRA - PESSOAL	0,00	21.771,97	21.771,97	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001221 (50495)	O		PALMEIRA - CONSUMO	0,00	19.944,10	19.944,10	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001222 (50496)	O		PALMEIRA - INVESTIMENTO	0,00	306,79	306,79	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001223 (50497)	O		PONTE ALTA - PESSOAL	0,00	31.524,48	31.524,48	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001224 (50498)	O		PONTE ALTA - CONSUMO	0,00	28.877,64	28.877,64	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.00.001225 (50499)	O		PONTE ALTA - INVESTIMENTO	0,00	444,12	444,12	0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 9/13

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Balancete de Verificação de Janeiro até Dezembro - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001226 (50500)	O		PONTE ALTA DO NORTE - PESSOAL	0,00	14.757,10	14.757,10	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001227 (50501)	O		PONTE ALTA DO NORTE - CONSUMO	0,00	13.518,13	13.518,13	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001228 (50502)	O		PONTE ALTA DO NORTE - INVESTIMENTO	0,00	207,91	207,91	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001229 (50503)	O		RIO RUFINO - PESSOAL	0,00	18.518,95	18.518,95	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001230 (50504)	O		RIO RUFINO - CONSUMO	0,00	16.964,14	16.964,14	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001231 (50505)	O		RIO RUFINO - INVESTIMENTO	0,00	280,96	280,96	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001232 (50506)	O		SÃO JOAQUIM - PESSOAL	0,00	72.844,80	72.844,80	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001233 (50507)	O		SÃO JOAQUIM - CONSUMO	0,00	66.728,76	66.728,76	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001234 (50508)	O		SÃO JOAQUIM - INVESTIMENTO	0,00	1.026,36	1.026,36	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001235 (50509)	O		SÃO JOSÉ DO CERRITO - PESSOAL	0,00	42.037,64	42.037,64	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001236 (50510)	O		SÃO JOSÉ DO CERRITO - CONSUMO	0,00	38.508,18	38.508,18	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001237 (50511)	O		SÃO JOSÉ DO CERRITO - INVESTIMENTO	0,00	592,34	592,34	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001238 (50512)	O		SANTA CECILIA - PESSOAL	0,00	9.945,00	9.945,00	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001239 (50513)	O		SANTA CECILIA - CONSUMO	0,00	9.109,99	9.109,99	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001240 (50514)	O		SANTA CECILIA - INVESTIMENTO	0,00	140,12	140,12	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001241 (50515)	O		SÃO CRISTÓVÃO DO SUL - PESSOAL	0,00	11.170,17	11.170,17	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001242 (50516)	O		SÃO CRISTÓVÃO DO SUL - CONSUMO	0,00	10.232,23	10.232,23	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001243 (50517)	O		SÃO CRISTÓVÃO DO SUL - INVESTIMENTO	0,00	157,41	157,41	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001244 (50518)	O		URUBICI - PESSOAL	0,00	28.572,93	28.572,93	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001245 (50519)	O		URUBICI - CONSUMO	0,00	26.173,94	26.173,94	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001246 (50520)	O		URUBICI - INVESTIMENTO	0,00	402,58	402,58	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001247 (50521)	O		URUPEMA - PESSOAL	0,00	15.529,29	15.529,29	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001248 (50522)	O		URUPEMA - CONSUMO	0,00	14.225,29	14.225,29	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001249 (50523)	O		URUPEMA - INVESTIMENTO	0,00	218,76	218,76	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001250 (50524)	O		FREI ROGERIO - PESSOAL	0,00	7.772,85	7.772,85	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001251 (50525)	O		FREI ROGERIO - CONSUMO	0,00	7.120,16	7.120,16	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001252 (50526)	O		FREI ROGERIO - INVESTIMENTO	0,00	109,49	109,49	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001253 (50527)	O		MONTE CARLO - PESSOAL	0,00	5.890,26	5.890,26	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001254 (50528)	O		MONTE CARLO - CONSUMO	0,00	5.395,71	5.395,71	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001255 (50529)	O		MONTE CARLO - INVESTIMENTO	0,00	83,02	83,02	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001256 (50530)	O		VARGEM - PESSOAL	0,00	309,55	309,55	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001257 (50531)	O		VARGEM - CONSUMO	0,00	283,60	283,60	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001258 (50532)	O		VARGEM - INVESTIMENTO	0,00	4,38	4,38	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001259 (50533)	O		SUS - ANITA GARIBALDI	0,00	26.395,56	26.395,56	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001260 (50534)	O		SUS - BOCAINA DO SUL	0,00	18.609,94	18.609,94	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001261 (50535)	O		SUS - BOM JARDIM DA SERRA	0,00	26.386,40	26.386,40	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001262 (50536)	O		SUS - BOM RETIRO	0,00	29.948,98	29.948,98	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001263 (50537)	O		SUS - CAMPO BELO DO SUL	0,00	30.463,13	30.463,13	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001264 (50538)	O		SUS - CAPÃO ALTO	0,00	37.913,42	37.913,42	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001265 (50539)	O		SUS - CELSO RAMOS	0,00	12.242,92	12.242,92	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001266 (50540)	O		SUS - CERRO NEGRO	0,00	14.111,65	14.111,65	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001267 (50541)	O		SUS - CORREA PINTO	0,00	25.815,71	25.815,71	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001268 (50542)	O		SUS - OTACILIO COSTA	0,00	43.968,04	43.968,04	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001269 (50543)	O		SUS - PAINEL	0,00	21.137,15	21.137,15	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001270 (50544)	O		SUS - PALMEIRA	0,00	21.807,80	21.807,80	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001271 (50545)	O		SUS - PONTE ALTA	0,00	24.367,31	24.367,31	0,00
6.2.1.2.0.0.0.0.0.0.001272 (50546)	O		SUS - PONTE ALTA DO NORTE	0,00	9.803,20	9.803,20	0,00

Página: 10/13

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001273 (50547)	O		SUS - RIO RUFINO	0,00	11.870,09	11.870,09	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001274 (50548)	O		SUS - SÃO JOAQUIM	0,00	56.778,37	56.778,37	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001275 (50549)	O		SUS - SÃO JOSE DO CERRITO	0,00	31.900,30	31.900,30	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001276 (50550)	O		SUS - SANTA CECILIA	0,00	7.275,21	7.275,21	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001277 (50551)	O		SUS - URUBICI	0,00	8.633,48	8.633,48	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001278 (50552)	O		SUS - URUPEMA	0,00	16.147,64	16.147,64	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001279 (50553)	O		SUS - FREI ROGERIO	0,00	6.911,59	6.911,59	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001280 (50554)	O		SUS - SÃO CRISTOVÃO DO SUL	0,00	11.823,44	11.823,44	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001281 (50555)	O		SUS - VARGEM	0,00	263,81	263,81	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001282 (50556)	O		SUS - MONTE CARLO	0,00	4.479,36	4.479,36	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001283 (50384)	O		SERVIÇOS - ANITA GARIBALDI	0,00	118.917,10	118.917,10	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001284 (50557)	O		SERVIÇOS - BOCAINA DO SUL	0,00	114.534,07	114.534,07	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001285 (50558)	O		SERVIÇOS - BOM JARDIM DA SERRA	0,00	188.599,96	188.599,96	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001286 (50559)	O		SERVIÇOS - BOM RETIRO	0,00	203.935,37	203.935,37	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001287 (50560)	O		SERVIÇOS - CAMPO BELO DO SUL	0,00	192.567,77	192.567,77	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001288 (50561)	O		SERVIÇOS - CAPÃO ALTO	0,00	267.187,52	267.187,52	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001289 (50562)	O		SERVIÇOS - CELSO RAMOS	0,00	106.703,78	106.703,78	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001290 (50563)	O		SERVIÇOS - CERRO NEGRO	0,00	80.343,71	80.343,71	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001291 (50564)	O		SERVIÇOS - CORREIA PINTO	0,00	180.387,20	180.387,20	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001292 (50565)	O		SERVIÇOS - LAGES	0,00	208.469,29	208.469,29	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001293 (50566)	O		SERVIÇOS - OTACILIO COSTA	0,00	329.167,14	329.167,14	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001294 (50567)	O		SERVIÇOS - PANIEL	0,00	202.551,21	202.551,21	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001295 (50568)	O		SERVIÇOS - PALMEIRA	0,00	159.704,26	159.704,26	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001296 (50569)	O		SERVIÇOS - PONTE ALTA	0,00	171.553,23	171.553,23	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001297 (50570)	O		SERVIÇOS - RIO RUFINO	0,00	89.594,10	89.594,10	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001298 (50571)	O		SERVIÇOS - SÃO JOAQUIM	0,00	430.650,12	430.650,12	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001299 (50572)	O		SERVIÇOS - SÃO JOSE DO CERRITO	0,00	187.794,85	187.794,85	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001300 (50573)	O		SERVIÇOS - URUBICI	0,00	96.102,66	96.102,66	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001301 (50574)	O		SERVIÇOS - URUPEMA	0,00	134.374,31	134.374,31	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001302 (50575)	O		SERVIÇOS - FREI ROGERIO	0,00	49.127,33	49.127,33	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001303 (50576)	O		SERVIÇOS - SANTA CECILIA	0,00	56.429,96	56.429,96	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001304 (50577)	O		SERVIÇOS - PONTE ALTA DO NORTE	0,00	79.020,54	79.020,54	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001305 (50578)	O		SERVIÇOS - SÃO CRISTOVÃO DO SUL	0,00	159.713,81	159.713,81	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001307 (50580)	O		SERVIÇOS - MONTE CARLO	0,00	14.393,30	14.393,30	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.001309 (50582)	O		Aplicação Financeira Rec Não Vinculados	0,00	13.645,47	13.645,47	0,00
6.2.12.0.0.0.0.0.0.00.002227 (51501)	O		Outras Recatas	0,00	39.269,85	39.269,85	0,00
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00	24.215.531,20	24.215.531,20	0,00
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	0,00	24.215.531,20	24.215.531,20	0,00
6.2.2.1.1 (48222)	O		CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	7.566.937,46	7.566.937,46	0,00
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	0,00	16.648.593,74	16.648.593,74	0,00
6.2.2.1.3.01 (48228)	O		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	6.311.658,06	6.311.658,06	0,00
6.2.2.1.3.03 (48230)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	5.154.725,42	5.154.725,42	0,00
6.2.2.1.3.04 (48231)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	4.971.696,64	4.971.696,64	0,00
6.2.2.1.3.05 (48232)	O		EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESS	0,00	30.443,93	30.443,93	0,00
6.2.2.1.3.07 (48234)	O		EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSAI	0,00	180.069,69	180.069,69	0,00
6.3			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	198.493,25C	597.721,37	609.741,74	210.513,62C
6.3.1			EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	2.241,62C	8.966,48	37.168,79	30.443,93C

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 11/13

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Balanco de Verificação de Janeiro até Dezembro - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6.3.1.1 (48249)	O		RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00	2.241,62	2.241,62	0,00
6.3.1.3 (48251)	O		RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	2.241,62	2.241,62	0,00
6.3.1.4 (48252)	O		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	2.241,62	2.241,62	0,00
6.3.1.7			RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	2.241,62C	2.241,62	30.443,93	30.443,93C
6.3.1.7.1 (48256)	O		RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	2.241,62C	2.241,62	30.443,93	30.443,93C
6.3.2			EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS	196.251,63C	588.754,89	572.572,95	180.069,69C
6.3.2.1 (48262)	O		RP PROCESSADOS A PAGAR	0,00	196.251,63	196.251,63	0,00
6.3.2.2 (48263)	O		RP PROCESSADOS PAGOS	0,00	196.251,63	196.251,63	0,00
6.3.2.7 (48265)	O		RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	196.251,63C	196.251,63	180.069,69	180.069,69C

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 12/13

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Balanco de Verificação de Janeiro até Dezembro - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	204.233,07D	16.642.433,74	16.228.926,99	617.739,82D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	204.233,07D	16.642.433,74	16.228.926,99	617.739,82D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	204.233,07D	16.642.433,74	16.228.926,99	617.739,82D
7.2.1.1 (48373)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	204.233,07D	16.642.433,74	16.228.926,99	617.739,82D

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Página: 13/13

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Balanco de Verificação de Janeiro até Dezembro - 2016

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDITORES	204.233,07C	51.398.314,05	51.811.820,80	617.739,82C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	204.233,07C	51.398.314,05	51.811.820,80	617.739,82C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	204.233,07C	51.398.314,05	51.811.820,80	617.739,82C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	204.233,07C	51.398.314,05	51.811.820,80	617.739,82C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	194.568,72D	21.814.957,64	22.153.320,45	143.794,09C
8.2.1.1.1.01 (48692)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	194.568,72D	21.814.957,64	22.153.320,45	143.794,09C
8.2.1.1.2 (48694)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	2.241,62C	7.841.839,42	7.870.041,73	30.443,93C
8.2.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	396.560,17C	6.276.353,68	6.323.295,31	443.501,80C
8.2.1.1.3.01 (48696)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	196.251,63C	5.517.194,10	5.501.012,16	180.069,69C
8.2.1.1.3.02 (48697)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕESRETEENÇÕES	200.308,54C	759.142,17	822.248,33	263.414,70C
8.2.1.1.3.03 (48698)	C		COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	0,00	17,41	34,82	17,41C
8.2.1.1.4 (48699)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00	15.465.163,31	15.465.163,31	0,00
TOTAL:				0,00	150.584.059,63	150.584.059,63	0,00C

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
 Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			5.175.904,26
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			822.381,79
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		822.381,79	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	609.343,35		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	213.038,44		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	54.052,73		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	158.985,71		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.353.522,47
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.353.522,47	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	15.100,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	15.100,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	57.415,56		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	2.555,35		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	700,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	3.289,40		
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	294,30		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	1.600,00		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	1.425,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	6.711,57		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.456,80		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	502,53		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	7.839,74		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	648,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	4.117,28		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	156,93		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	6.570,71		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	18.725,95		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	362,00		
3.3.90.30.47.00.00.00	Aquisição de Softwares de Base	460,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	88.795,16		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	6.304,31		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	82.490,85		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	4.585,89		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	4.585,89		
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	6.000,00		
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	6.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	11.950,48		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	7.710,48		
3.3.90.36.20.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	240,00		
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	4.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mão-de-obra	31.519,72		
3.3.90.37.07.00.00.00	Estagiários	31.519,72		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.138.136,66		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	712,00		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	11.414,02		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	85.610,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	101.334,97		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	7.074,38		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	11.230,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	940,00		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	4.760,00		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	148,00		
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	980,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	1.358,70		
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	74.053,26		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	9.175,50		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	4.898,75		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	194,40		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	1.750,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	3.702.848,81		

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

SANTA CATARINA - CONSORCIO**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	7.642,50		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	24.928,76		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	11.025,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	9.591,16		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	763,38		
3.3.90.39.71.00.00.00	Confecção de Material de Acondicionamento e Embal	2.400,00		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	14.079,67		
3.3.90.39.73.00.00.00	Transporte de Servidores	1.200,00		
3.3.90.39.74.00.00.00	Fretes e Transportes de Encomendas	2.500,00		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	1.868,97		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	896,00		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	20.892,98		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.389,03		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	526,40		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	19.950,02		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	19,00		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	19,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.941,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			4.941,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		4.941,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	4.941,00		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.645,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	306,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	2.490,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	500,00		
Total:				5.180.845,26

LAGES , 28/03/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Sirlei Kley Varela
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES**SANTA CATARINA - CONSORCIO****CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 1

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
01.01 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
0101.10 Saúde	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
0101.10.122 Administração Geral	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
01.01.10.122.0001 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
01.01.10.122.0001.1.001 CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CIS/AMURES	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
01.01.10.122.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES	1.472.184,32	0,00	1.472.184,32	1.378.113,88	94.070,44
3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicacoes Diretas	822.736,36	0,00	822.736,36	822.381,79	354,57
3.1.90.11.00.00.00.0080 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				609.343,35	
3.1.90.13.00.00.00.0080 Obrigações Patronais				213.038,44	
3.1.90.13.01.00.00.0080 FGTS				54.052,73	
3.1.90.13.02.00.00.0080 Contribuições Previdenciárias - INSS				158.985,71	
3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicacoes Diretas				550.791,09	
3.3.90.14.00.00.00.0080 Diárias - Civil				15.100,00	
3.3.90.14.14.00.00.0080 Diárias no País - Civil				15.100,00	
3.3.90.30.00.00.00.0080 Material de Consumo				48.592,15	
3.3.90.30.01.00.00.0080 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				2.555,35	
3.3.90.30.04.00.00.0080 Gás Engarrafado				700,00	
3.3.90.30.07.00.00.0080 Gêneros de Alimentação				3.289,40	
3.3.90.30.09.00.00.0080 Material Farmacológico				294,30	
3.3.90.30.10.00.00.0080 Material Odontológico				1.600,00	
3.3.90.30.15.00.00.0080 Material para Festividades e Homenagens				1.425,00	
3.3.90.30.16.00.00.0080 Material de Expediente				6.711,57	
3.3.90.30.17.00.00.0080 Material de Processamento de Dados				1.456,80	
3.3.90.30.21.00.00.0080 Material de Copa e Cozinha				502,53	
3.3.90.30.22.00.00.0080 Material de Limpeza e Produção de Higienização				7.839,74	
3.3.90.30.23.00.00.0080 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				648,00	
3.3.90.30.24.00.00.0080 Material para Manutenção de Bens Imóveis				4.117,28	
3.3.90.30.25.00.00.0080 Material para Manutenção de Bens Móveis				156,93	
3.3.90.30.26.00.00.0080 Material Elétrico e Eletrônico				6.570,71	
3.3.90.30.36.00.00.0080 Material Hospitalar				9.902,54	
3.3.90.30.39.00.00.0080 Material para Manutenção de Veículos				362,00	
3.3.90.30.47.00.00.0080 Aquisição de Softwares de Base				460,00	
3.3.90.32.00.00.00.0080 Material de Distribuição Gratuita				776,00	
3.3.90.32.02.00.00.0080 Medicamentos				776,00	
3.3.90.33.00.00.00.0080 Passagens e Despesas com Locomoção				4.585,89	

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2016
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 2

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orcamentarios e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinarios	Total		
01 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
01.01 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
0101.10 Saude	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
0101.10.122 Administração Geral	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
01.01.10.122.0001 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
0101.10.122.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES	1.472.184,32	0,00	1.472.184,32	1.378.113,88	94.070,44
3.3.90.33.01.00.00.00.0080 Passagens Para o País				4.585,89	
3.3.90.35.00.00.00.00.0080 Serviços de Consultoria				6.000,00	
3.3.90.35.01.00.00.00.0080 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica				6.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				11.950,48	
3.3.90.36.15.00.00.00.0080 Locação de Imóveis				7.710,48	
3.3.90.36.20.00.00.00.0080 Manutenção e Conservação de Veículos				240,00	
3.3.90.36.28.00.00.00.0080 Serviços de Seleção e Treinamento				4.000,00	
3.3.90.37.00.00.00.00.0080 Locação de Mão-de-obra				31.519,72	
3.3.90.37.07.00.00.00.0080 Estagiários				31.519,72	
3.3.90.39.00.00.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				432.247,85	
3.3.90.39.01.00.00.00.0080 Assinatura de Periódicos e Anuidades				712,00	
3.3.90.39.08.00.00.00.0080 Manutenção de Software				11.414,02	
3.3.90.39.10.00.00.00.0080 Locação de Imóveis				85.610,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.0080 Locação de Softwares				101.334,97	
3.3.90.39.12.00.00.00.0080 Locação de Máquinas e Equipamentos				7.074,38	
3.3.90.39.16.00.00.00.0080 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				11.230,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.0080 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				940,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.0080 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				4.760,00	
3.3.90.39.25.00.00.00.0080 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins				148,00	
3.3.90.39.28.00.00.00.0080 Coleta de Lixo e Demais Resíduos				1.358,70	
3.3.90.39.40.00.00.00.0080 Programa de Alimentação do Trabalhador				74.053,26	
3.3.90.39.43.00.00.00.0080 Serviços de Energia Elétrica				9.175,50	
3.3.90.39.44.00.00.00.0080 Serviços de Água e Esgoto				4.898,75	
3.3.90.39.47.00.00.00.0080 Serviços de Comunicação em Geral				194,40	
3.3.90.39.48.00.00.00.0080 Serviços de Seleção e Treinamento				1.750,00	
3.3.90.39.57.00.00.00.0080 Serviços de Processamento de Dados				7.642,50	
3.3.90.39.58.00.00.00.0080 Serviços de Telecomunicações				24.928,76	
3.3.90.39.63.00.00.00.0080 Serviços Gráficos e Editoriais				11.025,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.0080 Telefonia Móvel				9.591,16	
3.3.90.39.69.00.00.00.0080 seguros em Geral				763,38	
3.3.90.39.71.00.00.00.0080 Confeção de Material de Acondicionamento e Embal				2.400,00	
3.3.90.39.72.00.00.00.0080 Vale-Transporte				14.079,67	

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
01.01 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
0101.10 Saúde					
0101.10.122 Administração Geral	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
01.01.10.122.0001 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
01.01.10.122.0001.2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES	1.472.184,32	0,00	1.472.184,32	1.378.113,88	94.070,44
3.3.90.39.73.00.00.00.0080 Transporte de Servidores				1.200,00	
3.3.90.39.74.00.00.00.0080 Fretes e Transportes de Encomendas				2.500,00	
3.3.90.39.77.00.00.00.0080 Vigilância Ostensiva/Monitorada				1.868,97	
3.3.90.39.78.00.00.00.0080 Limpeza e Conservação				896,00	
3.3.90.39.79.00.00.00.0080 Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac				20.892,98	
3.3.90.39.81.00.00.00.0080 Serviços Bancários				1.389,03	
3.3.90.39.83.00.00.00.0080 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos				526,40	
3.3.90.39.99.00.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				17.890,02	
3.3.90.47.00.00.00.00.0080 Obrigações Tributárias e Contributivas				19,00	
3.3.90.47.10.00.00.00.0080 Taxas				19,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicacoes Diretas	10.141,08	0,00	10.141,08	4.941,00	5.200,08
4.4.90.52.00.00.00.00.0080 Equipamentos e Material Permanente				4.941,00	
4.4.90.52.06.00.00.00.0080 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				1.645,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.0080 Aparelhos e Utensílios Domésticos				306,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.0080 Equipamentos de Processamento de Dados				2.490,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.0080 Mobiliário em Geral				500,00	
01.01.10.122.0001.2.002 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES	4.653.254,00	0,00	4.653.254,00	3.802.731,38	850.522,62
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicacoes Diretas	4.653.254,00	0,00	4.653.254,00	3.802.731,38	850.522,62
3.3.90.30.00.00.00.00.0080 Material de Consumo				8.823,41	
3.3.90.30.36.00.00.00.0080 Material Hospitalar				8.823,41	
3.3.90.32.00.00.00.00.0080 Material de Distribuição Gratuita				88.019,16	
3.3.90.32.02.00.00.00.0080 Medicamentos				5.528,31	
3.3.90.32.99.00.00.00.0080 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				82.490,85	
3.3.90.39.00.00.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				3.705.888,81	
3.3.90.39.27.00.00.00.0080 Locação de Veículos Para Locomoção				980,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.0080 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				3.702.848,81	

SANTA CATARINA - CONSORCIO**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 4

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
01.01 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
0101.10 Saúde	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
0101.10.122 Administração Geral	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
0101.10.122.0001 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
0101.10.122.0001.2.002 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES	4.653.254,00	0,00	4.653.254,00	3.802.731,38	850.522,62
3.3.90.39.99.00.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.060,00	
Total por Entidade:	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06
Total Geral:	6.130.438,32	0,00	6.130.438,32	5.180.845,26	949.593,06

LAGES , 28/03/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Sirlei Kley Varela
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES**SANTA CATARINA - CONSORCIO**

Betha Sistemas

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Exercício 2016

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta

A Lei de Meios, para o exercício de 2016 de nº 02/2015 de 18 de Dezembro de 2015, estimou a receita em 6.130.438,32 e fixou a despesa em 6.130.438,32.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		6.130.438,32
+ Créditos Suplementares:	103.000,00	
+ Créditos Especiais:	0,00	103.000,00
- Reduções:		103.000,00
DESPESA AUTORIZADA:		6.130.438,32

CRÉDITOS ADICIONAIS:

No exercício considerado, foram autorizados 4 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 103.000,00, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:	103.000,00
Despesa a Menor	0,00
TOTAL:	103.000,00

ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 5.519.208,07, verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 611.230,25, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	6.130.438,32
Arrecadação a Menor	-611.230,25
Receita Arrecadada	5.519.208,07

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	6.130.438,32	5.519.208,07	-611.230,25
RECEITAS CORRENTES	6.130.438,32	5.519.208,07	-611.230,25
RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	13.645,47	3.645,47
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	13.645,47	3.645,47
RECEITA DE SERVIÇOS	4.112.364,18	3.799.886,17	-312.478,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.998.074,14	1.666.406,58	-331.667,56
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.998.074,14	1.666.406,58	-331.667,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	39.269,85	29.269,85
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	39.269,85	29.269,85
Totais:	6.130.438,32	5.519.208,07	-611.230,25

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 1.666.406,58 correspondem a 30,1929% do total arrecadado. O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2013	44.691,52	4.552.020,45	0,00	4.596.711,97
2014	4.244.327,98	1.679.709,29	0,00	5.924.037,27
2015	3.655.946,95	1.350.064,92	0,00	5.006.011,87
2016	3.852.801,49	1.666.406,58	0,00	5.519.208,07

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 02/2015 foi de R\$ 6.130.438,32.

A Despesa realizada alcançou R\$ 5.180.845,26, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Títulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	6.115.297,24	5.175.904,26	-939.392,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	822.736,36	822.381,79	-354,57
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.292.560,88	4.353.522,47	-939.038,41
DESPESAS DE CAPITAL	15.141,08	4.941,00	-10.200,08
INVESTIMENTOS	15.141,08	4.941,00	-10.200,08

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Betha Sistemas

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Exercício 2016

Balço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**ANÁLISE DA DESPESA**

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 02/2015 foi de R\$ 6.130.438,32.

A Despesa realizada alcançou R\$ 5.180.845,26, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Titulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS DE CAPITAL	15.141,08	4.941,00	-10.200,08
INVESTIMENTOS	15.141,08	4.941,00	-10.200,08
Total	6.130.438,32	5.180.845,26	-949.593,06

A maior contratação de dispêndio deu-se em OUTRAS DESPESAS CORRENTES : R\$ 4.353.522,47 , que representa 84,0311 % do total.
O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital foi a seguinte:

DESPESAS REALIZADAS			
	Correntes	Capital	Total
2013	4.574.238,93	7.047,00	4.581.285,93
2014	5.811.498,78	8.393,36	5.819.892,14
2015	5.121.114,83	3.816,30	5.124.931,13
2016	5.175.904,26	4.941,00	5.180.845,26

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

DESPESA AUTORIZADA

Créditos Orçamentários	6.130.438,32
Créditos Suplementares:	103.000,00
Créditos Especiais:	0,00
- Reduções:	103.000,00
Total	6.130.438,32

DESPESA REALIZADA

Orçamentária	5.180.845,26
Despesa a Menor	-949.593,06

RECEITA ARRECADADA	5.519.208,07
(-) Receita Prevista	6.130.438,32
RECEITA A MENOR	-611.230,25

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Betha Sistemas

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Exercício 2016

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA****BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	204.833,57
RECEITA ARRECADADA	
Receita Orçamentária	5.519.208,07
Transferências Financeiras Recebidas	0,00
Interferências Financeiras	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	308.152,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	30.443,93
Inscrição de Restos a Pagar Processados	180.069,69
TOTAL	6.242.707,26
DESPESA REALIZADA	
Despesa Orçamentária	5.180.845,26
Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Interferências Financeiras	0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIA	
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	245.028,43
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	2.241,62
RP PROCESSADOS PAGOS	196.251,63
Saldo em 31/12/2016	618.340,32
TOTAL	6.242.707,26

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2016.

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Betha Sistemas

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Exercício 2016

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**BALANÇO PATRIMONIAL**

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	618.340,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.863,67
Total do Ativo Circulante	620.203,99
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
IMOBILIZADO	147.394,60
Total do Ativo Não-Circulante	147.394,60
TOTAL DO ATIVO	767.598,59
PASSIVO CIRCULANTE	
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	180.069,69
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	263.432,11
Total do Passivo Circulante	443.501,80
TOTAL DO PASSIVO	443.501,80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	324.096,79
TOTAL	767.598,59
ATIVO FINANCEIRO	618.340,32
ATIVO PERMANENTE	149.258,27
PASSIVO FINANCEIRO	473.945,73
PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL	293.652,86

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Fundada corresponde a compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a financiamento de obras e serviços Públicos.

Apresenta a seguinte situação:

Dívida Fundada	
Saldo do exercício anterior	0,00
Nova Formação da Dívida	0,00
Amortização Verificada no Exercício	0,00
Saldo para o exercício seguinte	0,00

DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 473.945,73 encontra-se assim discriminada:

RESTOS A PAGAR	210.513,62
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITO	263.432,11
DÉBITOS DA TESOUREARIA	0,00
TOTAL	473.945,73

O saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2016

Saldo do exercício anterior	398.801,79 D
Nova formação da dívida	518.665,62 D
(-) Amortização do exercício	443.521,68 D
Saldo do exercício de 2015	473.945,73 D

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Betha Sistemas

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Exercício 2016

Balanco da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Direta**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	3.799.886,17
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.799.886,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	13.645,47
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13.645,47
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.705.676,43
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.705.676,43
TOTAL	5.519.208,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
PESSOAL E ENCARGOS	822.381,79
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	609.343,35
ENCARGOS PATRONAIS	213.038,44
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.324.537,78
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	160.290,39
SERVIÇOS	4.164.247,39
TRIBUTÁRIAS	19,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	19,00
TOTAL	5.146.938,57
RESULTADO PATRIMONIAL	372.269,50

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, financeira e Econômica do exercício de 2016, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

LAGES, 28/03/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Sirlei Kley Varela
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página 1

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Órgão: 01 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde				
10.122	Administração Geral			5.180.845,26	5.180.845,26
10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE			5.180.845,26	5.180.845,26
10.122.0001.1.001	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CIS/AMURES			0,00	0,00
10.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES			1.378.113,88	1.378.113,88
10.122.0001.2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES			3.802.731,38	3.802.731,38
Total:					5.180.845,26
Total da Entidade:					5.180.845,26
TOTAL GERAL:					5.180.845,26

LAGES , 28/03/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Sirlei Kley Varela
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

**SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde			5.180.845,26	5.180.845,26
10.122	Administração Geral			5.180.845,26	5.180.845,26
10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE			5.180.845,26	5.180.845,26
10.122.0001.1.001	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CIS/AMURES			0,00	0,00
10.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES			1.378.113,88	1.378.113,88
10.122.0001.2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES			3.802.731,38	3.802.731,38
Total:					5.180.845,26

LAGES, 28/03/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5Sirlei Kley Varela
PresidenteNalu Teresinha Julio
Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES**SANTA CATARINA - CONSORCIO****CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16

Administração Direta

Exercício de 2016

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	Valor
Totais:				0,00	0,00	0,00	0,00

NADA À DECLARAR

LAGES, 28/03/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Sirlei Kley Varela
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES**SANTA CATARINA - CONSORCIO****CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			5.519.208,07
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		13.645,47	
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		13.645,47	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	13.645,47		
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc Rec Não Vinculados	13.645,47		
1.3.2.5.02.03.00.00.00	Aplicação Financeira Rec Não Vinculados	13.645,47		
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		3.799.886,17	
1.6.0.0.05.00.00.00.00	Serviços de Saúde	3.799.886,17		
1.6.0.0.05.99.00.00.00	Outros Serviços de Saúde	3.799.886,17		
1.6.0.0.05.99.01.00.00	SERVIÇOS - ANITA GARIBALDI	118.917,10		
1.6.0.0.05.99.02.00.00	SERVIÇOS - BOCAINA DO SUL	114.534,07		
1.6.0.0.05.99.03.00.00	SERVIÇOS - BOM JARDIM DA SERRA	188.599,96		
1.6.0.0.05.99.04.00.00	SERVIÇOS - BOM RETIRO	203.935,37		
1.6.0.0.05.99.05.00.00	SERVIÇOS - CAMPO BELO DO SUL	192.567,77		
1.6.0.0.05.99.06.00.00	SERVIÇOS - CAPÃO ALTO	267.187,52		
1.6.0.0.05.99.07.00.00	SERVIÇOS - CELSO RAMOS	106.703,78		
1.6.0.0.05.99.08.00.00	SERVIÇOS - CERRO NEGRO	80.343,71		
1.6.0.0.05.99.09.00.00	SERVIÇOS - CORREIA PINTO	174.957,82		
1.6.0.0.05.99.10.00.00	SERVIÇOS - LAGES	208.469,29		
1.6.0.0.05.99.11.00.00	SERVIÇOS - OTACILIO COSTA	329.167,14		
1.6.0.0.05.99.12.00.00	SERVIÇOS - PAINEL	202.551,21		
1.6.0.0.05.99.13.00.00	SERVIÇOS - PALMEIRA	159.704,26		
1.6.0.0.05.99.14.00.00	SERVIÇOS - PONTE ALTA	171.553,23		
1.6.0.0.05.99.15.00.00	SERVIÇOS - PONTE ALTA DO NORTE	79.020,54		
1.6.0.0.05.99.16.00.00	SERVIÇOS - RIO RUFINO	89.594,10		
1.6.0.0.05.99.17.00.00	SERVIÇOS - SÃO JOAQUIM	430.650,12		
1.6.0.0.05.99.18.00.00	SERVIÇOS - SÃO JOSÉ DO CERRITO	187.794,85		
1.6.0.0.05.99.19.00.00	SERVIÇOS - SANTA CECILIA	56.429,96		
1.6.0.0.05.99.20.00.00	SERVIÇOS - SÃO CRISTOVÃO DO SUL	143.206,77		
1.6.0.0.05.99.21.00.00	SERVIÇOS - URUBICI	96.102,66		
1.6.0.0.05.99.22.00.00	SERVIÇOS - URUPEMA	134.374,31		
1.6.0.0.05.99.23.00.00	SERVIÇOS - FREI ROGERIO	49.127,33		
1.6.0.0.05.99.24.00.00	SERVIÇOS - MONTE CARLO	14.393,30		
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.666.406,58	
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.666.406,58	
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	1.666.406,58		
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.666.406,58		
1.7.2.3.37.01.00.00.00	ANITA GARIBALDI	44.052,55		
1.7.2.3.37.01.01.00.00	ANITA GARIBALDI - PESSOAL	22.823,68		
1.7.2.3.37.01.02.00.00	ANITA GARIBALDI - CONSUMO	20.907,31		
1.7.2.3.37.01.03.00.00	ANITA GARIBALDI - INVESTIMENTO	321,56		
1.7.2.3.37.02.00.00.00	BOCAINA DO SUL	36.535,56		
1.7.2.3.37.02.01.00.00	BOCAINA DO SUL - PESSOAL	18.929,04		
1.7.2.3.37.02.02.00.00	BOCAINA DO SUL - CONSUMO	17.339,76		
1.7.2.3.37.02.03.00.00	BOCAINA DO SUL - INVESTIMENTO	266,76		
1.7.2.3.37.03.00.00.00	BOM JARDIM DA SERRA	58.690,26		
1.7.2.3.37.03.01.00.00	BOM JARDIM DA SERRA - PESSOAL	30.407,44		
1.7.2.3.37.03.02.00.00	BOM JARDIM DA SERRA - CONSUMO	27.854,35		
1.7.2.3.37.03.03.00.00	BOM JARDIM DA SERRA - INVESTIMENTO	428,47		
1.7.2.3.37.04.00.00.00	BOM RETIRO	80.935,40		
1.7.2.3.37.04.01.00.00	BOM RETIRO - PESSOAL	41.932,66		
1.7.2.3.37.04.02.00.00	BOM RETIRO - CONSUMO	38.411,92		
1.7.2.3.37.04.03.00.00	BOM RETIRO - INVESTIMENTO	590,82		
1.7.2.3.37.05.00.00.00	CAMPO BELO DO SUL	74.761,23		
1.7.2.3.37.05.01.00.00	CAMPO BELO DO SUL - PESSOAL	38.733,75		
1.7.2.3.37.05.02.00.00	CAMPO BELO DO SUL - CONSUMO	35.481,70		
1.7.2.3.37.05.03.00.00	CAMPO BELO DO SUL - INVESTIMENTO	545,78		
1.7.2.3.37.06.00.00.00	CAPÃO ALTO	48.864,60		
1.7.2.3.37.06.01.00.00	CAPÃO ALTO - PESSOAL	25.316,82		
1.7.2.3.37.06.02.00.00	CAPÃO ALTO - CONSUMO	23.191,11		
1.7.2.3.37.06.03.00.00	CAPÃO ALTO - INVESTIMENTO	356,67		
1.7.2.3.37.07.00.00.00	CELSO RAMOS	26.227,96		
1.7.2.3.37.07.01.00.00	CELSO RAMOS - PESSOAL	13.588,69		
1.7.2.3.37.07.02.00.00	CELSO RAMOS - CONSUMO	12.447,82		
1.7.2.3.37.07.03.00.00	CELSO RAMOS - INVESTIMENTO	191,45		

SANTA CATARINA - CONSORCIO**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.7.2.3.37.08.00.00.00	CERRO NEGRO	35.806,34		
1.7.2.3.37.08.01.00.00	CERRO NEGRO - PESSOAL	18.551,32		
1.7.2.3.37.08.02.00.00	CERRO NEGRO - CONSUMO	16.993,67		
1.7.2.3.37.08.03.00.00	CERRO NEGRO - INVESTIMENTO	261,35		
1.7.2.3.37.09.00.00.00	CORREIA PINTO	65.152,79		
1.7.2.3.37.09.01.00.00	CORREIA PINTO - PESSOAL	33.755,75		
1.7.2.3.37.09.02.00.00	CORREIA PINTO - CONSUMO	30.921,48		
1.7.2.3.37.09.03.00.00	CORREIA PINTO - INVESTIMENTO	475,56		
1.7.2.3.37.10.00.00.00	LAGES	23.743,98		
1.7.2.3.37.10.01.00.00	LAGES - PESSOAL	12.301,75		
1.7.2.3.37.10.02.00.00	LAGES - CONSUMO	11.268,90		
1.7.2.3.37.10.03.00.00	LAGES - INVESTIMENTO	173,33		
1.7.2.3.37.11.00.00.00	OTACILIO COSTA	92.810,26		
1.7.2.3.37.11.01.00.00	OTACILIO COSTA - PESSOAL	48.084,98		
1.7.2.3.37.11.02.00.00	OTACILIO COSTA - CONSUMO	44.047,76		
1.7.2.3.37.11.03.00.00	OTACILIO COSTA - INVESTIMENTO	677,52		
1.7.2.3.37.12.00.00.00	PAINEL	39.780,31		
1.7.2.3.37.12.01.00.00	PAINEL - PESSOAL	20.610,16		
1.7.2.3.37.12.02.00.00	PAINEL - CONSUMO	18.879,75		
1.7.2.3.37.12.03.00.00	PAINEL - INVESTIMENTO	290,40		
1.7.2.3.37.13.00.00.00	PALMEIRA	42.022,86		
1.7.2.3.37.13.01.00.00	PALMEIRA - PESSOAL	21.771,97		
1.7.2.3.37.13.02.00.00	PALMEIRA - CONSUMO	19.944,10		
1.7.2.3.37.13.03.00.00	PALMEIRA - INVESTIMENTO	306,79		
1.7.2.3.37.14.00.00.00	PONTE ALTA	60.846,24		
1.7.2.3.37.14.01.00.00	PONTE ALTA - PESSOAL	31.524,48		
1.7.2.3.37.14.02.00.00	PONTE ALTA - CONSUMO	28.877,64		
1.7.2.3.37.14.03.00.00	PONTE ALTA - INVESTIMENTO	444,12		
1.7.2.3.37.15.00.00.00	PONTE ALTA DO NORTE	28.483,14		
1.7.2.3.37.15.01.00.00	PONTE ALTA DO NORTE - PESSOAL	14.757,10		
1.7.2.3.37.15.02.00.00	PONTE ALTA DO NORTE - CONSUMO	13.518,13		
1.7.2.3.37.15.03.00.00	PONTE ALTA DO NORTE - INVESTIMENTO	207,91		
1.7.2.3.37.16.00.00.00	RIO RUFINO	35.744,05		
1.7.2.3.37.16.01.00.00	RIO RUFINO - PESSOAL	18.518,95		
1.7.2.3.37.16.02.00.00	RIO RUFINO - CONSUMO	16.964,14		
1.7.2.3.37.16.03.00.00	RIO RUFINO - INVESTIMENTO	260,96		
1.7.2.3.37.17.00.00.00	SÃO JOAQUIM	140.599,92		
1.7.2.3.37.17.01.00.00	SÃO JOAQUIM - PESSOAL	72.844,80		
1.7.2.3.37.17.02.00.00	SÃO JOAQUIM - CONSUMO	66.728,76		
1.7.2.3.37.17.03.00.00	SÃO JOAQUIM - INVESTIMENTO	1.026,36		
1.7.2.3.37.18.00.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO	81.138,16		
1.7.2.3.37.18.01.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO - PESSOAL	42.037,64		
1.7.2.3.37.18.02.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO - CONSUMO	38.508,18		
1.7.2.3.37.18.03.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO - INVESTIMENTO	592,34		
1.7.2.3.37.19.00.00.00	SANTA CECILIA	19.195,11		
1.7.2.3.37.19.01.00.00	SANTA CECILIA - PESSOAL	9.945,00		
1.7.2.3.37.19.02.00.00	SANTA CECILIA - CONSUMO	9.109,99		
1.7.2.3.37.19.03.00.00	SANTA CECILIA - INVESTIMENTO	140,12		
1.7.2.3.37.20.00.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL	19.869,64		
1.7.2.3.37.20.01.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL - PESSOAL	10.294,49		
1.7.2.3.37.20.02.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL - CONSUMO	9.430,08		
1.7.2.3.37.20.03.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL - INVESTIMENTO	145,07		
1.7.2.3.37.21.00.00.00	URUBICI	55.149,45		
1.7.2.3.37.21.01.00.00	URUBICI - PESSOAL	28.572,93		
1.7.2.3.37.21.02.00.00	URUBICI - CONSUMO	26.173,94		
1.7.2.3.37.21.03.00.00	URUBICI - INVESTIMENTO	402,58		
1.7.2.3.37.22.00.00.00	URUPEMA	29.973,25		
1.7.2.3.37.22.01.00.00	URUPEMA - PESSOAL	15.529,20		
1.7.2.3.37.22.02.00.00	URUPEMA - CONSUMO	14.225,29		
1.7.2.3.37.22.03.00.00	URUPEMA - INVESTIMENTO	218,76		
1.7.2.3.37.23.00.00.00	FREI ROGERIO	15.002,50		
1.7.2.3.37.23.01.00.00	FREI ROGERIO - PESSOAL	7.772,85		
1.7.2.3.37.23.02.00.00	FREI ROGERIO - CONSUMO	7.120,16		
1.7.2.3.37.23.03.00.00	FREI ROGERIO - INVESTIMENTO	109,49		
1.7.2.3.37.24.00.00.00	MONTE CARLO	11.368,99		

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

SANTA CATARINA - CONSORCIO**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.7.2.3.37.24.01.00.00	MONTE CARLO - PESSOAL	5.890,26		
1.7.2.3.37.24.02.00.00	MONTE CARLO - CONSUMO	5.395,71		
1.7.2.3.37.24.03.00.00	MONTE CARLO - INVESTIMENTO	83,02		
1.7.2.3.37.25.00.00.00	VARGEM	597,53		
1.7.2.3.37.25.01.00.00	VARGEM - PESSOAL	309,55		
1.7.2.3.37.25.02.00.00	VARGEM - CONSUMO	283,60		
1.7.2.3.37.25.03.00.00	VARGEM - INVESTIMENTO	4,38		
1.7.2.3.37.99.00.00.00	OUTRAS TRANF. DO SUS	499.054,50		
1.7.2.3.37.99.01.00.00	SUS - ANITA GARIBALDI	26.395,56		
1.7.2.3.37.99.02.00.00	SUS - BOCAINA DO SUL	18.609,94		
1.7.2.3.37.99.03.00.00	SUS - BOM JARDIM DA SERRA	26.386,40		
1.7.2.3.37.99.04.00.00	SUS - BOM RETIRO	29.948,98		
1.7.2.3.37.99.05.00.00	SUS - CAMPO BELO DO SUL	30.463,13		
1.7.2.3.37.99.06.00.00	SUS - CAPÃO ALTO	37.913,42		
1.7.2.3.37.99.07.00.00	SUS - CELSO RAMOS	12.242,92		
1.7.2.3.37.99.08.00.00	SUS - CERRO NEGRO	14.111,65		
1.7.2.3.37.99.09.00.00	SUS - CORREIA PINTO	25.815,71		
1.7.2.3.37.99.11.00.00	SUS - OTACILIO COSTA	43.968,04		
1.7.2.3.37.99.12.00.00	SUS - PAINEL	21.137,15		
1.7.2.3.37.99.13.00.00	SUS - PALMEIRA	21.807,80		
1.7.2.3.37.99.14.00.00	SUS - PONTE ALTA	24.367,31		
1.7.2.3.37.99.15.00.00	SUS - PONTE ALTA DO NORTE	9.803,20		
1.7.2.3.37.99.16.00.00	SUS - RIO RUFINO	11.870,09		
1.7.2.3.37.99.17.00.00	SUS - SÃO JOAQUIM	56.778,37		
1.7.2.3.37.99.18.00.00	SUS - SÃO JOSÉ DO CERRITO	31.900,30		
1.7.2.3.37.99.19.00.00	SUS - SANTA CECILIA	7.275,21		
1.7.2.3.37.99.20.00.00	SUS - SÃO CRISTOVÃO DO SUL	11.823,44		
1.7.2.3.37.99.21.00.00	SUS - URUBICI	8.633,48		
1.7.2.3.37.99.22.00.00	SUS - URUPEMA	16.147,64		
1.7.2.3.37.99.23.00.00	SUS - FREI ROGERIO	6.911,59		
1.7.2.3.37.99.24.00.00	SUS - MONTE CARLO	4.479,36		
1.7.2.3.37.99.25.00.00	SUS - VARGEM	263,81		
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		39.269,85	
1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		39.269,85	
1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas	39.269,85		

Total: 5.519.208,07

LAGES , 28/03/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Sirlei Kley Varela
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES**SANTA CATARINA - CONSORCIO****CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2016

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR	198.493,25	210.513,62	198.493,25	210.513,62
Restos a Pagar Não Processados	2.241,62	30.443,93	2.241,62	30.443,93
Restos a Pagar Processados	196.251,63	180.069,69	196.251,63	180.069,69
DEPÓSITOS	200.308,54	308.152,00	245.028,43	263.432,11
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	1.013,93	71,82	0,00	1.085,75
INSS- FL	4.486,11	51.603,96	52.331,19	3.758,88
INSS- PF	735,42	1.873,25	0,00	2.608,67
IRRF - PF	8.621,35	311,96	0,00	8.933,31
IRRF - PJ	104.610,50	45.711,19	170,87	150.150,82
IRRF / FL	28.096,79	16.928,22	0,00	45.025,01
ISQN	38.208,67	28.522,44	28.523,07	38.208,04
PIS/ COFINS/ CSLL	12.864,38	142.020,03	142.696,11	12.188,30
REPASSES A FUNDOS/AUTARQUIAS REFERENTE A COMPENS/	0,00	17,41	0,00	17,41
SANTINVEST S.A	0,00	15.099,50	15.099,50	0,00
SINDICATO TRAB. SERV. SAUDE DE LAGES	216,00	1.836,00	1.936,00	116,00
VALE CULTURA	74,00	429,00	393,00	110,00
VALE TRANSPORTE	1.381,39	3.727,22	3.878,69	1.229,92
TOTAL GERAL	398.801,79	518.665,62	443.521,68	473.945,73

LAGES, 28/03/2017

 Vania Maria de Lima
 Contadora CRC/SC 18.772/0-5

 Sirlei Kley Varela
 Presidente

 Nalu Teresinha Julio
 Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAUDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
1	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE			5.180.845,26		
Total :				5.180.845,26		

ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE					5.180.845,26
Total :						5.180.845,26

LAGES , 28/03/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Sirléia Kley Varela
Presidente

Nalu Teresinha Julfo
Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES**SANTA CATARINA - CONSORCIO****CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercício Atual
INGRESSOS	5.920.195,08
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	3.852.801,49
Receita de Serviços	3.799.886,17
Remuneração das Disponibilidades	13.645,47
Outras Receitas Derivadas e Originárias	39.269,85
TRANSFERÊNCIAS	1.666.406,58
Intergovernamentais	1.666.406,58
do Município	1.666.406,58
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	400.987,01
DESEMBOLSOS	5.501.747,33
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	4.855.815,85
Saúde	4.855.815,85
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	645.931,48
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	418.447,75

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	Exercício Atual
DESEMBOLSOS	4.941,00
Outros Desembolsos de Investimentos	4.941,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.941,00

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	Exercício Atual
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	413.506,75
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	204.833,57
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	618.340,32

Notas:

O Anexo 18 montado pelo Sistema e-Sfinge apresenta divergência com o anexo extraído do Sistema Contábil, sendo que apresenta diferenças nas colunas:

INGRESSOS:

a) Outros Ingressos Operacionais de R\$ 92.918,97;

DESEMBOLSOS:

a) Pessoal e demais despesas de R\$ 308.068,04;

b) Outros Desembolsos Operacionais de R\$ 400.987,01; sendo a diferença entre a-b é igual a diferença R\$ 92.918,97.

Para a linha de "Outros Ingressos Operacionais", o sistema da Betha considera lançamentos que o sistema e-Sfinge não considera. O TCE considera para essa linha os lançamentos na conta de transferência recebida e receitas extra orçamentária (despesas extras).

O sistema Betha, além desses lançamentos, também considera lançamentos de regate de aplicação entre outros que afetem saldo financeiro.

Com relação ao Desembolso, os lançamentos considerados pelo TCE e pelo Sistema Betha também são divergentes.

O sistema e-Sfinge considera o valor total empenhado e pago e o sistema Betha considera apenas o valor das Ordens de Pagamentos e Restos a Pagar, desconsiderando os descontos (despesas extras).

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES

Betha Sistemas
Exercício 2016
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	620.203,99	PASSIVO CIRCULANTE	443.501,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	618.340,32	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	180.069,69
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.863,67	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	263.432,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	147.394,60	TOTAL DO PASSIVO	443.501,80
IMOBILIZADO	147.394,60		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	63.588,34
		RESULTADOS ACUMULADOS	280.508,45
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	372.289,50
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-111.761,05
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	324.096,79
TOTAL	767.598,59	TOTAL	767.598,59
		PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	618.340,32	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	443.501,80
ATIVO CIRCULANTE	618.340,32	PASSIVO CIRCULANTE	443.501,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	618.340,32	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	180.069,69
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	618.340,32	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	263.432,11
		CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	30.443,93
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	473.945,73
ATIVO	Exercício Atual		
ATIVO PERMANENTE	149.258,27		
ATIVO CIRCULANTE	1.863,67		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.863,67		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	147.394,60		
IMOBILIZADO	147.394,60		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	149.258,27		
SALDO PATRIMONIAL			293.652,86

SANTA CATARINA - CONSORCIO		Beta Sistemas	
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES		Exercício 2016	
Anexo 14 - Balanço Patrimonial		Período: Janeiro a Dezembro	
Administração Direta		Página: 2	
COMPENSAÇÕES		Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual
TOTAL		0,00	0,00
LAGES, 28/03/2017		TOTAL	

Vania Maria de Lima Contadora CRC/SC 18.772/0-5	Sirlei Kley Varela Presidente	Nalu Teresinha Julio Coordenadora
--	----------------------------------	--------------------------------------

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES

Betha Sistemas

SANTA CATARINA - CONSORCIO

Exercício de 2016

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Página 1

Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	5.180.845,26		5.180.845,26
10.122	Administração Geral	5.180.845,26		5.180.845,26
10.122.0001	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	5.180.845,26		5.180.845,26
10.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES	1.378.113,88		1.378.113,88
10.122.0001.2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES	3.802.731,38		3.802.731,38
Total:		5.180.845,26		5.180.845,26

LAGES , 28/03/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Sirlei Kley Varela
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES**SANTA CATARINA - CONSORCIO****CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Exercício de 2016

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

Administração Direta

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.519.208,07
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	3.799.886,17
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.799.886,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	13.645,47
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13.645,47
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.705.676,43
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.705.676,43
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.146.938,57
PESSOAL E ENCARGOS	822.381,79
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	609.343,35
ENCARGOS PATRONAIS	213.038,44
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.324.537,78
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	160.290,39
SERVIÇOS	4.164.247,39
TRIBUTÁRIAS	19,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	19,00
Resultado Patrimonial do Período	372.269,50

LAGES, 28/03/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5Sirlei Kley Varela
PresidenteNalu Teresinha Julio
Coordenadora

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO DE 2016 - CIS/AMURES**SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Órgão: 01 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			5.175.904,26
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			822.381,79
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		822.381,79	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	609.343,35		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	213.038,44		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	54.052,73		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	158.985,71		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.353.522,47
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.353.522,47	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	15.100,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	15.100,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	57.415,56		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	2.555,35		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	700,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	3.289,40		
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	294,30		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	1.600,00		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	1.425,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	6.711,57		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.456,80		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	502,53		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	7.839,74		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	648,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	4.117,28		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	156,93		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	6.570,71		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	18.725,95		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	362,00		
3.3.90.30.47.00.00.00	Aquisição de Softwares de Base	460,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	88.795,16		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	6.304,31		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	82.490,85		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	4.585,89		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	4.585,89		
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	6.000,00		
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	6.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	11.950,48		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	7.710,48		
3.3.90.36.20.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	240,00		
3.3.90.36.28.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	4.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locacao de Mao-de-obra	31.519,72		
3.3.90.37.07.00.00.00	Estagiários	31.519,72		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	4.138.136,66		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	712,00		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	11.414,02		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	85.610,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	101.334,97		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	7.074,38		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	11.230,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	940,00		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	4.760,00		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	148,00		
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	980,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	1.358,70		
3.3.90.39.40.00.00.00	Programa de Alimentação do Trabalhador	74.053,26		

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

SANTA CATARINA - CONSORCIO**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Órgão: 01 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	9.175,50		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	4.898,75		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	194,40		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	1.750,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	3.702.848,81		
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	7.642,50		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	24.928,76		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	11.025,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	9.591,16		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	763,38		
3.3.90.39.71.00.00.00	Confecção de Material de Acondicionamento e Embal	2.400,00		
3.3.90.39.72.00.00.00	Vale-Transporte	14.079,67		
3.3.90.39.73.00.00.00	Transporte de Servidores	1.200,00		
3.3.90.39.74.00.00.00	Frete e Transportes de Encomendas	2.500,00		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	1.868,97		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	896,00		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operac	20.892,98		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.389,03		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	526,40		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	19.950,02		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	19,00		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	19,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.941,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			4.941,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.941,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	4.941,00		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.645,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	306,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	2.490,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	500,00		

Total da Unidade: 5.180.845,26

Total do Órgão: 5.180.845,26

Total da Entidade: 5.180.845,26

TOTAL GERAL: 5.180.845,26

LAGES , 28/03/2017

Vania Maria de Lima
Contadora CRC/SC 18.772/0-5

Sirlei Kley Varela
Presidente

Nalu Teresinha Julio
Coordenadora

CISAM**ATA 01/2017 CREFISBA (16/02/2017)****ATA CREFISBA Nº 01/2017 – REUNIÃO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO – CREFISBA**

No dia dezesseis de fevereiro de dois mil e dezessete, às dez horas e trinta minutos, reuniram-se na sede provisória do CISAM, sito à Rua Lourenço Côas Netto, nº 140, Loteamento Universitário, município de Capinzal/SC, para realização da Reunião da CREFISBA, prevista no Art. 9º da Resolução nº 06/2013 do CISAM Meio Oeste, os Srs. Nilvo Dorini (Presidente), Sidnei Penzo (Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste), Aluir Flemming (Diretor Técnico Operacional), Bruno Cesar Schmitt (Engenheiro Sanitarista) e Nasser Ibrahim (Químico, Presidente da CREFISBA), para tratar da seguinte pauta: (1) Definição do Roteiro de Visitas de Fiscalização aos municípios regulados; (2) Aprovação da minuta do Relatório de Fiscalização. O Sr. Nasser Ibrahim saudou a todos os presentes e deu início às tratativas. Apresentou então a proposta de datas das visitas de fiscalização aos municípios regulados. Os demais integrantes da câmara sugeriram alterações em algumas datas, restando aprovado roteiro que segue anexo à presente ata. Em relação aos itens que deverão ser fiscalizados na primeira visita a cada município regulado, os Srs. Bruno e Nasser apresentaram suas sugestões, as quais estão destacadas em cinza na lista que segue anexa à presente ata. As deliberações, entretanto, conduziram a câmara a concluir que deverá ser elaborado, pelos Srs. Bruno e Nasser, até a data de sete de abril do ano corrente, um documento de apoio à lista de verificação, o qual indicará a forma de análise e avaliação de cada um dos itens daquela lista, bem como o desdobramento de alguns itens em subitens. A seleção dos itens das primeiras visitas de fiscalização será efetuada após a conclusão da elaboração deste documento de apoio. Ainda quanto às visitas de fiscalização, a câmara decidiu que antes de cada visita será enviado um ofício ao município que será visitado, informando a data da visita e os documentos, evidências, pessoas e locais que serão necessários. A câmara analisou também a minuta do Relatório de Fiscalização, a qual foi aprovada unanimemente e segue anexa à presente ata. Não havendo qualquer outro assunto a tratar, foi efetuada a leitura e unânime aprovação da presente ata, após o quê, procedeu-se o encerramento.

Nilvo Dorini	Sidnei Penzo	Aluir Flemming
Nasser Ibrahim	Bruno Cesar Schmitt	

ATA 02/2017 CREFISBA (28/03/2017)**ATA CREFISBA Nº 02/2017 – REUNIÃO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO – CREFISBA**

No dia vinte e oito de março de dois mil e dezessete, às dez horas e trinta minutos, reuniram-se na sede provisória do CISAM, sito à Rua Lourenço Côas Netto, nº 140, Loteamento Universitário, município de Capinzal/SC, para realização da Reunião da CREFISBA, prevista no Art. 9º da Resolução nº 06/2013 do CISAM Meio Oeste, os Srs. Nilvo Dorini (Presidente), Sidnei Penzo (Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste), Aluir Flemming (Diretor Técnico Operacional), Bruno Cesar Schmitt (Engenheiro Sanitarista) e Nasser Ibrahim (Químico, Presidente da CREFISBA), para tratar da seguinte pauta: (1) aprovação do documento de apoio à lista de verificação para fiscalização (2) aprovação do roteiro de visitas de fiscalização aos municípios regulados e da lista de itens a serem fiscalizados na primeira visita; (3) Análise dos requerimentos de revisão tarifária dos SIMAES CAO e JHL e expedição dos respectivos pareceres técnicos. O Sr. Nasser Ibrahim saudou a todos os presentes e deu início às tratativas. Foi apresentado, discutido,

editado e aprovado o documento de apoio à lista de verificação da fiscalização, o qual segue anexo à presente ata. Foram também aprovados unanimemente o roteiro de visitas de fiscalização e a lista de itens a serem fiscalizados na primeira visita a cada município regulado pelo CISAM-REG, documentos estes que também seguem anexos à presente ata. Foram analisados os documentos e planilhas apresentadas pelos SIMAES CAO e JHL, sendo que a Câmara encontrou conformidade nas informações apresentadas, expedindo os pareceres técnicos 01/2017, o qual trata do reajuste tarifário do SIMAE-CAO, e 02/2017, o qual trata do reajuste tarifário do SIMAE-JHL. Houve unanimidade na aprovação das revisões solicitadas. Não havendo qualquer outro assunto a tratar, foi efetuada a leitura e aprovação da presente ata, após o quê, procedeu-se o encerramento.

Nilvo Dorini	Sidnei Penzo	Aluir Flemming
Nasser Ibrahim	Bruno Cesar Schmitt	Leomar Eggers

ATA 30.03.2017 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DO CISAM MEIO OESTE**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL CISAM MEIO-OESTE**

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezessete, às quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se na sede do CISAM Meio Oeste, sito à Rua Lourenço Côas Netto, nº 140, Loteamento Universitário, município de Capinzal/SC, para realização da Assembleia Geral Ordinária, convocada através de edital devidamente publicado, representantes dos seguintes municípios consorciados ao CISAM Meio Oeste: ALTO BELA VISTA, representado pelo Sr. Gilberto Rech; BRUNÓPOLIS, representado pelo Sra. Raquel Scolaro; CAMPOS NOVOS, representado pelo Sr. Alexandre Kunen, CAPINZAL, representado pelo Sr. Nilvo Dorini, Prefeito Municipal; FRAIBURGO, representado pela Sr. Ildo Lucas; FREI ROGÉRIO, representado pelo Sr. Jair da Silva Ribeiro, Prefeito Municipal; JOAÇABA, representado pelo Sr. Dioclesio Ragnini, Prefeito Municipal; LUZERNA, representado pelo Sr. Moisés Diersmann, Prefeito Municipal; OURO, representado pelo Sr. Jose Camilo Pastore, Vice Prefeito Municipal; VARGEM Representado pela Prefeita Municipal Sra. Milena A. Becher; ZORTÉA, representado pelo Sr. Diogenes Menegaz. Dando início aos trabalhos, o Sr. Sidnei Penzo, Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste, fez sua saudação e agradeceu a presença de todos, esclareceu sobre os objetivos do consórcio e da obrigação da realização da assembleia ordinária, passando em seguida à verificação do quorum. Constatou-se a participação de representantes de 11 entes, dentre os 14 (quatorze) municípios consorciados. Havendo quórum, declarou aberta a assembleia e passou à leitura do Edital de Convocação e Pauta da mesma. Em seguida, submeteu a pauta à aprovação dos presentes, sendo aprovada por unanimidade, foi inserido na pauta a apreciação, homologação e aprovação das contas de 2016 pelo Conselho Fiscal, não havendo nenhuma moção de censura ou aplauso a apreciar. Na sequência, foi constituída a mesa oficial de autoridades, composta pelo Sr. Sidnei Penzo, pelo Sr. Nilvo Dorini, Presidente do consórcio e Prefeito município de Capinzal Sr. Nilvo Dorini e o Sr. Milton Tadashi Shiratori, Representando a Superintendência da Funasa, Regional de Santa Catarina. Foi dada a palavra à Sr. Nilvo Dorini, Presidente do Consórcio, que saudou os presentes, agradeceu a presença e destacou o trabalho que vem sendo realizado com empenho pela equipe para conclusão da obra do Consorcio. Na sequência, foi passada a palavra para o representante da Funasa, Engº Milton Tadashi Shiratori, fez sua saudação, falando sobre

a importância do consórcio para atender os requisitos de qualidade da água, bem como as ações voltadas a regulação dos serviços de água e esgoto, e também sobre o empenho da Funasa para que a obra da sede administrativa e laboratórios seja concluída com a maior qualidade e agilidade possível, informando que efetuou os trabalhos de fiscalização da obra, encontrando tudo nas conformidades e que fará seu relatório com vistas à liberação da última parcela do convênio, no valor de R\$ 970.349,41. Prosseguindo os trabalhos, o Sr. Sidnei convidou o Engº Bruno Schmitt, para repassar as informações sobre o andamento e situação da obra da sede administrativa e laboratórios. O mesmo informou que o contrato para execução da obra encerra em 30/04/2017, e este prazo foi necessário para alteração dos projetos em virtude da necessidade da acreditação do laboratório em seguida fez uma explanação sobre as etapas restantes conclusão da obra e ainda informou que a prefeitura de Capinzal está realizando o processo de licitação para compra da primeira etapa dos equipamentos laboratoriais, apresentou ainda algumas fotos da situação atual da obra, e uma tabela prévia sobre a equivalência patrimonial dos municípios consorciados.

Na Sequência o Sr. Sidnei Penzo, apresentou e submeteu à apreciação da assembleia, a proposta do Plano Plurianual do CISAM, onde ficam previstas as receitas, inclusive o rateio entre os municípios consorciados e fixadas as despesas para o período de 2018 a 2021. A referida proposta fora desenvolvida pela Diretoria Executiva, sendo que o Plano Plurianual restou aprovado por unanimidade pela assembleia, sem ressalvas. Com base no Plano Plurianual a Diretoria Executiva também elaborou as metas, diretrizes e a proposta orçamentária (LDO) e rateio entre os municípios, para o exercício 2018. A superintendente do consórcio Elisabete Sartori manifestou que a receita prevista com a prestação de serviços dependerá da demanda dos municípios consorciados. Metas estas que foram submetidas à apreciação da assembleia, havendo unanimidade em sua aprovação. O PPA 2018/2021, as metas e diretrizes da lei orçamentária anual (LDO), o orçamento e o rateio para 2018, bem como as minutas de resolução que os institui ou aprova, devidamente apreciados e aprovados pela assembleia, passam a integrar a presente ata. Dando prosseguimento, o Sr. Sidnei lembrou aos presentes, que na assembleia extraordinária ocorrida em janeiro do corrente ano, havia informado sobre a necessidade de adequação do Protocolo de Intenções/Contrato de consórcio público e apresentado o conteúdo da proposta de adequação elaborada por comissão composta por servidores do CISAM e representantes dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste, Luzerna, Capinzal e Ouro. Naquela assembleia fora proposto nova revisão do protocolo de intenções, a ser realizada em conjunto entre a diretoria executiva, superintendência, assessoria jurídica do consórcio e representantes dos municípios de Zortéa, Capinzal e Campos Novos. O Sr. Sidnei apresentou a assembleia o novo Protocolo de Intenções revisado pela equipe supracitada, destacando as principais alterações, como a supressão do protocolo de intenções de o consórcio operar sistemas de abastecimento de água e esgoto e a inclusão dos serviços de regulação de drenagem e resíduos sólidos, e demais alterações, e apresentando ainda a minuta do projeto de lei que cada ente consorciado deverá submeter à aprovação de suas Câmaras de Vereadores. Após ampla discussão, e intervenção do Prefeito de Joaçaba Sr Dioclesio, quanto a possível solicitação de esclarecimentos por parte dos vereadores, sugeriu que o consórcio preste o assessoramento e apoio para a aprovação do referido protocolo a quem necessitar, o senhor Moises também sugeriu que fosse inserido uma justificativa técnica e financeira para facilitar possíveis esclarecimentos que houverem por parte dos senhores vereadores. Tanto o novo Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio, como a minuta do projeto de lei que deverá ser encaminhada para as Câmaras de Vereadores foram aprovados por unanimidade e integram a presente ata. Também foi apresentado o parecer do Conselho Fiscal manifestando a aprovação da prestação de contas do consórcio referente exercício de 2016, demonstrado através dos balanços orçamentário, patrimonial e financeiro, o qual

foi homologado pela assembleia. Em seguida, o Sr. Sidnei convidou a Superintendente do consórcio, Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, a falar sobre o andamento dos trabalhos do CISAM. A mesma falou sobre os serviços em andamento, destacou os serviços que o CISAM disponibiliza aos consorciados e que poderão ser acessados por demanda, informou que no mês de abril/2017 terá início os serviços de fiscalização dos sistemas de água e esgoto dos entes regulados e voltou a insistir sobre a importância de todos os consorciados delegarem a regulação ao consórcio, considerando seu fortalecimento, e que após alguns levantamentos foram observados que alguns municípios não tem plano de amostragem aprovado pela Vigilância Sanitária e também não tem responsável técnico e destacou da possível cobrança por parte do ministério público quanto a regularização, apresentou o site da regulação, foi encaminhado para os municípios um diagnóstico que os municípios devem preencher e devolver para o consórcio, também observou que o consórcio já implementou a ouvidoria para atender a demanda dos usuários. Informou ainda que os municípios de Monte Carlo e Vargem ainda não regularizaram as pendências de rateio. Em seguida o Sr Sidney solicitou aos representantes dos municípios inadimplentes se há uma proposta para a solução das pendências. A Sra. prefeita Milena A Becher do município de Vargem se manifestou apresentando colocando que a situação financeira do município e muito difícil e que legalmente entendeu que o município nunca se utilizou do consórcio e que as administrações anteriores nunca fizeram um pagamento o assunto será tratado entre a superintendência e a municipalidade sobre a continuação ou não do município permanecer no consórcio, sendo que até a próxima assembleia poderá ser apresentado uma proposta. Não havendo mais nada a tratar e esgotados os assuntos da pauta, Sr. Sidnei fez os agradecimentos aos presentes, e eu Aluir Flemming lavei a presente ata que após lida foi aprovada por todos os presentes e segue assinada pelos representantes dos municípios e demais participantes assim encerrada a presente assembleia geral ordinária.

Alto Bela Vista Gilberto Rech	Brunópolis Raquel Scolaro	Campos Novos Alexandre Kunen
Capinzal Nilvo Dorini	Fraiburgo Ildo Lucas	Frei Rogério Jair da Silva Ribeiro
Joaçaba Dioclésio Ragnini	Luzerna Moises Diersmann	Ouro José Camilo Pastore
Vargem Milena A. Becher	Zortéa Diógenes Menegaz	

CITMAR**PORTARIA Nº 06 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012 - NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE CONTADOR**

PORTARIA Nº 06 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2012

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER EMPREGO PÚBLICO

Ademar Felisky, Presidente e Célio José Bernardino, Diretor Administrativo do CITMAR – Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar, de acordo com suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso III e Artigo 28 § 9º do Protocolo de Intenções Consolidado, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, em seu art. 4º, inciso IX c/c art. 5º, inciso IX do Decreto Federal nº. 6.017/07,

CONSIDERANDO que de acordo com artigo 26, inciso III e 28 § 9º do Protocolo de Intenções Consolidado, é de competência do Diretor Executivo, contratar, enquadrar, promover, demitir e punir funcionários, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal,

CONSIDERANDO que o Presidente do Conselho Deliberativo aprova a contratação de respectivo servidor,

CONSIDERANDO que de acordo com o Protocolo de Intenções consolidado, referido emprego público é regido pelo Regime Celetista, RESOLVE:

Art. 1º - Fica, por este ato, nomeado para exercer o emprego público de ASSESSOR CONTABIL, lotado ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar, o senhor JEAN CARLOS COELHO com carga horária de 20 (vinte horas) semanais com salário correspondente de acordo com anexo II do protocolo de intenções consolidado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de primeiro de dezembro de 2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 01 de Dezembro de 2012.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Diretor Executivo do CITMAR

CIGAMERIOS**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO N. 002/2017****CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS****VENCEDORES DO PROCESSO - HOMOLOGAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 002/2017
SISTEMA: REGISTRO DE PREÇO

BELLENZIER PNEUS LTDA - PALHOÇA				1.035.728,83
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 090	88,00	Total: 8.800,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: QBOM	Modelo: TC131	
Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 1000.20				
Quantidade: 100	Valor Unit.: 88,00		Total Item: 8.800,00	
LOTE 4	Quant.: 1	Num: 010	94,99	Total: 1.899,80
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: QBOM	Modelo: 150,00	
Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) OARA OBEY 12-16.5 AGRÍCOLA				
Quantidade: 20	Valor Unit.: 94,99		Total Item: 1.899,80	
LOTE 7	Quant.: 1	Num: 012	232,80	Total: 2.793,60
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: QBOM	Modelo: TR218	
Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA				
Quantidade: 12	Valor Unit.: 232,80		Total Item: 2.793,60	
LOTE 8	Quant.: 1	Num: 055	177,00	Total: 24.072,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: QBOM	Modelo: KM24	
Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 1400 - 24				
Quantidade: 136	Valor Unit.: 177,00		Total Item: 24.072,00	
LOTE 10	Quant.: 1	Num: 027	226,00	Total: 11.300,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: QBOM	Modelo: TR220	
Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 17.5 - 25				
Quantidade: 50	Valor Unit.: 226,00		Total Item: 11.300,00	
LOTE 11	Quant.: 1	Num: 040	285,00	Total: 11.400,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: QBOM	Modelo: TR218	
Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA				
Quantidade: 40	Valor Unit.: 285,00		Total Item: 11.400,00	
LOTE 14	Quant.: 1	Num: 054	390,00	Total: 12.480,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: TORTUGA	Modelo: AT3926	
Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 23.1-26 AGRÍCOLA				
Quantidade: 32	Valor Unit.: 390,00		Total Item: 12.480,00	

**CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS**

LOTE 27	Quant.: 1	Num: 007	2.340,00	Total: 30.420,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: TM95	
Descrição: PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA TRATOR, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 13	Valor Unit.: 2.340,00			Total Item: 30.420,00
LOTE 29	Quant.: 1	Num: 049	2.499,00	Total: 19.992,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: TM95	
Descrição: PNEU 18.4-34 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 8	Valor Unit.: 2.499,00			Total Item: 19.992,00
LOTE 34	Quant.: 1	Num: 016	398,00	Total: 4.776,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: CHRONO	
Descrição: PNEU 195/80R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 106 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 12	Valor Unit.: 398,00			Total Item: 4.776,00
LOTE 35	Quant.: 1	Num: 026	706,99	Total: 17.674,75
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: FR85	
Descrição: PNEU 215/75 R 17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 25	Valor Unit.: 706,99			Total Item: 17.674,75
LOTE 36	Quant.: 1	Num: 056	3.258,00	Total: 6.516,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: TM95	
Descrição: PNEU 23.1-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 2	Valor Unit.: 3.258,00			Total Item: 6.516,00
LOTE 37	Quant.: 1	Num: 005	3.590,00	Total: 50.260,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: MB39	
Descrição: PNEU 23.1-26 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 14	Valor Unit.: 3.590,00			Total Item: 50.260,00
LOTE 38	Quant.: 1	Num: 039	490,00	Total: 3.920,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: SCORPION ATR	
Descrição: PNEU 235/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 8	Valor Unit.: 490,00			Total Item: 3.920,00
LOTE 39	Quant.: 1	Num: 077	1.336,89	Total: 82.887,18
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: TG85	

**CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS**

Descrição: PNEU 275/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 62 Valor Unit.: 1.336,89 Total Item: 82.887,18

LOTE 40	Quant.: 1	Num: 042	1.670,00	Total: 86.840,00
----------------	-----------	----------	----------	-------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: TG85
---------	------------------	----------------	--------------

Descrição: PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 52 Valor Unit.: 1.670,00 Total Item: 86.840,00

LOTE 41	Quant.: 1	Num: 088	663,00	Total: 9.945,00
----------------	-----------	----------	--------	------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: GOODYEAR	Modelo: G8
---------	------------------	-----------------	------------

Descrição: PNEU 9x17,5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA TRATOR, 6 LONAS, INDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 15 Valor Unit.: 663,00 Total Item: 9.945,00

LOTE 42	Quant.: 1	Num: 018	1.000,00	Total: 20.000,00
----------------	-----------	----------	----------	-------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: TG85
---------	------------------	----------------	--------------

Descrição: PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 20 Valor Unit.: 1.000,00 Total Item: 20.000,00

LOTE 44	Quant.: 1	Num: 005	1.500,00	Total: 138.000,00
----------------	-----------	----------	----------	--------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: TG85
---------	------------------	----------------	--------------

Descrição: PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 92 Valor Unit.: 1.500,00 Total Item: 138.000,00

LOTE 46	Quant.: 1	Num: 036	1.879,00	Total: 281.850,00
----------------	-----------	----------	----------	--------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: PN14
---------	------------------	----------------	--------------

Descrição: PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 150 Valor Unit.: 1.879,00 Total Item: 281.850,00

LOTE 49	Quant.: 1	Num: 042	259,00	Total: 9.842,00
----------------	-----------	----------	--------	------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: CHRONO
---------	------------------	----------------	----------------

Descrição: PNEU 175/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 INDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 38 Valor Unit.: 259,00 Total Item: 9.842,00

LOTE 50	Quant.: 1	Num: 093	218,00	Total: 10.900,00
----------------	-----------	----------	--------	-------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: CINTURATO P4
---------	------------------	----------------	----------------------

**CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS**

Descrição: PNEU 175/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 50 Valor Unit.: 218,00 Total Item: 10.900,00

LOTE 51	Quant.: 1	Num: 037	258,00	Total: 4.644,00
----------------	-----------	----------	--------	------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: P7
---------	------------------	----------------	------------

Descrição: PNEU 185/60R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 18 Valor Unit.: 258,00 Total Item: 4.644,00

LOTE 52	Quant.: 1	Num: 044	200,00	Total: 12.000,00
----------------	-----------	----------	--------	-------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: P6000
---------	------------------	----------------	---------------

Descrição: PNEU 185/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 60 Valor Unit.: 200,00 Total Item: 12.000,00

LOTE 55	Quant.: 1	Num: 003	805,00	Total: 30.590,00
----------------	-----------	----------	--------	-------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: FG85
---------	------------------	----------------	--------------

Descrição: PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 38 Valor Unit.: 805,00 Total Item: 30.590,00

LOTE 59	Quant.: 1	Num: 057	384,99	Total: 3.849,90
----------------	-----------	----------	--------	------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: RA45 12 LONAS
---------	------------------	----------------	-----------------------

Descrição: PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 10 Valor Unit.: 384,99 Total Item: 3.849,90

LOTE 60	Quant.: 1	Num: 065	399,00	Total: 7.980,00
----------------	-----------	----------	--------	------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: RA45 12 LONAS
---------	------------------	----------------	-----------------------

Descrição: PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 20 Valor Unit.: 399,00 Total Item: 7.980,00

LOTE 62	Quant.: 1	Num: 051	428,00	Total: 856,00
----------------	-----------	----------	--------	----------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: CT52
---------	------------------	----------------	--------------

Descrição: PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 2 Valor Unit.: 428,00 Total Item: 856,00

LOTE 65	Quant.: 1	Num: 035	1.325,00	Total: 10.600,00
----------------	-----------	----------	----------	-------------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: TG85
---------	------------------	----------------	--------------

Descrição: PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

**CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS**

Quantidade: 8		Valor Unit.: 1.325,00		Total Item: 10.600,00
LOTE 67	Quant.: 1	Num: 092	1.290,00	Total: 20.640,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: TM95	
Descrição: PNEU 14.9-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 16		Valor Unit.: 1.290,00		Total Item: 20.640,00
LOTE 68	Quant.: 1	Num: 049	1.479,00	Total: 2.958,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: TM95	
Descrição: PNEU 14.9-28 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 2		Valor Unit.: 1.479,00		Total Item: 2.958,00
LOTE 72	Quant.: 1	Num: 046	298,89	Total: 14.346,72
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: CINTURATO P4	
Descrição: PNEU 185/65R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 48		Valor Unit.: 298,89		Total Item: 14.346,72
LOTE 77	Quant.: 1	Num: 030	489,00	Total: 1.956,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: CHRONO	
Descrição: PNEU 195/75R16, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO				
Quantidade: 4		Valor Unit.: 489,00		Total Item: 1.956,00
LOTE 78	Quant.: 1	Num: 028	266,00	Total: 13.832,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: PHANTON	
Descrição: PNEU 205/55R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 52		Valor Unit.: 266,00		Total Item: 13.832,00
LOTE 79	Quant.: 1	Num: 019	435,00	Total: 6.960,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: CHRONO	
Descrição: PNEU 205/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 16		Valor Unit.: 435,00		Total Item: 6.960,00
LOTE 81	Quant.: 1	Num: 033	356,00	Total: 2.848,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: SCORPION ATR	
Descrição: PNEU 225/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 8		Valor Unit.: 356,00		Total Item: 2.848,00
LOTE 82	Quant.: 1	Num: 063	520,00	Total: 13.520,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: PIRELLI	Modelo: SCORPION STR	

**CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS**

Descrição: PNEU 225/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 26 Valor Unit.: 520,00 Total Item: 13.520,00

LOTE 84 Quant.: 1 Num: 093 1.100,00 **Total: 39.600,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: PIRELLI Modelo: FG85

Descrição: PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE E CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 36 Valor Unit.: 1.100,00 Total Item: 39.600,00

LOTE 91 Quant.: 1 Num: 050 329,98 **Total: 1.979,88**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: PIRELLI Modelo: P7 CINTURATO

Descrição: PNEU 195/55 R 16 (ANO DE FABRICAÇÃO 2016 OU 2017) GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO

Quantidade: 6 Valor Unit.: 329,98 Total Item: 1.979,88

PNEUBRÁS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME 23.794.633/0001-14 **377.537,94**

LOTE 2 Quant.: 1 Num: 003 145,00 **Total: 5.800,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: QBOM Modelo:

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA

Quantidade: 40 Valor Unit.: 145,00 Total Item: 5.800,00

LOTE 3 Quant.: 1 Num: 021 120,00 **Total: 7.920,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: QBOM Modelo:

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 12.5 /80-18

Quantidade: 66 Valor Unit.: 120,00 Total Item: 7.920,00

LOTE 5 Quant.: 1 Num: 029 180,00 **Total: 900,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: QBOM Modelo:

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 1300 - 24

Quantidade: 5 Valor Unit.: 180,00 Total Item: 900,00

LOTE 6 Quant.: 1 Num: 076 180,00 **Total: 5.400,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: QBOM Modelo:

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA

Quantidade: 30 Valor Unit.: 180,00 Total Item: 5.400,00

LOTE 9 Quant.: 1 Num: 012 260,00 **Total: 2.600,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: QBOM Modelo:

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA

Quantidade: 10 Valor Unit.: 260,00 Total Item: 2.600,00

LOTE 12 Quant.: 1 Num: 083 270,00 **Total: 9.720,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: QBOM Modelo:

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA

**CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS**

Quantidade: 36		Valor Unit.: 270,00		Total Item: 9.720,00
LOTE 20	Quant.: 1	Num: 070	56,00	Total: 2.128,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: QBOM	Modelo:	
Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO				
Quantidade: 38		Valor Unit.: 56,00		Total Item: 2.128,00
LOTE 25	Quant.: 1	Num: 085	1.129,00	Total: 55.321,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: SAT23	
Descrição: PNEU 12.4-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 49		Valor Unit.: 1.129,00		Total Item: 55.321,00
LOTE 26	Quant.: 1	Num: 035	169,99	Total: 4.759,72
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: MULTIHAWK	
Descrição: PNEU 175/65R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 28		Valor Unit.: 169,99		Total Item: 4.759,72
LOTE 28	Quant.: 1	Num: 037	2.149,00	Total: 21.490,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: SAT 23	
Descrição: PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 10		Valor Unit.: 2.149,00		Total Item: 21.490,00
LOTE 30	Quant.: 1	Num: 073	194,30	Total: 8.549,20
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: MULTIHAWK	
Descrição: PNEU 185/65R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 44		Valor Unit.: 194,30		Total Item: 8.549,20
LOTE 31	Quant.: 1	Num: 041	218,99	Total: 6.131,72
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: MULTIHAWK	
Descrição: PNEU 185/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 28		Valor Unit.: 218,99		Total Item: 6.131,72
LOTE 32	Quant.: 1	Num: 097	2.049,00	Total: 12.294,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: AT UTILITY	
Descrição: PNEU 19.5L-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 6		Valor Unit.: 2.049,00		Total Item: 12.294,00
LOTE 33	Quant.: 1	Num: 058	2.155,00	Total: 30.170,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: AT UTILITY	
Descrição: PNEU 19.5-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA RETRO, 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 14		Valor Unit.: 2.155,00		Total Item: 30.170,00

7 de 12

**CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS**

LOTE 43	Quant.: 1	Num: 055	1.119,99	Total: 33.599,70
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: T819	
Descrição: PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 30	Valor Unit.: 1.119,99			Total Item: 33.599,70
LOTE 45	Quant.: 1	Num: 079	1.150,00	Total: 85.100,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: DUPER ALLT	
Descrição: PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 74	Valor Unit.: 1.150,00			Total Item: 85.100,00
LOTE 47	Quant.: 1	Num: 021	144,99	Total: 2.899,80
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: MULTIHAWK	
Descrição: PNEU 165/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 20	Valor Unit.: 144,99			Total Item: 2.899,80
LOTE 48	Quant.: 1	Num: 095	139,99	Total: 15.678,88
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: MULTIHAWK	
Descrição: PNEU 175/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 112	Valor Unit.: 139,99			Total Item: 15.678,88
LOTE 54	Quant.: 1	Num: 031	350,00	Total: 27.300,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: BRIDGESTONE	Modelo: DURAVIS	
Descrição: PNEU 205/75R16, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 78	Valor Unit.: 350,00			Total Item: 27.300,00
LOTE 57	Quant.: 1	Num: 090	1.500,00	Total: 15.000,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: T819	
Descrição: PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 10	Valor Unit.: 1.500,00			Total Item: 15.000,00
LOTE 70	Quant.: 1	Num: 051	3.096,99	Total: 24.775,92
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: FIRESTONE	Modelo: SRG LD3	
Descrição: PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, 20 LONAS, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 8	Valor Unit.: 3.096,99			Total Item: 24.775,92
MODELO PNEUS LTDA			94.510.682/0001-26	135.605,00
LOTE 13	Quant.: 1	Num: 040	319,00	Total: 7.656,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: TORTUGA	Modelo: AT-2824	

**CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS**

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 19.5 - 24

Quantidade: 24 Valor Unit.: 319,00 Total Item: 7.656,00

LOTE 18 Quant.: 1 Num: 043 51,00 **Total: 2.856,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: QBOM Modelo: TR-15

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 750-16

Quantidade: 56 Valor Unit.: 51,00 Total Item: 2.856,00

LOTE 19 Quant.: 1 Num: 008 51,00 **Total: 2.856,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: QBOM Modelo: TR-15

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO

Quantidade: 56 Valor Unit.: 51,00 Total Item: 2.856,00

LOTE 21 Quant.: 1 Num: 020 98,00 **Total: 6.076,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: QBOM Modelo: TC-131

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 900.20

Quantidade: 62 Valor Unit.: 98,00 Total Item: 6.076,00

LOTE 74 Quant.: 1 Num: 052 5.565,00 **Total: 77.910,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: MICHELLIN Modelo: 500/70R24 XMCL

Descrição: PNEU 19.5R24 R4 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 14 Valor Unit.: 5.565,00 Total Item: 77.910,00

LOTE 80 Quant.: 1 Num: 034 805,00 **Total: 35.420,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: BRIDGESTONE Modelo: M814 126/124M S/C

Descrição: PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 44 Valor Unit.: 805,00 Total Item: 35.420,00

LOTE 90 Quant.: 1 Num: 059 149,00 **Total: 2.831,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: IRBO Modelo: ARO 25

Descrição: PROTETOR PARA PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017)

Quantidade: 19 Valor Unit.: 149,00 Total Item: 2.831,00

JOACABA PNEUS LTDA **84.587.245/0010-48** **484.558,60**

LOTE 15 Quant.: 1 Num: 081 83,00 **Total: 6.474,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: Qbom Modelo: 275/80

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2015) PARA PNEU 275/80R22,5

Quantidade: 78 Valor Unit.: 83,00 Total Item: 6.474,00

LOTE 16 Quant.: 1 Num: 065 98,50 **Total: 10.835,00**

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: Qbom Modelo: 295/80

**CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS**

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 295/80R22,5

Quantidade: 110 Valor Unit.: 98,50 Total Item: 10.835,00

LOTE 17	Quant.: 1	Num: 053	45,00	Total: 900,00
---------	-----------	----------	-------	---------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: Qbom	Modelo: TR15
---------	------------------	-------------	--------------

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 700-16

Quantidade: 20 Valor Unit.: 45,00 Total Item: 900,00

LOTE 22	Quant.: 1	Num: 002	65,00	Total: 1.950,00
---------	-----------	----------	-------	-----------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: Qbom	Modelo: 900x16
---------	------------------	-------------	----------------

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA

Quantidade: 30 Valor Unit.: 65,00 Total Item: 1.950,00

LOTE 23	Quant.: 1	Num: 079	26,40	Total: 528,00
---------	-----------	----------	-------	---------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: Qbom	Modelo: GR13/14
---------	------------------	-------------	-----------------

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU ARO 13 AUTOMOVEL

Quantidade: 20 Valor Unit.: 26,40 Total Item: 528,00

LOTE 24	Quant.: 1	Num: 053	26,40	Total: 316,80
---------	-----------	----------	-------	---------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: Qbom	Modelo: GR13/14
---------	------------------	-------------	-----------------

Descrição: CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017) PARA PNEU ARO 14 AUTOMOVEL

Quantidade: 12 Valor Unit.: 26,40 Total Item: 316,80

LOTE 53	Quant.: 1	Num: 046	373,00	Total: 4.476,00
---------	-----------	----------	--------	-----------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: Pirelli	Modelo: Chrono
---------	------------------	----------------	----------------

Descrição: PNEU 205/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 12 Valor Unit.: 373,00 Total Item: 4.476,00

LOTE 56	Quant.: 1	Num: 097	1.435,00	Total: 83.230,00
---------	-----------	----------	----------	------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: Pirelli	Modelo: FG85
---------	------------------	----------------	--------------

Descrição: PNEU 275/80R22,5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 58 Valor Unit.: 1.435,00 Total Item: 83.230,00

LOTE 58	Quant.: 1	Num: 042	1.645,00	Total: 131.600,00
---------	-----------	----------	----------	-------------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: Pirelli	Modelo: FG85
---------	------------------	----------------	--------------

Descrição: PNEU 295/80R22,5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 80 Valor Unit.: 1.645,00 Total Item: 131.600,00

LOTE 61	Quant.: 1	Num: 095	485,00	Total: 9.700,00
---------	-----------	----------	--------	-----------------

Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: Pirelli	Modelo: AS22
---------	------------------	----------------	--------------

**CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS**

Descrição: PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 20 Valor Unit.: 485,00 Total Item: 9.700,00

LOTE 63 Quant.: 1 Num: 019 870,00 Total: 8.700,00

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: Pirelli Modelo: CT65

Descrição: PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 10 Valor Unit.: 870,00 Total Item: 8.700,00

LOTE 64 Quant.: 1 Num: 021 1.360,00 Total: 32.640,00

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: Pirelli Modelo: TG85

Descrição: PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 24 Valor Unit.: 1.360,00 Total Item: 32.640,00

LOTE 66 Quant.: 1 Num: 076 1.631,00 Total: 13.048,00

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: Pirelli Modelo: G2/L2 PN14

Descrição: PNEU 1300-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 8 Valor Unit.: 1.631,00 Total Item: 13.048,00

LOTE 69 Quant.: 1 Num: 044 4.449,00 Total: 26.694,00

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: Pirelli Modelo: E3 RM95

Descrição: PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 6 Valor Unit.: 4.449,00 Total Item: 26.694,00

LOTE 71 Quant.: 1 Num: 005 3.450,00 Total: 82.800,00

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: Pirelli Modelo: G2/L2 PN12

Descrição: PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 24 Valor Unit.: 3.450,00 Total Item: 82.800,00

LOTE 75 Quant.: 1 Num: 008 272,40 Total: 3.268,80

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: Pirelli Modelo: P7

Descrição: PNEU 195/55R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 12 Valor Unit.: 272,40 Total Item: 3.268,80

LOTE 76 Quant.: 1 Num: 081 278,00 Total: 4.448,00

Item: 1 Unidade: Unidade Marca: Pirelli Modelo: P7

Descrição: PNEU 195/60R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

Quantidade: 16 Valor Unit.: 278,00 Total Item: 4.448,00

11 de 12

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS

LOTE 83	Quant.: 1	Num: 093	1.127,00	Total: 56.350,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: Pirelli	Modelo: TG85	
Descrição: PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
Quantidade: 50	Valor Unit.: 1.127,00			Total Item: 56.350,00
LOTE 85	Quant.: 1	Num: 085	26,00	Total: 1.950,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: SBN	Modelo: 20L	
Descrição: PROTETOR 1000 - 20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017)				
Quantidade: 75	Valor Unit.: 26,00			Total Item: 1.950,00
LOTE 86	Quant.: 1	Num: 002	62,00	Total: 620,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: SBN	Modelo: 24L	
Descrição: PROTETOR 1300 - 24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017)				
Quantidade: 10	Valor Unit.: 62,00			Total Item: 620,00
LOTE 87	Quant.: 1	Num: 067	49,00	Total: 2.940,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: SBN	Modelo: 24L	
Descrição: PROTETOR 1400 - 24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017)				
Quantidade: 60	Valor Unit.: 49,00			Total Item: 2.940,00
LOTE 88	Quant.: 1	Num: 019	19,00	Total: 570,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: SBN	Modelo: 16L	
Descrição: PROTETOR 750 -16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017)				
Quantidade: 30	Valor Unit.: 19,00			Total Item: 570,00
LOTE 89	Quant.: 1	Num: 055	26,00	Total: 520,00
Item: 1	Unidade: Unidade	Marca: SBN	Modelo: 20L	
Descrição: PROTETOR 900- 20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017)				
Quantidade: 20	Valor Unit.: 26,00			Total Item: 520,00

AUTORIDADE: JAIRO RIVELINO EBELING
Presidente do CIGAMERIOS
Prefeito de Cunha Porã/SC